

ANais

IX COLÓQUIO NACIONAL DE HISTÓRIA CULTURAL E SENSIBILIDADES

Sertões: poder e representações



ISBN 978-85-471-0298-2

UFRN ■ CERES ■ Campus de Caicó ■ RN
18 a 21 de novembro de 2019

Airan dos Santos Borges de Oliveira
Beatriz Alves dos Santos
Láira Lianne da Silva Pontes
Paula Rejane Fernandes
Prentice Giovanni da Silva Costa
(organizadores)

Coordenação Geral

Profa. Dra. Paula Rejane Fernandes – UFRN

Equipe Organizadora

Prof. Dr. Abrahão Sanderson Nunes Fernandes da Silva – UFRN

Profa. Dra. Airan dos Santos Borges de Oliveira – UFRN

Prof. Dr. André Mendes Salles – UFRN

Prof. Dr. Evandro dos Santos – UFRN

Prof. Dr. Helder Alexandre Medeiros de Macedo – UFRN

Profa. Dra. Jailma Maria de Lima – UFRN

Prof. Dr. João Quintino de Medeiros Filho – UFRN

Profa. Dra. Larissa Jacheta Riberti – UFRN

Prof. Dr. Joel Carlos de Souza Andrade – UFRN

Profa. Dra. Juciene Batista Félix Andrade – UFRN

Profa. Dra. Paula Rejane Fernandes – UFRN

Comissão Científica

Prof. Dr. Abrahão Sanderson Nunes F. da Silva – UFRN

Profa. Dra. Airan dos Santos Borges – UFRN

Prof. Me. André Luís Nascimento de Souza – UFRN

Prof. Dr. André Mendes Salles – UFRN

Profa. Ma. Arianne de Medeiros Pereira – UFRN

Prof. Dr. Arthur Luís de Oliveira Torquato – IFRN

Profa. Ma. Avohanne Isabelle Costa de Araújo –Doutoranda pela Fiocruz

Prof. Dr. Evandro Santos – UFRN

Prof. Dr. Francisco Firmino Sales Neto – UFCG

Prof. Dr. Helder Alexandre Medeiros de Macedo – UFRN

Profa. Ma. Islândia Marisa Bezerra dos Santos – UFRN

Profa. Dra. Jailma Maria de Lima – UFRN

Prof. Dr. Joel Carlos de Souza Andrade – UFRN

Profa. Dra. Juciene Batista Félix Andrade – UFRN

Prof. Dr. Lourival Andrade Júnior – UFRN

Prof. Dr. Roberto Airon Silva – UFRN

Secretaria do Evento

Prof. Dr. Helder Alexandre Medeiros de Macedo – UFRN

Beatriz Alves dos Santos – Bacharelada em História – CERES-UFRN

Láira Lianne da Silva Pontes – Bacharelada em História – CERES-UFRN

Prentice Geovanni da Silva Costa – Licenciando em História – CERES-UFRN

RESUMOS



SIMPÓSIO TEMÁTICO 1

Os sertões e outros mundos: perspectivas histórico-culturais dos espaços

Coordenadores

Prof. Dr. Joel Carlos de Souza Andrade – UFRN e Prof. Dr. Francisco Firmino Sales Neto – UFCG

Proposta do Simpósio Temático

Propomos uma discussão sobre os sertões pela perspectiva da transgressão às fronteiras, como uma espacialidade que se expande em significados e outras semânticas e que permite se conectar com outros mundos em diferentes escalas (local, regional, global). São bem-vindos estudiosos dos sertões enquanto perspectiva espacial que, construída historicamente, é atravessada por múltiplas experiências culturais de constituição de sentidos e que, por isso mesmo, ilumina e é iluminada por realidades outras. Daí enfatizarmos o aspecto histórico-cultural no diálogo entre os sertões e outros mundos, em consonância com os seguintes eixos de trabalho: regionalismos, estudos comparativos, tradição, folclorização, práticas culturais ditas sertanejas, representações espaciais, mitologias, crenças, utopias/distopias/ucronias.

Resumos

POSSIBILIDADE DE ESTUDO DO SONHO DE BOTIJAS A PARTIR DOS PRESSUPOSTOS DE FREUD: PRIMEIRAS APROXIMAÇÕES

David Jerfeson Pereira - graduando

Orientadores: Prof. Evandro dos Santos e Helder Alexandre M. de Macedo - UFRN

Discute a possibilidade de estudar o sonho de botijas, fenômeno recorrente no sertão do Nordeste brasileiro, a partir de pressupostos teóricos de Sigmund Freud, autor que se debruçou na análise do sonho, estudando o inconsciente humano. Parte de interesse pessoal do autor em fazer um estudo sobre os sonhos de botija, com cujas narrativas teve contato, desde a infância, no sertão da Paraíba. Enveredou em leituras do referido autor como “O Mal-Estar Na Civilização” (1930), “O Futuro de uma ilusão” (1927) e “A Interpretação dos Sonhos” (1899). Além disso, como trabalhos que já se debruçaram sobre o sonho de botija no Nordeste, fez-se a leitura de artigos de Joaquim Cícero dos Santos, Danilo de Souza Cezario e John Kennedy da Silva. Em termos de metodologia, o trabalho partiu de pesquisa bibliográfica e utilizou análise textual, a partir dos pressupostos de Eva Lakatos, para trabalhar os livros de Freud como fontes, bem como, os artigos já mencionados, enquanto material bibliográfico. Verificou-se que, a partir de Freud, seus conceitos e abordagens, pode-se contribuir para a análise do fenômeno do sonho de botijas, evidenciando, nos artigos tomados como amparo bibliográfico, a relevância das discussões do pensador alemão. Num primeiro momento, analisou-se as narrativas dos artigos evidenciando unidades de sentido encontradas nas explicações de Freud, refletindo conceitos e definições; depois, olhou-se para o diálogo entre fontes e aportes teóricos para uma reflexão intertextual. Concluiu-se, após análise do material, que Freud propõe uma racionalização da explicação do sonho, argumentando, ele, que o inconsciente trabalha com traços do passado – estes, distantes ou não – para a construção do mundo onírico. Nos artigos, vê-se que situações sonhadas – como a botija – podem ser compreendidas pelo sonhador, como coloca Freud. A botija poderia ser, de acordo com os aportes de Freud, um sonho motivado por elementos culturais de uma sociedade, e não por uma

ligação com o além. Considera-se que novas pesquisas podem ser desenvolvidas acerca da temática, no futuro, tendo em vista que, durante o processo de análise bibliográfica, o autor constatou que mais fontes podem ser objeto de investigação, inclusive valendo-se da metodologia da história oral, para um aprofundamento mais salutar dos aportes teóricos da Psicanálise. Pretende-se afunilar a pesquisa em parâmetros regionais, discutindo os sertões e o sonho, a partir dos caminhos da Psico-História.

Palavras-chave: Sonhos. Freud. Botijas.

PARA ALÉM DAS FRONTEIRAS FÍSICAS ESPACIAIS: A REDE GLOBAL ZAPATISTA NO CIBERESPAÇO

Rodrigo de Moraes Guerra - mestrando

Na madrugada da virada do ano de 1993 para 1994, povos indígenas de origem maya, organizados militarmente em nome do Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN), tomaram em armas diversos municípios do estado mexicano de Chiapas e declararam guerra ao Estado. Reivindicando demandas básicas como trabalho, terra, teto, alimentação, saúde, educação, independência, liberdade, democracia, justiça e paz, e apresentando-se como produto de mais de 500 anos de exploração, os zapatistas anunciaram para o mundo um novo movimento antissistêmico latino-americano, movimento este que destaca-se, dentre outras razões, pelas peculiaridades caras de um movimento que, cientes da evidente tentativa de deturpação de suas causas, pelos grandes veículos de comunicação, se anteciparam e utilizaram da internet como grande aliada e estratégia de guerra, convocando pessoas do mundo inteiro para saberem sobre o que estava acontecendo naquele longínquo estado mexicano. Os zapatistas utilizaram da tecnologia e do emergente ciberespaço como uma outra frente de campo de batalha. Ao lançaram na internet as suas declarações e suas visões sobre o que acontecia no México e o que os zapatistas, enquanto movimento indígena, reivindicava para a construção de um melhor país – afinal, trata-se de um movimento que anuncia a “libertação nacional” enquanto uma de suas lutas –, o mundo inteiro se voltou para Chiapas. Isto posto, temos como objetivo analisar as relações entre a insurgência zapatista e o envolvimento internacional com a luta desses indígenas que englobam em suas causas aspectos das lutas de diversas outras minorias exploradas pelo mundo capitalista; a conformação de uma rede global zapatista, articulada através do ciberespaço, este espaço na qual a posição e o lugar de cada um não pode mais ser fixado no espaço puramente físico, mas que o fato desse espaço não ser propriamente material não significa que é irreal (WERTHEIM, 2001), pois, embora destituído dessa materialidade, o ciberespaço é um espaço real no qual há a possibilidade de trocas e interações; e as novas possibilidades historiográficas suscitadas a partir desta configuração espacial que encurta distâncias e fronteiras e aproxima povos e ideias. Em suma, ao estabelecermos a transgressão das fronteiras físicas das relações pessoais e das relações com o mundo, apontamos, pois, para a formação de uma rede global zapatista, na qual o ciberespaço fornece um lugar que possibilita a criação coletiva de “outros” mundos e experiências. A utilização desse espaço enquanto estratégia de guerra dos zapatistas, para além de ressaltar o caráter vanguardista deste movimento, abre um mundo inteiro a ser explorado para compreendermos os impactos da insurgência zapatista no mundo e na história.

Palavras-chave: Zapatismo. Ciberespaço. História do Tempo Presente.

OS SERTÕES DE GRACILIANO: A MODERNIZAÇÃO DO BRASIL EM SÃO BERNARDO

Manoel Carlos Fonseca de Alencar - UECE

O objetivo desse trabalho é analisar o imaginário do sertão presente em São Bernardo, de Graciliano Ramos. Publicado no ano de 1934, o romance é ambientado na cidade de Viçosa, no interior de Alagoas e se passa em período próximo à Revolução de 1930. Conta a ascensão e decadência econômica de Paulo Honório, um homem empreendedor, que modernizou a sua propriedade. Na narrativa vem à tona algumas imagens e significados de sertão: o que se moderniza, identificado nas paisagens produtivas da fazenda; outro onde ainda residem relações escravistas, como o é a do dono com o se empregado, Marciano. Em todos os sertões representados, o foco é o da violência física e simbólica, que perpassa toda a narrativa. Pretende-se desvendar essas imagens no sentido compreender como Graciliano Ramos percebeu o processo de modernização do sertão.

Palavras-chave: História. Literatura. Sertões.

SEBASTIANISMO NO JORNAL CAICOENSE “O POVO” (1889-1892): UMA EXPRESSÃO POLÍTICA

Mara Gabrielly Batista de Macêdo - graduanda

Orientador: Prof. Joel Carlos de Souza Andrade - UFRN

Regularmente, o sebastianismo é apresentado como uma “seita” marcada pela crença no retorno de D. Sebastião, o Rei português “encantado” na Batalha da Alcácer Quibir em 1578, que resgataria os momentos áureos de Portugal com a sua volta redentora. No Brasil, ganhou considerável destaque, neste sentido de “seita”, pela Tragédia do Rodeador (1819-1820) e pela Tragédia da Pedra Bonita (1836-1838). Há, por outro lado, o uso do termo sebastianismo como um instrumento de ataque político, usado por alguns republicanistas com significação pejorativa, correspondendo a “monarquista” ou a “pessoa resistente a mudanças”. O sebastianismo aparece, portanto, em múltiplos discursos relativos à cultura e à identidade portuguesas e, posteriormente, à própria brasilidade, apresentando diversos significados na política e na imprensa. Durante o processo de instauração da República brasileira, o uso político da palavra sebastianismo foi aplicado em diversos jornais nacionais da época e, por evidente, isso só foi possível porque havia, no campo da língua, um léxico a ser apropriado para combater os anacronismos e o desejo da volta da Monarquia. Dentre os muitos jornais nacionais em que o termo apareceu com uso político, nos debruçaremos sobre o primeiro jornal de Caicó, “O Povo” (1889 -1892), que surgiu precisamente neste momento de transição do monarquismo para o republicanismo. Com isto, objetivamos registrar o(s) significado(s) do termo sebastianismo, percebendo as conexões globais entre as ideias correntes no sertão caicoense e as ideias lusitanas, o que se relaciona com a circulação de informações proporcionadas pelas agências de notícias e as tecnologias da época, em especial, o telégrafo. Em termos teórico-metodológicos, com inspiração na operação historiográfica de Certeau e no uso dos conceitos de Koselleck, buscamos a identificação dos possíveis articulistas que fazem uso do termo no jornal, atentando para os sentidos e o número de ocorrência da palavra sebastianismo neste periódico. No que toca à historiografia, partimos de autores como Andrade (2015), Bueno (1998), Valensi (1994), dentre outros. Constatamos, por derradeiro, que o termo sebastianismo não aparece no jornal “O Povo” no sentido de uma crença em um mito (volta do Rei D. Sebastião), mas, sim, enquanto uma expressão negativa utilizada pelos republicanos mais radicais para nomear o movimento conservador formado por adeptos da Monarquia, o que reforçou que o sertão caicoense da época não estava isolado das ideias correntes no restante da nação.

Palavras-chave: Jornal “O Povo”. Sebastianismo. Caicó.

MÁRIO DE ANDRADE E LUÍS DA CÂMARA CASCUDO: A CONSTRUÇÃO DE UM SERTÃO A PARTIR DA TROCA DE CORRESPONDÊNCIAS

Raquel Silva Maciel - doutoranda

Orientador: Prof. Francisco Régis Lopes Ramos - UFC

Em 09 de junho de 1937 Mário de Andrade escreve uma correspondência para Luís da Câmara Cascudo afirmando que o potiguar “[...] tem a riqueza folclorista passando aí na rua a qualquer hora. Você tem todos os seus conhecidos e amigos do seu Estado e Nordeste para pedir informações” (MORAES, 2010, p.296), sugestionando, portanto, que o projeto folclórico desenvolvido pelo norte-rio-grandense deveria ser direcionado para contemplação de elementos folclóricos locais. Mário de Andrade ocupa posição de destaque na rede de sociabilidade que Câmara Cascudo construiu ao longo das décadas de 1920 a 1940, período no qual se dedicava a produção de obras folclóricas, que tematizavam, sobretudo o espaço sertanejo. Foi por meio da troca de correspondências que a amizade entre eles se efetivou, possibilitando que tanto comunicassem e debatessem ideias quanto que compartilhassem projetos, constituindo o que Gico (s/d) denomina de geração do recado. Contribuição mútua, já que a partir dessa troca de correspondências, o norte-rio-grandense realizou pedidos referentes ao envio de livros, endereços, estudos e até paliativos para o Coronel Cascudo, seu pai. Já Mário de Andrade solicitava, sobretudo lendas documentadas e pesquisadas por Cascudo, que contribuíram, posteriormente, na escrita das suas obras. Nessa perspectiva, a prática missivista se constituiu como importante meio para o compartilhamento do processo de elaboração de uma obra, processo, realizado por alguns escritores, que sugestiona a intenção de fazer com que o destinatário participe da sua gestação, seja por meio do fornecimento de fontes, dados e outros elementos necessários a escrita ou do envio de fragmentos, planos e roteiro da obra. Considerando que, as correspondências podem ser interpretadas como locais de partilha e caracterizadas como espaços biográficos, problematizaremos, a partir das proposições teóricas de Bakhtin (1992) no tocante a compreensão ativa, de que maneira tais escritos são permeados pelo discurso do outro, atentando para as redes de colaboração que produziram, os interesses que respaldaram essa amizade e as influências mútuas que exerceram nos projetos que construíram, sobretudo no tocante a interpretação que possuem do elemento folclórico e o direcionamento em tomar tal aspecto como objeto de pesquisa. A análise da escrita epistolar permite identificar o espaço sertanejo como temática recorrente em tais missivas seja por meio dos convites feitos por Câmara Cascudo para que Mário de Andrade visitasse a região, das indagações e exaltações acerca das práticas folclóricas sertanejas ou ainda das lamentações em torno das transformações sofridas pela “chegada da modernidade”, dessa forma, atentaremos para o modo com o qual elas abarcam uma construção discursiva em torno do espaço sertanejo, o que viria a caracterizar o discurso cascudiano acerca dessa região e consequentemente a produção que desenvolveu.

Palavras-chave: Câmara Cascudo. Correspondências. Sertão.

A EXPERIÊNCIA SERTANEJA NA PRODUÇÃO LEXICOGRÁFICA DE LUÍS DA CÂMARA CASCUDO

Raquel Silva Maciel - doutoranda

Orientador: Prof. Francisco Régis Lopes Ramos - UFC

Câmara Cascudo ao afirmar, no prefácio da primeira edição do Dicionário do Folclore Brasileiro (1954), que “as três fases do estudo folclórico – colheita, confronto e pesquisa de origem – reuni-as quase sempre como forma normativa dos verbetes” (CASCUDO, 1954, p.26), indica uma das normas utilizadas no processo de produção do dicionário, isto é, a realização de uma análise folclórica direcionada a partir de três etapas. Cada estágio, dos mencionados pelo folclorista potiguar, se subdivide em outras fases, que apresentam entre si uma relação de dependência na medida em que uma só se realiza a partir do desenvolvimento da anterior, por isso, a menção das etapas do estudo folclórico possibilita que seja realizada uma investigação de cada fase separadamente. Nessa perspectiva, atentaremos para o processo de colheita de informações, etapa inicial que poderia se desenvolver a partir do recebimento de referências, por meio das correspondências, da leitura de obras ou ainda mediante a convivência com as manifestações folclóricas. A vivência é interpretada por Câmara Cascudo como elemento indispensável na produção de narrativas acerca do folclore, posto que tais fenômenos poderiam ser comprovados na realidade, ou seja, no cotidiano do povo. Dessa forma, a escrita lexicográfica produzida pelo folclorista se configura a partir do diálogo que estabelece com o campo memorialístico, remetendo a experiência no espaço sertanejo, ou seja, a convivência com vaqueiros, cantadores e outros sujeitos que, por meio da oralidade, compartilhavam mitos, lendas e histórias. Reminiscências de uma infância sertaneja “despreocupada e livre” (CASCUDO, 2005, p.11) e do período no qual realiza viagens pelo sertão norte-rio-grandense e paraibano, junto com a comitiva da interventoria federal, inaugurando obras públicas e coletando informações acerca das manifestações folclóricas. Dessa forma, buscamos problematizar como tal experiência, interpretada a partir do viés memorialístico, viabilizou a construção do discurso folclórico realizado no dicionário. Interpretando a memória enquanto um espaço móvel constituído a partir de repetições, apagamentos, silenciamentos, esquecimentos e transformações dos elementos discursivos, buscaremos analisar como Câmara Cascudo operacionaliza, por meio dos verbetes, a memória de vivência no sertão e como esse movimento repercute ou não na produção do dicionário.

Palavras-chave: Câmara Cascudo. Dicionário. Sertão.

DO ESPINHARAS AO PLANALTO CENTRAL: REPRESENTAÇÕES DO “AMIGO VELHO” ERNANI SATYRO SOBRE O SERTÃO PARAIBANO NO SÉCULO XX

Manoel Candeia das Chagas Neto

Orientador: Prof. Joel Carlos de Souza Andrade - UFRN

Esta comunicação trata do intelectual Ernani Satyro (1911-1986), natural de Patos-PB, e suas representações sobre os sertões, pois apesar de ter feito sua carreira política e jurídica fora dos sertões paraibanos, manteve uma relação de afetividade com sua terra natal. Este estudo, ainda em caráter inicial, faz parte de um projeto maior, intitulado “Os Sertões: outras histórias (Paraíba, Ceará e Rio Grande do Norte)”, desenvolvido no âmbito do Bacharelado em História/CERES e tem como objetivo abordar as diversas faces dos sertões. Na fase inicial, privilegiou-se as informações constantes no periódico Diário de Pernambuco, desde 1825, e que teve um alcance importante na circulação de informações na região que envolve o projeto. Neste sentido, a pesquisa se desdobrará em duas fases: na primeira, a despeito de haver uma tipologia razoável de fontes (cartas, telegramas, manuscritos) estudar a figura emblemática de Ernani Satyro a partir das ocorrências no periódico Diário de Pernambuco, e, na segunda, perceber a face escriturística do intelectual através da produção de romances, poesias e crônicas em suas relações com as representações que o mesmo compôs sobre o sertanejo e os sertões.

Palavras-chave: Ernani Satyro. Representações. Sertões.

SEMIÓTICA E HISTÓRIA: UM ESTUDO DOS SERTÕES EM QUADRINHOS POTIGUARES (1992-2015)

Filipe Viana da Silva - mestrando

Orientador: Prof. Fábio Mafra Borges – UFRN

Coorientador: Prof. Helder Alexandre Medeiros de Macedo - UFRN

Problematiza de que modo quadrinhos produzidos por dois grupos de artistas no Rio Grande do Norte enunciam os sertões nordestinos. Para tal empreendimento, realizou-se a leitura de obras de linguistas como Ferdinand de Saussure, Charles Peirce e Umberto Eco que desenvolveram estudos acerca da comunicação e semiótica. Por outro lado, para a compreensão do que são os quadrinhos, partimos de Will Eisner, Scott McCloud e Luiz Cagnin os quais contribuíram para construir uma definição para os quadrinhos e métodos de se compreender esse tipo de linguagem. Tomamos como fonte sete edições da revista Maturi, produzidas pelo Grupo de Pesquisa em História em Quadrinhos da cidade de Natal. De Currais de Novos, cinco publicações da Associação Avoante de Cultura: Estórias de Vaqueiros (1992); Caos nas Tetras (1993); Kueka (2001); Quadrinhos Avoante 01 (2014) e Kan kão 01 (2015). Durante o processo de análise, constatou-se a reprodução dos sertões enquanto espaços do cangaço, da fome, seca e miséria. Em outras narrativas, os sertões nordestinos são enunciados a partir de cenários verdes, presença de chuvas e desenvolvimento econômico e social, de forma que permite ao leitor outras percepções durante o processo de compreensão em torno de novas narrativas sertanejas.

Palavras-chave: Semiótica. Quadrinhos. Sertões.

MUNDOS DO TRABALHO: MINERADORES DE SCHEELITA EM QUIXERÉ

Daniel Oliveira de Medeiros - graduado

Este trabalho objetiva analisar a obra "Quixeré", da escritora Djanira Araújo de Medeiros sob a perspectiva da análise do discurso onde pretendemos verificar como a narrativa da autora nos permite visualizar o cotidiano dos trabalhadores na extração da scheelita na mina Quixeré na década de 40 do século XX. Buscaremos assim entender qual a importância descrita pela autora da obra Quixeré sobre a atividade mineradora para o município de São João do Sabugi-RN e a região do Seridó Potiguar e quais os benefícios econômicos e sociais bem como qual o papel das mulheres no contexto do cotidiano laboral na mina de scheelita denominada Quixeré.

Palavras-chaves: Discurso. Mineração. Scheelita. Trabalhadores.

OS FLAGELADOS DO SERTÃO: A CONSTRUÇÃO DE UMA REPRESENTAÇÃO SERTANEJA A PARTIR DA SECA E DA FOME RETRATADAS NO PERIÓDICO "DIÁRIO DE NATAL" (1957-1961)

Láira Lianne da Silva Pontes - graduanda

Orientadora: Prof.^a Jailma Maria de Lima - UFRN

O Diário de Natal, foi fundado em setembro de 1939, com o objetivo de divulgar as notícias da Segunda Guerra Mundial (1939-1945). Seus proprietários venderam o registro do jornal, no mês de abril de 1942, ao então diretor de A República, Rui Paiva. É o mais antigo jornal impresso em circulação na capital potiguar. No entanto, no dia 2 de outubro de 2012 o grupo

Associados de Pernambuco decretou seu fim. Tendo isso em vista, o periódico nos proporciona várias possibilidades enquanto fonte. Funcionando como um portador do pensamento social e crítico da época, trabalhando com dados, críticas e opiniões de diversas esferas sociais. Sendo assim, utilizando uma bibliografia que inclui autores como Rosado, Hall, Albuquerque Jr. e Gomes, pretendemos com este trabalho identificar as opiniões e visões que eram transmitidas através do jornal sobre os “flagelados da seca”. O designativo correspondia aos indivíduos que viviam em uma situação social extrema, vítimas das intempéries climáticas e da falta de políticas públicas, tal fator era também utilizado como base para a construção de uma representação atrelada ao sujeito sertanejo que estaria ligado diretamente às figuras da fome, pobreza e seca extrema. Como o trabalho está em fase embrionária os resultados ainda não são totalmente conclusivos.

Palavras-chave: Diário de Natal. Secas. Flagelados. Representação.

DOS MARES AOS SERTÕES: AMÉRICA E ÁFRICA NO HORIZONTE DE OLIVEIRA MARTINS

Joel Carlos de Souza Andrade - doutor

Trata de uma abordagem sobre o uso do conceito de “sertão” por parte do historiador português Oliveira Martins (1845-1894), especialmente em sua obra “O Brasil e as Colônias Portuguesas” (1880). Do longo período de decadência, Martins comparará as experiências portuguesas no Oriente (visto a partir do processo de defasagem) e as na América e África, compreendidos como articulados ao mesmo “sistema”. É neste campo de abordagem, que esta obra de finais do século XIX vai debater o lugar de Portugal na balança dos povos e demonstrar as continuidades da “herança” portuguesa com o deslocamento dos mares para os sertões da América e de África. Portanto, crítico do positivismo, sua proposta de análise da história se coaduna por uma perspectiva evolucionista não ortodoxa e por um caráter eminentemente interdisciplinar, Martins operou o conceito de sertão aos múltiplos repertórios histórico-sociais em suas particularidades espaciais.

Palavras-chave: Oliveira Martins. Brasil. Sertões

SOBRE O SERTÃO E AS CORES: UMA APROXIMAÇÃO COM A OBRA “OS BRUTOS”, DE JOSÉ BEZERRA GOMES (1938)

Prentice Geovanni da Silva Costa - graduando

Orientador: Prof. Helder Alexandre Medeiros de Macedo - UFRN

Analisa como o literato José Bezerra Gomes utilizou de cores na construção de uma narrativa sobre os sertões no romance “Os Brutos” (1938). Partiu de estudo anterior em que o autor deste trabalho discutiu ideias sobre os sertões por meio da escrita de Gomes na referida obra; da percepção de analisar a presença dos sertões na literatura ficcional com um viés pautado na História das Sensibilidades; da possibilidade de estudar a temática com o olhar voltado para a História das Cores em função dos estudos de Michel Pastoureau; de uma revisão historiográfica em trabalhos anteriores produzidos sobre o Seridó, de autoria de Helder Macedo, Alcineia Santos e Muirakytan Macedo, os quais não tiveram foco no estudo do cromatismo, mas acabaram por discutir questões relacionadas às cores nas vestimentas da vida e morte no cotidiano sertanejo nos períodos colonial e imperial. Metodologicamente o estudo partiu de três frentes: releitura do romance, com um mapeamento de cores primárias, secundárias e matizes conforme instruído pelos estudos de Pastoureau; escolha do branco e vermelho, em função de uma maior recorrência no

texto do autor, para análise e comparação com a historicidade dessas cores a partir dos enunciados de Pastoureau e Eva Heller; elaboração de uma reflexão sobre o uso dessas cores por parte de Gomes em seu contexto social. O branco na obra "Os Brutos" remete à pureza de Sigismundo, protagonista, para com a mãe de mesmo nome da cor; ao quanto essa cor pode ser a fortuna para alguns - seu Tota, comerciante local, que se beneficia do algodão na folha para realizar seus negócios - como também, a desgraça para outros - seu Duda, morto por sua mesquinhez na guarda pelo Ouro Branco; e, de maneira geral, ao cenário econômico da época, em que a cotonicultura regia os destinos das vidas nos sertões. Evoca a lealdade das mulheres, a exemplo de Rica, prostituta, que, mesmo no Aterro (prostíbulo), diferentemente das outras mulheres do lugar, usava roupas brancas. Sobre o vermelho, o texto do romance traz elementos ligados ao mundo material (sangue) e ao dos sentimentos (raiva, ódio, amor, relações de poder e de domínio no campo das relações afetivas). Na narrativa de Gomes, o protagonista-narrador, Sigismundo, lembra de Rica pela cor encarnada, ao aduzir à paixão e ao amor. É possível aduzir que o uso do vermelho se traduz, a partir da construção do personagem Tio Lívio, à medida em que o mesmo manifesta, em seus olhos, a raiva por ter ciúmes de Rica e a loucura por tê-la matado. O episódio da morte de Rica, nesse contexto, traz fortes imagens do encontro entre o branco - representado pela roupa costumeira - e o vermelho - o sangue que brotou do peito ao ser apunhalada pelo Tio Lívio. As análises preliminares feitas a partir da releitura de "Os Brutos", com base nos aportes teórico-metodológicos de Pastoureau e Heller, sugerem que o campo da História das Cores nos sertões é profícuo para futuras investigações.

Palavras-chave: Cores. Sertão. Os Brutos.

TEMPOS DE CHEIA: MEMÓRIAS DAS ENCHENTES (IPANGUAÇU-RN)

Layanne Patrícia Fernandes Souza - graduanda

Orientador: Prof. Joel Carlos de Souza Andrade - UFRN

A comunicação tem como objeto de abordagem uma análise sobre as enchentes. Ainda na fase inicial de pesquisas, e articulado a um projeto maior sobre os sertões do Rio Grande do Norte, entende-se que a polaridade seca/chuvas ressoa sobre experiências particulares em determinados territórios. Neste sentido, tem-se como locus da pesquisa a cidade de Ipanguaçu, situada na mesorregião do oeste potiguar e na microrregião do vale do Açu, banhada pelos rios Piranhas-Açu e Pataxó. A despeito de a regularidade de calamidades na região está associada ao período das longas estiagens, neste caso de Ipanguaçu, no período de janeiro a junho, os discursos, memória e experiências voltam-se para as enchentes. Enquanto marcos históricos, retomaremos os referenciais da década 1970, quando a cidade foi impactada por várias enchentes e buscaremos compreender, através de memórias e outras tipologias documentais (como jornais), as experiências mais recentes de 2008, 2009 e 2011. Com isto, buscamos também discutir que ao passo que temos marcos de memórias em termos de anos de secas, temos também em termos de abundância de água.

Palavras-Chaves: Sertões. Enchentes. Ipanguaçu-RN.

AS POSSIBILIDADES DE ANÁLISE DE UM SERTÃO CONTEMPORÂNEO A PARTIR DO ARQUIVO HISTÓRICO DA CÁRITAS DIOCESANA DE CAICÓ

Inês Denize Dantas - graduanda

Orientador: Prof. Helder Alexandre Medeiros de Macedo - UFRN

Analisa, a partir da implementação do Arquivo Histórico da Cáritas Diocesana de Caicó e sua catalogação inicial, possibilidades de pesquisa dentro do mesmo, pensando uma ampla face da região seridoense e sertaneja, tendo em vista o largo alcance, em termos regionais, dessa instituição anteriormente caracterizada como Departamento Diocesano de Ação Social (DDAS). Essa documentação está sob custódia temporária do Arquivo da Diocese de Caicó, no Centro Pastoral Dom Wagner e, no presente ano (2019) está sendo catalogada, através de parceria com o Laboratório de Documentação Histórica (Labordoc) do CERES-UFRN. O acervo da Cáritas dispõe de documentos ligados a assuntos como, projetos em formato de cursos desenvolvidos para a comunidade, programas radiofônicos, cursos para a formação de líderes rurais e relações de subvenções federais e estaduais. A disseminação dessas informações contribui para uma análise focada na desconstrução de um sertão arcaico, sendo utilizado, como embasamento, as discussões de Durval Muniz Albuquerque Júnior sobre os “sertões contemporâneos”. A documentação encontrada no arquivo sugere o questionamento de um sertão afastado das práticas urbanas, a partir de documentos relacionados às atividades exercidas através da Igreja como instituição de bastante influência na regionalidade a ser trabalhada, e também por convênios, como é o exemplo do Movimento de Educação de Base (MEB), um programa nacional intrinsecamente ligado às igrejas. A análise sobre tais mananciais arquivísticos evidencia que é possível, mesmo em arquivos com documentação ligada ao período contemporâneo, quase intocados pela pesquisa histórica, pensar em temáticas para investigações futuras sobre os sertões contemporâneos.

Palavras-chave: Arquivo. Sertões. Cáritas Diocesana de Caicó.

SIMPÓSIO TEMÁTICO 2

História e Historiografia dos Sertões

Coordenadores

Prof. Dr. Evandro dos Santos – UFRN e Prof. Dr. Helder Alexandre Medeiros de Macedo – UFRN

Proposta do Simpósio Temático

O simpósio tem como objetivo reunir trabalhos que discutam diferentes perspectivas acerca da escrita da História nos/dos sertões, considerando enfoques como o problema das temporalidades, o lugar social de produção, os homens e mulheres que produziram tais narrativas, os conteúdos enunciados por meio dos discursos em torno dos sertões. Parte do pressuposto de que uma multiplicidade de composições historiográficas contribuíram para a constituição de representações sobre os sertões, sejam aquelas construídas pela historiografia erudita, sejam pela historiografia acadêmica (sem desconsiderar aquelas oriundas de produções não acadêmicas e/ou de outras áreas de saber, como o jornalismo e as artes, por exemplo).

Resumos

JURISDIÇÕES, DISCÓRDIAS E MUDANÇAS DE SUBORDINAÇÃO NA ADMINISTRAÇÃO DO RIO GRANDE (1695-1705)

Tyego Franklim da Silva - doutorando

Orientadora: Prof.^a Carmen Margarida Oliveira Alveal - UFRN

Na virada do século XVII para o XVIII o tema das jurisdições e o exercício de poder das autoridades coloniais da capitania do Rio Grande ficou mais recorrente na documentação administrativa, sobretudo nas correspondências que tratavam de assuntos relativos à Guerra dos Bárbaros e das ações de conquista dos sertões da capitania. O complexo jogo das jurisdições era um dos pilares do Império Ultramarino português e o estabelecimento de limites dessas áreas de exercício de poder era fundamental para a manutenção da harmonia entre as autoridades. Este trabalho apresentará um apanhado geral do jogo de jurisdições caracterizavam a estrutura político-administrativa da capitania do Rio Grande na virada do século XVII para o XVIII, bem como as discórdias envolvendo as autoridades coloniais motivadas pela definição de seus espaços jurisdicionais, com o objetivo de demonstrar como o estudo das autoridades coloniais e suas respectivas jurisdições podem contribuir para a compreensão do processo de territorialização da capitania do Rio Grande, dentro das dinâmicas do Império português. Para tanto, serão analisados documentos oficiais da administração colonial e régia, correspondências entre as autoridades e cartas de doação de sesmarias. O aporte teórico embasa-se, principalmente, nos conceitos de jurisdição, centro e periferia, relevantes para se compreender o processo de mudança de subordinação e da nova configuração jurisdicional que a capitania do Rio Grande passou a incorporar como uma das capitanias anexas a Pernambuco. Como recortes temporais, considerar-se-á o início do governo do capitão-mor Bernardo Vieira de Melo (1695) e o final do mandato de seu sucessor, Antonio de Carvalho e Almeida (1705), período em que ocorre a mudança administrativa e percebe-se maior intensidade de correspondência tratando do assunto entre as autoridades coloniais.

Palavras-chave: Capitania do Rio Grande. Jurisdição. Administração Colonial.

“DISTINTOS PELOS SERVIÇOS E SEUS CABEDAIS”: UMA ANÁLISE SOBRE A ELITE POLÍTICA DO SERTÃO DO PIANCÓ E SUAS ESTRATÉGIAS DE LEGITIMAÇÃO (CAPITANIA DA PARAÍBA DO NORTE, SÉCULO XVIII)

Larissa Daniele Monteiro Lacerda - mestranda

Após intensos conflitos contra os nativos, iniciados ainda em fins do século XVII e estendidos até meados do século XVIII, os sertões da Paraíba, especialmente o sertão do Piancó, foram integrados ao império lusitano e institucionalizados. A organização de um aparelho administrativo e jurídico, comandado por militares de Ordenança e um juiz ordinário, inaugurou uma nova dinâmica sociopolítica no Piancó e possibilitou aos homens envolvidos nesse processo honras, títulos e mercês, garantindo assim a (re)produção de uma elite local, detentora de um signo de distinção social ou, em outras palavras, de um ethos social. O objetivo do presente trabalho é discutir os resultados apresentados em nosso trabalho de conclusão curso, *Distintos pelos serviços e seus cabedais: administradores, militares e a sociedade no sertão do Piancó (Capitania da Paraíba do Norte, século XVIII)*, cujo interesse era analisar as estratégias utilizadas pela elite política do sertão do Piancó para legitimar um ethos social baseado no controle militar e administrativo da região durante o século XVIII. Para isso, apoiados na micro-história, contamos com o uso das fontes cartoriais produzidas no sertão do Piancó e de documentos avulsos do Arquivo Histórico Ultramarino.

Palavras-chave: Piancó. Ethos Social. Elite Política.

A HISTÓRIA DOS SERTÕES VISTA PELO OLHAR DE JOSÉ DE AZEVÊDO DANTAS (1890-1929)

Helder Alexandre Medeiros de Macedo - doutor

O trabalho analisa como a História dos Sertões é construída a partir das narrativas que aparecem na obra de José de Azevêdo Dantas (1890-1929), erudito seridoense que, em seus jornais manuscritos “O Momento” e “O Raio”, dissertou sobre fatos históricos ligados aos sertões, contribuindo, pois, com a construção de imagens que ora reificavam, ora destoavam daquelas que comumente associamos ao que sejam as áreas sertanejas. Metodologicamente, parte de análise dos jornais manuscritos, tendo como mote de inspiração a operação historiográfica de Michel de Certeau, no sentido de verificar que tipo de discurso histórico encontra-se nas páginas dos periódicos. A narrativa histórica encontrada nos referidos jornais radica em uma concepção de história que: atribui ao período colonial e à economia calcada na pecuária as bases da formação das áreas sertanejas; encerra, em figuras de destaque, como patriarcas e coronéis, o tipo de ancestral que é cultuado, ainda na época de produção das obras, nas comunidades sertanejas do Seridó; usa, como principais conjuntos documentais para a construção de tal discurso, tradições orais recolhidas pelo próprio autor e publicações de revistas, a exemplo da Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte.

Palavras-chave: História dos Sertões. Fontes jornalísticas. José de Azevêdo Dantas.

OS SERTÕES NA REPÚBLICA DO BRASIL: UM ESTUDO SOBRE A IMAGÉTICA NA PRIMEIRA REPÚBLICA (1893-1897) ATRAVÉS DE LIVROS DIDÁTICOS DE HISTÓRIA DO 9º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL

João do Carmo Dantas Filho - especialista

A referida pesquisa busca analisar a representação dos sertões nordestinos nos primeiros anos da República do Brasil (1893-1897) através de livros didáticos de História do ensino fundamental do 9º Ano da escola pública. Em decorrência, entender como os sertões nordestinos são tratados nos livros didáticos de História da escola pública, reconhecer os critérios de avaliação do MEC para a seleção de livros didáticos da escola pública e avaliar as temáticas relacionadas aos sertões nordestinos nestes livros.

Palavras-chave: Sertões Euclidianos. Imagética. Livro Didático.

UM JARDIM DO MITO AO FATO: UMA NARRATIVA POSSÍVEL SOBRE O SURGIMENTO DO MUNICÍPIO DE JARDIM DE PIRANHAS-RN (SÉCULO XX)

Elisson Diego Mota De Lima - graduanda

Orientadora: Prof.^a Jailma Maria de Lima - UFRN

Analisa a narrativa mitográfica sobre o surgimento do município de Jardim de Piranhas, perpassada pela oralidade através das gerações e, também, reproduzida pela historiografia local, a qual coloca Margarida Cardoso como benfeitora e proprietária da fazenda Jardim, localizada na povoação do Jardim das Piranhas, que hoje se integra aos limites territoriais do município de Jardim de Piranhas – RN, durante o século XX. O trabalho surge a partir da disciplina de História do Rio Grande do Norte II, sob o plano de pesquisa referente a fonte dos jornais de época do estado do Rio Grande do Norte. Utiliza, como fontes, as ocorrências dos jornais Diário de Natal (RN), Diário de Pernambuco (PE), Jornal do Brasil (RJ), Correio da Manhã (RJ), Correio Brasiliense (DF), O Estado de Mato Grosso (MT), inventários post-mortem do Fundo da Comarca de Caicó, custodiados pelo Laboratório de Documentação Histórica (LABORDOC) do Centro de Ensino Superior do Seridó (CERES) para análise e cruzamento de fontes. Nesse sentido, a pesquisa parte também da revisão bibliográfica da obra “Jardim de Piranhas: ontem e hoje” que tratam do surgimento e formação do município de Jardim de Piranhas - RN, da catalogação dos periódicos encontrados nos jornais de época disponível no site da Biblioteca Nacional Digital (BNDigital/Hemeroteca Digital), e no cruzamentos das fontes documentais dos séculos XVIII e XIX com os periódicos do século XX. O processo de territorialização do espaço hoje compreendido pelo município também foi objeto de recentes pesquisas acadêmicas, as quais evidenciaram, através do trato com fontes dos séculos XVIII e XIX, novas possibilidades e personagens nessa trama. Em contato com periódicos do século XX, pudemos constatar um caso que novamente abriu a disputa entre a posse dessas terras, o que nos permite refletir sobre os desdobramentos de narrativas.

Palavras-chave: Mito. Jardim de Piranhas. Jornais.

DA VOZ À LETRA: MAPEAMENTO DA TRAJETÓRIA DOS CORDELISTAS DE BANCADA NO NORDESTE DO BRASIL E SUAS POSSÍVEIS REFERÊNCIAS SOBRE A ANTIGUIDADE (1900-1940)

Ana Clara Pontes de Araújo - graduanda

O presente trabalho está relacionado ao projeto de pesquisa “As Apropriações da Antiguidade Clássica nos Cordéis Brasileiros”, vinculado ao grupo de pesquisa em História dos Sertões e orientado pela Profa. Dra. Airan dos Santos Borges de Oliveira, cujo objetivo central consiste em analisar a recepção da Antiguidade Clássica nos chamados ‘cordéis de desafio’, a saber, os Marcos e Vantagens, entre os anos 1900 e 1940. Dentre a pluralidade dos poetas do período supracitado, recortamos nossa análise nos cordelistas de bancada

dos estados Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e Ceará. Nesta comunicação, apresentarei o plano de trabalho que desenvolvo dedicado ao mapeamento da trajetória de vida dos cordelistas selecionados para a pesquisa, a saber: João Ferreira Lima, João Martins de Ataíde, José Adão Filho, Leandro Gomes de Barros, Manoel Martins de Oliveira e Manoel Tomaz de Assis. Nosso intuito consiste em compreender o contexto literário dos respectivos autores a fim de identificar as possíveis fontes dos conteúdos da Antiguidade encontrados em seus cordéis. Para tanto, na corrente fase da pesquisa, operacionalizamos dois corporas documentais: os jornais publicados no Nordeste do Brasil no final do século XIX e até meados do século XX, em especial o Diário de Pernambuco, fundado em 1825 no Recife; bem como pelas biografias organizadas em acervos de pesquisa on-line. Como resultados parciais da pesquisa ainda em andamento, apresentaremos a trajetória do poeta cordelista de bancada João Martins de Ataíde.

Palavras-chave: Literatura de Cordel. Poetas-Cordelistas. Recepção dos Clássicos.

O SERTÃO PARAIBANO EM PERSPECTIVA: PESQUISA CULTURAL SOBRE HÁBITOS SERTANEJOS NO "INQUÉRITO DE ADEMAR VIDAL ENTRE SERTANEJOS" (1942)

Maria Joedna Rodrigues Marques - graduanda

Orientador: Prof. Francisco Firmino Sales Neto - UFCG

Este trabalho tem como proposta analisar o “Inquérito de Ademar Vidal entre sertanejos” (1942) como fonte para formulação e compreensão de um sertão paraibano na obra do escritor paraibano Ademar Vidal. O mesmo circulou pelo interior do estado paraibano, contando com uma rede de colaboradores sertanejos que tinham como missão registrar diversos aspectos do âmbito social, cultural e econômico do sertão. Desta forma, a partir desse é possível compreender quais temáticas na percepção vidaliana estariam associadas a uma identidade sertaneja e como essas informações coletadas possibilitaram o registro do “sertão” em sua obra. Além desse, utilizamos a carta do padre Manoel Otaviano da cidade de Piancó e o retorno da pesquisa elaborada por Irineu Rangel de Farias prefeito do município de Taperoá. Essa troca de materiais exemplifica a atuação de uma rede de colaboradores com a produção vidaliana. No viés teórico-metodológico partimos da análise de discurso com Michel Foucault (1996), identidade com Stuart Hall (2006) e sertão com Janaína Amado (1995) e Erivaldo Fagundes Neves (2012).

Palavras-chave: Sertão. Paraibanidade. Ademar Vidal.

ABORDAGENS SOBRE O SERTÃO NO "GUIA DA PARAÍBA" (1943), DE ADEMAR VIDAL

Maria Joedna Rodrigues Marques - graduanda

Orientador: Prof. Francisco Firmino Sales Neto - UFCG

Esta proposta pauta-se em problematizar as abordagens sobre o sertão no livro “Guia da Paraíba” (1943), escrito por Ademar Vidal. O livro trata-se de um roteiro, por sugestão de Epitácio Pessoa, sobre o estado paraibano, por isso, apresenta diversas temáticas com enfoque no cenário social e cultural do estado. Nossa problemática pauta-se nas escolhas feitas pelo autor, partimos dos elementos da composição desse roteiro discursivo para representar uma identidade paraibana, assim como a abordagem acerca da representação e identidade sertaneja. Percebemos que essa narrativa é dividida em aspectos gerais e

específicos compreendidos como símbolos das singularidades que compõem uma paraibanidade, com ênfase na capital paraibana e seus artefatos socioculturais. Desta forma, utilizamos como aporte teórico-metodológico as discussões sobre identidade com Stuart Hall (2006), representação a partir de Roger Chartier (1991), sertão com Janaína Amado (1995) e Erivaldo Fagundes Neves (2012); para compreendermos os discursos que formulam esses recortes e cenários descritos no livro, utilizamos Michel Foucault (1996).

Palavras-chave: Guia da Paraíba. Sertão. Paraibanidade. Ademar Vidal.

NAS TRAMAS DO SERTÃO: OS DISCURSOS SOBRE O LANÇAMENTO DA COLEÇÃO DE MODA "CARNE SECA OU UM TURISTA APRENDIZ EM TERRA ÁSPERA", DE RONALDO FRAGA, ENTRE OS ANOS DE 2013 E 2018

Marcelino Gomes dos Santos - mestrando

Orientador: Prof. Durval Muniz de Albuquerque Júnior - UEPB

Na contemporaneidade, é tradição de estilistas e marcas de moda de todo o mundo o lançamento de coleções de vestuário a cada estação do ano. Em se tratando do processo criativo, suas inspirações são as mais variadas possíveis, vindas do cinema, da música, da literatura, etc. Nesta perspectiva, considerando os diálogos entre história, moda e linguagem, este trabalho objetiva investigar de que forma a produção discursiva em torno do lançamento da coleção de moda "Carne Seca ou um Turista Aprendiz em Terra Áspera", do estilista brasileiro Ronaldo Fraga, produz sentidos e representações sobre os sertões nordestinos, considerando sua inscrição no universo midiático nacional. Como metodologia, selecionamos matérias publicadas em sites e revistas na internet onde as notícias sobre o evento circularam e os submetemos a análise das imagens e discursos que veicularam sobre esse recorte espacial. Consideramos, portanto, que os estudos do discurso nos permitem reflexões sobre a construção de saberes, "verdades" e representações na/pela história. Para tanto, destacamos como respaldo teórico-metodológico os pressupostos da Análise do Discurso de orientação francesa e os estudos de Michel Foucault sobre discursos, sujeitos e saberes. Ainda que preliminares, as análises da pesquisa apontam para uma ideia de sertão passível de refinamento e circunscrevem a figura do estilista como um sujeito capaz de transformar sua aspereza em moda.

Palavras-chave: Sertão. Moda. Ronaldo Fraga.

A CONSTRUÇÃO DOS ESPAÇOS NA HISTORIOGRAFIA BRASILEIRA: APONTAMENTOS HISTORIOGRÁFICO-BIBLIOGRÁFICOS ACERCA DA DESIGUALDADE ESPACIAL NA NARRATIVA HISTÓRICA

Matheus Pinheiro da Silva Ramos - graduando

Orientador: Prof. Durval Muniz de Albuquerque Júnior - UFRN

Desde meados da década de 1980, com o aumento expressivo dos cursos de graduação e pós-graduação no país, novas pesquisas de âmbito regional tornaram latentes disputas espaciais dentro da historiografia nacional. Partimos do pressuposto da necessidade da reunião de artigos, dissertações, teses, livros e pesquisas que de maneira geral versam sobre a temática a fim de verificar confluências e especificidades e avançar nas pesquisas acerca das desigualdades espaciais presentes na narrativa dos historiadores. Nesse sentido, esta comunicação tem como objetivo a investigação de cunho historiográfico-bibliográfico da crítica que autores como Silvia Regina Ferraz Petersen (1995), Evaldo

Cabral de Mello (2004) e Walter Geminiano dos Santos (2018) realizam do espaço nacional construído pela historiografia localizada no eixo Rio-São Paulo. Ao considerarmos o espaço nacional como construção do discurso histórico, notamos como a tensão entre o centro e a periferia se configura por meio de uma narrativa historiográfica em que o Rio de Janeiro e São Paulo emergem como uma espacialidade totalizante no cenário nacional. Desse modo, através de autores como Yi-Fu Tuan (2005) e Simon Schama (1996), apresentaremos a hipótese de que a binaridade litoral/sertão se faz presente como uma camada da memória histórica e historiográfica na narrativa da historiografia acadêmica brasileira de maneira a questionar as desigualdades espaciais na dimensão narrativa da história.

Palavras-chave: Espaço nacional. Eixo Rio-São Paulo. Historiografia Brasileira.

OS BRUTOS: O SERIDÓ POTIGUAR NA ESCRITURÍSTICA DE JOSÉ BEZERRA GOMES (1938)

Aline Vale de Araújo - graduanda

Orientadora: Prof.^a Paula Rejane Fernandes - UFRN

O presente trabalho tem como objetivo analisar a construção e representação do Seridó a partir de *Os Brutos*, publicada em 1938 por José Bezerra Gomes. Trata-se de uma importante obra literária produzida localmente sobre o povo seridoense, portanto, uma contribuição para conhecer as representações que constituíram o Seridó geográfica e historicamente. Este trabalho tem como base o conceito de representação de Roger Chartier (2002), que argumenta que o mundo social e cultural é construído ou representado, a partir de interesses individuais e/ou coletivos, e que estas representações sofrem tencionamentos e disputas. Outro conceito que opera em nosso trabalho é de sensibilidades, a partir de Sandra Jatahy Pesavento (2005; 2007). Esta perspectiva coloca o indivíduo no centro do debate, de suas subjetividades e de sua história de vida, permitindo entender como as pessoas percebem o mundo e traduzem suas experiências através das imagens, dos ritos, dos espaços físicos e imateriais, dos discursos e das ações. Estes dois conceitos dialogam entre si, pois as sensibilidades engendram representações do mundo. Para tanto, procede-se metodologicamente pela Análise do Discurso de Michel Foucault (1996). Desse modo, observa-se como José Bezerra Gomes representou um Seridó a partir do sensível, de sua escriturística poética e apaixonada por uma dada espacialidade – o Seridó. O que permite observar que o autor de *Os Brutos* utilizou do sensível para representar um Seridó histórico e espacial real, mas também, representou um Seridó quase utópico, idealizado, a sensível imaginação configurou um dado tempo, um dado espaço e uma dada temporalidade.

Palavras-chave: Os Brutos. Seridó. José Bezerra Gomes.

MULHERES DA PESTE: UMA HISTÓRIA DO CAMPESINATO FEMININO SERTANEJO PARAIBANO

Ana Maria da Silva Gomes de Oliveira Lúcio de Souza - doutora

A pesquisa analisa a presença da mulher no campesinato sertanejo paraibano, no período que se estende do século XVII ao século XX, na microrregião do município de Patos, tendo dois objetivos principais e correlatos. O primeiro como contribuição para a historiografia do campesinato e formas camponesas no Brasil, tendo como foco a região nordeste e em especial o sertão paraibano, entendendo esta atividade como continuidade do processo da escravidão do indígena e do negro e o seu prolongamento no período pós-emancipação

até meados do século XX. O segundo objetivo é revelar no processo mencionado, a presença feminina e o seu universo próprio, que produziu caracterizações complexas na vida agrária, nas áreas de ocupação, na cultura material e imaterial, nos diferentes contextos de produção, poder, violência, defesa e proteção. Utilizando o campo teórico e metodológico da Antropologia Histórica, verificar no desenvolvimento das comunidades voltadas para a agricultura, junto à pecuária e nos seus desdobramentos, o processo de construção de entidade da mulher pobre e livre, cuja imagem assumiu significados que tratam da representação cultural feminina e o seu papel social.

Palavras-chave: Mulher. Campesinato. Identidade.

SOB A PRÉDICA DA ORDEM: A ATUAÇÃO DA COMPANHIA DE JESUS NA VILA DE SÃO JOSÉ DE RIBAMAR DO AQUIRAZ (1723 – 1759)

Ronald Ferreira dos Santos Gomes Tavares - mestre

O presente estudo, objeto de nossa dissertação de Mestrado, tem como proposta principal investigar o papel exercido pelos Jesuítas na Vila de São José de Ribamar do Aquiraz, então sede da Comarca do Siará Grande, no período de 1723 a 1759, compreendendo suas relações com a sociedade local, bem como os diversos fatores que influenciaram a preferência do lugar para instalação do Real Hospício do Siará. Escolhemos trabalhar com esse espaço por uma série de razões que o particularizam em cotejo com a atuação da Ordem Jesuítica. Boa parte de sua população compunha-se de funcionários da coroa aplicados no aparelho jurisdicional da época, que lá encontrava-se centrado, de forma que ali tínhamos uma gama expressiva de agentes da governança convivendo com os demais atores que compunham a sociedade colonial, tais como índios, escravos, oficiais mecânicos, licenciados, criadores, agricultores, religiosos, dentre outros. Assim, a localidade sempre foi um campo fértil para o embate dos diferentes interesses que tais grupos congregavam, os quais interessavam a Companhia de Jesus, visto que, nos núcleos urbanos, os Jesuítas dispunham de um cenário favorável para demonstrar a sua relevância no cotidiano colonial, que ser seja no plano espiritual ou temporal.

Palavras-chave: Jesuítas. Aquiraz. Ceará Colonial.

À MARGEM DA HISTÓRIA: PRODUÇÕES DE SENTIDOS "NÃO-DITOS" NOS ESCRITOS DA REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO NORTE (1903)

Adalgisa Maria Alencar Dutra - mestranda

Orientador: Prof. Helder Alexandre Medeiros de Macedo - UFRN

Analisa os impactos causados pelo silenciamento sobre os povos indígenas dos sertões nos escritos historiográficos da Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte (RIHGRN), publicada em 1903. O trabalho parte do desdobramento inicial da pesquisa para a dissertação de Mestrado no Programa de Pós Graduação em História dos Sertões (M-HIST). O silêncio é gritante sobre os índios que habitaram os sertões norte rio-grandenses e erige-se como meio de pensar o não-dito enquanto forma de dizer, como significação e oposição para que se faça sentido ao que é dito/escrito. Os discursos são estudados como reflexos de nossas construções e representações sociais. Segundo Vânia Moreira (2001) há uma subalternidade social que gera uma “invisibilidade” indígena na historiografia brasileira que os colocam à margem da história. Utiliza-se enquanto método de análise a História do Discurso com base em Eni Pucinelli Orlandi (2007) para entender

o silenciamento como processo de produção que permite compreender o sentido do não-dito como integrante presente na condição de significar. Os resultados parciais indicam que o Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte (IHGRN) tinha como objetivo principal a construção de uma memória do Estado pautada no protagonismo de homens brancos, descendentes de europeus, pertencentes a elites abastadas e com merecimento nas letras. O reflexo deste projeto é a memória silenciada sobre os povos indígenas que assume um papel secundário na revista estudada.

Palavras-chave: Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte. Historiografia. Indígenas. Sertões.

LUGARES DE VIDA, A VIDA NOS ESPAÇOS: OSWALDO LAMARTINE DE FARIA E A PERSPECTIVA DA EXPERIÊNCIA (1940-1970)

Maria Samara da Silva - mestrado em andamento

O escritor Norte-Rio-Grandense Oswaldo Lamartine de Faria tem sido reconhecido como um sujeito cuja vida e a produção intelectual foram dedicadas ao Seridó. Esta pesquisa, além de discutir a origem e a importância desta ligação olha para outras relações espaciais e suas respectivas relevâncias na trajetória de vida do autor e para a sua carreira intelectual. Entre esses outros espaços estão cidades como Natal e Rio de Janeiro e as propriedades rurais Lagoa Nova e Acauã. Entre as fontes deste estudo estão os livros Sertões do Seridó (1980); Ferro de Ribeiras do Rio Grande do Norte (1984); Notas de Carregação (2001) todos de autoria de Lamartine, além das publicações Em Alpendres d' Acauã: Uma conversa com Oswaldo Lamartine (2001) organizado por Natércia Campos e De Cascudo para Oswaldo (2005). Foram utilizadas ainda, quatro cartas trocadas entre Lamartine e Ramiro Monteiro Dantas do ano de 1994. Os conceitos 'experiência' e 'topofilia', conforme Yi –Fu Tuan possibilitaram o entendimento da ligação entre o autor e os diversos espaços analisados. As várias abordagens do conceito de 'paisagem' de Gaston Bachelard, Yi- Fu Tuan e Simon Schama permitiram a construção da hipótese de que as diversas experiências espaciais de Lamartine impactaram direta e indiretamente a descrição das paisagens e espaços em seus textos. Este estudo foi conduzido baseando-se na metodologia da análise do discurso de Michel Pechêux e Eni – Orlandi, e seus postulados são utilizados para pensar aspectos como o contexto imediato e amplo de Lamartine, a construção de um discurso sobre o homem e sua relação com os espaços. Como resultado dessa investigação foi possível compreender a importância da figura paterna de Lamartine e de todos os eventos que cercaram a sua família, sobre a construção de sua identidade seridoense. Além disso notamos que de fato existem experiências espaciais de diversos níveis em Lamartine variando entre a apreciação visual, a necessidade do contato físico que permeiam a construção do pertencimento e afeição ao Seridó como uma espécie de pátria. Cada espaço que ele ocupou teve importância para a construção de sua personalidade e de sua obra. O maior catalizador para sua escrita é a saudade, não apenas de um espaço, mas de todo um modo de vida baseado em uma ligação forte entre homem e natureza. E por fim, a paisagem em seus textos é uma junção entre imaginação, experiência e conhecimento adquirido em uma tradição do olhar regional, construída desde o início do século XX no Nordeste

Palavras-chave: Oswaldo Lamartine de Faria. Seridó. Rio Grande do Norte. Topofilia.

FUTURO ARCAICO OU A SOLIDÃO DE UM AMANHÃ DE SILÊNCIO: O PASSADO COMO DENÚNCIA EM OSWALDO LAMARTINE DE FARIA

Eduardo Kleyton de Medeiros - graduando
Orientador: Prof. Evandro dos Santos - UFRN

Investiga os usos do passado nos escritos de Oswaldo Lamartine de Faria (1919 – 2007). A partir das categorias de “espaço de experiência” e “horizonte de expectativas” propostas por Heinhart Koselleck, analisa artigos publicados no periódico Diário de Pernambuco (Recife/PE, 1948 e 1955) e outros reunidos no livro Notas de carregação (2001), escritos pelo sertanista potiguar e publicados ao longo do século XX em órgãos da imprensa do Rio de Janeiro/RJ e Natal/RN. Atenta à abordagem feita pelo escritor acerca da atuação humana na transformação dos espaços e costumes sertanejos, desde a colonização até a contemporaneidade. Analisa as proposições defendidas pelo escritor como necessárias, para verificar a hipótese de que o passado é convocado como forma de orientar a adoção de técnicas e métodos conservacionistas. Reflete as posturas do escritor sob a perspectiva da condição de “ser-afetado-pelo-passado”, discutida pelo filósofo Paul Ricoeur.

Palavras-Chave: História dos Sertões. Usos do passado. Oswaldo Lamartine de Faria.

IHGRN: RETÓRICA, SERTÃO E SERTANEJO

Ledson Marcos Sousa da Silva - mestrando

Discute a ideia de um dispositivo retórico presente na Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte (IHGRN) comum entre artigos, memórias e biografias publicadas no periódico. Nosso estudo pontua-se a partir dos âmbitos da história da historiografia e história dos sertões. Partindo da análise de textos de Nestor Lima, Floriano Albuquerque e José Augusto, disponíveis entre volumes correspondentes aos anos 1948-1961 da Revista, apresentamos questões referentes a esse indivíduo sertanejo que é construído pelos sócios do IHGRN. As notas biográficas elaboram um salto nas carreiras de alguns sujeitos deveras importantes para a memória da Instituição. O que entendemos por retórica da superação, cuja ideia é mostrar como sertanejo que vence dificuldades e alcança patamares legítimos da elite intelectual, um homem público digno de estar nos anais da Casa da Memória Potiguar. Apresentamos como objetivo dessa pesquisa, portanto, entender justamente o que está por trás desse tipo de narrativa. Propomos uma análise do discurso de teor técnico pautado em Cardoso e Vainfas (1997). Nossa base teórica considera contribuições valiosas de François Hartog (2013) e a noção de operação historiográfica de Michel de Certeau (2011). Como resultado apontamos que figuras como Amaro Cavalcanti e Juvenal Lamartine tornaram-se exemplos desse ir além, transcender as condições difíceis e árduas que o meio proporcionava. Está aí a ideia que o sertão precisa ser superado, que o sertão é repleto de dificuldades para o homem que a nação precisa. Problematicamos essa ideia levantando questões pensando essa escrita enquanto intrínseca a uma elite intelectual, a qual compunha o IHGRN.

Palavras-chave: Sertão. Historiografia. IHGRN.

“TODOS ESSES SERTÕES CIRCUVISINHOS”: AS REPRESENTAÇÕES DOS SERTÕES VEICULADOS PELO JORNAL A LIÇA (1903)

Johnnys Jorge Gomes Alencar – mestrando
Orientadora: Prof^a. Dr^a. Paula Rejane Fernandes - UFRN

A noção de sertão/sertões é polissêmica. Mencionar tal palavra é mobilizar uma variedade de tempos e espaços, que vez por outra pouco se assemelham. Neste trabalho busca-se

analisar como se constituíram representações em torno dos sertões na cidade do Crato-CE a partir da publicação do Jornal A Liça (1903). O periódico aqui analisado foi editado por José Alves de Figueiredo (1878-1961), poeta, farmacêutico, intelectual e membro do Club Romeiros do Porvir, agremiação literária da qual A Liça era órgão. Essa discussão ganha relevância quando entendemos que desde o século XIX se elaboram discursos em torno do Cariri e da cidade do Crato julgando que aquela parte do sul cearense não poderia ser denominada de sertão. Analisa-se, portanto, como a noção de sertão/sertões é veiculada pelo jornal; à quais elementos essas noções são relacionadas quando colocada em circulação; e, como os intelectuais da agremiação Romeiros do Porvir interpretam essa categoria à luz da realidade cratense. As fontes são compostas por um conjunto hemerográfico, especialmente o jornal A Liça (1903) que se figura como objeto de análise. Neste trabalho, busca-se lançar uma análise que possa interpretar as representações em torno dos sertões a partir dos domínios temáticos e teóricos da História dos Sertões e da História Intelectual.

Palavras-chave: Cidade do Crato. Jornal A Liça. Representação.

AS IMAGENS ESQUECIDAS POR CLIO: A PRODUÇÃO INTELECTUAL SOBRE AS XILOGRAVURAS E SUA INSTITUCIONALIZAÇÃO COMO CAMPO DE PESQUISA

Tereza Cândida Alves Diniz - doutoranda

Orientadora: Prof.^a Regina Beatriz Guimarães Neto - UFPE

Esta pesquisa objetiva problematizar as investigações sobre a produção acadêmica sobre a xilogravura, tomando como marco temporal os estudos sobre a temática que se iniciam a partir de 1998. Ao longo deste período pesquisadores com formação universitária lançaram mão de diversos conceitos – imagens do povo, gravura popular e xilogravuras – e procedimentos que resultaram na formação de museus, coleções, acervos, arquivos, e uma produção científica com vistas a promover e dar visibilidades a essas imagens. A proposta pretende analisar as relações entre a produção intelectual sobre a xilogravuras e a institucionalização deste campo de pesquisa, mais especificamente as imagens em xilogravuras da cidade de Juazeiro do Norte, onde a partir do século XX, tornou-se espaço de tradição nessa arte. As contribuições promovidas pela cultura visual como campo de investigação, norteará os usos teóricos sobre a análise das imagens. O exame da produção bibliográfica (artigos, dissertações, teses e livros), permitirá desnaturalizar os significados atribuídos a xilogravura ao longo do tempo e compreender as tensões, conflitos e o lugar social das xilogravuras como suporte de memórias sociais.

Palavras-chave: Xilogravuras. Historiografia. Cultura visual.

SIMPÓSIO TEMÁTICO 3

História Cultural e o Sagrado

Coordenadores

Prof. Dr. Lourival Andrade Júnior – UFRN

Prof. Me. André Luís Nascimento de Souza - Rede Privada de Ensino

Proposta do Simpósio Temático

Este simpósio temático pretende reunir pesquisas que discutam as diversas formas de re(ligações) entre o homem e o sagrado em suas mais variadas manifestações sensíveis, gestuais, orais e materiais. Festas, ritos, orações, africanidades, processos mediúnicos, catolicismo oficial e não oficial, cristianismo ocidental e oriental e manifestações não cristãs fazem parte do que pretendemos discutir.

Resumos

A FREGUESIA DA NOSSA SENHORA DA VITÓRIA (OEIRAS-PI) E SUAS RELAÇÕES COM PORTUGAL

Pedrina Nunes Araújo - doutoranda

A historiografia muito expõe a capacidade colonizadora dos povos modernos quando da expansão marítima. Portugal, por exemplo, desempenhou esse papel de precursor e pretendeu nas terras transatlânticas um empreendimento de dominação econômica e social. No Piauí não foi diferente, nossa colonização está estritamente ligada aos interesses da coroa, bem como a forte influência através do Padroado. O catolicismo inserido na vida dos sujeitos coloniais, de maneira alguma ficaria intacto frente a um multiculturalismo que se concentrava na América Portuguesa. Não negligenciar essas histórias é construirmos caminhos para alteridade, é um deslocamento necessário para percebermos que mundo é diverso e a História também pode ser abordada sem provocar tanto silenciamento. O catolicismo inserido na vida dos sujeitos coloniais, de maneira alguma ficaria intacto frente a um multiculturalismo que se concentrava na América Portuguesa, assim discutir sobre Igreja Católica no Piauí colonial, deve de certa maneira também possibilitar um entendimento de que essa instituição religiosa não somente afetou, mas também foi afetada, foi hibridizada e abriu um flanco para uma história conectada. Gostaríamos de levantar questões sobre as relações religiosa, sociais e políticas entre a Freguesia de Nossa Senhora da Vitória (Oeiras-PI) e Portugal durante o século XVIII a partir da anexação do território piauiense ao poder espiritual do Bispado do Maranhão. Dessa forma, analisaremos as ações dos párocos da freguesia na adequação da primeira matriz às deliberações condicionadas pelas Constituições do Arcebispado da Bahia. Discutiremos também sobre os diversos conflitos eclesiásticos envolvendo clérigos e civis da freguesia em ações movidas no tribunal eclesiástico do Maranhão, dessa forma perceberemos a dinâmica do poder eclesiástico em terras piauiense em prol de um controle assíduo e afirmação da força religiosa da Igreja maranhense em terras piauiense, provocando uma intensificação nas ações que possibilitou o desdobramento de uma vigararia forense no sertão da capitania do Piauí. Utilizamos como fontes para a construção das primeiras análises, os documentos do Arquivo Histórico Ultramarino – AHU e os processos do Auditório Eclesiástico maranhense que se encontra no Arquivo Histórico do Maranhão – AHM. Fontes que metodologicamente pontuaram elementos importantes para as análises como: os sujeitos envolvidos, os motivos das ações existentes nos documentos. Autores

como Pollyanna Gouveia que discute sobre justiça eclesiástica no Bispado do Maranhão, discussão que envolverá o trabalho de uma noção para um entendimento sobre, movimentação e funcionamento dessa justiça no Piauí, José Pedro Paiva sobre a importância da Igreja como instrumento de poder ultramarino, Bruno Feitler e Everton Sales sobre Igreja no Brasil durante a vigência das Constituições da Bahia, além de autores da historiografia piauiense como Odilon Nunes, Dagoberto de Carvalho, Pe. Cláudio Melo e Tânia Brandão.

Palavras-chave: Igreja Católica. Justiça eclesiástica. História Conectada.

ANÁLISE DISCURSIVA DA FIGURA DA MULHER VIRGEM MARIA NA LITERATURA DE CORDEL

Francisca Fabiana da Silva - doutoranda

Orientador: Prof. Ivanaldo Oliveira dos Santos Filho - UERN

O objetivo do estudo é investigar acerca da figura da mulher Virgem Maria na Literatura de Cordel, na perspectiva da Análise do Discurso de linha Francesa, a partir dos postulados teóricos e metodológicos de Dominique Maingueneau que, dentre seus objetos de estudos, investiga temas interdisciplinares e de interdiscurso envolvendo o discurso literário e o religioso. Assim, analisaremos discursivamente as imagens constituídas pelos poetas populares nos versos que enunciam sobre a Virgem Maria. Para tanto, na pesquisa focalizamos a noção de ethos discursivo na concepção de Maingueneau aplicada à análise dos cordéis: Nossa Senhora da Fome, de Raimundo Santa Helena, e Nossa Senhora das Graças, de Rodolfo Coelho Cavalcante. Por fim, revela-se a constituição de um ethos comum, ou seja, da Virgem Maria como o modelo da mulher-mãe, divina e que age nas necessidades espirituais e sociais dos fiéis.

Palavras-chave: Virgem Maria. Literatura de Cordel. Análise do Discurso.

SOBRE O FOGO DO INFERNO: VELHAS E NOVAS REPRESENTAÇÕES DO DIABO NO CORDEL PÓS DÉCADA DE 70

Ícaro de Medeiros Fernandes - graduando

Orientador: Prof. Lourival Andrade Junior - UFRN

O presente trabalho tem o intuito de verificar quais aspectos foram mantidos na produção cordeliana posterior a década de 70, como também quais novos arquétipos foram sendo inseridos na representação do demônio; discutir sobre a presença do Diabo no cordel, suas características, comportamento e forma de apresentação. Por fim, analisar os principais temas em que esse personagem aparece e como ele é trabalhado pelo cordelista. A metodologia empregada na realização da pesquisa tem um viés comparativo entre a leitura de produções literárias acerca do objeto, para se ter ideia de quais características já haviam sido pesquisadas, e pelo menos mais de 10 cordéis que foram produzidos depois dos anos 70, investigando novas representações. O resultado alcançado foi o da presença de outras visões acerca do demônio, mas que ainda se encontram escassas devido a limitação do acervo disponível, o que significa que se for realizada uma pesquisa em um acervo maior, poderá ser obtida uma quantidade mais variada deste resultado. Outro resultado é a continuação de algumas visões antigas. Conclui-se, acerca do que foi pesquisado, que o Diabo ainda mantém a característica de ser facilmente enganado e de ser sempre superado pela fé cristã; de ser a personalização da maldade e de ser algoz da imoralidade humana, dando lições na sua forma diabólica de ser; Além disso, algumas novas características

puderam ser verificadas que não estavam presentes nas obras mais antigas: o diabo mestre de cerimônia, que realiza festas grandiosas, e o diabo inferior ao saber científico, representando a ciência como mais exata que a religião.

Palavras-Chave: Diabo. Religião. Cordel.

A MÚSICA RELIGIOSA CATÓLICA POTIGUAR: DO LITORAL AO SERTÃO, ESTRATÉGIAS E TÁTICAS NA PARTICIPAÇÃO DAS BANDAS DE MÚSICA EM AMBIENTES RELIGIOSOS

Antonio Tenório Sobrinho Filho - graduado

Ao longo de sua trajetória a Igreja Católica buscou regular, normatizar e controlar as práticas musicais ocorridas dentro ou fora de seus templos por meio de documentos oficiais diversos. Desde missas solenes até procissões, seja nos grandes centros urbanos ou mesmo nas zonas rurais, a presença de ritos e os efeitos da normatização litúrgica deveriam ser seguidos tanto pelos fiéis quanto pelos religiosos. Objetiva-se investigar as possíveis formas de recepção do motu proprio “Tra Le Sollecitudini” (1903), também conhecido como o código canônico da música católica, assinado por Pio X, por parte dos integrantes das Bandas Filarmônicas do interior do Rio Grande do Norte. O recorte temporal desta reflexão insere-se entre o final do século XIX e os anos iniciais do século XX. A partir dos discursos encontrados em jornais locais do referido período, disponíveis na Hemeroteca da Biblioteca Nacional, buscou-se problematizar e relacioná-los com os conceitos de “estratégia” e “tática” de Michel de Certeau. Os discursos realizados por diversos atores (populares, jornalistas e até sacerdotes), analisados nas edições dos jornais A República e O Diário de Natal, apontam para a existência de uma grande teia de relacionamento compartilhado, especificamente uma suposta tríade formada por músicos, fiéis e sacerdotes. A visão de “estratégia” e “tática” de Michel de Certeau mostrou-se eficiente ao demonstrar o interior das relações entre os grupos analisados. A participação das Bandas de Música nas diversas cerimônias religiosas confrontava em certa medida aquilo que o código canônico do papa Pio X determinava. Os resultados obtidos neste estudo classificam-se como uma parte exploratória dentro de uma aparente complexidade sobre pesquisas a respeito do passado musical religioso no estado do Rio Grande do Norte. A falta de estudos sobre o tema em destaque, que enfoque especificamente esta região do país, tem sido a principal justifica para a continuidade e realização deste trabalho. Aos poucos as vozes dos ditos “homens ordinários”, ou ainda os “heróis comuns”, vão ganhando espaço e visibilidade.

Palavras-chave: Bandas de Música. Musica Religiosa Católica. Michel de Certeau.

REPOUSANDO SOB O OLHAR DA VIRGEM: A MORTE NA PERSPECTIVA DA IGREJA PALMARIANA E OS ENTERRAMENTOS NA CATEDRAL BASÍLICA DO PALMAR DE TROYA

Pedro Luiz Câmara Dantas - mestrando

A Igreja Palmariana é uma dissidência do Catolicismo Romano surgida na pequena aldeia sevilhana de El Palmar de Troya, a partir das aparições marianas que ali começaram a acontecer em março de 1968. No terreno onde se deu esse fenômeno, foi fundada uma nova ordem religiosa desautorizada pelo Vaticano em 1975: os Carmelitas da Santa Face. Dessa organização surgiria a Igreja Cristã Palmariana três anos depois, quando seu fundador, o vidente cego Clemente Domínguez y Gómez, se proclamou legítimo papa

católico e provocou um cisma com a Igreja Católica Apostólica Romana. Essa nova religião tornou-se proprietária do grande terreno onde ocorreram as aparições marianas e ali construiu uma grande basílica para ser sua sede mundial. No subsolo do templo existe uma extensa cripta onde praticamente todos os membros falecidos da Igreja, especialmente os que residem na Espanha, são sepultados. A Igreja Palmariana elaborou um complexo sistema doutrinário, no qual apresenta sua concepção acerca daquilo que é a morte e a vida espiritual, sendo isso o pressuposto para a canonização de uma série de personagens históricos da Espanha e de outros países, além de praticamente todos os seus clérigos e fiéis mortos. O presente trabalho sugere uma pesquisa histórica e reflexiva acerca desses fatores, trabalhando o conceito de espaço sagrado a partir do pressuposto da transformação do antigo lugar das aparições de El Palmar de Troya na sede física da Igreja Palmariana, e de como esse mesmo lugar foi igualmente selecionado como espaço propício aos enterramentos de seus clérigos, religiosas e demais adeptos que morreram. Como fontes, o "Extrato dos Documentos Pontifícios de Gregório XVII" e o "Catecismo Palmariano" irão compor o alicerce documental a ser analisado, além dos depoimentos de alguns ex-bispos do Palmar que atualmente administram páginas virtuais contrárias à Igreja Palmariana.

Palavras-chave: Igreja Palmariana. Espaço Sagrado. Enterramentos.

RELIGIOSIDADE E TRADIÇÃO: ASPECTOS DA INFLUÊNCIA DE COMPREENSÕES RELIGIOSAS NAS PRÁTICAS DE CAMPONESES NO NORDESTE DO BRASIL

Alana Pereira Costa Silva - graduanda

Tainara Ferreira da Silva - graduanda

Orientador: Prof. Francisco de Assis Batista - UEPB

Introdução O homem do campo do Nordeste do Brasil, adepto do catolicismo acredita que São José é considerado o santo das chuvas, sendo comemorado e festejado no dia 19 de março. A observação das condições do clima por diversas gerações do campesinato deu origem a compreensão nos devotos do santo, de que se no dia 19 de março ou até essa data ocorresse chuva, haverá água suficiente para o resto do ano, era uma dádiva do referido santo. Seria, pois, um sinal de fartura, que alimenta a fé do camponês e contribui para o otimismo necessário para enfrentar as adversidades no campo. Considerado São José como sendo o padroeiro dos agricultores, é no dia do referido santo que os camponeses fazem a previsão de chuvas para o restante do ano. Conforme o entendimento comum tanto para Durkheim (1989) quanto para Mauss a religião não é necessariamente algo que diz respeito a “deuses e ao sobrenatural,” desvinculado das ações práticas do cotidiano, mas está ligada a dimensão social, a um grupo de pessoas, que partilham as mesmas crenças e valores e que orientam suas práticas. Temos, portanto, como objetivo analisar como essa compreensão religiosa dos agricultores ainda orienta sua prática no tocante ao plantio e sua perspectiva de colheita. A Metodologia usada para esse estudo é de cunho bibliográfico considerando que essa perspectiva permite coletar informações a partir de autores diversos, que mediante suas publicações, debatem e sistematizam conhecimento sobre a temática em questão. Resultado: É possível observar que mesmo em um contexto social em que o pensamento racional predomina, ações exercitadas por grupos sociais, no caso parcela dos agricultores, ainda orientam suas ações por tradições estabelecidas. Conclusão: os rituais mediante a tradição para determinados grupos sociais constituem-se em orientações para seu agir no cotidiano, assim sendo, ainda podemos perceber os agricultores no nordeste do Brasil em diversas localidades organizarem suas prática de plantio mediatizadas por aspectos da crença vinculada ao catolicismo.

Palavras-chave: Religiosidade. Campesinato. Tradição.

AGRADECENDO A BENDITA SANTA: EX-VOTOS, PEDINTES E PRESENTES NA LÓGICA DA GRAÇA EM SANTA CRUZ DOS MILAGRES (1969 – 1983)

Patrícia de Sousa Santos - doutoranda

A cidade de Santa Cruz dos Milagres, também conhecida pela tradição oral como Olho d'água dos Milagres, fica a aproximadamente 180 km da capital do Estado do Piauí, Teresina, e a exemplo de muitas hierópolis teve o seu povoamento e posterior urbanização baseados nas graças e milagres da Cruz bendita, que teria sido ali depositada por um venerável beato que teria profetizado as maravilhas que ocorreriam no local. A tradição oral conta que desde meados do século XIX a região semiárida do Piauí passou a receber a proteção divina sob os auspícios da Divina Santa Cruz dos Milagres. Portanto, o objetivo da pesquisa é apontar as múltiplas formas de agradecimento a Bendita Santa Cruz dos Milagres, tomando como foco os ex-votos, a oferta de esmolas aos pedintes, os presentes dados a Santa dentre outras formas de agradecer e assim garantir seu pacto com a divindade. Observamos que nesse momento de pagamento de promessa a graça se materializa através dos ex-votos, além dos ex-votos tradicionais como: membros do corpo ou maquetes de casas e veículos, as esmolas aos necessitados acabam também adquirindo o sentido de ex-voto, essas doações aos necessitados, tornou-se em algumas circunstâncias elemento de evangelização para a Igreja Católica, a solidariedade vista como boa ação dos fiéis, também alimentava e tornava visível os problemas sociais de parte dos “mendigos de Santa Cruz. Faremos uma análise documental tendo como base os Livros de Tombo, além do livro de memórias de Padre Davi Mendes de Oliveira, que durante 30 anos foi o responsável pela organização pastoral e controle do Santuário. O pagamento de promessas sugere na lógica religiosa dos devotos de Santa Cruz dos Milagres, além de uma forma de pagar sua dívida com a Santa uma maneira de ser solidário, atendendo os apelos cristãos de ajuda aos pobres, que viria através das esmolas aos pedintes, que nos períodos da Festa de Exaltação a Santa Cruz se aglomeravam no adro da Igreja, além disso, observamos que nos períodos de crise os cofres da Santa recebiam ainda mais oferta, seria o momento em que fiéis crentes na realização de seus pedidos aumentavam o valor das ofertas, a insegurança acabava aproximando ainda mais fiéis e divindade. Servirão de guias norteadores os escritos de Natalie Zemon Davis, E.P Thompson, Michel de Certeau, Carlos Steil e Régis Lopes, esses autores nos permitem refletir sobre a própria dinâmica do dar e receber na devoção, assim como as Estratégias e táticas daqueles que veem na celebração e na solidariedade uma forma de alcançar a graça, seja ela para quem doa como para quem recebe.

Palavras-chave: Santa Cruz dos Milagres. Esmolas. Ex- Votos.

A REPRESENTAÇÃO DA MULHER NEGRA NA LITERATURA DE CORDEL

Francisca Fabiana da Silva - doutoranda

Orientador: Prof. Ivanaldo Oliveira dos Santos Filho - UERN

A língua constitui um fenômeno essencial para a construção dos sujeitos sociais, uma vez que, por meio das interações mediadas pela linguagem, o homem constrói uma determinada visão de mundo e da realidade em que vive, e essas concepções servem de referência para as representações sociais, políticas e econômicas que incidem no espaço social. Sendo assim, o estudo da linguagem, na sua relação com a cultura, a história e a vida social, torna-se fundamental para se observar como as ideologias e práticas

socioculturais são construídas pelos sujeitos, em determinado lugar social e período histórico. Tendo por base a importância do estudo da linguagem para compreensão das culturas e representações sociais que se manifestam através dos discursos, este estudo tem como objetivo analisar as representações da mulher negra na literatura de cordel, observando quais as imagens dessas mulheres são construídas a partir do imaginário de poetas populares do nordeste brasileiro. O corpus da pesquisa é composto pelos cordéis: “A negra macumbeira” do poeta Rodolfo Cavalcante e “A vitória de Floriano e a negra feiticeira” de Manoel D’Almeida Filho, ambos produzidos na metade do século XX. Uma vez que a literatura de cordel se constitui como uma produção cultural repleta de expressividade, espontaneidade e alto “poder de comunicabilidade” (Peregrino, 1984) é possível compreender por meio da leitura dos significados revelados pelos poetas, questões socioculturais enraizadas no imaginário coletivo e inconsciente dos sujeitos sociais de determinada época, materializados nos versos de poetas populares do Nordeste Brasileiro, região em que o Cordel desempenha papel cultural e social relevante. Para tanto, organizamos o percurso temático da pesquisa em três tópicos: inicialmente, discorreremos sobre a Literatura de Cordel, ressaltando aspectos relevantes dos contextos de produção, circulação e recepção no Brasil, especificamente no Nordeste. No segundo item, abordamos a formação de uma literatura pós-colonial, que nos auxilia na compreensão das raízes do racismo, sobretudo do preconceito construído historicamente contra as mulheres negras, duplamente oprimidas, pela condição de mulher e pela sua cor. Na terceira parte, apoiados pelos pressupostos teóricos da pesquisa, analisaremos dois cordéis que tematizam acerca da mulher negra, tendo como objetivo observar as representações que emanam dos poemas. observamos que a imagem construída, nos versos analisados, sobre a mulher negra está relacionada a uma visão preconceituosa, distorcida e intolerante, que se constituiu historicamente, das religiões de matrizes africanas.

Palavras-chave: Mulher negra. Literatura de Cordel. Literatura pós-colonial.

LOCAIS SACRALIZADOS: PRÁTICAS DE REZADORES, BENZEDEIROS E CURANDEIROS NA CONSTRUÇÃO DE ESPAÇOS SÓCIORELIGIOSOS EM COMUNIDADES RURAIS (POMBAL-PB, SÉCULO XX)

Emerson José Ferreira de Sousa - mestrando

Na igreja de São José localizada na comunidade rural do Estrelo, em Pombal, Alto Sertão da Paraíba, membros desta localidade arquivaram relatos que narram experiências de vida de rezadores, benzedeiros e curandeiros que residiram na comunidade e em outras circunvizinhas no decorrer do século XX. O estudo parte dos relatos, representativos do interesse local em rememorar parte destas vidas, para investigar como as práticas religiosas destes indivíduos constituíram espaços sociais e culturais nas localidades, sob o ponto de vista da sacralidade. Com base em Certeau (1998) e Segaud (2016), definimos que o cotidiano e suas espacialidades simbólicas se constituem por meio de práticas culturais. No campo metodológico, analisamos os discursos presentes nos documentos, atentando-se para as formas como estas narrativas são sistematizadas e articuladas discursivamente. As práticas dos religiosos concentravam-se especialmente na cura de males deste e do outro mundo, o que, aos olhos das comunidades, era fundamental para a manutenção da vida local. Além disso, elas também foram responsáveis pela transmissão de virtudes da fé por meio de importantes ações religiosas e sociais nas localidades as quais se estendiam. Portanto, compreende-se que estas práticas socioculturais foram centrais para a instituição da dimensão simbólica local que se constitui enquanto espacialidade sócio religiosa sertaneja.

Palavras-chave: Práticas religiosas. Espaço. Discurso. Fundação.

ESPIRITISMO E QUESTÕES ÉTNICO-RACIAIS PELA PENA ROMANESCA DE BEZERRA DE MENEZES NA OBRA A PÉROLA NEGRA (1880-1890)

Flávio Luan Freire Lemos - graduando

Orientador: Prof. Andre Victor Cavalcanti Seal da Cunha - UERN

Adolfo Bezerra de Menezes foi um médico cearense que fez carreira política relevante na capital imperial. Seja enquanto vereador ou deputado, atuou em diversas pautas em seus diferentes mandatos a partir da década de 1860. Todavia, na contemporaneidade, seu nome é mais solicitado no âmbito do Espiritismo brasileiro. A partir de sua conversão pública, em 1886, engajou-se na estruturação do movimento espírita brasileiro, correspondendo em significativas contribuições para a fundação da Federação Espírita Brasileira – FEB. No âmbito de sua atuação neste referido movimento, nossa pesquisa inseriu-se nas análises e historicização de uma fonte pouco utilizada no âmbito acadêmico para compreensão do sujeito Bezerra de Menezes: Seus romances doutrinários, publicados enquanto folhetins no jornal espírita O Reformador. Através do folhetim A Pérola Negra, nossa pesquisa objetivou analisar os exercícios intelectuais realizados pelo autor na compreensão das questões étnico-raciais do período escravagista brasileiro com a mobilização de elementos da doutrina kardecista. Utilizando-se para tanto, da apreensão e historicização das representações sobre os escravizados presentes no romance, incluindo sua relação com os processos de escravização. Assim sendo, corroboramos na investigação acerca da contribuição do Espiritismo, através de Bezerra de Menezes, um dos principais líderes do século XIX, no debate étnico-racial do referido recorte histórico a qual insere-se este trabalho. Para além disso, apontamos a existência de conexões realizadas entre um Bezerra de Menezes antes da sua conversão, enquanto político imperial, e após, como líder do movimento espírita no Brasil.

Palavras-chave: Bezerra de Menezes. História do Espiritismo. História Cultural.

REZADEIRAS: A PRÁTICA DA CURA ATRAVÉS DA FÉ NA VILA DO PRÍNCIPE NO RIO GRANDE DO NORTE (SÉC. XVIII-XIX)

Daniela Gomes Garcia - graduanda

Laíse Vitoria de Figueredo Souza - graduanda

Orientador: Prof. Thiago Alves Dias – PPGH-UFRN

O presente artigo concentrará na percepção da presença das rezadeiras na província Vila do Príncipe da Comarca do Rio Grande, na segunda metade do século XVIII ao início do século XIX. A partir dos documentos encontrados como os jornais, revistas e processos-crimes, onde podem haver exposições sobre pessoas que tinham essa prática nesse período. Partindo dessa discussão é que concentremos nossa pesquisa, o entendimento da presença de rezadeiras no espaço do sertão nordestino do Rio Grande do Norte, precisamente no Seridó, na Comarca de Caicó. Sendo essa localidade entendida como longínqua do Brasil, na fala de Souza, e que se apresentava como um local propício para o desenvolvimento dessas práticas de cura, da medicina popular.

Palavras chave: Rezadeiras. Vila do Príncipe. Cura.

EXPERIÊNCIAS DOUTRINÁRIAS DO MOVIMENTO DOUTRINÁRIO E RELIGIOSO ESPIRITUALISTA CRISTÃO VALE DO AMANHECER NA PARAÍBA - 1980-2015

Jessica Kaline Vieira Santos - mestra

O presente artigo tem como objetivo compreender mesmo que de forma sucinta, as experiências doutrinárias do Movimento Doutrinário e Religioso conhecido como Vale do Amanhecer, que têm suas origens na cidade satélite de Brasília, Planaltina – DF. E que conta nos dias atuais com mais de 600 templos, no Brasil e fora dele, e países como Portugal, Canadá, Espanha, por exemplo. O Vale do Amanhecer é um movimento doutrinário híbrido, que integra traços culturais de diversas religiões, aspectos que tornam-no um objeto que possibilita diversos tipos de análise, no caso aqui mencionado, a análise se fará a partir da presença do Vale do Amanhecer na Paraíba, em aspectos que dizem respeito a sua chegada na década de 1980, até a sua permanência nos dias atuais. A Paraíba conta com aproximadamente 17 templos ativos, que se distribuem desde o litoral do estado até o sertão. Esse artigo é parte dos resultados das pesquisas de graduação e mestrado desenvolvidas desde o ano de 2015, e que fizeram parte da dissertação intitulada "SIMBOLOGIAS, RITUAIS E REPRESENTAÇÕES: EXPRESSÕES DO MOVIMENTO DOUTRINÁRIO E RELIGIOSO VALE DO AMANHECER NA PARAÍBA - 1980 a 2015" apresentada no Programa de Pós Graduação em História da Universidade Federal de Campina Grande-UFCG. Para a elaboração da pesquisa foram utilizados manuais do movimento, boletins virtuais, bem como documentos e depoimentos orais, e bibliografias que dizem respeito ao tema.

Palavras-Chave: Movimento doutrinário. Vale do Amanhecer na Paraíba. Templos ativos.

O MOVIMENTO MESSIÂNICO DA SERRA DE JOÃO DO VALE: UM ESTUDO SOBRE OS SERTÕES E A CONSTRUÇÃO DE UMA RELIGIOSIDADE DITA POPULAR

Vikelane Maria de Oliveira Silva - mestranda

À medida que surge a construção intelectual de uma cultura popular nordestina, é possível pensar uma fabricação de uma religiosidade popular nordestina pela qual as manifestações religiosas no sertão são vistas e ditas de forma pejorativa. A partir de uma elite letrada essas práticas religiosas foram construídas por meio de um binômio sertão/ fanatismo. Sendo assim, este trabalho propõe uma discussão acerca do sertão enquanto espaço de uma religiosidade popular a partir dos movimentos messiânicos (tomando como referência o movimento messiânico da Serra de João do Vale), utilizaremos como base para a discussão teórica, as seguintes obras: "A feira dos mitos: a fabricação do folclore e da cultura popular (nordeste 1920 – 1950)" de Durval Muniz de Albuquerque Júnior, e "Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade" de Nestor Garcia Canclini.

Palavras-chave: Religiosidade Popular. Sertão. Messianismo. Fanatismo. Híbridismo.

OS SERTÕES E A JUREMA: UMA ANÁLISE DA BIBLIOGRAFIA PRODUZIDA SOBRE A JUREMA SAGRADA E AS PRÁTICAS DO TERREIRO

Beatriz Alves dos Santos - graduanda

Orientador: Prof. Lourival Andrade Júnior - UFRN

Dentre os diversos tipos de manifestações religiosas com heranças ou matrizes afro-luso-ameríndias, no Brasil, a Jurema Sagrada, ou Catimbó, se ergue como uma expressão sertaneja de origem indígena. Uma busca realizada entre acervos virtuais como o repositório institucional da UFRN, nos evidenciou, todavia, que a produção sobre tais práticas religiosas ainda não é tão volumosa quanto abordagens que se pautam a analisar a Umbanda ou Candomblé, por exemplo. De origem indígena, tendo como princípio

fundamental o uso da fumaça como elemento de cura, como anota Luiz Assunção em “O reino dos Mestres”, a Jurema se coloca, para nós, como um pilar de compreensão dos sertões. Esta comunicação se lança, desta feita, a realizar um levante bibliográfico em discussão com as experiências etnográficas observadas nas práticas do terreiro de Umbanda e Jurema “*Mãe Yemanjá*”, localizado em Jardim de Piranhas/RN. Com base nas obras “*O Reino dos Mestres*”, de Luiz Assunção, “*Meleagro*” de Câmara Cascudo e “*A Sombra da Jurema Encantada*” de Sandro Guimarães Salles e com os documentários “*Encantarias*” dirigido por Rodrigo Sena e Julio Castro e “*Os milagres do Catimbó de Jurema*”, nos empreitamos aqui a compreender a Jurema como uma manifestação dos sertões brasileiros, mais especificamente nordestinos. Nosso intuito aqui está, portanto, em estabelecer um diálogo com o trabalho etnográfico realizado no terreiro em questão com as obras bibliográficas e documentários citados, buscando perceber os embates e convergência do âmbito teórico e prático, levando em conta a hipótese da Jurema como uma prática religiosa nascida nos sertões.

Palavras-chave: Etnografia. Jurema. Sertões.

MUNDANISMO MATERIAL E SIMBÓLICO NO JORNAL “A ORDEM” (1930-1950)

Lucíola Torres Libanio - graduanda

Orientador: Prof. André Victor Cavalcanti Seal da Cunha - UERN

O artigo deseja esclarecer o uso do termo mundanismo. O vocábulo mundanismo, é muito utilizado na narrativa das páginas do jornal “A Ordem”, o confessional tende a caracterizar as atividades de homens e mulheres que se debruçavam aos prazeres do mundo moderno e se distanciavam do mundo divino como pessoas mundanas. Mundano era todo aquele conjunto de símbolos que não fazia parte do mundo sagrado. A modernidade se apresenta de duas formas para igreja, seguindo os preceitos maniqueístas: boa e má. Busca ainda, fazer a separação entre os mundanismos, o que vai de encontro a visão material que pode ser vista no cotidiano, a exemplo, da criação de jornal e da formação dos intelectuais católicos, se aproveitando das ondas da modernidade vigente. E o mundanismo simbólico, que representava as novidades que igreja não poderia resignificar e que interferia no comportamento de homens e mulheres distanciando-os dos lugares celestes. Além disso, o noticiário se debruçava a localizar os inimigos do sagrado. O mundanismo apresenta-se como um veneno na sociedade: O pilar que une todos os inimigos eclesiásticos. O trabalho apresenta esses inimigos elencados pela igreja crista e informa os artifícios utilizados por ela para combatê-los em seus projetos de ordenamento educacional e doutrinação.

Palavras-chave: Mundanismo. Modernidade. A Ordem. Família. Educação.

INSTRUÇÃO RELIGIOSA E EDUCACIONAL: CAMINHOS PARA A PROPAGAÇÃO DA FÉ CATÓLICA NA PARAÍBA (1930 / 1935)

Jose Pereira de Sousa Junior - doutor

O objetivo deste trabalho é mostrar como se deu o processo de instrução educacional e religiosa na Paraíba nos últimos cinco anos da administração episcopal de Dom Adauto de Miranda Henriques. Nossas reflexões estão pautadas em duas cartas pastorais intituladas Propagação de Fé e Instrução Religiosa (1930) e Das vantagens do ensino religioso (1932). Estas cartas, demonstram a preocupação da Igreja Católica em fortalecer e expandir o ensino religioso na Paraíba, cuja finalidade era promover e consolidar o episcopado brasileiro. Assim, foi determinado a reformulação de antigos colégios e abertura de

numerosas congregações masculinas e femininas, muitas vindas da Europa. Vale salientar, que muitas destas congregações (Salesianos, Diocesanos, Sagrado Coração de Jesus, Marianas, Virgem de Lourdes) vieram para o Brasil por orientação da política ultramontana, incentivando a educação católica e buscando meios para a reestruturação da Igreja Católica no Brasil. Nossa pesquisa indica que esta política expansionista da Igreja Católica voltava-se para duas direções, a saber, reconquistar os espaços ameaçados com a ruptura com o Estado e recrutar novos grupos para constituírem a elite eclesiástica.

Palavras-chave: Igreja Católica. Ensino Religioso. Escola Confessional.

CONSTRUÇÃO DO TERRITÓRIO DA FREGUESIA DE SANT'ANA: FAMÍLIA ESCRAVA E RELAÇÕES DE COMPADRIO COMO ESTRATÉGIA DE FORMAÇÃO DA TERRITORIALIDADE ESCRAVA (SÃO JOSÉ DE MIPIBU, SÉCULO XVIII E XIX)

Clara Maria da Silva – mestrandia

Orientador: Prof. Helder Alexandre Medeiros de Macedo - UFRN

A Freguesia de Sant'Ana tem sua criação datada no ano de 1762, juntamente com a Vila de São José do Rio Grande. Esta Vila, território dos índios Potiguara, tem transferido para o seu território os índios Pega da Serra Cepilhada (atual João do Vale, na Paraíba) por determinação da Coroa, a fim de realizar a transformação da Missão do Mipibu em Vila de São José do Rio Grande. Seguindo o que propunha o Diretório do Índios, para a consolidação da Vila, há também a associação de 15 famílias brancas vindos da Vila de Extremoz, como forma de auxiliar na civilização desses índios. A chegada dos negros escravizados não se dá de maneira oficial como a desses outros personagens, tendo sido comprados, segundo a historiografia, de casas comerciais do Ceará ou de Pernambuco, sendo trazidos para a província do Rio Grande do Norte em fins do século XVIII e XIX por terra ou pela navegação de cabotagem. É válido destacar que a necessidade de mão de obra escrava nesta região se dá pelas terras férteis do Vale do Capió, localizadas na cidade de São José de Mipibu, propícias para a plantação de cana de açúcar, permitindo a existência de engenhos e engenhocas de produção de açúcar, rapadura e cachaça. Propomos, portanto, investigar em nível institucional como se deu a construção da territorialidade da Freguesia de Sant'Ana, na cidade de São José de Mipibu, no século XIX. Percebemos a territorialização desta Freguesia baseado em Raffestin (2008), por índios e brancos, e a desterritorialização e reterritorialização deste mesmo espaço por negros escravizados e por indígenas que foram forçosamente obrigados a ocupar tal território. Através de levantamento bibliográfico sobre a formação da Freguesia de Sant'Ana e dos registros de batismo e casamento da mesma, pretendemos compreender como se deu a construção do território religioso e das territorialidades escravas dentro deste espaço. A análise de fontes paroquiais e a identificação das famílias escravas, bem como das relações de compadrio entre estas e homens livres e escravos nos fazem perceber a busca por estratégias de sobrevivência dentro do sistema escravista. Procuramos construir uma abordagem histórica, relacional e multidimensional do território e da territorialidade, assim como propõe Saquet (2008), através das relações entre os homens, as redes e as heterogeneidades entre brancos, índios e negros escravizados. Diante deste panorama, pretendemos compreender o processo de formação da territorialidade da Freguesia de Sant'Ana, por indivíduos de diferentes estratos sociais e étnicos, identificando as estratégias de construção de territorialidades escravas neste espaço religioso no Oitocentos.

Palavras-chave: Freguesia. Territorialidade. Escravidão.

AS REPRESENTAÇÕES MEDIEVAIS DA INFÂNCIA DE JESUS NOS TEXTOS APÓCRIFOS: O EVANGELHO DE KLOSTERNEUBURGER (C. 1340)

Claudio Kuievinny da Silva Duarte – graduando
Orientador: Prof. Guilherme Queiroz de Souza - UFPB

Os textos “apócrifos”, ou “extra canônicos”, designam os escritos excluídos do cânon bíblico da Igreja ao longo de sua história. Excluídos devido principalmente ao seu conteúdo e falsa autoria, uma de suas principais funções era sanar as dúvidas dos cristãos a respeito de assuntos que a literatura canônica resumia ou não mencionava, como a infância de Jesus, de seu nascimento aos seus doze anos, ou então a vida de Maria antes do nascimento de Cristo ou após a sua morte. Na Idade Média, os textos apócrifos foram traduzidos, lidos, e influenciaram as produções culturais. Suas temáticas foram representadas na literatura, na hagiografia, no teatro, e, sobretudo, na arte (iconografia, escultura etc.). Considerando isso, o presente trabalho busca analisar a influência dos apócrifos na iconografia medieval, ocupando-se, para tanto, da temática da infância de Jesus. Utilizando como aporte teórico-metodológico as abordagens dos medievalistas Jean-Claude Schmitt e Jérôme Baschet a respeito de análise iconográfica, busca-se analisar uma série de iluminuras do século XIV presentes em um manuscrito alemão intitulado Evangelho de Klosterneuburger, (c. 1340). Tais iluminuras ilustram diversos episódios da infância de Cristo oriundos da literatura apócrifa. O gênero textual que se ocupa da infância de Jesus nos apócrifos é o conhecido “evangelho”, semelhante aos textos canônicos responsáveis por discorrer sobre a história de vida e ministério de Jesus. Para o presente trabalho realizou-se um recorte dos apócrifos da infância Cristo, tendo sido utilizados os textos Evangelho do Pseudo-Tomé (século II) e o Evangelho do Pseudo-Mateus (século VI). Assim, busca-se estabelecer uma relação entre os textos apócrifos e as iluminuras analisadas e realizar uma análise comparativa entre os escritos, notando suas diferenças e como elas reverberam na iconografia. Até o presente momento percebemos como as iconografias do manuscrito “Evangelho de Klosterneuburger” apontam para a influência de mais de um texto apócrifo sobre a infância de Jesus. A análise das iluminuras tem permitido notar a presença de aspectos da sociedade, imaginário e religiosidade medieval.

Palavras-chave: Apócrifos. Iconografia. Idade Média.

A REPRESENTAÇÃO DA MULHER MÓRMON ATRAVÉS DA REVISTA "A GAIVOTA" (1948-1949)

Mariana Ferreira Rocha - graduanda
Orientador: Prof. André Victor Cavalcanti Seal da Cunha - UERN

Nos finais da década de 1940 ao início da década de 1950, a Igreja Mórmon comercializou durante três anos a revista A Gaivota. A Igreja tem uma divisão de organizações que ocorrem a partir do gênero, a organização Sacerdotal é resguardada aos homens e a organização da Sociedade de Socorro é voltada às mulheres. As sessões da revista se encaixam com a estratificação da Igreja, ou seja, determinadas matérias são voltadas para leitores homens e outras para as leitoras mulheres. Essa divisão facilita o processo de educação dual da Igreja. Este trabalho tem como foco pensar a representação da mulher mórmon construída pela Igreja e reproduzida para as mulheres através da educação prestada pela Sociedade de Socorro e pela A Gaivota. A partir desse ensino voltado para as mulheres será possível trabalhar nos objetivos deste estudo. O primeiro objetivo visa perceber qual o papel da mulher mórmon dentro da Igreja, como ela deve ser, o que deve

fazer e que qualidades deve desenvolver. Em seguida compreender a partir deste papel que lugar lhe é resguardado dentro da sociedade mórmon, trabalhando também as justificativas dadas pela Instituição para o lugar do qual a mulher ocupa. Para isso, será analisado o discurso da Igreja promovido pela revista a partir da leitura de Pierre Bourdieu (2015), para compreender a posição das mulheres dentro da Igreja Mórmon a partir da ideia de naturalização das construções sociais e do uso da condição biológica como justificativa para a posição das mulheres dentro da Igreja. Para se pensar na representação da mulher mórmon será feita uma análise dos artigos voltados para estas mulheres com apoio na abordagem da história cultural formulado por Roger Chartier (2012) acerca da representação. Dispondo-se desta fonte, destes teóricos e do método de análise do discurso, consideramos que: a mulher mórmon representada pela Igreja SUD não só é uma mulher que serve a Deus, como também a família e a Igreja, portanto, extremamente caridosa, moral e virtuosa; o lugar que ocupa é o espaço do lar, onde deve atentar-se a educação moral e alimentar dos filhos e do marido; é por meio da Sociedade de Socorro e da revista A Gaivota que será divulgado a representação da mulher mórmon; a Igreja se utilizará da natureza biológica para justificar o papel das mulheres mórmons dentro desta Instituição.

Palavras-chave: História das Mulheres. História das religiões. Mórmons. Representação.

O “AMOR CORTÊS” E O UNIVERSO SENTIMENTAL NA BAIXA IDADE MÉDIA ATRAVÉS DA OBRA O TRATADO DO AMOR CORTÊS E DAS POESIAS DOS TROVADORES GALEGO-PORTUGUESES (XII A XIV)

Milena Policarpo Carvalho - graduanda

Orientador: Prof. Francisco Denis de Melo - UEPB

A proposta desta pesquisa é buscar compreender as raízes da concepção de amor que surge durante o período da Baixa Idade Média e que vai influenciar diretamente a literatura produzida no período. O “amor cortês” ou “fino amor” foi esta nova forma de sensibilidade, que encontrou sua expressão máxima através da Lírica Trovadoresca dos séculos XIII e XIV, que vai estar presente também nas novelas de cavalaria escritas a partir do século XIV e que surge na literatura em um visível contraponto aos valores morais que regiam as relações entre homens e mulheres durante o período, essencialmente baseadas na moral cristã transmitida pela Igreja Católica. Buscaremos então compreender o que é o amor cortês, suas principais características, como estão aí representadas as relações entre homens e mulheres e o contexto em que surge este movimento sentimental. Nos serviremos para isto de uma das principais obras do período, escrita por volta do final do século XII e que é considerada uma espécie de manual sobre o assunto, o Tratado do Amor Cortês de André Capelão, obra dividida em três partes e que sintetiza as principais características e os principais preceitos do amor, como obtê-lo, mantê-lo e também os sinais de seu enfraquecimento e fim, assim como também fazendo um contraponto ao indicar os malefícios que o amor pode trazer àqueles que ingressam na sua “corte”. Além desta obra, utilizaremos também algumas poesias trovadorescas galego-portuguesas compostas por Martin Soares (século XIII), Afonso X, rei de Leão e Castela (1221-1284) e D. Dinis (1261-1325), fazendo uma análise comparativa entre estas poesias e o Tratado de André Capelão, traçando os elementos em comum entre estas composições e buscando ligá-las ao contexto externo de seu surgimento. Para isto, também nos apoiaremos nos trabalhos de autores que serão basilares nesta pesquisa: José D’Assunção Barros, Segismundo Spina e Yara Frateschi Vieira, além de outros teóricos que nos darão sustentação para também compreender a relação entre História e Literatura como metodologia possível para compreender sujeitos que fisicamente não vivem entre nós, mas

nos deixam seu legado artístico e uma janela para compreender o passado e, neste caso, quem sabe, traçar um quadro do universo sentimental durante o período.

Palavras-chave: Amor cortês. Trovadorismo. Baixa Idade Média.

SIMPÓSIO TEMÁTICO 4

Culturas políticas, poder e imprensa no Brasil República

Coordenadores

Prof.^a Dr.^a Paula Rejane Fernandes - UFRN

Prof.^a Dr.^a Jailma Maria de Lima – UFRN

Proposta do Simpósio Temático

O simpósio visa congregar trabalhos que abordem aspectos da história política brasileira durante o período republicano em suas diversas vertentes. Assim, objetiva a realização de discussões tanto de cunho teórico-conceituais ligadas as relações da cultura política, do poder e das suas relações com a imprensa, quanto de questões ligadas a dimensão da política partidária e das ações cotidianas dos atores políticos.

Resumos

O REBATE: AS REPRESENTAÇÕES SOBRE O PADRE CÍCERO NO CONTEXTO DA EMANCIPAÇÃO POLÍTICA DE JUAZEIRO (1909-1911)

Ramon Bezerra Pereira - graduando

Orientador: Prof. Marcílio Lima Falcão - UERN

A historiografia versa sobre os mais variados aspectos da vida do Padre Cícero Romão Batista, dentro dessa produção científica nota-se uma ênfase sobre a devoção ao vigário após os “fatos extraordinários” de 1889 e, uma abordagem política sobre a sua figura enquanto agente na Secessão de Juazeiro em 1914. Nesse contexto, o Patriarca de Juazeiro assume sua dupla postura entre o Sagrado e o Profano, fato noticiado pela imprensa cearense. Tomando como base o papel da imprensa nas disputas que marcaram o processo de emancipação política alavancado pela comunidade de Juazeiro diante da cidade do Crato, localizada na região do Cariri, ao sul do Ceará, no período de 1909 a 1911, o presente artigo analisa, a partir das estratégias utilizadas pelo jornal juazeirense O Rebate, a construção e circulação das representações sobre o Padre Cícero Romão Batista como produção de alteridades sobre os agentes políticos que experienciaram as tensões políticas na luta pela autonomia política de Juazeiro.

Palavras-chave: Representação. Imprensa. Pe. Cícero

IMAGINÁRIO ANTICOMUNISTA, IMPRENSA E RELIGIOSIDADE POPULAR: A DESTRUIÇÃO DO CALDEIRÃO DO BEATO JOSÉ LOURENÇO NO CARIRI CEARENSE (1936-1937)

Vinícius Silva de Medeiros - graduando

Orientadora: Prof^a. Edvanir Maia da Silveira - UVA

O comunismo, ou melhor dizendo, a experiência soviética durante a primeira metade do século XX, urdia a vitória do socialismo em todo o mundo. A nação liderada por Stálin causava temor no ocidente. A notícias que vinham da União Soviética, davam conta do suposto Estado ateu que havia se estabelecido na URSS, em que se proibia a religião, levando a Igreja Católica a combater a propagação das ideias comunistas no Brasil. A propaganda foi fundamental na construção do imaginário popular acerca do comunismo. A imprensa nacional teve papel fundamental na consolidação da representação diabólica

atrelada aos bolcheviques. É importante salientar que falamos da década de 1930, no Brasil, Getúlio Vargas governava a mãos de ferro a jovem nação republicana. Nosso trabalho orienta-se através do recorte dos anos de 1936-1937, quando acontece o embate entre os setores da Igreja Católica, Imprensa, latifúndio e Estado contra a comunidade do Caldeirão de Santa Cruz do Deserto, no Ceará. O objetivo do trabalho proposto é investigar, por meio dos periódicos, como o medo à “ameaça vermelha” - o comunismo, serviu de justificativa para destruição de experiências comunitárias como o Caldeirão de Santa Cruz do Deserto. Auxiliarão nesse trabalho a bibliografia sobre o Caldeirão: Caldeirão: estudo histórico sobre o beato José Lourenço e suas comunidades de Régis Lopes e do anticomunismo no Brasil, como a tese de Rodrigo Patto Sá Motta, *Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)*. Será analisado também, o documentário do cineasta cearense Rosemberg Cariry, intitulado: *O Caldeirão de Santa Cruz do Deserto*. No sul do Ceará constituiu-se uma comunidade que vivia em comunhão da dita religiosidade popular e sob o regime de socialização dos alimentos produzidos na terra, ou seja, viviam de subsistência. Num cenário que imperava os grandes latifúndios no nordeste brasileiro, especificamente nos idos da década de 1930, os trabalhadores, famélicos, retirantes, que conviviam com o ambiente da seca da região, preferiam a vida religiosa ao lado do Beato José Lourenço - retirante paraibano, preto e seguidor de Padre Cícero - líder do Caldeirão. Os latifundiários descontentes, promoveram junto a Igreja Católica, Imprensa, como também do próprio Estado, uma perseguição implacável a comunidade, acusando-a de comunista, supostamente influenciada por remanescentes da Intentona Comunista em Natal de 1935, culminando em sua dissolução em 1937, levada a cabo pelo então governo cearense, Menezes Pimentel. Em 1936 a comunidade foi invadida pelas tropas do tenente José Góis de Campos Barros, que então incendiaram as casas dos moradores do Caldeirão e expulsaram os camponeses que residiam na localidade. Posteriormente, em 1937 haverá o conflito entre os remanescentes do Caldeirão, liderados por Severino Tavares e a Polícia Militar do Ceará, comandada pelo Capitão José Bezerra, que resulta em mortes para ambos.

Palavras-chave: Anticomunismo. Imprensa. Caldeirão.

“O PODER TEMPORAL NÃO DEPENDE E NEM CARECE DO ESPIRITUAL”: IDEIAS REPUBLICANAS NO JORNAL O MOSSOROENSE (1872-1875)

Elioenai de Souza Ferreira - mestre

Neste presente trabalho, pretendemos demonstrar de que forma o jornal O Mossoroense se posicionava a respeito do movimento republicano no início da década de 1870. O jornal circulou, em sua primeira fase, entre os anos de 1872 e 1875, afirmando-se como um porta-voz das ideias liberais e republicanas. Tal posicionamento se deu no contexto da Questão Religiosa, um conflito entre católicos ultramontanos (defensores da autoridade papal) e maçons, que mobilizou boa parte da imprensa no Império do Brasil. Nesses embates, o periódico mossoroense se colocou ao lado da Maçonaria, representando-a como a autêntica expoente da liberdade, do progresso, da modernidade. Nesse sentido, o regime republicano é apresentado como o ideal, o mais adequado aos novos tempos. Tendo como fontes primárias as edições do jornal e, a partir de um diálogo com uma bibliografia relacionada ao tema, buscamos identificar qual republicanismo é exposto e defendido nas páginas do semanário. Os discursos analisados nos permitem considerar que um dos aspectos do republicanismo mais destacados pelo jornal era a separação entre Estado e Igreja Católica como a melhor solução para a Questão Religiosa. E essa solução deveria ser implementada por meio da substituição da Monarquia pela República.

Palavras-chave: República. Maçonaria. Imprensa.

NOVOS TEMPOS, VELHAS PRÁTICAS: A RESSIGNIFICAÇÃO DO “CLIENTELISMO” E SUA PERMANÊNCIA NO NORDESTE DO BRASIL

Joelder Leite da Silva - graduando
Anderson Campos da Silva - graduando
Débora Raquel de Souza Rocha - graduanda
Orientador: Prof. Francisco de Assis Batista - UEPB

O coronelismo foi um sistema de poder político estruturado entre município, Estado e União, mediatizado pela ação dos coronéis; governadores e presidente. O coronelismo foi permeado por diversas práticas de controle social, entre elas, o clientelismo, que consistia na prestação de favores em troca de votos em um contexto em que inexistia o acesso a direitos sociais. A influência dessa prática ainda nos dias de hoje, nos remete ao seu poder de adquirir votos em troca de favores. **OBJETIVO:** Temos como objetivo analisar de que forma a prática clientelista foi sendo ressignificada e como permanece no atual contexto sócio econômico no Nordeste do Brasil, buscamos pois compreender como se reflete nos dias atuais. **METODOLOGIA:** O método de pesquisa utilizado para esta análise foi por meio de revisão bibliográfica, este tipo de pesquisa tem como objetivo colocar o pesquisador com a literatura descritiva e do assunto abordado, a ideia dessa análise é abordar como as práticas clientelista são verificadas na contemporaneidade. **RESULTADOS:** Identificamos que a pratica clientelista ainda é existente nos dias atuais, em que personalidades que ocupam cargos eletivos se utilizam das estruturas públicas, como se fosse privadas para barganhar dividendos políticos. Percebe-se que a consciência e ações que devia extinguir esse tipo de pratica ainda é ineficiente mesmo diante da democracia moderna. **CONCLUSÃO:** O estudo bibliográfico proporcionou perceber que mesmo com as mudanças políticas a troca de favores, a compra de votos ainda fazem do clientelismo uma prática presente em nossa sociedade.

Palavras Chave: Coronelismo. Clientelismo. Práticas.

TRIUNVIRATO PELA DEMOCRACIA: OS ESTADOS DA ALIANÇA LIBERAL EM MEIO ÀS RETALIAÇÕES DE WASHINGTON

Lucas Ramon Porto de Assis - graduando
Karen Nadja de Souza Moraes - graduanda
Emerson Marcelino Alves Silva - graduando
Orientador: Prof. Juvandi de Souza Santos - UEPB

A presente pesquisa desenvolvida tem por objectivo apresentar as marcantes e definitivas características e consequências do processo eleitoral de 1º de março de 1930, o qual consagra a derrota do projecto renovador da Aliança Liberal, idealizado pelo estados de

Rio Grande do Sul, Parahyba e Minas Gerais, por sobre estas referidas unidades federativas, que haverão de sentir a força retaliatória do poder Federal, representado pelo Presidente Washington Luís. Desta forma, tomando como base as mensagens apresentadas às respectivas assembleias estaduais pelos Presidentes d'estado Getúlio Vargas, João Pessoa e Antônio Carlos, tornou-se possível compreender os diversos mecanismos pelo Governo Federal utilizados em vistas a garantir o sucesso eleitoral do candidato oficial Júlio Prestes, assim como d'obstar o normal curso dos projectos político-administrativos destas três icónicas personagens «aliancistas», nos estados que representavam. Portanto, num esforço de história de curta duração, ressaltando a importância dum facto histórico para o desencadear de eventos que imediatamente o sucedem, este trabalho propõe-se configurar enquanto uma efectiva contribuição na compreensão dum decisivo momento e penoso processo para a história do Brasil republicano, predecessor e, nalguma medida, desencadeador da fatídica e irreversível Revolução de 1930, alguns meses após o pleito de março.

Palavras-chave: Aliança Liberal. Eleições 1930. Washington Luís.

ENTRE EVOLUCIONISMO E DETERMINISMO: MANOEL RODRIGUES DE MELO E A CONSTITUIÇÃO DA NAÇÃO BRASILEIRA (1930 – 1950)

Cecil Vinicius Olivar Oliviera Guerra - graduando

Orientador: Prof. Raimundo Nonato Araújo da Rocha - UFRN

O objetivo deste trabalho é analisar como o intelectual Manoel Rodrigues de Melo incorporou e difundiu interpretações deterministas evolucionistas sobre a região da Várzea do Açú, entre as décadas de 1930 e 1950. O escopo documental desta pesquisa é constituído por três livros escritos por Manoel Rodrigues, sendo eles: Várzea do Açú (1940), Patriarcas e Carreiros (1948) e Cavalo de Pau (1952). Do ponto de vista teórico-metodológico, os conceitos de repertório (ALONSO, 2002), biografia histórica (LORIGA, 2011) e configuração (SOUZA, 2008), bem como os pressupostos do método indiciário fundamentam este trabalho. Pode-se destacar duas conclusões parciais: a) Para Manoel Rodrigues de Melo, o sertanejo representava o “tipo racial” mais evoluído da nação, devido ao ambiente inóspito em que evoluiu; b) Na configuração racial do homem sertanejo, o elemento português sobressaiu-se aos demais, o que garantiu um resultado positivo à miscigenação. A hipótese central deste estudo é a de que Manoel Rodrigues de Melo se articulou com um movimento mais amplo que buscava interpretar a nação brasileira a partir de noções deterministas evolucionista, detendo-se especificamente na constituição histórica do “tipo racial” sertanejo e na contribuição deste à formação da nação.

Palavras-chave: Manoel Rodrigues de Melo. Evolucionismo. Determinismo.

O BAIRRO DAS ROCAS NA IMPRENSA NATALENSE (1940-1950)

Giovanni Roberto Protásio Bentes Filho - doutorando

O presente trabalho tem por objetivo analisar como o bairro das Rocas aparecia representado nas páginas da imprensa natalense nas décadas de 1940 e 1950, com ênfase nos processos de transformações urbanas realizadas no bairro e como isso pode ter afetado o cotidiano de seus moradores. Há uma certa dificuldade em trabalhar com essa última temática, pois é difícil encontrar nos jornais a fala direta dessas pessoas que pertencem à classe social menos favorecida. É uma fala intermediada ou silenciada, escondida atrás de fragmentos e de pequenas reclamações em notas de jornais. Desde o

início de sua formação, Rocas foi habitado por pescadores, trabalhadores das obras do porto e da Estrada de Ferro Central do Rio Grande do Norte. A imagem de pobreza e miséria se confundia com a do bairro nas páginas dos jornais que circulavam pela cidade no período em exame e nos anteriores. Isso fica evidente quando Luís da Câmara Cascudo afirmou, em 1956, no *A República*, que a história do bairro das Rocas era “poderosa de vitalidade”, mas que lutava “contra a miséria”. Entretanto, essa imagem se altera no período da gestão Sylvio Piza Pedroza. O jovem prefeito, projetado pelos grupos dirigentes da cidade e pela imprensa como homem moderno e progressista, realizou intensas modificações ou “melhoramentos”, expressão usada com frequência pelos grupos dominantes, na estrutura urbana da cidade, inclusive no bairro das Rocas. Por meio da análise dos jornais *A Ordem*, *O Diário do Natal*, *O Poti* e o *A República*, se percebe que as transformações urbanas no bairro, durante a gestão do prefeito Sylvio Pedroza, alteraram o modo de vida e o uso dos espaços pelos seus moradores. Isso fica claro pelo registro de acidentes com ônibus, atropelamentos, eventos novos que antes não ocorriam; pelo impedimento de construção de novas casas no bairro pela prefeitura, que estivessem fora dos padrões normativos, etc. Os periódicos, por serem um rico material de pesquisa, possibilitam aos pesquisadores, principalmente aos historiadores, o acompanhamento dos percursos dos homens, suas ações no tempo e no espaço. A imprensa, afirma Maria Helena Capelato, é um tipo de fonte que registra, comenta e também participa da história. Nesse sentido, por meio da imprensa, buscou-se compreender o seu papel na produção dos espaços, como o bairro das Rocas, e do imaginário da cidade. A cidade ideal estava no imaginário de quem a projetava, de quem a reivindicava nos jornais. Também tentou-se perceber a relação dela com os projetos e os interesses dos diferentes grupos sociais da cidade de Natal, entre eles estavam políticos, intelectuais, pescadores, pequenos comerciantes e trabalhadores das fábricas.

Palavras-chave: Cidade. Bairro das Rocas. Espaços. Imprensa.

A CIDADE DE NATAL E SUAS REPRESENTAÇÕES: OS INVESTIMENTOS MODERNIZANTES NO DISCURSO DOS CRONISTAS LOCAIS (NATAL, 1908-1929)

Karine Maria Lima Lopes - graduanda

Gabriel Barreto da Silveira Oliveira - mestrando

Este trabalho objetiva analisar as representações sobre as transformações urbanas na cidade de Natal construídas por intelectuais ligados ao grupo dirigente do estado entre 1908 e 1929. Nesse período, políticos do Partido Republicano do Rio Grande do Norte implementaram uma série de investimentos materiais que, na visão desses grupos, produziram uma nova cidade caracterizada por elementos embelezadores, tais como o bonde elétrico, a iluminação, o calçamento das ruas e o embelezamento dos jardins. Sob esse impulso da renovação, Manoel Dantas e Adherbal França, intelectuais associados à burocracia do Estado, escreveram crônicas reveladoras do modo como esses homens letrados conceberam as modificações na paisagem urbana e almejavam direcionar o público leitor para a incorporação de novos hábitos, compatíveis com o progresso material enfatizado nos periódicos locais e nas mensagens dos governadores dirigidas ao Congresso Estadual. Comparando crônicas publicadas em anos distintos e situando-as no momento político em que foram escritas, percebemos mudanças sensíveis na apreensão do tempo e do espaço da cidade ao longo do período analisado. Nos anos iniciais do século XX, analisamos que a maneira como os cronistas locais representaram as transformações

na cidade incorporavam um expressivo entusiasmo pela aceleração do ritmo da dinâmica urbana. Esse discurso apresentou continuidades até a década de 1920.

Palavras-chave: representação. imprensa. Natal.

AVIAÇÃO CIVIL E MILITAR NO RIO GRANDE DO NORTE: AS ORIGENS DA PARTICIPAÇÃO BRASILEIRA NA SEGUNDA GUERRA MUNDIAL (1920-1945)

Francisco das Chagas Gonzaga Junior - graduando

Orientadora: Prof.^a Jailma Maria de Lima - UFRN

O presente trabalho analisa a construção do complexo militar no Rio Grande do Norte, em razão da participação do Brasil na Segunda Guerra Mundial. Objetiva-se empreender uma análise acerca da relação entre os antecedentes ao referido conflito mundial, sobretudo o desenvolvimento da aviação civil, bem como o interesse estratégico e a consequente disputa entre os dois grupos que entraram em combate entre fins da década de 1930 e meados da década de 1940. Assim, esse trabalho utiliza-se de jornais disponíveis no acervo da Hemeroteca Digital, da Biblioteca Nacional. Pesquisou-se a partir dos jornais A Ordem, A Noite, Diário de Notícias e Gazeta de Notícias, os seguintes termos: Panair do Brasil, Vargas em Natal, Vargas e Roosevelt em Natal, Regimento de Artilharia Antiaéreo, Base Americana em Natal, Aerpostal, Aviador Mermoz, Base Aérea de Natal e Campo de Parnamirim. Identificaram-se 595 ocorrências com base nos termos supracitados. A construção desse complexo foi antecedida pelo desenvolvimento da aviação civil e consequente instalação de companhias de correio aéreo e de transporte de passageiros às margens do rio Potengi, a saber, dentre elas o Sindicato Condor, subsidiária da empresa alemã Lufthansa, e a Panair do Brasil, subsidiária da empresa estadunidense Pan American World Airways, em meados da década de 1930. Nos anos 1940, os Estados Unidos da América, a partir de acordos bilaterais com o Brasil, no governo de Getúlio Vargas, instalaram bases militares, em especial instalaram a maior base daquele país, Parnamirim Field.

Palavras-chave: Segunda Guerra Mundial. Complexo Militar. Aviação civil e militar.

A POLÍTICA DA MEMÓRIA E AS RELEITURAS DO PASSADO: O CENTENÁRIO DE NASCIMENTO CENTENÁRIO DE NASCIMENTO DE EPITÁCIO PESSÔA NA PARAÍBA (1965)

Iordan Queiroz Gomes - doutor

Comandada pelo governador Pedro Gondin, juntamente com os membros integrantes da Comissão executiva do evento – criada em 1964 – e familiares do homenageado, o governo paraibano organizou em 1965 os festejos comemorativos da passagem do centenário de nascimento de Epitácio Pessoa. Aquele foi um evento preparado como um tributo à memória do grande paraibano – epíteto como Epitácio Pessoa era representado por parte da imprensa oficial do Estado desde 1920 – e condensava o esforço da família por manter viva uma tradição política criada na Paraíba durante a Primeira República. Como demonstrou Gomes (2018), o esforço por manter viva essa tradição familiar e política foi estimulada pelo próprio Epitácio Pessoa entre as décadas de 1920 e 1930 como uma forma de resistir as mudanças econômicas, políticas, sociais e culturas que tenderam a ameaçar o poderio e o prestígio que recaiam sobre os seus membros – incluindo o próprio Epitácio – após a década de 1930. Tal esforço encontrou estágios e momentos distintos na trajetória familiar tal como demonstraremos nesse trabalho; e, na Paraíba, alcançou um momento

ápice na década de 1960, mais especificamente no ano de 1965, quando, em paralelo aos festejos comemorativos, o Estado recebeu os restos mortais do ex-político paraibano falecido em 1942, juntamente com os de sua esposa – D. Mary Saião Pessoa –, sendo depositados em salão nobre do Tribunal de Justiça da Paraíba. Desse modo, partindo do debate historiográfico que trata da política da memória, a partir da noção de enquadramento de memória tal como sinalizado por Michel Pollack (1989) e os usos do passado característicos da formulação das culturas políticas, o presente trabalho toma por objeto o evento do centenário de nascimento de Eptácio Pessoa para perceber o seu significado dentro do esforço para manter viva a tradição familiar e política Pessoa. Para tanto, a leitura dos indícios presente em um conjunto de fontes diversas – bibliografias, biografias, fotografias e sobretudo recortes de jornais A União – objetivo compreender a dinâmica dos usos do passado como uma das estratégias da família para manter viva a tradição e a posição social de seus membros no espaço e contexto que compõe o meu recorte.

Palavras-chave: Tradição. Política. Releituras do passado.

“NA VIDA DOS CIGANOS NÃO EXISTE UM AMANHÃ”: O CORPO E O DISCURSO SOBRE OS CIGANOS NO RIO GRANDE DO NORTE PELA ÓTICA DO JORNAL DIÁRIO DE NATAL (1970-1979)

Pedro Gabriel dos Santos Silva - graduando

Orientadora: Prof.^a Jailma Maria de Lima - UFRN

O escopo do presente trabalho se debruça por analisar os aspectos projetados na construção narrativa acerca das definições, práticas e discursos que codificam a caracterização dos povos ciganos, no Rio Grande do Norte, através do jornal Diário de Natal, no recorte de 1970 até 1979. Para tanto, entendemos que a construção mental coletiva sobre os indivíduos marginalizados, a idealização e as marcas no corpo pela escrita são históricas, que moldam os sujeitos e subjetividades, marcando-os. Nesse sentido, o pressuposto adotado encara o próprio mecanismo comunicativo do jornal como fonte histórica de impacto social, ela molda visões, elabora estruturas culturais e reflete a sociedade por seus idealizadores, remetendo assim, aos corpos flagelados ou privilegiados a partir de demandas específicas. Em suma, possui impacto social, edificador de modelos de pensamentos e proliferação de ideais e discursos. Percebe-se assim, a sustentação dessa narrativa, sobre o cigano, enquanto sujeito associado ao crime, magia e sedução, um povo de grupos nômades, intrínsecos ao efêmero, em que o amanhã é uma incerteza, isto é, o povo do mundo. Desta feita, o mote do projeto terá duas bases de sustentação: perceber, nas manchetes e na literatura jornalística, como esses ciganos são abordados, construídos e modelados pela estrutura retórica no recorte espacial do Rio Grande do Norte; subsequentemente, as relações sociais entre os ciganos e os poderes locais (moradores, instituições da justiça e a própria polícia): entre a desordem, convivência e o misticismo do exótico. Externando os mecanismos da imprensa que desumanizam os ciganos e sua existência cultural, transformando-os em um agente do crime, do incômodo social, abstrato.

Palavras-chave: Jornal. Discurso. Ciganos. Rio Grande do Norte.

“PÉ DE MORROS E À BEIRA DE FAVELAS”: UMA PESQUISA SOBRE OS DISCURSOS PROFERIDOS NO JORNAL O FLUMINENSE EM VOLTA DOS ESPAÇOS PERIFÉRICOS NO RIO DE JANEIRO (1960-1969)

Vitória Maria Targino Filgueiras - graduanda

Orientadora: Prof.^a Jailma Maria de Lima - UFRN

O presente trabalho tem em seu objetivo específico, a análise em torno dos discursos vinculados ao jornal “O Fluminense”, este, que fundado em 8 de maio de 1878 em Niterói, é o terceiro periódico mais antigo em circulação no estado do Rio de Janeiro e o sexto no país. A partir do jornal localizado no site da hemeroteca da Biblioteca Nacional efetuou-se a busca da palavra chave “favelas”, na qual aponta 324 ocorrências com esse termo, nos anos de 1960 a 1969. O tema do pré-projeto de pesquisa se justifica pelo viés de discussão em estudar a teoria da cidade, o permitir debruçar sob a pluralidade de uma população localizada ‘à margem’, referindo-se assim em analisar criticamente os discursos em volta dos relatos e das narrativas jornalísticas, e quais versões do jornal são construídas a partir de tais pontos. Através da metodologia empregada, nesse sentido em uma análise introdutória das eventualidades, se tornou possível identificar um caminho que percorre a análise do espaço urbano, à qual pertence intimamente o eixo problemático, que pode ser sistematizado por alguns elementos, tais como: as características discursivas; a marginalidade do social periférico; as epistemologias plurais; a dinâmica da cidade; o espaço urbano para fins de habitação; os programas de assistência social; a humanização das favelas; e a reforma urbana do Rio de Janeiro, especificadamente o que se refere ao Plano de Urbanização do Estado do Guanabara (1964). Por conseguinte, no Brasil, todas essas vias revelam um amplo modo de compreender e analisar a dinâmica do espaço urbano, tendo isso, a pesquisa se insere em torno da preocupação em perceber e assimilar a vida dos que moram em espaços periféricos da cidade, desta forma, é uma história ainda pouco explorada e pouco desconstruída sobre o outro, este que não está tão distante, mas em muito marginalizado.

Palavras-chave: Jornal. Favela. Urbanização.

"AS VISTAS DA CAPITAL": REPRESENTAÇÕES DAS FESTIVIDADES CAICOENSES NO DIÁRIO DE NATAL (1970-1979)

Matheus Costa da Silva - graduando

Orientadora: Prof.^a Jailma Maria de Lima - UFRN

O presente trabalho aborda como tema “As Vistas da Capital: Representações das festividades caicoenses no Diário de Natal (1970-1979)”, e tem como objetivo analisar as ocorrências noticiadas nas colunas jornalísticas, baseando-se nas perspectivas dos fatos apresentados, a fim de compreender e compartilhar características que deram relevância à folia de época e à festa da Padroeira, em Caicó/RN. Fazendo uso do acervo disponível na Hemeroteca da Biblioteca Nacional, através da busca pelas palavras chaves “Carnaval; Caicó” “Festa de Santana; Caicó”, foi promovida uma tentativa de ampliar as interpretações sobre como as tradicionais festividades locais foram representadas na mídia norte riograndense. Partindo da observação das nove menções feitas ao evento carnavalesco, e das quatorze menções às festividades religiosas de Nossa Senhora de Santana. Utilizando-se da História Local e da História Comparada, foi possível identificar a menção de diversos blocos de rua, bem como notícias sobre festas privadas e descrições dos mais diversos tipos acerca das manifestações culturais, além do próprio cotidiano dos moradores locais que se modifica durante os festejos, em se tratando do carnaval. Para o caso da Festa de

Santana foi possível identificar relatos da projeção que o evento possui em nível regional e nacional, bem como a sua influência no desenvolvimento de outros eventos anexos a programação cultural, aproveitando-se do turismo, mas também revelando interesses de figuras do cenário político local em promover visitas e inaugurações de construções públicas na época das festividades, para além de relativas denúncias que surgem em meio aos problemas de infra-estrutura da cidade.

Palavras-Chaves: Carnaval. Festa de Santana. Caicó.

IMPRENSA NEGRA PAULISTA: O IDEAL DE PROGRESSO PELA EDUCAÇÃO (1918-1937)

Talita Alves da Cruz - graduanda

Allyson Afonso dos Santos Silva - graduando

Clivya da Silveira Nobre - graduanda

Orientadora: Prof.^a Juliana Teixeira Souza - UFRN

No início do século XX, a imprensa se consolidou como lugar para a expressão das opiniões das elites letradas daquele contexto, sendo apropriada como espaço de luta por inclusão social pelos intelectuais negros. O objetivo dessa pesquisa é abordar a produção da imprensa negra paulista para compreender o papel da educação na inserção da população negra no caminho do progresso, e como uma forma de adquirir civilidade, de acordo com o discurso presente nessas produções. Para isso foi feito o levantamento dos jornais disponíveis no acervo da hemeroteca digital (no site da Biblioteca Nacional Digital) e foram selecionados os periódicos da imprensa negra, de São Paulo, do período de 1918-1937, que tocassem na temática da educação. Identificamos nesses discursos forte presença de uma visão de mundo pautada na contraposição entre civilização/progresso e barbárie/atraso, na qual a educação é apontada como o único meio do negro sair destes e alcançar aqueles, se integrando à sociedade brasileira. A obtenção de instrução surge nessa produção como responsabilidade dos negros com mais frequência do que como responsabilidade do Estado.

Palavras-chave: Imprensa Negra. Educação. Civilidade.

POLÍTICA E MÍDIA NO SÉCULO XXI: UMA REFLEXÃO SOBRE A INFORMAÇÃO COMO ARMA DE MANIPULAÇÃO

Alessandro Lopes Campelo - graduando

Orientador: Prof. Modesto Cornélio Batista Neto - UERN

O presente trabalho, tem por objetivo apresentar uma discussão acerca da cultura política brasileira e a relação entre setores da elite política com a mídia, em especial a grande imprensa, refletindo como essa relação pode ser nociva para a democracia e as instituições democráticas uma vez que um conjunto de informações têm sido utilizadas e difundidas sistematicamente como uma ferramenta de controle social de massas. Dessa forma, o caminho que viabiliza esse trabalho segue sendo a observação de conceitos teóricos da história e das ciências sociais, como a sociedade do espetáculo, pensado por Guy Debord, e o estudo do documentário “O Mercado de Notícias” lançado em 2014 com roteiro e direção

de Jorge Furtado, que possibilita a compreensão do dinamismo entre o jornalismo e política na democracia.

Palavras-chave: Política e Mídia; Manipulação; Controle Social.

A IMPRENSA CATÓLICA E OS CAMPOS DE CONCENTRAÇÃO NAZISTAS: A PERSEGUIÇÃO AOS CRISTÃOS DURANTE A SEGUNDA GUERRA MUNDIAL COM BASE NO JORNAL POTIGUAR A ORDEM (1937-1949)

Francisco das Chagas Gonzaga Junior - graduando

Orientadora: Prof^a. Jailma Maria de Lima - UFRN

O presente trabalho analisa as narrativas da imprensa católica acerca da perseguição aos cristãos durante a Segunda Guerra Mundial, a partir do jornal potiguar A Ordem. Nesse sentido, tem-se por objetivo compreender os acontecimentos relatados a partir das publicações do referido periódico sobre os acontecimentos postos em evidência e os que foram silenciados, sobretudo a perseguição aos judeus. Além disso, visa-se analisar a narrativa da imprensa católica potiguar sobre os campos de concentração nazista, bem como o enfoque escolhido pelo jornal A Ordem sobre a perseguição aos cristãos durante a Segunda Guerra Mundial. Para tal, foram consultados os acervos do referido jornal, disponíveis no acervo da Hemeroteca Digital, da Biblioteca Nacional. Foram utilizados os seguintes parâmetros de pesquisa: “campo de concentração” e “campo de concentração nazista”. A partir das referidas palavras-chave, foram encontradas 59 ocorrências. Já em fins da década de 1930, a Igreja Católica Apostólica Romana sofrera perseguições em Alemanha, sobretudo no tocante à oferta de ensino por meio de colégios católicos no referido país. Com a Segunda Guerra Mundial, essa perseguição aumentou. No tocante à perseguição aos povos semitas, a partir das primeiras sondagens realizadas, sustenta-se a hipótese de que o silêncio nas narrativas por parte da Igreja Católica Apostólica Romana e de sua respectiva imprensa se dá em razão da difícil relação entre judeus e católicos, já que os primeiros perseguiram os pais fundadores da religião dos segundos, isto é, a Igreja Primitiva.

Palavras-Chave: Imprensa Católica Potiguar. Campos de Concentração. Jornal A Ordem.

OS SERTÕES NORDESTINOS E O VALE AMAZÔNICO NOS DISCURSOS DO JORNAL A ORDEM (RN) E O ACRE (AC)

Tuylla Rayane Tavares da Cunha - mestranda

Orientadora: Prof.^a Jailma Maria de Lima - UFRN

Os sertões nordestinos, durante muito tempo, foram vistos como uma região de sofrimento e miséria em decorrência das secas que os assolavam, e tal imagem foi perpetuada pelos mais variados meios, entre eles a literatura, as artes visuais, os discursos políticos e a imprensa. No caso da literatura e das artes visuais, o objetivo seria o de registrar ou denunciar a situação de necessidade e de calamidade em que ficavam as populações sertanejas em épocas de poucas chuvas, desassistidas pelas autoridades políticas de suas regiões. Por outro lado, os discursos políticos propagavam a ideia da miséria dos sertões com o intuito de angariar contribuições financeiras do governo federal para, muitas vezes,

satisfazer seus interesses próprios, mas sempre usando o discurso de ajudar as famílias que sofriam com mais intensidade os efeitos da seca no sertão. A imprensa, por sua vez, controlada pelo Estado em determinadas épocas, difundiam as imagens convenientes para os interesses políticos de determinados momentos e para atender também os objetivos de determinados projetos políticos. No trabalho aqui proposto, tem-se como objetivo analisar os discursos presentes nos jornais A Ordem (RN) e O Acre (AC) - ambos em circulação na década de 40 – no tocante a como a imagem dos sertões nordestinos e da região amazônica são apresentadas pelo discurso jornalístico sob o controle do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP). Além disso, procura-se compreender de que forma esses discursos jornalísticos presentes nos referidos jornais estavam ou não em consonância com o projeto do governo Vargas de promover a ocupação do Vale Amazônico, canalizando recursos financeiros e populações – notadamente, populações nordestinas – e como esses eventos contribuíram para a composição do Exército da Borracha. A metodologia empregada consiste em levantamento bibliográfico acerca da temática em questão e análise de jornais. A partir das leituras realizadas, bem como da análise dos jornais já citados, foi possível perceber que o texto jornalístico do jornal A Ordem evidenciava, em algumas edições, a situação caótica provocada pela seca no interior dos estados nordestinos – mais especificamente do Rio Grande do Norte – e as ações tomadas pelo governo federal para amenizar os efeitos da seca sobre as populações denominadas de flageladas no texto do jornal. Enquanto isso, no jornal O Acre se evidencia a propaganda em torno do projeto de reerguimento do Vale Amazônico, projeto esse empreendido por Getúlio Vargas, e de como essa proposta contribuiria para o desenvolvimento econômico do país, para a vitória dos exércitos aliados e para a prosperidade das populações nordestinas atingidas pela seca que para lá fossem encaminhadas.

Palavras-chave: Sertões nordestinos. Vale Amazônico. Imprensa.

PRÁTICAS SUBVERSIVAS NO SERTÃO: UMA ANÁLISE DO DISCURSO ANTICOMUNISTA NO JORNAL A FÔLHA DE CAICÓ (1964 A 1968)

Heitor Filipe de Medeiros Santos - graduado

O Jornal A Fôlha tinha por finalidade dar ênfase aos contextos discursivos apoiados pela igreja e informar a população nordestina, mas como nos é de conhecimento ao sair de um processo conflituoso fortalecida a União Soviética ganha forças no mundo e suas ideologias passam a ser disseminadas com mais fervor, a igreja temendo um suposto terror comunista, se aliou ao discurso anticomunista que segundo Rodrigo Patto Sá Motta “A força do comunismo, consubstanciada na expansão e crescimento dos partidos e ideais comunistas, engendrou o anticomunismo.” isso fica nítido com os ferrenhos ataques do padre João Agripino ao regime socialista soviético. Nosso trabalho está inserido no campo da História Política e foi iniciado a partir de experiência, no âmbito de bolsa de extensão e de apoio técnico, desenvolvidas no Laboratório de Documentação Histórica (LABORDOC) nos deparamos com o jornal A Fôlha, nosso principal objeto de pesquisa. Como já foi evidenciado nossa pesquisa tem por objetivo analisar o discurso anticomunista no Jornal a Fôlha, em um recorte delimitado entre 1964 e 1968, buscando assim entender o processo de transição para o regime militar. Sendo assim entendemos que nossa problemática parte da busca por entender como essa relação do pensamento anticomunista vai enveredar e fortalecer no que resulta no golpe civil militar de 1964. Buscamos entender então, como o discurso anticomunista instaurado pela igreja no jornal A Fôlha, vai influenciar nessa sociedade? Quais as características dos escritores desse jornal? Entendemos assim que talvez não tenha sido o discurso anticomunista o principal vetor para instauração do golpe civil militar, mas foi uma das principais vertentes que fortaleceu o sentimento na sociedade.

Palavras-chave: Anticomunismo. Jornal A Fôlha. Caicó.

O ROMPIMENTO POLÍTICO ENTRE ALUÍZIO ALVES E DINARTE MARIZ, SOB A ÓTICA DO JORNAL “DIÁRIO DE NATAL” (1957-1958)

Marcos Paulo Soares da Silva - graduando

Francisco José Silva - graduando

Maria Eunice de Farias Oliveira - graduando

Orientadora: Prof.^a Jailma Maria de Lima - UFRN

O objetivo deste trabalho é relatar o rompimento político de Dinarte Mariz e Aluizio Alves, a partir da ótica do jornal Diário de Natal. Os dois políticos despertaram paixões e forma os responsáveis pelo acirramento de uma dualidade política representada pelas cores vermelho e verde e pelas alcunhas de bicudo e bacurau. Ambos pertenciam a UDN até 1958, quando romperam. Serão analisadas as ocorrências do periódico “Diário de Natal”, disponível no site da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. O jornal acompanhou as divergências políticas que levaram ao rompimento entre os dois personagens.

Palavras-Chave: Política potiguar. Dinarte Mariz. Aluizio Alves.

NEOCRISTANDADE POTIGUAR: “A ORDEM” E A MANUTENÇÃO DE PROJETOS DE PODER (1930-1950)

Lucíola Torres Libanio - graduanda

Orientador: Prof. André Victor Cavalcanti Seal da Cunha - UERN

Inicialmente busca expor os momentos do catolicismo brasileiro para chegar no seu momento restaurador que buscava se adequar aos novos ventos republicanos. Se propõe resgatar momentos da História do RN, a exemplo do processo colonizador da capitania e a atuação dos jesuítas, com o intuito de verificar quais foram as ações definidoras do modelo da igreja local. Evidenciando assim, as influências do projeto neocristão nacional que se instala também na Diocese de Natal sob a liderança de Dom Marcolino que inclinou a Diocese não apenas no cotidiano espiritual, mas no campo político. Ainda, quer discutir, o surgimento do jornal “A Ordem” e como ele passa a ser um instrumento essencial para propagação dos valores morais cristãos e das ideias as quais o periódico buscava combater, enquanto se afirmava como boa imprensa que combatia a imprensa má e os inimigos da igreja. Por fim, pretende analisar, como o confessional “A Ordem” se debruça sobre a manutenção de projetos de poder que vão além dos terrenos divinos servindo aos propósitos eclesiásticos e as lutas estatais visando continuar a sua colonização dos corpos e mentes, agora modernas.

Palavras-chave: A Ordem. Neocristandade. Política. Boa imprensa. Rio Grande do Norte.

“SÓ O VOTO LIVRE E CONSCIENTE PODERÁ FAZER O MILAGRE”? DISCURSOS SOBRE DEMOCRACIA NA IMPRENSA CEARENSE DE 1945 -1946

Cintya Chaves - doutoranda

O presente trabalho visa privilegiar os discursos sobre a noção de democracia, construídos e articulados pela imprensa cearense, em especial os Jornais “O Povo” e “O Democrata” nos anos de 1945 e 1946. Neste sentido, propomos entender o papel da imprensa cearense na formulação de conceito(s) de democracia(s), neste período, salientando seus interesses, aproximações, contradições como vozes que se colocavam como democratas do período. Os jornais selecionados expressam as disputas discursivas de diferentes grupos cearenses em torno da noção de democracia tendo em vista que “O Democrata” se constituiu como porta-voz dos comunistas e “O Povo” teve como diretor Paulo Sarasate, Deputado Estadual (Constituinte), 1935-1937, CE, sendo posteriormente Deputado Federal (Constituinte), 1946-1951 pela UDN. Observa-se que, em 1945, o jornal “O Povo” concebeu democracia como sinônimo de voto. O partidário udenista, assim como o sentimento antigetulista ficam estampados nas manchetes do jornal, a exemplo, do trecho: “Apoiada pelas maiores expressões políticas de todo o país a candidatura do Brigadeiro”. Getúlio Vargas foi construído como antidemocrático, como se seu governo se resumisse tão-só ao autoritarismo do Estado Novo. Para estes, democracia e cidadania parecem ter tido sentidos semelhantes. A euforia estava em poder votar outra vez exercendo sua suposta cidadania roubada pelo ditador. Contudo, o jornal “O Democrata”, de 1946 discursava sobre a democracia com um apelo diferente. Apesar de, em novembro de 1946, “O Democrata” convocar os cidadãos brasileiros maiores de 18 anos para alistarem-se como eleitores, o discurso sobre democracia perpassava pela luta de direitos e denunciava as desigualdades, não se restringindo apenas ao voto. Os jornais são aqui pensados, no interior da história social, como agentes socioculturais ativos e historicamente construídos como afirma Heloisa de Faria Cruz (2007, p. 258) e não como depositários de informações. Atuantes nos processos e constituidores de modos de vida e percepções, os jornais não foram elaborados para a pesquisa histórica, como adverte Cruz (2007), carecendo de procedimentos próprios como Identificação do Periódico, do Projeto Gráfico/Editorial, do Projeto Editorial: Movimentação e Posicionamento Político, da Produção e Distribuição (Grupos Produtores, Circulação e Distribuição).

Palavras-chave: Democracia. Imprensa. Ceará.

CASO ANA LÍDIA BRAGA E ARACELI CRESPO SANCHEZ: CONSIDERAÇÕES SOBRE A VIOLÊNCIA INFANTIL DURANTE O REGIME MILITAR

Karen Nadja de Souza Moraes - graduanda

Lucas Ramon Porto de Assis - graduanda

Orientador: Prof. Juvandi de Souza Santos - UEPB

O seguinte trabalho tem como objetivo analisar casos de violência infantil ocorridos no Brasil durante o regime militar (1964-1985). Teremos como enfoque os casos de Ana Lídia Braga ocorrido em 1973 no distrito federal e Araceli Crespo Sanchez, ocorrido no Espírito Santo também em 1973. Apesar dos fatos ocorrerem em locais distintos, ambos os casos possuem características semelhantes, as garotas foram brutalmente torturadas e assassinadas, os suspeitos de ter cometido o crime, pertenciam a famílias poderosas, economicamente e politicamente, e por ter ocorrido durante o regime militar as acusações foram rapidamente abafadas e no caso Ana Lídia a imprensa foi proibida de produzir notícias sobre o assunto. Esses foram dois casos que se destacaram, mas não foram os únicos, ao longo do regime militar inúmeras crianças foram torturadas e mortas por agentes do estado sob a justificativa de estarem “contaminados com as ideias comunistas”. Sendo assim, buscaremos examinar em como indivíduos utilizaram de sua influência e privilégios políticos, para cometer crimes e não serem punidos. A metodologia utilizada para produção do trabalho foi pesquisas realizadas em documentários, livros e notícias da época.

Chegando à conclusão de que o regime militar também trabalhou para acobertar estupro e mortes de crianças.

Palavras-chave: Regime Militar. Violência. Infantil.

MODA É EXPRESSÃO, MODA É PERIGO! – ZUZU ANGEL E SEU DESFILE POLÍTICO A PARTIR DA IMPRENSA (1971 – 1972)

Rodrigo Rui Simão de Medeiros - graduando
Orientador: Prof. André Bonsato Dias - UERN

Este trabalho tem como principal objetivo analisar a Moda da Fashion Designer Zuzu Angel, que fez um desfile-protesto em 1971, denunciando a ditadura civil-militar e a prisão do seu filho Stuart Angel. Para isso, nos utilizamos de fontes imagéticas, mas, também de fontes de jornais. Desta forma, analisamos o silenciamento e possível (auto) censura que a Designer sofreu por parte da grande imprensa com relação a sua “Moda política”, assim como os aspectos conjunturais que a levaram a tecer esse manifesto em forma de vestimentas. Dito isto, abordamos aspectos teóricos no que diz respeito a conceituação da Moda, e seus aspectos enquanto sujeito e objeto de comunicação, que foram essenciais para a denúncia de Zuzu Angel com a coleção International Dateline Collection III – Holiday and Resort. Apontamos ao final desta pesquisa que a Designer brasileira fora de fato silenciada pela grande imprensa, que ainda comunicava sobre sua Moda, porém, negligenciando os aspectos políticos de seu trabalho/manifesto.

Palavras-chave: Moda. Zuzu Angel. Ditadura civil-militar.

OS HOMOSSEXUAIS E A DITADURA NO JORNAL LAMPIÃO DA ESQUINA (1978-1981)

Denilson José Damasceno - graduando
Orientadora: Prof.^a Edvair Maia da Silveira - UVA

O presente trabalho pretende abordar a história das minorias, com enfoque na população homossexual, em um contexto de repressão que foi a ditadura civil-militar no Brasil, exercida durante 21 anos, desde o golpe em 1964 até 1985 quando finalmente o regime acaba. Esse período ficou marcado pela violência, inúmeras mortes, prisões, torturas, censura e perseguições. Em uma época em que se perseguia qualquer um que questionasse o regime, aqueles sujeitos desviantes do padrão social tido como normal, foram os mais atacados, isto, não apenas por suas ideias políticas, mas também pela condição social, de gênero e raça, como mulheres, negros, homossexuais. Se antes esses grupos já viviam relegados à margem da sociedade, sofrendo violência física e psicológica, com a ditadura tiveram sua qualidade de vida agravada. Para este estudo operacionalizamos as concepções teóricas de autores como James Green, Joana Maria Pedro, Mary del Priore, para citar apenas alguns dos que estudaram e estudam sobre estes sujeitos. Segundo James Green e Renan Quinalha (2018), os homossexuais eram os mais perseguidos, naquele cenário, já que eram identificados como afronta a moral e aos bons costumes defendidos pelo regime, que os viam como ameaça. Esses conceitos foram construídos historicamente, principalmente pela Igreja, enraizando assim uma intolerância a esse grupo, que infelizmente fez e faz muitas vítimas. Segundo o Grupo Gay da Bahia, a cada 20 horas um LGBT morre no Brasil. Por essa razão se faz importante desenvolver essa temática como caminho de reflexão entre passado e presente. O objeto do estudo são os embates entre os homossexuais e o governo ditatorial expressos na mídia alternativa, especificamente no jornal Lampião da Esquina, que circulou no Rio de Janeiro de 1978 a 1981, período em que a ditadura embora ainda tivesse poder, começava a perder força.

Seus editores eram intelectuais homossexuais, que se utilizaram do jornal para expressar as inquietações, opiniões e mostrar a realidade das minorias que eram ignoradas e oprimidas. O periódico serviu também para impulsionar os movimentos gays dentro do Brasil. O jornal abordava assuntos voltados para mulheres, negros, ecologistas e homossexuais, mas apesar de tratar sobre muitos temas, tinha como foco publicações dirigidas ao público homossexual. Bernardo Kuscisnki (1991) explicita que os jornais alternativos seguiam por dois vieses: um voltado para movimentos políticos e outro para movimentos de contracultura, caminho este seguido pelo Jornal Lâmpião da Esquina, que buscava dar visibilidade à assuntos pouco explorados socialmente. Para realizar essa empreitada também serão consultados outros jornais que circularam no período, bem como documentos da Comissão de Anistia, dos movimentos LGBTs e órgãos de repressão governamental.

Palavras-chave: Homossexualidade. Ditadura. Imprensa.

TUDO DEPENDE DA PALAVRA DE GEISEL: IMPRENSA E PODER NA SUCESSÃO POLÍTICA ESTADUAL NO RIO GRANDE DO NORTE (1977-1978)

Liliane Sonara de Sousa Gomes - graduanda

Micarla Natana Lopes Rebouças - mestre

Orientador: Prof. Marcílio Lima Falcão - UERN

Após 13 anos do golpe civil-militar de 1964 a sociedade brasileira, ainda sob a ótica da censura, ampliava sua luta em prol do restabelecimento da democracia. Na imprensa, a narrativa jornalística deu ênfase à circulação das articulações políticas tecidas nos bastidores do poder, especialmente àquelas relacionadas às sucessões nacional e estadual. Nos jornais, em sua maioria, sob influência dos aliados do Regime Militar, como era o caso de O Mossoroense, publicado na cidade de Mossoró e de propriedade do deputado federal arenista Jerônimo Vingt Rosado Maia, às expectativas sobre as mudanças relacionadas ao reformismo que abertura política indicava como “lenta, segura e gradual” para a transição ao regime democrático chegavam ao leitor como estratégias que apontavam os conflitos internos entre os militares que estavam no poder. Tomando como base as análises das matérias que circularam em O Mossoroense sobre a sucessão para a governadoria estadual no Rio Grande do Norte, entre 1977 e 1978, o presente artigo reflete sobre às tensões relacionadas ao rearranjo político que marcou os anos iniciais da crise do Regime Militar Brasileiro. Para tal, foram selecionadas e analisadas matérias que versavam sobre as articulações entre os agentes políticos inseridos nas agremiações partidárias (ARENA e MDB) no sentido de entender como o jornal procurava relacionar os posicionamentos das lideranças da Família Rosado, especialmente os irmãos Vingt Rosado e Dix-Huit Rosado, no jogo político sucessório estadual direcionado pelo então governador Tarcísio Vasconcelos Maia. Diante desse emaranhado de relações e articulações político-partidárias, percebeu-se que o jornal traçou possibilidades de produção e circulação de demandas políticas das lideranças rosadistas que foram direcionadas ao público mossoroense com o intuito de inserir o ex-senador Dix-Huit Rosado como o possível escolhido para a governadoria do estado. Todo o esforço que os editores do jornal O Mossoroense fizeram para produzir a imagem de que o sucessor do governador Tarcísio Maia seria Dix-Huit Rosado, mostrou que a ação da imprensa evidenciou disputas e rupturas no bloco de poder dos militares no tempo em que as discussões sobre a abertura política foi pautada por práticas autoritárias e conservadoras, como bem mostrou a escolha do governador do Rio Grande do Norte para o exercício entre 1979 e 1982.

Palavras-Chave: Regime Militar. Imprensa. Mossoró. Família Rosado.

POLÍTICAS PÚBLICAS PARA QUEM?

Maria Eunice de Farias Oliveira - graduanda

Orientadora: Prof.^a Jailma Maria de Lima - UFRN

Este artigo visa discutir como a mídia impressa elabora os discursos em torno das políticas públicas criadas para minimizar os efeitos da seca no Nordeste, fenômeno que interfere diretamente na vida dos que são a ela submetidos, principalmente nos longos períodos em que ocorre, causando inúmeros problemas. Visa ainda entender o alcance social dessas políticas públicas no que diz respeito a eficácia da combatividade proposta. A pesquisa limita-se às notícias veiculadas pelo jornal Diário de Natal, no ano de 1984, aplicando-se às mesmas o método da Análise do Discurso. Estando ainda na fase preliminar do levantamento das ocorrências, nos deparamos majoritariamente com ações governamentais que visam ampliar a capacidade de resistência às secas, permitindo a convivência com o fenômeno. Serão elas o fio condutor do nosso trabalho, sem a pretensão de esgotar o assunto.

Palavras-chave: discurso. Políticas Públicas. Seca. Nordeste.

O IMPACTO DO ALGODÃO SERIDÓ NA ECONOMIA DO RIO GRANDE DO NORTE DE 1970 A 1979

Luciana Cristina Maria - graduanda

Orientadora: Prof.^a Jailma Maria de Lima - UFRN

Esse trabalho tem como objetivo descrever a importância do Algodão Seridó na economia do Rio Grande do Norte mostrando os altos e baixos dessa cultura no período que corresponde aos anos de 1970 a 1979. Visa ainda mostrar o papel exercido pela cotonicultura no cenário político, assim como a sua influência no desenvolvimento industrial do Estado, na vida do homem do campo e também no cenário nacional. A metodologia de pesquisa eleita foi a descritiva, sendo usados como fontes para o trabalho reportagens encontradas no jornal Diário de Natal localizado no site Hemeroteca da Biblioteca Nacional no qual oitenta e seis ocorrências foram encontradas por meio das palavras-chave “algodão Seridó” e “algodão Mocó”, dentro do recorte temporal já mencionado, que tratavam do Algodão Seridó e de sua importância na economia potiguar. Essas ocorrências mostram que durante toda a década de 1970 o algodão Seridó foi assunto recorrente no meio político e econômico do Rio Grande do Norte como um dos principais produtos agrícolas do estado, tendo como características principais a sua brancura, poucas sementes e uma fibra longa. Conhecido pelos sertanejos como algodão “mocó”, foi durante muito tempo um dos três pilares da economia do estado, mas vinha passando por um período difícil e perdendo seu lugar de destaque no mercado. O jornal mostra isso já em 1970 quando trouxe como destaque uma matéria em que o deputado Moacir Duarte ressaltava essa decadência que a cotonicultura vinha sofrendo no Rio Grande do Norte, segundo ele entre os vários motivos estariam os fatores climáticos, sendo a região muito suscetível às secas, os altos custos da cotonicultura, falta de investimento do governo em subsídios e em tecnologias. Assim diante desse cenário o deputado concluiu dizendo que “o algodão do Rio Grande do Norte, no entender de muitos é uma cultura condenada, não se vislumbrando perspectivas para sua ressurreição”. Embora os dados dessa época sejam desestimulantes, bem como as opiniões de muitos envolvidos na cotonicultura, especialmente no que tange ao algodão Seridó o governo e o legislativo buscavam de muitas formas defender essa cultura, de forma que permanecesse viva e rentável para a economia do estado. Apesar de

todo o esforço conjunto dos deputados e senadores para manter a cultura do algodão Seridó, a alta inflação absorvia rapidamente o preço do produto e em julho de 78 as expectativas eram de prejuízo. Em outubro de 1979 os números confirmavam que a safra de algodão Seridó tinha sido reduzida em 60%, o que comprova que as diversas previsões com relação ao declínio da produção do algodão Seridó pareciam mesmo a caminho da concretização e apesar de seus muitos defensores e da contribuição que ele deu à região Seridó, bem como ao estado, era chegada a hora de o produtor procurar novos rumos, pois o “Ouro Branco” tinha perdido o lugar.

Palavras-chave: Algodão Seridó. Cotonicultura. Economia.

A REDENÇÃO DO VALE: A NARRATIVA RELIGIOSA NO DISCURSO POLÍTICO DO PROJETO BAIXO AÇU (1979-1983)

Francisco Leandro Duarte Pinheiro - Professor do IFRN

Em 1979, na microrregião norte-rio-grandense do Vale do Açu, tiveram início as obras da barragem Engenheiro Armando Ribeiro Gonçalves. Era a primeira etapa do chamado Projeto Baixo Açu, no bojo do qual se destacavam as promessas de transformação social para os trabalhadores locais, sobretudo os agricultores, os quais teriam acesso às terras do Perímetro de Irrigação incluído nas propostas governamentais. No mesmo ano, o Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS), órgão do Executivo Federal incumbido de implementar o referido projeto, divulgou por meio de um panfleto que circulou na imprensa do Rio Grande do Norte alguns dados importantes sobre a obra que começava a ser edificada. Num fragmento desse material de divulgação, lemos: “em três anos tudo estará concluído. Cr\$ 2.500.000.000,00 serão investidos na obra de redenção do Vale do Açu”. Nossa atenção, no presente trabalho, repousará sobre esse discurso oficial que instrumentaliza os referenciais da tradição religiosa cristã com o objetivo de convencer a população atingida dos benefícios das medidas que estavam sendo implementadas. Investigamos, portanto, o que se encontra sob a primeira camada dessa linguagem que se refere à barragem como “a obra de redenção”. Em outros momentos, esse mesmo tom volta a marcar o discurso que se impõe contra as resistências sociais, as quais vão se fortalecendo na medida em que o projeto avança sobre a população local. Nossa interpretação vai em duas direções: primeiro, tal discurso aponta para a sacralização da política tecnocrata, vinculada ao capitalismo mundial, elevada ao patamar de religião pelos seus apologistas (considerada, nesse sentido, como redentora); segundo, os agentes do governo fazem uso dos referenciais da religião popular como recurso de manipulação das massas, o que também denuncia uma dada compreensão estereotipada do que são, do ponto de vista das narrativas oficiais, esses homens e mulheres que vivem no semiárido nordestino. Analisaremos as fontes que tiveram como objeto a construção da barragem Armando Ribeiro, o que nos impõe um recorte temporal entre 1979, quando se iniciaram as obras, e 1983, quando a represa foi inaugurada.

Palavras-chave: Projeto Baixo Açu. Vale do Açu. Poder e narrativas religiosas.

SIMPÓSIO TEMÁTICO 5

Por uma história do corpo, por uma história do sensível: práticas, instituições, sentidos e saberes

Coordenadores

Prof.^a Dr.^a Juciene Batista Félix Andrade – UFRN

Prof.^a Ma. Avohanne Isabelle Costa de Araújo - Doutoranda (FIOCRUZ)

Proposta do Simpósio Temático

O simpósio acolhe pesquisas que têm como foco o corpo humano em suas múltiplas formas históricas. Serão discutidas as práticas corporais gestuais, laborais, sexuais, religiosas, esportivas e estéticas, assim como os significados dados ao corpo no tempo histórico. Consideram-se também como pertinentes ao debate desse simpósio pesquisas no âmbito dos saberes (científicos ou não) e suas instituições que contemplam a dimensão corporal como seu objeto e fim: medicina, sanitarismo, saúde pública, urbanismo, demografia, estudos de gênero e raça, cuidados na saúde e na doença, teologia, religiosidades, hospitais, asilos e clínicas. Por conseguinte, fazer uma história do corpo, também é pensar uma história das sensibilidades.

Resumos

A MUDIATIZAÇÃO COMO INFLUÊNCIA NA CONSOLIDAÇÃO DA MEDICINA CIENTÍFICA NO FINAL DO IMPÉRIO NA PROVÍNCIA DO RIO GRANDE DO NORTE (1877)

Ana Paula da Silva Carvalho - graduanda

Tallyta Caliane Bernardo Dias – graduanda

Orientador: Prof. Carlos Eduardo Martins Torcato - UERN

As transformações demográficas que ocorreram no Brasil no século XIX contribuíram diretamente para o agravamento das condições de saúde no Império. Crescimento populacional e econômico movimentou o porto do Rio de Janeiro e, de acordo com Flávio Coelho Edler e Luiz Antônio Teixeira, esses fatores possibilitaram, no país, a entrada de epidemias que então assolaram a Europa. Na segunda metade do século, a epidemia de febre amarela devastava não somente a capital imperial em 1850, mas assolava-se país adentro, resultando na necessidade da criação da Junta Central de Higiene em 1851 — responsável pelo combate à epidemia e por regulamentar os anúncios de curandeiros nos periódicos. A partir deste momento, os periódicos passam a ser utilizados como forma de popularizar os médicos formados profissionalmente, adeptos da medicina científica, desacreditados pelo povo quando comparados aos praticantes de medicinas alternativas, como os curandeiros. Através dos estudos da cientista social e doutora em História Social Gabriela dos Reis Sampaio, percebe-se que o objetivo dos periódicos de popularizar a procura por médicos formados, na verdade, causavam o efeito contrário daquele desejado pela classe médica do Império, em decorrência de conflitos políticos que refletiam nos posicionamentos dos jornais. Tais contradições e conflitos não se concentravam apenas na capital: onze anos antes, na província do Rio Grande do Norte, embates semelhantes ocorriam entre Luiz Carlos Lins Wanderley, o primeiro médico da província, e Antônio Soares de Macedo, redator do Brado Conservador, jornal da cidade de Assu. O objetivo deste trabalho é analisar as publicações do Brado, apresentando acusações feitas ao Dr. Wanderley e como tais acusações refletiam na visão dos leitores, em relação ao exercício

de uma medicina científica que buscava se consolidar como “oficial”. Essa pesquisa é estudada e desenvolvida através de cartas dos leitores extraídas do Brado, disponibilizadas pela Hemeroteca Digital da Biblioteca Digital. É uma pesquisa ainda em andamento, onde os resultados apresentados futuramente podem divergir dos objetivos aqui apresentados.
Palavras-chave: Epidemias. Medicinas. Brado Conservador.

NOÇÕES E REPRESENTAÇÕES DA CRISE EPIDÊMICA NA IMPRENSA DURANTE A SECA NA PROVÍNCIA DO RIO GRANDE DO NORTE (1877-1879)

Tallyta Caliane Bernardo Dias - graduanda

Orientador: Prof. Carlos Eduardo Martins Torcato - UERN

Os anos entre 1877 e 1880 foram marcados por uma das secas mais devastadoras do Rio Grande do Norte e região. Com a estiagem e consequentemente, a fome, surgem as crises epidêmicas que rapidamente fragilizam e dizimam grande parte da população sertaneja. As “febres de mau caráter”, como foram popularizadas nos veículos de imprensa, logo passaram a ser objeto de preocupação das autoridades provinciais. Febre amarela, beribéri e varíola são algumas das doenças que logo eclodem no que Luiz Antônio Teixeira e Flávio Coelho Edler chamam de patologias tropicais. Contudo, ao estudar discursos científicos precisos como a história das doenças, é importante que se preste atenção especial aos conceitos que definem determinadas patologias e não confundi-las com o modo como elas são definidas no presente. Como afirma a médica e doutora em saúde pública Dina Czeresnia, o discurso científico se estrutura pela elaboração de conceito. Através da análise de jornais cujos exemplares estão disponíveis na Hemeroteca Digital Brasileira, este trabalho busca analisar as doenças que assolavam as terras do Rio Grande do Norte no período da seca dos dois sete e como elas eram retratadas pelo Brado Conservador e pelo Correio do Natal, dois dos periódicos de maior circulação dentro da província do Rio Grande do Norte. Os Relatórios dos Presidentes de Província serão colocados em evidência sobre o que as autoridades faziam naquele momento para amenizar o efeito das epidemias, com a contribuição do primeiro médico e sanitarista formado do Rio Grande do Norte, Luiz Carlos Lins Wanderley, também redator do Correio do Natal — o que torna o jornal um vetor importante dentro dessa pesquisa. Cruzando essas informações, objetivamos traçar uma narrativa sobre como as doenças, os doentes e a seca eram retratados em vieses carregados de opinião e motivação política. É importante destacar que esta é uma pesquisa ainda em andamento e que as conclusões finais podem acabar diferindo dos objetivos iniciais.

Palavras-Chave: Doenças. Discursos Científicos. Periódicos.

“UM SYPHILITICO ENCAVEIRADO QUE SE ARRASTA DOLOROSAMENTE”: SENTIDOS E PERCEPÇÕES DA SÍFILIS NA PARAÍBA (1921-1940)

Rafael Nóbrega Araújo - mestrando

Orientador: Prof. Azemar dos Santos Soares Júnior - UFRN

O artigo analisa os sentidos e percepções elaborados sobre a sífilis nas páginas da imprensa paraibana nas primeiras décadas do século XX, especificamente entre 1921 e 1940. A sífilis, dentre todos os flagelos sociais, foi o que mais fez parte da cultura, produzindo sentidos e significados que aterrorizaram as pessoas, tendo grande influência na moralidade e na literatura. Materializada por meio das fontes, as sensibilidades tecidas em torno desse fenômeno mórbido permitem ao historiador problematizar sua existência e analisar o conflito, o disparate produzido por essa doença na sociedade. Na virada do século XIX para o início do século XX, a sífilis se tornou uma preocupação do ponto de vista higiênico para os médicos brasileiros que passaram a empreender uma luta antivenérea e cujos discursos reverberaram em todo território nacional. Na Paraíba, a sífilis também foi alvo dos enunciados médicos, tida como uma “doença vergonhosa”, era compreendida como a “inevitável desgraça da prostituição clandestina” e assustava pelo vultuoso número de doentes infeccionados. Para Michel Foucault (2012), o discurso também é uma realidade, pois seu uso modifica as percepções e sensações. Nesse sentido, o artigo parte de uma análise do discurso para problematizar a produção de sensibilidades no discurso médico sobre a sífilis na Paraíba. Conclui-se que a sífilis foi sentida e percebida como uma doença revestida pela noção de culpa, pecado e promiscuidade; atrelada de um pretenso caráter hereditário, essa morbidade foi creditada como fator que provocaria a degeneração da raça devido a acumulação de caracteres mórbidos; o doente sífilítico também era relacionado aos estigmas físicos da doença associados a deformações no corpo metaforizadas como feias e repugnantes.

Palavras-chave: Sífilis. Corpo. Sensibilidades.

A “MACONHA” COMO PERIGO SOCIAL: UM ENCONTRO ENTRE OS JORNAIS E A CIÊNCIA PSIQUIÁTRICA

Carlos Eduardo Martins Torcato - doutor

A hipótese clássica da antropóloga Vera Rubin coloca o Brasil na rota daquilo que foi chamado de complexo cultural da ganja, ou seja, culturas de usos religiosos, terapêuticos, afrodisíaco além do efeito euforizante mais conhecido. Em comparação às drogas que se difundiram na mesma época, ela foi a única que teve como protagonista as classes subalternas – no caso brasileiro os escravizados, os marinheiros e, posteriormente, os indígenas e os sertanejos. O processo de criminalização desta planta no Brasil esteve intimamente ligado à necessidade de controlar os nordestinos que chegavam ao sudeste trazendo consigo este exótico hábito, além de um cenário internacional que incitava tais políticas. Se no Sudeste o objetivo era conter uma população exógena, no próprio Nordeste a política proibicionista adquiriu um outro sentido. É objetivo deste trabalho mostrar que o discurso sobre o usuário de maconha que aparecia nos jornais era similar/inspirado naquele produzido nas instituições de médicas. A notícia publicada no jornal Diário de Natal, intitulada “Estava possuído de um desejo de matar” de 07 de maio de 1950, será a entrada para verificarmos as formas de difusão do discurso médico naquela época. Compararei algumas concepções do jornal com as expostas no artigo intitulado “Maconhismo crônico e psicoses” assinado por José Lucena (Livre Docente de Clínica Psiquiátrica da Faculdade de Medicina do Recife), por Luís Ataíde (Médico do Sanatório Recife) e por Pedro Coelho (Interno da Assistência aos Psicopatas). Sobre a metodologia é preciso destacar que tratam-se de duas fontes distintas e, portanto, cada uma necessita de uma problematização/contextualização própria. Será feita a crítica documental, apontando limites e possibilidades de pesquisa para cada tipo de fonte. No que se refere aos resultados, pretende-se demonstrar que a imprensa e as instituições médicas compartilhavam visões e concepções políticas voltadas para a disciplinarização deste

hábito sertanejo, funcionando como uma forma de disciplinar os corpos e as dietas psíquicas. Conclui-se que tais medidas são resultados de daquilo que pode ser entendido como uma biopolítica sobre a população.

Palavras-chave: Maconha. Psiquiatria. Jornais.

A ESCRITA DA MORTE: AS TRANSFORMAÇÕES DOS RITOS FÚNEBRES POR MEIO DOS LIVROS DE ÓBITO E TESTAMENTOS EM JARDIM DO SERIDÓ (SÉCULOS XIX-XX)

Luana Barros de Azevedo - mestranda

Começando ao rés do chão, Jardim do Seridó está inserida em uma região que compreende o sertão do Rio Grande do Norte. Sertão este entendido enquanto “realidade fáctico-material, a noção de sertão não representa uma individualidade específica que o identifique como um ente telúrico dotado de particularidades intrínsecas” (MORAES, 2003, p. 1). Esse espaço é compreendido como uma paisagem, transformada pelo tempo, em que sujeitos em suas diversas particularidades modelam o recorte regional por meio de sua cultura. Para tanto, o presente trabalho busca pensar a respeito das transformações fúnebres no decorrer do século XIX e XX, em Jardim do Seridó, enquanto região sertaneja. Esse período compreende os ideais de modernidade que estão em voga no país. Dessa forma, as mudanças das instituições, que ocorreram no século XIX, refletiram nas produções de documentos civis e no significado do corpo do morto. Foram encontrados 19 testamentos, feitos no município de Jardim do Seridó, correspondentes ao final do século XIX e decorrer do século XX, mostrando aspectos que diziam respeito ao cuidado com o corpo, descrição da família e desejos finais. Os testamentos foram escritos por escrivães e tabeliães da época, sendo alguns assinados a rogo. Para tanto, as pessoas se encaminhavam até o cartório da cidade e, diante de cinco testemunhas, ditavam ao escrivão suas necessidades. Por se tratar de uma escritura pública, assim como a participação assistida das testemunhas, juntamente com o tabelião, há possíveis lacunas existentes na escritura dos testamentos, tendo em vista a ausência dos motivos que faziam deixar bens a uma determinada pessoa que não era da família. Os registros das pessoas (nascimento e morte), anteriormente produzidos pela Igreja, passaram a ser de responsabilidade do Estado, resultante de uma necessidade que este tinha no controle do poder administrativo. Anthony Giddens (2001) observou que esses aspectos estão ligados a um processo de controle e vigilância sobre as sociedades por meio do Estado moderno e de uma economia capitalista, que teve início no século XIX. Segundo o mesmo, o sistema que consiste em Estado-nação foi uma peculiaridade da Europa, que tomou produção planetária. Por esse motivo, buscou-se perceber como se deram as transformações nos registros de morte e como essa forma de descrição do morto refletiu nos ritos de morte no sertão, assim como a percepção dos enterramentos que passaram da igreja aos cemitérios extramuros. A discussão sobre a escrita documental ajudará na compreensão sobre os significados do corpo e da morte para uma sociedade moderna.

Palavras-Chave: Morte. Modernidade. Jardim do Seridó.

A ENGENHARIA EM AÇÃO: A ATUAÇÃO DOS ENGENHEIROS DA IOCS/IFOCs NOS MELHORAMENTOS AGRÍCOLAS DO RIO GRANDE DO NORTE

Avohanne Isabelle Costa de Araújo - doutoranda

Este trabalho tem como objetivo compreender a atuação dos engenheiros vinculados à IOCS/IFOCS no que diz respeito aos melhoramentos agrícolas que desenvolveram no Rio Grande do Norte. As fontes que vou utilizar são os relatórios que estes homens de ciência produziram, informando os estudos e obras que executaram no referido Estado, assim como o acervo fotográfico anexado à estes relatórios. Essa documentação encontra-se sob a guarda do Clube de Engenharia e do Arquivo Nacional, ambos localizados no Rio de Janeiro. Este conjunto documental é importante porque os engenheiros detalham as condições socioeconômicas da população que vivia no Rio Grande do Norte, os problemas envolvendo as secas, a agricultura e alimentação, assim como os estudos que foram desenvolvidos sobre os índices pluviométricos, a situação do solo e as obras realizadas (açudes, estradas de ferro, perfuração de poços, sistemas de irrigação). Os resultados mostram que os engenheiros da IOCS/IFOCS construíram obras e realizaram estudos muito significativos sobre a agricultura no Rio Grande do Norte, no intuito de minimizar os efeitos causados pelas secas e dinamizar a atividade agrícola. Além disso, é perceptível, através da análise dos relatórios, perceber as dificuldades em implementar os projetos propostos pela IOCS/IFOCS, tais como o difícil acesso do litoral até o interior do Estado; problemas de transporte e das verbas que o Governo Federal enviava para pagar a alimentação dos trabalhadores (muitos deles retirantes das secas) e executar a construção de açudes particulares e públicos. Toda essa discussão é importante para compreendermos o que, de fato, os engenheiros conseguiram implementar e os percalços enfrentados quando os projetos não eram postos em prática, sejam eles de ordem das políticas locais e/ou federais.

Palavras-chave: Engenharia. Agricultura. Rio Grande do Norte.

CORPOS SIGNIFICADOS, ROUPAS SIGNIFICANTES: OS SERTÕES NAS PASSARELAS

Marcelino Gomes dos Santos - mestrando

Orientador: Prof. Durval Muniz de Albuquerque Júnior - UFRN

O mundo da moda, em especial, as passarelas, constantemente põe o corpo humano em movimento, ao passo em que o submete a redes de (re)significação por meio das roupas. Partindo desse pressuposto, objetivamos discutir, neste trabalho, os processos de significação do corpo por meio do vestuário e sua relação com as projeções visuais do mundo da moda. Para tanto, consideramos como ponto de partida para nossas análises e discussões o lançamento de uma coleção de inverno, intitulada “Carne Seca ou Um Turista Aprendiz em Terra Áspera”, lançada pelo estilista brasileiro Ronaldo Fraga no evento São Paulo Fashion Week, no ano de 2013. Em termos de metodologia, selecionamos fotografias do evento, sobre as quais realizamos análises a partir de um quadro/ficha de leitura elaborado levando em consideração os elementos que compõe as roupas (os materiais usados, a estamperia, os acessórios, etc). Consideramos, para efeitos de análise, a relação entre a história, a memória e a gramática visual das peças de vestuário apresentadas no referido evento. Em linhas gerais, os resultados apontam para a presença marcante de signos historicamente associados à ideia de sertão e nordeste brasileiro que, uma vez performados nas passarelas, ativam redes de memória sobre esses “espaços” e trazem à tona discursos que estão no cerne de sua invenção.

Palavras-chave: Sertões. Moda. Passarelas.

PLÍNIO MARCOS E A MÁQUINA LITERÁRIA: IMAGENS DO CORPO INFANTO-JUVENIL EM “BARRELA” E “QUERÔ”

José dos Santos Costa Júnior - doutorando

Plínio Marcos privilegiou em sua máquina literária a escrita sobre personagens infames como prostitutas, cafetões, corruptos, menores infratores, entre outros por meio dos quais ele constrói toda uma leitura sobre a sociedade brasileira dos anos 1960-70, em seus primeiros anos de trabalho. O texto problematiza as imagens do corpo infante-juvenil violado a partir da peça teatral *Barrela* (1958) e do romance, posteriormente também encenado e tornado longa-metragem, *Querô – uma reportagem maldita* (1974). Ao descrever o procedimento escriturístico de Plínio Marcos, bem como o alcance social de sua literatura marginal, busca-se pensar como sua obra permite ler a política, a institucionalidade e os modos como a “questão social” era dada a ler no período. Ao tratar de violência, crueldade, corrupção e desamparo, penso que a obra de Plínio pode ser lida como um processo de desterritorialização do modo de fazer a crítica social e política por meio da literatura, uma vez que vivenciou procedimentos específicos e atribuiu à sua obra e personagens outro estatuto que não era o da verdade explicativa sobre o mundo, mas que nem por isso deixava de contribuir para ver os dilemas e desdobramentos das desigualdades estruturais e seus modos de enraizamento na sociedade brasileira.

Palavras-chave: Literatura Brasileira. Teatro. Plínio Marcos. História do Brasil. Deleuze.

“COM A BOCA NA BOTIJA”: UMA VIAGEM NAS ASAS DA INQUISIÇÃO PORTUGUESA DESDE SODOMA ATÉ OS TRÓPICOS

João Vieira Neto - graduando

Orientador: Prof. Helder Alexandre Medeiros de Macedo - UFRN

Discute a presença de “amores proibidos” praticados por homens considerados “sodomitas” no Novo Mundo a partir das visitas inquisitoriais entre 1591 e 1595, evidenciando as noções discriminatórias presentes nos discursos da Escritura Sagrada e reforçados por Tomás de Aquino a fim da condenação daqueles que pecavam contra a natureza. O trabalho, desenvolvido junto ao componente curricular História do Brasil I, cursado no semestre letivo 2019.1, tem como caminho metodológico pesquisa bibliográfica e análise de conteúdo em autores que se dedicaram a estudar questões ligadas à Inquisição e sodomia, como Luiz Mott, Ronaldo Vainfas, Anita Novinsky e Geraldo Pieroni. A leitura dos autores permitiu compreender o florescer da máquina inquisitorial desde os tempos modernos, enquanto uma instituição moralizante movida por denúncias de terceiros, os quais ansiavam por destaques na sociedade colonial que vinha a se constituir na América portuguesa, haja vista o caráter majoritariamente denunciante que a Inquisição mantinha. Possibilitou, também, entender as visitas inquisitoriais enquanto importantes documentos para se vislumbrar o cotidiano da Inquisição na América portuguesa, os sujeitos envolvidos nas redes de relações e a sua presença na Capitania do Rio Grande. Tais fontes históricas proporcionam, dessa maneira, um olhar para a presença de nefandos nas malhas da Inquisição, na condição de pecadores durante o período colonial.

Palavras-chave: América portuguesa. Inquisição. Sodomia. Pecado nefando.

“OS DIREITOS QUIMÉRICOS DA LIBERDADE CONTRA O TRONO DO ESTADO E DA RELIGIÃO”: AS BASES DA ESCRAVIDÃO E DOMÍNIO DOS CORPOS NEGROS A PARTIR DO DISCURSO RELIGIOSO NO BRASIL IMPÉRIO (SÉCULO XIX)

Pedro Gabriel dos Santos Silva - graduando

Matheus Costa da Silva - graduando
Orientador: Prof. Thiago Alves Dias – PPGH/UFRN

No presente trabalho, o objetivo central tem por ênfase projetar uma discussão crítica ao que tange as marcas da escravidão no Brasil, sobretudo no Império, e suas bases de sustentação através do discurso religioso católico no século XIX. Problematicando a formação de uma sociedade altamente estratificada através da escravidão negra, enraizada na desumanização desses agentes ao longo da história do Brasil. Fazendo pois, com que desenvolvêssemos uma sociedade alicerçada na marginalização e descaracterização do negro enquanto um ser humano – e todos os referenciais tocantes as suas derivadas contribuições à miscigenação nacional –, inserida em um contexto de constantes políticas racistas, abraçadas pela mentalidade da população hodierna. Para tanto, o corpus documental do estudo é estruturado com base no relato de Dom José Joaquim da Cunha de Azeredo Coutinho (1742 – 1821), presente em sua obra “Concordancia das Leis de Portugal, e das Bullas Pontificias, das quaes humas permitem a escravidão de pretos d’ Africa, e outras prohibem a escravidão dos índios do Brazil”, publicada no ano de 1808. Externando as bases e prerrogativas religiosas para legitimar a contínua escravização dos “pretos d’ Africa” no Brasil, indo contra as políticas abolicionistas que já tinham suas primeiras manifestações dentre alguns países da Europa Ocidental. Norteando o desenvolvimento da dissertação sobre os principais aspectos religiosos que serviram como impulsionadores da escravização africana em solo nacional, legitimando a desumanização dos corpos negros em nome da fé, e do simbolismo retórico das cores de suas peles metamorfoseados ao pecado, críveis como manchas demônio. Para tanto, o olhar historiográfico se atém ao discurso da escravidão como uma forma final de excomungar os pecados carnis destes povos. Associando-se assim, as fundamentações da fé as contribuições econômicas e políticas da colônia em benefício frente à exploração do negro e as marchas da conquista do Novo Mundo.

Palavras-Chave: Brasil. Império. Escravidão. Catolicismo.

A SOLIDÃO DA COR: A REPRESENTAÇÃO DE SOLIDÃO NO ROMANCE ÚRSULA, DE MARIA FIRMINA DOS REIS (1859-1864)

Maria Teresa Paiva de Lima - graduanda

Em 2010, um censo realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) revelou em seus dados que 52,52% das mulheres negras no Brasil não viviam em união, independentemente do estado civil, esse número nos revela que mais da metade das mulheres solteiras no Brasil naquele momento eram negras. E segundo autoras como Claudete Alves (2008), ao contrário do que muitos podem vir a imaginar, esta realidade não é mera coincidência ou fruto de casualidade. Segundo a mesma autora, ao nos debruçarmos sobre a historicidade da mulher negra no Brasil, vemos uma trajetória permeada pela solidão. Esta solidão está intimamente relacionada com o processo de escravidão brasileira, período no qual foram postos em prática comportamentos e ações que desumanizaram a mulher negra e por muito tempo anularam a figura de uma mulher que assim como todas as outras possuía desejos de construir afetividade, projetos pessoais e familiares; de uma mulher que tinha a capacidade de pensar e amar. Neste trabalho iremos voltar nosso olhar para as escravas no período imperial no Maranhão, entre os anos de 1859 e 1864. Com o objetivo de compreender como esta mulher foi desumanizada e como a solidão passa a permear sua historicidade. Como principal fonte para a realização da

pesquisa iremos utilizar o romance *Úrsula*, escrito pela autora Maria Firmina dos Reis e publicado em 1859, assumindo assim a obra literária como uma evidência histórica. Além de algumas edições dos jornais *Publicador Maranhense* e *A Imprensa*, entre os anos de 1859 e 1864. Para auxiliar a análise das fontes serão feitas leituras de obras teóricas que falem tanto sobre a solidão como sobre o período escravocrata no Brasil Imperial.

Palavras-Chave: Solidão. Mulher negra. *Úrsula*.

ENTRE A CIVILIZAÇÃO E A NAÇÃO, O CORPO: A MODERNIDADE REPUBLICANA SENTIDA NO CORPO DOS PERSONAGENS DOS ROMANCES DE ADOLFO CAMINHA (1887-1896)

Vinícius Barbosa Lima - graduado

Adolfo Caminha (1867-1897), reconhecido pela crítica consagrada como um dos mais importantes escritores da escola naturalista brasileira, teve uma carreira literária curta, mas bastante conturbada. Constantemente envolvido em polêmicas, dado o teor explícito de suas narrativas, o autor, abolicionista e republicano, incluía-se no rol daqueles intelectuais do fin-de-siècle que compreendiam o advento da República como um elemento necessário ao progresso. Os dois conceitos-base deste estudo são o de “Modernidade Republicana”, tal como exposto por Maria Tereza Chaves de Melo, segundo quem, “Nas décadas finais do Império, o vocábulo república expandiu seu campo semântico incorporando as idéias de liberdade, progresso, ciência, democracia, termos que apontavam, todos, para um futuro desejado” (MELO, 2009, p. 16). Conforme explica a autora, baseada na teoria dos pares assimétricos de Reinhart Koselleck, a dicotomia, ou, por que não, a antinomia entre as noções de República e Monarquia foi um impulso poderoso no movimento de consolidação de uma perspectiva histórico-temporal, que, analogicamente, remontava à contradição entre Civilização e Barbárie; e o de “Regime de Historicidade” de François Hartog, entendido não como a possibilidade da reconstituição integral das formas de sentir o tempo, o que necessariamente nos conduziria a uma construção teórica anacrônica, mas, como colocou o autor, trata-se de pensar como “[...] conforme os lugares, os tempos e as sociedades, essas categorias, de pensamento e ação ao mesmo tempo, são operacionalizadas [...]” (HARTOG, 2013, p. 38). Os três romances de Adolfo Caminha possuem características em comum, sendo que uma delas é o fato de que todos abrigam descrições de comportamentos sexuais tidos à época como condenáveis. *A Normalista* trata da relação afetiva e sexual mantida por uma jovem e seu padrasto, algumas décadas mais velho; *Bom Crioulo* lida com a relação erótica entre um marinheiro negro e um grumete adolescente branco; enquanto *Tentação* expõe os pensamentos adúlteros de alguns de seus personagens. Portanto, o objetivo deste estudo é apresentar de que forma surge a representação do corpo e do desejo na obra de Caminha, e como este inseria esta temática no processo histórico que ele vivenciava. Na noção de progresso tal como apresentada, isto queria dizer que uma nação saudável exigiria cidadãos com corpos saudáveis, e, portanto, disciplinados.

Palavras-chave: Corpos. República. Nação.

CORPOS SADIOS, HOMENS VIRIS: IDEAL DE MASCULINIDADE NOS JORNAIS DE CAXIAS-MA (1890 A 1930)

João Marcelo Dutra Araujo - graduando
Orientador: Prof. Jakson dos Santos Ribeiro - UEMA

O referido trabalho é um prelúdio da pesquisa intitulada “Corpos ideias: a construção de virilidades saudáveis a partir das propagandas de remédios em prol da nação”, o recorte temporal corresponde a designada primeira república (1890 a 1930), período onde nota-se uma espécie de “metamorfose” nos âmbitos políticos, urbanos e econômicos, de forma direta esse conjunto de mudanças acarretou em uma alteração estrutural que é refletida nos agentes que compõe a sociedade, e sentida principalmente pelos segmentos populares; essas mudanças vivenciadas na Primeira República perpassaram principalmente pelo que Bermann (1986) em sua obra “Tudo que é sólido se desmancha no ar” nomeia de “turbilhão”, em alusão a vida moderna. No Brasil todas as ações realizadas seguiram o “turbilhão” ou modelo de desenvolvimento da França, todavia, às medidas adotadas em busca desse padrão não se resumiram na industrialização e na urbanização, uma vez que, essa estrutura em consonância com ânsia capitalista pelo lucro atravessaram a vida privada, modificando códigos de conduta, moral e postura, suscitando novos hábitos e estabelecendo novas sociabilidades, tecendo dessa modo, novas necessidades que foram reproduzidas na coletividade principalmente pela atuação da imprensa. Nesse trabalho o enfoque estará sob gênero masculino, e procurar-se-á, analisar através de anúncios de propagandas de remédios nos periódicos, o modelo ideal masculino, seus atributos e seus dotes que colaboraram para a elevação nacional; o recorte espacial utilizado foi a cidade de Caxias-MA, que por muito tempo teve grande importância no cenário regional. Logo, para entender-se toda essa conjectura se utilizará autores locais como: Pessoa (2009), Ribeiro (2018), e autores como Durval Muniz (2013), Machado (2009) e Temporão (1986) dentre outros. Em um primeiro momento constatou-se que as propagandas de medicações publicadas nos jornais caxienses no recorte temporal esboçavam de fato o modelo de uma masculinidade homogênea, onde características como: força, virilidade, potência, funcionariam como elemento de caracterização do gênero e distinção social.

Palavras chave: Masculinidade. Imprensa. Propaganda.

À MEMÓRIA DE AUTA DE SOUZA: A CONSTRUÇÃO DE UMA MEMÓRIA COMO ESPAÇO DE PERMANÊNCIA (1901-1961)

Jussier Dantas - mestrando

“À memória de meu Pai, de minha Mãe e de meu irmão” (SOUZA: 2008, p.9). Estas são as primeiras palavras do único livro escrito pela poetisa Auta de Souza (1876-1901): Horto, publicado originalmente no ano 1900, alguns meses antes de sua morte. Auta de Souza foi uma poetisa nascida no município de Macaíba, estado do Rio Grande do Norte. Porém, antes disso, foi também mulher, filha, irmã, amiga querida de muitos que a conheceram e dela guardaram lembranças significativas que algum tempo depois viriam a compor a memória que seria construída para ela. Oriunda de uma família afrodescendente que ascendeu economicamente, socialmente e politicamente por meio do comércio do algodão com a Inglaterra a partir da década de 1860, Auta de Souza teve - como nomeou seu biógrafo, Luís da Câmara Cascudo - uma vida breve, mas que deixou um extenso legado sensível que vai muito além de seu único livro. Importantes figuras da história do Rio Grande do Norte expressaram suas opiniões acerca da poetisa, que transparece sempre como uma pessoa serena, amável, materna, imaculada, uma quase santa, uma Madona

(Virgem Maria, mãe do menino Jesus) viva. Essas lembranças acerca de Auta de Souza são a base primordial da memória que se construiu para a poetisa. Na obra “Vida Breve de Auta de Souza: 1876-1901”, Câmara Cascudo constrói uma biografia da poetisa apresentando essencialmente depoimentos de pessoas que conheceram e conviveram com Auta de Souza. É essa memória de caráter hagiográfico, memória de uma santa - “Santa Auta de Souza”, como escreve Cascudo na biografia da poetisa - que procuramos problematizar no presente trabalho. Nesse processo de construção da memória de Auta de Souza, dois elementos apresentam-se como significativos: (1) a idealização da figura feminina como forma de apagamento da mulher Auta de Souza e (2) o silenciamento acerca do caráter racial que marca não apenas a história de Auta de Souza, como também de toda a sua família.

Palavras Chave: Auta de Souza. Memória. Espaço.

O “FRANKENSTEIN DA VILA”: MODERNIDADE E ANTI-MODERNIDADE EM NOEL ROSA (1920-1940)

Matheus Pinheiro da Silva Ramos – graduando

Orientador: Prof. Durval Muniz de Albuquerque Jr - UFRN

Esta comunicação tem como objetivo a investigação de uma disputa do conceito de malandro na música popular brasileira através da análise de um duelo de sambas entre os compositores Noel Rosa e Wilson Batista no início do século XX. O historiador, por meio da análise de documentos, pode trabalhar a dimensão social desse duelo de músicas. Essa querela, movida por ciúmes, não é fútil, mas valorizada e compreendida em sua dinâmica de conflito que funcionaliza a cultura e os sujeitos sociais que significam sua prática. Dessa maneira, temos como foco o corpo do malandro em suas múltiplas formas históricas no sentido de problematizar disputas em torno de suas práticas corporais gestuais, laborais e estéticas. Noel, considerado um cultivador do samba e da malandragem, ocupa também um papel disciplinador e modernizante nessa nova dinâmica da indústria cultural dos anos 1920 - da qual também se nutre. Nesse sentido, verificamos a presença de características modernas e anti-modernas na subjetividade de Noel Rosa de maneira a perceber uma tática de desvinculação da ideia de malandragem por parte desses sambistas a fim de facilitar a circulação de suas canções durante a Era Vargas.

Palavras-chave: Malandragem. Modernidade. Noel Rosa.

HISTÓRIA E FOTOGRAFIA: UMA ANÁLISE FOTOGRÁFICA DE MAUTHAUSEN (1939-1945)

Alberione Izídio Dantas - graduando

Luan Cosme Santos - graduando

Orientadora: Prof^{fa}. Larissa Jacheta Riberti - UFRN

O objetivo do presente trabalho é pensar as fotografias como documentos históricos primários e, através disso, analisar fotos produzidas durante o Holocausto nazista, mais especificamente, no campo de concentração de Mauthausen, localizado no norte austríaco (1939-1945). Metodologicamente, trabalhamos com uma análise bibliográfica e a partir disso dialogamos com cinco fotografias produzidas na situação histórica em debate. Os resultados obtidos foram satisfatórios, visto que as fotografias se apresentaram como reprodutoras de discursos, não somente por parte das vítimas do evento, como também do Estado nazista. Portanto, concluímos que as fotografias são essenciais na conservação da memória histórica, desde que utilizadas de maneira a respeitar seus princípios técnicos e metodológicos específicos.

Palavras-chave: História. Fotografia. Holocausto. Mauthausen.

CORPO DE LAMA: A CORPOREIDADE E IDENTIDADE DO DISCURSO MANGUEBEAT NO RECIFE DA DÉCADA DE 1990

Renan Vinícius Alves Ramalho - doutorando
Orientador: Prof. Renato Amado Peixoto - UFRN

O presente trabalho pretende compreender como se deu o estabelecimento bem sucedido do movimento Manguebeat enquanto discurso possível para identidade recifense na década de 1990. Como pano de fundo, temos as discussões a respeito da invenção de uma identidade nordestina calcada em estereótipos e figuras típicas, que se articularam em função de uma memória herdeira dos grupos que capitanearam tal consolidação, como demonstrado na obra de Durval M. de Albuquerque Júnior (2001). Uma vez que Recife teria sido local privilegiado desta invenção, e que o movimento contestara exatamente o limite das representações possíveis das identidades locais/regionais, nos interessa investigar como foi possível o estabelecimento desse discurso (toponímias, memoriais, estátuas e a própria lei que estabelece o Manguebeat como patrimônio imaterial de Pernambuco). A partir da metodologia de análise da performance (FRITH, 1996) e a partir do conceito de paisagem sonora (SCHAFFER, 2001) concluímos que a ênfase na corporeidade, dentre outras variáveis, contribui para a eficácia do discurso analisado.

Palavras-chave: Paisagem sonora. Manguebeat. Nordeste

SIMPÓSIO TEMÁTICO 6

História, Educação e Sensibilidades

Coordenadores

Prof.^a Dr.^a Juciene Batista Félix Andrade – UFRN
Prof. Dr. André Mendes Salles – UFRN

Proposta do Simpósio Temático

O simpósio visa congregar trabalhos que reflitam sobre questões relacionadas às práticas educativas, à cultura escolar e às pesquisas que dão ênfase à constituição das diferenças culturais no âmbito das relações de ensino-aprendizagem e suas sensibilidades. Assim, visamos discutir aspectos ligados as práticas do cotidiano escolar, aos recursos didáticos, aos currículos e processos avaliativos, às identidades e diferenças culturais, às questões étnicas e de gênero, às estratégias pedagógicas na construção das sensibilidades.

Resumos

SALA DE AULA: ESPAÇO DE ENSINO-APRENDIZADO

Thiago Rodrigues da Silva - graduando
Orientador: Prof. André Mendes Salles – UFRN

O referido trabalho tem como objetivo relatar a experiência vivida na sala de aula durante o estágio supervisionado III. O campo de estágio escolhido para a regência e observação foi a Escola Estadual Professor Antônio Aladim de Araújo, que está funcionando nas instalações da Escola Estadual de Tempo Integral José Augusto. A turma direcionada pela professora supervisora de estágio foi 1ª série “E” do ensino médio regular. Este trabalho tem como objetivos expor o passo a passo do Estágio Supervisionado III, mostrando como foram planejadas as aulas, quais foram as dificuldades enfrentadas em sala e fora dela, o comportamento dos alunos com a presença do estagiário, a relação do estagiário com a professora tutora, a colaboração do mesmo para a formação e aprendizado na docência. Como tivemos algumas dificuldades na sua execução, tivemos que modificar nosso plano de aula. Porém, as aulas ocorreram de forma satisfatória. O estágio supervisionado é um laboratório de estudos práticos para a organização dos conteúdos e conhecimentos adquiridos durante a nossa formação na graduação, tendo como apoio o professor tutor, que pode orientar e indicar as melhores formas de lidar com a turma recém-conhecida.

Palavras-chave: Relato de experiência. Ensino de História. Processo de ensino e aprendizagem.

ENSINO DE HISTÓRIA: AS TRANSFORMAÇÕES DO ESTÁGIO NO ENSINO MÉDIO

Francisco José Silva – graduando
Marcos Paulo Soares da Silva – graduando

Mirely Kely Medeiros – graduanda
Orientador: Prof. André Mendes Salles – UFRN

O presente trabalho busca analisar o ensino de História na Educação Básica, com enfoque nas vivências/experiências do estágio no ensino médio, na disciplina de Estágio supervisionado no curso de História Licenciatura do CERES, Caicó. A problemática surgiu diante das transformações vivenciadas em sala de aula do ensino fundamental ao médio, como também pelas produções que estão surgindo no campo de Ensino de História. Como metodologia, a pesquisa tomou como proposição as leituras e fichamentos de livros no âmbito temático, assim como o conhecimento dos documentos institucionais como o projeto pedagógico do curso de História-PPC. Diante disso, das pesquisas feitas e as que estão em andamento, o Ensino de História pautado na prática docente a partir do Estágio Supervisionado, ainda se encontra em fase de conclusão, tendo em vista que as discussões envolvendo-os estão em andamento.

Palavras-chave: Ensino de História. Estágios supervisionados. Formação de professores.

NAS PEGADAS DO ENSINO DE HISTÓRIA: UMA ANÁLISE DO PROGRAMA ESCOLA SEM PARTIDO NAS ESCOLAS DO MUNICÍPIO DE JARDIM DO SERIDÓ/RN (2018-2019)

Josean Barbosa de Azevêdo - graduando
Orientador: Prof. André Mendes Salles – UFRN

A referida pesquisa tem como objetivo entender a repercussão do Programa Escola Sem Partido entre professores de História no município de Jardim do Seridó/RN, entre os anos de 2018 e 2019. Desta forma para se chegar aos objetivos utilizamos como fonte um questionário e um formulário, onde o autor irá analisar as respostas dos oito (08) professores e professoras, que estão divididos entre escolas das redes estaduais, municipais e privada. Realizamos uma pesquisa bibliográfica online no Google Acadêmico em busca de livros, artigos, dissertações e teses, em âmbito nacional e local, assim como uma pesquisa no site do Próprio movimento Escola Sem Partido, no Portal da Câmara Federal dos Deputados e no blog “pesquisando o Escola sem Partido”. Buscamos entender as visões dos professores e professoras a respeito do Programa Escola Sem Partido, destacando se os mesmos demonstram ser a favor ou contra o Programa, e se eles veem o programa como um empecilho na sala de aula, se conhecem o Programa Escola Sem Partido e os seus impactos no processo de ensino e aprendizagem. A pesquisa se encontra em construção e será concluída após a análise dos dados presentes nos questionários e formulários.

Palavras-chave: Escola Sem Partido. Ensino de História. Jardim do Seridó.

ENSINO DE HISTÓRIA E ARTE: UM SERTÃO DE CONTRASTES NAS TELAS DE PORTINARI E THALES KELVEN

Raquel de Lima Silva Cavalcante - Pós-graduanda
Orientadora: Prof.^a. Gleice Linhares de Azevêdo

O resumo que ora se apresenta surge diante da necessidade de trabalhar História e Arte na Sala de Aula, pois são áreas que dialogam na construção do conhecimento. A arte é uma das ferramentas didáticas que pode ser utilizada para analisar fatos e contextos

históricos pela sensibilidade do artista que percebeu aquela realidade. Neste sentido foram realizadas oficinas nas salas de aula da zona urbana e rural na modalidade EJA – Educação de Jovens e Adultos (Ciclo I-II), no município de Belém do Brejo do Cruz – PB. Selecionamos as telas: Os Retirantes (1944) e Criança Morta (1944) de Cândido Portinari; e quatro telas de Thales Kelven: Pássaros da Caatinga (2016), Caboclo do Sertão (2016), Nordeste Cultivando a Terra (2016) e De casa para o Terreiro (2019). A seleção das telas citadas se deu com o objetivo de analisar e contrastar o olhar de cada artista diante do sertão. Por conseguinte, o trabalho desenvolveu-se com apresentação das pinturas, diálogo teórico sobre leituras de imagem e contexto histórico, seguido de debate e finalizado com a produção de desenhos realizados pelos alunos, além de relatos de memória. Com a oficina foi possível verificar que os alunos se envolveram na atividade, se reconheceram nas pinturas onde retrata um sertão múltiplo, ou seja, um sertão visto pelo “espaço da saudade”, um sertão ainda praticado e um sertão ainda estereotipado.

Palavras-chave: Ensino de História. Sertão. Arte.

SABERES DISCIPLINARES DA HISTÓRIA E FORMAÇÃO DE PROFESSORES NO PARAGUAI: A GUERRA DA TRÍPLICE ALIANÇA EM FOCO

André Mendes Salles - Professor da UFRN

Apresentamos o interesse em refletir sobre os saberes disciplinares da História a partir da Guerra da Tríplice Aliança, com foco para a formação inicial e continuada de dois professores paraguaios, que se constituíram em sujeitos da investigação. A coleta de informações junto aos sujeitos se fez por meio de entrevista semiestruturada e de aplicação de questionário. Eles não se limitaram a narrar ou descrever seus respectivos processos formativos, mas refletiram sobre o mesmo e assinalaram relevantes críticas concernentes a “carreira de História” no Paraguai. A fala dos sujeitos da pesquisa nos levar a perceber a influência da formação inicial em suas construções teóricas e/ou interesses sobre a Guerra da Tríplice Aliança.

Palavras-chave: Saberes disciplinares. Formação de professores. Guerra da Tríplice Aliança.

O CURSO DE HISTÓRIA DA URRN EM UM MOMENTO DE TRANSIÇÃO: REFORMAS EDUCACIONAIS NO PERÍODO DA REDEMOCRATIZAÇÃO (1989-1998)

Dário Alessandro de Souza Filho - graduando
Orientadora: Prof.^a. Aryana Lima Costa – UFRN

O objeto de nossas reflexões é o curso de História da URRN/Mossoró (atual UERN) durante a época da redemocratização e da elaboração da Constituição Brasileira de 1988. Naquela altura, as universidades passavam por um momento de transição entre o fim das diretrizes advindas do regime ditatorial e as novas demandas suscitadas pelo início da redemocratização. Entendendo que a graduação em História da URRN também passou por mudanças nesse período, pretendemos avaliar as relações entre o momento do ensino superior no Brasil e o referido curso diante do momento político do país, em que as prescrições educacionais não estavam bem definidas. Portanto, utilizando documentos

como matrizes curriculares, propostas de reforma do currículo, atas de reunião e resoluções legislativas, queremos entrever até que ponto estas pautas universitárias materializaram-se também na URRN. O recorte temporal deste trabalho tem início no ano de 1989, data da primeira proposta de reformulação curricular do curso após o início do processo de redemocratização. O ano de 1998 marca o fim do recorte temporal, primeiramente porque ela representa o ano da última alteração feita em relação à reforma iniciada em 1989, e em segundo lugar porque consideramos que tal alteração reflete a modificação final, no que diz respeito à matriz curricular do curso, de uma geração de professores, possivelmente representantes de uma outra tradição, que, entre 1998 e 2006 (reforma mais recente), viria a ser majoritariamente substituída. Para estruturar a pesquisa, buscamos referências teórico-metodológicas em discussões sobre a prática de se fazer História, como a feita por Certeau, em "A Escrita da História" (2007) e em reflexões sobre o currículo, como a feita por Ivor F. Goodson, em "Currículo: Teoria e História" (1999). Para embasamento historiográfico, trabalhamos com autoras como Aryana Costa (2018) e Norma Silva (2011), que realizaram trabalhos acerca da história dos cursos superiores de História no Brasil. Pesquisas como a que Sueli Mazzilli realizou em "Ensino, Pesquisa e extensão: reconfiguração da universidade brasileira em tempos de redemocratização do Estado" (2011), que tratam das universidades brasileiras na época da redemocratização, também serão importantes para o nosso estudo, uma vez que oferecem uma contextualização a respeito da educação superior no Brasil de maneira mais geral.

Palavras-chave: Redemocratização; Currículo; Curso de História da UERN

SERIDÓ NAS PEGADAS DA HISTÓRIA: RELATO DE INTERVENÇÃO NA ESCOLA ESTADUAL PROF. ANTÔNIO ALADIM DE ARAÚJO, EM CAICÓ/RN

Josean Barbosa de Azevedo – graduando

Alberione Izídio Dantas - graduando

Orientadora: Prof.^a Juciene Batista Félix Andrade – UFRN

O projeto "Seridó: nas pegadas da História", foi concebido pelo grupo que compõe a Residência Pedagógica em História no núcleo que integra a Escola Estadual Prof. Antônio Aladim de Araújo (EEAA), na cidade de Caicó/RN. Este tem por finalidade trabalhar com os pressupostos da História Local, buscando mostrar a importância e utilidade desta área enquanto possibilitadora da construção da identidade do aluno como ser histórico e cidadão. Para tanto, o trabalho fora dividido em módulos, sendo o primeiro deles norteado na temática da Pré-História da região do Seridó Potiguar. Desta forma, o objetivo principal deste projeto é proceder à História de forma heterogênea e transformadora, no intento de agregar teoria e prática às aulas dinâmicas e proativas. Concomitantemente, para a aula citada, utilizamos do percurso da pré-história no Seridó desde os primeiros homens, passando pelo seu cotidiano, sua relação com a megafauna, até os vestígios deixados por esses povos, como é o caso das pinturas rupestres e dos objetos encontrados em escavações arqueológicas. Em termos metodológicos, aplicamos, também, uma abordagem didático-pedagógica voltada para o diálogo, verbalização e exposição dos conceitos englobando aluno/professor/conteúdo com fito de estabelecer uma consciência histórica, e tornar o Ensino de História mais próximo do corpo discente. Além disso, colocamos em pauta outros recursos, como a escavação simulada, onde os alunos puderam experienciar as técnicas de escavar juntamente com as técnicas de registro, vivenciando, assim, a prática de um profissional da arqueologia, levando em consideração todo o procedimento e método de cuidado e manuseio para com os instrumentos que integram uma escavação. Ademais, pensando na relação e integração da universidade no ambiente escolar, utilizamos as fontes visuais e imagéticas pautadas na elaboração de

vídeos-informativos com dois professores do Departamento de História do Ceres, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Campus de Caicó, no qual os mesmos abordaram asserções desde o papel do arqueólogo, dos processos metodológicos adotados em uma escavação, até a análise dos sítios arqueológicos que existem na região do Seridó Potiguar. Por seu turno, podemos concluir, através da participação e interesse do alunado, o quão importante é a interpelação e abordagem destes assuntos ligados a História Local, bem como a relevância da didática e do planejamento na qualidade de ferramenta para o ensino-aprendizagem.

Palavras-chave: Ensino. História Local. Seridó.

O DOCUMENTÁRIO “A PROVÍNCIA MODERNA” COMO RECURSO DIDÁTICO E ESTRATÉGIA PEDAGÓGICA NA CONSTRUÇÃO DE SENSIBILIDADES

Giovanni Roberto Protásio Bentes Filho - doutorando

Thaina Moraes Avelino Maia - graduanda

Karine Maria Lima Lopes - graduanda

Orientador: Prof. Raimundo Pereira Alencar Arrais – UFRN

Este trabalho objetiva discutir o cinema como um recurso didático capaz de auxiliar professores e alunos da Educação Básica, a partir do ensino da história, na construção de sensibilidades. A linguagem audiovisual possibilita que o docente articule história e arte a partir de temas transversais relacionados à realidade do aluno, tais como cidadania, meio ambiente e diversidade cultural. Pensando nisso, o Grupo de Pesquisa Os Espaços na Modernidade da UFRN, com a colaboração do IFRN, produziu um documentário sobre a vida urbana de Natal nas três primeiras décadas do século XX, A província moderna, realizado pela direção de Artemilson Lima (IFRN) e Raimundo Arrais (UFRN), coordenador da pesquisa histórica e autor do texto, com a narração de Clotilde Tavares. Os membros do grupo realizaram a pesquisa histórica nos periódicos do jornal A República e da revista Cigarra e em fotografias referentes ao período republicano. Natal aparece nessa produção em múltiplas dimensões, desde a cidade planejada, racionalizada, fruto dos interesses dos grupos dominantes à cidade dos grupos menos favorecidos. O filme apresenta a cidade como palco das relações sociais, de modo que em nenhum momento as ações desses grupos aparecem isoladamente. As diferentes formas de experienciar a vida cotidiana aparecem no filme, desde os carnavais dos elegantes, das apresentações no teatro Carlos Gomes, até o drama vivido pelos retirantes da seca, dos trabalhadores que assentaram o calçamento das ruas e os que foram mandados para trabalharem na Amazônia. O documentário foi exibido para turmas do ensino médio do IFRN, de campus distintos. Foi possível perceber nas discussões suscitadas por alunos e professores, a relação que eles tendem a estabelecer com a cidade e o interesse pelo modo como a narrativa histórica foi produzida por meio de diferentes ritmos de tempo. Identificou-se certo estranhamento por parte de alguns alunos por causa da maneira como o tempo foi tratado no documentário, já que as ações dos homens no tempo e no espaço não aparecem de maneira linear. Isso nos permitiu verificar que os alunos ainda entendem a História sob a ótica evolutiva. A presença de professores de outras disciplinas durante as exibições nos mostrou possibilidades de pensarmos esse recurso didático como uma ferramenta de aprendizagem crítica e meio para o desenvolvimento de sensibilidades. Quanto à História, é possível estabelecer relações entre diferentes escalas de tempo e espaço, assim como compreender a cidade de Natal como espaço de disputas sociais e políticas. O filme é uma construção articulada entre pesquisa histórica e linguagem audiovisual e nele pode ser identificado valores culturais, conceitos e códigos sociais de uma época. Assim, o documentário possibilitará

aos alunos, auxiliados pelo professor, o entendimento de que a História é feita de processos que, de certo modo, estão conectados numa trama.

Palavras-chave: Documentário. História. Natal.

EXPERIENCIANDO A PRÁTICA DOCENTE

José Carlos Pereira da Cruz – graduando

Orientador: Prof. André Mendes Salles – UFRN

O Estágio Supervisionado é um momento determinante na carreira acadêmica do estudante. A partir da experiência prática em sala de aula, o mesmo decidirá os rumos da sua jornada. Este trabalho é resultado de um semestre de aprendizado teórico na universidade e de prática em sala de aula na escola onde fora realizado o estágio. No primeiro momento é apresentada a composição teórica discutida e trabalhada na academia. Em segundo lugar, uma apresentação da Escola Estadual Dr. José Gonçalves de Medeiros da cidade de Acari-RN, escolhida para o estágio supervisionado. Em seguida, os relatos das observações realizadas nas aulas do estágio, discutindo também a questão da relação Professor/Aluno e sua importância no processo Ensino/Aprendizagem. E finalmente, a partir das intervenções feitas no estágio, é discutido os desafios do estagiário no experimento docente, e o caminho pedagógico traçado para cada aula aplicada na busca do equilíbrio entre a teoria e a prática.

Palavras-chave: Estágio Supervisionado. Prática docente. Educação.

MONITORIA DE HISTÓRIA ANTIGA: UMA FERRAMENTA PARA FAVORECER A AUTONOMIA NOS ESTUDOS DA ANTIGUIDADE NO CAMPUS DE CAICÓ (CERES-UFRN)

Maria da Conceição da Silva Costa - graduanda

Orientadora: Prof.^a Airan dos Santos Borges de Oliveira – UFRN

O objetivo da presente comunicação consiste em apresentar um relato de experiência do trabalho desenvolvido junto à monitoria da disciplina de História Antiga (DH- CERES). Aqui, compreende-se a monitoria universitária como um laboratório no qual ensino e pesquisa são vistos de modo integrado e que busca dialogar com as seguintes áreas de conhecimento: Arqueologia, Educação Patrimonial, História Antiga e Metodologia do Ensino de História. Deste modo, a proposta central deste trabalho fundamenta-se em repensar o ensino de História, em particular, História Antiga, a partir das potencialidades da Cultura Material e da documentação textual vinculados aos conteúdos específicos da disciplina de História Antiga. Ao revisitar os grandes temas apresentados na bibliografia especializada a partir de um retorno às fontes documentais de cultura material e textuais, percebemos que novas estratégias precisavam acontecer, como por exemplo, o uso de novas tecnologias para proporcionar atividades mais dinâmicas e aproximar os discentes no estudo da antiguidade. Por fim, apresentamos os resultados parciais da reformulação metodológica operacionalizada pela equipe da disciplina (professora regente, monitora e turmas) no que tange, sobretudo, às contribuições das aulas-oficinas desenvolvidas entre os meses de março e setembro de 2019.

Palavras-chave: Monitoria. História Antiga. Antiguidade.

CONHECENDO O NOSSO PASSADO A PARTIR DA HISTÓRIA LOCAL: UMA AULA DE CAMPO NO PROJETO “SERIDÓ: NAS PEGADAS DA HISTÓRIA”

Jefson Bezerra de Azevedo Filho - graduando

Orientador: Prof. André Mendes Salles – UFRN

Orientadora: Prof.^a Juciene Batista Felix de Andrade – UFRN

Ao ensinar História, o professor deve relacionar o tema a questões importantes como memória, identidade e cidadania. Nesse processo, a consciência do passado constitui um fator fundamental para formação da nossa identidade, pois “saber o que fomos, é conhecer o que somos” (LOWENTHAL, 1998). Partindo desses pressupostos, podemos entender o patrimônio como um instrumento que pode ser usado no Ensino de História, na medida em que o mesmo pode ser vinculado a referências do passado que dialogam com a nossa identidade. Nesse sentido, a partir do projeto “Seridó, nas pegadas da História”, desenvolvido no Programa Residência Pedagógica, dentro do Núcleo da Escola Estadual Antônio Aladim (EEAA), na Cidade de Caicó/RN, ressaltamos a importância da Educação Patrimonial no processo educacional. Metodologicamente, durante o semestre 2019.1, foram desenvolvidas aulas que debatiam sobre os conceitos de memória, identidade, patrimônio e história local, para que, por fim, os alunos participassem de uma aula de campo que teve como roteiro, os principais pontos históricos da cidade. Após a finalização do projeto, foi aplicado um questionário aos alunos composto por questões abertas, com perguntas referentes ao patrimônio e história local da cidade de Caicó, que teve como objetivo entender a percepção dos alunos relacionada ao debate proposto nas aulas. Os resultados reforçam a importância de se trabalhar Educação Patrimonial e História Local no currículo escolar, visto que possibilita ao aluno se perceber enquanto agente produtor da História.

Palavras-chaves: Memória. Ensino de História. História Local.

EDUCAÇÃO PARA A SUSTENTABILIDADE E CONSTRUÇÃO DE SENSIBILIDADES: O CASO DO JARDIM SENSORIAL DO MUSEU CÂMARA CASCUDO

Maria Laís dos Santos Leite – doutoranda

Orientadora: Prof.^a Magnólia Fernandes Florêncio de Araújo – UFRN

Orientadora: Prof.^a Maria Luísa Quinino de Medeiros – UFRN

Em um contexto de volume de informações em que se exige rapidez em todas as dimensões da vida e em que ao mesmo tempo temos sentido os impactos socioambientais causados pela lógica vigente da ação humana, a educação é profundamente questionada e extremamente necessária. Para auxiliar na navegação em um mundo complexo e constantemente agitado é necessário ensinar-aprender de modo diferente, indo além da apreensão de conceitos, precisamos aprender/reaprender a conhecer, a fazer, a viver com os outros e aprender a ser (UNESCO, 1996). Com base em perspectivas que pretendem promover uma educação integral/integrada diversas estratégias pedagógicas têm sido gestadas. Dentre essas estratégias nos dedicaremos aos jardins sensoriais, em geral equipamentos públicos que em suas propostas envolvem acessibilidade, perspectivas sócio-construcionistas da educação, divulgação científica, Educação para a Sustentabilidade, entre outras possibilidades. Objetivamos, desse modo, analisar as potencialidades do Jardim Sensorial inaugurado pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte-UFRN para educação para sustentabilidade e construção de sensibilidades. E ainda: I. compreender a partir de que marco teórico-conceitual os jardins sensoriais implantados no Brasil tem operado; II. desenvolver uma aproximação entre a educação

para a sustentabilidade e a construção de sensibilidades e III. conhecer a experiência vivida de escolares e docentes de ensino básico ao visitar o jardim sensorial implantado em Natal-RN. Para tanto, a pesquisa de abordagem qualitativa ora exposta se realiza a partir de dois eixos. O primeiro se dedica à pesquisa bibliográfica e documental dos conceitos envolvidos e das propostas de jardins sensoriais já implantadas no Brasil. No segundo eixo, em desenvolvimento, avançaremos com base na estratégia do estudo de caso nos valendo da observação participante e do uso de entrevistas semiestruturadas para nos aproximar da experiência de estudantes e professoras(es) ao conhecer o Jardim Sensorial localizado no Parque do Museu Câmara Cascudo (UFRN). Dentre os resultados, nos parece fecundo pensar as similitudes - sem obrigatoriamente apontar confluências ou ignorar as divergências - entre dois movimentos relativamente recentes e progressistas de educação e pesquisa. A educação para sustentabilidade, que além da dedicação à questões ambientais defende a necessidade do processo escolar ser colocado a serviço do desenvolvimento integrado e integral. E a história cultural, especialmente a partir dos conceitos de representações e sensibilidade que nos permitem aproximações com a experiência vivida e sensível de educadoras(es) e educandas(os), como destaca Pesavento (2007) a sensibilidade imprime à pedagogia a condição de atribuir sentidos e significados ao espaço e de apreender seus referenciais visíveis e vividos.

Palavras-chave: Educação. Sensibilidade. Museu Câmara Cascudo.

ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM HISTÓRIA E AS POSSIBILIDADES DECOLONIAIS DE ENSINO: ONDE ESTÃO OS CONHECIMENTOS SUBALTERNOS NA SALA DE AULA? UM ESTUDO DE CASO (2018)

Florence Travesti - Graduandx

Orientador: Prof. André Mendes Salles - UFRN

Reflete acerca das significações do Ensino de História, a partir da prática de Estágio Supervisionado I, em História da África, enquanto uma possibilidade de desmarginalização política de específicos corpos infantis, dentro da escola, tomando enquanto fonte documental nosso Relatório de Prática da referida atuação profissional experimental, ocorrido na Escola Municipal Padre Joaquim Félix, na cidade de São João do Sabugi, microrregião Seridó Potiguar, interior no Rio grande do Norte, ao primeiro semestre de 2018. Constituindo-se enquanto produto de pesquisa-ação e etnografia, posiciona-se acerca das colonialidades, bem como suas (des)feitas dentro da sala de aula, trazendo enquanto assunto para a educação fundamental II, a disposição espacial das subalternizações infantis. Toma-se enquanto consideração inicial as (re)organizações sociais que o pensamento positivo fez acerca da ciência, ainda ao processo moderno de mercantilização de pessoas negras, aos séculos XVII e XVIII, e rupturas causadas por conhecimentos africanos provenientes ao contraponto de violências pela raça e pelo gênero dentro de sala de aula hoje, buscando perceber, dentro do espaço de ensino, onde estão as reproduções dos modos de pensar da colonialidade, e reprodução do colonialismo branco de outrora. A problematização parte do pensamento intelectual negro-africano em Marcien Towa (2015) acerca do continente de origem deste estudioso. Usa-se enquanto auxílio hermenêutico a metodologia de análise dos discursos, na perspectiva pós-estrutural, para compreender os processos de subjetivação infantil das crianças observadas, a partir de estudos de Paul-Michel Foucault (1988; 1996; 2011). Enquanto resultado concluiu-se que ensinar história, a partir dos processos de desfeitura da expansão colonial potencializa a prática professoral quando afim com estudos decoloniais, pós-estruturais e queer, tendo como produto o entendimento eficaz do posicionamento político anti-racista pelos estudantes, uma vez que estes, ao recolocar a cartografia do mapa global dentro de sala

de aula, constroem a possibilidade de perceber o processo de colonialismo não colocado longinquamente na História, mas sim, ainda hoje, por movimentos cíclicos de pensamentos, configurando uma visão panorâmica crítica das permanências históricas, ao que toca corpos marginalizados pela raça e pelo gênero.

Palavras-chaves: Estágio Supervisionado. Ensino decolonial. Gênero.

UM DIÁLOGO ENTRE A HISTÓRIA E A LITERATURA - EXISTE RACISMO NO BRASIL?

Edkalb de Medeiros Garcia e Mariz – Professora da Rede Básica

Entre o mês de junho a julho de 2019, realizamos um projeto na disciplina de História, intitulado: "Um diálogo entre a História e a Literatura - existe racismo no Brasil?", onde discutimos a presença do negro na formação do país, desde o processo de colonização aos dias atuais. Houve a preocupação de mostrar as condições do traslado dos povos africanos, à realidade de violação aos direitos humanos, na qual foram inseridos, por meio da exploração do trabalho escravo, e todo o processo que culminou na abolição e pós Lei Áurea no Brasil. Dentro desse contexto, existiu a inquietação, em identificarmos homens/mulheres negros que lutaram, resistindo à escravidão, assim como aqueles e aquelas que se destacaram dentro de determinados ofícios, mas no entanto, foram silenciados pela cor de sua pele, ou então, foram clareados conforme a política do embranquecimento social e racial, tão alimentada, a partir do final do século XIX. A finalidade de toda essa discussão, era para que os alunos fossem capazes de identificar as raízes do racismo no Brasil dentro de uma perspectiva social, político e econômica, e como este, ainda hoje, afeta a sociedade, e principalmente, aqueles que mais sofrem, por serem vítimas de um Estado racista. O projeto teve início com aulas expositivas, explicando a chegada dos africanos na América Portuguesa, em seguida, os movimentos abolicionistas travados no século XIX, até culminar com a abolição. Em um outro momento trabalhamos com 2 vídeos de curta duração. Um foi sobre a propaganda do Banco do Brasil, que mostrava a diversidade étnico-racial e sexual no país, a qual foi censurada pelo governo federal, e portanto, proibida de continuar sendo exibida na televisão. O outro vídeo, o qual foi uma resposta a censura do primeiro, criado pelo Banco privado Bradesco, que mostrou pessoas negras ocupando espaços de poder. Em seguida foi explorado a figura de Machado de Assis, o qual, foi embranquecido ao longo da história, haja vista, que foi um homem mestiço, que conquistou espaço na sociedade Imperial. Pesquisou-se também, a história da escritora negra, pobre e de favela - Maria Carolina de Jesus. Continuando com a exploração dessa temática, os alunos foram divididos em grupos, para realizarem pesquisas distintas, sobre personalidades negras, da história do Brasil. Por último, foi organizado o primeiro "Café com História", onde alunos de outras escolas vieram conhecer nossa exposição e ouvir as explicações sobre o trabalho que estava sendo mostrado. Essa foi uma das melhores experiências por mim já vivenciadas, tendo em vista que apenas assumi o papel de idealizadora do projeto, e mediadora dos estudantes, haja vista que quem assumiu a cena foram eles, num processo de quebra de preconceitos e releituras de ações e atitudes cotidianas, que conduziam ao racismo e exclusão étnico-racial do outro.

Palavras-chaves: História e literatura. Racismo. Ensino de História.

NOVEMBRO NEGRO: EMPODERAMENTO DE MULHERES NEGRAS

Edkalb Garcia Mariz – professora da rede básica

Em novembro de 2018, foi desenvolvido um projeto de integração curricular (PIC) na disciplina de História, no Ceja Senador Guerra, abordando - Novembro Negro: empoderamento de mulheres negras. Este projeto surge da necessidade de não deixarmos silenciar o racismo e preconceito, ainda tão fortes em nossa sociedade. Tendo em vista que neste mês é comemorado o dia da consciência negra, aproveitamos para dar visibilidade às alunas negras da escola, e conduzi-las a sua representatividade, trabalhando este recorte temporal, como um mês de reflexão sobre a mulher negra. Exploramos a contextualização histórica da chegada diaspórica do africano na América Portuguesa, e por sua vez, foi observado a ausência de mulheres negras, tanto no discurso dos livros didáticos, como em imagens em que elas aparecem como figuras centrais, ou até mesmo, como coadjuvantes. Observada essa ausência, as próprias alunas perguntaram: Onde estavam as mulheres? Só quem vinham para cá, eram africanos homens? Diante desses questionamentos, foi elaborada uma aula onde apenas mulheres negras foram apresentadas, evidenciando seu heroísmo em nossa história: Dandara, Aqualtune, Luíza Mahín, Carolina Maria de Jesus, Mãe Minininha do Gantois, Clementina de Jesus, Anastácia, Tereza de Benguela, Rainha Tereza do Quariterê, Auta de Souza, Alzira Rufino, Ruth de Souza, Maria José Aragão, Léila Gonzalez, Mão Stella de Oxossi, entre tantas outras. Partindo desse pressuposto metodológico, realçamos a visibilidade e participação dessas mulheres negras, em vários momentos de nossa história, como partícipes de atividades sociais, profissionais e movimentos de lutas diversos. Por sua vez, desconstruímos o discurso de uma história narrada, apenas pela escravidão, visão mercadológica e desumanizada do homem/mulher negra. Em seguida, foi realizada uma pesquisa sobre mulheres e cultura negra na contemporaneidade. Foi então que se sobressaíram nomes como e de Carol Conka, Isa, Bia Ferreira, Ellen Oléria, Juliana Ribeiro, Negra Li, Tássia Reis, Mc Sophia entre outros nomes da televisão brasileira, e do campo intelectual, que fortalecem a luta e a representatividade das mulheres negras, tirando-as do rótulo de estereótipos, abusos sexuais e páginas policiais. Posteriormente, os alunos se engajaram na “1º Mostra de Ciências e Cultura” da escola, e iniciaram as produções que iriam dar notoriedade a uma sala com exibição de produções dos trabalhos de história. Os resultados foram os mais satisfatórios possíveis. Os alunos da modalidade de jovens e adultos, se sentiram protagonistas do seu processo de ensino-aprendizagem, além de podermos quebrar com algumas correntes do preconceito e racismo que ainda rondam o espaço escolar. Outra vitória foi que muitos alunos e alunas negros da comunidade escolar se viram e se sentiram com representatividade; consequentemente, as alunas negras foram as que mais deram depoimentos, mostrando que o empoderamento da mulher negra é uma realidade muito forte, em nossos dias.

Palavras-chaves: Mulheres negras. Empoderamento. Ensino de História.

SOBRE A GUERRA DO PARAGUAI: ANTECEDENTES

Cleberson Vieira de Araújo – doutor

A Guerra do Paraguai, o maior conflito da América do Sul é um tema intrigante e que atrai debates e paixões entre os países envolvidos. Com muitas mortes, ao dizimar quase todos os homens do Paraguai, abriu-se um precedente de discussão sobre suas motivações e a sensibilidade da América Latina após essa contenda continental. Assim, esse breve

trabalho trata dos antecedentes da Guerra do Paraguai e para tanto tem como objetivo apresentar algumas motivações anteriores ao conflito no contexto da América Latina, para fins educacionais. A metodologia utilizada é qualitativa e apoia-se na literatura disponível, e na experiência docente, a partir de autores como Pomer (1968) e Squinelo (2011).

Palavras-chave: Fronteiras, Política, Guerra do Paraguai.

LIVROS DIDÁTICOS DE HISTÓRIA E A TEMÁTICA INDÍGENA: INTINERÁRIOS DE UMA PESQUISA SOBRE OS USOS DOS LIVROS NAS AULAS DE HISTÓRIA DE ESCOLAS INDÍGENAS

Diego Marinho de Gois - doutorando

Orientadora: Prof.^a Tânia Maria Figueiredo Braga Garcia

A temática da pesquisa são os usos dos livros didáticos de História, em uma situação particular de experiência escolar: as aldeias indígenas de Santarém, Estado do Pará, na Amazônia Brasileira. Nesse sentido, está articulada à existência de legislações específicas sobre a Educação Escolar Indígena e a legislação do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), enquanto política pública de avaliação e distribuição de livros para escolas públicas brasileiras, em todas as disciplinas escolares. Busca-se produzir conhecimentos sobre uma temática ainda pouco explorada na pesquisa educacional: o uso de livros didáticos de História nas escolas indígenas, em especial no contexto da Amazônia, recorte espacial da investigação. Para atender esse objetivo, definiu-se o uso da etnografia como abordagem metodológica, incluindo diferentes estratégias de produção de dados como a observação participante, as entrevistas, a análise documental e outras que possam ser estruturadas durante o trabalho de campo, na perspectiva de Rockwell (2009) e Garcia (2001). A primeira etapa da investigação consistiu na identificação das escolas para verificar a presença de livros didáticos de História em uso em cada localidade. O levantamento indicou nove escolas indígenas de seis etnias, que atendem 650 alunos/as e onde trabalham 12 professores/as. A segunda etapa, cujos resultados serão aqui apresentados, consistiu na identificação e análise dos livros didáticos de História que são utilizados nas aldeias. Embora aprovados no PNLD, circulam críticas quanto a sua adequação e assim, nesta etapa preparatória ao início da observação participante, a pesquisa tem como problema os conteúdos e as imagens que esses materiais veiculam sobre os indígenas, considerando-se as exigências legais. O objetivo nesta apresentação é analisar o conteúdo das obras didáticas quanto aos elementos sobre a história e a cultura dos povos indígenas que os livros apresentam, com os seguintes objetivos específicos: a) cotejar os elementos apresentados nos livros dos alunos com os editais e critérios de avaliação do PNLD; b) analisar as orientações apresentadas aos professores para o tratamento da questão indígena; e c) identificar os procedimentos utilizados pelas editoras para adequar os livros às exigências da legislação educacional brasileira, em especial, com relação aos editais do PNLD. Os dados evidenciaram a presença de dois livros que são utilizados nas escolas da Região, que serão identificados como A e B. De forma sintética, os resultados das análises indicam que: a) em ambos os livros, apesar de permanecerem algumas lacunas, as populações indígenas ganharam maior visibilidade nos diferentes períodos da História brasileira; b) embora alguns preconceitos tenham sido eliminados, as representações ainda não contemplam a diversidade cultural das populações indígenas brasileiras.

Palavras-chave: Livros didáticos, PNLD, História Indígena.

UM ENSAIO SOB A ÓTICA DE ANÁLISE: AS NARRATIVAS EXÓTICAS SOBRE O OUTRO, O ISLÃ E A ÁFRICA NAS AULAS DE HISTÓRIA

Vitória Maria Targino Filgueiras - graduanda
Orientadora: Prof.^a. Juciene Batista Félix – UFRN

O presente trabalho discutirá questões pertinentes ao ensino de História, de encontro aos conteúdos sobre o Islã e a África, a partir do diagnóstico vivenciado no Estágio Supervisionado I. Neste sentido, decorrente do relatório de experiência, principalmente no que objetiva-se sobre descrição e análise em função do desenvolvimento das atividades realizadas em sala de aula, tendo em vista, a importância da prática e dos efeitos a partir dela. A metodologia utilizada foi de encontro ao uso de textos, para o exercício da leitura sobre a temática, perguntas-chaves nas aulas expositivas e a construção de mapas mentais. Em contrapartida, quando nos deparamos em exercício docente, vejamos em diferentes pontos, as experiências positivas, bem como, a existência também das negativas. Adentrando-se nesses dois aspectos, que se debruçará a análise, com enfoque e problematização em algumas questões, dentre essas: De que maneira os assuntos desenvolvidos propuseram a desconstrução do efeito exótico sobre o outro? Seria possível repassar a compreensão de conceitos e tornar mais dinâmico o estudo de identidades, vistas em sua maioria como 'negativas'? Por último, de que modo a inserção de novas metodologias, permite a melhoria e a compreensão do assunto, propiciando uma maior dinamicidade no ensino de História? Há, portanto, o processo do fazer e ensinar história, através das aulas experienciadas, dinamizadas e planejadas pelos estagiários na prática supervisionada. Espera-se com isto, um espaço de diálogo e desconstrução, visto que o modo de estudar história na rede básica ainda se encontra em aspectos e pressupostos de desvalorização, tanto do professor, quanto da disciplina-ciência, mas que, em nenhum momento deixa-se aniquilar ou se render pelas forças da incompreensão.

Palavras-Chave: Islã. África. Ensino de História.

PARA UMA HISTÓRIA ANTIGA SIGNIFICATIVA: A UTILIZAÇÃO DE MÍDIAS DIGITAIS E JOGOS COMO RECURSOS DIDÁTICOS

Alaide Matias Ribeiro - graduada

Este trabalho tem por objetivo apresentar os resultados obtidos a partir da experiência vivenciada em três projetos de extensão da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN/Campus Natal) relacionados ao ensino de História Antiga por meio da utilização de mídias digitais (redes sociais e website) e jogos didáticos analógicos, a saber: "Mídias digitais e educação: História Antiga na Web" (2017), "História Antiga lúdica: jogos educativos e mídias digitais" (2018) e "MAAT: História Antiga e mídias digitais" (2019). A apresentação será feita por meio da exposição das ações realizadas ao longo de cada projeto de extensão articulada à discussão sobre o atual status do ensino de História Antiga no Brasil, especialmente, após a publicação da Base Nacional Comum Curricular (2018). Assim, buscamos enfatizar a necessidade da capacitação dos docentes de História para a atualização do seu exercício profissional, bem como para a proficiência dos diferentes recursos didáticos para a promoção de um processo de ensino-aprendizagem significativo que pode ser estendido para além da área de História Antiga.

Palavras-chave: Antiguidade. Recursos didáticos. Ensino.

UMA "ESCOLA DA INFÂNCIA": PRÁTICAS E REPRESENTAÇÕES NO NEI-CAP-UFRN

Thábata Araújo de Alvarenga – doutora

Essa pesquisa objetiva investigar as representações da infância produzidas no Núcleo de Educação da Infância (NEI-CAP-UFRN), aqui compreendido como espaço no qual se tece uma memória viva acerca da educação da infância, desde a data de sua fundação (1979) até o ano de 2006, momento em que a instituição recebia crianças de 0 a 6 anos de idade. Pesquisaremos uma documentação de caráter institucional com a finalidade de desvendar a forma pela qual se travou, no âmbito acadêmico, o debate acerca da viabilidade da proposta da criação da instituição no momento que antecedeu a sua institucionalização, verificando em que medida o NEI tomou parte do movimento de luta por creches como direito da família, da mulher e da criança. Verificaremos também, a partir da leitura dos documentos do arquivo escolar e dos testemunhos dos professores, quais representações de infância constituíram a prática pedagógica do NEI, determinando a infância e a vivência cotidiana das crianças que ali estudaram. Pretendemos descortinar, a partir da análise de tal documentação, em que medida o NEI guarda em sua prática pedagógica a memória dos dilemas fundamentais que marcam a história das instituições de educação infantil no Brasil: família e instituição, educação e assistência, puericultura e higiene, jogos e brincadeiras, desenvolvimento, cognição e recreação. Além disso, pretendemos verificar, a partir da análise da documentação das atividades extensionistas promovidas pela instituição, quais práticas pedagógicas e concepções de educação da infância irradiam no Estado do Rio Grande do Norte e em que medida o NEI se configura como centro irradiador de uma dada representação de infância no Estado. Em nosso trabalho de pesquisa os testemunhos dos professores serão tomados mediante abordagem metodológica extraída da história oral. As imagens serão compreendidas como representações iconográficas, uma vez que foram historicamente construídas. Além disso nossas fontes, sejam elas orais, iconográficas ou escritas, serão compreendidas como “documento-monumento”. Acreditamos que as questões relativas à história da educação, à história da infância e suas íntimas relações com a memória coletiva e individual, vão nos ajudar a compreender que em fins do século XX e inícios do século XXI certas formas de pensar a criança, a infância e a educação são representações historicamente construídas.

Palavras-chave: educação infantil. NEI-CAP-UFRN. Memória.

ANÁLISE DE EXPERIÊNCIA NA ESCOLA ESTADUAL TÉCNICA INTEGRAL JOSÉ AUGUSTO EM CAICÓ-RN

Ricardo Fernandes de Souza – graduando

Dayse Diná Santana Lucena – graduando

Orientadora: Prof.^a Airan dos Santos Borges de Oliveira – UFRN

Em 2019.1, através do PIBID da UFRN de Caicó iniciamos nossa experiência na Escola Estadual Técnica Integral José Augusto em Caicó-RN, onde ambientaremos nossa análise dos aspectos da mudança de ensino básico para ensino integral. A partir dessa mudança, a escola ressignificou-se, com uma nova demanda de alunos, um envolvimento maior de professores e principalmente a grande aproximação entre professores e alunos a partir do tempo integral na escola, que é um dos temas muito discutidos no ensino, principalmente em um período em que surgem diversos institutos que valorizam essa maneira de ensino.

A partir da demanda de alunos que o ensino integral disponibiliza é necessário que o professor se molde de forma que, em decorrência desse novo olhar, consiga didaticamente um melhor resultado no ensino-aprendizagem. A partir dessa noção, Antônio Fávero Sobrinho, que trabalha na temática, analisa como os professores se ressignificam para atender da melhor forma essa demanda de novos alunos e como toda essa movimentação cria uma organização diferente, que é o ponto de partida da análise neste trabalho.

Palavras-chave: Ensino integral. Prática de ensino. Experiência PIBID-UFRN.

O USO DAS TDICS EM SALA DE AULA: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA NO PROGRAMA RESIDÊNCIA PEDAGÓGICA

Laise Vitória de Figueredo Souza – graduando

Jefson Bezerra de Azevedo Filho – graduando

Daniela Gomes Garcia – graduando

Orientadora: Prof.^a Juciene Batista Felix Andrade – UFRN

As TDICs (Tecnologias Digitais de Informações e Comunicações), estão cada vez mais presente no universo educacional, tanto acadêmico quanto na rede básica de ensino. No entanto, a oferta e a procura do uso das TDICs como forma metodológica de ensino, ainda é desafiadora, visto a resistência de alguns educadores com as tecnologias. Partindo desse pressuposto, pretende-se apresentar a experiência de trabalhar com recursos metodológicos e a incorporação de linguagens atuais em sala de aula como método avaliativo, a partir do projeto “Seridó: nas pegadas da História”, desenvolvida pelos discentes do programa Residência Pedagógica em uma aula sobre Pré História. A partir disso, metodologicamente será discutido como a utilização de dispositivos móveis, especificamente a utilização do aplicativo Plickers, que funciona offline facilitando o seu uso em localidades sem acesso a internet, pode potencializar a prática pedagógica e ainda prender a atenção dos alunos aos conteúdos ministrados. Compreende-se, portanto, que é importante que no Ensino de História haja estratégias docentes para uso desses suportes e também, que os professores incorporem essas metodologias como avaliação dentro da sala de aula.

Palavras-chave: Softwares Educacionais. Metodologias Ativas. Ensino de História.

OS DADOS ESTATÍSTICOS DO ENSINO DE 2º GRAU NOS DOCUMENTOS DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Nara Lidiana Silva Dias Carlos - doutoranda

Laís Paula de Medeiros - mestranda

Orientadora: Prof.^a Olívia Moraes de Medeiros Neta – UFRN

A Lei nº 5.692/71 instituiu no Brasil o ensino profissionalizante de caráter terminal, denominado ensino de 2º grau, em todo território nacional. Neste contexto, busca-se analisar a relação entre educação e estatística do ensino de 2º grau, a partir dos dados do Ministério da Educação entre as décadas de 1970 e 1980. Este recorte temporal ocorre devido a Lei nº 5.692/71 ter sido aprovada em 11 de agosto de 1971, sendo alterada com a promulgação da Lei nº 7.044 de 18 de outubro de 1982 estabelecendo a desobrigação do ensino profissionalizante. O estudo aqui proposto terá como base a revisão bibliográfica e análise documental, no qual as fontes foram coletadas de bases de dados governamentais como o site do Ministério de Educação e o Portal Domínio Público. As fontes selecionadas são Livros Sinopses produzidos com as estatísticas do ensino de 2º grau. Esses

documentos serão analisados com base no método da história serial segundo Pierre Chaunu (1976) e José D'Assunção Barros (2004). No processo de compreensão e investigação do objeto de estudo, tem-se como questão central: quais relações são estabelecidas entre a educação e os dados estatísticos acerca do ensino de 2º grau nos Livros Sinopses entre os anos de 1971 e 1982? O referencial teórico utilizado para este estudo tem como base a Nova História Política de René Rémond (2003) numa perspectiva que a história política é maleável, irradiando em todas as direções, sendo assim, não é um domínio isolado dos demais, pois se comunica com grande parte de outros campos, como é o caso das estatísticas e da educação, por exemplo. Este trabalho, também se fundamenta na cultura política segundo Serge Bernstein (1998) que pensada como um código ou uma tradição política constitui um conjunto de elementos coerentes que está em relação com outros, permitindo, destarte, definir uma identidade de grupos e esta cultura como um corpo vivo que está em constante evolução. Já no que tange as estatísticas, estas serão entendidas como um conhecimento relativo, não podendo ser tratadas como verdadeiras ou falsas, dessa maneira, não são dados neutros, conforme explica Jean-Louis Besson (1995). Também se compreende as estatísticas segundo Desrosières (1995), quando afirma serem elas elementos para gerirem o mundo social, para tomada de decisões. Apesar desta pesquisa ainda está em andamento, pode-se constatar que variantes como matrícula, corpo docente, unidades escolares estão presentes nas fontes em análise, possibilitando aferir os padrões que eram usados à época para a produção das estatísticas da educação. Por fim, compreende-se que aproximar a educação profissional das estatísticas trás uma perspectiva importante de análise do contexto no qual a Lei supracitada pensava a formação para o trabalho.

Palavras-chave: Ensino de 2º grau. Dados estatísticos. Ensino profissionalizante.

O RÁDIO E A EDUCAÇÃO NAS DÉCADAS DE 1970 E 1980 NO SERTÃO DO SERIDÓ POTIGUAR

Juciene Raquel de Lima Siqueira – graduanda

Orientadora: Profª Juciene Batista Félix Andrade – UFRN

Os objetivos desta pesquisa estão pautados em caracterizar historicamente a educação à distância que se expressa também como educação não-formal através do rádio dentro do sertão do Seridó. Busca também analisar o papel do MEB (Movimento de Educação de Base) que permitiu esse tipo de educação acontecer no Brasil inteiro, sobretudo nas regiões do Nordeste, Norte e Centro-Oeste, a partir da década de 1960 com o objetivo de conscientizar uma população em massa que estava na periferia social, especialmente em índices de analfabetismo situada acima de tudo na zona rural. Viabilizava, desta forma: consciência de trabalho, de saúde, meios de produção, agricultura e, sobretudo, alfabetização. O MEB é responsável no compromisso com a intervenção dessa educação por meio da Rádio Rural de Caicó, o qual sua atuação está sendo analisada durante as décadas de 1970 e 1980. Para isso, foi consultado o acervo do MEB disponível no LABORDOC (Laboratório de Documentação Histórica), localizado na UFRN, campus CERES de Caicó. Está sendo desenvolvida: a análise de documentos, programações, revistas e entrevistas do MEB e atividades de campo dentre outros meios de intervenção. Foi identificada por meio destas a presença de relatórios que caracterizam as dificuldades

de alfabetização, a presença de projetos alternativos como: a roça comunitária. O intensivo de agricultura do lar, além de atividades em comunidades com cursos de artesanato em linhas; datilografia; estampa em tecidos e de cozinheiro. Também foi possível o acesso às aulas descritivas das programações separadas por temas como Saúde Popular que possibilitou a educação sanitária para a população rural e comunidades carentes em que foi possível identificar a iniciativa de projetos de conscientização presentes em programações sobre cuidados com doenças comuns e higiene. Além de aulas de Matemática e Português, dentre outras disciplinas e atividades que estavam vinculadas ao cotidiano popular. Portanto, a radiodifusão educativa promoveu, a partir do seu nascimento no Brasil na primeira metade do século XX, a configuração da dinamicidade do ensino a partir do meio tecnológico do rádio a medida em que este foi se adaptando à realidade populacional.

Palavras-chave: Rádio. MEB. Educação.

APRENDIZADOS AGRÍCOLAS: UMA EDUCAÇÃO PARA O TRABALHO (1910 - 1934)

Marcelly Kathleen Pereira Lucas – mestranda

Orientadora: Prof.^a Olivia Morais de Medeiros Neta – UFRN

Este trabalho insere-se no campo da história da educação profissional e tem como objetivo analisar um tipo de escolas que fazia parte do conjunto de iniciativas do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio para a expansão do ensino profissional. O recorte temporal foi atribuído levando em consideração a organização do ensino agrícola. Os Aprendizados foram criados em 1910, com a lei do Ensino Agrônomo e, em 1934, com a reforma do Ensino Agrônomo a organização e os objetivos foram modificados. A pesquisa documental foi realizada nos relatórios anuais apresentados pelos ministros aos presidentes da república. A partir do mapeamento e da análise das fontes buscamos as questões como: Qual o objetivo dessas instituições? Qual o público-alvo? Que tipo de ensino era ministrado? O referencial teórico baseia-se na concepção de educação profissional de Manfredi (2003), insere-se na dimensão da história política segundo Rémond (2003) e Barros (2010) e no campo da História da Educação Profissional segundo Ciavatta (2019). A partir da análise das fontes observamos que os aprendizados agrícolas correspondiam ao nível primário e visavam a formação dos jovens, filhos de trabalhadores rurais. Poderiam adotar o regime de internato ou externato. O número de Aprendizados pelo país oscilou entre quatro e oito, no período estudado. Aceitavam a matrícula de meninas, mas não para as mesmas atividades que os meninos.

Palavras-chave: Ensino Profissional. Ensino Agrícola. Aprendizados Agrícolas.

HISTÓRIA, LITERATURA E A SALA DE AULA: REFLEXÕES PRELIMINARES SOBRE A UTILIZAÇÃO DE LITERATURA COMO FONTE NAS AULAS DE HISTÓRIA

Vinícius Barbosa Lima – graduado

Roger Chartier, numa conferência proferida no College de France em 2007, publicada no Brasil sob o título “Escutar os mortos com os olhos”, afirma que a História perdeu, já há algum tempo, o monopólio das narrativas sobre o passado. Se poupando de aprofundar a questão da construção epistemológica das demais formas narrativas exemplificadas, o historiador aponta que a modernidade traria outros suportes e formas de compor posicionamentos e visões sobre o passado. Dentre estas, a Literatura ganha lugar de destaque, considerando o fato de esta conseguir ombrear com a História na sua capacidade de organizar uma narrativa complexa e coesa sobre o passado. Lembrando ainda dos

ensinamentos de Marc Bloch na Apologia da História sobre como todo o acontecer humano é passível de estudo pelos historiadores, temos em vista que, se considerarmos o Ensino de História como uma tentativa efetiva de revivescência, reconstrução ou visitação ao passado, a Literatura, em sua complexidade, pode ser um elemento significativo a ser utilizado na sala de aula. Este estudo baseia-se nas observações construídas a partir da prática docente do autor na Residência Pedagógica, vivenciada em uma escola pública estadual no município de Mossoró. Não objetiva-se neste estudo, no entanto, apresentar as conclusões obtidas nas análises de caso em específico, mas tecer reflexões gerais sobre a presença da Literatura nas aulas de História, apresentando caminhos e possibilidades, à medida em que nos aprofundamos numa fonte histórica que, curiosamente, ainda recebe relativamente pouca atenção das pesquisas no Ensino de História.

Palavras-Chave: Literatura. Ensino de História. Fontes Históricas.

EDUCAR PARA UM IDEAL: A COMPOSIÇÃO DO HOMEM REPUBLICANO NAS METODOLOGIAS USADAS NO PLANO DE PROPAGANDA CONTRA O ANALFABETISMO (PARELHAS 1929-1932)

Laísa Fernanda Santos de Faria – mestranda

Orientadora: Prof.^a Juciene Batista Felix Andrade – UFRN

Este trabalho discute as metodologias empregadas no cotidiano escolar pelos professores do Plano de Propaganda Contra o Analfabetismo no contexto da Primeira República em Parelhas, (1928-1932). Tal plano, pesando pelo prefeito da época Florêncio Luciano, visava à extinção do analfabetismo, problema este que assolava todo o país e que se enquadrava como um dos principais desafios para os governos republicanos. Com isso, na cidade em questão houve a instalação das chamadas escolas rudimentares, onde professores com métodos rápidos e simples almejavam não só reverter este quadro de iletrados bem como criar possibilidades de construir novas práticas e costumes que só a partir do letramento seriam empregadas ao homem sertanejo. Esta pesquisa vem sendo desenvolvida a partir de análises qualitativas e quantitativas de uma documentação encontrada no arquivo público municipal de Parelhas e que conta com a presença de Atas, Decretos, Leis, Telegramas, Recenseamentos, além dos próprios planejamentos e provas que eram realizadas no Curso Preparatório Noturno para os professores do Plano de Propaganda Contra o Analfabetismo, e que estavam se preparando para dar aula a um público que em sua maioria ainda não tinham tido o contato com as primeiras letras. Logo, a análise deste último material será o mote deste escrito, onde se pretende compreender quais eram as principais temáticas elencadas no material do professor, como os símbolos republicanos apareciam nestes planejamentos, quais eram as práticas empregadas por ele, além dos novos costumes e comportamentos indicados para aqueles que não só iriam aprender a ler a escrever, mas também a se adequarem as expectativas do modelo do homem republicano voltado para o progresso.

Palavras-Chave: Alfabetização. Parelhas. Progresso.

COTIDIANO E EDUCAÇÃO NA COMPANHIA DE APRENDIZES MARINHEIROS DO RIO GRANDE DO NORTE (1872-1888)

Marianne Barros Fernandes - graduanda
Taís Alessandra Silva Tomaz - graduanda
Orientador: Prof. Fábio André da Silva Morais – UERN

A presente pesquisa toma como objeto de estudo a criação, implementação e funcionamento da Companhia de Aprendizes Marinheiros do Rio Grande do Norte, tomando por problemática central nesse primeiro momento o cotidiano e as condições de educação das crianças e adolescentes engajados na instituição. Esse projeto encontra-se ainda em desenvolvimento, utilizando por fontes os Relatórios de Presidentes de Província do Rio Grande do Norte datados (1874-1888) e trabalhos voltados para vida dos recrutados para o serviço da marinha. As companhias de aprendizes nasceram com objetivo de recrutar crianças e jovens a fim de formá-los para o ingresso no serviço da Armada Imperial, empregando-os no Corpo de Imperiais Marinheiros, tal instituição tinha esse projeto como da reformulação da Marinha Imperial em meados do século XIX. A companhia de aprendizes possuía um grande discurso, atribuindo ao alistamento como uma maneira de proporcionar aos jovens uma boa qualidade de vida, educação e um futuro promissor. Todavia, na prática não era isso que ocorria. As condições de vida na instituição eram precárias, de forma geral, pois os jovens aprendizes estavam expostos a más condições de saúde e higiene, que corroborou para surtos de doenças contagiosas, como a febre amarela e a varíola, levando ao falecimento de alguns meninos. Já o ensino fornecido pela instituição era básico e consistia na aprendizagem da leitura, escrita, contagem, conhecimento de mapas e uma doutrina cristã. A pessoa responsável pela educação dos aprendizes poderia ser o Oficial Marinheiro ou o Capelão Oficial, eles deveriam possuir habilidades necessárias para o ensino, o que na prática não correspondia ao esperado. Sendo assim, é notório que abordar sobre a companhia e seu discurso, possibilita a compreensão da história da companhia e da vida dos sujeitos ali presentes. Trazendo assim quem eram eles, como viviam, a que condições estavam sujeitos, sua educação entre muitas outras. Neste sentido, o presente estudo se propõe a estabelecer como padrão de construção do saber histórico, aquilo que Thompson chamou de lógica histórica; ou seja, “um método lógico de investigação adequada a materiais históricos, destinado, na medida do possível, a testar hipóteses quanto à estrutura, causação etc., e a eliminar procedimentos autoconfirmadores (‘instâncias’, ‘ilustrações’). O discurso histórico disciplinado da prova consiste num diálogo entre conceito e evidência, um diálogo conduzido por hipóteses sucessivas, de um lado, e a pesquisa empírica do outro”. (THOMPSON, 1981). É este diálogo que pode oferecer, com o devido rigor que a disciplina histórica exige, não só os rumos da pesquisa, mas também sua validade.

Palavras-chave: Companhia de Aprendizes Marinheiros do Rio Grande do Norte. Marinha Imperial. Educação.

SIMPÓSIO TEMÁTICO 7

Espaços da Modernidade nos Sertões do Brasil (século XX)

Coordenadoras

Prof.^a Ma. Ariane de Medeiros Pereira – UFRN
Prof.^a Ma. Islândia Marisa Santos Bezerra – UFRN

Proposta do Simpósio Temático

O Brasil no início do século XX acompanhava o processo de modernização que despontava, a partir dos fundamentos da Belle Époque francesa. Esse processo pode ser percebido de modo efetivo nos grandes centros urbanos, tais como: Rio de Janeiro, Manaus, entre outros. Inserida nesse processo, a cidade de Natal/RN empreende um projeto de remodelação do espaço urbano, com vista ao ordenamento e a normatização dos planos urbanísticos. No entanto, esse processo modernizador não ficaria restrito tão somente as capitais dos Estados, mas chegariam aos sertões do Brasil – sertões aqui entendido com um espaço situado a oeste após a zona da mata e o agreste. Nesse sentido, o objetivo do nosso simpósio temático é reunir trabalhos que discutam como os sertões do Brasil passaram a ser transformados por meio das técnicas e ações modernizantes durante o século XX. Assim, pretendemos problematizar de que maneiras as intervenções humanas foram capazes de gerar um sertão modernizante em seus aspectos sociais, econômicos e espaciais, a fim elencar novas formas de pensar os sertões por meio da modernidade.

Resumos

FRONTEIRAS DA MODERNIDADE: POR UMA PEDAGOGIA DO SENSÍVEL NOS SERTÕES DO SERIDÓ (SAÚDE E EDUCAÇÃO, 1920-1950)

Juciene Batista Félix Andrade – doutora

O projeto trata de uma pesquisa sobre as fronteiras da modernidade nos sertões, com ênfase numa abordagem sobre as pedagogias do sensível, tendo como recorte espaço-temporal o Seridó potiguar, entre as décadas de 1920 e 1950. A partir da análise de experiências modernizantes, em seus campos semânticos específicos, focar-se-á em dois eixos principais, que se interligam: educação e saúde. Entende-se que nas últimas décadas, houve um aprofundamento do debate e produção historiográfica sobre os efeitos do processo de modernização nos sertões, ou seja, um deslocamento dos grandes centros para os espaços sertanejos, sobretudo urbanos, demonstrando a sintonia com os ares de modernidade. Contudo, o que se propõe nesta pesquisa é perceber como as experiências modernizantes não se restringem ao estudo dos espaços urbanos (urbanização), pois se voltam também para uma pedagogia do sensível frente a temáticas como a saúde e educação. Então, podemos identificar que é trazido para os sertões uma modernidade por outro cenário, a das políticas públicas via DNOCS e seus projetos técnicos para o espaço seja pelo viés estrutural, construções de açudes e estradas, seja pelo viés conjuntural, a saber, práticas de profilaxia e constituições de outras sensibilidades comportamentais vinculadas a saúde, a alimentação, ao corpo, etc. Como estratégia teórico-metodológica trabalha-se com duas perspectivas: primeiro, o conceito de modernidade, problematizado por Reinhart Koselleck e suas apropriações para o espaço e período proposto, buscando compreender como a modernidade/modernização é construída para esse espaço como ruptura, um processo fraturado. Também dialogaremos com a história das sensibilidades, no intuito de compreender o sistema de representações, através do que Sandra Pesavento nomeou como marcas de historicidades ou evidências do sensível. Tais

marcas de historicidade se traduzem em fontes que iremos pesquisar com a historiografia local, Jornal das Moças, O Galvanópolis, cartas, atas e telegramas, livros de atas, atos, Registros de imóveis municipais, registros de óbitos, Fundo Luciano da Nóbrega, códigos de posturas municipais, Acervo do DNOCS Caicó, Acari e Fortaleza, Memorial da mina Brejuí. Essa documentação permitirá uma análise aprofundada sobre o entendimento dos sertões como um espaço que ora aspira ao moderno, ora é representado pelo viés do atraso, do anacronismo. E com isto, enfrentar os diferentes sentidos atribuídos a modernidade/modernização nos sertões.

Palavras-chave: Modernidade. Pedagogias do Sensível. Sertões do Seridó.

O PROTAGONISMO SABUGIENSE NA CONSTRUÇÃO DO AÇUDE SABUGI

Monielle Medeiros Mariz - mestranda

Orientadora: Prof.^a Airan dos Santos Borges de Oliveira - UFRN

O presente artigo refere-se ao projeto de pesquisa “AÇUDE SABUGI: O SERTÃO SABUGIENSE BANHADO POR ARES DE MODERNIDADE 1958 – 1970”. Pensamos sobre como o açude interagiu no espaço, na economia e na sociedade sabugiense e a analisar a quem a dita modernidade atendeu. Já eram construídos açudes no sertão seridoense, o que mudou foi o modo de fazer, que passou a usar as novas técnicas da engenharia moderna. Na construção do açude Sabugi foram encontradas ações de resistências. A resistência de parte da população nos leva a refletir sobre a seguinte questão: como foi significada a construção do açude para as pessoas que moravam na área que foi desapropriada? Mas também foram encontradas negociações. Muitos proprietários de terra receberam indenizações por terras desapropriadas para a construção do açude. Inclusive, alguns não aceitaram o valor oferecido pelo DNOCS e negociaram outros valores. Essas ações nos permitem entender que os sabugienses não eram agentes passivos, e sim, ativos de suas histórias. Protagonistas de ações políticas de resistências e negociações. O sertanejo de São João do Sabugi, assim como moradores de outros municípios do sertão do Seridó que tiveram açudes construídos no mesmo contexto histórico, passaram a estar inclusos nas novas formas de se construir da engenharia moderna, novos equipamentos e técnicas eram utilizadas, em especial das IOCS e da Comissão de Açudes e Irrigação. Precisamos compreender para quem era essa modernidade, quem eram os maiores beneficiados por essa modernidade. Pensamos que a construção do açude Sabugi, em São João do Sabugi, apesar de ser uma obra do DNOCS, teve os homens sabugienses como protagonistas desse processo.

Palavras-chave: Açude. Seridó. São João do Sabugi.

ENTRE RECATADAS E PERDIDAS: OS MODELOS DE MULHERES NA PRINCESA DO SERTÃO (1889 A 1930)

Ruan David Santos Almeida – graduando

Orientador: Prof. José de Arimatéia Freitas Aguiar Júnior

O período denominado de primeira República no Brasil (1889-1930) possui uma gama de significados e entendimentos, justamente por se tratar de um recorte temporal onde se

percebe uma série de modificações estruturais, advindas de um processo de modernização denominado *belle époque* brasileira pensada aos moldes franceses de desenvolvimento, essa conjuntura é caracterizada pelas rupturas e continuidades, nesse sentido é possível observar uma herança social que recairá nos padrões, condutas e posturas pré-estabelecidos para as “mulheres de família” que deveriam percorrer de forma inquestionável o caminho da submissão em direção a duas funções básicas: a maternidade e o lar. Todavia, o presente trabalho estará constituído em analisar o modelo padrão que aprisionava a figura feminina dentro de comportamentos considerados “adequados”, reforçando uma visão patriarcalista que considerava a mulher uma personagem que deveria ser guiada pelo homem, quanto o modelo censurado, que ganha destaque no processo de industrialização, se tratam de mulheres que levariam uma vida distinta, como meretrizes, boêmias, fato que não era aceito pela elite caxiense, gerando um forte preconceito sobre essas condutas. O recorte espacial utilizado foi a cidade de Caxias-MA, conhecida como “Manchester Maranhense” e “Princesa do Sertão” dada a sua notoriedade no cenário regional. A metodologia utilizada se desenvolveu em dois momentos, o primeiro, uma revisão bibliográfica onde se consultou obras de autores consolidados na temática como: Margareth Rago com as obras “Os prazeres da noite: prostituição e códigos da sexualidade feminina em São Paulo (1890-1930)” e “Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar (1890-1930)”, assim como Sidney Chalhoub “Trabalho, lar e botequim” e “Meninas perdidas” de Martha de Abreu Esteves, que permitiram ser feitas análises conceituais dentro da localidade em relação a figura feminina. O segundo momento, se deu em uma consulta aos periódicos que circulavam na cidade de Caxias-Ma, como o Jornal de Caxias: Órgão Commercial e Noticioso-MA e o Jornal diário de Caxias, com a intenção de garimpar notas, textos, relatos que expressassem esse modelo de mulher que fugia do considerado convencional. Foi possível constatar que as mulheres que pertenciam ao segundo modelo sofrerão uma grande repressão por parte da sociedade, já que, quem não seguia as normas de condutas acabavam sendo desqualificadas perante os habitantes locais. Além disso, reconhece-se que a presente pesquisa não está sendo dada como encerrada, deixa-se em aberto, uma vez que torna-se cada vez mais necessário a problematização dos estereótipos socioculturais constituídos no passado, para que assim, possa ser averiguada as conjunturas sociais estabelecidas nesse período inicial da República moderna na cidade de Caxias.

Palavras-chave: Mulher. Estereótipos. Modernidade.

REFLETINDO SOBRE A MODERNIDADE DA NOVA CIDADE DE SÃO RAFAEL, ATRAVÉS DOS DISCURSOS JORNALÍSTICOS DOS PERIÓDICOS O DIÁRIO DE NATAL E O POTI (1980-1985)

Maiara Brenda Rodrigues de Brito – especialista

Pensa o discurso de modernidade da Nova cidade de São Rafael a partir dos jornais o Diário de Natal (1939-2012) e O Poti (1954-2012), no contexto da construção da barragem Armando Ribeiro Gonçalves. Discuti como os periódicos, apresentam a edificação e a proposta da nova cidade durante o período da execução do projeto Baixo-Açu. Ressalta a importância deste projeto para o estado do Rio Grande do Norte, por ser uma política pública de combate à seca e pela construção de uma cidade que apresenta modernos requisitos arquitetônicos e infraestrutura, com destaque para saneamento básico, a

construção de residências de alvenaria, abastecimento de água e a apresentação de ruas largas e asfaltadas. Metodologicamente, o trabalho fundamenta-se na revisão da literatura, de cunho acadêmico e regional, tratando do tema, incluindo a seleção de textos sobre modernidade; houve a consulta online de periódicos do estado, e tudo será analisado via História do Discurso.

Palavras-chave: Nova São Rafael. Modernidade. Discurso jornalístico.

A MODERNIDADE BARROCA: MÁRIO DE ANDRADE E A CONSTRUÇÃO DO ARTISTA JESUÍNO DO MONTE CARMELO EM SÃO PAULO 1937-1944

Francisco Isaac Dantas de Oliveira – mestre

Na contramão dos interesses da cidade moderna, o historiador Mário de Andrade, influenciado pelas discussões do conceito de patrimônio que aconteciam no meio do antigo SPHAN na década de 1930, pesquisou e perseguiu os “rastros” da vida e obra do Padre Jesuíno do Monte Carmelo buscando entender a construção histórica do patrimônio barroco na cidade de São Paulo. Padre Jesuíno, mulato, nascido em 1764 na cidade de Santos - SP, tendo circulado pelos sertões de cidades como Itu e São Paulo, produziu pinturas, partituras, altares e projetos arquitetônicos para paróquias do interior paulista. Sua produção foi ampla, teve circularidade, e merece um olhar contemporâneo. Este trabalho se propõe a dar esse olhar recorrendo aos estudos de Mário de Andrade, grande entusiasta do trabalho do padre. O objetivo deste ensaio é entender as múltiplas relações entre a cidade moderna, Mário de Andrade e o patrimônio barroco erigido pelo artista Jesuíno do Monte Carmelo; procurando conhecer os interesses, as aproximações, os distanciamentos e as tensões nessa trama. A metodologia utilizada na pesquisa apoia-se na análise de imagens, e no estudo das cartas e escritos de Mário de Andrade sobre o padre. A pesquisa ainda se encontra em fase de desenvolvimento.

Palavras-chave: Mário de Andrade. Padre Jesuíno do Monte Carmelo. São Paulo.

O SERTÃO MUTÁVEL: ASPECTOS DA SOBREVIVÊNCIA DOS SERTANEJOS NO INÍCIO DO SÉCULO XX – AÇUDAGEM

Ariane de Medeiros Pereira – mestra

O nosso trabalho tem como objetivo abordar os sertões pensados e agenciados pelo pensamento republicano com o olhar voltado ao progresso e ao desenvolvimento. Nesse caso, a discussão aqui proposta perpassa pela interlocução de um sertão que será modificado conforme as necessidades dos agentes sociais que nele habita. A natureza aparece como um fator impositor ao homem, por meio das secas e sua geologia, todavia aquela não se torna excludente, ao se pensar em novas formas de se produzir o espaço dos sertões, como novos elementos modernizantes, como é o caso dos açudes. Para promover o foco de diálogo no dado trabalho, utilizamos do Jornal O Raio e o Jornal O Momento escrito por José de Azevêdo Dantas no período de 1910 a 1920. Para alicerçar a nossa pesquisa usamos dos dados empíricos em conjunto com a bibliografia que decorria sobre a temática estudada. Para tal, podemos verificar que a natureza se impunha ao homem do sertão, mas que o sertanejo passou a conviver com os fatores naturais, ao passo que os engenheiros politécnicos desenvolveram instrumentos de convivência com a seca

e com a geografia da resistência do sertão. Ao final, percebemos que os sertões do início do século XX passaram por um intenso processo de produção espacial e modificação em sua estrutura física.

Palavras-chave: Sertões. Jornais: O Raio e O Momento. Engenheiros Politécnicos.

PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO: PERSPECTIVAS DE AGRICULTORES FAMILIARES DO SERTÃO POTIGUAR

Cirilo Dantas Rangel – graduando

Orientadora: Prof.^a Sabrina Cavalcanti Barros – UFRN

O neoliberalismo se traduz no mundo do trabalho, entre outras coisas, na exigência de profissionais cada vez mais capacitados formalmente como condição para serem absorvidos pelo mercado formal de trabalho. Tal prerrogativa, além de perpetuar ideologias de educação profissionalizante e de empregabilidade, tende a mascarar os efeitos da acumulação flexível, concretizada na produção enxuta, contribuindo para uma dinâmica social de exclusão. Tal contexto não afetou somente a cidade, mas o campo, separando a agroindústria das atividades praticadas na agricultura familiar, cujos trabalhadores sem acesso à capacitação profissional formalizada, costumam ser vistos como mais baratos e suscetíveis à exploração mais acentuada. Diante disso e considerando o trabalho como central na vida em sociedade, objetivamos analisar a percepção dos trabalhadores do campo sobre o trabalho e as mudanças advindas com a acumulação flexível. Para tanto, realizamos entrevistas semiestruturadas com três trabalhadores do campo, situados nas regiões do Trairi e Seridó potiguar, com idades variando entre 50 e 55 anos, e renda mensal entre meio salário a um salário mínimo. Abordamos questões relativas à trajetória e experiência no trabalho, aos aspectos positivos e negativos do trabalho, e ao sentimento de pertença e de territorialidade frente ao contexto atual de trabalho. Os resultados revelaram que os participantes iniciaram suas atividades ainda na infância ou adolescência para garantirem a sobrevivência familiar, associadas ao difícil acesso a políticas básicas de desenvolvimento humano, como escolarização e cuidados com a saúde. Embora tenham relatado sobre a precarização no trabalho, intensificada pelos processos de estiagem e pela ausência de políticas públicas específicas para eles seguirem produzindo, observamos na fala dos participantes, expressões de pertencimento e de territorialidade, ao destacarem a satisfação de trabalharem, de terem uma ocupação, e a motivação de seguirem trabalhando na terra, produzindo o sustento da família e dos animais que criam, apesar das condições mencionadas. Por fim, a presente pesquisa conclui que diante das dificuldades apresentadas nos relatos dos entrevistados, principalmente por causa da incerteza do futuro, intrinsecamente ligado às chuvas e das implementações de políticas públicas efetivas, é observado o quão forte são os vínculos que possuem com o território onde vivem, e o apreço que se tem pelo trabalho que exercem, que mesmo em meio aos efeitos advindos da acumulação flexível em que essa categoria de trabalho está inserida como área extremamente precarizada, ainda permitem minimamente a motivação e realização pessoal e profissional necessária para a continuidade da atividade.

Palavras-chave: Trabalhador rural; Precarização do trabalho; Agricultura familiar.

A INSTRUÇÃO PÚBLICA ENQUANTO *CONDITIO SINE QUA NON* DA MODERNIZAÇÃO PARELHENSE

Laísa Fernanda Santos de Faria – mestranda

Orientadora: Prof.^a Juciene Batista Felix Andrade – UFRN

Este escrito relaciona-se a pesquisa que vem sendo desenvolvida juntamente ao Programa de Pós Graduação em História dos Sertões no CERES-UFRN Caicó, onde se têm discutido temáticas como a Modernidade e sua presença por meio dos seus signos no desenvolvimento de cidades sertanejas como Parelhas, reduto espacial desta pesquisa. Os tempos modernos propagam-se com as cidades e com isso constroem seus desejos de progresso, expansão e desenvolvimento, ficando marcados nas características urbanistas de um dado lugar, no desenvolvimento da saúde, ou no caso desta pesquisa, na própria educação. Com isso, esta investigação problematiza como os signos da modernidade estavam presentes nas provas escritas e demais planejamentos escolares feitos pelos professores e alunos à luz do Plano de Propaganda Contra o Analfabetismo, projeto implantado na cidade de Parelhas e que correspondia ao contexto de desenvolvimento educacional do estado e do país no contexto da Primeira República. Neste sentido, regida por fontes escritas como as provas dos alunos e a documentação de João Manuel, um dos professores que fizeram parte deste plano educacional, este trabalho pretende a partir da verticalização e análise da documentação apresentar como os signos da modernidade já citado, se faziam presentes nas metodologias empregadas ao longo desse processo educacional, ou seja, como no cotidiano de sala de aula a modernidade se fazia presente em textos, escritos, resoluções e comportamentos escolares dos alunos que faziam parte do projeto para expurgar as altas taxas de analfabetismo presentes naquele contexto. Diante desta análise, vem concluindo-se que a modernização de Parelhas e de uma parte Sertão do Seridó não estaria só nas reformas urbanas, mas sim no que era passado diariamente em sala de aula para os alunos desse período.

Palavras-chave: Educação. Modernidade. Sertão.

SIMPÓSIO TEMÁTICO 8

Espaço, Cultura e Poder no Mundo Antigo

Coordenador

Prof. Ms. Ruan Kleberon Pereira da Silva – SEEC/RN

Proposta do Simpósio Temático

Entendemos que o estudo da Antiguidade, presente em nossos dias em conceitos e símbolos, configura-se em um importante meio de compreender nossa própria sociedade a partir dos eixos conceituais que nos unem. Nesse sentido, o presente Simpósio tem como objetivo geral fomentar o debate ao viabilizar um espaço de diálogo acerca do Mundo Antigo junto ao Colóquio de História Cultural e Sensibilidades.

Resumos

DE LIVRO EM LIVRO SE REALIZA UMA DATAÇÃO: PRECISANDO O PERÍODO DE COMPOSIÇÃO DA HISTÓRIA NOVA DE ZÓSIMO (SÉCULOS V E VI D.C.)

Raul Fagundes Cocentino – graduado

A História Nova, pertencente à corrente historiográfica do classicismo, foi escrita durante a Antiguidade Tardia pelo advogado do Fisco Zósimo no Império Romano Oriental. A obra possui como recorte cronológico principal a História Imperial Romana, abordando brevemente o passado grego e o romano antigo no início do seu livro primeiro. Ela não foi finalizada, acabando abruptamente no décimo-terceiro capítulo do livro sexto. Apesar de ser uma importante fonte para o estudo tanto do período imperial romano quanto da corrente historiográfica do classicismo, seu período de escrita é muito debatido pelos estudiosos modernos, que defendem delimitações temporais pouco precisas. Porém, uma análise do estado dessa obra permite que compreendamos qual método de escrita foi utilizado pelo autor para compor sua obra, método esse que possibilita que saibamos que seus livros foram produzidos e finalizados um por vez, ou seja, foram compostos sequencialmente em diferentes momentos. Neste trabalho, analisaremos os livros da História Nova para descobrirmos quando cada um foi escrito (conseguimos situar o período aproximado de produção dos quatro primeiros livros), delimitando assim o período em que o advogado do Fisco escreveu sua obra. Defenderemos que a datação de três livros da História Nova, mais especificamente o livro primeiro, o livro terceiro e o livro quarto, permite-nos melhor precisar o período em que Zósimo realizou sua empreitada historiográfica, que, como elucidaremos, iniciou-se entre 499 e 502 e continuava em 505, quando os romanos passaram a sobrepular os persas na Guerra Pérsica ocorrida entre 502 e 506. Concluiremos também que a História Nova foi composta por Zósimo exclusivamente durante o reinado do imperador Anastásio (491-518), tendo sido cessada muito provavelmente antes do início da década de 510.

Palavras-chave: Antiguidade Tardia. Zósimo. História Nova.

A PÓLIS EM CENA: AS RELAÇÕES DE PODER NA PEÇA ASSEMBLÉIA DE MULHERES (SÉCULO V A.C.)

Tatiana de Sousa Lins - graduanda

Orientadora: Prof.^a Viviane Gomes de Ceballos - UFCG

O presente artigo parte da minha pesquisa monográfica e tem como objetivo analisar a peça “Assembléia de mulheres” (séc V a.C.) do comediógrafo Aristófanes, a fim de refletir em torno da construção do “lugar” social e político do feminino mediante as representações do masculino. Tendo como fonte de análise uma comédia, busco através da relação entre a História e a Literatura estabelecer um olhar para além da obra, analisando em seu conjunto a historicidade, a subjetividade do autor e a relação entre os interlocutores da referida peça. Para tanto, parto de um estudo sobre a organização espacial da Grécia, tendo em vista que essa é sistematizada em poleis independentes, ou seja, “cidades-estados” que são produtos de realidades únicas, nas quais são determinados os espaços recorrentes da vida pública e privada. A segregação desses espaços de atuação na pólis advém da concepção da existência de um “lugar” do masculino e do feminino que são construídos historicamente, como atenta Joan Scott (1989). Sendo assim, a partir da análise do enredo da comédia “Assembléia de mulheres” e das discussões sobre a construção desses espaços através da concepção do público e do privado, assim como do que se refere ao masculino e ao feminino, esse artigo tem como aparato teórico Lucrécia d’Aléssio Ferrara (1988), Roger Chartier (2002) e Joan Scott (1989).

Palavras-chave: História-literatura. Poleis. Representações.

AS “PROFECIAS DE NEFERTITI” E A RETÓRICA DA ORDEM CÓSMICA NO MÉDIO IMPÉRIO EGÍPCIO (C.2061-1784 A.E.C.)

Alaide Matias Ribeiro – graduada

Este trabalho tem por objetivos discutir elementos específicos da sociedade egípcia antiga do Império Médio, a saber, os conceitos de ordem, caos e ideologia, bem como identificar quais os papéis desempenhados pelo sacerdote e faraó em relação aos mesmos. Isto será realizado por meio da análise crítica do discurso presente em uma fonte literária contemporânea à época em questão denominada “Profecias de Neferti”, concebida por estudiosos como Miriam Lichtheim, Emanuel Araújo e Telo Ferreira Canhão, como pertencente ao gênero literário que se convencionou classificar como literatura crítica ou reflexiva. Apresentaremos, portanto, como a fonte pode ser compreendida como um espaço de poder ao ser constituído em uma retórica da legitimação da função do faraó como agente responsável pelo estabelecimento de Maat e mantenedor da ordem cósmica egípcia. Por fim, consideraremos como a narrativa pode ser concebida como um texto-propaganda do faraó Amenemhat I, divulgadora de uma ideologia real que reafirmava a importância do soberano no mundo egípcio antigo.

Palavras-chave: Literatura crítica. Egito Antigo. Império Médio.

ARQUITETURA, MONUMENTALIDADE E MEMÓRIA: OS PALÁCIOS IMPERIAIS NEOASSÍRIOS

Ruan Kleberson Pereira da Silva – mestre

Proveniente das necessidades de guerra durante o processo de reafirmação territorial que levou à formação do Império Neoassírio, o palácio passou a ser foco de atividades administrativas, burocráticas, industriais, cerimoniais e residenciais, constituindo-o como parte do aparato de Estado. Enquanto demonstrativo de um maior desenvolvimento da autoridade política e militar, os palácios possuem um discurso arquitetural, por meio do qual

os códigos manifestam significados, mediados via interpretação “simbólica”, possibilitando a relação homem-ambiente que estrutura a constituição do espaço arquitetônico. Deste modo, entende-se que os significados agenciados estão expressos fisicamente em esquemas e domínios construídos no interior da cultura material. Analisar os palácios imperiais neoassírios, portanto, põe em cena a relação entre as conjunturas político-econômicas que possibilitaram sua construção, a monumentalidade arquitetônica como significativa expressão física de poder que assumiram, e as manifestações de memória – seja retrospectiva, seja prospectiva – que são vinculadas no interior de seu programa decorativo. Logo, os palácios neoassírios expressam um arranjo de significados, interconectando múltiplas concepções, incorporando comportamentos sociais e práticas culturais que podem ser demarcadas mediante o estudo das plantas arquitetônicas dos palácios, que expressam as relações de conectividade e fluxo das pessoas no interior dos ambientes. E, mais precisamente, a análise do programa decorativo da Sala do Trono dos palácios imperiais neoassírios permitem afirmar a existência de significados, que expressam por meio dos relevos parietais as imagens ideais e a memória oficial acerca da sociedade, da realeza, do Império e do Cosmos Neoassírio que se pretendeu (re)afirmar, consolidar e preservar.

Palavras-chave: Espaço Arquitetônico. Memória Cultural. Relevos Neoassírios.

SIMPÓSIO TEMÁTICO 9

Arqueologia Histórica no espaço regional: abordagens, temas e pesquisas

Coordenadores

Prof. Dr. Abrahão Sanderson Nunes F. da Silva – UFRN e Prof. Dr. Roberto Airon Silva – UFRN

Proposta do Simpósio Temático

A proposta deste Simpósio Temático é reunir num espaço oportuno dentro do Colóquio Nacional História Cultural e Sensibilidades, parte considerável da riqueza de abordagens e da diversidade de pesquisas e métodos que têm se desenvolvido no âmbito acadêmico e da arqueologia preventiva no contexto local norte-rio-grandense e no contexto regional Nordeste. Primeiramente, merece destaque a produção de teses de doutorado, dissertações de mestrado e monografias de graduação e especialização em arqueologia, na qualidade de investigações desenvolvidas por profissionais arqueólogos em atuação e também por estudantes desses cursos. Tais trabalhos, foram e são desenvolvidos a partir de temáticas e abordagens inseridas no campo da arqueologia histórica e pertinentes ao contexto regional, dentro das universidades em cujos cursos de graduação e/ou programas de pós-graduação tais trabalhos foram apresentados. Em segundo lugar, se sobressaem também as ações de identificação de sítios, prospecção, sondagens e escavações realizadas na esfera dos trabalhos contratuais em arqueologia preventiva, os quais têm desenvolvido pesquisas nas quais tanto os sítios quanto os materiais arqueológicos recuperados têm ampliado sobremaneira as informações sobre as ocupações históricas através de seus resultados. Em terceiro e último lugar, deve-se considerar também o desenvolvimento de pesquisas e ações em temáticas relacionadas a arqueologia pública, onde se sobressaem a educação patrimonial, a musealização da arqueologia e o ensino da arqueologia, no desempenho de profissionais e estudantes da arqueologia junto a outros campos das ciências humanas e sociais. Esses últimos, têm incluído em suas problemáticas de estudo os acervos e o estudo da cultura material histórica presente no contexto regional, bem como a relação dessas ações arqueológicas com as demandas sociais e necessidades socioeconômicas e culturais de comunidades ou grupos sociais direta ou indiretamente associados ao contexto arqueológico dos sítios e relacionados ao processo identitário dos vestígios materiais identificados e pesquisados.

Resumos

O QUE ACONTECEU COM A ÍNDIA DA SERRA DAS FLECHAS? A HISTÓRIA DA ÚLTIMA TAPUIA SELVAGEM DA PARAÍBA

Emanuel Cordeiro Rodrigues - graduando

Ian Victor Silva Cordeiro Souto - graduando

Orientador: Prof. Juvandi de Souza Santos - UEPB

Este trabalho é resultado de uma pesquisa sobre a “Índia” capturada em 1974 na Serra das Flechas em Pedra Lavrada-PB, tratando-se do último encontro com um indígena Tapuia “selvagem” da Paraíba, uma tribo extinta há pelo menos 200 anos –os Tarairiú. Fato este, de grande importância histórica para a cidade e para a região. Tem-se por objetivo, decifrar os ocorridos que foram perdidos, ou que estão registrados incompletamente, sobre o que aconteceu após a sua fuga dos domínios da cidade em 1975, que até então eram desconhecidos, ou na maioria dos escritos, foi suposto seu óbito em 1976. Obteve-se que após sua fuga da cidade em 1975, a indígena passou a viver dentro da mata em uma área

privada, por alguns meses, até ser notada “furtando” alimentos nas vazantes, e ser caçada e capturada novamente por Gerson do Retiro. Passando a viver na casa da família desse homem até os dias de sua morte em 1981, sendo esta a maior parte da sua vida em convívio com a sociedade “civilizada” (1975-1981). Nesta casa, pôde conviver com a família de Maria Elisabeth, filha do seu afugentador, que foi uma pessoa muito próxima da indígena. A partir de uma visita in loco, no sítio Retiro, onde morou a índia, situado a 7 km (Noroeste) de Pedra Lavrada-PB, foi aplicada uma entrevista com perguntas abertas, a Maria Elisabeth e alguns familiares, sobre as lembranças e experiências do convívio com a índia. Obtivemos a confirmação que se tratava da mesma índia capturada na Serra das Flechas, porém encontramos fatos que comprovam que muitas informações foram registradas, pelos historiadores, erroneamente. A indígena, na verdade não era uma “indígena pura”, mas se tratava de uma “cafuza”, como afirmou seu “tutor” católico Dom Adelino Dantas, que enquanto fazia sua catequização, mantinha conversas com a mesma, em sua língua nativa e as registrava em um gravador de voz. Com costumes cotidianos, hábitos e dialeto peculiar, “Aparecida” – nome que lhe foi designado de forma coincidente em suas duas capturas - foi centro das atenções de sua nova família, de religiosos potiguares e até da população de Parelhas-RN, recebendo inúmeras visitas, ao ponto de desfilar em carro aberto com trajes indígenas ainda no ano de 1975. Diferente do que está registrado na literatura, a índia, cometida de uma doença no seu sistema digestório teve sua morte confirmada e registrada em 1981, no cartório da cidade de Parelhas-RN, onde também está sepultada.

Palavras-chave: Serra das Flechas. Índia. Tapuia.

COLONIZAÇÃO DO INTERIOR DA PARAÍBA: A ARQUEOLOGIA DAS CASAS-FORTES E ARRAIS

Juvandi de Souza Santos – doutor

Prospecções arqueológicas realizadas no interior de estados da atual região Nordeste do Brasil, somadas ao trabalho de análise dos mais primordiais documentos destas localidades, permitiram identificar que a colonização deste vasto território deu-se, primordialmente, através do estabelecimento de edificações militares, em especial das chamadas casas-fortes, gênese dos arraiais e dalgumas cidades, onde se aquartelavam os Terços Paulistas (de Bandeirantes), na luta contra os violentos indígenas que impediam o avanço dos colonos rumo aos Sertões. A Paraíba é um dos estados que bem ilustram este facto, tendo em vistas os vestígios e relatos vários já analisados, comprovantes do ímpeto por fortificar as conquistas, que caracterizou a primordial colonização do semiárido paraibano. Pesquisas já concluídas, e outras atualmente em andamento, no estado, propiciaram a identificação de nove destes empreendimentos pelo interior, cujo estudo aprofundado de suas características e efetiva história vem-se desenrolando, efetivamente recontando um quase esquecido, porém de importância sem igual, momento pretérito. Em consonância, o objetivo deste trabalho é apresentar a concepção, os procedimentos e resultados até esta altura angariados das investigações de cunho arqueológico desenvolvidas por toda a vasta área do interior da Paraíba, no esforço por catalogar, registrar e estudar todas as edificações militares erguidas nos tempos coloniais, intendo a sempre almejada culminância num projeto de extensa escavação arqueológica de um ou múltiplos destes estabelecimentos. Há muito ainda do passado da Paraíba — e do Nordeste — ser desvendado, e somente sob os auspícios da Arqueologia História poder-se-á fazê-lo.

Palavras-chave: Sertão. Casas-fortes. Paraíba

SIMPÓSIO TEMÁTICO 10

Filosofia e História: interações, convergências e tensões

Coordenadores

Prof. Dr. Alberto Leopoldo Batista Neto – UERN
Prof. Me. Cléryston Rafaell Wanderley de Medeiros – Rede Municipal

Proposta do Simpósio Temático

A Filosofia e a História são áreas do conhecimento que desenvolveram, ao longo dos séculos, múltiplas e variadas formas de relacionamento. Filósofos refletiram e seguem refletindo sobre o objeto e os métodos da História, sobre o caráter das explicações históricas, o valor do conhecimento histórico e a relevância dos estudos históricos para a própria compreensão dos problemas e das abordagens em Filosofia. Da mesma forma, os historiadores debatem a importância de uma filosofia da História para guiar suas pesquisas, engajam-se em discussões sobre o estatuto epistemológico de sua disciplina e têm enfatizado a imprescindibilidade da história e da historiografia para a compreensão de questões fundamentais da condição humana e de seu envolvimento no mundo, questões essas que convergem de maneira notável com aquelas de que caracteristicamente se ocupam os filósofos. Problemas tais como os diversos modelos de compreensão do tempo histórico (segundo uma perspectiva cíclica ou linear, por exemplo), a existência ou não existência de um sentido na história humana, o significado de termos como “genealogia”, “progresso” e “evolução”, os vínculos entre historicidade e hermenêutica, a questão do “historicismo”, as possíveis relações entre mudança histórica e relativismo ou perspectivismo filosófico e a própria divisão de competências entre filósofo e historiador (que reflete a problematizável divisão entre os domínios do valor e do fato) constituem pontos de interseção para os interesses teóricos dos estudiosos de ambos os campos. Propõe-se, neste simpósio, reunir trabalhos que abordem os diversos modos de relação entre os referidos campos do saber, a partir das mais diversas perspectivas teóricas e sob os mais variados enfoques.

Resumos

O REALISMO HISTORICISTA DE ALASDAIR MACINTYRE

Alberto Leopoldo Batista Neto - Professor da UERN

Para Alasdair MacIntyre, o abandono da tradição cujo centro de gravidade é o pensamento aristotélico, com sua ênfase numa finalidade essencial da vida humana que determina bens constitutivos de uma excelência por ela balizada como marcos diretores da ação, constitui uma das causas principais daquilo que identifica como a crise do discurso moral contemporâneo. Não menos importante, porém, seria a pretensão, consolidada no ideário iluminista, de constituir uma razão universal, a-histórica e independente de condicionamentos socioculturais. Diante de uma crise desencadeada por uma série de fatores históricos específicos, somente uma compreensão da racionalidade humana atenta aos dados históricos e disposta a reverter a separação entre os domínios do “fato” e do “valor” que constituiu a história e a filosofia acadêmicas como setores metodologicamente isolados seria capaz de estabelecer formas adequadas de diagnóstico, etiologia e

tratamento das patologias da razão. O universalismo a-histórico dos iluministas, com sua rejeição da autoridade epistêmica da tradição, não logrou apresentar um entendimento único e integral da razão, dando ensejo à multiplicação de “racionalidades” rivais, cada qual reivindicando para si a capacidade de conquistar a adesão da totalidade dos seres racionais mas incapaz de convencer os adeptos das perspectivas opostas, por mais que cada uma se esforce em articular seus argumentos de forma coerente, gerando condições para o surgimento de posições relativistas e perspectivistas acerca da verdade e do conhecimento, muitas das quais buscam amparar-se justamente nos dados e nos parâmetros metodológicos de disciplinas como a história e a antropologia. O historicismo de MacIntyre, que bebe em fontes tão diversas quanto a genealogia nietzschiana, a concepção de metafísica de Collingwood, a hermenêutica de Gadamer e a filosofia da ciência de Thomas Kuhn, procura, porém, assimilar-se a um modo de investigação essencialmente moldado sobre o pensamento de Aristóteles e de Sto. Tomás de Aquino, comprometendo-se, assim, com uma epistemologia realista que procura dar respostas aos desafios relativista e perspectivista. Pretende-se expor as premissas básicas dessa abordagem e mostrar como, a partir delas, é possível conciliar uma forte preocupação com os condicionamentos históricos e socioculturais da racionalidade filosófica com um ideal de verdade capaz de transcender as limitações dos esquemas originários. Para tanto, deve-se esclarecer como a avaliação macintyriana da crise da racionalidade moral contemporânea dá ocasião à construção de uma elaborada teoria das tradições de pesquisa racional. Obtém-se uma visão que integra elementos de diversas vertentes filosóficas modernas mais recentes num enquadramento dialético de molde aristotélico-tomista, concluindo-se tratar de uma robusta defesa dessa tradição e uma importante contribuição ao debate filosófico atual.

Palavras-chave: Racionalidade. Historicismo. Alasdair MacIntyre (1929-).

POR UMA EPISTEMOLOGIA DA HISTÓRIA: AS CONTRIBUIÇÕES DE MICHEL DE CERTEAU PARA O CAMPO CIENTÍFICO

Paula de Medeiros Campos Azevedo - mestranda

Nara Lidiana Silva Dias Carlos - doutoranda

Orientadora: Prof.^a Olivia Morais de Medeiros Neta - UFRN

Tendo como ponto de partida os fundamentos filosóficos das ciências, este trabalho se propõe a estabelecer aproximações entre as concepções epistemológicas de Gaston Bachelard e Thomas Kuhn, propondo um diálogo com o pensamento de Pierre Bourdieu e Michel de Certeau, no intuito de identificar de que modo podemos compreender a produção do conhecimento no campo da História da Educação. Ressaltamos que as concepções que perpassam a educação e, especificamente, a História da Educação, nos conduzem a perceber de forma diferenciada esse debate sobre a ciência e a filosofia. Assim, abordamos inicialmente o desenvolvimento histórico da ciência com base em alguns conceitos que integram o pensamento de Bachelard e Thomas Kuhn. A partir dessa compreensão, nos questionamos acerca da constituição e das delimitações do campo científico e, neste sentido, nos pautamos, principalmente, nas deliberações de Bourdieu. Por fim, dialogamos com Certeau no intuito de apreender o modo como o autor pensa a produção do

conhecimento. As concepções científicas se revelam transitórias, mutáveis e passíveis de aproximações. Ao investigar as concepções desses teóricos, enfatizamos que o campo científico se revela como um lugar social marcado ideológica e politicamente, por relações de interesses. Um aspecto ganha realce na discussão: o coletivo. Seja na percepção do “olhar do outro” para Bachelard, na comunidade científica para Kuhn, ou nos agentes sociais para Bourdieu e nas instituições para Certeau. Ao pensar a história como a produção de um discurso sobre o real, Certeau inaugura a operação historiográfica. O autor compreende a epistemologia da história pautada na combinação de três aspectos: o lugar social, as práticas científicas e a escrita. Refletir sobre estes pontos a partir do diálogo entre os autores nos conduz a relevância de pensarmos os nossos objetos de estudo e fundamentarmos nossas pesquisas epistemologicamente. O modo como compreendemos a história e o modo de produção do conhecimento neste campo científico devem integrar a base teórica de nossas investigações.

Palavras-chave: Michel de Certeau. Filosofia. Epistemologia da História.

A IDEIA DO ABSURDO DE CAMUS EM DOM QUIXOTE: UMA INTERPRETAÇÃO POSSÍVEL

Elisson Diego Mota De Lima - graduando

Orientador: Prof. Ubirathan Rogerio Soares – UFRN

Dom Quixote, a obra prima de Miguel De Cervantes, desperta o fascínio dos leitores e levou outras áreas do conhecimento a fazer interpretações sobre os vários sentidos e complexidade da obra. A literatura que fundou o romance moderno permite várias abordagens, assim, através dos olhos de Dom Quixote, pode-se extrair novos sentidos e significados. A partir do conceito do absurdo de Albert Camus, analisaremos as conquistas, derrotas, devaneios e lucidez do personagem, que nos coloca diante de questões contemporâneas. Propomos fazer uma relação a partir do conceito de absurdo do filósofo Albert Camus como análise interpretativa do personagem Dom Quixote. Neste sentido, outros conceitos de Camus também contribuem para a análise do personagem a partir de suas obras. Na sua obra, Camus traz reflexões sobre o absurdo, do qual chega a sugerir a possibilidade moral e, inclusive, de um heroísmo, e ação absurda. Este trabalho foi realizado a partir da pesquisa bibliográfica acerca do tema envolvendo a relação existente entre Literatura e Filosofia e, para isso, foram consultadas obras filosóficas e literárias. Ao fazer essa análise subjetiva a partir da óptica do absurdo no personagem quixotesco de Miguel de Cervantes, podemos perceber uma de suas várias camadas da construção do personagem Dom Quixote. O romance moderno que teve como objetivo satirizar a literatura medieval de cavalaria no início da modernidade se mostrou, ao longo do tempo, uma obra profunda e complexa. A visão de Albert Camus sobre a vida, sua complexidade e total falta de sentido, faz voltar nossos olhos para a condição humana e para o personagem Dom Quixote. Partindo daquilo que, para Camus, é a questão mais importante da filosofia, ou seja, “Julgar se a vida vale ou não vale a pena ser vivida.” acabamos nos deparando na leitura da obra de Cervantes com um homem de meia idade, seco de carnes, e fadado à uma vida de solidão e melancolia. Porém, este homem revolta-se contra o universo, ele diz

“Não!” àquilo a que estava fadado, não recuando e não fugindo, se tornando livre para encarar com dignidade e paixão o absurdo de sua existência. Dom Quixote de La Mancha fez da sua jornada entre sandice e razão a sua eterna vivacidade. Quixote cria seu próprio e único significado para a vida, e do absurdo que são as relações entre o homem e o universo, ele se revolta e extrai, na vida dual, um sentido, a sua liberdade e a sua paixão.

Palavras-chave: Dom Quixote. Cervantes. Camus. Absurdo.

DIÁLOGOS ENTRE A HISTÓRIA E A FILOSOFIA: UMA ANÁLISE DO CONCEITO DE BANALIDADE DO MAL EM HANNAH ARENDT

Marco Aurelio Dantas Nepomuceno – mestre

O presente trabalho tem como objetivo efetuar uma análise da polêmica obra "Eichmann em Jerusalém: Um Relato sobre a Banalidade do Mal" da pensadora judia Hannah Arendt. O texto se configura como uma mescla de jornalismo político, reflexão filosófica e histórica onde Arendt explora as implicações do caso Eichmann. Encarregado de executar a chamada "solução final", o carrasco nazista foi o principal responsável pelo envio dos judeus aos diversos campos de concentração da Europa. Arendt irá cobrir o julgamento de Eichmann em Israel e se depara com a banalidade do mal, onde enxerga o arquiteto do Holocausto não como um sádico anti-semita, mas como um burocrata medíocre incapaz de pensar sobre seus atos. O desfecho está na burocratização da vida perpetrado pelo Estado Totalitário. Assim sendo, concluímos que seja pertinente o estudo do tema em questão, no sentido de estabelecer paralelos com o nosso "Tempo sombrio" para problematizá-lo e evitar novas catástrofes.

Palavras-chave: Estado. Holocausto. Mal.

FILOSOFIA DA DIFERENÇA E ESCRITA DA HISTÓRIA: PENSAR O SUJEITO, OUTRA VEZ

José dos Santos Costa Júnior - doutorando

Longe de ser o fundamento da história, o sujeito é efeito das práticas sociais que o constituem em políticas de subjetivação que fazem com que certos indivíduos assumam determinadas posições de sujeito e os predicados que isso produz ou atualiza. O texto tem como objetivo discutir as contribuições da filosofia de Michel Foucault para a escrita da História, urdindo uma discussão conceitual e metodológica a partir de pesquisa bibliográfica, tendo como enfoque especial o procedimento genealógico e suas proposições sobre corpo e sujeito. Ao retomar a leitura de Nietzsche entre o fim dos anos 1960 e começo da década de 1970, Foucault construiu um incontornável texto sobre “Nietzsche, a

genealogia e a história” (1971) em que se pode ler toda uma proposta para pensar o corpo e os processos de produção de sujeitos. Mas trata-se, antes de mais nada, de esquecer uma concepção fundante do sujeito, colocando-o como lugar vazio, na esteira do que ele já havia escrito em “A arqueologia do saber” (1969). Pensá-lo como lugar vazio significará questionar os processos por meio dos quais os indivíduos se nomeiam, assumem identidades, ocupam lugares sociais de prestígio ou de perda, assim como permite entender que a subjetividade é efeito de toda uma política da linguagem. Portanto, retoma-se no artigo um assunto que não é novidade, mas que ainda segue sendo alvo de debates e discussões acaloradas. Os sujeitos só existem como posições ocupadas, como uma espécie de lugar tenente que confere verdade e legitimidade para certas práticas e modos de vida. Logo, questionar as maquinarias que nos constituem como sujeitos permite descrever as engrenagens que nos constituem, sem nos determinar de modo unilateral, de modo que possamos pensar processos de resistência e afirmar a multiplicidade diante das políticas de identidade.

Palavras-Chave: Foucault. Escrita da História. Teoria e Filosofia da História.

PLÍNIO MARCOS E A MÁQUINA LITERÁRIA: IMAGENS DO CORPO INFANTO-JUVENIL EM “BARRELA” E “QUERO”

José dos Santos Costa Júnior – Doutorando

Plínio Marcos privilegiou em sua máquina literária a escrita sobre personagens infames como prostitutas, cafetões, corruptos, menores infratores, entre outros, por meio dos quais ele constrói toda uma leitura sobre a sociedade brasileira dos anos 1960-70, em seus primeiros anos de trabalho. O texto problematiza as imagens do corpo infanto-juvenil violado a partir da peça teatral Barrela (1958) e do romance, posteriormente também encenado e tornado longa-metragem, Querô – uma reportagem maldita (1974). Ao descrever o procedimento escriturístico de Plínio Marcos, bem como o alcance social de sua literatura marginal, busca-se pensar como sua obra permite ler a política, a institucionalidade e os modos como a “questão social” era dada a ler no período. Ao tratar de violência, crueldade, corrupção e desamparo, penso que a obra de Plínio pode ser lida como um processo de desterritorialização do modo de fazer a crítica social e política por meio da literatura, uma vez que vivenciou procedimentos específicos e atribuiu à sua obra e personagens outro estatuto que não era o da verdade explicativa sobre o mundo, mas que nem por isso deixava de contribuir para ver os dilemas e desdobramentos das desigualdades estruturais e seus modos de enraizamento na sociedade brasileira.

Palavras-chave: Literatura Brasileira. Teatro. Plínio Marcos. História do Brasil. Deleuze.

A INFLUÊNCIA DO ILUMINISMO NO PENSAMENTO DE MANOEL DANTAS: NOÇÕES DE TEMPORALIDADES E ESPACIALIDADES NA ESCRITA DO INTELLECTUAL NORTE-RIO-GRANDENSE

José Marcus Guedes de Araújo - graduando

Orientador: Prof. Alberto Leopoldo Batista Neto – UERN

Esta produção objetiva investigar as influências que o movimento iluminista exerceu sobre o pensamento do historiador erudito Manoel Gomes de Medeiros Dantas (1867-1924); nesse sentido, este trabalho volta-se para as discussões acerca das noções de temporalidade e espacialidade a partir da análise das obras "Homens de Outr'ora" (1941) e "Natal daqui a cinquenta anos" (1909), do publicista mencionado, como maneira de perceber os vestígios teóricos da influência recebida das correntes iluministas. Quanto à metodologia de análise, partiremos de uma perspectiva ceriteuniana; temos enquanto resultado que Dantas construiu um lugar de autoridade em seu tempo de vida e, posteriormente, para a historiografia. Operacionalizando as discussões teóricas de Reinhart Koselleck (1992; 2006), o trabalho busca discutir como Dantas constrói o tempo enquanto um agente histórico, capaz de moldar o homem e o espaço, sob a égide e ação do progresso, o que evidencia as influências a serem investigadas. Por meio da operação historiográfica, fazendo-se uso do modelo de análise de Michel de Certeau (2011), é possível afirmar, na forma de resultados e conclusões, que o autor analisado enquadra-se como membro da geração que, entre fins do século XIX e inícios do XX, vislumbrou novas perspectivas para o Brasil pautadas pelas noções de Ciência, Progresso e Evolução, tendo o Seridó norte-rio-grandense como lócus principal de suas reflexões. Neste sentido, esse exercício de escrita traz uma abordagem que privilegia a análise das noções de temporalidade e suas conexões na construção dos espaços na escrita do referido intelectual.

Palavras-chave: Iluminismo. Tempo. Espaço.

SIMPÓSIO TEMÁTICO 11

Relações étnico-raciais no Brasil: educação, inclusão e ações afirmativas

Coordenadores

Prof. Dr. José Pereira de Sousa Júnior – UFCG
Prof. Me. Marcos Fernandes de Oliveira – UFRN
Prof.^a Ma. Jessica Kaline Vieira Santos – UFRN

Proposta do Simpósio Temático

Este simpósio temático tem como objetivo agregar trabalhos que discutam questões étnicas, raciais, educação inclusiva e ações afirmativas, assim como pesquisas concluídas ou em andamento que tratem sobre questões ligadas ao preconceito e ao racismo, como também, aquelas que estejam ligadas as leis 10.639/03 e 11.645/08, respectivamente, sobre Ensino de História da África e Cultura Afro-brasileira e Indígena.

Resumos

A TEMÁTICA INDÍGENA EM LIVROS DIDÁTICOS DE HISTÓRIA

Ana Patrícia Fernandes Maciel - graduanda

João Vítor Guilherme de Souza - graduando

Este trabalho visa analisar como os indígenas são representados em livros didáticos selecionados, referentes aos sextos e sétimos anos, tendo como fontes da pesquisa: Jornadas.hist (Editora Saraiva, 3ª edição, 2015), Mosaico História (Editora Scipione, 2ª edição, 2016) e História.doc (Editora Saraiva, 2ª edição, 2016). Tendo como base a lei 11.645 de 2008, que exige que as escolas ensinem sobre “História e cultura afro-brasileira e indígena”, pretendemos verificar o grau de protagonismo indígena nos livros e como estes tratam da diversidade cultural entre os nativos brasileiros. A metodologia utilizada consiste em pesquisa bibliográfica sobre a temática para elaborar um referencial de como seria ideal que os livros didáticos os trabalhem, seguida de análise desses. Como resultado da nossa pesquisa percebemos que no sexto ano, onde estuda-se a Pré-história, há a preocupação de não estudar somente os primeiros hominídeos da África e da Europa, mas também do continente americano (os Ameríndios) e mais especificamente os do Brasil. É um ponto positivo pois ensina sobre a história dos nativos brasileiros desde antes da chegada dos portugueses no século XVI. Nos livros do sétimo ano a questão indígena é estudada de forma sensível, destacando as diversidades culturais mas sem aprofundar-se tanto, devido também ao livro didático ser um auxiliar para professor e também por não possuir capacidade para abordar todo o tema de maneira de maneira detalhada. Apesar de 2/3 dos livros analisados não terem tratado de revoltas e resistências indígena, acaba trabalhando de forma pacífica imagem do índio, entretanto, o História.doc (2016) difere-se dos demais por descrever os índios de maneira menos passiva, falando por exemplo de suas revoltas e conflitos contra os dominadores. Devido aos inúmeros conteúdos que o livro didático precisa abordar para aquele ano letivo, acaba tendo que tratar os conteúdos de maneira resumida, como é possível notar que apesar de informarem que existem diversas populações e culturas diferentes, tratam o indígena de uma forma plural. Como maneira de complemento, o livro didático traz algumas sugestões de atividades de pesquisa para os estudantes trabalharem com o/a professor/professora.

Palavras-chave: História Indígena. Ensino de História. Lei 11.645

ENTRE PENAS E FLECHAS: REPRESENTAÇÕES DA TEMÁTICA INDÍGENA EM LIVROS DIDÁTICOS DE HISTÓRIA A PARTIR DA LEI 11.645/08

Adriel Jonathas Fernandes Siqueira - mestre

Orientador: Prof. Guilherme Paiva de Carvalho - UERN

Ao completarmos uma década da Lei 11.645/2008 que imprime a obrigatoriedade do ensino da história e cultura africana, afro-brasileira e indígena, apresentamos um estudo sistematizado em três coleções didáticas para Ensino Fundamental onde tencionamos um balanço acerca das representações indígenas nos livros de História. As coleções História Sociedade & Cidadania, História Nos Dias de Hoje e Integralis foram selecionadas mediante aprovação no edital 2017 do Programa Nacional do Livro Didático e utilização em escolas da cidade de Mossoró/RN. Como objetivo principal temos a análise e compreensão das representações histórico-culturais dos povos indígenas. E, entre os objetivos específicos, tangenciamos: o estudo e compreensão dos conteúdos que explicam a história e cultura

indígena no Brasil. A metodologia utilizada está ancorada em Bardin (2016) por meio da análise de conteúdos. Analisamos as representações indígenas por meio de textos e imagens presentes na história do Brasil. Para tanto, nos aportamos nos conceitos de Chartier (1988; 1990) e Hall (2015). Sucessivamente, na observação e problematização das imagens nos utilizamos de Burke (2004). No que tange os livros didáticos e suas dimensões, nos ancoramos de forma basilar nos estudos de Bittencourt (2002), e ainda, Munakata (2012). As representações analisadas na pesquisa demonstraram quais imagens dos índios ainda moram em nossas cabeças. . Há ainda uma ampla utilização de imagens no período colonial que produzem estereótipos, entre eles o mais recorrente é o do canibalismo. Imagens e textos que vão desaparecendo nos anos e livros subsequentes do ensino fundamental. Contudo, apesar de algumas continuidades, há esforços por parte de editoras que produzem transformações significativas no ensino da história e cultura indígena. A Lei aliada às práticas docentes trouxeram mudanças significativas, porém apesar do caminho construído há muito que se fazer.

Palavras-chave: Lei 11.645/08. Livro Didático. Representações. Indígenas.

DIVERSIDADE ÉTNICA E PLURALIDADE CULTURAL EM SALA DE AULA: REFLEXÕES SOBRE A CULTURA AFRO-BRASILEIRA E AFRICANA NO ENSINO DE HISTÓRIA

Marcos Fernandes de Oliveira – mestre

O presente trabalho pretende apresentar reflexões acerca dos estudos sobre história da cultura afro-brasileira e africana no que diz respeito ao ensino de história após mais de uma década da implementação da lei 10.639/03, alterada pela lei 11.645/08, discutindo de maneira panorâmica, porém centrada nos espaços escolares e no ensino básico brasileiro. Tomando como principais pontos norteadores da discussão, as dificuldades, os desafios e, sobretudo, as possibilidades que têm se apresentado aos estudos sobre a cultura afro-brasileira e africana no campo das artes do fazer/ensinar História nos últimos anos.

Palavras-chave: Ensino de História. Cultura afro-brasileira e africana. Lei 10.639/03. Lei 11.645/08.

BEZERRA DE MENEZES: REPRESENTAÇÕES E QUESTÕES ABOLICIONISTAS ATRAVÉS DAS OBRAS O EVANGELHO DO FUTURO E A PÉROLA NEGRA (1880- 1900)

Flávio Luan Freire Lemos - graduando

Orientador: Prof. André Victor Cavalcanti Seal da Cunha - UERN

Antônio Bezerra de Menezes foi um cearense formado em medicina no Rio de Janeiro, capital imperial, onde fez carreira médica, jornalística e no Exército Brasileiro. Ingressou na política imperial quando assumiu a cadeira de vereador a partir da década de 1861. Apesar da pausa em cargos políticos entre 1869 e 1872, Bezerra de Menezes ocupou as atividades

de vereador e deputado geral até o ano de 1885. Entre as diversas pautas defendidas em conjunto com o Partido Liberal, encontra-se as questões abolicionistas, emergidas sobretudo na segunda metade do século XIX, culminando na Lei Áurea de 1888. Nosso sujeito histórico foi autor de um projeto emancipatório publicado em 1869 intitulado “A escravidão no Brasil e as medidas que convém tomar para extingui-la”. Um dos marcos presentes em suas biografias é a sua conversão ao Espiritismo kardecista em agosto de 1886. Foi dentro do movimento espírita que tornou-se um dos principais líderes e responsáveis por converter o kardecismo para o âmbito religioso, em torno da Federação Espírita Brasileiro-FEB. Um dos principais meios doutrinários utilizados por Bezerra de Menezes foi os inúmeros folhetins romanescos publicados sempre na terceira página do periódico espírita O Reformador. Nossa pesquisa objetivou-se nas análises dos romances doutrinários O Evangelho do Futuro e A Pérola Negra buscando representações abolicionista e respectivas interlocuções com os movimentos abolicionistas do nosso recorte histórico. Através dos seus escritos, apontamos aproximações de suas pautas defendidas enquanto político imperial, antes de 1886, no âmbito das soluções para reparação como também inserção dos afrodescendentes na sociedade brasileira. Em nossas análises, concluímos que projetos de reparação, como o de orfanatos educacionais mantidos pelo Estado, um mecanismo complementar a Lei do Ventre Livre, proposto em 1869, ganhou concretude em suas narrativas romanescas. Ou seja, Menezes continuou seu engajamento abolicionista através dos folhetins publicados no período espírita.

Palavras-chave: História da Abolição. Bezerra de Menezes. História do Espiritismo.

A ÁFRICA EM SALA DE AULA

Tallyta Melquiádes Rocha Formiga – graduanda

Orientadora: Prof.^a Jessica Kaline Vieira Santos – UFRN

Este trabalho tem como objeto de estudo analisar as atividades desenvolvidas no estágio supervisionado I com crianças de 7º ano da Escola Estadual Antônio Aladim de Araujo na cidade de Caicó – RN no primeiro semestre de 2019 com a temática de povos africanos, tendo em vista o déficit de conhecimento sobre esses povos, como esse tema é recebido pelos alunos e tratado no livro didático oferecido pela escola, e como a prática docente pode contribuir para um ensino mais humanitário que possa desconstruir os preconceitos arraigados que perpassam gerações, mesmo que há pouco mais de uma década já seja obrigatório o ensino de temas étnicos raciais em sala pelas leis 10.639/03 e 11.645/08. Como metodologia foi usada a observação da prática docente e uma análise do capítulo Povos Africanos e o Sistema Escravista na América Portuguesa do livro Projeto Mosaico: História anos finais de Claudio Vicentino e José Bruno Vicentino, relacionando o exposto do livro com a proposta das leis já mencionadas.

Palavras-chave: Étnico-raciais. Sala de aula. Prática docente.

REPRESENTAÇÕES E HIBRIDISMO(S) ÉTNICOS NO MOVIMENTO DOUTRINÁRIO E RELIGIOSO VALE DO AMANHECER

Jessica Kaline Vieira Santos – mestra

O movimento doutrinário e religioso Vale do Amanhecer, que tem sua formação no Brasil na década de 1960, na cidade satélite de Planaltina-DF, tem como uma das características principais, a sua formação étnica-cultural híbrida. Integra aspectos culturais diversos, e é justamente desses aspectos representativos e híbridos que se pretende analisar nesse trabalho tanto no que se refere a sua formação espiritual, partindo principalmente da análise da construção espiritual da doutrina, quanto no que diz respeito as imagens representativas do panteão de “divindades” que compõem o movimento doutrinário e que se constituem como elemento característico e peculiar no interior dos templos que integram o movimento, bem como nas insígnias e indumentárias utilizadas pelos seus integrantes.

Palavras-Chave: Hibridismo. Formação étnica-cultural. Vale do Amanhecer.

DAS ARQUIBANCADAS NÃO VEM SOMENTE O GRITO DE GOL, MAS, VEM TAMBÉM GRITOS RACISTAS: REFLEXÕES SOBRE RACISMO NO FUTEBOL BRASILEIRO (2009 / 2019)

Jose Pereira de Sousa Junior - doutor

A presente comunicação traz algumas reflexões sobre o racismo no futebol brasileiro na última década do século XXI. Demonstraremos como um dos esportes mais populares do mundo, que congrega ou deveria congrega todas as etnias, sem preconceitos ou atitudes racistas vem crescendo de forma assustadora, seja nos campeonatos regionais ou nacionais, quase toda semana os programas de esporte trazem uma matéria de um ato racista advinda das arquibancadas, sem falar nos atos de violência promovidos pelas torcidas organizadas, em particular nos arredores dos estádios pós jogo. Ao que nos parece, muitos torcedores tem aproveitado as partidas de futebol para destilarem seu ódio racial e até mesmo, em alguns casos, a homofobia, pois mesmo não sendo totalmente declarado, muitos atletas seja do sexo masculino ou feminino são gays e/ou lésbicas. Nossa reflexão esta pautada em matérias de jornais de circulação nacional, portais de esporte, programas esportivos. A estrutura deste artigo, parte de uma contextualização histórica, mostrando que o racismo no futebol é uma prática antiga e mesmo com sanções ao clube do qual pertence o torcedor racista, como pagamento de multas, perda de mando de campo, proibição do torcedor de frequentar estádios de futebol e até perda de patrocinadores, tal pratica continua recorrente, talvez porque a sensação de impunidade seja crescente e as punições brandas. Nossas reflexões estão baseadas no livro O Negro no futebol brasileiro de Mario Filho, lançado em 1947 pela editora Pongetti e reeditado em 1964 pela editora Civilização Brasileira, tornou-se uma obra de referência clássica para entendermos como o futebol pode se tornar uma forma de ascensão social e econômica, pois, ressaltamos que a obra em tela, traz reflexões de denúncia de racismo no futebol, como também, mostrar o futebol como um meio pelo qual negros e mulatos puderam e podem, em alguns casos, ascender socialmente e ter maior visibilidade.

Palavras-chave: Esporte. Futebol. Racismo.

“A GENTE COMBINAMOS DE NÃO MORRER”: UMA ANÁLISE DO GENOCÍDIO NEGRO A PARTIR DA ESCRITA DE CONCEIÇÃO EVARISTO

Antonio Alves de Oliveira Neto - graduando

Orientadora: Prof.^a Francisca Laila Ribeiro Pinto - UERN

Este artigo pretende analisar o espaço narrativo da população negra a partir do conto “A gente combinamos de não morrer”, presente no livro Olhos D’Água (2015) da autora Conceição Evaristo. Sendo assim, entendemos que a sua produção diz respeito às vivências, por isso utilizamo-nos do conceito de escrevivência para reafirmar que ficção é indissociável de realidade. O trabalho foi produzido a partir da abordagem de diálogo entre diferentes campos do saber, sendo notório o limiar entre a Literatura e a História. Dessa forma, a partir das contribuições de Regina Dalcastagnè (2012) buscamos entender a relação entre os corpos indesejáveis e o espaço, Marcelo Penna da Silva (2018) historiciza a formação dos morros e favelas no Brasil, enquanto Emerson Rocha (2009) corrobora quando traz noções sobre racismo a partir da concepção de *ralé* do sociólogo Jessé Souza. Objetivamos compreender, que no Brasil, a cor da pele determina os espaços que (des)ocupamos, a segregação espacial foi/é uma estratégia política para separar os pretos dos brancos, os pobres dos ricos, e assim, formaram-se os bairros periféricos, quando no início da primeira república, as reformas urbanas propostas com um viés civilizatório, hoje, são o retrato da discriminação e sectarismo da sociedade brasileira. A relevância acadêmica e social desse estudo dar-se-á por ser um tema em voga na conjuntura política atual e sabendo que a Literatura tem um papel a cumprir e uma dívida a ser sanada com os estudos afro-brasileiros. Portanto, conclui-se, que a narrativa transpõe o papel e tornam-se manchetes jornalísticas que fazem parte do cotidiano, da população que saiu dos navios negreiros para fazerem parte das estatísticas de um genocídio social e físico.

Palavras-chave: Conceição Evaristo. Espaço. Racismo.

REPENSANDO OS CORPOS NEGROS NO ENSINO DE HISTÓRIA A PARTIR DA ANÁLISE DAS TIRINHAS DE ARMANDINHO

Alessandro Lopes Campelo - graduanda

Maria Tereza Costa dos Santos - graduanda

Orientadora: Prof.^a Luzia Leila Vélez de Miranda

Esse trabalho tem como objetivo apresentar algumas reflexões a partir de Camilo, personagem negro das tirinhas de Armandinho, criadas por Alexandre Beck e publicado na rede social Instagram a partir do perfil @tirinhadearmandinho, analisando como a ótica dos

corpos negros é entendida e que espaços os mesmos ocupam na sociedade, principalmente em se tratando de um país como o Brasil, marcado profundamente pela cultura escravista e, portanto, racista, resultado de um longo processo histórico. Dessa forma, as tirinhas possibilitam uma maior compreensão e percepção da realidade da população negra através do ensino de história, porquanto a importância do mesmo se dá na necessidade de trazer novas reflexões sobre as metodologias de ensino em sala de aula e suas contribuições para o desenvolvimento dos alunos, pois aumenta o entendimento e criticidade dos mesmos acerca dos fatores históricos e culturais que marcam a nossa sociedade, estimulando assim o desenvolvimento da consciência histórica destes. Então para realizar este trabalho buscamos observar conceitos teóricos da história e da sociolinguística, como análise do discurso, pensado por Mikhail Bakhtin, ensino de história, pensado por Luis Fernando Cerri e consciência histórica, pensado por Jörn Rüsen, viabilizando assim a construção de um ensino mais igualitário e inclusivo, livre de preconceito e racismo.

Palavras Chaves: Corpos negros. Armandinho. Ensino de História.

SIMPÓSIO TEMÁTICO 12

Arqueologia Histórica no espaço regional: abordagens, temas e pesquisas

Coordenadores

Prof.^a Dr.^a Juliane Vargas Welter – UFRN

Prof.^a Dr.^a Larissa Jacheta Riberti – UFRN

Proposta do Simpósio Temático

Pensar as questões que envolvem a desigualdade de gênero, a violência contra as diferentes sexualidades e os papéis sociais atribuídos a mulheres e homens ainda se faz necessário no Brasil do século XXI. Numa sociedade que apresenta altos níveis de desigualdade social, política e econômica motivadas pelo sexismo e a homofobia, a crítica direcionada as discussões de gênero em suas mais diferentes vertentes teóricas é caminho fundamental para desconstruirmos práticas e discursos excludentes. Também se torna essencial o debate de estratégias para inserirmos na análise da história e do presente, os grupos sociais marginalizados e as minorias silenciadas pelas narrativas hegemônicas. Não menos fundamental é o debate dentro do campo literário, que refletiu e reflete uma série de desigualdades e violências do campo social. Nesse sentido, este Simpósio Temático busca reunir trabalhos que apresentem discussões sobre o papel de tais grupos, excluídos, subalternos e explorados, que desconstruam visões oficiais ou dominantes sobre o passado e o presente. As possibilidades de abordagem desse ST envolvem estudos sobre os feminismos, homossexualidades, interseccionalidades, movimentos sociais, masculinidades, relações e violências de gênero, divisão sexual do trabalho, teoria queer, educação, políticas públicas, dentre outros que tocam a diversidade das relações de gênero e LGBT+ nos sertões, Brasil e mundo. Como proposta, o ST pretende recepcionar estudos que envolvam tanto debates historiográficos sobre os temas diversos como também estudos que tenham como centro o texto literário. Ademais, espera-se também a participação de trabalhos de outros campos disciplinares, bem como das mais diversas perspectivas teóricas que dialoguem com gênero, com o objetivo fundamental de promover a troca de saberes e fortalecer as consciências sobre o necessário combate as violências e as desigualdades.

Resumos

AS MULHERES NOS PERIÓDICOS NORTE RIO-GRANDENSES ENTRE 1870-1880

Talita Alves da Cruz - graduanda

Orientador: Prof. José Evangelista Fagundes - UFRN

A imprensa nasce no Brasil com o advento da chegada da corte portuguesa, em 1808, tendo o Rio de Janeiro como sua sede. Durante a segunda metade do século XIX os jornais periódicos se constituíram em um importante meio para propagação das ideias acerca dos diversos assuntos que circulavam na sociedade. Nesse momento, o comportamento da mulher era um dos assuntos que atraía o interesse de integrantes de grupos da intelectualidade potiguar. O presente trabalho tem como objetivo identificar o lugar que as mulheres ocupavam em periódicos que circulavam no Rio Grande do Norte entre (1870-1880). Quando nos referimos “lugar que as mulheres ocupavam em periódicos”, estamos nos reportamos ao espaço que elas ocupavam enquanto conteúdos e temáticas abordados por esses jornais, uma vez que elas não participavam como autoras dos textos. Tomamos

como corpus da análise os periódicos O Íris, Brado Conservador, A Luz, A Ideia. Esses jornais estão disponíveis no portal de periódicos nacional da Fundação Biblioteca Nacional (Hemeroteca Digital Brasileira). Percebemos nas fontes analisadas diferentes discursos em relação às construções do feminino e às relações sociais vigentes no século XIX. No caso do Brado Conservador, indica-se às suas leitoras os comportamentos considerados aceitáveis para conseguir um bom casamento, com o título Método para caçar Maridos. Outro exemplo é o periódico bi-mensal O Íris, que apresentava o forte discurso favorável à emancipação feminina, expressava o lema: o gênio não tem sexo, discorria a respeito da ideia de renovação na sociedade da época e com isso, o papel social da mulher. Abordar o gênero feminino como objeto de estudo historiográfico é uma preocupação recente, apenas com a terceira geração da Escola dos Annales as mulheres surgem como objeto de estudo dos historiadores. Com o movimento feminista na década de 1960, o interesse em escrever sobre o gênero feminino tornou-se preponderante, expandindo os limites da história. A historiografia auxiliou na construção de múltiplas identidades do gênero feminino, quebrando com as concepções da mulher como vítimas e passivas, principalmente com escritos de historiadoras.

Palavras-chave: Mulher. Imprensa. Historiografia.

NÃO SEJAM FILHOS DE DIONÍSIO, SEJAM HOMEM HONRADO DA NAÇÃO: ALCOOLISMO E MASCULINIDADE EM CAIXAS DURANTE A PRIMEIRA REPÚBLICA (1889-1930)

Lais Isabelle Rocha de Souza – graduanda

A historiografia vem nos últimos anos evidenciando produções acerca de gênero em seus diversos nuances e ampliando seus olhares acerca dos indivíduos e suas performances sociais. Nesse caso, a masculinidade, de maneira pluralizada vem ganhando visibilidade. Assim, a figura do homem/ébrio, diante da performática de um modelo de masculinidade se tornou um elemento visível aos olhos da academia. Por isso, a pesquisa apresenta uma análise acerca dos discursos da imprensa caxiense na Primeira República acerca dos males ocasionados pelo álcool, o que impedia a construção do perfil de homem honrado. Assim, o trabalho de pesquisa tem como objetivo, apresentar uma reflexão de como a imprensa caxiense representava esses homens desonrados nos jornais da Primeira República. Desse modo, direciona-se um olhar para as divergências causadas pela bebida (álcool). Nesse compasso, utilizamos como luzes teóricas os conceitos de honra e masculinidade no contexto, visto que, tais categorias são bases para entender os sentidos e significados da condição da masculinidade a partir do alcoolismo. Para atender aos objetivos supracitados acima, o trabalho inicialmente realiza uma revisão bibliográfica, com os principais autores acerca da temática, como também uma análise documental, em especial os jornais. O método empregado é o qualitativo, com uma análise aprofundada em jornais de Caxias, visando entender a honra e o alcoolismo na sociedade caxiense e os perfis idealizados de masculinidade que era construído pelo discurso político médico-higienista-eugênico e das campanhas antialcoólicas. Com a revisão de literaturas básicas como Matos (2001), Boris (1984) e o mapeamento de jornais de Caxias como: Ferro em Braza (1917), Gazeta Caxiense (1894) e Jornal de Caxias (1896), entre tantos outros exemplares, o que fica depois dessa leitura é o processo de construção do homem desonrado e como ele era representado no período. Mesmo com a pesquisa ainda em andamento é notório a força que um homem honrado tinha e o que ela significava, como as campanhas antialcoólicas tinha uma repressão significativa e como o ébrio era visto como, o que de pior uma sociedade poderia formar.

Palavras-chave: Alcoolismo. Masculinidade. Desordem.

SOB JULGO DA LEI: OS HOMENS COMUNS NOS PROCESSOS CRIMES DO SERTÃO MARANHENSE (1889-1930)

Veronica Lima de Amorim Matos - graduanda

Orientador: Prof. Jakson dos Santos Ribeiro - UEMA

O presente estudo apresenta uma reflexão sobre o modelo de comportamento do sujeito do sertão maranhense durante a Primeira República baseados nos conceitos de honra e moral, coincidindo também com a construção da masculinidade. Desta forma, busca-se compreender através processos criminais como se estabelecia o conceito de ordem, honra e boa conduta impressa no contexto do limiar do século XX, principalmente em relação aos homens dos segmentos populares. Análise se volta para pensar essas questões, nos processos autos-crimes pertencentes as Comarcas de Caxias e Codó, cidades pertencentes a região Leste do Estado do Maranhão, entendido como sertão Maranhense. Nesse caso, a luz do discurso jurídico buscamos pensar o processo de criminalização, o sentimento de honra e as questões apresentadas para pensar a distinção dada pelo segmento social que os indivíduos pertencem. Partindo dessa premissa, a pesquisa consta indícios, que durante um processo crime era realizado uma espécie de classificação do comportamento do sujeito inserido na sociedade para assim, efetivar a sentença. Elemento como honra, moral, são valores significativos pois, conduzem a ordem da sociedade. No entanto homens que, estavam distante dessa realidade eram vulneráveis à serem intrinsecamente relacionados a índole criminosa, em detrimento dessas justificativas fomento do discurso que propaga as distinções sociais por meio das considerações de valores e representações sociais. Para o desenvolvimento da pesquisa será utilizado as discussões apresentas por Fausto (1984), Esteves (1989), principalmente em relação as análises aos conceitos de crime e ordem. A respectiva abordagem evidencia as representações discursivas utilizadas pelas autoridades judiciais empregando a concepção do comportamento, pois isto coincide, a natureza criminosa, do sujeito.

Palavras-chave: Honra. Crimes. Segmentos Populares.

JORNAL CHANACOMCHANA: LÉSBICAS E FEMINISTAS NA DÉCADA DE 1980, EM SÃO PAULO

Jaíne Chianca da Silva - mestranda

Falar sobre lesbiandade e feminismo ainda é muito transgressor e urgente, pois envolve discussões que tentam desmistificar os padrões atribuídos a mulheres e homens em uma sociedade que, levando-se em conta as pluralidades, não deve ser limitada por binarismos. Nesse sentido, autoras como Simone Beauvoir (1960), Angela Davis (2016), Tânia Navarro-Swain (2004), Patrícia Lessa (2007) trazem diálogos teóricos e metodológicos de suma importância para embasar essa temática, na tentativa de preencher lacunas presentes na própria historiografia, cheia de narrativas hegemônicas que invisibilizam e silenciam

determinados grupos como os já supracitados. Dito isto, trabalha-se com a edição número 0 do *Jornal ChanacomChana* (1981) dividindo-a em dois momentos: no primeiro há a realização de uma entrevista com Ngela Ro Ro, na qual, a cantora afirmou não sentir-se representada pelas lutas e/ou movimentos homossexuais da década de 80 do século XX. E no segundo momento há uma reflexão sobre a relação entre lésbicas e feministas do período de 1981, discursando sobre os embates dessa relação e as divergências entre ambos os grupos. Adota-se a metodologia da análise do discurso, a partir das reflexões de Michel Foucault (1996) acerca do conceito de discurso. Trabalha-se com as seguintes hipóteses: primeiramente, é perceptível que algumas lésbicas sentiam-se diminuídas ao se identificarem enquanto lésbicas, já que este rótulo carregava vários conceitos e caricaturas (eram consideradas menos mulheres, que usavam somente cabelos curtos, mal-amadas) e há um grande leque de variadas subjetividades; é nítido também o posicionamento daquelas que tinham vergonha e medo de se identificarem enquanto lésbicas, porque eram julgadas, discriminadas, pela sociedade, família; por fim, existe a hipótese de que as lésbicas não se identificavam com as pautas feministas, por que não eram vistas pela sociedade binária, nem como mulheres completas, nem como homens completos, unicamente por fugirem do padrão heterossexual.

Palavras-chave: *Jornal ChanacomChana*. Lésbicas. Feministas.

HOMENS HONRADOS, HOMENS PÚBLICOS: HONRA E MASCULINIDADE NA PRINCESA DO SERTÃO A IMPRENSA CAXIENSE(1889-1930)

João Vitor Ramos da Silva - graduando

Orientador: Prof. Jakson dos Santos Ribeiro – UEMA

O espaço público, como um espaço propriamente masculino não é uma novidade na primeira República, muito menos em outras temporalidades histórica, seja no Brasil, ou em outros países da Europa. O prestígio social, adquirido pelo homem, era algo que denotava a recepção de festividades e homenagens pelos seus feitos, por isso percebe-se o quanto o homem que ocupava cargos públicos buscava realizar, no espaço público, feitos de cunho social, visto tais práticas darem a ele prestígio e respeito, tanto por parte dos demais homens, quanto pelos demais membros da sociedade. Nesse limar do século XX, a ideia de conceito de homem e, mais ainda, da via de compreensão da sua masculinidade estaria condicionada a um conjunto de valores, perspectivas ideológicas, como também relacionada aos valores morais instituídos como fundamentais para ser um bom homem, ser um sujeito íntegro. Assim, a presente pesquisa visa apresentar como esses homens, a partir das suas atividades na cena social, como essa projeção social se estabelecia como mecanismo para fortalecimento da ideia de masculinidade, conforme os preceitos do homem ideal. Para realização deste trabalho bestamos utilizando como fontes, que circularam na cidade durante a Primeira República na cidade de Caxias: *Jornal de Caxias*(1895-1908), *Jornal do Commercio de Caxias*(1915-1923), *Jornal o Paiz*(1903-1905), *Jornal Gazeta Caxiense*(1887-1892) e *Jornal A Voz do Povo*(1931-1932). Como arcabouço teórico, utilizamos os conceitos de honra (DÓRIA, 1994), imprensa (BARBOSA, 1997), homens públicos (SENNETT, 1988) e discurso (FAIRCLOUGH, 1992). Em

resultados preliminares, identificamos, que a palavra do homem público deveria ser vista, como princípio de verdade e mais ainda como valor da sua condição de homem honrado.

Palavras-chave: Honra. Imprensa. Masculinidade.

MULHER NA POLÍTICA PARTIDÁRIA POTIGUAR

Helena Grazyelle Nascimento Oliveira - graduada

Orientadora: Prof.^a Rocelly Dayane Teotonio da Cunha

As norterio-grandenses foram pioneiras no sufrágio feminino, representando a luta das mulheres por espaço na política partidária, sendo Celina Guimarães a primeira mulher brasileira a exercer o voto. A história da inserção feminina na política potiguar é repleta de protagonismo, alcançando a política partidária a nível estadual, nacional e até mesmo, internacional. A Lei estadual nº 660 – em exercício a partir do dia 25 de outubro de 1927 – reconheceu o direito de votar e serem votadas às mulheres do Rio Grande do Norte, caracterizando a abertura política que serviu para intensificar a tomada de consciência das mulheres potiguares. Entretanto, após 92 anos o quadro de parlamentares do gênero feminino ainda é consideravelmente inferior ao masculino. Nas eleições de 2016, das 167 vagas para o cargo de prefeito (a) no estado, apenas 46 mulheres foram eleitas, em comparação aos 121 homens que conseguiram eleger-se, uma porcentagem de aproximadamente 27,54% das vagas ocupadas por mulheres (BRASIL, 2017). O presente estudo, objetivou analisar o espaço ocupado pelas mulheres na política partidária do Rio Grande do Norte (RN), identificando as problemáticas e principais aspectos através da perspectiva Materialista Histórica Dialética, para resgatar historicamente a luta das potiguaras a partir das desigualdades entre os sexos e gêneros neste âmbito. Compreende-se que os sujeitos se organizam enquanto sociedade através das transformações do e no ambiente, assim como através da história. Para alcance desses objetivos utilizou-se enquanto método de pesquisa, a análise documental dos arquivos e documentos presentes no acervo da Assembleia Legislativa e Biblioteca do Tribunal Regional, ambos do RN, assim como entrevistas semiestruturadas com parlamentares do sexo feminino eleitas/reeleitas em municípios do estado no ano de 2016. Foi possível identificar, a partir da análise dos dados, a relação direta entre o baixo índice de cadeiras parlamentares ocupadas por mulheres no estado do Rio Grande do Norte com as relações hierárquicas de gênero que permeiam as estruturas sociais, sendo a divisão sexual uma marca que permanece através da história. De acordo com Durham (2004), as Mulheres foram destinadas ao espaço privado e serviços relacionados ao cuidado com justificativas no biológico, havendo, então, a vinculação do homem à intelectualidade do mundo “político e público”. Após sua inserção, as mulheres são submetidas a diversas expressões que demarcam os papéis impostos e dificultam sua atuação, apontando a urgência em repensar o espaço político-partidário. Em consonância com a luta diária e histórica, as mulheres potiguares marcham em busca de participação ativa, clamando por inclusão na construção das leis e efetividade da democracia.

Palavras-chave: Mulher. Política Partidária. Rio Grande do Norte. Pioneirismo.

MASCULINIDADES ELEGANTES DO SERTÃO MARANHENSE (1889-1930)

Marta Gleiciane Rodrigues Pinheiro - graduando

Orientador: Prof. Jakson dos Santos Ribeiro – UEMA

As relações entre a moda e a masculinidade durante a Primeira República, evidenciavam as mudanças constituídas em relação a representação social que o homem assumia a partir da sua veste. Sob essa ótica, salientamos uma discussão acerca do conceito de moda e as interfaces com a construção de refinamento masculino no começo do século XX. Assim, durante a primeira república pode-se afirmar que, a roupa era e é a forma mais correta de como se constituía a percepção social sobre o padrão de homem ideal. A pesquisa é descritiva, uma vez que busca apresentar aspectos relevantes estabelecidos na relação entre o consumo de moda e a formação da identidade masculina na sociedade caxiense no contexto da Primeira República. Assim, para atender os objetivos e a discussão proposta nesta pesquisa, foi realizado estudos em âmbito de revisão bibliográfica, de análise documental e de análise de coleta de dados de pesquisas empíricas, ainda em andamento, para melhor apuração dos dados, explicitando não só a conhecer a visualidade de uma época como também a desvendar as práticas culturais de um determinado grupo social, de modo específico dos homens republicanos e a construção da masculinidade propiciada pela elegância. Tendo contribuição de autores como Gilda de Melo e Souza (1987) e Gilles Lipovetsky (1989) que discutem a relação história, moda e masculinidade. Com a realização da análise e observação de fotografias e de imagens de moda contidas na Revista Elegante e nos principais jornais caxienses percebe-se que, o propósito dos mesmos era apresentar e reforçar aos homens acerca das vestimentas que esses sujeitos deveriam usar a fim de apresentar-se socio-visualmente bem a sociedade. Pela observação dos aspectos analisados conclui-se que a moda possuía influências nas questões comportamentais do gênero masculino, as roupas assim como as fotografias nos contam histórias, nos revelam costumes, práticas e histórias de vida.

Palavras-chave: Elegância. Masculinidade. Moda.

MEMÓRIA E SILÊNCIO: RELAÇÕES ENTRE OS “KAPOS” E OS TRIÂNGULOS ROSA NOS CAMPOS DE CONCENTRAÇÃO NAZISTAS

Jefson Bezerra de Azevedo Filho - graduando

Orientadora: Prof.^a Larissa Jacheta Riberti – UFRN

O campo da literatura de testemunho, permite que sejam resgatados os relatos de sobreviventes dos campos de concentração nazistas. Dentre as experiências narradas pelas vítimas, estão as dos homossexuais, homens e mulheres perseguidos pela sociedade e pelos agentes do terceiro Reich. A partir disso, pretende-se discutir como os kapos – presos que estavam na liderança dos campos de concentração e que tinham amantes homossexuais– tornavam as condições de vida dos seus amantes mais suportáveis, mesmo que muitas vezes fosse preciso ferir sua integridade moral, e ainda, como eles

exerceram suas sexualidades em meio a tanta violência. Para isso, será utilizada como fonte a obra “Hombres del triângulo rosa – memorias de un homosexual en los campos de concentración nazis”, que relata a experiência de Josef Kohout nos campos de Sachsenhausen e Flossenbürg, e a obra “Triângulo Rosa – um homossexual no campo de concentração nazista”, que recupera o testemunho de Rudolf Brazda no campo de Buchenwald. Metodologicamente, será utilizada a História do Discurso. Objetiva-se com isso, observar como se constrói a relação entre memória e história, através dos testemunhos dos homossexuais sobreviventes dos campos de concentração nazista.

Palavras-chave: Campos de concentração. Kapos. Homossexualidade.

QUANTO VALE A HONRA? UMA ANÁLISE SOBRE O MASCULINO EM SENHORA (1875) DE JOSÉ DE ALENCAR

Maria Samily Vieira Ribeiro - graduanda

Milena Policarpo Carvalho - graduanda

Orientador: Prof. Tito Barros Leal

O estudo tem por fim analisar a prosa do Patrono da Literatura brasileira, José de Alencar. Focaremos leitura em *Senhora* (1875), livro cuja temática principal é crítica aos casamentos por interesse, prática comum na Corte Carioca. Ao longo da vida Alencar experimentou período de grandes mudanças do cenário nacional e, por meio de sua escrita, buscou influenciar a sociedade na perspectiva de pautar identidade nacional para o Brasil. Mas os círculos mais restritos da Corte estavam marcados por uma “teatralidade” moral radicalmente criticada pelo autor. Em *Senhora* – tal como em outros escritos alencarianos – Alencar expõe por meio de suas personagens, posicionamentos e análises particulares sobre o meio social no qual estava inserido. O estudo em desenvolvimento buscará compreender e analisar, a partir das ações e posicionamentos de Fernando Seixas – personagem que se vende e abandona duas mulheres por dotes – a prática dos casamentos por conveniência. Nossa leitura põe em foco a honra masculina. Em termos teóricos o trabalho investigativo se baseia nas relações entre História e Literatura lançadas por autores como LEAL, 2014; PESAVENTO 2003; 2006; CHARTIER, 2000; TAPIOCA NETO, 2013; 2017. Metodologicamente, discutiremos bbao longo do texto primeiramente as aproximações e distanciamentos entre a História e a Literatura visando compreender de que forma a História pode se utilizar da Literatura como fonte e, assim, acessar as representações feitas sobre o passado e produzir seu conhecimento; no passo seguinte analisaremos as práticas matrimoniais em voga na Corte Carioca buscando sua genealogia e confrontando a historiografia especializada com as representações verificadas a partir do comportamento de Seixas; pretendemos, por fim compreender o processo de transformação vivenciado pela personagem ao longo da obra e sua relação com Aurélia. Certo é que a pena alencariana, ao escrever *Senhora*, também registrou aspectos do cotidiano e da vida privada oitocentista possibilitando acesso a este mundo que foi a Corte Carioca do século XIX.

Palavras-chave: Senhora. Historiografia. Moral Masculina.

O SERTÃO DOS HOMENS VIRIS: VIRILIDADE, HONRA E VIOLÊNCIA SOB ÓTICA DA IMPRENSA CAXIENSE (1890-1930)

Jakson dos Santos Ribeiro - doutor

O sertão dos Homens viris: Virilidade, honra e violência sob ótica da imprensa caxiense (1890-1930) Jakson dos Santos Ribeiro O presente analisar os conceitos de honra, violência e masculinidade durante a primeira República, em Caxias, sertão maranhense, a partir da imprensa. Desse modo, vamos discutir inicialmente a ideia de honra, sob a ótica dos defloramentos, espancamentos realizados por homens, em Caxias, em busca da defesa da honra. Nesses casos, identificamos que a noção de honra vai se constituir de forma diferente, porém as ações performatizadas no âmbito social foram efetivadas dentro do conjunto de valores sociais correlacionadas e associadas às tradições de gênero, modelo familiar ratificados nesse contexto. Nesse caso, os discursos operacionalizam determinados comportamentos sociais que eram vigorados pela sociedade caxiense como ideal para construção de uma moral, preservando os bons costumes. Assim, as questões relacionadas à honra também envolveriam a vergonha de ser difamado publicamente, principalmente, quando estaria em jogo a virilidade masculina. Nessa compreensão, a imprensa, a partir da análise de discurso, nos demonstrou que algo, que movia a constituição de situações em que os homens populares estavam envolvidos, estaria imbricado pela necessidade de defender a reputação; assim, movidos pela raiva e descontrole, os homens se tornam autores de episódios como espancamento e assassinatos. Assim a boa conduta masculina era exigida como forma de controlar esses homens, por isso os jornais caxienses apresentavam discursos reprovando tais comportamentos, cujas ações estariam fora dos padrões ideias existentes para o contexto. Em muitos momentos, os jornais frisavam a necessidade de posturas de “homens de verdade”, porém evidencia-se, a partir dos discursos publicados nos jornais, a constituição de práticas de dominação entre esses indivíduos, o que denotava uma realidade social repleta de maneiras diversas de apresentar a masculinidade e defendê-la. A luz desta questão, a imprensa apresentando os comportamentos entendidos como desviantes, o que demandaria para esses homens um movimento de correção dessas práticas, contribui com o ideal apresentado como necessário para a nação, naquele momento, ou seja, criar um país de homens honrosos, sem qualquer evidência de degeneração, pois se tornaria uma garantia de um país ideal. Dessa forma, vamos problematizar, em relação ao corpus documental, o conceito discurso e poder, como também a própria ideia de gênero e masculinidade, visto as práticas de defloramentos. Porém não se pode perceber o reforço da masculinidade apenas por esse viés, mas nos casos em que os envolvidos eram atores de assassinatos, por exemplo. Pois percebemos que era um vetor utilizado para se pensar essa masculinidade, ancorado na constituição da violência, uma maneira efetivada por esse homem para solucionar os seus problemas.

Palavras-chave: Honra. Masculinidade. Imprensa.

QUANDO O DESUMANO TOCA: UM OLHAR SOBRE A VIOLÊNCIA OBSTÉTRICA

Ailana Dellis Oliveira Nogueira – mestrandia

A violência contra a mulher apresenta-se em distintas expressões e uma delas tem sido muito presente e, por vezes, não avistada: a violência obstétrica. Caracteriza-se esta como sendo a violência cometida contra a mulher grávida e sua família em serviços de saúde durante a assistência ao pré-natal, pré-parto, parto, puerpério e abortamento. Podendo ser de caráter físico, psicológico, verbal e expressar-se de diversas maneiras perceptíveis ou veladas. Tomando como base a historicização do termo violência obstétrica, o presente trabalho busca se aprofundar em um estudo descritivo exploratório; analisando e evidenciando as falas das(os) entrevistadas(os) acerca de tal violência e da desumanização durante as etapas da gravidez: pré-natal, pré-parto, parto e puerpério. Este breve estudo foi realizado a partir de dois documentários referentes à temática, quais sejam: Na hora certa – documentário sobre parto humanizado; Nascer no Brasil: parto, da violência obstétrica às boas práticas. A partir da análise dos documentos midiáticos, ficou evidente a situação adversa, que, no contexto atual de assistência à saúde da mulher é tão presente. Ademais, este trabalho traz uma reflexão e um debate ao tema que se refere à pesquisa em tela. Destarte, a sociedade precisa re(pensar) a forma hegemônica com que o parto vem sendo mercantilizado. Os indivíduos, em uma busca por conhecimento e tomada de consciência, devem problematizar e trazer alternativas para que ocorra um maior respeito e tratamento adequado para as mulheres nas situações supracitadas.

Palavras-chave: Violência Obstétrica. Gênero. Mulher.

MULHER E POLÍTICA PARTIDÁRIA NO NORDESTE BRASILEIRO: UMA REVISÃO INTEGRATIVA

Helena Grazyelle do Nascimento Oliveira - graduanda

Maria Laís dos Santos Leite - doutoranda

Orientadora: Prof.^a Rocelly Dayane Teotonio da Cunha

Informações divulgadas pelo Tribunal Superior Eleitoral em 2018, destacam que 52,5% do eleitorado brasileiro é formado por mulheres, já o número de candidatas e mulheres eleitas é desproporcional ao de politicamente ativas no País. Mesmo depois da promulgação da Lei nº 9.504/1997 em que se estabelece um mínimo de 30% e máximo de 70% para candidaturas de cada sexo nas eleições, há registro de diversas eleições sem alcançar o mínimo previsto na referida lei e 10 anos após sua criação o número de mulheres candidatas foi pouco maior que o mínimo exigido. O quantitativo de mulheres eleitas tampouco ultrapassa os 22% e em alguns Estados não chega a 10% do total dos(as) que ocupam cargos eletivos atualmente, como demonstra o estudo feito pela Procuradoria Especial da Mulher no Senado Federal - em que se avalia a atuação de mulheres eleitas com base nos resultados dos pleitos de 2016 e 2014 e que retrata a patente sub-representação da mulher na política partidária. As análises regionais também são relevantes para compreender o comportamento eleitoral dos brasileiros, uma vez que nas últimas décadas – e especialmente nas eleições de 2018 – tem se acentuado as diferenças

entre os(as) eleitores(as) das diferentes regiões. A Região Nordeste, por exemplo, se destaca como a única em que o Bolsonaro não recebe o maior número de votos para a disputa presidencial, apresentando 30,3% dos votos válidos. É também no Nordeste, mais precisamente no Estado do Rio Grande do Norte-RN em que se elege a única governadora do Brasil nessas eleições com 57,6% dos votos. O Estado se destaca também na história da conquista de direitos políticos pelas mulheres, já que o exercício do direito ao voto foi consagrado no RN em 1927, cinco anos antes do reconhecimento no País. Diante das assertivas supracitadas acreditamos que a temática mulher e política não é uma pauta superada e que precisamos conhecer mais sobre o que já foi pensado e publicado sobre a questão e ainda estabelecer novas análises, problematizar essas estatísticas, estabelecer intersecções, etc. Nesse contexto, estabelecemos como objetivo desse estudo, apresentar um mapeamento das publicações acerca da participação/atuação de mulheres na política partidária na Região Nordeste do Brasil. Para tanto, realizamos um estudo de caráter descritivo e exploratório do tipo bibliográfico, utilizando-se como metodologia a revisão integrativa da literatura na Biblioteca do Portal de Periódicos da CAPES/MEC. A busca gerou 72 resultados que foram tabulados em planilha eletrônica elaborada pelos autores em adaptação ao instrumento para coleta de dados de Ursi (2005) e Souza, Silva e Carvalho (2010). As produções abordam diferentes nuances sobre a questão de gênero na política e representam a discussão em diferentes períodos históricos, já que há resultados listados de 1993 a 2019 e desenvolvidos por autoras(es) da História, Sociologia, Ciência Política, Antropologia, Relações Internacionais, Letras, etc.

Palavras-chave: Atuação de mulheres. Democracia representativa. Política partidária.

ARTIGOS



SIMPÓSIO TEMÁTICO 1**Os sertões e outros mundos:
perspectivas histórico-culturais dos espaços****Coordenadores**

Prof. Dr. Joel Carlos de Souza Andrade – UFRN e Prof. Dr. Francisco Firmino Sales Neto – UFCG

Proposta do Simpósio Temático

Propomos uma discussão sobre os sertões pela perspectiva da transgressão às fronteiras, como uma espacialidade que se expande em significados e outras semânticas e que permite se conectar com outros mundos em diferentes escalas (local, regional, global). São bem-vindos estudiosos dos sertões enquanto perspectiva espacial que, construída historicamente, é atravessada por múltiplas experiências culturais de constituição de sentidos e que, por isso mesmo, ilumina e é iluminada por realidades outras. Daí enfatizarmos o aspecto histórico-cultural no diálogo entre os sertões e outros mundos, em consonância com os seguintes eixos de trabalho: regionalismos, estudos comparativos, tradição, folclorização, práticas culturais ditas sertanejas, representações espaciais, mitologias, crenças, utopias/distopias/ucronias.

SEMIÓTICA E HISTÓRIA: UM ESTUDO DOS SERTÕES EM QUADRINHOS POTIGUARES (1992-2015)

Filipe Viana da Silva¹

Mestrando em História dos Sertões pelo CERES/UFRN
fylypeviana@hotmail.com

RESUMO: Analisa de que modo quadrinhos publicados por grupos de artistas no Rio Grande do Norte enunciam os sertões nordestinos. Para esse estudo inicial, buscou-se compreender discussões em torno da semiótica e como ela pode ser aplicada para a análise dessa fonte. Para isso, realizou-se a leitura de obras de linguistas como Fernando Saussure, Charles Peirce, Eliseo Verón e Luiz Cagnin que desenvolveram estudos acerca da comunicação. Por outro lado, para a compreensão do que são os quadrinhos, partimos de Will Eisner e Scott McCloud os quais contribuíram para construir uma definição para essa linguagem. Tomamos como fonte sete edições da revista Maturi, produzidas pelo Grupo de Pesquisa em História em Quadrinhos da cidade de Natal-RN. De Currais de Novos, cinco publicações da Associação Avoante de Cultura: Estórias de Vaqueiros (1992); Caos nas Tetras (1993); Kueka (2001); Quadrinhos Avoante 01 (2014) e Kan Kão 01 (2015). Constatou-se a reprodução dos sertões enquanto espaços do atraso, da presença da fome, seca e miséria. Em outras narrativas, os sertões são enunciados a partir de cenários verdes, presença de chuvas e desenvolvimento econômico e social, de modo que permite ao leitor outras percepções durante o processo de compreensão em torno de narrativas sertanejas.

Palavras-chave: Quadrinhos. Semiótica. Sertões.

1. Introdução

Os conceitos, segundo o historiador Reinhart Koselleck, diferentemente das palavras, são imbuídos de polissemia, de significados, de experiências históricas, aglutinações de lições teóricas e práticas que são delineadas a partir deles. Um conceito pode estar ligado a uma palavra, todavia é simultaneamente mais que ela, uma vez que a palavra exprime apenas significados e, o conceito, mais além, inclui o contexto histórico (KOSELLECK, 1992). Para esse estudo, portanto, decidimos iniciar tomando como ponto de discussão o processo de compreensão de um conceito – semiótica – e, de que modo o desencadeamento de seus estudos ao longo dos últimos séculos, nos permite aplicá-lo para se compreender a linguagem das histórias em quadrinhos. Desse modo, o exercício de compreensão dos sistemas de signos e sinais, dos significantes e significados, dos tempos e espaços, das representações e dos indícios, dos símbolos e discursos, parte da semiótica, conceito que se origina do grego antigo “seméion” e que significa signo, sendo definida enquanto a “ciência dos sistemas e dos processos sógnicos na cultura e na natureza” (SANTAELLA, NÖTH, 1998).

¹ É orientado pelo professor Dr. Fábio Borges e possui coorientação do professor Dr. Helder Macedo, ambos lotados no Departamento de História do CERES/UFRN.

Os signos, na semiótica, são todos os objetos, desenhos, palavras faladas e escritas, figuras, logotipos, sons, seres e fatos, ou seja, tudo aquilo que é capitado pelos sentidos produzidos pela natureza ou pelos homens e que são empregados para se compreender o mundo, além de serem usados na comunicação. Em seu uso recorrente, os signos são divididos em dois tipos de sinais: os *naturais* e os *artificiais*. Os sinais naturais são percebidos através da observação de coisas ou fatos da própria natureza, como a fumaça que nos remete ao fogo ou, o céu carregado de nuvens, que nos vem à mente a chuva. Por outro lado, os sinais artificiais são produzidos pelos homens para servir, sobretudo, como forma de comunicação; tomemos como exemplo, a luz vermelha ou verde de um semáforo, ou mesmo uma faixa de pedestre, que fazem com que os carros e/ou pessoas interrompam momentaneamente seus percursos, e, portanto, obedeçam a uma ordem falada, gestual ou escrita (CAGNIN, 2014).

O linguista e filósofo suíço, Fernando Saussure, em sua obra póstuma intitulada *Curso de Linguística Geral*, publicada em 1916, três anos após sua morte, aponta que a associação entre o processo de significação dos sinais naturais e artificiais é de natureza psíquica, portanto, semelhante à do signo linguístico. Este, por sua vez, é unido pela imagem acústica que se trata da impressão psíquica de um som, ou a representação que nos fornece o testemunho de nossos sentidos, a que ele deu o nome de *significante* e, o conceito, isto é, a compreensão cognoscitiva, a que foi nomeada de *significado*. Embora essa nomenclatura tenha sido adotada pela semiótica, o modelo biface, entre significante e significado, defendido por Saussure, nem sempre foi aceito dessa forma (CAGNIN, 2014).

Charles Peirce, por seu turno, linguista norte-americano, apesar de ter tido sua obra reconhecida tardiamente, mais precisamente, entre as décadas de 1960 e 1970, definiu um modelo tríade para o processo de interpretação dos signos. Para ele, que foi contemporâneo de Saussure, existe primeiramente um signo que representa algo para alguém; em seguida vem o segundo, que se trata do objeto representado e, por terceiro, à consciência, que diz respeito à imagem do objeto existente na mente do leitor (PEIRCE, 2010). Por outro lado, Eliseo Verón, semiólogo argentino, já na segunda metade do século XX, em *La semiosis social fragmentos de una teoria de la discursividad* afirma que além dos signos divididos em naturais e artificiais, outros aspectos e traços devem ser considerados na comunicação; como os sinais contínuos ou descontínuos, arbitrários ou não arbitrários, similares e não similares, substitutos ou contíguos, ou motivados e imotivados (VÉRON, 2009). Os estudos desenvolvidos por esses intelectuais serviram de base para que, posteriormente, o linguista brasileiro Luiz Cagnin apontasse um modelo para se compreender os quadrinhos a partir da semiótica.

Nesse sentido, em *Os quadrinhos Linguagem e Semiótica* o qual sua primeira edição foi publicada no final do terceiro quartelão do século passado, mais precisamente em 1974, Luiz Cagnin apresenta como é possível aplicar a semiótica nos quadrinhos e, o seu modelo, é o que colocaremos em prática objetivando compreender essa linguagem. O autor aponta que os signos naturais são compreendidos através do que ele nomeou de índices, isto é, uma definição para aquilo que apreendemos ao observarmos as relações causais, entre os fenômenos e os seres; a exemplo da relação entre nuvem e chuva ou fumaça e fogo, como exemplificado anteriormente. Por outro lado, os signos artificiais foram definidos através dos *ícones* e *símbolos*, estes que tem uma relação convencional com o real e resultam de um acordo ou consenso entre os que empregam na maioria dos casos (CAGNIN, 2015).

Assim, segundo Cagnin, é comum nos quadrinhos, o processo de tomar um signo icônico e transformá-lo em símbolo. Isso acontece, por exemplo, quando a figura da pomba branca, presente nos quadrinhos, significa paz, e/ou a paz é significada pela pomba branca. Esse processo ocorre com as letras, balões, legendas, onomatopeias que ao se encontrarem intercambiam a função simbólica dos ícones e a função icônica figurativa dos símbolos. Os símbolos representam exclusão, ou seja, os repertórios que se excluem e não tem elementos comuns. Já os índices, representam união, os repertórios se unem e os elementos são contíguos e, por fim, o ícone significa interseção, os repertórios se interseccionam e tem elementos comuns. Nesse sentido, a imagem e a escrita, presente nos quadrinhos, pertencem, respectivamente, ao que ele denomina de código iconográfico e ao código linguístico da escrita (CAGNIN, 2015).

No que se refere à definição dos que são quadrinhos, Will Eisner afirma que essa linguagem possui em seu arranjo, uma sobreposição de palavra e imagem, e, assim, é preciso que o leitor exerça as suas habilidades interpretativas verbais e visuais. O mesmo usa o termo arte sequencial para definir os quadrinhos como “uma forma artística e literária que lida com a disposição de figuras ou imagens e palavras para narrar uma história ou dramatizar uma ideia” (EISNER, 2001). Por outro lado, Scott McCloud atesta que o uso do termo arte sequencial, estabelecido por Eisner, pode causar confusão, por exemplo, entre quadrinhos e animações, ou mesmo, entre quadrinhos e cinema. Desse modo, o mesmo propõe a definição de quadrinhos como “imagens pictóricas organizadas propositalmente e outras justapostas em sequência deliberada, que buscam transmitir informações e/ou a produzir uma resposta no espectador” (MCCLOUD, 2005, p. 09). Todavia, ainda assim, essa definição permanece ampla, sobretudo pelo fato de abranger praticamente tudo que tenha imagens colocadas de lado, a exemplo de um álbum de figurinhas ou uma mão de

pôquer, ao passo que não consegue incluir histórias de apenas um quadrinho (VERGUEIRO, 2015, p. 10).

Nessa perspectiva, concordamos com a definição de Luiz Cagnin, quando o mesmo pontua que os quadrinhos são compostos de dois códigos de signos gráficos: a imagem e a linguagem escrita. A primeira se constitui enquanto um código iconográfico, que por sua vez, é composto por personagens, a exemplo de pessoas, animais e objetos, bem como dos cenários em que se desencadeiam as narrativas. Por outro lado, a linguagem escrita ou elemento verbal compõe um código linguístico, ou seja, aquilo que é representado através da palavra escrita e que estão presentes nos balões, nas legendas e no título, atribuídos pelo narrador e/ou ao personagem fictício que conta a história. Esses dois elementos estão, presentes na moldura dos quadrinhos, criada para significar “os limites da imagem e do texto, formando com eles uma unidade narrativa iconográfica articulável” (CAGNIN, 2015, p. 178).

O elemento verbal é importante tanto para o fluxo narrativo quanto para a função informativa das histórias, ao passo que a imagem assume um papel estético de significados. Essa articulação permite que as palavras e os desenhos se encontrem numa relação de sequencialidade e/ou complementaridade, seja em um único quadrinho, ou em conjunto, compondo a totalidade do relato, de modo que as narrativas estabeleçam subjetividades por parte do seu público (SANTOS, 2015). A linguagem escrita não conserva nenhuma semelhança com o objeto representado, já a imagem desenhada nos quadrinhos, ao contrário, é um signo analógico e contínuo, pois mantém uma estreita semelhança, ao menos, uma sugestão do ser ou do objeto representado a sua forma física e por isso motivada. É importante destacar que existem quadrinhos sem texto, também denominadas de histórias mudas, as quais se utilizam apenas do código icônico e dispensa completamente o elemento verbal, este que, apesar de sua importância não é essencial para as histórias em quadrinhos, de modo que “os gestos das figuras, as expressões do rosto revelam a ação substituindo, com vantagem, balões e legendas” (CAGNIN, 2015, p. 35).

Nesse sentido, entre os anos de 2014 e 2015 quadrinhos potiguaros entraram em nosso escopo de leitura e investigação. Destes, destacamos os do Grupo de Pesquisa em História em Quadrinhos (Grupehq) de Natal, com sete edições da revista Maturi, publicadas entre 2007 e 2012, e da Associação Avoante de Cultura (AAC) de Currais Novos. Esse último com as revistas Estórias de Vaqueiros (1992), Caos nas Tetas (1993) e Kueka (2001) quando o grupo ainda chamava-se Pau-a-Pique de Histórias em Quadrinhos, além de Avoante 01 (2014) e Kan kão 01 (2015), publicadas com a atual nomenclatura. Tanto a

edições da Maturi, quanto as publicações da AAC, apresentam histórias que dialogam com temáticas diversas, entre elas, história e historiografia potiguar; tradições e folclore; humor e ficção; críticas ao poder público; além de narrativas que se passam nos sertões, sobretudo, o nordestino.

Apesar da palavra “sertão” ser definida pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), como uma das subáreas da região Nordeste e caracterizada pela aridez e pobreza, seu uso data de bem antes. Desde o século XVI, o emprego dela é presente nos relatos de cronistas e viajantes que visitaram a colônia, bem como a partir do século XVII nas primeiras tentativas de se construir uma “História do Brasil”, a exemplo das produções escritas de Frei Vicente de Salvador (1564-1636). Em território lusitano, os portugueses valiam dessa palavra para se referir aos espaços distantes de Lisboa, bem como, aos territórios recém-conquistados. Durante o processo de colonização da América portuguesa o sertão representava qualquer território longínquo, desabitado ou pouco habitado, sendo o oposto daqueles espaços que já haviam sido conquistados. O litoral, por sua vez, ao passo que era ocupado e nele construídos núcleos urbanos e instaladas as estruturas orgânicas da metrópole, tornava-se o inverso do sertão, não apenas por suas características geográficas, mas por agora ser compreendido pela cristandade, pela cultura e civilização, enquanto o sertão ser um espaço isolado, bárbaro e vazio (AMADO, 1995).

Nessa perspectiva, Erivaldo Fagundes Neves, aponta que esse conceito pode ser compreendido a partir de duas óticas geográficas, seja o sertão enquanto uma espacialidade, composta por um território definido e delimitado, mais precisamente, o interior, pouco modernizado, semiárido, distante da civilização e, de outro modo, do ponto de vista social uma região com pouca povoação, onde há presença marcante da pobreza e miséria. Ainda segundo o autor, também é possível entender o sertão do ponto de vista cultural, tomando como aspectos às diferentes tradições e expressões, sejam elas musicais, poéticas e literárias, as quais foram construídas ao longo dos séculos e que estão presentes nos mais distintos espaços dos interiores do Brasil (NEVES, 2003). O sertão, portanto, não se configura enquanto um conceito fixo, natural e imutável, mas sim, uma condição atribuída a variados e diferenciados espaços, de acordo com os poderes reinantes e presentes em cada momento da história (MORAES, 2003).

Todavia, apesar das questões que abalizam nosso trabalho objetivarem compreender de que forma os sertões foram enunciados nas HQs (se as imagens e os textos reforçam os sertões, sobretudo, o nordestino, de forma estereotipada: pobreza, fome, seca, arcaico, bárbaro e ou se apresenta sertões de cenários verdes, de pluviosidade, do desenvolvimento econômico e/ou social, com personagens que dialogam com outras

temporalidades e espacialidades e etc.), buscamos apresentar, como primeiros resultados, uma caracterização geral dos quadrinhos apontados como fonte de investigação (título; número de páginas; ano de publicação; dimensões; financiamento; número de histórias e o número daquelas que dialogam com os sertões) bem como, considerações em torno da metodologia de análise para de nossas fontes.

No que diz respeito às hipóteses, defendemos que os sertões presentes nos quadrinhos são múltiplos. Tanto nas produções do Grupehq quanto nas da ACC, percebemos sertões em que os personagens e espaços, são marcados pelo atraso, pela marginalidade, pela ausência da chuva, ou pela presença da seca e miséria. Em outras narrativas, os sertões se apresentaram com personagens e cenários que dialogam com outras temporalidades e espacialidades, ou de representações de cenários verdes, onde há presença de chuvas e construção de barragens, ou mesmo da urbanidade, entre outros elementos constitutivos que fogem o padrão dos sertões estereotipados, de modo que permitem ressignificar a percepção e imaginação do leitor durante o processo de compreensão de outras narrativas sertanejas.

Realizamos primeiramente a caracterização geral dos quadrinhos, evidenciando, sobretudo, os dados como: o título; o número de páginas; o ano de publicação, suas dimensões; se houve algum incentivo por parte de leis, empresas públicas e/ou privadas, além de destacar o número de histórias presentes e daquelas que dialogam com a temática dos sertões. Para esse exercício, nos apropriamos das histórias em quadrinhos produzidas pelos artistas da atual AAC e do Grupehq, entre os anos de 1992 e 2015. Ao total, cinco (05) revistas produzidas pelos artistas currais-novenses (Estórias de Vaqueiros; Caos nas Tetras; Kueka; Quadrinhos Avoante e Kan Kão) e sete (7) produções do Grupehq (Maturi – Edição Especial e 01, 02, 03, 04, 05 e 06). Por outro lado, como objetivamos analisar as imagens e textos das HQs a partir da semiótica, realizamos uma revisão da literatura relacionada a esse campo, buscando compreender como os significantes e significados presentes quadrinhos nas HQs, transmitem informações para o leitor em torno dos sertões nordestinos.

2. Grupo de Pesquisa em História em Quadrinhos de Natal

Em relação aos dados técnicos, as HQs do Grupehq contam com as seguintes características específicas: Maturi Edição Especial, publicada em 2007; dimensões 21x28 cm; colorida; 32 páginas; lombada com grampos; doze (12) histórias e três (03) delas apresentam diálogos com os sertões (vaqueiros; cabra macho; Antônio Silvino), financiada com recursos próprios. Em Maturi 01, lançada em abril de 2008, possui dimensões 21x27,5

cm; colorido; 44 páginas; lombada com grampos; conta com sete (07) histórias e em três (03) delas interagem com os sertões (água maldita; brincadeira de criança; uma saudade mil lembranças); recebeu incentivos da Lei Câmara Cascudo e do Grupo Neenergia. Em *Maturi 02*, divulgada em agosto de 2010, 21x27,5 cm, colorido, 44 páginas; lombada com grampos; conta com sete (07) narrativas e em duas (2) dialogam com os sertões (gestos; os quatro ladrões); recebeu incentivos da Lei Câmara Cascudo e do Grupo Neenergia.

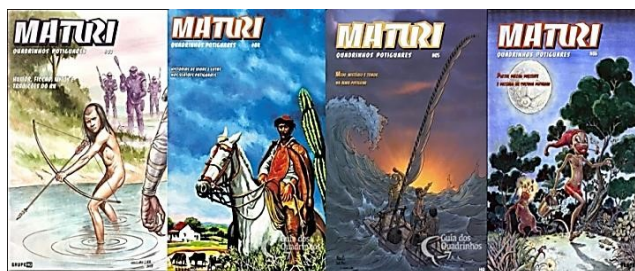
Imagem I: HQs *Maturi* Edição Especial (2007), *Maturi 01* (2018) e *Maturi 02* (2010)



Fonte: Acervo Pessoal

Em *Maturi 03*, lançada em outubro de 2010, 20,5x27 cm, colorido; 44 páginas; lombada com grampos; conta com nove (09) narrativas e em três (03) delas interagem com os sertões (circo da vida; ninguém viu o salto da onça; conflitos de gerações); recebeu incentivos da Lei Câmara Cascudo e do Grupo Neenergia. Em *Maturi 04* divulgada em outubro de 2010, 21x27,5 cm; colorido; 44 páginas; lombada com grampos; possui sete (07) narrativas em três (03) delas dialogam com os sertões (guerra dos bárbaros; saudades e lembrança de um sertão de nunca mais; a alma pede carona); recebeu incentivos da Lei Câmara Cascudo e do Grupo Neenergia. Em *Maturi 05* publicada em julho de 2011, possui dimensões 20,5x27 cm, colorido, 44 páginas; lombada com grampos; conta com sete (07) histórias e em três (03) interagem com os sertões (o tempo; a cultura na caatinga; o carro caído); recebeu incentivos da Lei Câmara Cascudo e do Grupo Neenergia. Em *Maturi 06* divulgada em outubro de 2012, 20,5x27 cm, colorido, 44 páginas; lombada com grampos; conta com nove (09) narrativas e em três (03) delas dialogam com os sertões (sacinagens; soledade; quixaba); recebeu incentivos da Lei Câmara Cascudo e do Grupo Neenergia.

Imagem II - HQs *Maturi 03* e *Maturi 04* (2010); *Maturi 05* (2011) e *Maturi 06* (2012)



Fonte: Acervo Pessoal

3. Associação Avoante de Cultura de Currais Novos

Em relação aos dados técnicos, as HQs da ACC contam com as características seguintes: Estórias de Vaqueiros publicada entre julho e agosto de 1992, possui dimensões 9x6,5 cm, nas cores azul, preto e branco; lombada com grampos; 26 páginas; recebeu incentivos de empresas (Café Ouro Branco; Tipografia; Serigrafia Arte Modas; Cooperativa de Crédito Rural do Seridó LTDA; Banco do Brasil Agência Currais Novos); conta com três (03) narrativas e em todas elas (Xandim; A maldição de Lucila; Do fumo a fama) apresentam diálogos em torno dos sertões. Em Caos nas Tetras, lançada entre julho e agosto de 1993, possui dimensões 8,5x6,2 cm; suas cores são lilás, preto e branco; lombada com grampos, conta com 30 páginas; recebeu incentivos de empresas (Serigrafia Arte Modas; Cooperativa de Crédito Rural do Seridó LTDA; Construtora CHR; Banco do Brasil Agência Currais Novos); possui oito (08) narrativas, em todas dialogam com os sertões (O fim; Sploft; Xandim; Ilusão; Difícil arte de matar; Gênese; Fome; Humor).

Com relação a HQ Kueka, a mesma foi lançada em 2001, a mesma possui dimensões 8,5x6,2 cm, na cor preta e branca, lombada com grampos; 18 páginas; recebeu incentivos de empresas (Vicalk confecções; SINTE-Currais Novos; A Graciosa; Eletro Peças; Disk Xerox; A Mina de Ouro; R.J.M Desenvolvimentos; Lavanderia Alva; Pequenas Coisas Digitações); conta com oito (08) narrativas e em cinco (05) delas apresentam diálogos com os sertões (Pixador; Humor; Terra tremis; Xandim; Trilha sonora).

Imagem III – Produções do grupo Pau-a-Pique de Histórias em Quadrinhos (Atual AAC)



Fonte: Acervo Pessoal

Os Quadrinhos Avoante 01, publicados em 2014, possuem dimensões 30x20 cm; colorida; lombada com grampos; 30 páginas; financiada com recursos próprios; possui sete (07) histórias e em três (03) delas os sertões estão presentes (A luada; A abdução medicamentosa; Factual). Em Kan kão 01, a mesma possui dimensões 30x20cm; colorida; lombada com grampos; 26 páginas; recebeu incentivos da Prefeitura Municipal de Currais

Novos; conta com sete (07) narrativas e em três (03) delas apresentam diálogos com os sertões (Xandim; A maldição de Lucila; Quixaba).

Imagem IV – Produções da Associação Avoante de Cultura



Fonte: Acervo Pessoal

4. Considerações Finais

O exercício realizado de caracterizar as histórias em quadrinhos foi importante para compreender de que forma as narrativas são apresentadas e quais dialogam com a temática dos sertões, em especial, o nordestino. Além desse exercício, fizemos levantamento de produções acadêmicas que discutem o conceito de sertão enquanto uma espacialidade construída ao longo dos séculos e empregada para nomear espaços geográficos, sociais, culturais e etc. Como propomos analisar as imagens (código iconográfico) e textos (código linguístico escrito), foi preciso também mergulhar no campo da semiótica, buscando compreender de que modo é possível interpretar os sertões nordestinos são enunciados através dos elementos que compõem os quadrinhos.

Portanto, durante esse primeiro levantamento possibilitou o contato direto com as fontes e nos permitiu uma maior proximidade com o nosso objeto de investigação. Nesse sentido, o que apresentamos ao longo de nossa discussão, foi importante, na medida em que nos forneceu um norte para se compreender os signos, os tempos e espaços, as representações e os indícios, os símbolos e discursos que estão imbuídos e transmitidos por meio dessa linguagem.

5. Referências Bibliográficas

AMADO, Janaína. **Região, sertão, nação**. Revista Estudos Históricos, Rio de Janeiro: CPDOC/FGV; Ed. FGV, v. 8, n. 15, p. 145-152, jan./jul. 1995.

CAGNIN, Antônio Luiz. **Os quadrinhos: linguagem e semiótica: um estudo abrangente da arte sequencial**. 1 ed. São Paulo: Criativo, 2015.

EISNER, Will. **Quadrinhos e arte sequencial**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

KOSELLECK, Reinhart Koselleck. **Uma História dos Conceitos**: problemas teóricos e práticos. Estudos Históricos. Rio de Janeiro, vol.5, n.10, 1992, p.134-146.

MCCLOUD, Scott. **Desvendando os quadrinhos**: história, criação, desenho, animação, roteiro. São Paulo: M. Books, 2005.

MORAES, Antônio Carlos Robert. O Sertão: “o outro geográfico”. **Terra Brasilis** [Online], 4 - 5 | 2003, posto online no dia 05 Novembro 2012, consultado o 29 Junho 2016. URL: <http://terrabrasilis.revues.org/341> ; DOI : 10.4000/terrabrasilis.341

NEVES, Erivaldo Fagundes. Sertão como recorte espacial e como imaginário cultural. **Politeia**: História e sociedade, Feira de Santana, p. 153-162, v. 3, n. 1, 2003.

PEIRCE, Charles Sanders. **Semiótica**. trad.de Teixeira Coelho. São Paulo: Perspectiva. 2010.

SANTAELLA, Lúcia; NÖTH, Winfried. **Imagem: cognição, semiótica, mídia**. Editora Iluminuras Ltda, 1998.

SANTOS, Roberto Elísio dos. Aspectos da linguagem, na narrativa e da estética das histórias em quadrinhos: convenções e rupturas. In: VERGUEIRO, Waldomiro; SANTOS, Roberto Elísio dos (Org.). **Criativo**: Estudos de Estética, Linguística e Semiótica. São Paulo: Criativo, 2015. Cap. 2.

SAUSSURE, Ferdinand. **Curso de linguística geral**. São Paulo: Cultrix, 1975.

VERGUEIRO, Waldomiro. A contribuição de Antônio Luiz Cagnin aos estudos sobre a linguagem dos quadrinhos no Brasil. In: VERGUEIRO, Waldomiro; SANTOS, Roberto Elísio dos. **A linguagem dos quadrinhos**: Estudos de Estética, Linguística e Semiótica. São Paulo: Criativo, 2015. Cap. 1.

VERÓN, Eliseo. **La semiosis social**. Fragmentos de una teoría de la discursividad. Barcelona: Editorial Gedisa. 2009.

Para além das fronteiras físicas espaciais: a rede global zapatista no ciberespaço

Rodrigo de Moraes Guerra

Mestrando no Programa de Pós-Graduação em História da UFRN, Bolsista CAPES

rodrigo.morais.guerra@gmail.com

INTRODUÇÃO

Chiapas, México, primeiro dia do ano de 1994. Após uma noite de festas, as pessoas retornam às suas casas esperançosas pelo novo ciclo que se iniciara, pelo novo ano. O ano novo tão comemorado no Ocidente, antes de qualquer coisa, representa a inauguração de novas possibilidades de vida, representa um novo nascimento. E assim foi em 1994. Enquanto a classe política mexicana comemorava, para além do novo ano, os acordos neoliberais firmados e que entravam em vigor, naquele 1 de janeiro, uma movimentação inusitada ocorria nas entranhas da Selva Lacandona. Os sons da marcha se misturavam aos sons da natureza; os sons das armas, se misturavam aos sons dos fogos de celebração. Na manhã daquele dia, o grito de “*¡ya basta!*” ecoou pelo México e pelo *mundo*.

Diferentemente das tradicionais guerrilhas revolucionárias que marcaram o século XX mundo afora e, em especial, na América Latina², os zapatistas anunciaram para o mundo um novo movimento *antissistêmico* que se destacou, dentre outras razões, pela sua habilidade em se integrar e, mais do que isso, compreender as novas possibilidades de comunicação e de difusão da palavra que surgiam junto ao avanço tecnológico da época. Os zapatistas se anteciparam a qualquer veiculação na grande mídia e utilizaram da *internet* como aliada e estratégia de guerra, convocando pessoas do mundo inteiro para saberem sobre o que estava acontecendo naquele longínquo estado mexicano.

Utilizando-se das novas tecnologias e do emergente *ciberespaço* como uma frente outra de campo de batalha, os zapatistas lançaram na *internet* as suas declarações e as suas visões sobre o que acontecia no México e o que eles, enquanto movimento indígena, reivindicavam para a construção de um melhor país – afinal, trata-se de um movimento que anuncia a “libertação nacional” – e o mundo inteiro se voltou para Chiapas. Isto posto, temos como objetivo analisar as

² Compreendemos como “guerrilhas tradicionais” os movimentos de Revolução promovidos sob as balizas do clássico marxismo-leninismo, das definições clássicas de “esquerda” e estratégias de tomada de poder para efetivar a Revolução. Diferentemente dessa postura, tradicionalmente adotada por movimentos revolucionários, os zapatistas não visam a tomada de poder e, por muitas vezes, não se colocam, sequer, como revolucionários, mas, sim, como *rebeldes sociais*.

relações entre a insurgência zapatista e o envolvimento internacional com a luta desses indígenas, que englobam em suas causas, aspectos das lutas de diversas outras minorias exploradas pelo mundo capitalista; a conformação de uma rede global zapatista, articulada através do *ciberespaço*, este espaço na qual a posição e o lugar de cada um não pode mais ser fixado no espaço puramente físico, mas que o fato desse espaço não ser propriamente material não significa que é irreal (WERTHEIM, 2001), pois, embora destituído dessa materialidade, o *ciberespaço* é um espaço real no qual há a possibilidade de trocas e interações; e as novas possibilidades de intercâmbios, suscitadas a partir desta configuração espacial que encurta distâncias e fronteiras e aproxima povos e ideias.

Em suma, ao estabelecermos a transgressão das fronteiras físicas das relações pessoais e das relações com o mundo, apontamos, pois, para a formação de uma rede global zapatista, na qual o *ciberespaço* fornece um lugar que possibilita a criação coletiva de “outros” mundos e experiências possíveis. A utilização desse espaço enquanto estratégia de guerra dos zapatistas, para além de ressaltar o caráter vanguardista deste movimento, abre um mundo inteiro a ser explorado para compreendermos os impactos da insurgência zapatista no mundo e na História e a influência deste movimento nas novas significações dadas a outros movimentos *antissistêmicos* que se relacionaram com o zapatismo e encontraram na revolta dos indígenas chiapanecos uma semente para brotar novos sentimentos de indignação e dignidade compartilhadas.

COMPREENDENDO O CIBERESPAÇO

O que é o *espaço*? Existe uma definição completa desta categoria? Podemos determinar o espaço de forma apriorística, ou o espaço surge mediante o interesse e a relação de algo ou alguém com determinada espacialidade? O espaço é, necessariamente, físico? Se sim, como justificar as interações e trocas realizadas, no mundo de hoje, através da *internet*? A partir das indagações aqui propostas, podemos perceber os espaços, tais quais a História, enquanto fabricações humanas na construção do mundo, destarte, ao afirmarmos que os espaços consistem em produções humanas, enfatizamos o seu caráter relacional no mundo. Não estamos propondo que o planeta Terra e todas as suas estruturas físicas naturais foram criadas pelo homem, mas que, os espaços de convívio, de atuação e de ocupação do homem no mundo, sim, são produções históricas nossas. Desse modo, percebemos esta categoria como o local – físico ou não – capaz de englobar as mediações, ações e leituras do sujeito com o mundo, ou seja, o *espaço*, como conceituou Michel de Certeau (1994),

consiste na participação ativa do sujeito sobre o local em que ele está inserido e, desta forma, dotando tanto o sujeito quanto o *espaço* de significado³.

Isto posto, temos, ao longo da História, a atuação humana nos mais diversos espaços e, conseqüentemente, a história dos mais diversos espaços – Braudel, por exemplo, consagrou o *Mediterrâneo* como um espaço de tempos, histórias e sujeitos que perpassaram as épocas. Todavia, se defendemos que os espaços e a História são construções humanas, devemos, de mesmo modo, reconhecer que, se o homem transformou (e segue transformando) o mundo ao longo do tempo, os espaços também foram transformados; logo, ao passar do tempo, novos espaços de interação foram sendo inventados, novas relações humanas foram sendo construídas e, portanto, novas histórias foram erigidas a partir dos novos espaços do mundo. Corroborando, portanto, sua relação direta com as ações humanas, o espaço deu um salto a mais em sua forma; um salto que extrapolou, inclusive, a dimensão física desta categoria; um salto que tornou o espaço em *ciberespaço*.

Ratificando a sua condição de estar atrelado às ações humanas, o espaço se fez tecnologia cibernética. Símbolo dos nossos tempos, a *internet*, acessível à grande parte da população mundial, na palma da mão, em qualquer lugar e em qualquer momento, também se transformou em um espaço ocupado pelo homem, logo, pela História. Capaz de encurtar distâncias e promover trocas entre pessoas do mundo inteiro em tempo real, a *internet* surgiu para o mundo como uma ferramenta revolucionária que poderia ser utilizada para os mais diversos objetivos da vida humana. Entretanto, assim como no Mediterrâneo as navegações só se locomoviam devido às águas do mar, na internet só navegamos devido ao *ciberespaço*, é ele que permite a interação. Sendo assim, apesar do avanço tecnológico ter desenvolvido a rede mundial de computadores, o espaço para que esta rede fosse possível só se fez a partir da ocupação humana neste espaço, ou melhor, neste *ciberespaço*. Ao versar sobre a problemática, Margaret Wertheim nos mostra que

num sentido muito profundo, esse novo espaço digital está “além” do espaço que a física descreve, pois o ciberdomínio não é feito de forças e partículas físicas, mas de bits e bytes. Esses pacotes de dados são o fundamento ontológico do ciberespaço, as sementes das quais o fenômeno global “emerge” (WERTHEIM, 2001, p. 167).

Com isso, fundam-se as bases para a construção de um novo campo a, também, ser investigado pela História, pois, consiste em um campo marcado pelas trocas e aproximações humanas, logo, históricas.

³ Esta discussão apresenta divergências no campo conceitual, enquanto Certeau trabalha a concepção o *espaço* como esta categoria dotada de sentido a partir da relação e mediação humana, outros autores atribuem este ponto de vista para a concepção de *lugar*, como é o caso do geógrafo Yi-FU Tuan, por exemplo, ao escrever “Espaço e lugar: a perspectiva da experiência”. TUAN, Yi-Fu. Espaço e lugar: a perspectiva da experiência. Londrina: Edue, 2013.

Assumindo, portanto, uma condição na qual o conceito de “espaço” assume um novo sentido, haja vista a ausência de materialidade física do *ciberespaço* e a constituição de um outro lugar, no qual a posição do sujeito não pode ser expressa de forma precisa e matematicamente localizada – o que não significa que se torna menos real a sua presença, pois, embora destituído de fisicalidade, como afirma Margaret Wertheim, o *ciberespaço* é sim um lugar real, no qual o sujeito imprime suas marcas –, o espaço cibernético tem como um dos seus grandes atrativos a possibilidade de se conceber uma “arena imaterial coletiva não após a morte, mas aqui e agora, na Terra” (WERTHEIM, 2001, p. 171), além disso, permitindo a eliminação das fronteiras (tanto naturais, quanto sociais) e fomentando a criação coletiva de novas comunidades e redes que se reconhecem mutuamente. Como foi o caso da *rede global zapatista*, constituída no ciberespaço.

Ao fomentar a criação coletiva de novas comunidades, o *ciberespaço* proporcionou um novo fenômeno no âmbito das interações e dos estudos de movimentos sociais: a apropriação, ou incorporação, de sentimentos comuns a movimentos que, para além de suas idiossincrasias, têm, em suas esperanças últimas a vontade de mudar o mundo. Apesar de aparecerem para o mundo enquanto movimento indígena, os zapatistas levantaram questões que englobam, sumariamente, os dramas de grande parte das minorias que almejam mudanças drásticas para garantir suas liberdades e sobrevivências. O Subcomandante Insurgente Marcos, principal porta-voz do movimento nas primeiras décadas⁴, sintetizou bem essa ideia plural das reivindicações zapatistas quando afirmou que

Marcos es gay en San Francisco, negro en Sudáfrica, asiático en Europa, chicano en San Isidro, anarquista en España, palestino en Israel, indígena en las calles de San Cristóbal, chavo banda en Neza, rockero en cu, judío en Alemania, ombudsmán en la Sedena, feminista en los partidos políticos, comunista en la post guerra fría, preso en Cintalapa, pacifista en Bosnia, mapuche en los Andes, maestro en la CNTE, artista sin galería ni portafolios, ama de casa un sábado por la noche en cualquier colonia de cualquier ciudad de cualquier México, guerrillero en el México de fin del siglo XX, huelguista en la CTM, reportero de nota de relleno en interiores, machista en el movimiento feminista, mujer sola en el metro a las 10 p.m., jubilado en plantón en el Zócalo, campesino sin tierra, editor marginal, obrero desempleado, médico sin plaza, estudiante inconforme, disidente en el neoliberalismo, escritor sin libros ni lectores, y, es seguro, zapatista en el sureste mexicano. En fin, Marcos es un ser humano, cualquiera, en este mundo. Marcos es todas las minorías intoleradas, oprimidas, resistiendo, explotando, diciendo “¡Ya basta!”. Todas las minorías a la hora de hablar y mayorías a la hora de callar y aguantar. Todos los intolerados buscando una palabra, su palabra, lo que devuelva la mayoría a los eternos fragmentados, nosotros. Todo lo que incomoda al poder y a las buenas conciencias, eso es Marcos. De nada señores de la PGR, estoy para servirles... con plomo. (SUBCOMANDANTE INSURGENTE MARCOS, 1994.).

Ou seja, os zapatistas ao denunciarem todas as mazelas históricas que lhes ofendiam, também conseguiram extrapolar suas próprias fronteiras e se fazerem reconhecidos por outros povos, em

⁴ Marcos surgiu como o grande porta-voz dos zapatistas em 1994, lançando manifestos e textos que tiveram papel fundamental na construção retórica do movimento e na adesão de simpatizantes mundo afora. Exploraremos a figura do Subcomandante com mais fôlego nas páginas subsequentes.

outros contextos, em outras demandas, mas que, de mesmo modo, se sentiam na necessidade de gritar um *já basta*. Em outras palavras, de lutarem pelas suas dignidades.

A FLOR DA PALAVRA

Após período inicial, marcado pelos conflitos de guerrilha, os zapatistas e o governo mexicano adotaram um cessar fogo à pedidos da população. Em um momento crucial da disputa, os zapatistas que possuíam ínfimos recursos de guerra, comparado ao exército do México, foram abraçados pela população civil e guinaram sua insurgência para um outro aspecto que se mostrou mais poderoso e profundo que as armas: as palavras. Através da expansão de seus comunicados México afora, os indígenas guerrilheiros de Chiapas ganharam a simpatia e o reconhecimento de suas causas por parte da população, o que impediu, diretamente, o governo mexicano a tomar medidas mais drásticas, pois seriam interpretadas de forma negativa pela opinião pública nacional e internacional. Sebastião Vargas destaca esse caráter da luta zapatistas ao apontar para um aspecto que ele chama de “contaminação simpática”, de modo que, essa “contaminação” assumiu uma das principais estratégias do movimento, que tem na *palavra* sua expressão mais eficaz: “os comunicados foram de fato a arma que mais infligiu perdas ao inimigo e que, ao mesmo tempo, dentro do contexto da sociedade mexicana e da esquerda de forma geral, a que mais abriu novos horizontes” (VARGAS, 2009, p. 203).

Pilar central do alicerce zapatista e de sua capacidade de difusão pelo mundo, a retórica do movimento, assumida, principalmente, na figura do Subcomandante Insurgente Marcos, exerceu papel fundamental para o desenvolvimento da rede global de apoiadores e simpatizantes. Inicialmente de identidade desconhecida, o Subcomandante Marcos através da delação de um antigo companheiro combatente, teve o seu nome revelado em 1995, apontando para o antigo professor de artes gráficas da Universidade Autônoma Metropolitana do México, Rafael Sebastián Guillén Vicente e teria se incorporado na recém formada célula chiapaneca das Forças de Liberação Nacional (FLN), organização guerrilheira formada em 1969, no ano de 1984.

Dotado de uma habilidade de manejar as palavras e ordená-las de modo a tocar os corações e as consciências, Marcos logo passou a ser reconhecido, internacionalmente, como um grande literato latino-americano, pela forma como conduziu seus escritos repletos de raiva e indignação, mas, também, temperados com boas medidas de ironia, humor e poesia, nas palavras de Antonio Candido, “capaz de plantar no meio da argumentação ideológica um soneto de Shakespeare; capaz de juntar à eficiência estratégica do guerreiro tanto o discernimento do político, quanto a eloquência do escritor; que sabe encontrar a palavra certa para orientar o semelhante”, e ainda com a maestria de fazer isso “sem solenidade convencional, porque são muito dele o sarcasmo o bom humor e uma

espécie de familiaridade, que torna a sua palavra acessível e alentadora” (CANDIDO, 2002, p 48). E, nas palavras de Massimo Di Felice, consiste em uma “linguagem indígena sincrética”, capaz de nos deslocar para outras categorias indígenas conceituais:

Se a linguagem ideológica da política expressa-se por meio de contraposições violentas, excludentes e dialéticas (verdade vs. verdade, ideologia vs. ideologia, bandeira vs. bandeira, líder vs. líder), a linguagem e a representação lógica do mundo dos zapatistas busca a hibridação polissêmica e uma linguagem em que *caibam todos os mundos*. [...] A linguagem dos comunicados zapatistas, escritos na maioria das vezes pelo subcomandante Marcos, um branco-indígena, é polifônica, polissêmica, híbrida e contaminada por mitos, literaturas e ideologias múltiplas, fazendo assim da própria forma um conteúdo que pode ser definido como uns dos primeiros exemplos de uma linguagem híbrida tipicamente latino-americana (DI FELICE, 2002, pp. 37-38).

Isto posto, com a estratégia de lançar seus comunicados na *internet*, não tardou para que pessoas do mundo inteiro se sentissem contempladas pelas palavras do Subcomandante e, em suma, dos zapatistas. A utilização da *internet* não apenas permitiu aos zapatistas furar o bloqueio midiático promovido pelo governo mexicano, que buscou restringir o movimento tanto através da repressão militar quanto impondo limites à cobertura por parte da imprensa, como os zapatistas conseguiram romper a tentativa do governo de isolá-los e conseguiram tocar outros, através de comunicados escritos, entrevistas pessoais e reportagens com jornalistas independentes contatados ao redor do mundo via fax e e-mail (CLEAVER, 1998). Dessa forma, a *flor da palavra* zapatista, germinou nos mais diversos solos e mentes, ampliando, ainda mais, a capacidade de comunicação destes indígenas.

A REDE GLOBAL ZAPATISTA

Partindo de uma estratégia de guerra distinta, na qual as armas foram necessárias, porém, não consistiam no único – e nem no principal – recurso de suas lutas, os zapatistas, ao lançaram na *internet* seus manifestos, como vimos, fomentaram uma vasta rede espontânea de simpatizantes à causa e, mais do que isso, se tornou objeto de curiosidade do mundo inteiro, de modo que, simpáticos, ou não, ao movimento, todos aqueles que, de alguma forma queriam saber o que estava acontecendo em Chiapas, impulsionaram, ainda mais, o alcance dos discursos zapatistas e de sua expansão pela *rede*. Os zapatistas fundaram, pois, uma estratégia de guerra que se mostrou de grande valor ao apostarem na publicidade e tamanho de uma ferramenta, até então, pouquíssimo desbravada – a *internet*. Sobre como o conteúdo zapatista foi propagado, Cleaver no diz que:

O que fizeram [grupos de apoio] foi muito simples: digitavam ou decompunham os comunicados e textos reformatando-os e os enviavam pela Net para audiências potencialmente receptivas em todo o mundo. Essas audiências incluíam, primeiramente, newsgroups da Usenet, associações da Peacenet e listas da Internet, cujos membros já se preocupavam com a vida social e política do México.

Em segundo lugar, os grupos humanitários preocupados com os direitos humanos, em geral; em terceiro, as redes dos povos indígenas e seus simpatizantes; em quarto, as regiões políticas do ciberespaço com probabilidade de incluir membros simpatizantes das revoltas de base em geral; e em quinto, as redes feministas que responderiam, com solidariedade, contra o estupro de mulheres nativas pelos soldados mexicanos ou para a Lei Revolucionária das Mulheres do EZLN, redigida por mulheres, para as mulheres, a partir de e contra a tradicional sociedade patriarcal (CLEAVER, 1998, pp. 141-142).

Com isso, a tentativa de abafar o levante zapatista não havia mais como ser controlada, ao ponto de San Cristóbal de Las Casas, maior cidade do estado de Chiapas, se tornar uma cidade mais cosmopolita, atraindo ativistas do mundo inteiro, promovendo, inclusive, um “turismo político”, o que provocou uma reação paradoxal da parcela mais conservadora: não queriam que San Cristóbal fosse o palco das movimentações políticas, porém, queriam a presença oriunda dessas movimentações, pois estimulava o comércio (FIGUEIREDO, 2003, p. 58).

A partir da crescente organização dos apoiadores zapatistas na *rede*, novos elementos foram surgindo, incrementando, ainda mais, esta inusitada dinâmica em que pessoas de diferentes lugares se relacionavam em torno de um acontecimento que, de mesmo modo, também pertencia a um lugar diferente. Por meio do *ciberespaço*, foi possível a construção desta comunidade que compartilhou um sentimento de pertencimento ao zapatismo e trabalhou em conjunto em prol da causa. Como fruto destes laços construídos virtualmente, ainda no ano de 1994, foi lançado o livro “Zapatistas! Documents of the New Mexican Revolution”, produzido, inteiramente, via e-mail, no qual trazia todos os documentos zapatistas lançados, até então, traduzidos para a língua inglesa⁵. Símbolo da aproximação de uma rede pró-zapatistas, o livro traz a seguinte mensagem: “Este livro e grande parte da publicidade sobre o EZLN não teria sido possível sem a crescente comunidade de pessoas de espírito político na Internet”. E em seu prefácio afirmam:

We put this book together because we believe that the Zapatistas should be heard in their own words. [...] This book was produced through the donated labor of a large number of people around the US and Mexico working in solidarity with the EZLN. All of the people who worked on this book believe in the justice of the EZLN's demands and the legitimacy of their struggle (Zapatistas! Documents of the New Mexican Revolution, 1994).

A partir dessa mensagem, reiteramos, pois, a capacidade do zapatismo em ser acolhido e ressignificado por outros que compartilham das indignações daqueles que, historicamente, foram colocados à margem da sociedade. Assim como os indígenas foram esquecidos no México e se rebelaram contra a situação dizendo “já basta”, da mesma forma camponeses, operários, professores, estudantes, jovens, negros, mulheres, e outras minorias maltratadas, compartilham da necessidade de não mais ser passivo. Se trata, pois, como afirma o Subcomandante Marcos, de uma questão de dignidade:

⁵ Zapatistas! Documents of the New Mexican Revolution. Autonomedia. New York, 1994. O livro permanece disponível na internet através do site: <<http://lanic.utexas.edu/project/Zapatistas/>>. Acesso em 15 de fev. de 2020.

Quando os indígenas zapatistas colocam o problema da dignidade, isso começa a se desenvolver como uma bola de neve, conforme vai avançando vai crescendo e cada um vai agregando um novo conceito, uma nova ideia a esse conceito de dignidade, de tal forma que vai se completando pouco a pouco o conceito de dignidade humana, que é maior que o conceito de dignidade indígena, de dignidade jovem, de dignidade da mulher, de dignidade de diferentes setores excluídos⁶.

Todavia, devemos ressaltar que, o zapatismo não surge no horizonte como uma solução ou uma doutrina universal que ditará aos diferentes grupos um modelo a ser seguido. Como reitera Marcos:

O zapatismo não é uma ideologia, não é uma doutrina completa, é uma intuição. Algo tão aberto e tão flexível que realmente existe em todos os lugares, entre todas as forças, todos os excluídos, que reconhecem um inimigo comum. O zapatismo levanta a questão: o que é que me tem assim? O que me exclui? O que me faz isolado? E a resposta dada é diferente para os indígenas mexicanos do que, por exemplo, para os indígenas na América do Norte, ou para os migrantes na Europa, ou para movimento de resistência na Ásia, ou para os negros na África, em cada lugar a resposta é diferente. O Zapatismo simplesmente faz a pergunta e adianta que a resposta é inclusiva e deve ser tolerante⁷.

Dessa forma, através do advento da internet, os zapatistas suscitaram novas formas de coordenação horizontal entre as lutas particulares e continuam a amadurecer e a assumir formas variadas pelo mundo afora (FIGUEIREDO, 2003).

CONCLUSÃO

No ano de 2005, o Exército Zapatista de Libertação Nacional lançou a sua Sexta Declaração da Selva Lacandona, na qual, logo em suas primeiras palavras, trazia à tona a problemática da expansão do movimento para além de seus grupos indígenas e corroborando a aliança com uma rede de apoio que foi fundamental para o movimento avançar passos importantes em suas lutas. Dizem os zapatistas:

Ésta es nuestra palabra sencilla que busca tocar el corazón de la gente humilde y simple como nosotros, pero, también como nosotros, digna y rebelde. Ésta es nuestra palabra sencilla para contar de lo que ha sido nuestro paso y en donde estamos ahora, para explicar cómo vemos el mundo y nuestro país, para decir lo que pensamos hacer y cómo pensamos hacerlo, y para invitar a otras personas a que se caminan con nosotros en algo muy grande que se llama México y algo más grande que se llama mundo. Esta es nuestra palabra sencilla para dar cuenta a todos los corazones que son honestos y nobles, de lo que queremos en México y el mundo. Ésta es nuestra palabra sencilla, porque es nuestra idea el llamar a quienes son como nosotros y unirnos a ellos, en todas partes donde viven y luchan.[...] Porque resulta que nosotros del EZLN somos casi todos puros indígenas de acá de Chiapas, pero no queremos luchar sólo por su bien de nosotros o sólo por el bien de los indígenas de Chiapas, o sólo por los pueblos indios de México, sino que

⁶ Subcomandante Marcos interview (subtitled) 1/3. Tim Shell. **YouTube**. 2008. 09min14s. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=PDlssf72C3Y&list=PLE8F91BA575051060&index=1>>. Acesso em 03 dez. 2019. Tradução do autor.

⁷ *Ibidem*. Tradução do autor.

queremos luchar junto con todos los que son gente humilde y simple como nosotros y que tienen gran necesidad y que sufren la explotación y los robos de los ricos y sus malos gobiernos aquí en nuestro México y en otros países del mundo (SEXTA DECLARACIÓN DE LA SELVA LACANDONA, 2005).

Deste modo, algo que, inicialmente, surgiu como uma iniciativa espontânea por parte da *rede* que se solidarizou com a causa dos indígenas de Chiapas, se transformou em uma parcela não apenas atuante, mas, também, reconhecida pelo Exército Zapatista.

A *rede global zapatista*, desta forma, configurou-se em uma continuidade do exército zapatista que teve vitórias diretas no campo de batalha. Se em determinado momento as armas foram abandonadas e a palavra se sobrepôs, o exército zapatista ganhou milhões de combatentes para reforçar a legitimidade de suas demandas. Porém, mais do que se configurar enquanto pertencente ao movimento e atuante diretamente no mesmo, também consistiu em uma revolução nas sociabilidades de fins do século XX, de modo que, possibilitou a formação de vínculos oriundos de uma sensação de pertencimento a um grupo mais amplo do que o indígena, mas a uma condição de estar combatendo um sistema colonial, portanto, fundando novas possibilidades de se estudar a emergência de outras formas de aproximações e distanciamentos humanos provocados pelo *ciberespaço*.

Outro ponto de extrema relevância consiste na contribuição direta que o *ciberespaço* incide nos campos de pesquisas acadêmicas. Assim como este ambiente possibilitou que pessoas do mundo inteiro arquivassem, encaminhassem, compartilhassem, organizassem e dividissem os documentos zapatistas e espalhar sua palavra, ele também serve para abrir novos campos de investigações históricas, bem como de novas possibilidades de pesquisas através de documentos digitalizados na rede. Por que não explorar o vasto espaço das *redes sociais* como uma forma de perceber significados históricos? Por que não atentarmo-nos para novas transformações tecnológicas que o mundo vem passando como formas de ir além no conhecimento histórico? Afinal, estudar a História do Tempo Presente é perceber um período de transição e, por conseguinte, um período no qual as definições sobre a realidade ainda não estão bem estruturadas, com isso, a ciência, para a compreensão e apreensão deste período, exige uma condição, também, que compreenda a maleabilidade do mesmo, em suma, consiste numa temporalidade marcada pela transitoriedade, como defende Boaventura de Sousa Santos (2010).

Em suma, compreendemos a *rede global zapatista* não como um fenômeno externo ao zapatismo, mas, pelo contrário, interno, pertencente e pertinente para a conquista dos objetivos levantados em 1994 pelo seu Exército. Como os mesmos declararam em 2005:

Y entonces pues nosotros lo vimos todo eso y nos pensamos en nuestros corazones que qué vamos a hacer. Y lo primero que vimos es que nuestro corazón ya no es igual que antes, cuando empezamos nuestra lucha, sino que es más grande porque ya tocamos el corazón de mucha gente buena. Y también vimos que nuestro corazón está como más lastimado, que sea más herido. Y no es que está herido por el engaño que nos hicieron los malos gobiernos, sino porque cuando tocamos los

corazones de otros pues tocamos también sus dolores. O sea que como que nos vimos en un espejo (SEXTA DECLARACIÓN DA SELVA LACANDONA, 2005).

Desta forma, o projeto zapatista, que se pretendia nacionalista, logo converteu-se em um projeto que extrapolou suas próprias fronteiras, não obstante, as suas lutas se tornaram as lutas de muitos e as lutas de muitos as suas lutas, porém, todas elas à fim de um objetivo comum: um mundo onde caibam muitos mundos.

REFERÊNCIAS

- BRAUDEL, Fernand. A longa duração. In: Escritos sobre a História. Lisboa: Perspectiva, 1992.
- BRIGE, Marco F.; DI FELICE, Massimo (Org.). **Votán-Zapata**: a marcha indígena e a sublevação temporária. São Paulo: Xamã, 2002.
- BUENROSTRO Y ARELLANO, Alejandro. As raízes do fenômeno Chiapas: o já basta da resistência zapatista. São Paulo: Alfarrabio, 2002.
- CANDIDO, Antonio. **A luta e a palavra**. In: BUENROSTRO Y ARELLANO, Alejandro; OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de (Org.), CHIAPAS: construindo a esperança. São Paulo: Paz e Terra, 2002.
- CERTEAU, Michel. A invenção do cotidiano. 1. As artes de fazer. Petrópolis: Vozes, 1994.
- CLEAVER, Harry. Os Zapatistas e a teia eletrônica da luta. Lugar Comum, n. 4, p.139-163, abr. 1998. Tradução de: Vera Lúcia Sodré.
- Comité Clandestino Revolucionario Indígena Comandancia General del Ejército Zapatista de Liberación Nacional. CUARTA DECLARACIÓN DE LA SELVA LACANDONA, 1996. Disponível em: <<http://enlacezapatista.ezln.org.mx/1996/01/01/cuarta-declaracion-de-la-selva-lacandona/>>. Acesso em 31 de jul. de 2019.
- Comité Clandestino Revolucionario Indígena Comandancia General del Ejército Zapatista de Liberación Nacional. PRIMERA DECLARACIÓN DE LA SELVA LACANDONA, 1994. Disponível em: <<http://enlacezapatista.ezln.org.mx/1994/01/01/primera-declaracion-de-la-selva-lacandona/>>. Acesso em 31 de jul. de 2019.
- Comité Clandestino Revolucionario Indígena Comandancia General del Ejército Zapatista de Liberación Nacional. SEXTA DECLARACIÓN DE LA SELVA LACANDONA, 2005. Disponível em: <<http://enlacezapatista.ezln.org.mx/sdsl-es/>>. Acesso em 31 de jul. de 2019.
- FIGUEIREDO, Guilherme Gitahy de. A Guerra é o Espetáculo: Origens e Transformações da Estratégia do EZLN. 2003. 366 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Ciência Política, Unicamp, Campinas, 2003.
- GENNARI, Emilio. EZLN Passos de uma rebeldia. São Paulo: Expressão Popular, 2005.
- QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In.: LANDER, Edgardo (org.). A Colonialidade do Saber - Eurocentrismo e Ciências Sociais - Perspectivas Latino-americanas. Buenos Aires: Clacso, 2005.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. Um discurso sobre as ciências. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2010. 92 p.

SUBCOMANDANTE INSURGENTE MARCOS. El Viejo Antonio: En la montaña nace la fuerza, pero no se ve has que llega abajo. Chiapas, 1994. Disponível em: <<http://enlace Zapatista.ezln.org.mx/1994/05/28/el-viejo-antonio-en-la-montana-nace-la-fuerza-pero-no-se-ve-hasta-que-llega-abajo/>>. Acesso em 30 de Out. 2019.

Subcomandante Marcos interview (subtitled) 1/3. Tim Shell. **YouTube**. 2008. 09min14s. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=PDLssf72C3Y&list=PLE8F91BA575051060&index=1>>. Acesso em 03 dez. 2019.

TUAN, Yi-Fu. Espaço e lugar: a perspectiva da experiência. Londrina: Edue, 2013.

VARGAS, Sebastião. COM A ARMA DA PALVRA: TRAJETÓRIA E PENSAMENTO DO SUBCOMANDANTE MARCOS. Revista Territórios e Fronteiras, Cuiabá, v.2, n.2, p. 202-222, 2009.

WERTHEIM, Margaret. Uma história do espaço: de Dante à internet. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

O “SEBASTIANISMO” COMO EXPRESSÃO POLÍTICA: JORNAL REPUBLICANO “O POVO” (VILA NOVA DO PRÍNCIPE/CAICÓ, RN, 1889-1892)

Mara Gabrielly Batista de Macêdo⁸

Orientador: Prof. Dr. Joel Carlos de Souza Andrade⁹

1 Introdução

Objetivamos com este trabalho registrar o(s) significado(s) do termo “sebastianismo” que aparecem como expressão do ideário republicano no jornal “O Povo” (1889 – 1892), percebendo as conexões globais entre as ideias correntes sobre uma nova faceta política do “sebastianismo” no Brasil, neste caso, em especial, no sertão caicoense, e as ideias lusitanas, relacionando-as com a circulação de informações proporcionadas pelas agências de notícias e as tecnologias da época, sobretudo a partir do telégrafo.

Este artigo partiu de discussões e de atividades desenvolvidas no âmbito do Projeto de Pesquisa “Místicos, Fanáticos e Sebastianistas: dobras das crenças religiosas na cultura luso-brasileira (século XX)”, cujo plano de trabalho atual é intitulado “As releituras do sebastianismo: levantamento da produção historiográfica contemporânea (Brasil e Portugal)”, inserido no PIBIC/UFRN.

Ao nos debruçarmos sobre as fontes hemerográficas durante a pesquisa, extrapolamos por espontânea curiosidade o recorte temporal proposto de início, voltado à contemporaneidade. Utilizando a ferramenta de busca fornecida pela Hemeroteca Digital Brasileira, disponível no sítio virtual <http://memoria.bn.br/hdb/periodico>, percebemos a comum utilização do termo “sebastianismo” por diversos articulistas, em seus múltiplos sentidos, e em variados jornais brasileiros (a exemplificar “A Bomba”, “O Republicano”, “O Jacobino”, e “O Povo”) e portugueses (a voz pública), ainda no século XIX, conforme já apontava pesquisas desenvolvidas por Andrade (2015).

Contudo, estes ecos sebastianistas não ficaram restritos aos grandes centros e capitais. É que, dentre estes periódicos, destacou-se o jornal “O Povo” (1889-1892), em razão da sua importância no início da República para o recém-criado Estado do Rio Grande do Norte e a escassez de estudos sobre esta fonte no que diz respeito a este recorte temporal e a esta temática. “O Povo” teve como início de publicação o último ano do Império do Brasil, em 1889, vindo a circular na então

⁸Discente do Curso de Licenciatura em História da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), Centro de Ensino Superior do Seridó (CERES), Campus de Caicó. Bolsista do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) do projeto de pesquisa “Místicos, Fanáticos e Sebastianistas: dobras das crenças religiosas na cultura luso-brasileira (século XX)” (Edital N° 01/2019), sob orientação do Prof. Joel Carlos de Souza Andrade – Departamento de História (CERES – UFRN) E-mail: maragbmacedo@outlook.com;

⁹ Professor do Departamento de História do CERES-UFRN. E-mail: jocadesoan@yahoo.com.br.

chamada Vila Nova do Príncipe, que, com o advento da Proclamação da República, passou a ser designada por cidade de Caicó.

Sobre este periódico, o Padre Eymard Monteiro (1945) registrou de modo assertivo:

[...] o primeiro jornal nascido em Caicó chamou-se 'O POVO' cujo primeiro número circulou a 4 de março de 1889, ainda em tempos de monarquia. Pertencia a José Renaut e tinha direção do Dr. Diógenes Santiago da Nobrega e Olegário Vale. No outro dia começou a fazer parte da Redação o então acadêmico Manuel Dantas. O POVO deixou de circular por dois meses devido a um ligeiro defeito nas máquinas, reaparecendo a 1º de Junho do mesmo ano. Extinguiu-se a 17 de Setembro de 1892. (MONTEIRO, 1945, p. 80)

Assim, temos que o periódico “O Povo”, o primeiro jornal da recém-criada cidade de Caicó, foi uma produção hemerográfica realizada no sertão do também novíssimo Estado do Rio Grande do Norte no fim do século XIX. É uma preocupação deste trabalho fazer refletir sobre como articulistas sertanejos estavam conectados com as notícias, os estilos e os termos, como é o caso do “sebastianismo” em seu tom de ataque político, utilizados nos centros. Provaremos que o sertão, ao contrário do lugar de isolamento com que é por vezes retratado, é um espaço de circulação de ideias.

Em termos teórico-metodológicos, com inspiração na operação historiográfica de Certeau e na problematização sobre uma história dos conceitos de Koselleck, objetivamos buscar a identificação dos possíveis articulistas que fazem uso do termo no jornal, atentando para os sentidos e o número de ocorrência da palavra “sebastianismo”.

Além disso, justificamos este estudo ainda pela pouca problematização do uso da palavra “sebastianismo” em seus diferentes significados, sobretudo no recorte temporal aqui proposto (1889-1892). Como base historiográfica, partimos de uma interlocução com autores como Andrade (2015), Bueno (1998) e Valensi (1994).

Constatamos que das 156 edições disponíveis do jornal “O Povo” (1889-1892) na Hemeroteca Digital Brasileira, encontramos o termo “sebastianismo” em seis delas, no total de 13 ocorrências. Convém destacar que em nossa análise o termo não aparece no periódico “O Povo” com sentido de uma crença em um mito (volta do Rei D. Sebastião), mas, sim, enquanto uma expressão negativa utilizada pelos republicanos mais radicais para nomear o movimento conservador formado por adeptos da Monarquia ou antagonistas políticos, o que reforçou que o sertão caicoense da época não estava isolado das ideias correntes nos centros.

Antes de apresentarmos as análises propriamente ditas e as nossas considerações finais, ampliaremos as discussões aqui introduzidas sobre os “sebastianismos”; a metodologia utilizada; a fonte; o lugar social dos articulistas identificados e as perspectivas de sertão.

2 “Sebastianismos”

A historiadora francesa Lucette Valensi (1993), em seu trabalho “Fábulas da Memória”, recupera os marcos iniciais da crença sebastianista, quando afirma que: “Em 4 de agosto de 1578, na famosa batalha de Alcácer Quibir, Portugal perdia o seu rei de 24 anos de idade, Dom Sebastião,

morto sem deixar herdeiros na maior catástrofe militar de sua história colonial” (VALENSI, 1993, s.n.).

As repercussões da morte do rei sem herdeiros foram tantas e tão traumáticas que se criou um verdadeiro movimento de pessoas que se recusava a acreditar que Dom Sebastião realmente tinha falecido naquela batalha. Este movimento de crédulos, construído no decurso nos séculos seguintes, passou a ser conhecido como “sebastianismo”. Assim, regularmente, o “sebastianismo” é apresentado como uma espécie de “seita” marcada pela crença no retorno de D. Sebastião, o rei português “encantado” na Batalha da Alcácer Quibir em 1578, que reapareceria para resgatar os momentos áureos de Portugal com a sua volta redentora. No Brasil, ganhou considerável destaque, neste sentido de “seita”, pelo episódio do Rodeador (1819-1820) e pelo episódio da Pedra Bonita (1836-1838).

De acordo com os resultados da tese de Joel Carlos de Souza Andrade (2015, p. 20), o conceito mais erudito de “sebastianismo” foi modelado em finais do século XIX em Portugal, vindo a reverberar no Brasil rapidamente, como demonstra nossa investigação. Andrade pontua ainda que:

[...] este fenômeno, desgastado em Portugal em suas vertentes de crença ativa, no Brasil, por sua vez, foi elevado ao nível de práticas culturais tidas por anacrônicas, donde, pode-se afirmar que, também, serviu de ponte para a legitimação de projetos políticos e de demarcação de um processo identitário “nacionalista”, “lusofóbico” e “anticlerical”. (ANDRADE, 2015, p. 183)

Por consentâneo lógico, “sebastianista” é aquele que segue o “sebastianismo”, que pode significar ser um crente na volta de Dom Sebastião; um fanático religioso; um natural de Portugal; um defensor da Monarquia; e dentre estas tantas possibilidades, um antagonista político da República. Ressaltamos que apenas em razão da modesta dimensão deste trabalho é que optamos por investigar o uso de “sebastianismo” no jornal “O Povo”, em detrimento da pesquisa conjunta com o termo “sebastianista” que pode, no futuro, também vir a ser analisado.

Sobre os diversos usos do conceito no jornal “O Povo”, Almir Bueno, em seu estudo sobre o processo de instauração da república no rio grande do norte, assevera:

Em breve, qualquer opositor dos vencedores, fosse realmente um monarquista (convicto ou mascarado) ou simplesmente um republicano desiludido, seria imediatamente rotulado pela A República ou O Povo de ‘sebastianista’. Daí por diante, sebastianismo, como sinônimo de monarquismo disfarçado, virou o chavão preferido para caracterizar o adversário, qualquer que fosse este.” (BUENO, 1998, p. 16)

Deste modo, notamos que houve uma modelação do conceito de “sebastianismo” e os seus usos variaram conforme o tempo, o espaço e as intenções. Destacamos, por fim, que isso só foi possível porque havia, no campo da língua, um léxico a ser apropriado para combater, no caso do jornal fonte de nossa pesquisa, os anacronismos e o desejo da volta da Monarquia.

3 Metodologia

Utilizando como lume os escritos de Koselleck (2016), intentamos investigar como o termo “sebastianismo” foi empregado no jornal “O Povo”, considerando os seus vestígios históricos e os seus diversos sentidos. Para o mencionado teórico,

Na exegese do texto, o interesse especial pelo emprego de conceitos político-sociais e a análise de suas significações ganham, portanto, uma importância de caráter social e histórico. Os momentos de duração, alteração e futuridade contidos em uma situação política concreta são apreendidos por sua realização no nível linguístico. (KOSELLECK, 2006, p. 101)

Considerando isto, é possível asseverar que os usos do conceito “sebastianismo” têm intenções que vão variar não apenas no tempo e no espaço, mas também de acordo com questões políticas e sociais. Sobre a semântica histórico-política dos conceitos antitéticos assimétricos, o autor registra que:

O que caracteriza os conceitos antitéticos desiguais é que eles determinam uma posição seguindo critérios tais que a posição adversária, deles resultante, só pode ser recusada. Nisto reside sua eficácia política, mas ao mesmo tempo também a dificuldade para serem aplicados ao conhecimento científico (KOSELLECK, 2006, p. 195).

Diante disso, admitimos que a intenção de uso do termo “sebastianismo” que notamos se destacar no jornal “O Povo” é assimetricamente antitética. Isto significa dizer que foi utilizado com a finalidade de desmerecer, politicamente, o outro, que era alcunhado como saudosista da monarquia e/ou antagonista político dos articulistas do jornal. Assim como outros pares assimétricos antitéticos - heleno-bárbaro; cristão-pagão e homem-não-homem –, aqui podemos dizer, sobretudo, pelos republicanos mais radicais, os nomeados jacobinos, que teríamos republicanismo-sebastianismo e/ou progressismo-sebastianismo, dependendo do uso.

Ainda no que diz respeito à metodologia utilizada, tomando como inspiração a operação historiográfica de Certeau (1982), buscamos compreender o lugar social dos articulistas que utilizaram o termo “sebastianismo”, bem como os procedimentos de análise e a construção do texto.

Para bem conhecer, o lugar social se refere a aspectos da vida do autor, como, a título de exemplo, sua família, sua formação e sua profissão, o que veremos em um tópico adiante. Os procedimentos de análise, por outro lado, dizem respeito a uma disciplina, ou seja, como o autor procedeu para a criação da notícia, salientando os seus métodos.

Nos casos em espeque, percebemos que os textos são escritos como cartas direcionadas a uma pessoa, a um grupo ou mesmo abertas. Por vezes, os articulistas usam de tom jocoso ou irônico, com o propósito de atacar seus adversários. As notícias dos periódicos foram, portanto,

analisada sob a tríade mencionada: o lugar social; os procedimentos de análise e a construção do texto.

4 Fonte

Como já mencionado, a fonte sobre a qual nos debruçamos é o jornal sertanejo “O Povo”, que nasce na Vila Nova do Príncipe, na Província do Rio Grande do Norte, no final do Império do Brasil, em 1889, e extingue-se na cidade de Caicó, Estado do Rio Grande do Norte, em 1892.

No acervo da Hemeroteca Digital Brasileira, encontramos 156 (cento e cinquenta e seis) edições disponíveis virtualmente deste jornal que representava a conexão da nova cidade de Caicó com os centros como Recife e Natal.

Almir de Carvalho Bueno (2016) muito bem pontua as características da redação deste periódico:

A redação de *O Povo* era composta por jovens bacharéis ou acadêmicos ligados a José Bernardo por laços de parentesco ou compadrio: além de Olegário Vale, os ainda estudantes Diógenes da Nóbrega e Manoel Dantas, partidários do Liberalismo Radical de Rui Barbosa e adeptos do cientificismo evolucionista haeckeliano da Faculdade do Recife. O jornal colocava-se, assim, como uma “ponte” entre o tradicionalismo dos coronéis e as ideias “avançadas” veiculadas em Recife, constituindo-se num importante divulgador do darwinismo social no meio sertanejo potiguar. (BUENO, 2016, p. 60)

Ainda segundo Bueno (2016, p. 60), o jornal “O Povo” foi o primeiro jornal potiguar a dar espaço aos republicanos. Como não era raro na época, muitas colunas ou sessões deste periódico não eram assinadas pelos seus articulistas, o que se dava, muitas vezes, com o objetivo de ter maior liberdade para registrar pesados ataques políticos aos adversários. Com exceção da missiva assinada por “Janção” (Janúncio da Nóbrega Filho) em que ironicamente critica os defensores do “sebastianismo”, outras sessões têm sua autoria ocultada. É o que acontece com “Correspondência do Natal”, umas das sessões em que mais aparecem cartas com o termo “sebastianismo”, mas que não registra autoria. Graças aos estudos de Bueno (2016, p. 274) é que tomamos como autor desta sessão o sertanejo Diógenes Celso da Nóbrega (1861-1928).

5 O lugar social de Diógenes Celso da Nóbrega (1861-1928) e Janúncio Salustino da Nóbrega Filho (1869 – 1899)

Os irmãos Diógenes Celso da Nóbrega (1861-1928) e Janúncio Salustino da Nóbrega Filho (1869 – 1899) nasceram na Vila do Príncipe, Província do Rio Grande do Norte, e eram filhos de Janúncio Salustiano da Nóbrega e D. Illuminata Nóbrega, fazendeiros portentosos da região (FIGUEIRÊDO, 2010, p. 126).

Janúncio da Nóbrega Filho foi redator da primeira “coluna republicana” em um órgão da imprensa monarquista potiguar (BUENO, 2016, p. 68). Em 25 de julho de 1886 fundou o primeiro núcleo republicano potiguar com apenas 16 anos. Cursou Direito em Recife entre 1887 e 1891 e,

além de ser 2º secretário do Centro acadêmico, participou do movimento republicano na Faculdade. (BUENO, 2016, p. 72). Como representa o “Manifesto Republicano ao Povo Seridoense”, Janúncio da Nóbrega Filho foi um típico herdeiro do republicanismo romântico, o que quer dizer que evocava a tradição revolucionária francesa em seus escritos e dava preferência às ações práticas do que a teorizações (BUENO, 2016, p.73).

Sobre Diógenes da Nóbrega, Bueno (2016, p. 274) registra que foi o autor da sessão do jornal “O Povo” intitulada “Correspondência do Natal”, uma das em que mais aparece o termo “sebastianismo”.

De acordo com Bueno (2016, p. 86), Diógenes foi acadêmico de Direito na Faculdade de Recife, e lá entrou em contato com o cientificismo, conhecendo as escolas filosóficas, políticas e jurídicas que tinham força na Europa do século XIX. Isto se evidencia pelo fato de que “são onipresentes os artigos escritos em *O Povo* por Diógenes da Nóbrega ou Manoel Dantas, onde aparecem citações de Darwin, Haeckel, Spencer e Stuart Mill (...) (BUENO, 2016, p. 87)”. Diógenes da Nóbrega acreditava que a “verdade científica”, divulgada através da imprensa, contribuiria para o “desenvolvimento físico, moral e intelectual” do sertanejo (BUENO, 2016, p. 90). Diógenes tornou-se bacharel em Direito no ano de 1889 (JORNAL O POVO, EDIÇÃO 28) e, no mesmo ano, foi nomeado Procurador Fiscal do Estado do Rio Grande do Norte (JORNAL O POVO, 1889, EDIÇÃO 39).

Ao contrário de seu irmão Janúncio da Nóbrega Filho que era um republicano romântico desde o início da publicação do periódico “O Povo”, Diógenes da Nóbrega se aproximava muito mais de um radicalismo liberal democrático do que da defesa do republicanismo. Ou seja, Diógenes defendia reformas para salvar a Monarquia, democratizando-a paulatinamente até que os seus membros passassem gradativamente ao republicanismo. Mas, com pouco tempo, passou a defender o republicanismo. Bueno (2016) explica que:

[...] em março de 1889, o ainda Liberal Radical em rápido trânsito para o republicanismo Diógenes da Nóbrega, para quem o regime republicano era o “representante legítimo, verdadeiro e direto do povo, a síntese da opinião pública, com responsabilidade legal e imediata perante a nação, inteiramente identificado com os interesses e necessidades do povo brasileiro”. Um ano depois, o mesmo Diógenes, já republicano, reafirmava o contraste entre os privilégios aristocráticos da Monarquia e a democracia, que não fazia distinção de nascimento, garantindo que um governo republicano se propunha apenas realizar “a relativa felicidade de todas as classes sociais, garantindo a ordem e sobretudo fomentando o progresso [...]”. (BUENO, 2016, p. 215)

Em 1890, Diógenes da Nóbrega foi nomeado Promotor da então nova comarca de *Macahyba* (O POVO, 1890, EDIÇÃO 05). Além disso, ocupou a Procuradoria da República entre 1892 e 1895 (BUENO, 2016, p. 189). Diante deste breve traçado biográfico, percebemos que Diógenes da Nóbrega não se desconectou com o sertão. Filho de fazendeiro importante da Vila Nova do Príncipe, e ligado à elite local, teve acesso à educação e ao convívio com intelectuais. Mesmo enquanto acadêmico de Direito em Recife, já escrevia para o jornal “O Povo”.

A Faculdade de Direito, indubitavelmente, o conectou com ideias europeias e isso se refletiu em seus escritos. De início, se posicionou enquanto Liberal Radical, defendendo reformas para a Monarquia. Com o tempo, assumiu-se enquanto Republicano. Foi nesta fase de arraigada defesa republicana que passou a escrever a sessão “Correspondência do Natal”. Em suas missivas, muitas vezes apresentou críticas ferrenhas aos seus opositores políticos e/ou aos ainda apoiadores da volta da monarquia, os enquadrando como defensores do “sebastianismo” ou como “sebastianistas”.

Embora não seja possível defender com a máxima certeza que Diógenes da Nóbrega e Janúncio da Nóbrega Filho conheceram o termo “sebastianismo” durante seus estudos em Recife, não deixa de ser uma possibilidade plausível. De todo modo, Diógenes e Janúncio Filho fizeram parte de uma elite intelectual do final do século XIX de Caicó. Isto implica dizer que os seus escritos tinham propósitos muito claros de influenciar a opinião pública da cidade e da região, contribuindo para o fortalecimento da República e para o que acreditava ser o “desenvolvimento físico, moral e intelectual” do sertanejo (BUENO, 2016, p. 90).

6 Resultados obtidos

Foram encontradas 156 edições disponíveis on-line do jornal “O Povo” (1889-1892) na Hemeroteca Digital Brasileira. No ano de 1889, o primeiro ano do jornal, foram encontradas 43 edições; No ano de 1890 temos 40 edições; Em 1891 foram publicados 42 números; E em 1892 apenas 31 edições. Salientamos que usamos a ferramenta de busca - tecnologia DocPro - fornecida pelo sítio virtual da Hemeroteca Digital. De acordo com a primeira contagem feita pelo sistema apareceram oito ocorrências.

Acontece que, em um trabalho mais minucioso, encontramos o termo “sebastianismo” treze vezes, em seis edições, quais sejam: edição nº 13 de 22 de junho de 1890, com apenas uma ocorrência; edição nº 14 de 29 de junho de 1890, com sete ocorrências; edição nº 20 de 10 de agosto de 1890, com duas ocorrências; edição nº 23 de 31 de agosto de 1890, com uma ocorrência; edição nº 25 de 14 de setembro de 1890, com uma ocorrência; edição nº 26 de 23 de agosto de 1891, com uma ocorrência. Embora tenhamos atentado para outras edições, não é impossível que tenham escapado algumas ocorrências do termo – seja por erro humano ou técnico. Passamos a analisar cada caso encontrado:

1) Edição nº 13 de 22 de Junho de 1890

Esta é a primeira edição do jornal “O Povo” em que apareceu o termo “sebastianismo”. Na sessão “Correspondência do Natal”, Diógenes da Nóbrega apresentou a sua missiva aos redatores com data em 09 de junho de 1890, 6 meses depois da proclamação de República. Ou seja, instaurada a República já havia abertura na imprensa para duras críticas aos antirrepublicanos. Nesta comunicação, Diógenes da Nóbrega apresentou votos favoráveis ao retorno do jornal “O

Povo” que passou dois meses sem ser impresso em razão de problemas nas máquinas de impressão. Ele ressaltou a importância do jornal no momento de transição da Monarquia para a República e ataca o que ele chama de representantes do “sebastianismo”:

São elles os representantes do **sebastianismo**, que não são como os de Portugal simples e crédulos camponeses, mas uma hora de despeitados, de corrompidos, de imprestáveis, que se incompatibilisaram com o regimen da moralidade, -o republicano, que por único castigo ao crime e ao vício eliminou-os ou afastou-os das posições que deshonravam ou para que não tinham aptidões. (NÓBREGA, 1890, p. 2)

É curioso como aqui o articulista promove um distanciamento do “sebastianismo” mítico, que atribui como algo português e relativo a crédulos camponeses, daquele “sebastianismo” sinônimo de monarquismo, lucenismo ou antirrepublicanismo.

2) Edição nº 14 de 29 de Junho de 1890

Na edição nº 14 do jornal “O Povo”, Diógenes da Nóbrega publicou carta destinada aos redatores, com data em 16 de junho de 1890, na sessão “Correspondência do Natal”, contendo sete ocorrências do termo “sebastianismo”:

Está na ordem do dia nesta insípida e estúpida cidade o **Sebastianismo** conspirador, insolente, todo uma espécie de perturbação a boa e correcta marcha da administração pública. [...] Não estivéssemos nós atravessando um período melindrosíssimo de reconstrução social, neste momento psychologico da existência da nação e não fossemos inspirados por excesso de civismo, zelo e sacrificio pessoal em prol da salvação pública, com certeza interesses de maior respeito ao governo já terião determinado a reclusão desses garotos que constituem nesta infeliz cidade, os tristes representantes do elemento petroleiro do **sebastianismo**. [...] Agora uma advertência a bem da verdade : - Nem tudo é inventado aqui; apesar da assistência secreta do **sebastianismo** de dois comendadores, celebre em muita cousa feia e com bossa para mais; [...] Pois se aproximam as eleições e o **sebastianismo**, apesar de insensato, doentio e rebelde tem todavia a consciência de sua fraqueza, de sua impotência diante da falange numerosa, forte, rija e compacta do partido republicano do Estado do Rio Grande do Norte. Demais ninguém ignora que o chefe do **sebastianismo**, o Sebastião, nunca fez eleição neste Estado sem governo. [...] Não, o **sebastianismo** poderá lutar jamais com o verdadeiro partido republicano do Rio Grande do Norte. Se por um contracenço das cousas, se por um desses fenômenos absurdos e inexplicáveis no mundo das ideias e no terreno dos factos, o **sebastianismo** pela traição e por todos os meios arguciosos usurpasse o poder, a administração publica e fizesse a eleição, ainda assim seria fora de toda duvida derrotado pelo patriotismo e brio Rio Grandense muitas vezes posto a prova e nunca desmentido. (NÓBREGA, 1890, p. 3)

É preciso lembrar que a “insípida e estúpida cidade” mencionada no texto de Diógenes da Nóbrega se trata da cidade do Natal, local de onde enviou suas missivas para os redatores. Utilizando o termo “sebastianismo” realizou ataques contundentes aos adversários políticos que ainda tinha estreita ligação com o monarquismo.

3) Edição nº 20 de 10 de Agosto de 1890

Na edição nº 20 do jornal “O Povo”, de 10 de agosto de 1890, percebemos os escritos em forma de carta, com data em 21 de julho de 1890, de Diógenes da Nóbrega na sessão “Correspondência do Natal” e a missiva de Janúncio da Nóbrega Filho, na sessão “Solicitadas” com local e data em Serra Negra do Norte, 4 de agosto de 1890. Diógenes da Nóbrega expôs nesta missiva o seu apoio a José Bernardes, coronel da região com quem tinha estreita relação, e a Pedro Velho, político da capital do Rio Grande do Norte, vejamos:

Na minha última missiva disse-vos que o sebastianismo animado de vans esperanças <já conspirava nas praças públicas>: Infelizmente para eles assim foi; mas felizmente para todos o caso passou sem funestas consequências, ou para melhor dizer, sem outro resultado que o de tornar mais conhecidos esses malandros da politicagem da conspiração, dos boatos inverossímeis e das intrigas baixas. (NÓBREGA, 1890, p. 2)

No trecho acima, Diógenes reforçou a ideia do “sebastianismo” como um movimento contrário aos interesses políticos dos seus aliados e do Rio Grande do Norte, atribuindo características negativas ao grupo que entende defender com saudosismo a Monarquia. No próximo trecho, temos a missiva de Janúncio da Nóbrega Filho (assinando sob o pseudônimo de “Janjão”), irmão de Diógenes, endereçada ao “Major Quincas”:

A morte do sebastianismo foi para mim o mais cruel golpe que já feriu minh'alma. Resta-me, porém, o consolo de que cada filho, cada entiado, cada parente, cada amigo, cada criado enfim do finado sebastianismo todos se acham a morrer de desgostos, porque tinham ainda a esperança de que sobre nós o magestoso Amaro faria cair mais tarde outra chuva de dinheiro dos cofres públicos e talvez até de farinha[...] O sebastianismo era representado por um velho gordo de orgulho abatido, e era conduzido à sepultura por dois comendadores um pouco avermelhadas [...] Foi de consolar esta última prova de confiança que depositávamos em nosso sempre lembrado **sebastianismo**. Vou ver se o barão de cá... manda erigir-lhe um tumulo e si a Intendeucia dahi (a quem vou requerer) muda o nome da praça da Alegria para – praça do Sebastianismo. (NÓBREGA FILHO, 1890, p. 3)

Janúncio da Nóbrega Filho utilizou o termo com ironia, atacando com senso de humor os seus adversários ao “lamentar” o que entende ser a morte do “sebastianismo”.

4) Edição nº 23 de 31 de agosto 1890

Nesta edição, a autoria da missiva, com local e data em Caicó, 31 de agosto de 1890, não foi identificada. O texto com título “A Postos” apareceu na capa do jornal já em comemoração ao Dia da Proclamação da República, “adiantando” o dia 15 de setembro. Vejamos:

“É conhecida a gritaria imensa, as invenções, as tramoias e conspirações que o **sebastianismo** levantou contra o partido republicano (...) O povo, repetimos, com o seu bom senso já repeliu o **sebastianismo** do Rio Grande do Norte, mas é preciso que essa repulsa se torne mais patente e eficaz, sufragando o eleitorado os nomes dos cidadãos que tiveram a audácia e a boa fortuna de livrar

o nosso Estado da invasão dos antigos e novos especuladores políticos (O POVO, 1890, p.1).”

Nesta comunicação, o “sebastianismo” pareceu não ser mais motivo de tanta preocupação como nas edições anteriores. A proximidade do aniversário de primeiro ano da República brasileira pareceu tranquilizar o articulista anônimo.

5) Edição de nº 25 de 14 de setembro de 1890

Na edição de nº 25, com o texto de capa intitulado “Amanhã”, o autor anônimo sustentou: “Não temos oposição porque o **sebastianismo** não apresenta com seriedade a disputar a eleição e a chapa que apresentou a última hora nada pesa na nossa balança política (O POVO, 1890, p.1).”.

Como é bastante claro, neste caso o “sebastianismo” se referiu à oposição política e, novamente, o articulista usou sua retórica para registrar que não significava mais uma ameaça ao republicanismo norte-rio-grandense.

6) Edição de nº 26 de Agosto de 1891

Depois de quase um ano sem a aparição do termo “sebastianismo”, na edição nº 26 do jornal “O Povo”, Diógenes da Nóbrega publicou carta destinada aos redatores na sessão “Correspondência do Natal” com o que se segue: “A nova constituição do Estado tinha um vácuo que precisava ser preenchido – a organização judiciária, que pelo numero de figuras abria espaço para todos os filhotes e servia de premio para todos os serviços prestados aos chefes do **sebastianismo**.” (NÓBREGA, 1891, p. 4). Aqui Diógenes da Nóbrega mostrou que o espectro do “sebastianismo” – enquanto oposição política – ainda consistia uma ameaça aos interesses dos seus aliados.

Da análise destas seis edições, notamos que durante o ano de 1889 não tivemos ocorrências para o termo pesquisado, ao passo que no ano de 1890 tivemos 12 e no ano seguinte, em 1891, tivemos apenas uma e em 1892 nenhuma. Atribuímos isto ao fato de que a Proclamação da República aconteceu em 15 de novembro de 1889, portanto, no penúltimo mês do ano. A novidade era tamanha e tudo parecia muito incerto, o cenário político ainda definia quem seriam os defensores da república e quem a rejeitaria. Em 1890 é que percebemos uma maior clareza nos posicionamentos, tantos dos redatores e de seus aliados como dos seus antagonistas. Sentindo a ameaça dos monarquistas-sebastianistas, os articulistas do “O Povo” passaram a realizar os ataques veementes que vimos. No final deste ano de 1890, eles pareciam tranquilizados, pois a República completava o seu primeiro ano e o “sebastianismo” não parecia ter forças para lutar contra ela. Acontece que em 1891 o termo volta a ser usado como forma de menosprezar o adversário, mostrando que havia sim conflito de interesses entre grupos.

7 Perspectivas de sertão

Diante de todas essas evidências, é inegável que os articulistas sertanejos que compunham a redação do jornal “O Povo” estavam conectados com as mais diversas ideias provenientes dos centros. Seja Natal, Recife, Portugal ou outros países da Europa, como Inglaterra e França, é fato que eles compartilhavam informações. A importância da Faculdade de Direito do Recife para essa circulação de ideias é também incontroversa. O conhecimento adquirido naquele centro reverberava pelos sertões e, além de mera reprodução, a partir dele outros conhecimentos eram difundidos, modulados às experiências e aos interesses locais, como é o caso da utilização do termo “sebastianismo” enquanto ataque aos adversários políticos. Assim, tomando como exemplo o jornal “O Povo”, que se posicionava no cenário político regional e nacional, podemos afirmar que aquele sertão norte-rio-grandense era, em conexão com os centros, construtor de si.

Registramos ainda a importância das agências de notícias e da telegrafia elétrica neste contexto. Desde 1809 o Brasil já tinha linha de telégrafo óptico, anterior aos telégrafos elétricos, sendo utilizado principalmente para avisar a chegada de navios e a comunicação deles com os portos (SILVA; MOREIRA, 2007, p. 48). Patentado nos Estados Unidos da América por Samuel Finle Breese Morse (1791-1872) no ano de 1838 e já em uso no ano de 1844, o telégrafo elétrico teve sua primeira linha a ligar Baltimore a Washington (SILVA; MOREIRA, 2007, p. 48).

A introdução do telégrafo elétrico no Brasil data de 1851, tendo o Ministro da Justiça da época, Eusébio de Queiroz, um dos seus grandes incentivadores, utilizando este instrumento para ajudar no cumprimento da lei que proibia o tráfico de escravos (SILVA; MOREIRA, 2007, p. 49). A partir de 1865, já com a Guerra do Paraguai (1864-1870), os rumos do telégrafo no Brasil voltam a ser influenciados pela política internacional, sendo construída linha ligando o Rio de Janeiro com o *front* (AMÉRICO, 2018, p. 2). No Nordeste e Norte a expansão da rede de telégrafos teve início a partir dos anos de 1870 com o objetivo de agilizar a comunicação entre as diferentes províncias (AMÉRICO, 2018, p. 2). No Rio Grande do Norte, conforme Bueno: “O primeiro telégrafo, em 1878, entre Natal e Angicos, e a estrada de ferro Natal-Nova Cruz (1880-83), da companhia inglesa *Great Western of Brazilian Railway*, ligando a capital da província à vizinha Paraíba, trouxeram certos ares de modernidade à cidade” (BUENO, 2016, p. 36).

Assim, podemos destacar que “[...] o telégrafo, que acelerou as comunicações com as várias áreas interioranas do país. Inicialmente, as suas instalações acompanhavam as linhas férreas, para depois seguirem sozinhas para outras localidades do território brasileiro (CAMELO FILHO, 2000, p. 70)”. Diante de tudo isso, a Faculdade de Direito do Recife, as agências de notícias, a telegrafia elétrica e a imprensa, como é o caso do jornal “O Povo”, foram importantes meios para a circulação de informações do sertão, proporcionando a conexão dos sertanejos com outros estados, com a capital e com outros países.

8 Considerações finais

Ao nos debruçarmos sobre o periódico “O Povo” (1889-1892), encontramos seis edições (Edição nº 13 de 22 de Junho de 1890; Edição nº 14 de 29 de Junho de 1890; Edição nº 20 de 10 de Agosto de 1890; Edição nº 23 de 31 de agosto 1890; Edição de nº 25 de 14 de setembro de 1890; e Edição de nº 26 de Agosto de 1891), das 156 edições disponíveis no sítio virtual da Hemeroteca Digital Brasileira, que contêm 13 ocorrências para o termo “sebastianismo”.

Dentre as diversas possibilidades significativas, notamos que o termo “sebastianismo” apareceu no periódico mencionado como uma expressão assimetricamente antitética do ideário republicano para desmerecer os saudosistas da monarquia e/ou antagonistas políticos e não em sua dimensão mítico-religiosa. Assim, defendemos que houve uma modelação do conceito de “sebastianismo” e que os seus usos variaram conforme o tempo, o espaço e as intenções.

O uso desta expressão também representa a circulação de ideias no sertão, visto que os articulistas sertanejos que compunham a redação do jornal “O Povo” estavam conectados com as mais diversas ideias provenientes dos centros, principalmente através da Faculdade de Direito do Recife, das agências de notícias, da telegrafia elétrica e da própria imprensa.

Referências

Fontes

Hemeroteca Digital Brasileira
O Povo: 1889 a 1892

Bibliografia

AMÉRICO, Pedro. **Informação e Desenvolvimento**: Evidências da Expansão dos Telégrafos no Brasil. Tese em fase de elaboração. 2018. Disponível em: <https://www.insper.edu.br/wp-content/uploads/2018/08/americo-telegrafo.pdf>. Acesso em: 12 de abr. 2020;

ANDRADE, Joel Carlos de Souza. **Em demanda do sebastianismo em Portugal e no Brasil**: um estudo comparativo (séculos XIX/XX). Orientador: Fernando José de Almeida Catroga. Coimbra: [s.n.], 2015. Tese de doutoramento. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10316/26814>. Acesso em: 15 de nov. 2019;

BUENO, Almir de Carvalho. **As Visões da República**: ideias e práticas no Rio Grande do Norte (1880-1895). Natal/RN: EDUFRN, 2016;

_____. **Ecoss da Monarquia**: o espectro do sebastianismo rondando a República no Rio Grande do Norte. Caderno de História, Natal, v. 45, n. 2/1, p. 05-52, jul/dez. 1997; jan/dez. 1998;

CAMELO FILHO, Jose Vieira (Zuza). **A implantação e consolidação das estradas de ferro no nordeste brasileiro**. Orientador: Ronaldo Marcos dos Santos. 2000. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Economia, Campinas, SP, 2000. Disponível em: <http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/286338>. Acesso em: 29 abr. 2020;

CERTEAU, Michel de. **A Escrita da História**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002;

FIGUERÊDO, Franselma Fernandes de. **Aquelas leituras formadoras de cultura**: Caicó-RN, século XIX. Orientador: Marta Maria de Araújo. 2010. 205 f. Tese (Doutorado) - Curso de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2010. Disponível em: https://repositorio.ufrn.br/jspui/bitstream/123456789/14326/1/FranselmaFF_TESE.pdf. Acesso em: 22 dez. 2019;

MONTEIRO, Pe. Eymard L'E. **Caicó** (Subsídios para a história complementar do município). Recife: Escola Sales de Artes Gráficas, 1945;
KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado**. Rio de Janeiro: Contraponto Editora, 2006;
SILVA, Mauro Costa da; MOREIRA, Ildeu de Castro. A introdução da telegrafia elétrica no Brasil (1852-1870). **Revista da Sbh**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 1, p. 47-62, jul. 2007;
VALENSI, Lucette. **As Fábulas da Memória**: a gloriosa batalha dos três reis. Porto: ASA, 1993.

MUNDOS DO TRABALHO: Mineradores de Scheelita em Quixeré¹⁰

Daniel Oliveira de Medeiros¹¹

RESUMO

Este trabalho objetiva analisar a obra "Quixeré", da escritora Djanira Araújo de Medeiros sob a perspectiva da análise do discurso onde pretendemos verificar como a narrativa da autora nos permite visualizar o cotidiano dos trabalhadores na extração da scheelita na mina Quixeré na década de 40 do século XX. Buscaremos assim entender qual a importância descrita pela autora da obra Quixeré sobre a atividade mineradora para o município de São João do Sabugi-RN e a região do Seridó Potiguar e quais os benefícios econômicos e sociais bem como qual o papel das mulheres no contexto do cotidiano laboral na mina de scheelita denominada Quixeré.

Palavras-chave: Discurso. Trabalhadores. Mineração. Scheelita

ABSTRACT

This article has the objective to analyze the author Djanira Araújo de Medeiros's Quixeré book about the perspective of analyze of the discourse. Where we want to verify how the author's narrative allows us to visually the quotidian of the workers in the extraction of the scheelita in the Quixeré mine in the decade of 40 of century XX. We will try to understand what of the importance described by the author the Quixeré' s book about the mining Activity for of the city São João do Sabugi and the region of Seridó Potiguar and what are the economics and social benefits as well as what are the women role in the context of work in the Scheelita's mine called Quixeré.

Words keys: discourse, workers. Mining. Scheelita.

INTRODUÇÃO

A historiografia produzida no Rio Grande do Norte sobre o cotidiano de trabalhadores na mineração tem sido profícua. Podemos citar a dissertação de mestrado de Alves (1997) onde o autor trabalhou na perspectiva do desenvolvimento regional a partir da extração da scheelita e a monografia de Gomes (2005) onde a autora tratou do cotidiano e experiências dos mineradores de scheelita na mina Brejui (Currais Novos-RN) entre as décadas de 1940 a 1970 aonde ela utiliza a metodologia da História Oral para tratar da memória dos trabalhadores naquele espaço. Outros trabalhos também fazem menção à extração da Scheelita na mina Quixeré como o de Úrsula (1998) e o de Jailma (2015).

Ademais a literatura também tem sido utilizada como fonte de pesquisa principalmente depois da década de 1990 com o alargamento dos campos de abordagens. Borges (2010, p.94) coloca a História como um "[...] processo social e como disciplina, e a literatura, como uma forma de expressão artística da sociedade possuidora de historicidade e como fonte documental para a produção do conhecimento histórico (BORGES, 2010, p. 94).

¹⁰ Trabalho apresentado no Simpósio Temático 1 – Os sertões e outros mundos: perspectivas histórico-culturais dos espaços, dentro das atividades do IX Colóquio Nacional História Cultural e Sensibilidades. Sertões: poder e representações (Caicó, UFRN, 18 a 11 nov 2019).

¹¹ Graduado em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). E-mail: daniel.oliveira.story@gmail.com.

Pós-graduado em Neuropedagogia (Especialização Lato Sensu) pela Universidade Integrada de Patos (UNIFIP).

Partindo dessa possibilidade interdisciplinar, utilizamos o romance Quixeré de Djanira Araújo de Medeiros procurando entender em sua narrativa alguns questionamentos: Qual a importância descrita pela autora da obra Quixeré sobre a atividade mineradora para o município de São João do Sabugi-RN e a região do Seridó Potiguar? E na ótica da autora qual o papel das mulheres no contexto do cotidiano laboral na mina de scheelita denominada Quixeré? Assim tivemos como objetivo analisar como a narrativa de "Quixeré" de Djanira Araújo de Medeiros nos permite visualizar o cotidiano dos trabalhadores na extração da scheelita na mina Quixeré na década de 1940.

Além de dispormos da Fonte "Quixeré" o contato pessoal com a autora da obra que nos supriu com informações extras, nos possibilitou a elaboração do presente artigo. Quanto à importância, o nosso trabalho irá contribuir na historiografia local, tanto para o acervo da Academia que poderá servir de fonte para outros trabalhos bem como suporte didático-cultural e educacional para o município de São João do Sabugi-RN.

O nosso trabalho está inserido no contexto temporal da década de 1940 tendo como espaço a mina Quixeré situada no município de São João do Sabugi-RN, utilizamos como fonte o romance de Djanira Araújo de Medeiros que relata que a descoberta da jazida do minério ocorreu conforme diz Medeiros (2004, p.04) "numa época em que o mundo via acontecer os horrores da 2ª guerra Mundial, o tungstênio foi encontrado em São João do Sabugi, no Rio Grande do Norte, no composto Scheelita".

A metodologia que utilizamos no desenvolvimento desse artigo está inserida no campo de abordagem da História Local que conforme Geraldo Baldoíno Horn (2006, p.118) entende, é "aquela que desenvolve análises de pequenos e médios municípios, ou áreas limitadas e não muito extensas" e principalmente História do Discurso, haja vista que iremos analisar o discurso da autora em suas narrativas e na construção de seus personagens em "Quixeré". Conforme Orlandi (2012) O nosso trabalho, situa-se no campo de abordagem da História textual/História do Discurso. Orlandi (1990) afirma que o discurso é a prática da linguagem, isto é, uma narrativa construída a partir de condições históricas e sociais específicas. O princípio fundamental da análise do discurso é a interpretação que vai além do conteúdo do texto. O nosso trabalho terá mais três divisões onde iremos desenvolver os tópicos e procuraremos discutir as questões elencadas na problemática: Quixeré: um tesouro na caatinga. Nesse tópico iremos trabalhar a descoberta da jazida e de como ocorreu os primeiros ajuntamentos de mineradores bem como se organizou efetivamente os trabalhos descritos pela autora de "Quixeré". As mulheres de Quixeré: da cozinha às banquetas. A autora cita em sua obra mulheres que trabalharam na extração de minérios de scheelita, uma atividade à época reservada aos homens por se tratar de um trabalho onde se exigia grandes esforços físicos.

Procuramos entender qual a intenção da autora em citá-las haja vista que nessa temporalidade (década de 1940) era notória a predominância masculina nesse tipo de atividade.

Considerações finais. Neste tópico estaremos tecendo alguns comentários acerca das questões trabalhadas e dos resultados obtidos em nossa pesquisa além de possíveis lacunas que poderão surgir e poderão servir de referência para outros pesquisadores.

2. QUIXERÉ: UM TESOURO NA CAATINGA

"Quixeré" nasce em meio à caatinga sob a aridez do ambiente causticante onde sobreviver parecia uma tarefa hercúlea haja vista as dificuldades impostas pelas condições climáticas do semiárido nordestino cujo espaço está situado no denominado polígono das secas.

A autora inicia sua obra enfatizando as motivações que a inspiraram a escrever, as memórias de seu pai a quem via chegar com pequenas porções de minério de scheelita. Parte do processamento era feito aos seus olhos na sua residência na cidade de São João do Sabugi distante da jazida referenciada, 14 km aproximadamente. No primeiro capítulo intitulado "No seio da Caatinga", Djanira faz uma descrição à moda euclidiana do terreno, com seu relevo composto de lajedos graníticos serpenteada de variedades cactáceas tais como xique-xique, mandacaru e outras arvores espinhosas predominantes na região.

É nesse cenário imaginário que a autora concebe o seu romance e surge o primeiro personagem da história: Marieta. Marieta é uma adolescente que exerce a função de pastora de cabras e caçadora nas horas vagas. Foi numa dessas andanças na caatinga tocando as cabras que ela encontra algo jamais visto por ela

[...] resolve, ligeira, pegar uma pedra para jogar próximo às cabras, estimulando-as a seguir para o lado oposto. A pedra é por demais pesada, se comparada a outras tantas daquele tabuleiro [...] é uma pedra diferente, bonita mesmo, e há muitas delas dispersas naquela área. Resolve levar umas pra casa. Serão suas bonecas a partir daí e, para isso, escolhe umas mais compridas (MEDEIROS, 2004, p. 09).

A menina, negra e pobre é alçada a uma posição de protagonista (mesmo momentânea). Nessa saga é posta como alguém, cuja descoberta (as pedras) iria mudar as condições de vida de muitas pessoas que viviam a duras penas naquele sertão árido. No desenrolar do drama entra outro personagem em cena: João Galvão; caixeiro viajante, e compadre de seu Ursulino. Seu Ursulino é o dono do sítio Quixeré, pai de Marieta, nascido sob a lei do Ventre Livre conforme nos informa Jailma (2015)¹² que ganhava o sustento de sua família construindo açudes com sua tropa de burros. João Galvão, segundo a autora, teria sido o verdadeiro descobridor do tesouro, pois ele foi responsável pela identificação do minério. Essa informação é ratificada por Úrsula (1998)¹³ que faz menção à João Galvão como alguém

¹² Jailma (2015, p.6-8). Ana Jailma, jornalista e autora da revista Bateia é parente de eu Ursulino e publicou a informação que o mesmo era filho duma escrava tendo nascido sob a Lei do Ventre Livre.

¹³ Úrsula (1998) cap. 4. P. 2-27). Joaquim Úrsula era Dentista e fez um artigo intitulado "Histórico da mina Quixeré" para o livro *Páginas Sabugienses* publicado em 1998 nas comemorações do cinquentenário de emancipação política de São João do Sabugi-RN.

que prestou relevantes serviços na mina.

A descoberta do minério faz brotar uma nova esperança em Dona Francisca Catarina que vê a possibilidade do esposo, Seu Ursulino, de não mais precisar se ausentar por longo tempo e ganhar tão pouco. Isso fica explícito em sua carta em que relata as boas notícias do descobrimento da jazida do minério, mas também podemos constatar as condições de subsistência daquela família, bem como denuncia seus temores pelas constantes ausências do marido.

[...] nossa filha Marieta achou um tesouro. É um tal minério chamado xelita [...] Seu João Galvão disse que elas tinham grande valor. Então eu peço que você venha por conta que tirando essas pedras dá pra gente viver e não precisa mais você sair para longe fazendo açude (MEDEIROS, 2004, p.14).

Segundo relata a autora, a notícia se espalhou e no capítulo "Riqueza abundante" ela narra os começos da mineração inicialmente realizada de forma rudimentar que consistia em catação de pedras que estavam espalhadas pelos tabuleiros.

Seu João Ursulino faz uma parceria com o Dr. José Medeiros que é quem providencia o registro da mina evitando assim uma possível ação de algum aventureiro que poderia assim fazê-lo. Seu João Galvão fica responsável pela contratação e organização do trabalho que teria iniciado em 02 de setembro de 1942 com apenas 21 trabalhadores. A nova atividade mudou a paisagem e o ânimo daqueles sertanejos acostumados a trabalharem na agricultura e dependerem de estações chuvosas cujas estiagens os lançavam a penosas privações quando a chuva não vinha e mesmo quando vinha era insuficiente, transformando a esperança de muitos em pesadelo. A mineração assim veio como uma nova maneira de subsistência para muitas famílias que habitavam por aquelas cercanias

O final do ano se aproximava e os sitiantes locais viam crescer aquela exploração no Quixeré. A riqueza arrancada da terra dura ia transformando a paisagem. Era uma fonte de renda diferente daquela em que estavam acostumados, na luta das poucas cabeças de gado e da limpa no período das chuvas, quando do solo frutificava o milho, o feijão, o jerimum e até arroz plantado em baixios de córregos (MEDEIROS, 2004, p.19).

Inicialmente, segundo a autora, o processo de extração do minério ocorreu de forma rudimentar consistindo no desmatamento de espécies vegetais da caatinga tais como faveleiros, marmeleiros, angicos e uma variada gama de cactáceas que eram abatidas a fim de abrirem espaço para os mineiros cavoucarem o solo e as rochas em busca de blocos incrustados de scheelita e para isso usavam picaretas, marretas e enxadas, ponteiros, talhadeiras, etc., além da inseparável bateia que era uma espécie de gamela onde o minério era peneirado e separado de outros materiais ficando a scheelita depositada no fundo do recipiente. As pedras contendo o minério eram quebradas em pequenas partículas com o emprego de marretas que iam a cada martelada esfacelando-se em pequenos fragmentos ficando apenas um pó espesso e depois lavado com o uso da bateia imersa

num recipiente com água que poderia ser uma espécie de tanque rudimentar escavado na terra ou na rocha.

Com o passar do tempo os trabalhos foram ficando mais organizados e devido à grande quantidade de pessoas que afluíram para aquele espaço em busca de trabalho fez com que buscassem fixar moradia, mesmo que provisória, nas proximidades da mina. Assim, foram sendo construídos casebres simples de taipa para acomodar os garimpeiros e suas famílias, pois muitos trouxeram suas famílias a fim de ajudarem na lavra do minério além de outros afazeres. A autora descreve:

As barraquinhas eram, em sua maioria, feitas de taipa. Como o Tenente Rocha Junior foi o organizador do povoado de São João do Sabugi, João Santana foi o barraqueiro da Mina do Quixeré, ajudando aquelas famílias a se situarem naquele espaço, levantando seu teto. Para esta construção rudimentar cortavam forquilhas e caibros direto do mato [...] para as paredes afixava-se uma grande quantidade de pau na horizontal e vertical com amarras às forquilhas também [...] o telhado raramente era coberto com telha. Geralmente cobria-se com palha de coco, carnaúba ou oiticica. Algumas dessas casinhas tinham só o esqueleto com o teto coberto [...] o mobiliário era em grande parte de um banco de madeira, uma ou duas cadeiras, os tamboretas, e uma Cantareira com um pote, sobre o qual penduravam-se os copos de beber água numa copeira de madeira [...] a lamparina ficava lá no jirau, se não fosse pendurada pelo aro no teto [...] o fogão as vezes era feito só com pedras, outras vezes era modelado com o barro do qual foram socadas as paredes. Funcionava à lenha, cozinhando em panelas de barro a boia da família (MEDEIROS, 2004, p.25, 26).

Essas moradias simples e improvisadas permitiam aos garimpeiros uma mobilidade maior, evitando assim deslocamentos para outros espaços, possibilitando uma maior agilidade no processo da mineração.

A notícia da descoberta da mina se espalhou por outros lugares e atraiu muitos sertanejos em busca de trabalho. Numa dessas ocasiões, narra a autora, chega ao Quixeré um flagelado da seca vindo de lugares distantes. A criatura se aproxima dos garimpeiros que estavam na lida e num sussurro infor-ma que está à procura de um trabalho, ato seguido ele cai no chão desmaiado, tamanha a fome e sede que estava sofrendo. Maltrapilho e esquelético aquele homem é levado à presença do Seu Ursulino que era tido como homem de bom coração e ao saber da situação do mesmo providencia alimento prontamente servido por Dona Francisca Catarina que era considerada como uma "mãe" por todos os garimpeiros, pela sua forma bondosa de tratar e ajudar as pessoas necessitadas que ali chegassem. Em seguida, seu João Ursulino promete-lhe trabalho, segundo relata Medeiros (2004, p.27): "meu amigo, pode ir buscar seu pote [...] venha trabalhar com a gente. Se não conhecer scheelita, você faz qualquer outro serviço". Apesar da mineração ser a principal atividade em Quixeré outros ofícios pre-cisavam ser exercidos visando suprir outras necessidades presentes no meio do pequeno arraial. Dentre elas a autora elenca a de vendedor de lenha seca

O fornecimento de lenha era oferecido pelo Senhor Zacarias, esposo de Dona Idalina, que possuía três ou quatro jumentos, nos quais carregava lenha seca. Vendia nas residências, tanto de carga completa como de metade desta [...] sai

tangendo os jumentos carregados de lenha, com o maior cuidado em não arrancar árvores novas. Seu saber o faz refletir que as plantas jovens serão a lenha do amanhã, assim como lhes dão fruto, sombra, enfim, vida. (MEDEIROS, 2004, p.41, 42).

A preocupação com a preservação ambiental parece ser uma característica da autora que ela procura inserir em seus escritos e nas ações do lenhador, mesmo numa época em que "coivaras" e "queimadas" eram comuns no sertão seridoense, onde está incrustado o cenário do romance. Muitas outras ocorrências houveram naquela localidade. Segundo conta a autora, Seu Ursulino sabia conduzir aqueles homens, procurando atendê-los dentro do possível. Apesar do trabalho pesado também havia espaço para diversão e lazer:

[...] um homem não pode viver só de trabalho, ele precisa de algum divertimento [...] entre Orlando. Mostre a eles como se toca um forró [...] senta-se num tamborete e abre a concertina. Orlando apresenta agilidade extrema naquele teclado. É como se os seus dedos nem tocassem aquelas teclas. É um momento leve, gostoso (MEDEIROS, 2004, p.23,24).

Todas essas narrativas demonstram, na visão da autora, a importância que a mineração da scheelita trouxe para aquele pequeno arraial e que mesmo vindo entrar em decadência a posteriori, teve os seus anos dourados, trazendo para aquela gente uma melhoria considerável em suas condições de vida e que refletiram diretamente na economia do município de São João do Sabugi-RN bem como outras cidades da região do Seridó.

3. AS MULHERES DE QUIXERÉ: DA COZINHA ÀS BANQUETAS.

As mulheres tiveram um papel de grande relevância, desde ao achado da jazida à lavra do minério da scheelita na mina Quixeré. A autora inicia a sua obra enfatizando o papel das mulheres naquela localidade, do início ao fim.

As mulheres exerceram atividades diversas e estão inscritas, implícitas ou explícitas no contexto do romance que narra fatos históricos. Marieta, a pastora e caçadora foi quem encontrou as pedras, apesar do privilegio do achado da jazida ter sido passado ao Seu João Galvão bem como exerceu a atividade de mineradora, tal informação apesar de implícita no romance é ratificada explicitamente por Úrsula (1998) que diz:[...] a ela, minha justa homenagem, por também ter aprendido, como qualquer garimpeiro, a extrair da terra o minério e, com a venda deste, sobreviver". Dona Francisca Catarina, esposa de Seu Ursulino e mãe de Marieta administrava a casa e os negócios da família na ausência do esposo o que dava a ela condições de articular as decisões junto ao seu marido. Segundo Medeiros (2004, p.23) "Dona Francisca era a grande mãe de todos [...] orientava desde a medicina caseira à conselheira sentimental [...] aquela senhora era uma fortaleza [...] tinha um olho vivo para os negócios". Mesmo antes do Seu Ursulino efetivamente assumir os negócios da mineração, Dona Francisca Catarina já organizava o início da exploração ajudada por seu João

Galvão enquanto aguardava o retorno do marido a quem avisara por carta do achado da mina. Ela também exercia o ofício de professora, ensinando às crianças dos vizinhos e a seus filhos, as primeiras letras, enquanto gerenciava as primeiras finanças geradas pelo início da atividade mineradora

[...] João Ursulino chegou para ficar. Ainda desconfiado, ele arreia o aviamento que carrega da tropa de burros ouvindo o barulho que vem das bandas do sul, onde por certo estão trabalhando no minério. Sua esposa pressente a sua chegada e pega apressada o bisaco no baú, enquanto os alunos decoram, na última hora, os resultados da tabuada [...] Dona Francisca, que escondia a surpresa entrega-lhe o bisaco e diz: Sente-se e vejo com seus próprios olhos o começo da nossa mina. Ele senta-se no tamborete de couro cru e, desmanchando o nó do bisaco, vê surpreso cair em seu colo com muitas notas [...] são quatrocentos mil reis (MEDEIROS, 2004, p.19-20).

Assim que começou a comercializar o minério, Seu Ursulino percebeu que não mais precisaria construir açudes, mas iria passar de trabalhador a patrão, tendo agora que organizar a exploração da mina.

Outros ofícios eram também exercidos por mulheres, relata a autora, como vendedora de comidas como era o caso de Dona Maria de André Melão que tinha improvisado um "hotelzinho". Outra era vendedora ambulante de bolos. Medeiros (2004, p. 54) diz que "[...] a senhora Rita de Crispin, que já trazia os pedaços cortados [...] ela caminhava pela área da banqueta de corte [...] aqueles homens comiam ali mesmo". Outra mulher que teve um papel relevante foi a professora Terezinha Fernandes que atuava tanto no magistério como também no escritório fazendo o trabalho de auxiliar de escritório à época e que tinha uma jornada tripla: Assim, diz Medeiros (2004, p.83) "[...] além de trabalhar no escritório, a professora ensinava nos outros dois horários". Demonstrando assim a capacidade e a dinâmica dessas mulheres que atuavam em Quixeré.

Mulheres donas de casa, garimpeiras, administradoras, comerciantes, professoras, etc., enfim, elas ocupavam todos os espaços possíveis, demonstrando que naquele lugar a vida fluía de muitas formas e que elas estavam totalmente inseridas no cotidiano descrito pela autora em Quixeré.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As narrativas de Medeiros (2004) demonstram, no romance "Quixeré" a importância que a mineração da scheelita trouxe para aquele pequeno arraial surgido de forma repentina e que mesmo entrando em decadência depois, teve o seu clímax na década de 40 do século XX e foi uma fonte de renda para muitas pessoas que para lá afluíram, refletindo diretamente na economia do município de São João do Sabugi-RN, tendo em vista que a maioria dos garimpeiros que ali trabalhavam eram oriundos daquela cidade. Além disso, pessoas de cidades circunvizinhas também se deslocaram para trabalhar na mina. Quixeré era visto por muitos como um oásis em meio ao Sertão do semiárido potiguar, socorrendo inclusive os flagelados da seca.

Várias questões são enfatizadas pela autora que poderiam ser tratadas em outro trabalho de maior abrangência. Um ponto de relevância é o empoderamento das mulheres cuja capacidade a autora coloca como igual ou semelhante aos homens, pois elas participaram ativamente da vida diária da mina. Por outro lado, as questões morais também são destacadas tais como "virgindade" e disposição para "casar" como fica implícito na narrativa de Medeiros (2004, p.56) "[...] Florisbela?

É uma flor

mesmo. Uma donzela que além de muito trabalhadora é moça direita. Não namora ainda, embora já seja moça feita". Se por um lado existiam donzelas virgens, também existiam aquelas que burlavam

o sistema patriarcal e curtiam "amores proibidos" como é o caso de Constância uma figura fictícia que vivia um triângulo amoroso com Prudêncio e Antônio Tibúrcio, Medeiros (2004, p.55) diz que "Ali na vila da mina as mulheres eram muito recatadas [...], porém, havia algumas moças dadas a namoros com mais ousadia, que chegavam por ali, e umas que residiam lá mesmo, como a própria Constância, que namorava o tímido Prudêncio e morria de amores pelo galante Antônio Tibúrcio". Outro fator interessante registrado pela autora foi o acidente causado pelo desabamento em uma galeria onde o Seu Itamar Nóbrega foi vítima, ficando sem condições de trabalhar e foi aposentado, mesmo assim ele continua como "mestre" na mineração. A autora insere agora o seu pai, (ao lado de seu Itamar) a quem no início da obra diz ser um dos motivadores para a escrita do romance. Assim diz Medeiros (2004, p.114): "Em matéria de mineração seria daí por diante velho conselheiro, como o Senhor Antônio Vicente de Medeiros. Os dois seriam "professores de geologia" de dar inveja a graduados, embora que formados na escola da vida, na lida da mina".

Esse pequeno relato não esgota as possibilidades de Quixeré, pois existem "filões" que podem ser explorados e são capazes de produzir muitos trabalhos utilizando-se de outras abordagens nos campos da história.

FONTE

MEDEIROS, Djanira Araújo de. Quixeré. Natal: s/e, 2004.

REFERENCIAS

- ALVES, Jeferson Fernandes. O cultivo das pedras pesadas: um estudo do modelo extrativo-industrial da scheelita em Currais Novos, RN.. 1997. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte.
- BORGES, Valdeci Rezende. História e Literatura: Algumas Considerações. Goiás: Revista de Teoria da História, Ano 1, n. 3, junho/ 2010.
- GOMES, Maria Joseane. Cotidiano e experiência: A história dos trabalhadores na mineração em Currais Novos - RN. 2005. 51 f. Monografia - Curso de História, UFRN, Caicó, 2005.
- HORN, Geraldo Balduino. O ensino de historia e seu currículo: Teoria e método – Petropolis. RJ: Vozes, 2006, 160 p.
- JAILMA, Anna. Quixeré: O brilho que não finda. Bateia, Caicó, p.6-8, jun. 2015. Unigráfica. Referencia Comunicação & Assessoria.
- ORLANDI, Eni Puccinelli. Análise do discurso: princípios e procedimentos. 10. Ed. Campinas, SP: Pontes, 2012. 100 p.
- ORLANDI, Eni Puccinelli. Terra à vista: discurso do confronto – Velho e Novo Mundo. São Paulo/ Campinas: Cortez/Ed. Unicamp. 1990.. 10. Ed. Campinas, SP: Pontes, 2012. 100 p.
- ÚRSULA, Joaquim de Assis (Org.). Histórico da mina de Quixeré. In: MEDEIROS FILHO, Grinaura Medeiros de Moraes e João Quintino de et al. Páginas Sabugi-enses. São João do Sabugi: Edições Mulungu, 1998. Cap. 4. p. 22-27

SIMPÓSIO TEMÁTICO 2

História e Historiografia dos Sertões

Coordenadores

Prof. Dr. Evandro dos Santos – UFRN e Prof. Dr. Helder Alexandre Medeiros de Macedo – UFRN

Proposta do Simpósio Temático

O simpósio tem como objetivo reunir trabalhos que discutam diferentes perspectivas acerca da escrita da História nos/dos sertões, considerando enfoques como o problema das temporalidades, o lugar social de produção, os homens e mulheres que produziram tais narrativas, os conteúdos enunciados por meio dos discursos em torno dos sertões. Parte do pressuposto de que uma multiplicidade de composições historiográficas contribuíram para a constituição de representações sobre os sertões, sejam aquelas construídas pela historiografia erudita, sejam pela historiografia acadêmica (sem desconsiderar aquelas oriundas de produções não acadêmicas e/ou de outras áreas de saber, como o jornalismo e as artes, por exemplo).

“A SECA LAVRA ACTUALMENTE EM NOSSOS SERTÕES COM TODO SEU CORTEJO DE HORRORES”: o Club Romeiros do Porvir e as representações dos sertões no Cariri cearense

Johnnys Jorge Gomes Alencar

Mestrando em História dos Sertões – CERES/UFRN

E-mail: johnnysjalencar@gmail.com

Introdução - “O Cariri é lindo e rico, não pode ser sertão”

Sua vegetação sempre verde e suas águas perenes contrastam singularmente com os sertões semi-áridos que o circundam. [...] É verdade podermos considerar o Cariri uma zona à parte no interior do nordeste. Por isso, em geral, se não julgam sertanejos os caririenses. Em virtude de um certo orgulho nativista, talvez por que o termo sertão lhes dê a ideia de zona seca e estéril, acham que sua terra, muito bonita e fértil, não deve incluir-se naquela designação. **O Cariri é lindo e rico, não pode ser sertão.**¹⁴ [Grifo nosso]

Irineu Pinheiro, autor do livro **O Cariri: Seu descobrimento, povoamento, costumes** lançado em 1950, traduziu em algumas páginas o sentimento, e as representações, de algumas gerações de intelectuais e políticos encarregados de criar oposições entre o Cariri cearense e o sertão. Os usos da natureza no Cariri, operacionalizados pelos intelectuais e políticos, foi elemento importante para tais contraposições. Ainda no século XIX, emergiram ideias do Cariri cearense como o “oásis do sertão” e “celeiro dos sertões”, em que, nessas leituras, além de ter sido uma espacialidade diferente, os enunciados apontaram para um refúgio aos habitantes sertanejos das localidades vizinhas. Ainda utilizando-se dos aspectos naturais para tal afirmação, Irineu Pinheiro chegou a caracterizar o Cariri como “uma zona à parte no interior do nordeste”, como pudemos ler inicialmente.

Entre as primeiras representações elaboradas para distanciar o Cariri do sertão, ainda no século XIX, e as circuladas na obra de Irineu Pinheiro destacamos a ação do Club Romeiros do Porvir também responsável por criar e circular representações como esta. O Club Romeiros do Porvir foi uma agremiação de jovens mantida por “uma turma de Clubistas” que firmaram laços no ano de 1900 em torno de aspirações artísticas e literárias. Na transição do centuário XIX para o seguinte, aquele grupo configurou um dos espaços de sociabilidade mais notáveis frente às relações desenvolvidas na cidade do Crato.

¹⁴ PINHEIRO, Irineu. **O Cariri: seu descobrimento, povoamento, costumes**. – Ed. fac.sim. – Fortaleza: FWA, 2009, p. 07.

Na maioria dessas representações o sertão é tratado como a-histórico e não tomado como uma realidade discursiva produzida a partir de interesses políticos, culturais, sociais, etc., mas como uma realidade em si. Conduzidos ao erro, quando aceitamos o sertão como uma realidade dada, um espaço em que só convive um tempo, uma geografia, uma cultura, uma forma de viver, uma única natureza: perversa. Nesse caso, é definido um espaço como uma unidade onde não existem possibilidades para a pluralidade, conceituamos, portanto, a partir de um único fato.¹⁵

Para além das relações sociais que foram fundamentais na construção e alteração semântica do conceito de sertão os conteúdos veiculados em torno desses termos também ganham espaço importante nas formas em que essas concepções são apropriadas e representadas ainda hoje. O exercício por nós aqui proposto se encarregou de pensar como os intelectuais mediadores foram importantes para a construção e circulação de representações em torno dos sertões, sobretudo, a forma com que estes se organizaram em torno de espaços assim nomeados.

Para entendermos como os intelectuais se organizam frente às relações sociais trabalhamos com a História Intelectual por acreditarmos na necessidade de apontar para algumas definições do conceito de intelectual, principalmente. Compreendemos por intelectuais, a partir de Jean-François Sirinelli, como sendo os sujeitos criadores e/ou mediadores socioculturais, assim como, os atores sociais que assumem pontos de intervenções e destaque nos espaços no qual se encontram inseridos¹⁶. Mesmo quando Sirinelli nos oferece aparatos para construir essas definições apresenta também as dificuldades de limitar o sentido desse conceito.

A partir dessas definições, analisamos as práticas de mediação cultural dos integrantes do Club Romeiros do Povir ao colocarem representações em torno dos sertões e de si em circulação. Levando em conta esse ponto de partida, e as escolhas realizadas para esse estudo, nos referimos a estes mesmos sujeitos enquanto intelectuais mediadores, como nos sugere Angela de Castro Gomes em trabalho conjunto com Patricia Hansen¹⁷, ao compreendermos os diversos tipos de ação desempenhados pelos intelectuais do grupo aqui estudado. A edição de um jornal, a criação de uma biblioteca pública, a exibição cinematográfica, a escrita e encenação de peças teatrais, por exemplo,

¹⁵ ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **A feira dos mitos: a fabricação do folclore e da cultura popular** (Nordeste 1920-1950). São Paulo: Intermeios, 2013, p. 19-90.

¹⁶ SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. In: RÉMOND, René (org.). **Por uma História Política**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1996, p. 231-269.

¹⁷ GOMES, Angela de Maria de Castro; HANSEN, Patricia Santos. Introdução. In: GOMES, Angela de Maria de Castro; HANSEN, Patricia Santos (ORGs). **Intelectuais mediadores: práticas culturais e ação política**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016, p. 7-37.

garantiu aos Romeiros do Porvir relevância na construção de identidades culturais dos indivíduos da cidade do Crato.

Para compreendermos o conceito de sertão também realizamos algumas considerações. A partir de Erivaldo Fagundes Neves, as concepções em torno da ideia de sertão, produzidas e mais aceitas ao longo processo de colonização no Brasil, se misturam e formam um conceito que é espacial, econômico e social. Se associa aos conceitos geográficos, semi-árido; econômico, a pecuária; percepção espacial, o interior; e, noutra social, enquanto região pouco povoada.¹⁸

Ainda, para entendermos quais usos da palavra “sertão”, e das noções em torno desse conceito, pelos intelectuais no Cariri cearense e a quais elementos essa categoria se vincula no início do século XX utilizamos o jornal *A Liça* como uma das fontes principais. Periódico que circulou semanalmente na cidade do Crato no ano de 1903, composto por 4 páginas e editado em três colunas. *A Liça*, “órgão do club Romeiros do Porvir”¹⁹, foi um jornal produzido na cidade do Crato, Ceará, sob a redação de José Alves de Figueiredo, intelectual que se destacou no meio jornalístico por ter sido responsável pela criação e edição de jornais. Podemos nos referir a este semanário como um jornal “litterario e noticioso”, segundo o próprio editorial de apresentação. Ainda analisamos as atas das reuniões do grupo, para entendermos a organização da agremiação.

INTELECTUAIS NO SERTÃO: o Club Romeiros do Porvir

Capítulo indispensável a quem se proponha escrever a história de nossa cidade, este que tentarei esboçar em poucos traços, referente ao seu primeiro cinema. *** Ficam bem os asteriscos acima dispostos, por que denunciam recuo no tempo, de quasi cinquenta anos. [...] Nessa época, a cidade dava-se ao luxo de possuir uma entidade cultural e artística, o famoso club “Romeiros do Porvir”. [...] Esse club reunia o que a cidade possuía de mais expressivo, quer em letras, quer em artes.²⁰

O Club Romeiros do Porvir foi uma agremiação literária fundada no ano de 1900 por Manuel Soriano de Albuquerque²¹, na cidade do Crato, e adquiriu certa notoriedade na historiografia cratense²², como notamos no trecho escrito por Florival Matos, publicado no

¹⁸ NEVES, Erivaldo Fagundes. Sertão como recorte espacial e como imaginário cultural. *Politéia: História e Sociedade*, Vitória da Conquista, v. 3, n. 1, p. 153-162, 2003, p. 156.

¹⁹ Frase repetida no cabeçalho do jornal.

²⁰ MATOS, Florival. “Crato e o primeiro cinema”. Revista Itaytera. Crato, nº 1, ano I, 1955, p. 148.

²¹ Soriano de Albuquerque (Água Preta-PE, 8 de janeiro de 1877 – Fortaleza-CE, 5 de setembro de 1914). Bacharel pela faculdade de Direito de Recife, em 1899; foi para Crato-CE em 1900 como juiz substituto. Fundou o colégio Leão XVIII. Foi redator do jornal *A Cidade do Crato*. Foi um dos fundadores do Club Romeiros do Porvir.

²² Chamamos de historiografia cratense os trabalhos escritos por intelectuais sobre a e/ou na cidade do Crato que se encarregaram de pensar elementos que compõe o conjunto de fatos e eventos ocorridos na região do Cariri, mais especificamente.

primeiro número da revista *Itaytera*²³. Tais recorrências são possíveis nessa historiografia por identificarem no grupo algumas ondas de pioneirismo, quando se tratou de organizar um clube literário, exibições cinematográficas e apresentações teatrais.

A organização de “uma turma de Clubistas”²⁴ em torno de uma agremiação literária foram firmadas a partir de aspirações literárias e artísticas. O trabalho de mediação cultural realizado a partir da publicação de um jornal garantiu a seguinte apresentação do grupo no editorial de abertura do periódico. “Se falsos adeptos dessa mesma crença incapazes de compreenderem a nobreza dos sentimentos que nos propellio para esse tentamen: **que somos moços marchamos para o futuro guiados pelo pharol da crença e nada nos deterá o passo.**”²⁵

Para realizar algumas considerações a partir dessa apresentação é importante pensarmos o contexto da fundação do próprio grupo. No final do século XIX e anos iniciais do século XX, as ideias de novo, progresso, ruptura e revolução passaram a fazer parte não somente do cotidiano, como havia se pensado, mas começaram também a ganhar espaço na construção do imaginário social. Segundo Micael Herschmann e Carlos Alberto Messeder Pereira, ao trabalharem com a ideia d’**A invenção do Brasil moderno**, percebem como o processo que perdurou de 1870 até 1930, assinalaram as grandes obras de engenharia e os projetos que pretendiam europeizar o Brasil e foram inventados e disputados no período citado. A preocupação de marcar o país como aberto a um novo projeto é de interesse para marcar o início de uma invenção de um projeto maior, “na virada do século XIX para o XX a palavra de ordem é “civilizar”, isto é, ficar em pé de igualdade com a Europa no que se refere a cotidiano, instituições, economia, ideias liberais, etc”.²⁶

Quando o grupo tratou de mobilizar representações em torno grupo se preocuparam em marchar em conjunto com o imaginário moderno que estava em vigência. Os redatores do jornal, representados por José Alves de Figueiredo²⁷, preocupavam-se, inclusive, de se apresentarem como aqueles que marchavam para o futuro. A figura da mocidade, apresentada como elemento de identidade do próprio grupo, perpassou a própria

²³ A Revista *Itaytera* é órgão do Instituto Cultural do Cariri (ICC) publicada anualmente desde o ano de 1955. Importante meio de divulgação das atividades intelectuais na cidade do Crato.

²⁴ Frase que aparece no cabeçalho do jornal *A Liça* para se referir aos membros do Club Romeiros do Porvir.

²⁵ *A Liça*, Crato, 08 de julho de 1903, p. 1.

²⁶ HERSCHMANN, Micael M. & PEREIRA, Carlos Alberto Messeder. O imaginário moderno no Brasil. In: HERSCHMANN, Micael M. & PEREIRA, Carlos Alberto Messeder (orgs). **A invenção do Brasil moderno**: medicina, educação e engenharia nos anos 20-30. Rio de Janeiro: Rocco, 1994, p.12.

²⁷ José Alves de Figueiredo (Crato-CE, 28 de abril de 1878 – Crato-CE, 25 de fevereiro de 1961) ficou conhecido por Zuza da Botica. Foi farmacêutico, jornalista, poeta e escritor. Foi membro, na cidade do Crato, do Clube Romeiros do Porvir. Participou da redação de alguns jornais que circularam na cidade do Crato, como o jornal *A Liça* e *Correio do Cariri*.

concepção de tempo histórico²⁸ que esses personagens vivenciavam. Entendemos a partir dos estudos de François Hartog, que a concepção de tempo lida a partir dos Romeiros do Porvir estariam situadas em um *regime de historicidade moderno*²⁹, onde prevaleceu à dimensão do futuro sobre as demais. O próprio clube trazia no nome aspirações para os membros que estariam comprometidos com os acontecimentos do “Porvir”.

A reunião de vários mediadores culturais, em torno da agremiação, proporcionou a união de atividades culturais diversas que passaram a compor o calendário cultural da cidade do Crato a partir da fundação do grupo. É possível perceber esse emaranhado de atividades e ações a partir das atas das reuniões semanais, onde o grupo reunia os sócios e discutiam as principais atividades a serem realizadas. Em ata da sessão ordinária do dia 02 de agosto de 1903 identificamos:

A' hora do costume, com a presença dos socios effectivos Luiz T. de Alcantara, Antonio N. Pinheiro, Arthur B. C., Isaias Pereira, Antonio M. Amorim. José A. de Figueiredo, José Hollanda Basto, Antonio de Oliveira, Joaquim de Lima, E. S. Piancò, J. Mendes, e Joaquim T. Campos, foi aberta a sessão. Lida a acta da sessão anterior, foi aprovada depois de pequena emenda. [...] Officio do socio J. V. Monteiro, requerendo uma licença de 60 dias por ter de ausentar-se desta cidade, è submettido a discussão e depois a commissão revisora. O sr. presidente, expõe aos socios a necessidade que o Club tem de continuar regularmente as aulas deste, sendo necessario para isto a bôa vontade dos socios. Foi muito aplaudida a idéa do presidente. O derector da companhia dramática filial ao Club, usando da palavra expõe aos colegas a necessidade, o mais breve possivel, ser levado à scena alguma peça dramática. Usando da palavra o socio A. N. Pinheiro, pede ao sr. presidente para fazer ver aos socios que a correspondeica do Club só poderá ser recibida pelo Bibliothecario. Fallou sobre o mesmo assumpto J. T. Campos. Pedio a palavra o socio J. A. Figueiredo, e sendo-lhe concedido diz que, como encarregado do jornal “A Liça” orgam do Club, a correspondencia deste devia ser entregue a elle: Ficando pela forma seguinte – no sabado o bibliothecario entregara a correspondencia ao diretor do jornal, e este devolverá a aquelle na 3.^a feira.³⁰

O gosto pelas letras e pelas artes, assim como a forma consumida através da agremiação, colocavam os intelectuais dos Romeiros do Porvir como reguladores das formas de apropriação naquele contexto. Vale destacar, que nem todas as formas de apropriações das artes e das letras são reconhecidas como legítimas em dado momento, como nos sugere Pierre Bourdieu³¹. Para isso, ainda levando em conta os apontamentos de Bourdieu, as atividades desenvolvidas pelo grupo eram dotadas de embates simbólicos e por meio das ações do grupo buscavam formar “leitores” para esse consumo. Os intelectuais mediadores do Club Romeiros do Porvir, dessa maneira, ofereceram formas de

²⁸ A partir de Reinhart Koselleck (2006) o tempo histórico pode ser entendido como o conflito entre as dimensões de um passado-atual e de um futuro-atual. Ou, as relações entre um Espaço de Experiência e um Horizonte de Expectativa.

²⁹ A noção de Regime de Historicidade a partir de François Hartog é entendida como “os diferentes modos de articulação das categorias do passado, do presente e do futuro” (HARTOG, 2006, p. 16).

³⁰ A Liça, Crato, 12 de agosto de 1903, p. 4.

³¹ BOURDIEU, Pierre. **A distinção**: crítica social do julgamento. Trad. Daniela Kern; Guilherme J. F. Teixeira. São Paulo: Edusp; Porto Alegre, RS: Zouk, 2007.

circulação e apropriação das letras e artes que atribuíam ao grupo à condição de fazer circular uma arte legítima, assim como, instrumentalizar as formas de apropriação.

As aulas ministradas pelos membros do grupo, a participação de não sócios na companhia teatral, a organização de eventos cívicos e a publicação de um jornal tiveram, em grande medida, o dever de formar outras pessoas, que não os membros do grupo, para consumir artes e letras. A agremiação ainda organizou uma biblioteca pública com acesso livre e empréstimos de obras para leitores da cidade. A ideia de uma cidade letrada, com bibliotecas e jornais, também esteve associada às ideias de modernização que o grupo pensou para a cidade do Crato. Assim, notícias como a veiculada pelo Jornal *Correio do Cariry* no dia primeiro de janeiro de 1905 tinham certa periodicidade nos jornais editados na cidade do Crato durante a existência daquela agremiação.

O clube Romeiros do Porvir pede a quem tiver livros pertencentes a esta biblioteca, o especial favor e obsequio de vir ou mandar entregal-o na mesma. Avisa que a biblioteca esta aberta das sete e meia da manhã às oito da noite. Assina nota o bibliotecário João Lima e Silva.³²

A inserção dos intelectuais, membros do Club Romeiros do Porvir, em outros jornais nos ajudam a perceber que o projeto de uma modernização a partir da imprensa era uma concepção comum, também, aos intelectuais estranhos aquela agremiação. Entendemos assim, as ações e os projetos difundidos por aquele clube enquanto ideias e projetos pensados por uma elite política, econômica e intelectual na cidade do Crato naquele momento.

O jornal *A Liça* apareceu como um elemento estratégico de projeção do grupo. Em 1903, quando se deu o aparecimento do periódico, os redatores mencionaram a agremiação como,

Uma sociedade litteraria contando quatro annos de vida e que assenta sobre uma tão poderosa peanha – a convicção arraigada, da grandeza de uma ideia, no coração da mocidade, cujo nome ainda não transpoz o estreito circuito da cidade patria, seria uma falta de energia da nossa parte se não tentássemos esta empresa.³³

Trataram, ainda, da “[...] necessidade de um órgão de representação no seio da nossa sociedade”³⁴, no qual, se apresentaram como tais a partir da justificativa da publicação daquele periódico por meio da “turma de clubistas”.

O projeto de um jornal que conferia ao grupo a possibilidade de expansão de suas ideias e projetos, inclusive para outras cidades, se juntava com a defesa da imprensa como

³² Correio do Cariry. Crato, 1 de janeiro de 1905, p. 3.

³³ A Liça, Crato, 08 de julho de 1903, p. 1.

³⁴ A Liça, Crato, 08 de julho de 1903, p. 1.

elemento para a civilização, logo como um fator de progresso e modernização. No editorial de 23 de setembro de 1903 os editores trataram a imprensa da seguinte forma:

Ninguém poderá contestar que a imprensa tem sido e será sempre o mais poderoso factor do progresso – instruindo os povos e combatendo abusos e preconceitos [...]. Nenhuma outra instituição tem tido resultados tão benéficos no impulsionamento das idéias civilisadoras. Tudo elle procura desvendar e revestir da verdade levando com felicidade e presteza os úteis resultados obtidos, ao conhecimento do mundo civilizado por meio do jornal e do livro.³⁵

Para aquele grupo a imprensa não seria somente um fator de progresso e civilização. Enquanto clube, a publicação enuncia o desejo apresentado pelos membros de colocarem em circulação o fato de manterem as publicações de um jornal naquela cidade e contribuir para a implantação da civilização naquele espaço. A ideia da imprensa como aspecto de civilização faz parte dos discursos proferidos por membros daquele grupo desde os anos finais do século XIX, e é uma ideia que já perdurava por algumas décadas. Antonio Bezerra em seu livro *Notas de Viagem*, que relatou viagem pelo interior do Ceará em comissão de estudo no final do século XIX, afirmava que “uma cidade sem jornal é como a fonte sem água”. Para ele, “o jornal é o livro do povo, e onde o povo não lê não se instrui, a ignorância alimenta as paixões, avulta a estatística dos crimes”.³⁶

OS ROMEIROS DO PORVIR E AS REPRESENTAÇÕES DO SERTÃO

O Jornal *A Liça* (1903), “orgão do club Romeiros do Porvir” e redigido por José Alves de Figueiredo, foi o principal meio de divulgação da produção intelectual adotado pelos membros do grupo. O nome do jornal indica que o mesmo foi um espaço de discussões, de entrar em ação e travar combates, sobre temas julgados como importantes. Ou melhor, como foi divulgado no editorial de apresentação pelos redatores “viemos nos colocar na arena onde se degladiam os velhos e laureados campeões”.³⁷

No jornal *A Liça*, entendido por nós como veículo das ideias de um grupo de intelectuais, a palavra sertão apareceu poucas vezes nas edições por nós consultadas. Para ser mais preciso existem apenas duas ocorrências ao longo dos 12 números consultados na pesquisa.

Em 12 de agosto de 1903, a palavra sertão é mencionada pela primeira vez nas páginas do jornal. O texto que inaugura a coluna “Açudagem” é assim apresentado pelos editores do jornal:

³⁵ A Liça, Crato, 23 de setembro de 1903, p. 1.

³⁶ BEZERRA, Antonio. **Notas de viagem**. Fortaleza: Imprensa Universitária do Ceará, 1935, p.71.

³⁷ A LIÇA, Crato, 08 de julho de 1903, p.1.

É cousa dogmatica: o Ceará está condenado eternamente ao flagelo tremendo das seccas. [...] Cahem as primeiras chuvas, a semente grela, mas, apenas abrem-se as primeiras folhas, os ventos desviam o curso das nuvens e o sol verberando a prumo raios de fogo em pouco tempo reduz tudo a pó, incinera tudo. Começa então o horrendo cataclysmas: a criação mumifica-se, nas florestas parece que lavrara um incendio devorador e cruel, a terra escalda os pés do viandante, o vento que d'antes era galerno sopra qual siroco maldito.³⁸

A experiência que a seca dos anos de 1877, 1878 e 1879 proporcionou e as narrativas decorrentes daquele acontecimento fizeram com que o Ceará passasse a ser identificado como um território condenado à seca. Chegou a produzir discursos, como os transcritos acima, em que as condições climáticas e as florestas que pareciam mais ter sido incinerada, justificavam a “cousa dogmatica”. Ainda na mesma edição destacamos que,

Brandam todos os jornaes, clamando soccorros, relatando os factos com um colorido de sangue. Os soccorros que apparecem apenas salvam uma pequena parte da população morrendo as outras á mingua do pão. E que têm feito os poderes competentes em nosso beneficio, com o fim de evitar os effeitos desse pesado castigo que periodicamente peza sobre nossas cabeças? Quasi nada, apenas alguns kilometros de via-ferrea e um açude na zona pedregosa do Quixadá, que não se presta à agricultura. **E a seca lavra actualmente em nossos sertões com todo seu cortejo de horrores.**³⁹ [Grifo nosso].

A partir do trecho destacado é possível identificar Ceará, seca e sertão como palavras interligadas, organizadas em um mesmo campo semântico e como aparato para a sedimentação de uma concepção de sertão. O empenho de “todos os jornaes, clamando soccorros”, não tem o retorno desejado. A omissão política no sertão é fundamental para a manutenção de um espaço estigmatizado. A construção da via-férrea e de um açude, de acordo com o editorial, representou medidas insuficientes. O açude foi construído em uma zona imprópria para a produção agrícola, a via-férrea, naquele período, ainda adentrava pouco ao território sertanejo. A defesa realizada pelo grupo presente na mesma coluna, parte da justificativa que quanto aos açudes, o Cariri seria o lugar para os melhores investimentos, pois era uma zona vocacionada para a produção agrícola.

Pobre Ceará moderno no Prometheu quando encontrarás quem te liberte do grilhão da miséria, quem te livre do abutre do infortúnio que corrôe continuamente?!... [...] E como os ingleses resolveram o grande problema das seccas por meio dos grandes açudes, deveria o nosso governo, fazendo despesas inutis pela Capital Federal pelo sul da republica, dispor-se energicamente a vencer a natureza ingrata do norte, abrindo creditos para a açudagem; e encarregando desta obra homens de reconhecida competencia na materia, os quaes percorrendo todo o estado, reconhecessem os locaes próprios para este desideratum, tendo em mente enriquecer estes vastos campos fertis e productores. **Aqui no Cariry fonte de todos os viveres que abastecem esta zona atacada pela secca e antigamente celeiro de todos esses sertões dos estados circunvisinhos, ha bons locaes apropriados para açudes, os quaes, seriam feitos com emprego de pouco dinheiro pela facilidade que apresenta a configuração do solo.** Mostramos como exemplo um optimo logar no valle dos Caraes, neste valle tão fertil e já tão

³⁸ A LIÇA, Crato, 12 de agosto de 1903, p.1.

³⁹ A LIÇA, Crato 12 de agosto de 1903, p.1.

conhecido pela grande quantidade de arroz que produz nos annos de inverno.⁴⁰
[Grifo nosso].

Apresentar os sertões enquanto espacialidades vizinhas colaborou para a manutenção da ideia de oásis gestada ainda no século XIX pelas elites senhoriais, como nos sugere Darlan de Oliveira Reis Junior, discurso, inclusive, utilizado enquanto instrumento político⁴¹. Seguindo as mesmas ideias iniciadas no século anterior, existiu um esforço da produção intelectual veiculada pelo jornal em afastar o Cariri do sertão. No entanto, o Cariri cearense clamava por socorros e necessidades que eram as mesmas da outra parte do estado, as mesmas necessidades dos sertões que estavam ao seu entorno. O desejo era criar fronteiras entre uma zona privilegiada e o seu entorno, embora as condições administrativas fossem semelhantes, os problemas os mesmos e as posições geográficas se unissem. A tentativa de firmar essas fronteiras foi alimentada na narrativa literária de Soriano de Albuquerque em 1904 quando passa a discorrer que, “os viajantes haviam ultrapassado os limites dos campos mirrados do sertão, das áridas extensões por vezes pedregosas, e entrado na região ubérrima do Cariry”.⁴²

Desse modo, a concepção de sertão veiculada pelo grupo, associou o sertão diretamente à seca, terras áridas e improdutivas, áreas sem vegetação verde, escassez de água, entre outros elementos que caracterizam uma área com poucos recursos naturais. Produzir e fazer circular representações essas para diferenciar o sertão do Cariri se tornava uma linha tênue, pois como Darlan de Oliveiras Reis Junior nos indica, mesmo com os discursos em torno dos elementos naturais do Cariri aquela região era composta em grande parte pelas chamadas “terras secas”, solos não propícios para a agricultura.⁴³

A própria agremiação reconhecia o problema de amparar uma identidade para a região do Cariri nos elementos naturais.

Todos conhecem, todos clamam que hoje em nossos dias, já não é o Cariry tão fértil, tão abundante, tão productivo como há meio seculo atrás – os rios eram profundos e caudalosos, os brejos eram taes que em muitas partes não se prestavam ao plantio da canna visto serem pantanos inaccessiveis, charcos extensos, e sómente, nos terrenos lateraes e mais elivados vicejavam vigorosos cannaviaes e verdejantes seares; por toda parte força e vigor, e a floresta virgem estendendo-se por vales e serras em toda sua pujança e vigor atestava a feracidade do solo.⁴⁴

⁴⁰ A LIÇA, Crato 19 de agosto de 1903, p.1.

⁴¹ REIS JUNIOR, Darlan de Oliveira. **Senhores e trabalhadores no Cariri cearense: terra, trabalho e conflitos na segunda metade do século XIX**. Tese (Doutorado em História Social). Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2014.

⁴² ALBUQUERQUE, Soriano. O Cariry. In: ALMANACHE ADMINISTRATIVO, ESTATÍSTICO, MERCANTIL, INDUSTRIAL E LITTERARIO DO ESTADO DO CEARÁ PARA O ANO DE 1905. Fortaleza: Empreza Typographica, 1904, p.167-168.

⁴³ Idem, p. 33.

⁴⁴ A LIÇA, Crato, 26 de agosto de 1903, p.1.

A ideia de que o Cariri estava perdendo sua pujança e vigor na paisagem do mundo natural deixava-o mais próximo da possibilidade de ser sertão. Possibilidade que inquietava os intelectuais e os levaram a construir identidades cada vez mais definidas para aquela espacialidade e considera-la de outras maneiras, que não sertaneja.

Desse modo, os Romeiros do Porvir, enquanto grupo, construíram para si a identidade de um grupo que contribuía para o desenvolvimento daquela região. Recorreram, muitas vezes, a outros intelectuais para se apontarem enquanto “moços distintos” naquele meio. Os clubistas comunicavam conhecimento e cultura, em contrapartida, uma elite letrada e de “bom gosto” qualificavam aquelas produções como sendo dignas de representar o meio intelectual da cidade. Ser letrado, por sinal, não combina com sertanejo. Logo, as letras são lidas como mais uma estratégia de distanciar o Cariri do Sertão.

As críticas dirigidas aos governantes, que diziam respeito aos investimentos para sanar os problemas dos sertões cearenses, soavam também como protesto pela falta de investimentos no Cariri cearense. A estrada de ferro era uma promessa para o sul do Ceará desde o último quartel do século XIX, que diferente das demais regiões do estado, deveria exportar sua produção para outras regiões interioranas do estado, apontadas enquanto necessitadas: os sertões. No entanto, mesmo com todas as estratégias de modernização do espaço caririense, e com os discursos de que a natureza seria um diferencial, a estrada de ferro foi justificada ainda no ano de 1903, pelos integrantes do grupo, como uma medida para resolver os problemas da seca.

Um telegrama dirigido de Fortaleza para a Cidade do Crato trouxe-nos a feliz nova de haver o governo federal resolvido prolongar a via-ferrea de Baturité como medida attenuante das agruras da secca, tendo já, para este fim, aberto os necessários créditos. Só por effeito de huma inspiração divina poderia o senhor Rodrigues Alves ter esta generosa lembrança. Em outras circunstâncias estando o Ceará a gozar os seus proventos, abundante e prospero, seria isto apenas uma promessa de um passo mais agigantado no caminho do progresso. Mais hoje, na quadra difficil e abrolhosa que vamos atravessando, como Christo com os pés em sangue a caminho do Golgotha, é um auxílio que nos envia, complacente e bom, o patriótico Presidente da Republica, não obstante a elle termos direito. Não é o pensamento de que, decorridos poucos anos, o sibillo da locomotiva venha nos despertar desta apathia e insipidez em que vivemos, peculiares aos logaresatrazados, trazendo nos a civilização com suas mil e variadas sugestões, que nos faz mover a penna em estos de entusiasmo. Não. É um sentimento inteiramente humanitário. É a lembrança de nossos irmãos e nós mesmos não precisarmos sahir estugados em busca de exílio onde mil vicissitudes amargas, oporobrios e até a escravidão nos esperam, a nós que nascemos livres em um torrão onde tudo é livre como o vento (permitam-nos paraphrase-ar o poeta), e encontramos nas asas da terra natal o socorro de que precisamos.⁴⁵

⁴⁵ A Liça, 22 de julho de 1903, p. 01.

Mesmo não perdendo de vista a ideia de progresso que o trem representava naquele contexto, o autor da notícia traduziu a notícia do prolongamento dos trilhos até a cidade do Crato como uma medida de combate a seca, tendo em vista a “quadra difícil e abrolhosa” por qual o Cariri também passava. A tentativa de construir representações para o Cariri como o oposto ao sertão nem sempre foram sustentadas na própria realidade, mesmo com todos os empreendimentos intelectuais realizados pelos Romeiros do Porvir cederam ao aspecto sertanejo do Cariri e da cidade do Crato para justificar uma obra em nome do progresso.

CONCLUSÃO

As representações dos sertões, assim como as próprias espacialidades que esse conceito nomeia, são plurais e alvo de disputas. Nesse trabalho, buscamos entender como se constituíram representações em torno dos sertões a partir das ações dos Romeiros do Porvir e da publicação do jornal *A Liça* (1903), órgão da agremiação. Nas duas vezes em que a palavra sertão apareceu nas publicações do jornal por nós analisados em nenhuma, diretamente, a palavra nomeia o que se entende pelos espaços do Cariri cearense, muito menos à cidade do Crato. Dessa forma, tratamos mais precisamente em quais contextos as palavras foram usadas de forma incisiva.

Buscamos pensar ainda, ao longo do trabalho, como os intelectuais foram personagens importantes para as concepções de sertão que foram/são construídas e veiculadas. A partir do nosso recorte foi possível identificar que a própria organização de um grupo destinado a atividades literárias e artísticas, levando em conta também a manutenção de um jornal redigido pela agremiação, serviu como suporte para as justificativas de que o Crato não era sertão, nesse caso por reiterar os discursos no qual o sertão é tratado como algo arcaico e incivilizado.

REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **A feira dos mitos**: a fabricação do folclore e da cultura popular (Nordeste 1920-1950). São Paulo: Intermeios, 2013.
- ALBUQUERQUE, Soriano. O Cariry. In: ALMANACHE ADMINISTRATIVO, ESTATÍSTICO, MERCANTIL, INDUSTRIAL E LITTERARIO DO ESTADO DO CEARÁ PARA O ANO DE 1905. Fortaleza: Empreza Typographica, 1904, p.167-168.
- BEZERRA, Antonio. **Notas de viagem**. Fortaleza: Imprensa Universitária do Ceará, 1935.
- BOURDIEU, Pierre. **A distinção**: crítica social do julgamento. Trad. Daniela Kern; Guilherme J. F. Teixeira. São Paulo: Edusp; Porto Alegre, RS: Zouk, 2007.

CORTEZ, Antônio Otonite de Oliveira. **A Construção da “Cidade da Cultura”**: Crato (1889 - 1960). (Dissertação de Mestrado em História Social). Rio de Janeiro – UFRJ, 2000.

GOMES, Angela de Maria de Castro; HANSEN, Patricia Santos. Introdução. In: GOMES, Angela de Maria de Castro; HANSEN, Patricia Santos (ORGs). **Intelectuais mediadores: práticas culturais e ação política**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016, p. 7-37.

HARTOG, François. **Regimes de historicidade: presentismo e experiências do tempo**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.

HERSCHMANN, Micael M. & PEREIRA, Carlos Alberto Messeder. O imaginário moderno no Brasil. In: HERSCHMANN, Micael M. & PEREIRA, Carlos Alberto Messeder (orgs). **A invenção do Brasil moderno: medicina, educação e engenharia nos anos 20-30**. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos**. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC – Rio, 2006.

MATOS, Florival. “Crato e o primeiro cinema”. **Revista Itaytera**. Crato, nº 1, ano I.

NASCIMENTO, F. S. **Crato: Lampejos Políticos e Culturais**. Fortaleza: Edições UFC, 1998.

NEVES, Erivaldo Fagundes. Sertão como recorte espacial e como imaginário cultural.

Politéia: História e Sociedade, Vitória da Conquista, v. 3, n. 1, p. 153-162, 2003.

PINHEIRO, Irineu. **O Cariri: seu descobrimento, povoamento, costumes**. – Ed. fac.sim. – Fortaleza: FWA, 2009.

REIS JUNIOR, Darlan de Oliveira. **Senhores e trabalhadores no Cariri cearense: terra, trabalho e conflitos na segunda metade do século XIX**. Tese (Doutorado em História Social). Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2014.

SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. In: RÉMOND, René (org.). **Por uma História Política**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1996, p. 231- 269.

MULHERES DA PESTE: uma história do campesinato feminino sertanejo paraibano

Ana Maria da Silva Gomes de Oliveira Lucio de

Sousa⁴⁶

Compreender as representações sociais que estão agenciadas no estereótipo de “mulher da peste”, atribuído à mulher paraibana, de modo geral, mas sobre tudo da mulher pobre sertaneja, é um exercício de reconstituição da história do campesinato no estado da Paraíba. De acordo com a historiografia consultada, do século XVI à primeira metade do século XX é possível situar a sua presença nas diferentes formas de campesinato desenvolvidas, sob a égide da política estruturada pelo poder colonial português e posteriormente pelo poder do império.

Para este estudo, foram observados no tecido social constituído na região no decorrer do século XIX e na primeira metade do século XX, saberes e práticas seculares relacionados ao trabalho na agricultura. São práticas socioculturais que emergem no cotidiano destas mulheres, ancoradas na sua relação com os elementos da natureza no sertão, permeadas por saberes cujo domínio funda parte da representação de *mulher da peste*.

Com este objetivo foi preciso situar a categoria campesinato, na qual o estudo se ateve, no seu desenvolvimento e nos elementos sociais e culturais que incorreram na formação das comunidades curraleiras e na sua relação com a terra; para observar seus recursos culturais em constante reelaboração, embora portadores de continuidades.

As comunidades do gado sertanejas se formaram em um período complexo de ocupação territorial e divisão do trabalho no qual se produziu a sua especificidade cultural, material e imaterial formada por saberes, costumes e tradições, que geraram formas de pertencimento e de identidade. A história da mulher nas formas de agricultura levadas pelas comunidades do gado é a chave para compreender as representações que se derivaram deste processo.

⁴⁶ Pós-doutoranda no Programa de Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC/SP. ann_lucio@yahoo.com.br

Estas formas de agricultura estavam estruturadas na grande propriedade pecuarista e no trabalho escravo do indígena e do negro. Com o fim da escravatura, de modo geral no sertão paraibano, o trabalhador livre passou à condição de morador-agregado, em troca de um lugar para morar com sua família, cultivar a terra para o seu sustento e continuar a trabalhar para o dono da propriedade. Nas fazendas o cultivo dos principais produtos para subsistência, ou para o comércio era dividido, de acordo com o sistema estabelecido, entre o senhor e as famílias moradoras. Contudo, cabe registrar, haviam espaços que escapavam à ocupação dos senhores e permitiam pequenos roçados, precários e provisórios, de base familiar, os quais mantiveram as comunidades de moradores estabelecidas por longos períodos, vivenciados por gerações.

As famílias de moradores muitas vezes identificadas como colonos, viviam circunscritas no interior das fazendas, mantendo um tipo de isolamento em relação à vida nas vilas e cidades próximas. Para as mulheres este isolamento se tornava ainda maior uma vez que o homem era o responsável quando havia a necessidade de ir à vila ou à cidade. Assim, todo o universo da mulher moradora era restrito ao interior da fazenda.

No contexto entre 1870 e 1880 com a cultura do algodão, o sertão paraibano viveu uma fase de transformações. Para suprir a demanda por braços, famílias de agricultores livres passaram a se deslocar para as fazendas para se juntar aos trabalhadores mais antigos, incluindo ainda a mão-de-obra escrava. Neste sentido é interessante observar que a maioria das mulheres entrevistadas confirmam o fato de seus avós e bisavós terem vindo, do Ceará ou do Rio Grande do Norte, para o sertão paraibano no auge da produção algodoeira. Ou seja, famílias que apresentam fenótipo mestiço com ascendência autóctone, os chamados “caboclos”, passam a compor naquele período, uma onda migratória para suprir a falta de mão-de-obra. A cultura do algodão na região em estudo, foi mantida até o início da década de 1970 quando sofreu grande declínio até a sua extinção.

Estas famílias passaram a compor o quadro de moradores nas fazendas de gado, modificando a dinâmica de então na divisão do trabalho assim como as demais relações no universo interno destas comunidades, uma vez que conservaram o modelo de isolamento, já mencionado, bastante peculiar e identificado por muitos estudiosos como “sertão confinante”, que resistiu por todo o século XIX e início do século XX, gestando elementos fundamentais da cultura curraleira paraibana.

Nas fazendas em geral, os moradores eram agrupados em núcleos familiares. As casas destas famílias podiam ser distribuídas estrategicamente no interior da área da fazenda, muitas vezes distantes uma das outras, guardando uma proximidade dos açudes ou reservatórios de água, como explica D. Antônia,

A água a gente trazia nu braço e na cabeça pra enchê os pote. Pra cuzinhá pra toma banho. Na cuzinha tinha que tê uns pote grande com as cuia. Era preciso dá várias viagem até o açude. Das veis tinha um jumento que carregava nas canguinha d'água, sabe como é, e facilitava. Todo mundo carregava, menino, menina, tudim. Era; fazia uma rodilha de pano, botava na cabeça e ia simbora. Era o jeito.

A senhora Antônia Sebastiana dos Santos, de 83 anos, é uma das mulheres entrevistadas nesta pesquisa, somando-se ao todo, 8 mulheres com idades entre 64 a 82 anos.

A Mulher da Peste

Para compreender o termo “mulher da peste” foi preciso buscar sua origem e a constituição da sua carga cultural. A investigação partiu do entendimento que identifica o termo como uma representação social e como tal, pertence ao universo da cultura regional paraibana, ou seja, uma expressão regionalista que se originou no interior do enredo histórico social mais amplo, que deu origem à ideia de *nordeste e de nordestino*.

De modo geral, as representações sociais são entendidas como imagens construídas sobre a realidade, na relação do indivíduo com o seu grupo social, sempre em caráter dinâmico de elaboração e reelaboração, segundo a teoria fundada por Durkheim (1970) e aprofundada por Moscovici (1978).

A expressão “mulher da peste” pertence ao rico e vasto vocabulário que caracteriza a linguagem popular paraibana e em especial, a linguagem do sertanejo. Para compreender a sua origem e traduzir o seu significado cultural é preciso, primordialmente, entender que tais expressões nascem de representações sociais que pertencem ao imaginário de um grupo social e refletem especificidades da sua cultura e como definiu Clifford Geertz, no seu brilhante e consagrado trabalho⁴⁷, ao afirmar que *o homem é um animal amarrado a teias de significados que ele mesmo teceu*, defende que a análise cultural deve ser feita diferentemente da ciência experimental que procura leis, mas sim *como uma ciência interpretativa, à procura do significado* (GEERTZ, 1989, p. 15).

Assim, objetivando traduzir a expressão “mulher da peste” foi preciso traçar alguns caminhos e possibilidades por meio dos quais se deu a sua construção, ou seja,

⁴⁷ Ver em A Interpretação das Culturas, principalmente na primeira parte dedicada à contribuição para a elaboração de uma teoria interpretativa para a cultura (GEERTZ, 1978, p. 13-67).

compreender os nexos que construíram e que se manifestam na linguagem popular do sertão paraibano, nos seus mais estreitos e específicos vínculos que comungam e se articulam aos nexos que produziram a ideia de Nordeste e de nordestino.

A Invenção do Nordeste

É impossível compreender e traduzir culturalmente o Nordeste brasileiro e consequentemente o que é ser nordestino sem mencionar a contribuição trazida pelo professor e pesquisador Durval Muniz de Albuquerque Jr. na sua obra *A invenção do Nordeste e outras artes* (1999). Neste trabalho o discurso da estereotipia sobre o Nordeste é exposto e a sua gênese é assim descrita,

O discurso da estereotipia é um discurso assertivo, repetitivo, é uma fala arrogante, uma linguagem que leva à estabilidade acrítica, é fruto de uma voz segura e auto-suficiente que se arroga o direito de dizer o que é o outro em poucas palavras. O estereótipo nasce de uma caracterização grosseira e indiscriminada do grupo estranho, em que as multiplicidades e as diferenças individuais são apagadas, em nome de semelhanças superficiais do grupo (ALBUQUERQUE JR., 1999, p. 20).

Um estereótipo não é uma fala ou um olhar *mentiroso*, desprovido de verdade e torto, mas sim o olhar e a fala que carregam uma *dimensão concreta e real, porque além de lançar mão de matérias e formas de expressão sublunar ele se materializa ao ser subjetivado por que é estereotipado, ao criar uma realidade para o que toma como objeto* (ALBUQUERQUE JR, p. 20).

Na pesquisa realizada por Durval Muniz para responder as questões que levaram à “invenção” do Nordeste e do nordestino, emergem razões e elementos fundantes que levaram o Nordeste a ser discriminado, marginalizado e estereotipado, juntamente com os seus representantes, pela produção cultural do país e pelos habitantes de outras áreas. Ao mesmo tempo a pesquisa nos mostra as razões que levaram próprio nordestino a se dizer discriminado com tanta seriedade e indignação. Este estudo situa e busca traduzir as determinações históricas da formação do recorte espacial Nordeste para responder aos questionamentos sobre a existência de uma identidade nordestina à qual, os estereótipos são atribuídos.

De tal modo e diferentemente daqueles que entendiam a região como o produto da natureza e definida pelo desenvolvimento da empresa portuguesa e nacional capitalista na regionalização das relações de produção, Durval Muniz nos apresenta o Nordeste como

uma identidade espacial construída em um preciso momento histórico no final da primeira década do século XX, como produto do entre cruzamento de práticas e discursos regionalistas, ou seja, uma formulação que nasce à partir da união conceitual de diferentes experiências construídas como caracterizadoras deste espaço e de uma identidade regional. Experiências estas, fundadas em um discurso teórico, que pretendeu ser o conhecimento da região em sua essência (ALBUQUERQUE JR., 1999, p. 22).

O seu objetivo foi buscar compreender os caminhos pelos quais se produziu, no âmbito da cultura brasileira o Nordeste, isto é, compor a história do esforço empreendido em torno da ideia de identidade nacional e regional, de identidade cultural, assim como sua visibilidade e suas linguagens. Para tanto, buscou compreender como determinadas representações deste espaço regional se reproduziram e foram cristalizadas, como uma essência e neste sentido identificar a rede de poder que sustentou e foi sustentada por esta identidade regional, por este saber estereotipado que delegou a este espaço o lugar de gueto, de periferia, nas relações econômicas e políticas do país.

No seu trabalho identidade regional é entendida como uma construção mental, formada por um conjunto de conceitos sintéticos e abstratos, elaborados para dar conta de uma generalização intelectual ancorada em uma grande variedade de experiências. Neste sentido, sua pesquisa observa que a chamada História Regional se encontra presa a este campo de dizibilidade que é vista como estudo *regularizado, dominado por perspectivas e imperativos ostensivamente adequados à reprodução do Nordeste*, que seguem a ser apresentadas como estudos, nos quais o Nordeste continua a *ser ensinado, administrado e pronunciado de certos modos a não romper como feixe imagético e discursivo que o sustenta* (ALBUQUERQUE JR., 1999, p. 29).

Não há dúvida de que a discussão pautada pelo autor, abundantemente sustentada por fontes diversas, faz vir à tona o debate sobre o campo historiográfico de produção do saber, altamente recortado por relações de poder e, portanto, se remete aos questionamentos que interrogam o lugar de produção destes saberes. Para sustentar suas afirmações, Durval Muniz utiliza diferentes práticas discursivas da literatura, da música popular, do cinema e do teatro, além de artigos publicados em jornais ligados ao campo cultural e ao discurso acadêmico.

Neste exercício teórico e historiográfico são apresentados os elementos que fundam a ideia de Nordeste à qual nos acostumamos a referenciar. Nas páginas que se seguem

uma síntese das constatações de Durval Muniz são apresentadas, confirmando a importância e a especificidade do seu estudo para alcançar seus objetivos.

Para o autor foi na segunda década do século XX que surgiu um “novo discurso regionalista”, que passou a substituir o paradigma naturalista. O discurso naturalista considerava as diferenças existentes entre as diversas regiões do país como um reflexo imediato da natureza, do meio e da raça e neste sentido, as tradições, costumes, hábitos e práticas sociais e políticas, eram explicados como o resultado das variações do clima, do tipo predominante da vegetação e também como o resultado direto da composição racial da sua população, assim como as suas características comportamentais e morais.

Na década de vinte, segundo o autor, o advento do discurso nacionalista que pretendia diminuir as distâncias entre as regiões brasileiras e defendia práticas que tinham como objetivo conhecer o país como um todo, instituiu-se à época, para se pensar uma política de unificação e nacionalização que em tese, reduziriam as distâncias que dificultavam a construção da nação brasileira.

Mas, a construção de um nacionalismo nunca é um processo neutro. Longe disto, tratou-se de um processo politicamente orientado, justificado pela hegemonia de uma região sobre a outra, que permitiu a criação de uma tradição que concedeu, principalmente ao Rio de Janeiro e a São Paulo, o status de pontos de referência e centro do país. Este entendimento inclui o fato de tomar os seus “costumes” como costumes nacionais e os costumes das outras áreas como regionais, estranhos, singulares, diferentes e bizarros. Este discurso estabeleceu a criação de *uma identidade para a região de quem fala em oposição à área de que se fala* (ALBUQUERQUE, 1999, p. 42), ou seja, são criadas imagens das áreas regionais do Norte, para serem consumidas na região Sul e vice-versa.

É neste contexto que surge o novo regionalismo. Este extrapola as fronteiras dos estados brasileiros procurando reunir em um espaço maior, constituído por uma dimensão histórica, para se contrapor aos dispositivos simbólicos que pretendem formar a ideia de nação que deveria ser traduzida para todo o país. Porém, diferentes discursos passam a chocar-se na busca pelo modelo ideal a ser generalizado, dada a importância e o significado da generalização de uma hegemonia de poder, na busca de uma identidade para o Brasil e para os brasileiros.

O novo regionalismo emerge no centro dos interesses em jogo, tanto no interior da região que se quer instituir, quanto na sua relação com as outras regiões. Neste âmbito, o discurso regionalista passa a ser orientado por outra estratégia política, formada por

objetivos definidos, dentro de um recorte histórico e econômico. Segundo o autor o nascimento deste discurso pode ser registrado no Congresso de Produtores de Açúcar realizado em 1920, em Recife, marcado pelo discurso que denunciava, por parte dos produtores do Norte, os privilégios do Sul, em um contexto de crise de mercado agravado pelas exigências da modernização produtiva em detrimento às formas de produção tradicionais.

Estes produtores tradicionais e seus representantes assumem o discurso que passa a unificar um espaço único que estaria sendo discriminado e vitimizado e é este discurso que agencia os principais signos de um Nordeste a ser defendido contra e principalmente as forças e o poder de São Paulo. É este confronto que se torna o eixo principal ao qual as discussões em torno do tema Nação, região e identidade nacional se formam. Parte importante deste eixo de discussões era emitido na busca por recursos para o combate às mazelas das secas e a necessidade recursos para combater o cangaço, motivou a união dos parlamentares nortista no referido Congresso.

Ao mesmo tempo uma geração de intelectuais regionais, descendentes das elites dominantes que compunham estes estados, se concentrava nas principais instituições de formação do ensino superior em Recife, formando um centro de aglutinação e debates sobre política, economia, cultura e artes. Este fator dava à capital de Pernambuco o status de centro ilustrado e jornalístico, capitaneado pelo jornal Diário de Pernambuco que conseguia circular por uma área que se estendia do estado de Alagoas ao estado do Maranhão.

Este grupo de intelectuais, do qual Gilberto Freyre se apresentava como uma das principais lideranças, em 1924 inaugura o Centro Regionalista do Nordeste, reunindo os principais defensores das ideias do “patriotismo regional nordestino”. Este grupo organiza em 1926 o Congresso Regionalista do Recife, congregando políticos, intelectuais e artistas representantes dos estados do Rio Grande do Norte, Paraíba, Ceará, Alagoas e Sergipe, ampliando o alcance das reivindicações identitárias nordestinas que passaram a representar o mundo regional. Como consequência, eventos e práticas com este caráter, dispersos em diferentes cidades da região, institucionalizam esta ideia de Nordeste, que passa a ser veiculada nas camadas mais populares.

Para Durval Muniz, este pensamento regionalista e tradicionalista instituiu uma origem para a região. Nesta origem, se estabelecia um estatuto universal e histórico para restituir uma verdade no seu desenvolvimento histórico, atrelada a fatos que já

demonstravam, mesmo no passado distante, a sua identidade regional. Este discurso passa a falar na “História do Nordeste” desde o século XVI, porém lançando para trás as problematizações e o recorte espacial regional, reconhecidos no início do século XX.

A procura de uma identidade regional nasce da reação a dois processos de universalização que se cruzam: a globalização do mundo pelas relações sociais e econômicas capitalistas, pelos fluxos culturais globais, provenientes da modernidade, e a nacionalização das relações de poder, sua centralização nas mãos de um Estado cada vez mais burocratizado. A identidade regional permite costurar uma memória, inventar tradições, encontrar uma origem que religa os homens do presente a um passado, que atribuem um sentido a existências cada vez mais sem significado. O “Nordeste tradicional” é um produto da modernidade que só é possível pensar neste momento (ALBUQUERQUE, 1999, p.77).

Por parte do movimento tradicionalista, é esta ênfase na memória e na vontade de proteger uma visão de passado que inspira o agenciamento de monumentos, paisagens, tipos humanos, relações sociais de poder, símbolos e imagens. São as memórias pessoais que reúnem fragmentos de histórias, lembranças pessoais de fatos épicos e catástrofes, textos, sons que dão corpo, criam e desenhavam o semblante da região. É neste discurso que se emprega um arquivo de clichês e estereótipos atrelados a esta identidade regional, que passam a ser idealizados, dentre os quais o de “cabra da peste” e “mulher da peste”.

Nesta idealização e visão de Nordeste importantes obras de intelectuais e artistas contribuíram para a sua construção e solidificação tanto no campo da literatura como no campo da arte, nos quais se destacam os trabalhos de Câmara Cascudo, Gilberto Freyre, José Lins do Rêgo, Ascenso Ferreira, Manuel Bandeira, Raquel de Queiroz, José Américo de Almeida, a obra teatral de Ariano Suassuna iniciada na década de cinquenta, os pintores Cícero Dias e Lula Cardoso Ayres e a música de Luiz Gonzaga, Zé Dantas e Humberto Teixeira.

De modo geral para ver e dizer a região estes autores procuraram trazer nas suas obras um estilo que pretendia mostrar a região “como ela é” e, também de modo geral, se inspiram em fontes populares, se rebelando do estilo acadêmico e imprimindo o “estilo regional” que buscava na linguagem popular do cotidiano, o “falar nordestino”. Este falar característico, inspirado a literatura popular do cordel, nas cantorias e desafios repentistas, emerge no “romance de trinta” abordando temas relacionados à decadência da sociedade açucareira, à seca e aos retirantes, o beatismo, o cangaço e o coronelismo, trazendo seus

personagens portadores de uma “essência regional”. São temas e personagens que incorporavam uma noção de síntese do que deveria ser aquela realidade social regional a ser pensada como totalidade. Assim, o tema do cangaço vai marcar o nordestino com o estereótipo da “macheza” e da violência, ao lado do tema da seca que cunhou o estereótipo do retirante que sobrevivia a todo tipo de agruras e pestilências por meio da fé popular encontrada no beatismo sertanejo. Estes temas encarnam o *sertão nordestino*, que neste imaginário se torna um espaço mítico.

Gestou-se neste processo uma galeria de estereótipos, dentre os quais a representação da “mulher da peste”. Um estereótipo para a figura da mulher nordestina, mestiça e pobre, filha do sertão rude no qual para a sobrevivência diante de todas as suas mazelas, até as mulheres deveriam ser “como homens”, fortes, resistentes, ásperos, rígidos, implacáveis, inflexíveis, valentes, vigorosos e fortes. Em muitos momentos o termo “mulher da peste” se confunde com o termo “mulher macho”, este último imortalizado nos versos da canção popular de Luiz Gonzaga.

Ser “da Peste”

O termo Mulher da Peste não pode ser confundido como termo Mulher-Macho. Os dois termos podem parecer, à primeira vista, como sinônimos, mas longe disso, ao situarmos historicamente as duas construções simbólicas, vamos encontrar dois estereótipos diferentes.

O termo Mulher-Macho como vimos, nasceu da poesia popular que homenageava o contexto histórico de bravura e valentia atribuído de forma genérica ao povo paraibano frente aos demais estados da região nordeste. Este termo, em décadas posteriores ao seu lançamento em 1952, passou a ser utilizado sob outras conotações, não apenas nos estados nordestinos, mas principalmente no contexto nacional, para se referir à orientação sexual, muitas vezes de modo preconceituoso e pejorativo, embora também seja expresso como termo enaltecedor, como foi mencionado.

Dois estudos que abordam o termo Mulher-Macho (ABRANTES, 2008; RICOLDI, 2011), embora sob diferentes abordagens, confirmam nas suas análises as considerações aqui levantadas, confirmando e validando a compreensão do seu significado e ao mesmo tempo, contribuindo para fundamentar a diferenciação mencionada. Ou seja, há dois significados dispares para o termo “Mulher da Peste” e o termo “Mulher-Macho”. Neste sentido, o artigo de Andréa Bandeira (2010), nos ajuda a pensar esta diferença e compreender as representações trazidas pelo signo/imagem feminina de “ser da peste”.

Sob a abordagem de gênero e considerando a fala como agente reprodutor das relações sociais entre as diferentes formas de linguagem, emissárias de símbolos e modelos de representações sociais, Bandeira (2010, p. 99) propõe uma reflexão para desconstruir a naturalização da inferioridade e subordinação social da mulher, em relação ao homem, contida na frase *Mulher Macho, sim senhor!* Entendida como representação da negação do feminino e da sua importância menor na sociedade patriarcal, nega a sua identidade que é reconhecida como identidade negativa, como nos demonstra a lógica lacaniana, *a mulher não existe* (LACAN, 1966, p. 685-696). Ou seja, o termo reafirma a negatividade feminina, uma vez que a identidade primeira, e única, é a masculina (BANDEIRA, 2010, p. 100).

Diferentemente, o termo Mulher da Peste responde a uma representação sob outro signo, que está vinculado aos primeiros discursos feministas surgidos no Brasil, na década de 1960, na sua ressonância na região nordeste. Corresponde a outro código cultural que se manifesta de modo crítico, sem romper com o discurso construído para dizer e ver o Nordeste e o nordestino. É neste desdobramento questionador que se estabelece a figura da Mulher da Peste, para simbolizar a mulher forte, diferente do homem, cabra da peste.

A Mulher da Peste surge como uma crítica ao estereótipo da “macheza” e dá lugar a outro estereótipo que também bebe na fonte da fala popular, incorporando o substantivo “peste”, funcionando como adjetivo, que neste contexto, por se tratar de uma representação social nascida no interior de uma trama histórico-social específica, mas atrelada a trama maior que deu origem à ideia de Nordeste, é sinônimo de azougue, de pessoa inquieta, buliçosa, ativa, endiabrada, representa o ser saído da calamidade, da epidemia, do flagelo, da praga, da pestilência, da moléstia, ao mesmo tempo que está ancorada à ideia de fúria, raiva, zanga, ímpeto, danação, impetuosidade, rigidez e força que não se enverga.

Anteriormente o termo “peste” generalizou-se nos períodos em que principalmente epidemias de cólera e de varíola acometeram grande parte da população das províncias do Norte depois de 1862 e se transformaram em notícias aterrorizantes divulgadas pelos jornais locais e de todo o país, junto aos malefícios das grandes estiagens e das levas de retirantes, advertindo as autoridades de que *a fome e a peste devastaram igualmente a sua população* (ALMEIDA, 1980, p.203). As epidemias que se avolumavam durante os períodos de seca na província da Paraíba, sem o devido atendimento por parte do poder público e os poucos hospitais existentes, proporcionaram o surgimento das Casas de Caridade, administradas por religiosos, para atender as vítimas e recolher os seus órfãos,

Estragados por uma vida de privações, extenuados de fome, de cansaço e miséria, saturados de vírus, afectados de ulcerações, provenientes da má alimentação, da falta de asseio e de muitas outras causas reinantes, procuram os hospitais, quando já não podem esmolar e as vezes são atirados pelos parentes, ou por mãos caridosas às portas do edifício, obstruídos, anêmicos, inchados, paralyticos, ulcerados e fétidos para não morrerem nas ruas e terem ao menos quem os amortalhe e os carregue para o cemitério público (ALMEIDA, 1980, p. 201).

Todo este amalgama imagético é decodificado como os demais, convergindo para o sertão, espaço abstrato aludido por seus temas e imagens fortemente cristalizados. Se os temas do cangaço marcaram o Nordeste e o nordestino com o estereótipo da “macheza”, o estereótipo “ser da peste” está, por sua vez, está ancorado ao cenário de miséria produzida pelas secas e seus retirantes, descritos como cenários de flagelo e desgraça, fixados pelo “romance de trinta”, inspirados pela literatura popular, pelos cordéis e pelo discurso político das oligarquias, comprometidos com a construção imagética de uma essência regional. O “ser da peste”, assumido pela condição feminina aqui observada, sempre inferior às representações atribuídas ao masculino, foi forjado neste âmbito, inspirado no tema da miserabilidade provocada pelas secas cíclicas na figura estereotipada do pestilento que pleiteava, teimosamente, sobreviver.

Referências bibliográficas

- ABRANCHES, Alômia. *Paraíba Mulher Macho: tessituras de gênero, (desa) fios da História*. Tese de Doutorado em História. Universidade Federal de Pernambuco. Recife. 2008.
- ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz. *A invenção do Nordeste e outras artes*. Recife: FNJ, Ed. Massangana; São Paulo: Cortez, 1999.
- ALMEIDA, J. de A. *A Paraíba e os seus problemas*. João Pessoa: A União Cia. Editora, 3ª ed., 1980.
- BANDEIRA, Andréa. *Mulher macho sim senhor!* Notas sobre a cultura de gênero no Brasil. Revista HISTORIEN. Petrolina, nº 3, ano I, abr./set., 2010.
- BURSZTYN, Marcel. *O poder dos donos*. Planejamento e clientelismo no nordeste. Rio de Janeiro: Garamond; Fortaleza: BNB, 3ª edição, 2008.
- _____, *O poder dos donos*. Planejamento e clientelismo no nordeste. Petrópolis: Editora Vozes. 1984.

- DINIZ, A. da S. *A maldição do Trabalho*. João Pessoa: Editora Manufatura, 2004.
- GEERTZ, C. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1989.
- LACAN, Jacques (1958). La signification du phallus. In: *Écrits*. Paris, Editions du Seuil. 1966, pp. 685-696.
- RICOLDI, A. M. *Paraíba Mulher Macho: gênero, cultura e política na Educação Jurídica Popular em João Pessoa*. Tese de Doutorado em Sociologia. Universidade de São Paulo. São Paulo, 2011.
- SANTOS, J. de Souza. *Cariri e Tarairiú ?*: culturas tapuias nos sertões da Paraíba. Tese de Doutorado em História – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. PUCRS. Porto Alegre, 2009.
- SANTOS JÚNIOR. Valdeci dos. *Os índios Tapuias do Rio Grande do Norte: antepassados esquecidos*. Mossoró: Universidade do Estado do Rio Grande do Norte. 2008.
- SILVA, Alômia A. *Paraíba Mulher-Macho: tessituras de gênero (dessa) fios da História*. Tese de Doutorado em História. Universidade Federal de Pernambuco, 2008.

IHGRN: RETÓRICA, SERTÃO E SERTANEJO

Autor: Ledson Marcos Silva

MHIST-CERES-UFRN

Introdução

Neste artigo, nosso objetivo é discutir uma elaboração narrativa percebida na análise da Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte (IHGRN), entre os anos de 1948-1961, que é a construção de um dado sertão, ou mesmo de um sertanejo. As expressões dessa retórica aparecem de diversas maneiras, quer através da distinção do sertão do Seridó como espaço flagelado, quer mediante uma ligação direta com o letramento, a uma dada cultura culta. Esses discursos aparecem de várias formas na Revista. Vamos abordar alguns deles neste trabalho.

É comum na literatura jornalística e ficcional nos depararmos com um sertão seco, parado no tempo, sem impulso para ser motivo de ufanismo da elite de início do XX. O sertão que é o contrário do litoral.⁴⁸ Esse cenário marca a literatura, o cinema, a música. Pensando como podemos mostrar um outro lado dessa história, buscamos a revista do IHGRN, que tem, em parte, uma elite de pesquisadores com raízes sertanejas. E, assim, evidenciamos outra forma de contar a história dos sertões.⁴⁹ Não é mais provinda do centro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), nem do baú epistemológico jornalístico carioca, mas, sim, uma narrativa advinda do mundo da elite, porém envolto da experiência de viver nos sertões, ou mesmo com sua proximidade, haja vista que o IHGRN também fica no litoral etc.

A partir de agora, vamos nos dedicar a analisar a ausência dessa ideia - o sertão carente de modernidade, de civilização - quando miramos nas publicações da Casa da Memória Potiguar, especificamente os textos que tratam de grandes nomes do *hall* político norte-rio-grandense. Argumentamos que o *sertão condenado à miséria* sai de cena e entra um *sertão político*, berço de grandes nomes, intelectuais e figuras de importância não apenas numa escala regional, mas nacional. Isso acontece devido a elaboração de uma memória no seio do Instituto, que visa manter uma posição de poder no âmbito da escrita da história potiguar. Esse pulo, essa troca de sertões, acontece justamente devido uma espécie de tópica, uma retórica que demonstra a superação do mundo seco e problemático para o lugar que dá luz ao intelectual potiguar-seridoense.

A respeito do sertão, se por um lado ainda existe falta de algum fator moderno, que indique vazio do ideário civilizacional em determinado espaço, por outro lado, encontramos o sertão em determinados artigos agora como *locus* fundamental que traz para o mundo da política, para as Letras, determinados sertanejos, com carreiras renomadas e excepcionais.

As “terras ignotas” formaram e foram impulso de muitos homens de sucesso, que ganharam destaque no seio do cenário político estadual ou mesmo nacional. O IHGRN publicou

⁴⁸ LIMA, Nísia Trindade. **Um sertão chamado Brasil**: intelectuais e representação geográfica da identidade nacional. Rio de Janeiro: Revan: IUPERJ, UCAM, 1999, p. 17-18.

⁴⁹ ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. Vede sertão, verdes sertões: cinema, fotografia e literatura na construção de outras paisagens nordestinas. *Fênix – Revista de Estudos Culturais*, Uberlândia, v. 13, ano XIII, n. 1, p. 1-27, jan./jun.2016.

artigos relembando esses homens, partes constitutivas de uma rede política da história potiguar. Pesquisadores da história, como José Augusto, Floriano Albuquerque e Nestor Lima, elaboraram biografias, fixando nos anais do Instituto, dos grandes nomes dos homens da política à época.⁵⁰ Tais trabalhos configuram as fontes que nos debruçamos agora. Para averiguar esta situação, que reservamos algumas páginas, vamos focar na figura de dois indivíduos consagrados na história política ou mesmo intelectual do Estado do Rio Grande do Norte. Eles são Amaro Cavalcanti e Juvenal Lamartine de Faria, representantes desse mundo político sertanejo e que, hoje, no século XXI, transformaram-se em espaços de memória, consagrados em praças e escolas.

Os textos são publicados após o período do Estado Novo. Ao olhar para o âmbito historiográfico no período varguista, percebemos um fortalecimento extremamente nacionalista, proporcionando olhares aclamadores quanto aos brasis existentes.⁵¹ Do extremo norte ao extremo sul, o Brasil é ovacionado em seus liames possíveis. A política da Era Vargas proporcionou um fortalecimento epistemológico a respeito de construir a “consciência nacional”. O ideal de pensar uma nação concretizada em um território, consciente de suas origens, perpassava o ambiente social e intelectual.⁵² Seria pertinente perguntar: onde esse acentuamento nacionalista atinge a escrita dos letrados potiguares?

Propomos seguir um caminho contrariando a perspectiva do sertão problema, já discutido e delimitado neste trabalho. Pois, as biografias e seu teor histórico apontam para um outro caminho. Partimos de uma ambientação teórica sobre a possibilidade da produção de uma história da historiografia sobre os Sertões, articulando um diálogo aberto e crítico com diferentes perspectivas sociológicas e políticas para se pensar universo sertanejo.⁵³ Cogitamos se essa questão *out-in* quanto ao lugar social sertanejo e sua fala sobre o sertão não seria fundamental na elaboração do sertão dentro da revista do IHGRN.

Amaro Cavalcanti: Exemplo potiguar e atos interessados

O texto em questão que vamos abordar aqui, para explorar mais ainda essa operação historiográfica⁵⁴ (ou biográfica?) do IHGRN, tem como objeto principal o *exemplo* de Amaro Cavalcanti, consagrado no discurso de Nestor dos Santos Lima, publicado na Revista em 1950.⁵⁵

⁵⁰ ALBUQUERQUE, Floriano Cavalcanti de. Amaro Cavalcanti: o homem e o jurista. In: **RIHGRN**, vol. 54, Natal, 1961, p. 66-73; AUGUSTO, José. O Rio Grande do Norte no Senado da República. In: **RIHGRN**, volume 53, 1960, p. 5-20; LIMA, Nestor. Amaro Cavalcanti. In: **RIHGRN**, vols. 45-47, Natal, 1948-1950, p. 87-131.

⁵¹ GOMES, Ângela Maria de Castro. **História e historiadores**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1999, p. 19-22.

⁵² GOMES, Ângela Maria de Castro. **Op. Cit.**, 1999, p. 24.

⁵³ SANTOS, Evandro. Ensaio sobre diversidade historiográfica: como escrever (e reconhecer) histórias dos sertões a partir de novas e “velhas” epistemologias. **SÆCULUM** - Revista de História [v. 24, n. 41]. João Pessoa, p. 441-452, jul./dez. 2019.

⁵⁴ CERTEAU, Michel de. **A escrita da história**. 3. ed. - Rio de Janeiro: Forense, 2011, p. 45-89.

⁵⁵ LIMA, Nestor. Amaro Cavalcanti. In: **RIHGRN**, vols. 45-47, Natal, 1950, p. 87-131.

Amaro Cavalcanti, político e jurista, natural de uma comunidade dos arredores da Vila do Príncipe, onde hoje é o atual município de Jardim de Piranhas, no Rio Grande do Norte, foi destacado a partir de tais palavras de Lima:

Tantos e tão valiosos serviços prestou ele à sua pátria e à sua gente, tão altos méritos demonstrou em todos os setores, em que foi chamado a intervir, com a clareza de sua mentalidade, o seu alto espírito científico, o acervo dos seus abalizados conhecimentos e a aguda percepção analítica das realidades, que não seria possível compendiar, num só esforço, toda a gama de seus trabalhos, realizações e benemerências, e certo não seria eu, um de seus mais humildes conterrâneos e admiradores, ainda que sertanejo como ele era, o intérprete hábil e capaz de exaltar-lhe a vida e traçar-lhe o perfil de um dos maiores filhos do Rio Grande do Norte e do Brasil.⁵⁶

Podemos perceber que a posição simbólica memorial neste caso parte do indivíduo para o coletivo. A biografia é um mecanismo que nos faz entender um pouco do mundo da vida partindo da escala micro até a macro. Esse primeiro excerto indica-nos algo muito maior: a região é pensada através do exemplo, do âmbito singular. É interessante imaginar como a justiça, o amor à pátria, são descobertas por algum manto do “espírito científico” e de que maneira podem ser referendados não pelo geral, mas através do particular. Desse modo, Cavalcanti é simbolizado na forma do modelo para o todo nacional. As perguntas surgem: o que é o todo? Quais os critérios para ser modelo de “filho da nação”, nas palavras de Lima? Como isso acontece?

É visando criar um consenso sobre o âmbito intelectual e político do Rio Grande do Norte, que a figura de Amaro Cavalcanti aparece como modelo, indivíduo exemplar, pois aí também recai a participação do sertanejo dentro de um espaço bem maior, que não é somente regional, mas também nacional. O olhar volta-se sobre a terra que deu luz a Amaro, e este conferiu matizes ao país, porque trabalhou e engendrou esforços para atribuir cor a região de onde veio:

Amaro foi criado até a idade propícia da sua formação psíquica, aos 12 anos, no meio sertanejo, que lhe plasmou a personalidade e lhe deu a fibra hercúlea de lutador, para uma vida que seria enobrecida pelo talento e pela cultura. Conheço a casa ali, onde ele viveu a sua infância descuidada.⁵⁷

A fala de Lima carrega um atributo muito comum em narrativas da história dos sertões, visualizada na confusão entre humano e o espaço. Caráter de *lutador*, *talento* e *cultura* são garantias conferidas pelo sertão. Obviamente, há um teor poético na fala do narrador, todavia não seria correto de nossa parte excluir uma relação tão curiosa, tratando-se de narrativa, para o mundo sertanejo, a sua inscrição na vida daquele de quem o habita.

⁵⁶ Idem, p. 87-88.

⁵⁷ Idem, p. 89.

Outro ponto interessante seria pensar a presença desses letrados dentro da própria fala. Quando Lima assevera conhecimento sobre o lugar onde viveu o biografado, certamente não hesita em dizer que foi naquele mundo, o da criação, que conferiu transferência de alguns atributos para o jovem sertanejo. Essa proximidade do autor-biografado diz muito sobre o interesse desses homens: montar uma relação de saber-poder, haja vista a posição de cada um e os espaços públicos que eles frequentam, a saber: o espaço intelectual e político.

Mais à frente há uma descrição do cosmos sertanejo. A pena de Lima não é áspera na descrição. Pelo contrário, mostra-nos um sertão muito bem pintado, com sutis passagens sobre a infância do sertanejo. Detalhando a natureza, o historiador atribui o seguinte cenário:

Menino sertanejo, passou certamente a infância ao contato daqueles bons ares do Piranhas, lavando-se nas águas do Rio majestoso, que se denomina, léguas abaixo, Rio Assú, e banha igualmente a terra, em que vi a luz, percorrendo aquelas selvas bem-ditas, transmontando as serras e serrotes do entorno.⁵⁸

Percebe-se a imagem do sertão elaborado aos moldes edênicos. Nada de um Graciliano Ramos, nada de um Euclides da Cunha. O sertão de Cavalcanti é descrito com água, rios e espaços de selva, além dos já citados aspectos de intelectualidade que caracterizam aquele universo interiorano. Configura-se um espaço distante daqueles sertões ditos “tradicionais” da historiografia do início do século XX, que a literatura está acostumada a presenciar em sua história. A respeito do trabalho na educação que Cavalcanti desempenhou ao longo da trilha existencial, Nestor Lima profere:

Amaro Cavalcanti é, sem dúvida, uma personalidade ímpar na vida nacional, um nome impoluto, um caráter da velha têmpera de aço, que honra a terra pequenina, que lhe deu o berço e se compras em rememorar-lhe a terrena trajetória, na data e ao ensejo do 1º centenário do seu nascimento.⁵⁹

Neste excerto está colocado a relação direta entre o homem e o sertão. O que existe por trás do indivíduo? Qual a sua relação com o lugar de onde veio? Tem-se a possibilidade de interpretar a fala de Lima com os seguintes contornos: Cavalcanti tem o sertão como bagagem. Age lembrando-se desse universo, que lhe deu à luz, que o jogou para o restante do mundo. Ele honra o sertão no trabalho, na política, na vida, em suma. Evidentemente, é necessário realizar uma advertência por aqui. Não podemos imaginar um determinado agente sem levar em consideração seu jogo social, e, além de tudo, seu interesse. Ora, o que Lima, enquanto narrador dessa vida do sertanejo, descrita com laços bem estabelecidos, com uma lealdade ao sertão, ganha com todo esse enaltecimento?

⁵⁸ LIMA, Nestor. Amaro Cavalcanti. In: **RIHGRN**, vols. 45-47, Natal, 1948-1950, p. 88.

⁵⁹ Idem.

Certamente não é apenas por mera benevolência, gratidão ou admiração pelas atividades do magistrado que sócios do naipe do presidente do Instituto, Nestor Lima à época, vão simplesmente destaca-lo. Trabalhos englobados nesse processo biográfico ocultam um interesse particular dos pesquisadores. Quer dizer, assim como comenta o sociólogo francês Pierre Bourdieu, por mais que um ato pareça desinteressado, na verdade esconde-se o mais sutil interesse em atividades dentro de um campo.⁶⁰ Portanto, poderíamos dizer que esse trabalho biográfico realizado no instituto carrega em si certos empenhos que vão além do gosto pela história. Por mais que haja o conveniente dia do centenário de Cavalcanti, toda seleção implica em um desejo e estratégia de alguém ou do coletivo. Sendo assim, pergunta-se: qual o tipo de interesse que possa ir além do econômico? O autor francês comenta que nessas horas devemos atentar com veemência para o que ele denomina de capital simbólico. Isto é, um capital que pode ser social, escolar, cultural, apoiado sobre um determinado conhecimento e reconhecido pelos demais.⁶¹ Destarte, como esmiuçamos aqui rapidamente, por realçar de forma exótica e desejável, o exemplo de Cavalcanti fundamenta o teor pátrio do Estado Norte-rio-grandense, sendo modelo de um *homem público*.

A fala de Floriano Albuquerque aponta para outro quadro, com um espaço totalmente diferente, recheado de elementos ausentes na fala de Nestor Lima:

É que nesse jovem, filho do sertão áspero e adusto do nordeste, a natureza imprimira a têmpera rija do lutador. E, consciente do que valia, não se temeu de ir ao Maranhão submeter-se, na denominada “Atenas Brasileira”, a concurso de Retórica, no qual obteve o primeiro lugar, embora fosse preterido na nomeação.⁶²

Por mais que haja citação a um sertão áspero, difícil de viver, o fator em comum, entre Lima e Albuquerque, é justamente o sobressalto ao sertão, às limitações que aquele lugar oferece. Ou seja, a saída de um lugar com diferentes facetas, dependendo do autor, mostrando esse processo de evasão para o mundo do litoral, o mundo acadêmico e posteriormente, o político, de fato a trajetória do sertanejo. Contudo, destaca-se o impulso desse sertão em forjar um indivíduo com força e pretensão de vitória nos âmbitos supracitados. Acentuando o primeiro lugar no concurso, entre outros fatores, como a própria obra de sucesso no mundo jurídico produzida pelo sertanejo⁶³, Albuquerque coloca a ideia do sertanejo que vence as dificuldades e supera condições árduas. Resolvemos denominar essa estratégia narrativa de *retórica da superação*.

⁶⁰ BOURDIEU, Pierre. **Razões práticas**: sobre a teoria da ação. Campinas, SP: Papirus. 1996, p. 137-155.

⁶¹ Idem, p. 149.

⁶² ALBUQUERQUE, Floriano Cavalcanti de. Amaro Cavalcanti: o homem e o jurista. In: **RIHGRN**, vol. 54, Natal, 1961, p. 67.

⁶³ Idem, p. 71.

O caso de Juvenal Lamartine

Passemos para o último caso, abordado por José Augusto, tratando sobre Juvenal Lamartine. A biografia denomina-se *O Rio Grande do Norte no Senado da República*, justamente seria o título da obra que ele viria a juntar esta e outras biografias. De certa maneira, é uma denominação atrativa, pois parte-se do princípio da presença de potiguares no jogo político do Senado brasileiro. Isso indica, rapidamente, algo elementar: a distinção envolvida que este tipo de narrativa faz o leitor considerar. Participar desse tipo de campo social faz pensar nas relações entre dominantes e as homologações realizadas entre espaços sociais que os potiguares da alta elite participavam, neste caso o político e o da história. Para complementar, e é aqui o ponto que nos interessa, é que sertanejos adentraram nestas relações e trocas de campo. Para isso, citamos o caso de Juvenal Lamartine, a qual José Augusto dedica uma boa quantidade de fólios ao tratar de sua trilha existencial.

Antes de tudo, o meio para Augusto é deveras essencial na construção e elaboração da biografia. Acontece a construção do espaço precedendo o indivíduo. Esse processo pode nos levar a diversas interpretações. Mas foquemos na importância atribuída ao sertão a respeito da contextualização. Fiquemos com a seguinte passagem de Augusto:

O município de Serra Negra, encravado na zona do Seridó, Estado do Rio Grande do Norte, como as demais regiões sertanejas nordestinas, teve como fator preponderante do seu povoamento a necessidade de instalar fazendas de criação de gado. Foi o boi que conduziu o homem civilizado para aquelas paragens.⁶⁴

Na citação acima temos elementos deveras importantes e inclusive historiográficos sobre o Seridó. Aliás, inclusive analisados pelo pesquisador Muirakytan Macêdo, onde ele apresenta como definidores, em parte, de como *se fizeram os sertões*. Tendo em vista que o litoral do Rio Grande crescia economicamente mediante a produção açucareira nos séculos XVII e XVIII, cada vez mais, em uma medida contrária, a pecuária ficou aberta ao horizonte do interior, contrastante à costa, levando, assim, ao povoamento do sertão.⁶⁵

Vale ressaltar a interpretação da história do Brasil que de certa maneira traz os sertões como base crucial para a povoação do interior brasileiro. A rigor, essa argumentação perpassa por aquele grupo identificado e visto como escritores sertanejos. A título de exemplo, poderíamos citar Capistrano de Abreu que em seus *Capítulos de História Colonial*, iluminava uma leitura de povoamento do interior. E essa interiorização mediante criação de gado *vacum*, por partes de bandeirantes que se fixavam nas terras, transformando-se, em pecuaristas, em proprietários, deixando o caráter de bandeirante para trás, é onde encontramos o caráter de construção e

⁶⁴ AUGUSTO, José. O Rio Grande do Norte no Senado da República. In: **RIHGRN**, volume 53, 1960, p. 5.

⁶⁵ MACÊDO, Muirakytan K. de. **A penúltima versão do Seridó: uma história do regionalismo seridoense**. Natal; Campina Grande: EDUFRN; EDUEPB, 2012, p. 30-32.

entendimento da nação brasileira.⁶⁶ As “raízes nacionais”, numa leitura de Abreu, pode ser encontrada nessa característica fundamental, a criação de gado. Sendo assim, encaixa-se no caso de Serra Negra, ou numa escala um pouco maior, estamos falando das raízes do Seridó, do sertão do Rio Grande [do Norte] e da Paraíba. Seguindo esta lógica, até então desenvolvida, o município do sertão norte-rio-grandense é reflete um espectro desse movimento de raiz brasileira.

A pequena comunidade à época diferenciava-se das demais, no Seridó. Augusto argumenta que essa fuga da regra acontece através de dois fenômenos. O primeiro é a riqueza do sertanejo serra-negrense constituída apenas pela criação de gado, com pouquíssimo escape e visibilidade para outras práticas econômicas. O outro motivo é o caráter intelectual no seio do sertão seridoense. Sobre o segundo ponto, a evidência apontada pelo pesquisador parte de um rastro profundamente filológico. Nas palavras de Augusto:

Tudo indica que se compunham de gente com certa base de cultura, um pouco acima do que era comum pelos demais recantos. Basta atentar, na confirmação dessa suposição, para os nomes com que os povoadores batizaram os seus filhos: Leônidas, Scipião, Descartes, Horácio, Lafayette, Nelson, Newton, Mirabeau, eram os nomes comumente preferidos, indicando claramente que havia por ali algum conhecimento e simpatia pelas grandes figuras que, nas letras ou na política, deixaram traços marcantes na história universal.⁶⁷

O sertão seridoense, afunilado na comunidade de Serra Negra, expressava, mais uma vez, traços de distinção. Grandes nomes europeus surgiam nesse universo. Entendemos, assim, um espaço profundamente pensado a partir do cosmos intelectual. De acordo com Augusto, o próprio biografado faz parte dessa corrente de homenageados com os nomes das figuras conhecidas nas letras, pois os pais de Juvenal Lamartine de Farias “certamente tiveram em vista homenagear dois grandes poetas de renome universal: Juvenal, o satírico, e Lamartine, o lírico francês, cujos versos ainda hoje nos deixam cheios de ternura e encantamento.”⁶⁸ Ora, essa excepcionalidade constitui uma enorme diferença de qualquer espaço sertanejo que possa ser imaginado dentro de noções coligadas à detração, por exemplo, *ahistórico*, abandonado, desértico e anticivilizado, como foi imaginado ao longo da virada do século XIX para o XX.⁶⁹ Ele, o sertão, é construído aqui em contornos benquistos para um intelectual, para o meio político e letrado. Muito mais significativo, são os nomes com raízes ocidentais. Tal estreitamento com o meio letrado indicaria aponta o fortalecimento da formação intelectual no Seridó após a instauração da República, correspondente às levas de jovens seridoenses para estudar em Recife, Olinda, além da presença de cadeiras sobre latim, francês etc., no Seridó.⁷⁰ De certa maneira, há forte

⁶⁶ ABREU, Capistrano de. **Capítulos de história colonial: 1500-1800**. 7. ed. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Publifolha, 2000, p. 145-189.

⁶⁷ AUGUSTO, José. **Op. Cit.**, 1960, p. 5-6.

⁶⁸ AUGUSTO, José. **Op. Cit.**, 1960, p. 6.

⁶⁹ LIMA, Nísia Trindade. **Op. Cit.**, 1999, p. 17-18.

⁷⁰ MACÊDO, Muirakytan. **Op. Cit.**, 2012, p. 101.

valoração das letras no sertão, começando por esta construção memorial, que começa pelos nomes dados às filhas e filhos sertanejos.

Evidentemente, não podemos deixar de perceber que essa elaboração de um sertão das grandes figuras advém de um sertanejo que pertence a elite política seridoense, José Augusto. Se retomarmos a lógica abordada anteriormente - quem fala do mundo, fala de si - nota-se o fator do lugar social do historiador. Pensando a sequência de fatos e elementos elencados na sua escrita, as grandes figuras retomam um sertão dificultoso, mas civilizado, com cadeiras de latim, povoado por pessoas influenciadas pelas letras, e que buscam a educação, uma ideia socialmente bela de defender e garantir com isso uma imagem legitimada na sociedade.

Um segundo ponto é a homogeneização da população que Augusto faz questão de destacar. O sertanejo é unido em seu viver. Seu *modus vivendi* é uno, coletivo. Para o autor, são pessoas que “não se diferenciam, iguais nas atividades profissionais, nas suas condições de cultura e até nos sofrimentos comuns, todas elas atingidas periodicamente por um mesmo flagelo, as longas, as famosas e crudelíssimas secas do Nordeste”⁷¹. Ora, é esse problema de diversas facetas, isto é, política, social, que as secas congregam, faz justamente uma espécie de força motora para a identidade dessa população, pois a une. A seca é *conditio sine qua non* para essa população, um mundo e povo atrelados.

Entendemos que a seca, apresentada como sofrimento do povo, como espécie de castigo natural a pagar e conviver ciclicamente, galvaniza toda uma história de superação por parte deste intelectual, provindo da elite sertaneja, egresso do sertão para o mundo da política.

Eis aí um ponto a realçar, a elite contando sua própria história. Intrigante a narrativa, justamente por aparentar que o fato dessa elite, desses homens herdeiros de um lugar social privilegiado, poderíamos dizer, já adquirido ao nascer, esse fato esconde-se, é omitido diante das dificuldades que passa o potiguar:

O Rio Grande do Norte era, como ainda hoje, uma região pobre, mas com possibilidades de um melhor padrão de vida para a sua população, se aproveitados convenientemente alguns recursos que o seu solo contém e que, devida e racionalmente utilizados, poderiam e podem oferecer bem melhores condições de vitalidade econômica.⁷²

Dessa forma, é no próprio solo, alternante, ou seja, do verde insurgente no inverno sertanejo à aridez das secas dos últimos meses do ano, que está imbricado a ideia de superação dessa pobreza insistente no mundo potiguar. Percebe-se, a ausência de outro fator além do critério financeiro e/ou riqueza. A economia, neste último excerto, não vem acompanhada de mais nada. A pobreza é tomada pura e simplesmente em dados econômicos. Augusto baseia-se

⁷¹ AUGUSTO, José. **Op. Cit.**, 1960, p. 6.

⁷² AUGUSTO, José. **Op. Cit.**, 1960, p. 11.

apenas na premissa de desenvolvimento capitalista. Logo, o empecilho comum ao povo sertanejo revela-se superável mediante o caminho do capitalismo. Pelo menos o autor não aponta outra alternativa viável para quem convive com o problema.

Tendo em vista um processo capitalista como leniente do mal da seca, Augusto topa nas principais vias para começar essa superação, baseando-se na história de Juvenal Lamartine, aponta o seguinte:

O futuro administrador via claramente na educação do homem o fator precípua a que era urgente atender para assegurar-lhe as energias produtoras, igualmente dependentes da defesa do seu vigor físico, a ser preservado por uma sábia política sanitária e pela luta contra a pobreza com a adoção de medidas que “conduzam a produção agrícola a atingir a um nível tão elevado que permite o conforto de habitação e da mesa a toda a população do Estado, desde o trabalhador urbano até o lavrador sertanejo”.⁷³

Curiosamente, desde o período da Proclamação da República que a instrução pública era a melhor proposta da elite intelectual. Juntamente ao lado do conceito de *povo*, emergente do século XIX, século das massas, a educação foi demasiado valorizada. No caso do Rio Grande [do Norte], homens do naipe de Manoel Dantas já faziam esse incentivo desde 1889.⁷⁴ Certamente, há um pé do evolucionismo social, fruto da fé no progresso, ideais matizados do pensar predominante de finais do XIX e início do XX nas escolas de Direito.⁷⁵ A substância das ideias é mais difícil de desconstruir daquilo que é material. Por isso podemos encontrar, tantos anos depois, o mesmo argumento voltando à tona dentro da elite intelectual potiguar. Obviamente, sem aquele teor racial, contudo, ainda assim, voltados a um ponto de vista do tempo histórico sagital, linear, desenvolvimentista etc. A fé no progresso ainda se mantém no referencial de ideias de Augusto. E assim Lamartine se postava no Senado Federal brasileiro, projetando um Estado próspero:

Com essas providências e, acima de tudo, com um largo programa de combate aos efeitos da seca, este, pelo vulto das despesas que reclama a cargo principalmente do governo federal, confiava Juvenal Lamartine em que o Rio Grande do Norte seria não propriamente um Estado rico, mas um Estado próspero e feliz.⁷⁶

Para homens que permutavam entre o campo da pesquisa histórica e o campo da política, buscar o fim desse mundo de seca, portanto, é buscar evitar o mundo e uma história do sertanejo. Afinal, se o que caracterizava seu modo de vida é justamente, entre outros, esse fator climático-geográfico, como foi exposto em outros excertos do artigo, então é uma condição que visa ser

⁷³ AUGUSTO, José. **Op. Cit.**, 1960, p. 12.

⁷⁴ MACÊDO, Muirakytan. **Op. Cit.**, 2012, p. 161.

⁷⁵ SCHWARCZ, Lília Moritz. **O Espetáculo das Raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930)**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993, p. 32-88.

⁷⁶ AUGUSTO, José. **Op. Cit.**, 1960, p. 13.

superada, ou podemos pensar numa incompatibilidade com o capitalismo, a qual Augusto retoma como trilha de superação. E isso não recai apenas para o sertão do Seridó potiguar, para o autor, pensa-se o seguinte:

Quando se fala em Nordeste no Brasil, a primeira ideia que nos aparece ao espírito é a das suas secas periódicas, que se tem procurado combater quase sempre pela engenharia, encarando-se de preferência os aspectos técnicos de problema. É um erro que Juvenal Lamartine apontou, porque o problema “é também social, político, econômico e sobretudo humano.”⁷⁷

Euclides da Cunha em *Os Sertões* também buscava superar aquele, com suas palavras, *espaço seco, imutável e desértico*, através do conhecimento com a engenharia, implantando cisternas, potes, e construindo lagos e açudes.⁷⁸ Colocava-se em questão os saberes científicos para dar conta daquele cenário, problemático para o mundo da elite, que ficou conhecendo o sertão baiano através da escrita de Cunha, uma escrita bem visível, detalhista, de certa maneira que faz ver, e também através das fotografias de Flávio de Barros. Concebia-se ali a ideia de *um* sertão, generalizado. O pensar republicano queria a superação disso, fazendo desaparecer primeiro na morte dos sertanejos e depois cobrindo parte de Canudos com uma barragem. Dupla morte, na vida e na memória. Homens como Lamartine de Faria tinham noção de que o sertão e suas secas não fazem parte de um problema apenas climático-geográfico, mas também, como Augusto citou, social, político e também humano. De todo modo, o sertão seco precisa ser domado, superado, na lógica dos políticos potiguares.

Constata-se aqui, com o caso de Juvenal Lamartine de Faria, dois elementos dignos de nota. O primeiro é a distinção do sertão pelas suas características geográficas e climáticas, abordadas na literatura ou mesmo em obras de grande notoriedade como *Os Sertões* de Euclides da Cunha. E a segunda questão é a atividade de costura entre o sertão/sertanejo com o conhecimento, ao universo letrado, à ciência, por necessidade de superação ou mesmo para legitimar posições sociais na memória norte-rio-grandense, afinal de contas, o IHGRN e os seus biografados/homenageados estão inseridos dentro de uma produção de história-memória potiguar.⁷⁹

Por fim, ficamos curiosos quanto a uma questão, especialmente. Por que, aparentemente, é deveras árduo conseguir ver na seca do sertão apenas a seca do sertão? Ora, em pontos dispersos na historiografia, ela é ligada a algum fator sempre exterior, é a seca problema da política, é a seca impasse para o ser humano viver, é a seca que atrapalha a economia, etc. A natureza, nesse raciocínio, não consegue viver em paz. Um dado do capitalismo? Esforço da

⁷⁷ AUGUSTO, José. *Op. Cit.*, 1960, p. 16.

⁷⁸ CUNHA, Euclides da. *Os Sertões*. 3. Ed. Rio de Janeiro – São Paulo, Laemmert & C., 1905, p. 61.

⁷⁹ COSTA, Bruno Balbino Aires da. “**A casa da memória norte-rio-grandense**”: O Instituto Histórico e geográfico do Rio Grande do Norte e a construção do lugar do Rio Grande do Norte na memória nacional (1902-1927). Porto Alegre, UFRGS, Tese de Doutorado, 589 f., 2017.

sociedade contemporânea em tentar dominar a natureza? Vamos pensar nisso em outro momento.

Considerações finais

Nossa análise, enveredando algumas reflexões das fontes em questão, tendo em vista a vastidão de ideias e interpretações que podem surgir de cada uma delas, não visou dissecar por completo tudo o que os excertos citados manifestam para o historiador. Focamos na análise pertinente para o pesquisador da história dos sertões. As biografias de Lima, Albuquerque e José Augusto publicadas no Instituto, trazem, a rigor, forte aproximação e contato com a experiência vivida do sertão dentro do universo político potiguar.

Com o modelo de Amaro Cavalcanti, percebemos a descrição e realocação do indivíduo frente ao todo nacional. Ora, mais uma vez fazia valer oportunamente a construção de uma memória sobre pertencimento do seridoense, na participação política do Estado no âmbito nacional.

Identificamos o interesse de caráter simbólico oculto pela narrativa. Ou seja, um elemento do não-dito. Realizando essa interdisciplinaridade com a sociologia, mostramos como a elite intelectual trabalha a memória dos companheiros no espaço público político e no espaço público da pesquisa histórica - afinal da mesma forma que os três biógrafos, Amaro Cavalcanti compartilhava das mesmas atividades – apostando também em sua imagem, em seu símbolo frente à população, caracterizando-se quer como instituição, quer como homens legítimos e nobres para falar sobre a história do Estado, do Seridó e de seus intelectuais.

Já no caso de Juvenal Lamartine de Farias, José Augusto compartilha de sua vivência com ele. Postula, portanto, um ar de testemunho para seu trabalho. Confere autoridade para sua escrita: *eu vi, eu vivi*. Relacionando sobretudo seu trabalho com a experiência sertaneja, conferindo suma importância para o algodão, para a educação. Mas, sobretudo, através da *bios* de Juvenal Lamartine, o sertão é pincelado com cores intelectuais, legítimas, de uma caracterização ostensivamente superior pela relação com o mundo letrado. A própria Serra Negra, de onde Lamartine de Faria é oriundo, começa a ser descrita assim, requintada de influência intelectual, seja diretamente reconhecido pelos nomes das pessoas, ou por ser o berço de intelectuais de destaque.

Mas o que une esses casos, os biografados, é justamente a confusão do sertão seridoense-potiguar ser visto como algo a superar-se e digno de louvor. Se, por um lado, ele, o sertão, pariu e continua parindo intelectuais, lançados à vida pública, por outro lado é necessário afastar-se daquele lugar com traços ainda lembrados a partir de Euclides da Cunha e sua *Magnum opus*. As biografias expressam dramaticamente os problemas de se viver ali, porém de

forma clara manifestam a nítida sensação de orgulho que o universo sertanejo seridoense oferece ao Estado do Rio Grande do Norte.

Referências bibliográficas:

Fontes diretas:

ALBUQUERQUE, Floriano Cavalcanti de. Amaro Cavalcanti: o homem e o jurista. In: **RIHGRN**, vol. 54, Natal, 1961, p. 66-73.

AUGUSTO, José. O Rio Grande do Norte no Senado da República. In: **RIHGRN**, vol. 53, 1960, p. 5-20.

_____. **O Rio Grande do Norte no Senado da República**. Natal, RN: EDUFRN – Editora da UFRN, 2008.

LIMA, Nestor. Amaro Cavalcanti. In: **RIHGRN**, vol. 45-47, Natal, 1948-1950, p. 87-131.

Bibliografia Geral

ABREU, Capistrano de. **Capítulos de história colonial: 1500-1800**. 7. ed. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Publifolha, 2000.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. Vede sertão, verdes sertões: cinema, fotografia e literatura na construção de outras paisagens nordestinas. **Fênix – Revista de Estudos Culturais**, Uberlândia, v. 13, ano XIII, n. 1, p. 1-27, jan./jun.2016.

BOURDIEU, Pierre. **Razões práticas**: sobre a teoria da ação. Campinas, SP: Papirus. 1996.

CERTEAU, Michel de. **A escrita da história**. 3. ed. - Rio de Janeiro: Forense, 2011.

COSTA, Bruno Balbino Aires da. **“A casa da memória norte-rio-grandense”**: O Instituto Histórico e geográfico do Rio Grande do Norte e a construção do lugar do Rio Grande do Norte na memória nacional (1902-1927). Porto Alegre, UFRGS, Tese de Doutorado, 589 f., 2017.

CUNHA, Euclides da. **Os Sertões**. 3. Ed. Rio de Janeiro – São Paulo, Laemmert & C., 1905.

GOMES, Ângela Maria de Castro. **História e historiadores**. 2ªed. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1999.

LIMA, Nísia Trindade. **Um sertão chamado Brasil**: intelectuais e representação geográfica da identidade nacional. Rio de Janeiro: Revan: IUPERJ, UCAM, 1999

MACÊDO, Muirakytan K. de. **A penúltima versão do Seridó**: uma história do regionalismo seridoense. Natal; Campina Grande: EDUFRN; EDUEPB, 2012.

SANTOS, Evandro. Ensaio sobre diversidade historiográfica: como escrever (e reconhecer) histórias dos sertões a partir de novas e “velhas” epistemologias. **SÆCULUM** - Revista de História [v. 24, n. 41]. João Pessoa, p. 441-452, jul./dez. 2019.

SCHWARCZ, Lília Moritz. **O Espetáculo das Raças**: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930). São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

**FUTURO ARCAICO OU A SOLIDÃO DE UM AMANHÃ DE SILÊNCIO:
O PASSADO COMO DENÚNCIA EM OSWALDO LAMARTINE DE FARIA**

Autor: Eduardo K. de Medeiros⁸⁰

Orientador: Prof. Dr. Evandro Santos⁸¹

INTRODUÇÃO

Esta apresentação é fruto dos estudos realizados no Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) ofertado pela UFRN, através do Plano de Trabalho “Usos do passado em Oswaldo Lamartine de Faria”, iniciado no mês de agosto/2019, e cujo objetivo é “discutir a narrativa e as temporalidades construídas por Oswaldo Lamartine de Faria, destacando a problemática dos usos do passado e da memória.”⁸²

Apesar do artigo jornalístico não figurar como o gênero textual de maior destaque na carreira de escritor exercida por Oswaldo Lamartine de Faria, pensamos que este recorte tipológico se mostra interessante justamente pela raridade em que se fez objeto de análise pela academia. Os artigos também se mostram adequados ao nosso objetivo, pois a própria função midiática do periódico jornalístico oportuniza a abertura de um espaço singular de exposição e discussão de questões “quentes”, atuais ao momento de sua publicação.

Assim, trabalharemos com três artigos publicados no *Diário de Pernambuco* (Recife/PE), um influente periódico, que teria sido um dos principais veículos de disseminação das reivindicações dos estados do Nordeste (NE) nas primeiras décadas do século XX.⁸³ “Notas sobre a pobreza”, e “Cangaço e coiteiros”, foram publicados em 1948. “Por onde passa o boi passa o vaqueiro”, em 1955. Estas colaborações com o referido diário foram “definitivas para a consolidação de Oswaldo como pesquisador e intelectual no meio

⁸⁰ Bacharelando em História pelo Centro de Ensino Superior do Seridó da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (CERES/UFRN). E-mail para contato: eduacari@hotmail.com.

⁸¹ Doutor em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Professor Adjunto de Teoria da História no Centro de Ensino Superior do Seridó da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (CERES/UFRN). E-mail para contato: e.santos@ceres.ufrn.br.

⁸² Plano de Trabalho: Usos do passado em Oswaldo Lamartine de Faria. Disponível em: <https://sigaa.ufrn.br/sigaa/pesquisa/planoTrabalho/wizard.do?dispatch=view&obj.id=98381783>. Acessado em 28 ago. 2019.

⁸³ ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. *A invenção do Nordeste e outras artes*. 5.ed. São Paulo: Cortez, 2011. p. 85.

da intelligentsia de seu tempo”.⁸⁴ O periódico lhe permitiu visibilidade em âmbito nacional e importantes contatos intelectuais.

A historiadora Tania Regina de Luca chama a atenção para o fato de que “a imprensa periódica seleciona, ordena, estrutura e narra, de uma determinada forma, aquilo que se elegeu como digno de chegar até o público” (2011, p. 139). O que significa que os conteúdos e idealizadores dos jornais devem ser considerados na análise do discurso realizado através destas fontes, pois é preciso considerar as “motivações que levaram à decisão de dar publicidade a alguma coisa.” (LUCA, 2011, p. 140). Assim sendo, entendemos que o *Diário de Pernambuco* tinha interesse em dar publicidade à opinião emitida por Oswaldo Lamartine, por esta adequar-se às ideias e valores difundidos pelo periódico, grosso modo, o de conciliar os adventos modernos às delícias da vida pastoril.⁸⁵

Em 2001, sob o título *Notas de carregaço*, foram reunidos “escritos publicados em diferentes órgãos da imprensa do Rio de Janeiro e Natal [...] A temática é regional e ecológica – sertões da caatinga” (FARIA, 2001, p. 7), como explica a nota introdutória do livro. O volume é composto por dez artigos, publicados originalmente entre os anos de 1947 e 2000, mais o texto de abertura, originado das anotações que serviram de roteiro para uma aula proferida por Oswaldo Lamartine, na ESAM (Escola Superior de Agricultura de Mossoró), em 1969, publicado somente em 1987, pela Coleção Mossoroense, sob o título “E adonde era sombra se fez sol. E adonde era solo se fez chão...”. A ESAM foi fundada em 1967 por Vingt-un Rosado, amigo pessoal de Oswaldo Lamartine, e também editor/fundador da Coleção Mossoroense, editora que publicou diversos de seus textos. Os periódicos localizados no Rio de Janeiro/RJ que publicaram textos do sertanista, são produzidos por órgãos ligados ao Estado, como o Serviço de Informação Agrícola (SIA) e o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A maioria dos textos que compõem a coletânea, são recortes de temas brevemente abordados em alguns de seus ensaios, mas que nesta publicação enfocam discussões acerca do clima, da fauna e da flora nos sertões da caatinga.

A partir destas leituras buscamos identificar o passado mobilizado por Oswaldo Lamartine para discutir as questões de seu tempo, e reconhecer as esperanças que nutria acerca do futuro, analisando seus textos segundo as categorias de *espaço de experiência* e *horizonte de expectativas* propostas por Reinhart Koselleck (2006). Com isto, pretendemos verificar se nestes escritos o passado atua à serviço de uma denúncia contra o tempo presente.

Koselleck argumenta que experiência e expectativa entrelaçam passado e futuro, e orientam as ações concretas no plano social e político, sendo portanto categorias adequadas para decifrar condições de

⁸⁴ SOBRAL, Gustavo. *O sertão de Oswaldo Lamartine de Faria: a biografia de uma obra*. Natal: Caravela Selo Cultural, 2018. p. 37.

⁸⁵ Cousas da cidade: Ó, que bucolismo! In: *Diário de Pernambuco*, Recife/PE, 7 maio, 1948. p. 4.

Anais do IX Colóquio Nacional de História Cultural e Sensibilidades – Sertões: poder e representações. Caicó-RN, UFRN – CERES, RN, 18 a 21 de novembro de 2019. ISBN 978-85-471-0298-2

possibilidade de um determinado tempo histórico (2006, p. 308). O historiador oferece as seguintes definições:

A experiência é o passado atual, aquele no qual acontecimentos foram incorporados e podem ser lembrados. Na experiência se fundem tanto a elaboração racional quanto as formas inconscientes de comportamento [...] Nesse sentido, também a história é desde sempre concebida como conhecimento de experiências alheias. Algo semelhante se pode dizer da expectativa: [...] também a expectativa se realiza no hoje, é futuro presente, voltado para o ainda-não, para o não experimentado, para o que apenas pode ser previsto. Esperança e medo, desejo e vontade, a inquietude, mas também a análise racional, a visão receptiva ou a curiosidade fazem parte da expectativa e a constituem (KOSELLECK, 2006, p. 309-310).

Dessa forma, continua o historiador, “a experiência proveniente do passado é espacial, porque ela se aglomera para formar um todo em que muitos estratos de tempos anteriores estão simultaneamente presentes”, mas ela não se faz refém de uma cronologia, “não cria continuidade no sentido de uma elaboração aditiva do passado”. Enquanto que a metáfora do horizonte significa “aquela linha por trás da qual se abre no futuro um espaço que ainda não pode ser contemplado, apesar dos prognósticos possíveis, ele não pode ser experimentado” (KOSELLECK, 2006, p. 311).

Entendemos que a postura adotada por Oswaldo Lamartine deve evidenciar a forma como se sente exposto e como reage às transformações experienciadas na passagem do tempo. Para realizar esta discussão tomaremos como base a reflexão do filósofo Paul Ricoeur acerca do *ser-afetado-pelo-tempo*, condição de quem, gravitando em torno da tradição, busca reconciliar expectativa e memória (RICOEUR, 2016, p. 387-8).

O FUTURO COMO UM TEMPO NOVO E DIFERENTE DO PASSADO

Neste artigo discutiremos o posicionamento de Oswaldo Lamartine de Faria acerca de sua noção de futuro, o que também revela o valor que dedica ao passado. Para tanto, abordaremos a discussão teórica que permite reconhecer o momento em que o futuro passa a receber o estatuto de um tempo novo, em progressão para um tempo melhor e diferente do passado.

O historiador Reinhart Koselleck oferece uma via de compreensão que parte da perspectiva da mudança histórica entre experiência e expectativa na Idade Moderna, mudança que só passaria a ser sentida a partir do Renascimento e da Reforma. Até aproximadamente meados do século XVII, a escatologia cristã sobre o fim do mundo controlava a expectativa sobre o futuro, projetando-a para o mundo do além; isso modifica-se com a descoberta de um novo horizonte de expectativa, aquele que pratica “aperfeiçoamentos” no mundo terreno, e gera a expectativa de um futuro aberto, e que ao final do século XVIII ganhará forma sob o conceito de progresso:

o progresso estava voltado para uma transformação ativa deste mundo, e não do além, por mais numerosas que possam ser, do ponto de vista intelectual, as conexões entre o progresso e uma expectativa cristã do futuro. A novidade era a seguinte: as expectativas para o futuro se desvincularam de tudo quanto as antigas experiências haviam sido capazes de oferecer. E as experiências novas, acrescentadas desde a colonização ultramarina e o desenvolvimento da ciência e da técnica, já não eram suficientes para servir de base a novas expectativas para o futuro. A partir de então o espaço de experiência deixou de estar limitado pelo horizonte de expectativa. Os limites de um e de outro se separaram [...] O futuro será diferente do passado (KOSELLECK, 2006, p. 318).

Esse horizonte se fez possível “depois que a história foi vista e experimentada como única, não apenas nos diversos casos individuais, mas [...] como totalidade aberta para um futuro portador de progresso [...], portanto diferente do passado” (KOSELLECK, 2006, p. 319). Por outro lado, ao final do século XVIII, assiste-se também ao progresso técnico-industrial. “O papel que as técnicas alcançaram na produção da história mundial, fizeram da Revolução Industrial um marco definitivo, um momento de grande aceleração, ponto de partida para transformações consideráveis” (SANTOS, 2014, p. 172). As sociedades industriais se diferenciariam das sociedades que lhes precederam não só pelo ritmo das inovações tecnológicas, mas também pela importância econômica que a produção de bens e serviços vai adquirindo em detrimento da agricultura, o que significa uma inversão na densidade populacional entre o campo e as cidades.

Segundo o historiador E. P. Thompson, a percepção do tempo também será diferente. “Antes da introdução da indústria em grande escala” o mundo rural estaria orientado por ritmos naturais, ou “a medição do tempo estaria relacionada com os processos familiares no ciclo do trabalho ou das tarefas domésticas, e a passagem do tempo são basicamente a sucessão dessas tarefas” (THOMPSON, 1998, p. 269). Enquanto a industrialização significou um intenso esforço de controle e disciplinarização do trabalho com a intenção de maior aproveitamento do tempo. “Por meio da divisão de trabalho, supervisão do trabalho, multas, sinos e relógios, incentivos em dinheiro, pregações e ensino, supressão das feiras e dos esportes, formaram-se novos hábitos de trabalho e impôs-se uma nova disciplina de tempo” (THOMPSON, 1998, p. 297).

A partir da segunda metade do século XX os modos de produção capitalista e socialista acirram sua disputa, o que levou as sociedades contemporâneas a pensarem a maneira como promovem seu próprio desenvolvimento, mas também, em uma perspectiva histórica, como cada sociedade tem se relacionado com o meio ambiente ao longo do tempo. Como aponta Simon Schama em seus estudos sobre a paisagem e a memória:

embora a história do ambiente seja uma das mais originais e instigantes que estão sendo escritas hoje, ela, inevitavelmente, expõe o mesmo quadro desanimador: terras tomadas, exploradas, exauridas; culturas tradicionais que sempre viveram numa relação de sagrada reverência com o solo e foram desalojadas pelo individualista displicente, pelo agressor

capitalista. E, embora o tom dessas histórias seja compreensivelmente de penitência, elas divergem quanto à época em que o Ocidente caiu em desgraça. Para alguns historiadores, foi o Renascimento e as revoluções científicas dos séculos XVI e XVII que condenaram a terra a ser tratada pelo Ocidente como uma máquina que nunca quebraria, por mais que o homem usasse e abusasse. Para Lynn White Jr., foi a invenção de um arado com arreios fixos, no século VII d. C., que selou o destino do planeta. A ‘faca’ do novo implemento ‘atacava a terra’; a agricultura se transformou em guerra ecológica. ‘Antes o homem fazia parte da natureza; agora ele explorava a natureza’ (SCHAMA, 1996, p. 23).

Portanto, na modernidade, as inovações dos saberes e técnicas tem contribuído não só para a transformação do espaço, mas também dos costumes, além de criar condições para outra forma de se relacionar com o tempo. Em síntese, a análise das categorias de espaço de experiência e do horizonte de expectativas, revela três aspectos importantes, segundo o filósofo Paul Ricoeur: “a crença de que a época presente abre para o futuro a perspectiva de uma *novidade* sem precedentes, a crença de que a mudança para melhor se acelera, e a crença de que os homens são cada vez mais capazes de *fazer* sua história” (RICOEUR, 2016, p. 357, grifos do autor).

Exercendo o papel de formador de opinião, através da mídia e da sala de aula na escola de agronomia, Oswaldo Lamartine também realiza um esforço em fazer a história. Passaremos então a analisar os textos publicados nestas oportunidades onde o sertanista se dedicou a pensar como a sociedade de seu tempo se relaciona com o meio ambiente. Desta reflexão nos interessa perceber a função que o passado é convocado para exercer, e quais as expectativas geradas frente um tempo em que “modernização” e “progresso” se pronunciam em direção aos sertões nordestinos.

A SOLIDÃO DE UM AMANHÃ DE SILÊNCIO

No ano de 1969, o agrônomo Oswaldo Lamartine de Faria esteve na ESAM para ministrar uma aula sobre preservação ambiental. O sertanista argumenta em favor de cuidados que minimizem os efeitos predatórios que os modos e técnicas de produção tem causado à fauna, a flora, e ao solo, principalmente na produção agrícola, devido ao desmatamento e ao uso de “defensivos” químicos industriais.

É justamente na década de 1960 que começa a surgir de forma mais evidente uma opinião pública que contesta o modelo desenvolvimentista das sociedades de consumo. No final desta década, importantes estudos e ações políticas demonstram preocupação com os danos que os centros industriais de diversos países tem causado ao meio ambiente, apontando ainda se tratar de uma questão global, pois as consequências para o meio natural provocadas pelo “desenvolvimento” de alguns países afetava também aos seus vizinhos. É neste contexto que começam a se organizar reuniões internacionais para se discutir políticas de proteção ambiental, como a Conferência de Estocolmo, em 1972, realizada pela Organização das Nações Unidas (ONU), da qual participaram 113 países, inclusive o Brasil.

A ‘Declaração de Estocolmo’ afirmava que [...] os países subdesenvolvidos deveriam buscar o crescimento com o devido controle da destruição do seu ambiente, assim como os desenvolvidos deveriam criar formas de diminuir a poluição gerada por suas indústrias. [...] Tudo isso despertou uma reação bastante firme dos países pobres, que se sentiram condenados justamente pelas nações ricas, temerosos de serem constrangidos nos seus projetos de crescimento. [...] O representante do Brasil, General Costa Cavalcanti, afirmou que as formas de degradação mais graves eram as poluições constituídas pela pobreza e pelo subdesenvolvimento. O leitor deve se lembrar de que, naqueles anos, o Brasil vivia um período de ditadura militar, com entrada maciça de capitais estrangeiros e projetos megalomaniacos de crescimento econômico a qualquer custo, incluindo o ambiental (DUARTE, 2013, p. 24-25).

É sob esta atmosfera discursiva de crescimento, desenvolvimento e modernização que o sertanista prepara a sua aula na ESAM, que posteriormente seria publicada sob o título “E adonde era sombra se fez sol E adonde era solo se fez chão”. O título já indica a denúncia sobre o desmatamento e o arruinamento do solo em consequências da ação humana. A epígrafe selecionada também é esclarecedora, pois situa a motivação da obra:

‘... temos agrônomos sem noção de elementos de ecologia, técnicos florestais que ignoram a significação da fauna na natureza, engenheiros cuja visão é bloqueada por paredes de concreto, químicos que produzem inseticidas e não sabem que atuam como **biocidas** e economistas que traçam planos e tomam decisões sobre recursos naturais cujas qualidades nunca estudaram’. A. Eichler (FRAIA, 2001, p. 11, grifo do autor).

Trata-se de uma crítica às decisões que tem sido empregadas sobre o uso dos recursos naturais. Portanto, segundo o autor, a administração dos recursos estaria ocorrendo de forma insatisfatória e/ou inconsequente. Pior, esta não é apenas uma ocasião, mas uma situação histórica. Oswaldo Lamartine inicia o texto denunciando o desmatamento desde o primeiro momento em que o colonizador colocou os pés nestas terras, apontando a prática já na Carta de Pero Vaz Caminha: “E enquanto nós fazíamos a lenha, construíam dois carpinteiros uma grande cruz, de um pau que se ontem para isso cortara”; emendando “e até hoje o machado não esbarrou mais de golpear madeira para as precisões do homem [...] e onde era sombra se fez sol e aonde era solo se fez chão...” (FARIA, 2001, p. 13). A narrativa continua imaginando as qualidades da fauna e da flora potiguar no século XVI: “Verde, densa, grossa e sombria [...] se perdia de vista terra a dentro [...] E havia fartura de caça grossa – bichos de pelo e bichos de pena [...] E se querem saber dos desaparecidos bichos que por aqui vagavam, basta lembrar o sobejo dos seus nomes na geografia papa-jerimum” (FARIA, 2001, p. 14). Convocando a toponímia potiguar o sertanista denuncia a extinção de capivara, macaco, onça, arara, coelho, jacaré, ema, e anta. A crítica continua sobre a exploração do pau-brasil e ao ciclo da cana, que “transformou a floresta em açúcar e aguardente”, ou em “cinza”, no agreste, referindo-se às coivaras feitas “para o plantio do milho, do feijão e do agave”. E mesmo no sertão o ciclo do couro “foi tangido das várzeas onde o algodão enraizou” (FARIA, 2001, p. 16). O sertanista denuncia o

contínuo e secular uso de culturas agrícolas que empobrecem o solo, “sem a menor técnica conservacionista” (FARIA, 2001, p. 17).

A opinião é mantida quanto aos dias atuais à construção do texto, quando a produção agrícola adere à indústria química: “Há bem uns 30 anos que nos entrincheiramos nos defensivos e armados de engenhosas máquinas, pulverizamos e polvilhamos venenos crescentemente tóxicos – ignorantes ainda de suas consequências no amanhã” (FARIA, 2001, p. 18). Assim, o passado é apresentado como um espaço de experiências prejudiciais ao meio ambiente, e as práticas do presente não produzem melhores expectativas. Contudo, Oswaldo Lamartine enxerga possibilidades de intervir na continuidade desse trabalho autodestrutivo:

em uma simples colher de chá de terra – nasciam, cresciam, se multiplicavam e morriam [...] bilhões de bactérias, [...] protozoários [...] em incessante e permanente trabalho de arejamento, drenagem, decomposição e nitrificação. E de toda essa heterogênea micro-fauna, nenhum ser vivo é mais importante para a natureza e para o solo que a humilde minhoca. A ela devemos um acréscimo [...] de espessura ao solo agrícola [...] É desse trabalho anônimo, ignorado e silencioso e permanente que depende a vida sobre a terra. E os estudos vêm demonstrando que os resíduos [de defensivos químicos] impedem [...] e destroem ou limitam outras formas de micro-vidas transformadoras da matéria orgânica. Macaqueando as técnicas alheias, engajamo-nos na guerra da destruição das pragas pelos defensivos. Constroem-se fábricas. Crescem as estatísticas de produção e uso de inseticidas e morre, a cada dia, a natureza na solidão de um amanhã de silêncio de canto de pássaros e de céus apagados do gesto de asas em vôo (FARIA, 2001, p. 22-23).

“Macaquear as técnicas alheias”, significa imitar as técnicas utilizadas em países estrangeiros, onde a produção agrícola se dá em escala e modos industriais. Portanto, neste trecho, Oswaldo Lamartine aponta sua crítica ao discurso da modernização e desenvolvimento produtivo. Mas também sugere que o uso de técnicas orgânicas mostram-se como alternativa capaz de evitar o futuro calamitoso que se apresenta à sua imaginação. E justifica-se de acordo com a razão capitalista, apontando a reação em cadeia de malefícios causados pelo uso de “defensivos” químicos, desafiando a análise dos resultados na ponta do lápis, o ‘quanto se gasta’, ‘qual o prejuízo’, ‘e a desvalorização’ dos produtos.

Não se trata da defesa de uma atitude de ‘bom-menino’. O problema envolve cifrões a serem somados. [...] Ser agricultor não se resume simploriamente em viver na fazenda. É exercer a mais nobre e sagrada atividade de criar plantas e animais. Mas é também um negócio, um trabalho, onde se bota dinheiro para se tirar dinheiro e, consequentemente, onde se contabilizam despesas e lucros (FARIA, 2001, p. 24).

Desta forma Oswaldo Lamartine busca situar seu discurso em acordo com o público que tenta convencer. Não quer ser tomado por mero panfletário ecológico, por um discurso meramente político, ideológico, mas como um profissional especializado, que pensa em favor da conciliação de interesses na

tomada de decisões que se mostrem econômica e administrativamente satisfatórias aos agricultores. A solução oferecida pelo agrônomo encontra-se no investimento em pesquisas voltadas ao meio ambiente:

No dia em que o bicho-homem usar mais tempo e dinheiro para entender a natureza, em vez de agredi-la como vem fazendo, encontrará as mezinhas para as suas pragas. Basta que gaste o que vem gastando para pesquisar, construir fábricas, industrializar, convencer e vender os atuais inseticidas e fungicidas – no estudo das doenças que atacam os insetos, nos odores das fêmeas para atrair os machos, na esterilização e no conhecimento, proteção e produção de seus inimigos naturais. Nesse dia – sonho de um país de São Saruê, poderá estabelecer um controle mais racional de suas pragas (FARIA, 2001, p. 29).

Seguindo-se suas orientações, o resultado, espera-se, será magnífico! Pois assim o compara ao utópico país de São Saruê, versado pelo cordelista Manoel Camilo dos Santos como um lugar belo, de fartura e bonança generalizada.⁸⁶ Mas o encerramento do texto de Oswaldo Lamartine pende mesmo para uma expectativa que o leva ao outro extremo, à visão distópica sobre o futuro, que leva em consideração além dos produtos biocidas, a poluição do ar e a poluição sonora: “Talvez seja o princípio de um fim. Um processo degenerativo orgânico em grande escala que leva os estudiosos a catalogar muitos dos seus efeitos diretos ou indiretos como **doenças da civilização**” (FARIA, 2001, p. 33, grifo do autor).

Parece-nos ser possível datar a emergência de uma consciência ecológica em Oswaldo Lamartine, que vai se aguçando, maturando, ao longo da década de 1960. Outros artigos reunidos em *Notas de carregação* trazem a mesma condenação aos “defensivos” disseminados pela indústria química agrícola. Denunciam ainda outras práticas que provocam desequilíbrios ao mundo natural nos sertões do Seridó, como a caça, o desmatamento realizado na produção agropecuária, ou a mineração.⁸⁷

Os escritos publicados nos anos de 1948 e 1955, no *Diário de Pernambuco*, apontam para outras questões. É certo que neste momento já se pode ouvir, mesmo no atrasado Nordeste, os alvoroços do progresso, que ressoa das engrenagens do maquinário das usinas de beneficiamento de produtos agrícolas e dos motores de caminhões que o atravessam nas estradas de rodagem. Contudo, ainda não são as consequências do progresso sobre o meio natural que preocupam o sertanista neste período. Na edição de 16 de maio de 1948, Oswaldo Lamartine publica o artigo *Notas sobre a pobreza*, um estudo sobre as condições de vida no Seridó, e “a evolução da pobreza” por estes sertões, tomando como marco histórico a seca de 1877. Segundo ele, “as condições de vida do homem do Seridó, quase todo ele, típico homem da classe média camponesa” sente o “agravamento natural das condições sociais” em decorrência das “experiências negativas de inverno” que provocam “a transformação de uma sociedade de classe média em

⁸⁶ SANTOS, Manoel Camilo dos. Viagem ao País de São Saruê. In: *E-topia*: Revista Electrónica de Estudos sobre a Utopia, Porto (Portugal), n.4, 2005. Disponível em: <https://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/931.pdf>. Acessado em 29 out. 2019.

⁸⁷ A saarização do Seridó (*Seleções Agrícolas*, Rio de Janeiro, 1962); Notas para o necrológio do urubu (*Seleções Agrícolas*, Rio de Janeiro, 1965); Cadê os canários? (*S.n.*, Rio de Janeiro, 1986); Ribaças (*Tribuna do Norte*, Natal, 2000).

uma sociedade flagelada”. É, portanto, a condição climática (natural) da região a grande responsável por colocar as populações em situação de miserabilidade, forçando a migração, do sertão para o agreste, de grandes levadas populacionais de gados e gentes, que apelam para a “comida braba (xique-xique ou sodoro; mucunã; pau-pedra; gugoia – fruto da palmatória; raiz e semente da faveleira; macambira; etc.)” ou para o banditismo, “assaltando os comboios de mantimentos transportados pelos socorros públicos e distribuindo-os com os famintos” (FARIA, 16 maio 1948, p. 5), como formas de sobrevivência.

Neste mesmo ano e jornal, Oswaldo Lamartine publica, em duas partes, o artigo titulado *Cangaço e coiteiros* – republicado em edição integral pela Coleção Mossoroense, em 1995. Nele, o escritor retrata o “alto sertão, onde a justiça não penetrava, onde patrão e escravo campeavam e participavam dos mesmos riscos e faziam-se compadres”, o homem aprendia com “as condições do trabalho e do meio” a revidar afrontas. “A tradição em proteger seus agregados. O escravo e depois o vaqueiro, o morador, o rendeiro, o parente e o eleitor, são filamentos nervosos do seu patrão. O destino do homem tem o limite geográfico do poderio dos proprietários” (FARIA, 27 jun. 1948, p. 6).

Lamartine retoma o argumento de que o sertão nordestino é naturalmente hostil e cria as condições sociais para o estabelecimento do coronelismo, do banditismo, do messianismo, da vida de misérias materiais, morais e fisiológicas:

Populações flageladas pelas variações climáticas periódicas, pedindo, emigrando e assaltando para sobreviver. A sífilis poluindo os homens, cuja terapêutica se restringe a benzeduras e ‘garrafadas’... O álcool a e as ‘comidas brabas’ intoxicando. Doenças de carência aliadas a uma consanguinidade desbaratada. Epiléticos, loucos e tarados gerando monstros. Em síntese: ausência absoluta de higiene mental e do corpo (FARIA, 27 jun. 1948, p. 6).

Interrompe a primeira parte do artigo explicando as causas para o surgimento e o desaparecimento do cangaceiro: “fruto de regiões esquecidas dos homens e governos [...], usado como instrumento, perseguido, admirado ou acoitado, teve a sua carreira cortada por dois elementos da civilização: o caminhão e o telegrafo” (FARIA, 27 jun. 1948, p. 6). Porém, a segunda parte do artigo, aponta que

os bandos de cangaceiros que povoavam as caatingas do Nordeste, desagregados pelo caminhão e o telégrafo, foram absorvidos pela nossa organização social sob a forma e com a sinonímia de capanga, cabra, empreiteiro [...] acobertam-se à sombra das ‘casas grandes’ em cujas cancelas a lei esbarra, encurta a vista ou se dobra. Em troca desse refúgio mourejam na lavoura, sem remuneração, soltando o cabo da enxada quando o coiteiro lhes aponta em que família devem ‘fasê chorá viúva’ (FARIA, 29 ago. 1948, p. 15).

E conclui que “essa forma asquerosa que se esparge por todo o Nordeste, dificilmente será banida pois tem a sua sementeira na própria organização social do povo” (FARIA, 29 ago. 1948, p. 18). Em síntese,

o sertão é um espaço natural e historicamente predisposto à violência e miserabilidade, cujas expectativas de transformação, na perspectiva de Oswaldo Lamartine, em 1948, são de difícil efetivação.

Após estas leituras, será interessante analisar o artigo *Por onde passa o boi passa o vaqueiro* publicado na edição de 11 de setembro de 1955, do mesmo diário. Naquele ano o sertanista já não atua como colaborador do jornal, se trata, portanto, de uma publicação “isolada”. Para melhor nos situarmos, é importante lembrar que nos anos 1950, o país passa por um período de forte incentivo ao desenvolvimento nacional, tendo como eventos representativos, por exemplo, o Plano de Metas elaborado pelo governo de Juscelino Kubitschek, que tinha como lema avançar “50 anos em 5”; também pode ser tomada como exemplo a construção de uma capital inteiramente nova para o país, Brasília (DF), no sertão goiano, no centro do território nacional. Nas palavras da historiadora Angela de Castro Gomes,

A década de 1950 assinala um ponto de aceleração em um processo de modernização que, inaugurado nos anos 1930, seguiu até os anos 1970, quando entrou em crise [...] De todo modo, nesses trinta anos, a população brasileira cresceu muito e a sociedade se transformou profundamente, adquirindo novos e modernos padrões de consumo. Com estradas de rodagens e fábricas de automóveis, os migrantes se movimentavam intensamente pelo território, dirigindo-se maciçamente às cidades, agora com prédios de concreto e vidro, alguns com as arrojadas linhas da arquitetura modernista, em busca de empregos formais e também de novas possibilidades de divertimento e conforto (GOMES, 2013, p. 86).

Sentindo a ameaça de profundas mudanças modernizantes nas estruturas e nos costumes da sociedade, Oswaldo Lamartine recorre ao discurso histórico para tomar a defesa da tradição, representada pelo vaqueiro sertanejo:

É tese passiva da história do nosso povoamento de haver sido o rastro fêmeo do boi que assegurou a posse das sesmarias. [...] O rastro da nossa vida pastoril está nos livros, na boca dos mais velhos, no linguajar sertanejo, a alimentação, costumes, etc. O vaqueiro e o patrão participando do mesmo trabalho, tomando dos mesmos couros, fazendo esteira para a carreira do amo, comendo do mesmo alforje e confundindo-se nos riscos do trabalho e nas alegrias dos folguedos (FARIA, 11 set. 1955, p. 1).

O sertanista angustia-se por ver a vaqueirice sendo afetada pelas mudanças, trocando as vestes de couro por lona, e recebendo salário em vez da tradicional “quarta parte”, fator que o tornava uma espécie de sócio do patrão, e um homem preso à terra.⁸⁸ É esta, afinal, a grande motivação do artigo. A introdução

⁸⁸ “Antigamente era dividida a produção anual da fazenda em grupo de quatro ou cinco bezerros, cabia ao amo a primeira escolha, e ao vaqueiro a segunda, ficando os dois ou três bezerros restantes para o amo. O vaqueiro pode criar suas sortes na própria fazenda do patrão, mas o direito costumeiro assegura a este último preferência da venda. Todo leite pertence ao vaqueiro, que dispõe também de liberdade para plantar pequenos trechos de terra, que assegure seus próprios currais e desenhem seus ferros, derivados muitas vezes da mesma marca do amo. [...] Essa era a tradição pastoril do Nordeste” (FARIA, 11 set. 1955, p. 1).

e valorização do gado mestiçado na atividade pecuarista forçou a quebra daquele acordo entre o vaqueiro e o patrão – que diga-se de passagem, também mudou: agora vive na cidade e, apenas eventualmente, toma a estrada em seu carro novo, à casa-grande da fazenda, que agora passa a maior parte do tempo fechada. É, portanto, todo o mundo do criatório que se modifica. “Hoje o vaqueiro é pago em dinheiro [...] Tal sistema de remuneração não prende o homem à terra, e é um dos processos dissociativos mais graves dos núcleos familiares e dos grupos populacionais do sertão” (NAPOLÉÃO *apud* FARIA, 11 set. 1955, p. 1). Os confortos da vida moderna tornam a vida citadina mais atrativa que o campo, e as novas relações de produção e trabalho permitem mais mobilidade ao homem do campo. Aquela estrutura que ‘prendia o destino do homem aos limites geográficos do poderio do proprietário’ revelam-se caducas e em vias de extinção.

Concordamos pela impossibilidade de manter o sistema de sorte nas fazendas de gado de raça [...] Mas não podemos concordar com o pecado de despir do vaqueiro toda a sua tradição para transformá-lo em operário de macacão, assinatura no livro de ponto [...] Existe uma fórmula conciliatória [...] É o pagamento tendo por base a parição do rebanho. O patrão fornece a casa, roçado e vazantes (sem cobrar parceria), animais, arreios e indeniza a base de ‘x’ por bezerro nascido, no ato da ferra (duas ferras anuais). [...] É mais que uma simples sugestão, é um grito em favor de um tipo social que temos o dever de preservar sem descaracterizá-lo. E quem cortou o umbigo e endureceu o cangote no sertão sabe muito bem que um vaqueiro não se improvisa. É um trabalhador especializado, com mentalidade própria da sua função, transmitida de pai pra filho e temperada no trabalho que principia de menino, botando os bezerros para apoiar e lavando os cavalos nas mangas dos açudes – para esbarrar na velhice, quando a vista encurta, impossibilitando-o de correr no mato e limitando suas atividades aos tratos do curral. É a força do sangue e do meio, sintetizadas no adágio sertanejo: ‘o homem é pro que nasceu e pro que foi criado...’ O que defendemos não é o salário, mas toda a tradição do vaqueiro nordestino (FARIA, 11 set. 1955, p. 2).

Sob o argumento de defesa da tradição, Oswaldo Lamartine busca formas de manter o passado por perto. O passado ainda pode ser adaptado ao presente, para que o futuro não se efetive, de fato, como um tempo completamente novo e diferente daquele que o sertanista saúda. O futuro pode ainda – e deve! –, em nome da tradição, manter alguns arcaísmos.

SER AFETADO PELO PASSADO

A partir das leituras selecionadas para esta análise nos foi possível perceber como o sertanista Oswaldo Lamartine de Faria experimentou, ao seu tempo, as transformações pelas quais passava o país em meados do século XX, dada a aceleração dos processos modernizantes da sociedade brasileira. Olhando especialmente para os sertões nordestinos, o escritor buscava resgatar do passado um histórico que lhe permitisse ora denunciar o presente como continuidade de práticas predatórias que, se não fossem repensadas, encaminharia a sociedade a um futuro distópico, um amanhã marcado pelo silêncio de morte

da flora e da fauna; ora convocava um passado idealizado, que desejava reproduzir no presente, denunciando assim a descontinuidade, o rompimento com as práticas que coloca sob o signo da tradição. Assim, essas múltiplas camadas de passado referentes às culturas produtivas, culturas políticas, relações de trabalho, e outras relações sociais experienciadas nos sertões nordestinos, cumpriam a função comum de alimentar no presente a expectativa de se fundar um futuro arcaico, um futuro que pudesse conciliar mudanças inevitáveis e mudanças indesejáveis.

Ao escrever e publicar seus artigos de opinião, Oswaldo Lamartine indicava seu desejo de intervir na realidade, orientando-a, ou seja, buscava fazer a história ao seu modo. Manifestava, portanto, a consciência de estar exposto ao tempo, um tempo aberto e em processo de transformações. O filósofo Paul Ricoeur desenvolve uma reflexão acerca desta condição a que chama de *ser-afetado-pelo-passado*. Para ele,

essa condição vem acompanhada da perspectiva de um horizonte de expectativas. [...] a retroação de nossas expectativas relativas ao porvir sobre a reinterpretação do passado pode ter por principal efeito abrir no passado considerado findo possibilidades esquecidas, potencialidades abortadas, tentativas reprimidas (uma das funções da história é, quanto a isso, reconduzir aos momentos do passado em que o porvir ainda não estava decidido, em que o passado era ele mesmo um espaço de experiência aberto para um horizonte de expectativas); [...] É mediante esse jogo da expectativa e da memória que a utopia de uma humanidade reconciliada pode ser investida na história *efetiva* (RICOEUR, 2016, p. 388, grifo do autor).

Assim, amparando-se em um discurso apologético das tradições sertanejas, ao mesmo tempo denunciando um repertório de práticas arraigadas no passado, Oswaldo Lamartine apontava para possibilidades de se construir um futuro capaz de conciliar continuidades e descontinuidades, mantendo o mais próximo possível o espaço de experiência e o horizonte de expectativas. Nesta leitura identificamos a reação conservacionista do escritor frente aos temas que marcam a análise proposta por Koselleck: o presente aberto à novidade, a aceleração do progresso, e a disponibilidade da história a ser feita.

REFERÊNCIAS

DUARTE, Regina Horta. *História & Natureza*. 2.ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

FARIA, Oswaldo Lamartine de. Notas sobre a pobreza. *Diário de Pernambuco*: suplemento literário. Recife/PE, 16 maio 1948. p. 1, 5. Disponível em:

http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=029033_12&pasta=ano%20194&pesq=Oswaldo%20Lamartine. Acessado em: 29 out. 2019.

_____. Cangaço e coiteiros I. *Diário de Pernambuco*: Suplemento literário. Recife/PE, 27 jun. 1948. p. 6. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=029033_12&PagFis=29864&Pesq=Oswaldo%20Lamartine. Acessado em: 29 out. 2019.

_____. Cangaço e coiteiros II. *Diário de Pernambuco*: Suplemento literário. Recife/PE, 29 ago. 1948. p. 15, 18. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=029033_12&PagFis=29864&Pesq=Oswaldo%20Lamartine. Acessado em: 29 out. 2019.

_____. Por onde passa o boi passa o vaqueiro. *Diário de Pernambuco*: 2ª seção. Recife/PE, 11 set. 1955. p. 1 – 2. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=029033_13&PagFis=29292&Pesq=Oswaldo%20Lamartine. Acessado em: 29 out. 2019.

_____. *Notas de carregaço*. Natal: Scriptorim Candinha Bezerra; Fundação Hélio Galvão, 2001.

GOMES, Angela de Castro. População e Sociedade. In: _____. *História do Brasil Nação* (1808 – 2010): Olhando para dentro (1930-1964). Rio de Janeiro: Objetiva, 2013. p. 41 – 89.

KOSELLECK, Reinhart. “Espaço de experiência” e “horizonte de expectativa”: duas categorias históricas. In: _____. *Futuro passado*: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006. p. 305 – 327.

LUCA, Tania Regina de. Fontes impressas: História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org). *Fontes históricas*. 3.ed. São Paulo: Contexto, 2011. p. 111 – 153.

RICOEUR, Paul. Para uma hermenêutica da consciência histórica. In: *Tempo e narrativa*: o tempo narrado. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2016. vol. 3. p. 352 – 408.

SANTOS, Milton. *A Natureza do Espaço*: Técnica e Tempo, Razão e Emoção. 4. ed. São Paulo: edusp, 2014.

SCHAMA, Simon. Introdução. In: _____. *Paisagem e memória*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. p. 13 – 30.

THOMPSON, E. P. Tempo, disciplina de trabalho e capitalismo industrial. In: *Costumes em comum*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 267 – 304.

**“DISTINTOS PELOS SERVIÇOS E SEUS CABEDAIS”: UMA ANÁLISE SOBRE A ELITE
POLÍTICA DO SERTÃO DO PIANCÓ E SUAS ESTRATÉGIAS DE LEGITIMAÇÃO (CAPITANIA
DA PARAÍBA DO NORTE, SÉCULO XVIII)**

Larissa Daniele Monteiro Lacerda (Mestranda – UFRN)
ldmonteirolacerda@gmail.com

O objetivo do presente trabalho é discutir os resultados apresentados em nosso trabalho de conclusão curso, *Distintos pelos serviços e seus cabedais: administradores, militares e a sociedade no sertão do Piancó (Capitania da Paraíba do Norte, século XVIII)*, cujo interesse era analisar como foi possível uma elite política do sertão do Piancó legitimar um *ethos* social baseado no controle militar e administrativo da região durante o século XVIII.⁸⁹ Para isso contamos com o uso dos livros de notas produzidos no sertão do Piancó e de documentos avulsos do Arquivo Histórico Ultramarino.

1. Introdução

Localizado no extremo oeste da capitania da Paraíba, abarcando áreas dos atuais estados de Pernambuco e Rio Grande do Norte, o sertão do Piancó ou sertão de Piranhas e Piancó correspondia ao território formado pela junção de vários sertões e suas ribeiras, denominados na documentação como: sertão do Piancó, sertão das Piranhas, sertão do Rio do Peixe, sertão das Espinharas, sertão do Sabugy e sertão do Seridó (SOARES, 2012). Por tratar-se de um território que fazia limite com Pernambuco, Ceará e Rio Grande, além dos inúmeros caminhos (terrestres ou fluviais) que o ligava aos espaços mais distantes da colônia, o Piancó tornou-se um espaço de trânsito para aqueles que iam e vinham em busca de metais preciosos, escravos e terras, de liberdade e oportunidade de “ascensão” social. Dessa forma, o referido sertão, somado a tantos outros, facilitava o contato e a união entre os dois Estados em que a América portuguesa se encontrava dividida (Estado do Brasil e Estado do Grão-Pará e Maranhão).⁹⁰

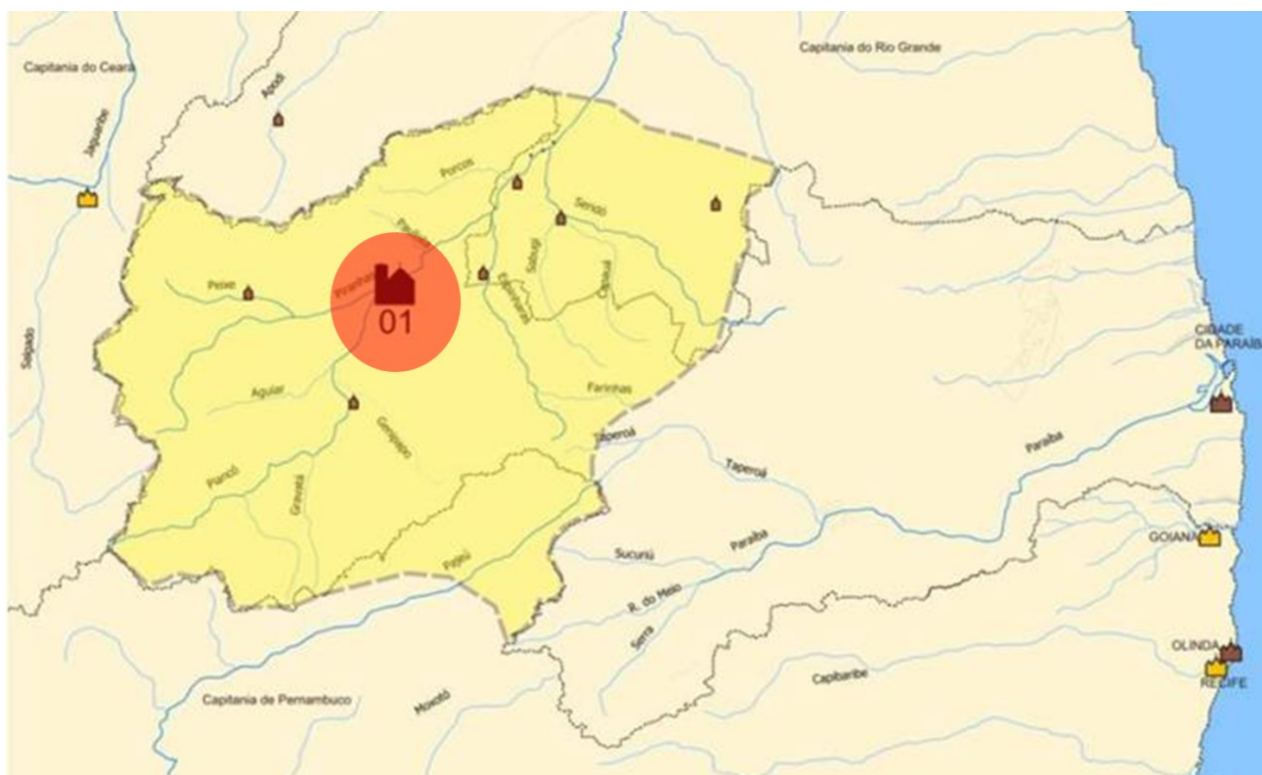
As primeiras tentativas de colonização de seu território tiveram início ainda em fins do século XVII, com a criação do arraial das Piranhas, instalado entre as ribeiras do Piancó

⁸⁹ O presente trabalho é uma versão adaptada e resumida do segundo capítulo de nosso trabalho de conclusão curso, “**Distintos pelos serviços e seus cabedais: administradores, militares e a sociedade no sertão do Piancó (Capitania da Paraíba do Norte, século XVIII)**”, defendido em 2018, no Centro de Formação de Professores, da Universidade Federal de Campina Grande, campus Cajazeiras (PB).

⁹⁰ (1) BIBLIOTECA NACIONAL. Documentos Históricos. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, v. 38, 1937. p. 351. (2) AHU (Projeto Resgate Barão do Rio Branco, Maranhão) Carta do governador [do Estado do Maranhão e Grão-Pará], Antônio de Albuquerque Coelho [de Carvalho], ao rei [D. Pedro II], sobre o aviso que remeteu ao cabo das tropas dos [Bandeirantes] Paulistas, que se encontravam nos distritos vizinhos, como as serras de Iguapeba na costa do Ceará, solicitando o seu apoio nas lutas contra os Tapuias de Corso, ajudando à sua extinção naquela região, bem como ao descobrimento do novo caminho do Brasil. AHU-Maranhão. 21 de junho 1692, doc. 110.

e Piranhas (SEIXAS, 2004). Criado pelo capitão-mor Teodósio de Oliveira Ledo com ordens do governador da capitania da Paraíba, Manoel Soares de Albergaria, o arraial das Piranhas funcionava como área estratégica para combater os povos indígenas rebelados, realizando assim a “limpeza” do solo para posterior “ocupação” (SOARES, 2012). O arraial garantiu maior controle da área e, conseqüentemente, proporcionou o seu desenvolvimento socioeconômico, ao ponto de, em 1702, ser elevado à condição de povoação, batizada de povoação de Nossa Senhora do Bom Sucesso (**figura 1**).

FIGURA 2: Localização do sertão do Piancó e da Povoação de Nossa Senhora do Bom Sucesso



Fonte: SOARES, Simone Maria Morais. (2012). Adaptado.

Primeira povoação do interior da Paraíba, a povoação do Bom Sucesso serviu “de estadia e abastecimento para os viajantes e conquistadores que continuaram a avançar pela região do alto sertão de Piranhas e Piancó para se estabelecer e/ou comerciar” (CEBALLOS, 2012, p. 81). Sua organização social e administrativa se deu, inicialmente, sob o controle de tropas de Ordenança. Ao representar a autoridade real nos confins da capitania da Paraíba, os militares se ocupavam da defesa local e auxiliavam nas funções administrativas, evitando possíveis desmandos e mantendo a boa ordem lusitana. Especialmente no primeiro momento da conquista, os principais postos da ordenança do Piancó foram destinados aos participantes na guerra contra os “bárbaros” e na povoação desse sertão, como mercê aos serviços prestados. A família Oliveira Ledo, uma das principais famílias que participaram na conquista dos sertões da Paraíba, concentrou o maior

número de patentes entre seus membros, em especial o posto de capitão-mor (criado por volta de 1688), assumido por Constantino, Teodósio e Francisco de Oliveira Ledo.

O capitão-mor era o oficial superior do Corpo de Ordenança, que “além de ser responsável pelas atribuições de caráter militar colaborava com a administração colonial em inúmeras outras tarefas que não eram estabelecidas pela legislação vigente” (MELLO, 2009, p. 67). Durante o tempo de atuação – a princípio, período de um triênio – os capitães-mores obtinham os privilégios de Cavaleiros Fidalgos, que os desobrigavam de servirem nos cargos de menor qualidade da república, de serem presos senão por crime que mereçam morte civil e receberem julgamento em tribunais especiais (MELLO, 2009). Eleitos pelos oficiais camarário, nomeados pelo governador e confirmados pelo rei, os nomes que alcançavam tamanha mercê deveriam ser escolhidos entre “as principais pessoas da terra [e que tivesse] partes e qualidades para o cargo” (COSTA *apud* COSTA, 2006. p. 114-115). Isso porque o princípio da obediência dos subordinados se baseia no reconhecimento da superioridade daquele que ordena (COSTA, 2005).

A defesa e administração do sertão não coube apenas ao capitão-mor e seus subalternos, pois, em 1711, foi criado o julgado do Piancó, e com ele a função de juiz ordinário.⁹¹ Por julgado entende-se uma “povoação sem pelourinho nem privilégio de vila, posto que tenha juiz, e justiça própria”, um “lugar onde há justiça” (VIEIRA *apud* SARMENTO, 2007, p. 69). Ou seja, tratava-se de uma povoação que apesar da ausência de uma Câmara, contava com seu próprio juiz ordinário. A criação desse oficial no Piancó se deu após o pedido realizado pelo governador da capitania da Paraíba, João da Maia da Gama, que solicitou a criação de juizes ordinários nesse sertão e nos sertões do Paó e Cariri.⁹²

Com a instalação do julgado e a nomeação de um juiz ordinário a justiça passou a se fazer presente no sertão do Piancó, facilitando assim a sua execução na povoação do Bom Sucesso e para além das suas fronteiras, abrangendo parte das capitanias do Rio Grande e do Ceará (SARMENTO, 2007). Além de recolher os vadios para o trabalho, promover castigo aos delinquentes e, conseqüentemente, proporcionar o desenvolvimento pecuário e comercial (SEIXAS, 1975), era função do juiz ordinário prestar assistência jurídica aos numerosos habitantes dos sertões, registrando suas procurações, papéis de compra e venda, dotes matrimoniais, cartas de alforria e documentos de outra natureza.

Assim como os postos militares, é provável que a escolha dos nomes a ocuparem a função de juiz fosse realizada na Cidade da Paraíba, devido à ausência de uma câmara no sertão. O Piancó passou a contar com sua própria câmara apenas em 1772, apesar dos pedidos realizados ainda

⁹¹ É importante ressaltar que o termo “julgado” é empregado pela historiografia clássica, como Wilson Seixas (2004), mas, de acordo com Yamê Paiva (2012, p. 82), na documentação consultada sobre o sertão do Piancó não consta essa nomenclatura. O que podemos perceber nos Livros de Notas é o uso recorrente da palavra “termo” para se referir ao espaço administrativo e de justiça do Piancó.

⁹² AHU (Projeto Resgate Barão do Rio Branco, Paraíba): Carta do capitão-mor da Paraíba, João da Maia da Gama, ao rei [D. João V], sobre os povoados, gado e mais fazendas, e a falta de administração nos sertões. 5 de junho de 1710. Disco: 01. Pasta: 006. Subpasta: 001. Imagens: 0107 a 0110.

em 1724 pelos seus moradores.⁹³ A criação se deu por meio da determinação régia de 1766, que ordenou a elevação de vila nas povoações (de Pernambuco e anexas) com mais de 50 fogos (SOARES, 2012). Dessa forma, até 1772 foi a câmara da Cidade da Paraíba, com o possível apoio dos principais homens do sertão do Piancó, que indicou os melhores nomes para os postos militares e jurídicos vacantes. O primeiro eleito para ocupar a função de juiz ordinário do Piancó foi o coronel Manuel de Araújo, como mercê aos serviços prestados durante a conquista do sertão do Piancó (SEIXAS, 1975).

Muitas nomeações a ofícios militares e jurídicos nos sertões, no século XVIII, foram realizadas para homens que lutaram na guerra contra os indígenas, como os membros da família Oliveira Ledo e o coronel Manuel de Araújo. O desenvolvimento e organização da primeira povoação do sertão da capitania da Paraíba foi fruto do estabelecimento e interação dos participantes da guerra contra os “bárbaros”, seus descendentes e os homens que paulatinamente fixaram morada no Piancó. Aqueles que, em decorrência dos serviços prestados, receberam numerosas mercês, passaram a compartilhar entre si um sentimento coletivo de distinção e de pertencimento a um espaço de privilégio, em outras palavras um *ethos* (MONTEIRO, 2005).

Esse sentimento comum de distinção e honra, que tinha suas origens no ideal nobiliárquico lusitano, foi adaptado às realidades locais da América e passou a ter tanta importância social nos trópicos quanto na sociedade portuguesa, que o compartilhava desde tempos remotos (SANTOS, 2005). Na América portuguesa ele encontrou respaldo na posse de terras e escravos, prestação de serviço à Coroa e nos títulos alcançados pela carreira militar, uma vez que, ser militar no ultramar tornou-se oportunidade de afirmação social e distinção entre os homens livres (CEBALLOS; MORAIS, 2018).

Era a detenção dos títulos, honras e mercês (materiais ou simbólicas) que proporcionavam o reconhecimento social daqueles que as detinham e, conseqüentemente, legitimava o *ethos* adquirido no exercício dos ofícios militares e jurídicos, compreendidos como espaços de autoridade local. Tal reconhecimento, um estado moral que provinha da imagem que cada um tinha e que dependia do consentimento do outro, estava reservado apenas aos “homens de honra”, (SANTOS, 2005).

Todos aqueles que almejavam alcançar distinção social, mais do que um “sangue nobre”, precisavam ter um “estilo de vida nobre”, pois durante o século XVIII o indivíduo não era como era, mas sim, como aparentava ser para o outro (SANTOS, 2005). Por isso, o *ethos* funcionava como um elemento que delimitava e diferenciava as classes sociais inferiores daquelas consideradas “nobres” – quer fossem elas de uma nobreza natural,

⁹³ AHU (Projeto Resgate Barão do Rio Branco, Paraíba): Carta do ouvidor-geral da Paraíba, Manuel da Fonseca e Silva, ao rei [D. João V], sobre as correções que fez nas Ribeiras do Branco e Piranhas e a solicitação de várias pessoas para se erigir uma vila no sítio da matriz de Nossa Senhora do Bom Sucesso. 3 de novembro de 1724. Disco: 01. Pasta: 007. Subpasta: 002. Imagens: 0381 a 0384.

relativa à “qualidade” de nascimento, ou *nobreza política* ou *de serviços*, “qualidade” adquirida através da prestação e remuneração de serviços.⁹⁴

Para o caso dos homens do Piancó, era a posse dos ofícios militares e jurídicos disponíveis que lhes proporcionavam compartilhar entre si um *ethos* social, pois o exercício da autoridade local nesses espaços de poder garantia todos os privilégios e prestígios capazes de legitimar o sentimento de distinção. Certos de que a manutenção dos espaços de poder e autoridade se tornaram indispensáveis àqueles que objetivavam ascender socialmente dentro da sociedade que se organizou no Piancó, passamos a nos questionar sobre quais foram as estratégias adotadas por esses homens, enquanto membros de uma elite local, para garantir a manutenção e a legitimidade do *ethos* adquirido através do controle militar e administrativo da região.

2. Arranjos sociais e políticos: as estratégias traçadas pela elite do Piancó para legitimar seu *ethos* social

Percebemos através da documentação consultada, livros de notas produzidos no Piancó⁹⁵, principalmente, e documentos avulsos do Arquivo Histórico Ultramarino sobre o referido sertão, que a formação de redes de sociabilidade – vínculos de reciprocidade construídos entre atores sociais em torno de objetivos comuns, que funcionam como canais de comunicação e circulação de bens, pessoas e informações⁹⁶ – e o acúmulo de funções jurídicas e militares funcionaram como estratégias políticas e sociais utilizadas para legitimar o *ethos* social. Isso porque a manutenção dos espaços de poder e, conseqüentemente, a legitimação do *ethos* perpassam as “boas relações” construídas junto à comunidade local e, às vezes, para além dela.

Em uma sociedade estamental em que a mobilidade social era restrita e quase inexistente, eram os bons relacionamentos e a formação de núcleos de poder com homens de proeminência social que proporcionavam subterfúgios capazes de garantir ascensão àqueles que almejavam gozar de prestígios e privilégios. As boas relações garantiam reconhecimento social, vantagens econômicas e favorecimento em nomeações a postos militares e funções jurídicas.

As relações poderiam ser mantidas em escala local ou atingir longo alcance, como de fato aconteceu entre os moradores do Piancó que estabeleceram redes de sociabilidade dentro do próprio sertão, na Cidade da Paraíba, nas capitanias de Pernambuco, Bahia, Minas Gerais e até no reino de Portugal, como é possível perceber especialmente através da troca de procurações, registradas nos livros de notas. Isso nos proporciona a compreensão de que “os recôncavos

⁹⁴ Para o termo nobreza, cf.: SILVA, Maria Beatriz Nizza da. Ser nobre na colônia. São Paulo: Editora UNESP, 2005.

⁹⁵ Os livros de notas produzidos durante o século XVIII estão atualmente sob a tutela do 1º Cartório Cel. João Queiroga, na cidade de Pombal (PB), e foram totalmente digitalizados por discentes da Universidade Federal de Campina Grande, campus Cajazeiras (PB).

⁹⁶ Cf.: SANTOS, Francisco Coelho dos; CYPRIANO, Cristina Petersen. Redes Sociais, Redes de Sociabilidade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 29, n. 85, jun, 2014. MENEZES, Sônia de Souza Mendonça; ALMEIDA, Maria Geralda de. Um olhar sobre as redes de sociabilidade construídas do território das fabriquetas de queijo. **Revista NERA**, n. 8, jan-jun, 2006.

sertanejos não eram isolados no tempo e no espaço, mas eram parte de um todo que era o Império ultramarino português e recebia influência deste todo, procurando adaptar-se aos objetivos que permeavam o nível local” (MORAIS, 2016, p. 83).

As procurações ganham um peso maior entre a documentação consultada porque o ato de outorgar direitos a determinada pessoa não tinha como único fim a representação do procurador por meio de seu representante, mas também a consolidação da relação de reciprocidade existente entre eles, demonstrando assim a confiança entre outorgante e outorgado. Os livros de notas registraram inúmeras procurações e por meio delas identificamos as pessoas que deram, receberam e testemunharam a produção desse instrumento jurídico. Essas informações nos auxiliaram a perceber a existência e a densidade da relação de confiança e amizade entre os atores sociais aqui analisados. O mesmo se deu para as escrituras e papéis de venda ou compra, que também demonstraram as relações existentes.

2.1. Vias para manter-se distinto: redes de sociabilidade e acúmulo de funções

Ao lado da família Oliveira Ledo, grupo que adquiriu proeminência social ao participar do processo de conquista dos sertões da Paraíba, entre eles o Piancó, foram se acastelando todos aqueles que pretendiam garantir a manutenção dos espaços de poder e, conseqüentemente, legitimar seu *ethos*. João de Miranda (alferes, sargento-mor, capitão-mor e juiz ordinário do Piancó), Joseph Gomes de Sá (capitão da cavalaria, capitão-mor e juiz ordinário do Piancó), Manuel Martins Viana (soldado e tenente da cavalaria, capitão de Dragões, licenciado e juiz ordinário do Piancó) e Manuel Rabelo Figueiredo (soldado, capitão, sargento-mor, capitão-mor e juiz ordinário do Piancó) são exemplos de pessoas que estrategicamente começaram a traçar redes de sociabilidade com essa família ainda na primeira metade do século XVIII.

O capitão-mor João de Miranda, que travou combate contra os “bárbaros” dos sertões ao lado do capitão-mor Teodósio de Oliveira, ganhou confiança não só desse militar, mas também de seus familiares mais próximos, como sua irmã Anna de Oliveira. Em 1721, Anna de Oliveira escolheu João de Miranda como seu procurador, cedendo-lhe direito para representá-la no sertão do Piancó ao lado do capitão Manoel da Crus de Oliveira e Joseph da Crus de Oliveira.⁹⁷ É possível que por essa amizade com a família Oliveira Ledo, João de Miranda tenha alcançado importância social suficiente para lhes garantir o posto mais alto da Ordenança local em 1725.

A confiança que a família Oliveira Ledo fazia de João de Miranda também foi legitimada por membros da família Dias d’Ávila, importante pela sua participação no processo de ocupação do sertão do Piancó. João de Miranda foi nomeado procurador do coronel Francisco Dias d’Ávila, sua esposa, Dona Catharina Francisca Correa de Aragão, e sua mãe, Dona Ignacia de Araújo Pereira, por meio de procuração feita em outubro de 1738, conforme nos informa a escritura de venda de

⁹⁷ 1º Cartório Coronel João Queiroga, Pombal-PB. Livro de Notas de 1719: Procuração bastante que faz Ana de Oliveira em 01 de agosto de 1721. Folhas: 48v, 49, 49v, 50, 50v, 51, 51v.

14 de fevereiro de 1739, feita pelo capitão-mor ao ajudante Pedro Velho Barreto.⁹⁸ Na mesma escritura percebemos a presença de outros ilustres moradores do sertão do Piancó, como o licenciado Francisco Gaya da Rocha, de quem João de Miranda já era procurador desde 3 de fevereiro de 1739.⁹⁹ Na ocasião, o licenciado Francisco Gaya da Rocha, que além de ser irmão do tabelião de notas do Piancó, João Gaya da Rocha, era procurador da Coroa e da Fazenda¹⁰⁰, serviu como testemunha da transação.

Entre os homens pesquisados o capitão-mor João de Miranda foi o único que conseguiu estabelecer relações com as duas famílias (Dias d'Ávila e Oliveira Ledo) mais importantes da história da colonização dos sertões da Paraíba, detentoras de um significativo poder econômico e político. Mas suas relações não se restringiram apenas a essas famílias, elas se estenderam a outros ilustres moradores dos sertões e da Cidade da Paraíba, além das capitanias do Pernambuco e Bahia e do reino, conforme a procuração de 1733, em que o capitão-mor revogava todas as procurações feitas por ele anteriormente e outorgava aos novos nomeados direito de representá-lo em quaisquer situações.¹⁰¹

Os homens que foram nomeados por João de Miranda eram, em sua maioria, militares, religiosos e doutores. Entre eles estava Manuel Rabelo Figueiredo, que na época já era procurador de Constantino de Oliveira Ledo.¹⁰² Acreditamos que a relação de Manuel Rabelo com a família Oliveira Ledo tenha influenciado sua nomeação ao posto de capitão-mor (1737) e amizade com outros membros da elite local, como o próprio João de Miranda e os licenciados Manuel Martins Viana e Francisco Gaya da Rocha¹⁰³, que também eram amigos de Miranda.¹⁰⁴

O capitão-mor Joseph Gomes de Sá também esteve ao lado de Manuel Martins Viana, Francisco Gaya da Rocha, João de Miranda e da família Oliveira Ledo, com o objetivo de garantir, por meio de suas relações, o controle da administração do Piancó e legitimar o *ethos* adquirido no exercício das funções militares.¹⁰⁵ As amizades construídas entre eles estão registradas em

⁹⁸ 1º Cartório Coronel João Queiroga, Pombal-PB. Livro de Notas de 1738-1740: Escritura de venda de um sítio de terras chamado Serra que faz o capitão-mor João de Miranda como procurador do Coronel Francisco Dias d'Ávila e de sua mulher Dona Catharina Francisca Correa de Aragão e de sua mãe Dona Ignacia de Araújo Pereira ao ajudante Pedro Velho Barreto. 14 de fevereiro de 1739. Folhas: 45, 45v, 46, 46v.

⁹⁹ Cartório Coronel João Queiroga, Pombal-PB. Livro de Notas de 1738-1740: Procuração bastante que faz o Licenciado Francisco Gaya da Rocha. 03 de fevereiro de 1739. Folhas 41 v, 42, 42 v.

¹⁰⁰ Para maiores informações sobre o procurador da Coroa e da Fazenda: Cf.: SALGADO, Graça (coord.). *Fiscais e Meirinhos: a administração no Brasil colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira. 1985. p. 190.

¹⁰¹ Cartório Coronel João Queiroga, Pombal-PB. Livro de Notas de 1730: Procuração bastante que faz o Capitão-mor João de Miranda em 2 de outubro de 1733. Folhas: 26, 26v, 27, 27v, 28, 28v.

¹⁰² 1º Cartório Coronel João Queiroga, Pombal-PB. Livro de Notas de 1719 a 1721: Procuração bastante que faz Constantino de Oliveira Ledo. 07 de fevereiro de 1721. Folhas: não identificadas.

¹⁰³ 1º Cartório Coronel João Queiroga, Pombal-PB. Livro de Notas de 1740: (1) Procuração bastante que faz Felipe Nery da Fonseca Torres. 08 de maio de 1740. Folhas: 1 v, 2; (2) Procuração bastante que faz Capitão Antônio Correia. 10 de maio de 1740. Folhas: 3, 3 v, 4.

¹⁰⁴ 1º Cartório Coronel João Queiroga, Pombal-PB. Livro de Notas de 1730: (1) Procuração bastante que faz Manoel Martins Viana em 28 de setembro de 1733. Folhas: 24v, 25, 25v; (2) Livro de Notas de 1738-1740: Procuração bastante que faz o Licenciado Francisco Gaya da Rocha. 03 de fevereiro de 1739. Folhas 41 v, 42, 42 v.

¹⁰⁵ Cartório Coronel João Queiroga, Pombal-PB. Livro de Notas de 1738 a 1740: Procuração bastante que faz o Capitão-mor José Gomes de Sá. 01 de julho de 1738. Folhas: 6 v, 7, 7v, 8.

procurações feitas por Francisco Gaya da Rocha¹⁰⁶, Manuel Martins Viana¹⁰⁷, Francisco de Oliveira Ledo¹⁰⁸ e outros¹⁰⁹, além de escrituras, a exemplo daquela feita por João de Miranda.¹¹⁰

Todos os documentos analisados, envolvendo os homens acima citados, mostram a reciprocidade que existia entre eles. Percebemos que enquanto João de Miranda dava escritura de venda ao capitão-mor Joseph Gomes de Sá, o licenciado Francisco Gaya da Rocha lhe servia como testemunha da transação; já quando o mesmo Gaya da Rocha fazia procuração, em 1739, João de Miranda e Joseph Gomes de Sá serviram como seus procuradores. Além da reciprocidade, ao analisar os livros de notas e algumas cartas patentes notamos possíveis ganhos proporcionados pelas redes em questão: Joseph Gomes de Sá substituiu João de Miranda¹¹¹ no posto de capitão-mor (1733) e, nesse mesmo período, Manuel Martins Viana recebeu a patente de capitão de Dragões (1749).¹¹² Considerando que uma das prerrogativas para assumir os postos militares era ter “boa opinião”, é possível que a relação entre os três militares tenha garantido boas recomendações, indispensáveis no ato da escolha dos nomes eleitos.

Manuel Martins Viana sabia que quanto mais extensas e consolidadas fossem as redes de sociabilidade, mais efetivas seriam suas ações, por isso, além dos capitães-mores do Piancó, ele também se relacionou com o capitão-mor dos Cariris e membro da família Oliveira Ledo, Francisco de Oliveira Ledo. As relações entre estes militares existiam desde a primeira metade do século XVIII¹¹³ e se consolidaram com uma outra procuração feita na segunda metade do mesmo século, em 1761.¹¹⁴

Os resultados obtidos nos indicam que, de alguma forma, sejam como procuradores ou testemunhas, as redes de sociabilidade são utilizadas como estratégia de defesa de interesses

¹⁰⁶ 1º Cartório Coronel João Queiroga, Pombal-PB. Livro de Notas de 1738-1740: Procuração bastante que faz o Licenciado Francisco Gaya da Rocha. 03 de fevereiro de 1739. Folhas 41 v, 42, 42 v.

¹⁰⁷ 1º Cartório Coronel João Queiroga, Pombal-PB. Livro de Notas de 1730: Procuração bastante que faz Manoel Martins Viana em 28 de setembro de 1733. Folhas: 24 v, 25, 25 v, 26.

¹⁰⁸ 1º Cartório Coronel João Queiroga, Pombal-PB. Livro de Notas de 1730: Procuração bastante que faz Francisco de Oliveira Ledo. 02 de julho de 1734. Folhas: 61 v, 62, 62 v, 63.

¹⁰⁹ 1º Cartório Coronel João Queiroga, Pombal-PB. Livro de Notas de 1730: **(1)** Procuração bastante que faz Luís Peixoto Viegas. 19 de julho de 1734. Folhas: 68, 68 v, 69; **(2)** Procuração bastante que faz o Capitão Raymundo de Távora Barboza. 12 de setembro de 1734. Folhas: 75, 75 v, 76; **(3)** Procuração bastante que faz o Alferes João Dantas Rotea. 29 de abril de 1734. Folhas: 52, 52 v, 53; **(4)** Livro de Notas de 1738 a 1740: Procuração bastante que faz o Tenente José de Caldas Costa. 04 de dezembro de 1739. Folhas: 62, 62 v, 63; **(5)** Procuração bastante que faz Manoel Jaques da Costa. 12 de maio de 1739. Folhas 57 v, 58, 58 v; **(6)** Livro de Notas de 1740: Procuração bastante que faz Francisco da Costa Oliveira. 31 de maio 1740. Folhas: 11, 11v.

¹¹⁰ 1º Cartório Coronel João Queiroga, Pombal-PB. Livro de Notas de 1738-1740: Escritura de venda de uma fazenda no sítio Santa Clara que faz o Capitão-mor João de Miranda, como procurador do Capitão Antônio Dantas da Gama e Azevedo ao Capitão-mor José Gomes de Sá. 03 de outubro de 1739. Folhas: 82 v, 83, 83 v, 84.

¹¹¹ AHU (Projeto Resgate Barão do Rio Branco, Paraíba): Requerimento de José Gomes de Sá, ao rei [D. João V], solicitando passar carta patente de confirmação do posto de capitão-mor do Sertão do Piancó, Piranhas e mais anexas da Serra da Borborema. 23 de maio de 1735. Disco: 02. Pasta: 012. Subpasta: 001. Imagens: 0030 a 0035.

¹¹² AHU (Projeto Resgate Barão do Rio Branco, Paraíba): Requerimento de Manuel Martins Viana, ao rei [D. João V], solicitando confirmação de carta patente do posto de capitão de Dragões do Regimento da Cavalaria da Paraíba. 11 de agosto de 1749. Disco: 02. Pasta: 018. Subpasta: 003. Imagens: 0544 a 0549.

¹¹³ 1º Cartório Coronel João Queiroga, Pombal-PB. Livro de Notas de 1730: Procuração bastante que faz Francisco de Oliveira Ledo. 02 de julho de 1734. Folhas: 61 v, 62, 62 v, 63.

¹¹⁴ 1º Cartório Coronel João Queiroga, Pombal-PB. Livro de Notas de 1760: Procuração feita pelo Capitão-mor Francisco de Oliveira Ledo em 6 de novembro de 1761. Folhas: 43 v, 44.

pessoais e coletivos. As relações, em sua maioria, se concentraram na própria região interiorana (Patú, Apodi, Piranhas, Piancó, Rio do Peixe e Espinharas), mas também se estenderam ao litoral da Paraíba e, em menor escala, a capitania da Bahia, do Rio Grande do Norte e Pernambuco.¹¹⁵ Tais redes não são formadas apenas pelos nomes aqui mencionados, é possível identificar outros como os licenciados João dos Santos e Sousa, José da Cruz Vila Nova, Antônio Luiz da Paz e Agostinho Cabral de Sousa:



¹¹⁵ 1º Cartório Coronel João Queiroga, Pombal-PB. Livro de Notas de 1744: **(1)** Procuração bastante que faz José da Cruz Villa Nova em 14 de abril de 1760. Folhas: 75, 75 v, 76; **(2)** Livro de Notas de 1760: Procuração feita pelo Licenciado Antônio Luiz da Paz em 16 de julho de 1761. Folhas: 32.

É importante destacar que o estabelecimento dessas redes entre os homens das armas e os homens das leis só se fez possível porque “todos se reconheciam como figuras socialmente prestigiosas e dignas de confiança” (GIL, 2015, p. 452). Gestadas e modificadas em função dos interesses sociais daqueles que as compunham, as redes funcionavam como base para negociações de interesses pessoais e coletivos, garantindo assim a reprodução das elites locais e sua manutenção no controle do poder local (GIL, 2015, p. 452-453).

Ao analisarmos as redes de sociabilidade percebemos que o acúmulo dos ofícios jurídicos e militares tornou-se algo recorrente entre alguns dos atores aqui analisados e outros membros da elite local. A explicação para isso talvez esteja na importância das patentes militares e funções jurídicas para a manutenção do exercício da autoridade local e, conseqüentemente, para a legitimidade do *ethos*. Dessa forma, a concentração dos dois ofícios funcionou também como estratégia para aqueles que buscavam ocupar os postos disponíveis e atestar sua distinção social.

Acreditamos que as relações de amizades construídas entre os homens do Piancó tenham facilitado tal prática, pois ao analisarmos a trajetória dos militares acima mencionados nos deparamos com o caso do capitão José Gomes de Sá, filho do capitão-mor Joseph Gomes de Sá. Assim como o pai, José Gomes de Sá também construiu uma trajetória militar no sertão do Piancó – nas tropas de Ordenança exerceu o posto de capitão e nas tropas Auxiliares atuou como coronel, patente que lhe causou desavenças com João Dantas Rotéa, em 1789.¹¹⁶

As amizades construídas pelo capitão-mor Joseph Gomes de Sá talvez tenham se estendido aos seus descendentes e lhes proporcionado gozar de certa importância social no seio da comunidade local, como ocorreu a José Gomes de Sá, que além atuar militarmente, exerceu o posto de juiz ordinário por duas vezes, em 1754 e 1759. Na ocasião ele ainda ocupava o posto de capitão de Ordenança, passando a acumular o serviço das armas e o das leis. Ao término de seu segundo ano como juiz ordinário, foi substituído por Manuel Martins Viana, o que nos leva a crer que o grupo Gomes de Sá teria se utilizado de sua influência para colocar um dos seus amigos em seu lugar.

Além dos atores aqui expostos, muitos outros capitães-mores, capitães, alferes, sargentos-mores, coronéis e tenentes também buscaram ocupar a função de juiz ordinário, ora exercendo apenas a função de juiz, outrora exercendo as duas funções a fim de legitimar o *ethos* adquirido durante a ocupação de ambos os ofícios. Isso fica perceptível quando observamos que dos 35

¹¹⁶ (1) AHU (Projeto Resgate Barão do Rio Branco, Paraíba): Requerimento do tenente-coronel Francisco da Rocha de Oliveira, e mais oficiais do Regimento Auxiliar, ao Senado da Câmara de Pombal, solicitando declaração sobre a restituição de José Gomes de Sá ao posto de coronel de Ordenanças da vila de Pombal. 7 de novembro de 1789. Disco: 04. Pasta: 035. Subpasta: 001. Imagens: 0054 a 0057; (2) Requerimento de João Dantas Rotéa, ao governador e capitão-general de Pernambuco, [Tomás José de Melo], solicitando que se digne decretar ao governador da Paraíba, [Jerônimo José de Melo e Castro], que destitua José Gomes de Sá do posto de coronel do Regimento de Cavalaria Auxiliar do sertão do Piancó, colocando no cargo o suplicante, até que sua baixa seja decidida no Reino. 19 de dezembro de 1789. Disco: 04. Pasta: 035. Subpasta: 001. Imagens: 0058 a 0069; (3) 1º Cartório Coronel João Queiroga, Pombal-PB. Livro de Notas de 1762: Auto querella e denúncia que da o Sarg.^{to} mor Ignacio da Cunha Sirqr.^a e o Cap.^m João Dantas Rotea como administradores de suas mulheres Anna Maria da Conceição e Thereza de Jesus Maria do Cor.^{el} Jose Gomes de Sá e outros. 3 de agosto de 1763. Folhas: não identificadas.

homens que ocuparam o cargo de juiz ordinário (alguns assumiram mais de uma vez), entre 1711 e 1771, 27 deles são de homens que durante o exercício da função jurídica assumiram patentes militares ou já haviam sido nomeados em algum momento. Mesmo após o fim do tempo de duração da nomeação ao posto militar, muitos homens continuaram a integrá-lo ao seu nome como uma espécie de título nobilitante. Esse foi o caso dos capitães-mores João de Miranda e Joseph Gomes de Sá, que, mesmo após o término do período de ocupação do posto, usavam da patente em documentos produzidos muitos períodos posteriores.

Considerações finais

Além de garantir o domínio das terras conquistadas e a boa ordem lusitana, contribuindo assim para a efetivação do projeto de colonização, a criação de tropas de Ordenança e o ofício de juiz ordinário no Piancó proporcionou aos principais homens do sertão participação na governança da terra, o que, conseqüentemente, lhes garantiu poder de mando e de barganha política com o litoral e a metrópole, além de certa autonomia local. Ao controlarem o aparelho administrativo e tornarem-se representantes da Coroa no sertão, os homens que exerceram os ofícios militares e jurídicos, responsáveis pela defesa local e pelo exercício das funções administrativas e jurídicas, passaram a gozar de prestígio social e privilégios como títulos, honras e mercês. Por essa razão, os postos de Ordenança e o ofício de juiz ordinário foram ocupados estrategicamente pela elite local, funcionando como espaços de poder capaz de lhes garantir prestígio e legitimar seu *ethos* social. Em meio a uma sociedade pobre ainda em formação, foi nesses serviços que a elite do Piancó encontrou oportunidade de ascender socialmente e gozar de distinção.

Referências

- CEBALLOS, Rodrigo; MORAIS, Yan Bezerra de. No compasso das Ordenanças dos sertões: redes administrativas no Piancó (Capitania da Paraíba do Norte, século XVIII). In.: LÔBO, Isamar Gonçalves; CEBALLOS, Viviane Gomes de. (Orgs.). **Perspectivas plurais no espaço e tempo**. Cajazeiras: EDUCG, 2018. p. 115-146.
- _____. Veredas Sertanejas da Parahiba do Norte: a formação das redes sociais, políticas e econômicas no Arraial de Piranhas (século XVIII). **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História**, ANPUH: 50 anos. São Paulo, 2011. p. 1-10.
- COMISSOLI, Adriano; GIL, Tiago Luís. Camaristas e potentados no extremo da Conquista, Rio Grande de São Pedro, 1770-1819. In.: FRAGOSO, João Luís Ribeiro; SAMPAIO, Antônio Carlos Jucá de (Orgs.). **Monarquia Pluricontinental e a governança da terra no ultramar atlântico luso: séculos XVI-XVIII**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2012. p. 241-260.
- COSTA, Ana Paula Pereira. **Atuação de poderes locais no império lusitano: uma análise do perfil das chefias militares dos Corpos de Ordenanças e de suas estratégias na construção de sua autoridade. Vila Rica (1735-1777)**. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006. 150 f.

- COSTA, Fernando Dore. A nobreza é uma elite militar? O caso Cantanhede-Marialva em 1658-1665. In: MONTEIRO, Nuno G. F.; CARDIM, Pedro; CUNHA, Mafalda S. da. (Orgs.). **Optima Pars: elites ibero-americanas do Antigo Regime**. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2005. p. 169-190.
- GIL, Tiago Luis. Redes e camadas de relacionamentos na economia: metodologias para o estudo da confiança mercantil na América Portuguesa do Antigo Regime. **Revista de Índias**, v. 75, n. 264, p. 421-456, 2015.
- MELLO, Christiane Figueiredo Pagano de. **Forças militares no Brasil colonial: Corpos Auxiliares e de Ordenanças na segunda metade do século XVIII**. Rio de Janeiro: E-Papers, 2009. 258 p.
- MONTEIRO, Nuno. **O 'Ethos' Nobiliárquico no final do Antigo Regime: poder simbólico, império e imaginário social**. Almanack Braziliense, n. 2, p. 4-20, 2005.
- MORAIS, Yan Bezerra. **Nos mares de terras: o bando dos conquistadores e a dinâmica social na povoação do Piancó, Capitania da Paraíba do Norte (c. 1700 – c. 1760)**. Monografia (Graduação em História). Universidade Federal de Campina Grande, Cajazeiras, 2016. 113 f.
- SANTOS, Raphael Freitas. **“Devo que pagarei”**: sociedade, mercado e práticas creditícias na comarca do Rio das Velhas – 1713-1773. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2005. 201 f.
- SARMENTO, Christiane Finizola. **Povoações, freguesias e vilas na Paraíba colonial: Pombal e Sousa, 1697-1800**. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo). Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2007. 163 f.
- SEIXAS, Wilson Nóbrega. **O velho Arraial de Piranhas**. João Pessoa: Grafset, 2004. 465 p.
- _____. Pesquisas para a História do sertão da Paraíba. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano**. João Pessoa: Imprensa Universitária da Paraíba, n. 21, p. 51-86, 1975.
- SOARES, Maria Simone Moraes. **Formação da rede urbana do sertão de Piranhas e Piancó da Capitania da Paraíba setecentista**. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo). Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2012. 186 f.

À Margem da História: produções de sentidos “não-ditos” nos escritos da Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte (1903)

Adalgisa Maria Alencar Dutra¹¹⁷

Mestranda – UFRN

Helder Alexandre Medeiros de Macedo

Professor Universitário – UFRN

Quando o homem, em sua história, percebeu o silêncio como significação,
criou a linguagem para retê-lo
(Eni Orlandi, 2007, p. 12)

O artigo analisa os impactos causados pelo silenciamento sobre os povos indígenas dos sertões nos escritos historiográficos da Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte (RIHGRN), publicada em 1903. O trabalho parte do desdobramento inicial da pesquisa para a dissertação de Mestrado no Programa de Pós Graduação em História dos Sertões (M-HIST). O silêncio é gritante sobre os índios que habitaram os sertões norte rio-grandenses e erige-se como meio de pensar o não-dito enquanto forma de dizer, como significação e oposição para que se faça sentido ao que é dito/escrito.

Os discursos são estudados como reflexos de nossas construções e representações sociais. Segundo Vânia Moreira (2001) há uma subalternidade social que gera uma “invisibilidade” indígena na historiografia brasileira que os colocam à margem da história.

Utilizamos enquanto método de análise a História do Discurso com base em Eni Pucinelli Orlandi (2007), para entender o silenciamento como processo de produção que permite compreender o sentido do não-dito como integrante presente na condição de significar. Os resultados parciais indicam que o Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte (IHGRN) tinha como objetivo principal a construção de uma memória do Estado pautada no protagonismo de homens brancos, descendentes de europeus, pertencentes a elites abastadas e com merecimento nas letras. O reflexo deste projeto é a memória silenciada sobre os povos indígenas que assume um papel secundário na revista estudada.

Este artigo é composto por uma seção. Na qual, discutimos o sentido do silêncio sobre os povos indígenas na Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte (IHGRN) de 1903.

O silêncio tomado como reflexão no exercício historiográfico nos direciona para a análise do indizível a partir do dizível. O silenciamento sobre os povos indígenas nos escritos da Revista do IHGRN de 1903 demonstra que a História é também feita pelos

¹¹⁷ Mestranda em História dos Sertões (M-HIST). E-mail: adalgisa.dutra13@hotmail.com.

entremeios, o sentido não-dito, o próprio silêncio, que de maneira antagônica, significa as palavras. Segundo Orlandi, “As palavras transpiram silêncio” (ORLANDI, 2007, p. 12).

O sentido do silêncio é significado pelos vocábulos, pois há silêncio nas palavras. Portanto, o estudo proposto sobre o silêncio acerca dos povos indígenas parte da propositura do entendimento do não-dito como forma de dizer -Entendemos o silêncio como a negação desses povos e suas histórias, porém, tal fato, proporciona sentidos que nos objetivam a entendê-los.

Partimos da percepção de Eni Orlandi (2007), para entendermos o quão significativo é o sentido do silêncio sobre os povos indígenas nos escritos da Revista publicada em 1903. Para tal, há uma relação fundamental entre o dizer/escrever com o não dizer, com o que não é explicitado, e, portanto, silenciado. O silêncio aponta para outros lugares e pessoas. Ao mudarmos a percepção para o não-dito, mudamos também, a direção do olhar. Assim, segundo Orlandi, o silêncio consiste no fôlego de sentido que nos leva ao entendimento do que não é explícito:

O silêncio é assim a “respiração” o (fôlego) da significação; um lugar de recuo necessário para que se possa significar, para que o sentido faça sentido. Reduto do possível, do múltiplo, o silêncio abre espaço para o que não é “um”, para o que permite o movimento do sujeito (ORLANDI, 2007, p.13).

O silêncio é uma forma de recuo necessário para que a afirmação do significar tenha sentido. De forma antagônica, o sentido do silêncio é atribuído pela ausência, uma contraparte do que explícito nos escritos. O silêncio, o recuo, a contraparte da linguagem permite a ampliação do horizonte para o sentido não explícito os escritos do IHGRN.

O silêncio sobre os indígenas, na revista estudada, parte de uma taciturnidade que atravessa as palavras e que existe nas entrelinhas. O seu sentido é dito como aquilo que não tem importância, o que não é escrito, o que não ganha visibilidade e alcance aos leitores. Porém, para Orlandi “todo dizer é uma relação fundamental com o não-dizer” (ORLANDI, 2007, p.13). Assim, ao analisarmos o silêncio sobre os povos indígenas na Revista do IHGRN, notamos que ao tratar desse assunto não existem normas formais, mas pistas, traços.

Mesmo o silêncio fazendo-se presente nos escritos do IHGRN, ele é efêmero. O silêncio tem seu significado de modo contínuo, para que, de forma antagônica, o dizer escrito seja também entendido pela falta, por outros assuntos não tratados com a mesma veemência. Assim, dizer e falar andam juntos, pois há uma declinação política de

significação que resulta como forma de recortar o dizer. Escrever sobre determinados temas e silenciar outros, constituindo, assim, uma dimensão política em que o silêncio faz parte de todo o processo de significação (ORLANDI, 2007, p. 53).

Percebemos que a criação do (IHGRN) - tinha como principais objetivos construir, a partir da História e suas produções escritas, uma dada memória e identidade para o Estado. Contudo, levantamos os seguintes questionamentos: Quais memórias foram veementemente escritas nas seções da revista? De quem se falava e por quê? Quais os lugares ocupados por indígenas nas narrativas?. Assim como o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), que tinha como objetivo a produção de um discurso centralizado, apresentando a nação como uma unidade política e unificada, o IHGRN, teve como característica uma profunda marca elitista, centralizando seus escritos, por meio do seu lugar social de fala, a uma História de características centradas nas elites.

O silêncio “fala”: a revista do IHGRN (1903).

O IHGRN teve seu marco de fundação na primeira metade do século XX, em março de 1902¹¹⁸. Na Cidade de Natal-RN, reuniram-se os sócios fundadores: Alberto Maranhão, Olympio Manuel dos Santos Vital, Francisco de Salles Meira e Sá. Ao formularem um espaço que proporcionasse a produções de escritos que constituiriam a dita “História Oficial do Estado”, e a constante investigação sobre a vida potiguar. No ano de 1903 foi fundada uma diretoria provisória responsável pela articulação burocrática das escritas das atas, formulações dos estatutos e a constituição de suas revistas.

As Revistas do IHGRN foram consolidadas como o meio principal responsável pela circulação dessas suas ideias, constituindo-se enquanto um lugar de memória e produção de história. Os escritos historiográficos do IHGRN são construções que surgem de relações de poder ligadas aos interesses predominantes. O discurso e o seu lugar de pertencimento constroem representações e preservam uma memória que está atrelada a um lugar social de fala. O legado da História produzida no século XIX é ressaltado e tomado como inspiração para os escritos do século XX, no Instituto estudado. A construção de uma memória para o Estado que exaltasse os feitos dos homens brancos, descendentes de europeus e que esse legado fosse atribuído de forma benéfica à identidade dos norte rio-grandenses.

¹¹⁸ O IHGRN teve seu marco de fundação em 1902, mas só em 1903 teve sua primeira Revista publicada.

A partir desse discurso centralizado houve o silenciamento de outros grupos que não tiveram o mesmo espaço na memória e identidade produzidas no IHGRN. Portanto, quando dizemos que há silêncio nas palavras demonstramos que elas são atravessadas de vazios, que produzem silêncio. Para Orlandi, “As palavras são cheias de sentidos a não dizer e, além disso, colocamos no silêncio muitas delas” (ORLANDI, 2007, p. 14).

A primeira revista publicada em 1903, um ano após da criação do Instituto, foi colocada em circulação por meio impresso, não apresentando referência à sua editora, mas constando a remissão ao seu lugar de produção a Cidade de Natal-RN. A revista impressa de 1903 apresenta-se com divisórias referentes aos mais diferentes assuntos, iniciada com a justificativa da criação um novo ciclo para o Rio Grande do Norte que proporcionasse descobertas por meio de métodos científicos. Como forma de arquivar esses escritos para o mundo foram enfatizados os motivos pelas quais se deve a importância dos escritos:

E esse legado que ficou ao século XX- O vasto conhecimento da história da humanidade no tempo e no espaço- há de ser enriquecidos com registros novos de acontecimentos e vidas que mereçam ser lembradas na chronica do mundo (RIHGRN, 1903, p. 3-4).

A necessidade de construir uma memória histórica estava imbricada com a necessidade de arquivá-la e a pretensão dos intelectuais presentes no IHGRN era de que esses registros ganhassem uma dimensão não apenas local, mas com proporções maiores. O interesse da circulação desses ideais estava vinculado à ideia de registrar a história de seus familiares e por meio desta, destacar a sua versão em meio às outras. Com isso, as revistas tinham a função integrante desse processo de formação de uma identidade para o Estado do Rio Grande do Norte - A escrita é, para esses intelectuais um ato político e a História é formulada como ferramenta de poder para a consolidação desse projeto político.

A circulação dessas revistas destinava-se a um restrito público que pagassem valores mensais como aponta o Art. 4 – do Capítulo I – Fim e Objeto do Instituto contido no Estatuto presente na publicação da primeira Revista de 1903 em enfatizava os valores referentes às revistas:

A assinatura é fixada em (5\$000) em cinco mil réis por dois números, pagos adiantadamente, sendo vendidos os números avulsos a [3\$000] tres mil reis cada um. Os sócios terão direito a um exemplar de cada numero, a contar do dia da sua admissão, o Instituto remettel-a-á gratuitamente as sociedades litterareas e ás pessoas quem quiser distinguir por este modo (RIHGRN, 1903, v.I, n°1-2).

Os valores pagos variavam de acordo com a forma do pagamento, sendo uma anual e a outra por “avulsos”. A emissão e doação das revistas às instituições de letramentos eram feitas gratuitamente, fato que, demonstra o interesse de expandir essas ideias e fazer a circulação para ter o reconhecimento entre as pessoas de “letras”. As formas têm um efeito sobre os sentidos e a circulação da materialidade das revistas demonstra que se tinha o interesse por parte dos membros do IHGRN, em validar seus discursos e fazer a circulação de suas ideias.

Os discursos são construções teóricas e ideológicas relacionados na produção de sentidos. A ideologia se produz no encontro entre a materialidade dos discursos com a materialidade da história (ORLANDI, 2007, p. 20). As formulações do dizer encontram meios de dizer na junção entre a força e o sentido que conseqüentemente dão origens às formações discursivas. Portanto, compreender os sentidos é também a compreensão dos sujeitos produtores, seu lugar social, e seus pensamentos ideológicos. O modo diferente das posições dos sujeitos, seus lugares sociais, constituem sentidos diferentes. Para tal, concordamos com Orlandi quando afirma que como o discurso é o lugar desse encontro, é no discurso (materialidade específica da ideologia) que melhor podemos observar esse ponto de articulação (ORLANDI, 2007, p. 20).

É necessário para a compreensão dos discursos, entendermos a necessidade da ideologia na constituição dos sentidos e dos sujeitos. Assim, a formação dos discursos variava de acordo com o seu lugar e interlocutores, provocando conseqüentemente um “outro” sentido que não é significado, o silêncio. Orlandi aponta que “Se a linguagem implica em silêncio, este, por sua vez, é o não-dito visto do interior da linguagem. Não é o nada, não é o vazio sem História. É o silêncio significante (ORLANDI, 2007, p. 23). O silêncio não é mero complemento da História, mas ele tem sentido próprio, ele é a garantia do movimento de sentidos.

O não-dito reservado aos indígenas na Revista de 1903 existe enquanto silêncio fundador, aquele que existe nas palavras, que significa o silenciamento e que dá espaço de recuo significante, produzindo condições de dar sentido. Entendemos o silenciamento sobre os povos indígenas no IHGRN, como sendo permeado pela política que o constitui e nos indica que para dizer é preciso não-dizer, um discurso, uma História apaga “outras”. Para tal,

O ato de falar é o de separar, distinguir e, paradoxalmente, vislumbrar o silêncio e evitá-lo. Esse gesto disciplina o significar, pois já é um projeto de sedentarização do sentido. A linguagem estabiliza o movimento dos

sentidos. No silêncio, ao contrário, sentido e sujeito se movem largamente. Em suma: quando o homem individualizou (instituiu) o silêncio como algo significativamente discernível, ele estabeleceu o espaço da linguagem (ORLANDI, 2007, p. 27).

Os escritos do IHGRN, ao significarem uma versão da História contada e registrada na memória levando-se em consideração o protagonismo do homem branco, descendente de europeu, colonizador, paralelamente invisibiliza outros grupos que também fizeram parte do contexto, porém tiveram suas vidas e histórias recolocadas à margem dos escritos e da memória. Os escritos separam a versão da História que tem por dever ser contada e recontada por gerações, paralelamente as que devem ser esquecidas e jogadas à margem não apenas da História, mais além, da sociedade. Estes grupos sociais excluídos são os negros e indígenas.

O espaço reservado para os indígenas é o do silêncio. Onde se encontra o silêncio que tanto é camuflado pelas elites letradas? Qual o sentido do silêncio sobre os indígenas? Os escritos camuflam o silêncio, porém, ele existe e resiste nas entrelinhas, nos questionamentos dos leitores que questionam tais versões construtoras de sentidos. Segundo Orlandi “As palavras são múltiplas, mas os silêncios também são” (ORLANDI, 2007, p. 28). Os escritos de 1903 construíram uma versão com várias palavras e longas narrativas que privilegiavam um grupo, apenas. No entanto, as diversas palavras são repletas de diversos silêncios. Para cada palavra escrita houve o silenciamento de palavras “não-ditas”.

Tomamos como base teórica de reflexão a política do silêncio entendendo-o como o “tomar a palavra”, obrigar a dizer, fazer, calar, silenciar, bem como, os usos políticos dos discursos que se consolidam enquanto instrumento que dar voz a partir do seu lugar de fala (ORLANDI, 2007, p. 29). O silêncio sobre os povos indígenas na Revista de 1903 é político. Constituindo parte da exclusão e opressão, na qual, foram submetidos os indígenas do Rio Grande do Norte, estes foram colocados à margem não apenas socialmente, mas, historicamente tiveram suas histórias negadas. Assim, concordamos com Orlandi, ao considerarmos um campo fértil a ser observado as falas de brancos sobre índios (ORLANDI, 2007, p.29).

Parar compreendermos os escritos do IHGRN, aqui em exame, é preciso entendermos que o silêncio é político, assim como, o discurso também. O silêncio não está disponível à visibilidade, não é diretamente observável. Ele passa pelas palavras. Não dura. Ele está por entre as tramas (ORLANDI, 2007, p. 32).

Vânia Moreira (2001), ao discutir sobre a marginalização sobre os povos indígenas nos escritos historiográficos, questiona os motivos da exclusão e ou sub-representação dos povos indígenas na historiografia. Considerando a historiografia um diálogo entre o presente e o passado, a mesma aponta que a “invisibilidade” histórica remete a uma invisibilidade social das populações indígenas. A invisibilidade acerca dos povos indígenas nos escritos de cunho histórico e historiográfico acentuam um problema social de marginalização desses povos. A pouca atenção dada aos indígenas leva a autora Moreira (2001), - a questionar as inúmeras situações a que, no período Pós-colonial, no Brasil, os indígenas foram significativamente negligenciados, a tal ponto de acreditar que eles não existiram.

Considerações finais

Diante do exposto, sendo o IHGRN, lugar responsável por construir a escrita de uma memória para o Estado e que tem o poder ditar suas representações e a tentativa de construir essa memória, suas produções são marcadas por uma forte exclusão dos demais segmentos que compõem a sociedade, como os indígenas, sendo assim caracterizada por ser uma história feita para significar brancos, europeus e seus feitos.

Tratando-se de análises previamente feitas é perceptível que a escrita produzida no IHGRN é utilizada como ferramenta política de enunciação de um lugar de hegemonia perante os demais segmentos da sociedade. Percebemos a operacionalização dos saberes como decorrentes de uma prática de escrita restringida aos ditames da instituição vigente.

Os apontamentos obtidos a partir das análises feitas consistem em pensar a instituição e prática de escrita como forma indissociável para o entendimento da história. Há, no escritos do IHGRN, uma retórica de alteridade que fundamenta o pensamento dos intelectuais que constituíam a instituição. Ao considerarem uma representação si enunciavam o silenciamento do “outro” -os indígenas-.

REFERÊNCIAS:

CERTEAU, Michel de. **A escrita da História**. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2011.

CHARTIER, Roger. **À Beira da Falésia**: a História entre certezas e inquietudes. Porto Alegre: Ed. Universitária/UFRGS, 2002.

CHARTIER, Roger. **Os desafios da escrita**. São Paulo: Editora UNESP, 2002.

CHARTIER, Roger. **A história ou a leitura do tempo**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009.

FOUCAULT, Michel. **A Ordem do discurso**. São Paulo: Loyola, 1996.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **As formas do silêncio**. Campinas: Editora Unicamp, 2007.

OS SERTÕES NA REPÚBLICA DO BRASIL: UM ESTUDO SOBRE A IMAGÉTICA NA PRIMEIRA REPÚBLICA (1893-1897) ATRAVÉS DE LIVROS DIDÁTICOS DE HISTÓRIA DO 9º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL

João do Carmo Dantas Filho – especialista/UFRN

A referida pesquisa busca analisar a representação dos sertões nordestinos nos primeiros anos da República do Brasil (1893-1897) através de livros didáticos de História do ensino fundamental do 9º Ano da escola pública. Em decorrência, entender como os sertões nordestinos são tratados nos livros didáticos de História da escola pública, reconhecer os critérios de avaliação do MEC para a seleção de livros didáticos da escola pública e avaliar as temáticas relacionadas aos sertões nordestinos nestes livros. Palavras-chave: Sertões Euclidianos. Imagética. Livro Didático.

1 RESUMO

O ensino de História nas últimas décadas tem enfrentado constantes desafios que permeiam questões teórico-metodológicas para seu ensino. Tais questões referem-se às práticas significativas que potencializam aos educandos repensar a história e buscar entendimentos sobre conhecimentos regionais e locais. Neste contexto, a presente pesquisa tem por objetivo analisar a representação dos sertões nos livros didáticos de História do 9º ano do ensino fundamental das escolas públicas dos municípios de Caicó e São Fernando – RN, entre os anos de 2005 e 2018. Para tanto, buscamos responder alguns questionamentos: Quais os critérios de avaliação do Ministério da Educação para a seleção de livros didáticos de História para escola pública? Quais as temáticas relacionadas aos sertões euclidianos presentes nestes livros didáticos de História? Como o espaço sertanejo é mostrado por meio de livros didáticos de História da escola pública? Dessa forma, para respondermos aos questionamentos propostos, nos embasamos em: Albuquerque Junior(1999;2003;2009;2016); Oliveira (2014); Circe Bittencourt (2002;2009); Kazumi Munakata (1997); Certeau (1982). Com as análises buscaremos identificar as mudanças e permanências ocorridas nos livros didáticos utilizados em sala de aula ao longo dos anos de 2005 a 2018

2 INTRODUÇÃO

A Pesquisa proposta tem como objetivo analisar a representação dos sertões nos livros didáticos de História do 9º ano do ensino fundamental das escolas públicas dos municípios de Caicó e São Fernando – RN, ao longo dos anos de 2005 a 2018. Buscando entender o espaço dedicado a obra Os Sertões do autor Euclides da Cunha nos livros didáticos de História.

Os métodos utilizados para a elaboração desta pesquisa são: escolha do tema, seleção de livros e escolha dos conteúdos referentes aos sertões nordestinos. Havendo diálogos teóricos com autor Durval Muniz de Albuquerque Júnior através da obra “A Invenção do Nordeste e outras artes” (1999), do artigo *Vede sertão, verdes sertões: cinema, fotografia e*

literatura na construção de outras paisagens nordestinas (2016) e do capítulo intitulado *Distante e/ou do Instante: “sertões contemporâneos”, as antinomias de um enunciado*, presente na obra *Culturas dos Sertões* (2014). Além disso, nos baseamos na autora Keila Marcia de Oliveira através do capítulo “Juazeiro, o empório do sertão na visão de Teodoro Sampaio” da obra *Culturas dos Sertões* (2014); Janaína Amado discorrendo sobre Região, sertão e nação na Revista *Estudos Históricos* (1995); Gilmar Arruda com a obra “Cidades e sertões: o historiador entre a história e a memória” (1999); Alberto Freire, organizador do livro *Cultura dos Sertões* (2014); Antônio Carlos Robert Moraes com o seu artigo “Sertão” (2012); Erivaldo Fagundes Neves escrevendo sobre o “sertão como recorte espacial e como imaginário cultural” (2003); Candice Vidal e Souza, refletindo sobre “Fronteira no pensamento social brasileiro” (1998). E, para embasamento teórico sobre a escrita da história, buscamos fundamentação na obra “A escrita da história” (1982). Quanto aos autores que discutem livros didáticos serviram como base: ‘Ensino de História: Fundamentos e métodos’, da autora Circe Maria Fernandes Bittencourt (2009) e “Produzindo livros didáticos e paradidáticos”, de autoria de Kazumi Munakata (1997).

A análise das fontes buscará o processo de cruzamento das informações, comparação e interpretação dos textos, a fim de identificar as mudanças e permanências ocorridas nas edições publicadas ao longo dos anos de 2005 a 2018 sobre os sertões euclidianos. Por conseguinte, a escolha dos livros representa um desafio historiográfico. São estes os livros escolhidos: SCHMIDT, Mario Furley. **Nova História Crítica**. São Paulo: Editora Nova Geração, 2002; PROJETO ARARIBÁ: **História**. São Paulo: Editora Moderna, 2006; VICENTINO, Cláudio. **Projeto Radis: História**. São Paulo: Scipione, 2012; VICENTINO, Cláudio. **Projeto Mosaico: História**. São Paulo: Scipione, 2015.

Em alguns textos os sertões são representados e referendados por Canudos. Desta forma, Canudos surge como tema discursivo de um movimento de contestação social de caráter messiânico. Portanto, o referido trabalho tem o objetivo analisar a representação dos sertões nos

livros didáticos de História do 9º ano do ensino fundamental da escola pública, buscando entender como os sertões euclidianos são tratados nesta ferramenta pedagógica. Com isso, torna-se possível realizar um trabalho pautado no pensamento de Neves (2003, p. 153), ao afirmar que “a discussão conceitual de ‘sertão’ como referência espacial e categoria sociocultural desperta hoje, mais que antes, interesses de estudiosos da História, Geografia, Antropologia e outros campos afins do conhecimento e, mais ainda, dos que se dedicam a estudos inter ou trans disciplinares”. Busca-se, com este trabalho entender o papel do livro didático no ensino de História, especificamente as temáticas relacionadas aos sertões euclidianos, no 9º ano do Ensino Fundamental de escola pública.

3 OBJETIVOS

3.1 GERAL

- Analisar a representação dos sertões nos livros didáticos de História do 9º ano do ensino fundamental da escola pública.

3.2 ESPECÍFICOS

- Avaliar os critérios de avaliação do Ministério da Educação para a seleção de livros didáticos de História da escola pública entre os anos de 2005 a 2018;
- Reconhecer as temáticas relacionadas aos sertões euclidianos nestes livros entre os anos de 2005 a 2018;
- Identificar como o espaço sertanejo é mostrado por meio dos livros didáticos de História da escola pública, sobretudo do Ensino Fundamental, tendo em vista o período que compreende a Primeira República (1893-1897).

4 DIÁLOGOS TEÓRICOS

Com o propósito de elaborarmos um quadro teórico para realização desta pesquisa, abordaremos alguns conceitos sobre a temática que será voltada para a representação dos sertões euclidianos nos primeiros anos da República do Brasil (1893-1897), através de livros didáticos de História do 9º ano do Ensino Fundamental da escola pública. No campo do entendimento dos sertões, buscamos analisar o pensamento do historiador Durval Muniz de Albuquerque Júnior, através da obra *A Invenção do Nordeste* e outras artes (1999), na qual o autor trabalha o conceito de Nordeste e a emergência desta região do Brasil. Neste sentido, Albuquerque Júnior destaca:

O regional para o intelectual regionalista era um desfilar de elementos culturais raros, pinçados como relíquias em via de extinção durante o progresso. Uma narrativa antiquário que resgatava o que estava prestes a ser passado. Neste predomina um verbalismo de efeito, servindo o registro dialetal para marcar a diferença em relação ao homem culto e enfeitar uma prosa carente de matéria ficcional. Ele toma elementos do folclore e da cultura popular, notadamente rural, abordando-os com indisfarçável postura de superioridade, com um olhar distante que procura marcar, inclusive na própria escultura, o pertencimento a mundos diversos. (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 1999, p. 52).

A análise da obra do autor Durval Muniz (1999) permite observar os discursos que permearam os primeiros escritos regionais dos sertões, inclusive a influência que recebeu Euclides da Cunha em sua dimensão jornalística e autor consagrado sobre esta temática. Neste sentido, Durval Muniz elucida que *Os Sertões* de Euclides da Cunha traz à tona elementos construtores, de nossa identidade. Paralelamente, fornece diversos elementos e enunciados para referências regionais. Ao longo da obra de Euclides da Cunha, Durval Muniz aponta a dicotomia eloquente do Norte versus Sul, o litoral em contrapartida ao sertão. Assim, o paulista aparece como a base sobre a qual se ergueu a nação, cabendo a este recuperar a força da República de arregimentar soldados, para enfrentar Canudos com força e nacionalismo.

Há referências na citada obra sobre a dicotomia litoral e sertão, sendo que o litoral traduzido por Euclides da Cunha (2014) seria o lugar em que elementos geográficos, linguísticos e culturais ressurgem de modo emocional para o resto pelo país. Por conseguinte, Durval Muniz lembra que o tema sertões é usado pelos intelectuais nacionalistas como crítica a cultura eurocêntrica. O autor esclarece as dicotomias acerca dos sertões, inclusive relatando que devemos ultrapassar o tradicionalismo e romper com a ideia de sertões presos no

mapa geopolítico para vivenciarmos os sertões vivos e cheios de movimentação. Além disso, faz um chamamento para práticas sociais de ocupação destes sertões contemporâneos, trazendo a discussão para o tempo atual. Não só esta contemporaneidade estaria presente nos discursos, mas também o banimento dos termos que o definiram ao longo da história, com arcaico, sem vida, sem vegetação, sem conhecimento científico.

Albuquerque Júnior anuncia:

Dizer, pois, que os sertões são contemporâneos não é um mero gesto de descrição ou constatação, é, em si mesmo, um gesto de contestação, de problematização, de questionamento dos modos de definir, descrever, dizer e fazer ver o sertão. É, portanto, um gesto político da maior importância. É romper com as imagens e enunciados estereotipados, rotineiros, naturalizados, repetitivos, clichês sobre o sertão, a começar por enunciar a sua pluralidade interna. (ALBUQUERQUE JUNIOR, 2003, p. 43).

A citação acima revela a preocupação do autor em desconstruir as certezas que permearam os sertões ao longo do tempo. Depois, tentar entender que forças políticas estão por trás destas certezas encravadas nos sertões, havendo uma ruptura com esta tradicionalidade que o imagético dos sertões representa o atraso, um lugar perdido no tempo, sem vias de desenvolvimento. Seguidamente, algumas forças políticas dos sertões lucram com este ideário, tentando a cada momento resgatar o poder dos coronéis e das parentelas, mergulhando este espaço num caldeirão de incertezas. Por outro lado, as definições encontradas nos dicionários anunciam esta visão preconceituosa sobre os sertões, principalmente definindo-lhes como lugares distantes no tempo e no espaço.

O autor Albuquerque Junior esclarece:

Para invisibilizar este sertão ou estes sertões, para mantê-lo como uma ausência da vida política, econômica e cultural do país era preciso manter invisível, por todo tempo, se possível, esta enorme população, era preciso, talvez, quem sabe, esvaziar o sertão dos incômodos sertanejos que insistiam e insistem em lá ficarem, em lá morarem, que insistem em, de tempos em tempos, dar sinais de vida, ou mais precisamente, muitas vezes, sinais de morte, de revolta, de desespero, de que afinal ali estavam e constituíam uma presença, mesmo que sendo dita e significada, a maioria das vezes, pelo menos, pelo pouco, pela míngua, pelo árido, pelo calcinado, pelo corpo cadavérico e em vias de partir, por morte ou por retirada. (ALBUQUERQUE JUNIOR, 2009, p. 46).

A análise citada acima destaca como os sertões foram tratados e continuam sendo tratados por aqueles que o querem aprisionado a um mapa estático, sem mudanças, sem incômodos, sem desenvolvimento. Em seguida, observa-se que, desde o período colonial, mecanismos operam para esta inviabilização dos sertões, inclusive com o apagamento histórico dos indígenas que povoaram estes espaços, traduzindo a história dos grandes heróis portugueses que desbravaram os sertões para povoá-lo, tentando subtrair do próprio sertão sua noção de um lugar despovoado e passando a colocá-lo no patamar de civilização. Por conseguinte, atualmente, a população dos sertões ultrapassou suas fronteiras, e muitos querem negar seu pertencimento estes lugares, pois se consideram como contemporâneos e não querem estar presos a ideias de sertão, por acharem ser este lugar do atraso, da fome, da seca e da violência.

Diante de tais afirmações, as mudanças quase imóveis dentro desse campo de estudo, estruturam-se em torno de elementos sociais, políticos e econômicos e assinalam suas interações com as transformações e relações do homem sertanejo nordestino como o espaço que ocupa, tomamos o artigo *Vede sertão, vedes sertões: cinema, fotografia e literatura na construção de outras paisagens nordestinas* do autor Durval Muniz de Albuquerque Junior como base de estudo, ao passo que o mesmo possibilita o entendimento acerca dos novos problemas e abordagens de conceitos da História dos Sertões que são utilizados para compreender determinados eventos históricos. De acordo com a autora Keila Márcia de Oliveira o sertão nordestino foi batizado como:

Região semiárida com espaçamento de chuvas prolongado, onde a terra seca chega a esturricar. As plantas na caatinga são de tamanha resistência que os animais são capazes de sobreviver se alimentando através delas, as pessoas que ali vivem resistem até a volta de novas chuvas. São adaptadas a se conservarem firmes pelo tempo que a seca se estender. (OLIVEIRA, 2014, p. 180).

O cenário apresentado revela um quadro estático, sem movimento algum, empoeirado pelo tempo. Porém, a autora discute em seu texto a intervenção dos europeus que se entrelaçam neste lugar com índios e negros interferindo em suas paisagens. Em seguida, Oliveira (2014) revela que seu discurso contrapõe-se ao tradicional estereotipado dos sertões atrasados, traçando perfis do imaginário brasileiro. Para este fim, faz uma análise da cidade de Juazeiro, interior da Bahia, através dos discursos de Teodoro Sampaio, que fazia

parte da Comissão Hidráulica do Rio São Francisco. Logo, são obras como estas que não encontramos em nossos livros didáticos, apesar de haver elucidações que os alunos devem se levados a compreender os variados processos históricos em uma perspectiva abrangente, que trata de aspectos econômicos, políticos, sociais e culturais. Logo, os temas referentes aos sertões tornaram-se importantes no campo da produção científica, sendo apresentados em vários contextos históricos. Embora, estivesse presente no conhecimento elaborado, desde as primeiras décadas do Brasil, as noções sobre sertões têm se mostrado complexas.

O autor Michel de Certeau através da obra “A Escrita da História” traz uma gama de informações sobre o papel do historiador. E, anuncia:

Certamente não existem considerações, por mais gerais que sejam, nem leituras, tanto quanto se possa entendê-las capazes de suprimir a particularidade do lugar de onde falo e do domínio em que realizo uma investigação. Esta marca é indelével. No discurso onde enceno as questões globais, ela terá a forma, do idiotismo: meu patoá representa minha relação com um lugar. (CERTEAU, 1982, p. 56)

O autor em tela discute em seus escritos o lugar social e o interesse das instituições sobre os trabalhos historiográficos e outros fatores que demarcam o papel do historiador. Nesta lógica, o discurso possui um conjunto de regras a serem utilizadas. Assim, a disciplina História está ligada às regras institucionais, cabendo à pesquisa histórica observar o lugar social em que está inserida, havendo a construção do discurso do historiador, baseando-se no lugar social institucional. Desta forma, a prática do historiador se centra em transformar um objeto em objeto histórico, em historicizar um elemento, observando o contexto em que está inserido. Por isso, analisar livros didáticos remete-se tarefa bem definida.

Na opinião de da autora Circe Bittencourt, o livro didático:

Além de explicitar os conteúdos escolares, é um suporte de métodos pedagógicos, ao conter exercícios, atividades, sugestões de trabalhos individuais ou em grupo e de formas de avaliação do conteúdo escolar. Essa sua característica de associar conteúdo e método de ensino explica a sua importância na constituição da disciplina ou do saber escolar. (BITTENCOURT, 2009, p. 302).

O livro didático deve ser entendido em sua magnitude, tanto pedagógica quanto mercadológica. Neste íterim, há o processo de avaliação do livro didático promovido pelo MEC, demonstrando que ao longo dos anos há novas abordagens pedagógicas inseridas nesta

ferramenta educacional. Dessa forma, o predomínio do uso do livro didático nas salas de aula tem despertado o interesse de muitos estudiosos. Em decorrência, este plano de trabalho foi pensado e gestado com tais propósitos.

As fontes historiográficas acerca do uso do livro didático em sala de aula serão baseadas em autores que estudam esta temática, entre eles a autora Circe Maria Fernandes Bittencourt, em sua obra *Ensino de História: Fundamentos e Métodos* (2009); Leandro Karnal, como organizador da obra *História na sala de aula: conceitos, práticas e propostas* (2010); Carla Bassanezi Pinsky, como organizadora da obra *Novos temas nas aulas de História* (2010); Silva Guimarães Fonseca, através do livro *Fazer e Ensinar História* (2009) e as autoras Carmem Zeli de Vargas Gil e Dóris Bittencourt Almeida através do livro *Práticas Pedagógicas em História: espaço, tempo e corporeidade* (2012).

Outro conjunto que será utilizado para dar suporte ao Plano de Trabalho serão as fontes que norteiam o funcionamento da Educação, principalmente as referentes ao ensino de História em sala de aula: *Parâmetros Curriculares Nacionais* (1988) e *as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica* (2013). Por conseguinte, no campo da pesquisa sobre livro didático servirá como aporte os escritos da professora Margarida Maria Dias de Oliveira sobre as políticas educacionais voltadas a adoção do livro didático.

Munakata (1997, p.7) revela que:

A falta de homogeneidade marca também as séries de dados referentes à quantidade de livros, produzidos e adquiridos pelo governo ou diretamente pelo usuário final. As fontes são diversas e os critérios de organização dos dados, dispares e nem sempre transparentes. Muitos dados não são sequer confiáveis, pois é da tradição das empresas editoriais brasileiras ocultar ou “maquiar” os números relativos à produção e à venda.

Portanto, as informações apresentadas por Munakata demonstram a preocupação aparente que devemos ter ao escolher um livro didático, tentando escapar das armadilhas montadas pelo mercado editorial. Neste sentido, as diversas críticas sobre o livro didático estão ligadas à dependência de alguns professores sobre o seu uso em sala de aula e referências que os colocam como veiculadores da ideologia da classe dominante ou apenas reprodutores da história eurocêntrica, sem questionamentos. Quanto aos sertões percebe-se que existem poucas

referências acerca desta temática, no entanto, há possibilidades pedagógicas para seu uso, não podemos desprezar o livro didático. Neste sentido, os professores em sala de aula devem estimular os alunos a questionarem as contradições presentes nesta ferramenta pedagógica, criando atividades que entendam os sertões de forma ampla e crítica.

5 FONTES E METODOLOGIA

Para atingir os objetivos propostos, inicialmente executaremos uma revisão da literatura relacionada a este estudo, listando e fichando dois tipos de publicações: obras acadêmicas, cujo conteúdo está ligado às questões que tratam da historicidade dos sertões, e obras relacionadas às temáticas de livros didáticos de História. Tal leitura será conduzida a partir do contato com o acervo da Biblioteca Setorial do CERES – Campus de Caicó.

Feita a revisão desses escritos, procederemos com o uso da historiografia, tomando como fundamento Certeau (1982) no qual a operação historiográfica serve como prática do historiador para compreensão de um espaço. Dessa forma, inicialmente os passos a serem seguidos serão: o estabelecimento dos livros didáticos a serem pesquisados, os primeiros contatos com as fontes e a construção de hipóteses sobre os agentes históricos e os sertões que são representados nos livros didáticos de História do 9º ano do ensino fundamental das escolas públicas dos municípios de Caicó e São Fernando-RN.

Nesse estudo, utilizaremos ainda a metodologia da História do Discurso, que segundo Barros (2006) “é o campo histórico que examina o discurso a partir de técnicas diversas como semiótica e análise do discurso propriamente dita”. Nessa perspectiva analisaremos sites, livros e revistas que tratam sobre livros didáticos. O motivo pelo qual nos apropriamos desse método de análise justifica-se pelo fato da historiografia e representações dos sertões buscarem em seu bojo estudos que versam sobre a escrita da história dos sertões e discursos que construíram esta dita história. Logo, a pesquisa que está sendo construída está ancorada na historiografia e representações dos Sertões, por entendermos a leitura e discussão de obras de produção historiográfica que discutam a historicidade dos sertões é essencial para estabelecer uma reflexão geral dos conceitos, desde os primeiros anos da República no Brasil, enfatizando o papel do livro didático para constituição de certa ideia de história.

O embasamento para análise do discurso parte do autor Eni P. Orlandi, em sua obra “Análise do discurso” (2009) na qual discorre sobre a construção dos conceitos, a delimitação do campo do discurso, estabelecimento da metodologia e os procedimentos analíticos. Paralelamente, buscamos referências no autor Michel Foucault (1996), através de suas construções ideológicas acerca do discurso, demonstrando que a produção do discurso é controlada com o objetivo de esconder as reais forças que materializam a constituição social. Por isso, existem limitações impostas pela sociedade à produção de discursos através da interdição da palavra, segregação da loucura e vontade de verdade.

Como *corpus* de análise, os seguintes livros didáticos da escola pública direcionados ao 9º ano do Ensino Fundamental, serão analisados: Nova História Crítica (Mario Furley Schmidt, Editora Nova Geração, 2002), Projeto Araribá (Editora Moderna, 2006), História - Sociedade & Cidadania (Alfredo Boulos Junior, 2009), Projeto Radix (Cláudio Vicentino, Editora Scipione, 2012) e Projeto Mosaico: História (Cláudio Vicentino, Editora Scipione, 2015). Logo, faz parte da estrutura deste plano de trabalho, entender o papel do livro didático de História na sala de aula, analisar o papel pedagógico dessa ferramenta, reconhecer os critérios de avaliação do MEC para a seleção dos livros didáticos de História e avaliar as temáticas relacionadas aos sertões presentes nestes livros. Por conseguinte, esta análise será feita buscando entender a variedade de relações e representações sociais sobre esse objeto. Neves aponta que "como categoria cultural 'sertão' afirma-se pelos antecedentes socioculturais de sua população, exprimindo poder de evocação de imagens, sentimentos, raciocínios e sentidos, construindo ao longo da sua experiência histórica"(2003, p. 158).

O livro didático “Nova História Crítica”, lançado em 2002, de autoria de Mario Furley Schmidt, sofreu duras críticas sob a alegação de está fundamentado em teorias marxistas, inclusive sendo excluído do PNLD em 2007, recusado sob a justificativa de apresentar problemas de conteúdo, erros conceituais, incoerência metodológica e difusão de preconceitos, doutrinação político-partidária ou propaganda. Quanto à temática referente aos sertões nordestinos durante a primeira república, vem consolidada através do Capítulo 4: Rebeliões na República Velha, no qual discute os movimentos sociais camponeses, como Canudos e o Cangaço e faz um panorama sobre a atuação do Padre Cícero. Paralelamente, através do tópico “Canudos”, faz um relato baseando-se nas

informações de Euclides da Cunha, trazendo um Box intitulado “A reportagem que queria ser científica”, no qual discute o pioneirismo do jornalista. E, tentando romper com a História Tradicional, o autor Mario Furley Schmidt, questiona os heróis nacionais, buscando apresentar o contexto histórico em que os fatos ocorreram. Assim, os sertões apresentados por ele são espaços de lutas e resistências, demarcados pelas lutas de classes sociais.

A obra “Projeto Araribá: História” foi criada pela editora Moderna, em 2006, sem autoria definida, buscando apresentar o passado através do presente e conhecer o presente através do passado. Neste sentido, busca combinar o estudo da História do Brasil, com o estudo da História Geral. Logo, o referido livro didático é dividido em unidades temáticas, não havendo divisão em capítulos, mas em “estudos de temas”. Por conseguinte, a unidade 2: A República chega ao Brasil, busca conhecer as características do Brasil republicano que se instalou no país, permitindo compreender alguns aspectos da vida pública brasileira, como a visão que se perpetuou sobre os sertões nordestinos. Nesta unidade, há o tema ‘A Guerra de Canudos’, destinado à história deste fato histórico, constituído por três páginas com alguns dados iconográficos (fatos, desenhos e mapas) que favorecem uma melhor compreensão dos assuntos abordados. Primeiro, a obra traz o subtítulo “Uma epopeia no sertão da Bahia”. Em seguida, apresenta o subtítulo “Peregrino do sertão”. Logo após, explica a Guerra de Canudos, ressaltando os tópicos “Igreja x Religiosidade Popular” e a “Formação de Canudos”. Paralelamente, revela “A Guerra contra Canudos”, no qual faz um roteiro das quatro expedições que atacaram Canudos. Além disso, no subtítulo ‘O futuro dos sobreviventes’, ultrapassa os dados presentes no livro “Os Sertões”, de autoria de Euclides da Cunha e traz relatos sobre o destino das crianças após a referida Guerra e o papel dos soldados como sujeitos históricos que levaram os órfãos para adoção. Além das atividades que valorizam o pensamento crítico por parte dos alunos, o tema em destaque é encerrado com um texto intitulado “O Coronelismo”, retratando os vestígios históricos destes personagens e a construção identitária dos sertões e a imagética construída no contexto da primeira república do Brasil. Numa seção especial, há um depoimento de Honório Vilanova, morador de Canudos, sobrevivente aos ataques, revelando a visão do outro, isto é, de quem estava em Canudos quando as forças republicanas atacaram o povoado.

O livro “História – Sociedade e Cidadania”, de autoria de Alfredo Boulos Júnior (FTD, 2009) traz o Capítulo: República Velha: Resistência, destinado a

conhecer os movimentos sociais que ocorreram durante os primeiros anos da República no Brasil. Logo após uma breve apresentação do capítulo, o autor em pauta traz o subtítulo “A Guerra de Canudos”, através de dados referentes à referida Guerra, constituídos por fotografias e glossário, esclarecendo termos e interconexões do contexto histórico. Neste capítulo há uma seção “Dialogando”, abordando os conteúdos conceituais, fazendo referência aos mutirões ocorridos para a construção de Canudos. Na seção “O texto como fonte”, Boulos Júnior retrata a poesia “Eu e o sertão”, de autoria de Patativa do Assaré, refletindo sobre outras visões acerca dos sertões nordestinos. No texto principal é ressaltado o papel histórico de Antônio Conselheiro para o desenvolvimento de Canudos, e há um destaque sobre o poder de repreensão da República sobre os movimentos sociais. Neste sentido, o objetivo principal deste capítulo é trabalhar o conceito de resistência, tomando como base movimentos ocorridos no campo, na cidade e nos meios militares, durante os primeiros anos da República no Brasil.

O livro didático “Projeto Radix: História”, cuja autoria é atribuída a Cláudio Vicentino, busca a seleção e encadeamento de episódios, considerados emblemáticos e chaves para explicar a trajetória da sociedade brasileira, assim como a construção da nação. Por isso, o Capítulo 3, intitulado “República: Primeiras Revoltas Populares”, com treze páginas, descreve as revoltas regionais, os grupos envolvidos, as reivindicações feitas e os efeitos das revoltas. Na abertura, na seção “Para Começar”, o capítulo discute sobre as imagens acerca da ordem democrática. No texto principal, através do título “Revoltas no Campo”, destaca como os cidadãos reivindicaram seus direitos no campo. Quanto aos sertões euclidianos, o autor Claudio Vicentino resalta o subtítulo: Antônio Conselheiro e Canudos, no qual enfatiza o papel histórico de Conselheiro e faz uma crítica à República por esquecer grande parcela da população nordestina e deixa-la em condições miseráveis. Paralelamente, o capítulo traz iconografias sobre este contexto histórico e um glossário referente aos temas ligados a este período. Na seção “Algo a Mais”, faz uma alusão ao papel dos cangaceiros no Brasil e sua relação com os movimentos sociais republicanos.

Por fim, a obra didática “Projeto Mosaico: História”, autoria de Cláudio Vicentino, é uma obra reformulada em relação ao Projeto Radix: História, citado anteriormente e de autoria do mesmo autor. Em primeiro lugar, a assessoria pedagógica permaneceu semelhante e também a organização da obra em oito módulos, sendo divididos em dezessete capítulos. E, as temáticas referentes aos sertões euclidianos permaneceram no capítulo 3 com o mesmo título do Projeto

anterior. Note-se que o subtítulo sobre Canudos passou a ser intitulado “O Messianismo e as revoltas no Campo”, traçando um perfil historiográfico sobre tais fatos e demarcando o contexto no qual ocorreram. Por um lado, Vicentino permaneceu adotando iconografias para enriquecer o contexto histórico, por outro acrescentou uma foto, tirada por Flávio de Barros em 1897, mostrando alguns dos sobreviventes ao massacre de Canudos, sentados e esperando o que iria ocorrer com eles. Do mesmo modo, nos sertões euclidianos, a miséria e a perseguição por parte dos coronéis fizeram com que muitos sertanejos seguissem Antônio Conselheiro, concentrados no Arraial de Canudos.

REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. Distante e/ou do Instante: “sertões contemporâneos”, as antinomias de um enunciado. In: FREIRE, Alberto (Org.). **Culturas dos Sertões**. Salvador: EDUFBA, 2014. p. 41-57.
- ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. *Vede sertão, verdes sertões*: cinema, fotografia e literatura na construção de outras paisagens nordestinas. **Fênix – Revista de Estudos Culturais**, Uberlândia, v. 13, ano XIII, n. 1, p. 1-27, jan./jun.2016.
- ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz. **A Invenção do Nordeste e outras artes**. Recife: FIN, Ed. Massangana; São Paulo: Cortez, 1999.
- AMADO, Janaína. Região, sertão, nação. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro: CPDOC/FGV; Ed. FGV, v. 8, n. 15, p. 141-152, jan./jul. 1995.
- ARRUDA, Gilmar. Cidades e sertões: o historiador entre a história e a memória. **Projeto História**, São Paulo, v.19, p. 121-43, nov. 1999.
- BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **O saber histórico na sala de aula**. São Paulo: Contexto, 2002. (Coleção Repensando o Ensino).
- BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Ensino de História**: Fundamentos e Métodos. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 2009.
- CERTEAU, Michel de. A operação historiográfica. In: _____. **A escrita da História**. Tradução de Maria de Lourdes Menezes. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982. p. 56-119.
- FONSECA, Selva Guimarães. **Fazer e ensinar História**. Belo Horizonte: Dimensão, 2009.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. 3. ed. São Paulo: Loyola, 1996.

FREIRE, Alberto (Org.). **Cultura dos Sertões**. Salvador: EDUFBA, 2014.

MORAES, Antonio Carlos Robert. « O Sertão », **Terra Brasilis** [Online], 4 - 5 | 2003, posto online no dia 05 Novembro 2012, consultado o 29 Junho 2016. URL: <http://terrabrasilis.revues.org/341> ; DOI : 10.4000/terrabrasilis.341.

MUNAKATA, Kazumi. **Produzindo livros didáticos e paradidáticos**. São Paulo: PUC-SP. 1997. (Tese de Doutorado).

NEVES, Erivaldo Fagundes. Sertão como recorte espacial e como imaginário cultural. **Politeia**, Vitória da Conquista, v. 3, n. 1, p. 153-162, 2003.

OLIVEIRA, Keila Marcia de. Juazeiro, o empório do sertão na visão de Teodoro Sampaio. In: FREIRE, Alberto (Org.). **Cultura dos Sertões**. Salvador: EDUFBA, 2014. p. 179-186.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise de Discurso**: princípios & procedimentos. 8. ed. Campinas: Pontes, 2009.

SOUZA, Candice Vidal e. Fronteira no pensamento social brasileiro: o sertão nacionalizado. **Sociedade e cultura**, Goiânia, v. 1, n. 1, p. 55-61, jan./jun. 1998.
FONTES

BARROS, José D' Assunção. "História, Espaço e Tempo: Interseções Necessárias". In: **Varia História**. Belo Horizonte, vol. 22, n° 36: p. 460-476, Jul/Dez 2006.

BARROS, José D'Assunção. **O campo da História**: especialidades e abordagens. 6.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Fundamental. **EDITAL PNLD**, 2005.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Fundamental. **EDITAL PNLD**, 2008.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Fundamental. **EDITAL PNLD**, 2010.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Fundamental. **EDITAL PNLD**, 2014.

BRASIL. Ministério da Educação. **Guia de livros didáticos PNLD 2008**: História / Ministério da Educação. — Brasília:MEC, 2007.128 p. — (Anos Finais do Ensino Fundamental).

BRASIL. **Guia de livros didáticos : PNLD 2013: História.** – Brasília : Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2012.360 p.

BRASIL. Ministério da Educação. CNE/CEB. **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica.** Brasília, 2013.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: História.** Brasília : MEC /SEF, 1998.

CUNHA, Euclides da. O homem. In:_____. **Os sertões (Campanha de Canudos).** 4.ed. São Paulo: Martin Claret, 2014. p. 99-244.

CUNHA, Euclides da. **Os Sertões.** São Paulo: Nova Cultura, 2003.

GIL, Carmem Zeli de Vargas. **Práticas pedagógicas em História:** espaço, tempo e corporeidade. Erechim:Edelbra, 2012.

KARNAL, Leandro. **História na sala de aula:** Conceitos, práticas e propostas. 6ª ed., 1ª Reimp. São Paulo: Contexto, 2010.

OLIVEIRA, Margarida Maria Dias. **Ensino de história:** múltiplos ensinamentos em múltiplos espaços. Natal - RN: EDUFRN, 2008.

OLIVEIRA, Margarida Maria Dias. **O livro didático de história:** Políticas educacionais, pesquisas e ensino. Natal - RN: EDUFRN, 2007.

OLIVEIRA, Margarida Maria Dias; OLIVEIRA, Almir Félix Batista de. **Livros Didáticos de História:** escolhas e utilizações. Natal - RN: EDUFRN, 2009.

PEREIRA, Júnia Sales. **Produção de Materiais Didáticos para a Diversidade:** Patrimônio e Práticas de Memória numa Perspectiva Interdisciplinar. Belo Horizonte/Brasília: Faculdade de Educação e Centro Pedagógico da UFMG/SECAD/MEC/2010. Volume I.

PINSKY, Carla Bassanezi (Org). **Fontes Históricas.** 2ª ed. 1ª reimp. São Paulo: Contexto, 2008.

PINSKY, Carla Bassanezi. Novos temas nas aulas de História. 1ª ed., 2ª Reimp. São Paulo: Contexto, 2010.

PROJETO ARARIBÁ: **História.** São Paulo: Editora Moderna, 2006.

SCHMIDT, Mario Furley. **Nova História Crítica.** São Paulo: Editora Nova Geração, 2002.

VICENTINO, Cláudio. **Projeto Radix: História.** São Paulo: Scipione, 2012.

VICENTINO, Cláudio. **Projeto Mosaico: História.** São Paulo: Scipione, 2015.

SIMPÓSIO TEMÁTICO 3

História Cultural e o Sagrado

Coordenadores

Prof. Dr. Lourival Andrade Júnior – UFRN
Prof. Me. André Luís Nascimento de Souza - Rede Privada de Ensino

Proposta do Simpósio Temático

Este simpósio temático pretende reunir pesquisas que discutam as diversas formas de re(ligações) entre o homem e o sagrado em suas mais variadas manifestações sensíveis, gestuais, orais e materiais. Festas, ritos, orações, africanidades, processos mediúnicos, catolicismo oficial e não oficial, cristianismo ocidental e oriental e manifestações não cristãs fazem parte do que pretendemos discutir.

A REPRESENTAÇÃO DA MULHER MÓRMON ATRAVÉS DA REVISTA “A GAIVOTA” (1948-1949)

Mariana Ferreira Rocha¹¹⁹

INTRODUÇÃO

Apesar de sua fraca adesão em meados das décadas de 1920 e 1930 no Brasil, a Igreja Mórmon só veio a crescer ao passar pelo processo de reorganização institucional após a Segunda Guerra Mundial. Para que este processo ocorresse de forma mais eficiente, foi utilizado a revista oficial da Igreja no Brasil, *A Gaivota*. A magazine tinha publicação mensal e voltava-se a informar os membros e pesquisadores interessados na nova doutrina, além disso, organizava as reuniões dominicais através de instruções que estabeleciam o que poderia ou não ser feito, padronizando esses encontros nas capelas existentes. A organização dos encontros dominicais seguia uma divisão determinada pelo sexo, para as mulheres era reservado o espaço da Sociedade de Socorro, enquanto que os homens permaneciam no Sacerdócio. A revista *A Gaivota* seguia o mesmo modelo, havia uma sessão destinada a homens e outra às mulheres.

Os artigos destinados às mulheres continham ideais da doutrina mórmon, não só ensinamentos sobre a fé e o modo de vida dos membros, como também histórias e materiais que falavam sobre outras mulheres também membros, como se servissem de exemplo de como uma mulher mórmon deveria ser. Portanto, a revista não só desempenhava o papel de organizadora das capelas no Brasil, como também tinha caráter educativo.

Seguindo a linha de pesquisa sobre a História das Mulheres e a História das Religiões, o presente trabalho tem como tema a reflexão sobre a representação da mulher mórmon através da revista *A Gaivota* e, como questão norteadora: como a Igreja Mórmon representava a mulher? A inquietação busca não só pensar a representação, como também perceber qual o papel da mulher dentro da Igreja, sendo este o objetivo geral deste trabalho. E como objetivos específicos pretende-se compreender como ocorre o processo de educação da mulher dentro dessa Instituição e, ainda, qual a justificativa dada pela Igreja para tal papel exercido pela mulher mórmon. Para o alcance desses objetivos e uma possível resposta a questão

¹¹⁹ Graduanda na Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN).

E-mail: mariana.f.rocha2019@outlook.com.

levantada, será utilizado como metodologia a análise do discurso, coletando os temas que mais se repetem nos artigos voltados às mulheres e tomando-os como uma construção da representação da mulher mórmon.

Para a realização deste trabalho, fora utilizado o ideal acerca da Dominação Masculina de Pierre Bourdieu para se pensar não só o lugar das mulheres e a divisão de tarefas entre sexos, como também a justificativa dada pela própria Igreja para o papel secundário exercido pela mulher dentro da Instituição. Além de Bourdieu, também será pensado a ideia de representação como construção discursiva encalcada por Roger Chartier em seu trabalho *A História Cultural: entre práticas e representações*.

A SOCIEDADE DE SOCORRO

Segundo SILVA (2008, p. 84), a primeira Sociedade de Socorro (SOC SOC) brasileira foi organizada em 1933, tendo como presidente da organização a Toni Barch e as conselheiras eram Margareta Burchli e Marta Otto. Enquanto isso, a primeira Sociedade de Socorro da Igreja, ou seja, nos EUA, fora criada em 1842 pelo profeta e criador da instituição, Joseph Smith, que pôs como presidente Emma Smith, sendo Elizabeth Ann Whitney e Sarah M. Cleveland primeira e segunda conselheiras.¹²⁰

Esta sociedade é um espaço limitado especificamente às mulheres da Igreja com certa idade, cujas discussões divergem dos outros âmbitos chamados de “auxiliares do sacerdócio”¹²¹ (FERRAZ, 2011, p. 6) e do próprio sacerdócio. Sua organização conta com uma presidente e duas conselheiras, que auxiliam a presidente em aulas dominicais, programas sociais, entre outros afazeres. A Sociedade de Socorro é bastante voltada para temas ou programas de caridade promovidos pela instituição, assim como outros programas de cunho social dentro e fora da igreja. O próprio lema expresso na revista da Igreja reflete esse caráter caridoso:

¹²⁰ Isso, segundo os relatos da própria Instituição através da revista “A Gaivota”.

¹²¹ Para Ferraz, cujo lugar social se insere dentro da instituição, tendo portanto uma leitura de livros da Igreja, os auxiliares do sacerdócio seriam as outras organizações que compõe cada capela, com exceção, é claro, do próprio sacerdócio. Cada uma dessas organizações auxiliares são responsáveis pela manutenção de certa classe de pessoas da Igreja, ou seja, a primária organiza as crianças, enquanto que a Sociedade de Socorro as mulheres (SOC SOC), promovendo assim um maior controle sobre seus membros, não sobrecarregando o bispado.

Título: “Sociedade de Socorro”.



Figura 5: Lema da organização retirado da revista oficial da Igreja Mórmon no Brasil “A Gaivota”, edição de março de 1948.

O lema da organização faz referência a uma passagem bíblica. A Bíblia do cristianismo também é utilizada pela Instituição como escritura sagrada, sendo complementada pelo “O Livro de Mórmon”. Na passagem, é visto que “A caridade nunca falha; porém, ainda que haja profecias, desaparecerão; ainda que haja línguas, cessarão; ainda que haja ciência, desaparecerá;” (Bíblia, 2015, p. 1763). Na imagem, o “S e S” faz menção a organização (Sociedade de Socorro).

Portanto, é inegável o caráter de caridade da Instituição a qual não só é voltado para os membros da Igreja, mas para ações fora da mesma também. A Sociedade também conta com algumas aulas ou reuniões em formato de oficinas, algumas delas voltadas para a caridade e outras para a preparação da mulher como futura esposa.

Para as reuniões voltadas para o exercício da caridade, podemos citar as oficinas, pois promovem o ensinamento de costura, construção de brinquedos, preparo e armazenamento de comida. As roupas e brinquedos feitos pelas mulheres da Sociedade de Socorro, geralmente são convertidos em doações para Instituições carentes. Por outro lado, essas mesmas oficinas preparam a mulher para a vida de esposa e mãe.

O PAPEL DAS MULHERES NO “PLANO DIVINO”

Machado (2013, p. 27), numa citação ao livro “Filhas em Meu Reino”, explica qual o propósito da Sociedade de Socorro: “é o de realizar obras de caridade, ajudar a corrigir os problemas morais e fortalecer as virtudes da comunidade”. Se é verdade o dizer de Bourdieu (2015,

prefácio) acerca da eternização de determinadas práticas por meio das Instituições, a Igreja de Jesus Cristo dos Santos dos Últimos Dias é o exemplo vivo disto.

O Propósito da Sociedade é fornecer as irmãs da igreja uma organização pela qual possam cuidar do bem estar dos membros. Trabalhando sob a direção do bispo ou presidente do distrito seus deveres são de auxiliar os pobres, tratar dos doentes e aflitos e, numa maneira geral, trabalhar por todos os que precisam de auxílio (A Gaivota, 1948, p. 66).

Além do dever de caridade, – que é, sem sombra de dúvida, o caráter mais marcante da Sociedade de Socorro –, é reforçado também o ideal de moralidade. A moral é discutida de diversas formas dentro da revista, porém, é mais comum ver esse termo relacionado a duas coisas diferentes: a educação e a pureza sexual.

Quando a moralidade aparece relacionada à educação, é comum vê-la como fator necessário para educação dos filhos. Assim como a Palavra de Sabedoria¹²², o tema “moralidade” também é bastante incluso no espaço das mulheres mórmons, quando tratamos do primeiro caso, o espaço era a cozinha, neste último, a criação dos filhos.

Já em relação à moralidade atrelada à ideia de pureza sexual, a discussão se torna mais complexa. A quebra da lei da castidade é um dos delitos mais graves dentro da doutrina mórmon, posto que isso decorre muito do ideal do corpo como templo sagrado de Deus e não “se suja” o templo de Deus. Para se ter ideia da gravidade, o delito sexual é comparado até mesmo com o de assassinio. Dentre outros delitos que se encaixam na categoria de “pecado sexual” estão a prostituição, o adultério e a fornicação.

Para a Igreja, não é certo que as crianças tenham educação sexual nas escolas, pois assim como na história do Adão e Eva e o fruto proibido, na doutrina mórmon, o conhecimento leva à perdição e ao fim da santidade.

Hoje em dia podemos ler e ouvir muita coisa sobre a lei da vida. Alguns professores tentaram ensinar, aos jovens especialmente, os fatos do mistério da vida e tem roubado toda a santidade deste ato que Deus lhe deu. A modéstia, como virtude e moral, quase não existe mais (NIELSON, 1948, p. 118).

¹²² A Igreja defende uma maior preocupação com os hábitos alimentares dos membros, tanto ao ponto de seguir uma certa filosofia existente desde os anos iniciais da criação da Instituição, por Joseph Smith. Esta filosofia é mais um conjunto de regras que restringem ou proíbem diversos alimentos e bebidas, é a “Palavra de Sabedoria”. Apesar de ser voltado para todos os membros da Igreja, sua menção é mais reforçada dentro da Sociedade de Socorro. Esta palavra busca promover não só o bem físico, como o espiritual também, a partir da ideia do corpo como um templo.

Para garantir a pureza sexual, a Igreja sugere que os pais adotem certas medidas educativas, dentre elas, sugerir as companhias certas para seus filhos, ou seja, seu círculo de amigos, pois eles têm grande poder de influência. Uma outra forma é reforçando a proibição do uso de drogas ou bebidas alcoólicas, pois são responsáveis pela perda de senso e estimulantes sexuais. Uma última sugestão feita é acerca das vestimentas para as meninas, principalmente em locais recreativos, afim de não “tentar” o outro.

O termo “virtude” quase sempre aparece em companhia das palavras “castidade”, “autodomínio” e “paz”. No “Guia para Estudo das Escrituras”, no qual contém cronologia da história da igreja, seleções da tradução de Joseph Smith da bíblia, mapas e fotografias, há também uma lista de verbetes, nos quais podemos perceber que “virtude”, para os adeptos da religião, significa “Integridade e excelência, poder e força moral (Lc. 8:46); castidade ou pureza sexual (Morô. 9:9)” (A Pérola de Grande Valor, 2007, p. 212). Nesse mesmo trecho, é explicitado a relação da moral com a vestimenta adequada. No texto a seguir, podemos compreender melhor o porquê.

Presidente J. Rueben Clark deu uma vez muito bons conselhos às moças e senhoras. Ele referiu-se ao assunto da indumentária das mulheres e especialmente a maneira com que se vestem na praia e lugares de recreio. Ele disse que afinal de contas o homem é so humano e que tem emoções humanas, que ele não é feito de ferro, e que nenhuma moça tem o direito de tentá-lo além do poder de resistir pela maneira em que se expõe. A modéstia continua a ser uma virtude, e a moça é responsável pela sua conduta e em grande parte pela conduta de seu companheiro (REX, 1948, p. 142).

Também vale a pena ressaltar a questão da vestimenta aqui. Assim como outras instituições religiosas, a Igreja mórmon detém uma espécie de código de vestuário que se encontra estritamente relacionado à moral e à virtude, principalmente quando se trata das mulheres. Como podemos ver no trecho acima, é responsabilidade da mulher o uso de roupas que não comprometam sua virtude nem a dos homens.

Deve ser analisado nessa passagem não só a ideia apresentada, mas também para quem foi passada: moças e senhoras. Novamente se fará necessário aqui o uso de Bourdieu (2015), resgatando sua teoria acerca da violência simbólica.

Também sempre vi na dominação masculina, e no modo como é imposta e vivenciada, o exemplo por excelência desta submissão paradoxal, resultante daquilo que eu chamo de

violência simbólica, violência suave, insensível, invisível a suas próprias vítimas, que se exerce essencialmente pelas vias puramente simbólicas da comunicação e do conhecimento (BOURDIEU, 2015, p. 07).

Quando é dito no texto que o homem é um ser humano com emoções, é visto uma tentativa de naturalização das ações humanas, ou melhor, das ações do sexo masculino. Nesse processo há a culpabilidade da mulher em se vestir de tal forma como ato de provocação.

Apesar de tão claro o peso moral que a mulher mórmon carrega com a finalidade de controlar a conduta de si e do sexo oposto, a Igreja ainda defende a igualdade entre os gêneros quando se trata da educação moral.

A igualdade moral dos sexos foi um resultado ainda mais assombroso do ministério do Profeta. Na Igreja Mórmon os meninos são educados desde a mais tenra infância a preservar suas virtudes e seu caráter tão cuidadosamente como o são as suas irmãs (A Gaivota, maio de 1948, p. 109).

Então, esses ensinamentos promovidos pela organização das mulheres, ou melhor, a Sociedade de Socorro, nos mostram uma definição acerca de quem é a mulher mórmon, de como ela deve agir e qual o seu papel. Ela deve ser caridosa, deve ser virtuosa e conseqüentemente, ter um poder moral. Deve educar a si, a seus filhos e seus maridos quais hábitos alimentares devem ser adotados na casa, assim como também é responsável pela conduta moral dos mesmos.

Apesar de seu papel como “auxiliar do sacerdócio”, é incumbida de diversas tarefas, estando ela relacionada aos mais variados personagens, dentro e fora da Igreja, afinal, não esqueçamos que os atos de caridade se estendem para fora da instituição. Mas qual o discurso propagado pela igreja para que as mulheres assumam esse papel?

Esta sociedade caridosa está de acordo com a natureza das mulheres, pois é natural para elas terem sentimentos de caridade. Vocês estão agora colocadas numa situação onde podem agir de acordo com as simpatias que Deus plantou em seus corações. Si viverem para esses princípios, quão grande e glorioso será! Si viverem, para esses privilégios os anjos não poderão ser impedidos de serem seus associados (A Gaivota, janeiro de 1948, p. 17).

Na Igreja de Jesus Cristo dos Santos dos Últimos Dias, o papel da mulher mórmon – que é o de servir, de ser caridosa, bondosa e sempre ajudar quando necessário – tem como justificativa a própria natureza feminina. Não é novidade que a muito a sociedade vem

buscando justificar a dominação masculina de diversas formas, dentre elas a psicológica e a biológica.

Segundo Bourdieu (2015), essa diferenciação que se dá entre os sexos, onde o macho domina a fêmea, não ocorre por motivações naturais, ou biológicas, mas a partir de uma construção social. As teorias que buscam justificar a dominação masculina através da biologia humana, nada mais fazem a não ser iniciar um processo de naturalização de uma construção social.

Essas práticas de dominação se mantêm em grande parte graças ao que o Bourdieu vai chamar de “dominação simbólica”, algo conservado através de várias Instituições, dentre elas as religiosas, tal como a Igreja de Jesus Cristo dos Santos dos Últimos Dias. A dominação simbólica é uma dominação suave, pois utiliza-se de um método sutil, reproduzindo-se por meios simbólicos de comunicação e conhecimento.

É uma prática tão enraizada no dia a dia de uma sociedade que passa a ser naturalizada ao ponto de a dominação do macho sobre a fêmea dispensar justificativas. É o conjunto de aceitação entre “as estruturas objetivas e as estruturas cognitivas” (BOURDIEU, 2015, p. 17) o qual permite a prática da dominação, por nos parecer tão habitual, natural.

A Sociedade de Socorro reflete bastante no que diz respeito ao papel da mulher dentro da Igreja e ainda como ela deve ser. É um espaço onde padrões de uma sociedade patriarcal e de dominação masculina são fortalecidos em jovens e senhoras da comunidade mórmon. Não só isso, como também se torna um lugar no qual essas mulheres são treinadas para um propósito, sendo ele refletido não só na denominação utilizada por Ferraz como “auxiliares do sacerdócio”, mas também no próprio nome da organização (sociedade de socorro). Tornando a mulher uma espécie de pilar moral não só para seu marido portador do sacerdócio, mas também para seus filhos.

Então, quando tentamos analisar a estrutura social e a divisão de papéis dentro da Igreja mórmon, a partir da teoria da dominação simbólica ou da dominação masculina, levamo-nos a lembrar dos ensinamentos voltados para as mulheres na sociedade de socorro, como também no seu dever moral e virtuoso. Além disso, o papel da mulher mórmon dentro da Igreja carrega um outro dever, ou deveres, dependendo de com quem ela se relaciona.

A RELAÇÃO ENTRE A MULHER MÓRMON E SEU MARIDO

Como já vimos anteriormente, na relação entre homens e mulheres dentro da Igreja – que em quase todos os casos aparece como mãe e filho ou marido e esposa –, a mulher, ao lado de um portador do sacerdócio, é como um pilar, um apoio para seu companheiro. Ao mesmo tempo, quando um portador do sacerdócio se refere a uma mulher, demonstra admiração as ações e as qualidades da mulher, frequentemente vemos o termo virtude.

Quando tratamos dos personagens que a mulher mórmon se relaciona, estamos também fazendo uma análise dos espaços sociais ao qual ela pertence. A relação entre marido e esposa proposta pela Igreja, através da revista estudada, traz como lugar principal o lar e dentro dele se inserem os temas: cuidados com o lar; alimentação; compras; e devoção ao marido. Antes de mais nada, é essencial para um casal construir um lar só deles, ou seja, adquirir uma casa própria.

O casamento não é só um momento de ruptura com a família, mas a preparação para a criação de um novo lar, no qual a moça doaria seu tempo para a manutenção do mesmo e do seu relacionamento matrimonial. A construção de um lar é de extrema importância para a Igreja, é nele que se constrói a relação mais forte dentro da Instituição, a família. É onde se educa os filhos, é onde se fortalece o laço do matrimônio.

Nos artigos voltados para as mulheres e publicados na revista *A Gaivota*, é possível delinear uma série de qualidades que uma mulher mórmon casada deveria possuir e, a partir dela, podemos delinear uma representação acerca de quem seria essa mulher mórmon.

No artigo intitulado “A vida de uma recém-casada entre os pioneiros”, publicado na edição de julho de 1948 por R. C. Atwood, é visto a história de uma jovem mulher que se casa e na busca pelo seu lar, ela passa por diversos obstáculos, entre eles a fome, o cansaço e o frio. Dentre as virtudes que uma mulher mórmon deveria desenvolver, encontramos primeiramente a modéstia, no trecho em que ela trata da simplicidade de sua casa, construída com muito esforço pelo seu marido, com poucas mobílias e extremamente humilde. A partir desse discurso podemos perceber também o aspecto de gratidão totalmente relacionado com a ideia de fé sendo visível quando ela agradece por um lar simples, mas que de muito servirá para protegê-los do inverno.

Em alguns parágrafos, encontramos o aspecto mais importante dentro dos ensinamentos da Sociedade de Socorro: a caridade. A mesma é retratada após a jovem casada ter passado por muitas “provações”, tendo tido sua colheita abatida por insetos, sua vaca fugido, passado por momentos de fome e a dificuldade de criar os filhos. A ideia de caridade surge quando as outras mulheres da comunidade promovem um piquenique farto, levando-a a acreditar no início de tempos melhores. E assim o texto encerra com uma série de acontecimentos milagrosos ocorrendo, tal como a volta da sua vaca, períodos de boas colheitas, etc.

Em maio de 1948, é publicado pela mesma revista o artigo de Mary Brentnall intitulado de “Se eu fosse uma jovem noiva”, que acompanha uma reflexão acerca dos deveres de uma jovem esposa dentro do seu lar, com o seu lar, seu marido e a si mesma. Fazendo uma análise do texto, buscaremos também perceber que aspectos carregam uma mulher mórmon casada.

Novamente o termo “gratidão” é utilizado, desta vez essa gratidão se dá por ter encontrado um companheiro. Fidelidade é um aspecto novo, mas a ideia de fé novamente ressurge novamente relacionada à crença firme na doutrina mórmon.

O cuidado com o lar também se mostra bastante presente no texto. Isso ocorre porque um dos ideais mais fortalecidos pela Igreja Mórmon é o de família, comum entre instituições religiosas. E a família se relaciona dentro do espaço do lar, por isso ele recebe esse caráter tão sagrado para os mórmons. E Brentnall ocupará muitos parágrafos, discutindo acerca da importância de um lar próprio aos recém casados, assim como a manutenção do mesmo pela mulher.

O ideal de modéstia surge nesse texto já bastante atrelado ao autocontrole, principalmente o autocontrole nas compras, evitando a acumulação de dívidas contraídas devido à compras de artigos fúteis, como roupas ou passeios.

Apesar do texto não se aprofundar acerca da caridade, ela fala brevemente sobre ser generosa, o que acredito que fazem parte de um mesmo campo. Como não poderia deixar de ter, ela também trata da boa criação dos filhos e de um aspecto que merece maior atenção: o apoio ao marido. É inegável a representação apresentada para o papel da mulher como um pilar para o marido, filhos e o exercício da caridade promovido pela Sociedade de Socorro. Isto é visível através da divisão de tarefas entre homens e mulheres dentro da sociedade mórmon.

Na doutrina mórmon, mesmo que seja reforçada a ideia na qual o homem e a mulher não se encontram um abaixo do outro, mas ambos lado a lado em apoio mútuo, quando analisamos os papéis escolhidos para o homem e para a mulher, vemos uma diferenciação de tarefas por gênero, um estimulante da ordem patriarcal. Se por um lado temos a mulher, cujo lugar principal se encontra no lar e na manutenção do mesmo e da família, assim como nas obras de caridade, por outro, vemos o portador do sacerdócio, cuja importância não se atém ao mundo físico, mas espiritual, com a ideia de portador da palavra de Cristo.

Sobre a discussão do lugar da mulher, a Igreja Mórmon não deixa de se posicionar. O próximo artigo a ser analisado é também da edição de maio de 1948, um texto divulgado pela própria Igreja que aborda diversas temáticas: a posição da mulher; igualdade; casamento; poligamia, entre outros. O texto já começa afirmando o cuidado da Igreja com a liberdade e

independência das mulheres, para chegar a esta conclusão, ele percorre um caminho no qual trata primeiramente da mulher na antiguidade até a aceitação de sua importância no dia da criação da Igreja. Confirmando assim a plena independência e liberdade exercida pela mulher mórmon desde os anos iniciais da criação da Igreja, afirmando também o pioneirismo em assuntos relacionados a igualdade entre os sexos.

Quando uma instituição como esta, no qual só é permitido aos homens o poder sacerdotal, afirmando que não há distinção entre os sexos dentro dela, a primeira coisa a se pensar é: mas por qual motivo as mulheres não podem ser sacerdotes também? Neste artigo, a Igreja se posiciona, explicando o porquê de somente os homens serem portadores do sacerdócio, reforçando nossa ideia acerca de qual é o lugar da mulher mórmon dentro da igreja:

A sua missão é a da Maternidade, com o sagrado privilégio de moldar as almas plásticas dos filhos nos seus anos mais favoráveis, influndo desse modo e de forma indiscutível nos destinos da humanidade. Na verdade esse privilégio é tão grande e absorvente que, se ela o aceita em toda a sua extensão, não lhe sobra tempo e menos inclinação para assumir qualquer função sacerdotal (A Gaivota, maio de 1948).

Já foi abordada a teoria de Bourdieu (2015) anteriormente, mas é um assunto importante para a compreensão desse capítulo. Em determinado momento, ele afirma que a desigualdade entre os sexos costumava ser muito justificada através de aspectos biológicos, assim como a Igreja o faz aqui.

A diferença *biológica* entre os sexos, isto é, entre o corpo masculino e o corpo feminino, e, especificamente, a diferença *anatômica* entre os órgãos sexuais, pode assim ser vista como justificativa natural da diferença socialmente construída entre os *gêneros* e, principalmente, da divisão social do trabalho (BOURDIEU, 2015, p. 20).

Seguindo essa linha de raciocínio, podemos lembrar da afirmação feita páginas atrás, no qual a mulher tem como lugar comum ou habitual o lar. Mas por que o lar? Porque é no lar onde se devota ao marido e a criação dos filhos, se cozinha, educa e constrói uma família. E é exatamente essa afirmação trazida pela Igreja aqui.

Para a conclusão deste artigo, o autor reforça a ideia de igualdade entre os gêneros dentro da Instituição e também nas comunidades mórmons, defendendo a ideia na qual as mulheres mórmons tem pleno conhecimento sobre seus deveres, assim como sua liberdade, mas agrada-a se empenhar mais na vida doméstica, pois o faz muito bem. Neste momento é

levantado um documento, um relatório da Igreja mórmon no qual é mostrado um alto índice de casamentos, nascimentos e uma taxa insignificante de divórcios. Este documento é utilizado para mostrar a ascensão da civilidade nas comunidades mórmons, afirmando que as mulheres mórmons tem cumprido o seu papel divino de maternidade, relacionando-o a promoção do bem e da felicidade dos mórmons.

Em suma, podemos considerar com as análises feitas neste capítulo é: primeiramente, existe uma série de artigos e até mesmo uma organização (Sociedade de Socorro) visando a construção e instrução da mulher mórmon como ela deve ser. Buscamos explicar num primeiro momento como se dá essa moldagem, ou seja, a partir da educação promovida pela Sociedade, para então compreendermos a construção em si, ou seja, quem é essa mulher mórmon.

Em segundo lugar, após compreendermos como se dava a adoção do estilo mórmon pelas mulheres, pudemos nos aprofundar no o quê. O que era passado a essas mulheres? Pois bem, os artigos promovidos especialmente para a leitura de mulheres mórmons contém uma repetição de temas: a caridade; a modéstia; a fé; gratidão; e devoção não só ao marido, como aos filhos também. E isso nos traz uma reflexão acerca da representação construída pela Igreja, através da Sociedade de Socorro, da mulher mórmon.

Esse quadro, apesar de incômodo para algumas mulheres modernas, não era incomum se analisarmos a época. Muito pelo contrário, o lugar da mulher do período estudado era exatamente este. A revista *A Gaivota* não teria sido a primeira, e ainda menos a única a colocar a mulher nessa posição de mãe, cuidadora do lar, serviente, etc. Se observarmos a revista “Vida Capixaba” (SILVA; ALMEIDA; GOMES, 2013), perceberemos através das matérias voltadas para as mulheres que o seu lugar não se trata do espaço público, mas o privado, onde se instruiria a manter um lar feliz e saudável.

Apesar de sua posição restrita, vale ressaltar que a partir da década de 1920 as mulheres vêm lutando pela ampliação do seu espaço e poder (SCHEMES; DOBLER, 2015) no espaço público. Vejamos, na década de 1930, durante o governo Vargas, percebemos a chegada dessa mulher no âmbito político. Na década seguinte, ela passa dessa imagem de cuidadora do lar para uma profissional, mesmo que essas profissões estejam determinadas pelo modelo de comportamento feminino da época (costureira, datilógrafa, etc). Encontraremos provas mais concretas disto no jornal *O 5 de Abril*, de Novo Hamburgo, em que por um lado veremos a mulher anunciada por participação em eventos, filantropia, etc., e por outro anunciada por suas funções profissionais, geralmente professora, datilógrafa, entre outras.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A fonte analisada neste trabalho é certamente muito rica, vai muito além de artigos voltados somente para homens ou somente para mulheres. Também é capaz de trazer informações acerca do espaço destinados às crianças (A Primária), dos ramos da Igreja de todo o país, também contém uma iconografia interessante do qual vale se aprofundar, e ainda informações sobre a doutrina, crenças, etc. Além de conter muitas informações, a revista e a religião em si ainda se caracterizam como fonte e tema pouco estudado no Brasil, portanto, abre caminho para diversas outras pesquisas.

Através da análise dos artigos e coleta dos temas que se repetiam neles, podemos perceber que a representação da mulher mórmon construída pela Igreja e divulgada pela revista *A Gaivota*, mostra a mulher como um ser caridoso, virtuoso, moral, humilde e casto. Essa é a imagem que deve ser tomada como exemplo para as mulheres membros da Igreja. Para que sigam tal exemplo, elas são preparadas e educadas através da Sociedade de Socorro, que tem como intuito instruí-las para o lar e à família.

O papel da mulher dentro da sociedade mórmon é o de mãe, de auxiliar do homem, de apoio moral, de esposa. Seu lugar é o lar, onde compromete-se aos ofícios de manter um lar, educar seus filhos e fortalecer os laços do matrimônio. Esse papel é determinado pela sua própria natureza, como mulher. Reconhecem que tem a liberdade para assumirem o lugar que desejem, porém, permanecem no lar pois simplesmente fazem isso muito bem, afinal, são mulheres.

FONTES

A Igreja de Jesus Cristo dos Santos dos Últimos Dias. **Sociedade de Socorro**. *A Gaivota*, São Paulo, v. 01, n. 03, p. 66, mar. 1948.

A Igreja de Jesus Cristo dos Santos dos Últimos Dias. **Sociedade de Socorro**: A mulher e o casamento entre os mórmons. *A Gaivota*, São Paulo, v. 01, n. 05, p. 109, mai. 1948.

ATWOOD, R. C. **Sociedade de Socorro**: a vida de uma recém-casada entre os pioneiros. *A Gaivota*, São Paulo, v. 01, n. 07, p. 157-159, jul. 1948.

BRENTNALL, Mary. **Se eu fosse uma jovem noiva**. *A Gaivota*, São Paulo, v. 01, n. 05, p. 103-105, 119, mai. 1948.

NIELSON, Thayle. **A Castidade**. A Gaivota, São Paulo, v. 01, n. 10, p. 218, out. 1948.

REX, Diana. **Sociedade de Socorro**: O lar. A Gaivota, São Paulo, v. 01, n. 06, p. 135-136, 141-142, jun. 1948.

REX, Diania. **Sociedade de Socorro**: saudações a todos, da sociedade de socorro. A Gaivota, São Paulo, v. 01, n. 01, p. 17, jan. 1948.

WORSLEY, Merrill E. **A Palavra de Sabedoria**. A Gaivota, São Paulo, v. 01, n. 04, p. 78-79, abr. 1948.

REFERÊNCIAS

Igreja de Jesus Cristo dos Santos dos Últimos Dias. **Bíblia Sagrada**. Utah: Intellectual Reserve, 2015, p. 1748.

A Igreja de Jesus Cristo dos Santos dos Últimos Dias. **Doutrinas e Convênios**. Brasil: Intellectual Reserve, 2007, p. 199-200.

A Igreja de Jesus Cristo dos Santos dos Últimos Dias. Sociedade de Socorro: a restauração de um antigo padrão. In: **Filhas em Meu Reino**: a história e o trabalho da Sociedade de Socorro. Brasil: Intellectual Reserve, 2011.

BOURDIEU, Pierre. Uma Imagem Ampliada. In: **A Dominação Masculina**. Rio de Janeiro: 2012. p. 7-67.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural**: entre práticas e representações. Portugal: DIFEL, 2002.

FERRAZ, Rodrigo Santos Botarro. **A Igreja de Jesus Cristo dos Santos dos Últimos Dias (mórmons)**: a origem da religião. Juiz de Fora: 2017. 13 f. Artigo (Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas) – Universidade Federal de Juiz de Fora.

MACHADO, Priscila Evelyn Marinho. **Pureza, Perigo e a Palavra de Sabedoria**: um estudo sobre representações e sociabilidade alimentar entre mulheres mórmons. Pelotas: 2013.

SCHEMES, Claudia; DOBLER, Graziela. **A Representação da Mulher nos Anos 1940 em Novo Hamburgo/RS**. Revista Conhecimento Online, Novo Hamburgo, a. 7, v. 2, 2015.

SILVA, Cecília Nunes da; ALMEIDA, Felipe Quintão; GOMES, Ivan Marcelo. **Imagens da Mulher na Revista Vida Capixaba (1940-1949)**. Movimento, Porto Alegre, n. 02, v. 19, p. 227-249, abr/jun. 2013.

SILVA, Rubens Lima da. **Os Mórmons em Santa Catarina**: origens, conflitos e desenvolvimento. São Paulo: 2008. 119 f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Religião) – Universidade Presbiteriana Mackenzie.

OS SERTÕES E A JUREMA: OS SÍMBOLOS E PERSONAGENS SERTANEJAS NOS PONTOS CANTADOS DA JUREMA SAGRADA

Beatriz Alves dos Santos¹²³

Lourival Andrade Júnior¹²⁴

INTRODUÇÃO

O processo de tomada dos sertões caminhou calcado sob a formação de um misto de pessoas, estruturas e práticas, compondo um verdadeiro *hibridismo cultural*¹²⁵. Com isso, podemos dizer que o sertão é, em seu conjunto espacial e de práticas, um elemento que engloba, em sua composição, aspectos multiculturais diversos das bases étnicas afro-luso-ameríndias, entendidos aqui como trocas mútuas que perpassam as fronteiras territoriais e culturais. Inerente a grande maioria dos grupos culturais e étnicos, as manifestações religiosas acompanharam, não diferentemente, os segmentos africanos e europeus que aportaram no Novo Mundo no século XVI e aqui se uniram aos ritos locais já praticados por nativos. A Jurema Sagrada surge, assim, na Paraíba, como uma forma concreta de um desses ritos híbridos sertanejos, ao envolver em sua performance de contato com o sagrado, elementos de origens não apenas indígenas, como também católicos e de matrizes africanas, além de reunir em seu panteão figuras que remetem ao cotidiano e à personagens sertanejas. Buscamos, com isso, levantar uma análise sobre a bibliografia¹²⁶ produzida a respeito da Jurema Sagrada, utilizando como fonte Pontos Cantados de Pilão Deitado e Zé Pelintra investigando ser a Jurema uma religião tipicamente sertaneja.

Luiz Assunção avalia que, embora originária das práticas indígenas, a Jurema Sagrada tal qual conhecemos hoje sofreu um processo de hibridismo e incluiu em seu panteão símbolos e elementos da cultura católica, kardecista e dos segmentos de matrizes

¹²³ Graduanda em História no Centro de Ensino Superior do Seridó - CERES/UFRN. Bolsista PIBIC. E-mail: beatriz@ufrn.edu.br.

¹²⁴ Professor do Departamento de História do CERES/UFRN. E-mail: lourivalandradejr@yahoo.com.br.

¹²⁵ CANCLINI, Néstor García. **Culturas Híbridas**. Tradução: Ana Regina Lessa; Heloísa Pezza Cintrão. 4 ed. São Paulo: EdUSP. 2008.

¹²⁶ Faremos uso de três obras consideradas fundamentais para nosso trabalho: *O Reino dos Mestres* (ASSUNÇÃO, 2010); *Meleagro* (CASCUDO, 1978) e *A Sombra da Jurema Encantada* (SALLES, 2010)

africanas e afro-brasileiras¹²⁷. De uma maneira ampla, que discutiremos com maiores detalhes posteriormente, a Jurema se coloca como uma religião que, geralmente, se apresenta nos terreiros e casas de Candomblé ou Umbanda. A mística da Jurema consiste no trabalho espiritual por meio de entidades, chamadas Mestres e Mestras, que vêm de cidades e reinos encantados, e usam seus conhecimentos da vida terrena e do mundo espiritual, para realizar processos de cura, fazendo uso de elementos de suma importância nesse rito, como a fumaça e a bebida feita da casca da Jurema¹²⁸.

Com a colonização, as religiosidades já existentes mesclaram-se e transformaram-se diante do contato com a ótica e com as práticas transportadas pelos europeus e africanos. A Jurema Sagrada, se apresenta, para nós, como um desses resultados do hibridismo cultural sofrido no Brasil, com sua ritualística que engloba traços de outras vertentes religiosas, como o kardecismo, catolicismo e demais religiões de matrizes afro-brasileiras. De origem indígena, como podemos observar em SALLES (2010), ASSUNÇÃO (2010), CASCUDO (1978) e BASTIDE (2004), a Jurema teve suas bases iniciais no sertão paraibano, o que corresponde, atualmente, a cidade de Alhandra/PB, e, ainda vigora tanto nos sertões, quanto em cidades litorâneas. No Rio Grande do Norte, encontramos evidências de várias cidades com terreiros em que se realizam a prática e o culto da Jurema Sagrada, como por exemplo o município de Jardim de Piranhas, localizado na região seridoense do estado, que conta com a presença do Centro Espírita Yemanjá Ogunté, o qual conta com os rituais de Umbanda e Jurema. Aqui, nosso intuito é levantar uma abordagem da bibliografia básica fundamental composta pelas obras “*O Reino dos Mestres*” (ASSUNÇÃO, 2010), “*Meleagro*” (CASCUDO, 1978) e “*A Sombra da Jurema Encantada*” (SALLES, 2010), tecendo uma análise a partir de Pontos Cantados de Pilão Deitado e Zé Pelintra, buscando, dessa maneira, compreender a fundamentação da defesa se a Jurema pode, ou não, ser tida como uma construção tipicamente sertaneja.

OS SERTÕES

¹²⁷ ASSUNÇÃO, Luiz. Os Mestres da Jurema - Culto da jurema em Terreiros de Umbanda no Interior do Nordeste. In. PRANDI, Reginaldo (Org.). **Encantaria brasileira: O Livro dos Mestres, Caboclos e Encantados**. Rio de Janeiro: Pallas, 2004. p.182-215.

¹²⁸ BASTIDE, Roger. Catimbó. In. PRANDI, Reginaldo (Org.). **Encantaria brasileira: O Livro dos Mestres, Caboclos e Encantados**. Rio de Janeiro: Pallas, 2004. p.146-159.

A caracterização de sertão como tudo o que vai além do litoral, começa a ganhar novas percepções a partir dos fins do século XVI. O novo sentido do termo ganha uma conotação de oposição não mais apenas geográfico, mas também cultural e social. Na nova ótica, o sertão atua como elemento delimitador do que é a barbárie, em contraste ao que é a civilização das cidades, frequentemente firmadas no litoral. Como avalia o professor e pesquisador Tiago Bonato, esse sentido vai sendo modificado e cristalizado, a medida em que tem-se um maior fluxo de relato dos cronistas e viajantes que, a serviço da coroa, andavam pelos vastos sertões e os descreviam em seus costumes, povos e paisagens¹²⁹.

A dicotomia que se estabelece entre sertão como lugar do bárbaro e da cidade/litoral enquanto espaço da civilização, é vista na ótica de Maria Elisa Mader também como uma construção que se dá levando em conta a natureza geográfica desses espaços¹³⁰. Em seu trabalho, Mader nos propõe a refletir como se consolida a mentalidade do civilizado enquanto o semelhante ao europeu. Para esclarecer melhor, ainda de acordo com a autora supracitada, alguns pensadores colocam o Rio de Janeiro, que durante muito tempo foi capital do Brasil, como o detentor de um centro disseminador dos parâmetros da civilização importada da Europa para os desertos brutos brasileiros.

Entender os sertões para além de tais noções preconceituosas e estereotipadas, do não-lugar, do deserto, do atraso e da barbárie, requer a compreensão dos espaços sertanejos não enquanto lugares fixos e moldados, mas sim como um lugar móvel. Segundo Candice Vidal e Souza, mobilidade deve ser pensada em relação à própria complexidade de fatores que tornam esses sertões espaços de fronteiras móveis¹³¹. A concepção no imaginário popular coletivo, tende a evocar o sertão como sinônimo de nordeste, da seca, da fome e do sertanejo enquanto indivíduo que permanece, até os dias coevos, representado por diversos símbolos, entre eles, o do cangaço. A construção dessa ideia de sertão, não pode, todavia, permanecer sendo sustentada, pois os sertões, como nota Souza¹³², não se assentam em um lugar fixo, haja vista se tratarem de espacialidades e

¹²⁹ BONATO, Tiago. **O olhar, a descrição:** a construção do sertão do Nordeste brasileiro nos relatos de viagem do final do período colonial (1783-1822). Curitiba: Universidade Federal do Paraná (Departamento de História), 2010, p. 8-33. Dissertação de Mestrado.

¹³⁰ MÄDER, Maria Elisa. Civilização, barbárie e as representações espaciais da nação nas Américas no século XIX. História Unisinos, São Leopoldo, 12(3), Setembro/Dezembro. 2008, p. 262-270.

¹³¹ SOUZA, Candice Vidal e. **A pátria geográfica:** sertão e litoral no pensamento social brasileiro. 2.ed. Goiânia: Editora UFG, 2015, p. 135-158

¹³² SOUZA, 2015, p.150.

territórios muito mais abstratos do que físicos. A partir do momento que a fronteira que limita o espaço do que seria a suposta civilização se desloca em sentido sertão adentro, as definições por si mudam, se movem no sentido de demonstrar a diversidade de possibilidades do que é o espaço sertanejo.

O fruto do encontro entre os povos colonizadores com os nativos e os cativos, é que nasce a identidade do povo brasileiro. É, portanto, no coração do Brasil, na paisagem seca, que nasce o sertanejo fruto dessa marcha em direção aos sertões incautos e desse movimento de fronteiras e culturas; carregando em si o elemento definidor da ideia de nação e de identidade brasileira¹³³. É preciso reforçar, outrossim, que o sertão é um elemento plural, não se esgotando na singularidade de pertencer unicamente a uma determinada região, mas sim, fazendo-se presente em partes distintas do Brasil e do mundo. O que se acentua, entretanto, são as conexões que se estabelecem no modo como os sujeitos nessas localidades são vistos. A visão dominante construiu um estereótipo firme, cujas raízes podem ser encontradas ainda no colonialismo, que estruturou mecanismos de manutenção da convicção do colonizado como incapaz, incivilizado, que necessita do amparo colonizador para desenvolver sua cultura e seu intelecto.

Desse mesmo modo, percebemos, diante dos estudos de Durval Muniz de Albuquerque Júnior uma tendência das capitais litorâneas ou das regiões sul e sudeste, em se colocar como reduto da cultura nacional, da civilização e do progresso industrial, enquanto as regiões norte e nordeste foram categorizadas como “um grande espaço medieval a ser superado pelos influxos modernizantes, partidos de São Paulo”¹³⁴. Dessa maneira, os estudos regionalistas, com amparo dos meios de jornalismo e mídia, foram fixando uma imagem construída a respeito do Nordeste, utilizando-se de símbolos e eventos históricos, como o fenômeno do cangaço e dos próprios elementos culturais, enquanto um espaço do atraso que precisava do mais desenvolvido, no caso, São Paulo, para dominar esse aspecto da barbárie. Albuquerque Júnior aponta, ainda, que “a relação entre o sertão e a civilização é sempre encarada como excludente. É um espaço visto como repositório de uma cultura folclórica, tradicional, base para o estabelecimento da cultura nacional”¹³⁵

¹³³SOUZA, 2015, p.139-148.

¹³⁴ ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2011, p.57.

¹³⁵ ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2011, p.67.

Essa categorização do sertão enquanto espaço do atraso e, erroneamente associado como lugar inerente ao Nordeste brasileiro, precisa ser revista. Aqui, nos pautamos em discutir brevemente esta introdução do debate que tem sido disseminado na literatura e no campo acadêmico, como uma forma de contribuir historiograficamente e humanamente para a revisão desse estereótipo do sertão. O sertão nordestino não se esgota apenas no movimento do cangaço. São espaços subjetivos que abrigam diversos elementos, como, a nosso interesse, a Jurema Sagrada. Por isso, nos empenhamos aqui em discutir os sertões e a Jurema, como um meio de buscar validar nosso pensamento de ser esta religião uma construção própria dos sertões, e, assim, pensamos como João Guimarães Rosa que “o sertão está em toda parte”¹³⁶.

JUREMA, UMA CONSTRUÇÃO SERTANEJA

Pensar o sertão como híbrido, portanto, significa dizer que dentre os traços culturais sertanejos estão, também, os costumes indígenas “tapuias”. Desde o século XVI, os documentos oficiais demonstravam o uso de uma bebida com propriedades alucinógenas, feita com as cascas da árvore da Jurema¹³⁷, como parte dos rituais indígenas. Com a colonização do Brasil e suas divisões administrativas internas, como o surgimento de vilas e aldeias, os indígenas sofreram um processo de modificação em suas bases culturais, de moradia, costumes e, inclusive, de rituais sagrados. Com a sistemática dos aldeamentos indígenas, a aldeia de Aratagui, ou Urutagui, posteriormente vila de Alhandra, se tornou o marco da prática da Jurema Sagrada ou do Catimbó enquanto religião de cura e que vem se manifestando até os dias contemporâneos, no sertão ou litoral, tendo incorporado em seu ritual símbolos e gestos católicos, kardecistas e afro-brasileiros.

A política dos aldeamentos consistia em agrupar indígenas em aldeias lideradas por missionários e jesuítas, sendo este um dos mecanismos de catequização e colonização dos grupos étnicos nativos. A realocação desses grupos, entretanto, não impediu completamente a manutenção dos rituais sagrados indígenas, que, dessa forma, encontram nisso uma forma de resistência às imposições coloniais, como aponta Cascudo: “Os

¹³⁶ ROSA, João Guimarães. **Grande Sertão**: Veredas. 19 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001. p.24.

¹³⁷ SALLES, 2010, p.54.

indígenas, catequizados por fora, ficaram por dentro com sua crença. (...) Faziam a bebida com a jurema e bebiam-na no meio de cerimônias que não deixaram rasto”¹³⁸.

Com a administração pombalina no Brasil no quesito da integração dos nativos à sociedade colonial e, posteriormente o decreto de Dom Pedro II extinguindo os aldeamentos por vez e distribuindo as terras aos moradores daquelas localidades¹³⁹, os ameríndios foram sendo englobados na lógica cultural vigente. Nesse contexto de doação das sesmarias, destacamos com importância o nome de Inácio Gonçalves de Barros, o último líder indígena, o qual adquiriu propriedade de 62.500 braças de terras, denominada Estiva, que, juntamente com a propriedade do Acais, tornou-se muito importante para o culto da Jurema. A distribuição das terras demarcou de maneira mais acentuada, que toda localidade correspondente a Alhandra era habitada majoritariamente por indígenas, o que nos leva a reafirmar o posicionamento de que o culto da Jurema Sagrada ou do Catimbó, nasce com os índios.

As doações de sesmarias, ainda no século XIX, apontam que Maria Gonçalves de Barros, irmã de Inácio Gonçalves de Barros, teria adquirido a propriedade do Acais, originalmente possuída por João Baptista Acais. Maria Gonçalves de Barros, não tendo filhos, doou a propriedade do Acais a Maria Eugênia Gonçalves Guimarães, sua sobrinha, filha do mestre Inácio, que ficou amplamente conhecida como a segunda Maria do Acais¹⁴⁰. Com a segunda Maria do Acais foi erguida a capela São João Batista e o culto adquiriu, ainda mais, elementos católicos com cânticos, rosários, santos, dentre outros símbolos da ritualística católica, tornando-se o Catimbó um misto, como coloca Cascudo que “reúne, reconhecíveis na sua união como veios num mesmo bloco de mármore, as participações de brancos, negros, ameríndios”¹⁴¹. Assim, a propriedade do Acais e a da Estiva, se tornaram dois lugares de grande relevância no âmbito sagrado do culto juremeiro, sendo tomadas como local de partida da criação do rito. A tradição da jurema, dessa forma, foi sendo perpetuada através das gerações herdeiras do mestre Inácio e das duas mestras Maria do

¹³⁸ CASCUDO, Luís da Câmara. **Meleagro**: Pesquisa do Catimbó e notas da magia branca no Brasil. 2ª ed. Rio de Janeiro: Agir, 1978. p.27-28.

¹³⁹ SALLES, 2010, p.59.

¹⁴⁰ SALLES, 2010, p.63-64.

¹⁴¹ CASCUDO, 1978, p.20-21.

Acais, permanecendo viva até os dias contemporâneos e tendo sido irradiada do sertão paraibano para várias outras localidades.

O nome da religião provém da árvore, de mesmo nome, ao qual utilizam-se de suas cascas para fazer a bebida alucinógena que é a responsável por colocar o juremeiro em transe, colocando-o em contato com as cidades encantadas da jurema, onde habitam os mestres espirituais. O hibridismo da religião pode ser percebido ainda em relação a árvore, que é tida, em algumas narrativas, como a árvore em que a Virgem Maria teria escondido o menino Jesus, na fuga de Herodes, e, assim “fez com que os soldados romanos não o vissem, imediatamente, ao contato com a carne divina, a árvore encheu-se de poderes sagrados”¹⁴².

Destacamos quatro elementos que são básicos na compreensão da doutrina da Jurema: o uso da bebida da Jurema, o uso da fumaça com propriedades de cura, a existência de cidades encantadas localizadas na árvore da jurema nas quais habitam os mestres e o trabalho de médiuns que incorporam tais mestres espirituais. A Jurema, portanto, além da árvore física é também um reino encantado subdividido em cidades, em que habitam famílias de mestres encantados e, através da ingestão do chá da jurema o médium juremeiro consegue alcançar e viajar por estas cidades, de modo que cada árvore de jurema corresponde a uma destas cidades encantadas¹⁴³. O uso da fumaça, por sua vez, é herdado dos índios como parte do ritual de cura de doenças, uma vez que as plantas são instrumentos sagrados da natureza; o cachimbo é utilizado de forma invertida, para que a fumaça expelida saia com maior precisão sobre o corpo ou o ambiente a ser tratado¹⁴⁴. No âmbito do universo mítico da Jurema, o termo mestre pode ser utilizado de duas maneiras: tanto para designar os espíritos que vivem nas cidades encantadas e descem nos terreiros, como para referir-se aos mestres juremeiros (médiuns) que lideram o culto¹⁴⁵.

Em seu panteão, por exemplo, notamos a presença de mestres e mestras que são figuras do sertão, como o cangaceiro Pilão-Deitado, que agora vem como um importante

¹⁴² BASTIDE, 2004, p.149.

¹⁴³ SALLES, 2010, p.104-110.

¹⁴⁴ BASTIDE, 2004, p.146-147.

¹⁴⁵ SAMPAIO, Dilaine. **Catimbó-Jurema: Narrativas encantadas que contam histórias**. In. SAMPAIO, Dilaine; SILVEIRA, Emerson (Orgs.). *Narrativas Míticas: Análise das Histórias que as religiões contam*. Petrópolis: Vozes, 2018. p.271.

mestre; em meio a diversos outros mestres como Cigana Salomé, Mestra Paulina, Zé Pelintra, Zé Felintra, Veio Cego da Boca Serena, Joana Pé de Chita e Caldeirão Sem Fundo. Assim como as entidades da Umbanda, por exemplo, os mestres e mestras fazem-se presentes nos terreiros de Jurema, através de seus médiuns, para praticar a cura, dar conselhos e conversar com o público assistente do rito. Pensamos ser, assim, uma religião que chama atenção do público por se tratarem de mestres que, quando em vida, enfrentaram também uma vida difícil e próxima, de certa forma, da realidade atual da pobreza, das secas, do sertão. Dentre o panteão de mestres espirituais da Jurema, selecionamos dois mestres típicos do sertão, para tecer uma análise de pontos cantados nesta abordagem: Pilão-Deitado e Zé Pelintra.

Seja na Umbanda ou na Jurema, a entidade ou mestre Zé Pelintra é muito conhecida e respeitada pelos membros do terreiro e por quem o visita. Segundo Lourival Andrade Júnior, não existe apenas uma versão para quem teria sido Zé Pelintra na vivência carnal. De acordo com o autor, algumas fontes apontam que seu nome de encarnado teria sido José dos Anjos, ou José Gomes. Todavia, outra versão surge psicografada pelo próprio Zé Pelintra¹⁴⁶, afirmando que seu nome era José Porfírio Santiago, nascido em 1886 no estado do Pernambuco e falecido na cidade de Alhandra/PB, em 1920¹⁴⁷. Ainda de acordo com Andrade Júnior, o relato psicografado revela também que o nome Zé Pelintra é proveniente de Zé Pilantra, que foi sendo ressignificado com o tempo a gosto do próprio mestre. Essa nomenclatura evidencia a vida marcante que teria tido Zé Pelintra, envolvido com diversas paixões, mulheres, jogatinas e boêmias, o que o levou a fugir frequentemente de inimigos e conflitos por suas malandragens¹⁴⁸.

Nos terreiros de Jurema, Seu Zé Pelintra, como é chamado às vezes, transita nos trabalhos para a esquerda e para a direita, conforme surgir a necessidade. O fato desse mestre em questão estar nas duas linhas, faz com que seja frequentemente associado ou tido como um exu, que também fazem esse trânsito entre as falanges da Direita e da

¹⁴⁶ A psicografia se deu com Zé Pelintra incorporado no médium Mizael Vaz, dirigente do Templo de Umbanda Imaculada Conceição do Caboclo Estrela do Norte e de Ogum Rompe Mato na cidade de São Paulo, de acordo com ANDRADE JÚNIOR, 2010, p.239.

¹⁴⁷ ANDRADE JÚNIOR, Lourival. Zés Pelintras: do sertão ao terreiro. In. SILVEIRA, Emerson Sena da; SAMPAIO, Dilaine Soares (Org.). Narrativas míticas: análise das histórias que as religiões contam Petrópolis, RJ: Vozes, 2018. p.239-240.

¹⁴⁸ ANDRADE JÚNIOR, 2018, p.240.

Esquerda de acordo com a necessidade ou intenção¹⁴⁹. Imageticamente são caracterizados como o típico boêmio, e malandro, da década de 1920 do Rio de Janeiro, trajando paletó branco, gravata vermelha, sapatos sociais brancos, chapéu e bengala. Essa configuração remete a uma das versões de quem teria sido Zé Pelintra em terra, em contraposição ao Zé Pelintra que seria um morador do sertão e se caracteriza como tal¹⁵⁰, o que nos demonstra a existência de vários Zés Pelintras trabalhando na falange do que seria o Zé Pelintra inicial.

A característica dual dos trabalhos de Zé Pelintra tanto na direita quanto na esquerda, além da sua origem sertaneja, pode ser notada no Ponto “Mestre José Pelintra”¹⁵¹, abaixo:

Sou preto, José Pelintra
 Negro do pé derramado
 Na direita eu sou amigo,
 Na esquerda eu sou errado,
 Quem mexer com o que é dele,
 Ou tá doido ou tá danado.
 Pendurado na boca
 Seu charutão,
 Chapéu de couro,
 Bengala na mão.
 Quem nunca viu,
 Venha ver esse bom mestre
 Seu Zé Pelintra, mandingueiro do sertão.

O trabalho do mestre Zé Pelintra pode ser compreendido através desta toada, que já nos primeiros versos demonstra o caráter que assume o mestre quando trabalha em cada uma das linhas, variando entre ser “amigo” ou ser “errado”. A força dessa entidade e o respeito que se deve ter para com ela, fica clara com os versos “quem mexer com o que é dele, ou tá doido ou tá danado”, simbolizando que Zé Pelintra protege quem anda ao seu

¹⁴⁹ SANTIAGO, Idalina Maria Freitas Lima. **A Jurema Sagrada da Paraíba**. QUALIT@S Revista Eletrônica. ISSN 1677-4280 V7.n.1. Ano 2008. p.08.

¹⁵⁰ ANDRADE JÚNIOR, 2018, p.247-248.

¹⁵¹ Luiz Assunção, Dácio Galvão *et alli*. **Pontos de Jurema**. CD-ROM [Áudio], 29 faixas. Prefeitura do Município de Natal. Fundação Cultural Capitania das Artes. Museu de Cultura Popular Djalma Maranhão. Natal, 2008. Disponível em: < <https://www.youtube.com/watch?v=Co2V5Rqv49w>>. Faixa 10. Acesso em 29 de abril de 2020.

lado. A caracterização física deste se estabelece pelos adereços utilizados: chapéu de couro, bengala e charuto, concordando com o que Andrade Júnior anotou como ser esta uma entidade que permite um diálogo entre o urbano e o sertanejo¹⁵². O final da toada levanta a afirmação do mestre como um “mandingueiro do sertão”, exaltando sua origem sertaneja e sua força nos trabalhos. Tal origem pode ser reafirmada ainda no ponto “Zé Pelintra - Baiano lá do sertão”¹⁵³:

Com seu terno branco
Com seu chapéu de palha,
Chegou Seu Zé Pelintra, pra vencer sua batalha
Ele é baiano, baiano lá do sertão
Quebra coco, faz mironga
Pra ajudar nossos irmãos.

Neste ponto evoca-se o estilo visual do Zé Pelintra como um boêmio, que faz uso terno branco. Todavia, estes elementos da vestimenta urbana mesclam-se com os símbolos do sertão representado pela figura do chapéu de palha. A própria narrativa cantada exalta o Zé Pelintra, apesar do seu figurino da cidade e da boemia, como um baiano do sertão, um mestre que trabalha com seus saberes, seu feitiço, para ajudar os irmãos encarnados que necessitam de cura ou conselhos espirituais.

O segundo mestre que escolhemos para discutir, é o mestre Pilão-Deitado, que quando em vida foi cangaceiro do bando de Antônio Silvino e faleceu no ano de 1901 na Fazenda da Pedreira em Caicó/RN¹⁵⁴. Salles em suas pesquisas presenciou a manifestação do mestre Pilão-Deitado no Centro Espírita Mestre Zé Pelintra, e afirma ser este considerado “um mestre perigoso nas esquerdas”¹⁵⁵. Ainda no mesmo relato de Salles, o mestre é muito respeitado e todos se calam para lhe ouvir falar; suas toadas são cantadas enquanto ele acompanha o ritmo batendo um pilão de madeira no chão¹⁵⁶. No Centro Espírita Yemanjá Ogunté, em Jardim de Piranhas/RN, também observamos a manifestação

¹⁵² ANDRADE JÚNIOR, 2018, p.248.

¹⁵³ Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=Edo0V2tPr-8>>. Acesso em 29 de abril de 2020.

¹⁵⁴ RODRIGUES, Orlando. **O Fogo da Pedreira**. Natal: Sebo Vermelho, 2001. p.18-19.

¹⁵⁵ SALLES, 2010, p.185.

¹⁵⁶ SALLES, 2010, p.186.

do mestre Pilão Deitado em um toque para Jurema, no ano de 2019. Na ocasião, o mestre desceu em uma médium e trajou chapéu de couro, típico do universo do cangaço, fumava cachimbo e dançava com as mãos postas, em punho fechado, nas costas, nos demonstrando ser uma entidade séria e reservada, pois nada falou com o público assistente.

A vida de Pilão-Deitado enquanto cangaceiro encarnado ainda é nebulosa para nós, haja vista a pouca documentação¹⁵⁷ a seu respeito, bem como a bibliografia¹⁵⁸ que encontramos apenas o menciona como membro do bando de Silvino, sem grandes aprofundamentos sobre a sua trajetória individual. Entretanto, podemos perceber algumas de suas características enquanto mestre encantado da jurema, nos pontos que são cantados durante o ritual, como no ponto “Louvação ao Mestre Pilão Deitado”¹⁵⁹ abaixo:

Eu venho da cidade dos mestres
 cidade que o mestre mandou
 Deitou, mas não deitou
 Deita nego no pilão,
 Meu Pilão Deitou
 Trabalha meu Pilão
 Meu Pilão Deitou
 Treme terra meu Pilão
 Meu Pilão Deitou
 Deitou, mas não deitou
 Triunfa meu Pilão
 Meu Pilão Deitou
 Dá recado meu Pilão
 Meu Pilão Deitou
 Treme terra, meu Pilão
 Meu Pilão Deitou

¹⁵⁷ Até o momento, contamos apenas com o laudo cadavérico de sua morte, disposto no acervo do Laboratório de Documentação Histórica do CERES - LABORDOC, na Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), Campus Caicó.

¹⁵⁸ Rodrigues, 2001.

¹⁵⁹ ANDRADE JÚNIOR, Lourival. **Jurema: Pontos Cantados**. CD-ROM [Áudio], 23 faixas. Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Escola de Música da UFRN. Edital de apoio a projetos nas áreas de memória e documentação. Ilê Axé Nagô Oxaguiã. Caicó, 2014.

Pilão Deitado, meu Pilão

Meu Pilão Deitou

Em uma análise tomada de maneira mais ampla, este ponto nos remete a encarar Pilão-Deitado como um mestre forte que vem da cidade dos mestres encantados e que trabalha de maneira firme, treme a terra do chão com sua pisada e triunfa em suas batalhas enfrentadas. O verso “dá recado meu Pilão”, nos leva a interpretar a conexão que se faz entre o público assistente que procura o terreiro e os guias e habitantes do plano espiritual, que pode significar Pilão-Deitado atuar como um mediador entre uma graça que algum encarnado deseja alcançar. A toada coloca também o verso “deitou, mas não deitou”, ao que podemos entender como mesmo após a morte, este não estaria de fato acabado, pois ainda trabalha e mantém a sua força espiritual, haja vista ao longo da cantoria a repetição da expressão “meu Pilão Deitou” seguida de um outro termo relacionado ao seu trabalho.

Assim como Zé Pelintra, Pilão Deitado também é considerado um mestre que atua nas duas linhas¹⁶⁰:

Meu Pilão tem duas bocas,
trabalha pelos dois lados
Nas horas das aflições,
Valei meu Pilão Deitado
Pisa pisa, meu Pilão
meu Pilão Deitado

O caráter de Pilão-Deitado pode ser visto como a entidade que está disposta a trabalhar nos dois lados para valer os necessitados em suas aflições e varia a sua forma de atuar de acordo com o grau da necessidade.

Ambos os mestres, Pilão-Deitado e Zé Pelintra, assim como outros já mencionados, são personagens do sertão, que nasceram e viveram nessa espacialidade e dentro da cultura sertaneja. Zé Pelintra com seus trejeitos mais voltados para os cabarés, mulheres e elementos do mundo “malandro”. Pilão-Deitado sendo um cangaceiro do bando de Antônio

¹⁶⁰ Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=D60bBue1vkA>>. Acesso em 29 de abril de 2020.

Silvino, tendo percorrido os sertões do nordeste e vindo a óbito no sertão do Seridó, em Caicó. Enxergamos, portanto, estas duas personalidades sertanejas como um meio de elucidar com mais clareza como o sertão se manifesta no rito da Jurema.

A Jurema Sagrada, em todo seu universo mítico-simbólico, expressa, na nossa visão, como

A cultura sertaneja e, no seu conjunto, os elementos simbólicos da tradição indígena marcam profundamente o universo afro-brasileiro do sertão nordestino, deixando seus traços, seus elementos, sua presença, enfim, no processo de reelaboração do fazer religioso e na gestação de novos significados¹⁶¹.

Compreendemos, desta feita, como essa religião está vinculada ao sertão, tendo sido gestada nesse ambiente e como permanece com signos sertanejos em seu culto, uma vez que mantém as tradições dos índios tapuias e, em vários outros aspectos também manifesta outros elementos do sertão, seja por parte de seus mestres espirituais, das suas vestimentas, hábitos, falas, histórias contadas e, como mostramos aqui, dos pontos cantados, que trazem em suas narrativas cantadas o espaço e as figuras sertanejas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante das nossas investigações seguimos a análise de Roger Bastide¹⁶² de que a Jurema se difunde do sertão para o litoral e demais regiões, mantendo, todavia, seus símbolos do sertão nordestino e sua predominância de cultos sendo nessa região supracitada. Reiteramos, ainda, nossa percepção de que a Jurema é uma religião que aproxima o público assistente em virtude dos seus mestres contarem com a concepção dos problemas reais e cotidianos da sociedade, por, outrora, terem feito parte desta mesma realidade social. Através da bibliografia elencada e dos Pontos Cantados selecionados, buscamos, assim, contribuir com as abordagens historiográficas da Jurema e do Sertão,

¹⁶¹ ASSUNÇÃO, 2010, p.73

¹⁶² BASTIDE, 2004.

compreendendo esta como uma religião híbrida com um vasto e diverso panteão de mestres encantados e, aqui, representados pelas figuras de Zé Pelintra e Pilão-Deitado.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **A Invenção do Nordeste e Outras Artes**. 5 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

ANDRADE JÚNIOR, Lourival. Zés Pelintras: do sertão ao terreiro. In. SILVEIRA, Emerson Sena da; SAMPAIO, Dilaine Soares (Org.). **Narrativas míticas: análise das histórias que as religiões contam** Petrópolis, RJ: Vozes, 2018.

ASSUNÇÃO, Luiz. **O reino dos mestres: a tradição da Jurema na Umbanda nordestina**. Rio de Janeiro: Pallas, 2006.

ASSUNÇÃO, Luiz. Os Mestres da Jurema - Culto da jurema em Terreiros de Umbanda no Interior do Nordeste. In. PRANDI, Reginaldo (Org.). **Encantaria brasileira: O Livro dos Mestres, Caboclos e Encantados**. Rio de Janeiro: Pallas, 2004.

BASTIDE, Roger. Catimbó. In. PRANDI, Reginaldo (Org.). **Encantaria brasileira: O Livro dos Mestres, Caboclos e Encantados**. Rio de Janeiro: Pallas, 2004.

BONATO, Tiago. **O olhar, a descrição: a construção do sertão do Nordeste brasileiro nos relatos de viagem do final do período colonial (1783-1822)**. Curitiba: Universidade Federal do Paraná (Departamento de História), 2010. Dissertação de Mestrado.

BURGOS, Arnaldo. **Jurema Sagrada no nordeste brasileiro à Península Ibérica**. Fortaleza: Expressão Gráfica, 2012. SALLES, Sandro Guimarães. **À Sombra da Jurema Encantada. Mestres Juremeiros na Umbanda de Alhandra**. Recife: UFPE, 2010.

CASCUDO, Luís da Câmara. **Meleagro: Pesquisa do Catimbó e notas da magia branca no Brasil**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Agir, 1978.

MÄDER, Maria Elisa. **Civilização, barbárie e as representações espaciais da nação nas Américas no século XIX**. História Unisinos, São Leopoldo, 12(3), Setembro/Dezembro, 2008.

RODRIGUES, Orlando. **O Fogo da Pedreira**. Natal: Sebo Vermelho, 2001.

ROSA, João Guimarães. **Grande Sertão**: Veredas. 19 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

SALLES, Sandro Guimarães de. **À Sombra da Jurema Encantada**: Mestres juremeiros na Umbanda de Alhandra. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2010.

SALLES, Sandro Guimarães de. O aldeamento de Aratagui e o clã do Acais. In. ASSUNÇÃO, Luiz (Org.). **Um barco**: Experiências etnográficas e diálogos com as culturas populares. Natal: EDUFRN, 2012.

SANTIAGO, Idalina Maria Freitas Lima. **A Jurema Sagrada da Paraíba**. QUALIT@S Revista Eletrônica. ISSN 1677-4280 V7.n.1. Ano 2008.

SAMPAIO, Dilaine. **Catimbó-Jurema**: Narrativas encantadas que contam histórias. In. SAMPAIO, Dilaine; SILVEIRA, Emerson (Orgs.). Narrativas Míticas: Análise das Histórias que as religiões contam. Petrópolis: Vozes, 2018.

SOUZA, Candice Vidal e. **A pátria geográfica**: sertão e litoral no pensamento social brasileiro. 2.ed. Goiânia: Editora UFG, 2015.

CONSTRUÇÃO DO TERRITÓRIO DA FREGUESIA DE SANT'ANA: FAMÍLIA ESCRAVA E RELAÇÕES DE COMPADRIO COMO ESTRATÉGIA DE FORMAÇÃO DA TERRITORIALIDADE ESCRAVA (SÃO JOSÉ DE MIPIBU, SÉCULO XVIII E XIX)

Clara Maria da Silva¹⁶³

FORMAÇÃO DO TERRITÓRIO DA FREGUESIA

Nos século XVII e XVIII São José de Mipibu era povoada pelos índios Potiguara. Em 1681 a Aldeia de Mipibu foi incorporada a Missão de Guaraíras,¹⁶⁴ passando a ser administrada por missionários jesuítas. Em 1698, uma Carta do Senado da Câmara de Natal ao Bispo de Pernambuco informava que “Nesta capitania há uma paragem em o meo dela a que chamarão Mepebu donde há uma Capela em que se administram os Sacramentos aos moradores desta Ribeira”.¹⁶⁵ Com efeito, em 1703, foi feita uma demarcação de terras da aldeia de N^a Sr^a do Ó do Mipibu – atual cidade de Nísia Floresta –, pelo Juiz Christóvão Soares Reymão, confirmada pela Rainha em 1704.¹⁶⁶ Esta é a demarcação da primeira Capela na futura Freguesia de Sant’Ana, atualmente correspondendo a territórios das cidades de São José de Mipibu e Nísia Floresta.

Mas, é somente em 1736 que a aldeia de Mipibu torna-se Missão com a presença fixa de missionários capuchinhos e uma nova demarcação de terras. O patrimônio da paróquia é de 1746, quando foi doado pelo capitão Diogo Malheiros, 1.100 braças de terra, sendo 600 de tabuleiro e 500 de plantações, entregues ao superior dos padres da aldeia, capuchinhos. Frei Primério de Milão e Frei Mauro de Lessano foram os primeiros a nela missionarem, iniciando a construção de uma Igreja maior, a de Nossa Senhora de

¹⁶³ Mestranda do PPGH-UFRN, orientanda do Prof. Dr. Helder Macedo. E-mail: claramaria_s@hotmail.com.

¹⁶⁴ LEMOS, Vicente, 1912 p. 35 *apud* LOPES, 2010, p. 355.

¹⁶⁵ CASCUDO, Luis da Câmara. *Nomes da Terra*, p. 249. Até 1740, a documentação eclesiástica cita somente a Capela de N^a Sr^a do Ó de Mipibu, da ribeira do Mipibu, na atual cidade de Nísia Floresta, RN *apud* LOPES, 2012, p. 356.

¹⁶⁶ Auto de Mediação e Demarcação da Légua de Terra da Aldeia de Mipibu, *apud*. BARBALHO, Gilberto G. *História do Município de São José de Mipibu*, p. 39-43; AUH, códice 257, fl. 167, 18/11/1704. Carta da Rainha ao Ouvidor Geral da Paraíba Christóvão Soares Reymão *apud* LOPES, 2010, p. 356.

Sant'Ana dos Caboclos, entre 1726 e 1727, continuada por Frei Crisóstomo de Genova, terminada pelos anos de 1733 e 34 por Frei Juvenal de Albano, superior dos capuchos da aldeia.¹⁶⁷

Em fins de 1761 os índios Pegas aldeados na aldeia do padre secular José Saraiva, na Serra Cepilhada (hoje, João do Vale, na Paraíba), foram transferidos para a Missão de Mipibu em razão do interesse dos colonos pelas terras desta serra para a realização da pecuária. Após a instalação dos novos moradores, o Juiz de Fora vai à região em janeiro 1762 para dar início aos preparativos para a elevação da Missão do Mipibu à Vila de São José do Rio Grande. Criada em 22 de fevereiro de 1762, esta Vila teve a incorporação imediata de 15 casais luso-brasileiros, originalmente moradores da Vila de Extremoz, cumprindo as determinações régias quanto à formação dos novos moradores, preferencialmente oficiais de profissões necessárias a uma vila - como ferreiro, sapateiro, pedreiro.

Em 1757 o Governo Português publica o Diretório dos Índios, documento que expressava importantes aspectos da política indígena brasileira. A intenção do reino era de evitar a escravização dos índios, sua segregação, seu isolamento e a repressão ao tratamento dos indígenas como pessoas de segunda categoria entre os colonizadores e missionários brancos. Há neste documento o incentivo a elevação das missões indígenas a Vilas, sendo o caso da então Missão do Mipibu. Para concretizar tal ato, o Diretório previa a necessidade de índios e brancos no mesmo espaço para que estes últimos os ensinassem atividades agrícolas e manuais, além do incentivo aos casamentos inter-raciais:

Entre os meios, mais proporcionados para se conseguir tão virtuoso, útil, e santo fim, nenhum é mais eficaz, que procurar por via de casamentos esta importantíssima união. Pelo que recomendo aos Diretores, que apliquem um incessante cuidado em facilitar, e promover pela sua parte os matrimônios entre os Brancos, e os Índios, para que por meio deste sagrado vínculo se acabe de extinguir totalmente aquela odiosíssima distinção, que as nações mais polidas do mundo abominaram sempre, como inimigo comum do seu verdadeiro, e fundamental estabelecimento. Para facilitar os ditos matrimônios, empregarão os Diretores toda a eficácia do seu zelo em persuadir a todas as Pessoas Brancas, que assistirem nas suas Povoações, que os Índios tanto não são de inferior qualidade a

¹⁶⁷ PRIMÉRIO, Fidélis. *Capuchinhos em Terras de Santa Cruz*, p. 172. *apud* LOPES, 2010, p. 356. BEZERRA, Severino. *Paróquias da Arquidiocese de Natal*, p. 44 *apud* MARINHO, 2006, p. 119-120.

respeito delas, que dignando-se Sua Majestade de os habilitar para todas aquelas honras competentes às graduações dos seus postos, consequentemente ficam logrando os mesmos privilégios as Pessoas que casarem com os ditos índios; desterrando-se por este modo as prejudicialíssimas imaginações dos Moradores deste Estado, que sempre reputaram por infâmia semelhantes matrimônios (DIRETÓRIO, 1758, 88-9).

Percebemos, portanto, que o casamento e a geração de filhos eram fundamentais para a formação da Vila. Isto garantiria o desenvolvimento do espaço e a integração dos índios à sociedade. O papel da Igreja Católica começa a mostrar-se singular na colonização e expansão dos territórios portugueses, afinal, a sociedade cristã portuguesa tinha no catolicismo as bases da moral e dos bons costumes.

Para os portugueses, colonizadores das terras brasileiras, a religião era fundamental para a proteção e bênçãos de Deus. Tal proteção era invocada pela Coroa Portuguesa, desde a colonização no século XV até o fim do Império no século XIX, como um instrumento de suma importância para o projeto colonizador que viria a se desenvolver nas terras do novo mundo português. A chegada do Evangelho nas terras do novo mundo marcou o início, de fato, do projeto de colonização. Mesmo com claros objetivos de exploração e lucro sobre as novas posses, o rei de Portugal D. João III afirmava que o único objetivo da estada portuguesa nas novas terras seria a conversão dos gentios a fé católica.

Observa-se, portanto, que até a criação da Vila de São José de Rio Grande – posteriormente Vila de São José de Mipibu¹⁶⁸ – há uma concomitância de processos históricos se dando igualmente no mesmo tempo e espaço: a criação da Missão de Mipibu, a transferência dos índios Pegas da Paraíba para este espaço, a incorporação de famílias brancas de Extremoz a futura Vila e a elevação de Missão à Vila. São ações e transformações que afetam a vida humana e social dessas pessoas, produzindo este novo espaço, que é geográfico e político, e que, sobretudo, constituir-se-á em um espaço

¹⁶⁸ Foi elevada a categoria de cidade e sede municipal pela lei provincial nº 125 de 16 de outubro de 1845. Em lei de 17 de julho de 1855 tem seu nome modificado de São José do Rio Grande para São José de Mipibu. A comarca de São José de Mipibu foi criada pela lei provincial nº 307 de 26 de julho de 1855. É sede da comarca de três termos: São José de Mipibu, Monte Alegre e Nísia Floresta. Apenas na segunda metade do século XX que estes dois últimos termos deixaram de ser subordinada a comarca de São José de Mipibu. As comarcas existentes na província do Rio Grande do Norte até 1872 eram: Natal, São José de Mipibu, Canguaretama, Macau, Açu, Caicó, Mossoró e Martins.

social. Neste trabalho estamos adotando o conceito de espaço instituído por José D'Assunção Barros (2013), como um lugar que se estabelece na materialidade física, como um campo que é gerado através das relações sociais, das ações e relações dos homens uns com os outros no espaço físico da Vila de São José de Mipibu. Para Barros, “o homem, que devido à sua própria materialidade física é ele mesmo espaço preenchido com o próprio corpo, além de ser espaço também está no espaço e produz espaço” (BARROS, 2013, p. 16).

Para compreender como os escravizados chegaram a este espaço, até então formado por índios e brancos, é necessário compreendermos as estratégias dos escravos para criarem comunidades unidas em torno de experiências, valores e memórias, em situações distintas, e possivelmente menos favoráveis. Procuramos articular a constituição das propriedades dedicadas à grande lavoura, a organização das atividades econômicas e padrões de posse da mão de obra escrava com as experiências das famílias cativas.

O estudo da Freguesia de Sant'Ana apresenta-se como um novo espaço de investigação interessante para as pesquisas sobre escravidão e a territorialização negra por famílias cativas, pelo fato da atividade econômica desta região ser baseada no cultivo da cana de açúcar, contando com engenhos e engenhocas que produziam açúcar, rapadura e cachaça, demandando mão de obra escrava. O Relatório do Presidente de Província do Rio Grande do Norte do ano de 1862 conta com dados censitários levantados pelo chefe de polícia Herculano Antonio Pereira da Cunha. As informações foram levantadas no ano de 1855 a partir dos dados sobre a quantidade de batismos, casamentos e óbitos enviados pelos párocos da Província, pois os registros paroquiais, na época, eram os documentos com a maior quantidade de informações sobre os indivíduos de todas as classes sociais da Província.

Segundo o chefe de polícia, naquela época o Rio Grande do Norte dispunha de 132.216 habitantes.¹⁶⁹ Fazendo uma comparação entre São José de Mipibu e Príncipe, esta última contava com 7.046 livres para 1.216 escravos, enquanto São José de Mipibu dispunha de 18.118 livres para 9.816 escravos. Em termos percentuais, levando em consideração a população total de cada cidade, São José de Mipibu contava com 35%

¹⁶⁹ A cidade do Assú e seu termo foi a única que não enviou os dados populacionais para a administração provincial no período deste levantamento.

de população cativa, enquanto o Príncipe dispunha de apenas 15% de cativos. A capital da Província, Natal, nesta época contava com 5.934 livres e 520 escravos, menos de 1% de escravizados, de acordo com os dados levantados pelo pároco da freguesia. Percebemos, portanto, uma significativa mão de obra escrava em São José de Mipibu a qual estamos nos debruçando, o que nos faz levantar a hipótese de que a quantidade de batismos e matrimônios de escravos também é significativa em comparação com outras regiões do Rio Grande do Norte.¹⁷⁰

Em termos totais a Província do Rio Grande do Norte contar com 15% de mão de obra escrava. À baixa densidade demográfica e os poucos recursos da província fazia com que o número de pessoas que tinham condições de possuir escravos fosse pequeno. Uma localidade como o Rio Grande do Norte, onde não se desenvolveu uma economia voltada para o mercado externo, limitava a mão-de-obra escrava a uma pequena elite da região. Procuramos através dos estudos dos registros de batismo e casamento, entre 1840 e 1888, compreender a existência desses povos e a dinâmica da escravidão negra na região.

CONSTRUÇÃO DA TERRITORIALIDADE ESCRAVA NA FREGUESIA DE SANT'ANA

Analisar o processo de cristianização espacial a partir de Cláudia Damasceno (2011) é importante para compreender o porquê da criação da Freguesia de Sant'Ana concomitante a instituição da Vila de São José de Mipibu. De acordo com a autora, a criação de prédios sagrados é fundamental para a garantia da conversão e manutenção da fé católica nos diversos espaços da freguesia, seria uma forma de demarcação simbólica e física do poder da Igreja. Cristianizar os espaços significava construir capelas e igrejas, espaços sagrados onde aconteceriam os atos da fé.

A cristianização dos espaços seria o processo de atuação eclesiástica, como também dos moradores já cristãos, que incidia em um determinado espaço, criando marcos da presença da Igreja Católica no local. Cristianizar, espaços ou almas, implicava na construção de prédios, na administração dos sacramentos, e mesmo na fiscalização

¹⁷⁰ RELATÓRIO, 1862, p. 6.

das ações das pessoas. Este processo acabava implicando também na cristianização das almas, ou seja, o incentivo da Igreja e da sociedade cristã em converter os povos conforme a conduta explicitada nos evangelhos bíblicos. Nas Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia “no qual se trata de nossa Santa Fé Catholica, e dos sete Sacramentos, que Christo nosso Senhor instituiu para meio de nossa salvação”, observamos, entretanto uma atenção especial a uma parcela específica da sociedade, os escravizados. Apesar de o cativo ser considerado apenas um bem material na sociedade Oitocentista, para a Igreja eles também possuíam almas e deveriam ser salvos, assim orientava

a todas as pessoas, assim Ecclesiasticas, como seculares, ensinarem, ou fação ensinar a Doutrina Christã à sua família e especialmente a seus escravos, que são os mais necessitados desta instrucção pela sua rudeza, mandando-os á Igreja, para que o Parocho lhes ensine os Artigos da Fé, para saberem bem crer; o Padre Nosso, e Ave Maria, para saberem bem pedir; os Mandamentos da Lei de Deos, e da Santa Madre Igreja, e os pecados mortaes, para saberem bem obrar; as virtudes, para que as sigão; e os sete Sacramentos, para que dignamente os recebão, e com elles a graça que dão, e as mais orações da Doutrina Christã, para que sejam instruídos em tudo, o que importa a sua salvação (VIDE, 1853, p. 3-4).

De acordo com Raffestin, podemos, portanto, caracteriza o território da Freguesia de Sant’Ana em dois níveis: cotidiano e sagrado. Torna-se cotidiano através das ações dos atores sociais sobre este espaço, territorializando-o a todo instante. Já o território sagrado era a associação à atuação da igreja e às ações políticas, campos de força estabelecidos historicamente por relações de controle e influência política e/ou sagrada. Tendo a Igreja Católica o objetivo de catequizar os povos e propagar a fé cristã, principalmente sob os povos não cristãos, a Igreja mune-se de estratégias para salvar estas almas. A criação de Freguesias, construção de igrejas e capelas e a obrigação do registro do batismo e matrimônio nas instituições Católicas eram formas da Igreja exercer poder e controle sobre livres, libertos e escravos que vivessem em São José de Mipibu, cristianizando o espaço. Porém, é importante compreender como esses sujeitos sociais se apropriaram e ressignificaram tal território. Estes são territórios concomitantes e sobrepostos que se caracterizam pelo controle e domínio, pela apropriação e referência,

por estratégias sociais que envolvem as relações de poder, materiais e imateriais, historicamente construídas.

Com a Contra Reforma da Igreja Católica houve a necessidade de registrar todos os membros da igreja. A proposta de registrar esses fiéis foi levada ao Concílio de Trento (1545-1563) que criou um modelo, inicialmente para os registros de batizado e casamento, e apenas depois para o de óbito.¹⁷¹ Segundo as determinações do Concílio, os registros de batismo, por exemplo, deveriam ter: o nome completo do batizando, o nome dos seus pais, quando conhecido, o local da residência dos pais, além do nome de pelo menos um padrinho, embora o ideal fosse que cada registro tivesse dois padrinhos/testemunhas.

No caso específico da Freguesia de Sant'Ana, porém, nem todos os registros de batismos seguiam as determinações do Concílio. Em alguns casos não consta o local de residência dos pais, senhores dos escravos e dos padrinhos. Há, talvez, a possibilidade deste tipo de informação não ter sido registrada por ser de conhecimento do padre da freguesia. Observamos também a falta de tais dados já em fins do século XIX, possivelmente devido ao afrouxamento das regras seguidas pelos eclesiásticos quanto às ordens dos registros. Estamos analisando os registros de batismo e casamento da Freguesia de Sant'Ana entre os anos de 1840 à 1888, como os encontrados abaixo:

Aos vinte e hum de Fevereiro de mil oitocentos e cincoenta e oito neste Matris baptisei e pus os Santos Oleos a Ildefonso nascido a trinta e hum de Janeiro passado e filho legitimo de Vital e Damiana, escravos do Capitão João Duarte da Silva, casado, e morador no seu Engenho Porteiras nesta Freguesia. Forão padrinhos Clemente, escravo do mesmo Senhor. Do que para constar fis este assento que assigno. O Vigario Gregorio Ferreira Lustosa.¹⁷²

Aos dezenove de Junho de mil oitocentos e setenta nesta Matriz baptizei solemnemente a Antonio escravo de Dona Anna viuva do finado Manoel Duarte filho legitimo de Alexandre e Maria escravos da mesa nascido aos dez de Maio deste anno, sendo padrinhos Ignacio Henrique de Paiva e Maria Secilia Gomes da Silva. Do que para

¹⁷¹ MARCÍLIO, 2004, p. 14.

¹⁷² ARQUIVO METROPOLITANO, Paróquia de Sant'Ana, Livro nº 5, Batisados de 1857 a 1862.

constar mandei fazer este assento que assigno. O Conego Vigario Gregorio Ferreira Lustosa.¹⁷³

A escolha de Vital e Damiana, escravos do capitão João Duarte da Silva, por Clemente como padrinho único de seu filho Ildefinno não é atoa. Muito menos a de Alexandre e Maria, escravos de Dona Anna viúva de Manoel Duarte, que escolheu Ignacio Henrique de Paiva e Maria Secilia Gomes da Silva para serem padrinhos do pequeno Antonio. Os homens agem e se relacionam, conforme seus lugares sociais e seus objetivos. A escolha dos padrinhos espirituais, feitas pelos próprios cativos, mostra-se como uma busca por afirmação e construção de relações nesta sociedade escravista. Era uma via de mão dupla, pois os padrinhos tinham a função de proteger os afilhados como seus próprios filhos, como segundos pais para a criança, além da ligação familiar eterna entre ambos estabelecida no ato do batismo.

Ao invés de vítimas passivas de imposições culturais, buscamos compreender neste trabalho os negros escravizados como agentes ativos dos processos. Eles incorporaram elementos da cultura cristã, dando a eles significados próprios e utilizando-os para a obtenção de possíveis ganhos nas novas situações em que viveram. Seria uma espécie de “resistência adaptativa”, formas que encontravam de sobreviver e garantir melhores condições de vida na nova situação em que se encontravam. Chamamos de nova situação, pois compreendemos que os negros e negras escravizados, sejam eles nascidos em África ou Brasil, foram retirados de seus territórios originais de maneira forçosa, tendo que procurar reterritorializar um novo espaço.

Para compreender este processo, portanto, o estudo da territorialização da Freguesia de Sant’Ana mostra-se fundamental. Diferentes processos históricos ocorrem desde o século XVIII no espaço de São José de Mipibu até ter-se a efetivação dos negros escravizados neste território. Estes buscaram territorializar esta sociedade através de estratégias como a criação de redes e malhas por meio do compadrio, construindo com os seus parentes espirituais – livres, libertos e/ou escravos – redes de comunicação-circulação e de representações simbólicas. Afinal, “os grupos sociais humanos, mesmo

¹⁷³ ARQUIVO METROPOLITANO, Paróquia de Sant’Ana, Livro nº 8, Batisados de 1870 a 1875.

reduzidos à escravidão e às piores condições, são capazes de reconstituir significados, culturas, histórias e identidades” (ALMEIDA, 2010, p. 23-4).

Fazendo uma análise histórica do processo de territorialização da Freguesia de Sant’Ana, observamos que a sua formação é pautada em processos de territorialização e desterritorialização. Este espaço geográfico é apenas um apoio, substrato, palco preexistente ao território. O homem modifica os recursos naturais através de ações, apropriando-se dele. De acordo com Claude Raffestin (2008) a partir de então, o espaço começa a ser transformado historicamente pelos atores que constituem a sociedade. O território, portanto, é produzido por atores sociais através da efetivação no espaço, das redes de comunicação-circulação, das relações de poder, das atividades produtivas, das representações simbólicas e das malhas. Os atores sociais passam a projetar no espaço trabalho, instituições administrativas,¹⁷⁴ relações sociais, territorializando o espaço, criando uma sociedade.

Conforme a Vila de São José do Rio Grande foi se desenvolvendo social e economicamente, o número de moradores aumentava, desenvolvendo-se as zonas urbana e rural, expandindo as atividades agrícolas e comerciais. Todo este processo pelo qual os negros escravizados precisaram enfrentar para construir novamente laços sociais na Freguesia de Sant’Ana são multiescalares e multitemporais. Ocorreram de forma simultânea e sobreposta vivendo “diferentes temporalidades e territorialidades, em unidade, em processo constante e concomitante de desterritorialização e reterritorialização que gera sempre novas territorialidades e novos territórios que contém traços/características dos velhos territórios e territorialidades” (SAQUET, 2008, p. 78).

A territorialização da Freguesia de Sant’Ana foi formada por continuidades e descontinuidades no tempo e no espaço e estão intimamente ligadas a cada lugar: elas dão-lhe identidade e são influenciadas pelas condições históricas e geográficas desse lugar. A apropriação e construção do território sagrado pelos escravos geraram identidades e heterogeneidades e que estas, concomitantemente, geraram os territórios

¹⁷⁴ “Em 13 de março, tomaram posse da Câmara os oficiais eleitos como Juizes Ordinários Sargento-mor Manoel Fernandes de Oliveira e Capitão-mor dos Índios Leandro de Souza e Silva e Vereadores Antônio Marinho de Carvalho, Francisco Tavares Guerreiro e Salvador Soares (índio), o Procurador Manoel Gomes da Silva. Em 3 de abril de 1762 foi feita a Provisão de Escrivão da Câmara e Órfãos, Tabelião do Público Judicial e Notas e Escrivão da Almotaçaria da Vila de São José do Rio Grande, a João Barbosa Marques Ferreira” (LOPES, 2005, p. 157).

aos quais esses negros passam a se identificar. Nesta reterritorialização, eles produziram traços comuns e heterogeneidade que, ao mesmo tempo, estão na base da apropriação e produção dos novos territórios.

Ao escolherem pessoas da freguesia de Sant'Ana ou das proximidades como padrinhos de seus filhos e de seus casamentos, os escravizados estavam demarcando este território, demarcando um espaço de poder. É interessante destacar que não estamos tratando apenas de uma territorialidade, mas sim de territorialidades superpostas, pois “a vida humana é um eterno devir de territórios de longa e curta duração, que se superpõem e se entrecruzam ao sabor das relações sociais, das práticas e representações.” (BARROS, 2013, p. 15).

A autonomia de escolha sob os padrinhos (padrinho e/ou madrinha) de seus filhos ou de seus próprios casamentos faziam com que eles conseguissem construir redes de solidariedade com atores de diferentes *status*, os quais poderiam lhes oferecer futuramente algum tipo de apoio e/ou auxílio em conflitos político-sociais ou jurisdicionais e até mesmo na luta pela liberdade do cativo. Quanto a isso as Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia são claras ao afirmar que o “parentesco conforme a disposição do Sagrado Concílio Tridentino, se contrahe sómente entre os padrinhos, e o batizado, e seu pai, e mãe; e entre o que batiza, e o batizado, e seu pai e mãe” (VIDE, 1853, p. 26-7). Ou seja, estabelece a aliança entre duas famílias, com o compromisso de proteção e respeito entre pessoas do mesmo *status* ou de diferentes condições econômicas.

CONCLUSÃO

Compreendemos que estamos estudando uma sociedade baseada no catolicismo, em que as provisões de fé davam um sentido, uma existência para o espaço social. Estamos trabalhando com um espaço em que a produção canavieira na região rural da Freguesia tinha destaque em nível provincial. A autonomia proporcionada aos escravos na escolha dos parentes espirituais, “representava sua vitória contra um regime brutal de trabalhos forçados e uma possível ruptura do sistema escravista” (SCHWARTZ, 2001, p. 99), resignificando as ações dos senhores e da Igreja. Estudar as cerimônias católicas como atos de resistência da família escrava apresentam-se como mais uma

possibilidade de observarmos as ações dos escravos neste espaço como protagonistas de suas vidas, e não apenas como objetos. É analisar as fontes atentas aos detalhes aparentemente marginais e irrelevantes, os quais poderão ser a chave de acesso para as redes de significados sociais mais profundos desta sociedade escravista. Interpretar as ações dos cativos como atos de resistência, lutando cotidianamente, de diferentes formas, por autonomia, mobilidade, poder de escolha e liberdade.

REFERÊNCIAS

BARROS, José D'Assunção. Espaço, território, região – pressupostos metodológicos. Texto apresentado no **Colóquio Baiano Tempos, espaços e representações**: abordagens geográficas e históricas (2013). Disponível em: <http://periodicos.uesb.br/index.php/coloquiobaiano/article/view/2923>

COSTA, Renata Assunção da. **Porta do céu**: o processo de cristianização da Freguesia de Nossa Senhora da Apresentação (1681-1714). 2015. 179 f. Dissertação – Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Programa de Pós-Graduação em História. Natal, 2015.

DIAS, Dayane Julia Carvalho; ALVEAL, Carmen Margarida Oliveira; Um estudo sobre a população da Capitania do Rio Grande com ênfase na escravidão negra e indígena no contexto da Guerra dos Bárbaros (1681-1714). **Resgate**: Revista Interdisciplinar de Cultura, V. 25, n. 2 [34]; p. 57-80, jul./dez., 2017.

LOPES, Fátima Martins. **Missões Religiosas: índios, colonos e missionários na colonização da Capitania do Rio Grande do Norte**. 1999. 210f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 1999.

_____. **Em nome da liberdade: as vilas de índios do Rio Grande do Norte sob o Diretório Pombalino no século XVIII**. 2005. 700f. Tese (Doutorado em História do Brasil) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2005.

_____. “As mazelas do Diretório dos Índios: exploração e violência no início do século XIX”. In: OLIVEIRA, João Pacheco de (org.). **A presença indígena no Nordeste**: processos de territorialização, modos de reconhecimento e regimes de memória. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2011, p. 241-265.

MAIA, Lúcio de Oliveira. Milícia de Jesus Cristo nas Serras de Goapava. In: _____. **Cultores da vinha sagrada: índios e jesuítas na missão da Serra de Ibiapaba (século XVII)**. Natal: EDUFRN, 2017.

MARCÍLIO, Maria Luiza. Os registros paroquiais e a história do Brasil. **Revista Varia Historia**, 2004.

MARINHO, Francisco Fernandes. **O Rio Grande do Norte sob o olhar dos Bispos de Olinda: uma leitura dos relatórios das visitas “ad limina apostolorum” existentes no arquivo secreto do Vaticano e outras informações pastorais – 1679/1884**. Natal: Nordeste, 2006.

MORAES, Antonio Carlos Robert de. A questão do sujeito na produção do espaço. In: _____. **Ideologias geográficas**. 3.ed. São Paulo: Hucitec, 1996. p. 15-26.

_____. Formação colonial e conquista de espaços. In: _____. **Território e história no Brasil**. 3.ed. São Paulo: Annablume, 2008. p. 61-74.

NOBRE, Manoel Ferreira. **Breve Notícia Sobre a Província do Rio Grande do Norte: baseada nas leis, informações e fatos consignados na história antiga e moderna**. 2ª edição. Rio de Janeiro: Editora Pongetti, 1971.

OLIVEIRA, Marlon Anderson. Entre a Coroa e a cruz: a Igreja colonial sob a Égide do padroado. Anais do II Encontro Internacional de História Colonial. **Mneme – Revista de Humanidades**. UFRN. Caicó (RN), v. 9. n. 24, Set/out. 2008. ISSN 1518-3394.

RAFFESTIN, Claude. A produção das estruturas territoriais e sua representação. In: SAQUET, Marcos Aurélio; SPOSITO, Eliseu Savério. **Territórios e territorialidades: Teorias, processos e conflitos**. São Paulo: Expressão Popular, 2009. p.17-35.

SANTOS, Paulo Pereira dos. A economia na Província (1822-1889). In: _____. **Evolução econômica do Rio Grande do Norte: séculos XVI ao XX**. Natal: Clima, 1994.

SAQUET, Marco Aurélio. Por uma abordagem territorial. In: SAQUET, Marcos Aurélio; SPOSITO, Eliseu Savério. **Territórios e territorialidades: Teorias, processos e conflitos**. São Paulo: Expressão Popular, 2009. p.69-90.

SCHWARTZ, Stuart B. "A historiografia recente da escravidão brasileira". In: _____. **Escravos, roceiros e rebeldes**. Bauru, SP: EDUSC, 2001, p. 21-82.

_____. "Trabalho e cultura: vida nos engenhos e vida dos escravos". In: _____. **Escravos, roceiros e rebeldes**. Bauru, SP: EDUSC, 2001, p. 83-115.

SLENES, Robert W. **Na senzala, uma flor –** Esperanças e recordações na formação da família escrava: Brasil, sudeste, século XIX. 2ª ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2011.

VIDE, D. Sebastião Monteiro da. **Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia**. São Paulo: Typ. 2 de Dezembro, 1853.

EXPERIÊNCIAS DOUTRINÁRIAS DO MOVIMENTO DOUTRINÁRIO E RELIGIOSO ESPIRITUALISTA CRISTÃO VALE DO AMANHECER NA PARAÍBA – 1980-2015.

Jessica Kaline Vieira Santos¹⁷⁵

RESUMO: O presente artigo tem como objetivo compreender mesmo que de forma sucinta, as experiências doutrinárias do Movimento Doutrinário e Religioso conhecido como Vale do Amanhecer, que têm suas origens na cidade satélite de Brasília, Planaltina – DF. E que conta nos dias atuais com mais de 600 templos, no Brasil e fora dele, em países como Portugal, Canadá, Espanha, por exemplo. O Vale do Amanhecer é um movimento doutrinário híbrido, que integra traços culturais de diversas religiões, aspectos que tornam-no um objeto que possibilita diversos tipos de análise, no caso aqui mencionado, a análise se fará a partir da presença do Vale do Amanhecer na Paraíba, em aspectos que dizem respeito a sua chegada na década de 1980, até a sua permanência nos dias atuais. A Paraíba conta com aproximadamente 17 templos ativos, que se distribuem desde o litoral do estado até o sertão. Esse artigo é parte dos resultados das pesquisas de graduação e mestrado desenvolvidas desde o ano de 2015, e que fizeram parte da dissertação intitulada “SIMBOLOGIAS, RITUAIS E REPRESENTAÇÕES: EXPRESSÕES DO MOVIMENTO DOUTRINÁRIO E RELIGIOSO VALE DO AMANHECER NA PARAÍBA - 1980 a 2015” apresentada no Programa de Pós Graduação em História da Universidade Federal de Campina Grande-UFCG. Para a elaboração da pesquisa foram utilizados manuais do movimento, boletins virtuais, bem como documentos e depoimentos orais, e bibliografias que dizem respeito ao tema.

PALAVRAS-CHAVE: Movimento doutrinário; Vale do Amanhecer na Paraíba; Templos ativos;

De início é necessário situar o leitor desse texto sobre as pretensões que ele assume, o presente artigo é fruto dos resultados da pesquisa em andamento sobre o Movimento Doutrinário e Religioso Vale do Amanhecer, que se fez até então em dois níveis: no trabalho de graduação em História pela Universidade Estadual da Paraíba-UEPB no ano de 2015 intitulado “ Vale do Amanhecer: Representações, simbologias e Rituais do Movimento doutrinário na cidade de Massaranduba-PB 2010/2015” e da pesquisa de Especialização stricto sensu realizada no programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Campina Grande- UFCG, apresentada no ano de 2019, de intitulada de “Simbologias, Rituais e Representações: Expressões do Movimento Doutrinário e Religioso Vale do Amanhecer na Paraíba-1980 a 2015” e que

¹⁷⁵ Doutoranda em História pela Universidade Federal Rural de Pernambuco - UFRPE. Professora do Departamento de História do Centro de Ensino Superior do Sertão- CERES - da Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN. E-mail: kalinejessica@hotmail.com; jessicakalinevieirasantos@gmail.com.

tem seu andamento no Doutorado em História da Universidade Federal Rural de Pernambuco – UFRPE com início no ano de 2020. Dito isto, partiremos para uma breve análise do objeto de estudo da pesquisa e que também se constitui como objeto desse artigo.

O Movimento Doutrinário e Religioso Cristão intitulado de Obras Sociais da Ordem Espiritualista Cristã – OSOEC, popularmente conhecido como Vale do Amanhecer, tem a sua institucionalização no ano de 1969, na cidade satélite do Distrito Federal chamada Planaltina. Idealizado e instituído por Neiva Chaves Zelaya, ou Tia Neiva como era chamada pelos adeptos.

O Vale do Amanhecer que começa com uma pequena comunidade de membros possui nos dias atuais cerca de aproximadamente 800 mil adeptos em várias partes do Mundo em um número aproximado de 650 templos. No Brasil, os templos do Vale do Amanhecer estão espalhados em todos os estados e no Distrito Federal onde está o primeiro templo da doutrina, chamado de Templo Mãe. No exterior os templos do Vale do Amanhecer podem ser encontrados em países como Portugal, Inglaterra, Argentina, Canadá, dentre outros.



Imagem da área templária, onde é feito o trabalho de Estrela Candente. Disponível em: <http://nino-valeamanhecer.blogspot.com.br/p/trabdo-amanhecer.html> acessado em: 28/09/2016 (apud SANTOS 2019 P.40)

Neiva Chaves Zelaya, ou Tia Neiva como ficou conhecida nasceu no interior do Nordeste no dia 30 de outubro de 1925 mais precisamente na cidade de Propriá no estado de Sergipe. Ela que durante a sua trajetória casou-se com o carioca de ascendência argentina, Raul Zelaya Alonso, e após a sua morte precisou criar sozinha seus quatro filhos: Gilberto Chaves Zelaya, Carmem Lucia Chaves Zelaya, Raul Oscar Zelaya Chaves e Vera Lúcia Chaves Zelaya. Desenvolveu diversas atividades laborais

para a sua sobrevivência financeira. Primeiramente, implanta um estúdio de fotografias o “Foto Neiva”, onde desenvolve a atividade de fotografa e faz a revelação das fotos.

Por causa de problemas respiratórios decorrentes da revelação das fotografias, Neiva se desfaz do estúdio de fotografias e compra uma pequena chácara na cidade de Ceres – GO. Contudo as dificuldades relativas à manutenção da chácara fizeram com que Neiva a vendesse e fizesse a compra de seu primeiro caminhão no qual ela realizava entregas e fretes. Neiva, é a primeira mulher a tirar a Carteira Nacional de Habilitação para a condução de caminhões, sendo a primeira caminhoneira do Brasil.



Revista Caminhoneiro no Instagram; Disponível em: <https://www.instagram.com/p/Bf-iku4lzGc/> acessado em: 05/02/2019 às 16:57 hs (apud SANTOS P.27)

Em uma de suas viagens, Neiva tem seu caminhão roubado, se muda para a cidade de Morrinhos - GO onde passa a exercer a profissão de costureira e em 1954 muda-se novamente para Goiânia onde passa a trabalhar como motorista de ônibus coletivo e nas suas horas vagas, como repórter. Realizando essas duas atividades, consegue juntar a quantia suficiente para a compra de seu segundo caminhão por volta do ano de 1957. Com seu caminhão e sob influência dos contatos políticos feitos ainda à época de seu casamento, Neiva passa a trabalhar na construção da capital brasileira, como “candanga” fazendo o transporte de material para o local.

Aproximadamente no ano de 1958, Neiva que durante toda vida professou a fé católica por volta dos 30 anos de idade se descobre médium, fato que a mesma não reconheceu de início, buscando vários tratamentos tanto espirituais como psiquiátricos. Sem sucesso e após entender do que se tratava a mediunidade, Tia Neiva passa a desenvolvê-la, chegando ao que acreditam os adeptos do movimento a fazer uma

faculdade para a sua preparação mediúnica com um monge Tibetano, ele no Tibet e ela no Brasil. As aulas aconteciam enquanto Tia Neiva estava no seu processo de “transe” mediúnico.

A escolha do local para a implantação do movimento após a preparação de Neiva, não foi a cidade de Planaltina. A primeira comunidade do Vale do Amanhecer situava-se na Serra do Ouro, próximo à cidade de Alexânia – GO, essa comunidade fixada na região de Goiás por Tia Neiva chamava-se “União Espiritualista Seta Branca” – UESB, o templo ainda passou por diversas cidades do Goiás até após algum tempo e sobre o que os adeptos acreditam ter sido orientações espirituais é que ela implanta o Templo na Cidade Satélite de Planaltina-DF no ano de 1969.

O Vale do Amanhecer caracteriza-se por ser um organismo apolítico e beneficente, sem a cobrança de dizimo e nem mesmo de quantias por trabalhos espirituais realizados. Sendo mantida por seus adeptos bem como da venda de artigos e lanches em suas cantinas. O seu caráter beneficente, que se refere à pratica da caridade é vista por SANTOS (2019) como a característica que faz o movimento crescer, resistir e ganhar ainda mais adeptos e visitantes. Visto que o lema difundido pela sua fundadora, bem como de seus seguidores é a prática do “amor incondicional, da tolerância, e da humildade”

O primeiro templo do Vale do Amanhecer na cidade de Planaltina foi construído em condições mais simples, em um número de aproximadamente 45 dias, guiado pelo que os adeptos e Neiva diziam ser orientações dos planos espirituais. Atualmente o território que compreende o primeiro templo do Vale do Amanhecer no Brasil, chamado de Templo Mãe, é composto por uma população de cerca de 25 mil pessoas, sendo a comunidade conhecida como a “cidade do Vale d Amanhecer”. O território também está dentro de uma área de proteção ambiental, e desde o ano de 2010 o Vale do Amanhecer é considerado Patrimônio Cultural e Imaterial do povo brasileiro, contemplado pelo Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional-IPHAN, com um volume de inventário.

Após a instituição do primeiro templo e com o aumento de seus adeptos o Vale do Amanhecer passa a se difundir, expansão que se dá gradativamente para os outros estados brasileiros. Chegando no Estado de Pernambuco na década de 1970, o Vale do Amanhecer também é levado para o Estado da Paraíba, que registra seu templo mais antigo na cidade de Santa Rita, que posteriormente é transferido para a cidade de Bayeux, que nos dias atuais é considerado o templo mais antigo do estado em funcionamento sem interrupção.

As pesquisas realizadas a nível de mestrado no Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Campina Grande intitulado “SIMBOLOGIAS, RITUAIS E REPRESENTAÇÕES: EXPRESSÕES DO MOVIMENTO DOUTRINÁRIO E RELIGIOSO VALE DO AMANHECER NA PARAÍBA - 1980 a 2015”, buscou analisar a expansão do movimento para o estado da Paraíba a partir da influência exercida tanto pelo templo de Olinda em Pernambuco, considerado o mais antigo desse estado, quanto as influências exercidas pelo Templo Mãe.

Segundo antropólogos e sociólogos o Vale do Amanhecer é considerado um Movimento New Age Popular, ou Movimento da Nova Era, que se caracterizam por ser em grande medida movimentos religiosos que combinam traços híbridos e a ideia de evolução do indivíduo para a passagem para o terceiro milênio, para a Nova Era.

“De fato, a NA no Brasil, adquire uma face própria que culmina com o que chamaremos de New Age Popular – NAP –, presente em movimentos como o Vale do Amanhecer, as religiões ayahuasqueiras de modo geral, a Umbanda Mística, a Legião da Boa Vontade entre outros – emergindo de forma plural e eminentemente sincrética, em constante diálogo com as religiões já estabilizadas no campo religioso. (OLIVEIRA apud SANTOS, p.43, 2019)”

O hibridismo cultural do Vale do Amanhecer está presente em basicamente todos os aspectos da sua construção, tanto no que se refere aos aspectos físicos e visuais como as imagens e as insígnias, como também no imaginário da sua constituição espiritual. É dotado de cores e signos inspirados em diversos momentos da história da Humanidade, e de várias civilizações:

A doutrina integra traços do catolicismo romano, catolicismo popular, religiões de matriz africana, hinduísmo, figuras orientais, espiritismo com base em Allan Kardec, traços relacionados aos povos andinos (Astecas, Incas e Maias), menções aos Gregos, egípcios, ciganos, escravos, europeus, dentre outros. Esse hibridismo existente para os integrantes da doutrina é entendido e explicado a partir de uma herança transcendental a qual os mentores (espíritos evoluídos) e mestres são regidos, essa herança transcendental tem como princípio norteador a reencarnação. (SANTOS p.44 2019)

O hibridismo ainda se faz presente nas preces, nos cantos, nas indumentárias. Símbolos que podem ter sido combinados a partir da vivência pessoal de Tia Neiva, das influências que ela recebe do cinema e das artes por exemplo mas que para os adeptos teriam sido recebidos dos planos espirituais pelos mentores de Tia Neiva, espécies de anjos da guarda que estão ligados à figura de Jesus Cristo pelo princípio de

reencarnação e do carma em algum momento da história do movimento e que se dispõem a prestar a caridade espiritual no movimento.

Além da mistura inerente a história das civilizações, o Vale do amanhecer também recebe influência do panorama das religiões existentes no Brasil, como as de matrizes africanas, o espiritismo e o catolicismo, bem como influências das religiões orientais. É um objeto bastante amplo no que se refere as possibilidades de análise.

Nesse sentido, a pesquisa realizada a nível de Mestrado teve como eixos centrais a expansão do movimento para o estado da Paraíba como falamos anteriormente, e se dividiu em 3 capítulos: o primeiro relativo ao que é o movimento e como ele se instituiu no Brasil a partir da sua fundadora, Tia Neiva, contando um pouco da sua história pessoal e de como o movimento se constitui como objeto híbrido. Outra característica pertinente a este capítulo é a utilização das imagens que são analisadas como representações do imaginário do que se constitui a Doutrina do Amanhecer.

O segundo capítulo centraliza a sua análise nos templos Olinda do Amanhecer situado em Dois Irmãos – PE, sendo Pernambuco um dos estados brasileiros com maior números de templos ativos, cerca de 40 templos.

Já no que se refere a Paraíba, a quantidade de templos é de aproximadamente 17 templos em funcionamento, onde o primeiro templo é instalado sobre a influência do idealizador do templo de Olinda, Mestre Inácio de Loyola primeiramente na cidade de Santa Rita-PB e posteriormente na cidade de Bayeux-PB, cidades que integram a região metropolitana da capital paraibana, João Pessoa.

O referido templo de Bayeux, está nos dias atuais sob a presidência de José Vieira Rolin, segundo dados colhidos no mesmo endereço eletrônico descrito acima, o templo funciona nas segundas, quartas, sábados e domingos. Caracteriza-se por ser um templo iniciático, característica que atrai parte dos seguidores do estado para os rituais de iniciação, visto que poucos templos exibem condições para os rituais de iniciação a que se submetem os integrantes. Como podemos perceber no depoimento de José Rolin, fica claro a sua intenção de demonstrar que com o tempo passar do tempo o templo teve seu crescimento acentuado e que hoje, ele tem uma quantidade relativa de mestres disponíveis e ativos para a realização dos rituais. Quando o mesmo enfatiza em sua fala “nós formamos assim até hoje um mestrado muito maior, muito preparado, mais preparado, a doutrina cresceu muito.” (Rolin apud Santos (2017) apud SANTOS 2019, p.65-66)

A pesquisa também menciona outros templos como o templo de Massaranduba-PB onde foram colhidos depoimentos orais dos integrantes, e de seu presidente, em uma

leitura simples, uma espécie de “sacerdote” que conduz o templo. Sendo que cada templo do Vale do Amanhecer tem seu próprio Presidente. Este passa anos em preparação até que assuma a responsabilidade de instituir um novo templo.

O terceiro capítulo da pesquisa por sua vez, trata-se da análise comportamental dos integrantes do movimento, no que se refere à adaptação do seu cotidiano para a realização dos trabalhos espirituais. Levando em consideração os depoimentos de alguns adeptos que dizem respeito à como se sentem ao integrar a doutrina e até mesmo as relações de preconceito e intolerância existentes por parte de membros de outras religiões, cenário bastante comum, recorrente, discutido e amplamente divulgado quando se trata de uma sociedade excludente, como é o caso da sociedade brasileira.

Sobre o preconceito podemos observar o que consta na composição analítica da pesquisa de SANTOS (2019):

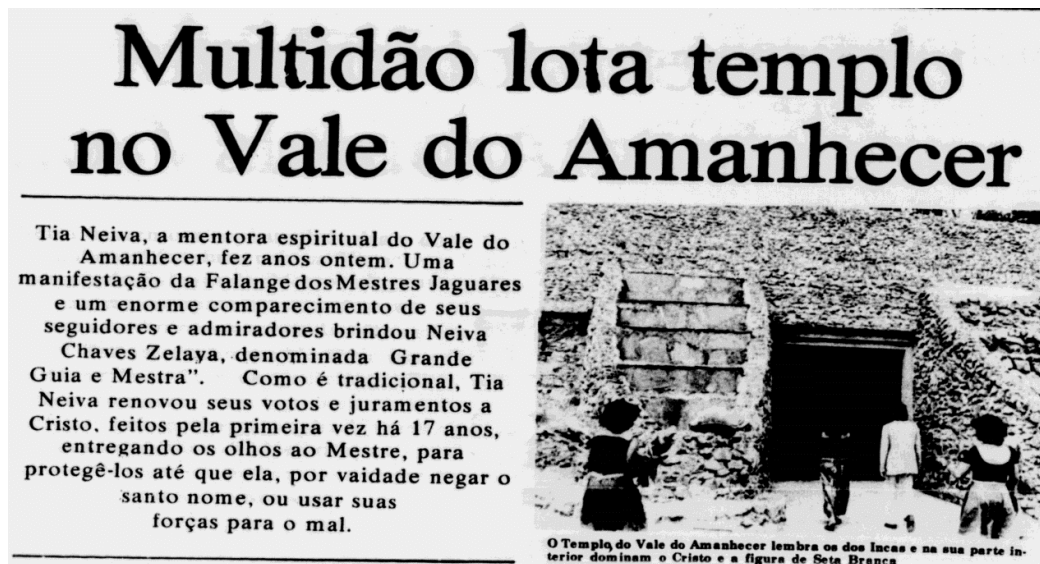
No caso do Vale do Amanhecer, os casos mais comuns que identificam-se com relação a discriminação e preconceito estão relacionados à certa confusão no que diz respeito à doutrina, muitas pessoas colocam o Vale do Amanhecer como uma seita que pratica rituais satânicos, muitos deles atribuídos em grande medida aos rituais de matrizes africanas, que como bem sabemos, tem na umbanda e no candomblé o culto aos orixás, as falanges e aos seus ancestrais, o que nos revela também um certo cuidado por parte dos adeptos do amanhecer de se auto identificarem sempre diferenciando-se das práticas afro. Assinalando de certa forma o preconceito com o povo de Umbanda e Candomblé, ou se não o preconceito, mas um certo cuidado em não se confundir, como por exemplo foi efetuado por parte dos espíritas kardecistas, que em grande medida também foram confundidos com os membros de Umbanda e Candomblé no início do século XX. (SANTOS 2019 P. 101)

Revelando, a forma como o preconceito se manifesta aos membros do movimento, e que é reflexo do preconceito cometido por parte da sociedade aos membros das religiões de matriz africana no Brasil e não só a esse tipo de religião, visto que observamos ataques também a outras religiões como o catolicismo, judaísmo, budismo e o neopetencostalismo, sendo a intolerância religiosa uma questão estrutural da sociedade brasileira que tem como característica o ataque ao que é diferente da prática social de um grupo específico em relação à outro grupo.

Para a composição da pesquisa além dos métodos de história oral e da análise dos documentos/boletins/manuais da doutrina, também se fez o uso de fontes como os Jornais Correio Brasiliense e do Diário de Pernambuco que exibiram matérias sobre a implantação, manutenção e institucionalização dos templos. Nesse sentido, o conjunto

das fontes dos jornais mencionados acima, dos livros e manuais próprios da doutrina e dos depoimentos orais foram elementos essenciais na construção da pesquisa.

Como é o caso da matéria abaixo:



Matéria veiculada no Jornal Correio Braziliense, no ano de 1975, que fala sobre a quantidade de pessoas que visitaram o templo no dia do Doutrinador, Aniversário de Tia Neiva. Jornal utilizado dentro das políticas de direitos autorais descritos na Constituição Federal de 1988. Apud SANTOS 2019 p. 39

Na matéria podemos observar o Vale do Amanhecer ocupando espaço de destaque no Jornal Correio Braziliense que se refere a quantidade de pessoas que visitam o templo no ano de 1975. Assim como essa matéria, outras também são utilizadas na composição da pesquisa.

Enfim, o presente artigo pretendeu analisar de forma breve os resultados obtidos nas pesquisas realizadas por Santos desde o ano de 2015, em nível de graduação e mestrado, mostrando o que é o Movimento Doutrinário e Religioso Vale do Amanhecer e as suas principais características que incluem desde o hibridismo cultural e religioso, bem como as características aos quais ele foi implantado e instituído por sua idealizadora Tia Neiva, e passa pela expansão para os demais estados brasileiros.

O Vale do amanhecer se constitui como um objeto amplo no que se refere as possibilidades de análise e uso das fontes, metodologias e da própria teoria que está para a prática religiosa, por esse motivo indicamos o nosso interesse pela continuidade dos estudos referentes à temática.

REFERÊNCIAS

_____. "Fronteiras culturais: barreiras e contatos". In: Revista Cult. São Paulo, abril/2007.

_____. **Hibridismo Cultural**. São Leopoldo: Ed. Unisinos, 2006.

ÁLVARES, Bálamo. **Tia Neiva** – Autobiografia Missionária. Brasília: s/n, 1992.

ALVES, José Claudio Souza; Vásquez, Manuel A. O vale do Amanhecer em Atlanta, Geórgia: negociando identidade de gênero e incorporação na diáspora. In: **A diáspora das Religiões Brasileiras**, Ideias e Letras, São Paulo, 2016.

CALDEIRA, Mestre. **Acervo Doutrinário da Clarividente do Adjunto Yucatã**. Vale do Amanhecer, Volume I, 1984.

CARVALHO, José Jorge. "Idéias e imagens na tradição afro-brasileira. Para uma nova compreensão dos processos de sincretismo religioso. "Humanidades 9.1: 67-83.

CAVALCANTE, Carmen Luísa Chaves. **Xamanismo no vale do amanhecer: o caso tia Neiva**. Annablume Editora, 2000.

CHARTIER, Roger. **História cultural: Entre Práticas e Representações**. DIFEL/SA 2002.

CHARTIER, Roger. **O mundo como representação**. Estudos avançados, v. 5, n. 11, p. 173-191, 1991.

DEIS, Siqueira; et al. **Vale do Amanhecer. Inventário Nacional de Referências culturais**. Superintendência do Iphan no Distrito Federal. Brasília, 2010.

OLIVEIRA, Amurabi Pereira de. **Da Nova Era à New Age Popular: as transformações no campo religioso brasileiro**. Revista Caminhos-Revista de Ciências da Religião, v. 9, n. 1, p. 141-157, 2011.

OLIVEIRA, Amurabi Pereira de. **Dinâmicas culturais e relações de reciprocidade no Vale do Amanhecer: um estudo de caso sobre o templo de Campina Grande–PB**. Campina Grande. Diss. Dissertação (Mestrado e Ciências Sociais), Universidade Federal de Campina Grande, 2008.

REIS, Marcelo Rodrigues dos. **Tia Neiva: A trajetória da líder religiosa e sua obra, O Vale do Amanhecer (1925- 2008)**. Universidade de Brasília, Brasília, 2008.

Relatório sobre intolerância e violência religiosa no Brasil (2011- 2015): resultados preliminares / Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial, da Juventude e dos Direitos Humanos; organização, Alexandre Brasil Fonseca, Clara Jane Adad. – Brasília: Secretaria Especial de Direitos Humanos, SDH/PR, 2016. 146 p.: il. color. 30 cm. ISBN: 978-85-60877-51-5.

SANTOS, Jessica Kaline Vieira. **Simbologias, rituais e representações: expressões do movimento doutrinário e religioso Vale do Amanhecer na Paraíba - 1980 a**

2015. 2019. 112 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Centro de Humanidades, Universidade Federal de Campina Grande, Paraíba, Brasil, 2019.

SANTOS, Jessica Kaline Vieira. **Vale do amanhecer: representações, cotidiano e experiências doutrinárias do Templo Odevanto (Massaranduba-PB).** 2017.

O MOVIMENTO MESSIÂNICO DA SERRA DE JOÃO DO VALE: UM ESTUDO SOBRE O MESSIANISMO E A FABRICAÇÃO DA RELIGIOSIDADE POPULAR.

Vikelane Maria de Oliveira Silva¹⁷⁶

RESUMO: À medida que surge a construção intelectual de uma cultura popular nordestina, é possível pensar uma fabricação de uma religiosidade popular nordestina pela qual as manifestações religiosas no sertão são vistas e ditas de forma pejorativa. A partir de uma elite letrada essas práticas religiosas foram construídas por meio de um binômio sertão/ fanatismo. Sendo assim, este trabalho propõe uma discussão acerca do sertão enquanto espaço de uma religiosidade popular a partir dos movimentos messiânicos (tomando como referência o *movimento messiânico da Serra de João do Vale*), utilizaremos como base para a discussão teórica, as seguintes obras: “*A feira dos mitos: a fabricação do folclore e da cultura popular (nordeste 1920 – 1950)*” de Durval Muniz de Albuquerque Júnior, e “*Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade*” de Nestor Garcia Canclini.

PALAVRAS-CHAVE: Religiosidade Popular. Sertão. Messianismo. Hibridismo.

INTRODUÇÃO

Ao longo da História tradicional os movimentos religiosos receberam várias designações, até pejorativas, denominados muita das vezes como fanatismo religioso relacionados a uma religiosidade popular da qual o sertão nordestino era o berço. A maioria das abordagens esqueciam de analisar o messianismo a partir de uma dimensão simbólica, relacionando os movimentos messiânicos a uma mera luta de classes, onde sertanejos revoltosos lideravam movimentos contra uma ordem vigente, a exemplo de Rui Facó que em seu livro “*fanáticos e cangaceiros: gênese e lutas*” atribui os movimentos messiânicos a uma manifestação causada pelo monopólio da terra nos sertões. Segundo Cristina Pompa (2004), até mesmo as ciências sociais não mostraram muito interesse pelo aspecto propriamente religioso dos movimentos messiânicos.

Outro ponto a ser tratado neste trabalho, é a análise do sertão enquanto espaço de uma religiosidade popular, não nos esquecendo que no Brasil, a maioria desses movimentos foram registrados no sertão nordestino, sendo conhecidos tradicionalmente como movimentos de fanáticos. É importante ressaltar que muitos estudos sobre os movimentos messiânicos acabam por analisa-los como se eles não fizessem parte de

¹⁷⁶ Mestranda em História dos Sertões, Universidade Federal do Rio Grande do Norte. E-mail: vikelane20@gmail.com

uma espacialidade específica, sendo assim, despertamos, na tentativa de compreender as relações do sertão com o surgimento dos movimentos messiânicos.

Vale ressaltar que por muitas vezes os movimentos messiânicos foram estudadas de forma geral, onde suas especificidades sequer foram avaliadas, sendo assim, analisaremos o movimento messiânico da Serra de João em suas especificidades, nos apropriando do conceito de *Hibridismo* de Garcia Nestor Canclini para retratar um sertão híbrido, onde as práticas religiosas são híbridas (por este motivo foram construídas como pertencentes a uma religiosidade dita popular) , culminando na construção do que podemos chamar de *um movimento messiânico híbrido*¹⁷⁷.

Ao surgir em sua maioria no sertão, os movimentos religiosos, foram de forma grotesca, associados a casos de fanatismo, é o caso do movimento messiânico da Serra de João do Vale, objeto de estudo neste trabalho, que foi nomeado por Luís da Câmara Cascudo de “*Os fanáticos da Serra de João do Valle*”. Cascudo não foi o único que se utilizou de termos pejorativos para nomear os movimentos ditos messiânicos, o próprio Rui Facó¹⁷⁸ denomina-os de ceitas.

Desta forma, chegamos à conclusão de que a constituição destes movimentos enquanto casos de fanatismo, sempre relacionando o sertão como espaço onde habitava o atraso, e a desordem, foi uma construção intelectual da qual fabricaram a ideia de religiosidade popular, da qual trataremos mais adiante. Assim como a cultura nordestina é fruto de uma construção intelectual, da qual Durval Muniz discute em seu livro “*A feira dos mitos: a fabricação do folclore e da cultura popular (nordeste 1920 – 1950)*” a ideia de religiosidade popular para tratar das movimentos messiânicos no sertão nordestino foi construída por uma elite letrada a partir de um dada época, o que nos permitirá analisar o contexto de emergência desses discursos.

No final dos anos de 1950 e nos primeiros de 1960, impulsionados por uma ampla revisão comparativa à qual a sociologia e a antropologia se submeteram, internacionalmente, os estudos sobre os movimentos religiosos sofreram significativas atualizações, pelas quais surgiram novas releituras, no Brasil. Novos termos surgiram para denominar os movimentos religiosos, a exemplo do termo *messianismo* evidenciado nos estudos da socióloga, Maria Isaura Pereira de Queiroz. Apesar destes avanços, a dificuldade dos estudos sobre os movimentos religiosos ainda permanece atualmente,

¹⁷⁷ Termo que usei para denominar o movimento messiânico da Serra de João do vale, já que se trata de um movimento que surge a partir do hibridismo de práticas religiosas.

¹⁷⁸ Para uma análise mais profunda leia o livro *Cangaceiros e fanáticos: gênese e lutas*.

um deles é “o problema da definição”, mas se utilizarmos do termo “movimento messiânico” evidenciado através dos estudos de Maria Isaura, que quebra com as designações pejorativas que levaram a muitos desses movimentos a serem vistos e ditos como desvio de conduta.

SERTÃO: UMA CONSTRUÇÃO HISTÓRICA E DISCURSIVA

Antes de aprofundarmos as discussões sobre o sertão e os movimentos messiânicos e a fabricação de uma religiosidade dita popular, se faz necessário compreendermos o sertão enquanto uma construção, quando falo de construção, estou aqui me referindo a processos históricos e discursivos que contribuíram para a constituição desta visão posta e dada sobre o sertão.

Durval Muniz de Albuquerque Júnior (2013) em seu livro “*A feira dos mitos: a fabricação do folclore e da cultura popular (nordeste 1920 – 1950)*” propõe uma discussão acerca da cultura nordestina enquanto uma construção histórica e discursiva, a partir das quais nos apropriaremos para tratarmos, aqui, do sertão enquanto fruto de uma fabricação histórico- discursiva, pela qual emergiram diversas representações do seria “sertão”.

No que se refere ao sertão como uma construção histórica, Janaína Amado (1995), afirma que o sertão está presente desde o século XVI em relatos de viajantes que visitavam o Brasil¹⁷⁹. De certo que “sertão”, foi designado, ao longo do tempo, como áreas despovoadas do interior do Brasil, uma oposição ao litoral e a ideia de progresso. O sertão em toda sua construção histórica, foi carregado de sentidos pejorativos: lugar onde habitava a desordem, ou até mesmo de terras de fanáticos, ao se tratar dos movimentos messiânicos no sertão.

A partir do século XX, o sertão ganha evidência nas construções historiográficas, que tinham como base o discurso de nação, sendo assim, o sertão deixa de ser apenas um identificador de um espaço físico-geográfico, para assumir um conjunto de sentidos e significações. Foi a partir do Instituto Historiográfico Brasileiro que muitos historiadores se dedicaram a conceituar o que seria “sertão”. (Amado, 1995).

No Brasil, as imagens de sertão vão se transformando de acordo com o período histórico; por ser este um conceito abrangente e movente, será utilizado de diversas formas de acordo com os interesses e

¹⁷⁹ Para um estudo mais aprofundado leia o artigo *Região, Sertão e Nação* de Janaina Amado.

as conveniências tanto de uma elite intelectual quanto do artista popular que produz opiniões e pensamentos sobre o país. (VASCONCELOS, 2014 P.2012).

Assim como Durval Muniz atribui aos folcloristas, a construção da ideia de cultura nordestina, Vasconcelos também parte da ideia do sertão enquanto uma construção de uma elite intelectual, pela qual são produzidas representações do sertão que são transformadas ao longo do tempo histórico.

É a partir do sertão, esta espacialidade construída de forma histórica e discursiva que propomos, adiante, uma discussão acerca dos movimentos messiânicos, especificamente *o movimento messiânico da Serra de João do Vale* e a construção de uma religiosidade popular. Este trabalho também trata de analisar as motivações históricas que levaram a se construir uma dada forma de ver e dizer o sertão e os movimentos messiânicos. (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2013).

SERTÃO: O PALCO DOS MOVIMENTOS MESSIÂNICOS NO BRASIL

É indiscutível que o sertão brasileiro foi berço dos movimentos messiânicos no Brasil, no sul do país, ou no Nordeste, o sertão foi o espaço de construção destes movimentos. Poderíamos citar uma diversidade de movimentos messiânicos que teve desfecho em sua maioria no do Nordeste, *Canudos (BA)*, *Serra do Rodeador (PE)*, *O Calderão (CE)*, *Juazeiro (CE)*, *Nazaré do Bruno (MA)*, *Serra de João do Vale (RN)*.

O sertão dos movimentos messiânicos, foi concebido enquanto um espaço estático, atrasado, um empecilho à modernidade. As práticas religiosas no sertão fugiam da oficialidade, eram vistas como um entrave a ordem do progresso, por isso, eram tidas como fanáticas e irracionais. O movimento da Serra de João do Vale em 1898, por exemplo, foi denominado como um movimento de fanáticos, percebemos então, que este binômio fanatismo/ sertão, acompanha a construção dos movimentos messiânicos no sertão nordestino, assunto que trataremos mais adiante.

Durante o estudo dos movimentos religiosos no sertão, inúmeras foram as abordagens que tentavam analisa-los. No Brasil podemos citar três abordagens de estudo dos movimentos religiosos, a psicossocial que interpretavam as práticas religiosas dos sertanejos como desvio e desordem, e a marxista onde estudiosos como, Rui Facó viam nos movimentos religiosos uma luta de classes, onde os sertanejos se utilizavam destes movimentos para intervir na política.

Na maioria dessas abordagens, percebemos que os movimentos religiosos foram estudados a partir de um ponto de vista político, social e econômico, deixando de lado aquele que sem dúvida é o ponto chave de análise desses movimentos, a esfera do religioso. Para a pesquisadora, Cristina Pompa (204, p.75), “O religioso, o simbólico, parece não ter o mesmo estatuto explicativo do político, do social, do econômico, do psicossocial e assim por diante”.

Para Cristina Pompa (2004) a sociologia foi a responsável por superar definitivamente a tendência a classificar os movimentos religiosos sertanejos no quadro de uma patologia social desviante reconduzindo-os a uma lógica social, pela qual estes movimentos recuperam seu caráter de "normalidade" ou, até, de necessidade.

Cabendo destaque para a socióloga, Maria Isaura Pereira de Queiroz, que em 1965 lança seu livro “*O messianismo no Brasil e no mundo*”, um divisor de águas para os estudos dos movimentos messiânicos no Brasil, em seu livro Maria Isaura faz uma análise comparativa desses movimentos, elencando 4 categorias de movimentos messiânicos no Brasil:

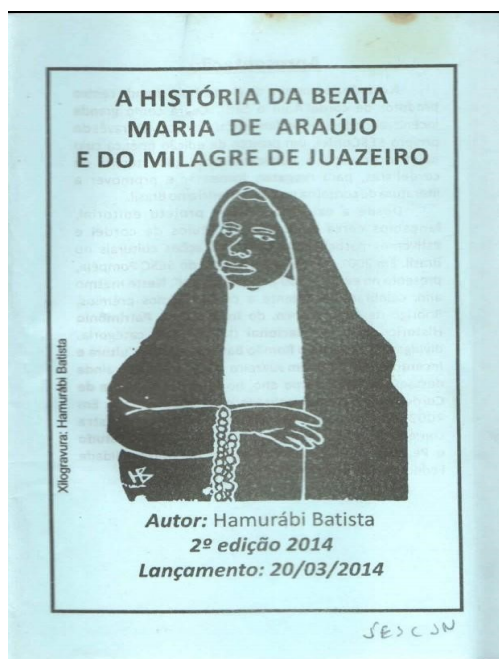
1. *Movimentos indígenas*: a exemplo da Terra-sem-males dos povos tupis;
2. *Movimentos sincréticos* caboclos, como as santidades;
3. *Messianismos rústicos ou camponeses*: aqueles que surgiram no sertão nordestino, os quais são maioria;
4. *Movimentos messiânicos urbanos*, aqueles mais raros, como o movimento de Yokaanam no Rio e em Brasília.

Por se tratar de movimentos que ocorreram em sua maioria no sertão do nordeste brasileiro, onde predominava uma cultura concebida como “rústica” Maria Isaura denomina-os de “movimentos rústicos”. Sendo assim, é interessante partirmos para uma discussão do aspecto religioso destes movimentos tomando as práticas religiosas no sertão como ponto de partida. Se deter sobre o estudo das práticas religiosas no sertão, é se debruçar sobre o termo/conceito de *religiosidade popular*. Aos moldes que uma elite intelectual do final do século XIX e início do XX, através de seus escritos, delinearam e instituíram o que deveria ser visto e dito como sendo uma cultura popular nordestina, as práticas religiosas no sertão também são dadas a serem vistas e ditas enquanto uma religiosidade dita popular. (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2013). Sobre a definição da expressão/ conceito de religiosidade popular, Martha Abreu afirma:

Outra marca que esta expressão/ conceito carrega, é a de reunir um conjunto de comportamentos, sempre vistos em oposição (ou subordinados) a algo considerado correto e oficial. Existiria uma religiosidade popular em termos de uma religiosidade não oficial, erudita e resistente às iniciativas dos mais críticos ou de seus perseguidos. (ABREU, P.83).

A religiosidade no sertão se configura enquanto um conjunto de práticas religiosas que se opõem ao catolicismo oficial, sendo construída como uma religiosidade popular, tomando como referências as discussões de Canclini, (2008) o popular, aqui, é o excluído, o pré-moderno, o subsidiário.

Por meio da literatura de cordel, um gênero literário que foi construído enquanto um “signo de nordestinidade” (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2013, P. 28), responsável por criar inúmeras representações acerca do sertão, percebemos o sertão sendo retrato enquanto espaço de uma religiosidade dita popular. Onde se configuram práticas religiosas que se opõem ao catolicismo oficial.



Fonte: cordel “A história da Beata e do milagre de Juazeiro.”. Hamurábi Batista. 2014.

No cordel “A história da Beata e do milagre de Juazeiro” o cordelista, Hamurábi Batista narra em versos a história da beata Maria de Araújo que ao manifestar em seu corpo sinais como sangue jorrando das mãos enquanto segurava uma hóstia, é duramente perseguida pela Igreja Católica. Por meio deste cordel percebemos a representação desse sertão da religiosidade dita popular, onde as práticas religiosas se

opõem a uma oficialidade e por este motivo são vistas como desviantes, a exemplos os movimentos messiânicos.

O MOVIMENTO MESSIÂNICO DA SERRA DE JOÃO DO VALE: O HIBRIDISMO DE PRÁTICAS RELIGIOSAS NO SERTÃO NORDESTINO

Em 1965 ao publicar seu livro “O messianismo no Brasil e no mundo”, Maria Isaura elenca, classifica, compara, e analisa uma gama de movimentos messiânicos que aconteceram no Brasil, entre eles ela cita no apêndice de seu livro, alguns movimentos que não foram estudados por falta de uma documentação *exígua*, como a mesma destaca em uma nota nas últimas páginas de seu livro. Entre esses movimentos não estudados por falta de documentação está *O movimento messiânico da Serra de João do Vale* que hoje constitui-se objeto de discussão neste trabalho.

O movimento messiânico da Serra de João do Vale surgiu no sertão da Província do Rio Grande do Norte nos anos finais do século XIX em torno da figura de um homem chamado Joaquim Ramalho que em uma tarde como qualquer outra, passeava no pátio de sua casa, quando de forma brusca começou a ter náuseas, e gorgolhar vômitos, caindo de bruços sobre o chão batido de barro. A família correu, o acudiu, com os olhos arregalados ele começou a cantar, enquanto os que estavam presentes, atônitos, ouviam no silêncio da tarde, aquele canto. Era como se fosse uma ladainha, após retornar daquela vertigem, Joaquim Ramalho afirmou que nada recordava. (CASCUDO, 1941).

Com o passar dos dias as manifestações continuaram, as notícias se espalharam, e um arraial crescia enquanto a vida ia sendo desorganizada ao redor, trabalhadores e vaqueiros largavam o serviço para andar cantando, com uma vela na mão, acompanhando Joaquim Ramalho, vestido num *chambre branco de chita*. (CASCUDO, 1941).

Segundo Cascudo (1941), Joaquim Ramalho estava certo de sua missão, havia lido Alan Kardec e Missão Abreviada¹⁸⁰, o que nos leva a compreender que este movimento surge de um hibridismo religioso que entrelaçam práticas religiosas do espiritismo com o catolicismo, o que atribui ao movimento características específicas.

¹⁸⁰ Um dos livros mais editados em Portugal em 1876 do padre Manuel J. C. Couto, referência fundamental para a pregação capuchinha no sertão e texto obrigatório daquela que Câmara Cascudo chama "a biblioteca do sertão", o repertório no qual os beatos e conselheiros do sertão se inspiravam para seus sermões.

Segundo Canclini (2008), hibridação são processos culturais nos quais práticas discretas que antes existiam de formas separadas, se combinam formando novas estruturas e práticas, neste caso as práticas do espiritismo e do catolicismo que antes existiam de formas separadas, agora se entrelaçam formando novas práticas religiosas. Sendo assim, “a palavra hibridação (hibridismo) aparece mais dúctil para nomear não só as combinações de elementos étnicos ou religiosos.” (CANCLINI, 2008, P.29).

Pensar este movimento a partir do conceito de *hibridismo*, é pensa-lo como um entrelace dessas práticas religiosas, “é nesses cenários (híbridos) que desmoronam todas as categorias e os pares de oposições convencionais (subalterno/hegemônico, tradicional/moderno) usados para falar do popular” (CANCLINI, 2008, P.283). O hibridismo não é apenas um conceito que torna possível pensar práticas religiosas que se unem na construção de outras práticas, mas é um termo que põe abaixo todos os pares de oposições usados para falar e vê a religiosidade popular.

À medida que o arraial crescia, ele tornou um entrave ao governo da época, o medo que acontecesse o mesmo em Canudos fez com que as elites locais denunciassem o movimento para o governo do Desembargador Joaquim Ferreira Chaves que em 1899 designa o tenente Francisco Justino de Oliveira Cascudo¹⁸¹ para uma missão, prender Joaquim Ramalho, e dispersar seus seguidores pondo fim ao movimento.

OS FANÁTICOS DA SERRA de JOÃO DO VALLE¹⁸²: UMA CONSTRUÇÃO INTELECTUAL

Em seu livro “*A feira dos mitos: a fabricação do folclore e da cultura popular (nordeste 1920 – 1950)*”, Albuquerque Júnior apresenta a ideia de Cultura Nordestina como uma fabricação de uma elite intelectual decadente (os folcloristas), durante o processo de declínio econômico e político decorrente da transição entre o regime monárquico para o republicano no final do século XIX e início do XX em que, homens letrados, ligados à elite como Luís da Câmara Cascudo, passam a se ocupar de assuntos ligados ao povo, principalmente por meio do estudo do folclore. Com a instalação da República, segundo Durval “o povo se torna uma noção central para os discursos no período”. (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2013, P.47).

¹⁸¹ Pai de Luís da Câmara Cascudo.

¹⁸² Título do artigo de Câmara Cascudo publicado em 1941 na Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte.

Segundo Canclini (2008, p.212), em seu livro *“Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade”* “No Brasil o estudo do folclore se faz principalmente fora das universidades, em centros tradicionais como os institutos históricos e geográficos, que têm uma visão anacrônica da cultura e desconhecem as técnicas modernas do trabalho intelectual. Foi a partir do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro que uma elite intelectual construiu uma visão retrógrada tanto da cultura como da religiosidade daqueles que habitavam nos sertões do país. Veremos a seguir nas próximas discussões os exemplos de membros de uma elite letrada como Luís da Câmara Cascudo que a partir dos Institutos Histórico e Geográficos do Brasil, constroem uma ideia de cultura/religiosidade popular nordestina.

Essas discussões nos dão respaldo para pensarmos a ideia de religiosidade popular nordestina a partir de uma construção, onde sertão e fanatismo relacionam-se em um binômio pelo qual o sertão é visto enquanto um espaço arcaico. Desta forma podemos pensar o movimento messiânico da Serra de João do Vale enquanto uma fabricação intelectual, onde um homem ligado a uma elite, constrói discursos sobre as manifestações religiosas no sertão, associando-as ao termo fanatismo. É importante ressaltar que esse processo de fabricação do sertão enquanto um espaço onde há uma cultura e uma religiosidade ditas populares opõe tradição e modernidade.

Desde Canudos percebemos uma elite letrada que se aproxima das manifestações religiosas tentando defini-las muitas vezes como caso de fanatismo. (Pompa, 2004) entre esses grupos de intelectuais está Câmara Cascudo que ao se tornar o primeiro a escrever sobre o movimento messiânico da Serra de João do Vale nomeia-o como “Fanáticos da Serra de João do Valle” em um artigo escrito em 1941 para o Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, do qual era sócio efetivo. Em seu artigo, Cascudo além de narrar o desfecho o movimento deste movimento propõe um estudo sobre estas manifestações populares as quais ele denomina de reuniões *fanáticas*. (CASCUDO, 1941, P.45). Além de dá nome ao movimento, Cascudo contribui na fabricação da ideia de religiosidade popular nordestina, nos possibilitando analisar o binômio sertão/ fanatismo enquanto uma construção intelectual quase indissolúvel.

SERTÃO E FANATISMO: UM BINÔMIO RESISTENTE

A partir do artigo escrito por Cascudo para o Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte sobre o movimento messiânico da Serra de João do Vale, podemos

perceber que a palavra fanatismo está intimamente associada ao movimento. Esse termo fanatismo não só está ligado ao movimento, mas torna-se um binômio sertão/fanatismo por meio do qual o sertão é visto como um território de fanáticos, onde sua população vista como ignorante, é fanatizada por beatos.

Desde Euclides da Cunha, enquanto o Estado nacional se preocupou em esmagar manifestações tão "desviantes" de uma parte significativa da população, a cultura letrada brasileira se aproximou dessas manifestações populares de uma forma ambígua, entre a estranheza piedosa em face do incompreensível "fanatismo" e o esforço de sua definição "científica". (POMPA, 2004, P.72).

Podemos perceber a partir das discussões propostas por Cristina Pompa em seu artigo *Leituras do "fanatismo religioso" no sertão brasileiro* o esforço de uma elite letrada que buscava de forma ambígua definir estas manifestações religiosas, as quais eles atribuíam a casos de fanatismo termo este que atribui ao sertão uma carga de discursos negativos, por meio dos quais o sertão e o sertanejo são duramente associados ao atraso/ ignorância/ loucura/perversão/ desordem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em síntese, à medida que ideia de cultura popular nordestina é fabricada durante o processo de declínio econômico e político decorrente da instauração da República por uma elite intelectual no final do século XIX e início do XX, podemos concluir que as práticas religiosas no sertão são construídas enquanto uma religiosidade popular construídas aos moldes de uma elite letrada.

Dentro desse contexto de fabricação de uma religiosidade dita popular, destacamos o movimento messiânico da Serra de João do Vale construído a partir do binômio Sertão/fanatismo, pelo qual assim como os outros movimentos messiânicos, ele foi visto sob o rótulo de movimento de fanáticos sempre associado a uma ideia de sertão, pela qual este espaço é visto e dito enquanto uma espacialidade associada ao atraso, ignorância, a desordem e por isso estava suscetível ao fanatismo.

As discussões propostas por Canclini em seus livros *"Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade"* além de nos ajudar a compreender o conceito de *popular* associados a cultura nordestina nos possibilitaram a analisar as práticas religiosas no sertão enquanto resultados de um processo de hibridação, pelo qual práticas religiosas que antes existiam separadas se entrelaçam formando novas práticas.

(CANCLINI, 2008). A medida que Durval Muniz de Albuquerque Júnior em seu livro “*A feira dos mitos: a fabricação do folclore e da cultura popular (nordeste 1920 – 1950)*” contribuiu de forma significativa para entendermos a religiosidade popular enquanto uma construção de uma elite intelectual, nos ajudando a compreender que momentos e condições históricas possibilitaram a emergência da ideia de cultura e de religiosidade popular. (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2013).

REFERÊNCIAS:

- VASCONCELOS, Cláudia Pereira. **A construção da imagem do nordestino/sertanejo na constituição da identidade nacional**. Anais do 2º Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura, 2006.
- ABREU, Martha. **Religiosidade popular, problemas e histórias**. História e Religião, Faperj/Mauad, Rio de Janeiro, p. 83-90, 2002.
- POMPA, Cristina. **Leituras do "fanatismo religioso" no sertão brasileiro**. Novos Estudos. CEBRAP, São Paulo, v. 69, p. 71-88, 2004.
- POMPA, Cristina. **A construção do fim do mundo. Para uma releitura dos movimentos sócio-religiosos do Brasil 'rústico'**. Revista de Antropologia (USP. Impresso), São Paulo, v. 41, n.1, p. 177-211, 1998.
- AMADO, Janaína. **Região, Sertão e Nação**. Revista Estudos Históricos, v. 8, n. 15, p. 145-152, 1995.
- QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. **O messianismo no Brasil e no mundo**. São Paulo: Alfa-Ômega, 1976.
- FACÓ, Rui. **Cangaceiros e fanáticos: gênese e lutas**. Coleção Retratos do Brasil, 1976.
- Batista, Hamurábi. **A história da Beata e do milagre de Juazeiro**. Cordel. Juazeiro do Norte-CE: SESC. 2014.
- ALBUQUERQUE JR, Albuquerque Júnior. **A feira dos mitos: a fabricação do folclore e da cultura popular (Nordeste 1920-1950)**. São Paulo: Intermeios. 2013.
- CANCLINI, Néstor García. **Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade**. 4 ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo. 2008.

REPOUSANDO SOB O OLHAR DA VIRGEM: A MORTE NA PERSPECTIVA DA IGREJA PALMARIANA E OS ENTERRAMENTOS NA CATEDRAL BASÍLICA DO PALMAR DE TROYA

Pedro Luiz Câmara Dantas¹⁸³

INTRODUÇÃO

A Igreja Cristã Palmariana dos Carmelitas da Santa Face é uma dissidência da Igreja Católica Apostólica Romana surgida no povoado espanhol de El Palmar de Troya, localizado no interior da Província de Sevilha. Sua história começou com as aparições de Nossa Senhora do Carmo, acontecidas e registradas pela primeira vez a 30 de março de 1968. As primeiras videntes da Santa foram quatro meninas oriundas do próprio povoado, que logo perderam o protagonismo e saíram de cena¹⁸⁴ graças às manifestações de novos videntes, particularmente daquele que seria o fundador da Igreja Palmariana: Clemente Domínguez y Gómez (1946-2005).

Sua chegada ao terreno onde aconteciam as aparições, denominado até então de Fazenda La Alcaparrosa, provocou uma revolução no destino do grupo religioso que ali se reunia. Com a constante repetição do fenômeno, os devotos e demais frequentadores do grande terreno, passaram a chama-lo de Lugar das Aparições, e foi lá onde Clemente Domínguez iniciou sua carreira como vidente. Em 23 de dezembro de 1975, tendo conquistado um grande número de seguidores e estando em posse do referido campo aonde acontecia o fenômeno, Clemente afirmou ter recebido de Jesus Cristo e da Virgem Maria, a missão de fundar uma nova Ordem religiosa: os *Carmelitas da Santa Face*.¹⁸⁵

Com o crescimento do número de seguidores e simpatizantes dessa congregação, que doaram grandes quantias de dinheiro a Clemente e aos seus colaboradores mais próximos, a nova Ordem passou a estender seus tentáculos para outras localidades fora da Espanha. Em janeiro de 1976, Clemente e mais quatro frades Carmelitas da Santa Face foram ordenados padres e sagrados bispos pela imposição das mãos do arcebispo vietnamita Pierre Martin Ngô

¹⁸³ Mestrando em História e Espaços pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN - Brasil). E-mail: pluizcd@gmail.com

¹⁸⁴ Ante aquel caos, los padres de las niñas decidieron que éstas no asistieran más a la dehesa de las apariciones, por si pudiera ocurrirles algo. Y así fue como desaparecieron de aquel escenario. Pero aquella decisión, no hizo disminuir el número de visitantes. **Tradução:** Diante daquele caos, os pais das meninas decidiram que não iriam mais comparecer ao pasto das aparições, pois poderia acontecer-lhes algo. E foi assim que elas desapareceram daquele cenário. Mas essa decisão não reduziu o número de visitantes (GARRIDO VÁZQUEZ, 2004, p.105).

¹⁸⁵ A data de fundação da Ordem dos Carmelitas da Santa face está no Capítulo LXX do Catecismo Palmariano de Grau Superior.

Dinh Thục, que estava em visita a El Palmar de Troya. Todas as celebrações foram realizadas segundo o Rito Tridentino, oficiado em latim.¹⁸⁶ O movimento religioso palmariano sempre teve um forte apelo ao Tradicionalismo Católico,¹⁸⁷ aceitando apenas o uso das liturgias de origem anterior às que foram elaboradas pelo catolicismo no Concílio Ecumênico Vaticano II (1962-1965).

Durante os anos iniciais de sua existência, as celebrações eucarísticas efetuadas pela Ordem dos Carmelitas da Santa Face continuaram seguindo o Rito Tridentino. Porém, indo na contramão do pensamento tradicionalista, profundamente contrário a alterações e inovações, a Igreja Palmariana, já em 1983, aboliu este ritual e criou o seu próprio. Isso a afastou de sua origem tradicionalista, mas manteve, com sua nova missa,¹⁸⁸ uma estética similar à do Rito Romano e demais liturgias católicas anteriores ao Concílio Vaticano II.

Figura 1 – Da esquerda para a direita, os novos bispos palmarianos Manuel Corral e Clemente Domínguez no dia de sua sagração episcopal (11/01/1976).



Fonte: Acervo de Carles Tamayo.¹⁸⁹

Ainda em 1976, no mês de maio, o então Bispo Clemente sofreu um grave acidente de carro, que o fez perder seus dois olhos. A partir desse acontecimento, estando completamente cego, Clemente Domínguez permaneceu como líder da Ordem religiosa que havia fundado,

¹⁸⁶ Promulgado inicialmente pelo Papa Pio V (1504-1572), o Missal Romano estabeleceu o rito oficial da missa para toda a Igreja Católica, sendo celebrado somente em latim. Posteriormente, em 1962, o Papa João XXIII (1881-1963) – que deu início ao Concílio Vaticano II – promulgou uma nova edição do mesmo missal, que é a mais utilizada pelos grupos tradicionalistas católicos até a atualidade.

¹⁸⁷ O Tradicionalismo Católico é uma forma de vivência da fé que apareceu na Igreja Romana a partir do Concílio Ecumênico Vaticano II (1962-1965) e que se solidificou e se acentuou após seu término. O mais visível sinal de sua presença na Igreja se dá através da liturgia, uma vez que muitos grupos alinhados a este posicionamento religioso fazem uso da chamada Missa Tridentina, celebrada em latim.

¹⁸⁸ O Rito Palmariano da missa foi estabelecido pelo Papa Gregório XVII no dia 9 de outubro de 1983 a partir de uma constituição apostólica para definições dogmáticas. A Missa Palmariana é esteticamente similar à Missa Tridentina católica, porém se resume apenas à consagração e à comunhão.

¹⁸⁹ **Figura 1** – Cedida ao autor pelo cineasta Carles Tamayo.

celebrando os ritos e afirmando que continuava a receber mensagens dos céus através de visões. Ele foi apelidado de “vidente cego”. Os palmarianos, enquanto Ordem dos Carmelitas da Santa Face até 1978, defenderam a legitimidade do Papa Paulo VI como Supremo Pastor da Igreja Católica, crendo que ele efetivou as reformas litúrgicas e doutrinárias do Vaticano II porquê estava completamente drogado, em constante estado de demência, e não tinha ciência do que estava fazendo.

No entanto, a 6 de agosto daquele ano, ao tomar conhecimento da morte de Paulo VI enquanto se encontrava em viagem à Colômbia, Clemente teve um repentino êxtase diante dos bispos e religiosos que o auxiliavam. Segundo ele, Jesus Cristo havia lhe entregado o papado católico, transferindo a sede da Igreja de Roma para o povoado de El Palmar de Troya. Clemente agora era o Papa Gregório XVII da Igreja Católica Apostólica e Palmariana, não mais Romana. Em 15 de agosto de 1978, o novo e autoproclamado Papa do Palmar foi coroado em Sevilha, recebendo as insígnias papais (tiara, anel e férula) das mãos de seus bispos.

Figura 2 – O Papa Gregório XVII (Clemente Domínguez y Gómez), fundador e primeiro líder da Igreja Palmariana. Na foto, pode-se ver o referido pontífice trajando as insígnias papais (tiara, tabarro vermelho, estola e anel do pescador).



Fonte: Acervo de Xavi Perals (ex-bispo Antonio María).¹⁹⁰

A descrição anterior relatou a fundação da Igreja Palmariana. A partir de seu estabelecimento formal, ainda em 1978, essa nova instituição religiosa, sob a liderança do Papa Gregório XVII, começou a elaborar e a publicar uma série de textos doutrinários que normatizaram suas crenças e o seu afastamento em relação ao Catolicismo Romano. Dentre

¹⁹⁰ **Figura 2** – Cedida ao autor pelo ex-bispo palmariano Antonio María (Xavi Perals).

esses textos, que são obras documentais e históricas, se pode mencionar, particularmente, o *Catecismo Palmariano de Grau Superior*. Este compêndio da doutrina palmariana apresenta detalhadamente as principais crenças da Igreja, e foi a partir das informações extraídas dele e de relatos de ex-bispos, que se elaborou o presente trabalho, especialmente considerando aquilo que a religião palmariana denomina *morte*, e através da forma com a qual se despede de seus membros falecidos.

A NORMATIZAÇÃO DA DOUTRINA PALMARIANA A PARTIR DE 1980

Se o Concílio Vaticano II queria modificar e adaptar a Igreja Católica Apostólica Romana às rápidas mutações e necessidades às quais o mundo de seu tempo estava sujeito, o pensamento do grupo religioso do Palmar de Troya foi na direção contrária disso. Assim, o concílio que serviu de inspiração para a Igreja Palmariana foi o de Trento (1545-1563),¹⁹¹ a fim de que suas diretrizes fossem ampliadas por meio dos decretos do Papa Gregório XVII a partir de 1980 em seu *Santo, Magno e Dogmático Concílio Palmariano*.¹⁹² Foi a partir dessa reunião conciliar que o clero do Palmar de Troya organizou e estabeleceu seus textos doutrinários de extensos volumes, que evidenciaram suas crenças e dogmas a partir de uma complexa linguagem eclesiástica.

Dentro desse contexto, a Igreja Palmariana também ampliou uma série de devoções católicas romanas. Entre essas devoções, a mais forte e fervorosa é a dedicada à Virgem Maria sob diversas advocações, porém com destacada ênfase ao título de Nossa Mãe do Palmar Coroada, que é sua padroeira. Assim, por meio das novas doutrinas elaboradas pelo concílio convocado em 1980, Maria recebeu uma série de atributos especiais em forma de dogmas.

No Catolicismo Romano, muitos dos dogmas proclamados no Palmar de Troya já haviam tido sua aprovação discutida, dada a grande exaltação que atribuem a Maria. Na doutrina palmariana, a Virgem é considerada Co-Redentora, Co-Reparadora e Mediadora no plano da Salvação, sendo inúmeras vezes chamada de Divina Maria nos textos que a ela se referem. A preexistência de sua alma na mente do Deus criador também é uma particularidade entre as crenças palmarianas, pois não tem ligação com aquilo que descrevem os catecismos

¹⁹¹ O Concílio de Trento foi XIX concílio da Igreja Católica Apostólica Romana. Foi convocado pelo Papa Paulo III e concluído pelo Papa Pio IV.

¹⁹² O Santo, Magno e Dogmático Concílio Palmariano foi uma reunião convocada Pelo Papa Gregório XVII em 1980 para estabelecer e organizar a doutrina e a liturgia da Igreja Palmariana. Seu término ocorreu em 12 de outubro de 1992.

romanos estabelecidos antes e depois do Vaticano II. O Capítulo XI do Catecismo Palmariano de Grau Superior dedica-se a descrever a crença na preexistência das almas de Cristo e de Maria afirmando:

As Almas de Cristo e Maria preexistiram porque foram criadas por Deus antes que fossem concebidos seus respectivos corpos. Portanto: A Alma de Cristo unida ao Verbo Divino, desde o instante de ser criada esteve em seu Corpo até que, milênios depois, se revestiu de carne humana no Puríssimo Seio de Maria. A Alma de Maria desposada com a Alma de Cristo, desde o instante de ser criada esteve sem seus dois Corpos até que, milênios depois, se revestiu de carne humana em sua Imaculada Conceição (CATECISMO PALMARIANO DE GRAU SUPERIOR, 2003, p. 21).

Conforme evidenciado nesta citação documental, a Igreja Palmariana crê e professa que Maria, igualmente ao seu filho, preexistiu em alma. A Igreja Católica Romana não confessa nada semelhante a isso sobre Maria, particularmente em seus textos doutrinários, pois atribui somente a Jesus Cristo a crença em uma preexistência espiritual. Mais uma vez, a Virgem aparenta assumir um status de divindade, como uma espécie de *Grande Mãe* que, com seu filho, realiza favores a todos os seus devotos.

Figura 3 – Detalhe da imagem de Nossa Mãe do Palmar Coroada, Santa patrona da Igreja Palmariana.



Fonte: Acervo de Carles Tamayo.¹⁹³

Nessa linha de raciocínio, vale destacar o que diz um catecismo católico romano publicado em 1910. Nele, pode-se observar uma pequena amostra daquilo que a doutrina da Igreja de Roma afirmava acerca do culto aos santos e sobre as crenças e devoções marianas, e relacionar ao que posteriormente foi elaborado pela cúpula dirigente da Igreja do Palmar de Troya a partir de 1980. O referido catecismo afirma:

10. Não é idolatria tributar culto aos santos; antes esse culto é legítimo e devido, porque não é de latria ou adoração, mas de veneração e respeito. Nós não adoramos a Nossa Senhora nem os santos como adoramos a Deus; veneramo-los e honramo-los como criaturas mui chegadas a Deus e mui favorecidas de suas graças (CATECISMO ILUSTRADO, 1910, p.57).

Esse fragmento documental ilustra aquilo que afirmava a doutrina da Igreja Católica Apostólica Romana cinquenta e dois anos antes da convocação do Concílio Ecumênico Vaticano II, que não fez grandes mudanças naquilo que já havia sido estabelecido, senão dar algumas especificações a fim de clarear os conceitos e definições dogmáticas atribuídas a Maria no catolicismo. O que a Igreja Palmariana realizou, tendo em base seu Magno Concílio de 1980, foi um processo de afastamento e de rompimento em relação à sua matriz católica romana tradicionalista, pois ressignificou a figura da Virgem a partir de novos atributos extra-canônicos que a divinizaram e a colocaram em um patamar de veneração praticamente idêntico ao de Jesus Cristo.

¹⁹³ **Figura 3** – Cedida ao autor pelo cineasta Carles Tamayo.

A MORTE NA PERSPECTIVA DOUTRINÁRIA PALMARIANA E OS ENTERRAMENTOS NA BASÍLICA DO PALMAR DE TROYA

Conforme visto no decorrer deste trabalho, a partir da fundação da Igreja Palmariana em 1978, mais especificamente com seu primeiro concílio convocado dois anos depois (1980), desenvolveu-se um complexo conjunto de textos oficiais que demarcaram os alicerces doutrinários dessa religião. No que se refere à morte e à crença na vida espiritual, a referida Igreja do Palmar também estabeleceu conceitos que, em grande medida, se afastaram da doutrina católica romana. Sobre a morte, o Catecismo Palmariano afirma o seguinte:

É um dos novíssimos ou postrimêrias do homem. 1. A morte acontece em duas fases: A primeira é a morte clínica, que é quando o corpo accidental fica separado da alma e do corpo essencial, continuando estes dois unidos. A segunda: é a morte real, que é quando o corpo essencial fica separado da alma. Entre as duas mortes geralmente transcorrem alguns minutos. 2. O corpo accidental, uma vez separado da alma e do corpo essencial, é sepultado. 3. O corpo essencial, uma vez separado da alma, fica morto no espaço. 4. A alma, separada dos outros dois elementos, fica no espaço gozando ou sofrendo segundo seu destino. 5. Com a morte real, finaliza para o homem, o tempo de mérito ou demérito, por ter acabado já o tempo da prova (CATECISMO PALMARIANO DE GRAU SUPERIOR, 2003, p. 96).

A partir dessa citação, evidencia-se aquilo que é professado pela Igreja do Palmar de Troya no que se refere à morte e ao destino das almas logo após seu acontecimento. Percebe-se, igualmente, a projeção das crenças palmarianas para realidades fora da Terra, num sentido que novamente se distancia daquilo que foi concebido pelo pensamento cristão ao longo dos séculos, já que o “Reino de Deus” é considerado uma dimensão de realidade distinta da existente no Universo Material, e não uma permanência nos confins do Cosmo. Dentro desse contexto, pode-se destacar, que na sede mundial da Igreja, oficialmente denominada de Basílica Catedralícia de Nossa Mãe do Palmar Coroada, existe uma cripta com ampla zona de enterramentos em seu subsolo, destinada a armazenar os corpos dos clérigos, freiras e demais fiéis membros falecidos.

Figura 4 – A Basílica Palmariana em foto de 2008.



Fonte: Acervo de Moisés Garrido Vázquez.¹⁹⁴

O prédio da Basílica Catedralícia partiu de um projeto do arquiteto utrerano¹⁹⁵ Juan Luis de Quinta Frutos, e está realizado sobre uma área de 3.200 m² com doze torres de 40m de altura. Clemente Domínguez y Gómez não desejou construir uma capela ou uma pequena igreja paroquial para sediar sua religião, mas uma imensa catedral que seria a Santa Sé Apostólica do Papado Palmariano. Além disso, os fiéis membros da Igreja queriam que sua catedral fosse construída de acordo com modelos históricos, mas com o uso e a rapidez dos materiais e das técnicas de construção modernas. Embora o Papa Gregório XVII rejeitasse essa proposta de desenvolver uma arquitetura moderna, seu Secretário de Estado deu o aval para sua realização. Assim, a Basílica do Palmar foi criada até o final da década de 1990 mesclando estilos ortodoxos, bizantinos e a arquitetura regional andaluza do século XVI.

Figura 5 – Fotografia da sala principal da cripta, onde está o túmulo do Papa Gregório XVII próximo de boa parte dos túmulos de outros religiosos e fiéis palmarianos falecidos.

¹⁹⁴ **Figura 4** – Cedida ao autor pelo jornalista e escritor Moisés Garrido Vázquez.

¹⁹⁵ Utrerano (a) é a denominação dada aos nativos da Cidade de Utrera, município próximo a El Palmar de Troya.



Fonte: 93metros.¹⁹⁶

No subsolo da basílica existe uma grande cripta de quase 700 m², onde estão sepultados muitos religiosos da Ordem dos Carmelitas da Santa Face (padres e freiras), além de vários fiéis falecidos. Por uma das torres laterais do templo é possível ter acesso a este espaço funerário, e também através de sua nave. Segundo relatos do ex-bispo palmariano Dámaso María (Juan Marquez), “quando morria um frade, ou monja, ou fiel palmariano, se fazia um velório em um dos conventos. Hoje, os velórios acontecem na própria basílica”.¹⁹⁷ Ele ainda afirmou que, depois do primeiro Turno de Missas¹⁹⁸ do dia, os corpos são levados para a cripta e ali sepultados em uma das gavetas. Além disso, segundo relatos do ex-bispo Antonio María (Xavi Perals), que também presenciou muitos enterros na época em que foi religioso da Igreja Palmariana, os corpos eram preparados para o funeral em um quarto apropriado para isso, debaixo de uma das torres do templo.

A partir de 21 de março de 2005, data em que morreu Gregório XVII, a cripta também passou a armazenar os corpos dos papas palmarianos falecidos. Até agora, além dos restos mortais do fundador da Igreja, também está inumado o corpo do seu sucessor, Pedro II.¹⁹⁹

¹⁹⁶ **Figura 5** – Disponível em: <<https://pbs.twimg.com/media/EROYMORXkAAdEsY?format=jpg&name=4096x4096>>. Acesso em: 27 fev. 2020.

¹⁹⁷ En el Palmar, cuando moría un fraile o monja, o fiel palmariano, se hacía un velatorio en uno de los conventos. Hoy en día se hace en la propia basílica, y al día siguiente después del primer turno de misas se procedía a bajar a la cripta y meterlo en uno de los nichos (Relato do ex-bispo Dámaso).

¹⁹⁸ Turno de Missas é a denominação dada ao conjunto de doze (12) missas celebradas segundo o Rito Palmariano. Devido à brevidade de uma única missa, que geralmente não passa de 5 minutos, o Papa Gregório XVII instituiu esse tipo de celebração simultânea a fim de que os padres pudessem realizar uma grande quantidade de celebrações por dia.

¹⁹⁹ O Papa Pedro II, nascido Manuel Alonso Corral em 1934, foi o segundo líder da Igreja Palmariana, assumindo o papado imediatamente depois da morte do seu predecessor Gregório XVII (Clemente Domínguez y Gómez) em 2005. Manuel Corral foi, desde o princípio do grupo religioso palmariano, a segunda pessoa mais importante em sua hierarquia, pois era o

Anais do IX Colóquio Nacional de História Cultural e Sensibilidades – Sertões: poder e representações.

Caicó-RN, UFRN – CERES, RN, 18 a 21 de novembro de 2019. ISBN 978-85-471-0298-2

Todas as placas nas tampas dos túmulos possuem o nome da pessoa falecida, sua foto e data de morte, além das imagens da Santa Face de Jesus e de Nossa Mãe do Palmar Coroada, que são as principais devoções da Igreja Palmariana. Assim, dentro desse amplo espaço de enterramentos, os finados membros da Ordem dos Carmelitas da Santa Face parecem repousar sob o olhar de Cristo e da Virgem Maria, à espera do cumprimento de uma série de profecias apocalípticas jamais acontecidas, que inspiraram seu fundador e primeiro líder na condução de sua Igreja.

REFERÊNCIAS

- BURÓN, Joaquín G.; ALONSO, António M. **El Enigma del Palmar de Troya**. Barcelona: Editorial Personas, 1976, 215 p.
- GARRIDO VÁZQUEZ, Moisés. **El negocio de la Virgen**. Madrid: Ediciones Nowtilus, 2004.
- LUNDBERG, Magnus. **A Pope of Their Own: Palmar de Troya and the Palmarian Church**. Uppsala: Uppsala University, Department of Theology, 2017.
- PALMARIANO, S. S. D. **Catecismo Palmariano de Grau Superior**. Sevilla: [s.n.], 2003. 149 p.
- TUAN, Yi-Fu. **Espaço e Lugar: a perspectiva da experiência**. Tradução Livia de Oliveira. São Paulo: Difel, 1983.
- Iconografia**

Figura 1 – Sagração episcopal de Clemente – Cedida ao autor pelo cineasta Carles Tamayo.

Figura 2 – O Papa Gregório XVII (Clemente Domínguez y Gómez) – Cedida ao autor pelo ex-bispo Antonio María (Xavi Peral).

Figura 3 – Imagem de Nossa Mãe do Palmar Coroada – Cedida ao autor pelo cineasta Carles Tamayo.

Figura 4 – Basílica Palmariana – Cedida ao autor pelo jornalista e escritor Moisés Garrido Vázquez.

Figura 5 – Túmulo do Papa Gregório XVII – Disponível em:
<<https://pbs.twimg.com/media/EROYMORXkAAAdEsY?format=jpg&name=4096x4096>>.
Acesso em: 27 fev. 2020.

SIMPÓSIO TEMÁTICO 4

Culturas políticas, poder e imprensa no Brasil República

Coordenadores

Prof.^a Dr.^a Paula Rejane Fernandes - UFRN

Prof.^a Dr.^a Jailma Maria de Lima – UFRN

Proposta do Simpósio Temático

O simpósio visa congregar trabalhos que abordem aspectos da história política brasileira durante o período republicano em suas diversas vertentes. Assim, objetiva a realização de discussões tanto de cunho teórico-conceituais ligadas as relações da cultura política, do poder e das suas relações com a imprensa, quanto de questões ligadas a dimensão da política partidária e das ações cotidianas dos atores políticos.

CASO ANA LÍDIA BRAGA E ARACELI CRESPO SANCHEZ: CONSIDERAÇÕES SOBRE A VIOLÊNCIA INFANTIL DURANTE O REGIME MILITAR

Karen Nadja de Souza Morais²⁰⁰

Juvandi de Souza Santos²⁰¹

APONTAMENTOS INICIAIS

O seguinte artigo é resultado de meses de pesquisa ao longo do ano de 2019. O nosso principal objetivo será expor dois casos de violência infantil ocorridos durante o regime militar brasileiro (1964-1985) e buscar analisar como os membros do estado auxiliaram no abafamento dos casos contribuindo para a impunidade dos envolvidos. Teremos como enfoque o caso de Araceli Cabrera Crespo Sanches ocorrido no Espírito Santo, em 1973, a garota tinha na época 9 anos e desapareceu no caminho de volta para casa da escola. O corpo dela foi encontrado seis dias depois completamente machucado e com sinais de abuso sexual, depois de inúmeras investigações apontou para Dante Michelini e Paulo Helal, ambos pertencentes a famílias poderosas no estado. Resultado, depois de testemunhas desaparecendo, assassinato de policiais envolvidos no caso e suborno, resultando na absorção dos acusados. Até hoje ninguém foi punido pelo crime. O segundo caso que será analisado é o de Ana Lídia Braga, também ocorrido em 1973, em Brasília, a garota foi dada como desaparecida, após um homem desconhecido a buscar na escola, e agora não ter sido vista por mais ninguém. Vinte e duas horas depois de seu desaparecimento, Ana Lídia foi encontrada morta, dentro de uma toca em um terreno localizado atrás da Universidade de Brasília. Com o resultado das investigações, foram acusados, Álvaro Henrique Braga (que, junto à namorada, Gilma Varela de Albuquerque, teria vendido a menina a traficantes) e o filho do então Ministro da Justiça, Alfredo Buzaid. No julgamento, todos foram inocentados, e assim como Araceli, Ana Lídia teve seu caso abafado por membros do próprio estado. Os casos estão rodeados por uma rede de corrupção que garantiu aos acusados e supostos executores do crime o livramento da culpa.

Recentemente, em 2014, o relatório da Comissão Nacional da Verdade divulgou o número de mortos e desaparecidos durante o regime civil-militar brasileiro

²⁰⁰ Universidade Estadual da Paraíba. E-mail: karenmorais9@gmail.com

²⁰¹ Professor da Universidade Estadual da Paraíba. E-mail: juvandi@terra.com.br

(1964-1985), foram contabilizados 434 indivíduos. Segundo a repórter Rafaela Ponchirolli, para o site Politize, “Com a apresentação do relatório final, o Brasil reconhece que a prática de detenções ilegais e arbitrárias, tortura, violência sexual e execuções, entre outras formas de agressões, foi resultado de uma política estatal generalizada, resultando, assim, em crimes contra a humanidade.”

O Estado utilizou da violência como arma de poder, não só contra aquelas que o criticava, mas também, pessoas ao redor, como seus filhos. Não só no Brasil, mas em diversos regimes ditatoriais a violência infantil, foi uma triste realidade. E dessa realidade, aqui no Brasil, destacaremos dois casos, muito similares, com o mesmo triste fim.

O ano era 1973, o Brasil passava por um momento conturbado, por um lado passava pela fase mais repressiva do regime militar, afogado em denúncias de torturas e censura da imprensa no governo Médici, do outro a sua economia disparava com o chamado milagre econômico.

Iniciemos o primeiro, Araceli Cabrera Sanchez Crespo nasceu em 2 de julho de 1964, em Vitória, Espírito Santo. Filha de Lola Sanchez e Gabriel Crespo, Araceli e sua família viviam em uma casa simples na cidade de Serra, vizinha a Vitória. 18 de maio em 1973 era mais um dia normal na vida da menina, ela teria ido para a escola e deveria retornar para casa por volta das 16h. Entretanto, a garota nunca retornou. Percebendo a falta da menina em casa, logo seus pais começaram as buscas. Infelizmente, já era tarde.

Araceli desapareceu desde sexta-feira, quando foi ao colégio

Menina de oito anos sumida há dois dias

Desde as primeiras horas da noite de sexta-feira, a srta. Lúcia Cabreira Sanches acha-se sob enorme tensão: medos, alarmados com o desaparecimento de sua filha Araceli, de oito anos de idade, ocorrido por volta das 16 horas da tarde do sábado. Araceli estava no Colégio São Pedro, na Praia de São.

Araceli desapareceu desde sexta-feira, quando foi ao colégio. Desde as primeiras horas da noite de sexta-feira, a srta. Lúcia Cabreira Sanches acha-se sob enorme tensão: medos, alarmados com o desaparecimento de sua filha Araceli, de oito anos de idade, ocorrido por volta das 16 horas da tarde do sábado. Araceli estava no Colégio São Pedro, na Praia de São.

Araceli desapareceu desde sexta-feira, quando foi ao colégio. Desde as primeiras horas da noite de sexta-feira, a srta. Lúcia Cabreira Sanches acha-se sob enorme tensão: medos, alarmados com o desaparecimento de sua filha Araceli, de oito anos de idade, ocorrido por volta das 16 horas da tarde do sábado. Araceli estava no Colégio São Pedro, na Praia de São.

No meio da classe, está o cadafê vazio, onde Araceli estava

Os dias amargos da família Sanches

Qual a sensação da família? A srta. Lúcia Cabreira Sanches, mãe de Araceli, está sob enorme tensão: medos, alarmados com o desaparecimento de sua filha Araceli, de oito anos de idade, ocorrido por volta das 16 horas da tarde do sábado. Araceli estava no Colégio São Pedro, na Praia de São.

Araceli desapareceu desde sexta-feira, quando foi ao colégio. Desde as primeiras horas da noite de sexta-feira, a srta. Lúcia Cabreira Sanches acha-se sob enorme tensão: medos, alarmados com o desaparecimento de sua filha Araceli, de oito anos de idade, ocorrido por volta das 16 horas da tarde do sábado. Araceli estava no Colégio São Pedro, na Praia de São.

Araceli desapareceu desde sexta-feira, quando foi ao colégio. Desde as primeiras horas da noite de sexta-feira, a srta. Lúcia Cabreira Sanches acha-se sob enorme tensão: medos, alarmados com o desaparecimento de sua filha Araceli, de oito anos de idade, ocorrido por volta das 16 horas da tarde do sábado. Araceli estava no Colégio São Pedro, na Praia de São.

Menina não foi achada até ontem

Apesar das diligências policiais, comandadas diretamente pelo delegado de Costumes e Diversões, João Carlos de Souza Nunes, a menina Araceli Cabreira Crespo ainda não foi localizada.

Manchete do desaparecimento de Araceli Foto: CEDOC/ A Gazeta

O corpo de Araceli foi encontrado 6 dias após seu desaparecimento, parcialmente devorado por animais, muito machucado, estava quase irreconhecível. A autópsia de apontou que Araceli teria morrido por excesso de drogas.

As investigações foram repletas de conflitos que dificultavam o trabalho da polícia e a resolução do caso, dentre eles, boatos, desaparecimento de testemunhas e pessoas subornadas. Diante dos fatos. A justiça apontou três suspeitos, todos ligados a família influentes no Espírito Santo: Dante de Barros Michelini, Dante de Brito Michelini e Paulo Helal.

De acordo com a acusação, Araceli foi raptada por Paulo Helal, no bar que ficava entre os cruzamentos da rua Ferreira Coelho e César Hilal, logo após sair do colégio. Depois fora levada para o Bar Franciscano, localizado na Praia de Camburi, pertencente a Dante Michelini, onde foi estuprada e mantida em cárcere privado sob efeito de drogas. Devido ao excesso de drogas, Araceli entrou em coma e foi levada para o hospital, onde já chegou morta. Seu corpo foi jogado em uma mata, atrás do Hospital Infantil, em Vitória.



Policiais retirando o corpo de Araceli. Foto: Carlito Medeiros.

Segundo testemunhas, Dante Michelini usou de suas ligações e influência com a polícia do estado, para dificultar o trabalho da polícia. Subornando e desaparecendo com testemunhas. Apenas sete anos após a morte de Araceli, os acusados foram condenados, a sentença foi dada pelo juiz Hilton Silly. Dante Micheli (o filho) e Paulo Helal receberam a pena de dezoito anos de reclusão e o pagamento de dezoito mil cruzeiros e Dante Micheli (o pai) foi condenado a cinco anos de reclusão. Porém, os acusados recorreram da decisão, reabrindo a investigação e o Tribunal da Justiça do Espírito Santo anulou a sentença, o processo passou para as mãos do juiz Paulo Copolilo, que no final, com uma sentença de setecentas páginas, absolveu os acusados.

Após décadas, o caso Araceli se tornou um símbolo contra a violência infantil, nos anos dois mil foi criado o dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, no dia 18 de abril.

No mesmo ano, 1973, do outro lado do país, em Brasília, Ana Lídia Braga de 7 anos, com seus pais Eloyza Rossi Braga e Álvaro Braga se dirigem ao Colégio Madre Carmem Salles, Ana Lídia é deixada com a merendeira, perto da sala de aula. Mais tarde, às 16h30min a empregada da família chega ao colégio para buscá-la, para a surpresa dela, a diretora falou que a menina não teria ido à aula naquele dia.

Logo, foi comunicado a família e às 17h iniciaram as buscas por Ana Lúdia. A 19h45min o delegado da 2ª Delegacia de Polícia, José Ribamar Moraes recebeu um telefonema anônimo de um homem alegando que estava com a menina e que queria um resgate de 2 milhões de cruzeiros. Ana Lúdia foi colocada ao telefone, a menina chorava e pedia por sua mãe, depois disso, nenhum contato através de telefone foi mais feito. No mesmo dia, em um Supermercado de Brasília, em cima de uma pilha de sacos de arroz, uma carta para Álvaro Braga. Na carta o sequestrador exige mil cruzeiros em troca de Ana Lúdia. O dinheiro deveria ser colocado num local próximo a Ponte do Bragueto até o dia 14 de setembro, o que nunca aconteceu.

Menos de 24h depois, Ana Lúdia foi encontrada morta em um matagal, dentro de uma toca, próximo a Universidade de Brasília (UNB). O laudo do IML atestou que a morte foi causada por sufocação, provavelmente a menina teve seu rosto empurrado contra o chão até perder os sentidos. O exame também comprovou o estupro da criança depois de morta.

JUSTIÇA

Quem matou Ana Lúdia?

O voto solitário do desembargador Romildo Bueno de Souza, da primeira turma do Tribunal de Justiça do Distrito Federal, dado na segunda-feira da semana passada, levantou um pouco do pó que se acumula sobre o chamado “caso Ana Lúdia” — crime até hoje sem solução e que agitou Brasília em 1973. Vencido pela decisão de seus dois colegas na revisão do processo, Souza votou pela condenação de Álvaro Henrique Braga, 20 anos, de quem Ana Lúdia era irmã adotiva, e de seu amigo Raimundo Lacerda Duque, 32 anos. Por dois votos a um, então, prevaleceu a decisão de junho de 1975, quando o juiz Dirceu de Faria absolveu Braga e Duque da acusação de violentar e matar Ana Lúdia — uma menina de sete anos.

O desembargador Romildo Bueno de Souza votou pela condenação por considerar que “havia provas mais que suficientes contra os dois” e também “por acreditar “na culpabilidade de outras pessoas envolvidas”. Segundo depoimentos constantes das 2.091 páginas do processo, essas outras pessoas seriam “filhos de figuras importantes, residentes em Brasília”. Marcados por uma série de imprecisões desse gênero, os autos levantam mais dúvidas que certezas. É quase impossível, portanto, que não conduzam a decisões como a da semana passada,

que encerrou mais um episódio decisivo na história ainda incompleta da morte de Ana Lúdia. Falta saber quem são os culpados — e todas as tentativas nesse sentido fracassaram. Estranhamente, em todas essas ocasiões os familiares da garota, dos quais se esperavam as informações mais preciosas se misturaram à sólida barreira erguida contra as investigações. E assim também ocorreu na semana passada, no bloco 40 da Superquadra Norte 405, onde mora o casal Álvaro e Eloysa Braga, pais adotivos de Ana Lúdia.

Procurada por VEJA, dona Eloysa abriu timidamente a porta do apartamento 108 e, de camisola, os olhos arregalados, olou na ponta do nariz, pediu: “Pelo amor de Deus, deixe-nos em paz, não temos mais nada a declarar”.



RICARDO PINHA

Álvaro Braga: como em 1975, absolvido

Seu marido, voltando da feira, reforçou o apelo: “Ainda sofremos muito com isso, deixe-nos em paz”. Passados quatro anos, o casal vive hoje completamente afastado do mundo que o cerca, embora o crime que revoltou a cidade ainda repercuta como se fosse recente. No entanto, entre as numerosas versões que percorrem Brasília, até hoje não despontou qualquer pista segura que leve à solução do crime.

Traficantes e viciados — No dia 11 de setembro de 1973, entre 13h50 e 16 horas, a garotinha foi sequestrada no Colégio Madre Carmen Salles, quase em frente ao bloco onde vivia com a família. Várias testemunhas viram Ana Lúdia passar em direção ao cerrado que separa o colégio da Universidade de Brasília, acompanhada de um rapaz “de estatura média e moreno”, para uns, e “alto e louro”, para outros. Na manhã seguinte, naquele mesmo cerrado, seu corpo seria encontrado — parcialmente coberto de terra, os cabelos cortados irregularmente, marcas de gilete e unhas nas costas, mordidas no peito, manchas roxas no rosto, alargamento anormal do ânus e da vagina. As causas da morte, segundo o laudo do exame cadavérico: “asfixia por sufocação, lesões vulvovaginais e retais, causados por um objeto de borracha, e sevizias posteriores”. No corpo de Ana Lúdia e nas imediações do local, os peritos do IML constataram a existência de três tipos de espermatozoides.

Segundo o promotor José Jerônimo Bezerra de Souza, que pediu e obteve a prisão preventiva de Braga e Duque, os dois necessitavam com urgência de di-

Matéria da revista Veja. Fonte: A mídia e o crime

Logo as investigações começaram e tudo começou a apontar para os indivíduos, Eduardo Henrique Rezende (o Rezendinho), filho do senador Eurico Rezende, então vice-líder do governo no Senado, e Alfredo Buzaid Júnior (o Buzaidinho), filho do ministro da Justiça.

Sobre as suspeitas, o governo fez a seguinte declaração: Uma manobra de "grupos a serviço da subversão, que aproveitaram a ocorrência para lançar acusações falsas e desgastar nomes de figuras do atual governo".

Depois de tal acusação envolvendo alguém tão próximo aos militares, no dia 20 de maio de 1974 jornais, rádios e estações de televisão do país receberam o seguinte comunicado do Departamento de Polícia Federal:

“De ordem superior, fica terminantemente proibida a divulgação através dos meios de comunicação social escrito, falado, televisado, comentários, transcrição, referências e outras matérias sobre caso Ana Lúcia e Rosana. — Polícia Federal”

Ao que tudo indica, Álvaro teria usado a irmã para saldar uma dívida ligada ao tráfico de drogas. Forjaria um sequestro e com o dinheiro do resgate pagaria a dívida, entretanto, pela falta de planejamento o plano deu errado e culminou na execução da menina.

Num momento da história nacional em que a regime militar controlava as investigações que lhe diziam respeito, não houve rigor nas investigações, resultando na absorção dos acusados. Em 11 de setembro de 1993, o crime de Ana Lúcia prescreveu e ninguém foi punido pelo assassinato de Ana Lúcia.

Partindo agora para papel da mídia em ambos os casos, pode-se observar até onde o estado interferiu. No caso Ana Lúcia, por ter acontecido na capital do país, tão próximo dos políticos e militares, a interferência do Estado, foi direta, escancarada. No caso de Araceli, a relato de diversos jornalistas que afirmam a participação de desembargador, secretários, todos como objetivo de livrar os acusados. Segundo o relato do repórter Quincas Silva, “ A polícia, está claro que foi corrompida, os assassinos, a família dos assassinos, eles corromperam a polícia para destruir provas”. Jornalistas eram obrigados a afirmar suas fontes de informações, caso contrário, corriam o risco de prisão. Deixando mais claro ainda o árduo trabalho do estado para manter tudo em sigilo absoluto.



Fonte: Reprodução

APONTAMENTOS FINAIS

Araceli e Ana Lúcia foram apenas duas, das centenas de vítimas do Regime militar que nunca tiveram justiça. Primeiro, foram mortas por seus assassinos, depois pelo estado, o mesmo que prometeu defender a segurança nacional. Como vemos, uma defesa bem seletiva. Os acusados, o regime, as vítimas, todos esses se foram. A justiça, se quer veio.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Seis crimes hediondos cometidos contra crianças durante a Ditadura Militar. Por Maurício Brum

Acesso 10 de out. 2019

Disponível em: <https://www.diariodocentrodomundo.com.br/seis-crimes-hediondos-cometidos-contras-criancas-durante-a-ditadura-militar-por-mauricio-brum/>

O 11 de setembro de Brasília

"a esperança tem duas filhas lindas: a indignação e a coragem."

Acesso: 10 de out. 2019

Disponível em: <https://epoca.globo.com/gustavo-pacheco/o-11-de-setembro-de-brasilia-23054379>

Araceli e Ana Lídia: dois crimes impunes

Acesso: 10 de out. 2019

Disponível em: <https://amidiaecrime.wordpress.com/>

O que é comissão nacional da verdade?

Disponível em: <https://www.politize.com.br/comissao-nacional-da-verdade/>

Acesso: 14 de fev. 2020

Na Série “Julgamentos Históricos”, Ana Lídia Braga: Ditadura, Influência e Mistério

Acesso: 16 de fev. 2020

Disponível em: <http://www.justificando.com/2015/02/25/na-serie-julgamentos-historicos-ana-lidia-braga-ditadura-influencia-e-misterio/>

Araceli e Ana Lídia: vítimas de tortura, morte e impunidade durante a ditadura militar

Acesso: 09 de fev. 2020

Disponível em: https://www.vice.com/pt_br/article/ne9q9w/ditadura-militar-vitimas-tortura-impunidade-morte-araceli-ana-lidia

7 crimes que derrubam a tese de que a ditadura só perseguiu “terroristas”

Acesso: 18 de fev. 2010

Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/politica/7-crimes-que-derrubam-a-tese-de-que-a-ditadura-so-perseguiu-terroristas/>

Práticas subversivas no Sertão: Uma análise do discurso anticomunista no Jornal A Fôlha de (1964 a 1968)

Heitor Filipe de Medeiros Santos²⁰²

INTRODUÇÃO

O Brasil recém saído de suas raízes imperiais no final do século XIX, caminhava para o progresso, visando principalmente o desenvolvimento de todos os seus meios populacionais, em 1890 tornava-se estado laico de direito, que tinha como principal meta separar a Igreja do estado. Nesse sentido para a principal instituição religiosa do país esse movimento foi negativo, pois visava a perda de poderes por parte da igreja católica. Para Edgar da Silva Gomes (2007) “O catolicismo procurou não se tornar uma peça obsoleta na política nacional e agiu de forma a firmar aliança político-doutrinária com grupos influentes favoráveis às pretensões católicas”.

Em 1937 com a instauração do Estado Novo, o Brasil entrava para um período muito conturbado da história política, pois Getúlio Vargas com o discurso do medo comunista, firmava um governo autoritário com características fascistas, principalmente quando nos remetemos aos controles das mídias e cassação de todos os partidos políticos, com ênfase para o PCB (Partido Comunista Brasileiro) partido esse que justificava o discurso de Vargas, como bem Lembra Boris Fausto (1995) “O Estado Novo perseguiu, prendeu, torturou, forçou ao exílio intelectuais e políticos sobretudo de esquerda e alguns liberais”, porém vale ressaltar que nessa época, as principais lideranças comunistas estavam presas como no caso de Olga Benário, entregue ao regime Nazista. Esse regime instaurado por Vargas só chega ao fim com o processo de redemocratização que acontece após o final da Segunda Guerra Mundial, Vargas perde forças e os militares, conseguem derrubá-lo com um golpe em 1945.

Após realização de novas eleições, agora com a participação de todos os partidos inclusive do PCB, é eleito o primeiro presidente pós regime autoritário varguista, General Eurico Gaspar Dutra pelo PSD (Partido Social Democrático), em 1946 se tinha a visão de redemocratizar o Brasil e fazer uma nova constituição, mas logo em seguida podemos perceber que esse sentimento não era completo pois em 1947, mesmo com a nova constituição o PCB é mantido na ilegalidade. Pois existia o medo da ameaça soviética a havia saído fortalecida da Segunda Guerra Mundial, como diz Daniel Arão Reis Filho (2003) “A guerra, entretanto, também foi um teste para a modernidade socialista soviética edificada nos anos anteriores. O sistema passou pelo teste e dele saiu fortalecido, aureolado.”

Em 1954 com o poder do progresso, as tecnologias começaram a chegar em locais que antes não chegavam, na região Seridó que fica no sertão do Rio Grande do Norte acontecia a inauguração do Jornal a Fôlha, um jornal que tinha como proprietários a Diocese de Caicó, seu diretor era Monsenhor Walfredo Gurgel, ligado

²⁰² Graduado em História Licenciatura. Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Centro de Ensino Superior do Seridó, Campus de Caicó. Email: felip.heitor@gmail.com O trabalho ora apresentado integra a avaliação do componente curricular Laboratório de História – 2018.2, ministrado pelo Prof. Helder Alexandre Medeiros de Macedo, do Departamento de História do CERES-UFRN.

diretamente ao grupo político de Aluízio Alves, e ao integralismo no Rio Grande do Norte esse um movimento que já havia sido extinto a bastante tempo. O Jornal tinha por finalidade dar ênfase aos contextos discursivos apoiados pela igreja e informar a população daquela região, mas como nos é de conhecimento ao sair de um processo conflituoso fortalecida a União Soviética ganha forças no mundo e suas ideologias passam a ser disseminadas com mais fervor, a igreja temendo um suposto terror comunista, se aliou ao discurso anticomunista que segundo Rodrigo Patto Sá Motta “A força do comunismo, consubstanciada na expansão e crescimento dos partidos e ideais comunistas, engendrou o anticomunismo.” isso fica nítido com os ferrenhos ataques do padre João Agripino ao regime socialista soviético em seus artigo no jornal.

Com a morte de Josef Stalin em 1953, Nikita Kruchov assume o poder e em 1956 faz um discurso marcante para história mundial, episódio esse que ficou eternizado como o Dossiê de Nikita Kruchov no qual o próprio relatou os horrores cometidos por Stalin em seu governo. “O informe apresentado por Kruchov numa sessão extraordinária, secreta, do XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética, em fevereiro de 1956, teve um impacto de um terremoto. O semideus virava demônio.” (ARÃO REIS, 2003).

No Jornal a Fôlha essa notícia dá consistência ao discurso anticomunista, proferido pela igreja. Porém vale ressaltar que esse discurso ganha embasamento pelo fato das muitas revoluções que aconteciam no mundo, em Cuba a revolução que ocorria em paralelo a Guerra Fria, assustava a igreja católica ocidental, pois a proximidade dava força aos comunistas. E com o sucesso revolucionário em 1959 o alerta do perigo vermelho acendeu, assim a igreja intensifica a luta contra o mal comunista, vale ressaltar que no Brasil, os discursos da igreja se confundem, pois o que podemos ver é que além de uma igreja militante acerca do comunismo ameaçador, também conseguimos ver uma igreja formadora de sindicatos ruralistas, luta essa encabeçada por esquerdas até hoje.

Ao chegarmos a década de 60 o Brasil entra em um sistema polarizado, discursos inflamados acerca de reformas de bases por um lado e um setor conservador inconformado do outro, um processo de aliado ao progresso com embates e debates acerca do que seria bom ou ruim para o País naquele momento. Assim o Jornal a Fôlha enfatiza seu discurso anticomunista, com a eleição de Jânio Quadros e do Vice João Goulart, a direita conservadora se sentiu mais incomodada do que nunca em agosto de 1961 Quadros em um ato talvez impensado resolve renunciar, “o episódio levou os anticomunistas ao desespero, pois o Vice-Presidente era um político conhecido por cultivar ligações com a esquerda. Sua eleição para o cargo, em 1955, e a reeleição, em 1960, haviam sido apoiadas pelos comunistas” (MOTTA, 2002).

Após gerar todo esse turbilhão de sentimentos Goulart assume o poder, e tem como principais metas as reformas de base que causam desconforto no setor conservador, todo esse procedimento continua inseguro até que em 1964, a ala conservadora brasileira encabeçada por muitos apoios, como exemplo; igreja católica, empresários insatisfeitos, famílias tradicionais ligadas aos preceitos religiosos, mídias e o maior de todos, o apoio dos Norte Americanos em 64 o Jornal a Fôlha começa a relatar enfaticamente a insatisfação com o governo e intensifica o discurso anticomunista, em 4 de abril primeiro jornal pós golpe civil militar, A Fôlha chega a relatar a tranquilidade e rebater críticas acerca de possíveis repressões advindas dos

militares, relatam a tranquilidade que assola o Estado. A partir de então o Jornal com o endurecimento gradativo do regime começa a mudar seu discurso lentamente, até que atitudes autoritárias e opressoras que prejudicam a própria igreja passam a ser tomadas pelos militares e fazem claramente com que a igreja venha a divergir de seu próprio pensamento até aquele devido momento.

Nosso trabalho está inserido no campo da História Política, haja vista discutir as disputas políticas, enveredadas pela igreja, justificadas pelo discurso anticomunista. Foi iniciado a partir de experiência, no âmbito de bolsa de extensão e de apoio técnico nos respectivos anos de 2016 e 2017, desenvolvidas no Laboratório de Documentação Histórica (LABORDOC), sob coordenação e orientação do Professor Dr. Helder Alexandre Medeiros de Macedo, em nossa pesquisa nos deparamos com o jornal A Fôlha e desse modo surgiram nossas inquietações acerca do nosso principal objeto.

Percebemos a partir dessa breve análise que no sertão seridoense no período da Ditadura Militar, existiam muitas instituições que apoiavam o golpe, empresários, mídias e muitas outras, mas principalmente uma delas a Igreja Católica nos chama atenção com seu insistente discurso anticomunista. Sendo assim entendemos que nossa problemática parte da busca por entender como essa relação do pensamento anticomunista vai enveredar e fortalecer no que resulta no golpe civil militar de 1964. Buscamos entender então, como o discurso anticomunista instaurado pela igreja no jornal A Fôlha, vai influenciar nessa sociedade? Quais as características dos escritores desse jornal? Entendemos assim que talvez não tenha sido o discurso anticomunista o principal vetor para instauração do golpe civil militar, mas foi uma das principais vertentes que fortaleceu o sentimento na sociedade. No que tange às características dos escritores dos jornais, nos parece que de grande maioria, é ligada aos setores mais conservadores da igreja.

Como já foi evidenciado nossa pesquisa tem por objetivo analisar o discurso anticomunista no Jornal a Fôlha, em um recorte delimitado entre 1964 e 1968, buscando assim entender o processo de transição para o regime militar. Temos como objetivos específicos investigar e conceituar as ações implementadas pela igreja, tendo em vista sua relação de poder, para com o povo. Esclarecer a relação que havia entre o Jornal e o sentimento anticomunista. Elencar questionamentos acerca de como esse segmento da igreja, vai influenciar no golpe de 64.

Nos debruçamos acerca de uma revisão historiográfica que nos faz rever e repensar o discurso anticomunista, elencamos obras de grande significância para desenvolvimento nesse âmbito de pesquisa, trabalhos como os de Arthur Cassio de Oliveira (2015) *“Entre a cruz e a espada, a foice e o martelo: a representação do anticomunismo no Rio Grande do Norte”*, que discorre sobre o discurso anticomunista através dos jornais; O trabalho de Rosane dos Santos (2013) intitulado *“Imprensa e Doutrina Social: Práticas Discursivas da Igreja Católica em Caicó no Jornal “A Fôlha” (1954 – 1956)”* artigo apresentado na disciplina de Laboratório de História II. E por fim o trabalho de Francisco Lucena (2012) *“Memórias da Ditadura Militar em Caicó entre 1968 a 1978 – Histórias que os caicoenses contam”* artigo apresentado também na disciplina de Laboratório de História II. Todas essas produções tiveram uma crucial importância para desenvolvimento historiográfico local, pois elencam a análise do discurso e o uso dos jornais como fontes.

Nosso trabalho entra para o campo da História Política como produção historiográfica que visa analisar os discursos como meios de produção científica, assim nos embasamos teoricamente no conceito de anticomunismo elencado por (MOTTA, 2002), ou seja “anticomunistas seriam os indivíduos e grupos dedicados à luta contra o comunismo, pela palavra ou pela ação”. Para nos embasar teoricamente acerca do discurso, fazemos um elo com a análise de Maria do Rosário Gregolin (1995) e Michel Foucault (2014), sendo assim “ao analisarmos o discurso, estaremos inevitavelmente diante da questão de como ele se relaciona com a situação que o criou. A análise vai procurar colocar em relação ao campo da língua (suscetível de ser estudada pela Linguística) e o campo da sociedade (apreendida pela história e pela ideologia)”. (GREGOLIN, 1996) Além de trazermos para a discussão René Remond (2003) e Aline Coutrat (2003) em *“Por uma História Política”*.

Na esfera metodológica nosso trabalho partiu do método indiciário elencado por Carlos Ginzburg (1989), onde buscamos por vestígios acerca de nossa pesquisa, mapeando jornais e fazendo cruzamentos das notícias com os fatos ocorridos. Nosso método partiu da curiosidade acerca dos artigos escritos nos jornais, e toda a intencionalidade dos padres que coordenavam o jornal. Sendo assim nos cabe dizer que nossa pesquisa caminha pelos campos e pelas bibliografias, pois foi feito levantamento bibliográfico acerca do que melhor se encaixaria em nossa produção e também levantamento e mapeamento de nossas fontes em campo.

Nossa pesquisa será dividida em três seções a primeira; A imprensa e a Igreja: uma relação de reciprocidade, essa seção vai nos guiar pelo caminho da relação entre igreja e imprensa e como se deu essa relação. A segunda; O discurso anticomunista como antídoto para comunismo no Sertão, na segunda seção faremos uma análise de como era utilizado o discurso anticomunista pela igreja, para coagir a população daquela região. E por fim a terceira seção; A transição do discurso da igreja católica acerca do Golpe Civil Militar, que vai elencar a mudança no discurso da igreja acerca de toda a repressão sofrida pelo regime militar.

A IMPRENSA E A IGREJA: UMA RELAÇÃO DE RECIPROCIDADE

Nosso trabalho começa com a tentativa de mergulhar no universo que tange a relação entre a igreja e a imprensa, elencando principalmente os principais fatores que contribuíram para essa relação. No Seridó o Jornal A Fôlha, chega em 1954 com intuito de levar informações para essa tão distante população, quando falamos de distância, nos referimos diretamente as questões sociais, população em sua grande maioria pobre e analfabeta e ligada a agricultura nos sertões. Lembramos que nossa pesquisa encabeça o que chamamos de reciprocidade entre instituições, como é nesse caso a relação entre O Jornal A Fôlha e a Igreja Católica, podemos ver muito claramente que em meados do século XX a igreja entende a perfeita função dos jornais, e daí em diante forma-se o que podemos chamar de “casamente perfeito”, pois como os momentos eram ruins para a igreja, nada mais natural do que a força das mídias para tentar ajuda-los.

Nossa pesquisa envereda pela estreita relação entre ambas as instituições e busca entender como foi essa relação entre Igreja Católica e Jornal A Fôlha, o que nos faz traçar um caminho interessante entre as fontes e nosso objeto, pois norteia os caminhos que vem dando margem para várias interpretações. Podemos elencar aqui que nossa pesquisa busca entender também como essa relação da Igreja com as

mídias vai influenciar nesse meio social. Primeiro podemos destacar o principal ponto que faz a igreja sustentar essa relação, esse ponto era ligado principalmente ao alcance que se conseguia, pois com tantos progressos muitas vezes as antigas doutrinas católicas eram engolidas. Sendo assim com o jornal ao seu favor, se tinha a ideia de que poderiam alcançar os setores que não tinham acesso as igrejas e a palavra de Deus, o que de certo modo podemos dizer que foi correto.

Mas o que dá embasamento a nossa pesquisa é o discurso anticomunista, que veementemente nos faz recordar das tantas matérias lidas nos jornais acerca de tal assunto, podemos lembrar que esse discurso ganha forças a partir da década de 1930 com a Intentona Comunista²⁰³ de 35 no Brasil, porém o Estado Novo²⁰⁴ de Getúlio Vargas instaurado em 1935 cala o movimento, podemos perceber o sentimento da Igreja Católica como bem lembra Rodrigo Patto Sá Motta;

O temor de que o comunismo conquistasse adeptos entre os fiéis já se revelara em momentos anteriores, mas foi a partir da década de 1930 que a insegurança se fez presente com mais força, tornando-se elemento constante. No Brasil, tal preocupação em preservar a Igreja da “infiltração comunista” se manifestou em diversas ocasiões, principalmente após a década de 1940. O crescimento eleitoral do PCB após 1945 causou grande ansiedade nas lideranças católicas, temerosas de que o apoio ao partido crescesse entre seus fiéis. E a apreensão foi intensificada pela estratégia adotada pelo Partido Comunista, que procurou dissociar sua imagem do ateísmo visando vencer as resistências do eleitorado católico. (MOTTA, 2002. 42)

Com a derrocada da Intentona Comunista pelo então Presidente Vargas o discurso das igreja ganha forças, mas com o fim da Segunda Guerra Mundial a União Soviética se fortalece e o medo volta a assolar o catolicismo, pois os comunistas começaram a reerguesse novamente, mas podemos perceber que esses são processos curtos, pois como também podemos lembrar com o final da segunda guerra veio, o final do Governo Vargas e do Estado Novo, com a eleição de General Dutra, os comunistas mais uma vez caem na clandestinidade e a igreja católica ganha forças em seu discurso, buscando sempre mostrar o lado negativo dos socialistas ou comunistas, termos esses muitas vezes usados para se referir as esquerdas no Brasil. A igreja intensifica sua luta pós 1945, partindo para bem além de seus discursos doutrinadores em seus espaços físicos;

O compromisso dos religiosos para com o anticomunismo não se restringiu ao espaço interno da igreja, ou seja, às possibilidades de doutrinação oferecidas pelas missas. Nos momentos críticos os líderes religiosos usaram seu prestígio e força política para atingir a população através de outros meios, ocupando espaços sociais externos à igreja. (MOTTA, 2002. 45)

²⁰³ A Intentona Comunista foi uma revolta, ocorrida em novembro de 1935, liderada pela ANL (Aliança Nacional Libertadora) e que pretendia derrubar o governo de Getúlio Vargas.

²⁰⁴ O Estado Novo corresponde ao período em que Getúlio Vargas (1882-1954) governou o Brasil entre os anos de 1937 a 1945, no último momento da Era Vargas, marcado pelo autoritarismo, censura e centralização do poder.

Assim percebemos a inserção da igreja de fato nos jornais em todos os cantos do País, uma relação de cumplicidade pois para a instituição igreja, os meios voltados para a imprensa são de fundamental importância para sua sobrevivência diante do tão temido perigo vermelho. Vale lembrar então que nossa fonte norteadora eram as fontes hemerográficas.

Podemos pensar os jornais como fontes de disseminação de conhecimentos muito interessantes, porém, não podemos dizer que são fontes Neutras e totalmente seguras pois vale ressaltar, que antes de ser fonte, os jornais são empresas e todas tem sua própria intencionalidade natural, que se liga diretamente a premissa capital de venda, os jornais antes de tudo tem caráter de produto, eles existem por que existe alguém que os compre, mas além de sua intencionalidade natural o jornal tem, a intenção dos escritores, cada um tem suas próprias características. Sendo assim o jornal se torna nitidamente uma fonte muito difícil de se trabalhar, pois para garantir a segurança de suas informações, tem que se buscar entender quem são seus investidores e seus segmentos, além das características de seus escritores. O que nos faz entender dentre muitos casos esse fator é o que diz Tania Regina de Luca;

Não há como deixar de lado o espectro da censura. Em vários momentos, a imprensa foi silenciada, ainda que por vezes sua própria voz tenha colaborado para criar as condições que levaram ao amordaçamento. O papel desempenhado por jornais e revistas em regimes autoritários, como o Estado Novo e a ditadura militar, seja na condição difusor de propaganda política favorável ao regime ou espaço que abrigou formas sutis de contestação, resistência e mesmo projetos alternativos, tem encontrado eco nas preocupações contemporâneas, inspiradas na renovação da abordagem do político. (LUCA, 2008. 129)

Em muitos casos em que regimes ditatoriais estão em prática, podemos entender como funciona todas essas intenções que as fontes hemerográficas nos fazem sentir, pois parte desses momentos os pensamentos muitas vezes contraditórios, como um exemplo, os donos da empresa apoiam em muitas um sistema e os escritores outro sendo assim, a empresa tem um seguimento e seus escritores outro, muitas vezes passam essa intencionalidade por meio de textos subliminares, em nossa pesquisa na qual nos debruçamos sobre o Jornal A Fôlha, muitas vezes nos deparamos com situações dessa natureza, onde existiam em alguns casos padres extremamente conservadores e outros um pouco mais progressistas. Porém ambos tinham um mesmo sentimento até o Golpe Civil Militar, o fortalecimento do discurso anticomunista visando abrir os olhos da população para o tão temido perigo vermelho.

O DISCURSO ANTICOMUNISTA COMO ANTÍDOTO PARA O COMUNISMO NO SERTÃO

Partimos então para tentar elucidar, e entender como a Igreja Católica disseminava esse discurso tão forte acerca do comunismo e como o anticomunismo era utilizado como forma de cura para o mesmo. Esses discursos apareciam com grande frequência no Jornal A Fôlha, buscavam sempre enfatizar os perigos impostos pelos socialistas elencando sempre a figura de Josef Stalin como ponto negativo, e tinham a pretensão de desencadear de forma sorrateira o poder sobre os cristãos,

demonstrando de forma subliminar como seu sentimento estava correto, segundo Michel Foucault;

Por mais que o discurso seja aparentemente bem pouca coisa, as interdições que o atingem revelam logo, rapidamente, sua ligação com o desejo e com o poder. Nisto não há nada de espantoso, visto que o discurso – como a psicanálise nos mostrou – não é simplesmente aquilo que manifesta (ou oculta) o desejo; é, também, aquilo que é o objeto do desejo; e visto que – isto a história não cessa de nos ensinar – o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo porque, pelo que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar (FOUCAULT, 2012, p. 10).

Pensamos então que desse modo a igreja entendia que exercia controle sobre sua própria instituição e seus leitores, fortalecendo cada vez mais seu discurso, e quando falamos desse processo temos que concordar que nessa situação, o discurso anticomunista ganhou muita notoriedade e se difundiu perante a sociedade, como lembra Foucault;

Suponho que em toda sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que tem por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade (FOUCAULT, 2012, p. 8-9).

A igreja consegue materializar seu discurso de forma simples e eficaz, pois engendra em um processo de ressignificação e conduta moral acerca da sociedade e seus costumes, buscamos analisar esse contexto no interior do nordeste, especificamente na região Seridó situada no Rio Grande do Norte, aqui cabe discutir nossa revisão historiográfica onde elencamos obras como *“Entre a cruz e a espada, a foice e o martelo: a representação do anticomunismo no Rio Grande do Norte”* Dissertação defendida por Artur Oliveira, no ano de 2015 no qual o autor trabalhar o discurso anticomunista e com meio de representação nos jornais potiguaros, um dos momentos mais interessantes e que demonstra claramente esse discurso anticomunista, é que (OLIVEIRA, 2015) fala sobre o caso ligado a insurreição comunista ocorrido em sua cidade natal Currais Novos, onde os principais relatos ficavam por conta do sentimento de medo que circundava a população naquele momento. Outra pesquisa que vale a pena lembrar, é a de Francisco Lucena (2012), pesquisa elaborada no componente curricular Laboratório de História II, denominada *“Memórias da Ditadura Militar em Caicó entre 1968 a 1978 – Histórias que os caicoenses contam”*, esse trabalho e suma importância para nossa pesquisa, pois nos faz entender de forma literal como esse discurso anticomunista chega na população e como serviram para os militares como forma de controle, tendo em vista a apropriação do discurso pelos próprios no Regime Militar.

Diante desse contexto iremos trazer algumas entrevistas feitas e transcritas por (LUCENA, 2012) em sua pesquisa, nesses relatos iremos entender o sentimento de medo que cercava a população naqueles momentos, pois os militares utilizaram discurso como representação de poder, para controlar população além de justificar todos os malfeitos relacionados a oposições.

PADRE ALEXANDRE DANTAS LOPES²⁰⁵

Eu vivi o regime militar, eu morava em Caicó na casa do estudante, a gente formava, um grande grupo jovem em Caicó, Padre Tércio era o diretor espiritual nosso, e a gente se organizava as escondidas (...) o grupo jovem de Caicó com 180 jovens idealistas, a gente não podia falar muito e fazer muito porque era reprimido devido a questão do regime militar (...) a gente se reunia com padre Tércio nos domingos a tarde em uma sala no CDS, a gente debatia vários assuntos, não podia debater pra ninguém saber porque a gente tinha medo de ser reprimido, ser preso (...) Eu tenho conhecimento de coisas bem visíveis que aconteceram em Caicó pessoas que foram presas ou chamadas para depor, documentos que ficaram presos no Exército Brasileiros. Doutor Salomão Gurgel esse foi um dos que foi chamado e documentos ficaram presos, esse foi um dos que foi chamado e documentos ficaram presos, o padre Raimundo também foi chamado pra depor e outras pessoas(...) Havia pessoas disfarçadas em vários lugares, igreja, comercio a gente não podia se expressar porque tinha medo(...) A ditadura militar no Brasil foi a grande mancha negra que aconteceu no Brasil, onde calou a voz de intelectuais, onde tirou a liberdade das pessoas em outras palavras, em resumo, constituiu a paz nos cemitérios.

Desse modo entendemos que os militares, conseguiram se apropriar do discurso anticomunista inserindo assim todo o seu poder de representação, podemos ver que para a população era uma repressão psicológica, haja vista que nos interiores, não existiam repressões tão fortes como nos grandes centros. Com esse contexto chegamos a nossa discussão de fato e recorte temporal, tentando elucidar como se deu o processo de transição no Brasil, partindo do último dia do Governo João Goulart 29 de março de 1964 até o endurecimento do regime militar com Costa e Silva em 1968.

A TRANSIÇÃO DO DISCURSO DA IGREJA CATÓLICA ACERCA DO GOLPE CIVIL MILITAR

Nesse momento discutiremos e traremos nossas fontes para a pesquisa, elencando principalmente, os fatores que foram cruciais no discurso da igreja no período que antecedeu o Golpe Civil Militar, o discurso na transição e a transição do discurso da Igreja. Nosso recorte vai englobar essa discussão elencando principalmente o processo pelo qual a igreja católica enveredou, tendo como principal premissa o discurso anticomunista ferrenhamente exposto no jornal. Transformando assim a igreja em instituição política e religiosa como lembra Aline Coutrot;

O religioso informa em grande medida o político, e também o político estrutura o religioso. Colocando questões que não se pode evitar, apresentando alternativas, ele força as Igrejas a formularem expectativas latentes em termos de escolha que excluem toda possibilidade de fugir do problema. A política não para de impor, de questionar, de provocar as Igrejas e os cristãos, a título individual ou coletivo, obrigando-os a admitir atos que os comprometem perante si mesmos e perante a sociedade[...] Historiadores e sociólogos estabeleceram correlações bastante estreitas entre prática religiosa e atitudes políticas. Podemos nos espantar que o simples praticante,

²⁰⁵ Trecho da entrevista retirado do trabalho de Francisco Lucena, trabalho organizado e apresentado no componente curricular Laboratório de História II, ministrada pela Professora Juciene Batista Felix Andrade, no ano de 2012.

que tem como único alimento o culto ou a missa semanal, seja modelado pelo ensinamento da Igreja a ponto de nele se inspirar em suas condutas sociais e políticas. (COUTROT, 2003.335, 336)

Desse modo entendemos que a igreja além de representação social passa a ser um meio de representação política, onde suas doutrinas e seus dogmas se colocam no lugar das ideologias inseridas na política, em muitos processos percebemos que a igreja da década de 60 principalmente antes do Golpe Civil Militar, tem características muito conservadoras haja vista todo processo sofrido por ela desde o início do século XX, em muitos momentos conseguimos destacar esse medo contra o perigo vermelho pois deixa claro que a igreja tinha lado e qual era esse lado;

Afirmando que “ninguém pode ser, ao mesmo tempo, bem católico e verdadeiro socialista”, D. Vicente Scherer, Arcebispo de Pôrto Alegre, disse que “a posição da Igreja face à doutrina socialista é, hoje, a mesma de sempre (...) Não é a igreja que adora soluções socialistas mas o socialismo, fundado sobre os conhecidos princípios marxistas do materialismo histórico e dialético, que propagou, também, por algumas medidas e reivindicações operárias que decorrem dos direitos fundamentais da pessoa humana e fazem parte por isso da doutrina social cristã promulgada em 1848 anos antes do celebre manifesto comunista(...) Os princípios de justiça e reforma social, que o socialismo tradicional louvavelmente reivindica, não se fundam nas falsas premissas marxistas, mas pertencem ao patrimônio da doutrina cristã Adulteraria substancialmente a encíclica <Mater et Magistra> quem a declarasse favorável a soluções especificamente socialistas. Tomaria a nuvem por Juro quem, lendo o texto da encíclica, visse nela uma aproximação ao socialismo clássico de Carlos Marx(...) Tratemos de construir o progresso no nosso país com os planos de Deus, expressos nas exigências da natureza humana e na palavra salvadora de seu Verbo Encarnado. E não segundo os planos do comunismo, destruidor da liberdade e da dignidade do homem criado à semelhança de Deus.²⁰⁶

Fica claro então que antes do Golpe, a Igreja se posicionava nitidamente contra o socialismo, e qualquer que seja sua vertente, mas como nem um processo é nitidamente sólido em 30 de março de 1964, os militares com intenção de derrubar o então presidente João Goulart se organizam e com o apoio de vários setores da população como, empresários ligados aos setores conservadores e até mesmo a própria igreja. O apoio da igreja é abertamente exposto em declarações com na declaração do jornal A Fôlha que se remete a tranquilidade vivida após o Golpe.

É extraordinária a calma reinante em todo o território nacional, depois do levante que depôs o ex- Presidente João Goulart. Ranieri Mazzilli, como Presidente de Câmara dos Deputados, assumiu a Presidência da República até que o Congresso Nacional aponte um novo Presidente que chefiara a Nação até as próximas eleições. O Presidente da República Ranieri Mazzilli, já nomeou ministros como também já se conhecem os 3 ministros militares.²⁰⁷

Passados os primeiros momentos pós golpe, a igreja começa a perceber já nos primeiros anos que o que aconteceu no Brasil não é totalmente interessante para seus ideais, uma das manobras dos militares que não agradou a igreja foi a nova lei

²⁰⁶ A Posição da Igreja, A FÔLHA, n° 157, 28. Fev. 1964

²⁰⁷ Reina Tranquilidade no País, A FÔLHA, n° 156, 4. Abr. 1964

de imprensa que, teve como premissa censurar meios de comunicação, a igreja sendo detentora de muitos jornais, não recebeu a notícia com graça vindo mais tarde a tornar pública sua insatisfação com os militares;

A nova lei de Imprensa elaborada pelo presidente da República destinada a Rádios e Jornais vem causando verdadeira revolta entre aqueles que fazem Imprensa no Brasil. Vários protestos já foram feitos, mas o presidente não aceita uma reformulação da lei de Imprensa de vários Estados do Brasil vem seguindo para debater a lei e os resultados tem sido de protesto às restrições de liberdade contida na lei em apreço²⁰⁸[...] Como se sabe, está em discussão no Congresso Nacional a nova Constituição elaborada pelo governo Castelo Branco. Para alguns observadores a carta não consolida a democracia no Brasil, conforme opinião que transcrevemos aqui do Jornal do comércio. Para alguns, trata-se de uma constituição para regime totalitário.²⁰⁹

Por fim podemos perceber que a igreja muda seu discurso diante da repressão que se apresenta paulatinamente pois como em todo processo de governo totalitarista, o Estado toma o controle das mídias, censurando principalmente seus opositores calando seus escritores, demonstrando como se fazem processos de repressão no mundo, no final chegando aos momentos finais de nossa pesquisa podemos demonstrar a consolidação de como foi a transição do discurso da igreja católica, pois nesse cenário percebemos os padres somem e outros escritores, não tão ligados a religião aparecem e tratam de forma incessante o processo ocorrido nos meios jornalísticos como no trecho que dá matéria de José Silveira que denuncia todas as negatividades dos governos militares e enfatiza, continuidade na crise haja vista o próximo presidente ser Costa e Silva;

Ai está o Brasil quase quatro anos após a revolução redentora de 1964: moeda desvalorizada ao máximo (ou ainda não é o máximo?) 4 trilhões de dinheiro agitado rodopiando como aqueles papéis picados de fim de ano, renda menor em troca de uma maior exportação uma dívida externa que vai também num galopante crescendo e reservas cambiais que no momento talvez não cheguem a 400 milhões de dólares(...) O terríveis números de cifras que o Governo neste princípio de ano teve de expor de público retratam friamente com essa álgida ferocidade de que só os números são capazes o fracasso de uma política financeira artificial inexequível (...) E assim de garras ainda mais afiadas, mais voraz e mais feroz que o seu antecessor, 1968 abre os braços ou as tenazes ao frustrado, perplexo desarvorado e faminto povo brasileiro. E a ele promete através de aritmética infalível, mais minguas mais dores e mais desespero. Tudo devida e compulsoriamente institucionalizado.²¹⁰

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Portanto esse trabalho se firma em dois pontos de conclusão mirando, responder os principais questionamentos e norteando o sentido final de nossa

²⁰⁸ Lei de Imprensa desagrada, A FÔLHA, n° 303, 07. Jan. 1967

²⁰⁹ Nova constituição continua no congresso A carta não consolida Democracia brasileira, A FÔLHA, n° 303, 07. Jan. 1967

²¹⁰ Retrato de um fracasso, A FÔLHA, n° 40, 13. Jan. 1968

pesquisa, vale ressaltar a importância desse trabalho para os meios voltados para a História política, pois parte de uma análise remota dos fatos, onde buscamos relacioná-los e dar embasamento.

Sendo assim é válido ressaltar que diante de todo andamento percebemos que, a igreja entrelaça um meio ligado diretamente ao discurso anticomunista, e direciona esse discurso diretamente para os leitores do Jornal A Fôlha, dessa forma chegamos a primeira conclusão, que se liga a ideia de que o discurso da igreja influenciou sim a população fazendo com que essa, entendesse que o comunismo era algo ruim e que deveria ser combatido, podemos ver que os militares que com a lição aprendida junto aos discursos da igreja, se apropriam de tal discurso e o moldam, migrando para uma representação de poder, atingindo a população muitas vezes de forma psicológica, laçando o sentimento de medo.

Outro ponto que ficou bastante esclarecido, foi o que podemos entender e relativizar as características dos escritores do Jornal A Fôlha, que em sua grande maioria de início eram padres e apenas com a mudança no discurso é que se teve a também a mudança nos escritores, os padres de certo modo se afastaram, não sabemos os motivos e os escritores ganham ar crítico, diminuindo o próprio sistema a que demandaram apoio. Desse modo compreendemos que o discurso anticomunista nos jornais foi de fundamental importância para a instauração do Golpe Civil Militar, dando ênfase ao anseios descritos pela igreja e fundamentando suas angústias como instituição social e política.

REFERÊNCIAS

FONTES

Laboratório de Documentação Histórica do Centro de Ensino Superior da Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

Artigo do Jornal *A Fôlha*;

A Posição da Igreja, A FÔLHA, n° 157, 28. Fev. 1964

Reina Tranquilidade no País, A FÔLHA, n° 156, 4. Abr. 1964

Lei de Imprensa desagrada, A FÔLHA, n° 303, 07. Jan. 1967

Nova constituição continua no congresso A carta não consolida Democracia brasileira, A FÔLHA, n° 303, 07. Jan. 1967

Retrato de um fracasso, A FÔLHA, n° 40, 13. Jan. 1968

BIBLIOGRÁFICAS

BONET, Luciano. **Anticomunismo**. In: BOBBIO, Noberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Giafranco. **Dicionário de Política**. 12 ed Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2004.

COUTRAT, Aline. REMOND, René (Org.). **Por uma História Política**. Rio de Janeiro: Ed. 2, Ed.FGV.2003.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. São Paulo: Edusp, 1996.

FOUCAULT, Michel. **A Ordem do Discurso**. Aula Inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. 24.ed. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

GINZBURG, Carlo. **“Sinais: raízes de um paradigma indiciário”** IN **Mitos, emblemas, sinais: Morfologia e História**. 1ª reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

GOMES, Edgar da Silva. **A Separação Estado-Igreja no Brasil**. Revista de Cultura Teológica, V.15, N°58, Pag. 65-88, Jan/Mar 2007.

GREGOLIN, Maria do Rosário. **Análise do discurso e mídia: a (re)produção de identidades**. Comunicação, mídia e Consumo. SP, V. 4, N° 11. Pag. 11-25, Nov. 2007.

LUCA, Tânia Regina de. **História dos, nos e por meio de periódicos**. In: PINKSY, Carla Bassanesi. **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2008.

LUCENA, Francisco. **Memórias da Ditadura Militar em Caicó entre 1968 a 1978 – Histórias que os caicoenses contam**. Laboratório de Documentação Histórica – LABORDOC – UFRN, RN. 2012.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)**. São Paulo: ed. Perspectiva, 2002.

OLIVEIRA, Arthur Cassio de. **Entre a cruz e a espada, a foice e o martelo: a representação do anticomunismo no Rio Grande do Norte**. Repositório Institucional – UFRN, RN. 2015.

REIS FILHO, Daniel Aarão. **As revoluções russas e o socialismo soviético** [livro eletrônico] / Daniel Aarão Reis Filho. – São Paulo: Editora UNESP, 2003. – (Coleção Revoluções do século XX / direção de Emília Viotti da Costa)

RÉMOND, René. **Por uma história política**. (org.) Rio de Janeiro: Ed. UFRJ/Ed. FGV. 2003.

SANTOS, Rosane dos. **Imprensa e Doutrina Social: Práticas Discursivas da Igreja Católica em Caicó no Jornal “A Fôlha” (1954 – 1956)**. Laboratório de Documentação Histórica – LABORDOC – UFRN, RN. 2013.

“O PODER TEMPORAL NÃO DEPENDE E NEM CARECE DO ESPIRITUAL”: IDEIAS REPUBLICANAS NO JORNAL O MOSSOROENSE (1872-1875)

Elioenai de Souza Ferreira²¹¹

Entre 1872 e 1875, em sua primeira fase de circulação, o jornal O Mossoroense se posicionou como um periódico de cunho liberal e de oposição ao governo conservador. Com a eclosão da Questão Religiosa²¹², o jornal assumiu cada vez mais uma postura em defesa da Maçonaria e crítica aos católicos ultramontanos²¹³ e políticos conservadores. Nesse contexto, o regime republicano é apresentado pelo jornal como a solução adequada não apenas para dar fim à Questão Religiosa, mas também como a forma de governo.

As interdições que Dom Vital²¹⁴ lançou às irmandades que não se submeteram à sua ordem de expulsar aqueles que não abjurassem da Maçonaria, suscitaram questionamentos à natureza da relação entre Estado Imperial e Igreja Católica no Brasil. As irmandades religiosas, embora estivessem sob a jurisdição eclesiástica dos bispos, também eram reguladas pelo poder civil.

Essa condição de dupla vinculação mostrou-se fonte de tensão na Questão Religiosa, pois as irmandades que se recusaram a expulsar seus membros maçons não encontraram amparo legal para tal ato na legislação civil. Spencer de Barros descreve as complexas questões que envolviam o embate entre os católicos ultramontanos e as irmandades religiosas, que expressava os ideais de progresso, liberdade e modernidade.

As irmandades eram associações mistas, instituídas ao mesmo tempo pelo Estado e pela Igreja, um velando pela sua parte civil, a outra pela parte espiritual. Mas onde estava, exatamente, o limite entre o temporal e o espiritual? Vago e incerto, a quem competiria estabelecer-lo? À Igreja ou ao Estado? [...]. Assim, nesse episódio aparentemente insignificante estavam envolvidos interesses opostos da maior importância e que lhes davam um relevo que custamos hoje a compreender: por trás da questão mezinha dos

²¹¹ Mestre em História (PPGH-UFCG). E-mail: elioenaihistoria@gmail.com

²¹² Conflito que envolveu, entre 1872-1875, os setores ultramontanos da Igreja Católica em oposição à Maçonaria e ao Governo Imperial.

²¹³ Católicos que defendiam a preponderância do poder do Papado em questões de ordem eclesiástica.

²¹⁴ Vital Maria Gonçalves de Oliveira foi bispo da Diocese de Olinda entre 1872-1878 e uma das principais lideranças ultramontanas e opositoras da Maçonaria.

interditos reaviva-se, com calor e paixão, a secular luta entre a Igreja e o Império. (BARROS, 2004, vol.6, p.396).

Dom Vital e as demais lideranças ultramontanas se baseavam nos documentos papais que condenavam a Maçonaria. Porém, tais diplomas da Santa Sé não haviam recebido o *placet* ou beneplácito imperial, ou seja, a autorização conferida pela Coroa para que os mesmos tivessem validade jurídica efetiva no Brasil.

Desse modo, houve um choque entre os poderes espiritual e temporal. Aqueles que defendiam o regalismo, isto é, a submissão da Igreja à Coroa e ao Estado Nacional viram nas atitudes de Dom Vital um desafio à autoridade estatal. Especialmente com o agravamento da tensão, quando o prelado não acatou o parecer do Conselho de Estado que recomendou a suspensão das interdições às irmandades. Para os ultramontanos e seus aliados ou simpatizantes, o bispo estava agindo no cumprimento do seu dever pastoral e obedecendo ao seu superior, o Papa.

Para os republicanos e os que defendiam a laicização do Estado, as disputas entre governo civil e oficiais da Igreja Católica deixavam à mostra as contradições nas relações entre trono e altar. E, nesse cenário, apontavam o que seria, a seu ver, a solução para a Questão Religiosa: o rompimento dos laços entre Igreja e Estado. Sobre esse tema, o *Mossoroense* se manifestou, afirmando que, se os clérigos "se arrojavam contra os poderes do Estado", a saída para "uma paz duradoura" a longo prazo seria a retirada do catolicismo da condição de religião oficial.

Cumpre-nos dizer o que se tem provado um milhão de vezes, que o poder temporal não depende e nem carece do espiritual; não se pode provar que, para uma nação ser feliz, isto é, engrandecida pelo progresso material e civilisada pela moral dos seus habitantes seja mister seguir a religião Catholica Romana. Ahi estão para attestar o contrario os "ereges" ingleses e alemães em seus grandiosos e soberbos Estados, potencias de primeira ordem. (*O Mossoroense*, 02 de agosto de 1873, p.1).

Estamos diante, portanto, de uma visão laicizante da política e da sociedade, mas mesmo assim ela pode ser relativizada, pois os países colocados como modelos de felicidade, progresso e civilização, a Inglaterra vitoriana e a Alemanha unificada do I Reich, tinham igrejas protestantes sob a chancela estatal.

Nesse sentido, o discurso do jornal vai ao encontro da ideia de que o catolicismo atrelado ao Estado representava o arcaico, o atraso; enquanto os "ereges"

protestantes conseguiram elevar seus Estados a "potencias de primeira ordem" sem, no entanto, abandonarem sua religião, ao mesmo tempo em que a mantinham ou submissas ao poder temporal ou deles separada, o que indicaria seu caráter moderno, adequado aos novos tempos.

O que não se adequava aos tempos modernos ou ao "século" era o regime monárquico que vigorava no Brasil. Não obstante ser, formalmente, uma monarquia constitucional, a Coroa dos Bragança, tendo como seu titular Dom Pedro II, era vista pelo jornal como um resquício do absolutismo do século XVIII, permeada pela corrupção e pelo despotismo. E, diante da instituição do Poder Moderador, visto como um poder arbitrário, pelo qual o Imperador intervinha nas instituições do Estado, bem como das recorrentes fraudes nas eleições, o periódico reivindicava uma reforma eleitoral que expressasse a vontade da maioria da população.

Uma, senão a principal couza, que podia tornar os brasileiros defensores de si mesmo contribuindo para fazer chegar a um estado mais perfeito de prosperidade o cidadão e a patria sem precisar, por seu mal e vergonha, de um Perpetuo Defensor, cuja tutela e senhorio absoluto se tem tornado indigno do seculo e do continente americano é, sem contradicção alguma, a lei que faça da eleição uma verdade, a reforma eleitoral, aspirada por tantos espiritos e a tanto tempo reclamada [...]. Quando se fará entre nós uma eleição que exprima a vontade nacional? (*O Mossoroense*, 3 de maio de 1873, p.1).

De acordo com esse discurso, a monarquia era dispensável para a prosperidade dos brasileiros. Ao invés de esperarem por alguma mudança vinda do poder imperial, deveriam tomar as rédeas de sua própria defesa e do rumo que poderiam dar ao país, livrando-se, assim, do domínio do trono, substituindo a soberania da Coroa pela soberania do povo, expressa no voto.

Além disso, o jornal qualificava o regime imperial como um elemento estranho ao continente americano, numa referência ao fato do Brasil ser então a única monarquia das Américas, bem como "indigno do seculo" ou seja, um regime arcaico, anacrônico, fora do seu tempo, não mais tolerável no século XIX, no qual progresso, evolução e liberdade eram as palavras de ordem.

Acerca do instrumento do Poder Moderador ou "poder pessoal" exercido por Dom Pedro II, Jurandir Malerba traça um panorama geral de seu funcionamento durante parte do Segundo Império.

No período de relativa estabilidade econômica vivida no Brasil na segunda metade do século XIX, experimentou-se a política arbitrária do imperador [...]. Principalmente durante a transação (entre 1848 e 1862), em que os partidos

políticos imperiais perderam seus já tênues perfis, manifestou-se em sua plena força o poder pessoal do monarca e consagrou-se o poder oligárquico em torno do Paço de São Cristóvão. [...]. Assim, o monarca exerceu, na prática, sem contestações consequentes até a década de 1870, seu poder absoluto. (MALERBA, 1999, pp.137).

Para os liberais republicanos, a República seria o regime de governo ideal para os tempos modernos, mais especificamente o modelo federativo dos Estados Unidos da América, com ampla autonomia para as unidades da federação, em contraste com o centralismo da ordem saquarema. Para eles, a república era sinônimo de democracia.

Além disso, estava diretamente associada aos conceitos de federação e soberania popular (VISCARDI, 2016, p. 142). Angela Alonso, tomando como fonte o Manifesto Republicano de 1870, demonstra os argumentos em favor da federação republicana.

A federação estaria inscrita no continente e na memória nacional. Esta linha de argumentação também tem continuidades com a tradição intelectual do Império: o americanismo. Entretanto, a América saquarema, vimos, dizia respeito à identidade nacional e se idealizava em romances, a América dos liberais republicanos expressava um modelo político e um desenho institucional: o regime republicano federativo dos Estados Unidos. [...]. O Manifesto condenava o belicismo que os saquaremas mantiveram em relação à “barbárie” sul-americana. Deslocava o espelho do país da Europa para a América. Mas tal qual o indianismo, fulcro do americanismo imperial, o novo americanismo também calava a escravidão, combatendo anodidamente o “privilégio de raça”. (ALONSO, 2002, p. 184).

A reivindicação pela reforma do sistema eleitoral estava em sintonia com o Manifesto Republicano de 1870, no qual se afirmava que “não há nem pode haver representação nacional onde não há eleição livre”, onde “a vontade do cidadão e a sua liberdade individual” estavam sob a dependência das forças que controlavam as estruturas do Estado. Desse modo, o Manifesto direcionava suas críticas ao sistema político erigido pelos saquaremas, ou seja, os conservadores.

A crítica ao Poder Moderador também está contida no Manifesto, quando declara que “uma Câmara de Deputados, demissível à vontade do soberano e um senado vitalício, à escolha do soberano, não podem constituir de modo nenhum a legítima representação do país”. (BRASILIANSE *apud* BARATA, 1999, p.126). Como ressalta Alonso, os liberais republicanos consideravam que o sistema monárquico como um todo se mostrava inadequado às demandas da “nação” brasileira.

A crítica central ao Império repisa o bordão liberal da falha de representação política. Seus alvos são a centralização política, o Poder Moderador, o Conselho de Estado. O regime monárquico não garantia as liberdades individuais, políticas, nem as econômicas, comerciais [...]. O “absolutismo”, a preponderância do “poder pessoal” não é mais reportado ao exclusivismo de um partido, como fazia até então o Partido Liberal, mas um “defeito de sistema”, à própria forma monárquica. (ALONSO, 2002, p. 183).

O apelo ao “povo” como fonte de onde eram emanadas a soberania e a legitimidade dos regimes políticos pode ser observado num texto no qual o editorial do *Mossoroense* fez comentários a respeito do processo de Independência do Brasil em 1822.

O dia 7 de setembro de 1822 não foi uma manifestação do povo, não foi uma revolução, uma luta gigante e nobre, uma rebelião dos servos contra os senhores. Pacíficos e calmos foram seus efeitos! Quem lutou para ser heroe, quem perdeu sangue para ser martyr? A 4 ou 5 annos antes, tivemos heroes da independencia, verdadeiros patriotas; os martyres de 17, os illustres pernambucanos. Perderam a vida pela patria, sim foram martyres tambem os nobres mineiros que em 1789 a infame alçada fez exilar e morrer nas torridas praias da Africa, infelizes companheiros de Tiradentes, a quem cortaram a cabeça. (*O Mossoroense*, 13 de setembro de 1873, p.1)

O autor do editorial dá a entender que a monarquia do Brasil carece de apoio popular desde as origens do Estado brasileiro em 1822. Mesmo tendo havido combates entre brasileiros e tropas portuguesas na Bahia, no Piauí e no Pará, o processo de independência do Brasil frente à metrópole portuguesa é interpretado como um evento pacífico, ocorrido tão somente no plano das negociações políticas. Afinal, o Brasil independente nasceu sob a continuidade da monarquia dos Bragança.

Na visão do autor, não houve heroísmo, não houve revolução, não houve derramamento de sangue, não houve martírio. Todos esses aspectos, contudo, estariam presentes nos movimentos republicanos tomados como referência, o da Revolução Pernambucana de 1817, que se voltou contra o governo de Dom João VI, e a Inconfidência Mineira, com sua figura emblemática do Tiradentes, apresentado em narrativas maçônicas como um dos precursores da Maçonaria no Brasil, chegando a afirmar, inclusive, que a conjuração em Minas Gerais foi um movimento articulado pela organização secreta.

Ao considerar a Inconfidência Mineira como um movimento engendrado pela Maçonaria, essa leitura dos fatos coloca a Ordem maçônica como a protagonista de eventos não apenas no âmbito da História do Brasil, mas também na história global,

o que contribui para reforçar a imagem dos maçons como vinculados a uma organização universal e conspiratória.

Em geral, essas narrativas começam demonstrando que a Conjuração não foi um episódio regional. Tal movimento teria feito parte de um projeto internacional elaborado para tornar livre todos os povos. A Conjuração, a Revolução Francesa (1789) e a Independência dos Estados Unidos (1776) seriam expressões de um mesmo fenômeno: a manifestação revolucionária por democracia e liberdade que sacudiu a Europa e a América por meio das atividades maçônicas. [...]. Percebe-se que a ideia do elo de corrente reforça a imagem de que todos os movimentos do século XVIII estavam meticulosamente interligados e articulados por intermédio da maçonaria. (MOREL; OLIVEIRA, 2008, p. 56).

Essa leitura dos eventos históricos que marcaram o país está em consonância com a interpretação dada pelos redatores do Manifesto Republicano, no sentido de que a “nação” brasileira ainda não alcançara seu pleno desenvolvimento, o que só viria acontecer com a instalação do regime republicano. Comentando sobre essa concepção dos liberais republicanos, Alonso sintetiza seus principais aspectos.

As instituições políticas seriam uma herança portuguesa. A Independência não teria alterado o *status quo* colonial: a ausência de participação popular na fundação do Primeiro Reinado e a constituição outorgada seriam provas de que a monarquia teria sido uma imposição, não uma escolha pela via da “soberania nacional”. A Regência é descrita como regime que sagrava a “elevação do pensamento democrático”, um oásis da liberdade entre o “despotismo real” e a “liberdade aparente” dos dois reinados. Na verdade, uma tradição alternativa aos saquaremas é construída pelo resgate dos conflitos soterrados da história nacional pré-dominância saquarema: a Inconfidência Mineira, a Confederação do Equador, o Ato Adicional, a Regência e suas revoltas. Já o Segundo Reinado seria produto de uma “conspiração”. (ALONSO, 2002, p. 183).

A essa altura, nos anos 70, Tiradentes já era cultuado pela Maçonaria como um dos seus mártires. Um mártir maçom e republicano. Saldanha Marinho, líder dos liberais republicanos, quando governador da Província de Minas Gerais, havia mandado construir um monumento em homenagem ao alferes na cidade de Ouro Preto, antiga Vila Rica, onde o inconfidente fora executado em 1792. (CARVALHO, 1990, p.57).

Não apenas os maçons reverenciavam a figura do Tiradentes, mas alguns grupos republicanos pelo país afora já cultuavam a memória do alferes como um herói

nacional, antes da proclamação da República de 1889, que o elevou ao panteão dos heróis da pátria republicana. O historiador José Murilo de Carvalho relata como Tiradentes era homenageado nos círculos republicanos na segunda metade do século XIX.

A busca de um herói para a República acabou tendo êxito onde não o imaginavam muitos dos participantes da proclamação. Diante das dificuldades em promover os protagonistas do dia 15, quem aos poucos se revelou capaz de atender às exigências da mitificação foi Tiradentes. Não que Tiradentes fosse desconhecido dos republicanos. Campos Sales tinha um retrato do inconfidente em seu escritório. Os clubes republicanos do Rio de Janeiro, de Minas Gerais e, em menor escala, de outras províncias vinham tentando, desde a década de 1870, resgatar sua memória. [...]. Em 1881, houve no Rio de Janeiro a primeira celebração do 21 de abril. Até mesmo em província distante como o Rio Grande do Sul, com tantos candidatos próprios a heróis republicanos, foi apresentada em 1881 proposta de monumento, feita por jornal de Pelotas. (CARVALHO, 1990, p.57).

Portanto, no discurso registrado no Mossoroense, os movimentos que haviam tido a participação do "povo" foram os de inspiração republicana. Em consequência, a República seria a solução para uma melhor e mais ampla representatividade política, abrindo os espaços da vida pública para outros atores sociais.

Esse era o ideal dos liberais republicanos, surgidos a partir de dissidências do novo Partido Liberal fundado em 1868. Os liberais republicanos mantiveram as propostas clássicas do liberalismo de quanto às liberdades de consciência, de comércio, de expressão. Porém, acrescentaram a elas as demandas de maior participação política e de reformas sociais, como abolição da escravidão e reformas no sistema eleitoral.

A demanda por uma abertura do sistema político do Império estava relacionada diretamente com o perfil social da maioria dos liberais republicanos, oriundos das camadas médias urbanas identificadas com as profissões liberais e com o comércio. Os responsáveis pelo Mossoroense se enquadravam nessa descrição. Tinham interesses distintos dos liberais ligados ao mundo agrário e rural.

Nesse aspecto, aproximavam-se dos republicanos do Rio de Janeiro, que lançaram seu Manifesto em 1870 e se distanciavam dos republicanos liderados pelos cafeicultores paulistas, que em 1873 criaram seu próprio Partido Republicano e davam mais ênfase, em seu programa político, à autonomia administrativa das províncias.

Os republicanos de São Paulo e do Rio de Janeiro representavam preocupações totalmente distintas. Enquanto os republicanos da capital, ou melhor, os que assinaram o Manifesto de 1870, refletiam as preocupações de intelectuais e profissionais liberais urbanos os paulistas refletiam preocupações de setores cafeicultores de sua província. [...]. A principal preocupação dos paulistas não o governo representativo ou os direitos individuais, mas simplesmente a federação, isto é, a autonomia provincial. (CARVALHO, 2008, p.209).

O grupo político representado pelos editores e redatores do *Mossoroense* estava mais em sintonia com os republicanos do Rio de Janeiro que, mesmo não tendo se organizado numa estrutura partidária, influenciaram grupos pelo país afora a se posicionarem politicamente a favor da mudança do regime político no Brasil.

No entanto, na sua maioria, os expoentes e promotores do republicanismo não propunham uma ruptura imediata e violenta com o regime monárquico então vigente no Brasil. Ao contrário, seus posicionamentos políticos expressavam uma ambiguidade, um tipo de meio termo entre moderação e radicalização, entre reformas e manutenção da ordem social.

A reforma completa das instituições políticas saquaremas surge como remédio para debelar não a anarquia passada, das elites, mas a revolução futura, das massas. [...]. A radicalização está nos títulos de seus periódicos e artigos, falando em nome do povo e da república, mas pedindo as mudanças no ritmo do império: como “revolução moral”. A radicalização, no entanto, não era inteiramente afastada. Os liberais republicanos quebravam os limites da opinião pública admitida nas instituições imperiais, recorrendo a vias políticas não parlamentares, como os jornais e as conferências, para angariar em seu favor setores sociais exógenos ao domínio saquarema (ALONSO, 2002, p. 187).

Em Mossoró, no interior da Província do Rio Grande do Norte, um desses grupos tinha no jornal *O Mossoroense* um veículo para a difusão de suas ideias, ainda que o movimento republicano viesse a se organizar e institucionalizar em terras norte-rio-grandenses durante a década de 1880, como demonstrado por BUENO (2002).

O referido autor pondera que, com exceção de Pernambuco, o republicanismo era um movimento ainda incipiente, nos anos 1870, nas províncias ao norte da Corte imperial. Porém, reconhece que havia grupos isolados de simpatizantes da causa republicana.

O movimento republicano nas províncias do Norte na década de 1870 era fraco. Afora em Pernambuco, com velhas tradições republicanas vindas das revoluções de 1817, 1824 e 1849, praticamente existia apenas em manifestações isoladas de simpatia por parte de sinceros aderentes ou de monarquistas ressentidos. [...]. Quando a República foi proclamada, somente Pernambuco e Rio Grande do Norte tinham partidos republicanos oficialmente organizados e funcionando regularmente. (BUENO, 2002, p.58).

Em nossa pesquisa, constatamos que os redatores do *Mossoroense*, juntamente com o círculo de seus apoiadores, mesmo não tendo se organizado formalmente num partido republicano, podem ser considerados como um ponto de inserção das ideias republicanas na Província do Rio Grande do Norte, ainda que Bueno não os mencione em sua obra, atribuindo as mossoroenses o pioneirismo somente com relação ao movimento abolicionista. (BUENO, 2002, p.60).

Sobre a formação do partido republicano no Rio Grande do Norte, Almir Bueno acrescenta ainda que esse processo se deu principalmente a partir de contatos de indivíduos da província com grupos de norte-rio-grandenses que moravam na capital do Império.

Na verdade, foi do contato de João Avelino com os republicanos norte-rio-grandenses há muito radicados na Corte que começou a tornar-se mais concreta a possibilidade de se criar, em fins da década de 80, um movimento republicano mais organizado no Rio Grande do Norte. De certa forma, podemos afirmar que o impulso definitivo para a organização de um partido republicano na província veio “de fora”, por influência “exógena”, ainda que confirmasse os poderosos laços do clientelismo. (BUENO, 2002, p.64).

O que podemos concluir, por ora, é que os responsáveis pelo até então único periódico impresso em Mossoró se negaram a ficar de fora das questões que movimentavam o cenário sociopolítico não apenas local ou regional, mas também os que afetavam o Império como um todo. Nesse sentido, a Questão Religiosa e o republicanismo foram mobilizados pelos seus redatores para delimitarem suas posições nos campos político e religioso, dando visibilidade e circularidade às ideias por eles defendidas.

FONTE:

Jornal **O Mossoroense**. 04.10.1873 a 24.01.1874. Fundação Vingt-un Rosado. Coleção Mossoroense. Série “E” (Periódicos), Volume 3, s.d.

REFERÊNCIAS:

ALONSO, Angela. **Idéias em movimento: a geração de 1870 na crise do Brasil-Império**. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

- BARATA, Alexandre Mansur. **Luzes e sombras: a ação da Maçonaria brasileira (1870-1910)**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1999.
- BARROS, Roque Spencer M. de. A Questão Religiosa. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. **História Geral da Civilização Brasileira: o Brasil monárquico. Declínio e queda do Império**. Tomo II. Vol. 6. – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004, pp. 392-423.
- BUENO, Almir de Carvalho. **Visões de República: idéias e práticas políticas no Rio Grande do Norte (1880-1895)**. Natal: EDUFRN, 2002.
- CARVALHO, José Murilo de. **A construção da ordem: a elite política imperial. Teatro de sombras: a política imperial**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.
- _____. **A formação das almas: o imaginário da República no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- CASCUDO, Luís da Câmara. **Notas e Documentos para a história de Mossoró** – 5. ed. – Mossoró: Fundação Vingt-un Rosado, 2010.
- FERNANDES, Luiz. **A imprensa periódica no Rio Grande do Norte de 1832 a 1908**. Natal: Fundação José Augusto; Sebo Vermelho, 1998.
- MOREL, Marco; OLIVEIRA, Françoise Jean de. **O poder da Maçonaria: a história de uma sociedade secreta no Brasil**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.
- NEVES, Lúcia Maria Bastos P. Liberalismo Político no Brasil: idéias, representações e práticas (1820-1823). In: GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal; PRADO, Maria Emilia. **O liberalismo no Brasil Imperial: origens, conceitos e prática**. Rio de Janeiro: REVAN, 2013.
- SANTIROCCHI, Ítalo Domingos. **Questão de Consciência: os ultramontanos no Brasil e o regalismo do Segundo Reinado (1840-1889)**. Belo Horizonte: Fino Traço, 2015.
- VAINFAS, Ronaldo (Org.). **Dicionário do Brasil Imperial (1822-1889)**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002.
- VIEIRA, David Gueiros. **O protestantismo, a maçonaria e a questão religiosa no Brasil**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1980.

IMPrensa NEGRA PAULISTA: O IDEAL DE PROGRESSO PELA EDUCAÇÃO (1918-1937)

Allyson Afonso dos Santos Silva²¹⁵

Clivya da Silveira Nobre²¹⁶

Talita Alves da Cruz²¹⁷

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A imprensa nasce no Brasil em 1808 com o advento da chegada da corte portuguesa, tendo o Rio de Janeiro como sede da corte. Após a Independência, em 1822, a imprensa se tornou um importante meio para propagação de diferentes ideias como: lutas políticas, intensas críticas ao governo e a abolição da escravidão. A Imprensa Negra funcionava como uma forma de protesto as desigualdades raciais no Brasil.

O objetivo deste texto historiográfico é de compreender os discursos dos jornais da Imprensa Negra Paulista no início da República sobre a educação e a civilidade buscando responder a seguinte questão: “qual era o papel da educação na inserção da população negra no caminho do progresso de acordo com o discurso da Imprensa Negra paulista no início da República (1918-1934)?” Para isso, fizemos uma análise das origens da Imprensa Negra em São Paulo, das condições financeiras para produção desses jornais, os objetivos de seus editores, a relação desses jornais com organizações negras, o acesso da população negra a educação e o discurso da elite intelectual branca nesse mesmo contexto. Identificamos que, na visão geral dos grupos letrados daquela época, a educação era a maneira de civilizar a população brasileira, o conduzindo na direção do progresso, e que essa era responsabilidade da própria população, desconsiderando as barreiras sociais e econômicas que as camadas mais baixas da população precisavam enfrentar para esse fim.

A ORIGEM E AS FASES DA IMPRENSA NEGRA EM SÃO PAULO

²¹⁵ Graduado em História (licenciatura) pela UFRN/ Natal. Graduando em História (bacharelado) pela UFRN/Natal. E-mail: allysonafonso@outlook.com

²¹⁶ Graduanda em História (licenciatura) pela UFRN/Natal. Bolsista remunerada de Iniciação Científica (PIBITI UFRN) no projeto “Estudos de demografia histórica e geografia política” do Departamento de História. E-mail: clivynha13@gmail.com

²¹⁷ Graduanda em História (licenciatura) pela UFRN/Natal. Bolsista voluntária de Iniciação Científica. E-mail: litacruzdz@gmail.com

O nascimento da Imprensa Negra no Brasil se deu em uma sociedade desigual, permeada de heranças de uma sociedade escravista, foi forjada por negros letrados com o objetivo de combater o preconceito e a discriminação racial no Brasil. Os jornais tinham um público específico, a população negra.

Mas a dificuldade em manter sua circulação os impedia de possuírem edições frequentes, a maioria quinzenal ou até mesmo mensal. Ocorreu o processo de “branqueamento” no século XIX, no qual muitos teóricos especularam sobre o “fim da raça negra”, como Sílvio Romero e Euclides da Cunha. Nesse ínterim, a mão de obra negra e liberta foi sendo substituída pela dos imigrantes italianos, dificultando o trabalho para os negros. Nesse contexto, surgiram paulatinamente, periódicos para abordar inquietações relativas ao negro na sociedade.

Os primeiros periódicos redigidos por negros aparecem no contexto de tentativas de emancipação dessa população, tendo o preconceito e o caráter étnico como temas primordiais. De acordo com Miriam Ferrara, pode-se distinguir três fases dentro da imprensa negra brasileira, a primeira de 1915-1923, a segunda, de 1924-1937, e a terceira, de 1945-1963, cada qual com suas especificidades. Delimitar a Imprensa Negra de maneira tão restrita em períodos pode ser algo problemático, pois antes de 1915 já havia a circulação de periódicos direcionados a negros com cunho abolicionista e debates sobre preconceito. Neste texto, adotaremos parcialmente a periodização da autora, com exceção da pauta referente ao início da primeira fase. A primeira fase é marcada pelo início da tentativa de conscientizar o negro sobre sua situação social, poucas matérias conteriam reivindicações políticas. Um exemplo é o jornal “Homem de Côr”, criado em 1833, no Rio de Janeiro, tratava sobre a abolição da escravatura. Acabou tendo apenas cinco edições. Os primeiros periódicos redigidos por negros aparecem no contexto de tentativas de emancipação dessa população, tendo o preconceito e o caráter étnico como temas primordiais.

Os jornais paulistas do período da Primeira República que compõem a chamada Imprensa Negra superam no quadro social funções usuais as quais a grande imprensa, majoritariamente branca, costumava ocupar, transcendendo caráter puramente informativo em razão ao reforço e exaltação da figura do *Homem de cor* e ao ideal de progresso, educação e civilidade suportado pelas figuras negras letradas por trás da edição desses jornais e daqueles os quais tinham acesso aos mesmos.

Enfrentando dificuldades financeiras, sendo mantidos através de anúncios ou com dinheiro dos bolsos dos envolvidos em sua publicação, gerando muitas vezes

prejuízos, pois, como nos informa Leite (apud FERRARA, 1985), como ninguém comprava eram muitas vezes dados de graça, os jornais da imprensa negra cumpriam papel de articuladores sociais, de voz para ideias e reivindicações de uma classe que as tinham raramente incluídas nas páginas dos meios tradicionais. Eram divulgadores de eventos e inquietações sociais, meios de luta contra o preconceito e conscientizadores da população negra da posição onde estavam enquadrados na sociedade brasileira. Principalmente, eram meios de valorização à instrução e ao combate ao analfabetismo.

A FRENTE NEGRA BRASILEIRA (FNB) E O JORNAL A VOZ DA RAÇA

O jornal *A Voz da Raça* surgiu em março de 1933 como integrante da segunda fase. Nesta, as reivindicações políticas estão presentes com mais força. O periódico em questão tinha por objetivos divulgar os ideais da Frente Negra Brasileira, originada em 1931. A FNB possuía o intento de ascensão social do negro, utilizando de metas como estimular a educação, trabalhar e progredir. No seguinte trecho, de 17 de março de 1934: “O espírito do século é a cooperação, o conagraçamento da vontade. O maior anseio da humanidade é a aproximação dos povos e daí vem a nova educação e a verdadeira sociabilidade, baseada no alto conceito cristão da igualdade dos homens.” (A VOZ da Raça, 1934, p.4).

No trecho acima, há uma ideia de união entre toda a humanidade, que todos se auxiliem e cooperem uns com os outros. A partir disso, cessariam as diferenças e o preconceito construído pelos dominantes, possibilitando o surgimento de uma nova educação. A quebra do preconceito é justamente o objetivo do jornal, que utiliza do ideal cristão para atrair indivíduos à suas ideias e convencê-los da igualdade universal. Mesmo sendo um jornal para negros, isso não impedia que brancos o lessem. Mas os negros necessitavam de convencimento, já que eles próprios eram o público dessa mídia? De acordo com Miriam Ferrara (1985, p. 195) “cabe a essa imprensa fazer com que o negro supere a sua passividade e o seu conformismo”. No entanto, negar a ação do negro, qualificando-o como conformado e pacífico se qualifica como uma pretensão de silenciar suas lutas históricas e cotidianas. A população negra, majoritariamente pobre, é tida como “conformada”, mas houve revoltas de escravizados, reivindicações da população negra liberta. Uma pessoa negra pobre precisaria trabalhar a maior parte de seu dia para sustentar a si e a sua família,

tornando mais complicado reivindicar constantemente pelos seus direitos, o que não significa que fosse pacífica e aceitasse tudo que lhe era imposto.

A maioria dos jornais da imprensa negra eram mantidos com poucos recursos financeiros, os editores precisavam tirar do próprio bolso sua produção e sobreviver das contribuições dos leitores. Isso dificultava, pois a maior parte dos negros não eram alfabetizados. A Voz da Raça era uma exceção, pois se mantinha com o auxílio da Frente Negra e de seus anunciantes, dotado de colaboradores fixos, brancos e negros, desde que suas ideias fossem adequadas às do movimento.

PERIÓDICO A VOZ DA RAÇA E A TEMÁTICA DA EDUCAÇÃO

Sendo A Voz da Raça um importante meio de divulgação dos ideais defendidos por uma associação negra tão antiga como a FNB, a análise dos discursos veiculados pelo periódico se faz salutar para a compreensão das origens do movimento negro no Brasil. Para abordar a temática da educação nesse periódico, utilizamos como fontes históricas as edições que podem ser encontradas no acervo da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional (disponível em <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>), entre os anos de 1933 e 1937.

Utilizando a própria ferramenta de busca do site do acervo, buscamos o termo “educação”, e, ao analisar o conteúdo dos artigos em que essas citações ao termo estavam presentes, foi feita uma triagem, selecionando os textos em que a defesa de opinião estava mais explícita, e obtivemos um total de 32 resultados. Adaptamos e utilizamos a metodologia de Análise de Conteúdo, de Laurence Bardin, para melhor abordar as fontes selecionadas. Criamos algumas categorias gerais para classificar cada artigo, de acordo com o tema abordado em seu discurso, são as seguintes: “comportamento e questões morais” com 20 artigos, “governo e políticas públicas” com 4 artigos, “relato histórico” com 3 artigos, e “outros” com cinco artigos.

Fica nítida a maior quantidade de artigos na primeira categoria, que se caracterizam por conter orientações de como os negros deveriam agir e quais medidas deveriam tomar para a maior integração na sociedade e maior progresso da raça. Textos com críticas e sugestões de mudanças aos poderes públicos, assim como explicações históricas para a situação do negro naquele contexto, estavam em menor quantidade. Isso denota que o objetivo maior desse periódico era dialogar com os próprios negros, atribuindo a eles responsabilidade maior na superação da exclusão racial.

EDUCAÇÃO COMO RESPONSABILIDADE DO PRÓPRIO NEGRO

Podemos citar um fragmento da edição n. 18 do um jornal de 1926 *O Clarim d'Alvorada*, (O CLARIM d'Alvorada, 1926, p. 5) em que o colunista Horacio da Cunha, discute em sua coluna o como foi encontrar um jovem negro artista e se frustrar com isso, falando sobre o não letramento daquele rapaz, dizendo que não era admissível que um jovem negro daquela época não quisesse se alfabetizar, isso, de início pode parecer uma visão dúbia por parte do colunista. Aparentemente o mesmo não respeita alguém que não fosse letrado, vai discutindo, e orientando, a necessidade de educar os jovens negros, para que os mesmos possam ter mais chances na sociedade. Ele mesmo admite que fica frustrado quando um jovem negro afirma não saber ler e não saber a importância disso. Aquele jovem, para ele, está desperdiçando um dom latente que pode mudar a sociedade.

Essa visão do colunista se mostra dúbia, pois, assim como responsabiliza o negro não letrado pela sua exclusão na sociedade, também demonstra preocupação com a raça, e esperança de que com a educação esses jovens podem mudar sua própria vida, seu sustento e seu futuro. Que não fiquem a mercê da sociedade. Isso demonstra um ideal muito forte da época da república, o ideal de “Ordem e progresso” do Brasil, e a sociedade negra não estaria à parte disso. Nos jornais da época era evidente a preocupação dos jornalistas negros em motivar, demonstrar o como os negros deveriam participar desse progresso, e só com a educação e letramento é que poderiam, de certo modo, ter voz ativa nessa sociedade que se formava e procurava a civilização. Os negros, desde 1888, procuram de todo modo ter voz nos andamentos dessa sociedade, e só com a educação poderiam, de fato, participarem do progresso da sociedade brasileira.

Na edição de 10 de junho de 1933 do jornal *A Voz do Povo*, tem-se o seguinte:

O que mais tem prejudicado a raça negra no Brasil, na sua marcha para o progresso, não é o que pensamos, EM PARTE, o descaso dos responsáveis pelos destinos da pátria, não. Os únicos culpados são os próprios negros que ainda não sabem ser disciplinados, para o próprio bem. [...] Não tem educação de espírito, não tem atitude de vida. (A VOZ da Raça, 1933, p. 3).

Vê-se o ideal de civilização e a educação necessária qualificada para o negro. Tendo em vista que eles seriam os culpados de sua desgraça, de não conseguir progredir. Na citação acima, não se considera o passado escravista e as dificuldades no pós-abolição como elemento de influência na situação do negro da primeira metade

do século XX, sendo taxado como indisciplinado. Retomando “os jornais teriam a função de socializar, integrar e controlar o grupo negro.” (FERRARA, 1985, p. 199). Dessa forma, o jornal alertava o negro para a sua indisciplina, com o objetivo de que este atentasse para seus equívocos, esse controle seria tácito. Mas e o progresso citado no jornal? Comprometido com a educação e alfabetização negra, A Voz da Raça tomava a educação como fundamental para o progresso.

é possível afirmar que havia uma valorização da instrução por parte da camada negra, uma análise mais acurada permite perceber, também, que essa valorização não era disseminada entre a totalidade da população negra paulistana. Uma explicação possível é que uma parte dela estaria inserida na realidade das populações mais pobres, preocupadas com a sobrevivência mais imediata (BARROS, 2005, p.89).

Desta forma, a educação era pautada como elemento principal dos jornais da Imprensa Negra. Apesar dos negros, em determinadas vezes serem destratados nos periódicos por indisciplinada ou conformismo, é importante ressaltar que suas condições sociais não eram boas e para sobreviver, sua preocupação primordial deveria ser o trabalho.

Entre os jornais publicados em São Paulo nas primeiras décadas do século XX, destaca-se *O Clarim da Alvorada*, iniciado em 1924 por José Correia Leite e Jayme de Aguiar. Essa publicação, de acordo com Gilmar Carvalho (2009, p. 135), num primeiro momento, era dedicada a divulgação de obras literárias e eventos sociais, mas também apresentava artigos de opinião sobre a situação da comunidade negra naquele contexto. Apresentava constantemente o tema da educação dos negros como uma responsabilidade deles próprios, tanto de manter os filhos na escola como o próprio leitor adulto buscar aprimorar seus conhecimentos como uma maneira de melhorar como cidadão, como podemos perceber na edição de n. 18 do ano de 1926:

GUIDEMOS DA EDUCAÇÃO DOS NOSSOS FILHOS!..

[...] Se existem na época presente, pretos analphabetos para os que tem quarenta annos, perdão; porem não é admissível esse perdão aos jovens de hoje, é negligencia, é falta de vontade, é querer ser instrumento dos que sabem. Escolas nocturnas há em grande quantidade. (O CLARIM da Alvorada, 1926, p. 5)

Admite-se que há exclusão dos ex-escravos e seus descendentes, mas não deixa de apontar como causa a falta de prioridade que eles dão a educação. Nesses

artigos, também é comum a comparação com a comunidade negra em países estrangeiros considerados mais avançados, como os EUA: “e nós, brasileiros pretos ficamos cheios de entusiasmos quando contemplamos nos jornais estrangeiros os progressos daquelles nossos irmãos da raça, porem, longe muito longe estamos de imita-los” (apud CARVALHO, 2009, p. 139).

Assim como em outros jornais dedicados ao público negro, como *A Liberdade* e *O Alfinete* é possível perceber o apelo pela valorização da instrução por parte dos negros, além de uma íntima aproximação entre a educação e o ideal de progresso por meio da civilização. Como podemos identificar na edição n. 3 do ano de 1918 do jornal *O Alfinete*:

Esta antithese completa de tudo que é orgânica tem como cousa principal, o analphabetismo que predomina em mais de dois terço de tão infeliz raça. Se todos procurassem restringir este cancro que a corroe, nasceria a iniciativa [...] e do ideal a victoria final desse elemento que uma vez, conhecendo seu papel na marcha da civilização, poderia ser um factor, muito mais importante da grandeza e prosperidade de nossa querida patria. (O ALFINETE, 1918, p.1)

“Cabe a essa imprensa fazer com que o negro supere a sua passividade e o seu conformismo; assim, os jornais terão função de socializar, integrar e controlar o grupo negro” (FERRARA, 1985). A suposta passividade citada pela autora é ponto que aparece por vezes nas páginas dos jornais, junto a diferentes outros adjetivos pejorativos usados a descrever a situação na qual se encontrava *os homens de côr* no Brasil. Como exemplo tem d’*O Alfinete* (1918): “estado lamentável”, “eterna inferioridade”, “pequenez”, “apatia pecaminosa”. Estado, que, no entanto, não é descrito como natural ao negro, mas o mesmo teria sido compelido a este pela “raça branca opulenta”, através do exercício de seu “poderio revoltante”.

Para os jornais as aparentes opções que abriam a possibilidade de o negro fugir ao estado de apatia em que se encontrava e galgar a civilização, seriam a união e a educação. O jornal *A Elite* (1924) através de um dito estudo sobre o “aperfeiçoamento physico e moral de nossa gente” diz buscar analisar características psicológicas e estéticas dos indivíduos negros. Ele conclui que as capacidades dos indivíduos são as mesmas e que a diferença persistirá no recebimento ou não de educação por parte deste, anunciando ao público que é “preciso que nos convençamos de uma vez para sempre da nossa igualdade no concerto das raças. Não devemos reparar a nossa pele se não com o único intuito de corrigir-lhe os

defeitos oriundos da passada servidão[...]. O nosso único defeito está na inacção dos nossos costumes.”

Esses meios buscam então incentivar a alfabetização como grande eixo modificador da realidade da classe à qual defendem. “venceremos se combatermos a humildade, fazendo-nos apresentáveis em logares necessarios com o apoio de nossa boa apresentação. Para isso é preciso frequentar escolas, propagar boa imprensa; instituir sociedades beneficentes, educativas, com reuniões intimas” diz Moysés Cintra (1924) para o *Elite*.

Outros meios encontrados pelos periódicos para fomentar a procura por instrução foi o uso de exemplos ou da tentativa de criar o sentimento de dívida moral. Em artigo chamado “Imitemo-los”, o jornal *Elite* (1924) exalta a figura de indivíduos negros formados (diplomados) em diferentes áreas, mesmo que fossem um número diminuto, e incentiva os leitores a seguirem seus passos, com o sentimento que “dentro em pouco teremos muitos que possam em nosso nome declarar altamente junto ao nosso Governo o quanto vale o nosso sacrifício[...].”. Outro periódico, *O Clarim*, exalta a figura dos antepassados escravizados, como nunca se deixaram dominar na luta por direitos, dependendo agora dos seus contemporâneos o dever de manter o bom nome da classe, introduzindo na evolução social o valor de sua raça (LEITE, 1924). Em outro artigo d’*O Clarim*, se exalta a grande dívida de gratidão que o *homem de cor* tem para com os abolicionistas, onde seu autor clama, “Permita-nos o Creador que, com a nossa união immediata, levemos a effeito o que de há muito deveríamos fazer; a fim que possamos demonstrar ao mundo que também nós sabemos ser gratos” (CORREIA, 1924).

O tema das sociedades dançantes foi discutido em jornais como *O Alfinete* e *O Clarim*, aparentemente despertando opiniões dúbias. Alvo de críticas para uns e meios de associação e união para outros. Souza (1919), escrevendo para *O Alfinete*, tece críticas a essas sob o argumento de que como elas são ponto de reunião familiar, não deveriam servir apenas para dançar, fazendo-se necessárias agremiações que possam sustentar bibliotecas ou uma escola, ou seja, que pudessem fazer com que os associados “adquirissem amor pelas cousas uteis”. Afinal, crítica: “não é raro encontrar grande número de rapazes, que (infelizmente) exhiben 5 ou 6 recibos de sociedades dançantes, e esquecem, porque não possum um só de uma sociedade beneficente”. Booker (1925), escrevendo para *O Clarim*, tece julgamentos e exalta potencialidades semelhantes, afirmando que “nessas reuniões é sempre possível a

troca de ideias a respeito do adiantamento racial”, mas que isso era impedido pela presença no seio dessas sociedades de “elementos corruptos”. Dessa forma, as sociedades dançantes se representavam por esse caráter dúbio, de local que poderia dar sustentação basilar para se fundar sociedades beneficentes ou servir de ambiente de instrução e civilidade. Porém que possuía seu potencial minado pelo desinteresse daqueles que as viam apenas como local para dançar ou pela presença de elementos indesejáveis.

ACESSO DA POPULAÇÃO NEGRA A EDUCAÇÃO

Apesar da insistência desses periódicos em apontar as deficiências da formação intelectual dos negros da época, em sua maioria há registros de buscas de alunos negros pela educação formal em escolas públicas de São Paulo desde o século XIX, como analisado em (BARROS, 2005, p. 87). No qual utiliza para a análise documentos da Instrução Pública, como relatórios de professores, Listas de Matrículas, entre outros, são citados alunos pertencentes à população negra, repetidas vezes em anos diferentes. Ademais, também têm-se exemplos de escolas particulares, como o do Colégio Cesarino, de Campinas, dirigido por negros libertos e alfabetizados, ainda no período escravista, lecionando para moças que podiam pagar juntamente com alunas pobres negras.

No geral, o acesso da população negra a educação ainda era muito restrito. Mesmo que, na legislação do início do século XX não houvesse restrição a entrada de alunos negros nas escolas públicas, havia mecanismos que dificultavam esse acesso. Para ser aceito, era necessário ter recursos para obter material escolar, merenda, a vestimenta exigida, sem contar que, frequentemente, os alunos negros também eram os mais pobres, e precisavam trabalhar para ajudar no sustento da família, isso diminuía a frequência nas aulas. Isso tudo, somado ao racismo e ao preconceito de classe, dificultavam ainda mais a situação.

O DISCURSO DA ELITE INTELECTUAL E POLÍTICA BRANCA

O discurso apresentado nos jornais de negros se assemelha ao defendido pela elite intelectual e política de brancos. Baseados nas ideias evolucionistas de Darwin, e sua aplicação às sociedades por Spencer, adaptadas à realidade brasileira, esses grupos enxergavam o tempo de maneira linear e ascendente, sendo a

valorização da ciência e da democracia único caminho para o progresso. Foi em meados de 1880 que, com o crescimento da imprensa, essas ideias se disseminaram entre as elites letradas (MELLO, 2008, p. 18-19). Tanto para conhecer a ciência como para ter direitos políticos, o letramento era um pré-requisito. Mas ao pensar na população recentemente escravizada ou descendente de escravos, a preocupação era que a escola fosse o lugar da disciplina, que ensinasse essa população a ser trabalhadora livre, a amar o trabalho. Isso seria imprescindível para que o Brasil se tornasse uma nação considerada civilizada, coesa, e não dividida pela lógica de senhores e cativos. Por isso, em relatórios da Instrução Pública já do século XIX é possível perceber semelhanças com os discursos dos jornais negros:

É bom que o magisterio opponha também algumas aos pais de família brasileiros, não aqueles pais de boa-sociedade, que conhecem o valor da educação da família, mas sim ao commum dos pais. Entendem estes, só quem me refiro, que é bastante mandar os filhos a escola. Com dificuldade dão-lhes o que é preciso. Fazelos estudar em caza as lições passadas na escola, nenhum o faz. (apud BARROS, 2005, p. 88)

Nesse trecho é possível perceber que o ditos “pais de boa-sociedade” são justamente os que teriam uma carga de trabalho menor e uma condição econômica melhor para manter os filhos e se manter se dedicando aos estudos.

Surya Barros (2005, p. 91) destaca ainda que o ideal de nação civilizada foi pensado para os brancos, ou seja, a elite branca tinha interesse em manter a desigualdade, por isso as exigências que acabavam afastando os alunos pobres, trabalhadores, e quase sempre negros, da educação formal. Os discursos de ambas as elites intelectuais, tanto a pertencente a classe média composta por negros jornalistas como a elite branca que pertence aos órgãos do Estado, se aproximam quando parecem ignorar as barreiras resultantes da desigualdade social que afastavam o negro pobre da educação, tratando problemas como o analfabetismo de grande parte dos afro descendentes daquele contexto como uma questão de falta de força de vontade ou de consciência do valor da educação por essas pessoas.

CONCLUSÃO

Podemos concluir que, analisando o discurso defendido pela Imprensa Negra paulista, a população negra era tida como responsável pela sua própria inserção na trajetória do progresso e da civilização. A educação era o principal meio apontado para isso, mas as barreiras sociais e econômicas que afastavam as populações mais

pobres da educação eram pouco considerados, tanto por intelectuais negros quanto pela elite branca. Mas isso não invalida a importância desses intelectuais negros na reivindicação de melhorias para a população negra no geral, por meio da cultura letrada.

Em suma, conclui-se que a educação, especialmente a alfabetização é apresentada no discurso dos intelectuais negros como a maneira de inserir a comunidade negra na população cidadã rumo ao progresso, deixando no passado a marca do atraso que é a exclusão, herança da escravidão.

FONTES:

- BOOKER. **Aguamolle em pedra dura bate bate, mas não fura!! Porque?**. In: *O Clarim*, São Paulo, n12, jan. 1925, p. 2.
- BARBOSA, P. P. **Perdoai-lhe Senhor**. In: *A Voz da Raça*, São Paulo, n. 12, jun. 1933. p. 3. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=845027&pesq=>>>. Acesso em: 27 mar. 2019.
- CINTRA, Moysés. **Imitemol-os...** In: *Elite*, São Paulo, n.4, mar. 1924, p. 3.
- CORREIA. **O preto e a pátria**. In: *O Clarim*, São Paulo, n.7, out. 1924, p.3.
- CUNHA, Horacio da. **Cuidemos da educação dos nossos filhos!**...In: *O Clarim*, São Paulo, n.18, jan. 1926, p.5.
- LEITE. **Valor da Raça**. In: *O Clarim*, São Paulo, n.4, abr. 1924, p.1-2.
- LIMA, Silvério. **Libertas Quae Sera Tamen**. In: *A Voz da Raça*, São Paulo, n. 33, mar. 1934. p. 4. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=845027&pesq=>>>. Acesso em: 27 mar. 2019.
- OLIVEIRA. **Para os nosso Leitores**. In: *O Alfinete*, São Paulo, n.3, set. 1918. .1.
- SOUZA, Frederico Baptista de. **Ilusão**. In: *O Alfinete*, São Paulo, n.8, mar. 1919. p.1-2.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- BARROS, Surya Aaronovich Pombo de. Discutindo a escolarização da população negra em São Paulo entre o final do século XIX e início do XX. In: ROMÃO, Jeruse (Org.). **História da educação do negro e outras histórias**. Brasília: MEC/SECAD, 2005. p. 79-92.
- BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Tradução: Luís Antero Reto, Augusto Pinheiro. São Paulo: Edições 70, 2011.
- CARVALHO, Gilmar Luís de. **A Imprensa negra paulista entre 1915 e 1937: características, mudanças e permanências**. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.
- FERRARA, Miriam Nicolau. **A imprensa negra paulista (1915-1963)**. Revista Brasileira de História, São Paulo, v.5, n.10, mar.-ago. 1985. p. 197-207.
- GOMES, Flávio dos Santos. Imprimindo ideias: jovens e associações. In: _____. **Negros e política (1888 - 1937)**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005. p. 27-44.
- LUCA, Tania Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: BASSANEZI, Carla Pinsky (Org.). **Fontes históricas**. São Paulo, Contexto, 2005.

- MARQUES, José Geraldo. **Imprensa e resistência negra**: o projeto integracionista em discursos do Getulino. Tese (Doutorado em Linguística) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2008. p. 68-77.
- MELLO, Maria T. Chaves de. **A modernidade republicana**. Tempo [online], vol.13, n. 26. 2009. p.15-31
- PERREIRA, Amilcar Araujo. **“O Mundo Negro”**: A construção do movimento negro contemporâneo no Brasil (1970-1995). Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2010. p. 111-127.
- SANTOS, José Antonio de. Uma arqueologia dos jornais negros no Brasil. **Historiæ**, Rio Grande, n. 2 (3), p. 143-160, 2011.
- SANTOS, Pedro de Souza. **A imprensa negra em São Paulo no início do século XX**. *Histórica: Revista online do arquivo público do estado de São Paulo*, São Paulo, n.14, set. 2006. P.16-25.

TRIUNVIRATO PELA DEMOCRACIA: OS ESTADOS DA ALIANÇA LIBERAL EM MEIO ÀS RETALIAÇÕES DE WASHINGTON

Lucas Ramon Porto de Assis²¹⁸
 Karen Nadja de Souza Morais²¹⁹
 Emerson Marcelino Alves Silva²²⁰
 Juvandi de Souza Santos²²¹

INTRODUÇÃO

A eleição de 1º de março 1930 foi um evento de grande importância para a história política do Brasil, posto que predecessor da apoteótica Revolução de Novembro, a qual seria para sempre marca duma era. Após a quebra da lógica política que por décadas perdurara na República brasileira, o Presidente Washington Luís seria o pivô, inadvertidamente, para uma profunda mudança nas próprias fundações institucionais da ainda jovem República, incitando a resistência dos círculos oligárquicos menores, protagonistas do presente trabalho, os quais se uniram sob a bandeira da Democracia e do Liberalismo, em vistas a finalmente romper com os velhos grilhões pelos paulistas impostos ao país.

Tudo considerado, o presente trabalho tem o objetivo de analisar as especificidades do momento histórico em questão, numa compreensiva, ainda que sintética, descrição dos moldes organizacionais da política brasileira na chamada Velha República. As personagens cá elencadas são aquelas que se opuseram aos desígnios do sistema constituído, numa demasiado consequencial eleição presidencial: o estados de Rio Grande do Sul, Parahyba e Minas Gerais, nas figuras de seus *leaders* respectivos, o Doutor Getúlio Dornelles Vargas, candidato à Presidência na oposicionista Aliança Liberal, João Pessoa Cavalcante de Albuquerque, candidato a vice-presidente, e o doutor António Carlos de Andrada, contrariado Presidente das Minas Gerais que idealizou a reacção a Washington Luís.

Sendo assim, o trabalho proposto por esta pesquisa ora apresentada é o de efectivamente compreender o preço que pagaram os aliancistas (todos presidentes de seus estados) por sua oposição ao *status quo*, na altura representado pela candidatura de Júlio Prestes e Vital Soares à Presidência da República, ao país

²¹⁸ Graduando na Universidade Estadual da Paraíba. E-mail: lucasramon2009@hotmail.com

²¹⁹ Graduando na Universidade Estadual da Paraíba. E-mail: karenmorais9@gmail.com

²²⁰ Graduando na Universidade Estadual da Paraíba. E-mail: ninhothe074@gmail.com

²²¹ Professor da Universidade Estadual da Paraíba. E-mail: juvandi@terra.com.br

determinada pelo Presidente incumbente Doutor Washington Luís, tendo deles as administrações em muito dificultadas pela ingerência do Governo Federal, que não se furtará, ademais, em cometer as mais flagrantes fraudes eleitorais, em vistas a assegurar a vitória do seu candidato. Para tanto, as impressões próprias dos contendores serão utilizadas como fontes primordiais, em suas Mensagens às Assembleias Legislativas Estaduais, tendo em vista a categoria de documentos de Governo, os quais estão, sem dúvida, eivados de considerável carga subjectiva, mas que ainda devem prezar pelas objectividade e impessoalidades que prescreve a Administração Pública. Têm, assim, estes documentos, maior credibilidade para servir aos interesses do presente trabalho.

Não será intenção do presente trabalho, ademais, o estabelecimento de juízos prévios acerca de quaisquer dos personagens ou situações nele descritos. A objectividade foi entendida, naturalmente, e foram tomados enquanto factos históricos os relatos descritos pelos Presidentes de estado, ainda que, conforme já mencionado, sabe-se bem que muita parte dos relatos analisados está eivada de paixões políticas da época, demasiado a floradas, e tal condição será referenciada devidamente.

Assim, foram três mini secções compostas, cada uma delas explicando os mais importantes aspectos e impressões dos Presidentes de cada estado a que se refere a específica secção, acerca de como agiu o Governo Federal contra aquela administração local, os embaraços impostos e as queixas sobre o pleito eleitoral. Configura-se, este trabalho assim, em muito singelo e basilar esforço de descrição e apresentação dum momento histórico de grande impacto na vida política brasileira, ao qual partir-se-á neste momento.

DO RIO GRANDE DO SUL

Conforme já mencionado na parcela introdutória deste trabalho, em consonância com os objectivos mesmos deste, os Relatórios (Mensagens, Apresentações) expostos pelo Presidente do Rio Grande do Sul à Assembleia Legislativa do egrégio estado. Como bem é sabido, o Doutor Getúlio Dornelles Vargas, contundente com a oficial candidatura de Júlio Pestes-Vital Soares na Eleição Presidencial de 1930, ocupava tal posição na altura (20 de Setembro de 1930, vésperas da Revolução), e são as suas impressões, do *leader* da reacção aliancista, sobre o pleito eleitoral que se haverão de apresentar nesta pequena secção.

Tendo em conta o facto do Rio Grande do Sul ser um dos mais importantes e influentes estados da federação à altura, o Governo Central dificilmente poderia sustentar uma intervenção federal contra a ordem ali estabelecida sem o verdadeiro risco duma Guerra Civil irromper²²². No mesmo sentido, o Presidente do estado, hábil político, pragmático e sempre cuidadoso e reticente em suas ações e palavras proferidas, adota tom demasiado conciliador e de resignação com relação aos resultados eleitorais de 1º de março, em tudo negativos aos seus desígnios e aos do Rio Grande, conforme observa-se nos excertos devidos:

Não me assiste o direito de julgar em causa própria. Como candidato, deve acatar a decisão dos poderes competentes, instituídos para apuração e reconhecimento das eleições. [...] Realizado o pleito e *exgottados* os recursos *legaes* da apuração e do reconhecimento, cesse, extingue-se, também, a acção do candidato, que não deve tomar *attitudes pessoaes*, para que se lhe não lance a pecha de instigador de paixões, em benefício próprio. Não guardo, da luta, nem ódios, nem ressentimentos; não formulo queixas, nem fujo a responsabilidades²²³.

Apesar de tais afirmações, o Presidente do estado não se furta a realizar severas críticas ao pleito eleitoral, denunciando-lhe as fraudes, as inconsistências e o clima belicoso que se instauraram no país em razão deste, instigados não por parte dos aliancistas, afirma, mas pela acção de indivíduos que servem ao sistema carcomido e antidemocrático, vitorioso outra vez mais. Enquanto candidato, no legítimo direito que lhe era conferido, o *leader* da chapa Liberal, buscou, juntamente às comissões de apuração do resultado eleitoral, o honesto e efectivo reconhecimento de sua derrota, acima de qualquer suspeita de ilegalidades, mas tal não lhe foi permitido. Além disso, o ex-presidenciável profere severas críticas à lisura do processo eleitoral, afirmando, inclusivamente, que, nalguns estados (não se sabe quais), apenas nas respectivas capitais houve a contagem de votos, facilitando o controlo dos resultados por parte dos aliados do Governo Central, desvantagem imensurável para a candidatura de oposição, bem o pensou.

²²² Ocorrerá já um movimento de contestação ao domínio paulista-mineiro, com decisivo apoio do Rio Grande do Sul, e seu Presidente Doutor Borges de Medeiros, na eleição de 1922, denominado de Reacção Republicana. Nele, os grupos políticos do Rio de Janeiro, Bahia, Pernambuco e do próprio Rio Grande aglutinaram-se em uma chapa de contraposição à oficial, de Arthur Bernardes, apoiando a candidatura de Nilo Peçanha, fluminense. Tal facto gerou acentuadas pressões sobre estes estados, e apenas o Rio Grande conseguiu passar pela derrota eleitoral com a sua interna estrutura de poder incólume. O receio de uma intervenção pairou o estado por longo período, até a reaproximação das elites locais com o Governo Central, consubstanciada pelo cargo de Ministro da Fazenda concedido ao gaúcho Dr. Getúlio Dornelles Vargas na Administração Washington Luís.

²²³ Mensagem enviada à Assembleia dos Representantes do estado do Rio Grande do Sul pelo Presidente Getúlio Vargas na 2ª sessão ordinária da 11ª legislatura.

Em continuação à visão mais acusatória despendida, desta vez, ao Governo Federal nominalmente, o Presidente Vargas vai utilizar-se da situação calamitosa da Paraíba, somada às retaliações com relação às Minas Gerais, para efectivamente compor o maior do hall de queixas relacionadas à atuação de Washington Luís no pós-eleição. Implicando o crime de «condescendência culposa» à Administração Central, Vargas percebe-a como a principal responsável pelo estado de perturbação observado na pequena Paraíba, auxiliando os inimigos políticos do vice-presidente derrotado João Pessoa, a fim de efetivar o expurgo de toda oposição às oligarquias de São Paulo, que desde muito dominavam a política nacional. Era este o tom que o riograndense utilizava:

O executivo federal, falseando os mais mezinhos preceitos *institucionaes*, não se limitou a recusar ao governo legal armas e munições para *debellar* o surto rebelde. Determinou, ainda, às forças de terra e mar e às repartições *fiscaes*, a manutenção de um serviço completo de vigilância, a fim de impedir a *acquisição*, por *quaesquer* meios, de material e petrechos *bellicos*. [...] *Emquanto* a Parahyba *exhauria*, a pouco e pouco as suas preciosas energias em refrega tão ingrata e desigual, os desordeiros transpunham o *reducto* de *Princeza* e assaltavam outras localidades, praticando *despredações* de toda sorte.²²⁴

Ao fim e ao cabo, em meio ao lancinante contexto, e a ele somando-se, o Doutor João Pessoa acaba por ser assassinado a 26 de Julho de 1930, numa coincidência histórica que é factor desencadeador da mais profunda mudança na vida política brasileira desde o fim do Império. Este evento não é ignorado pelo eminente gaúcho, que se haverá de somar à generalidade dos insatisfeitos com a situação política do Brasil da altura, erguendo o estandarte de João Pessoa enquanto o Cristo Cívico, cuja vida fora ceifada pelos fariseus, receosos de poder seu poder, em nome dos ideais de Democracia, Civismo e Republicanismo. Falando já em 20 de Setembro de 1930, portanto apenas 13 dias antes da eclosão da Revolução, o Presidente (do Rio Grande do Sul) Vargas já estava melhor convencido da necessidade deste movimento, e vislumbrava, também, nesta altura, a figura de João Pessoa como um indivíduo que fora «aureolado pela glória e pelo martírio, (imortalizando-se) na memória dos brasileiros, como um dos mais expressivos símbolos de valor moral e dignidade cívica».

DAS MINAS GERAIS

²²⁴ Ibidem.

O eminente Presidente do estado das Minas Gerais, doutor António Carlos Ribeiro de Andrada, um dos mais activos idealizadores da reacção aliancista, posto que fora o maior dos prejudicados pela intransigência e pela final decisão do Presidente Washington Luís²²⁵, em síntese de seu trabalho enquanto administrador de estado, também evidenciará as reprováveis ações do Governo Federal em constranger a administração do estado, além de denunciar a total falta de lisura no pleito de 1º de março. Sendo este já o fim de seu mandato à frente de Minas Gerais, António Carlos haverá de deixar o encargo de decisões futuras acerca de planos referentes, inclusivamente sobre a adesão à Revolução, para o seu sucessor, doutor Olegário Maciel, ao mesmo passo em que se sente muito mais desinibido para proferir todo o criticismo à actuação pouco institucional da Administração Central, conforme perceber-se-á.

É muito clara a concepção do eminente Presidente de estado, ecoada pelos dois outros envolvidos na chapa Liberal, de combaterem o bom combate, contra os abusos duma política que pouco representava os interesses da maioria da República²²⁶. Ademais, os aliancistas sempre estiveram envoltos em sentimentos d'altruísmo em nome da combalida nação, apego aos valores republicanos e democráticos, unindo-se em torno do grande e «notável movimento patriótico» que fora a contestação às práticas enraizadas na política nacional, protagonizado pela candidatura dos doutores Getúlio Vargas e João Pessoa. Nas fervorosas palavras do eminente Presidente de Minas, este rendia:

[...] Ardentes homenagens ao povo e ao, governo do Rio Grande do Sul e ao povo e ao governo da Parahyba, os *quaes*, honrando as tradições do seu glorioso passado e comprovando mais uma vez a nobre e rija formação da sua consciência cívica, puderam *illustrar* a nossa história política com ensinamentos notáveis de firmeza, intrepidez, desassombro, abnegação e cultura republicana.²²⁷

O contraponto a todas as destacadas qualidades mencionadas no referir-se aos aliancistas, este observa-se no Presidente Washington Luís e naqueles que o apoiaram. Fora o leader da nação o principal responsável pela degeneração do processo democrático de eleição, mirando a ordem pública do estado, incitando, por

²²⁵ Rompendo o histórico acordo entre as oligarquias paulista e mineira, ao apoiar outro paulista (Júlio Prestes) na Eleição subsequente, ao invés de um mineiro, o Doutor António Carlos, que liderou o movimento de oposição.

²²⁶ É facto, no entanto, que Minas Gerais sempre esteve ligada à tal prática ora considerada antidemocrática, e os interesses deste estado muito bem alinhados com a situação anterior a 1930

²²⁷ MENSAGEM APRESENTADA PELO PRESIDENTE DO ESTADO DE MINAS GERAES AO CONGRESSO MINEIRO E LIDA NA ABERTURA DA 4.a SESSÃO ORDINARIA DA 10.a LEGISLATURA

Anais do IX Colóquio Nacional de História Cultural e Sensibilidades – Sertões: poder e representações.

Caicó-RN, UFRN – CERES, RN, 18 a 21 de novembro de 2019. ISBN 978-85-471-0298-2

intermédio de acólitos localizados em terras mineiras, ou por funcionários públicos federais criminosamente coagidos, a subversão e conflito com os órgãos estaduais, objetivando o desassossego permanente do ambiente público do grande estado das Minas Gerais. Não satisfeito, o Governo Central, afirma o afluente administrador estadual, buscava subverter a massa eleitoral, a qual, ungida de patriotismo, submetia, resoluta, o seu voto para a Aliança Liberal, ora por intermédio de subornos, ora pela ameaça de violência, consubstanciada numa entendida intervenção federal, rompendo todo e qualquer laço institucional e legal em nome da vitória (pírrica) eleitoral.

As queixas do eminente Presidente António Carlos também contemplam uma característica interessante do sistema político brasileiro da altura, consolidado magistralmente pelo eminente Presidente da República doutor Campos Salles (1898-1902), a chamada política dos estados. Bem sabendo que, nas unidades federativas indispostas com o Governo Federal, a diplomação de deputados apoiados pelo Presidente estadual não haveria de se processar, o administrador de Minas Gerais adiciona mais este facto no rol de suas queixas contra os abusos do carcomido sistema contra o qual insurgiu-se. Pelo excerto que abaixo apresentar-se-á, ademais, é perceptível que a pequenina Parahyba foi aquela mais vilipendiada pelas retaliações provenientes do Rio de Janeiro, também na esfera político-institucional. Afirma António Carlos que:

[...] Procrastinou-se indefinidamente o reconhecimento dos deputados eleitos pelo nosso Estado e, criminosamente, se depuraram os representantes eleitos pelo Estado da Parahyba e quatorze *daquelles* que o povo mineiro elegeu, arbitrariamente substituídos por instrumentos das *cégas* paixões dominantes²²⁸.

Assim, no que concerne ao estado de Minas Gerais, ainda que não se tenham concretizado as mais sombrias possibilidades advindas da pesada mão da Administração central lançada sobre a vida administrativa e quotidiana da unidade federativa, ainda houve efectiva represália à outrora segunda mais importante oligarquia de toda nação brasileira, traduzida nomeadamente no clima de instabilidade e desordem pública de que dá conta o eminente Presidente António Carlos, além do uso da comissão de verificação da Câmara e do Senado federais para «degolar» os indisciplinados deputados mineiros. Conforme será observado nas páginas seguintes, sobre as Minas Gerais ainda recaiu moderadamente o peso da força federal, se analisada for a situação da Parahyba. A isso partir-se-á.

²²⁸ Ibidem.

DA PARAHYBA

Já bem sabido é, a esta altura das exposições, que o pequeno estado da Parahyba fora aquele mais afectado pela ousadia de se insurgir contra a política oligárquica dominante a nível federal brasileiro. As descrições a seguir sintetizadas são do eminente Presidente de estado João Pessoa Cavalcante de Albuquerque, candidato à vice-presidência do Brasil na chapa da Aliança Liberal, em seu relatório acerca do período de um ano entre Junho de 1929 e junho 1930, que necessitou ser terminado pelo vice-presidente em exercício da Parahyba, doutor Álvaro Carvalho, posto que o assassinio daquele ilustre indivíduo obstar-lhe-ia a conclusão e apresentação de aspectos referentes à sua administração. Apesar de tal trágico desenlace, o Presidente João Pessoa será demasiado abrangente em suas considerações, referenciando o total desprezo pela institucionalidade demonstrado pelo Governo Federal, na série de violentas e perniciosas represálias impostas ao pequeno, mas valente em ímpeto de lutar pela democracia, estado da Parahyba.

Sem que seja o enfoque dos estudos ora propostos, não serão aprofundadas as razões por trás da decisão parahybana de não apoiar a candidatura Prestes, o Presidente João Pessoa atribuiu-a ao grande consenso no Partido Republicano da Parahyba, incluindo os mais importantes *leaders* e destacados cidadãos deste membros, alguns tornados em inimigos de morte do aliancista, mais adiante, posto que esta agremiação política manter-se-ia fiel ao ideário do eminente Doutor Eptácio Pessoa, o qual defendia maior liberalidade para o regímen político vigente, sem que as instituições públicas fossem utilizadas enquanto patrocinadoras naturais de arranjos de ocasião que visassem, ao fim e ao cabo, a perpetuação dos vícios mais antigos. Seria, portanto, no afã de grande unidade em torno da causa cívica e patriótica de democratizar o país, que os parahybanos confabularam com os mais sulistas estados do Rio Grande e das Minas Gerais, na famigerada Aliança Liberal, efectivamente lançando-se em aberta contraposição ao Governo Central.

Neste sentido, desde logo os mais primordiais dias da campanha eleitoral, a Elite política da Parahyba, aglutinada, supunha-se, em torno da Aliança Liberal, demonstra a verdadeira faceta de oportunismo e traição que haveriam de marcar os anos 1930 do estado. Segundo o contrariando candidato à vice-presidência Liberal, o Governo Federal, cooptara todas as dissidências — e mesmo os aliados — à situação política do estado para dela utilizar-se enquanto factor desestabilizador da

administração local, trabalhando no nível geral para enfraquecê-la em mesma medida. Ainda que com negativas das mais taxativas, somadas a promessas de maior apreço à institucional ordem, o doutor Washington Luís, presidente da República, afirma o malogrado João Pessoa, solenemente comprometeu-se em desestruturar o estado que se lhe opunha, com que àquele lhe aprouve. Afirmava o sofrido vice-presidente da (chapa) Aliança Liberal:

Foram *demittidos* e removidos funcionários dos *telegraphos*, correios, alfandega e fiscalização do porto, uns três e quatro vezes, sem ajuda de custo. O contracto do porto de *Cabedello* teve a sua assignatura acintosamente negada. [...] O Banco do Brasil intimou ao Estado, a serviço da pressão do governo federal, a entrar com o pagamento de sua dívida ao mesmo Banco, no valor de mil e quinhentos contos. [...] Determina-se ao Banco do Brasil que feche as suas carteiras de empréstimos aos *commerciantes* que divergiram da candidatura Prestes. O suborno se infiltrou nas repartições públicas *federaes* onde corriam listas colhendo *assignaturas* de *adesão ao prestismo*²²⁹

Pelo que acima no excerto observa-se foi rápida, e em muito ilegal, a repressão imposta pelo Governo Central ao da Parahyba, utilizando dos braços da administração federal naquele estado localizados para tanto. Não obstante, todas estas e outras situações de constrangimento ao bom funcionamento da gestão rompida com o Governo no Rio de Janeiro quiçá não foram as que mais desestabilizaram o ambiente político na Parahyba, mas a luta fratricida incrustada no seio do Partido governista, a qual haveria de ser, muito mais do que a disputa a nível federal, razão maior da perda da vida do eminente doutor João Pessoa. O senhor João Suassuna, membro de há muito do Partido encabeçado por Pessoa, fora a primeira dissidência de peso, recusando-se a aceitar as indicações do *leader* para a composição de candidaturas à legislatura, e buscando ele mesmo ser candidato a uma das vagas no Congresso Nacional enquanto avulso, contrariando os planos traçados pela direcção do P.R. A segunda das deserções partiu do «coronel» José Pereira, também membro do Partido Republicano da Parahyba influente na cidade de Princesa, o qual comunica ao Presidente Pessoa de sua decisão de apoiar a chapa de Prestes, rompendo efectivamente qualquer relação entre ambos os antigos amigos e correligionários.

²²⁹ MENSAGEM APRESENTADA À ASSEMBLEIA LEGISLATIVA. PELO VICE-PRESIDENTE DO ESTADO DR. ALVARO PEREIRA DE CARVALHO e elaborada pelo malogrado presidente DR. JOÃO PESSOA CAVALCANTE DE ALBUQUERQUE (assassinado em Recife, em 26 de julho passado). Segunda mensagem do governo João Pessoa, referente ao período de julho de 1929 a junho de 1930

Assim, em meio a um clima já demasiado conturbado para a Parahyba, uma aberta insurreição da cidade de Princesa, encabeçada pelo Coronel Pereira, a eleição geral dá-se, exceto na já referida cidade e em outras localidades que se viram por esta ocupadas, com o seguinte resultado observando-se:

Para Presidente e Vice-Presidente da República

Getulio Vargas	32.098
João Pessoa	32.083

Para Senador

Dr. Manuel Tavares Cavalcanti	31.967

Para Deputados

Dr. José Americo de Almeida	29.108
Dr. Carlos Pessoa	28.456
Dr. Antonio Galdino Guedes	28.418
Dr. Demócrito de Almeida	28.312

Após o pleito, a instabilidade jurídica e legal pairava sobre o estado. O Governo Federal substituiu o Procurador da República na Parahyba, trocou juiz seccional por indivíduo apoiador da candidatura de Prestes, assim como o juiz federal da comarca do estado, tudo a intencionar a legitimação das fraudes eleitorais que se haveriam de processar para confirmar a vitória candidatos afeitos ao Governo Federal, após a apuração da Junta Eleitoral, a qual não reconheceu nenhum dos republicanos ou da Aliança Liberal enquanto eleitos, apenas fê-lo em relação os opositores, que declararam apoio à Chapa Prestes-Soares, incluindo o próprio João Suassuna. Segundo a contestação dos Republicanos, os resultados das urnas teriam sido os abaixo observáveis, confirmando a fraudulência do processo de apuração:

José Americo de Almeida	29.108	votos
Carlos da Silva Pessoa	28.456	“
Antonio Galdino Guedes	28.418	“
Democrito de Almeida	28.312	“
Flavio Ribeiro Coutinho	10.532	“
Accacio de Figueirêdo	10.333	“
João Suassuna	9.207	“
Arthur de Carvalho Rodrigues dos Anjos	9.552	“
Octacilio de Albuquerque	8.658	“
Alvaro Correia Lima	2.549	“
Claudio Oscar Soares	2.458	“

Neste sentido, nada explicaria a decisão da Junta de apurações, confirmada pela verificação de poderes do Congresso Nacional. Conforme já mencionado na secção sobre as Minas Gerais, a famigerada degola fora utilizada, com grandes desdouros na Parahyba, que se diga, e os números acima apresentados isto provam. Foram diplomados, num total de cinco assentos disponíveis, portanto, enquanto deputados, os senhores Flávio Ribeiro Coutinho (4º colocado), Acácio de Figueiredo (5º colocado), João Suassuna (6º colocado), Arthur dos Anjos (7º colocado) e Cláudio Oscar Soares (10º colocado), ignorando todos os que em colocações superiores encontravam-se, exclusivamente por divergências com o Governo Central, que intencionava enfraquecer os rebelados parahybanos.

Para que seja finalizada esta pequena secção, e o trabalho em sua totalidade, vale destacar a mais marcante característica do período analisado até o momento, na Parahyba. Conforme mencionado, a revolta na cidade de Princesa já tornara-se de tal maneira gravosa que o *status* de guerra civil secessionista já era totalmente plausível e corrente. O estado enfrentava grandes dificuldades em debelar o movimento, posto sua posição estar já demasiado enfraquecida pelos acontecimentos todos que antecederam o lancinante momento, e por ter a própria federação, exceto pelos estados do Rio Grande e das Minas Gerais, contra si. O Governo Federal não se poderia furtar em intervir em tal delicado quadro para a rebelde Parahyba, cria o eminente João Pessoa, e assim fizera, dificultando em tudo a valente resistência do Governo parahybano em face ao inimigo bárbaro que enfrentava, almejando o golpe final no combalido aliancista: uma intervenção federal, retirando-o de sua posição, e entregando o poder aos seus desafectos, na mais mesquinha e antidemocrática vingança. Assim define sua situação o Presidente de estado:

E' forçoso mencionar aqui, embora *succintamente*, as *difficultades* com que há lutado o governo para receber munições e armas. O governo federal, além de me negar o fornecimento de material *bellico*, conseguiu, por *intermedio* da política, que os Estados vizinhos exerçam uma rigorosa fiscalização, no sentido de evitar, por todos Os meios, a entrada desse material neste Estado.²³⁰

O fatídico assassinio do eminente doutor João Pessoa, dos mais consequenciais acontecimentos da História do Brasil, porá fim não só ao reinado de terror de Washington Luís, mas a todo o carcomido sistema estabelecido, em tudo desvirtuado do que pensara o doutor Campos Salles, quando de seu Governo. A Revolução de 03 de Novembro de 1930 será a apoteose, culminância da luta da Parahyba e dos demais estados contra um régimen que já não representava a generalidade do Brasil, e terá como seu primeiro mártir o doutor João Pessoa Cavalcante de Albuquerque.

CONCLUSÃO

Este pequeno artigo buscou trazer à tona a visão dos protagonistas do movimento de contestação ao Antigo Regime da República brasileira, denominado oligárquico. Em vista da em tudo revolucionária resistência de três homens, estadistas de longa data, contra o *status quo*, ainda que todos deste parte fizessem, o Brasil teria o mais importante e definitivo impulso para uma mudança da lógica organizacional de sua vida política, finalmente conduzindo o país para o século XX.

Trabalhando questões intrínsecas à prática política do Brasil nos tempos da Velha República, espera-se ter sido possível transcender a mera descrição dos factos cá elencados, que servem mesmo como exemplos do geral contexto. Numa óptica diversa do convencional, trata-se esta importante temática, contribuindo para o efectivo conhecimento de porque passaram os *leaders* do maior movimento de câmbio na política brasileira, o qual serviu para marcar toda uma era na vida brasílica.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Mensagem enviada à Assembleia dos Representantes do estado do Rio Grande do Sul pelo Presidente Getúlio Vargas na 2º sessão ordinária da 11º legislatura;

MENSAGEM APRESENTADA À ASSEMBLEIA LEGISLATIVA. PELO VICE-PRESIDENTE DO ESTADO DR. ALVARO PEREIRA DE CARVALHO e elaborada

²³⁰ Ibidem.

pelo mallogrado presidente DR. JOÃO PESSOA CAVALCANTE DE ALBUQUERQUE (assassinado em Recife, em 26 de julho passado). Segunda mensagem do governo João Pessoa, referente ao período de julho de 1929 a junho de 1930;

MENSAGEM APRESENTADA PELO PRESIDENTE DO ESTADO DE MINAS GERAES AO CONGRESSO MINEIRO E LIDA NA ABERTURA DA 4.a SESSÃO ORDINARIA DA 10.a LEGISLATURA

Os sertões nordestinos e o Vale Amazônico nos discursos do jornal A Ordem (RN) e O Acre (AC)

Tuylla R. T. da Cunha²³¹

Introdução

Falar sobre o Nordeste brasileiro constitui-se numa complexa tarefa, mediante todos os símbolos criados para compor sua imagem e que acabaram por, de certa forma, ligá-los a essa região. Muitas vezes, inclusive, somos ludibriados por esses símbolos, que evocam ideias homogêneas acerca dessa região, deixando de lado as características particulares de cada grupo que compõe o povo nordestino. Somos levados a cair no mesmo erro de evocar imagens e dizeres que formam um discurso já cristalizado acerca do Nordeste e que – inconscientemente ou não – reforçam ainda mais os estereótipos que circundam essa região.

Essa construção discursiva e imagética em torno do Nordeste brasileiro não ocorreu à toa. Mergulhados em crise econômica desde o declínio dos lucros advindos da produção açucareira, e assistindo a ascensão econômica do atual Sudeste, cuja principal atividade econômica girava em torno da exportação do café, os grupos tradicionais de áreas do que hoje chamamos de Nordeste começaram a reivindicar atenção do governo imperial e, posteriormente, do governo federal, expondo as calamidades em que, em determinados períodos, a maioria da população se encontrava, principalmente nos períodos de poucas chuvas.

Enquanto isso, sentiam-se reduzidos a uma situação vexatória na medida em que os discursos que emanavam dos outros estados brasileiros ressaltavam a inferioridade ou atraso do Nordeste do país, ao passo que as demais áreas, principalmente os atuais Sul e Sudeste do Brasil vivenciavam a prosperidade advinda não só do café, mas também do próprio processo de industrialização e modernização pelas quais passavam. Nesse compasso, foram se formando discursos que enalteciam a civilização, a modernidade e o progresso presentes no Sul do país, e os discursos que associavam o atual Nordeste à ideia de atraso, de inferioridade e de local onde a civilização não chegara.

²³¹ Mestranda no Mestrado em História dos Sertões da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. E-mail: tuyllarayane@gmail.com

Tais discursos, associados à decadência das famílias tradicionais ligadas à atividade açucareira ou a outras atividades agropastoris, irão influenciar o surgimento de discursos de defesa do Nordeste como sendo uma área abandonada pelas autoridades federais, que ficavam à mercê das variações climáticas que prejudicavam a sobrevivência da população; uma área vítima do descaso e dos discursos injuriosos oriundos do Sul do país, mas que, apesar de tudo, ainda persistia junto aos valores morais que deveriam guiar os comportamentos e a vida humana.

Em torno disso, vão sendo evocados símbolos que se tornarão representantes de uma região que nascia – o Nordeste – e que caracterizarão não só o seu povo, mas também sua cultura e seu modo de viver, que serão, inclusive, considerados como os entraves que bloqueiam a chegada ou a permanência do processo de modernização que já se fazia presente nas demais áreas do Brasil, contribuindo, dessa forma, para endossar a imagem do Nordeste como sendo o sinônimo do atraso e do local de permanência dos aspectos do passado.

Além de todos esses fatores, outros elementos contribuíram para a solidificação da ideia do Nordeste ser uma área que reúne todos os símbolos do atraso: a literatura, o cinema, a produção artística, os discursos políticos e a própria imprensa, que divulgará os infortúnios sofridos pela população nordestina em larga escala, disseminando ainda mais o pensamento já generalizado pelo restante do país que o Nordeste é a região das secas, da miséria e do sofrimento humano, em que as vítimas humanas juntam-se, lado a lado, aos animais vitimados pela escassez das chuvas, pois a natureza não poupa a nada nem a ninguém.

Enquanto isso, a população vitimada pelos períodos em que as chuvas se fazem escassas, passam a viver da caridade das autoridades, das famílias de maiores posses e de ações da Igreja, que iniciam campanhas em prol dessas famílias sertanejas, na tentativa de sanar minimamente as necessidades básicas, como a alimentação. Vivendo da caridade desses grupos, essas populações atingidas pela seca também serão o alvo de interesse do governo federal na tentativa de ocupar as regiões tidas como pouco povoadas do Brasil, como a região Amazônica, e para tanto, são iniciadas campanhas de incentivo à migração, em que o governo disponibilizava passagem e transporte para aqueles que desejassem migrar para o atual Norte do país.

Num período em que se buscava alcançar a unidade territorial do país e solidificar um ideal de nação, um discurso unificador de interesses e sonhos, seria

necessário ocupar os “espaços vazios”, as áreas “pouco povoadas”. Nesse mesmo contexto, as populações sertanejas do Nordeste enfrentavam sérios problemas oriundos da seca, e nesse momento específico, a seca de 1942, que provocava transtornos para os grandes centros urbanos, ao passo que as famílias famintas se dirigiam para as grandes cidades em busca de socorros. Assim sendo, tornava-se necessário sanar esse problema: a saída era migrar. Migrar para a Amazônia.

Mas não migrar apenas por migrar. Migrava-se pela necessidade de encontrar um meio de sobrevivência, para fugir da seca, e para contribuir com o projeto governamental de povoar essas “áreas desertas”. Incentivava-se a migração com o objetivo de colocar em prática o projeto de ocupação e desenvolvimento econômico de áreas tidas como de grande potencial econômico. Migrar para a Amazônia tornava-se um ato patriótico, não só de colaborar para o crescimento econômico do país, mas também para “desbravar” terras selvagens, lugares bárbaros, onde a civilização, o progresso e a modernidade ainda não haviam chegado.

Nesse momento, a própria região amazônica passa a ser encarada como a “terra da promessa”, a terra capaz de oferecer aos flagelados da seca a chance de uma vida digna e próspera, uma terra com grande capacidade econômica, onde ainda faltavam recursos financeiros suficientes e gerenciamento eficaz para o efetivo desenvolvimento econômico da região e, conseqüentemente, da nação. O discurso jornalístico passa a criar uma imagem positiva dessa “antiga terra de índios”, onde a selvageria triunfava diante da ausência de incentivos ou da dificuldade de se levar a civilização e a modernidade para essas paragens. A região amazônica, agora, é vista como o “Eldorado”, como uma região que está à espera dessa civilização, e que está disposta a acolhê-la, em nome de seu desenvolvimento, em nome da unidade nacional.

A criação de uma região: o Nordeste

Inúmeros elementos foram usados para a construção do que viria ser o Nordeste do Brasil: a música, o cinema, a arte, a literatura. Seus autores, inseridos num dado contexto político, social e econômico à época de suas produções, tinham como objetivo expor para o país as condições em que se encontravam mergulhadas as populações nordestinas – fossem elas as de origem humilde ou aquelas que acabaram, num dado momento, vendo sua fortuna e influência ruir mediante as

condições climáticas e as próprias alterações vividas pelo Brasil, fruto da modernização e do progresso.

Alguns escritores consagrados pela literatura, por exemplo, fruto de uma sociedade que vivenciava transformações econômicas que alterariam, inevitavelmente, suas antigas relações sociais, acabaram por imprimir em seus escritos a dura realidade das populações sertanejas, atingidas pelos efeitos da seca. São famílias que assistem, impotentes, seu principal meio de sobrevivência ser castigado pela ausência de chuvas; famílias que, movidas pela fome e pela necessidade, migram para as grandes cidades em busca de auxílio, imprimindo nas estradas a cena de duras e intermináveis viagens; pessoas que, movidas pelas forças incontroláveis e impiedosas da natureza, se veem forçadas a integrar as grandes levas de migrantes que serão encaminhadas para áreas distantes, desconhecidas, incertas, mas que se mostram como única alternativa de sobrevivência.

Esses autores, a despeito de terem como objetivo fazer uma espécie de denúncia, acabaram – inconscientemente ou não – por reforçar a imagem de miséria que se caracterizava como sendo a realidade do Nordeste. Outro exemplo é a produção artística, ao retratar as cenas dos retirantes com aspectos fantasmagóricos, levando consigo apenas os bens mais necessários e que coubessem numa “mala” improvisada, geralmente transportadas em lombos de animais ou na cabeça do próprio retirante, acompanhado pelos demais membros da famílias e com um animalzinho de estimação a “tiracolo”: um cachorro, um papagaio, tão arquejantes quanto seus próprios donos.

Essas imagens imprimem a ideia de que o sertão nordestino, lugar de seca e de sofrimento, é também o lugar em que os seres estão, inevitavelmente, à mercê da natureza, que não poupa, não permite exceções, que castiga desde a flora, a fauna e os seres humanos, esses pobres coitados que, não tendo nada a que se apegarem – pois a terra já não lhes oferece mais nada – só tem a religião para recorrer, o que também se transformou em traço característico da região: a fé. A crença num plano divino, diante do qual se humilham e padecem, pois as forças terrenas já não conseguem ou não dão conta de atender às suas necessidades, restando-lhes apenas a espera da intercessão divina que lhes forneça condições de vida, porque, fisicamente, o espectro da morte já lhes bate à porta, já lhes ceifa a vida, aliás: o espectro da morte está presente em seus próprios rostos, rostos sem vida, rostos sem

alma, rostos sem esperança, vagando a ermo, até onde o destino ou as autoridades lhes levarem.

Sobre esses símbolos que se tornaram características quase que inquestionáveis do Nordeste, Durval Muniz de Albuquerque Júnior enfatiza que

A visibilidade e a dizibilidade da região Nordeste, como de qualquer espaço, são compostas também de produtos da imaginação, a que se atribuem realidade. Compõem-se de fatos que, uma vez vistos, escutados, contados e lidos, são fixados, repetem-se, impõem-se como verdade, tomam consistência, criam 'raízes'. São fatos, personagens, imagens, textos, que se tornam arquetípicos, mitológicos, que parecem boiar para além ou aquém da história, que, no entanto, possuem uma positividade, ao se encarnarem em práticas, em instituições, em subjetividades sociais. São imagens, enunciados, temas e 'preconceitos' necessariamente agenciados pelo autor, pelo pintor, pelo músico ou pelo cineasta que querem tornar verossímil sua narrativa ou obra de arte. São regularidades discursivas que se cristalizaram como características expressivas, típicas, essenciais da região. Como diz Graciliano Ramos, dificilmente se pode pintar um verão nordestino sem que os ramos não estejam pretos e as cacimbas vazias. O Nordeste não existe sem a seca e esta é atributo particular deste espaço. O Nordeste não é verossímil sem coronéis, sem cangaceiros, sem jagunços ou santos. O Nordeste é uma criação imagético-discursiva cristalizada, formada por tropos que se tornam obrigatórios, que impõem ao ver e ao falar dele certos limites. [...] (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2011. p. 217)

Esse discurso já bastante cristalizado acerca do Nordeste irá desencadear o acirramento de tensões entre a referida região e o chamado Sul do Brasil, pois, ao passo que o Nordeste era apresentado pelos mais variados meios como sendo a área da pobreza e da miséria provenientes das secas, em que a população não era só vítima da escassez de chuvas, mas também dos mandos e desmandos dos coronéis e da brutalidade dos cangaceiros, o Sul se destacará como a região do progresso, da riqueza, da modernidade, e fará de tudo para endossar essa visão. Intensifica-se, assim, a dualidade Nordeste x Sul, em que um tenta não apenas se sobrepor, mas procura incessantemente evidenciar ainda mais os aspectos negativos do outro.

Nesse contexto, surgem as expressões preconceituosas para inferiorizar o outro, nesse caso, o nordestino, que passa a ser concebido como o "cabeça chata", o analfabeto, o fanático, o "paraíba", entre outras denominações, que seguirão sendo utilizadas e cada vez mais enfatizadas no decorrer do tempo.

Interessante notar que esses discursos que visam inferiorizar o nordestino não fica restrito ao períodos das secas, pois já se transformou numa realidade, como se todos os meses do ano fossem de seca, como se todos os reservatórios de água estivessem secos e com a terra rachada pelo sol; é como se a todo instante as levas

de retirantes fossem vistas cruzando caminhos, errantes; como se o Nordeste fosse homogêneo e da mesma forma todo o tempo, sem exceção.

Tal situação se agrava, ou ao menos corrobora o que já vinha sendo mostrado, à medida que os meios de comunicação – notadamente os jornais – noticiam a carência provocada pelos períodos de seca, anunciando em suas manchetes a situação de calamidade e de penúria que atinge as populações sertanejas e que provoca “comoção” entre aqueles mais afortunados, que passam a colocar em prática o ato de solidariedade ou mesmo de aproveitamento diante de tal acontecimento.

Como exemplo disso, o tópico seguinte abordará a seca de 1942, que atingiu vários estados do Nordeste, e trata de modo específico as consequências para a população do Rio Grande do Norte, tendo como base o jornal “A Ordem”, que divulgava com frequência a situação das famílias sertanejas e se tornava uma espécie de porta-voz das autoridades no apelo pela solidariedade das famílias potiguaras e por ações do próprio governo federal para solucionar ou minimizar esses problemas.

Os sertões nordestinos e o sertanejo pelo jornal “A Ordem”

1942. No estado do Rio Grande do Norte, o jornal A Ordem noticiava em suas matérias a situação caótica em que se encontravam mergulhados vários municípios, em decorrência da ausência de chuvas e da falta de alimentos para prover o sustento das famílias sertanejas. O referido jornal, fundado em 1935 pela Congregação Mariana dos Moços, tinha caráter fundamentalmente católico. Sobre este veículo de informação, Rosana Karla Bezerra de Melo nos diz que seu objetivo principal era

contribuir para restabelecer ‘a ordem’ em todas as atividades humanas, iniciando-se pelo indivíduo e perpassando pela família, escola, corporações, economia, política, ciência, arte, direito, sociedade, ideias, costumes e, inclusive, pela fé, este jornal deveria alcançar essas metas sem estabelecer nenhum vínculo partidário, buscando atingir os mais elevados ideais, de acordo com os preceitos da Ação católica. Assim, ele demonstrava ter propósitos de ação educativa e, também, doutrinária. (MELO, 2002, p. 36)

Seu discurso apresentava-se alinhado ao pensamento do então regime do Estado Novo, exaltando as ações do então presidente Getúlio Vargas e sempre deixando claro seu posicionamento quanto à fé e aos costumes tradicionais, levantando críticas contra quaisquer aspectos que viessem comprometer o domínio da religião católica e da moralidade da sociedade norte-rio-grandense.

Esse jornal comunica quase que diariamente os efeitos da seca sobre as populações sertanejas, e se transforma, em certa medida, em porta-voz das autoridades de alguns municípios no sentido de pedir socorros para minimizar essa situação de penúria que atingia, principalmente, aos moradores das zonas rurais, que viviam basicamente da agricultura e da criação de animais.

Com a ausência de chuvas, toda a atividade produtiva do campo fica inevitavelmente comprometida, de modo que as famílias das zonas rurais de vários municípios começam a abandonar suas moradias e irem para as zonas urbanas em busca de auxílio. Na medida em que esse quadro se agrava, os prefeitos de municípios potiguares iniciam sua busca pela redação do jornal a fim de informar o drama vivenciado por essas pessoas, que passam a vagar pelas ruas das cidades, e são descritos como maltrapilhos e, mais comumente, como flagelados.

As matérias desse jornal se tornam uma espécie de testemunho do drama vivenciado por inúmeras famílias sertanejas, havendo até mesmo relatos de mortes provocadas por inanição pelas ruas de municípios potiguares. É também possível encontrar relatos de saques empreendidos a feiras, levadas a cabo por grupos de famintos que, sem ter o que comer nem como alimentar suas famílias, recorrem ao roubo, numa tentativa de escapar à morte pela fome que os cerca constantemente.

Também se encontra nesse jornal a realização de campanhas desenvolvidas por famílias potiguares, autoridades e representantes da Igreja católica, com o objetivo de socorrer os “flagelados da seca”, através das quais arrecadam dinheiro, fruto de doação, além de alimentos provenientes de alguns estabelecimentos comerciais e de outros estados brasileiros. Toda uma mobilização envolvendo vários setores da sociedade – principalmente a sociedade natalense – foi realizada em prol dos “flagelados” que, inclusive, começavam a se dirigir para a capital potiguar.

Nesse ínterim, telegramas passaram a ser enviados para o presidente da República – Getúlio Vargas – solicitando auxílio para esses grupos de famintos que cada vez mais chegavam em maior quantidade nas cidades à procura de socorros, ao passo que o governo federal enviava engenheiros para os estados nordestinos atingidos pela seca com o propósito de investigar possíveis saídas para solucionar tais problemas. Entre as saídas encontradas, estavam a distribuição de grãos e enxadas para os trabalhadores rurais, no sentido de que estes pudessem retomar a atividade agrícola, prejudicada pela seca e pela ausência de outros elementos necessários para a sua prática, como os instrumentos de trabalho, uma vez que, em

períodos de escassez, alguns instrumentos agrícolas atingiam preços altíssimos, dificultando o acesso do trabalhador ao produto.

A construção de reservatórios de água – os açudes – também foi uma proposta encaminhada pelos engenheiros que visitaram as áreas atingidas pela seca, além da construção de estradas e do empreendimento de outras obras públicas que acolheriam esses trabalhadores que até então estavam sem ocupação, em decorrência da falta de trabalho nas zonas rurais de vários municípios do Rio Grande do Norte.

Outra solução empreendida pelo governo federal foi o fornecimento de passagens para aqueles que desejassem migrar para a região amazônica, prática já comum em períodos anteriores. Dessa forma, os grupos atingidos pela seca receberiam passagem e transporte – ambos assegurados pelo próprio governo federal – para o seu deslocamento, abandonando a situação de miséria e de penúria da qual eram vítimas aqui no estado. É interessante observar, quanto a esse aspecto, que alguns redatores do jornal *A Ordem* eram contrários ao incentivo da migração, uma vez que alegavam a consequente falta de mão de obra para as fazendas assim que os períodos de chuvas se fizessem acontecer novamente na região. Entretanto, também é possível notar que outros redatores, por sua vez, eram favoráveis a esse incentivo, pois assim, a parcela da população tida como indesejável nas zonas urbanas, como os pedintes, seriam deslocados para longes desses locais, evitando, na sua versão, a desordem provocada pelo excesso de pedintes e miseráveis vagando pelas ruas das cidades.

Ainda quanto ao incentivo ao processo migratório, este será intensificado no contexto da Segunda Guerra Mundial, quando o Brasil decide entrar no conflito ao lado dos Aliados e assinam os chamados Acordos de Washington, através dos quais os Estados Unidos se comprometem a fornecer auxílio financeiro para ser investido na industrialização do Brasil e para concretizar os projetos que viabilizassem a exploração da matéria-prima necessária para a guerra – a borracha – na região amazônica, enquanto o Brasil se comprometia em fornecer a borracha para abastecer as tropas aliadas.

Para concretizar a exploração da borracha na região amazônica, era necessário um contingente de trabalhadores para ser enviado aos seringais. Para tanto, foram criados alguns órgãos que se encarregariam de recrutar trabalhadores, como foi o caso do Serviço Especial de Mobilização de Trabalhadores para a

Amazônia (SEMTA), o qual faria a propaganda – cuja tarefa contou com a participação do artista suíço Jean-Pierre Chabloz, responsável por confeccionar cartazes acerca do trabalho nos seringais – e a seleção dos inscritos para o que se chamou de Exército da Borracha. Além disso, foi criada também a Superintendência de Abastecimento do Vale Amazônico (SAVA), que, com apoio do capital norte-americano e brasileiro, era encarregada de abastecer a área dos seringais com produtos necessários para o trabalho e com alimentação e remédios.

Com isso, também se tornou comum encontrar em matérias do jornal A Ordem que traziam informações sobre esses órgãos e quais seriam os benefícios recebidos por aqueles que integrassem o Exército da Borracha. Uma alternativa para fugir da seca e da falta de trabalho, garantindo o sustento para si mesmo e sua família, além de exercer, nesse momento, uma atitude patriótica.

Aqueles que se posicionavam contra a migração eram os que mais reivindicavam ao governo federal, em suas matérias, a realização de obras públicas ou o envio urgente de socorros necessários para essas populações, uma vez que impediriam o deslocamento de trabalhadores para regiões distantes, possibilitando sua permanência nos municípios de origem, ao passo que essa mão-de-obra até então ociosa fosse inserida na realização dessas obras.

Desse modo, vê-se que a divulgação de notícias acerca dos períodos de seca no sertão nordestino e dos efeitos por ela provocados sobre a população contribui para agravar ainda mais a imagem do Nordeste e de seus habitantes nas outras áreas do país. Não que os meios de comunicação devessem se isentar de noticiar tais acontecimentos, mas, no momento em que divulgam cenas das mais desumanas possíveis, gera uma espécie de “comoção” generalizada ou até mesmo de aprofundamento das tensões entre as regiões brasileiras, ao passo que aquelas que usufruem de um discurso de desenvolvimento e de progresso sentem-se cada vez mais superiores em relação àquelas que sofrem, “continuadamente”, os efeitos da ausência de chuvas.

Outro aspecto interessante é o discurso do jornal A Ordem quanto ao próprio sertanejo. Em suas matérias, principalmente aquelas que envolvem os “flagelados”, estes são colocados como as maiores vítimas, ao passo que enfrentam o drama da necessidade, da falta de alimentos, da falta de trabalho e até mesmo o drama da convivência com a morte. Mesmo assim, este sertanejo, na condição de “flagelado”, não tem sua moral abatida, não se curva com facilidade às facilidades capazes de

colocar em jogo sua formação moral: ele é honesto, trabalhador, resistente, valente. E mesmo aqueles que se sujeitam à prática dos saques, o fazem movidos pela necessidade do alimento, e não por sua índole duvidosa.

Assim sendo, percebe-se que o discurso presente no já referido jornal caminha no encontro dos demais discursos já produzidos em relação ao Nordeste e já tão enraizados no imaginário brasileiro, a ponto de qualquer ponto de vista ou opinião sobre essa região do Brasil ou sobre sua população não passar das já esperadas repetições imagéticas e discursivas.

Enquanto a já conhecida imagem do Nordeste vinha sendo realçada, outra região se destacava como o espaço da transformação e como a promessa de ser a “grande joia” para o desenvolvimento econômico da nação a partir daquele momento: a região amazônica, onde grandes somas de capitais estavam sendo investidas para proporcionar a ocupação definitiva e ordenada do espaço e realizar a extração da matéria-prima tão importante para a guerra.

Outros olhares: o Vale Amazônico pelo jornal “O Acre”

Euclides da Cunha, em sua expedição ao alto do Rio Purus, fez um relato acerca do que ele viu nessa jornada. Com relatos muitas vezes nada elogiosos, Euclides expôs o que a Amazônia possuía de pior, tanto com relação à paisagem quanto ao modo de viver que ele presenciou. Segundo ele, assim como nos sertões que ele visitou ao escrever sobre a guerra de Canudos, a Amazônia não favorecia a existência de uma civilização. A natureza amazônica, na percepção do autor, era de todo desoladora, chegando a provocar naqueles que ali chegaram o total enfraquecimento de suas faculdades.

Uma paisagem monótona, num lugar onde o tempo parece não avançar, ser sempre estático, é capaz de provocar no homem um total sentimento de melancolia e de desolação. A própria fauna, na descrição do autor, tinha características pré-históricas, o que demonstra ser um sinal de que o processo evolutivo ainda não havia atingido seu ponto máximo, onde tudo parece ter estagnado no meio do caminho.

A vida humana, por sua vez, também era marcada por intensos padecimentos na Amazônia. Os trabalhadores dos seringais, na opinião de Euclides da Cunha, eram aqueles que “trabalhavam para escravizar-se”, pois o sustento obtido através do trabalho não era de modo algum suficiente para garantir-lhes uma vida digna e

próspera, pelo contrário: aquele que chegava ao seringal, já se encontrava na situação de devedor, e tudo quanto ele conseguisse arrecadar de seus proventos, era rapidamente lapidado pelas contas registradas no barracão, e tal situação não permitia nunca saldar por completo o seu débito, de forma que esse trabalhador se encontrava em permanente estado de “cativeiro”.

Ainda de acordo com o autor, toda a região amazônica deveria receber a interferência da modernização, para que a civilização e o progresso pudessem ali chegar. Num contexto em que se buscava criar a ideia de uma unidade nacional, ocupar os chamados “espaços vazios” era uma tarefa essencial, para garantir a homogeneidade e dissipar qualquer ideia de discordância que porventura viesse a existir no territorial brasileiro. Para garantir essa unidade, o povoamento era primordial. Ocupar, de modo eficaz, o espaço amazônico, tornou-se o projeto da pauta. Mas esse povoamento só seria realmente eficaz com a presença do estado brasileiro e de capital, investimento esse que seria indispensável para uma ocupação organizada, diferente do que havia acontecido em épocas passadas quando as populações sertanejas eram enviadas para o Acre sem nenhum acompanhamento eficiente, e empreenderam o processo de ocupação em território acreano de acordo com suas próprias percepções, a mercê da própria sorte, como denunciava o próprio Euclides da Cunha.

Esse cenário de desolação quanto à região amazônica passa por uma grande transformação na década de 40, quando o governo Vargas, a fim de garantir a ocupação desse “espaço vazio” tal como era considerada essa área, proclama os nordestinos – mais especificamente os cearenses – a empreenderem esse processo de povoamento. Nesse mesmo momento, as populações nordestinas enfrentavam sérios problemas em decorrência da seca, constituindo-se em mais um fator que levará o presidente a convocar os nordestinos para tão “nobre” tarefa, por ocasião de sua passagem por Fortaleza após voltar de uma viagem da Amazônia, onde proferiu um discurso que marcou o início do desenvolvimento do Vale Amazônico.

Em seu discurso, Getúlio Vargas exalta o incrível potencial econômico que a região amazônica tem para oferecer, precisando apenas de homens capazes de promover sua efetiva ocupação e desempenhar a tarefa de desenvolver economicamente a região. Faltavam, por assim dizer, apenas as ferramentas – mão-de-obra e recursos financeiros para promover a ocupação –, uma vez que as riquezas naturais ali já existiam.

Nesse ínterim, o Brasil envolve-se na Segunda Guerra e compromete-se a abastecer as tropas aliadas com borracha que poderá ser explorada do Vale Amazônico. Para tanto, são firmados acordos com o governo norte-americano garantindo a parceria entre os dois países no sentido de promover a extração da matéria-prima dos seringais e de fixar definitivamente as populações que para lá fossem encaminhadas.

A partir desse momento, o discurso do desenvolvimento econômico do Vale Amazônico passa a ser uma constante nos meios de comunicações – notadamente os jornais, e nesse caso específico, o jornal O Acre. Originário da cidade de Xapuri, este jornal tinha publicação semanal, e enaltecia as ações dos líderes políticos que estiveram à frente do governo acreano e que contribuíram de alguma forma para o desenvolvimento da região. Criado em 1907, teve como redatores o Tenente-Coronel Francisco Conde e Justo Gonçalves da Justa. Teve suas edições interrompidas em 1909, reaparecendo em 1913, ano em que se deu a instalação do município de Xapuri, na intendência de Silvino Coelho, mesmo período em que o Acre vivenciava as consequências da crise da borracha, que vieram a se agravar.

Nesse jornal, as matérias enfatizam de forma intensa os benefícios que a região amazônica, em especial o Acre, receberá a partir dos investimentos direcionados para os setores de infraestrutura e transportes, investimentos esses necessários para a fixação das famílias que se deslocarão para as áreas dos seringais e para o escoamento da matéria-prima a ser explorada.

Embora o jornal O Acre aborde com frequência o progresso que a região vivencia nesse momento, também traz reivindicações com o objetivo de que se atente para os problemas que ainda persistem, de modo que as devidas providências sejam tomadas, tais como a melhoria dos transportes e a própria abertura de estradas que possibilitasse a chegada e saída de mercadorias de modo mais fácil, tendo em vista que algumas áreas de seringais ainda eram de difícil acesso, principalmente pelo fato de que o acesso a essas áreas se dava através dos rios, o que, nas épocas em que os rios ficassem com pouco volume de água, comprometeria o abastecimento das populações de trabalhadores desses seringais e o próprio transporte da matéria-prima.

Além disso, o jornal aponta para as melhorias quanto à saúde, tendo em vista que equipes de médicos eram enviadas para localidades mais distantes e que, segundo o próprio jornal, havia vinte anos não recebia visita de agentes de saúde.

Quanto às melhorias, essas envolvem o envio de medicamentos que ajudavam no combate às doenças mais frequentes na região dos seringais, de modo que as doenças não interferissem no desempenho das atividades extrativistas ali desenvolvidas.

Também são noticiadas as chegadas de trabalhadores – em grande parte oriundos do Nordeste – a serem encaminhados para os seringais, os chamados soldados da borracha, que após um momento de estranheza provocada na população local, passam a ser encarados como os protagonistas do esforço de guerra empreendido nos seringais amazônicos. Inclusive, o próprio jornal eleva esses personagens à condição de heróis, enfatizando a sua disposição para encarar o árduo e solitário trabalho no seringal.

A região amazônica, nesse momento, passa a usufruir de grande atenção por parte do governo federal brasileiro e do governo norte-americano, e toda essa campanha em prol do seu desenvolvimento faz com que a antiga imagem desenhada por Euclides da Cunha seja superada, dando lugar agora à imagem de uma terra de grandes oportunidades, onde a riqueza escorre das seringueiras e faz desse “paraíso” a terra da promessa, o “Eldorado” brasileiro.

Conclusão

O texto aqui exposto procurou apresentar a maneira pela qual a imagem e o discurso sobre o Nordeste foram construídos e de que forma contribuíram para a solidificação da imagem de Nordeste como sendo a terra do sofrimento e da seca, de tudo aquilo que é considerado como anti-moderno, uma vez que, devido à persistência de práticas, impede a chegada ou a fixação daquilo que seria a representação da modernidade e do progresso, já tão bem encaminhados no Sul do país. Tais imagens e discursos contribuíram, inevitavelmente, para o acirramento de disputas, em que uma dada região que usufrui da imagem de moderna procura se sobrepor àquela que ficou no passado, enquanto esta, por sua vez, tenta afirmar seus valores e todos os seus componentes (culturais, econômicos, morais, entre outros) como sendo autênticos e incorruptíveis, em virtude exatamente desse distanciamento da modernidade burguesa.

Procurou-se também entender como os jornais trabalhados apresentavam sua visão acerca de suas respectivas regiões, e foi possível observar que, enquanto o

jornal A Ordem deixava visível a situação de penúria em que vários municípios potiguares estavam inseridos devido o fenômeno das seca, e que, mesmo diante das provações e sofrimentos, o caráter do sertanejo permanece imutável, o jornal O Acre apresenta a imagem de sua região como sendo a redentora, a solução para os problemas não só dos sertanejos que migravam para lá, mas também como a terra da promessa, a região que contribuiria sobremaneira para o crescimento econômico local e nacional, superando a ideia de espaço inabitável, de espaço da barbárie e da ausência de civilização, para ser encarada agora como a terra de infinitas riquezas, o “Eldorado”, a terra em que a modernidade chegava para ficar.

Referências bibliográficas

- ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **A invenção do Nordeste e outras artes**. São Paulo: Cortez, 2011.
- ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz. **Preconceito contra a origem geográfica e de lugar**: as fronteiras da discórdia. São Paulo: Edições MMM, 2012.
- CARLI, Egina; CARNEIRO, Eduardo. **Os jornais em Xapuri (Acre) no século XX**. Disponível em: <http://eduardoeginacarli.blogspot.com/2009/06/os-jornais-em-xapuriacreno-seculo-xx.html>. Acesso em: 10 de janeiro de 2020, às 18:05.
- CUNHA, Euclides da. **À margem da história**. São Paulo: Martin Claret, 2006.
- CUNHA, Euclides da. **Os sertões**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2011.
- MELO, Rosana Karla Bezerra de. **A Ordem**: jornal, gente cultural e estrutura ideológica no Rio Grande do Norte (janeiro a março de 1964). UFRN, 2002. Monografia para a conclusão da disciplina Pesquisa Histórica II do curso de História.
- MURARI, Luciana. O deserto e as distâncias: cultura e natureza nas representações da nacionalidade brasileira. In: _____. **Brasil, ficção geográfica**: ciência e nacionalidade no país d’Os Sertões. São Paulo: Annablume, Belo Horizonte: Fapemig, 2007, p. 45-97.
- SOUZA, Candice Vidal e. A fronteira no Brasil: desdobramentos do imaginário sobre o vazio-sertão. In: _____. **A pátria geográfica**: sertão e litoral no pensamento social brasileiro. 2.ed. Goiânia: Editora UFG, 2015, p. 135-158.
- O discurso do Rio Amazonas. **Revista brasileira de geografia**. N. Abril-Junho de 1942. p. 259-262.

Jornais

- Jornal A Ordem, 1942-1943.
- Jornal O Acre, 1943-1944.

“SÓ O VOTO LIVRE E CONSCIENTE PODERÁ FAZER O MILAGRE”? DISCURSOS SOBRE DEMOCRACIA NA IMPRENSA CEARENSE DE 1945 -1946

Cintya Chaves²³²

Apresentação

Só o voto livre e consciente poderá fazer o milagre²³³.

O título desta comunicação foi baseado em uma entrevista retirada do periódico “O Globo” com o comandante Atila Soares²³⁴, sobre o retorno “do regime político que havia sido abandonado em 1937”. Os administradores do jornal “O Povo”, do Estado do Ceará, de 1945, produziram a manchete entusiástica sobre a necessidade do retorno à democracia.

O Jornal “O Povo” circula no Ceará desde 1928 tendo como fundador Demócrito Rocha (1888-1943). No ano de 1945, o diretor do jornal passou a ser Paulo Sarasate Ferreira Lopes, genro de Demócrito Rocha (CUNHA, 2009) e Deputado Estadual (Constituinte), 1935-1937, CE, sendo posteriormente Deputado Federal (Constituinte), 1946-1951 pela UDN.

Neste referido ano, a imprensa cearense emitia notas diárias sobre a abertura democrática, assim como a do Rio Grande do Norte, Recife, Rio de Janeiro, São Paulo e outros estados do país. No caso do Jornal O Povo, além das seções de comentários políticos, o fim do Estado Novo era celebrado em manchetes, seções de humor (TIRA GOSTO), comentários do dia e nas colunas de intelectuais.

Mas, o Jornal O Povo não era o único. No segundo semestre de 1945, o Jornal “O Democrata”, porta-voz dos comunistas, disputou a dimensão discursiva dos jogos políticos -partidários, inscrevendo ideias sobre o que seria e deveria ser democracia.

Interessa-nos, portanto, pensar sobre o papel da imprensa cearense na formulação de conceito(s) de democracia(s), salientando seus interesses,

²³² Universidade Federal do Ceará. E-mail: cintyachaves2@gmail.com

²³³ Jornal O POVO. Fortaleza, 10 de fevereiro de 1945. p.1.

²³⁴ Intendente Municipal e político conhecido do Distrito Federal.

aproximações, contradições como vozes que se colocavam como democratas do período. Para esta comunicação selecionamos o dito Jornal “O Povo” e o Democrata por expressarem concepções dissonantes de democracia.²³⁵

A escolha destes impressos se deu pela memória jornalística cearense pontuar “O Democrata” como um jornal político e “O Povo” como um jornal de grande circulação que adentrou os interiores do estado a partir de 1945. Nos intrigou o fato de somente o jornal “comunista” ser considerado político, enquanto o outro dirigido por um conhecido deputado ter sido construído por esta memória sob o tom da neutralidade. (NOBRE, 2006, p. 149 - 153).

Como nos lembra Maria Helena Rolim Capelato: “Todos os jornais procuram atrair o público e conquistar seus corações e mentes. A meta é sempre conseguir adeptos para uma causa, seja ela empresarial ou política, e os artifícios utilizados para esse fim são múltiplos.” (CAPELATO, 1988, p. 15)

O fato dos dois impressos se colocarem como vozes democratas no período e pertencerem a segmentos sociais distintos também foi importante como critério de escolha.

Há de se considerar além da circulação destes jornais, o número de alfabetizados do período. Conforme o Anuário Estatístico do Brasil de 1945, o Ceará contava com uma população 2335,6 milhões. Segundo Benedita Sipriano, em Fortaleza habitavam 180 mil destes dois milhões, sendo que em 1940 “mais de 50% da população de Fortaleza declarou saber ler e escrever, entretanto, em todo o estado, aproximadamente 80% da população era analfabeta” (SIPRIANO, 2016, p.143).

Os jornais são aqui pensados, no interior da história social, como agentes socioculturais ativos e historicamente construídos como afirma Heloisa de Faria Cruz (2007, p. 258) e não como depositários de informações. Atuantes nos processos e constituidores de modos de vida e percepções, os jornais como adverte Cruz (2007), carecem de procedimentos próprios como Identificação do Periódico, do Projeto Gráfico/Editorial, do Projeto Editorial: Movimentação e Posicionamento Político, da Produção e Distribuição (Grupos Produtores, Circulação e Distribuição).

A escolha pelo Estado do Ceará se deve em especial ao fato das produções historiográficas sobre a temática centrarem suas análises no eixo sul-sudeste. As

²³⁵ Vale salientar, que a pesquisa se encontra em fase inicial.

pesquisas produzidas pela historiografia cearense sobre este período, em grande medida, contemplam outros motes de estudos, sendo esta temática mais abordada por sociólogos e cientistas políticos do que pela comunidade dos historiadores locais.

A democracia será aqui abordada em sua perspectiva histórica, não lhe sendo adequadas definições rígidas. Deste modo, é importante ressaltar que ela operou uma mudança no lugar de poder. Isso porque o princípio de legitimidade passa a ser dado pelo povo e não mais pelo “deus ou os deuses”. Tal condição coloca a democracia em “reajuste” periódico pelo caráter competitivo do jogo político, como lembra Claude Lefort (1983), ao tratar do estabelecimento da democracia em relação ao Antigo Regime e ao Estado Totalitário.

Neste sentido, não teremos como preocupação propor um conceito de democracia, mas sim entender como estes atores a definiram e manejaram discursos de acordo com seus interesses e sua cultura política²³⁶.

Eleição, sinônimo de Liberdade?

O processo que desencadeou a “democratização de 1945” foi perpassado por tramas, contradições e conflitos que podem ser percebidas através do “Queremismo”, movimento político que, a partir de maio de 1945, se posicionou a favor da permanência de Vargas no poder: “[...] Cai a ditadura do Estado Novo, mas cresce o prestígio do ditador; vislumbra-se o regime democrático e no entanto, os trabalhadores exigem permanência de Vargas no poder [...]” (FERREIRA, 2003, p.15).

A este respeito, é importante considerar que o “Queremismo” e a popularidade de Getúlio Vargas, principalmente em relação aos trabalhadores, explica-se devido à proximidade estabelecida pelo próprio presidente com estes setores:

[...] o trabalhismo como ideologia política centrada na figura de Vargas, em sua obra social e no tipo de relação – direta e emocional – que ele se proponha manter com a classe trabalhadora, vinha sendo construído dentro

²³⁶ Segundo Karina Kuschnir e Leandro Piquet (1999), este conceito assume a seguinte definição: “Cultura política é um conceito multidisciplinar. A expressão foi criada na década de 60 por Almond e Verba a partir combinação das perspectivas sociológica, antropológica e psicológica no estudo dos fenômenos políticos. O objetivo era incorporar nas análises da política da sociedade de massas contemporânea uma abordagem comportamental, que levasse em conta os aspectos subjetivos das orientações políticas, tanto do ponto de vista das elites quanto do público dessa sociedade. No nosso entender, a noção de cultura política refere-se ao conjunto de atitudes, crenças e sentimentos que dão ordem e significado a um processo político, pondo em evidência as regras e pressupostos nos quais se baseia o comportamento de seus atores. (KUSCHNIR, Karina e CARNEIRO, Leandro Piquet, 1999, p. 1-33)”

do Ministério do Trabalho desde 1942. Assim, sem o suporte ideológico do trabalhismo, o queremismo teria sido praticamente impossível (GOMES, 1998, p. 309).

O roubo da fala como nos lembra Paranhos (1999) ou a reorganização dos valores construídos pelos próprios trabalhadores na Primeira República, como discutiu Gomes (1998) foi um fator primordial para o funcionamento do trabalhismo. Assim, o medo que os trabalhadores tinham da perda de algumas conquistas, em termos de participação social, era o que motivava o desejo da continuidade de Getúlio Vargas.

Entretanto, no Brasil a crítica à censura da imprensa, a defesa da anistia, a criação de partidos e outros fatores internos, assim como a vitória das forças democráticas sobre as forças nazistas e fascistas teriam sido significativas para o desfecho da “redemocratização” (OLIVEIRA, 1994, p. 392).

Segundo Francisco Roberto S. de Oliveira, o Manifesto dos Mineiros, em outubro de 1943; as críticas da FEB destinadas ao governo; o I Congresso Brasileiro de Escritores, em que se discutiu a redemocratização (26 de janeiro de 1945); a entrevista de José Américo ao “Correio da Manhã”, que rompeu a censura à imprensa (fevereiro de 1945); a Semana pró-Anistia promovida pela UNE (abril de 1945); a fundação da UDN (abril de 1945); o manifesto das oposições coligadas e da Esquerda Democrática (outubro de 1945); a nota do comandante da 1ª Região Militar garantindo as eleições (outubro de 1945); o ultimato dos generais a Vargas (18 de outubro de 1945); entre outros eventos conjunturais internos, teriam *minado* a ditadura de Vargas. (OLIVEIRA, 1995, p. 392).

Isso não quer dizer que queremismo e o anti-queremismo não conviveram lado a lado em disputa. E muito menos desqualifica a ação política dos sujeitos sociais. Jorge **Ferreira** (2001; 2003; 2010) bem pontua que a democracia não é algo dado, mas construída das próprias demandas sociais, situada, portanto, historicamente. Destarte, concordamos quando este pesquisador desconstrói a noção de que o povo era amorfo e indiferente, reconhecendo no contraditório movimento queremista uma articulação de protesto e de legítima luta dos trabalhadores por medo de perdas de direitos já conquistados (FERREIRA, 2003, p. 15 - 43).

A (s) concepções de democracia (s) mais do que nunca estavam em disputa pela multivocalidade presente dos diferentes segmentos sociais. Elas mediavam interesses por espaços de atuação e poder, ao mesmo tempo que significavam o fortalecimento da luta por direitos. Neste ínterim, o contraditório movimento udenista,

como já colocou Maria Victoria de Mesquita Benevides (1981), possuía uma agenda forjada no antigetulismo. Logo, seus discursos sobre a democracia não estavam deslocados de tal “sentimento”.

Deste modo, a celebração pela democracia continuou em outras edições do jornal “O Povo” no mês de fevereiro, com as assertivas: “Deve governar quem dispuser de maioria”, “os maiores Jornais do Rio, solidários com o povo apoiam a candidatura do Brigadeiro Eduardo”²³⁷ e com o artigo “Eleição, sinônimo de Liberdade”, de 22 de fevereiro de 1945, escrito por Paulo Sarasate, em que declarava:

[...] O ideal seria que houvesse uma exposição antecipada dos planos oficiais, afim de que o maior interessado, o povo, pudesse analisar detidamente o assunto por intermédio de seus líderes, impondo, afinal sua vontade na estruturação democrática da nação. [...] ²³⁸

Estes trechos se constituem rastros discursivos de um esgotamento do modelo autoritário que o país experimentara e a posição de setores da sociedade cearense que não desejavam somente o fim do Estado Novo, mas eram contrários a qualquer candidato apoiado por Getúlio Vargas. É importante lembrar que Paulo Sarasate, o autor do trecho acima, em 1946 foi eleito deputado federal pela União Democrática Nacional (UDN); partido de oposição ao Varguismo.

Há de se observar também o lugar que as eleições ocupam dentro dos discursos anti-getulistas emitidos pelo jornal udenista. A democracia está associada sobremaneira ao ato de votar, a concretização das eleições e aos modos de representação política (Holanda, 2007). O temor de que não houvesse as eleições se expressava nas seções de “Comentários do Dia”, do Jornal “O Povo”, de autoria de Sarasate, dedicando-se ainda reportagens e colunas sobre este mote.

Nos anos de 1940 a linha ainda era muito tênue entre o caráter informativo e opinativo dos impressos. Sem muitas cerimônias, os jornais faziam campanhas políticas e partidárias e defendiam explicitamente seus “pontos de vistas”. Conforme explicam Tânia Regina De Luca e Ana Luiza Martins (2012) somente a partir de 1950, o Brasil apresentou condições culturais socioeconômicas e políticas para desenvolver um jornalismo autônomo.

²³⁷ Jornal O POVO. Fortaleza, Sábado – Feira, 24 de Fevereiro de 1945.

²³⁸ Jornal O POVO. Fortaleza, 22 de Fevereiro de 1945. p.3.

No primeiro semestre de 1945, a imprensa udenista cearense não proporcionava um espaço para debates que endossassem mudanças sociais mais profundas, restringindo o discurso sobre democracia a conquista dos direitos políticos. Como lembra Maria de Lourdes Manzine-Covre, “o ato de votar não garante nenhuma cidadania, se não vier acompanhado de determinadas condições de nível econômico, político, social e cultural” (COVRE, 2002, p. 9).

A retórica da crise, da corrupção foram evocadas como uma forma não só de desqualificar o regime ditatorial, mas sobretudo a figura de Getúlio Vargas. O presidente era o candidato do continuísmo e da decadência democrática. A possibilidade dele se candidatar seria uma afronta a democracia, pois só Eduardo Brigadeiro seria o verdadeiro candidato democrata, assim apontava o Jornal O Povo, do início de 1945.

Observa-se que, em 1945, o jornal “O Povo” concebia democracia como sinônimo de voto. O partidarismo udenista, assim como o sentimento antigetulista ficam estampados nas manchetes do jornal: “Apoiada pelas maiores expressões políticas de todo o país a candidatura do Brigadeiro”. Getúlio Vargas foi construído como antidemocrático, como se seu governo se resumisse tão-só ao autoritarismo do Estado Novo, negando-se inclusive o apoio dado pelo jornal ao governo provisório do presidente (CUNHA, 2009). Para estes, democracia e cidadania parecem ter sentidos semelhantes. A euforia estava em poder votar outra vez exercendo sua suposta cidadania roubada pelo ditador.

Sérgio Buarque de Holanda (2014) constatou que a democracia no Brasil era um mal entendido, ou seja, uma forma das elites acomodarem direitos e privilégios e protelarem mudanças mais intensas. Mesmo diante das críticas de Sérgio da Mata (2016) e Jessé de Souza (2017) a *Raízes do Brasil*, reduzindo-a como obra conservadora, quando se analisa os posicionamentos udenistas no período, entende-se a contribuição de Sérgio Buarque e o porquê da conclusão.

As questões levantadas por Buarque não são uma defesa pessoal do autor como fazem pensar seus críticos. Neste sentido, a leitura de Luiz Feldman (2013) em *Clássico por amadurecimento* parece ser mais honesta. Não obstante, nossa preocupação se centra em entender os sentidos operacionalizados sobre esta noção de democracia e não pontuar qual seria a melhor ou mais perfeita e correta instrumentalização.

Democracia: Um caminho para resolução das aflições populares

Este jornal, - O Democrata – porque o povo e o proletariado tanto esperavam em nossa terra, aparece hoje, no jornalismo cearense, para ser um defensor dos direitos populares e um ativista do progresso. Tem, assim, um programa de ação que é a luta constante pela democracia, pela unidade da classe operaria e do povo, visando o fortalecimento da frente nacional democrática. Jornal do proletariado e das grandes massas populares, intérprete dos sentimentos de libertação econômica de todos os homens que trabalham, na cidade e no campo, O Democrata ressurgiu, na imprensa do Ceará, para realizar uma obra de educação política, para apresentar honestamente os problemas gerais que afligem as populações cearenses, e para encaminhar as soluções justas que se impõem. [...] ²³⁹

Em sua primeira fase (agosto de 1945) o Jornal “O Democrata” contava com direção de Olavo de Oliveira e tinha como redator chefe, segundo Idelfonso Lima (2006), Alfeu Faria de Aboim²⁴⁰. Olavo Oliveira se tornaria proprietário do Jornal O Democrata, a partir de cinco de agosto de 1945. Seria eleito, pelo Partido Popular Sindicalista (PPS) senador no final do ano de 1945, contando com “o apoio dos comunistas”. Após sua vitória, Olavo Oliveira encerrou as atividades do jornal, em janeiro de 1946, vendendo, este, para os comunistas, seus apoiadores neste período. (LIMA, 2006, p. 18).

A tônica do jornal comunista era outra. Apesar de, em novembro de 1946, “O Democrata” convocar os cidadãos brasileiros maiores de 18 anos para alistarem-se como eleitores, o discurso sobre democracia perpassava pela luta de direitos e denunciava as desigualdades, não se restringindo apenas ao voto. Nota-se, diferentes concepções de democracia. Ela está sendo aprendida e fabricada pelos diferentes grupos, com conflitantes interesses. Como lembra Claude Lefort (1983):

[...] a democracia, fruto da história, é uma sociedade “sem corpo”, onde reina uma radical indeterminação, em constante desequilíbrio e que exige de todos

²³⁹ Jornal “O Democrata”, 01/03/1946, p. 2.

²⁴⁰ Segundo uma publicação de 03/08/2015 do Jornal O Povo online, seção O Povo é História, Alfeu Faria de Aboim fazia parte da Imprensa Oficial (Jornal O Estado) desde 1933, mas foi demitido em 1945 devido a perseguição política por não andar segundo a cartilha do governo do Estado do Ceará, que na época era Menezes Pimentel (O Povo online, 03/08/2015 – disponível em <https://www20.opovo.com.br/app/opovo/opovoehistoria/2015/08/03/noticiasjornalopovoehistoria,3478286/alfeu-aboim-afastado-da-imprensa-oficial.shtml> Acesso 08/10/2019 a 12:44. Ainda segundo o Portal de História do Ceará, Alfeu Faria de Aboim (Alfeu Aboim) era diretor técnico do Jornal O Democrata e o redator chefe era Stênio Gomes da Silva. Disponível em: http://portal.ceara.pro.br/index.php?option=com_c

a invenção. “A democracia não era boa por natureza e não garantia espontaneamente liberdade e justiça a todos os cidadãos”.

Não há um sentido unívoco do conceito de democracia em 1945. A democracia vai ser discursada pela imprensa comunista como uma via, uma forma de resolução dos conflitos sociais cotidianos, enquanto udenistas priorizavam pensa-la pela lógica representativa e partidária. Não há desinteresse em tutelá-la e associá-la como um fruto da luta do que viria a ser o partido udenista, mesmo sendo este cheio de ambiguidades, comportando perfis de atores completamente diferentes, como nos alertou Benevides (1981).

Para Lefort, a democracia seria um processo histórico em que as sociedades vão aprendendo a vivenciá-la, tendo como referência suas tensões, extrapolando assim a noção de regime político atrelado ao Estado. A democracia teria no povo o referencial fundamental para legitimar ou deslegitimar a autoridade política. A indeterminação da identidade do povo desincorpora o lugar de poder. Ela não garante cidadania, que abrange deveres e direitos.

Neste sentido, “O Democrata” instrumentalizava o debate entorno das lutas dos trabalhadores como uma forma da concretização da democracia. Enquanto o Jornal “O Povo” centrava sua atenção em advogados, setores da engenharia civil, o perfil dos trabalhadores que o Jornal “O Democrata” expressava preocupações foi distinto. Contudo, isso não significa que o Jornal O Povo não trouxesse os debates também sobre os operários.

Assim, a atuação de diferentes sindicatos a partir de 1946 foi um dos temas recorrentes, principalmente no Jornal “O Democrata”. O mesmo abordou o processo de organização dos sindicatos dos padeiros, do comércio e da indústria. Suas pautas eram principalmente a melhoria dos salários destes trabalhadores, as péssimas condições de trabalho dos funcionários da indústria, a exemplo da indústria de sapato, e os atrasos salariais.

As causas sociais quando tratadas por ambos expressavam apelos diferentes. Por exemplo, a denúncia em torno do alto preço do pão foi mote dos dois impressos. “O Democrata” intercedia pelos trabalhadores padeiros, afirmando que o governo apoiava as padarias a aumentarem o preço do pão, enquanto os padeiros continuavam com seus salários “miseráveis”²⁴¹, ficando difícil consumir o próprio pão

²⁴¹ Jornal O Democrata, Quinta-feira, 24/10/1946.

que produziam. Assim, a contestação do trabalhador e não somente dos consumidores também estavam postas.

Desde o início do ano de 1945, o Jornal “O Povo”, abordava também a “carestia” do Pão. A crise do Pão foi utilizada pelos redatores do Jornal “O Povo” como uma das muitas desordens do momento ditatorial que se vivia. A democracia viria para sanar esta crise em que “o povo” passava.

Se a temática da crise foi fomentadora para a legitimação de regimes autoritários, ela também foi importante para mostrar a ineficácia do regime autoritário que se vivia. Vale salientar, que as eleições para governador no Ceará foram em 1947 tendo sido eleito o Desembargador Faustino de Albuquerque pela UDN. Portanto, ainda se estava sob o regime de interventores, no período.

O Jornal Comunista discursava sobre democracia através dos problemas sociais, constituindo uma noção de democracia interligada a ampliação de cidadania. Foi comum “O Democrata” noticiar e opinar sobre as reivindicações das organizações dos bairros, por um melhor saneamento, pelo abastecimento de água, na luta por moradia entre outros. A democracia se concretizaria não apenas no ato de votar, mas sobretudo na resolução destes problemas, afinal seria inadmissível uma democracia ignorar estas necessidades.

Considerações Finais

A questão aqui colocada neste breve texto não se insere no clássico debate sobre as mudanças e permanências quando se trata da experiência democrática de 1945. Muito menos no questionamento se 1945 instaurou uma abertura democrática ou não, tendo em vista ser um problema já resolvido; já que diferentes historiadores, inspirados em vertentes historiográficas distintas concordam sobre o caráter democrático do período.

Nossa atenção está em compreender os sentidos registrados, afinal: *la premisa formal irrefutable de que toda historia tiene que ver con la sociedad y el lenguaje.* (KOSELLECK, 2012, p.12). Assim, são as concepções destes indivíduos sobre a democracia e o papel da imprensa na construção e constituição deste conceito que se pretendeu ensaiar aqui.

Fontes:

Anais do IX Colóquio Nacional de História Cultural e Sensibilidades – Sertões: poder e representações.
Caicó-RN, UFRN – CERES, RN, 18 a 21 de novembro de 2019. ISBN 978-85-471-0298-2

Jornal "O Povo". Fortaleza, janeiro a abril de 1945. Disponível na Biblioteca Pública Menezes Pimentel.

Jornal "O Democrata". Fortaleza, de 1946. Disponível na Biblioteca Pública Menezes Pimentel.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Estatísticas do Século XX**. IBGE, Directoria Geral de Estatística, [187?] / 1930, Recenseamento do Brasil 1872/1920; IBGE, Censo demográfico 1940/2010. Rio de Janeiro: IBGE, 2007. Disponível em <<http://seriesestatisticas.ibge.gov.br/series.aspx?vcodigo=POP>> Acesso em 30 jul. 2018.

_____. **Anuário Estatístico do Brasil**. Rio de Janeiro: IBGE, vol. 54, 1994. Disponível em <<http://seriesestatisticas.ibge.gov.br/series.aspx?no=10&op=0&vcodigo=CD90&t=populacao-presente-residente>> Acesso em 30 jul. 2018.

Bibliografia:

BENEVIDES, Maria Vitória. **A UDN e o udenismo. Ambigüidades do liberalismo brasileiro (1945-1965)**. São Paulo, Paz e Terra, 1981.

COVRE, Maria de Lourdes Manzini. **O que é Cidadania?** Coleção Primeiros Passos. São Paulo-SP. Editora brasiliense, 2002.

CRUZ, Heloisa de Faria; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. **Na oficina do historiador: conversas sobre história e imprensa**. Projeto História, São Paulo, n.35, p. 253-270, dez. 2007. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/viewFile/2221/1322>>. Acesso em 31/08/18.

CUNHA, Rodrigo do Espírito Santo da. **Andrés Guevara e a evolução gráfica do jornal O Povo**. VII Encontro Nacional de História da Mídia – mídias alternativas, alternativas midiáticas. Fortaleza, Ce. 19 a 21 de Agosto. Disponível em https://www.researchgate.net/publication/52013023_Andres_Guevara_e_a_evolucao_grafica_do_jornal_O_Povo.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves. **PTB: do getulismo ao reformismo (1945-1964)**. São Paulo: Marco Zero, 1989.

FELDMAN, Luiz. **Clássico por amadurecimento**. Estudos sobre Raízes do Brasil. Rio de Janeiro: Topbooks, 2015.

FERREIRA, Jorge (org.). **O populismo e sua história – debate e crítica**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2001.

_____.(org.). **1946-1964: A experiência democrática no Brasil**. Tempo vol.14 n.28 Niterói June, 2010. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-77042010000100001>. Acesso em 21/01/2014.

_____; DELGADO, L. A. N. (Orgs.). **O Brasil republicano: O tempo da experiência democrática. Da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964.** Vol.3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

GOMES, Ângela Maria de Castro. **A invenção do trabalhismo.** 3. ed. Rio de Janeiro: Ed. da FGV, 2005.

_____; D'ARAÚJO, Maria Celina. **Getulismo e trabalhismo.** São Paulo: Ática, 1989.
GOMES, Ângela de Castro. Partido Trabalhista Brasileiro (1945-1965): getulismo, trabalhismo, nacionalismo e reformas de base. In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão (Orgs.). **Nacionalismo e reformismo radical. (1945-1964).** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, v. 2. (Coleção As Esquerdas no Brasil).

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil.** 27º ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

KOSELLECK, Reinhart. História Social e Historia de los conceptos. **Histórias de conceitos:** estudios sobre semántica y pragmática del lenguaje político y social. Madrid: Editorial Trotta, 2012. 317 p. (Ciencias Sociales). Tradução de: Luis Fernández Torres. p. 15.

LEFORT, Claude. **A Invenção Democrática- Os Limites da Dominação Totalitária.** São Paulo: Brasiliense, p. 37-69, 1983.

LUCA, Tânia Regina de. História dos, nos e por meio de periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanesi. **Fontes Históricas.** São Paulo: Contexto, 2008.

MARTINS, Ana Luiza, e LUCA, Tania Regina de. (orgs.). História da imprensa no Brasil. São Paulo: Contexto, 2008, 304 p.

MATA, Sérgio da. *Tentativas de desmitologia: a revolução conservadora em Raízes do Brasil.* Revista Brasileira de História, v. 36, n. 73, p. 63-87, 2016. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbh/2016nahead/1806-9347-rbh-2016v36n73-005.pdf>. Acesso em: 1º dez 2018.

NETO, Ildefonso Rodrigues Lima. **Escrita subversiva – O Democrata, 1946 – 1947.** Dissertação (Mestrado em História Social). Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, 2006.

NOBRE, Geraldo. **Introdução à História do Jornalismo Cearense.** Fortaleza: NUDOC/ Secretaria da Cultura do Estado do Ceará – Arquivo Público do Ceará, 2006.

PARANHOS, Adalberto. *O roubo da fala – origens da ideologia do trabalhismo no Brasil.* São Paulo: Boitempo Editorial, 1999.

OLIVEIRA, Francisco Roberto de. **A Redemocratização e a política partidária cearense.** In: SOUZA, Simone (Org.). **A História do Ceará.** Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 1994.

REMOND, René. (org.). **Por uma história política**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

RIBEIRO, Francisco Moreira. **O PCB no Ceará: ascensão e declínio – 1922-1947**. Fortaleza: Universidade Federal do Ceará/Stylus, 1989.

SIPRIANO, Benedita. **O jornalismo cearense nas décadas de 1920 e 1930: as relações entre “informativo” e “opinativo”**. Revista de História Bilros, Fortaleza, v. 4, n. 7, p. 138-154, jul.- dez. 2016.

A CIDADE DE NATAL E SUAS REPRESENTAÇÕES: OS INVESTIMENTOS MODERNIZANTES NO DISCURSO DOS CRONISTAS LOCAIS (1908-1929)

Gabriel Barreto da Silveira Oliveira²⁴²

Karine Maria Lima Lopes²⁴³

Raimundo Arrais²⁴⁴

INTRODUÇÃO

Este trabalho está vinculado ao projeto de pesquisa “A cidade, do renascimento à morte: espaço, tempo e modernidade na cidade de Natal (1900-1940)”, do Grupo de Pesquisa Espaços na Modernidade, cujo objetivo principal é reconstituir as linhas gerais do processo de formação dos territórios da cidade de Natal, no referido período, sob o ponto de vista das representações elaboradas pelos intelectuais e grupos dominantes, demonstrando o modo como a dinâmica social se expressou no espaço.

No início do século XX, políticos do Partido Republicano do Rio Grande do Norte e os homens letrados orientaram-se pela crença na realização do progresso na cidade de Natal. O grupo dirigente da capital, por meio de ações sistematizadas do Estado, atuou na concretização de investimentos materiais, tais como o bonde elétrico, a iluminação, o calçamento das ruas e o embelezamento dos jardins. Essas intervenções na paisagem urbana se configuraram como uma necessidade desses grupos de elevar Natal ao padrão do conjunto de transformações implementadas em outras capitais do país e, em grande medida, superar a condição de isolamento da cidade em relação aos demais municípios. As realizações materiais, privilegiadas inicialmente pela administração do governador Alberto Maranhão, incorporavam uma visão idílica da cidade, concebida pelos grupos dominantes como um “lugar exemplar a partir do qual o país exibe a posição que ocupa na ordem civilizatória mundial”²⁴⁵.

²⁴² Mestrando em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (PPGH/UFRN). E-mail: gabrielbsol12@gmail.com.

²⁴³ Graduanda em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). E-mail: karinelopes.2012@hotmail.com.

²⁴⁴ Docente do Departamento de História (UFRN) e coordenador do grupo de pesquisa “Os espaços na modernidade”. E-mail: raimundoarrais@ymail.com.

²⁴⁵ FERREIRA et al., 2008, p. 123.

Os intelectuais ligados ao grupo dirigente também tomaram parte nessas transformações. Eles escreviam crônicas que relatavam suas impressões sobre os impactos das obras na vida urbana, como também escreviam sobre costumes e sociabilidades, buscando direcionar o público leitor no sentido da adoção de novos hábitos, compatíveis com essa nova cidade. Por meio das crônicas, publicadas na grande imprensa e nos periódicos de vida efêmera, os homens de letras assumiram posições de escritores-jornalistas, observavam os novos tempos da cidade, as novas dinâmicas da vida urbana e as representavam nas colunas dos periódicos veiculados diariamente. A partir desse gênero literário, é possível obter indícios das cenas urbanas que se desenrolavam na sociedade natalense no período em exame.

Buscamos perceber mudanças na forma de representar as transformações na cidade a partir de crônicas escritas em dois períodos diferentes. O primeiro período corresponde ao momento no qual foram publicadas as crônicas escritas por Manoel Dantas durante o segundo mandato do governador Alberto Maranhão (1908-1913). O segundo período refere-se ao governo de Juvenal Lamartine, no qual foram publicadas crônicas diárias no jornal *A Republica* de autoria de Adherbal França, mais especificamente na segunda metade da década de 1920. Analisadas e comparadas, essas crônicas nos permitem traçar um panorama das mudanças na apreensão do tempo e do espaço na cidade de Natal ao longo do período estudado.

As crônicas de Manoel Dantas foram publicadas no jornal *A Republica*, que era, ao mesmo tempo, o diário oficial do governo e o jornal oficial do Partido Republicano do Rio Grande do Norte. Esse periódico difundia notícias gerais sobre a política e os acontecimentos cotidianos da cidade e do estado, numa coluna intitulada *Coisas da terra*. Essas crônicas começaram a ser publicadas em 1907, ano em que Manoel Dantas ocupava o cargo de editor chefe do jornal, e continuaram até 1923, um ano antes de sua morte. As crônicas analisadas neste trabalho foram publicadas entre 1908-1913, período referente ao segundo mandato do governo de Alberto Maranhão. Justificamos esse recorte pelo fato de que, nesse período, o cronista empregou maiores esforços para atribuir o progresso da capital às qualidades do governador, representado como um artífice dos empreendimentos locais. A concentração do maior número de crônicas (69 de um total de 100) nos anos referidos indica a constância desses esforços.

As primeiras crônicas de Adherbal França também foram publicadas nesse mesmo periódico. Mas, a partir de 1928, o grupo dirigente fez uso um novo veículo de

divulgação: a *Cigarra*, uma revista de variedades publicada entre 1928 e 1930, que apresentava matérias eufóricas pelas transformações técnicas e mudanças de costumes na capital e contava com intelectuais ligados à administração de Juvenal Lamartine em seu quadro de redatores.

Tanto as revistas quanto os jornais fazem parte do acervo digital do Grupo de Pesquisa Espaços na Modernidade. Neste trabalho, os periódicos são considerados veículos para manipulação de interesses e intervenção na vida social, além de se configurarem como um registro de um esforço de seus dirigentes para difundir uma determinada imagem de sua sociedade²⁴⁶.

A análise das crônicas orienta-se pelo conceito de *representação*²⁴⁷. Esse conceito exprime a ideia de que a construção de representações implica a intenção do autor de fazer com que “a identidade do ser não seja outra coisa senão a aparência da representação”²⁴⁸. Sendo assim, a representação busca ter um impacto na realidade: constrói-se uma imagem daquilo que a cidade ainda não é, ou daquilo que desejavam que ela fosse, como uma forma de controlar aquilo que ela era e o que poderia vir a ser. Em outras palavras, fazer com que, para aquele público leitor, a representação se tornasse a cidade em si. Dessa forma, as representações não revelam diretamente como a cidade era, mas a expectativa de seus autores (neste caso, intelectuais ligados ao grupo dirigente do Estado) para o que ela deveria ser.

Representar uma cidade equivale a realizar uma leitura dela, transformando-a em um objeto discursivo, visto que a cena escrita construída pelas crônicas corresponde a uma linguagem na qual se cruzam “o imaginário, a história, a memória da cidade e a cidade da memória”²⁴⁹. Nessa perspectiva, a representação é resultado da leitura que seu autor realiza tanto do meio físico, quanto do meio cultural que o cerca. Os autores das crônicas analisadas eram figuras ligadas diretamente ao grupo dirigente do estado, portanto o estudo delas elucida a leitura que membros desse grupo tinham do espaço físico da cidade e os hábitos e costumes culturais que ali se manifestavam. Suas concepções nos fornece indícios da cidade desejada por eles.

²⁴⁶ CAPELATO, 1988.

²⁴⁷ CHARTIER, 1990.

²⁴⁸ CHARTIER, 1990, p. 21.

²⁴⁹ GOMES, 1999, p. 24.

AS INTERVENÇÕES URBANAS NA CIDADE SOB A ÓTICA DOS CRONISTAS LOCAIS

Em 1907, uma série de crônicas intituladas *Coisas da terra* passaram a ser publicadas no jornal A Republica. Eram crônicas que abordavam o cotidiano da cidade, apresentando ao público temas sobre as mudanças nos costumes e sugerindo intervenções urbanas. *Coisas da terra* apresentava um caráter pedagógico: foram escritas na tentativa de difundir novos hábitos que fariam de Natal uma cidade moderna. Foram assinadas por Manoel Dantas (sob o pseudônimo de Braz Contente), intelectual ligado ao grupo dirigente do estado e que exerceu o cargo de diretor do jornal até 1908. O cronista adotava a estratégia de discorrer sobre uma situação concreta que elucidasse os hábitos comuns da população da cidade, no intuito de criticá-los como elementos retardatários do progresso. Contrastava esses hábitos com os que seriam esperados de uma cidade moderna. Eis como ele satiriza o comércio natalense na segunda crônica, publicada no jornal:

Quem quer que tenha lido o primeiro numero d'«A Republica» [...] ha de ter feito, naturalmente esta judiciosa observação: - Descreio do progresso de Natal, porque, ou não ha commercio, ou então é commercio de judeu, aferrolhado a sete chaves. Nem uma coisa, nem outra. Simplesmente, ainda é um commercio um tanto matuto, que tem medo de apregoar-se. Aqui, em vez do negociante procurar o freguez, com a sagacidade e a intelligencia, os truques e os expedientes de que nos fala Balsac no Illustre Gaudissart, o freguez é que tem obrigação de procurar o negociante, conforme suas necessidades²⁵⁰.

As crônicas tinham caráter pedagógico por buscarem uma intervenção social: uma mudança nos hábitos “matutos”, provincianos, da cidade, na direção dos praticados nas cidades que eram símbolo do progresso, como a Paris de Balzac. Isso fica claro a partir das características que o cronista utiliza para se referir à população natalense: plasticidade e maleabilidade. Se os natalenses não correspondiam ao ideal de progresso, possuíam as características que permitiriam sua realização: a capacidade de se moldar, adaptando-se quando necessário. “É como uma massa

²⁵⁰ A REPUBLICA, Natal, 8 jul. 1907.

bastantemente malleavel, susceptivel de tomar todas as fórmias plasticas que lhe queira dar um modelador inteligente.”²⁵¹.

Em 1908, Alberto Maranhão toma posse para seu segundo mandato como governador do estado; Manoel Dantas deixa o cargo de editor-chefe do A Republica para se tornar procurador geral do estado. Nas crônicas, o modelador inteligente parece ter finalmente aparecido quando Alberto Maranhão assumiu o cargo de governador: “moço e cheio das nobres ambições de bem servir a terra que o elevou a essas posições culminantes, conhecedor da materia plastica de primeira ordem que é o povo que governa”²⁵².

Na mensagem apresentada pelo referido governador ao Congresso Estadual em 1909, Alberto Maranhão justificou a realização de um empréstimo contraído aos bancos franceses pela necessidade de realizar uma parte dos serviços contra as secas, de melhorar as condições das indústrias agrícola, pastoril e fabril, da abertura de crédito para funcionários públicos e de realizar obras de melhoramentos na capital do Estado, buscando atrair indústria e comércio²⁵³. Este último ponto é o mais enfatizado na mensagem e se tornou o ponto principal da administração da oligarquia Albuquerque Maranhão. Na mensagem apresentada ao Congresso Estadual do Rio Grande do Norte, em 1911, o governador enumerou algumas obras iniciadas com esse propósito, tais como a aquisição e instalação de equipamentos para viação elétrica, abastecimento de água, rede de telefones, forno para incineração de lixo, câmaras frigoríficas e fábrica de gelo; mas não deixando de incluir obras de embelezamento, como o calçamento da praça André de Albuquerque, a balaustrada da avenida Junqueira Ayres, a construção da praça Pedro Velho e a reforma do Teatro Carlos Gomes²⁵⁴.

Esses esforços para a modificação da paisagem urbana serviram de inspiração para as crônicas de Manoel Dantas, que deixava registrado um entusiasmo pelo que parecia ser a realização do progresso em Natal. O cronista elogiava os bondes elétricos em tráfego, o calçamento das ruas e os novos espaços de sociabilidades, tais como o Teatro Carlos Gomes e o *Natal Club*. Na visão do grupo dirigente, ao qual Dantas estava vinculado, os equipamentos urbanos construía uma nova feição para

²⁵¹ A REPUBLICA, Natal, 2 jul. 1907.

²⁵² A REPUBLICA, Natal, 6 abr. 1908.

²⁵³ MARANHÃO, 1909, p. 23-24.

²⁵⁴ MARANHÃO, 1911, p. 19.

a cidade e produziam uma nova paisagem marcada pela funcionalidade técnica, “cortada de fios, de trilhos e postes de ferro”²⁵⁵.

Conforme enfatizou Andrade (2006), a inserção da iluminação pública, das linhas de bonde e de equipamentos urbanos que fomentaram outras sociabilidades impulsionaram a produção de modificações estruturais e culturais no espaço urbano, já que demonstravam, na visão dos grupos dirigentes, a inserção da capital no processo de modernização de outras cidades brasileiras, bem como no capitalismo financeiro internacional. Nesse sentido, o emprego da técnica nesse processo designava o modo como os grupos se posicionavam de modo otimista em relação à capacidade humana de superar a condição de isolamento da cidade, pela sua topografia, e de corrigir os males da natureza.

Em agosto de 1908, Dantas narrou uma visita que fizera ao porto de Natal, recém reformado para permitir a entrada de navios de maior calado. Na crônica, a entrada e saída de vapores com passageiros e mercadorias era um sinal de que o comércio prosperava. Um outro navio trazia os trilhos dos bondes, carregando a promessa de encurtamento das distâncias e da dinamização da vida na cidade²⁵⁶. No mês seguinte, “Braz Contente” utilizou o termo “voo do progresso” para se referir às transformações materiais na cidade, tais como a introdução do sistema de transporte urbano, o embelezamento de praças e a criação de novos bairros.

Assim como os periódicos brasileiros atuaram como enunciadores da modernização, ao longo da República Velha, os cronistas desse período veiculavam o ideário moderno no cotidiano da cidade e, na posição de escritores-jornalistas, almejavam reconstituir as cenas urbanas por meio de fragmentos textuais que realçavam as mudanças nos usos sociais do espaço e seus elementos embelezadores, tais com o telégrafo, os cinemas, os automóveis e os bondes elétricos. Conforme escreveu Manoel Dantas: “o bonde encurtando as distancias, acelerando o movimento, criando a vida de rua, é certamente uma verdadeira revolução no meio pacato em que temos permanecido até agora”²⁵⁷. Nesse viés, as práticas imateriais desenvolvidas na cidade constituíram, gradativamente, um sujeito-observador, “para o qual sua sensibilidade e experiências encontravam-se mais

²⁵⁵ ANDRADE, 2009, p. 156.

²⁵⁶ A REPUBLICA, Natal, 10 ago. 1908.

²⁵⁷ A REPUBLICA, Natal, 12 set. 1908.

aguçadas, devido aos estímulos produzidos pelo novo ambiente social proporcionado por novos objetos, novos espaços e novas técnicas”²⁵⁸.

Contudo, conforme enfatizou Gabriela Fernandes, ao discutir acerca da apropriação e uso do patrimônio fundiário natalense no período de 1903-1929, a modernização citadina apresentava entraves e vozes dissonantes. O periódico *A Republica*, por exemplo, divulgava constantemente as reformas urbanas, entretanto ele não representava uniformemente a rede de parentela associada à família de Alberto Maranhão, uma vez que também publicava, nas sessões direcionadas às reclamações, críticas ao desempenho de empresas privadas, do governo do Estado e, principalmente, da Intendência Municipal na gestão dos serviços de limpeza, abastecimento de água, iluminação pública e transporte²⁵⁹.

Desse modo, o entusiasmo da rede de poder local em relação aos melhoramentos urbanos se contrastava ao discurso da oposição, para a qual a cidade moderna direcionava-se meramente aos interesses dos grupos dominantes, em especial dos Albuquerque Maranhão. O *Diario do Natal*, periódico oposicionista ao Partido Republicano Federal do Rio Grande do Norte, foi fundado em 1895 por Elias Antônio Ferreira Souto²⁶⁰ e criticava a ausência de eficiência, durabilidade e fiscalização das obras públicas conduzidas no início do século XX, subsidiadas pelo referido empréstimo aos bancos franceses. Os redatores da matéria intitulada “Adiada para as calendas gregas?”²⁶¹ questionaram sobre o atraso, a morosidade e a lentidão na implementação do ajardinamento da praça André de Albuquerque, iniciada em 1907 durante a gestão do governador Augusto Tavares de Lyra. Com intencionalidade provocativa, o jornal chamou atenção dos leitores quanto à paralização da obra, cujo arquiteto era Herculano Ramos, enfatizando o modo como processo de investimentos materiais intensificava disputas sociais e políticas na cidade, tendo em vista que a “modernização é um processo que privilegia aqueles que a conduzem”²⁶².

Apesar da mudança dos grupos dirigentes no comando do Estado, a partir de 1914, verifica-se algumas continuidades no plano da construção de obras públicas. A administração de José Augusto Bezerra Medeiros (1924-1928), por exemplo,

²⁵⁸ DA SILVA, 2012, p. 314.

²⁵⁹ Um dos exemplos dessas reclamações, nas quais o jornal desempenhou o papel de mediador entre a gestão e os grupos urbanos, foi a seguinte nota do *A Republica*: ILUMINAÇÃO publica. *A Republica*, Natal, 6 jun. 1901.

²⁶⁰ FERNANDES, 1998.

²⁶¹ ADIADA para as Kalendas Gregas? *Diario do Natal*, Natal, 12 jun. 1907.

²⁶² DE SIQUEIRA, 2019, p. 84.

caracterizou-se pela intenção de implementar medidas direcionadas à educação, à higiene e à agricultura, orientadas pela “racionalidade na gestão da produção, da saúde coletiva e dos negócios do Estado”²⁶³. De modo similar, Juvenal Lamartine almejava equipar a cidade com os “elementos idealizadores para uma cidade moderna e investir em novos serviços”²⁶⁴. Inspirado pela crença no progresso material, o governador buscava assinalar a posição estratégica da capital na aviação sul-americana. A disseminação da imagem de Natal como “caes da Europa”, termo utilizado pela imprensa local na segunda metade da década de 1920, foi intensificada nesse período, caracterizado pela inauguração do aero clube em 1928, sediado na Cidade Nova, e pela atuação companhia francesa Aéropostale na construção do campo de pouso em Parnamirim.

Do ponto de vista político, esse momento de intensificação das transformações urbanas associou-se ao deslocamento da hegemonia política da oligarquia açucareira-têxtil para o Seridó algodoeiro e pecuário. Lamartine era natural da cidade de Serra Negra do Norte, filho e genro de líderes políticos da região. No ano de 1927 foi eleito senador e, mais tarde no mesmo ano, para suceder José Augusto no governo do Estado. Ambos os governadores foram membros do Partido Republicano do Rio Grande do Norte. Seus mandatos sucessivos significavam a concentração do poder nas mãos de uma nova facção, conduzida sem intermediações, e consolidada “na pessoa de seus representantes diretos, homens afeitos à produção e ao comércio do algodão e à discussão de suas questões técnicas”²⁶⁵.

A dimensão técnica e científica, incorporada nos discursos oficiais sobre as transformações ocorridas na cidade nos anos 1920, foi enfatizada por Danilo, pseudônimo de Adherbal França, secretário do jornal *A Republica* e diretor da revista *Cigarra* em 1928 e 1929. Na crônica intitulada “homenagem”, podemos perceber que o cronista construiu uma representação de Juvenal Lamartine como um administrador moderno e impulsionador do progresso material do Rio Grande do Norte. Essa imagem, difundida por meio da narrativa de um dos intelectuais da cidade, reforçava o enaltecimento da figura pessoal e pública do governador, ressaltando a “serenidade

²⁶³ ARRAIS, 2005, p. 27.

²⁶⁴ FERREIRA et al., 2008, p.78.

²⁶⁵ SPINELLI, 2010, p.52.

e a constância”²⁶⁶ do trabalho conduzido nos sete meses de gestão do presidente do Estado.

Na mesma data de publicação da crônica, o Partido Republicano Federal ofereceu um banquete a Juvenal Lamartine, no Teatro Carlos Gomes, no intuito de comemorar o aniversário do governador e assinalar a proeminência de suas ações políticas. Esses elementos foram realçados no periódico local por meio da manchete “O natalício de S. Ex. é saudado com júbilo por todo o Estado”²⁶⁷. Segundo a narrativa do jornal situacionista, tratava-se de um administrador de convicções, empenhado nas iniciativas progressistas, compatíveis com a visão de mundo dos grupos dirigentes. A afirmação de suas “qualidades superiores como político” e de sua mentalidade moderna indica como a imprensa nesse período constituiu-se como mecanismo de intervenção social, na medida em que atuava como veículo de propaganda do governo por meio da publicação de crônicas, matérias sobre a aviação e as viagens do governador ao interior do Estado.

Um dos veículos divulgadores da imagem do governador e de sua administração foi a revista *Cigarra*. Essa revista de variedades, criada por intelectuais associados ao governador Juvenal Lamartine, circulou na cidade de Natal entre os anos de 1928 e 1930. Suas páginas exprimiam uma grande euforia do grupo dirigente pelas transformações técnicas e pelas mudanças nos costumes da capital sob o impacto das medidas modernizantes observados no período. Seus editores procuravam exprimir essas ideias tanto no conteúdo da revista, quanto em sua proposta gráfica, repleta de fotografias, manchetes e ilustrações que incorporaram as modificações ocorridas na imprensa dos anos 1920. Essas mudanças caracterizaram-se pela utilização da linguagem visual e pela ampliação da circulação de informações, viabilizadas pelo aperfeiçoamento das técnicas de impressão e pela intensificação da divisão do trabalho nas redações²⁶⁸.

Sob o impulso da renovação, o entusiasmo de Aderbal França se aproximava daqueles intelectuais que escreveram no início do século XX e que almejavam o “renascimento” da cidade, materializado pelas intervenções em obras de saneamento, abertura de praças, alargamento e extensões de vias e a elaboração de ações planejadas no espaço público, tais como o estabelecimento de medidas sanitárias, a

²⁶⁶ A REPUBLICA, Natal, 9 ago. 1928. p.1.

²⁶⁷ A REPUBLICA, Natal, 9 ago. 1928. p.1.

²⁶⁸ DE LUCA, 2014.

fiscalização do cumprimento das resoluções pela Intendência Municipal e a regularização de atividades como a cobrança de impostos. O cronista empregou expressões entusiasmadas para designar os recursos municipais e federais direcionados aos investimentos no Estado.

CONCLUSÕES

Este trabalho consiste numa continuação das pesquisas anteriores do grupo, que estudaram os vínculos entre os intelectuais, a imprensa e a divulgação de ideias relacionadas à visão de mundo do grupo dirigente e seus esforços para promover transformações na cidade. Desta vez, realizamos uma análise focada nas crônicas escritas pelos intelectuais, observando a maneira como eles representaram as transformações urbanas em Natal entre 1908 e 1929, evidenciando novas maneiras de apreender tempo e espaço na cidade. Podemos considerar que o período entre 1908 e 1913, compreendendo o segundo mandato de Alberto Maranhão, como aquele em que as crônicas refletem o maior entusiasmo pela realização do progresso em Natal. De um total de 100 crônicas entre 1907 e 1923, 69 foram publicadas ao longo dos cinco anos daquela administração.

“Dentro em pouco, em dezenas de annos talvez, Natal será uma das grandes cidades do norte do Brazil”²⁶⁹. Essa frase encapsula o sentimento daquele período na cidade: o otimismo pela realização das obras que sinalizavam a efetivação do progresso na cidade. Obras que consolidariam a posição de Natal como capital, ligando-a ao restante do estado e outros centros urbanos do país, atrairiam investimentos, encurtariam as distâncias e dinamizariam a vida urbana. Em última análise, inaugurariam uma nova temporalidade em Natal, que abandonaria os costumes “matutos”, provincianos, para se tornar uma cidade de hábitos modernos, a exemplo dos grandes centros.

Observamos que, apesar das mudanças no comando do Estado, há uma continuidade na maneira como os cronistas representam as transformações na cidade até o final da década de 1920. As crônicas de Aderbal França não projetavam mais uma Natal no futuro, mas olhavam para o seu presente, vivido em um ritmo mais acelerado. Celebravam uma Natal transformada tanto em seus aspectos físicos

²⁶⁹ A REPUBLICA. Natal, 10 ago. 1908.

quanto nos seus costumes, que se aproximavam do que os grupos dominantes associavam a uma cidade moderna, como aquela sonhada por Manoel Dantas.

Entretanto, ressaltamos que essas crônicas, por serem representações construídas por indivíduos ligados ao grupo dirigente, constituem apenas uma visão sobre as transformações da cidade. A Natal moderna desses cronistas era aquela em que o projeto político desse grupo se realizava plenamente. Logo, ressaltamos que as transformações que os cronistas apresentam são as que afetam diretamente os bairros centrais, Cidade Alta, Ribeira e Cidade Nova. Um estudo sobre os bairros periféricos, como Alecrim e Rocas, pode revelar outras formas de representar a cidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARRAIS, Raimundo. Estudo Introdutório. In: CASCUDO, Luís da Câmara. *Crônicas de Origem: a cidade de Natal nas crônicas cascudianas dos anos 20*. Natal: EDUFRN, 2005.

ANDRADE, Alenuska Kelly Guimarães. *A eletricidade chega à cidade: inovação técnica e a vida urbana em Natal (1911-1940)*. 2009. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2009.

CAPELATO, Maria Helena. *Imprensa e História do Brasil*. São Paulo: Contexto; EDUSP, 1988.

CHARTIER, Roger. *História cultural: entre práticas e representações*. Rio de Janeiro: Bertrand, 1990.

DE SIQUEIRA, Gabriela Fernandes. *Cidade, terra e jogo social: apropriação e uso do patrimônio fundiário natalense e seu impacto nas redes de poder locais*. Tese (doutorado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Programa de Pós-Graduação em História. Fortaleza, 2019.

DE LUCA, Tânia Regina. A História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto, 2014.

DA SILVA, Maiara Juliana Gonçalves. Natal sob o olhar do *O Olafote*: cenas urbanas na cidade em 1919. *Cordis*. Comunicação, Modernidade e Arquitetura, n. 8, jan./jun. pp. 287-319, 2012.

FERREIRA, Angela Lúcia de Araújo; EDUARDO, Anna Rachel Baracho Eduardo; DIAS, Ana Caroline de Carvalho Lopes Dantas; DANTAS, George Alexandre Ferreira. A higiene e as ações do poder público modificando e expandindo o espaço urbano:

1900 a 1919. In: FERREIRA, Ângela Lúcia [et al.]. *Uma cidade sã e bela: a trajetória do saneamento de Natal – 1850 a 1969*. Natal: CREA, 2008.

FERNANDES, Luis. *A imprensa periódica no Rio Grande do Norte de 1832 a 1908*. Natal: Sebo Vermelho, 1998.

GOMES, Renato Cordeiro. A cidade, a literatura e os estudos culturais. *Ipotesi: revista de estudos literários*, Juiz de Fora, v. 3, n. 2, 1999, p. 19-30.

MARANHÃO, Alberto Frederico de Albuquerque. *Mensagem apresentada pelo presidente do Estado do Rio Grande do Norte à Assembleia Legislativa e lida na abertura da Terceira Sessão da Sexta Legislatura, em 1º de Novembro de 1909*. Natal: Imprensa Oficial do Estado, 1909.

_____. *Mensagem apresentada pelo presidente do Estado do Rio Grande do Norte à Assembleia Legislativa e lida na abertura da primeira sessão da 14ª Legislatura, em 1º de Novembro de 1911*. Natal: Imprensa Oficial do Estado, 1911.

SPINELLI, José Antonio. *Coronéis e oligarquias no Rio Grande do Norte: (Primeira República) e outros estudos*. Natal: EDUFRN, 2010.

A TRAJETÓRIA POLÍTICA E INTELECTUAL DE MANOEL RODRIGUES DE MELO (1930-1960)²⁷⁰

Cecil Vinicius Olivar Oliveira Guerra²⁷¹

ASPECTOS INTRODUTÓRIOS

O tema geral desse texto é a relação entre política e letras. Busca-se, especificamente, compreender como Manoel Rodrigues de Melo transitou entre a política partidária e as letras (trabalho de escrita, discussões em instituições literárias e históricas), durante os anos de 1940 e 1960.

A partir desse problema formulado, procurou-se responder as seguintes questões: a) como Manoel Rodrigues se aproximou da vida política e literária? b) qual a concepção do personagem sobre a nação brasileira? c) que relação o personagem estabeleceu com a modernidade? d) como o personagem mobilizou o passado a fim de dar sentido as suas ideias? e) como o personagem se apropriou e ressignificou as ideias de outros autores? f) em quais projetos políticos o personagem se engajou?

Manoel Rodrigues nasceu no dia 7 de julho de 1907, na fazenda “Queimado”, na região da várzea do Açú, onde passou toda sua infância. Ao longo de sua trajetória, Manoel Rodrigues de Melo foi presidente da Academia norte-rio-grandense de Letras durante vinte anos (1955 –1975), sendo o principal responsável por construir o prédio que abriga essa instituição. Entre outras atividades, Manoel Rodrigues de Melo foi: secretário da Casa Literária Euclides da Cunha; militante no movimento integralista; e vereador de Natal (1948-1951) pelo Partido da Representação Popular (PRP). Esse personagem atuou em movimentos intelectuais locais, sempre defendendo ideias conservadoras, o que torna possível inferir que sua atuação política era indissociável de sua atuação intelectual.

Ao longo do estudo, partiu-se do pressuposto teórico-metodológico formulado por Sabina Loriga (2011), para quem cada indivíduo transita na sociedade deixando marcas singulares nela (o que a autora denomina de “pequeno x”), ao mesmo tempo em que é influenciado pela sociedade. Nesse sentido, a partir desse pressuposto,

²⁷⁰ Esse texto é resultado das investigações empreendidas no âmbito do projeto de pesquisa (PIBIC) “Um Homem moderno, uma cidade moderna: Manuel Rodrigues de Melo, o modo de viver de uma cidade e o livre arbítrio de um sujeito.”

²⁷¹ Mestrando-PPGH/UFRGS

buscou-se construir uma biografia histórica, ainda que fragmentada e parcial, de Manoel Rodrigues de Melo, tentando identificar e analisar o “pequeno x” desse personagem na sociedade em que viveu.

Para constituir a biografia de Manoel Rodrigues, seguiu-se as recomendações do método onomástico, proposto pela micro história italiana (PONI; GINZURBUG, 1989). O método consiste na utilização do nome do indivíduo estudado como “bússola” da investigação. Nesse sentido, perseguiu-se, ao longo do estudo, o próprio nome de Manoel Rodrigues de Melo. Com isso, foi possível montar a trajetória, ainda que difusa, do personagem. Em um primeiro momento, identificou-se, nas fontes, as instituições e os grupos políticos que Manoel Rodrigues integrou, e, em seguida, mapeou-se as obras e artigos que ele publicou. Nesse sentido, esse trabalho inicial de identificação e mapeamento apoiou-se no nome do personagem estudado. Ainda seguindo os pressupostos do método onomástico, montou-se também uma rede tecida por Manoel Rodrigues nos espaços de sociabilidade que ele frequentou.

O escopo documental dessa investigação é constituído por fontes existentes no acervo pessoal de Manoel Rodrigues de Melo, disponível no CEDOC, e no acervo da Academia Norte-Rio-Grandense de Letras. Esses acervos estavam compostos, principalmente, por dois tipos de fontes: jornais e livros.

Investigou-se primeiramente os jornais, especificamente, o jornal O poti e o Diário de Natal, dos quais foram consultadas as edições publicadas nas décadas de 1940 e 1950, período que corresponde ao recorte temporal da pesquisa. Procurou-se investigar nestes jornais, os textos publicados por Manoel Rodrigues, considerando-se tanto aqueles de natureza literária (poemas, poesias e crônicas), quanto os que abordavam diretamente a política, manifestando a insatisfação ou apoio do autor a campanhas, projetos e partidos. Analisou-se também a atuação parlamentar de Manoel Rodrigues na condição de vereador da cidade de Natal. O jornal Diário de Natal destinava uma seção específica (intitulada Política Estadual), na última página do impresso, para comentar sobre a política local, destacando discussões na Câmara, polêmicas envolvendo vereadores e projetos de leis em trâmite. Nesse espaço, foi possível investigar a atuação de Manoel Rodrigues na câmara, acompanhando seus posicionamentos, discursos e projetos apresentados.

Ainda sobre as análises dos periódicos, utilizaram-se também as recomendações da historiadora Maria Helena Capelato, para quem “a ênfase no papel político da imprensa não a descaracteriza como veículo de informação” (CAPELATO,

2003, p.139). Isso implica em dizer que, ao longo da leitura dos jornais, se levou em consideração essa ideia, ou seja, que, apesar de os jornais expressarem um posicionamento político, as notícias neles contidas são úteis para a obtenção de informações. Nessa perspectiva, mesmo que as notícias tenham componentes ideológicos, em razão do posicionamento do jornal, elas reconstróem os acontecimentos. Para Capelato, um jornal não é um simples difusor de notícias, na medida em que as notícias narradas expressam uma determinada interpretação. Nesse sentido, quando um jornal divulga, por exemplo, a atuação política de Manoel Rodrigues de Melo na Câmara Municipal, ele está narrando essa atuação a partir de uma interpretação sobre os acontecimentos. A partir dessa lógica, toda a análise da documentação oriunda de jornais levou em consideração a notícia propriamente dita e a interpretação que os editores do jornal quiseram expressar.

Além dos periódicos, o escopo documental dessa investigação é constituído pelas obras publicadas por Manoel Rodrigues nos anos de 1940 a 1950, período em que ele publicou a maioria de seus livros. Entre essas obras, destacam-se: *Várzea do Açu* (1940), *Patriarcas e Carreiros* (1944), *Cavalo de Pau* (1953) e *Chico Caboclo* (1957).

Nas obras consultadas, buscou-se, por um lado, analisar as ideias difundidas pelo personagem e, por outro, identificar autores que serviram como referências para ele. Para analisar as ideias difundidas pelo personagem, a análise se concentrou, especificamente, na interpretação formulada por Manoel Rodrigues sobre a nação brasileira. Almejou-se identificar quem eram os sujeitos históricos dessa interpretação, que leitura do passado sustentava a matriz interpretativa do personagem e o método adotado pelo personagem na escrita das suas obras. Já para investigar as referências utilizadas por Manoel Rodrigues, a pesquisa enfocou as notas e as citações diretas e indiretas feitas pelo autor em seus textos.

Foram fundamentais os pressupostos teóricos levantados por Michel de Certeau (1982) e Roger Chartier (1990), para os quais não há atores passivos: nem leitores, nem ouvintes, nem expectadores. Para ambos, a leitura e a escrita são práticas culturais, processos extremamente complexos, que envolvem a experiência e a imaginação dos autores sociais deles participantes. Nesse sentido, as produções textuais analisadas (especificamente livros e discursos), foram compreendidas pela chave explicativa fornecida pelo campo da História Cultural, a qual pressupõe que

tanto no ato de escrever, como no de ler, os indivíduos reinterpretem a realidade em que vivem, recriando significados e encontrando brechas em um sistema cultural.

MANOEL RODRIGUES: POLÍTICO, LEITOR E ESCRITOR

Ao se mudar para Natal, em 1930, então com 23 anos, Manoel Rodrigues de Melo passou a estudar na Escola Técnica do Comércio, instituição que fazia parte de um projeto da Congregação Mariana, que visava estender a atuação da igreja católica para outras frentes de articulação com a sociedade civil. Na Escola de Comércio, Manoel Rodrigues teve seus primeiros contatos com o núcleo local da Ação Integralista Brasileira que, durante a década de 1930, se reunia regularmente no prédio da Escola para realizar assembleias e festividades do movimento.

No ambiente escolar, Manoel Rodrigues pôde conviver com os integralistas potiguares, entre os quais o professor Ulisses de Góis, um dos líderes do núcleo estadual e diretor da Escola, e com nomes importantes do movimento, destacando-se Plínio Salgado, o “líder nacional”, que visitou a escola e proferiu no prédio da instituição palestras para os integralistas potiguares no ano de 1932. A aproximação de Manoel Rodrigues com o AIB teve sua expressão máxima com a indicação de Manoel ao cargo de Secretário de Propaganda e Presidente Interino do núcleo estadual, em 1933.

A existência da Ação Integralista marca os anos de 1930 como um período de forte polarização política, no qual a direita reunia-se em torno da AIB, e a esquerda articulava-se por meio da Ação Nacional Libertadora (ANL). A partir de 1937, a AIB passou a ser fortemente reprimida pelo Estado Novo, que se apresentava como uma espécie de terceira via. Os ideólogos do Estado Novo, dos quais destaca-se Oliveira Viana e Azevedo Amaral, formularam a concepção de “democracia autoritária” para diferenciá-lo tanto das ideias integralistas, quanto dos comunistas, estes fortemente perseguidos pelo estado brasileiro desde 1935. (GOMES, 2012; ABREU, 2008)

Se Manoel Rodrigues inseriu-se na vida político-partidária através de um movimento organizado ainda no início dos anos 30, a entrada desse personagem na vida literária se consolidou somente no ano de 1940, após a publicação do seu livro “Várzea do Açú”. Nessa obra, Rodrigues descreve, a partir do método etnográfico, as “tendências positivas do homem sertanejo afirmando a sua capacidade criadora, num meio por demais hostil aos seus anseios de evolução” (MELO, 1951, p.44)²⁷².

²⁷² Para a produção desse texto, consultamos a 2. Edição, publicada em 1951.

Segundo o autor, a utilização do método etnográfico norteia toda obra, pois é a partir deste método que o escritor estuda “o homem na sua função diária, normal – no trabalho, em família, na mesa, nas festas, nas danças - relacionando-o com os usos e costumes locais” (MELO, 1951, p.21). Valendo-se desse método, Manoel Rodrigues busca, ao longo de suas obras, descrever as situações vivenciadas por ele e os personagens com quem conviveu quando vivia na Várzea do Açú, ainda criança. Nesse sentido, sua obra trata principalmente da organização da família sertaneja, da figura do vaqueiro, das celebrações religiosas e da culinária do sertão. Elementos que, para o autor, compunha o eixo da identidade dos homens que habitavam aquela região.

Para analisar os fatos e personagens descritos, Manoel Rodrigues se aproxima do pensamento determinista evolucionista, bastante difundido na primeira metade do século XX, para o qual os grupos sociais eram classificados a partir da relação que mantinham com o ambiente disponível. Nessa perspectiva, o desenvolvimento dos grupos fundamentava-se nas condições geográficas, psíquicas, sociais e climáticas nas quais os grupos se inseriam. Essa percepção determinista norteia em maior ou menor grau todas as discussões contidas em suas obras, passando por Várzea de Açú (1940;1952), Patriarcas e Carreiros (1944), Cavalo de Pau (1953) até a expressão mais bem definida com Chico Caboclo (1957).

Valendo-se dessa matriz determinista evolucionista, o personagem sintetizou o “tipo racial do sertanejo” na figura de Chico Caboclo, um personagem fictício que era “resultado da mistura do índio e do branco, podendo ser enquadrado na classificação histórica do mameluco” (MELO, 1957, p.17). Ao longo da obra, Manoel Rodrigues caracteriza Chico Caboclo pela vontade e disposição de trabalhar e pelo amor a família. A criação desse personagem insere-se na interpretação e na busca pelo descobrimento do tipo racial brasileiro. O anseio de Manoel Rodrigues a procura do tipo racial brasileiro foi compartilhado por diversos outros autores no século XX. Segundo Monica Pimenta Velloso, essa questão, vinculada ao problema da identidade nacional, “assumiu lugar de relevo. Encontrar um tipo étnico específico capaz de representar a nacionalidade torna-se o grande desafio enfrentado pela elite intelectual” (VELLOSO, 1993, p.89). Imersos nessa questão, diversos autores criaram personagens literários que sintetizavam a nacionalidade. No decorrer da primeira metade do século XX, Monteiro Lobato criou o Jeca Tatu, Menotti Del Picchia deu vida a Juca Mulato e Roquete Pinto inventou o personagem Mané Xique-Xique. A

especificidade de Manoel Rodrigues e do seu Chico Caboclo em relação a esses autores e seus respectivos personagens está no fato de que para Rodrigues a essência da nacionalidade estava no sertão nordestino, pois devido as condições geográficas daquela região desenvolveu-se ali as melhores qualidades do brasileiro, sendo elas: coragem, disposição para o trabalho e resistência as adversidades.

Nas suas obras Manoel Rodrigues recorre a Oliveira Viana, cuja “honestidade intelectual não merece contestação” (MELO, 1954, p.24) para caracterizar o sertanejo. Nesse sentido, Melo, citando diretamente Viana, escreve que o sertanejo é marcado pela “excelência eugênica dos primeiros povoadores [...] o que ficou patentemente provado depois de exaustivas pesquisas no domínio da história. A maior parte do elemento português mandado para a Colônia pertencia às melhores famílias do Reino” (MELO, 1954, p. 24).

Além dessas questões, as obras de Manoel Rodrigues são marcadas por apresentarem críticas profundas ao sistema político vigente a partir de 1930, denominado por ele de “democracia, civilizada, liberal e progressista” (MELO, 1957, p.48). Para o autor, os coronéis do século XIX e início do XX foram os grandes responsáveis por assegurar o desenvolvimento do país, pois garantiram a ordem. Essa situação foi rompida com a Revolução de 1930, que levou o país a derrocada, extinguindo todo resquício das práticas políticas características do século XIX e XX, como, por exemplo, a figura do patriarca sertanejo e suas práticas mandonistas. (MELO, 1953, p. 160). Ora, fazendo jus a perspectiva determinista de que no sertão do nordeste estava a essência da nacionalidade, nada mais coerente defender que as figuras políticas daquela espacialidade, sobretudo os coronéis, assumissem as rédeas políticas do país. Nesse sentido, Rodrigues apresenta o sertão como o espaço da ordem, promovida pelas relações mandonistas e patriarcais, em contraposição as capitais cosmopolitas, lugar de desordem e de caos, posto que sem autoridades.

Nesse sentido, a vida urbana e a cidade cosmopolita são apresentadas por ele como desagregadora e anti nacional. É uma percepção próxima às ideias difundidas por Plínio Salgado, para quem o sertanejo, descendente direto dos bandeirantes, reunia as melhores qualidades dos colonizadores: coragem, amor ao território e despreendimento em relação ao materialismo (VELOSSO, 1993). Entretanto, Salgado referia-se especificamente aos sertanejos de São Paulo – os bandeirantes –, diferente de Manoel Rodrigues que se referia aos sertanejos do Nordeste, os quais são projetados, numa escala reduzida, nas figuras da região da Várzea de Açu.

A despeito das críticas ao sistema político vigente, Manoel Rodrigues se lançou na política partidária no ano de 1948, candidatando-se ao cargo de vereador da cidade de Natal, pelo Partido da Representação Popular (PRP), agremiação formada por ex-militantes integralistas. Para as eleições de 1948, o PRP local constituiu uma aliança com o Partido Social Democrática (PSD) em oposição à coligação formada entre a União Democrática (UDN) e o Partido Social Progressista (PSP). A campanha política de 1948 foi particularmente interessante porque conforme aponta Ferreira (2003), a experiência democrática que seguiu de 1945 até 1964 marcou o primeiro momento na história do país em que aconteceram eleições feitas em torno de partidos políticos nacionais com campanhas movimentando as ruas e com o uso extenso de propagandas políticas. Também, pela primeira vez na história do Brasil, as campanhas tiveram que seguir as regras e limites definidos por uma Justiça Eleitoral. Nesse sentido, chama a atenção que Manoel Rodrigues participou dessa experiência democrática na condição de político, mobilizando os novos recursos disponíveis (bottos, cartazes, santinhos) e se articulando com partidos políticos e outros candidatos para eleger-se.

Manoel Rodrigues era um defensor assíduo da igreja católica, sendo inclusive indicada pela Liga Eleitoral Católica (LEC) como um quadro político afinado com as ideias católicas. Ao longo de sua campanha, Rodrigues comprometeu-se com o combate ao comunismo e em adotar as sagradas escrituras como guia em todos seus posicionamentos na Câmara.

Eleito em 1948, o seu mandato parlamentar foi marcado pela defesa de ideias católicas e dos ideais da LEC. Logo que assumiu o cargo de Vereador, no ano de 1949, Rodrigues apresentou um projeto na Câmara a fim de colocar a imagem de Jesus Cristo crucificado na sala de sessões do executivo, o que foi aprovado, não sem antes ser alvo de duras críticas dos vereadores protestantes Sebastião Moreira e Martinho de Figueira Machado (PSD). Parece que a preocupação com as imagens de Jesus Cristo no espaço da Câmara Municipal era alvo particular da preocupação de Rodrigues. Em 1951, o personagem lançou outro projeto solicitando a abertura de um crédito especial para a aquisição de uma imagem de Cristo para ser posta no recinto das sessões da Câmara Municipal, o que também foi aceito pela maioria dos vereadores.

Ao longo do mandato, Manoel Rodrigues participou de debates intensos na Câmara. Um desses girou em torno de um projeto de lei que instituiu subsídios para

os vereadores. O projeto, apresentado por Sandoval Vanderlei, buscava instituir uma remuneração mensal para os vereadores, que até então não recebiam salários para desempenhar a função. Manoel Rodrigues votou favorável ao projeto. Respondendo os vereadores que criticavam o projeto por ser inconstitucional, Rodrigues arguiu que os tempos estavam mudando, fazendo com que a realidade não correspondesse mais a lei. Nos tempos modernos, segundo Rodrigues, “não se pode mais trabalhar de graça” (Diário de Natal, 1949, p.8). Antes crítico da política e das transformações do século XX, Rodrigues passou a defensor pontual. Afinal, “os tempos [eram] outros” (ibid, p.8).

Outro marco para se pensar o mandato de Manoel Rodrigues de Melo diz respeito a defesa do municipalismo. Esse projeto, defendido por Plínio Salgado e pelo Partido da Representação Popular durante as décadas de 1940 a 1950, almejava dar maior autonomia aos municípios, fazendo com que estes deixassem de ser subordinado aos entes federativos. Com isso, esperava-se que os próprios municípios gerissem seus recursos financeiros e desenvolvessem suas atividades econômicas sem necessariamente contar com o intermédio da federação.

Nesse sentido, pode-se afirmar que à luz das ideias municipalistas, Manoel Rodrigues trabalhou arduamente para a emancipação da Vila de Pendências durante a década de 1950. O personagem nasceu nesta vila e mantinha com ela um vínculo sentimental. Para justificar a emancipação da vila, Rodrigues redigiu um memorial requisitando o estatuto de município à Vila. Nesse memorial, o autor mobilizou a história de Pendências, desde a colonização, enfatizando o papel dos “heróis nacionais”, os primeiros sertanejos e os bandeirantes, na luta contra a “barbárie e violência indígena” (MELO, 1954, s/p). O autor enfatiza que desde o início da colonização, o território da Vila de Pendências, especificamente, foi ocupado pelos melhores colonizadores portugueses. Nesse sentido, o território de Pendências é então delimitado a partir dos costumes compartilhados pelos que habitavam aquela região, o que demonstra uma concepção de espaço distinta daquela adotada pelos documentos oficiais, os quais ressaltam as fronteiras naturais do território. Com isso, buscava-se ressaltar, a partir de uma leitura do passado, as características particulares de Pendências em comparação a Macau, município que abrangia a região de Pendências.

O memorial foi encaminhado à Assembleia Legislativa do Estado em 1954 e foi recusado pelos parlamentares, que defendiam a unidade do município de Macau,

localidade importante, do ponto de vista econômico, pois concentrava a atividade estratégica de exportação de sal.

Pelo exposto até aqui, é evidente o trânsito realizado por Manoel Rodrigues entre a política e as letras. Entretanto, esse trânsito não era uma particularidade do personagem, sendo realizado amplamente no próprio âmbito de instituições literárias, onde políticos e intelectuais dividiam o mesmo espaço. Em 1954, por exemplo, Manoel Rodrigues de Melo e Nilo Pereira -- intelectual potiguar radicado em Pernambuco-- articularam, com o patrocínio financeiro do governo do estado, a vinda de Gilberto Freyre à Natal. Na ocasião dessa visita, Freyre proferiu uma palestra sobre a união do Rio Grande do Norte e de Pernambuco. O renomado historiador de *Casa Grande e Senzala*, ressaltou as vidas de Nísia Floresta e Augusto Severo -- dois personagens importantes na história do Brasil que transitaram entre Pernambuco e Rio Grande do Norte -- como expressão de uma identidade comum que unia pernambucanos e potiguares. No entendimento de Freyre, Natal e Recife, particularmente, estavam na trilha da modernidade. Nesse sentido, a capital do RN estava se tornando uma “moderna cidade” devido aos trabalhos empreendidos por um grupo de intelectuais, destacando-se Edgar Barbosa, Câmara Cascudo, Sylvio Pedroza, Manoel Rodrigues de Melo e João Machado, no âmbito das instituições Casa Euclides da Cunha e Escola de Psiquiatria Social. A figura de Sylvio Pedroza merece uma particular atenção porque é qualificado por Freyre como “um governador que já se tornou exemplo de modernidade para os arcaicos e de esportividade para os burocratas encatarrados que não deixam as sombras dos palácios ou o interior das repartições.” (FREYRE, 1954, p. 166) Dessa forma, tal qual associou Gilberto Freyre, a cidade moderna era construída da união entre intelectuais e governador, entre a política e as letras.

Projetos modernos encabeçados pela união entre intelectuais e políticos foram expressos também no espaço da cidade de Natal. Sobre isso, destaca-se particularmente a construção do prédio da Academia Norte-Rio-Grandense de Letras. O prédio foi construído num terreno doado pelo governo do estado, durante a gestão de Sylvio Pedroza, e situava-se na região da “cidade alta”, espacialidade onde o governo investiu maciçamente durante os anos 50. Realçam-se as obras realizadas nesse espaço durante o período: ampliação das ruas, calçadas e canteiros, arborização das praças e organização espacial do comércio, direcionando as lojas para uma região específica da cidade alta.

Há, inclusive, semelhanças entre os padrões dessas obras realizadas nas ruas e as características do edifício da sede da Academia Norte-Rio-Grandense de Letras, pois esta também é marcada pela arborização dos espaços ao ar livre, construção de altos pórticos e de amplos salões internos.

A construção da sede da ANRL levou vinte anos (1950-1970) para ser concluída. Durante esses anos, Manoel Rodrigues de Melo foi o presidente da instituição e encabeçou a realização do projeto, captando recursos de empresários e comerciantes, além dos subsídios fornecidos pelo estado. Devido ao empenho do ex-presidente, o edifício leva o nome de “Casa Manoel Rodrigues de Melo”. Antes crítico das formas de sociabilidade e das instituições modernas, Manoel Rodrigues acabou sendo transformado em um dos símbolos de empenho na consecução da modernidade natalense.

APONTAMENTOS CONCLUSIVOS

Buscou-se discutir, ao longo do texto, a relação estabelecida por Manoel Rodrigues de Melo com a política e com as letras. Privilegiou-se na análise o ingresso desse personagem na política instituição por meio do movimento integralista e a sua eleição no ano de 1948, bem como o seu ingresso na vida literária através da publicação do livro “Várzea do Açú” e as discussões que permearam o conjunto das suas obras publicadas entre 1940 e 1950.

Constatou-se que a política e as letras se entrelaçaram durante a trajetória de Manoel Rodrigues de Melo, fazendo com que o personagem mobilizasse leituras (sobretudo as sugeridas por Plínio Salgado e Oliveira Viana) e debates intelectuais para a ação política e para pensar a sua própria realidade. Dessa forma, pode-se afirmar que as referências teóricas sobre as quais Manoel Rodrigues apoiou sua produção foram apropriadas e ressignificadas pelo autor na medida em que ele buscava articular o problema vivido no seu cotidiano local com as ideias produzidas por autores que viviam em realidades distintas. Nesse sentido, na qualidade de produtor de bem simbólico, Manoel Rodrigues elaborou interpretações sobre a realidade e ofereceu diagnósticos.

Dessa forma, as produções literárias, as leituras e a escrita forneceram a Manoel Rodrigues de Melo um repertório para as suas ações. Tais ações foram, por vezes, marcadas pela ambiguidade: ora apoiando instituições e sociabilidades modernas, ora discordando e criticando-as.

REFERÊNCIAS

- ABREU, L. A. D. Estado Novo, realismo e autoritarismo político. *Política e Sociedade*. v. 3, n. 12, p. 49-66, dez./2005.
- CAPELATO, Maria Helena Rolim. Imprensa na República: uma instituição pública e privada. In: SILVA, Fernando Teixeira da; NAXARA, Márcia R. Capelari; CAMILOTTI, Virginia C. (orgs). Piracicaba: Editora Unimep, 2003. P. 139-152
- CERTEAU, Michel de. A escrita da história. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1983.
- CHARTIER, Roger. A história cultural entre práticas e representações. Rio de Janeiro Bertrand, 1990.
- FERREIRA, Jorge. Crises da República: 1954, 1955 e 1961. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília. (Orgs.). O tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. (p. 127 a 154). (Coleção O Brasil republicano. v. 3).
- FREYRE, Gilberto. Um brasileiro de pernambuco entre brasileiros do Rio Grande do Norte, um pernambucano no Rio Grande do Norte. In: Revista Bando. Número VII. Jan. 1955.
- GINZBURG, Carlo. O nome e o como: troca desigual e mercado historiográfico. In: GINZBURG, Carlo; CASTELNUOVO, Enrico; PONI, Carlo. A micro-história e outros ensaios. Lisboa: Difel, 1989. p. 169-178.
- GOMES, A. D. C. Azevedo Amaral e o século do corporativismo, de Michel Mannoiesco, no Brasil de Vargas. *Revista Sociologia e Antropologia*, v. 2, n. 4, p. 185-209, dez./2005.
- LORIGA, Sabina. O pequeno x: da biografia à história. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2011.
- MELO, Manoel Rodrigues de. Cavalo de Pau. Rio de Janeiro: Editora Pongetti, 1953.
- _____. Chico Caboclo e outros ensaios. Rio de Janeiro: Editora Pongetti, 1957.
- _____. Patriarcas e carreiros: influência do coronel e do carro de boi na sociedade rural do Nordeste. Rio de Janeiro: Editora Pongetti, 1954.
- _____. Várzea do Açú: Paisagens, tipos e costumes do Vale do Açú. Rio de Janeiro: Editora Agir, 1951.
- _____. Cavalo de Pau. Rio de Janeiro: Editora Pongetti, 1953.

_____. Memorial dirigido a Assembleia Legislativa, pelo povo de Pendências, pleiteando a elevação de Vila de Pendências a categoria de Município. In: Revista Bando. Número V. Mai/Jun, 1954.

VELLOSO, Monica Pimenta. A brasilidade verde-amarela: nacionalismo e regionalismo paulista. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 6, n. 11, 1993, p. 89-112.

O ROMPIMENTO POLÍTICO ENTRE ALUÍZIO ALVES E DINARTE MARIZ, SOB A ÓTICA DO JORNAL “DIÁRIO DE NATAL” (1958-1960)

Marcos Paulo Soares da Silva²⁷³

INTRODUÇÃO

O referido texto tem como objetivo relatar o rompimento político de Dinarte Mariz e Aluísio Alves e o surgimento de um fanatismo político, ocasionando uma dualidade política que se perpetua nas campanhas políticas do estado do Rio Grande do Norte. Os potiguares, particularmente os que nasceram e cresceram no interior do estado, percebe que todo ano de política, de dois em dois anos as campanhas políticas são necessariamente divididas em dois eixos: o vermelho e o verde. Alguns mais fanáticos do que os outros acabam até pintando as casas, colocando bandeiras das respectivas cores.

Solto sem uma legenda forte e expressiva, Aluísio Alves resolve dá asas a criatividade, começou correr a pé, casa por casa da capital do estado e seguindo para o interior do estado. Arrastando multidões que se renovavam nas marchas que emendavam dias e noites. Aluísio chegava a fazer 20, 30 discursos por dia. Multidões esperavam horas pelos minutos de eloquência dos seus discursos embargado por uma voz rouca.

O Rio Grande do Norte e Natal racharam ao meio. O candidato udenista, Djalma Marinho, escolheu colorir sua campanha de vermelho. Centenas e milhares casas dos bairros ricos e pobres da capital erguiam uma bandeira vermelha. Já o candidato Aluísio Alves, escolheu o verde da esperança para tingir sua campanha, facilitando a vida dos seus adoradores do estilo popular de sua campanha: bastava um galho de árvore para improvisar um estandarte.

As tipologias historiográficas usadas para dar sustentação ao nosso trabalho são as fontes escritas: jornais impressos, mais especificamente o jornal “Diário de Natal”. Jornal matutino brasileiro tendo sua sede na cidade de Natal, capital do estado

²⁷³ Discente do Curso de Licenciatura em História. Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Centro de Ensino Superior do Seridó, Campus de Caicó. E-mail: marcossoares123@ufrn.edu.br.

do Rio Grande do Norte. O mesmo começou a entrar em circulação, tanto na capital do estado, tanto em cidades circunvizinhas, no ano de 1939.

Para alcançar os verdadeiros objetivos deste trabalho, proposto pelo autor ²⁷⁴, a priori foi feita uma análise bibliográfica a respeito do tema a ser abordado, cujo tema está ligado à história de personagens que marcaram o cenário político do estado do Rio Grande do Norte. Houve um contato com a biblioteca setorial do CERES- Campus Caicó, Biblioteca Municipal da cidade de Caicó-RN, fizemos buscas em site de pesquisas mais especificamente o Google acadêmico e consultas ao banco de dissertações e teses da UFRN. E também, no acervo de monografias do curso de História, disponível no LABORDOC²⁷⁵.

A partir dos periódicos analisados do jornal “Diário de Natal”, serão problematizadas e esclarecidas as relações de poder, as desavenças, as rixas políticas do então Senador da república, Dinarte de Medeiros Mariz e, do então Deputado Federal Aluizio Alves, ambos representando o estado do Rio Grande do Norte (anos fim da década de 1950). Os periódicos estão disponíveis no site da Hemeroteca digital brasileira, com acesso irrestrito e com ampla consulta, por qualquer aparelho conectado à internet. O que foi encontrado e a posteriori trabalhado nestas pesquisas será analisado com abordagem da história política.

Através dos periódicos podemos desvendar o político, o social, o econômico e os agentes transformadores do processo social e, ainda percebemos seu papel na construção dos imaginários e das memórias coletivas.

Os jornais apresentam como uma fundamental e importante fonte de pesquisa histórica, principalmente para entendermos a História local e dos seus personagens, muitas vezes isolados dos livros históricos. Ao utilizarmos desse meio como ferramenta, como fonte ou objeto de estudo, fica muito mais interessante na medida em que se trata de um instrumento de disseminação de discursos de um determinado grupo de pessoas. Mesmo o pesquisador tendo ciência que um periódico, mesmo seu perfil ser claro e ficar evidente, está envolvido em um jogo de interesses, ora convergem, ora entra em conflito. Muitas vezes um lado político pesa sobre suas reportagens. Não há como fazer uma representação fidedigna da cena.

²⁷⁴ Marcos Paulo Soares da Silva, graduando em licenciatura em História pela universidade Federal do Rio Grande do Norte.

²⁷⁵ Laboratório de História do Centro de ensino superior do Seridó, localizado no Campus Caicó.

Anais do IX Colóquio Nacional de História Cultural e Sensibilidades – Sertões: poder e representações. Caicó-RN, UFRN – CERES, RN, 18 a 21 de novembro de 2019. ISBN 978-85-471-0298-2

Foram analisadas 10 (dez) ocorrências do periódico “Diário de Natal” que nos remonta a trajetória das brigas políticas de Aluísio Alves e Dinarte Mariz (ambos tradicionais políticos do estado do Rio Grande do Norte), entre os anos 1957 a 1961 e, darão ênfase a nossa pesquisa. Os periódicos estão disponíveis no site da Hemeroteca digital brasileira (portal da Fundação Biblioteca Nacional que proporciona ampla consulta, pela internet, a periódicos nacionais: jornais, revistas, anuários, boletins e etc.), com acesso irrestrito. A consulta ao acervo é disponível através de qualquer aparelho conectado à internet.

O indivíduo engajado na política está preocupado em proteger seus interesses e os do seu grupo no qual está inserido. Um ser com convicções, paixões, ideais e, até ódio, o medo, o imaginário, o sonho, a utopia. Tudo isso é expresso na política. Às vezes um povo expressa mais na sua política do que na literatura, cinema e culinária. São alguns elementos de respostas que René Remond²⁷⁶ cita sobre a História Política.

Foram usados alguns autores locais para dar ênfase a nosso trabalho, que em suas obras abordam a História Política dos personagens já citados antes. Segundo a professora adjunta da UFRN, Jailma Maria de Lima, “a produção local há dois tipos de publicações: uma acadêmica, a maior parte produzida em nível de pós-graduação; e outra composta em linhas gerais, por trabalhos de cunho memorialísticos, seja de políticos, seja de jornalistas políticos que exerceram sua profissão na imprensa local a partir da década de 1940”. Dinarte Mariz e Aluísio Alves são políticos que mais possuem trabalhos produzidos (acadêmicos ou memorialísticos), sobre suas vidas. Sobretudo seus embates, após romperem politicamente no fim da década de 1950, apresentam-se de forma evidente na construção de suas trajetórias políticas.

O historiador René Remond (2003) afirma que a História política foi glorificada no século XIX, quando o acordar do nacionalismo, tornou o estado, seus dirigentes e as instituições um campo favorito de investigação. Deixa bem evidente em suas pesquisas que a História política foi desprezada pela *Escola de Annales*, dando prioridade a uma História total, privilegiando as formas de organização econômica e social.

Para Barros (2004), a nova História política que começava a se desenhar nos anos de 1980 passa a se interessar pelo poder nas suas outras modalidades, passou abrir um espaço correspondente para uma “História vista de baixo”, ora preocupada

²⁷⁶ René Remond foi um historiador francês especialista em história econômica.

com grandes massas anônimas, ora preocupada com o indivíduo comum. O estado não é mais somente o fator determinante da História política. As várias facetas que a compõem estão renovadas. O político se pulveriza quando reconhece a opinião pública, as eleições, os partidos, as relações internacionais, as organizações não governamentais, tornando esse campo da História mais amplo e mais moderno.

As discussões historiográficas que serão abordadas nesta pesquisa situam-se no campo da História política, de dimensões complexas. Pois os indivíduos que vão ser estudados são atravessados pela noção de poder. Usaremos autores citados ao decorrer deste texto para entendermos os problemas e abordagens de conceitos das relações políticas interindividuais de grupos intrafamiliar que detinha o poder político no Estado do Rio Grande do Norte, nos finais dos anos 1950 e início dos anos 1960.

Em se tratando de nível Brasil, os textos da professora adjunta da UFRN, Jailma Maria de Lima será de grande importância para entendermos a trajetória política das pessoas já citadas anteriormente. No seu livro “Taqueei Detefon nos Brutos” (2017), explica com profundidade as campanhas políticas no estado do Rio Grande do Norte, mais especificamente do ano de 1945 a 1955 e, nos darão embasamento para que possamos dar continuidade a nossa pesquisa.

Em nível regional, temos muitas obras tanto de cunho acadêmico, tanto de cunho jornalístico e memorialístico. Inclusive, Aluizio Alves e Dinarte de Medeiros Mariz são os políticos que mais possuem trabalhos sobre suas trajetórias. Aluizio Alves foi revisor, redator, diretor e fundou alguns jornais na capital do estado, como é o exemplo do jornal *Tribuna do Norte* (fundado no ano de 1950). Já Dinarte de Medeiros Mariz, fundou o jornal *A Razão* (1934), que também organizou e dirigiu ao lado do seu conterrâneo seridoense José Augusto Bezerra de Medeiros, na época, político de grande expressão no estado.

Os dois políticos despertaram paixões e foram os responsáveis pelo acirramento de uma dualidade política representada pelas cores vermelho e verde e pelas alcunhas de bicudo e bacurau. Ambos pertenciam a UDN até 1958, quando romperam. Diante do que foi apresentado, tendo como base as brigas de Dinarte Mariz e Aluizio Alves, o surgimento de um fanatismo político, muitas vezes envolvendo uma paixão pelos candidatos, contribuiu para a perpetuação dessa dualidade política (verde/vermelho), sobretudo no interior do estado do Rio Grande do Norte? De que forma esse jeito arcaico de fazer política influenciou por muitas décadas gerações de pessoas e políticas principalmente de cidades do interior do estado do RN?

O ROMPIMENTO POLÍTICO ENTRE OS “UDENISTAS”

A partir de 1958 começa o rompimento político entre Aluizio Alves e Dinarte Mariz. O primeiro tinha intenções de se candidatar ao governo do estado na campanha eleitoral de 1960, com o lançamento da candidatura de José Augusto para o senado. Para descontentamento de Alves, Dinarte vetou sua candidatura. Para ele afiguravam-se melhor a candidatura de Djalma Marinho, político experiente e com brilho próprio, mas que aceitava a sua liderança. Aluizio viu sem espaço dentro da UDN no estado e começou a buscar novas lideranças para apoiá-lo. O periódico “*Diário de Natal*”, na data de 12 de fevereiro de 1958 relata que tomaram proporções de rompimento definitivo, ultimamente surgidas entre Aluizio e o então atual governador do estado, Dinarte Mariz. Ressaltando que ambos eram velhos companheiros de lutas, desde os tempos do antigo “Partido Popular” e que sempre estiveram juntos na UDN (União Democrática Nacional).

“Ao que se comenta o Sr. Dinarte Mariz deixará a legenda entregue aos Srs. Aristófanes Fernandes e Aluizio Alves. Tratará o chefe do executivo estadual de organizar uma nova legenda para os próximos pleitos. Mas, no curso dos atuais acontecimentos, uma nova instituição política já surgiu: O “Partido do Governador”, esse comentado de P.G. designação pela qual se indica o grupo de apoio ao Sr. Dinarte Mariz.” (jornal *Diário de Natal* (RN), 12 de Fevereiro de 1958. P. 6).

Dinarte se viu ameaçado com a ascensão de Aluizio no seio da UDN. Dinarte não queria aceitar diante das proporções que a briga estava tomando ficar como coadjuvante dentro da agremiação. A partir desse período deu início, uma fase de radicalização da política no Rio Grande do Norte. Esse rompimento fixou definitivamente a divisão do estado entre duas lideranças políticas. A campanha deu-se em clima de disputas, acusações entre os lados e exaltações de ânimos.

(...)Dinarte era um homem, eu costumo dizer, um ótimo amigo e um ótimo inimigo. O amigo tinha tudo, inimigo nada. Então na medida em que ele se sentiu atingido na sua liderança por estas posições, por estas contestações, ele foi radicalizando, dentro do partido, a luta contra mim. (ALVES, 1998. P. 113)²⁷⁷

²⁷⁷ Ver LYRA, Carlos. *Memória viva de Aluizio Alves*. EDUFRN, 1998.

Então, Aluizio ingressou no PSD e foi aprovado como candidato ao governo, trouxe das cadeiras “pessedistas” do Seridó o caicoense, Walfredo Gurgel, que o mesmo era inimigo ferrenho de Dinarte e também grande pedra no sapato quando se falava de votos, de dividir os votos nos pleito eleitoral nesta região.

Na edição de 16 de janeiro de 1958, em um dossiê publicado pela UDN no jornal *Diário de Natal*, fala das desavenças de integrantes do partido em várias regiões do Brasil citando o caso do estado do Rio Grande do Norte. “O Sr. Aluizio Alves combate em campo aberto”. Nesta mesma ocorrência fala da preocupação que os dirigentes locais da agremiação deveriam ter em relação a essas disputas e desavenças.

No livro “Memória viva de Aluizio Alves” coordenado por Carlos Lyra, Aluizio cita que o rompimento definitivo aconteceu em abril de 1960, mas especificamente no dia 21 de abril de 1960, data da fundação de Brasília. Onde o mesmo cita que Dinarte poderia até apoiá-lo, mas Aluizio teria que manter determinadas posições no governo. Algumas o mesmo teria criticado em uma carta endereçada a Dinarte e que a posteriori viraria um artigo: “Não foi pra isso que conquistamos o poder”.

Foi no Brasília Palace. (...) Eu entrava e ele estava conversando com Algumas pessoas, estava de frente, e eu me dava bem com ele, até então, pessoalmente, e quando fui entrando e fui me aproximar para falar com ele, ele me deu as costas para não me cumprimentar. Foi o rompimento. (ALVES, 1998, P. 113)

As propostas governo de Aluizio Alves iam de encontro com as aspirações do povo potiguar, o processo político-administrativo seria reformulado, a administração pública seria dinamizada, fornecer condições básicas para o desenvolvimento do estado, incentivando à industrialização.

Se tratando do seu eleitorado, o carisma de Aluizio era colossal. Ninguém ficava indiferente à sua passagem. Multidões acompanhavam a “Cruzada da Esperança” (sempre em cima de um trem)²⁷⁸, em comícios, vigílias e passeatas que demoravam até amanhecer o dia. O contato com as massas lhe proporcionava um estilo populista, apresentando como um homem do povo, que estava ali para lutar contra os poderosos e elevar o padrão de vida dos mais pobres.

²⁷⁸ Coligação partidária denominada cruzada da esperança, formada pelos partidos políticos PSD, PTB, PTN e uma dissidência da UDN.

CAMPANHA DE 1960: POPULISMO, RADICALISMO E SIMBOLISMOS POLÍTICOS.

A campanha de 1960 terminou com a vitória do representante da *Cruzada da Esperança* (Aluízio) sobre Djalma Marinho, reforçando a liderança política do mesmo no estado e acirrando o confronto direto com Dinarte Mariz, numa rivalidade política que dominou o Rio Grande do Norte por quase duas décadas.

O radicalismo tomou conta da campanha e incendiava as paixões entre os partidários dos candidatos, como uma espécie de fermento, para as movimentações populares. Os programas de rádios daquela época instigaram a violência por meio de ataques verbais, muitos desses ataques condenados pelos próprios partidos em disputa. Eram acusações torpes aos candidatos, mas, sobretudo aos seus familiares.

Natal era uma cidade pacata, como ares de interior com apenas pouco de mais de 160 mil habitantes. A cidade quase que provinciana, as famílias tinham o hábito de por cadeiras na calçada para conversar sobre o cotidiano, com vizinhos e amigos, uma tradição herdada de seus ancestrais interioranos. Com isso, as candidaturas de Aluízio Alves e Djalma Marinho (apoiado por Dinarte Mariz), faziam parte do bate-papo do dia.

A calma da cidade foi alterada com a campanha eleitoral de 1960, quando o povo participou ativamente dos seus comícios e passeatas pela cidade. As ruas se transformaram em um “cenário de guerra”, num duelo de cores, gestos e símbolo entre os partidários de Aluízio, Djalma e a peça chave dessa dualidade, Dinarte Mariz. A capital e o interior do estado se transformaram em uma mistura de amor, ódio e paixão; o radicalismo insensato invadiu lares, deixou famílias enlutadas, numa luta fratricida onde o bom senso deu lugar às emoções descontroladas.

Para muitos a campanha de 1960 foi o maior pleito eleitoral do estado do Rio Grande do Norte: a eleição para governador. De um lado, Djalma Marinho, candidato da situação e do outro Aluízio Alves, espírito inovador, polêmico, intitulado como “O homem da esperança, cheios de sonhos” (ALVES FILHO, 2009). Djalma Marinho era apoiado por Dinarte Mariz, que em nessa campanha abusou desgastantemente da máquina pública.

Disputada entre, de um lado Aluízio Alves (candidato pelo PSD apoiado pelo Monsenhor Walfredo Gurgel, inimigo ferrenho de Dinarte Mariz), pelo outro lado estava Djalma Marinho e Vingt Rosado (apoiados por Dinarte Mariz). Os últimos saíram derrotados e por consequência o seu apoiador também. Aluízio utilizou de uma

nova forma de fazer política, foi orientado pelo publicitário (na época Técnico em Publicidade.), Albano, que era paulista e trabalhava na campanha do governador do estado de Pernambuco, Cid Sampaio. E pela primeira vez foi usado na História das campanhas políticas do Rio Grande do Norte, músicas, cores e símbolos (Aluízio usou a cor verde para simbolizar a “esperança” e, também um gesto que ficou eternizado em seus discursos, o polegar levantado). E vários adjetivos para mitifica-lo: “salvador da pátria”, “a esperança do povo”. Os meios de comunicação foram de fundamental importância.

A simbologia que a campanha de 1960 exerceu sobre o estado, mexendo com o imaginário político/social das pessoas, e as manipulações que a mesma exerce sobre os indivíduos e até mesmo perante determinadas sociedades.

(...) Albano fez uma série de pesquisas muito interessantes, e uma série de sugestões de campanha. Mas, na realidade, se você somar o que se aproveitou, foram às pesquisas, nos aproveitamos alguns cartazes e nada mais, porque, ele discordou logo no começo, de várias coisas. Por exemplo, o símbolo: essa ideia não foi minha, foi de Odilon Ribeiro Coutinho. Foi ele quem inventou. Mas Albano não houve jeito de convencer, porque sustentava o seguinte: que durante a presença dos americanos na época da guerra, os americanos faziam muito “okay”, e Albano achava que lembrar o americano era lembrar o colonialismo, a exploração. (ALVES, 1998, P. 115)

O que vale salientar é que a partir dessa campanha é que surgiram os símbolos políticos de maior importância no Seridó Potiguar, a bandeira verde e a bandeira vermelha, que em muitas cidades utilizam as alcunhas “Bacurais” e “Bicudos”, respectivamente. Acaba por ser uma realidade não só tão típica do Seridó. Mas, adequa a realidade política partidária brasileira, onde se percebe uma construção de um imaginário de homens da vida pública, dotados de capacidade suficiente para desenvolver no eleitorado um ideal partidário onde sobressai o emocional.

BACURAU E BICUDO

Ao chegar a idade avançada veio também muitas complicações em sua saúde. A cada dia ficava mais deteriorado. Aluízio sofria da apneia do sono. Seus olhos fechavam mais sua mente continuava funcionando. No livro “Lições que aprendi como ele e o que a vida me ensinou”, o autor, que inclusive, é filho de Aluízio Alves, relata que o pai não tinha horário para sair e nem para chegar.

“Era muito difícil separa-lo das multidões. Quando atrasava muito – e sempre atrasava – os adversários, começavam a chama-lo de Bacurau, porque não tinha sono, e para o povo virou um símbolo da campanha de 1960. (...) Papai não tinha sono, cochilava dez, quinze, vinte minutos e se recuperava do cansaço do dia todo de campanha.” (ALVES FILHO, 2009, P. 39).

O lado que representa o vermelho nessa dualidade, representada em sua liderança por Dinarte Mariz, que enquanto o homem público se firmou como figuras constantes em campanhas políticas, especificamente no que diz respeito ao interior do Rio Grande do Norte, o Seridó Potiguar seu berço político.

Dinarte de Medeiros Mariz nasceu em vinte e três de agosto de 1903, em Serra Norte do Norte-RN, mas especificamente na fazenda Solidão. Era o quinto filho de uma família composta por quatorze filhos do casal, Manoel Maria Filho, que era major da guarda nacional e Maria Cândida de Medeiros Mariz, filha do coronel José Bernardo de Medeiros. Dinarte em seu berço familiar pertencia uma grande tradição de políticos, era algo que estava instituído pela tradição.

(...) descendente de Tomaz de Araújo Pereira primeiro presidente da província do Rio Grande do Norte. Seu avô, José Bernardo de Medeiros, foi duas vezes presidente da província do Rio Grande do Norte, foi constituinte em 1881 a 1907. O padre Francisco Brito Guerra, seu tio-bisavô, foi senador do império. José Augusto Bezerra de Medeiros e Juvenal Lamartine de Farias, seus primos, foram deputados e senadores (...). (LIMA, 2003, p.57)

Nas últimas décadas do século XX, quando a mídia se transformou em um disseminador de da propagação de um imaginário político. E através disso surgiram as consolidações de figuras carismáticas, que em determinados momentos utilizam de ideologias políticas para persuadir seus seguidores e arrastar multidões tornando-se fanáticos. Podemos usar os exemplos de Dinarte de Medeiros Mariz e Aluizio Alves (este último já citado outras vezes no decorrer do artigo) ambos utilizaram de um simbolismo político para se perpetuarem na História regional. Na monografia intitulada de *“Figuras e imagens de Dinarte Mariz: cenas de sua trajetória política e social”*²⁷⁹, mostra que o político Dinarte era considerado um “homem solidário”, cheio de

²⁷⁹ Monografia apresentada ao curso de História (UFRN/CERES-CAICÓ), pelas formandos, Elizangela Azevedo da Silva e Sandra Cunha de Azevedo.

solidão visitado por ela diversas vezes, um amante de Caicó, de raízes Serranegrenses.

(...) Visto como uma figura carismática, generosa, de bom coração, corajoso, conspirador e principalmente um líder. Esse poder de liderança era perpetuado pela parentela de seus ancestrais, iniciada pelo coronel José Bernardo. Ao propagar sua liderança no Seridó, Dinarte Mariz almejava outros cargos, “sempre foi um homem ambicioso”, e através de sua generosidade construiu um imaginário político social que se aliou à memória reproduzindo a exaltação que sua imagem poder provocar, isso facilmente claro quando mesmo quando mesmo após vinte anos de seu falecimento, nosso personagem é tido como um ente querido pela tradição local, e seu nome é pronunciado em comícios traduzindo o valor simbólico que a bandeira [“Dinartista”] provoca nas campanhas políticas vigentes da região do Seridó. (SILVA; AZEVEDO, 2004, P. 47)

A bandeira “Dinartista” continua viva no imaginário político e na construção dos simbolismos, mesmo depois de mais três décadas de seu falecimento. Muitas vezes esses simbolismos eram associados a mitos, um ideal de figura pública a ser alcançado. No jingle usado por Dinarte Mariz em algumas de suas campanhas, principalmente para governador, se tornaram ícones simbólicos:

“No estado se ergueu uma
Bandeira em prol a pós da
redenção do povo
ela será hasteada por dinarte Mariz
que vai voltar a governar de novo “

Segundo Araújo: “a bandeira simbolizava a luta de vida e morte de suas forças contrárias e antagônicas. A força do vermelho era um ícone, espécie de espelho guia do sentimento de pertencimento a um grupo maior, a uma comunidade”. (2003, p. 113)²⁸⁰. Sobre a bandeira vermelha, mortalizada pelas campanhas políticas tendo seus seguidores alcunhados de “Bicudos”, Araújo também declara a respeito:

A sua bandeira de seu partido e correligionários dentro de seu território de domínio foi à vermelha. Foram passada como espólio político para os grupos dos Maias, seus sucessores na política local. Até início dos anos 1990, os maias eram chamados de Arara por conta do uso da cor vermelha (...). A cor vermelha que os sertanejos chamavam de encarnado definia as paixões e ódios entre os seus seguidores e

²⁸⁰ ARAÚJO, Douglas. O branco, o negro e o índio inventaram a tradição Seridó: o imaginário sertanejo. Recife, 2003. Tese de doutorado.

adversários. Era o sinal, a bandeira, a arca da aliança entre o chefe e toda sua parentela. (ARAÚJO, 2003).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Trabalhar com as divergências políticas de Aluizio Alves e Dinarte sob a ótica de um período, dando enfoque às suas disputas pelo poder no estado do Rio Grande do Norte, nos mostra que essas relações entre ambos, sejam movidas pelo ódio ou pela paixão, ajudaram a perpetuar uma ideia dualidade política que se arrasta desde a década de 1960 no estado.

Os simbolismos políticos e as alcunhas: “Bicudo” e “Bacurau”, virou sinônimo de campanha eleitoral no interior do estado. O radicalismo tomou conta da campanha 1960 e incendiava as paixões entre os partidários dos candidatos, como uma espécie de fermento, para as movimentações populares.

Conclui-se também que a administração Alves, falada no texto principalmente na campanha de 1960, não fugiu de um populismo que mexeu com o imaginário político/social do povo potiguar. O governo eleito nessa campanha, intitulado como “*Cruzada da Esperança*” entregou ao Rio Grande do Norte uma administração “modernista”, mas “conservadora” tendo como base as velhas oligarquias políticas. Em suma, mudava-se a forma, mas permanecia o conteúdo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALVES FILHO, ALUÍZIO. **Lições que aprendi com ele e o que a vida me ensinou** – Natal, RN, 2009. 134 p.
- ARAÚJO, D. **A morte do Sertão Antigo no Seridó: O desmonte das fazendas agropecuárias em Caicó e Florânia: (1970-1990)**. Recife [s.n.], 2003. Tese de Doutorado. Departamento de História – UFPE.
- BARROS, José D’Assunção. **O campo da História: Especialidades e Abordagens**. Petrópolis: Vozes, 2004.
- LIMA, D. da. C. **Solidão, Solidões: uma biografia de Dinarte Mariz**. 2ª ed. Brasília, 2003.
- LYRA, Carlos. **Memória viva de Aluizio Alves**. 2. Ed. Natal. EDUFRN, 1998.
- PEREIRA, H. A. de A. R. **O Homem da Esperança: uma experiência populista no Rio Grande do Norte (1960 -1966)**. Recife, [s.n.], 1996. (Dissertação de Mestrado). Departamento de História. UFPE.

SILVA, Elizangela A. ; AZEVEDO, Sandra C. **Figuras e imagens de Dinarte Mariz: cenas de sua trajetória política e social**. Caicó, 2004. Monografia (Graduação em História). Departamento de História do CERES. UFRN

TRINDADE, Sérgio Luiz Bezerra Trind. **Uma síntese da abertura política no Rio Grande do Norte (1974-79)**. Natal: CERN, 1997.

SIMPÓSIO TEMÁTICO 5

Por uma história do corpo, por uma história do sensível: práticas, instituições, sentidos e saberes

Coordenadores

Prof.^a Dr.^a Juciene Batista Félix Andrade – UFRN

Prof.^a Ma. Avohanne Isabelle Costa de Araújo - Doutoranda (FIOCRUZ)

Proposta do Simpósio Temático

O simpósio acolhe pesquisas que têm como foco o corpo humano em suas múltiplas formas históricas. Serão discutidas as práticas corporais gestuais, laborais, sexuais, religiosas, esportivas e estéticas, assim como os significados dados ao corpo no tempo histórico. Consideram-se também como pertinentes ao debate desse simpósio pesquisas no âmbito dos saberes (científicos ou não) e suas instituições que contemplam a dimensão corporal como seu objeto e fim: medicina, sanitarismo, saúde pública, urbanismo, demografia, estudos de gênero e raça, cuidados na saúde e na doença, teologia, religiosidades, hospitais, asilos e clínicas. Por conseguinte, fazer uma história do corpo, também é pensar uma história das sensibilidades.

CORPOS SIGNIFICADOS, ROUPAS SIGNIFICANTES: OS SERTÕES NAS PASSARELAS²⁸¹

Marcelino Gomes dos Santos²⁸²

Resumo: O mundo da moda, em especial, as passarelas, constantemente põe o corpo humano em movimento, ao passo em que o submete a redes de (re)significação por meio das roupas. Partindo desse pressuposto, objetivamos discutir, neste trabalho, os processos de (re)significação do corpo por meio do vestuário e sua relação com as projeções visuais do mundo da moda. Para tanto, consideramos como ponto de partida para nossas análises e discussões o lançamento de uma coleção de inverno, intitulada “Carne Seca ou Um Turista Aprendiz em Terra Áspera”, lançada pelo estilista brasileiro Ronaldo Fraga no São Paulo Fashion Week, no ano de 2013. Em termos de metodologia, selecionamos fotografias do evento, sobre as quais realizamos análises levando em consideração os elementos que compõem as roupas (os materiais usados, a estamparia, os acessórios, etc.) e sua relação com o corpo das modelos. Consideramos, para efeitos de análise, a relação entre a história, a memória e a gramática visual das peças de vestuário apresentadas no referido evento. Em linhas gerais, os resultados apontam para a presença marcante de imagens historicamente associadas à ideia de sertão e nordeste brasileiro que, uma vez performadas nas passarelas, ativam redes de memória sobre esses “espaços” e trazem à tona discursos que estão no cerne de sua invenção.

Palavras-chave: História. Moda. Linguagem. Corpo.

*Quando nos conhecermos e
conversarmos, já teremos falado um
com o outro em uma língua mais antiga
e universal.*

(Alison Lurie)

INTRODUÇÃO

²⁸¹ Este artigo foi escrito à ocasião de nossa participação no *IX Colóquio Nacional de História Cultural e Sensibilidades – Sertões: Poder e Representações*, no Centro de Ensino Superior do Seridó – CERES/UFRN, apresentado no simpósio temático 5, intitulado “Por uma história do corpo, por uma história do sensível: práticas, instituições, sentidos e saberes”.

²⁸² Mestrando MHIST - UFRN. E-mail: marcelinogomes_@outlook.com.

Na contemporaneidade, estilistas do mundo inteiro lançam coleções de vestuário a cada estação do ano e as apresentam em eventos de moda, contando com o trabalho de modelos para vestir, fotografar, bem como para apresentar ao público suas criações por meio de desfiles. São incontáveis as marcas de moda existentes no mundo, hoje, muitas delas representantes de verdadeiros impérios comerciais de vestuário e tendências sobre o ato de vestir, tais como Dior, Chanel, Versace, Dolce & Gabbana e Louis Vuitton, para citarmos algumas.

Nessa conjuntura, o mundo da moda, em especial, as passarelas, constantemente põe o corpo humano em movimento, ao passo em que o submete a redes de (re)significação por meio das roupas, reescrevendo suas formas, expondo-o à crítica de diversos públicos, submetendo-os ao olhar do outro, que o vê, o lê e o interpreta. A moda, nesse sentido, implica práticas de transformações estéticas sobre o corpo, práticas essas inscritas e em diálogo constante com a história.

Logo, moda, história, corpo e linguagem constituem um elo significativo poderoso, em especial, nos dias que se seguem, onde as enxurradas de imagens que são produzidas e veiculadas, diariamente, em revistas, jornais, sobretudo, na internet, irradiam sentidos múltiplos e repercutem em uma velocidade surpreendente por meio das mídias, atingindo públicos em diversas partes do globo.

Considerando como ponto de partida para nossas análises e discussões o lançamento de uma coleção de inverno, intitulada *“Carne Seca ou Um Turista Aprendiz em Terra Áspera”*, lançada pelo estilista brasileiro Ronaldo Fraga no evento de moda *São Paulo Fashion Week*, em 2013, objetivamos discutir, neste trabalho, os processos de (re)significação do corpo por meio do vestuário e sua relação com as projeções visuais do mundo da moda. Concebemos, nessa direção, o corpo humano como um objeto de saber historicamente construído a partir de diversos discursos, elaborados e reelaborados historicamente, dos quais é exemplo o poderoso discurso da moda. Nesse sentido, consideramos as roupas elementos significantes por excelência que, em diálogo com o corpo humano, constrói, desconstrói e reconstrói sentidos.

Em termos de metodologia, selecionamos algumas fotografias do evento, sobre as quais realizamos análises levando em consideração os elementos que compõem

as roupas (os materiais usados, a estamparia, os acessórios, etc.), bem como as escolhas sobre as modelos que desfilaram a coleção. Consideramos também, para efeitos de análise, a relação entre a história, a memória e a gramática visual das peças de vestuário apresentadas pelo estilista mineiro no referido evento, sobretudo, no que tange às imagens agenciadas para compor o tema de sua coleção, nomeadamente, o sertão do semiárido.

Em linhas gerais, os resultados apontam para a presença marcante de imagens historicamente associadas à ideia de sertão que, uma vez performadas nas passarelas, ativam redes de memória sobre esses “espaços”²⁸³ e trazem à tona discursos que estão no cerne de sua invenção.

VESTINDO SENTIDOS: O CORPO RESSIGNIFICADO PELO VESTUÁRIO

O processo de criação de uma coleção de vestuário parte sempre da idealização de seu conceito, geralmente, com base em uma pesquisa temática que definirá a narrativa em torno do lançamento e norteará a escolha dos materiais, o processo de confecção das roupas, bem como a organização dos desfiles e das campanhas de divulgação.

Nesse sentido, as inspirações dos estilistas quando da criação das peças são plurais: elas vêm de diversas esferas, tais como o cinema, a música, a literatura, a história, a geografia, a vida e obra de personalidades famosas, acontecimentos que marcaram épocas, entre infinitas outras possibilidades de embasamento criativo. O estilista reúne, portanto, elementos temáticos e elabora sua coleção com vistas à comunicação de suas ideias e inspirações.

Sobre a organização dos desfiles, de acordo com Santos e Muller:

O estilista determina o tema, agrupa elementos que poderão representá-lo, e seu intuito maior é proporcionar fruição estética, da

²⁸³ Dizemos “espaços”, entre aspas, por não considerarmos os sertões meras espacialidades, no sentido da geografia tradicional, conforme nos permite pensar Moraes (2012).

qual dependerá o consumo simbólico, seja como mercadoria ou discurso. A existência de uma coleção como produto pode ser efêmera, mas a permanência de seu conceito pode perdurar no tempo (SANTOS; MULLER, 2011, p. 243).

Quando da proposição de um desfile, a partir do lançamento de coleções sazonais de vestuário, estilistas apresentam suas criações ao mundo, geralmente, em eventos de moda, valendo-se do trabalho de um grupo de modelos que vestem as suas roupas e as desfilam nas passarelas, contando com a presença de um público espectador no local de realização dos desfiles, bem como daqueles que o assistem à distância, por meio das mídias responsáveis pela transmissão e divulgação do evento.

Em linhas gerais, os desfiles contam com a preparação do cenário, considerando quase sempre a narrativa temática elaborada pelo artista sobre a história da coleção e a organização dos modelos a partir da composição das peças que integram a coleção lançada. Existe, aqui, uma ordem de apresentação que também deve ser considerada para efeitos de análise, tendo em vista que qualquer mudança estrutural implica, também, na significação do evento.

Durante a realização dos desfiles, as peças são apresentadas ao público vestindo os corpos dos modelos, constituindo, assim, uma relação de significação mútua e dialógica, onde corpo e vestuário produzem sentidos que são comunicados ao público, pois, “se o vestuário é uma forma de linguagem, ao vestir-se, o indivíduo incorpora ao conjunto geral da sua aparência valores semânticos que são captados por aqueles à sua volta”, conforme nos permite pensar Pereira, Conrado e Rodrigues (2011, p. 193).

As roupas²⁸⁴, mais do que simples pedaços de tecidos costurados a partir de formas previamente desenhadas e recortadas, constituem uma malha dotada de gramaticalidade²⁸⁵, e seu “vocabulário” inclui não apenas as peças de vestuário, mas diversos outros elementos, tais como estilos de cabelos, penteados, acessórios,

²⁸⁴ Segundo Muzzareli (2008, p. 29), “uma roupa é um conjunto de pedaços confeccionados juntos para cobrir, enfeitar e valorizar as partes do corpo humano: mangas, corpetes, colarinhos, saias ou calças. Uma roupa é a representação sintética e simultânea de muitos acontecimentos: pessoais e coletivos, econômicos, sociais e políticos”.

²⁸⁵ De acordo com Lurie (1997, p. 19), “se a maneira de vestir é um idioma, deve ter um vocabulário e uma gramática como qualquer outro”.

adornos, maquiagens, joias, entre outras formas de decorar o corpo (LURIE, 1926, p. 20), isto é, de acrescentar ao conjunto outros significados ou ainda modificar aqueles já existentes.

Nesta perspectiva, as possibilidades de construção e reconstrução de “sentenças” por meio do vestuário se assemelham, pelo menos, teoricamente, às possibilidades de criação de qualquer língua falada, uma vez que o vocabulário das roupas inclui todas as formas de decoração do corpo já criadas, podendo ser, portanto, moldado e reelaborado a partir de determinadas condições e situações “comunicativas”, isto é, do contexto em que é utilizado. Isso porque, dentro de um conjunto de possibilidades, escolhas são feitas e o próprio ato de selecionar elementos para compor uma coleção de vestuário ou desfile de moda é também significativo, na medida em que outros são deixados de fora desse conjunto.

Pensando a gramaticalidade das roupas, bem como o vestuário enquanto uma sentença/frase que produz sentidos, podemos considerar os acessórios usados para adornar e decorar o corpo como sendo modificadores da frase, entendida aqui como a combinação completa de todos os elementos significantes sobre o corpo, incluindo o próprio corpo, pois a presença ou ausência desses elementos também significa.

Semelhante ao que acontece com a linguagem verbal, as significações das roupas dependem das circunstâncias em que são colocadas em jogo, isto é, elas dependem do contexto, visto que não são “faladas” em qualquer momento, soltas no vazio, mas dentro de um recorte espacial e temporal específicos (LURIE, 1997, p. 28).

Além disso, outro elemento significativo dentro dessa relação de produção de sentidos diz respeito ao corpo humano, que, nessa relação dialógica com o vestuário, é capaz de modificar aquilo que se pretende comunicar. O corpo, tal como o concebemos, não é um dado meramente biológico, ele é também construído culturalmente, em especial, no mundo *fashion*, que o transforma e o reescreve com frequência, valendo-se de artifícios os mais variados, tais como o vestuário. Como nos aponta Svendsen (2010, p. 89), “removendo todas as roupas, não encontramos um corpo ‘natural’, mas um corpo moldado pela moda”, que, mesmo despido, ainda estará

vestido por uma série de discursos construídos ao longo dos tempos, posto que o corpo também é uma construção histórica²⁸⁶.

Nessa perspectiva, os modelos que vestem as roupas são escolhidos para desfilar a partir de critérios de seleção (por isso, a realização dos *castings*²⁸⁷), uma vez que são usadas por pessoas específicas, escolhidas dentro de um conjunto de outras escolhas possíveis. Sobre este aspecto, Lurie (1997, p. 30) considera que, “ao julgar uma roupa também devemos levar em conta os atributos físicos da pessoa que a veste, avaliando-a em termos de altura, peso, postura, raça e tipo étnico, traços e expressão facial”.

Partindo de um tema, o estilista costura não apenas tecidos, mas também sentidos múltiplos, valendo-se de técnicas e procedimentos os mais variados, lidando com materiais, texturas, cores, estampas, aviamentos, acessórios, entre outras ferramentas e técnicas do seu ofício. Ele conta, portanto, uma história por meio das roupas. Essa história é construída pelo imbricamento de vários discursos, geralmente, com vistas à comunicação de uma ideia por meio de elementos presentes na coleção e no desfile. Sobre essa relação de comunicação por meio das roupas que são apresentadas, Santos e Muller nos diz que as peças de vestuário:

São, ao mesmo tempo, referentes e significantes e, como índice, remetem a um tempo e a uma narrativa que ultrapassam sua existência. As representações que o estilista utiliza para caracterizar suas referências são simbólicas, pois ele se utiliza de cores, cortes e tecidos para expressar aquilo que sente (SANTOS, MULLER, 2011, p. 244).

Nessa direção, o público que testemunha e assiste ao desfile capta sentidos sobre aquilo que vê, isto é, sobre as construções visuais elaboradas pelo estilista. Essa relação parte sempre de uma leitura visual, em que o espectador interage com os elementos composicionais do desfile: os modelos, as roupas, a ornamentação do espaço, a música, a iluminação, entre outros. A moda é, nesse sentido, sempre teatral,

²⁸⁶ Sobre este aspecto, ver: Courtine (2013).

²⁸⁷ Os *castings* dizem respeito ao processo de seleção de modelos a partir de determinados critérios. Geralmente, os estilistas traçam um perfil desejado e, a partir dele, escolhem os modelos para desfilarem suas criações.

pois seu jogo acontece com base em diversos elementos significantes, simultaneamente.

A seguir, analisamos algumas fotografias de um desfile de moda brasileiro, fazendo uma associação entre a temática abordada pelo estilista e sua “tradução” nas passarelas por meio da linguagem das roupas e do jogo discursivo da moda, com atenção especial às estratégias mobilizadas pelo estilista para apresentar a temática eleita no *São Paulo Fashion Week* e as reelaborações estéticas do corpo pelo vestuário e acessórios usados no desfile.

OS SERTÕES NAS PASSARELAS

Ronaldo Fraga é um estilista brasileiro formado em Estilismo pela Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG – e integrante da Associação Brasileira de Estilistas – ABEST²⁸⁸, ao lado de grandes nomes da moda brasileira, tais como Alexandre Herchcovitch, Lino Villaventura e Glória Coelho. Nascido em Belo Horizonte, o estilista mineiro apresentou suas primeiras coleções de vestuário no Phytoervas Fashion, em 1996, e na Semana de Moda - Casa dos Criadores, em 1997, ambos os eventos realizados em São Paulo e de suma importância para a história e a consolidação da moda brasileira tal como a conhecemos hoje.

Na cena da moda brasileira, o estilista mineiro é conhecido por levar às passarelas por onde passa narrativas sobre personalidades, lugares e acontecimentos; na maioria das vezes, carregados de críticas sociais e políticas. A título de ilustração, podemos citar a coleção intitulada *Quem Matou Zuzu Angel?*, lançada no *São Paulo Fashion Week* em 2001, inspirada na vida e obra da estilista brasileira, assassinada em 1976. Nessa coleção, Fraga resgata a memória de Zuzu Angel, com peças que releem o seu estilo, reafirmam a sua importância para a história

²⁸⁸ Criada em 2003 por Alexandre Herchcovitch, Amir Slama, Lino Villaventura, Serpui Marie e Walter Rodrigues, a Associação Brasileira de Estilistas tem como objetivo fortalecer e promover o *design* e a moda brasileira. Sua principal proposta é a de auxiliar o desenvolvimento de marcas brasileiras de alcance internacional e promover o *lifestyle* brasileiro, contribuindo, assim, para o crescimento de todos os segmentos vinculados à moda. Site oficial: <http://www.abest.com.br/abest/>

da moda brasileira, ao passo em que denuncia e nos relembra o trágico episódio de sua morte.

A coleção *Carne Seca ou Um Turista Aprendiz em Terra Áspera* também foi lançada no *São Paulo Fashion Week*. A apresentação da coleção de inverno aconteceu no Parque Villa Lobos, em São Paulo, no dia 31 de outubro de 2013. O estilista mineiro propôs uma coleção inspirada no sertão do semiárido, composta de peças de vestuário femininas, desfiladas nas passarelas daquele que é considerado o maior e mais importante evento de moda nacional.

As fotografias realizadas durante o desfile nos permitem visualizar, analisar e discutir o imbricamento de várias linguagens e discursos. Em outras palavras, as imagens nos permitem tratar do processo de (re)significação do corpo por meio da linguagem das roupas produzidas pelo estilista a partir da temática por ele escolhida.



*Imagem 2 - Disponível em:
<https://ffw.uol.com.br/desfiles/sao-paulo/inverno-2014-rtw/ronaldo-fraga/814842/>. Acesso em: 01 jan. 2020.*

Nas imagens 1 e 2, podemos visualizar duas modelos vestindo peças da coleção de Fraga. Ao fundo, árvores gigantes ornamentam o espaço onde aconteceu o desfile, por trás das quais as modelos surgiam diante do público e, ao final, desapareciam ao fundo da passarela.

Na primeira imagem, a modelo usa um vestido estampado azul, sapatos de couro e segura uma bolsa em uma das mãos. Como é possível visualizar nessa imagem, o vestido cobre quase todo o corpo da modelo, deixando à mostra apenas parte dos braços, do pescoço e da cabeça. O destaque, nesse sentido, não está para quem veste a roupa, para o corpo, mas sim para a estamparia. Prova disso, também, é a expressão corporal de quem a veste: a postura é retilínea, os braços, relaxados, próximos ao corpo, e há seriedade em seu semblante, que reafirmam a ênfase na mensagem principal: a roupa.

Na segunda imagem, outra modelo que participou do desfile de Fraga usa um outro vestido, dessa vez, verde, composto de elementos que costuram formas que nos lembram um mandacaru. Nesse caso, em comparação à cena anterior (imagem 1), há maior exposição do corpo da modelo, com os braços e o colo à mostra, o que lhe garante mais sensualidade e dá mais visibilidade e ênfase ao corpo. A técnica utilizada pelo estilista para costurar essa roupa permite o jogo duplo de cobrir e descobrir o corpo: ao passo em que esconde algumas partes, revela outras; isso pode ser percebido nas aberturas deixadas entre os elementos composicionais do vestido, os espaços entre as partes costuradas que, juntas, formam o “vestido-mandacaru”.

Nos dois casos, as formas das roupas são retas e acompanham o desenho do corpo, sem marcação de cintura, por exemplo. As formas retas, se consideramos boa parte da história do vestuário no Ocidente²⁸⁹, estiveram por muito tempo associadas ao masculino, ao passo em que as formas mais próximas ao corpo, como as cinturas

²⁸⁹ Para mais detalhes sobre o assunto, ver: Braga (2017).

marcadas, ao feminino (como a silhueta do *New Look*, do estilista francês Christian Dior)²⁹⁰. Nesse sentido, a própria forma das roupas, em linha reta, aponta para uma ideia de masculinidade que, historicamente, foi também associada à ideia de sertão e nordeste.²⁹¹ Nesse caso, o vestuário ressignifica o corpo das modelos, relação a partir da qual outros sentidos são tecidos durante o desfile.



Imagem 3 - Disponível em:
<https://ffw.uol.com.br/desfiles/sao-paulo/inverno-2014-rtw/ronaldo-fraga/814842/>. Acesso em: 01 jan. 2020.



*Imagem SEQ Figura * ARABIC 4 - Disponível em:*
<https://ffw.uol.com.br/desfiles/sao-paulo/inverno-2014-rtw/ronaldo-fraga/814842/>. Acesso em: 01 jan. 2020.

Nas imagens 3 e 4, os cabelos das modelos são decorados com galhos secos e ambas usam maquiagem leve, quase imperceptível, feita predominantemente de tons terrosos. O que se percebe, aqui, é uma tentativa de garantir às modelos um ar de naturalidade, com a apresentação de suas faces com características muito próximas a do rosto sem maquiagem, quando não se tem a intenção de modificar a expressão natural do rosto. Esse elemento estético, decorativo, pode ser lido como uma tentativa de associar a performance das modelos à temática do desfile, isto é, o

²⁹⁰ Sobre essa temática, ver: Medeiros Filho (2014).

²⁹¹ Sobre este aspecto, ver: Albuquerque Júnior (2013).

sertão, conceito que foi tecido por uma série de discursos que construíram a sua imagem (bem como dos seus sujeitos habitantes, os sertanejos), fortemente marcada pela relação do homem com a natureza, com a vegetação, o sol, a terra, etc.

O uso dos óculos feito de cortiça²⁹² por uma das modelos e de galhos secos presos aos seus cabelos apontam, simultaneamente, para outras imagens historicamente associadas à ideia de sertão, dentre as quais destacamos a “solaridade” e a aridez desses “espaços”. Essas construções discursivas e imagéticas podem ser encontradas aos montes em diversas outras produções artísticas, das quais são exemplos os incontáveis filmes que foram produzidos sobre os sertões (em especial, o sertão nordestino), produções cinematográficas nas quais as cenas mais comuns são: cidades interioranas, sol escaldante, céu azul estourado, vegetação seca e espinhenta, entre outras imagens clichês.

Ao assistir à performance ou ao ver as fotografias do desfile de Fraga, o público interage com os elementos visuais presentes na passarela e conecta-se à narrativa elaborada pelo estilista, lendo as imagens (re)elaboradas por ele. Sobre este aspecto, Courtine nos diz que:

Toda imagem se inscreve em uma cultura visual, e esta cultura supõe a existência junto ao indivíduo de uma memória visual, de uma memória das imagens onde toda imagem tem um eco. Existe um “sempre já” da imagem. Esta memória das imagens pode ser uma memória das imagens externas, percebidas, mas pode ser igualmente a memória das imagens internas, sugeridas, “despertadas” pela percepção exterior de uma imagem (COURTINE, 2013, p. 43).

Ao ler a coleção, seja por meio do desfile ou por meio das fotografias veiculadas em *sítes*, jornais, programas de tevê, etc. os espectadores fazem associações entre aquilo que veem e as imagens evocadas por sua memória, sobretudo, no que diz respeito às construções imagéticas e discursivas sobre os sertões, tema de que trata a coleção, pois, como afirma Courtine (2013, p. 156), “da mesma forma que existe o ‘sempre já’ do discurso, existe o ‘sempre já’ da imagem”. Nessa perspectiva, a

²⁹² Cortiça é uma matéria-prima de origem vegetal da casca dos sobreiros, leve e com grande poder isolante. É utilizada, por exemplo, na fabricação de rolhas para vedar garrafas de vinho.

memória sobre os sertões volta à medida em que os sujeitos entram em contato com a coleção de Fraga. Para levar a temática do sertão às passarelas, o estilista mobiliza estratégias das quais a relação entre corpo e vestuário é exemplo.

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

A coleção de vestuário *Carne Seca ou Um Turista Aprendiz em Terra Áspera*, ao ser apresentada no *São Paulo Fashion Week* em 2013, possibilitou, mais uma vez, o diálogo entre o corpo e a linguagem das roupas, por meio da apresentação de uma narrativa elaborada por um estilista brasileiro sobre a temática dos sertões.

O desfile de Ronaldo Fraga, nesse sentido, nos permite entender como o corpo humano é historicamente construído por meio do entrecruzamento de discursos, dentre eles, o discurso da moda, que tem como elemento signifiicante por excelência o vestuário, que, em diálogo com o corpo e suas transformações estéticas, constrói uma narrativa a ser apresentada e lida por um determinado público. Nessa perspectiva, o corpo é concebido como um elemento histórico, construído, reelaborado por meio de diversas práticas, incluindo as estéticas, tão presentes e utilizadas no universo da moda.

Ao trazer a temática dos sertões às passarelas, o estilista mineiro utiliza diversos elementos para projetar suas ideias: as roupas, o cenário, as modelos, todos os elementos que dizem respeito à realização de um desfile que, juntos, costumam sentidos diversos, cruzam discursos, tais como moda e sertão.

Como foi possível analisar, as imagens agenciadas pelo estilista brasileiro na passarela do *São Paulo Fashion Week* em 2013 apontam para a presença marcante de imagens historicamente associadas à ideia de sertão e que, uma vez performadas nas passarelas, ativam redes de memória sobre esses “espaços”, fazem retornar imagens de outrora, e trazem à tona discursos que estão no cerne de sua invenção.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **A invenção do Nordeste e outras artes**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval. **Nordestino**: invenção do “falo” – uma história do gênero masculino (1920-1940). 2. ed. São Paulo: Intermeios, 2013.

BRAGA, João. **História da moda** – uma narrativa. 10. ed. São Paulo: D’Livros, 2017.

COURTINE, Jean-Jacques. **Decifrar o corpo**: pensar com Foucault. Petrópolis – RJ: Vozes, 2013.

LURIE, Alison. **A linguagem das roupas**. Tradução de Ana Luíza Dantas Borges. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

MEDEIROS FILHO, João Quintino de. **Arremedando Dior**: a moda do New Look em São João do Sabugi – RN (Anos 1950). Dissertação de Mestrado (Dissertação em História). UFCG: Campina Grande, 2014, 247 p.

MORAES, Antonio Carlos Robert. Sertão: um “outro” geográfico, *Terra Brasilis*, 4 - 5 | 2003. Disponível em: <http://terrabrasilis.revues.org/341>. Acesso em: 25 jan 2020.

MULLER, Mara; SANTOS, Rochelle. Memórias tecidas: Nara Leão, uma coleção de moda que faz recordar. In: BONADIO; MATTOS (orgs.). **História e Cultura de Moda**. São Paulo: Estação das Letras e Cores, 2011, p. 239-257.

PEREIRA, Maria. CONRADO, Guido. RODRIGUES, Viviane. Vestindo histórias: o vestuário como ficção. In: BONADIO; MATTOS (orgs.). **História e Cultura de Moda**. São Paulo: Estação das Letras e Cores, 2011, p. 190-207.

SVENDSEN, Lars. **Moda**: uma filosofia. Tradução de Maria Luiza X. de A. Borges. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.

PLÍNIO MARCOS E A MÁQUINA LITERÁRIA: IMAGENS DO CORPO INFANTO-JUVENIL EM “BARRELA” E “QUERÔ”²⁹³

José dos Santos Costa Júnior²⁹⁴

Resumo: Bastou a chegada de um corpo jovem na cela repleta de homens já velhos e gastos pelas dores do mundo para que algo ocorresse naquela madrugada. Assim ocorre na peça-teatral *Barrela* (1958), do escritor brasileiro Plínio Marcos (1935-1999), cuja narrativa densa e repleta de diálogos intensos e clivados por afetos múltiplos nos permite pensar toda uma concepção de humanidade, subjetividade e institucionalidade. O texto analisa a imagem do corpo jovem violado, descrevendo as intersecções de gênero, geração e sexualidade que cindiram uma subjetividade coletiva alicerçada na dor e na reprodução da violência física e psicológica. Mas se a literatura não “representa” nada, como nos provoca Deleuze, como pensar o ato criativo como gesto ético-político sobre o mundo?

Palavras-chave: Literatura Brasileira. Teatro. Plínio Marcos. História do Brasil. Deleuze.

INTRODUÇÃO

Plínio Marcos foi um escritor, jornalista e crítico cultural dos anos 1970 e 1980 que fez da escrita literária um modo de vida, uma forma de resistir às diversas formas de reprodução da dominação e classe, gênero, raça e geração em um país tão marcadamente racista e desigual como o Brasil. Nascido em 1935 na cidade de Santos e falecido em 1999 em São Paulo, fez da sua literatura marginal um modo de apresentar e construir leituras sobre o mundo da criminalidade, prostituição, assim como sobre as

²⁹³ Este texto consiste em uma apresentação preliminar de uma das seções da tese de doutorado em história que atualmente está sendo desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) sob a orientação do professor Benito Bisso Schmidt.

²⁹⁴ Doutorando em História. Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS. E-mail: jose.junior010@gmail.com.

conexões entre a esfera pública e privada, na medida em que as instituições sociais como polícia se articularam em diferentes momentos com os agentes ou setores que dizia combater.

Definindo-se como repórter de um tempo mau, Plínio Marcos fez da escrita um modo de expressão de conflitos sociais bastante agudos. Assim, em suas histórias, os protagonistas são prostitutas, homossexuais, presidiários e presidiárias, menores infratores ou delinquentes, cafetões, isto é, toda uma gama de personagens estigmatizados socialmente e cujas experiências singulares haviam sido muitas vezes rotuladas e marcadas preconceituosamente como efeito de escolhas individuais e tendências criminosas ou antissociais inerentes a todos eles e elas. Como um escritor cuja narrativa esteve muito assentada na sua experiência como jornalista, a crônica de Plínio Marcos se caracterizou por um certo caráter memorialista, pois, “mesmo escrevendo em jornais e revistas de circulação nacional, não deixou de contar as histórias da sua gente. Ao mesmo tempo em que fincava uma estaca no passado, Plínio tinha um compromisso indissociável com o presente e com o futuro”²⁹⁵, embora não fizesse de sua obra ficcional a expressão de projetos sobre como um certo estado de coisas deveria ser alterado.

O QUE PODE A MÁQUINA LITERÁRIA?

Se uma parte da literatura engajada, a exemplo da obra de Gianfrancesco Guarnieri, partia da crítica sobre os conflitos sociais derivados da desigualdade econômica e da situação de classe, identificando “o trabalhador” como sujeito de uma transformação social mais ampla e complexa a partir da construção de sua consciência política revolucionária, no caso da obra de Plínio Marcos não houve esse tipo de leitura do social. Em sua obra, as personagens não são apresentadas como possíveis revolucionárias da situação social que as oprime. O autor empenha-se em descrever em suas sinuosidades e detalhes os valores, comportamentos, gestos, desejos e carências de todo um grupo social dupla ou triplamente excluído, se assim for possível dizer. Portanto, não são apresentadas personagens possivelmente engajadas e

²⁹⁵ CONTRERAS, Javier Arancibia; MAIA, Fred; PINHEIRO, Vinícius. *Plínio Marcos: a crônica dos que não têm voz*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2002, p. 27.

revolucionárias, mas, por outro lado, narra-se como entre os próprios personagens excluídos são tecidas redes de dominação absoluta, sem empatia ou cooperação de qualquer tipo. Penso que ao narrar dessa maneira as relações sociais de personagens com as quais Plínio Marcos conviveu de alguma maneira, buscou-se não apenas solidificar uma memória sobre tais acontecimentos ou indivíduos apresentados a partir de outros nomes e compondo enredos ficcionais. Possivelmente estava no horizonte de Plínio demonstrar as complexidades afetivas, emocionais e libidinais que compunham aquelas relações, fazendo com que entre os “próprios excluídos” se alimentasse certos golpes. Não estava em seu horizonte produzir uma literatura engajada, de acordo com o modelo praticado por outros autores do momento cuja estética se mostrava, sob muitos aspectos, repertoriada no realismo soviético apropriado por meio de manuais de divulgação, mas também havia em Plínio Marcos um conjunto de subversões, tensões, construções estético-narrativas e visuais que permitem pensar o seu modo particular de fazer a crítica da cultura.

Sob a materialidade da língua em seus escritos se pode ler um vocabulário não oficial, não culto, não disposto a afirmar o cânone literário. Desterritorializando a língua²⁹⁶, fazendo-a tremer por dentro, a literatura pliniana se constituiu como efetiva máquina semiótica, colocando o “humano” em situações limite, sem apelos psicológicos para uma consciência passível de ser emancipada. Tomado por outra experiência, em 1958 Plínio Marcos havia escrito seu primeiro texto, a peça de teatro *Barrela*. Ao ler uma matéria de jornal que relatava o estupro sofrido por um jovem em uma delegacia de São Paulo, ele foi tomado por uma força, uma revolta tamanha que se materializou em um texto denso, rico e tenso. O título trazia uma expressão corrente no vocabulário de presidiários, uma vez que *barrela* era um termo usado para designar curra, isto é, estupro, relação sexual forçada, sem consentimento. Contava, em ato único, a história de uma noite na cela de uma prisão de São Paulo, habitada por seis homens que, entre

²⁹⁶ Desloco a partir daqui algumas problematizações e conceituações de Deleuze e Guattari acerca da literatura kafkiana para pensar o modo pliniano de construir literatura e dramaturgia. Neste sentido, mobilizo o conceito de literatura menor em suas remissões linguísticas, éticas e políticas a fim de estudar, ao longo dessa tese, uma forma de pensar a infância a partir de Plínio Marcos. DELEUZE, Gilles & GUATTARI, Félix. *Kafka: por uma literatura menor*. 1ª ed. Tradução de Cíntia Vieira da Silva. Revisão da tradução: Luiz B. L. Orlandi. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017.

suas discussões e agressões rotineiras, são surpreendidos pela prisão de um jovem de classe média preso por um motivo aparentemente banal²⁹⁷.

Mas esse acontecimento mediado pela leitura de uma matéria jornalística e o afeto produzido em Plínio Marcos, nada tem a ver com uma interiorização do mundo, uma vez que “o acontecimento que fez nascer o que no sentido estrito se entende por ‘literatura’ só é da ordem da interiorização em uma abordagem superficial; trata-se muito mais de uma passagem para ‘fora’: a linguagem escapa ao modo de ser do discurso – ou seja, à dinastia da representação – e o discurso literário se desenvolve a partir dele mesmo, formando uma rede em que cada ponto, distinto dos outros, a distância mesmo dos mais próximos, está situado em relação a todos em um espaço que ao mesmo tempo os abriga e os separa”²⁹⁸. A máquina literária, mais do que gerar uma interioridade reflexiva, conduz e atira ao *fora*, na acepção de Maurice Blanchot²⁹⁹, ao encontro radical e performático com os fluxos de pensamentos e sensações diversas, jamais representando algo, mas produzindo, fabricando. Aquele que escreve vive um momento em que está apartado, dispensado, ao passo em que esse distanciamento, esse afastamento ético termina por constituir um espaço para a elaboração de uma escrita mediada pela exterioridade que o constitui e pelas forças que o afetam. Tocado, afetado por uma imagem, por um acontecimento que se efetuou em uma espécie de travessia, um vir a ser para tornar-se outro, foi assim que Plínio Marcos tornou-se um escritor. Em sua experiência radical com o fora, com a exterioridade constitutiva de sua subjetividade, este autor pôde experimentar um gesto com a escrita, mediado pelo medo e pela revolta, mas também pela possibilidade de criação³⁰⁰.

Criar como possibilidade de transitar para outros espaços, implodindo com certos modos de ver e sentir e abrindo a possibilidade para um outro agenciamento afetivo. Afinal, a experiência do fora efetua-se como uma fuga ao sistema, como uma espécie de descodificação das linguagens que tagarelam sobre o real, nos fazendo crer em sua

²⁹⁷ ARAÚJO, Gessé Almeida. Plínio Marcos e o Teatro Brasileiro: da semente latente à consagração como auto. *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História* – ANPUH. São Paulo, julho de 2011.

²⁹⁸ FOUCAULT, Michel. O pensamento do exterior. In. *Ditos e Escritos*. Estética: Literatura e Pintura, Música e Cinema. v. 3. Organização e seleção de textos de Manoel Barros da Motta. Tradução de Inês Dautran Dourado Barbosa. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009, p. 220-221.

²⁹⁹ BLANCHOT, Maurice. *O espaço literário*. Tradução de Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Rocco, 2011.

³⁰⁰ Sobre a experiência do fora em Maurice Blanchot e Deleuze-Guattari, cf. MENDES, Sávio Damato. *Variações do fora*. Dissertação (Mestrado em Estudos Literários). Universidade Federal de Juiz de Fora, 2014.

unidade. Noutros termos, pode-se dizer do fora como “uma experiência dessubjetivadora, com o condão de arrastar o indivíduo que escreve para fora de si mesmo”³⁰¹. E isso nos permite pensar não apenas a “função política” da literatura, mas, antes disso, como nos ensina Michel Foucault, a experiência da escrita como essa dobra, esse drapeamento que constitui os sujeitos a partir da articulação com tais forças da exterioridade, promovendo o estilhaçamento do autor como autoridade dogmática e fantasmagórica, e pensando os fluxos, forças e tensões que participam dessa política de subjetivação. Literatura como máquina de expressão, forma de conteúdo, mobilizando afetações e paixões variadas na medida em que os estranhamentos e surpresas se insinuavam na materialidade da letra. Escrever para não ser mais o mesmo.

Escrever, nesse sentido, não como ato mediatizado pelo desejo de pintar um referente, construir um quadro das tensões sociais sob a égide da fidelidade autoral, mas driblar tal esquema, produzir imagens, gestos, afetos e percepções passíveis de ampliar, multiplicar as possibilidades de sentir e entrar em conexão com as singularidades ali forjadas na malha textual. A máquina literária de Plínio Marcos elaborada ali, naquelas duas ou três noites em que escreveu *Barrela*, como construção imagética, ficcional e estética sobre outros sujeitos e todo um conjunto de práticas a respeito das quais seria preciso lançar um olhar radicalmente crítico, apresentando as misérias cotidianas vividas por sujeitos considerados não dignos de protagonizar a cena teatral até aquele momento. Deste modo, pode-se pensar como o fictício “não está nunca nas coisas nem nos homens, mas na impossível verossimilhança do que está entre eles: encontros, proximidade do mais longínquo, absoluta dissimulação lá onde nós estamos. A ficção consiste, portanto, não em mostrar o invisível, mas em mostrar o quanto é invisível a invisibilidade do visível. Daí sua profunda afinidade com o espaço que, entendido dessa forma, está para a ficção como o negativo está para a reflexão”³⁰². A própria disposição espacial dos corpos das crianças e adolescentes na imagem de capa do romance *Querô – uma reportagem maldita* suscita pensar sobre os procedimentos particulares dessa ficcionalização, pois constitui, a seu modo, uma espacialidade, toda uma geografia dos afetos e tensões vividos por tais sujeitos, fosse nos espaços institucionalizados ou ainda quando estavam em liberdade pelas ruas de Santos. De um modo ou de outro, tais

³⁰¹ SANTOS, Flávio Tito Cundari da Rocha; GARCIA, Silas Sampaio; AQUINO, Júlio Groppa. Um olhar estrangeiro à literatura: Foucault, escrita, experiência. *ECOS – Estudos Contemporâneos da Subjetividade*, Ano 8, Volume 1.

³⁰² FOUCAULT, Michel. *O pensamento do exterior*, p. 225.

indivíduos precisavam se manter vigilantes, sob o risco de a qualquer momento terem suas vidas ameaçadas, machucadas. Querô dá título a um romance escrito por Plínio Marcos em 1974 com base em sua experiência como jornalista. Neste romance, conta a história de um menino cuja mãe se suicida e o deixa na porta da cafetã que a explorara por muitos anos. O menino foi criado sob violências e humilhações diárias, entrando em uma rede de marginalização e delinquência que o leva a ser apreendido na FEBEM, fugindo posteriormente e enredando-se em uma trama marcada pela tragédia da exclusão e do desamparo. O romance foi premiado em 1976 pela Associação de Críticos de Arte de São Paulo.

Deste modo, fugindo de parte da tradição filosófica que relegou o termo “ficção” ora ao esquecimento, ora tolhendo-o de sua possibilidade enunciativa e tornando-o o sinônimo de mentira, vale deslocar para esta pesquisa a indagação de Luiz Costa Lima: “em vez de a ficção ser sinônima de descompromisso, de falta de seriedade, de convite ao relaxamento, ela não se mostra como forma discursiva perturbadora da homogeneidade, da segurança e estabilidade político-cultural?”³⁰³ Ao pensar sobre o acontecimento que se efetua com Plínio Marcos e a abertura transgressora de produzir uma literatura capaz de incidir sobre a realidade, pode-se problematizar de que modo uma produção artística e cultural como a sua contribuiu para entender como os mecanismos cognitivos e sociais que participam da produção do saber indicam que o humano não conhece por “re-conhecer”³⁰⁴, mas que a criação e a ficcionalização são criações de sentidos para a experiência. E que se não estão apartadas da realidade, também não se reduzem a uma crença realista. De acordo com Costa Lima, “o ficcional literário incorpora, ainda que de maneira velada ou esotérica, parcela da realidade. Não define o grau em que o faz. Ao caracterizá-lo por esse grau, confundimos a ficção com a fantasia e, a seguir, ou a desprezamos – atitude do realista – ou a valorizamos – atitude do anti-realista –, ou seja, porque ressaltamos a subjetividade dita criadora, seja, ao contrário, porque julgamos que tal fantasia se apropria do núcleo duro da realidade. O realismo se torna o ponto de referência em torno do qual giram as opções ideológicas”³⁰⁵, as quais por sua vez tendem a contribuir para um obscurantismo de outro tipo, que

³⁰³ LIMA, Luiz Costa. *História, Ficção, Literatura*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006, p. 216.

³⁰⁴ Cf. LIMA, p. 272.

³⁰⁵ LIMA, p. 282.

dificulta mais do que abre possibilidades para pensar as tensões entre realidade e linguagem, verdade e mundo³⁰⁶. Tais questões conceituais permitem pensar uma produção dramaturgica intensa como a de Plínio Marcos e as tensões que ela provocava com os profissionais autorizados a explicar a realidade do país naquele momento.

Barrela foi uma peça de teatro elaborada sob um impulso criativo que criou, a partir daquele caso singular noticiado no jornal, toda uma teia de relações sociais que ajudava a entender como e porquê a curra, o estupro – e, por extensão, o corpo do outro e as vidas desperdiçadas – fazia parte de toda uma maquinaria do horror. Se, no “caso real”, o jovem estuprado vingou-se, posteriormente, daqueles que o haviam humilhado, matando-os, o desfecho cênico pliniano não seguiu a mesma direção. Ao seu modo, Plínio Marco deixou sua visão sobre como as tramas sociais que engendraram tais comportamentos tenderiam a se fortalecer, ampliar e continuar a reduzir existências àquela máquina de moer gente. Assim, ao traçar um breve perfil psicológico dos presidiários dessa obra, Gessé Araújo permite pensar alguns elementos relevantes na escrita pliniana: *Bereco* é a personagem líder, que detém o poder de fala e de imposição de comportamentos na convivência da cela, conseguindo o que deseja graças ao uso da força física. Mostrando-se frio e equilibrado, foi preso por ter assassinado um homem. *Portuga*, como o nome já sugere, é um português que foi preso por ter assassinado sua esposa ao suspeitar de traição. É atormentado pelas lembranças dela, acordando aos gritos durante a noite, chamando seu nome e chorando, causando tensão na cela, o que dá início à peça. *Tirica* personifica a figura do presidiário que incita brigas entre os demais, sendo provocador e violento. Entra em conflito direto com Portuga, a quem jura de morte depois que este conta para todos que ele havia sofrido estupro no reformatório quando ainda era adolescente, o que faz com que se torne objeto de riso alheio e alvo de ameaças de estupro pelos parceiros de cela, e termina matando Portuga no fim da peça. *Bahia* e *Fumaça* são personagens que exercem a função de incitadores de conflitos no ambiente: são apresentados como “cérebros doentios” que se satisfazem com a agressão, a violência e a pressão causada ali, comportando-se de modo descontrolado, com risos perturbadores que potencializam o conflito entre Tirica e Portuga, levando ao homicídio. *Louco* é o personagem que completa o grupo de incitação do ódio na cela, junto com Fumaça, Bahia e Tirica, mas suas atitudes parecem ser, na

³⁰⁶ NIETZSCHE, Friedrich. Verdade e mentira no sentido extramoral. Apresentação de Noéli Correia de Melo Sobrinho. *Comum*, Rio de Janeiro, v. 6, n. 17, p. 05-23, jul-dez. 2001.

maioria das vezes, tomadas de forma inconsciente; a repetição frenética do termo “enraba” demonstra como nesta personagem foi enfatizada a sanha e a ira dos que agem por um afeto possessivo, sem o menor reconhecimento do corpo do outro como algo digno e inviolável. Deste modo, a personagem do Louco termina tendo uma função estética e sonora na dinâmica da peça, pois parece expressar os desejos e pensamentos que habitam as subjetividades dos outros prisioneiros, mas que, por razões diversas, não eram verbalizadas diretamente por eles, embora compartilhassem um mesmo imaginário e estrutura psíquica baseada na posse e imposição do seu desejo sobre o corpo do outro. Por fim, o *Garoto* é a única das personagens que é nomeada por um nome de batismo: José Cláudio Camargo. É um jovem de cerca de 20 anos que foi preso após se envolver em uma briga de bar, chamando a atenção dos demais presidiários desde o primeiro momento que entra na cela porque estava bem vestido, limpo, perfumado. Em apenas uma noite que passou na cela, foi visto como objeto de satisfação sexual daqueles que ali já estavam, com exceção de Bereco que não se interessou, mas também não faz nada para impedir o estupro que seria realizado por Portuga, inicialmente, e depois continuado por Tirica que não consegue a ereção necessária e acaba sendo objeto do riso coletivo, gerando o estopim para o assassinato de Portuga.

BAHIA — Hóspede novo.

(A porta se abre e um rapaz bem vestido é atirado dentro da cela. Aparece uns vinte e dois anos e é um rapaz de trato. A porta se fecha atrás dele. Escuta-se o ferrolho correr. O rapaz corre até a porta, tentando forçá-la. Está muito nervoso. Os outros presos ficam só espiando os movimentos do rapaz. Ele se vira e se encosta na porta, com medo estampado no rosto. Vai examinando um por um. Depois de algum tempo, Bereco salta da cama e se aproxima do rapaz).

BERECO — Filhinho de papai.

PORTUGA — Parece uma menina.

BAHIA — Garoto bonito.

TIRICA — Agora que eu quero ver quem é macho.

FUMAÇA — Que é? Já está com ideia de jerico pra cima do garoto?

TIRICA — Não está todo mundo na pior? Vamos enrabar ele.

LOUCO — Enraba, enraba mesmo!

BERECO — Que porra! Eu não mando mais nessa droga?

(Pausa. Ele tira o garoto na pinta. Mede-o de cima a baixo).

BERECO — O que tu aprontou, garoto?

GAROTO — (Nervoso) Briguei com um cara num bar.

BAHIA — Viu? O garoto é bravo.

BERECO — Coisa à toa. Quando mudar de guarda te jogam na rua de novo.

BAHIA — Não avisou teu pai?

GAROTO — Eu, não. Se o velho sabe disso, vai ficar uma arara.

BERECO — Tem grana?

GAROTO — Estou meio duro.

BERECO — Quanto?

GAROTO — Três contos.

TIRICA — Vai entrar em vara.

FUMAÇA — Poxa, com essa pinta toda só traz pixulé! Vai se estrepar.

BERECO — Deixou a grana na carceragem?

GAROTO — Deixei.

BERECO — Vai passar pro meu nome ou precisa levar um aperto?

GAROTO — O quê?

BERECO — Vai me dar essa merda de dinheiro por bem ou por mal?

GAROTO — Pode ficar com ele.

BERECO — Quando os caras vierem aí servir o café, tu avisa pro chaveiro que me deu a grana. Tem cigarro?

GAROTO — (Tirando o maço). Pode pegar.

BERECO — Que mais tu deixou na portaria.

GAROTO — Mais nada.

BERECO — Pensa que está falando com algum otário? Te tiro na pinta, garoto. Tu é de se empetecar. Cadê anel, correntinha e outros parangolés?

GAROTO — Ficou lá também.

BERECO — E tu queria me engrupir, né?

GAROTO — Eu, não. Tinha esquecido.

BERECO — Pois é. Só que agora é tudo meu³⁰⁷.

³⁰⁷ MARCOS, Plínio. *Barrela*. São Paulo: Global Editora, s/d.

O texto teatral tem no corpo do outro sua razão de ser e o motivo de sua enunciação. Se tal produção é sempre construída para que se efetive na encenação, isto é, pela incorporação de cada palavra na estrutura dos gestos, isto significa dizer também que o teatro é mediado desde o início – na escritura – pelo jogo de presenças. No caso daquele texto pliniano estava em jogo uma leitura sobre o social, sobre um certo grupo esquecido, estigmatizado e posto à prova de todas as exclusões potencializadas em seu grau mais elevado: os prisioneiros. Mas justamente nessa cadeia de opressões as subjetividades “vitimizadas” e vampirizadas acabam por ser a linha de continuidade dos horrores e dos vícios de dominação sobre o mais fraco, o menor. A enunciação pliniana se organizava desde o primeiro texto por meio de uma certa economia da palavra, pois as falas das personagens são sucintas, nada rebuscadas, mas elaboradas a partir de uma síntese radical. Falas diretas, econômicas, mas viscerais, fortes, o que permite gerar uma expressividade sobre o cotidiano dessa parcela da população semialfabetizada, com uma cultura linguística diferenciada de qualquer desejo de língua culta³⁰⁸. Tanto o desenho das falas das personagens, como também as rubricas que permitem pensar as descrições do cenário, assim como as expressões faciais imaginadas pelo autor e compostas na relação com um silêncio incômodo, deveriam mediar e constituir o ambiente de tensão que o enredo sugeria. As rubricas, as falas e os gestos permitem pensar toda uma economia dos gestos, uma cartografia das atitudes entre corpos que se diferenciam, se digladiam e se devoram de diversos modos. Se Garoto entra na peça depois que uma tensão já havia se instalado entre os presidiários, fazia sentido compor tal personagem com frases curtas, mediadas pelo medo de dizer algo errado, fora da linha. Outro traço que permite pensar uma economia das palavras e dos gestos refere-se às ameaças constantes mediadas pelo termo “enraba” e outras expressões corporais. Os olhares dos presidiários vasculhavam os detalhes do corpo do Garoto, percebendo seus jeitos, cheiros e a possível condição social e econômica em que ele se encontraria como “filhinho de papai”. Esses traços o constituem como presa, como um corpo por meio do qual se poderia atingir um certo gozo perverso.

Um pouco adiante, chega-se na cena do estupro:

³⁰⁸ Para uma análise sobre o teatro brasileiro dos anos 1970-80, ver: GUIDARINI, Mário. *A desova da serpente: teatro contemporâneo brasileiro*. Florianópolis: Editora da UFSC, 1996, p. 35.

BERECO — Certo assim.

TIRICA — A garotinha faz boquinha de chupar ovo, ai, ai.

FUMAÇA — Como é, Bereco? Tu não acha ele no jeito? Parece uma menina.

BERECO — Não gosto de veadagem.

TIRICA — Veadagem, não. Só pra provar que o Portuga é brocha. Quer morrer de rir, é só agarrar o Garoto.

PORTUGA — Eu vou lá e desempenho. Agora, você, não sei. Só sei o que o Morcego contou.

BAHIA — Vamos ver.

BERECO — Deixa andar.

LOUCO — Enraba, enraba!

(Todos agarram o rapaz, que luta desesperadamente mas é dominado e colocado de bruços no chão. Fumaça segura um braço. Bahia, o outro. Bereco pisa nos calcanhares do Garoto).

GAROTO — (Gritando desesperado). Pelo amor de Deus! Socorro! Socorro! Pelo amor de Deus! Me soltem! Socorro!

TIRICA — (Para Portuga). Pode ir na frente, brocha.

PORTUGA — Depois quero te ver.

LOUCO — Enraba, enraba!

(Portuga entra debaixo das pernas de Bereco. Quando está quase deitando sobre o Garoto, ele grita).

GAROTO — Socorro!

(A luz se apaga. Quando a luz se acende novamente, o Garoto está jogado no chão. Tirica está sentado, triste. Os outros estão rindo).

Entre um desejo não declarado e um fracasso iminente, a luta daqueles homens se constrói a partir de referências aprendidas sobre o que é ser homem. Tal masculinidade é mediatizada pela possibilidade de impor seu poder, seu desejo contra o corpo do outro, daí justificarem-se que “enrabar” Garoto não era desejo, mas apenas porque estavam ali há muito tempo sem mulher e o rapaz se assemelhava a uma. Penso que pode ser esteticamente relevante destacar esses traços presentes na narrativa de Plínio Marcos como elementos estruturantes da tensão que segura a narrativa do começo ao fim: o medo e o poder conferido pela condição de ser homem, masculino, heterossexual, cisgênero. Trata-se de um poder que pode definir sobre a vida do outro e o corpo alheio, o que explica as ações ambivalentes de Portuga desde o assassinato da mulher pelo medo da perda da honra masculina através de uma possível traição. Mesmo o Louco parece ser um sintoma desses medos que estruturam as relações entre os homens, pois mesmo não praticando relação sexual alguma ele foi construído como uma voz associada, responsável por reforçar e multiplicar as ameaças que o poder masculino veiculava, isto é, a iminência de possuir o corpo do outro.

ESCRITA, ACONTECIMENTO, AFETO

Um acontecimento mediado pela escrita promoveu outros encontros, posteriormente quando, em 1959, no Pavilhão Teatro Liberdade, Plínio conheceu Patrícia Galvão, a Pagu. Ela procurava um jovem ator para participar da montagem de *Pluft, o fantasminha* – texto de Maria Clara Machado – e foi aquele jovem ator gago, chamado por amigos e familiares de Frajola, que acabou sendo selecionado para o espetáculo. Pagu tornou-se conhecida desde o movimento modernista dos anos 1920, como ativista crítica ao Estado Novo (1937-1945), mas também como escritora, jornalista e pela relação com Oswald de Andrade e Tarsila do Amaral. No que diz respeito à obra de Plínio, embora aquele acontecimento em 1958 tenha tornado possível um devir-escritor e a constituição de uma literatura, o que menos cabe analisar é a relação de continuidade entre a notícia narrada e a peça de teatro, por mais “realista” que ela procure ser. Não entendo que uma tendência realista seria o principal traço da escrita

pliniana, pois em relação a isso eu sugeriria como mais relevante uma força afirmativa, crítica, uma intensidade artística que foi impressa naquele texto e mobilizada em outras oportunidades, para dar a ler outros temas, sujeitos, ações e questões ainda não consideradas como “sociais”. Neste sentido, foi justamente a operação crítica e clínica de uma escritura marcada pela denúncia, o questionamento e a visibilidade de algo tão próximo, mas ao mesmo tempo tão invisível, logo, distante, que marcou o gesto artístico deste autor.

Penso que a vida, como multiplicidade de forças, possibilita invenções e agenciamentos maquínicos muito variados e, entre uma linguagem literária e uma realidade à qual ela potencialmente se “referiria”, de nada pode servir indagar sobre uma fidelidade, um laço constitutivo que permitiria ler mimeticamente uma relação originária. Tratava-se ali de um devir sem desejo algum de imitação ou representação, acorrentando a realidade em um quadro inerte que a totalizaria. Penso que, como um escritor em devir, Plínio Marcos não buscou “interpretar” realidade alguma, mas desmontar chaves de acesso à “Realidade” instituída diariamente pelos jornais, críticos, jornalistas, entre outros profissionais remunerados para tagarelar sobre o mundo. Como escritor nômade, Plínio Marcos vivenciou a experiência de um pensamento novo, se esboçando na sua irreverência, inquietação e revolta. Um pensamento correndo-lhe por entre os dedos, dando-se a ler pela junção da máquina de escrever e do papel. Máquina de máquinas: olhos, dedos, teclados, tinta, papel, letras... E um pensamento indomado.

Mas aquilo que fez de Plínio Marcos um escritor também o levou a outras zonas de tensão. O texto de *Barrela* foi rapidamente elogiado pela crítica quando Patrícia Galvão o leu e juntou-se à luta para encená-lo, o que só ocorreria em 1 de novembro de 1959, no Festival de Teatro do Estudante. Se intelectuais como Roberto Freire disseram, a respeito da obra de Plínio Marcos, que se tratava de uma espécie de arejamento no cenário cultural paulista da época, também houve um misto de surpresa e encantamento. Exemplo disso foi em 1966 quando, após assistir a montagem de *Dois perdidos numa noite suja*, a atriz Cacilda Becker proferiu o seguinte comentário: “Incrível! Você conhece dez palavras e dez palavrões, e escreveu uma peça genial”³⁰⁹. Este comentário permite perceber que a linguagem de Plínio Marcos causou estranheza. Seus personagens – que são “novos” na cena teatral – falam por meio de códigos e práticas que causam

³⁰⁹ MENDES, Oswaldo. *Bendito, maldito*: uma biografia de Plínio Marcos. São Paulo: Leya, 2009, p. 136.

estranhamento. O silêncio, assim como os gritos e as repetições, são fatores importantes em suas cenas. O desenho cênico parece ser composto por meio da estratégia das repetições aberrantes e angustiantes que se podem ver na personagem Louco, o qual, em *Barrela*, repete a todo o tempo a frase “Enraba, enraba”, ao passo que seus companheiros de cela muitas vezes ficam emudecidos, mas, paradoxalmente, parecem falar pela boca do Louco. Isto ajuda a entender que se a personagem do Louco inicialmente é mostrada como “fora da realidade” daquela cela e que seus comportamentos, olhares e gestos não se coadunam com aqueles que ainda não perderam a razão, na verdade é o contrário disso.

São sujeitos anônimos e o fato de apenas o Garoto ter o seu nome completo dito em toda a peça parece demonstrar a perda de qualquer laço de pertencimento com instituições externas à prisão, pois “o nome próprio é o atestado visível da identidade do seu portador através dos tempos e dos espaços sociais, o fundamento da unidade de suas sucessivas manifestações em registros oficiais, *curriculum vitae*, *cursos honorum*, ficha judicial, necrologia ou biografia, que constituem a vida na totalidade finita, pelo veredicto dado sobre um balanço provisório ou definitivo”³¹⁰. Mas, ao passo em que o nome tem uma função social muito específica na constituição dos sujeitos, estas personagens construídas na primeira peça teatral de Plínio Marcos deram a abertura para um processo criativo das próximas décadas em que um traço de continuidade seria justamente os tipos sociais que ele elegeria como protagonistas de suas tramas. Mesmo situadas em um momento histórico de forte “hegemonia cultural da esquerda”³¹¹, as obras de Plínio Marcos operariam a partir de outros critérios e, mesmo que seu pano de fundo fosse a “realidade brasileira”, os modos de constitui-la discursivamente em suas peças, novelas, crônicas e reportagens seria muito distinto, tanto no procedimento como no alcance social da sua narrativa.

No caso do personagem do romance de 1974, entre Querosene e Querô o adolescente prefere o segundo nome, abreviado, mas ainda assim constituindo-se como pedaço de um nome que colaram nele desde a infância e devido ao suicídio de sua mãe.

³¹⁰ BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: AMADO, Janaína e FERREIRA, Marieta de Moraes (Orgs.). *Usos & abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1996, p. 187.

³¹¹ Para uma discussão sobre a inserção social da arte no período e suas referências políticas e estéticas, ver: NAPOLITANO, Marcos. A arte engajada e seus públicos (1955-1968). *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n. 28, p. 102-124.

Trata-se então de um nome que o faz sempre rememorar uma espécie de “ausência constitutiva” e muitas vezes lamentada por ele, que não tinha ninguém para cuidá-lo, alimentá-lo e ensiná-lo algo. O nome funciona socialmente dentro de certo horizonte de vivências possíveis para o sujeito e, no caso de Querô que se chama Jerônimo da Conceição, um nome próprio tem a ver com a sua luta por ser respeitado e nomeado do modo como ele deseja. O não reconhecimento do seu nome e a quase perpetuação de sua alcunha soam como uma espécie de condenação inapelável pelos efeitos que produz: exclusão e violência física dentro e fora da FEBEM.

CONCLUSÃO

Por meio de uma breve leitura de dois textos do escritor Plínio Marcos, esbocei nesse artigo uma experimentação crítica sobre a máquina literária como produtora de um gesto ético, político e estético no mundo, permitindo construir sensações e sentidos para as relações por meio das quais certas subjetividades são construídas. Ao ler a narrativa pliniana vemos como a violência emerge em sua possibilidade radical. As misérias de todos e cada um parecem levadas às últimas consequências. A possibilidade de um humano desfazer-se gratuitamente do outro expressa sem malabarismos retóricos nem significados burilados também situa-se na obra de Plínio Marcos. *Navalha na carne*, este foi um de seus títulos que expressou bem uma criação estética marcada pela vontade de ferir, fazer doer³¹². Seria a arte uma forma de o autor rebelar-se com a própria dor para fazer doer no outro? De todo modo, penso que se tratava de produzir sensações, mas não necessariamente sob a promessa de uma consciência a ser gestada como desdobramento ou consequência. A sensação por ela mesma, em sua potência nua, crua, vívida. Irrupção do outro em cena. Emergência da alteridade na malha textual, mas também na densidade da pele de cada um. Teatro maldito. Malditos encenados, capturados, vociferados, mas jamais lamentados, pois a piedade era, para Plínio Marcos, a expressão da estupidez³¹³. Com intensidades diversas e em momentos

³¹² MARCOS, Plínio. *Teatro Maldito: Navalha na Carne; Dois Perdidos Numa Noite Suja; O Abajur Lilás*. São Paulo: Maltese, 1992.

³¹³ Numa entrevista dada à revista *Realidade* em 1970, Plínio Marcos relata sobre sua postura diante dos habitantes do mercado da cidade de São Paulo: “Ali ninguém entrega os pontos. São encardidos, sujos, cheios de perebas, fedem mais do que lixo... Os cururus estão ali. Agarrados à vida. Lutando pela glória de existir. Na vez que eu baixei lá, chegou um saco de coco duro. Podre até não poder mais. Não vinha do mercado. Veio de um armazém da redondeza. O coco veio dividido em três partes pelo lixeiro que, segundo os cururus, era legal. Com um martelo, ele quebrava os

também distintos, tanto Quêro quanto Garoto são apresentados na malha textual pliniana para pensar os diferentes atravessamentos que constituem uma subjetividade violenta, fascista, massacrada e massacrante. Para o filho da suicida apenas a vingança se apresenta como saída possível, assim como o “Garoto real” que teria inspirado *Barrela* também só pôde ver no assassinato dos seus estupradores a única forma possível de reparação.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Gessé Almeida. Plínio Marcos e o Teatro Brasileiro: da semente latente à consagração como auto. *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH*. São Paulo, julho de 2011.

BLANCHOT, Maurice. *O espaço literário*. Tradução de Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Rocco, 2011.

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: AMADO, Janaína e FERREIRA, Marieta de Moraes (Orgs.). *Usos & abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1996.

CONTRERAS, Javier Arancibia; MAIA, Fred; PINHEIRO, Vinícius. *Plínio Marcos: a crônica dos que não têm voz*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2002.

DELEUZE, Gilles & GUATTARI, Félix. *Kafka: por uma literatura menor*. 1ª ed. Tradução de Cíntia Vieira da Silva. Revisão da tradução: Luiz B. L. Orlandi. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017.

FOUCAULT, Michel. Arqueologia de uma paixão. In: *Ditos e escritos III: Estética: Literatura e Pintura, Música e Cinema*. 2ª ed. Organização e seleção de textos: Manoel Barros da Motta. Tradução de Inês Autran Dourado Barbosa. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009.

FOUCAULT, Michel. O pensamento do exterior. In: *Ditos e Escritos*. Estética: Literatura e Pintura, Música e Cinema. v. 3. Organização e seleção de textos de Manoel Barros da Motta. Tradução de Inês Dautran Dourado Barbosa. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009.

cocos. O menos podre ele punha na sua sacola. E o muito podre ficava pro cuco. Nessa hora tive um aperto no coração. Tive pena. Porém, logo tive vergonha de mim. Nojo da minha pena. Ela não servia de nada. Não mudava nada. A pena é uma coisa estúpida. É preciso ser mau, sem coração. Não estar agarrado a nada pra poder influir na ordem das coisas”. Cf. CONTRERAS et al. *Plínio Marcos: a crônica dos que não têm voz*, p. 39.

GUIDARINI, Mário. *A desova da serpente*: teatro contemporâneo brasileiro. Florianópolis: Editora da UFSC, 1996.

LIMA, Luiz Costa. *História, Ficção, Literatura*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

MENDES, Oswaldo. *Bendito, maldito*: uma biografia de Plínio Marcos. São Paulo: Leya, 2009.

MENDES, Sávio Damato. *Variações do fora*. Dissertação (Mestrado em Estudos Literários). Universidade Federal de Juiz de Fora, 2014.

NAPOLITANO, Marcos. A arte engajada e seus públicos (1955-1968). *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n. 28.

NIETZSCHE, Friedrich. Verdade e mentira no sentido extramoral. Apresentação de Noéli Correia de Melo Sobrinho. *Comum*, Rio de Janeiro, v. 6, n. 17, p. 05-23, jul-dez. 2001.

SANTOS, Flávio Tito Cundari da Rocha; GARCIA, Silas Sampaio; AQUINO, Júlio Groppa. Um olhar estrangeiro à literatura: Foucault, escrita, experiência. *ECOS – Estudos Contemporâneos da Subjetividade*, Ano 8, Volume 1.

“COM A BOCA NA BOTIJA”: UMA VIAGEM NAS ASAS DA INQUISIÇÃO PORTUGUESA DESDE SODOMA ATÉ OS TRÓPICOS

INTRODUÇÃO

Este artigo discute a presença de “amores proibidos” praticados por homens considerados “sodomitas” no Novo Mundo a partir das visitas inquisitoriais entre 1591 e 1595, evidenciando as noções discriminatórias presentes nos discursos da Escritura Sagrada e reforçados por Tomás de Aquino, a fim da condenação daqueles que pecavam contra a *natura*.

O trabalho, desenvolvido junto ao componente curricular História do Brasil I, cursado no semestre letivo 2019.1, tem como caminho metodológico pesquisa bibliográfica e análise de conteúdo em autores que se dedicaram a estudar questões ligadas à Inquisição e sodomia, como Luiz Mott, Ronaldo Vainfas, Anita Novinsky e Geraldo Pieroni.

A leitura dos autores permitiu compreender o florescer da máquina inquisitorial desde Modernidade, enquanto uma instituição moralizante movida por denúncias de terceiros, os quais ansiavam por destaques na sociedade colonial que vinha a se constituir na América portuguesa, haja vista o caráter majoritariamente denunciante da Inquisição. Possibilitou, também, entender as visitas inquisitoriais enquanto importantes documentos para se vislumbrar o cotidiano da Inquisição no Novo Mundo, os sujeitos envolvidos nas redes de relações e a sua presença na Capitania do Rio Grande. Tais fontes históricas proporcionam, dessa maneira, um olhar para a presença de nefandos nas malhas da Inquisição, na condição de pecadores durante o período colonial.

O artigo está dividido em quatro seções. Na primeira, discutimos a Inquisição enquanto instituição controladora da moral e dos costumes, ainda na Europa Medieval, a partir das concepções de Anita Novinsky (2007). Na segunda, trataremos dos sodomitas e a cidade do pecado, Sodoma, mediante a Bíblia, assim como a presença destes na Europa Moderna. Em seguida, discorreremos sobre as transladações destes para a América portuguesa, com base em Geraldo Pieroni (2000), Luiz Mott (2001) e

³¹⁴ Discente do quinto período, do Curso de História (Licenciatura), pela UFRN, CERES campus Caicó. E-mail: jvieiran00@gmail.com.

Ronaldo Vainfas (1997). Por fim, apresentamos a Inquisição e a sua passagem pela Capitania do Rio Grande, segundo Luiz Mott (1986).

A MÁQUINA INQUISITORIAL EM SUA GÊNESE E EXPANSÃO

A Inquisição portuguesa foi uma instituição Moderna que teve sua gênese nos Tribunais do Santo Ofício, agindo diretamente na vida daqueles que eram entendidos como hereges. Entretanto, apesar das fortes represálias que estes sofreram, sobretudo, no Medievo e nos primeiros tempos da Modernidade, permaneceram com seus pensamentos pecaminosos. Como aborda Anita Novinsky, a permanência da heresia, a sua continuidade, mesmo quando intensamente extirpada. Não importa a perseguição que sofrem os hereges, a heresia sempre renasce, e onde há heresia há sempre perseguição³¹⁵.

A partir do século XV, Portugal, inspirado pelos moldes medievais e espanhóis, instaurou os Tribunais do Santo Ofício, expandindo-os para os seus domínios além-mar. A máquina inquisitorial nascia em um contexto onde o Papa partilhava do seu poderio com o Estado, calcada na delação, no apoio daqueles que se colocavam à sua disposição. Dessa forma, livres de castigo, os denunciante agiam de forma descomprometida, pois tinham suas identidades preservadas na Metrópole e nas colônias.

Dentre os crimes, que eram denunciados, destacavam-se os de bigamia, sodomia, feitiçaria, bruxaria, judaísmo, muçulmanismo, blasfêmia, pertencentes a duas naturezas distintas: contra a moral e contra a fé. Aqueles que pecavam contra a fé, a exemplo dos judaizantes, muçulmanos, e luteranos, recebiam castigos mais severos como a própria pena de morte e o confisco dos bens. Entretanto, os pecadores que agiam contra a moral como os bígamos, sodomitas, e feiticeiras recebiam punições menos rigorosas. Levados pelos delatores, os funcionários inquisitoriais invadiam as residências

³¹⁵ NOVINSKY, Anita. A inquisição. 2. Ed. São Paulo: Brasiliense, 2007, p. 11.

dos que tinham sido denunciados, arrasando os seus bens, e separando os criminosos de suas famílias, segundo Novinsky (2007).

Os réus eram torturados pelos inquisidores como forma de revelação de seu suposto crime, levando-os a delatarem os nomes daqueles que lhe eram mais próximos como filhos, pais, amigos, e cônjuges, contribuindo de forma significativa para a máquina inquisitorial, que contaria com cada vez mais criminosos em suas garras. As torturas portuguesas consistiam especialmente em duas maneiras: o potro - quando o réu era colocado em uma cama, e tinha seus membros esticados - e a polé - o acusado era içado pelos braços em diferentes alturas, onde não conseguia alcançar o chão. A autora em questão, ainda expõe em seu livro “A Inquisição” (2007), que as gerações futuras destes hereges, eram marcadas socialmente com maus olhares, e afastados das atividades sociais.

Segundo Geraldo Pieroni (2000), na América portuguesa não houve um Tribunal do Santo Ofício fixo. Entretanto, não significa que a instituição não realizou seus trabalhos. A colônia portuguesa sofreu três visitas dos agentes inquisitoriais advindos de Portugal: na Bahia, Pernambuco, e Grão-Pará, em consequência, a população permanecia em um estado de pânico generalizado, o que levava, inclusive, a inúmeros atos de delação, e na maioria dos casos investigados, era resultado de delações de próprios parentes, amigos, ou vizinhos. A Inquisição trabalhou de maneira considerável na vida dos colonos, sob a principal figura do visitador Heitor Furtado de Mendonça entre 1591 e 1595, registrando ocorrências como: bigamia, sodomia, feitiçaria, judaísmo e luteranismo.

OS SODOMITAS DE SODOMA

Mesmo antes de Sodoma - entendida, por muitos, enquanto o berço das práticas conhecidas atualmente como homoafetivas, - os nefandos já habitavam o Ocidente desde a Antiguidade Clássica, onde era comum que a sociedade assistisse relações entre mestres e discípulos unidos para fortalecer os seus laços, e assim melhorar os

aprendizados, em atos de pederastia³¹⁶, como compreende a historiadora Maria Regina Candido (2014). Também se fazia recorrente o incentivo de tais relações, bem como o gozo social para com os mesmos. Desta forma, Candido, expõe que, na sociedade ateniense, por exemplo, tais relações entre homens mais velhos e adolescentes, chegavam a ser incentivadas, pois estavam inseridas diretamente em uma lógica pedagógica. A autora ainda apresenta que era função do homem mais velho encontrar a alma daquele que estaria sendo temporariamente o seu parceiro, caso procurasse apenas a satisfação da carne, o mais maduro chegava a ser criticado por tal ato.

A melhor compreensão acerca da trajetória dos sodomitas, decorre da gênese do conceito de sodomia, assim como a presença de tais práticas em narrativas bíblicas. Contudo, tendo em vista as ocorrências em diferentes passagens do Livro Sagrado, o estudo atual, concentra-se na história de Ló. A palavra sodomia, deriva da Bíblia, sendo utilizada para referir-se aos moradores de Sodoma (atualmente as áreas onde existiu a cidade de Sodoma, correspondem a locais inundados pelas águas do Mar Morto). Segundo o texto bíblico, chegaram a Sodoma, dois homens - os mesmos eram anjos enviados por Deus-³¹⁷, sendo Ló, o escolhido para recebê-los em sua casa, este, por sua vez ofereceu refúgio e comida fazendo valer a lei da hospitalidade, a qual era extremamente preservada na sociedade hebraica (sociedade de que Ló descendia). Os anjos, aceitaram por sua vez a proposta do homem, e partilharam do seu pão, entretanto, antes que os enviados por Deus fossem deitar, todos os homens da cidade rodearam a casa de Ló, e gritando, reivindicavam que ele os apresentasse a tais homens, para que pudessem conhecê-los³¹⁸ no sentido sexual³¹⁹.

Contudo, o anfitrião, conhecendo previamente as intenções de seus conterrâneos, para com os seus convidados, pediu para que não os fizessem,

³¹⁶ Candido compreende que o termo pederastia, é derivado da união dos termos gregos *paides* correspondente à menino e *erastes* como alguém que cuida de jovens. Segundo a autora, os cidadãos, aqueles que detinham poder político, eram os responsáveis pela educação dos mais novos, através da articulação das palavras (CANDIDO, 2014).

³¹⁷ “Ao anoitecer, vieram os dois anjos a Sodoma, a cuja entrada estava Ló assentado; este, quando os viu, levantou-se e indo ao seu encontro prostrou-se rosto em terra” (BÍBLIA SAGRADA, Gênesis, 2011, p. 17).

³¹⁸ Nas escrituras sagradas, o termo “conhecer”, referia-se ao ato sexual. A narrativa de Ló, evidenciava que estes sodomitas (homens de Sodoma), queriam ter relações sexuais com os anjos divinos, entretanto, o escolhido do Senhor preferiu oferecer suas filhas para que esses tivessem suas relações, em uma verdadeira orgia.

³¹⁹ “Mas, antes que se deitassem, os homens daquela cidade cercaram a casa, os homens de Sodoma, tanto os moços como os velhos, sim, todo o povo de todos os lados.” (*Ibidem* p.17).

oferecendo no lugar dos anjos, suas duas filhas que ainda eram virgens, e não haviam conhecido homem algum. Relutantes, os sodomitas de Sodoma não aceitaram a proposta de Ló. Em resposta, os anjos lançaram uma cegueira em todos aqueles que ali estavam³²⁰ e ordenaram que o homem, assim como sua família abandonassem a cidade, pois Deus lançaria a destruição. E assim fez Deus, conduzindo Ló e a sua família para a cidade de Zoar³²¹, fazendo cair uma chuva de fogo e enxofre, às cidades de Sodoma e Gomorra³²².

A partir de tal história, é possível perceber que o discurso construído acerca do real pecado de Sodoma, foi deturpado ao longo da própria construção do Livro Sagrado, emergindo em outros momentos bíblicos com diferentes concepções, dentre as quais, a falta de justiça social nas cidades do pecado (Isaías 1:10)³²³, e a soberba (Ezequiel 16:49)³²⁴. Somente na Epístola de Judas³²⁵, é que a destruição de Sodoma aparece enquanto um pecado sexual. É notório que a manifestação da narrativa de Sodoma teve um foco diferente daquele que requer importância mais urgente, a violência sexual proposta pelo próprio Ló em relação às suas filhas que seriam entregues para todos os homens da cidade. Logo, as futuras expressões discriminatórias apropriadas pela Inquisição, começam a partir da descentralização, quando as autoridades eclesásticas perceberam o pecado na atitude dos homens, ao invés da atitude de Ló para com suas filhas.

Vale salientar, ainda, que as práticas sodomíticas, estavam relacionadas à religião no culto à deusa Cibele. Neste, faziam-se presentes rituais de orgias e, bacanais, inseridos, nestes momentos, relações sexuais homoafetivas masculinas e femininas,

³²⁰ “E feriram de cegueira aos que estavam fora, desde o menor até ao maior, de modo que se cansaram à procura da porta.” (*Ibidem*, p.17).

³²¹ “Apressa-te, refugia-te nela; pois nada posso fazer, enquanto não tiveres chegado lá. Por isso, se chamou Zoar o nome da cidade.” (*Ibidem*, p.18).

³²² “Então, fez o Senhor chover enxofre e fogo, da parte do Senhor, sobre Sodoma e Gomorra.” (*Ibidem*, p.18).

³²³ “Ouvi a palavra do Senhor, vós poderosos de Sodoma; prestai ouvidos à lei do nosso Deus, ó povo de Gomorra.” (BÍBLIA SAGRADA, Isaías, 2011, p.632).

³²⁴ “Eis que esta foi a iniquidade de Sodoma, tua irmã: Soberba, fartura de pão, e próspera tranquilidade teve ela e suas filhas; mas nunca amparou o pobre e o necessitado”. (BÍBLIA SAGRADA, Ezequiel, 2011, p.735).

³²⁵ “como Sodoma e Gomorra, e as cidades circunvizinhas, que, havendo-se entregue à prostituição como aqueles, seguindo após outra carne, são postas para exemplo, do fogo eterno, sofrendo punição.” (BÍBLIA SAGRADA, Judas, 2011, p.1106).

assim como relações sexuais com mulheres em período de menstruação. Ocorriam diretamente referências à adoração de deuses pagãos, o que se apresentava enquanto uma prática extremamente condenada por estar direcionada aos costumes de idolatria-conforme o que enuncia Luiz Mott (1986), trata-se, aqui, da condenação da idolatria dos pagãos, cujos rituais incluíam a presença de prostitutos sagrados, sacerdotes e deuses que tinham no homoerotismo a realização de nobres ideais de piedade e virtude³²⁶. Tal afirmativa evidencia, mais uma vez, enquanto uma das possíveis explicações para a destruição de Sodoma, a qual diferisse diretamente daquela entendida por Judas em sua Epístola e apropriada pelos Tribunais do Santo Ofício.

Segundo Luiz Mott, em *A revolução homossexual: o poder de um mito* (2001), a herança preconceituosa, reside na tradição judaico-cristã. Logo, a sucessão dos tempos fez com que a discriminação ocupasse a mentalidade das pessoas tendo como pressuposto uma base “religiosa”,

[...] nossa intolerância anti-homossexual tem suas raízes na tradição judaico-cristã, que desde cedo percebeu o caráter ameaçador, político e revolucionário da homossexualidade, daí transformar o sexo e amor entre pessoas do mesmo gênero em crime abominável e o mais detestável de todos os pecados. (MOTT, 2001, p.41-42)

Para além das raízes discriminatórias, presentes na ideologia judaico-cristã, Mott (2001) ainda revela que para os hebreus, - povo ao qual Ló pertencia-, a condenação de tais práticas apresenta-se mediante o desperdício de dois progenitores, que abdicam de sua posição de homem, dominador, mediante o caráter pró-natalino³²⁷ de tal sociedade. Nesta, o sêmen deveria ser guardado apenas para a fecundação, logo, para homens como estes que desperdiçavam seus líquidos vitais um com outro, eram atribuídas às suas atitudes homossexuais maiores recriminações, onde estas passaram a ser mais obsessas do que atos como a masturbação, visto que o onanismo tratava-se de apenas um e não de dois homens. Cada gota de esperma desperdiçado passou a constituir

³²⁶ MOTT, Luiz. *A Revolução Homossexual: o poder de um mito*. Revista da USP, v. 49, p. 38-50, 2001.

³²⁷ Para Mott (2001), o caráter pró-natalino presente entre os hebreus configurava-se mediante a promessa que Deus havia selado com Abraão em dar-lhe tantos filhos como as estrelas do céu. Deste modo, práticas como a masturbação e os sexos homossexuais eram extremamente abolidos neste contexto haja vista a importância do líquido sagrado, o qual deveria ser preservado somente para o coito, com um único objetivo, a fecundação.

verdadeiro crime de lesa-nacionalidade, pois todo sêmen deveria ser depositado no único receptáculo capaz de reproduzir um novo ser humano: o vaso natural da mulher³²⁸.

Apesar das constantes e fortes represálias que a Igreja católica realizava para com os sodomitas, por muito tempo na Idade Média, Mott (2001), apresenta que tais ocorrências eram frequentes entre os eclesiásticos dos mosteiros e ordenações religiosas. Logo, para que tais práticas fossem abolidas da comunidade era recomendado que estas fossem antes extinguidas primeiramente dos abrigos dos eclesiásticos. Um clero homossexual coloca em xeque a própria seriedade da vida monástica, por trazer o pecado da sensualidade para dentro das dependências religiosas³²⁹.

FANCHONOS IBÉRICOS

Pieroni (2000) se vale de “fanchono”, -vocábulo português- para se referir aos sodomitas. Em virtude das condenações por suas práticas entendidas enquanto pecaminosas, o amor sodomítico era definido enquanto pecado contra a *natura*, como acreditava Santo Agostinho. O tal pecado era tão condenado, que as pessoas procuravam evitar ao máximo a pronúncia do mesmo, sendo designado às vezes como “o pecado”, o destino de tais criminosos era o degredo para as colônias lusitanas ou para o trabalho nas galés.

O autor em discussão, classifica os fanchonos ibéricos, enquanto geralmente jovens (menos de 25 anos), correspondiam à pajens e principalmente estudantes de ordenações religiosas, estes sofriam discriminações, sendo alvo de chacotas e zombarias. A eles, eram atribuídas culpas as quais os mesmos não possuíam, a exemplo das próprias complicações no percurso do Velho para o Novo Mundo nas embarcações, os quais haviam sido destinados. Dentre os nefandos portugueses, alguns assumiam

³²⁸MOTT, Luiz. A Revolução Homossexual: o poder de um mito. Revista da USP, v. 49, p. 38-50, 2001.

³²⁹ MOTT, Luiz. A revolução homossexual: O poder de um mito. Revista USP, n. 49, p. 40-59, 30 maio 2001.

títulos referentes ao sexo oposto como, Isabel do Porto, a Cardoso, a Turca, a Bugia da Alemanha³³⁰.

Havia ainda uma considerável desigualdade social presente também nas ocorrências nefandas, os mais afortunados além de disporem de “conforto” em seus encontros, não tinham tanta perseguição e reprovação social e religiosa quanto os menos afortunados. Os sodomitas mais velhos, por vezes, possuíam seus próprios locais de encontros devassos, promovendo reuniões para outros pederastas. Como expõe Pieroni a respeito de Simão Gomes.

[...]era um sodomita alcoviteiro profissional. Além de ser condenado como “agente e paciente”, foi também punido por ter transformado sua residência num ponto de “encontro devasso”. No auto-de-fé do dia 25 de junho de 1645, Simão foi condenado em seis anos às galés. (PIERONI, 2000, p. 141)

A partir da ocorrência de Simão Gomes, é possível inferir características acerca das práticas sodomíticas, como as denominações que os sujeitos performavam no coito, sendo o que hoje são considerados, ativos correspondiam aos agentes, e os passivos, pacientes. As relações de poder, foram discutidas amplamente por Mott (1986), onde faziam-se necessários certos mecanismos os quais possibilitassem os encontros, a exemplo de Simão Gomes, este se valia de sua moradia para utilizá-la como local de encontro entre os seus iguais.

NEFANDOS NO NOVO MUNDO

Quando desembarcaram na Terra dos Papagaios, os colonos portugueses traziam consigo ideais discriminatórias contra os fanchonos, culpando os degredados pelos perigos e temores que assolavam o trajeto de Portugal aos Trópicos. Entretanto, no desembarque em terras americanas, os lusitanos também se depararam com as práticas nefandas entre os nativos, como também entre os cativos africanos. Em relação aos povos originários, Luiz Mott em *Escravidão, Homossexualidade e Demonologia* (1988) aborda que as ocorrências sodomíticas eram presentes em grupos como:

³³⁰ (PIERONI, 2000, p.143, apud VAINFAS, 1997, p. 157).

Nambikeraara, Guaiakil, Tapirapé. As ocorrências deste pecado, também estavam entre os africanos, como entre os Daomeanos, Ila, Lango, Nama, Siwan, Tamala, Thonga.

No imaginário popular, pairava a ideia de que no Novo Mundo as representações e variações sexuais seriam mais livres, de fato em alguns casos, eram, como nas ocorrências de amancebo, adultério e bigamia. Contudo, a Terra dos Papagaios não era tão colorida assim para os fanchonos ibéricos, os quais foram enviados para o Novo Mundo degredados, estes sofrendo as repressões às quais também eram submetidos no Velho Mundo. Desta forma, em virtude da variedade de grupos que se faziam presentes na Terra de Vera Cruz, as estimativas acerca destes, variavam muito em relação há quem estivesse estudando. Logo, Mott (1988) evidencia ainda, as porcentagens daqueles sodomitas mediante suas variações de cor da pele, assim, percebem-se a predominância dos brancos (60,7%), em seguida os mestiços (24,3%), negros (9%) e indígenas (6%).

O autor ressalta que o abuso de poder era frequentemente recorrente nestas relações, o sodomita branco valia-se de sua condição social superior para forçar os seus inferiores à cometerem o crime nefando, assim, em virtude do contexto opressor que os sodomitas estavam submetidos, o sigilo era uma das principais ferramentas para que as relações prosperassem. Caso algum subalterno provasse que o seu senhor estava cometendo o crime de sodomia, poderia leva-lo à morte na fogueira.

A INQUISIÇÃO NO RIO GRANDE DO NORTE

Após a instauração do Tribunal da Santa Inquisição em Portugal no ano de 1536, o que hoje equivale ao Rio Grande do Norte também foi alvo dos olhares da temida instituição que atormentou tantos subversivos. Apesar de não ter um Tribunal instaurado na porção nordeste da América portuguesa, a Inquisição não deixou de aterrorizar esta localização do Novo Mundo com suas visitas a partir de 1591, degredando e matando os habitantes da colônia.

Ainda que estivessem concentradas nas Capitanias mais povoadas e prósperas, as visitas também ocorriam nas áreas periféricas, tendo em vista os aliados da Inquisição, os quais estavam dispersos entre os colonos. Logo, Mott em *A Inquisição no*

Rio Grande do Norte (1986), argumenta que era de praxe durante a quaresma, a denúncia de muitos dos criminosos. O “processo da denúncia” segundo o autor, basicamente consistia em um padre que era informado da ocorrência de crimes contra a fé ou moral, e este enviava a denúncia para algum Comissário, o qual remeteria uma carta para Lisboa contendo a delação.

Ser ‘dedo-duro’ devia tentar muita gente como meio mais fácil de fazer fortuna graças à desgraça alheia³³¹. Desta forma, Luiz Mott revela que nas terras onde hoje se localiza o Rio Grande do Norte, foram encontradas quatro denúncias das imoralidades e irreligiosidade daqueles que aqui viviam. Os documentos remetiam o período de 1750-1765 na cidade de Natal, e retratavam denúncias feitas à quatro funcionários eclesiásticos, dentre eles padres e frades. Entretanto, destaca-se que não foi encontrada nenhuma ocorrência do pecado de sodomia, na época, na capitania do Rio Grande.

A respeito das denúncias, convém destacar a do padre Manuel Cardoso Andrade, nascido em 1699. O padre que também era Vigário da Freguesia de Nossa Senhora da Apresentação foi acusado de ter feito propostas indecentes a sete mulheres na hora da confissão, como a parda Maria José de Barros.

[...] solteira, que acusou o vigário de tê-la mandado ir buscar o atestado de sua confissão quaresmal em sua casa, na Rua dos Guardais, em vez de entregá-lo na própria Igreja. Lá chegando o sacerdote lhe disse que daria o atestado “quantas vezes quisesse ter cópula com ele”. Necessitada do atestado e tentada pelo Demônio, Maria José confessou que manteve duas relações com o Pároco, marcando os encontros na Tribuna da Capela Santana. (MOTT, 1986, p. 1)

Por meio do caso de Maria José de Barros, Mott (1986), possibilita a compreensão acerca das irreligiosidades as quais os comuns estavam expostos, inclusive os clérigos, haja vista a denúncia de Maria José Barros se deu acusando o pároco da cidade. A ocorrência é classificada pelo autor como crime de solicitação³³², onde o líder religioso se vale da sua condição relativamente próxima a comunidade para solicitar aquelas que lhe convém.

³³¹ MOTT, Luiz. *A Inquisição no Rio Grande do Norte*. O Poti, Natal, 13 jul. 1986, p. 1.

³³² MOTT, Luiz. *A Inquisição no Rio Grande do Norte*. O Poti, Natal, 13 jul. 1986, p. 1.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do presente estudo, compreende-se que a trajetória dos praticantes do amor nefando foi marcada por uma compilação de discriminações e represálias, atingindo a sua extremidade com a morte na fogueira. Entretanto, com base nos pressupostos do historiador e antropólogo Luiz Mott, é nítido que apesar de toda a diferença praticada com aqueles que sempre quiseram viver com o mínimo de respeito tem uma bagagem calcada em fundamentos bíblicos deturpados. Dessa forma, cabe à sociedade reconhecer a dívida social que a mesma carrega desde os tempos de Sodoma, como forma de abrandar tanto sofrimento causado por tanto tempo, a tantos inocentes.

Portanto, a História da Homossexualidade é muito mais que a história do sexo, seja ela produzida pelo viés religioso ou não. Logo, a História que devemos escrever, deve revelar atitudes e práticas sociais, vínculos de amizade, emoções e desejos dos homossexuais como algo natural. E, indubitavelmente, devemos evidenciar como a História está ligada às instituições, aos discursos de controle, aos quais colocaram a homossexualidade em um lugar de pecado ou comportamento incivilizado.

REFERÊNCIAS

BÍBLIA SAGRADA. Gênesis. Tradução de João Ferreira de Almeida. 2 ed. São Paulo: Sociedade Bíblica do Brasil, 1988-1993. p. 17-18.

_____. Isaías. Tradução de João Ferreira de Almeida. 2 ed. São Paulo: Sociedade Bíblica do Brasil, 1988-1993. p. 632.

_____. Ezequiel. Tradução de João Ferreira de Almeida. 2 ed. São Paulo: Sociedade Bíblica do Brasil, 1988-1993. p. 735.

_____. Judas. Tradução de João Ferreira de Almeida. 2 ed. São Paulo: Sociedade Bíblica do Brasil, 1988-1993. p. 1106.

ESTEVES, A. A. M.; CANDIDO, M. R. **Pederastia: ritual de passagem na formação do jovem cidadão ateniense.** In: Anderson Martins Esteves; Katia Teonia Azevedo; Fabio Frohwein. (Org.). Homoerotismo na Antiguidade Classica. 1ed. Rio de Janeiro: UFRJ, 2014, v. 1, p. 45-60.

MOTT, Luiz. **A Inquisição no Rio Grande do Norte**. O Poti, Natal, 13 jul. 1986, p. 1.

_____. **A Revolução Homossexual: o poder de um mito**. Revista da USP, v. 49, p. 38-50, 2001.

_____. **Escravidão, homossexualidade e demonologia**. São Paulo: Ícone, 1998.

NOVINSKY, Anita. **A Inquisição**. 11. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 2007. p. 103.

PIERONI, Geraldo. **Sodomia & Cia**. In: Os Excluídos do Reino. 1. ed. Brasília, 2000. p.133-146.

VAINFAS, R. **O nefando e a colônia**. In: Trópico dos pecados. 2. ed. Rio de Janeiro. 1989. p. 151-166.

“OS DIREITOS QUIMÉRICOS DA LIBERDADE CONTRA O TRONO DO ESTADO E DA RELIGIÃO”: AS BASES DA ESCRAVIDÃO E DOMÍNIO DOS CORPOS NEGROS A PARTIR DO DISCURSO RELIGIOSO NO BRASIL IMPÉRIO (SÉCULO XIX)

Matheus Costa da Silva³³³

Pedro Gabriel dos Santos Silva³³⁴

INTRODUÇÃO

Ao centrarmos a discussão do presente artigo no processo de escravatura e exploração do homem enquanto um produto a ser comercializado, torna-se perceptível, e historiograficamente comprovado, que a escravidão não foi um fenômeno exclusivo do contexto de expansão colonial europeia a partir dos séculos XV e XVI nos primórdios da conquista da América inglesa³³⁵, espanhola e portuguesa. Tal fenômeno se projetou como um arquétipo através do tempo. Há relatos desde a Antiguidade Clássica, Atenas é um exemplo de adoção desse sistema, perpetuando-se na Idade Medieval. Findando em sua intensificação no período colonial através da conectividade mundializada por meio do Oceano Atlântico³³⁶, e sobrevivendo a contextualização histórica de uma Europa Renascentista e Iluminista, repercutindo de maneira mais sutil hodiernamente. Não obstante, em cada uma dessas temporalidades o processo escravista se desenvolverá adequando-se a realidade vigente, a partir de legislações, políticas e mentalidades, ambas, com interesses muito específicos. Porém, em sua essência torna-se a mesma, ou seja, um indivíduo subjugando o seu próximo a partir da imposição de poder.

Após essa breve contextualização, é cabível citar que não faz parte dos objetivos do presente trabalho analisar o fenômeno de comercialização de gentes através da

³³³ Graduando (UFRN). E-mail: matheuscostacs@gmail.com.

³³⁴ Graduando (UFRN). E-mail: gabrielpedrodss@gmail.com.

³³⁵ Para aqueles que desejam maior aprofundamento sobre o tema, a historiadora Susan-Mary Grant traz uma análise sobre as condições de colonização e escravidão nas colônias inglesas, especialmente na atual Virgínia, em sua obra “*História concisa dos Estados Unidos da América*” (2014).

³³⁶ Discussão explorada pela Suely Creusa Cordeiro de Almeida, em seu artigo “*Atlântico e o comércio negreiro*”, presente na obra “*Atlântico: a história de um oceano*” (2013).

história. Contudo, focaremos o recorte temático a ser discutido nas fundamentações basilares que calcaram a colonização e exploração luso-brasileira desde a substituição da mão-de-obra indígena (livre ou escrava), dando início à inserção dos africanos em todas as bases do processo explorador colonial, fazendo com que estes estivessem cada vez mais presentes em todas as etapas que mantinham todo o sistema econômico da colônia, no que tange desde o plantio da cana-de-açúcar a produção do açúcar e seus derivados. Assim, centrando o bojo da discussão referente à escravidão africana nas colônias portuguesas da América e a demasiada presença do escravo negro – advindos dos portos da África subsaariana³³⁷ – na formação religiosa, cultural e étnica do Brasil colônia, e por fim, suas respectivas reflexões na perspectiva da realidade contemporânea.

Problematizando a formação de uma sociedade altamente sustentada através da escravidão negra, enraizada na desumanização de seus protagonistas, já antes supracitados, ao longo da história do Brasil. Fazendo pois, com que desenvolvêssemos uma sociedade alicerçada na marginalização e descaracterização do negro enquanto um ser humano – e todos os referenciais tocantes as suas derivadas contribuições à miscigenação nacional –, inserida em um contexto de constantes políticas racistas³³⁸, abraçadas pela mentalidade da população hodierna.

Desta feita, o nosso *corpus documental* será baseado no relato de Dom José Joaquim da Cunha de Azeredo Coutinho³³⁹ (1742 – 1821), presente em sua obra “*Concordancia das Leis de Portugal, e das Bullas Pontificias, das quaes humas permitem a escravidão de pretos d’ Africa, e outras prohibem a escravidão dos índios do Brazil*”, publicada no ano de 1808. Na qual Coutinho trará prerrogativas religiosas para legitimar a contínua escravização dos “pretos d’ Africa” no Brasil, indo contra as políticas

³³⁷ Vindos principalmente da Nigéria, Daomé (atual Benin), Angola, Congo e Moçambique.

³³⁸ Pesquisas acerca de políticas de embranquecimento e marginalização de negros na História do Brasil geram amplos debates na atualidade. Uma importante discussão trazida pela Revista *Geledés* sobre o tema, em uma publicação do ano de 2014, presente no site: https://www.geledes.org.br/pesquisa-analisa-racismo-no-brasil/?gclid=Cj0KCQjwmPPYBRCgARIsAL0ziANG9_XgWrh9_WgsCewZC96GnXebbUxB3PYCsecMe0O58T2OY0Wk_PgaAhX0EALw_wcB.

³³⁹ Membro da família tradicional do Rio de Janeiro ligada aos nobres portugueses, exercendo o cargo de Bispo de Pernambuco do ano de 1794 a 1802. (BRAZ; CONTI, 2013).

abolicionistas³⁴⁰ que já tinham suas primeiras manifestações dentre alguns países da Europa ocidental - cita-se a Inglaterra durante a pré-revolução industrial.

Norteando o desenvolvimento da dissertação sobre os principais aspectos religiosos que serviram como impulsionadores da escravização africana em solo nacional, legitimando a desumanização dos corpos negros baseando-se na prerrogativa, dita divina, das cores de suas peles como sendo símbolos de pecado e de associações religiosas críveis ao demônio; ou seja, a escravidão seria uma forma final de excomungar os pecados carnis destes povos. Associando-se assim, as fundamentações da fé as contribuições econômicas e políticas da colônia em benefício frente à exploração do negro dentro do recorte temporal já apresentado. Contudo, para reforçar a exaltação da temporalidade escolhida, trabalharemos os primeiros momentos da colonização do século XVI abordando a transição da mão-de-obra indígena para a africana (a partir da década de 1570), e seu desenrolar nos meados dos séculos XVII e XVIII. Dissertando no tangente aos principais aspectos religiosos, econômicos e políticos que pautam sobre a inserção do africano nas bases da sociedade colonial para, ao fim, explicar o porquê do posicionamento de José Joaquim da Cunha de Azeredo Coutinho, no início do século XIX, frente às políticas abolicionistas.

Demais, em uma breve, porém concisa conclusão crítica, abordaremos uma problematização sobre todo o assunto supracitado no decorrer da dissertação do presente trabalho, adicionando-se a uma reflexão sobre a empreitada expansionista colonial e seus impactos arraigados na contemporaneidade.

Ressaltando, que é essencialmente plausível estudar-se o tema proposto tendo em vista o fato de que, de acordo com dados do IBGE³⁴¹, o Brasil foi o segundo maior importador de escravos no mundo, estimando-se um total de 3.600.000 escravos transportados da África para o Brasil entre os séculos XVI e XIX. Estabelecendo índices populacionais de africanos muito maiores do que os brancos europeus responsáveis pelo controle legislativo da colônia. (JESSEN, 2001.)

³⁴⁰ No tocante a movimentos abolicionistas no Brasil, intercambiando na área da sociologia, tem-se a tese de doutorado da Gabriela Pereira Martins (2017). Na qual a autora trabalhará os movimentos pós-abolicionistas ocorridos no Brasil no recorte temporal de 1888 a 1889, em conjuntura com todo o sistema socioeconômico vigente.

³⁴¹ Dados disponíveis em <https://brasil500anos.ibge.gov.br/territorio-brasileiro-e-povoamento/negros.html> (Último acesso em 27/01/2020 às 9h11m a.m.)

Segundo Tina Gudrun Jesen (2001), os processos de hibridização e contatos étnicos tiveram início a partir do primeiro contato luso-brasileiro, no ano de 1500. Reverberando uma junção de costumes, no decorrer do processo colonizador contínuo até a formação pluriétnica do território nacional de que temos conhecimento.

E apesar do Brasil ser um país altamente miscigenado, cria-se a falsa ilusão de igualdade racial, na qual mais acertadamente vivemos uma “democracia racial”. Contudo, os negros africanos e o afro-brasileiros vêm sendo marginalizados historicamente, e um dos aspectos mais presentes na realidade atual situa-se concentrado na demonização das religiões afro-brasileiras, a exemplo da Umbanda e Candomblé³⁴², formadas através da hibridização entre crenças africanas em junção com a realidade da fé cristã – um clássico exemplo do que pode ser interpretado também como uma resistência. Subjugadas ao paganismo e atribuídas a crenças satânicas pela presença de traços negros³⁴³ em sua emersão. Então, pesquisar sobre as raízes de introdução do escravo africano na colônia brasileira, explorando os principais aspectos relacionados às condições dos escravos diante a realidade colonial, é trabalhar diretamente com a formação étnica do Brasil através do tempo; seja ela religiosa, cultural, social ou política.

ANÁLISE DA FONTE

Previamente a início da defesa da dissertação, se torna necessário, visando reforçar o nosso argumento, trazer as assertivas de Dom José Joaquim da Cunha de Azeredo Coutinho na obra anteriormente mencionada, na qual o mesmo irá trazer

³⁴² Trazendo a forte presença do preconceito religioso para a discussão atual, citando-se novamente a revista *Geledés*, temos um artigo de 2015, intitulado “*Orgulho e Preconceito: as Religiões Afro-brasileiras*”, abordando questões tocantes ao preconceito racial manifestado através de crimes de ódio contra religiões de matrizes africanas. Presente no site: <https://www.geledes.org.br/orgulho-e-preconceito-as-religoes-afro-brasileiras/>.

³⁴³ Exemplifica-se o culto a *orixás* e *voduns*, explicadas por Jensen como: “Orixás e Voduns são divindades dos grupos da Nigéria e Benin que falam Yorubá e Jeje. Na África cada divindade preside um aspecto da natureza e uma família em particular. No Brasil, como a escravidão dividiu as famílias, eles se tornaram protetores dos indivíduos. O ponto central das religiões afro desenvolvidas no Brasil eram as festas para os Orixás e Voduns, que envolviam possessões de divindades e sacrifícios de animais.” (JESSEN, 2001, p. 2).

referenciais religiosos, políticos e elitistas para refutar a proibição do comércio e escravização dos negros africanos, alegando que:

(...) Elles temendo o justo castigo das Leis contra os Novadores, e Perturbadores do socego, e da tranquillidade pública, se fingirão amigos dos Negros da Costa d' Africa, para assim ao longe, e por caminhos tortuoso, debaixo da mascare de gritarem contra o Commercio do resgate dos escravos da Costa d' Africa atacarem a justiça das Leis, que o-permittem, e em consequência irem destruindo toda a autoridade delas, e aniquilando o respeito, e a obediência, que se lhes-deve (...) (COUTINHO, p. 4, 1808.)

Defendendo a contínua exploração das gentes da África, para benefício de “seus concidadãos”.

Utilizando da força que lhe concebida pelo poder e influência da igreja para exaltar seu asco direcionado aqueles que iam contra as leis divinas e estatais de direito “natural” do homem branco e cristão de subjugar o negro que é “preto como o pecado”, visando à excomunhão de pecados, afirmando assim:

(...) eu authorizado pela Religião, e pelo Estado para fazer tranquilizar as consciências dos meus Diocesanos, e trabalhar para o bem de todos os meus Concidadãos, levante também a voz contra huma Seita de Hypocritas, que debaixo do pretexto de defender os direitos quiméricos da Liberdade, e da Humanidade, se tem mostrado inimigos dos Tronos, e da Religião, armando os seus mesmos Concidadãos huns contra os outros, rasgando o seio da mesma Patria que lhes deo o ser. (COUTINHO, p. 3, 1808.)

Desta feita, se faz necessário uma construção histórica para uma melhor contextualização do ponto defendido por Azeredo, facilitando assim, a compreensão de seu discurso, ainda muito forte em início do século XIX (ano de 1808), quando sua produção literária foi publicada.

Para tal, saindo do século XIX, temos que voltar ao tempo indo aos primórdios da colonização portuguesa em terras brasileiras, para enfim, projetar através da discussão aqui presente, as bases expansionistas coloniais que calcaram o discurso dominador europeu de conquistador e genocida de populações indígenas e africanas para mantimento comercial pelo Oceano Atlântico.

A partir de 1500, norteando os primeiros contatos étnicos entre lusitanos e nativos indígenas, seguindo pelo viés de Luiz Felipe de Alencastro (2000), as relações entre trabalho e exploração da terra desenvolveram-se em colaboração mútua de trocas comerciais – o escambo de bens importados – entre portugueses e chefes de aldeias indígenas. A estes segundo caberia o fornecimento de mão-de-obra – em sua maioria em forma de reféns resultantes de guerras entre tribos – em troca do fornecimento de produtos importados do ocidente europeu. Movendo a extração do pau-brasil, plantio de cana e produção do açúcar.

Fazendo-se necessário a construção de uma política indigenista³⁴⁴ para regimento burocrático de como seria prosseguido o contato e o estabelecimento português em solo brasileiro. Estando o controle das alianças entre ambas às partes a início da colonização ligadas a administração jesuíta, ou seja, o ato da colonização iria além de uma ideologia política e econômica, atingindo o tocante da fé cristã desenvolvendo-se no quesito de dominação territorial e conversão religiosa.

Não obstante, as principais formas de obtenção de mão-de-obra indígena (seja esta livre ou escrava), assim como aponta Alencastro, estavam atreladas a três conceitos-chave: os *resgates*, os *cativeiros*, e os *descimentos*. O primeiro modo citado desenrolava-se basicamente como o processo de escambo antes exemplificado, sendo assim, o intercâmbio de itens importados da metrópole (Portugal), por ‘peças de gentes’ cativas da tribo que estabelecia uma aliança comercial com os lusitanos. Estando imbricado diretamente com o segundo modo de apropriação lusitana na colônia, ou seja, os *cativeiros*³⁴⁵, relacionados ao conceito de “guerra justa”, definida basicamente como a conquista e escravização dos índios que se negassem a colaborar com a catequização ou/e atrapalhassem os domínios portugueses. Por fim, os *descimentos*, seria o deslocamento forçado dos índios para blocos geográficos de domínio europeu, estando estas a regimento dos jesuítas, construídos de forma tal para “domação” dos nativos ao

³⁴⁴ O presente ensaio não trabalha em aprofundamentos referentes à situação indígena no Brasil colônia, mas para citar um breve ensaio sobre o tema em questão, é cabível aqui mencionar a historiadora Beatriz Perrone-Moisés, que irá trabalhar o desenvolvimento das políticas indigenistas no decorrer da exploração lusitana no Brasil. Discussão presente no seu artigo intitulado “*Índios Livres e Índios Escravos: os princípios da legislação indigenista do período colonial (séculos XVI a XVIII)*.” (1996).

³⁴⁵ Luiz Felipe de Alencastro cita em seu texto que “Na segunda metade do século XVII, os jesuítas da Amazônia englobam os “resgates” e os “cativeiros” numa só categoria que abria a via à escravização” (ALENCASTRO, 2000, p. 119).

cristianismo e ao fornecimento de seus corpos para o trabalho de exploração econômica da colônia.

Concluindo o desvio para a análise referente à questão indigenista, a queda – não sua extinção – na utilização da mão-de-obra nativa como foco do projeto colonial apresentou falhas devido à cultura indígena não adotar o conceito de comercialização de gentes, fazendo com que nenhuma comunidade indígena na América portuguesa fosse uma fornecedora regular de cativos aos conquistadores, tornando-se um mercado irregular; e ao genocídio de populações nativas em meio ao choque epidemiológico com novos organismos responsáveis pela dizimação de populações inteiras, as quais não apresentavam resistência imunológica para as doenças trazidas do Velho para o Novo Mundo. Em suma, os mesmos apresentavam também uma maior facilidade na formação de motins, revoltas e fugas como forma de resistência a subjugação, dando espaço para os inícios da popularização do tráfico negreiro no Brasil através do Mundo Atlântico.

A inserção do negro africano no circuito comercial nas Américas coloniais, segundo Russel R. Menard & Stuart B. Schwartz (2002), apresentou-se como um fenômeno bastante forte e presente nestas sociedades, em destaque no Brasil. Fato que leva historiadores a desenvolverem análises genéricas sobre o tema, baseando-se em casos específicos para explicar toda a conjuntura escravista. Porém, como o presente artigo tem como base a prerrogativa religiosa como legitimadora da solidificação do tráfico negreiro no desenvolvimento da colônia portuguesa, esses são os exemplos que a nossa obra tomara como base.

A priori, é cabível fazer aqui, uma breve introdução sobre alguns fatores políticos e econômicos que favoreceram a cogitação do negro como possuidor de potencial para carregar a produção de riquezas da colônia em suas costas tão maltratadas por seus senhores.

Segundo Menard & Schwartz, uma análise epidemiológica aponta o escravo africano como mais resistente à proliferação de bactérias presentes no Novo Mundo, devido a sua familiarização com a conexão entre povos europeus por estar inserido no bloco geográfico da Eurásia (Europa e Ásia) e os contatos que já mantinham há mais tempo com estes povos; os autores também apresentam que o tipo de trabalho escravo foi essencial para o desenvolvimento da produção da cana-de-açúcar nos engenhos,

favorecido por teorias de superioridade racial branca e preconceitos étnicos direcionados a comunidade negra.

Só que, baseando-se em fatores não tão específicos, pegando o sistema colonial bruto e seu viés lucrativo, a troca da mão-de-obra indígena pela africana pode ser mais bem compreendida se pensada com base nas alterações entre oferta e demanda de trabalho. Porque, aquelas localidades que focaram apenas em um tipo de força de trabalho viam-se em meio à dificuldade: se a oferta de uma mão-de-obra aumentasse, e a colônia dependesse estritamente desta, o preço seria demasiadamente caro. Diminuindo a margem de lucro e aumentando a competitividade entre comerciantes – estes engenhosos do jeito que são, sempre se desdobravam na organização de novos meio de obtenção de força de trabalho subjacentes.

Resultando em um corpo trabalhador livre e escravo entrelaçado no ideal da hibridização cultural. Tão complexo e necessário para a prosperidade econômica da colônia, pelo fato de que esta se viu em crise com mercados locais (escassez de mão-de-obra e irregularidade na disposição de trabalhadores), então, encontrou no comércio transatlântico negreiro uma alternativa para a obtenção de mão-de-obra em maior escala e proporção, formando o que os autores colocaram como “o primeiro mercado verdadeiramente mundial” (MENARD; SCHWARTZ, 2002).

Citando-se também que, o africano era mais facilmente “domável” que o índio por estar destituído de sua terra, não apresentar uma linguagem em comum com seus conterrâneos e a não familiarização geográfica, dificultando motins, revoltas e fugas. E, principalmente pelo fato do sistema escravista tinha o apoio da igreja. Reafirmando um sistema de comercialização de gentes que já era amplamente explorado na antiga Península Ibérica

(...) onde a fronteira militar e cultura entre a Cristandade e o Islã favoreceu sua permanência, enquanto que, ao norte da Europa, a escravidão já havia dado lugar a outras formas de trabalho compulsório. Por volta de 1450, ocasionais viagens portuguesas de exploração e comércio com a África já retornava com escravos, e, ao redor de 1480, já havia sido estabelecido um comércio permanente de escravos em vários pontos da costa ocidental da África. (MENARD; SCHWARTZ, 2002, p. 8).

A partir de 1570, com o crescimento dos engenhos para um total de 60, posteriormente, em 1583, crescendo para 115, findando em 1630 em 350 engenhos na colônia, fez com que nesse meio tempo, o negro escravizado fosse cada vez mais presente no corpo de trabalhos para plantio da cana, colheita e produção do açúcar. Tendo em conta que um engenho médio dependia do trabalho de cem escravos, distribuídos entre o próprio engenho e os lavradores de cana que dele dependiam. Em suma, apenas para reforçar, a importação de negros da África teve seu crescimento a partir da década de 1570, aumentando ou diminuindo de acordo com o nível de produção da colônia, ligado diretamente ao crescimento econômico da mesma.

As autoridades civis e os jesuítas da Companhia de Jesus estariam responsáveis pela administração do desmedido comércio de seres humanos, lidando continuamente com a violência a qual o sistema escravocrata estava fundamentado desde seu início. Ligados diretamente a rapina, a compra, o transporte oceânico, o desembarque e a incorporação de habitantes de outro continente coisificados como mercadorias. Fazendo com que a escravidão esteja tão emancipada na sustentabilidade econômica, política e étnica da colônia, que quando se tem o fim do tráfico negreiro, o escravismo brasileiro entrará em crise. (ALENCASTRO, 2000).

Para a contínua e pungente exploração de pessoas subjugadas ao trabalho compulsório na condição de escravos, era necessária a destituição da humanidade, ensinando-os a obedecer por meio de uma educação que se dava aos bichos. Já não mais vistos como pessoas, e sim ferramentas. Peças de produção – e nada mais – dentre o sistema conquistador ocidental.

Não obstante, muito desse discurso eurocentrista de desvalorização africana é amplamente presente na fala do filósofo Friedrich Hegel (1995), o qual apresenta que o trabalho re-humaniza o escravo. No passe que este seria ligado ao pecado carnal, desde sua cor da pele, “simbolizando a ligação do africano com o Mal”, findando na demonização de sua religiosidade, colocada como culto ao demônio, uma antagonista ao “bem” cristão.

Hegel, em *“A Filosofia da História”* (1995), também afirma fortemente que os povos africanos, tal como o continente em si, não possuem história ou capacidade cognitiva-intelectual para se historicizarem. Colocados à beira da não existência. Marcando não apenas o posicionamento de um indivíduo, mas sim de civilizações que,

através da história, permeiam um discurso imperialista e conquistador, sobrevivendo da exploração de povos colocados à barbárie; impondo a centralização de um discurso de superioridade europeia, baseando-se no genocídio de africanos, nativos americanos, entre outros tantos grupos de povos não europeus colonizados.

Girando em torno de ideias pré-concebidas de que, os africanos estavam sujeitados a um modelo de desenvolvimento primitivo e tribal. Sempre passíveis a dominações estrangeiras. Contudo, Alencastro irá exemplificar que:

A consciência de humanidade assumida pelo escravo no processo de trabalho pode ser instrumentalizada pelo senhor – mediante incentivos negativos (castigos) ou positivos (recompensas) – para acentuar sua exploração. (ALENCASTRO, 2000, p. 153.).

Concluindo, a atuação religiosa compôs um peso de grande importância para a demonização do negro africano e sua subjugação ao trabalho compulsório na escravidão. Porém, a estrutura da economia atlântica desdobrou-se de forma intrínseca ao surgimento da escravidão na América portuguesa. Fazendo com que os africanos estivessem inseridos nessa rede de comercialização de gentes, dentro um sistema econômico heterogêneo. Em suma, “foi o comércio de escravos que criou a escravidão dos africanos” (MENARD; SCHWARTZ, 2002, p. 18), ou seja, o escravismo do negro africano e afrodescendente só foram possíveis porque se apresentou como uma alternativa bastante viável – diga-se lucrativa, desde muito cedo. Legitimando discursos como o de Dom José Joaquim da Cunha de Azeredo Coutinho (1808) para a manutenção de uma classe burguesa no comando de uma sociedade baseada na pilhagem de genocídios, escravização de terceiros e conquista de terras forasteiras.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dado o exposto, é relativamente pertinente de se pensar, para além dos contextos em que os processos de escravização ocorreram, as particularidades das permanências e de que forma um mesmo mecanismo de exploração se modificou ao longo do tempo, até se perpetuar em meio a um sistema econômico-mercantil vigente. Com isso,

queremos dizer que mesmo a escravidão sendo abolida enquanto forma oficial de trabalho, ela não reverberou consequências tão positivas quanto se imagina, nem a curto prazo – em sentido do próprio período pós-abolição, nem a longo prazo – quando se pensa na contemporaneidade.

Um dos pontos tocados pela obra “*O Universalismo Europeu: a retórica do poder*”, do sociólogo Immanuel Wallerstein, é exatamente essa ótica contemporânea para refletir sobre os novos moldes colonizadores. Seria a ideia de que, hodiernamente, nações consideradas potências buscariam alternativas para reconfigurar sua hegemonia global, agora sob novos moldes, adquirindo uma roupagem humanitária. Onde o imperialismo é substituído pela democracia e a civilização pela humanização, abrindo a possibilidade de se pensar a ressignificação do sentido de barbárie pela atribuição de subdesenvolvimento. Essas novas formas de aplicação de poder aconteceriam por meio do direito a ingerência³⁴⁶, legitimada pela própria ONU (Organização das Nações Unidas). Com isso, podemos realmente levantar questionamentos sobre o caso brasileiro: a colonização acabou? Ou mais especificamente dirigida a nossa proposta, a escravidão teria acabado? Se sim, ainda no período da abolição, datado em 1888?

A resposta prévia é não, para ambas, e é possível de iniciar uma reflexão sobre esses pontos exatamente pela própria historiografia. Temos uma recharacterização dos conceitos, de colonização e de escravidão, que se alocaram sobre novas perspectivas e agora atuam a partir de novas maneiras, exatamente como é característico ao sistema capitalista de se moldar e se adaptar as novas realidades e circunstâncias. Na própria legitimidade do direito de ingerência, existem lacunas muito pouco ou erroneamente esclarecidas sobre as justificativas das intervenções, até as próprias intervenções não são racionalmente claras.

Observamos em “*Os mecanismos da conquista colonial*”, por autoria de Ruggiero Romano, que é muito precário observar e refletir sobre as colonizações apenas por um fator, tendo em vista que elas ocorreram como resultado de diversos interesses e iniciativas, quando não particulares, coletivas, que ainda sim possuíam objetivos específicos. Ao metaforizar o poema de Pablo Neruda, “*la espada, la cruz y el hambre iban diezmando la familia salvaje*” servindo para exemplificar tal processo. Onde a

³⁴⁶ Essencialmente, corresponde a possibilidade de um estado intervir politicamente sobre outro na justificativa de prestar solidariedade e assistência dita humanitária.

espada seria a justificativa bélica, a cruz como sendo a ideologia religiosa impregnada nos discursos da época e a fome, simbolicamente, representando as mazelas que assolaram as populações colonizadas. Transportando para um contexto bem mais atual, a possibilidade de se pensar os novos mecanismos ficam ainda mais evidentes. Uma vez que, as guerras, a fé ou até mesmo os vários problemas enfrentados por várias nações, consideradas subdesenvolvidas, são comumente utilizados como prerrogativas para a intervenção internacional. Podemos ficar ainda mais alerta quando lembrarmos que esses países, em uma maioria massiva, foram colônias oficializadas, hoje “independentes”, desses mesmos países intervencionistas.

Alimentando ainda mais as possibilidades de problematizar e historicizar as novas configurações da colonização moderna. Uma vez, evidentemente, ela não acabou, inclusive, não dá sinais de que vai cessar tão brevemente.

REFERÊNCIAS

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. **O Trato dos Viventes: Formação do Brasil no Atlântico Sul (séculos XVI e XVII)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

ALMEIDA, Suely Creusa Cordeiro de. O Atlântico e o comércio negreiro. In. TEIXEIRA, Francisco Carlos; SCHURSTER, Karl; ALMEIDA, Francisco Eduardo Alves de. (Orgs.). **Atlântico: a história de um oceano**. Rio de Janeiro: Editora Civilização, 2013, p. 185 – 212.

BRAZ, Fabiana Schondorfer; CONTI, Paulo Fillipy de Souza. D. JOSÉ JOAQUIM DA CUNHA DE AZEREDO COUTINHO: **Um Bispo ilustrado em Pernambuco**. Revista Tempo Histórico. Vol.5 – Nº 1. 2013, p. 1 – 18.

COUTINHO, José Joaquim da Cunha de. Azeredo: **Concordancia das Leis de Portugal e das Bullas Pontificias**. 1808.

GRANT, Susan-Mary. **História Concisa dos Estados Unidos da América**. Tradução de José Ignazio Coelho Mendes Neto. São Paulo: EDIPRO, 2014.

HEGEL, Friedrich. **A Filosofia da História**. Rio de Janeiro: Editora UnB, 1995.

JESEN, Tina Gudrun. **Discursos sobre as religiões afro-brasileiras: Da desafricanização para a reafricanização**. Revista de Estudos da Religião. Nº 1. São Paulo: PUC-SP, 2001, p. 1 – 21.

MARTINS, Gabriela Pereira. **Entre a espada e a coroa: Abolicionistas em confrontos políticos no imediato pós-abolição (1888 – 1889)**. 210p. (Tese). Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

MENARD, Russel R.; SCHAWRTZ, Stuart B. Por que a escravidão africana? A transição da força de trabalho no Brasil, no México e na Carolina do Sul. In. SZMRECSÁNYI, Tamás. (Org.). **História Econômica do Período Colonial**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2002, p. 3 – 19.

PERRONE-MOISÉS, Beatriz. Índios Livres e Índios Escravos: os princípios da legislação indigenista do período colonial (séculos XVI a XVIII). In. CUNHA, Manuela Carneiro da.(Org.). **História dos Índios no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, p. 115 – 132.

ROMANO, Ruggiero; PEDREIRA, Marilda. **Os mecanismos da conquista colonial: os conquistadores**. Ed. Perspectiva, 1973.

WALLERSTEIN, Immanuel. **O universalismo europeu: a retórica do poder**. São Paulo: Boitempo, 2007.

SIMPÓSIO TEMÁTICO 6**História, Educação e Sensibilidades****Coordenadores**

Prof.^a Dr.^a Juciene Batista Félix Andrade – UFRN

Prof. Dr. André Mendes Salles – UFRN

Proposta do Simpósio Temático

O simpósio visa congregar trabalhos que reflitam sobre questões relacionadas às práticas educativas, à cultura escolar e às pesquisas que dão ênfase à constituição das diferenças culturais no âmbito das relações de ensino-aprendizagem e suas sensibilidades. Assim, visamos discutir aspectos ligados as práticas do cotidiano escolar, aos recursos didáticos, aos currículos e processos avaliativos, às identidades e diferenças culturais, às questões étnicas e de gênero, às estratégias pedagógicas na construção das sensibilidades.

APRENDIZADOS AGRÍCOLAS: UMA EDUCAÇÃO PARA O TRABALHO (1910 - 1934)

Marcelly Kathleen Pereira Lucas¹

Olívia Moraes de Medeiros Neta²

RESUMO

Este trabalho insere-se no campo da história da educação profissional e tem como objetivo analisar um tipo de escola que fazia parte do conjunto de iniciativas do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio para a expansão do ensino profissional. O recorte temporal foi atribuído levando em consideração a organização do ensino agrícola. Os Aprendizados foram criados em 1910, com a lei do Ensino Agrônômico e, em 1934, com a reforma do Ensino Agrônômico a organização e os objetivos foram modificados. A pesquisa documental foi realizada nos relatórios anuais apresentados pelos ministros aos presidentes da república. A partir do mapeamento e da análise das fontes buscamos as questões como: Qual o objetivo dessas instituições? Qual o público-alvo? Que tipo de ensino era ministrado? O referencial teórico baseia-se na concepção de educação profissional de Manfredi (2003), insere-se na dimensão da história política segundo Rémond (2003) e Barros (2005) e no campo da História da Educação Profissional segundo Ciavatta (2019). A partir da análise das fontes observamos que os aprendizados agrícolas correspondiam ao nível primário e visavam a formação dos jovens, filhos de trabalhadores rurais. Poderiam adotar o regime de internato ou externato. O número de Aprendizados pelo país oscilou entre quatro e oito, no período estudado. Aceitavam a matrícula de meninas, mas não para as mesmas atividades que os meninos.

Palavras-chave: Ensino Profissional. Ensino Agrícola. Aprendizados Agrícolas.

¹ Aluna da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. E-mail: marcellykathleen@gmail.com

² Professora, doutora e pesquisado na Universidade Federal do Rio Grande do Norte. E-mail: olivianeta@gmail.com

APRENDIZADOS AGRÍCOLAS: AN EDUCATION FOR WORK (1910 - 1934)

ABSTRACT

This work is inserted in the field of the history of professional education and aims to analyze a type of schools that were part of the set of initiatives of the Ministry of Agriculture, Industry and Commerce for the expansion of professional education. The time frame was assigned taking into account the organization of agricultural education. The Aprendizados were created in 1910, with the Law of Agronomic Teaching and, in 1934, with the reform of Agronomic Teaching, the organization and objectives were modified. The documentary research was carried out in the annual reports presented by the ministers to the presidents of the republic. From the mapping and analysis of the sources, we seek questions such as: What is the purpose of these institutions? What is the target audience? What kind of teaching was given? The theoretical framework is based on the concept of professional education by Manfredi (2003), inserted in the dimension of political history according to Rémond (2003) and Barros (2005) and in the field of History of Professional Education according to Ciavatta (2019). From the analysis of the sources, we observed that agricultural learning corresponded to the primary level and aimed at training young people, children of rural workers. They could adopt the boarding school or boarding school. The number of apprenticeships in the country fluctuated between four and eight during the period studied. They accepted the enrollment of girls, but not for the same activities as boys.

Keywords: Professional Education. Agricultural Education. Agricultural Learning.

INTRODUÇÃO

O presente artigo tem por objetivo analisar os Aprendizados Agrícolas, um tipo de escola criado pelo Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio com a proposta de expandir e popularizar o ensino agrícola no Brasil, nos anos de 1910 a 1934. Este trabalho está inserido no projeto de pesquisa desenvolvido no Mestrado Acadêmico em Educação vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, com o objetivo de analisar as escolas profissionais criadas pelo Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio nos anos de 1909 a 1929.

A pesquisa teve início com o levantamento e categorização das fontes sobre o ensino profissional desenvolvido pelo Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio de 1909 a 1929. Após a categorização delimitamos os Aprendizados Agrícolas como tema central para esse estudo, dada a escassez de estudos sobre essa temática. Nessa perspectiva, buscamos responder às seguintes questões: Qual o objetivo dessas instituições? Qual o público-alvo? Que tipo de ensino era ministrado?

O recorte temporal justifica-se pelo Decreto 8.319 de 20 de outubro de 1910, que criou e regulamentou o Ensino Agrônômico em todo território brasileiro. Esse decreto definiu quais seriam as bases para o desenvolvimento do ensino agrícola, assim como regulamentava quais os tipos de escolas que deveriam ser criadas pelo Ministério, entre essas escolas estavam os Aprendizados Agrícolas. O marco temporal final, 1934, justifica-se por ser momento de mudanças políticas marcadas pela primeira fase do governo de Getúlio Vargas e a reorganização dos setores do Ministério da Agricultura.

Nestes termos, pretende-se contribuir com as pesquisas sobre o ensino agrícola e a história do ensino profissional. Para isso, iniciamos o processo de mapeamento e análise documental dos relatórios ministeriais apresentados pelos ministros responsáveis pela pasta dos assuntos da Agricultura, Indústria e Comércio,

disponibilizados virtualmente pelo Center of Research Library da Universidade de Chicago.

O referencial teórico baseia-se na concepção de educação profissional conforme Silvia Manfredi (2003) e na dimensão da história política de acordo com René Remond (2003) e José de Assunção Barros (2005) e na concepção de “trabalho-educação” de Maria Ciavatta (2019).

Compreendemos o ensino profissional como campo inserido na disputa de interesses e também fruto da relação entre escola e trabalho. Atentamos para o modo como as diferentes esferas da sociedade, entre elas: econômica, social, política e cultural, determinam as relações que são estabelecidas entre trabalho, escolaridade e profissionalização (MANFREDI, 2003). Assim como a influência das ideologias e das decisões políticas como determinantes no campo da educação. A história política é importante para a compreensão do todo social. “A política é lugar de gestão do social e econômico”. A política é tratada a partir da sua função de determinação do contexto e dos reflexos de sua prática (REMOND, 2003).

Nessa perspectiva, esse estudo se insere na dimensão da história política, de acordo com Barros (2005), à medida que analisa as relações provenientes do poder atribuído ao Estado pela força da lei. Podemos perceber essa força como mecanismo de controle e determinante do todo social.

Para Ciavatta (2019), na concepção de “trabalho-educação” podemos, ao analisar a história da educação profissional, pensar as relações de produção, as transformações do mundo do trabalho, as políticas educacionais e a formação dos trabalhadores (CIAVATTA, 2019). Além dessas áreas, um ponto importante para construção dessa análise é perceber o “trabalho como princípio educativo e o princípio educativo do trabalho”, mas também a formação para o trabalho como “meio de alienação e sujeição dos trabalhadores” (CIAVATTA, 2019, p. 146).

O desenvolvimento do trabalho contempla a descrição da metodologia utilizada para a realização da pesquisa, assim como a descrição dos resultados e sua análise relacionando-as com as discussões ancoradas no referencial teórico. Na última seção, constam as considerações finais sobre o trabalho.

METODOLOGIA

O processo metodológico para a construção deste artigo iniciou com um levantamento realizado nos relatórios do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio nos anos de 1909 a 1934, sobre as ações do governo no que se refere ao ensino profissional. Organizamos o levantamento através dos seguintes critérios: ano de publicação, referências dos documentos, ação apresentada e transcrição do trecho do documento. As ações apresentadas tratam da criação de escolas e cursos, reformas, financiamentos, subvenções, aquisição de materiais e controle sobre o funcionamento dos estabelecimentos de ensino profissional. A partir desse levantamento, iniciamos o processo de análise e categorização das fontes de acordo com suas relações e aproximações. Algumas das categorias estavam determinadas pela recorrência dos termos e o teor das mensagens, as outras foram sendo criadas à medida que os trechos analisados não se encaixavam nas outras categorias. Feito isso, nos dedicamos à análise dos resultados referentes aos Aprendizados Agrícolas para a construção desse trabalho.

A caracterização das fontes é importante, pois através da sua análise é que podemos, segundo Ragazzini (2001, p. 14), construir conhecimentos sobre o passado. “A fonte provém do passado, é o passado, mas não está mais no passado quando é interrogada.” O pesquisador constrói a fonte a partir de um processo investigativo e interpretativo analisando os níveis de relação que envolve a produção, seleção e conservação do documento. Nesse entendimento, no campo da história da educação, os relatórios ministeriais estão inclusos nas “fontes para a história da escola e da educação” (RAGAZZINI, 2001, p. 19). Ou seja, elas não são produzidas pela escola e nem com a intencionalidade de contar a história da educação e não estão diretamente ligadas à cultura e às práticas escolares. Mas nos falam muito das concepções de ensino e educação da época e das iniciativas que nortearam os rumos da educação. Em outros termos, a história da escola se escreve, também, a partir da análise dos debates parlamentares, da legislação, das normas e da jurisprudência, da administração pública, dos balanços econômicos, enfim, de um conjunto de fontes que provém muito mais da história legislativa, do direito, da administração pública, da economia, do Estado, dos partidos políticos, que da história da escola e da educação. (RAGAZZINI, 2001, p. 19).

Metodologicamente, adotamos um caminho que partiu do mapeamento, categorização e análise das fontes, aliados a um levantamento bibliográfico sobre o tema, trazendo alguns estudos que se aproximam do nosso pelo recorte temporal e temática para contribuir com as discussões aqui apresentadas. Para Arostegui (2006) o trabalho das fontes não se resume a extração de informações, portanto é necessário realizar a crítica das fontes, questioná-las. Nesse sentido, percebemos os relatórios como fontes “para a história”, ou seja, não foram criados com essa intencionalidade mas servem a esse propósito. E essa análise não é um trabalho mecânico, carece de uma preparação teórica e metodológica. Além disso, a adequação das fontes está diretamente ligada aos objetivos da pesquisa.

O MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO E OS APRENDIZADOS AGRÍCOLAS

O trabalho do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, no período de 1909 a 1930, merece destaque no que se refere ao ensino profissional, no ensino agrícola, industrial e comercial. As ações para a promoção desse ensino envolviam não só a criação de escolas, mas também subvenção de instituições estaduais e municipais ou de iniciativa privada, cursos ambulantes, institutos de pesquisa, patronatos e outras ações diversas como exposições de filmes educativos e distribuição de materiais como o Guia do Agricultor do Brasil, por exemplo.

Os relatórios nos revelam que o Ministério demonstrava preocupação e revelava um veemente interesse no desenvolvimento do ensino profissional, prospectando o desenvolvimento econômico que o mesmo poderia proporcionar ao país. Percebemos que os objetivos do desenvolvimento do ensino estavam mais voltados para o desenvolvimento econômico do que para a formação da população brasileira.

Claro se me affigura que a crise tremenda que asoberba a instrução publica principalmente, argúes a deficiencia dos moldes em que está vasado o ensino official, o seu visceral antagonismo com as exigencias da sociedade moderna que, bem entendidas, estão impondo a obrigação de cuidar menos em formar cavos doutores e muito mais em formar homens. É de instrução applicada, de ensino pratico, profissional e agricola que precisamos, e é sobre taes bases que, eu suponho, virá um dia a se fazer a reforma geral do ensino, de maneira a se lhe restituir com o valor intrinseco a moralidade e o prestigio tão seriamente abalados. (BRASIL, 1910, págs. XXVI e XXVII)

Na fala do ministro Rodolpho Nogueira da Rocha Miranda, na introdução do relatório de 1909, publicado em 1910, observamos a valorização do ensino técnico e prático, único que, segundo a sua visão poderia suprir os anseios da sociedade moderna. Além disso, ele atribui à formação teórica a crise pela qual estava passando a instrução pública. Manfredi (2003) trata da concepção de ensino profissional como espaço de disputa de interesses e fruto da relação e escola e trabalho. Dessa forma, analisamos a relação das determinações ministeriais com as necessidades sociais. “Com isso, não se quer dizer que não haja uma correlação entre as necessidades e as transformações em curso no mundo do trabalho, com a emergência de novos requisitos educacionais e a importância da escola” (MANFREDI, 2003, p. 50).

O ensino se expandiu em diversos níveis, apesar da divisão em níveis de ensino todas as instituições de ensino mantidas pelo Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio eram consideradas como um conjunto e formavam a “Instrução Technica Profissional”, dividida nos ramos agrícola, industrial e comercial (BRASIL, 1910).

O ensino agrícola se desenvolveu amplamente nesse período tendo em vista o caráter essencialmente agrícola do país, onde o desenvolvimento econômico estava concentrado nas áreas de maior desenvolvimento agropecuário. De acordo com o Plano Geral de Organização do Ensino Agrônômico, estabelecido pelo decreto 8.319 de 20 de outubro de 1910, estavam contempladas não só o ensino de práticas de agricultura, mas também de outras áreas próprias do meio rural. “O plano de organização que, com esse objectivo, elaborei tem por fim a instrução technica profissional relativa à agricultura e aos diversos ramos de actividade que lhe são correlativos e comprehende: o ensino agricola, de zootechnia, medicina veterinaria e industrias rurais”. (BRASIL, 1910, p. 61)

Os aprendizados agrícolas correspondiam ao nível primário e visavam a formação dos jovens, filho de trabalhadores rurais (OLIVEIRA, 2004). Também foram criados através do decreto 8.319 de 1910. Os aprendizados poderiam adotar regimes de internato ou externato de acordo com as determinações específicas para cada um como número de alunos e a densidade populacional das regiões em que estavam localizados. Neles o ensino deveria ser exclusivamente prático e os espaços em que estavam localizados deveriam ser semelhantes às propriedades agrícolas visando o

ensino das práticas, mas também a produção agrícola que era revertida para o próprio aprendizado e para a remuneração dos alunos de acordo com a sua produção. Tinham o objetivo de formar trabalhadores para o serviço nas propriedades rurais (BRASIL, 1910).

“Em qualquer das hypotheses, os aprendizados deverão ter organização similar a uma propriedade agrícola, orientada pelos modernos methodos culturaes e dispondo dos meios necessários para obter o maior rendimento útil das culturas e das industrias agrícolas proprias da região” (BRASIL, 1910, p. 649).

O público-alvo principal dos Aprendizados eram os filhos de pequenos cultivadores e trabalhadores rurais. Para ser admitido o candidato deveria ter pelo menos 14 anos de idade e no máximo 18, ter boa conduta e constituição física que o tornasse apto para o serviço do campo, ser vacinado e estar isento de doenças contagiosas. Esses candidatos poderiam adentrar os Aprendizados no regime de internato ou externato.

O ensino deveria ser essencialmente prático aliado a algumas explicações teóricas e participação em conferências. Além do ensino agrícola, os alunos deveriam frequentar oficinas para o ensino profissional elementar e para o trabalho com ferro, madeira, couro, vime, olaria, alvenaria e outras artes manuais e mecânicas. Poderiam ser criados, nos aprendizados, cursos primários noturnos para os adultos e também para os alunos que necessitassem. O programa de ensino regular consistia em dois anos, divididos em semestres.

As meninas também eram aceitas nos aprendizados para a aprendizagem de práticas “próprias do seu gênero” como as pequenas indústrias rurais, tais como apicultura, sericicultura, avicultura, alimentação e tratamento de animais domésticos, fabricação do queijo e da manteiga, etc. Assim como os adultos que poderiam participar de cursos abreviados, que o decreto não deixa explícito como seriam organizados esses cursos. (BRASIL, 1910).

Tabela 1: disciplinas ministradas nos Aprendizados Agrícolas

Primeiro ano	Segundo ano
Estudo prático do solo, subsolo e suas propriedades;	Continuação dos trabalhos do ano anterior;
Estrumes, adubos e corretivos;	Cuidados com as plantas;
Preparação das terras de cultura;	Culturas regionais e culturas novas;
Estudo prático da semente;	Preparação de terrenos;
Noções gerais sobre as plantas e suas partes.	Prática de silvicultura;
	Colheita, armazenagem e conservação;
	Criação, alimentação e higienização de animais;
	Construção de pequenas construções rurais.

Fonte: Relatórios do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio.

Os alunos que concluíam o curso tinham direito a um certificado de capacidade em trabalhos práticos de agricultura, cabendo-lhes preferência nos cargos do Ministério condizentes com os mesmos conhecimentos. Eram também privilegiados na aquisição de lotes nos centros agrícolas, e o aluno que mais se destacasse no seu Aprendizado, poderia ser premiado pelo Governo com um lote gratuitamente. Os alunos do aprendizado recebiam uma diária, a título de remuneração de serviços, regulada pelo salário corrente na região e de acordo com a capacidade de trabalhos e as aptidões de cada um deles, a juízo do diretor.

Os primeiros Aprendizados Agrícolas criados foram os de São Simão, em São Paulo, através do Decreto nº 8.357, de 9 de novembro de 1910; o de Barbacena, em Minas Gerais, através do Decreto de nº 8.358 de 9 de novembro de 1910; e o de São Luiz das Missões, no Rio Grande do Sul, através do Decreto de nº 8.365, de 10 de novembro de 1910 (BRASIL, 1910). Em 1912, esse número aumentou de três para oito instituições com a criação dos Aprendizados de Santa Catarina, Bahia, Alagoas,

Maranhão e Pará.

Tabela 2: Distribuição dos Aprendizados Agrícolas por estados

ANO	APRENDIZADOS	ESTADOS
191 1	3	MG, RS, SP
191 2	8	RS, SC, SP, MG, BA, AL, MA, PA
191 4	4	MG, RS, AL, BA
191 9	5	MG, RS, AL, BA (2)
192 5	4	MG, AL, BA (2)
192 7	4	MG, BA (2), AC

Fonte: Relatórios do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio.

Embora o número de Aprendizados tenha sido elevado entre os anos de 1910 e 1912, já no ano de 1914 observamos que metade desses estabelecimentos de ensino foi fechada, sendo a maioria deles os que haviam sido criados em 1912. Dentre os Aprendizados criados e mantidos pelo Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, o que mais se destacava era o que estava localizado na cidade Barbacena em Minas Gerais, em número de alunos matriculados e também no referente a produção agrícola, como podemos observar na fala do ministro Manoel de Queiroz:

“Dos Aprendizados já installados, por condições especiaes, dentre as quaes se destacam a de estar collocado em terrenos já preparados, em grande

parte, para as culturas e a de achar-se sob a acção de um clima magnifico, o de Barbacena é o que conta maior numero de matriculados, além de já dispôr, para serem distribuidas pelos agricultores das circumvizinhanças, de um *stock* de 42.000 mudas de especies fructíferas diversas.” (BRASIL, 1914, p. XVIII)

Os Aprendizados chegaram ao ano de 1934 combalidos pelas críticas que se referiam à falta de eficácia do modelo de ensino agrícola. Pois, não obstante do caráter marcadamente técnico, não conseguiam abarcar uma clientela que fosse significativa, devido, muitas das vezes, a problemas estruturais e a falta de recursos. Portanto, são nesse ano modificados e passam a existir com uma estrutura e objetivos diferenciados (NERY, 2014).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A criação dos Aprendizados Agrícolas fez parte de um conjunto de iniciativas de um projeto de expansão e popularização do ensino profissional no Brasil, no início do século XX, protagonizado pelo Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. Assim, da mesma forma que a Escola Superior de Agricultura e Medicina Veterinária deveria formar os dirigentes do ramo agrícola no Brasil, os Aprendizados cumpriam a função de formar os trabalhadores rurais.

Até o ano de 1934 os Aprendizados sofreram com a baixa matrícula de alunos, o que fazia os administradores investir pouco nestas instituições, a exceção do Aprendizado de Barbacena que servia como uma espécie de “campo de experimentação” dos egressos da Escola Superior de Agricultura e Medicina Veterinária.

Destacamos a relevância dessa pesquisa para superação da lacuna existente na historiografia sobre o ensino profissional, especialmente o ensino agrícola.

REFERÊNCIAS

AROSTEGUI, Julio. **A pesquisa histórica: teoria e método**. Edusc, 2006.

BARROS, José D'Assunção. **História política, discurso e imaginário**: aspectos de uma interface. *Sæculum—Revista de História*, n. 12, 2005.

BRASIL. **Decreto nº 8.319, de 20 de Outubro de 1910**. Cria o Ensino Agrônômico e aprova o respectivo regulamento. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 13 nov, 1910. Seção 1, página 9516 (Republicação).

BRASIL. **Relatório apresentado ao presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil pelo Ministro de Estado da Agricultura, Industria e Commercio Rodolpho Nogueira da Rocha Miranda no ano de 1910** - Volume I. Rio de Janeiro: Officinas da Directoria Geral de Estatistica, 1910.

BRASIL. **Relatório apresentado ao presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil pelo Dr. Manoel Edwiges de Queiroz Vieira Ministro de Estado da Agricultura, Industria e Commercio no anno de 1914** - Volume I. Rio de Janeiro: Typographia do Ministerio da Agricultura, Industria e Commercio, 1914.

CIAVATTA, Maria. **Trabalho-Educação**: uma unidade epistemológica, histórica e educacional. *Revista Trabalho Necessário*, v. 17, n. 32, p. 132-149, 2019.

OLIVEIRA, Milton Ramon Pires. **Civilizar e modernizar**: o ensino agrícola no Brasil republicano (1889-1930). *History of Education Journal*, v. 8, n. 15, p. 129-142, 2004.

MANFREDI, Silvia Maria. **Educação Profissional no Brasil**. São Paulo, Cortez, 2003

NERY, Marco Arlindo Amorim Melo. **Aprendizados e patronatos**: um cotejo entre dois modelos de ensino agrícola das primeiras décadas do século XX (1911-1934). *Revista Tempos e Espaços em Educação*, 2014.

RAGAZZINI, Dario. **Para quem e o que testemunham as fontes da história da educação?** *Educar em Revista*, n.18, pp.13-28, jul./dez. 2001. Tradução de Carlos Eduardo Vieira.

RÉMOND, René. **Por uma história política**. Tradução Dora Rocha. Rio de Janeiro. Editora FGV, 2003.

O DOCUMENTÁRIO “A PROVÍNCIA MODERNA” COMO RECURSO DIDÁTICO E ESTRATÉGIA PEDAGÓGICA NA CONSTRUÇÃO DE SENSIBILIDADES

Giovanni Roberto Protásio Bentes
Filho³⁴⁷

Karine Maria Lima Lopes³⁴⁸

Thainá Moraes Avelino Maia³⁴⁹

Raimundo Pereira Alencar Arrais³⁵⁰

INTRODUÇÃO

O cinema, do ponto de vista técnico e artístico, constitui-se como um conjunto de imagens e sons em movimento e ritmo sincronizado, orientado pelas escolhas estéticas e pelo modo como os autores constroem a narrativa da obra cinematográfica. Esta, por sua vez, abrange uma série de gêneros que apresentam convenções de linguagem próprias, tais como a comédia, o drama, o musical e o documentário. No ensino de História, os registros audiovisuais podem ser trabalhados pelos docentes como documentos históricos, pois eles se configuram como uma forma de produção do conhecimento vinculado à mentalidade de uma época, sugerem maneiras de interpretar e representar a história e constituem-se como expressão ideológica da sociedade que os produziram³⁵¹. A linguagem audiovisual pode, assim, ser explorada em sala de aula como uma fonte suscitadora de discussões entre os educandos, tornando a aprendizagem mais provocativa e participativa, atizando o interesse e a curiosidade deles. Todo esse processo deve ser mediado pelo professor de história.

Neste artigo, direcionamos nossa atenção ao gênero documentário e privilegiamos o filme “A província moderna” em nossa discussão sobre como o cinema pode ser utilizado como recurso didático e ferramenta pedagógica na construção de sensibilidades dos alunos. Foi possível constatar, em vários momentos durante as exposições do documentário pelo estado do Rio Grande do Norte, que o filme reforça a necessidade de alunos e professores por outros recursos, instrumentos e

³⁴⁷ Doutorando em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (PPGH/UFRN). E-mail: giovannibentes@gmail.com.

³⁴⁸ Graduanda em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). E-mail: karinelopes.2012@hotmail.com.

³⁴⁹ Graduada em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). E-mail: t_haina_morais@hotmail.com.

³⁵⁰ Docente do Departamento de História, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, campus Natal – Brasil. E-mail: raimundoarrais@ymail.com.

³⁵¹ HAGEMEYER, Rafael Rosa. *História & Audiovisual*, 2012. p. 38.

metodologias de ensino, capazes de transformá-lo em uma prática mais dinâmica, interativa, sensitiva e que convida à reflexão sobre a própria realidade, uma vez que o documentário contribuiu também para promover e enriquecer debates sobre temas transversais – como meio ambiente, relações de trabalho, cidadania e diversidade cultural – relacionados à realidade dos discentes, dos docentes e da comunidade escolar.

O documentário “A província moderna” foi o resultado do projeto de extensão intitulado “A cidade de Natal em documentário (1900-1930)”, coordenado pelo professor Raimundo Arrais, em vigência durante o período de 2018-2019, que contou com a colaboração e o trabalho coletivo do Grupo de Pesquisa “Os espaços na modernidade” em parceria com o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN), campus zona leste de Natal, que deu todo o suporte logístico para a produção. A direção do documentário se deu de forma conjunta entre o professor Artemilson Lima (IFRN) e Raimundo Arrais (UFRN), que também escreveu o texto que serviu de base para o roteiro. A narração ficou por conta de Clotilde Tavares. Tendo em vista que o documentário articula pesquisa histórica à linguagem audiovisual, ele possibilita aos alunos, auxiliados pelo professor, o entendimento de que a cidade é palco de relações sociais e a História é feita de processos que estão conectados numa trama.

O filme trata da vida urbana da cidade de Natal, englobando aspectos culturais, econômicos, políticos e sociais. O telespectador pode observar as práticas dos diferentes grupos sociais que faziam da cidade um espaço de disputas cotidianas. No filme é possível ver desde os carnavais dos elegantes – destinados àquela parte da sociedade de maior poder aquisitivo e restrita aos clubes fechados – aos carnavais populares da Ribeira e das Rocas; bem como o acesso à energia elétrica, que não era para todos; às propostas e os planos urbanísticos, que objetivavam intervir material e estruturalmente na cidade, atendendo certas áreas em detrimento de outras, expulsando os grupos sociais menos favorecidos dos locais pensados para atender aos desejos e aos interesses de outros indivíduos com maiores capitais sociais, culturais, simbólicos e econômicos³⁵². A narrativa do documentário apresenta, pois, alguns aspectos da realidade natalense nas três primeiras décadas do século

³⁵² BOURDIEU, Pierre. *What makes a social class? On the theoretical and practical existence of groups*, 1987, p.4.

XX, um retrato da sociedade capitalista ocidental, com suas hierarquias e desigualdades.

O recorte temporal se justifica por duas razões. A primeira delas deve-se às transformações da cidade no período de 1900 a 1930, impulsionadas pelo conjunto de intervenções sistemáticas, municipais e estaduais, sobre espaço urbano, conduzidas pelos grupos dirigentes. Esse período foi marcado por várias ações e projetos que indicam uma certa unidade, durante o período republicano, no que diz respeito às reformas urbanas. Em Natal, sobretudo durante a gestão do governador Alberto Maranhão e sua rede de parentela, até a década de 1910, isso pode ser identificado de maneira mais evidente. A segunda justificativa consiste no fato de que grande parte da produção do Grupo e de seus colaboradores, sob a forma de livros, teses, dissertações e artigos científicos, concentra-se no período em questão, principalmente na linha de pesquisa denominada “a cidade e as transformações do território”³⁵³, com ênfase nos temas relacionados à cultura urbana e à produção do espaço.

Considerando que o documentário foi exibido para públicos distintos, nas diferentes unidades de ensino do IFRN, nas turmas de metodologia da pesquisa histórica e no simpósio temático sobre educação e sensibilidades do IX Colóquio Nacional de História Cultural e Sensibilidades, buscamos enfatizar o modo como a recepção do público nesses espaços de aprendizagem sugerem diversos mecanismos de abordagem do filme em sala de aula. Além disso, procuramos perceber como o cinema pode ser utilizado pelos profissionais de História não meramente como recurso didático, mas como uma ferramenta educativa e crítica, capaz de viabilizar a apreensão dos discentes acerca da história com imagens e sons. Nesse sentido, primeiramente enfatizaremos a etapa de produção do “A Província Moderna” e suas peculiaridades e, no segundo momento, discutiremos sobre as implicações do documentário como ferramenta pedagógica construtora de sensibilidades na Educação Básica.

³⁵³ As notícias e publicações dos membros do Grupo de Pesquisa encontram-se na página “Espaços na Modernidade”. Disponível em: < <https://espacosnamodernidade.wordpress.com/publicacoes/> >.

PRODUZINDO UM DOCUMENTÁRIO: DO ROTEIRO À ESTREIA PARA O GRANDE PÚBLICO

A primeira etapa de produção do documentário “A província moderna” foi a organização de uma reunião com os membros e colaboradores do Grupo de Pesquisa para o estabelecimento das atividades que cada colaborador desempenharia no documentário: pesquisa histórica, tratamento de imagens, narração, edição, montagem, a direção, o roteiro, o texto, a música, entre outras. Após essa reunião, o próximo passo foi discutir sobre o texto - escrito pelo professor Raimundo Arrais – que serviria de base para a construção do roteiro.

Durante as reuniões do Grupo para tratar da produção do documentário, o texto foi bastante discutido, criticado e modificado várias vezes até chegar a uma versão final. Dedicamos uma atenção maior a essa parte do processo, pois texto é a base do roteiro, é ele que dita o tom, dá o sentido da narrativa, do argumento que prenderá a atenção do telespectador, o suporte de qualquer produção fílmica, ou seja, ele é o guia para o diretor. No roteiro, estão esquematizadas as cenas, as fotografias selecionadas, assim como as sequências e as falas das personagens. A construção do roteiro tem de levar em consideração não somente o tempo específico do documentário, mas também se ele está de acordo com as imagens e com o público-alvo. Por isso, a intenção do autor do texto foi de estabelecer uma relação direta entre o texto escrito e as imagens selecionadas, um grande esforço exigido de análise e interpretação, de compreender o momento em que se pode tecer algumas linhas que ajudarão na leitura da imagem, bem como deixar uma determinada fotografia falar por si, mediante sua capacidade de se comunicar com o telespectador e este ter espaço para refletir sobre ela.

Além do texto, outro ponto importante e que merece destaque na produção do documentário são as imagens. O material iconográfico, resultado das pesquisas dos bolsistas, consiste em fotografias dos acervos de Manuel Dantas, de João Galvão e de Jaeci Emerenciano, bem como por recortes selecionados do jornal *A República* do período e os arquivos de Fred Sizenando e Carlos e Anderson Tavares. A seleção de fotografias gerou uma discussão sobre como esses acervos poderiam ser explorados dentro do roteiro e do ritmo da narração, pois a voz, o timbre de Clotilde Tavares, tinha

que ser levada em consideração³⁵⁴. Foi realizado pelas bolsistas um pequeno esquema no qual as cenas do roteiro e as imagens foram divididas em blocos e organizados em uma tabela, para que todos os integrantes do projeto pudessem propor sugestões de modificação no texto, nas sequências narrativas ou nas fotografias. Esse esquema permitiu que o grupo tivesse uma visão do conjunto e percebesse como os elementos imagéticos e sonoros estavam sendo articulados. Essa etapa de sistematização da pesquisa constituiu-se como a primeira prova da dimensão que estava tomando o documentário. Isso porque o referido teste implicou em alterações significativas no roteiro, bem como em uma nova pesquisa de imagens que permitisse a exploração da narrativa.³⁵⁵

Após a seleção das imagens e das ideias passarem por um processo de amadurecimento, os bolsistas responsáveis pela pesquisa histórica, junto com os assessores de pesquisa e os diretores, analisaram o conjunto das imagens e separaram aquelas com maior qualidade para que fossem exploradas em diferentes momentos, para que pudéssemos viabilizar uma maior movimentação das imagens, pensando em novas estratégias de combiná-las e enquadrá-las em planos diversos. Dessa forma, como afirma o documentarista Luiz Carlos Lucena, um tratamento cuidadoso das imagens possibilita a construção de um cenário, de uma narrativa, na qual “a imagem ganhe vida na tela, deixe de ser apenas o registro de uma situação e adquira características criativas e artísticas”.³⁵⁶

Nesse intenso processo produtivo e colaborativo, proveniente do esforço e do trabalho humano e coletivo, a escolha da trilha sonora gerou uma certa tensão. Raimundo Arrais, na noite de estreia do documentário, salientou para o público presente a dificuldade de encontrar alguém que conseguisse traduzir mais em música do que as imagens e as palavras poderiam. A dificuldade desapareceu com a figura de Oswin Lohss, que investiu seu tempo e talento para a composição de uma das músicas que compõe a trilha sonora do documentário: *Helicotrema*.

³⁵⁴ Natural de Campina Grande, Clotilde Taveres formou-se médica na UFRN em 1975, se dedicando à pesquisa no campo da Saúde Pública. Ela também desenvolvia atividades paralelas como o teatro, a literatura e os estudos da cultura popular até que em 1993 passou a se dedicar exclusivamente às atividades artísticas no departamento de Artes da UFRN. Atriz, diretora de teatro, dramaturga e com uma voz particular, forte e ao mesmo tempo suave, Clotilde Taveres foi uma decisão acertada e aprovada por todos os membros envolvidos no projeto.

³⁵⁵ BENTES FILHO, Giovanni Roberto Potásio; MAIA, Thainá Moraes Avelino. *O cinema como recurso didático: um relato de experiência na produção de um documentário sobre a cidade de Natal*, 2018.

³⁵⁶ LUCENA, Luiz Carlos. *Como fazer documentários: conceito, linguagem e prática de produção*, 2012, p.71.

Anais do IX Colóquio Nacional de História Cultural e Sensibilidades – Sertões: poder e representações.

Caicó-RN, UFRN – CERES, RN, 18 a 21 de novembro de 2019. ISBN 978-85-471-0298-2

Fotografias selecionadas e tratadas, texto revisado, trilha sonora escolhida, narração gravada, todos prontos para trabalho final de edição e montagem. O professor Artemilson Lima ficou responsável por essa parte que, como um maestro, regeu tudo isso junto de Rodolfo Maia, do IFRN, que fez todo o trabalho de montagem. Documentário finalizado, era hora de escolher o dia, a hora e o local para a exibição de estreia.

Foi numa noite de quarta-feira, 21 de agosto de 2019, às 19:00, no auditório do IFRN-Campus Cidade Alta, que o “A província moderna” foi exibido pela primeira vez ao grande público. O auditório estava lotado de alunos, professores, funcionários do IFRN, artistas, interessados pelo tema, pela cidade de Natal e sua história; cadeiras extras tiveram que ser colocadas, tamanho era o público. Todos estavam ansiosos, inquietos, para ver na tela o filme sobre Natal nas três primeiras décadas do século XX. O professor Raimundo Arrais, ao lado de Artemilson Lima, fez a abertura e falou brevemente sobre o filme e o processo de produção. Ele destacou que o filme era um desejo antigo de ambos os professores e fez até parte de um antigo projeto, mas que só foi possível nesse momento, depois de muita pesquisa, amadurecimento de ideias e também pela necessidade de produzir um material histórico sobre o Rio Grande do Norte que chegasse rapidamente a toda a sociedade na qual a UFRN está inserida e em particular aos professores do ensino básico³⁵⁷.

Na ocasião, o professor enfatizou que a sua intenção consistiu em explorar, por meio da linguagem do cinema, uma parte da história da cidade de Natal, “ligando vários aspectos de coisas que as disciplinas acadêmicas separam: a terra, o céu, o cotidiano, o excepcional, a política, a arte, o sonho, a violência, o desejo, a desgraça, grandeza e miséria – tudo isso que se junta e forma a cidade, a cidade de Natal”³⁵⁸. Esse foi o enredo, a trama pretendida pelos diretores para o documentário.

Terminada exibição do documentário, os diretores abriram espaço para o público presente lançarem perguntas e comentários sobre a produção. Salientamos a fala do professor da rede básica de ensino de Natal, Luciano Capistrano, que teceu um comentário emocionado sobre a produção e afirmou, com base na sua experiência em sala de aula, a dificuldade de aprofundamento em conteúdos relacionados à

³⁵⁷ Conferir notícias sobre a estreia do documentário na página do Grupo de Pesquisa. Disponível em: <<https://espacosnamodernidade.wordpress.com/a-provincia-moderna-documentario/estreia/>>.

³⁵⁸ Idem.

história local. O professor Capistrano afirmou que no momento em que o filme estava rodando, uma série de articulações, relações conceituais, ideias e propostas de aula, foram possíveis ser pensadas e que ficava feliz com aquilo³⁵⁹. Após os comentários e questionamentos sobre os filmes, os diretores agradeceram a presença de todos, e encerraram a noite de estreia.

A PROVÍNCIA MODERNA E SUAS POTENCIALIDADES NA CONSTRUÇÃO DE SENSIBILIDADES

O historiador Rafael Rosa Hagemeyer, ao estabelecer relações entre a produção do conhecimento histórico e os registros audiovisuais, salientou que o audiovisual pode ser explorado como fonte de informações específicas para uma determinada pesquisa, como objeto principal de análise e para a investigação acerca das diversas maneiras de representação da História. Além das possibilidades de exploração dessa linguagem no campo da pesquisa, o uso do cinema como instrumento educativo, no campo do ensino de História, foi institucionalizado pelos Parâmetros Curriculares Nacionais em 1998. Esse documento sugere que os as artes visuais são meios de expressão e comunicação na prática educativa e, por conseguinte, poderão ser utilizadas pelo professor em múltiplas possibilidades, já que incorporam novas modalidades, tais como a televisão, as artes gráficas, a fotografia e o cinema, provenientes das mudanças tecnológicas e das transformações estéticas³⁶⁰.

Essa concepção ampliada acerca das artes visuais, contudo, ainda enfrenta grandes desafios no ambiente escolar tanto pela metodologia rígida adotada por algumas instituições de ensino quanto pelo enraizamento, por parte dos profissionais, de uma percepção do filme como “registro objetivo da realidade”³⁶¹. Tal abordagem prejudica a educação audiovisual do público, pois compromete as experiências discentes na análise dos filmes ou até mesmo à produção de vídeos em trabalhos escolares. Desse modo, é imprescindível que os materiais audiovisuais sejam

³⁵⁹ Conferir vídeo da estreia do documentário. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?time_continue=327&v=p-fZnUkCNzY&feature=emb_logo>.

³⁶⁰ BENTES FILHO, Giovanni Roberto Protásio; MAIA, Thainá Moraes Avelino. *O cinema como recurso didático*: um relato de experiência na produção de um documentário sobre a cidade de Natal. Op. Cit.

³⁶¹ HAGEMEYER, Rafael Rosa. *História & Audiovisual*. Op. Cit., p. 33.

trabalhados nas salas de aula como objetos a serem discutidos e problematizados, levando em consideração que são produtos que revelam a experiência cultural de uma época, bem como podem servir como mecanismo de interrogação da realidade. O professor, nesse processo, atua como “mediador entre a obra e os alunos”, na medida em que estabelece relações entre “emoções e razão de forma mais direcionada, incentivando o aluno a se tornar um espectador exigente e crítico”³⁶².

Sob essa perspectiva, a narrativa, as fotografias, o roteiro, a sequência das cenas e a trilha sonora do documentário “A província moderna” apresenta a cidade de Natal em diferentes escalas de tempo e de espaço. O documentário deixa evidente as divisões sociais na cidade, o processo de modernização e como ele se impõe e é absorvido pelos diferentes grupos sociais, além de desvelar os silêncios daqueles que não se situam entre os “homens letrados”, vivendo “entre os trilhos do trem e a lama do rio”, nos bairros periféricos, encontrados vez por outra em pequenas notas de jornais e em velhas fotografias³⁶³.

Essas passagens do filme podem ser utilizadas pelo professor de História para sensibilização dos discentes, uma maneira de educar o olhar quanto às possibilidades de exploração da pesquisa sobre a cidade, propiciando aos alunos o interesse pela investigação dos elementos da vida urbana nas décadas iniciais do século XX ou, quem sabe, fazê-los pensar e refletir sobre a cidade do seu próprio tempo. Isso é possível por meio da construção de relações entre a narrativa e a linguagem do filme com o conteúdo escolar e, sobretudo, com o cotidiano discente.

Além disso, as discussões suscitadas pelo documentário poderão enfatizar a questão da cronologia, retratada na narrativa de modo não determinista, não linear. O filme apresenta uma narrativa e uma sequência de ritmos de tempo diferentes, sendo construída sob um forte movimento entre planos distintos. Isso porque Natal aparece nessa produção em múltiplas dimensões, desde a cidade planejada, racionalizada, fruto dos interesses dos grupos dominantes àquela cidade dos grupos menos favorecidos, rejeitados pelo progresso, que possuíam baixo ou nenhum capital econômico, social ou simbólico³⁶⁴. Esse aspecto também é demonstrado pelas

³⁶² NAPOLITANO, Marcos. *Como usar o cinema na sala de aula*, 2003. p. 16.

³⁶³ Filme disponível no canal do YouTube do grupo de pesquisa “Espaços na modernidade”. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=no4vZVHUjBM&t=10s>>.

³⁶⁴ BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*, 2011.

interações regionais entre o Porto de Natal e outras cidades do país, assim como pelas conexões em escala mundial com Paris.

A concepção de história dos diretores, nesse sentido, concentrou-se no conceito de trama do historiador Paul Veyne, segundo o qual a História seria “uma mistura muito humana e muito pouco ‘científica’ de causas materiais, de fins e acasos; de um corte de vida que o historiador tomou, segundo sua conveniência, em que os fatos têm seus laços objetivos e sua importância relativa”³⁶⁵. A noção de trama pode ser observada do início ao fim do documentário. As cenas foram pensadas e articuladas de uma maneira que ficasse claro para o telespectador tudo aquilo que faz da cidade uma cidade: as relações sociais e suas hierarquias, o poder, a cultura, a violência, a riqueza e a miséria. A cena dos milhares de trabalhadores, que “sonhavam com trabalho e comida”, nas calçadas do Teatro Carlos Gomes, com enxadas nas mãos, duas semanas antes de um público seletivo assistir a ópera “A danação de Fausto”, durante a inauguração do estabelecimento no ano de 1904, evidencia de forma clara as desigualdades sociais na cidade. Enquanto um grupo se deleitava com espetáculos no teatro, onde os sentidos se aguçam e os sonhos e as fantasias se manifestam, do lado de fora daquele lugar havia ocorrido um outro espetáculo: o da fome e da miséria humana.

Por isso, os aspectos realçados no filme, desde os carnavais dos elegantes, das apresentações no teatro Carlos Gomes, até o drama vivido pelos retirantes da seca, poderão suscitar “experiências de práticas cidadãs”³⁶⁶, uma vez que a narrativa do filme poderá incentivar o público a perceber seus laços de pertencimento e desenvolverem apreço pelos temas relacionados à cidade. De caráter aberto, o filme fornece pontos de partida a serem aprofundados interdisciplinarmente nas aulas de História, tais como a existência do trabalho infantil na cidade, a precarização das condições dos trabalhadores e a desigualdade social e habitacional em Natal. Tais temas enriquecem a construção do conhecimento significativo no ensino, já que – nessa experiência – o filme adquire novos sentidos e torna-se, pois, um produto revelador de “seres humanos, seus valores em disputa, comportamentos em

³⁶⁵ VEYNE, Paul. *Nem fatos, nem geometria, somente intrigas*, 1983, p. 44.

³⁶⁶ ARRAIS, Raimundo Pereira Alencar. *As identidades da cidade*, 2012, p. 26.

mudança, sua sociabilidade em cena, a manifestação de suas crenças, superstições, utopias”³⁶⁷.

Além da construção de sensibilidades, a proposta reflexiva presente no documentário poderá incentivar o interesse do aluno pela busca de documentos, escritos e iconográficos, que possam ajudá-los no reconhecimento da história da cidade, seus problemas e suas especificidades. Para tanto, é necessário que a produção fílmica, desde as atividades de planejamento docente, seja submetida a indagações que subsidiem e direcionem a prática sistemática com o cinema, assim como observa Marcos Napolitano. O autor propõe as seguintes inquietações a serem lançadas nesse processo: Qual o uso possível deste filme? Ele se adequa a que faixa etária e escolar? Como o filme pode ser trabalhado dentro de uma sequência didática ou no trabalho interdisciplinar? E, em especial, qual a cultura cinematográfica dos alunos?³⁶⁸

Este último questionamento é particularmente fundamental para que o professor compreenda a reprodução do filme como uma etapa de aprendizagem que está além do deleite intelectual, emocional ou do mero entretenimento individual. O reconhecimento do público-alvo, suscetível às atividades planejadas com o uso do cinema, possibilita a identificação dos limites dos educandos, de seus repertórios culturais e de suas possibilidades gerais. Afinal, o professor que busca utilizar documentários em sala de aula, até mesmo aqueles mais didáticos e direcionados ao público escolar, deverá evitar uma abordagem do filme como verdade científica sobre determinado tema e, pelo contrário, demonstrar como a obra artística resulta de leituras de mundo e perspectivas de seus realizadores e, portanto, não apresenta uma abordagem única possível ao tema retratado. Amarante César, ao argumentar sobre a vinculação do gênero documentário com questões contemporâneas, afirma que

[...] a potência de uma imagem está, assim, justamente na sua capacidade de ativar um campo de olhares e falas que dizem respeito a um investimento crítico que seja capaz de situá-la num lugar, num tempo, num espaço. [...] As imagens têm uma força educativa na medida em que podem ser instrumento de formação de miradas e

³⁶⁷ HAGEMEYER, Rafael Rosa. *História & Audiovisual*, 2012, p. 46.

³⁶⁸ NAPOLITANO, Marcos. *Como usar o cinema na sala de aula*. Op. Cit.

debates críticos que visam interrogar e responder como se produzem visibilidades e apagamentos e a serviço de quais interesses³⁶⁹.

A interpretação das fotografias presentes no documentário pode auxiliar, por exemplo, no processo de reconhecimento das “visibilidades” e dos silenciamentos de grupos sociais na cidade no início do século XX. Durante as exhibições do filme para as turmas do Instituto Federal do Rio Grande do Norte, de Natal ao interior do estado, percebemos que tanto professores e alunos se interessaram pelo modo como a narrativa do filme foi construída, sendo, em vários momentos, objeto de questionamento aos diretores. Uma narrativa não linear, de processos encadeados por uma outra lógica que não a cronológica, que não prioriza a história como recurso laudatório para os grandes homens, ainda causa certo estranhamento e também reflexão.

O filme procura fornecer elementos suficientes para que os telespectadores possam identificar as experiências dos grupos sociais de uma maneira não homogênea. Na cidade, como bem nos ensinou Henri Lefebvre, há distintas formas de perceber, viver e conceber seus espaços³⁷⁰. Isso fica evidente quando aparece no documentário as celebrações dos grupos de alto relevo social e o dos populares; dos dramas políticos, pela manutenção do poder e privilégios, aos dramas dos trabalhadores que “assentaram o calçamento das ruas” e os que foram mandados pelo Estado para trabalharem em seringais na Amazônia durante a primeira república. Os pontos de interesse dos espectadores nos permitiram pensar o filme como recurso didático e uma ferramenta de aprendizagem crítica para o desenvolvimento de sensibilidades quanto à História, formada por diferentes escalas de tempo e espaço, e no que tange à cidade de Natal e outras cidades como espaços de disputas sociais e políticas.

O filme também foi exibido para as turmas de Metodologia da Pesquisa Histórica, manhã e noite, da UFRN. O documentário fez parte de um conjunto de apresentações nas quais pesquisadores convidados, de diferentes áreas do conhecimento histórico, discutiram sobre suas pesquisas, dos procedimentos

³⁶⁹ CÉSAR, Amarante. *O que pode o documentário?*, 2019, p. 7.

³⁷⁰ LEFEBVRE, Henri. *La producción del espacio*, 2013.

metodológicos, do uso de documentos até a feitura do texto. Uma dessas apresentações, na qual o “A província moderna” foi exibido, dizia respeito ao uso do cinema, do audiovisual, como documento histórico. Os alunos se mostraram bastante receptivos ao filme, comentaram sobre a quantidade imagens e questionaram sobre os procedimentos de pesquisa. Alguns discentes indagaram sobre o modo como os diretores articularam o tempo de uma maneira não cronológica; outros destacaram a importância da música no filme, da trilha sonora, como uma maneira de despertar o interesse dos espectadores pelo tema exposto. Um aluno apontou o fato de o documentário apresentar outros personagens da História, mas que, por vezes, eram esquecidos ou silenciados. Ele afirmou que “o áudio, somado a fotos marcantes sobre esses personagens, lembra que a história também é feita por pessoas que, em outras narrativas, não são lembradas”. Em seguida, ele analisou: “inclusive, a foto que finaliza o vídeo traz a imagem de homens trabalhando sobre os trilhos do trem revelando uma “aparência fantasmagórica”.

O documentário foi abordado como uma fonte, o fruto de um trabalho de pesquisa histórica e produção audiovisual – aspecto que o professor Raimundo Arrais demonstrou exibindo os créditos, comentando sobre as etapas da pesquisa e fazendo uma comparação entre o texto do roteiro (que também foi mostrado aos alunos, ressaltando as particularidades de sua estrutura) e o produto final. Sobre o processo de pesquisa, um aluno ligou um trecho do documentário a uma aula ministrada anteriormente sobre acervos de pesquisa. Ele percebeu que os créditos faziam referência à Biblioteca Nacional da França como um dos acervos consultados e indagou se o material de pesquisa lá consultado fora o que serviu de base para o trecho sobre a morte de Augusto Severo num acidente de aviação em Paris (observação correta da parte dele). Isso serviu para ressaltar que nenhum objeto de estudo está isolado, que é possível fazer ligações dele com o mundo todo e, por isso, uma pesquisa de história local não está necessariamente restrita a acervos locais.³⁷¹

As duas leituras possíveis exemplificam como as inquietações a serem enfrentadas por meio do filme estão particularmente relacionadas ao arcabouço

³⁷¹ A disciplina Metodologia da Pesquisa Histórica, ministrada pelo professor Raimundo Arrais, contou com dois alunos do PPGH-UFRN na condição de estagiários do Curso de Iniciação à Docência. Um do doutorado, Giovanni Bentes (autor do texto), que estagiou na turma do horário matutino, e Gabriel Barreto, do mestrado, que atuou no turno da noite, e que contribuiu com o presente trabalho fornecendo dados sobre a exibição do documentário na turma da noite.

cultural do público, capaz de desvelar – de modo peculiar – aspectos do tempo presente, problemáticas contemporâneas e subjetividades. Durante a apresentação deste trabalho, por exemplo, no IX Colóquio Nacional de História Cultural e Sensibilidades, que ocorreu em Caicó, no período de 18 a 21 de novembro de 2019, constatamos que o documentário em questão pode “nos fazer ver e rever a vida real com novos olhos”³⁷². “Incrível”, “Uma obra primorosa”, “fantástico”, “imagens lindas” e “narração perfeita” foram comentários enfatizados por educadoras da Educação Básica e do Ensino Superior, presentes na ocasião. Esse conjunto de pessoas interessadas em uma educação reflexiva percebeu as nuances de um produto criativo sob a ótica de suas próprias práticas pedagógicas com alunos do Ensino Fundamental II e da Educação de Jovens e Adultos (EJA).

Duas docentes do Ensino Básico atuam na EJA, mais especificamente na cidade de Brejo da Cruz, localizada no interior da Paraíba, e lecionam para 64 alunos da zona rural do município. Atualmente, elas desenvolvem um trabalho intitulado de “olhares para o sertão”, baseado na análise de pinturas de Cândido Portinari e das impressões pessoais dos alunos sobre o sertão. Na zona rural, os estudantes vivem como trabalhadores e trabalhadoras na faixa etária de 38 a 64 anos. Diante dessa realidade, as professoras salientaram que o trabalho com o documentário será uma ferramenta pedagógica para que os alunos possam apreender a História por meio de fotografias, sons, linguagens e narrativas que se vinculam à realidade concreta, marcada - segundo as professoras - pelo “trabalho duro na roça”, mas também pela imensa vontade de aprender e de ensinar aos filhos a importância de questionar políticos da região sobre problemas gravíssimos, tais como a falta de água e a dificuldade no acesso à educação.

O documentário motivou uma discussão acerca de como essa produção pode aproximar os sujeitos de Brejo da Cruz de suas próprias tramas, na medida em que as cenas dos trabalhadores que viveram “entre os trilhos do trem e a lama do rio” e a dos retirantes da seca e trabalhadores nas obras públicas do Estado no século XX, podem suscitar a percepção dos alunos acerca da exclusão social no tempo presente. Isso porque, tal como constataram as docentes presentes ao longo das discussões ocorridas naquele colóquio, alguns discentes aprendem a disciplina no momento em

³⁷² CÉSAR, Amaranta. *O que pode o documentário?*. Op. Cit. p. 7.

Anais do IX Colóquio Nacional de História Cultural e Sensibilidades – Sertões: poder e representações.
Caicó-RN, UFRN – CERES, RN, 18 a 21 de novembro de 2019. ISBN 978-85-471-0298-2

que são colocados como agentes do processo educativo por meio de questões norteadoras que privilegiam a história local, o aprendizado e as experiências culturais prévias dos sujeitos. Por isso, quando as professoras assistiram ao filme e pensaram nos seus alunos, identificaram que, assim como a pintura, o uso do cinema em sala de aula "pode ser muito interessante para eles porque também fala deles", tal como afirmaram as docentes.

Outra docente, atualmente integrante do mestrado profissional em História no campus Caicó, relatou como o projeto e o documentário podem auxiliá-la na sua dissertação, em desenvolvimento, sobre os usos do cinema em sala de aula. Por meio das observações da coordenadora do simpósio temático, percebemos que esse documentário aciona as emoções e aguça as sensibilidades dos espectadores. Ela ressaltou como o exercício de pesquisa histórica, composição da narrativa e edição do filme potencializam e fortalecem o trabalho do historiador no campo profissional e no espaço escolar.

As palavras da professora demonstravam a admiração pelo produto, já que ela salientou a necessidade de desenvolvermos novas exhibições e discussões com alunos dos Estágios Supervisionados e professores do ensino superior e básico. Nesse sentido, conforme a professora realçou, o documentário possibilita a utilização desse gênero como instrumento de problematização do tempo presente, assim como das noções de tempo e espaço na História, visto que a própria narrativa entrecruza diversos aspectos da vida urbana de Natal no início do século XX, sob a perspectiva de uma História Urbana pulsante e em constante movimento de continuidades e rupturas.

Ademais, a presença de professores das disciplinas de História, Língua Portuguesa, Geografia e Artes visuais durante as exhibições demonstraram que as discussões estimuladas pelo documentário não se restringem à abordagem do documentário como atividade de lazer entretenimento, restrita ao tema, à verossimilhança dos personagens e à veracidade do filme em análise. Para além do conteúdo histórico, as discussões públicas acerca da produção do Grupo estimularam momentos enriquecedores de aprendizado acerca do exercício profissional do educador. O interesse dos docentes de diversas áreas do conhecimento pela exibição e apresentação do filme nas escolas públicas e privadas do Rio Grande do Norte sinalizam, portanto, que esse público considera a combinação de sons e de imagens

como um exercício de percepção dos aspectos constitutivos da feitura do filme, tais como a retórica do cineasta, a organização dos seus argumentos e as técnicas e procedimentos de montagem³⁷³.

Assim, considerando esses significados atribuídos à produção fílmica, no IFRN, nas turmas de Metodologia da Pesquisa Histórica do curso de História da UFRN e na apresentação relativa ao simpósio de Educação e Sensibilidades, constatamos que o “A província moderna” impulsiona novas abordagens temáticas, assimilando o documentário como obra de arte, fomentadora de novas propostas de trabalho durante as aulas de História e novas práticas reflexivas. Isso nos permite perceber que o trabalho realizado rendeu frutos que saíram efetivamente dos muros da universidade e foi capaz de ser compreendido por diversos públicos – não só alunos e professores, mas também os moradores do bairro de Mãe Luiza³⁷⁴ – com diferentes olhares, sensibilidades próprias e significados distintos sobre a educação significativa e suas possibilidades.

REFERÊNCIAS

ARRAIS, Raimundo Pereira Alencar. As identidades da cidade. In: ARRAIS, Raimundo Pereira Alencar; ROCHA, Raimundo Nonato Araújo da; VIANA, Hélder do Nascimento. *Cidade e diversidade: itinerários para a produção de materiais didáticos em História*. Natal: EDUFRN, 2012.

A PROVÍNCIA moderna. Direção: Artemilson Lima e Raimundo Arrais. Natal, 2019. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=no4vZVHUjBM&t=10s>>. Acesso em: 25 fev. 2020.

BOURDIEU, Pierre. What makes a social class? On the theoretical and practical existence of groups. *Berkeley Journal of Sociology*, n. 32, p. 1-49, 1987.

BRASIL. *Parâmetros Curriculares Nacionais: terceiro e quarto ciclos do Ensino Fundamental: História*. Brasília: MECSEF, 1998.

BENTES FILHO, Giovanni Roberto Protásio; MAIA, Thainá Moraes Avelino. O cinema como recurso didático: um relato de experiência na produção de um documentário sobre a cidade de Natal. In: VIII Colóquio Nacional de História Cultural e Sensibilidades, 8., 2018, Caicó. *Anais eletrônicos...* Caicó: UFRN, 2019.

³⁷³ Elementos realçados pelo historiador Rafael Rosa Hagemeyer na discussão acerca de legitimidade do audiovisual como fonte do conhecimento. Op. Cit.

³⁷⁴ Ver mais no site do Grupo de Pesquisa “Os Espaços na Modernidade”. Disponível em: <<https://espacosnamodernidade.wordpress.com/a-provincia-moderna-documentario/apresentacoes/>>.

Anais do IX Colóquio Nacional de História Cultural e Sensibilidades – Sertões: poder e representações. Caicó-RN, UFRN – CERES, RN, 18 a 21 de novembro de 2019. ISBN 978-85-471-0298-2

CÉSAR, Amaranta. O que pode o documentário? [Entrevista concedida a] Teresa Ruiz. *Na ponta do lápis*, ano XV, n° 33, p. 1-9, 04 set. 2019.

HAGEMEYER, Rafael Rosa. *História & Audiovisual*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2012.

LUCENA, Luiz Carlos. *Como fazer documentários: conceito, linguagem e prática de produção*. 2. ed. São Paulo: Summus, 2012.

LEFBVRE, Henri. *La producción del espacio*. Madrid: Capitán Swing Libros, 2013.

NAPOLITANO, Marcos. *Como usar o cinema na sala de aula*. 5.ed. São Paulo SP: Contexto, 2003.

VEYNE, Paul. Nem fatos, nem geometral, somente intrigas. In: _____. *Como se escreve a história*. Trad. de Antônio José da Silva Moreira. Lisboa: Edições 70, 1983.

UM ENSAIO SOB A ÓTICA DE ANÁLISE: AS NARRATIVAS EXÓTICAS SOBRE O OUTRO, O ISLÃ E A ÁFRICA NAS AULAS DE HISTÓRIA.

Vitória Maria Targino Filgueiras¹
Juciene Batista Félix Andrade²

INTRODUÇÃO

Constrói-se esse artigo de experiência³, a partir e sobre o desenvolvimento das atividades realizadas, haja vista, a importância da prática e dos efeitos em avanço a partir dela. Em contrapartida de experiências positivas, bem como, há a existência das negativas. É adentrando nesses dois aspectos, que irá discorrer a análise, intitulada *“Um estudo sob a ótica de análise: as narrativas exóticas sobre o outro, o Islã e a África nas aulas de História”*, com enfoque e problematização em algumas questões, dentre essas: De que maneira os assuntos desenvolvidos, propuseram a desconstrução do efeito exótico sobre o outro? É possível, compreender os conceitos e tornar mais dinâmico o estudo de identidades, vistas em sua maioria como ‘negativas’? Por último, de que modo, o inserimento de novas metodologias, torna melhor a compreensão do assunto e proporciona uma maior dinamicidade no ensino de História?

Ainda torna-se visível, o processo do fazer e ensinar história, através das aulas experienciadas, dinamizadas, e planejadas pelos discentes. Visto que, o modo de estudar história na rede básica, ainda encontra-se nos aspectos e pressupostos de desvalorização, tanto do professor, quanto da disciplina-ciência, mas, que em nenhum momento deixa se aniquilar ou se render pelas forças da incompreensão. Ao adentrar nesse contexto, pode-se ter em mente, que desde o século XIX, o ensino de História do Brasil era visto em conjunto com a História Universal numa posição secundária. Essa concepção curricular, segundo os estudos, ainda frequente no meio estudantil, denominada como “eurocêntrica” ou em voltas as ideias do “eurocentrismo”, ou seja, a história ensinada a partir de um centro – a história da Europa. Tal aspecto, faz-se importante ser citado e discutido amplamente nas aulas de História, para efetivar

o processo de desconstrução. E nesse contexto, se constrói e se delimita o material e pesquisa propostos para as possíveis experiências dos alunos, colocando em questão, o ampliar da formação histórica do educando, e posteriormente, contribuir para sua formação de cidadão. Também, no saber docente, é de importante estudo e conhecimento, sobre as Leis de Diretrizes e Bases da Educação (LDB)³⁷⁵, e dos Parâmetros Nacionais Curriculares (PCN)³⁷⁶. Estes que, por sua vez, ajudam a delinear um espaço de elementos correspondentes as políticas públicas educacionais, no que se referem a propostas culturais, pedagógicas, e sociais. De acordo com a autora (FONSECA, 2009, p.43):

O lugar ocupado pelo ensino de História nos anos iniciais do ensino fundamental (nas diferentes versões), durante décadas da educação brasileira, foi marcadamente caracterizado por uma concepção pedagógica que separava rigidamente a transmissão da reflexão, da descoberta, da possibilidade de construção dos saberes, do processo de alfabetização da criança. Esse processo inibia o processo de compreensão do conhecimento histórico como uma elaboração, uma possibilidade de permanente reconstrução do saber articulada ao processo global de alfabetização da criança. Assim, o professor acabava por cristalizar fatos, ideias e valores como verdades absolutas, inquestionáveis, dificultando o desenvolvimento da criatividade e da criticidade do aluno.

O que se coloca em questão, é de viés discursivo até os dias atuais, com efeito, é necessário uma problematização do ensino de História, e efetuar o distanciamento que é efetuado no senso comum de que o professor se deve limitar ao ser mero reproduzidor de conteúdos - do processo das datas e todos os acontecimentos históricos, e de que, os alunos devem ser espectadores e receptores do conhecimento. De modo algum, isso deve se concretizar. A desnaturalização desse processo acontece ao longo de décadas, principalmente no decorrer posterior aos anos de 1980 no Brasil. De modo, conseguinte (FONSECA, 2009, p.44):

No final da primeira década do século XXI, pesquisadores, formadores e professores possuem uma clara compreensão de que a escola constitui um espaço complexo de debates, fontes históricas e diferentes propostas do saber, sendo o livro didático de História apenas uma das fontes de saber disponíveis. Neste

³⁷⁵ Aluna da Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

² Professora da Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

³ A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (LDB 9394/96) é a legislação que regulamenta o sistema educacional (público ou privado) do Brasil (da educação básica ao ensino superior). Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12907:legislacoes&catid=70:legislacoes. Acessado em, 09 de Nov. de 2019.

³⁷⁶ No Brasil, os PCNs - Parâmetros Curriculares Nacionais são diretrizes elaboradas pelo Governo Federal com o objetivo principal de orientar os educadores por meio da normatização de alguns fatores fundamentais concernentes a cada disciplina. Esses parâmetros abrangem tanto a rede pública, como a rede privada de ensino, conforme o nível de escolaridade dos alunos.

sentido, a concepção de História como disciplina formativa aponta para a construção de novas práticas e possibilidades metodológicas que potencializam, indicam outras relações educativas entre o ensino de História e o processo de alfabetização da criança nos primeiros anos de escolaridade.

DOCÊNCIA E METODOLOGIA(S)

É neste aspecto, que se amplifica tal potencial metodológica e influência didática do professor, ao processo de dinamizar o ensino de História e compreendê-lo além da visão positivista, e consequentemente eurocêntrica. Adentrando no viés de estudos sobre o Islã e a África, ainda encontra-se discursos e interpretações preconceituosas, desde o contexto e desenvolvimento do aporte teórico, até o viés do estudo da memória e das lembranças incorporados ao ensino. Ou seja, torna-se fundamental compreender a história da disciplina - formação, diagnósticos, evidências, para que nos auxilie enquanto processo na reconstrução de saberes, dos currículos, dos livros didáticos. Em busca de um método que auxilie, na responsabilidade de uma história e ensino de história crítico, analisador e transformador. Em decorrência dessas questões : (FONSECA, 2009, p. 75):

Além dos portugueses, outros povos participaram da construção da nossa história: os índios, os negros africanos que foram escravizados e os imigrantes europeus, que vieram para o Brasil em outros momentos da História como trabalhadores livres. Esses temas favorecem investigações, registros e análises sobre as dimensões do cotidiano, do modo de viver, de trabalhar, as resistências e lutas desses trabalhadores na construção de nossa História. É importante que o aluno identifique a construção da história como algo coletivo, dinâmico, campo de lutas. Há inúmeros textos, documentos de época e imagens que permitem um diálogo crítico, o debate e a produção de conhecimentos em sala de aula.

Compreende-se o processo de reflexão no que significa e se desenvolve o ensino de História, na qual, se encontram intimamente ligados ao processo de construção da identidade docente. Que precisam, e se adequam a conexões no espaço que a História acontece. É dessa maneira, que se faz o amplo uso da ressignificação da História(s), do construir e elaborar a contemplação da historicidade nos educandos. E nesse meio, se delineia a fragmentação da teoria e prática, bem como, o surgimento de novas questões, tais como: “Como conduzir uma aula? Como se portar? Qual linguagem utilizar?”. Aquilo que somente na prática, torna-se possível tais questões se desenvolverem e se ramificarem. Mas, de antemão, se é possível, o pensar na aplicabilidade, na consciência do que se preparar, de como construir e desconstruir pensamentos, na produção de inquietações, e fundamentalmente, permitir a reflexão do mundo, através do campo da História.

A partir do processo de desconstruir e produzir inquietudes, constitui-se um importante pilar no planejamento das aulas, em volta de temas que permitem uma reflexão crítica, mas que gera determinado embate, diante as visões de mundo tão específicas já construídas. Em decorrência disso, surgiram e se desenvolvem meios de auxílio, em protótipo, ao se tratar a temática sobre a História da África, que pela Lei 10.639/03, torna obrigatório o ensino da história e cultura afro-brasileira e africana em todas as escolas, públicas e particulares, do ensino fundamental até o ensino médio. Fundamenta-se, pela proposta de vincular novas diretrizes curriculares para o estudo da história, cultura afro-brasileira e africana. Em exemplo: os professores devem resultar em sala de aula a cultura afro-brasileira como constituinte e formadora da sociedade brasileira, na qual os negros são considerados como sujeitos históricos, valorizando-se, portanto, o pensamento e as ideias de importantes intelectuais negros brasileiros, a cultura (música, culinária, dança) e as religiões de matrizes africanas.

Percebe-se que o ensinar História, vêm sendo delineado em aspectos de mudanças, principalmente no que se refere ao processo de formação dos professores e da mudança inicial e continuada do docente. O refletir criticamente proporciona o fechamento de lacunas, ainda tão presentes na sala de aula, tais como o ensino sobre a África e os Afro-brasileiros, como também, o ensino e conhecimentos sobre o Islã e o Islamismo. Quando tais assuntos, por escolha dos docentes produzem pouca aplicabilidade, torna a exigir, sensibilidade e postura crítica/reflexiva sobre nossas ações, de modo a tentar rever saberes e práticas. Isso porque: (FONSECA, 2009, p.83):

(...) cultivar uma postura reflexiva evita que os próprios docentes cultivem atitudes e preconceitos que desvalorizem a experiência de grupos sociais, étnicos e religiosos. Possibilita cultivar atitudes de tolerância e respeito à diversidade, e de crítica à desigualdade. Finalmente, a meu ver, ensinar e aprender História no atual contexto sociopolítico e cultural requer que retomemos uma velha questão, que é o papel formativo do ensino de História. Devemos pensar sobre a possibilidade educativa da História, ou seja, a História como saber disciplinar que tem papel fundamental na formação do homem, sujeito de uma sociedade marcada por diferenças, desigualdades e contradições múltiplas. Muito além da simples memorização mecânica de datas, fatos, acontecimentos e nomes de personagens, precisamos questionar e buscar compreender o como e o por quê das experiências históricas.

É essencial levar em consideração, o trajeto do ensino de História e as novas possibilidades advindas com ele. Compreender e acreditar no processo de mudanças, de propostas a permitir uma maior participação, desenvolvimento e ampliação dos saberes à qual envolve os discentes, os docentes e a comunidade escolar. Por conseguinte, não há como efetivar o processo participativo e a democracia sem o envolvimento de todos os segmentos da escola, o que inclui comunidade, alunos, professores e até funcionários que, de uma forma ou de outra interferem

na vivência escolar dos educandos, ou seja, há uma própria essência de participação entendida como processo de democracia. Portanto, a escola está inserida a todo momento, num processo político, não apenas porque contém uma mensagem política ou trata de tópicos políticos de ocasião, mas também porque é produzida e situada em um complexo de relações políticas e sociais das quais não pode ser abstraída.

Nessa perspectiva, o campo curricular da História, pode ser entendido no sentido de construir novas representações democráticas, isto é, dá margem ao conhecimento e estudo sobre os avanços, retrocessos, os contextos de luta e poder, principalmente no delinear de conceituações e a ampliação dos pensamentos em torno das exclusões. O desenvolvimento a seguir, consiste, no constituir o saber histórico e o amplificar em sala de aula, a partir da experiência do estágio, no contexto de novas práticas e desconstrução de assuntos pouco debatidos e estudados historicamente em sala. Trazer novas abordagens e ressignificar história(s), que não se encontram tão longínquas. No que concerne, em material didático pedagógico, fora pensado em aplicação, uma avaliação de aprendizagem, providenciando o processo de reconhecimento e a participação autônoma dos educandos. Principalmente, no viés de observar, para efetuar na próxima experiência docente, o repensar, replanejar, redefinir e revisar as práticas.

AS PRÁTICAS EDUCATIVAS E HISTÓRICAS

No que se desenvolve sobre o processo participativo em sala de aula, isto é, a partir da exposição do conteúdo, as aulas construíram-se de maneira natural e com efetiva participação dos educandos. De modo, a responderem perguntas, e de enriquecerem o material e as atividades propostas. Mostraram-se também entusiasmados e bastante agitados, ao exercerem um papel mais prático na sala de aula, em específico na construção de mapas mentais³⁷⁷. O que possibilitou reflexão acerca dos problemas, tanto na esfera individual, como do espaço coletivo no ambiente educacional, bem como, da importância no que tange às práticas avaliativas e que

³⁷⁷ Outra definição para mapa mental ou mapa da mente, vai de encontro a um tipo de diagrama sistematizado pelo inglês *Tony Buzan*, voltado para a gestão de informações, de conhecimento e de capital intelectual; para a compreensão e solução de problemas; na memorização e aprendizado.

estimulem o processo pedagógico, e que propagam continuidade no processo, fora de sala de aula.

Em detrimento dos aspectos mencionados acima, as aulas desenvolveram-se sequencialmente, no viés expositivo, de leitura textual, e atividade metodológica em torno da construção de mapas mentais, estes que, foram planejados no objetivo de desempenhar um processo mais participativo e dinâmico, na compreensão do conteúdo. Na qual, caracterizam-se, como uma ótima ferramenta de auxílio didático, e em processo de construção, o mapa mental justifica a sua aplicação no encadeamento hierarquizado das informações de maneira não linear com formatação gráfica, colorida e contendo ilustrações que auxiliam na memorização e no aprendizado dos conteúdos abordados.

Na avaliação geral da atividade proposta, os alunos participaram em construção e entendimento do processo, delineando-se sobre o primeiro momento, há o sentir de dificuldades, pela falta do uso de novas ferramentas, bem como, do impasse em torno de sintetizar os assuntos estudados, mesmo tendo como auxílio o livro didático. Dentre alguns aspectos que podem ser citados, referente ao uso e produção de mapas mentais em sala de aula, propiciam vantagens reais quando o objetivo a ser alcançado é a transmissão de conhecimentos práticos com vista à memorização de procedimentos. Foi permitido, desenvolver de forma prática a temática da aula, retomando pontos e dialogando com contextos abordados em sala. Em detrimento dos objetivos específicos, desenvolveu-se o analisar de forma a selecionar pontos e desenvolvê-los no material; análise de imagens e leitura do conteúdo inserido no livro; criatividade no processo de construção dos mapas, para assim, compreenderem o estudo de História de forma mais dinâmica e criativa.

Diante disso, em sala fora ambientado o assunto sobre “África, a ancestralidade africana e os afro-brasileiros”, de modo, a evidenciar nos processos de criações autônomas, como uma das melhores formas de estudo, pelo modo de incentivo a pôr em exercício as capacidades de pesquisa, síntese e de coesão entre as partes para alcançar um resultado coerente e efetivo. Bem como, pelo aprimoramento e obtenção de conhecimento, depois de realizado um mapa mental, este que pode ainda ser consultado e alterado sempre que for necessário e do interesse do autor. Ou, até mesmo expostos, no ambiente de estudo. Faz-se necessário perceber pontos em torno das experiências, ou seja, da construção viva decorrente no interesse dos discentes, ao processo de detectar a autenticidade, do compartilhar visões de mundo, por fim, a

instrumentalização de uma História viva e cotidiana, que se estabelece no ambiente pulsante da sala de aula.

De tal modo, ao encontro de desta perspectiva, em *“A reflexão e a prática no ensino”*³⁷⁸, Segundo as autoras, no contexto de problematizar e apresentar outras formas de pensarmos o documento histórico (2012, p. 21):

Assim como o documento reflete as opções feitas pelos historiadores, a sua utilização em sala de aula, pelo professor, reflete a intencionalidade e caráter não neutro de sua ação pedagógica. Como não somos agentes sociais neutros, ao escolhermos determinado documento expressamos muitas vezes de forma subjetiva e inconsciente, o desejo por desenvolver esse ou aquele assunto, ou mesmo um determinado ponto de vista, e de forma explícita, o objetivo de levar o aluno a exercitar o papel de pesquisador e a necessidade de integrar ensino e pesquisa.

De forma que, a pesquisa no espaço escolar também se realiza no âmbito de abrir um leque de novas possibilidades, na desconstrução de preconceitos, demonstrando também, que na história o processo não é linear, mas reúne múltiplas temporalidades. E neste viés, se desenvolveram as aulas experiências do Estágio Supervisionado I, em detrimento das temáticas: *“Ampliando saberes: o mundo Islâmico”* e *“África em toda parte: por que conhecer a história da África?”*. Em decorrência destes assuntos, construiu-se o material de análise, no viés de caracterizar e estudar em sala os conteúdos citados, a fim de permitir o pensamento reflexivo e crítico, bem como, promover o estudo das representações, dos significados, de identificar os processos de narrativas exóticas em direção e sobre o outro, por fim, permitir que nos discentes se desenvolva o processo da diferença compreendida e respeitada.

No desenvolvimento da primeira aula, contextualizando o assunto sobre “O mundo Islâmico”, conteúdo referente ao 7º ano do ensino fundamental II, as aulas se caracterizaram de forma expositiva, pelo retomar pontos e o dialogar com novas abrangências. Houve também, a análise sobre a construção do oriente, tendo como enfoque desenvolver a criticidade dos alunos e o processo “desmistificado” da visão ocidental perante o oriente. Em objetivos específicos, foi possível aplicar o conteúdo através de conceitos chaves sobre o islamismo, de modo a compreender o processo histórico “visão do outro”, sobre religião e elementos culturais

³⁷⁸ Obra advinda da coleção, de número 6º, com autoria de Regina Soares de Oliveira, Vanusia Lopes de Almeida e Vitória Azevedo de Fonseca. Esta coleção traz, em cada volume, reflexões e orientações práticas para o professor das várias áreas do Ensino Fundamental Ciclo II, das redes públicas e privadas, acerca das questões mais atuais do ensino.

(caracterização e importância), por último, foi possível a desconstrução de preconceitos estabelecidos aos povos árabes (decorrente da visão ocidental).

Também, no processo inicial da aula, para além do conteúdo programático, houve perguntas-chaves para evidenciar e questionar sobre como tal conteúdo se manteve vivo no contexto de memória dos alunos, dentre alguns dos questionamentos: “Quando falamos em mundo Islâmico o que vem à mente?” e “O outro é visto como exótico (diferente) para você?”. Tais perguntas, até então simples, podem instigar no processo de conhecimento sobre a História, novas dúvidas e novos processos na desconstrução de pensamentos, em sua maioria, fechados na perspectiva de preconceitos e violências, em suma, vistas em matérias jornalísticas e televisivas. Também na aula, foi propiciada uma análise mais próxima sobre o conteúdo, como “elementos do cotidiano”, ou seja, fatos que ocorridos, ainda estejam na memória e que tornaram-se conhecidos por grande parcela da população, em exemplo, a queda das torres gêmeas.

Esta, que disseminou um objeto de interesse na aula, por abordar lembranças, dizeres, ou seja, tal aproximação, culminou numa associação importante para o conteúdo. Um estudo também, do processo de memória, das lembranças, e de como tais podem causar efeitos alegres ou preocupantes. O uso da memória, que se faz, a partir da contextualização e constrói-se como uma importante ferramenta no ensino e no estudo da História. É a partir da memória, que se torna possível o estudo da conversação de informações e até mesmo, da propagação e deturpação destas. Percebe-se que, há elementos que norteiam a História, e através do papel da memória, pode-se estabelecer uma melhor consciência, sobre o desinteresse presente na política e na sociedade civil, no entender e tornar a memória um processo de integração entre os homens. Em argumentação do contexto, e sobre a obra “*A reflexão e prática do ensino*”, as autoras adentram no capítulo 5, sobre o processo de Memória e História Oral, exemplificando que (2012, p. 81):

A memória individual sempre estará conectada à memória de um grupo (memória coletiva), uma vez que o indivíduo não faz suas reflexões baseadas somente em seu próprio referencial, mas em diálogo com outros indivíduos que participam do mesmo grupo que ele. Assim, a memória é influenciada por fatores como afetividade, desejo, inibição e censura, entre outros. (...) não devemos esquecer que a memória é passível de manipulação, sendo esse ato intencional. A manipulação da memória busca consagrar versões e papéis de determinados grupos sobre outros na história das sociedades.

Diante do aporte teórico descrito e utilizado, é possível identificar e refletir a respeito das identidades no que se refere ao Islã e a África, temáticas essas, ainda abordadas em sua grande maioria através de uma visão positivista, e também em um viés de olhar sacralizado pela

violência e outro pela pobreza. Nas aulas, foi possível utilizar e mostrar novas informações e aproximações a respeito destas populações. Também, desenvolver o propagar de novas lembranças, de conhecer e investigar os dois lados que contam e em sua maioria hostilizam tais processos históricos dessas civilizações. Importante que o aluno compreenda e identifique a construção da ‘memória compartilhada’, e que a definição de nossa identidade, assim como a de um grupo, é feita por meio da memória coletiva.

Por conseguinte, na segunda temática expositiva em sala de aula, pelo assunto “Povos Africanos”, desenvolveu-se também, sob forma expositiva, com enfoque principal sobre as manifestações da cultura africana no Brasil, o que evidenciou-se ao desvelar da riqueza cultural que nos é oferecida, remontando à grande interação que os negros tinham com a natureza, assim como, o faziam - fazem os índios brasileiros. Neste aspecto do desenvolver histórico, há a herança de valores e ainda, a influência dos povos africanos na música popular brasileira, na pintura, na dança. Tendo em vista, que o Candomblé no Brasil, por exemplo, ultrapassou o título de religião e passou a ser difundido através do ritmo dos tambores e das batucadas utilizadas no terreiro, do molejo das danças de adoração.

Há, pois, na cultura africana, o retrato de um povo que precisa ser valorizado diante de toda a riqueza que nos oferece. Em volta dos objetivos específicos, foi caracterizado o conhecer e compreender o processo histórico de formação do continente africano; desenvolver sobre as religiões de matriz africana e elementos culturais (caraterização e desconstrução do pré-estabelecido pela visão eurocêntrica); explicar sobre a influência africana no processo de formação da cultura afro-brasileira; e por último, se designou a desvelar a importância da ancestralidade e o “culto dos passados”.

Em apoio teórico para as aulas, utilizando-se a obra *“História e cultura afro-brasileira”*³⁷⁹, com linguagem acessível, o que propicia uma leitura fluente, a obra mostra que, apesar dos obstáculos impostos pela escravidão no Brasil, os africanos e seus descendentes encontraram meios para se organizar e manifestar suas culturas e, assim, influenciaram profundamente a

³⁷⁹ Com autoria de Regiane Augusto de Mattos, segundo a autora, foi pensado e elaborado de forma didática tanto para professores quanto para alunos. Com abrangência na lei nº 10.639, que tornou obrigatório o ensino da história e cultura afro-brasileira nas escolas, esse fato foi considerado um importante passo pelos movimentos de luta dos negros em todo o país. Um guia esclarecedor e abrangente, pensado e elaborado de forma didática tanto para professores quanto para alunos.

sociedade brasileira como um todo. Em contexto introdutório, remete-se atenção ao passo de que (2012, p.11):

A história das sociedades africanas foi, durante muito tempo, deixada de lado, em grande medida devido às ideias preconcebidas sobre o continente africano, produzidas, sobretudo pelos europeus, nos séculos XVIII e XIX. Como as sociedades africanas não apresentavam as mesmas instituições políticas, não possuíam padrões de comportamento e visões de mundo semelhantes aos dos europeus, a conclusão só podia ser uma: a de uma sociedade não civilizada e sem História.

Nas aulas, foi possível identificar dúvidas em relação ao conteúdo, principalmente no que se refere à amplidão que o continente confere e nos aspectos que contribuíram na formação brasileira. Dentre tantas questões, foi possível também, identificar pontos positivos e de conhecimento no que se refere às religiões de matrizes africanas, bem como, o delinear de curiosidades e respeito no entendimento para a compreensão e estudo sobre a ancestralidade africana e assimilá-la aos processos ritualísticos. De modo, a fazerem associações e perceberem a notória presença e influência em nosso cotidiano, de elementos ligados ou de pertencimento à cultura africana e afro-brasileira, em questões como: música, dança, pintura, esculturas e literatura. Segundo Mattos (2012, p. 12 e 13):

O primeiro aspecto que surge quando se trata de estudos a respeito dos africanos no Brasil é o papel destes como mão de obra escrava. É evidente, que esse não foi o único papel desempenhado pelos africanos na sociedade brasileira, mas foi o primeiro, aquele que impulsionou sua entrada no país. É por isso que a variedade das ocupações exercidas pelos africanos nas propriedades rurais e nas cidades não pode ser deixada de lado. O estabelecimento de grupos de escravos fugidos ocorreu em toda a América escravista, inclusive em várias regiões do Brasil, desde o século XVI (...). No entanto, os africanos não contribuíram apenas no âmbito do trabalho, mas marcaram a sociedade brasileira em outros aspectos: na forma como se organizavam em “nações”, na constituição de famílias (muitas vezes simbólicas), nas manifestações da religiosidade (catolicismo, islamismo e candomblé) e da cultura (língua, lundu, batuque e capoeira).

Dessa maneira, tal dinâmica produz nos educandos, um aporte melhor para o entender das diferenças, o compreender que o processo da História e das relações sociais se estabelecem a partir da dinâmica e da interação de diferentes povos e culturas. E também, que a História se concretiza em um tempo, em espaço e num processo de narrativa. Ou melhor, remeter ao aluno o processo de crítica e do evidenciar, que a todo momento a teoria estabelece argumentações, e que estas não são neutras, nesse mesmo encaminhamento se constrói o processo formalizado pelas mídias. Em sua força, de compor dramatizações que focalizam e tendem a um lado, e tal processo não pode ser tido com absoluta verdade ao telespectador, é preciso checar os precedentes, quais seus interesses e principalmente, qual o intuito de alcance com tais reportagens, tendo como exemplos, os jornais, as mídias sociais e a rede televisiva.

No processo de identificação ao desenvolvimento das aulas, características importantes chamaram atenção, bem como, casos de abertura para compreensão do tema. O entendimento, por exemplo, sobre a capoeira, além do seu caráter lúdico, do ‘brincar e festejar’, ao adentrar nas questões de resistência, que a capoeira representava um espaço construído por encontros e afirmação de solidariedade entre os membros de um mesmo grupo. O estudo das identidades propõe o esboçar ao encontro da leitura crítica, do criar novas formas de ver e expressar culturalmente a História. Houve também, ocasiões no entendimento dos ganhos de direito, dos encontros nesses dois povos assim descritos, estes que contém crenças, saberes, festejos, bem como, suas dificuldades e limitações. E que não é de bom agrado, compreendermos por uma mesma e única perspectiva, sendo possível entender que as narrativas compõem interesses diferentes e justificativas para exteriorizar certa ‘inferiorização’.

É desse modo, que se adentra no uso de novas metodologias no processo da construção do saber histórico, e de permitir que os educandos desenvolvam condições suficientes para construção de raciocínio crítico e transformador. No que tange ao conhecimento histórico vivenciado na prática comunidade-escola, no capítulo intitulado *“A formação do professor de História e o cotidiano da sala de aula”*³⁸⁰, segundo Maria Auxiliadora Schmidt (2015, p.57):

A sala de aula não é apenas um espaço onde se transmite informações, mas onde uma relação de interlocutores constrói sentidos. Trata-se de um espetáculo impregnado de tensões em que se torna inseparável o significado da relação teoria e prática, ensino e pesquisa. Na sala de aula, se evidencia, de forma mais explícita, os dilaceramentos da profissão de professor e os embates da relação pedagógica.

Diante desse aspecto, a sala de aula deve ser compreendida além da visão comum de um ambiente em vista da unidade neutra e imparcial de conhecimento. Há profundas relações tecidas no interior da sala de aula, e que não se isolam, a todo o momento entram e estão em contato com a comunidade externa. Esta, que deve ser colocada e planejada no aspecto de projetos educacionais e paramentada da visão teórica do conhecimento, pois há características analisadas que reforçam a desigualdade e o distanciamento nessas presentes estruturas. Nesse contexto, deve haver a tendência de vincular a prática de aproximação e principalmente de que, uma comunidade funciona de forma conjunta, e em termo principal: em conjunto com o ambiente

³⁸⁰ Capítulo advindo do livro “O saber histórico na sala de aula”, organizado por Circe Bittencourt. Fundamenta as questões acerca da formação histórica, e as diversas áreas que estão envolvidas. Colocando em discussão o ambiente de sala de aula, em seu local de pesquisa, prática e desenvolvimento pedagógico.

escolar, na qual produz frutos para um movimento democrático na formação de identidade e seus mecanismos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante da análise, é justificável perceber um ponto importante: o repensar na prática pedagógica, como algo que ultrapassa a determinação de teorias, metodologias, currículos e políticas públicas, constituindo-se com base nas trajetórias e memórias encarnadas em sujeitos sociais - no caso, educadores do campo da História. Por conseguinte, é significativo desempenhar um papel auto reflexivo de consciência, vivências e práticas educativas. E que se faz atual e necessário, a dinâmica entre educação e história, o discutir e dá luz a novos temas, tais como, o conhecimento histórico, ofício do historiador, os fatos da história, a dinâmica do tempo e o significado (relevância) desse saber na escola.

A relação ensino-aprendizagem da História possui implicitamente teorias do conhecimento e teorias da História, que se desenrolam num contexto educacional com pressupostos filosóficos e bases normativas. Ou seja, um dos caminhos, seria objetivar a produção de uma reflexão crítica, elaborar propostas, dentre tantos outros aspectos positivos. Dessa maneira, torna-se marcante a investigação relativa ao ensino de História, concebida no campo da educação, e que tem frutificado em nosso país, através de jornadas, seminários, dissertações, teses e publicações acadêmicas. Tal produção desempenha uma reavaliação em torno de nossas práticas enquanto graduandos e professores de História, ao vislumbrar uma melhor qualificação do nosso trabalho. O que dialoga e se interliga, na defesa da importância social do conhecimento histórico, assim como, ao valor de sua experimentação qualificada na escola. Visto que, há uma diversidade de maneiras de pensar, elaborar e aplicar ao Ensino de História.

A partir da experiência, foi possível conectar mundos e entendê-los em abrangência maior dos que lhe foi dado. Foi possível estabelecer emoções, até então, não sentidas. Perceber e envolver assuntos no cotidiano, instigar o pensar, o criticar, o desenvolver questões e argumentações. E se fez de grande importância, para o incentivo e a compreensão da história enquanto disciplina, enquanto ciência do passado seja utilizada e se reinventada de diversas maneiras na sala de aula. O que seria, portanto, a experiência docente em sala de aula? Se não, o conectar e compor processos harmoniosos na troca de saberes, perceber e entender o processo de agitação ou de isolamento a partir das diferentes experiências que compõem o

interior da sala de aula. O efeito exótico sobre o outro, mostra-se no exemplo, de ver o de outra nacionalidade sujeito à interpretações eurocêntricas e restritas.

Conectar a história e a torná-la cada vez mais viva, em sua chama acesa, dentre tais modificações cotidianas, nos novos saberes, nas novas dinâmicas, nas interações sociais que ocorrem ao passo de cada segundo. Frutificar questões, enfrentar incertezas, propagar a força do querer e do querer aprender ali, nas experiências, no cotidiano vivido e amplificado pelos alunos. Ou seja, tal processo inovador de fora, entra e participa da dinâmica escolar, e internamente na sala de aula. Neste sentido, visualizar os fluxos de novas informações, do aceleração no processo das relações e do conhecimento vindouro através destas, torna-se cada vez mais, essencial no que se refere à aula de História. Faz-se necessário, compuser uma escrita usual e de projeção nas novas possibilidades.

REFERÊNCIAS

ABUD, Kátia Maria. **Ensino de História** / Kátia Maria Abud, André Chaves de Melo Silva, Ronaldo Cardoso Alves. – São Paulo, 2010.

BARROSO, Véra Lucia Maciel *et al.* **Ensino de História: Desafios Contemporâneos**. Porto Alegre: Est Edições, 2010. 298 p.

FONSECA, Selva Guimarães. **Fazer e Ensinar História**. – Belo Horizonte: Dimensão, 2009. 296p. Obra de apoio pedagógico ao professor.

MATTOS, Regiane Augusto de. **História e cultura Afro-Brasileira**. – 2. Ed., 1º reimpressão. – São Paulo: Contexto, 2012.

O saber histórico na sala de aula. / Circe Bittencourt (org.) 12. Ed., 2º reimpressão. - São Paulo: contexto, 2015. - (Repensando o ensino).

SAID. Edward W. **Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente**. Trad. Tomás Rosa Bueno. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

PARA UMA HISTÓRIA ANTIGA SIGNIFICATIVA: A UTILIZAÇÃO DE MÍDIAS DIGITAIS E JOGOS COMO RECURSOS DIDÁTICOS

Alaide Matias Ribeiro¹

OS USOS DA ANTIGUIDADE NA CONTEMPORANEIDADE

No dia 16 de outubro de 2019, o presidente em exercício dos Estados Unidos da América, Donald J. Trump, em discurso proferido em uma conferência à imprensa na Casa Branca, Washington D.C., em conjunto com o 12º presidente da República

Italiana, Sergio Mattarella, falou que “The United States and Italy are bound together by a shared cultural and political heritage dating back thousand of years to Ancient Rome” ³⁸¹. A fala do chefe do Estado Norte-Americano repercutiu nas redes e mídias sociais entre os acadêmicos e classicistas, já que com essa afirmação incisiva temos, explicitamente, um uso do passado. Ao declarar que os EUA e a Itália compartilham uma herança legada da Roma Antiga, há mais do que a tentativa de insinuar uma aliança entre os dois Estados modernos, mas uma instrumentalização do passado romano. Todavia, essa prática de estabelecer uma herança, por vezes até semelhanças, entre o Mundo Contemporâneo e o que a historiografia tradicional eurocêntrica determinou como o Mundo Antigo Clássico³⁸² não é uma novidade no Ocidente. Conforme Marcia Vasques (2008, p. 220) “o uso que se faz do passado é ideológico. Ele serve para respaldar questões atuais.”. Portanto, percebe-se que, de fato, o retorno a um passado dito glorioso, configura-se em uma estratégia característica presente nos discursos e na produção histórica dos Estados-Nações produzidas por eruditos que data desde o século XIX³⁸³.

Essa apropriação da Antiguidade ou dos variados elementos que a constitui como um parâmetro a ser emulado, não se processa apenas na esfera política como argumento outorgador de legitimidade. Ela também está presente nas mídias, popularizando-se e chegando até nós – público acadêmico e não acadêmico, de crianças a adultos - por meio de suportes e linguagens diversas como a arquitetura, os livros de ficção, as histórias em quadrinhos, documentários, filmes, animações, séries, músicas, teatro, jogos analógicos, virtuais e videogames. Para exemplificar essa presença e, reduzindo a escala de análise, podemos citar a utilização da

³⁸¹ Graduada em História.

¹ “Os Estados Unidos e a Itália estão vinculados por uma herança cultural e política compartilhada que remonta milhares de anos até a Roma Antiga.” (tradução da autora).

³⁸² Compreendendo a periodização quadripartite da História Ocidental, percebemos que a História Antiga veio a ter como expoentes os espaços da Grécia Clássica e da Roma Imperial. Segundo Horden e Purcell (2000, p. 5), “The dazzle of classical Athens, imperial Rome, metropolitan Constantinople, cosmopolitan Venice is responsible to a large extent of the relative obscurity in which our ecological subject matter has for so long been wrapped.”. Uma preferência, portanto, que não só obscurecia outras espacialidades, mas também outros temas possíveis de investigação.

³⁸³ “Durante o século XIX na Europa, muitos Estados nacionais recém-criados buscaram construir uma memória coletiva que lhes possibilitassem ter uma identidade nacional, que os diferenciasssem daqueles que não eram europeus ou ocidentais. Nesse contexto, disciplinas como a Arqueologia e a Egíptologia, que estavam começando a se firmar cientificamente, passaram a ser utilizadas como aparato de base para legitimar as “origens” das nações. São essas disciplinas, juntamente com a História, que permitiram o conhecimento sobre as diferentes sociedades do espaço não-europeu, apresentando suas interpretações a respeito desses espaços. [...] Além disso, a constituição dos espaços como os museus nacionais foram essenciais para este processo, pois continham em suas exposições artefatos que possibilitavam que essas nações construíssem uma herança cultural.” (EGGERS, 2013, p. 9).

expressão *Panem et Circenses* que, escrita pelo poeta e retórico romano Juvenal (*Sátiras*, X), foi introduzida e ressignificada em diversos Estados, inclusive no Brasil. Tanto indivíduos como grupos de opiniões políticas e ideológicas, geralmente se referem a determinadas políticas como de “pão e circo”, querendo com isso especular que a dada ação caracterizada pelo espetacular estava relacionada uma alienação da população que, dessa forma, vendia-se³⁸⁴. Uma crítica aos “prazeres mundanos que, em excesso, impedem o cidadão de ter participação ativa em seu universo social.” (GARRAFONI, 2008, p. 189), por meio da degradação da figura do aristocrata Seiano e da plebe romana, que foi tornada, posteriormente, estereótipo de uma determinada atitude alienada da população num espaço e tempo diferente daquele do século II da Era Comum; uma apropriação e uso do passado.

Portanto, concordamos com Pedro Funari (2003) ao afirmar que a Antiguidade não está distante do nosso cotidiano. Constantemente estamos produzindo interpretações sobre esse passado que, de fato existiu. Todavia, essa produção não parte apenas dos historiadores e classicistas, mas também de realizadores, artistas e produtores, os quais não tem como prioridade a investigação de um problema de acordo com a metodologia histórica³⁸⁵. Como visto nos parágrafos iniciais deste texto, a construção de uma Antiguidade também partem de figuras públicas ligadas ao governo dos Estados, como presidentes, ministros³⁸⁶ e personagens de poder que assumem os valores culturais atribuídos aos gregos e romanos, tomando a democracia grega e o sistema imperialista romano como exemplos de superioridade ocidental em relação ao restante do mundo (VASQUES, 2008, p. 216-217). Ainda assim, devemos atentar para o fato de que essas interpretações, mesmo quando feitas por especialistas desse Mundo Clássico e partindo dos registros e fontes históricas,

³⁸⁴ “Todos já ouviram a máxima da lei no parágrafo único do artigo 1º da constituição federal, “O PODER EMANA DO POVO”, mas isso ocorre na pratica? Nossos representantes eleitos democraticamente através do voto popular contemplam as nossas reivindicações, ou a sociedade é refém desse sistema? Nossas demandas são ignoradas pela “política do pão e circo”?” trecho recortado da matéria “Ou a classe política no Brasil se recicla ou entra em colapso” de autoria de Rodrigo Lico, publicada no site Campo Grande News (<https://www.campograndenews.com.br/artigos/ou-a-classe-politica-no-brasil-se-recicla-ou-entra-em-colapso>, acesso em 19/11/2019, às 17h28min)

³⁸⁵ À exceção das produções que dialogam com a área de História Pública, que podem construir produtos tomando como referência obras historiográficas e textos acadêmicos.

³⁸⁶ Neste caso, menciono as performances do atual primeiro ministro da Inglaterra, Boris Johnson, que, caracterizado por muitos de seus partidários como um homem sábio e intelectualizado, demonstrou em várias ocasiões seu conhecimento e valorização acerca dos “clássicos” da Antiguidade. Como na palestra concedida no Melbourne Writers Festival (2013), na Austrália, quando ainda exercia o cargo de prefeito de Londres, declama versos da *Iliada* de Homero em grego. (<https://www.abc.net.au/news/2019-07-25/boris-johnson-recites-extracts-of-the-iliad-in/11338290>, acesso em 07/03/2020, às 12h40min).

são variadas, pois são feitas de acordo com o olhar da contemporaneidade e, principalmente, das preocupações próprias aos sujeitos que levantam as problematizações. Destarte, compreendendo a influência que a tradição clássica da historiografia tradicional exerceu no Brasil, legando ao país o que Norberto Guarinello (2014) denotou como uma identidade ocidental, consideramos, então, fomentar a discussão sobre a validade do ensino de História Antiga que, aparentemente, apresentam-se para alguns como distante da realidade sul-americana, brasileira, nordestina, norte-rio-grandense do século XXI.

O QUE HÁ DE SIGNIFICATIVO NA HISTÓRIA E NO ENSINO DE HISTÓRIA ANTIGA?

Caso nos orientemos pela definição proposta por March Bloch (2002) da História como o estudo do Homem ao longo do tempo – e no espaço –, estaremos diante de uma concepção abrangente e que não estabelece níveis de validade ou maior significância sobre determinados eventos, sujeitos ou objetos históricos. O foco é a compreensão dos problemas, eventos e processos, nas mais variadas espacialidades e temporalidades. Os recortes efetuados partem dos pesquisadores de acordo com suas próprias questões. No que se refere à seleção dos temas que devem ser ensinados nas instituições de ensino básico – seja da rede de ensino público ou privado – segue-se uma determinada lógica que é proveniente das legislações estatais. No Brasil, a Base Nacional Comum Curricular (2018) é esse aparato legal que determina os parâmetros, procedimentos e temáticas consideradas necessárias para a formação do cidadão brasileiro, tanto para o Ensino Fundamental II como para o Ensino Médio.

Para o Ensino Fundamental II, a BNCC (2018) orienta que o ensino de História seja pautado por três procedimentos básicos. Primeiro, a identificação de eventos, sua ordenação cronológica e sua localização espacial; segundo, a identificação, seleção e compreensão das fontes e registros históricos; e, terceiro, o reconhecimento e interpretação dos eventos por meio da formulação de questões, hipóteses e argumentos críticos. Nela, o ensino de História Antiga é voltado para o 6º ano, constando em três unidades temáticas: “A invenção do mundo clássico e o

contraponto com outras sociedades” - com ênfase nos aspectos culturais na Grécia e em Roma; em relação aos povos da África e do Oriente Médio, estes são visualizados na perspectiva de comparação com demais povos, inclusive os pré-colombianos e os indígenas originários do território brasileiro³⁸⁷. A unidade “Lógicas de organização política”, centrada na discussão dos conceitos de cidadania e política, expansão, conquista, conflito, negociação, fragmentação e interação. E, por fim, a unidade “Trabalho e formas de organização social e cultural”, enfatizando a discussão sobre trabalho livre, servidão, escravidão, comércio e, também, o papel da mulher nas sociedades.

Em articulação aos temas, a BNCC (2018) determina que habilidades específicas sejam desenvolvidas. Estas giram em torno dos procedimentos de conhecer e compreender os processos de continuidades e rupturas; identificar e analisar fontes históricas e formas de registro, tanto da cultura material como da oral; caracterizar, comparar, descrever, conceituar e discutir. Para o caso da História Antiga, interessa-nos a habilidade codificada por (EF06HI09), que propõe a discussão do “conceito de Antiguidade Clássica, seu alcance e limite na tradição ocidental, assim como os impactos sobre outras sociedades e culturas.” Essa sentença sumariza o que o professor, no processo de ensino-aprendizagem, deve estar apto a realizar. Não ensinar qualquer conteúdo – ou curiosidades - relacionado à História Antiga, mas problematizar o próprio conceito de Antiguidade, o que ele representou e representa na tradição historiográfica ocidental - da qual o Brasil faz parte -, como esse passado chega até o cotidiano dos discentes e qual o impacto ou influências que é possível perceber na nossa sociedade contemporânea. A crítica à Antiguidade, por meio da discussão do que é esse constructo e de que forma os temas que a constitui são tratados pelos sujeitos de acordo com as diferentes perspectivas e abordagens historiográficas, torna significativo o ensino e o estudo dessa área temática. Nesse contexto, os discentes entram em contato com o Outro distante no espaço e tempo, refletindo sobre os problemas inerentes a determinado contexto, construindo pontes de diálogos com o seu próprio mundo por meio de uma abordagem comparativa da História.

³⁸⁷ Sobre a inclusão dos tópicos relacionados à história da África dentro desse escopo da Antiguidade, em articulação com o estudo comparativo dos povos indígenas americanos, conferir a Lei nº 10.639/03.

Já para o Ensino Médio a BNCC (2018) postula uma série de competências e habilidades para a área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas que envolvem os seguintes procedimentos: a análise de processos políticos, econômicos, sociais, ambientais e culturais, compreendendo-os e se posicionando sobre eles; a tomada de decisões, a discussão da formação de territórios, fronteiras e das relações de poder; a análise das relações dos diversos grupos humanos com a natureza e seus impactos; as relações de produção, capital e trabalho; a identificação e o incentivo ao combate das diversas formas de injustiça, preconceito e violência, por meio da adoção de princípios éticos, democráticos, inclusivos e solidários; respeito aos Direitos Humanos; e, por fim, a participação no debate público como exercício da cidadania. Como a discussão é temática, não há o referenciamento direto às disciplinas como História, Geografia, Sociologia e Filosofia e aos anos correspondentes do ensino (1º 2º e 3º anos do Ensino Médio). Tal organização enfatiza, portanto, a problematização de conceitos e categorias gerais, aplicáveis em qualquer disciplina componente da grande área de Ciências Humanas e Sociais.

Todavia, apesar de tal sistematização ser considerada para alguns como pertinente para a formação consciente dos cidadãos brasileiros, para outros educadores a tematização pode ser considerada demasiada generalizante. No caso do ensino de História Antiga, proposto nos livros didáticos de História para o 1º ano do Ensino Médio, o docente pode ter dificuldade em realizar o processo de ensino-aprendizagem de forma que torne esse conhecimento temático significativo para os discentes. Some-se isso ao fato de que esse modelo exige “uma maior dedicação e preparo do professor, que deverá ter um tempo disponível para participar de reuniões pedagógicas e preparar sua aula de maneira adequada;” (VASQUES, 2008, p. 214). Diante dessa provável situação, o professor pode optar por desenvolver a discussão por meio da utilização de recursos didáticos além do livro prescrito pelas instituições de ensino de que faz parte. Recursos como as mídias digitais e jogos, que presentes na esfera cotidiana dos discentes, se bem instrumentalizados pelos docentes, pode estabelecer uma relação entre os assuntos discutidos em sala de aula e a vivência do educandos fora dela. É partindo dessa situação-problema que entra em cena o Grupo de Estudos de História Antiga (MAAT), como meio de prestar auxílio aos profissionais e interessados na área.

MAAT: PROJETO DE EXTENSÃO E GRUPO DE ESTUDOS DE HISTÓRIA ANTIGA

Iniciemos esta seção com uma questão que ainda permanece nos textos dos historiadores e historiadoras preocupados com o ensino de História: o que fazer para romper com o ensino de uma História que ainda é caracterizada como tradicional, de cunho positivista e evolucionista? Uma das respostas poderia ser dada enfatizando a atualização do próprio ensino de História. O que, de fato, foi pensado pelos teóricos da educação, especialmente, nas últimas décadas do século XX. São propostos novos métodos e procedimentos que partem da perspectiva de um método dialético, em que o objeto de conhecimento é concebido enquanto problema possível de ser analisado por meio da contraposição de argumentos (BITTENCOURT, 2005, p. 230-235) e da aula como acontecimento, elegendo “o fluxo do movimento como inspiração, rejeitando a permanência do mesmo e a fixidez mórbida do passado.” (GERALDI, 2010, p. 100). Outro encaminhamento possível, ainda em termos da atualização do método, é o que propõe a utilização de recursos didáticos no processo de ensino-aprendizagem para além do suporte físico constituído pelo livro didático. Foi pensando nesses problemas que o Grupo de Estudos de História Antiga propôs suas ações.

O MAAT surge inicialmente como um site, resultado de um projeto de monitoria desenvolvido no Departamento de História da UFRN sob a orientação da professora doutora Marcia Severina Vasques, em 2009.

“Partindo da necessidade de um grupo de alunos da graduação interessados no estudo de História Antiga, em meados do ano de 2009, criou-se o primeiro sítio eletrônico do grupo, História e Imagem no Oriente Antigo, alimentado com conteúdo proveniente do primeiro projeto de monitoria, orientado por Vasques. Com a criação de novos projetos, como os de Iniciação Científica, no ano de 2010/2011 e, conseqüentemente, a adesão de novos alunos ao grupo, houve a popularização do veículo e a necessidade de ampliá-lo. Optou-se, assim, por expandir a iniciativa em andamento, cujo projeto logo recebera um novo nome e endereço eletrônico: nascia assim o Núcleo de Estudo de História Antiga, MAAT (<http://www.cchla.ufrn.br/maat>), cujo conteúdo – que vai desde indicações de sítios e materiais a entrevistas com grandes pesquisadores da área –, visa atender a demanda crescente dos alunos de graduação e pós-graduação, bem como a sociedade no geral.” (CUNHA; FABRÍCIO, 2013, p. 2)

A proposta era a de criar oportunidades de acesso para professores do Ensino Básico e graduandos do curso de História ou de outras áreas afins a temáticas voltadas para a pesquisa e o ensino de História Antiga. Posteriormente, o projeto de monitoria se consolidou como Projeto de Extensão que atuava por meio do site e de uma página no Facebook. Por meio dessas mídias digitais, os integrantes do projeto levavam ao público externo informações sobre eventos e dos produtos resultados das pesquisas desenvolvidas na área. O objetivo principal do grupo é, portanto, a divulgação do conhecimento acadêmico-científico, comunicando e garantindo que “o que esteja sendo ensinado e pesquisado na academia chegue aos bancos escolares do Ensino Fundamental e Médio.” (VASQUES, 2008, p. 214). Assim, o grupo almeja tanto cumprir com o que se propõe um projeto de extensão universitário, como auxiliar os professores apresentando discussões de documentos e registros históricos, roteiros de aula, intervenções e jogos didáticos possíveis de serem aplicados não apenas na área temática de História Antiga.

Ao longo dos três anos de projeto³⁸⁸ o grupo colaborou com a melhoria do ensino em seus níveis Fundamental, Médio e Superior, desenvolvendo atividades em escolas, apresentando jogos em mostras científicas e atuando por meio das mídias digitais. Essa divulgação do conhecimento científico e acadêmico para um público mais geral, que normalmente não tem acesso ao conhecimento acadêmico desenvolvido na universidade, é possível em razão da internet. Portanto, o foco de atividades desenvolvidas pelo grupo é centrado em dois tópicos: mídias digitais – website³⁸⁹, página no Facebook³⁹⁰ e Twitter³⁹¹ - e jogos didáticos, por ora, analógicos.

A HISTÓRIA ANTIGA E AS MÍDIAS DIGITAIS

³⁸⁸ “Mídias digitais e educação: História Antiga na Web” (2017), do qual participei como bolsista (Faex); “História Antiga lúdica: jogos educativos e mídias digitais” (2018) e “MAAT: História Antiga e mídias digitais” (2019). Esses projetos, tal como o atual “História Pública: as mídias digitais e o ensino de História Antiga” (2020), podem ser visualizados na plataforma do Sigga.ufrn.

³⁸⁹ <https://maatufn.home.blog/>

³⁹⁰ <https://www.facebook.com/MaatUfrn/>

³⁹¹ <https://twitter.com/MaatUfrn>

As mídias digitais podem ser compreendidas como todos os recursos que partem da tecnologia digital e operam no campo do virtual³⁹². Dessa forma, instrumentos como computadores, aparelhos celulares, televisores e dispositivos de armazenamento (pen-drive, discos rígidos) bem como os conteúdos presentes nesses veículos são mídias digitais. Esse aparato que cresceu junto ao desenvolvimento das cibertecnologias e que foi e é utilizado para fins políticos e econômicos dos Estados “também responde aos propósitos de desenvolvedores e usuários que procuram aumentar a autonomia dos indivíduos e multiplicar suas capacidades cognitivas.” (LÉVY, 1999, p. 24). Compreendemos que essa autonomia é possibilitada pela virtualização, que pensada como um vetor criador de realidade, “fluidifica as distinções instituídas, aumenta os graus de liberdade, cria um vazio motor.” (LÉVY, 1996, p. 18) que permite a ação dos sujeitos.

Tendo em vista esse novo tipo de comunicação que revolucionou a forma como as pessoas interagem entre si e com o mundo à sua volta, o MAAT decidiu fazer uso desse instrumental para cumprir com a extensão proposta pela Academia. Assim, desde 2017, o Grupo de Estudos de História Antiga, atuando na forma de projeto de extensão, desenvolve atividades relacionadas à divulgação e ao ensino de História Antiga por meio das mídias digitais. Em especial, as redes sociais Facebook e Twitter, e o sítio eletrônico na plataforma WordPress.com. Tanto a página no Facebook como a do Twitter foi pensada para cumprir com três objetivos específicos: mapear, divulgar e apresentar. No primeiro caso, as mídias citadas funcionam a guisa de um mapeamento dos demais grupos e instituições acadêmicas no Brasil que desenvolvem atividades de ensino e extensão voltados à História Antiga. Em segundo lugar, através desses aparatos virtuais e das ferramentas de compartilhamento e retweet, o MAAT realiza a divulgação tanto desses grupos e instituições como dos eventos, cursos e outras atividades propostas (como a publicação de livros e chamadas para artigos em revistas especializadas) pelos mesmos. Além disso, há a divulgação de notícias de sites – nacionais e internacionais – sobre os mais recentes estudos sobre a Antiguidade. Por fim, é nessas mídias digitais que o MAAT apresenta ao público geral, por meio de citações e trechos de obras, o que é discutido nesse campo historiográfico.

³⁹² Para a discussão mais aprofundada do que é o campo do virtual e das várias acepções sobre o termo, conferir LÉVY, Pierre. **O que é o virtual?** São Paulo: Ed. 34, 1996.

Podemos afirmar que esses mesmos objetivos estão presentes no novo site do Grupo de Estudos de História Antiga (<https://maatufnrn.home.blog/>). Todavia, diferentemente do Facebook e do Twitter, o site possibilita ao público uma apresentação mais concreta do projeto, desde os membros da equipe ao objetivo maior do grupo:

“Com os projetos de extensão desenvolvidos no âmbito da UFRN procuramos, por meio do site e da página do MAAT no *Facebook*, levar à comunidade externa os produtos das pesquisas desenvolvidas com vistas ao aprimoramento do ensino de História e de História Antiga, em particular. São disponibilizados textos didáticos, traduções de capítulos de livros, propostas de atividades de ensino, produções de jogos didáticos e entrevistas com especialistas da área de História Antiga e estudiosos do Mundo Antigo. Dessa forma, procuramos alcançar um público amplo, tarefa somente possível atualmente pelas mídias digitais, com a finalidade de cumprir o papel social da universidade pública e gratuita, unindo na divulgação as atividades desenvolvidas nas esferas do ensino, da extensão e da pesquisa.” (texto retirado de <https://maatufnrn.home.blog/maat-2/>, às 18h06min de 01 de março de 2020)

O site está organizado de modo a facilitar a leitura dos visitantes, portanto, apresenta seis abas principais. Ao clicar na seção “MAAT”, o público será direcionado a um pequeno texto informativo sobre o nome Maat, junto à imagem de uma estatueta representando a deusa egípcia do equilíbrio, verdade e justiça³⁹³. Ao passar o cursor sobre a seção, serão apresentadas mais cinco subseções: MAAT (contendo a apresentação do grupo e seu objetivo), equipe (apresentando todos os integrantes do grupo, sua área de pesquisa e temas de interesse na História Antiga), projetos (um histórico dos projetos desenvolvidos pelo MAAT nos anos pregressos), eventos (um histórico dos eventos realizados/organizados pelo grupo, como minicursos, ciclo de debates, seminários e encontros)³⁹⁴ e contatos (informando o endereço de e-mail do

³⁹³ O esquema apresentado segue nas demais seções, cada uma contando com um texto informativo sobre o que é a seção e o que ela oferta nas suas subseções. Vale ressaltar que o site também apresenta na sua página inicial imagens-destaques com pequenos textos informativos sobre espaços e monumentos da Antiguidade.

³⁹⁴ É importante destacar nesse rol de produções dois tipos de eventos: o “Cine MAAT” e a CIENTEC (Semana de Ciência, Tecnologia e Cultura da UFRN). A proposta da primeira atividade é discutir a recepção e os usos da História Antiga na contemporaneidade por meio do cinema. A dinâmica utilizada se resume a exibição de um filme seguida de apresentação e debate mediado por professores especializados ou na área de Antiguidade ou no campo do cinema. O MAAT realizou o primeiro evento em 2017 e o segundo em 2019, projetando os filmes “The Mummy” (Dir. Karl Freund, 1932) e “300” (Dir. Zack Snyder, 2007), respectivamente. Em 2010 o MAAT exibiu

grupo³⁹⁵, os links para as páginas do Facebook e do Twitter, além do campo para contato ofertado no próprio site).

Na seção “MATERIAIS EDUCATIVOS”, voltada, em especial, para os professores e discentes, o visitante encontrará quatro seções: jogos (com a apresentação dos jogos analógicos produzidos pelo grupo como ferramentas didáticas, disponibilizados gratuitamente no próprio site³⁹⁶), propostas didáticas (atividades desenvolvidas pelo grupo para auxiliar os professores na discussão de temas transversais em sala de aula como gênero, identidade, sexualidade e diversidade cultural no mundo Antigo), fontes (subseção onde o visitante encontrará duas fichas-modelos de análise para fontes escritas e iconográficas disponíveis para download) e resenhas (disponibilização de resenhas fabricadas por integrantes do grupo sobre produções diversas sobre a Antiguidade). Na seção seguinte, intitulada “ENTREVISTAS”, o MAAT apresenta aos leitores entrevistas realizadas pelo grupo com profissionais especializados em Antiguidade, professores (as), egiptólogos (as) e arqueólogos (as), brasileiros e estrangeiros. Destaca-se, então, a pluralidade de temas sobre Antiguidade pesquisados, as metodologias utilizadas pelos estudiosos e as dificuldades inerentes aos trabalhos desenvolvidos.

Em sequência dessa seção vêm “PRODUÇÕES”, que reúne todos os trabalhos realizados pelos integrantes do grupo, organizados nas subseções: Teses; Dissertações; Artigos; Resenhas Acadêmicas. É importante ressaltar o papel facilitador das subseções, já que nelas os visitantes são redirecionados aos repositórios digitais das instituições de ensino superior, encontrando-se diante de outras produções acadêmicas. Além disso, a divulgação das produções dos membros do MAAT pode ser tomando como indicativo do quanto o grupo está colaborando com

e discutiu o filme “Ágora” (Dir. Alejandro Amenábar, 2009), todavia, o grupo não havia formalizado a projeção sob a denominação de CINE-MAAT, indicada posteriormente em 2017. Já em relação à CIENTEC, evento produzido pela UFRN com o objetivo de divulgação das atividades e projetos desenvolvidos na universidade, cabe mencionar a participação do MAAT com a apresentação dos jogos didáticos nos estandes temáticos para os visitantes (acadêmicos, professores, alunos e o público geral).

³⁹⁵ maat.ufrn@gmail.com

³⁹⁶ Desde 2009 os integrantes do MAAT desenvolvem jogos analógicos que podem ser utilizados em sala de aula pelos professores de História, os quais podem adaptá-los de acordo com a temática em discussão. Dentre os jogos elaborados, dois se destacam: “O viajante no Tempo” e “As aventuras de Odisseu”, pensados para o Ensino Médio e para o Ensino Fundamental II, respectivamente. Nos projetos mais recentes do MAAT, um dos objetivos propostos foi a atualização dos jogos produzidos, resultando na produção de um jogo de dominó sobre a religião funerária egípcia antiga (disponibilizado no site), e um jogo de cartas temático sobre a alimentação no Egito Antigo (que ainda será disponibilizado no site, junto aos seus respectivos manuais produzidos pelos discentes do curso de História e membros do MAAT, Hannah Cabral Dantas de Barros Teixeira e Francisco Jádson Pereira).

a formação de profissionais qualificados na área. Na seção “INDICAÇÕES”, o visitante será apresentado a uma listagem de bancos de dados on-line, internacionais e nacionais, que tratam da História Antiga. As indicações compreendem sites de bibliotecas, centros, grupos, laboratórios e núcleos de História Antiga, museus e revistas científicas especializadas. A seção vem, portanto, a concentrar uma gama de referências que podem ser utilizados para a pesquisa pelos interessados na Antiguidade e reafirma a ideia apresentada por Vasques (2015, p. 98) de que “além do contato que podemos ter com grupos de pesquisa, dentro e fora do País, o acesso às fontes disponibilizadas on-line é um aspecto fundamental para todo pesquisador.”. Por fim, a última seção é a de “NOTÍCIAS”, que informa ao leitor dos eventos futuros e das mais recentes publicações do site.

JOGOS ANALÓGICOS E O ENSINO DE HISTÓRIA ANTIGA

Apesar da virtualização em expansão, é preciso considerar que nem todos possuem acesso a esse tipo de instrumental. Algumas instituições de ensino básico da rede pública ainda não possuem todos os suportes necessários para o estabelecimento de uma modalidade de ensino que se efetive, em grande parte, por meio da virtualização. Todavia, mesmo com esses problemas estruturais, os profissionais atuantes no ensino – professores-pesquisadores que possuam os meios de acesso às mídias digitais - podem utilizar essas ferramentas para conseguir outros recursos didáticos a serem utilizados na sua prática docente. Nesta breve seção, falaremos da potencialidade dos jogos analógicos para o ensino de História Antiga, pois defendemos a ideia de que “a utilização de práticas lúdicas corresponderia a uma alternativa viável para a melhoria do ensino, aliando criatividade, dinamismo e baixo custo na produção desses materiais didáticos.” (CUNHA; FABRÍCIO, 2013, p. 10). Ideia fundamentada por meio das experiências vivenciadas ao longo da participação no Grupo de Estudos de História Antiga (MAAT)³⁹⁷.

³⁹⁷ Além das experiências na participação do grupo na CIENTEC (2011, 2012, 2013, 2017 e 2018), acrescenta-se a aplicação dos jogos na escola Ciências Aplicadas (Natal/RN) em turma do 6º ano do Ensino Fundamental II, e a oficina “MAAT e a produção de jogos didáticos”, seguida da aplicação de jogos para alunos da graduação da Universidade Potiguar (UnP) no XI Congresso de Educação.

De acordo com Johan Huizinga (2007) o jogo tem um determinado sentido, uma funcionalidade que o torna uma atividade significativa, social. Todo jogo é uma simulação da realidade, uma luta por algo ou uma representação de algo. É criação da imaginação semelhante à própria linguagem e ao mito, uma metáfora que relaciona o pensamento e a materialidade que nos cerca. Ainda segundo o historiador holandês, o jogo é caracterizado pela liberdade (na forma de expressão de algo que acontece pela voluntariedade dos sujeitos que jogam), pela evasão da vida dita real (em direção a algo que lhe é próprio), pela limitação (é finito, limitado nos âmbitos do espaço e do tempo), pela criação de ordem (que é específica e absoluta, criadora de ritmo e harmonia), pela tensão e pela existência de regras. Advogamos com essa perspectiva cultural sobre o jogo, somando a ideia de que essa criação imaginativa pode ser compreendida como um recurso didático, como uma ferramenta que deve possibilitar que os alunos (as) interpretem, reflitam e se posicionem diante de um determinado problema.

Os jogos didáticos podem ser uma resposta à questão colocada por Nilton Pereira e Marcello Giacomoni (2013, p. 14) de “como provocar encontros na aula de História, de modo que o gosto e o envolvimento por conteúdos tão distantes no tempo e no espaço possam permitir a aprendizagem?”. Todavia, o professor-pesquisador não deve apenas utilizar de qualquer tipo de jogo e esperar que a proposta tenha efetivação. É preciso que o profissional compreenda a complexidade da elaboração de um jogo que venha a surtir efeito como recurso didático, como um instrumento de conhecimento. Em síntese, para construir um jogo que possa ser utilizado nestes termos, o mesmo deve apresentar dois objetivos, um que é próprio ao jogo e um objetivo didático, um roteiro – fundamentando em pesquisa bibliográfica, no caso da disciplina de História, de pesquisa historiográfica – e, por fim, a elaboração de testes para verificar a aplicabilidade, a jogabilidade e a eficácia do jogo. Dessa forma, compreende-se que a elaboração de um jogo analógico³⁹⁸ é pautada por etapas que, segundo Marcello Giacomoni (2013, p. 1) deve levar em conta a existência de seis elementos básicos: temática, objetivos, superfície, dinâmica, regras e layout.

³⁹⁸ De acordo com Diego Medeiros, a categoria dos “Jogos analógicos compreende alguns aspectos dos jogos atuais, que podem ser jogados por pessoas de qualquer idade, independentemente do sexo e das condições de vida, em espaços abertos ou fechados, pequenos ou grandes, em movimento ou não.” (MEDEIROS, 2019, p. 58), sendo um exemplo comum desse tipo qualquer jogo de tabuleiro.

Como mencionado nas seções anteriores, o MAAT atua na produção desses tipos de jogos, enquadrando-os para os níveis do Ensino Fundamental II ou para o Ensino Médio. Para o primeiro nível foram produzidos jogos cuja ênfase estava na temática abordada: quebra-cabeças (sobre a arquitetura monumental das sociedades mesopotâmica, egípcia, grega e romana), jogo da memória (dos vestígios materiais e a sua utilização para a produção historiográfica), jogo do dominó (sobre os elementos da religião funerária egípcia), jogo de tabuleiro “As aventuras de Odisseu” (mitologia grega). Para o Ensino Médio: o jogo de tabuleiro “Viajante no Tempo” cujo objetivo didático é a revisão de conteúdo por meio de cartas de perguntas/respostas, que pode ser jogado em grupo ou individualmente; o jogo “A morte de César”, inspirado na dinâmica do jogo de detetive e que pode ser jogado individualmente, colocando os jogadores-alunos em contato com os espaços públicos, objetos do cotidiano militar e personagens romanos. Todos os jogos listados foram produzidos de modo a possibilitar a sua locação no meio digital e fazer com que os interessados apenas lidem com o custo da impressão dos jogos. Todavia, vale ressaltar que o professor deve estar atento ao modo como utilizará esses recursos didáticos em suas aulas, tendo em vista as suas possibilidades de efetivação em relação ao tempo de aula disponibilizados para tal.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A coordenadora do MAAT, Marcia S. Vasques (2008, p. 216) afirma que “a aula de História deve ser um espaço para reflexão e não para uma visão de História absoluta atrelada a datas e cronologias estanques.”. Nesse sentido, podemos considerar que a instrumentalização das mídias digitais e dos jogos analógicos possibilita a dinamização do processo de ensino-aprendizagem. Todavia, para que isso ocorra é necessário que o professor-pesquisador, atuando na forma de orientador ou mediador, procure atualizar seu conhecimento e se inteirar dos novos processos possibilitados pela revolução tecnológica, dentre eles, a virtualização da informação. Assim, buscamos enfatizar a necessidade da capacitação dos docentes de História para a atualização do seu exercício profissional, bem como para a proficiência dos diferentes recursos didáticos para a promoção de um processo de ensino-

aprendizagem significativo que pode ser estendido para além da área de História Antiga.

A utilização dos jogos analógicos no ensino de História permite com que o aluno se perceba como sujeito histórico, pois “no ato, conceitos históricos se gestam e passam a dar forma à vida, aos modos de vida, aos antigos presentes.” (GIACOMONI; PEREIRA, 2013, p. 19). Portanto, o aprendizado por meio dos jogos coloca em evidência habilidades que devem ser desenvolvidas na formação do cidadão, põe o aluno nessa realidade própria como um agente responsável e que, para conseguir alcançar determinado objetivo, deve se utilizar do pensamento crítico e do diálogo com o Outro(s). Aplicando-se esse recurso no ensino de História Antiga, na contextualização e reflexão sobre sociedades, sujeitos e processos distantes de nós tanto no tempo como no espaço, mas que são cotidianamente reconstruídas, percebe-se uma compreensão por parte dos discentes da existência e dos legados dessas outras realidades no nosso próprio espaço e tempo. Fazer com que os educandos desenvolvam o pensamento crítico acerca dessas apropriações, usos e reconstruções da História Antiga, tornando-a significativa para os mesmos, a partir das mídias digitais e de jogos analógicos foi e continua a ser um dos principais objetivos do Grupo de Estudos de História Antiga (MAAT).

REFERÊNCIAS

- BITTENCOURT, Circe Fernandes. **Ensino de História**. Fundamentos e Métodos. São Paulo: Cortez, 2005.
- BLOCH, Marc. **Apologia da História ou o Ofício de Historiador**. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.
- CUNHA, Liliane Tereza Pessoa; FABRÍCIO, Arthur Rodrigues. MAAT – Núcleo de Estudo de História Antiga: ensino, pesquisa e extensão em perspectiva. **XXVII Simpósio Nacional de História**. Conhecimento histórico e diálogo social. Natal, RN, 2013.
- EGGERS, Natascha de Andrade. **Egito Antigo e o Imperialismo britânico no século XIX**: as descobertas do antiquarista Giovanni Belzoni. 2013. 77f. Trabalho de

Conclusão de Curso (Curso de História) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2013.

FUNARI, Pedro Paulo de Abreu. História Antiga na Sala de Aula. In: KARNAL, Leandro. **História na sala de aula**: conceitos, práticas e propostas. São Paulo: Contexto, 2003.

GARRAFONI, Renata Serra. “Pão e circo”: uma expressão romana no cotidiano brasileiro. In: CHEVITARESE, André Leonardo; CORNELLI, Gabriele; SILVA, Maria Aparecida de Oliveira (Org.). **A tradição clássica e o Brasil**. Fortium, 2008, p. 187-197.

GERALDI, João Wanderley. **A aula como acontecimento**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2010, 208p.

GIACOMONI, Marcello P.; PEREIRA, Nilton M. Flertando com o Caos: os jogos no ensino de História. In: _____ (Org.). **Jogos e ensino de história**. Porto Alegre: Evangraf, 2013.

GUARINELLO, Norberto Luiz. **História Antiga**. São Paulo: Contexto, 2014.

HORDEN, Peregrine; PURCELL, Nicholas. **The Corrupting Sea**. A Study of Mediterranean History. Oxford, UK: Blackwell, 2000.

HUIZINGA, Johan. **Homo Ludens**. Espanha: Alianza Editorial, 2007.

LÉVY, Pierre. **O que é o Virtual?** São Paulo: Ed. 34, 1996.

LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. São Paulo: Ed. 34, 1999.

MEDEIROS, Diego P. Jogos analógicos como ferramentas estratégicas para as marcas. **Design & Tecnologia**, 17, 2019, p. 56-63.

VASQUES, Marcia Severina. História Antiga na sala de aula: considerações sobre um velho problema. In: DANTAS, Eugênia; OLIVEIRA, Iranilson (Orgs.). **Metodologia do Ensino e da Pesquisa**: caminhos de investigação. João Pessoa: Ideia, 2008, p. 213-221.

VASQUES, Marcia Severina. A pesquisa e o ensino de História Antiga: fontes e internet. In: VASQUES, M. S.; PEREIRA, H. A. de. A. R. (Org.). **Fontes Históricas**. Natal: EDUFRN, 2015, p. 95-118.

O RÁDIO E A EDUCAÇÃO NAS DÉCADAS DE 1970 E 1980 NO SERTÃO DO SERIDÓ POTIGUAR

Juciene Raquel de Lima Siqueira¹

Juciene Batista Félix Andrade²

RESUMO: Os objetivos desta pesquisa estão pautados em caracterizar historicamente o que nomeamos de educação à distância que se expressa também como educação não-formal através do rádio dentro do sertão do Seridó. Busca também analisar o papel do MEB (Movimento de Educação de Base) que permitiu esse tipo de educação acontecer no Brasil inteiro, sobretudo nas regiões do Nordeste, Norte e Centro-Oeste, a partir da década de 1960 com o objetivo de conscientizar uma população em massa que estava na periferia social, especialmente em índices de analfabetismo situada, sobretudo na zona rural. Viabilizava, desta forma: consciência de trabalho, de saúde, meios de produção, agricultura e, sobretudo, alfabetização. O MEB é responsável no compromisso com a intervenção dessa educação por meio da Rádio Rural de Caicó, o qual sua atuação está sendo analisada durante as décadas de 1970 e 1980. Para isso, foi consultado o acervo do MEB disponível no LABORDOC (Laboratório de Documentação Histórica), localizado na UFRN, campus CERES de Caicó. Está sendo desenvolvida: a análise de documentos, programações, revistas e entrevistas do MEB e atividades de campo dentre outros meios de intervenção. Foi identificada por meio destas a presença de relatórios que caracterizam as dificuldades de alfabetização, a presença de projetos alternativos como: a roça comunitária. O intensivo de agricultura do lar, além de atividades em comunidades com cursos de artesanato em linhas; datilografia; estampa em tecidos e de cozinheiro. Também foi possível o acesso às aulas descritivas das programações separadas por temas como Saúde Popular que possibilitou a educação sanitária para a população rural e comunidades carentes em que foi possível identificar a iniciativa de projetos de conscientização presentes em programações sobre cuidados com doenças comuns e higiene. Além de aulas de Matemática e Português, dentre outras disciplinas e atividades que estavam vinculadas ao cotidiano popular. Portanto, a radiodifusão educativa promoveu, a partir do seu nascimento no Brasil na primeira metade do século XX, a configuração da dinamicidade do ensino a partir do meio tecnológico do rádio a medida em que este foi se adaptando à realidade populacional.

PALAVRAS-CHAVE: Rádio. MEB. Educação.

¹Aluna da Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

²Docente da Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

ABSTRACT: The objectives of this research are based on historically characterizing what we call distance education, which is also expressed as non-formal education through radio within the Seridó of Seridó. It also seeks to analyze the role of the MEB (Basic Education Movement) that allowed this type of education to take place throughout Brazil, especially in the Northeast, North and Center-West regions, starting in the 1960s with the aim of raising awareness among a population en masse that was

in the social periphery, especially in illiteracy rates located mainly in the rural area. In this way, it made possible: awareness of work, health, means of production, agriculture and, above all, literacy. MEB is responsible for the commitment to intervene in this education through Rádio Rural de Caicó, whose performance is being analyzed during the 1970s and 1980s. For this purpose, the MEB collection available at LABORDOC (Laboratory of Documentation) was consulted. History), located at UFRN, campus CERES de Caicó. It is being developed: the analysis of MEB documents, schedules, magazines and interviews and field activities, among other means of intervention. It was identified through these the presence of reports that characterize the literacy difficulties, the presence of alternative projects such as: the community garden. The intensive agriculture of the home, in addition to activities in communities with courses in artisan lines; typing; print on fabrics and cook. It was also possible to access the descriptive classes of the programs separated by themes such as Popular Health, which enabled health education for the rural population and poor communities in which it was possible to identify the initiative of awareness projects present in programs on care for common diseases and hygiene. In addition to classes in Mathematics and Portuguese, among other subjects and activities that were linked to popular everyday life. Therefore, educational broadcasting promoted, from its birth in Brazil in the first half of the twentieth century, the configuration of the dynamics of teaching from the technological medium of radio as it was adapting to the population reality.

KEYWORDS: Radio. MEB. Education.

1.

Tratar da educação e do rádio sob uma ótica do MEB transmite, num primeiro momento, o sentimento de busca pelo entendimento de qual educação se trata e de qual rádio estamos falando. Mas, ao compreender que sua espacialidade se restringe ao Seridó Potiguar, essa dúvida fica ainda menos evidente. Primeiro porque a atuação do Movimento de Educação de Base durou da década de 1960 à 1980 e segundo

porque sabe-se que no Seridó esse trabalho foi desenvolvido apenas por uma rádio e com uma base pedagógica pautada em princípios específicos dos quais vão ser revisados mais a frente.

Desde 2018.1 a presente pesquisa vem sendo desenvolvida dentro do plano de trabalho intitulado *História da Saúde e da Educação pela programação do MEB (Rádio Rural, Caicó – RN, 1970-1980)*. Ao todo, foram analisadas documentações de mais de vinte caixas sobre o programa do MEB, localizadas no LABORDOC (Laboratório de Documentação Histórica), na UFRN/CERES - campus Caicó. Nelas contêm narrativas das programações do rádio vinculado ao MEB, mas também jornais, revistas e periódicos do MEB; as tipologias dos projetos de alfabetização, como os cursos de qualificação: exemplos do *Aprenda em Sua Casa*, do *Saúde Popular* e também o *MEB, Cultura e Alegria*. Encontram-se também relatórios descritivos e informativos do planejamento dos cursos e fotografias dentre muitos outros planos e intervenções do movimento na região do sertão do Seridó potiguar. No mais, para entender melhor o objetivo aqui buscado, é necessário se atentar para os dois principais elementos dos quais se extraíram os fatos: o MEB e a Rádio Rural de Caicó.

O primeiro elemento, o Movimento de Educação de Base-MEB, é juntamente com outros movimentos de alfabetização de levante popular uma ideia inaugurada durante os anos 1950, embora tenha sido estruturada já nos 1960. O projeto do MEB aparece então em 1961, criado a partir da aliança entre a Igreja Católica através do Conselho Nacional de Bispos do Brasil – CNBB e o governo Federal durante a vigência de Jânio Quadros. O objetivo principal do movimento era alfabetizar parte da população brasileira. Para isso, instalaram-se escolas radiofônicas nas regiões do Norte, Nordeste e Centro-Oeste, além de outras áreas mais carentes do país em que havia alto índice de analfabetismo, especialmente nas zonas rurais em que a educação presencial era de difícil acesso. Além de alfabetizar o programa contou com a ideia de promover uma educação que trouxesse consciência para essas pessoas recém-alfabetizadas. O educador potiguar Moacyr de Goes nos anos 1980 já enfatizava bem essa noção de tomada de consciência dos movimentos de alfabetização surgidos na década de 1960;

(...) a educação 'deveria ser considerada como comunicação a serviço da transformação do mundo'. Esta transformação, no Brasil, era necessária e

urgente, e, por isso mesmo, a educação deveria ser também um processo de conscientização que tornasse possível a transformação das mentalidades e das estruturas.³⁹⁹

Além de grande expressividade e comprometimento com a educação das camadas populares da sociedade, o MEB utilizou informações do cotidiano das comunidades que serviam com a finalidade de aproximar ainda mais o público. E por isso, alguns fatores como a agricultura de subsistência foram incorporados às programações e instrumentalizadas nas aulas e cursos como prática de aperfeiçoamento para os alunos/ouvintes que já a praticavam no seu cotidiano.

O outro importante é a Rádio Rural de Caicó que foi inaugurada em maio de 1963 e que antes mesmo de introduzir o MEB no seu contexto, já tinha os pressupostos de uma rádio educativa. Exemplo disso é o programa *Conversando com o Sertanejo* que para ARAÚJO⁴⁰⁰ é considerado um programa preparatório para a chegada daquele. No entanto, as primeiras aulas da escola radiofônica em Caicó foram iniciadas através do MEB ainda em 1963.

A Rural de Caicó intervém então como o veículo comunicador que possibilita essa educação à distância acontecer em grande parte do Seridó através da sua expansão de transmissão da rádio em cidades como Jucurutu, Acari, São José do Seridó, Carnaúba dos Dantas, Jardim de Piranhas e outras que são pronunciadas durante as programações da rádio. Embora essa transmissão fosse amplamente contemplativa, a própria rádio, assim como as outras que estavam ligadas ao programa do MEB, sofreu duras interferências, sobretudo ideológicas, durante o regime militar a partir do ano de 1964. Mas, conseguiu se manter com seus trabalhos até os anos finais da década de 1980.

Diante do vasto material e das abordagens já tidas com esse tema, este trabalho se preocupa em analisar criticamente a interação da Rádio Rural no cotidiano popular do sertanejo e como os conceitos do objetivo de intervenção dela estão ligados à atmosfera do sertão do Seridó, assim como objetiva analisar também a adequação do MEB ao público-alvo de forma linear, desde a alfabetização até a

³⁹⁹ DE GÓES, Moacyr. *De Pé no Chão Também Se Aprende a Ler (1961-64): uma escola democrática. O Movimento de Educação de Base (MEB)*. In: _____. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980. V.3

p. 43.

⁴⁰⁰ Monsenhor Ausônio Tércio de Araújo, autor de Rural de Caicó – 50 anos no ar.

Anais do IX Colóquio Nacional de História Cultural e Sensibilidades – Sertões: poder e representações. Caicó-RN, UFRN – CERES, RN, 18 a 21 de novembro de 2019. ISBN 978-85-471-0298-2

pedagogização fornecendo uma educação à distância alfabetizadora e, sobretudo conscientizadora.

2.

A política de conscientização do MEB adentrou na vida do sertanejo em todos os níveis de escolarização que as programações do rádio promoviam. Alguns esforços, nesse sentido, não foram demasiados, pois a linguagem utilizada durante os programas era extremamente didática. Na capa de um dos relatórios encontrados sobre a educação de adultos, diz a seguinte frase “Educar não é dar as nossas riquezas: é despertar nos outros a consciência de seus recursos pessoais”. O movimento, portanto, se engajou no compromisso de mudança social através da sua ação. Para o MEB, o processo de conscientização é intrínseco à própria educação, pois ela significa ajudar alguém a tomar consciência do que é, do que são os outros e do que é o mundo, complementando o que diz GÓES quando escreve sobre os movimentos de alfabetização popular do século XX;

(...) Pra o MEB a educação ‘deveria ser considerada como comunicação a serviço da transformação do mundo’. Esta transformação, no Brasil, era necessária e urgente, e, por isso mesmo, a educação deveria ser também um processo de conscientização que tornasse possível a transformação das mentalidades e das estruturas.⁴⁰¹

O movimento também estava sempre lembrando do seu papel na educação de adultos. Em uma das entrevistas concedida ao Boletim Informativo da Estadual há o seguinte diálogo:

ESTADUAL: O que vocês tinham como objetivo ao planejar o curso?

MEB: Dar elementos de conhecimento para capacitação das bases, fornecendo-lhes dados que permitissem o despertar de uma consciência crítica. Base de qualquer mudança de atitudes e comportamento.⁴⁰²

⁴⁰¹ DE GÓES, Moacyr. *De Pé no Chão Também Se Aprende a Ler (1961-64): uma escola democrática. O Movimento de Educação de Base (MEB)*. In: _____. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980. V.3. p. 43.

⁴⁰² Boletim Informativo, número 29. Ano: 1970.

Com conscientização e educação popular unidas, o programa mostrou-se fortemente ligada aos pressupostos freireanos, não é a toa que foram encontrados textos do Paulo Freire em boletins e revistas destinadas aos interlocutores nas pastas do MEB, que elabora o conceito de conscientização pautada na atitude e pensamento crítico. No texto do MEB intitulado *Como é vista a alfabetização dentro dessa concepção ingênua?* há a explicação para a tal concepção dentro do processo de educar que o educador cria ao teorizar a mecanização do ato de ensinar;

A alfabetização, segundo esta concepção, reduz-se ao ato mecânico de depositar nos analfabetos palavras, sílabas e letras. Este depósito é suficiente para que o homem analfabeto deixe de sê-lo. Esta concepção mecanicista do depósito de palavras envolve outra concepção, tão ingênua como esta, a que empresta a palavra um sentido mágico. (...)

Para a concepção crítica da alfabetização não é suficiente a mera mecanização de fonemas que somados formarão as palavras, mas é preciso desenvolver no homem a consciência crítica sobre a realidade concreta.⁴⁰³

O conteúdo produzido não se limitou, de fato, à mecanização de fonemas que somados formam palavras ou meramente à gramática. Dois anos depois do surgimento do programa, veio a cartilha *Viver é Lutar* destinada aos recém-alfabetizados que está completa de textos conscientizadores e motivadores que pudessem despertar na população sertaneja clareza sobre sua realidade diante do contexto social em que viviam. Na página 8 da cartilha tem-se o seguinte:

Pedro trabalha.

Sua mulher também trabalha.

Eles trabalham para sustentar a família.

Mas a família de Pedro passa fome.

É justo a família de Pedro passar fome? é justo o povo viver com fome?⁴⁰⁴

Prova que diante da estrutura social do sertão que não envolve somente aspectos de convivência e sociedade, mas também aqueles geográficos que delimitam a produtividade, o período de estiagem e as próprias relações de poder, a educação tem poder de salvar e libertar. Tem o poder de despertar no homem e na mulher o ato de denunciar e anunciar: denunciar a estrutura desumana e anunciar uma nova

⁴⁰³ Considerações sobre o problema da alfabetização – MEB. Boletim número 43.

⁴⁰⁴ Cartilha “Viver é Lutar”: 2º livro de leitura para adultos. *É justo o povo viver com fome?*. Rio de Janeiro, outubro de 1963. Fundo MEB, acervo CEDIC.

estrutura humanizada por meio da dialetização, segundo o conceito de conscientização através da utopia criado por Freire.

2.1.

A proporção de alcance da educação por meio da radiodifusão foi extensa. Dentre os boletins e relatórios de trabalhos não se encontrou relatos delimitados de todas as cidades da região do Seridó que foram atingidas. Mas diante das menções aleatórias, pode-se ter noção de que foi um número considerável, levando em conta a extensão desse sertão. Alguns dos fatores elencados durante a atuação do programa nessa região possibilitaram que a atuação do MEB fosse singular, assim como em todas as outras localidades. Com base no relatório anual do ano de 1986 pode-se notar que as informações locais atualizadas foram expostas, o que nos possibilitou atentar-se para dois aspectos importantes: primeiro que eram feitos estudos de área em cada região e segundo que para o MEB era fundamental não só analisar as condições básicas de vida do público-alvo, mas também expô-las.

A região do Seridó, onde está concentrada a área de atuação do MEB/Caicó, apresenta vários desafios para o trabalho de Educação Popular.

As secas que se constituem como fator degradante têm levado a população seridoense ao empobrecimento crescente, gerando como consequência outra série de problemas: fome, trabalho escravo, desemprego, falta d'água, etc... Com isso, a população sem nenhuma perspectiva de vida, abandona a zona rural, concentrando-se nas periferias urbanas, inchando-as e aumentando exageradamente o quadro de miséria: menores abandonados, promiscuidade, analfabetismo, desemprego e outros.⁴⁰⁵

Ainda nesse mesmo ano o programa *A história, o trabalhador e a terra* vez ou outra recolhia cartas dos ouvintes da rádio para ler quando fosse ao ar. Essas cartas têm poder revelador sobre o reflexo da educação à distância proporcionada pelo MEB, porque traz o sentimento, as dúvidas e a voz do ouvinte/educando à tona.

Querida equipe MEB, meu boa noite.

Volto novamente com mais uma correspondência para falar sobre o ato público em Natal.

Olhe, para mim foi muito proveitoso, por que deu para todos nós entender, que aqueles que vem as praças da cidade, e dizem que são os representantes do povo, não passa de demagogia. (...) Agora será mais fácil

⁴⁰⁵ Relatório anual de 1986 – características relevantes sobre a área de atuação.

da gente acabar com tanta politicagem daqueles que só pensam em subir. A nossa luta não findou. (...)

Não queremos violência, não queremos guerra, queremos terra para todos. Queremos uma reforma agrária ampla e imediata, que venha atender os anseios de todos os trabalhadores que não tem terras para trabalhar. Pois a gente não aguenta mais trabalhar de meias, por que quem vive de meia, queima os pés na areia quente.

João Januário Barbosa.

Comunidade de Saco Grande, Jucurutu.⁴⁰⁶

A transcrição da carta é fiel à gramática utilizada pelo remetente e, embora poucas discordâncias, é importante atentar-se para os fatos de que quem escreveu foi de fato alguém que passou pelos processos de ser alfabetizado e educado ao ponto de escrever sobre necessidades que se impôs ao ser ativada sua consciência crítica sobre sua própria realidade. Não se trata de uma busca pelo certo ou errado, mas entender que os processos educacionais emancipatórios destroem as barreiras criadas pela ignorância e falta de oportunidade, e que esses processos são necessários quando quem o busca está, de alguma forma, segregado e negligenciado no contexto social e político. E, portanto, o fato de João Januário Barbosa escrever sobre seus anseios mostra que, além de capacitado, ele consegue entender que uma reforma agrária é fundamental, que faz parte de uma luta política, e que a sua vida está fortemente ligada à essa luta política.

2.2.

Por trás do conceito de educação não-formal – aquela em que não há necessidade de diplomas – e formal também, existe a educação à distância reduzida à radiodifusão educativa, conceito mais amplamente discutido em PIMENTEL⁴⁰⁷ quando se trata de escolas radiofônicas enquanto meio propagador de educação. Em 1975, durante um dos programas do *MEB, Cultura e Alegria*, o locutor informa aos ouvintes que o XX é o século da comunicação, e, tendo em vista a invenção do rádio nesse período, ninguém fica mais sozinho. Além do mais, essa máquina possibilitou

⁴⁰⁶ Repercussão do programa “a história, o trabalhador e a terra” em terças e quintas (1986).

⁴⁰⁷ PIMENTEL. O rádio educativo no Brasil: uma visão histórica 1999.

a notícia, o humor, crônicas, informação e música. O MEB, Cultura e Alegria reforça aquilo que, inclusive, diz o fundador da rádio:

Para mim, foi a maior coisa da minha vida que eu já fiz, foi a fundação da Rádio Rural. (...) Foi um ponto muito interessante de formação. Não era somente religião, era também a educação do povo. Eu deixo a mensagem que ela continue, de tal modo que eu desejo que seja a fonte de educação religiosa e civil do povo do Seridó, porque o povo precisa de uma educação a toda prova.⁴⁰⁸

O Setor de escolarização da rádio foi o grande responsável para que a educação do povo se sustentasse da forma como fala Dom Manoel. Uma das formas de aula prática dentro desse setor, o *Aprenda em sua casa*, se caracterizou pelo amplo poder de trazer o ouvinte para perto daquilo que estava aprendendo através da programação oferecida pela rádio. Em um dos vários Aprenda em Sua Casa que em 1978 ia ao ar nas terças, quartas e quintas, o programa se dividiu em bloco de três para consagrar as noções básicas de subsistência. O primeiro programa intitulado de *Noções de agricultura (saúde X alimentação)*, o segundo *Noções de horticultura (horta doméstica e comunitária)* e o terceiro *Educação sanitária*, um complementando o outro numa espécie de curso para aqueles que já tinha a prática agrícola presente no seu cotidiano.

3.

Ao longo da pesquisa, percebeu-se que durante o trabalho do MEB na Rádio Rural de Caicó, foram elencados não só os fatores pedagógicos, mas também aqueles recorrentes ao caráter socioeconômicos vieram à tona juntamente com a programação que ia ao ar todos os dias. Esse fator se sobressaiu, sobretudo durante as programações/aulas sobre assuntos específicos: os de saúde, os de subsistência, os de moradia e trabalho dentre muitos outros que prova o valor que a conscientização tinha para o programa. E que mesmo durante o regime militar se firmou durante as décadas de 1970 e 1980. O recorte temporal trazido também traz uma explicação lógica. Foram sobre esses anos que os materiais da Rural de Caicó retrataram a trajetória do MEB no Seridó, antes disso não foram encontrados até então relatos e fontes que os notificassem no LABORDOC.

⁴⁰⁸ ARAÚJO. Rural de Caicó, 50 anos no ar. 2003.

As transmissões da emissora, dessa forma, elencaram inúmeros benefícios ao seridoense, em que na base desta pirâmide está a educação a serviço da transformação, sobretudo porque tratou de temas como higiene, saúde e doença, agricultura, horta e cultivo; pesca, comida, subsistência, sociabilidade, coletividade e religião dentre muitos outros temas ligados à esfera do sertanejo. Proporcionou também paralelamente uma práxis cotidiana no sistema educativo de Caicó e cidades adjacentes além de suprir a carência de escolas na zona rural dessa região.

REFERÊNCIAS

ALVES, Lucineia. Educação a distância: conceitos e história no Brasil e no mundo. *Revista Brasileira de Aprendizagem Aberta e a Distância*, 2011, 10.

ANDRELO, Rosane, et al. O rádio na educação à distância. *Observatório da Imprensa*, 11.

ANDRELO, Roseane. O rádio a serviço da educação brasileira: uma história de nove décadas. *Revista histedbr on-line*, 2012, 12.47: 139-153.

ARAÚJO. Ausônio Tércio de. *Rural de Caicó, 50 anos no ar*. Recife – Oito de Março Gráfica e Editora, 2013.

FÁVERO, Osmar. MEB–Movimento de Educação de Base–primeiros tempos: 1961–1966. *Paulo Freire: educação e transformação*. Recife, PE: Ed. Universitária da UFPE, 2002.

FREIRE, Paulo. Conscientização: teoria e prática da libertação: uma introdução ao pensamento de Paulo Freire. IN: _____. *Alfabetização e conscientização*. 3ª. Ed. – São Paulo: Moraes, 1980. p. 25 – 56.

FREIRE, Paulo. Pedagogia do oprimido. *A dialogicidade: essência da educação como prática* 56. ed. Ver. E atual. – Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014. Cap. 3. P. 107 – 166.

FREIRE, Paulo. *Educação como prática da liberdade*. Editora Paz e Terra, 2014.

FOUCAULT, Michel. *Ordem do discurso (A)*. Vol. 1. Edições Loyola, 1996.

GÓES, Moacyr de. De Pé no Chão Também Se Aprende a Ler (1961-64): uma escola democrática. In:_____. *O Movimento de Educação de Base (MEB)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980. V.3

GÓES, Moacyr de. De Pé no Chão Também Se Aprende a Ler (1961-64): uma escola democrática. In:_____. *Os movimentos de e alfabetização, educação popular e cultura popular nos anos 60*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980. V.3. p. 47-68.

PIMENTEL, Fábio Prado. O rádio educativo no Brasil: uma visão histórica. Rio de Janeiro: Soarmec Editora, v. 199, 1999.

Resenha do livro “a prática educativa” de Antoni Zabala Sanches Neto, L.; Darido, S. C.; Ferreira, L. A.; Galvão, Z.; Pontes, G. H.; Ramos, G. N. S.; Rangel, I. C. A.; Rodrigues, L. H.; Silva, E. V. M.

ROLDÃO, Ivete Cardoso do Carmo. "O Rádio Educativo no Brasil: uma reflexão sobre suas possibilidades e desafios." *Trabalho apresentado ao NP Comunicação Educativa do VI Encontro de Núcleos de Pesquisa da Intercom–Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, durante o XXIX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação–UnB–6 a*. Vol. 9. 2006.

ENSINO DE HISTÓRIA E ARTE: UM SERTÃO DE CONTRASTES NAS TELAS DE PORTINARI E THALES KELVEN

Gleice Linhares de Azevedo⁴⁰⁹

Raquel de Lima Silva Cavalcante⁴¹⁰

RESUMO

Este trabalho surge diante da necessidade de trabalhar História e Arte na Sala de Aula, pois são áreas que dialogam na construção do conhecimento. A arte é uma das ferramentas didáticas que pode ser utilizada para analisar fatos e contextos históricos pela sensibilidade do artista que percebeu aquela realidade. Neste sentido foram realizadas oficinas nas salas de aula da zona urbana e rural na modalidade EJA – Educação de Jovens e Adultos (Ciclo I-II), no município de Belém do Brejo do Cruz – PB. Selecionamos as telas: Os Retirantes (1944) e Criança Morta (1944) de Cândido Portinari; e quatro telas de Thales Kelven: Pássaros da Caatinga (2016), Caboclo do Sertão (2016), Nordeste Cultivando a Terra (2016) e De casa para o Terreiro (2019). A seleção das telas citadas se deu com o objetivo de analisar e contrastar o olhar de cada artista diante do sertão. Por conseguinte, o trabalho desenvolveu-se com apresentação das pinturas, diálogo teórico sobre leituras de imagem e contexto

⁴⁰⁹ Mestranda em História dos Sertões/UFRN/CERES. E-mail: gleicelinharesbbc@gmail.com

⁴¹⁰ Licenciada em História/UFRN-CERES. Especialista em Ensino de História. E-mail: raquellimasilva@hotmail.com

histórico, seguido de debate e finalizado com a produção de desenhos realizados pelos alunos, além de relatos de memória. Com a oficina foi possível verificar que os alunos se envolveram na atividade, se reconheceram nas pinturas onde retrata um sertão múltiplo, ou seja, um sertão visto pelo “espaço da saudade”, um sertão ainda praticado e um sertão ainda estereotipado.

Palavras-chave: Ensino de História. Sertão. Arte.

ABSTRACT

This work arises from the need to work History and Art in the Classroom, as they are areas that dialogue in the construction of knowledge. Art is one of the didactic tools that can be used to analyze facts and historical contexts due to the sensitivity of the artist who perceived that reality. In this sense, workshops were held in classrooms in the urban and rural areas in the EJA - Youth and Adult Education (Cycle I-II) modality, in the municipality of Belém do Brejo do Cruz - PB. We selected the canvases: *The Retirantes* (1944) and *Criança Morta* (1944) by Cândido Portinari; and four paintings by Thales Kelven: *Pássaros da Caatinga* (2016), *Caboclo do Sertão* (2016), *Nordestino Cultivando a Terra* (2016) and *De casa para Terreiro* (2019). The selection of the aforementioned canvases took place in order to analyze and contrast the look of each artist in front of the sertão. Consequently, the work was developed with presentation of the paintings, theoretical dialogue about image readings and historical context, followed by debate and ended with the production of drawings made by the students, as well as reports from memory. With the workshop, it was possible to verify that the students were involved in the activity, they recognized themselves in the paintings where they portray a multiple hinterland, that is, a hinterland seen by the “saudade space”, a hinterland still practiced and a hinterland still stereotyped.

Keywords: History teaching. Hinterland. Art.

INTRODUÇÃO

O ensino na educação de Jovens e Adultos/EJA é um desafio que, a educação enfrenta no Brasil nos últimos tempos, tanto por envolver questões sociais, por fatores de ordem econômica e problemas cognitivos dos próprios alunos. Neste sentido, muitas discursões tem surgido nas instituições acadêmicas e nas redes de educação

básica de todo o país para melhorar os índices de evasão escolar, como também a qualidade do ensino nesta modalidade. Portanto o projeto *Ensino de História e arte: um sertão de contrastes nas telas de Portinari e Thales kelven*, tem por objetivo compreender as representações do sertão pela leitura de obras de artes de Cândido Portinari (1944) e do artista paraibano Thales Kelven (2019).

A escolha dos artistas se deu pelo fatos, de ambos retratarem o sertão com olhares distintos, sendo Cândido Portinari artista reconhecido nacionalmente, sua arte traz temas voltados para a realidade social do Brasil a partir da metade do século XX, dentre suas obras *Os Retirantes* (1944) *Criança Morta* (1944), foram selecionados, pois tratam da temática da seca no sertão nordestino. E Thales Kelven por sua vez, é um artista contemporâneo, oriundo da microrregião de Guarabira, Agreste Paraibano. Sua arte Naif é voltada para um sertão verde, alegre e nostálgico. Foram utilizadas as obras *Pássaros da Caatinga* (2016), *Caboclo do Sertão* (2016) e *Nordestino Cultivando a Terra* (2016), *De casa para o Terreiro* (2019).

O caminho que se estabelece entre a história e os estudos da arte, demonstram o quanto essas áreas dialogam e se complementam, pois, uma pintura, assim como outros tipos de arte são fruto de seu tempo histórico. Contudo, discutiremos alguns conceitos como *Ensino de História e Imagens* Litz (2009), *Representação pelo olhar* de Sandra Pesavento (2003) e *Identidade e Memória*, pelo viés de Ferreira e Franco (2013). Nesta perspectiva as obras dos artistas mencionados representam dois contextos temporais distintos, mas que falam sobre o mesmo espaço, o sertão.

O horizonte da arte é muito amplo em relação ao que já se produziu sobre a região nordeste/sertão. Cenário para muitas análises e discursos em livros literários, como *Os Sertões* de Euclides da Cunha, ou *O sertanejo* de José de Alencar, chegando a ser palco de produções cinematográficas nacionais. Entre outras questões a arte servia também de letramento para as classes menos abastadas, e posteriormente, para os salões das elites que tinham acesso aos pintores de renome. A arte servia de leitura, como os livros convinhavam aos letrados. Hoje, ela tem um papel importante como ferramenta metodológica no ensino e como fonte histórica.

1 - A PINTURA COMO FONTE HISTÓRICA

A história dita positivista do século XIX, buscava unicamente as fontes oficiais produzidas pelo estado, mas com o advento da escola do Annales e a nova História, surge um novo enfoque teórico, abrindo um leque de possibilidades para estudo do passado ou o homem no tempo. Nesse campo, a história cultural⁴¹¹ ganha destaque com seus enfoques para uma história “vista de baixo” por meio das vozes dos que estavam “silenciados”, “esquecidos” e a margem da história. Por meio dessa nova abordagem surge novas fontes, dentre elas um campo de pesquisa que se volta para a leitura do ver, com as imagens.

Antes, os historiadores recorriam as fontes escritas em seus suportes de papel, e disto as fontes oficiais deveriam ter uma única interpretação. Essa realidade foi sendo superada. Surge um novo campo de possibilidades e de interpretações. É neste contexto que as imagens, sejam pictóricas, fotográficas ou móveis são consideradas fontes para a história. Dado esse valor documental e histórico das imagens para o campo da pesquisa, muitos historiadores as consideram como representações da realidade ou construções sobre o real. Isso mostra que as imagens instituem verdades, ideologias e percepções sobre seu contexto social e político de produção. Assim, as imagens não são neutras, elas nos têm muito a falar do contexto em que foi produzida. Elas foram feitas para serem vistas, apreciadas e, sobretudo, para contestar, dependendo do momento histórico representado na cena.

Seu valor de ilustrar textos, ornamentar as paredes das classes sociais abastadas perde sentido com o enfoque da história cultural, passando a ter uma outra abordagem, um outro valor para o estudo dos fatos, das ações do homem no tempo, representado nas imagens e nas ideias do autor sobre determinada realidade. Por meio da cena que compõem as pinturas podemos ter uma compreensão mesmo que superficial do momento histórico que se deseja representar ou contestar. Assim, segundo Pesavento:

(...) a imagem tem, para o historiador, sem dúvida, um valor documental, de época, mas não no seu sentido mimético. O que importa é ver como os homens se representavam, a si próprios e ao mundo, e quais os valores e conceitos que experimentam e que queriam passar, de maneira direta ou subliminar, com o que se atinge a dimensão simbólica da representação. (PESAVENTO, 2012, p.88)

⁴¹¹ História e História Cultural de Sandra Jatahy Pesavento aborda de forma sucinta o campo de possibilidades que se abriu com a história cultural.

As imagens são documentos que falam do seu tempo e, como na pintura, dá-se a ver como eram o cotidiano dos homens e suas práticas na sociedade. Por conseguinte, tem um valor simbólico e sentimental de acordo com abordagem que se institui da pintura e sobre ela. Neste caso as pinturas também tem importância para outras épocas posteriores, pois, servem de modelos e inspiração para novas releituras e interpretações do passado de acordo com os olhares das ciências que as estudam, como as ciências humanas, sociais e antropológicas. Por isso:

É preciso que se obtenha o máximo possível de informações sobre qualquer objeto iconográfico produzido, é preciso interroga-lo, realizar uma leitura crítica, perceber quais são as intenções contidas no mesmo: como e quando foram produzidas, sua finalidade, seus significados e valores para a sociedade que o produziu. (LITZ, 2009, p.3)

Assim, o trabalho com imagens exige um exercício de etapas para a compreensão da obra. Cada elemento de um quadro revela muito das ideias que estão representadas no conjunto da imagem. Por isso, deve-se estudar cada elemento posto para entender os significados que o autor emblema na pintura. Isso é muito importante diante das interpretações que surgem ao longo do tempo sobre a obra. Cada olhar é diferente, cada época pode enxergar de um determinado “lugar de fala”⁴¹², com seus valores e visões. Os significados atribuídos as imagens também mudam conforme o campo de estudo, ou seja, a abordagem pode enfatizar o lado histórico sendo visto pela história ou o lado estético e técnico, caso o campo de reflexão teórico seja à arte.

Diante da nova história cultural se percebe a importância da iconografia e suas representações sobre o mundo em um determinado espaço e tempo, principalmente com a pintura, sendo a mesma um artifício muito antigo dentro da história. Cada cena pintada do passado é inalterada, mas as possibilidades de interpretação não o são. Com isso, temos um prisma de interpretações e pensamentos que se constroem dando significados e ressignificando as pinturas e todos os tipos de iconografias, algo muito relevante para o campo da história que ampliou suas maneiras de estudar o passado por diversas fontes, o que conseqüentemente surge novos trabalhos e novas contribuições para se fazer história.

⁴¹² Conceito pensado a partir de Djamila Ribeiro.

2 - O PROJETO “ENSINO DE HISTÓRIA E ARTE: UM SERTÃO DE CONTRASTES NAS TELAS DE PORTINARI E THALES KELVEN”

“O bom de ser nordestino é ter força para viver, ter coragem pra lutar, sem ter medo de perder.”

Francineide Fernandes, 43.

Aluna da EJA

O Ensino de História no século XXI vem tomando caminhos cada vez mais tecnológicos de produção do conhecimento, e a imagem é utilizada como um dos suportes para problematização de temas atuais. Trabalhar com diferentes metodologias nesses tempos, é imprescindível para obtenção de êxitos, na construção do saber histórico na sala de aula. Onde a eficácia no ensino da disciplina de História na educação básica é baixa.

A iconografia, pintura, é uma ferramenta eficaz para o exercício de (des)construção, auxiliando o professor e o aluno nesse exercício de forma didática. Ajudam a fomentar discursões acerca das imagens que por sua vez não são neutras, mas carregadas de intensão, pois se referem à um determinado contexto social, temporal e espacial. Dessa forma “a leitura de imagem, assim, oferece caminhos para a pluralidade de ideias e ideologias coexistirem em um mesmo ambiente administrado pelo professor” (LITZ, 2009, p.13).

Não obstante, a experiência com imagens encontra-se com as memórias, dos alunos, que em seus múltiplos discursos, rememoram um passado sofrido, mas também nostálgico. Entendemos então que

A memória, por sua vez, não deve ser vista apenas como um repositório de dados sobre o passado. Ao contrário, ela é uma força ativa, dinâmica, seletiva, que define o que se deve esquecer e o que se deve lembrar do passado, e é também um instrumento e um objeto de poder. A memória não é neutra e é recuperada sempre em função das demandas do presente. Assim, falar de memória significa ter em mente uma relação que envolve o passado, o presente e o futuro. (FERREIRA; FRANCO, 2013, p. 108-109).

Diante do exposto, o projeto inicia-se com oficinas nas escolas das zonas urbana e rural, no segmento da EJA – Educação de Jovens e Adultos (I-II Ciclos)⁴¹³, no município de Belém do Brejo do Cruz, situada na microrregião de Catolé do Rocha, Sertão Paraibano, com população do último censo (2010) de 7.143 habitantes⁴¹⁴,

⁴¹³ O I e II ciclos compreendem às séries da 1ª a 4ª série do Ensino Fundamental.

⁴¹⁴ Dados do site do IBGE, 2010.

sendo 561 alunos matriculados do I ao IV Ciclo. Sabendo que nesta modalidade há um número de evasão escolar considerável, conseguimos atingir 64 alunos, como podemos observar na tabela a seguir:

Tabela de Dados

FAIXA ETÁRIA	CIDADE	CAMPO
20 – 30 ANOS	7	8
40 – 50 ANOS	18	18
60 – ACIMA	9	4
Total	34	30
Total Geral	64	

Fonte: Plataforma Saber

Créditos: Raquel Cavalcante

Diante da necessidade de auxiliar no ensino-aprendizagem, as oficinas foram pensadas em alcançar esse alunado diverso, em seu próprio cotidiano. Nesse intuito, para que pudéssemos problematizar o contexto social, político e econômico desse aluno, buscamos na arte, através das imagens acerca dos sertões expostos pelos artistas Portinari e Kelven.

Sendo as de Cândido Portinari

Figura 1 – Os Retirantes



Figura 2 – Criança Morta



Óleo sobre tela. 190 X 180cm

Fonte: itaú cultural

Óleo sobre tela. 182 X 190cm

Fonte: Masp

E estas são algumas das telas utilizadas do artista Thales Kelven

**Figura 3 - Pássaros da Caatinga
Cultivando a Terra**



Figura 04: Nordeste



Acrílico sobre tela. 61cm x 76cm.

53cm

Acrílico sobre tela. 70cm x

Fonte: thaleskelven.blogspot
thaleskelven.blogspot

Fonte:

2.1 – LENDO O SERTÃO

Ao pensar o sertão também devemos pensar em seus sertanejos, ou seja, em suas identidades. A identidade de acordo com Ferreira e Franco (2013) é um processo onde as pessoas se reconhecem e constroem laços de afinidades, seja pela religião, origem familiar, local de nascimento ou profissão, por exemplo.

Para que o contexto das obras fosse mais próximo, além das obras *Os retirantes* (1944) e *Criança Morta* (1944) de Cândido Portinari; selecionamos o artista Thales Kelven, este artista paraibano, que por sua vez, rememora um sertão de sua infância, onde as dificuldades também encontram o sossego, a paisagem e encontro com a natureza.

O tema foi inserido através de ampliação das imagens como recurso visual tangível (em papelão paraná 50 x 40cm), e de forma digital, com apresentação de slides. De início de forma bem informal, foi introduzido o conceito de leitura de imagem exposto por Litz (2009) e Joly (2012). Foi inferido aos alunos perguntas sobre a possibilidade de leitura de algo que não estar necessariamente escrito, dando início à discursão.

A cada imagem apresentada, elementos de leitura de imagem foram fluindo em seus discursos, e os alunos de forma simples, interagiram com as imagens, rememorando seu passado, além de histórias familiares, enriquecendo a discursão, viram o seu sertão como um “espaço da saudade”. Ao fazermos uma leitura simples, introduzimos os primeiros problemas como: o exagero de alguns elementos da imagem, a não literalidade e a intensão das imagens. Tal exercício foi desenvolvido através de questionamentos como: Quem é o autor? De onde ele vem? Que intenção teve ao desenhar dessa forma? Qual o objetivo da tela? As respostas foram diversas,

e os alunos conseguiram pensar além do que viam, pois o contexto social, econômico e político, também estão inseridos nas pinturas, e não somente nesse suporte, mas nas fotografias e monumentos, onde fazem parte de uma construção. Assim, os alunos começaram a pensar criticamente a respeito de seu lugar, pois se identificaram com as imagens, e perceberam também seus problemas sociais.

2.2 – QUAL É O SEU SERTÃO?

A segunda parte da oficina é o desafio de pintar o seu sertão, ou o sertão dos alunos, àquele sertão particular, onde os mesmos se veem seja na zona urbana ou rural. Um sertão que não somente tem a parte ruim demonstradas das telas de Portinari, mas também um alegre pelo olhar de kelven.

Os alunos ficaram animados com o desafio de responder com um desenho à pergunta: Qual é o seu sertão? Foram disponibilizadas folhas de ofício e coleções de cor. Destacamos algumas fotos dos alunos em meio aos desenhos.

Figura 05 – João Pereira, 80 anos



Fonte: Acervo das autoras

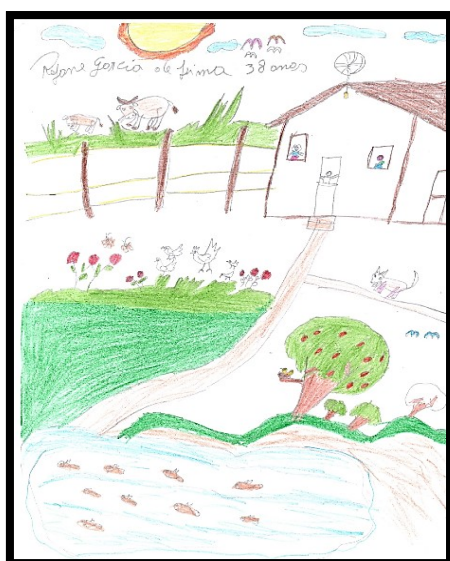
Figura 06 – Josefa, 74 anos



Fonte: Acervo das autoras

Os alunos fizeram seus desenhos, cada um de sua forma, mas com muito capricho. Tivemos vários sertões, dos mais recentes aos mais antigos. Vejamos alguns.

Figura 07



Rejane, 38 anos

Figura 08



Josefa, 74 anos

Podemos perceber, através dos desenhos um sertão não literal, mas idealizado. Os alunos a partir das discussões puderam mostrar, aquilo que nem sempre veem, mas como poderia ser, além de como para alguns o mesmo sertão, já foi. Perceberam a si, como fortes e resistentes diante da falta de atuação do poder público. Perceberam que além do clima desafiador e as secas, suas vidas podem mudar caso haja intervenção no combate a secas e outros problemas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As oficinas realizadas tiveram duas dimensões, uma voltada para a questão do ensino de história tendo a arte como ferramenta metodológica na sala de aula, a qual foi possível perceber o estreito diálogo com o campo da história, sendo a pintura fruto de um tempo e de um contexto social e político. A outra dimensão direcionou para a percepção da ideia de sertão na pintura representada por artista de tempos distantes, o que constatamos como o sentido muda de acordo com o olhar, o tempo e o espaço do artista.

Assim, as obras de Cândido Portinari e Thales Kelven possibilitaram perceber um sertão de contrastes visto pelo campo da arte e por artistas completamente diferentes em suas temáticas ao representar a realidade. Ora a visão que cada artista tem do sertão é resultado de sua carga cultural, construída a partir do contexto social de cada pintor.

Portinari não pintou o sertão, estando no sertão. O mesmo pintou através das imagens que presenciou, dos retirantes que perambulavam por Brodowski, cidade do interior de São Paulo. Essa construção da obra *Os Retirantes* remonta à mais uma imagem negativa sobre o sertão e ao nordeste muito presente na década de 1944, ano de produção das telas.

Essas análises foram discutidas com os alunos da EJA, onde percebemos que o sertão representado por Candido Portinari está distante da conjectura atual dos alunos, que vivenciam um outro sertão, como o apresentado nas telas pelo artista Thales Kelven. Essa proximidade com as telas do artista paraibano se deu pela

conexão com a realidade do aluno, pela representação viva, de um sertão verde, resistente e alegre diante de todas as adversidades.

REFERÊNCIAS

FERREIRA, Marieta de Moraes; FRANCO, Renato. História e Imagens. In: **Aprendendo História: Reflexão e Ensino**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013.

LITZ, Valesca Giordano. Iconografia. In: **___ O uso da imagem no Ensino de História**. Curitiba: PDE, 2009.

PESAVENTO, Sandra Jathay. **História e História Cultural**. 2.ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

RIBEIRO, Djamila. **Lugar de fala**. 2°ed. São Paulo: Pólen, 2019.

FONTES

KELVEN, Thales. **Pássaros da Caatinga**. [2016]. 1 fotografia. Disponível em: <http://talheskelven.blogspot.com/> Acesso em: 18 nov. 2019.

KELVEN, Thales. **Caboclo do Sertão**. [2016]. 1 fotografia. Disponível em: <http://thaleskelven.blogspot.com/>. Acesso em: 18 nov. 2019.

KELVEN, Thales. **Nordestino cultivando a terra**. [2016]. 1 fotografia. Disponível em: <http://thaleskelven.blogspot.com/>. Acesso em: 18 nov. 2019.

PORTINARI, Cândido. **Os Retirantes**. [1944]. 1 fotografia. Disponível em: <http://enciclopedia.itaucultural.org.br>. Acesso em: 18 nov. 2019

PORTINARI, Cândido. **Criança Morta**. [1944]. 1 fotografia. Disponível em: <https://masp.org.br/acervo/obra/crianca-morta>. Acesso em: 18 nov. 2019.

SOBRE A GUERRA DO PARAGUAI: ANTECEDENTES

Cleberon Vieira de Araújo¹

RESUMO

A Guerra do Paraguai, o maior conflito da América do Sul é um tema intrigante e que atrai debates e paixões entre os países envolvidos. Com muitas mortes, ao dizimar quase todos os homens do Paraguai, abriu-se um precedente de discussão sobre suas motivações e a sensibilidade da América Latina após essa contenda continental. Assim, esse breve trabalho trata dos antecedentes da Guerra do Paraguai e para tanto tem como objetivo apresentar algumas motivações anteriores ao conflito no contexto da América Latina, para fins educacionais. A metodologia utilizada é qualitativa e apoia-se na literatura disponível, e na experiência docente, a partir de autores como Pomer (1968) e Squinelo (2011).

Palavras-chave: Guerra do Paraguai, Antecedentes, Educação.

ON THE WAR OF PARAGUAY: BACKGROUND

ABSTRACT

The Paraguayan War, the biggest conflict in South America, is an intriguing topic and one that attracts debates and passions among the countries involved. With many deaths, by decimating almost all the men of Paraguay, a precedent of discussion was set about their motivations and the sensitivity of Latin America after this continental dispute. Thus, this brief work deals with the antecedents of the Paraguayan War and for that purpose it aims to present some motivations prior to the conflict in the context of Latin America, for educational purposes. The methodology used is qualitative and is based on the available literature and teaching experience, based on authors such as Pomer (1968) and Squinelo (2011).

Keywords: War of Paraguay, Background, Education.

¹ Professor da SEE/PB, Pós- Doutorando em Política Educativa, Estudos Sociais e Culturais (CENID/ México). E-mail: historia-geral@bol.com.br.

1 INTRODUÇÃO

A educação está envolta em processos de mudança e entendimentos sociais e, isso perpassa pela história de cada nacionalidade de forma diferente onde, cada qual implementa uma interpretação distinta da realidade imposta seja direta ou indiretamente ao longo do seu processo de formação.

Movimentos de independência, ou enfrentamentos de guerra, ganham diferentes interpretações e significados por parte de vencedores e vencidos a depender de interesses muito bem postos no jogo do poder ideológico que vai se configurando, a depender de muitos fatores, alguns controláveis e outros claramente tendenciosos quanto a sua interpretação e análise.

Nesse contexto, ganha-se espaço para análise a Guerra do Paraguai, que entre tantos títulos será o adotado por essa breve trabalho, por envolver quatro países da América do Sul por motivos que ainda hoje são objetos de estudos por especialistas da área de história, e

ciências correlatas, em todo o mundo ao chamar a atenção para situações peculiares em um período de disputas e constituição das nações platinas.

Assim, esse trabalho visa apresentar alguns antecedentes da Guerra do Paraguai no contexto da América latina ao passo em que se discutem algumas peculiaridades do maior conflito bélico da América do Sul.

A metodologia utilizada é qualitativa-positivista e apoia-se na literatura disponível para embasar as reflexões constituídas a partir de autores como Pomer (1968) e Squinelo (2011).

2 QUANDO A HISTÓRIA ENTRA EM CENA

A história está envolta em movimento constante e esse é posto pelo ser humano e suas realizações, logo segundo Marc Bloch (2001), a história tem por objeto de estudo o homem e por isso ela é a ciência que estuda os homens no tempo humano com os seus erros e acertos na tentativa de sobreviver.

Essas realizações são feitas sempre no presente e estariam ligadas em cadeia ao passado tendo em vista que o presente é resultado dos acontecimentos do passado e o seu estudo se dará apenas em um futuro do qual nada se conhece. (BLOCH, 2001).

Logo, cai por terra a alegação de que a história estaria vinculada tão somente ao passado tendo em vista a sua relevância ao interpretar o presente ao entender o passado e desenhar um futuro desconhecido.

A história é uma mestra, não somente do futuro, como também do presente. Ela pode difundir entre os contemporâneos sentimentos e pensamentos do mais nobre patriotismo. Uma obra histórica sobre o Brasil deve, segundo a minha opinião, ter igualmente a tendência de despertar e reanimar em seus leitores brasileiros amor da pátria, coragem, constância, indústria, fidelidade, prudência, em uma palavra, todas as virtudes cívicas [...] Só agora principia o Brasil a sentir-se como um todo unido. (MARTIUS, 1982, p. 106-107).

Sendo a história uma ciência, convém salientar que cada ciência possui a sua estética da linguagem e o historiador precisa perceber o papel da linguagem nos processos de interpretação tendo em vista um método e uma forma específicos de entender, conhecer e estudar os fatos históricos no tempo. (BLOCH, 2001).

O professor historiador teria a primazia na interpretação do fato histórico, mas como no Brasil a profissão ainda esta em fase de regulamentação, qualquer um que tenha conhecimentos históricos, ou acredite os ter, pode atuar como tal. Como o Brasil ainda, também, não possui um currículo bem definido, os professores geralmente acabam por seguir o livro didático com seus problemas e virtudes, o que acaba sendo um facilitador para aqueles que não possuem formação ou conhecimentos didáticos na área de história.

Sobre os livros didáticos cabe destacar que,

[...] é feito por equipes de pareceristas nomeados pelo MEC, na maioria das vezes mais vinculados ao ensino superior do que à educação básica. Os professores que adotam os livros e os utilizam no dia a dia participam apenas da escolha dos livros previamente selecionados por aquelas equipes, cujas sínteses de seus pareceres são divulgadas no Guia do Livro Didático. (FRANCO, 2014, p. 146).

Mas, esse mesmo livro que pode ser um facilitador, não é o dono da verdade e pode vir carregado de problemas o que só endossa a necessidade de um professor, de história, com uma formação sólida.

É urgente e necessária a desconstrução de noções acerca do livro didático como veiculador de uma verdade absoluta, repositório de toda a informação sobre o passado, informação essa que deve ser prontamente memorizada pelos educandos, em sequências lineares que dispensam a análise de processos. (BRASIL, 2015, p. 58).

Portanto, a mesma história que trata a Guerra do Paraguai e seus antecedentes, também trata de outras temáticas pulsantes e desponta como sendo uma ciência fascinante que interliga presente, passado e futuro onde, esses adentram a sala de aula pela maestria do professor que faz uso do livro didático como uma ponte na direção do conhecimento que deve ser reflexivo e sólido.

3 ENTENDENDO A GUERRA DO PARAGUAI: RUMO AO CONFLITO

Feitos e nomes surgem na história tendo ela grande importância em alguns países enquanto em outros chega, ao quase esquecimento. Tudo isso passando pela educação, ensino e aprendizagem por parte dos alunos e investimentos educacionais, em pesquisas especializadas e produção científica de ponta.

Assim,

[...] coloca-se a necessidade de ensinar História utilizando os instrumentos do historiador, derivando daí métodos e técnicas de trabalho, que apontam para atividades que devem estar presentes em todo o processo didático, resumidas nos seguintes pontos: aprender a formular hipóteses; aprender a classificar fontes históricas; aprender a analisar fontes; aprender a analisar a credibilidade das fontes; aprendizagem da causalidade; iniciação na explicação histórica. (LIMA, 2009, p. 54).

O professor historiador se faz importante nesse contexto social, enquanto pensador e promotor de ambiente de debates, pois,

[...] o processo exige uma mediação humana – do professor conhecedor dos significados aceitos e propostos para o ensino, e pressupõe que o aprendiz, ao captar os significados propostos pelo professor, está optando por uma aprendizagem significativa. (ALEGRO, 2008, p. 30).

O mesmo tem como premissa estudar e entender mediante as fontes, e logo compreender a lógica da história e as práticas e métodos que a produzem ao longo do tempo com vistas ao conhecimento histórico, humano e social em profundidade. (FERREIRA E FRANCO, 2009).

Ao adentrar no campo de estudos e ter contato direto com as fontes, a informação toma outra dimensão e transforma-se em conhecimentos apropriando-se das ideias históricas e gerando com elas e para elas significados que só a análise reflexiva e embasada pode produzir. (SCHMIDT; CAINELLI, 2010).

Logo, apontadas às premissas da história e do trabalho do historiador que também é professor, parte-se para o amplo sentido que a “Guerra do Paraguai” alcança nos países que a envolveram, sendo ela (ou seus resultados) vivenciada ainda hoje em alguns deles.

O contexto histórico abarcado [...] traz consigo uma série de questões postas para a própria definição de nosso país (Brasil), questões essas ligadas a Identidade Nacional, a consolidação da Nação, a construção de seu Panteão

de heróis, enfim a afirmação de nossa Identidade e de nossa História enquanto nação. (SQUINELO, 2011, p. 216).

Pomer (1968, p. 71-72) ao refletir sobre as motivações que levaram ao conflito aprofunda as discursões ao tratar de uma das polêmicas, entre tantas que são merecedoras de destaque, que envolvem o conflito:

No es una conclusión excesiva admitir que el grande y definitivo beneficiario de la guerra es el capitalismo inglés, que no solamente remacha las áureas cadenas con que sujera al Brasil a través de uma deuda em pavoroso crecimiento, sí no que el libre acceso al Mato Grosso y otras zonas del Imperio de brindará el disfrute de minerales, piedras preciosas y materias primas, y la posibilidad de vender mayor volumen de producción industrial.

Ainda no contexto de heroísmo que prefere morrer a desistir do conflito, Pomer (1968, p. 230) trata da coragem do soldado paraguaio ao afirmar que “[...] son caracterizados de una bravura, de un arrojo, de una intrepidez que raya a ferocidad sin ejemplo en la historia del mundo”.

Logo, estudar a história possibilita entender também os caminhos e descaminhos que essa produz enquanto fenômeno social. E, com o acordo secreto decretou a Tríplice Aliança tem-se que finalmente selava-se o pacto entre três países com vistas à destruição do Paraguai e a união de forças para tal fim.

Se os aliados já haviam decidido entrar na guerra vale salientar como o Paraguai estava organizado e quais os seus principais produtos que faziam parte de sua economia agrária.

[...] Antes de o Paraguai entrar em guerra, havia pouca coisa acontecendo por lá. O país era rural, atrasado, opressor e burocrático. Todo o dinheiro vinha da exploração da erva-mate, tabaco e madeira. Quase todas as terras, cerca de 90%, pertenciam à família de Solano López. (NARLOCH, 2011, p. 181).

A guerra, enquanto conflito continental, produziu a total destruição do Paraguai, ainda que esse tenha resistido bravamente em uma guerra desigual que produziu um país que teve a população destruída, mas, que mesmo assim manteve-se na Guerra até o seu final.

O Paraguai resistiu cerca de cinco anos a uma guerra que devastou seu território e desestruturou sua economia. O conflito causou a morte de mais de 300 mil pessoas, número que nas Américas só foi inferior às perdas humanas da Guerra de Secessão, nos Estados Unidos. (VICENTINO; VICENTINO, 2016, p. 275).

Mas, não se pode pensar que o Paraguai foi o único derrotado já que, mesmo entre os vencidos houve muitas baixas e resultados inesperados a curto e longo prazo que, até aquele momento eram inimagináveis.

A guerra provocou um endividamento do Brasil com o governo inglês, além de causar a morte de cerca de 40 mil brasileiros (sobretudo negros e mestiços). Também manteve o equilíbrio de forças na Bacia do Prata, embora a um preço exorbitantemente alto, dadas as grandes perdas geradas pela guerra. Internamente, a principal consequência da Guerra do Paraguai foi o fortalecimento e a institucionalização do Exército brasileiro. (VICENTINO; VICENTINO, 2016, p. 275).

Além do endividamento o exército brasileiro surge enquanto instituição de destaque no novo contexto do poder imperial do Brasil o que provocaria a irremediável Proclamação da República.

O Exército brasileiro, que até então praticamente inexistia, forneceu o maior número de soldados para as tropas da Aliança. Em janeiro de 1865, por decreto imperial, foram criados os corpos dos Voluntários da Pátria, com vantagens de soldo e gratificações para cidadãos entre 18 e 50 anos que se alistassem. (VICENTINO; VICENTINO, 2016, p. 275).

Os primeiros escritos brasileiros da guerra foram feitos logo após o desfecho do conflito e foi de cunho memorialista, atrelado a história tradicional, ao apontar o presidente paraguaio como único culpado do conflito. É nesse sentido que destaca-se a obra *Retirada da Laguna: episódio da Guerra do Paraguai*, do jovem engenheiro-militar Alfredo de Escagnolle-Taunay. O livro aborda algumas referências negativas sobre Solano López, e registra comumente a admiração com a belicosidade, disciplina, engenhosidade e operosidade dos guaranis, para justificar que a luta não era contra o povo paraguaio. (TAUNAY, 1871).

Com efeito, são apontados como motivos iniciais de destaque as questões fronteiriças, a navegação no Rio da Prata e o distanciamento político e diplomático de alguns países da

região aliado a belicosidade e a ascensão de um ditador (ou herói nacional) ao poder no Paraguai, Francisco Solano López.

Portanto, ao discutir a Guerra do Paraguai com amplitude de forma a apresentar mais de uma versão e as muitas teorias existentes em seu entorno, contribui-se com a formação de um aluno verdadeiramente atuante, fruto de professores com formação aquedada para tratar a temática em destaque, e que sabe interagir ao discutir a história do Brasil mediante um tema tão importante que contribuiu diretamente para transição do Brasil da monarquia para a república, prova maior da importância do conflito não só para o Paraguai, mas para todos que compuseram a Tríplice Aliança.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A história é um campo de estudos fascinante que pode despertar o interesse, a atenção e mesmo a curiosidade de alunos e mesmo pessoas que nunca frequentaram a escola dada a sua essência.

É uma ciência e como tal tem método, forma e profissional de atuação bem definidos para contextualizar fatos e acontecimentos históricos de forma a se aproximar da verdade tanto quanto possível.

Se o tema de estudos envolve o Brasil, ou mesmo uma localidade ainda mais específica, pode ganhar ainda mais espaço no campo subjetivo das discussões e, é o que pode acontecer quando se debate a Guerra do Paraguai e como essa teve início.

O tema da Guerra do Paraguai ainda é pouco estudado na educação básica o que suscita muitas dúvidas e material pouco formativo com muitas debilidades a serem melhoradas mediante as muitas pesquisas acadêmicas em curso.

Se a Guerra do Paraguai é pouco estudada, suas motivações para além do pouco estudo abre espaço para muitas controvérsias e polêmicas que visam, entre outras coisas, discutir sobre os reais culpados e motivações para um conflito tão destrutivo.

Em um cenário ideal, com a formação de nações, luta pelo controle do Rio da Prata e definições de fronteiras um personagem a mais faria a diferença nesse cenário instável e, tudo passa tomar outros contornos com a ascensão de Solano López ao poder no Paraguai.

Portanto, há muito a ser estudado e um longo caminho a percorrer quando o tema é a Guerra do Paraguai, mas, partir das reflexões feitas e incrementar o ensino e a aprendizagem

na sala de aulas da educação básica pode ser um bom começo nesse intento, desde que conte com a participação de profissionais da história, os historiadores, e material embasado fruto das mais recentes pesquisas acadêmicas.

REFERÊNCIAS

ALEGRO, Regina Célia. *Conhecimento prévio e aprendizagem significativa de conceitos históricos no ensino médio* – Tese de doutorado, 2008. Disponível em: www.acervo.epsjv.fiocruz.br. Acesso em: 25 de dezembro de 2014.

BLOCH, Marc. A história, os homens e o tempo. In: *Apologia da História ou O ofício do Historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 2001, pp. 51-68.

BRASIL. Ministério da Educação. *Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Secretaria de Educação Básica*. Edital de Convocação 02/2015.

FERREIRA, M. M.; FRANCO, R. *Aprendendo História: Reflexão e ensino*. São Paulo: Editora do Brasil. 2009.

FRANCO, Aléxia. Uma conta de chegada: a transformação provocada pelo PNLD nos livros didáticos. In: MAGALHÃES, Marcelo; et al. *Ensino de História: usos do passado, memória e mídia*. Rio de Janeiro: FGV, 2014. p. 146.

LIMA, Maria. *As diferentes concepções de ensino e aprendizagem no ensino de história*. Fronteiras, Dourados, MS, v. 11, n. 20, jul./dez. 2009. Disponível em: www.periodicos.ufgd.edu.br. Acesso em: 25 de dezembro de 2014.

MARTIUS, C. F. von - *Como se deve escrever a História do Brasil*, publicado com O Estado de Direito entre os autóctones do Brasil. Belo Horizonte/São Paulo, Itatiaia/EDUSP, 1982.

NARLOCH, Leandro. *Guia politicamente incorreto da história do Brasil*. Leya, São Paulo. 2011

POMER, León. *La Guerra del Paraguay: estado, política y negocios*. Ediciones Colihue SRL, 1968.

SCHMIDT, M. A. M. S.; CAINELLI, M. R. *Ensinar História*. 2a.ed. São Paulo: Scipione, 2010.

SQUINELO, A. P. *Guerra do Paraguai e a construção da identidade nacional nos manuais didáticos brasileiros (1900 – 1960)*. AEDOS - Revista do Corpo Discente de Pós-Graduação em História da UFRGS, 2011.

TAUNAY, Alfredo d' Escragnoille. *A retirada da Laguna*: episódio da Guerra do Paraguay. Traduzida da 3 ed. francesa por B.T. Ramiz Galvão. Rio de Janeiro: Garnier, s.d. [*La Retraite de Laguna*: Épisode de la Guerre du Paraguay. Rio de Janeiro 1871]. P.XV. 1871.

VICENTINO, Cláudio; VICENTINO, José Bruno. *Olhares da história: Brasil e mundo*. 1. ed. - São Paulo : Scipione, 2016.

SIMPÓSIO TEMÁTICO 7

Espaços da Modernidade nos Sertões do Brasil (século XX)

Coordenadoras

Prof.^a Ma. Arianne de Medeiros Pereira – UFRN
Prof.^a Ma. Islândia Marisa Santos Bezerra – UFRN

Proposta do Simpósio Temático

O Brasil no início do século XX acompanhava o processo de modernização que despontava, a partir dos fundamentos da Belle Époque francesa. Esse processo pode ser percebido de modo efetivo nos grandes centros urbanos, tais como: Rio de Janeiro, Manaus, entre outros. Inserida nesse processo, a cidade de Natal/RN empreende um projeto de remodelação do espaço urbano, com vista ao ordenamento e a normatização dos planos urbanísticos. No entanto, esse processo modernizador não ficaria restrito tão somente as capitais dos Estados, mas chegariam aos sertões do Brasil – sertões aqui entendido com um espaço situado a oeste após a zona da mata e o agreste. Nesse sentido, o objetivo do nosso simpósio temático é reunir trabalhos que discutam como os sertões do Brasil passaram a ser transformados por meio das técnicas e ações modernizantes durante o século XX. Assim, pretendemos problematizar de que maneiras as intervenções humanas foram capazes de gerar um sertão modernizante em seus aspectos sociais, econômicos e espaciais, a fim elencar novas formas de pensar os sertões por meio da modernidade.

A MODERNIDADE BARROCA: MÁRIO DE ANDRADE E A CONSTRUÇÃO DO ARTISTA JESUÍNO DO MONTE CARMELO EM SÃO PAULO 1937-1944⁴¹⁵

Francisco Isaac D. de Oliveira⁴¹⁶

RESUMO

Na contramão dos interesses da cidade moderna, o historiador Mário de Andrade, influenciado pelas discussões do conceito de patrimônio que aconteciam no cerne do antigo SPHAN na década de 1930, pesquisou e perseguiu os “rastros” da vida e obra do Padre Jesuíno do Monte Carmelo buscando entender a construção histórica do patrimônio barroco na cidade de São Paulo. Padre Jesuíno, mestiço, nascido em 1764 na cidade de Santos - SP, tendo circulado pelos sertões de cidades como Itu e São Paulo, produziu pinturas, partituras, altares e projetos arquitetônicos para paróquias do interior paulista. Sua produção foi ampla, teve circularidade, e merece um olhar contemporâneo. Este trabalho se propõe a dar esse olhar recorrendo aos estudos de Mário de Andrade, grande entusiasta do trabalho do padre. O objetivo deste ensaio é entender as múltiplas relações entre a cidade moderna, Mário de Andrade e o patrimônio barroco erigido pelo artista Jesuíno do Monte Carmelo; procurando conhecer os interesses, as aproximações, os distanciamentos e as tensões nessa trama. A metodologia utilizada na pesquisa apoia-se na análise de imagens, e no estudo das cartas e escritos de Mário de Andrade sobre o padre. A pesquisa ainda se encontra em fase de desenvolvimento.

Palavras-chave: Mário de Andrade. Padre Jesuíno do Monte Carmelo. São Paulo.

FROM LITERATURE TO HISTORY: THE ARTIST JESUÍNO DO MONTE CARMELO BUILT UP BY MÁRIO DE ANDRADE IN SÃO PAULO 1937-1944

ABSTRACT

Contrary to the modern city interests, the historian Mário de Andrade, considering the heritage concept discussions that took place within the old SPHAN in the 1930s, researched and pursued traces left by Father Jesuíno do Monte Carmelo's life and work to understand the historical construction of baroque heritage in São Paulo city. Father Jesuíno, a biracial person, born in 1764 in the city of Santos – SP, had circulated through the hinterlands of towns such as Itu and São Paulo and had produced paintings, scores, altars, and architectural projects for parishes in the interior of the state of São Paulo. His production had been broad, had had circularity, and deserves a contemporary view. This paper intends to give that view using

⁴¹⁵ Pesquisa financiada pela CAPES. Este artigo contou com valiosos comentários das colegas Ariane e Islândia durante o Simpósio Temático 7: Espaços da Modernidade nos Sertões do Brasil (século XX), que aconteceu no IX Colóquio Nacional História Cultural e Sensibilidades 2019 na UFRN em Caicó-RN.

⁴¹⁶ Doutorando em História Social pela PUC-SP, orientado pelo professor Dr. Amílcar T. Filho. E-mail para contato: isaacdantassotemum@hotmail.com

studies by Mário de Andrade, a great enthusiast of the priest's work. This essay aims to understand the multiple relationships between the modern city, Mario de Andrade, and the baroque heritage by Jesuíno do Monte Carmelo; trying to know interests, similarities, distances, and tensions inside that plot. This research methodology bases on image analysis and a study of letters and writings by Mário de Andrade about the priest. The research is still under development.

Keywords: Mário de Andrade. Father Jesuíno do Monte Carmelo. São Paulo.

“É bem possível que algum dia novas pesquisas, novos documentos descobertos, venham consertar algumas ou todas as minhas interpretações. O padre Jesuíno do Monte Carmelo há-de encontrar então o seu historiador legítimo. Não obtive a menor pretensão de fazer obra definitiva, embora não poupasse esforço e forte soma de trabalho.”

Mário de Andrade,
São Paulo, 31 de dezembro de 1944.

INTRODUÇÃO

Ciente do seu papel como historiador, Mário de Andrade sabe que seu texto está carregado por suas experiências sociais e de vida. Ele não fica alheio às responsabilidades de escritor e historiador. Tenta eximir-se da culpa pelos erros cometidos na biografia do padre Jesuíno do M. Carmelo⁴¹⁷ e deseja que Jesuíno do M. Carmelo tenha a sorte de encontrar “o seu historiador legítimo”. Ele sabe que seu texto contém erros e avisa que não fez história definitiva. Nenhum historiador faz história definitiva. Estamos todos na mesma arena, disputando espaço, proferindo as mais recentes verdades, as quais no ano seguinte já serão passado, pois outros historiadores irão nos enterrar na memória das bibliotecas. Todos somos passíveis de futuras revisões historiográficas.

Em meados do século XX, o já famoso escritor e um dos protagonistas na organização da Semana de Arte Moderna de 1922 no Teatro Municipal de São Paulo, Mário de Andrade se voltou para novos desafios profissionais. De 1937 até 1944 fez as vezes de historiador, interessado em contar a vida e a obra do padre Jesuíno do Monte Carmelo.

A princípio, a monografia da vida, obra e notas do artista barroco deveria ser publicada na Revista do SPHAN⁴¹⁸. Entre muitas idas e vindas nos arquivos e igrejas do Estado de São

⁴¹⁷ Padre Jesuíno do Monte Carmelo, mestiço, nascido em 1764 na cidade de Santos - SP, tendo circulado pelos sertões de cidades como Itu e São Paulo, produziu pinturas, partituras, altares e projetos arquitetônicos para paróquias do interior paulista. Sua produção foi ampla, teve circularidade, e merece um olhar contemporâneo.

⁴¹⁸ Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, órgão federal fundado em 1936.

Paulo, coletando dados e informações, Mário de Andrade descortinou a vida do mestiço⁴¹⁹ padre e sua importância para arte barroca da capital paulista⁴²⁰. Mário de Andrade “desenrola” a história da cidade de São Paulo por meio da arte barroca e do patrimônio barroco erguido pela sociedade setecentista.

São Paulo, no início da década de 1940, tinha desejos de ser moderna. A cidade se renovava a cada ano. A acelerada verticalização da paisagem urbana, patrocinada pelos cafeicultores e pelo dinheiro da recém instalada indústria, chocou paulistanos. Parafraseando o próprio Mário de Andrade: “São Paulo era cidade moça querendo crescer”. De forma acelerada, São Paulo mudou de fisionomia: destruiu vielas, casas, conventos e igrejas coloniais, e todo um patrimônio de pedra e cal deu lugar à cidade moderna.

A sociedade paulistana demandava uma nova paisagem urbana. E é justamente nesse cenário, avesso ao antigo, que Mário de Andrade voltou sua atenção à produção barroca colonial. Ele procurava memórias que falassem da cidade e de seus antepassados, estava em busca de referências na arte e na arquitetura para salvaguardar, com as benções do recém-criado SPHAN.

Interessado em conhecer, classificar e tomba o patrimônio arquitetônico de São Paulo, Mário de Andrade se deparou nas suas pesquisas com o padre/artista Jesuíno do M. Carmelo. A partir desse encontro, Mário de Andrade fez a história da cidade por meio da obra de Jesuíno do M. Carmelo.

Ele identificou e catalogou os poucos prédios coloniais remanescentes na cidade, como igrejas barrocas e conventos. Essas edificações haviam sido, por muito tempo, o padrão socio-urbano de São Paulo. É aí onde reside nosso interesse de pesquisa. A obra pictórica de Jesuíno do M. Carmelo ajuda a construir a cidade, sua pintura religiosa faz parte da arquitetura que formou os espaços, sendo extremamente importante dentro da cultura política e religiosa daquela época.

⁴¹⁹ Em algumas cartas enviadas ao seu amigo e chefe no SPHAN Rodrigo Melo Franco de Andrade, Mário de Andrade classifica o padre Jesuíno do M. Carmelo como mulato. Ao longo de nossa pesquisa decidimos mudar a nomenclatura usada por M. de Andrade, e vamos chamar o padre Jesuíno, quando for o caso, de mestiço, atualizando a discussão do conceito. Para saber mais sobre as discussões em torno do termo mestiçagem ler o trabalho de GRUZINSKI, Serge. **As quatro partes do mundo**: história de uma mundialização. Tradução de Cleonice P. B. Mourão, Consuelo F. Santiago. Belo Horizonte: Editora UFMG; São Paulo: Edusp, 2014. Nesse livro a mestiçagem não é o foco central do estudo de Gruzinski, mas ele faz várias discussões sobre o uso desse termo na cultura colonial americana.

⁴²⁰ “... mobilizou rituais e objetos tão antigos quanto uma antiga festa religiosa, uma imagem milagrosa da Virgem, a Santa, e uma corda-fetich, todas herdadas de um longínquo mundo barroco e português.” (GRUZINSKI, 2014. p. 20).

Como funcionário do SPHAN, Mário de Andrade saiu pela 6ª Região⁴²¹, que compreendia os estados de São Paulo e Mato Grosso. Sua tarefa era buscar o patrimônio da cultura brasileira que pudesse ser tombado. É assim que ele teve contato com a obra pictórica realizada por Jesuíno do M. Carmelo. Primeiramente, esse contato se dera em cidades do interior, como Itu; em seguida, ele encontrou pinturas de Jesuíno do M. Carmelo em São Paulo.

O nosso texto busca fazer uma reflexão a partir do olhar contemporâneo, explorando a relação entre Mário de Andrade, padre Jesuíno do M. Carmelo, a cidade moderna e o SPHAN⁴²². Por meio da interação desses quatro personagens, poderemos entender os interesses de Mário de Andrade como historiador vinculado ao SPHAN na exploração da vida e obra de Jesuíno do Monte Carmelo. O objetivo deste ensaio é entender as múltiplas relações entre a cidade moderna, o SPHAN, Mário de Andrade e o patrimônio barroco que foi erigido pelo padre Jesuíno do Monte Carmelo, procurando conhecer os interesses, as aproximações, os distanciamentos e as tensões nessa trama.

A metodologia utilizada na pesquisa apoia-se na análise de imagens⁴²³, e no estudo das cartas e escritos de Mário de Andrade sobre o padre. A pesquisa encontra-se em fase seminal e preliminar de busca de dados e de problematização das relações entre os personagens supracitados. Portanto, não é possível neste momento traçar conclusões definidas e acabadas sobre o assunto.

Este artigo é dividido em cinco partes: no início mostramos a pesquisa empreendida por Mário de Andrade em relação à vida do padre Jesuíno do M. Carmelo; depois mostramos a São Paulo de Jesuíno que Mário queria inventariar; em seguida discutimos de forma breve o conceito de Barroco, partindo da pergunta: “o que é o Barroco?”; posteriormente propomos o barroco como uma cultura em movimento, que atravessou o Atlântico e ajudou na colonização dos espaços na América; e por último, discutimos a arte barroca como promotora da cidade moderna e da identidade nacional.

⁴²¹ Entre 1937 e 1945, a 6ª Região compreendeu dois estados brasileiros: São Paulo e Mato Grosso. Nesse momento M. de Andrade era o assistente técnico no Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

⁴²² Tomamos nesse texto a cidade de São Paulo do início do século XX e o SPHAN como personagens importantes para entendermos as relações, tensões, aproximações, distanciamentos e interesses de Mário de Andrade e sua obra com o Barroco na cidade e com a obra de Padre Jesuíno do Monte Carmelo.

⁴²³ Segundo a pesquisadora Martine Joly, a nossa vida está carregada pelas várias leituras das imagens: “Compreendemos que indica algo que, embora nem sempre remeta ao visível, toma alguns traços emprestados do visual e, de qualquer modo, depende da produção de um sujeito: imaginária ou concreta, a imagem passa por alguém que a produz ou reconhece.” (JOLY, 2012. p. 13). Ainda segundo ela: “Do mito da caverna à Bíblia, aprendemos que nós mesmos somos imagens, seres que se parecem com o Belo, o Bem e o Sagrado.” (JOLY, 2012. p. 16).

MÁRIO E JESUÍNO

A relação de Mário de Andrade com a pintura do padre Jesuíno do M. Carmelo se deu ainda na sua infância, quando frequentava a igreja do Carmo na cidade de São Paulo. Nessa época, Mário de Andrade não sabia de quem eram aquelas pinturas. Maria S. I. Barsalini nos conta que:

“quando o historiador traz à tona a sua própria figura de menino mulato imerso na contemplação dos anjos e santos celebrados na igreja do Carmo paulistana. Na infância, impregnara-se da pintura de Jesuíno do Monte Carmelo, artista cujo nome desconhecia.” (BARSALINI, 2012. p. 8-9).

Já como servidor do SPHAN, Mário de Andrade amadurecido e interessado na arte colonial, reconheceu o trabalho de Jesuíno do M. Carmelo como o artista que pintou os tetos e altares de algumas igrejas em São Paulo e em Itu⁴²⁴. Em carta escrita ao diretor do SPHAN e seu amigo, Rodrigo de Melo Franco de Andrade, Mário fala dos tetos das igrejas “[...] esplêndidos, o primeiro como fatura principalmente e o segundo como estilo, dum barroquismo cheio de anjinhos, deliciosos [...]” (ANDRADE, 2012. p. 8-9). M. de Andrade estava encantado com a beleza do barroco paulista⁴²⁵, era um entusiasta da pintura do padre Jesuíno do M. Carmelo e resolveu pesquisar e escrever sobre seu trabalho e sua vida⁴²⁶.

Mário de Andrade acreditou que padre Jesuíno do M. Carmelo contrariava a escola barroca. Para ele, Jesuíno é original e “Na verdade, Jesuíno está utilizando, senão criando, um ‘brasileirismo’ de decoração”. (ANDRADE, 1945. p. 92-93 *In*: ARAÚJO, 1997. p. 73). Devemos chamar atenção para empolgação do nosso historiador com o seu biografado. Jesuíno do M. Carmelo provavelmente teve contato com a arte vigente de sua época, frequentou escolas e seminários, conheceu livros e impressos que circulavam pela capitania de São Paulo. Esteve envolvido com os padrões de beleza e de arte vigentes.

⁴²⁴ “em 28 de novembro, escrevendo novamente ao diretor, considera magistrais os tetos da Matriz e da igreja do Carmo ituanas”. (BARSALINI, 2012. p. 8). *In*: ANDRADE, Mário de. Cartas de trabalho: correspondência com Rodrigo M. F. Andrade (1936-1945). Brasília: Ministério da Educação e Cultura/Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional/Fundação Pró-Memória, 1981, p. 77, 99, 101, 111.

⁴²⁵ Para saber mais sobre o barroco paulista ver o texto de Mateus Rosada e Maria A. P. C. S. Bortolucci “**Afinal, existe um Barroco Paulista?**”. Neste artigo, os autores analisam 108 remanescentes da arte barroca e rococó no estado de São Paulo e percebem algumas características comuns que as diferenciam dos seus pares localizados nos outros estados do Brasil.

⁴²⁶ Segundo a historiadora Maria L. V. Araújo, ao ver de Mário “padre Jesuíno do Monte Carmelo inovava por desconhecer as regras acadêmicas”. (1997. p. 73). Ainda segundo ela “Valorizou, no estilo ‘jesuínico’, principalmente os elementos que contrariavam as regras de ‘escola.’” (1997. p. 73).

Dessa forma, não existe espaço para afirmar categoricamente que ele foi totalmente original. É preciso ver, observar, ler e entender os códigos de nossa época para que possamos criar textos, imagens, arte, músicas e arquitetura.

Jesuíno do M. Carmelo pode ter sido original na mistura ou, por que não, na mestiçagem de referências artísticas europeias, negras e indígenas. Criando um barroco diferente do que estava sendo realizado na Europa, no Norte da colônia portuguesa, e nas colônias espanholas como México e Peru. Serge Gruzinski nos informa que “[muitos] usam imagens para traduzir uma parte das realidades que observam e que querem explicar e transmitir. Na maior parte das vezes, essas imagens são de origem indígena ou mestiça”. (2014. p. 261). Devemos admirar o trabalho realizado por Jesuíno do M. Carmelo, observando que o barroco paulista, do qual ele é um representante, foi em grande medida adaptado à realidade local, ou seja, uma cidade pequena, de circulação, indígena e mestiça.

Adaptar o Barroco foi uma prática recorrente na América. A arte produzida na colônia teve variações e passou por processos distintos: o Barroco produzido na América é diferente do Barroco realizado na Europa; o Barroco mineiro é diferente do Barroco erguido nas colônias do Norte (Olinda e Salvador); o Barroco produzido no México é diferente do Barroco brasileiro.

As imagens sacras e barrocas pintadas por Jesuíno do Monte Carmelo nas igrejas de São Paulo e Itu emitiam uma mensagem muito clara aos cristãos. Essas imagens catequizavam, educavam e traduziam a dor e o sofrimento pela arte, mostrando Cristo e Maria em cenas de dor, que eram compreendidas por uma sociedade igualmente barroca. A imagem era poderosa porque “Nem tudo passa pela língua escrita ou pela palavra – longe disso. Vários *experts*, e não os menores, apelam para a imagem”. (GRUZINSKI, 2014. p. 261). Muitas Ordens Religiosas utilizaram-se da arte com finalidade de ocidentalizar os povos indígenas, vários religiosos experientes na catequização flertaram com o barroco como mecanismo poderoso de educação visual para assimilação religiosa.

A SÃO PAULO DE JESUÍNO QUE MÁRIO QUERIA INVENTARIAR

A cidade de São Paulo teve sua gênese a partir da circulação de pessoas e bens de consumo. Muitas regiões do interior da capitania de São Paulo cresceram paulatinamente a

partir dos caminhos e estradas abertas para facilitar o comércio com outras capitanias. Esse fenômeno também ocorreu na capital, a qual se converteu numa terra de passagem, onde grupos sociais como bandeirantes, tropeiros, escravos, religiosos, índios e imigrantes circulavam. A passos lentos, a capitania e a cidade foram se desenvolvendo. Porém São Paulo ainda não gozava do prestígio econômico conquistado por outras capitanias, como o que Minas Gerais conquistou com o ciclo do ouro; o Rio de Janeiro, com as plantações de café no Vale do Paraíba; e capitanias do Norte da Colônia, como Pernambuco e Bahia, com o prestígio que ainda usufruíam do ciclo do açúcar⁴²⁷. Para corroborar com o nosso pensamento, citamos os autores Mateus Rosada e Maria Ângela Bortolucci, eles dizem que:

“Para além do fato de ser uma terra de passagem que reuniu pessoas de diversas origens, São Paulo produziu exemplares [artísticos] de grande valor e com características próprias, que se diferenciam da arquitetura religiosa que se produziu nos estados vizinhos de Minas Gerais e Rio de Janeiro e, além disso, teve certa influência sobre os poucos exemplares existentes no Sul do Brasil.” (ROSADA et BORTOLUCCI, 2014. p. 227).

Cidade pequena, mas que agregava uma centena de pessoas que chegavam pelos caminhos, estradas, fronteiras e ruas. Ali foram construindo uma nova cidade. A arte disposta pela urbe, a partir da arquitetura, revelou um pequeno centro urbano onde a sociedade reconhecia o drama barroco nas igrejas e espaços sagrados. A arte paulista tentou se distanciar da arte produzida nos outros centros urbanos como Minas Gerais, Rio de Janeiro, Salvador e Recife. Mesmo com visíveis distinções na arte produzida pelos artistas paulistas, a circulação de pessoas foi importante para que os paulistas num fluxo de trocas culturais, ainda conseguissem exportar o barroco de formas mais simples para as capitanias do Sul da América Portuguesa.

Uma característica comum às cidades na capitania de São Paulo era o tamanho: pequenas vilas⁴²⁸ e povoados dispersos dentro de um território gigante. A ação comercial das tropas e bandeiras ajudavam no movimento e deslocamento populacional. Sem muita expressividade econômica aos olhos da coroa portuguesa, a população vivia numa fronteira cultural entre o barroco vindo da Europa e as referências culturais indígenas – dessa mistura, surge o barroco paulista.

⁴²⁷ “A capitania de São Paulo no Setecentos era das mais inexpressivas. A vida urbana era flutuante. A partir de 1765, foi recriado o governo da capitania, com sede na cidade de São Paulo. [...] São Paulo não possuía um mercado para atividades artísticas se pudermos comparar as capitanias do Rio de Janeiro ou Minas Gerais; não havia forte tradição local de mestres dos ofícios artísticos. Na segunda metade do Setecentos iriam aparecendo mais nomes locais exercendo esses ofícios.” (ARAÚJO, 1997. p. 74).

⁴²⁸ “No entanto, com uma economia que não deslanchava, as cidades paulistas também, não tiveram, nos primeiros três séculos e meio, grande incremento populacional. Mantinham-se pequenas.” (ROSADA et BORTOLUCCI, 2014. p. 227).

Nesse contexto, as igrejas também eram pequenas, atendendo a uma demanda local. Dessa forma, a igreja Matriz e a igreja do Rosário dos prestos eram o suficiente para uma população reduzida. Se pudermos comparar as igrejas de outras regiões da América portuguesa, os templos religiosos de São Paulo eram modestos, assim nos conta os autores Rosada e Bortolucci, “[...] se comparados a exemplares do mesmo período edificadas em capitanias mais prósperas e populosas, os templos paulistas eram de pequena escala, dentro das necessidades das pequenas vilas.” (ROSADA et BORTOLUCCI, 2014. p. 228).

Vejamos a seguir, na Figura 1, a silhueta da paisagem urbana de São Paulo realizada pelo pintor francês Jean B. Debret em sua viagem à província no início do século XIX. A imagem corrobora com os relatos dos pesquisadores, e mostra uma cidade pequena ainda no início do século XIX. Imagine essa cidade 60 anos antes? Mesmo com erros geográficos e pontos de referência espacial que dificultam o reconhecimento urbano, ainda é um documento visual importante para entendermos a evolução histórica de São Paulo. Nessa paisagem, podemos constatar a miudeza da urbe, os prédios mais altos eram as igrejas, esses templos religiosos responsáveis pela circulação da cultura barroca.



Figura 1: *Vista geral da cidade de São Paulo de Jean B. Debret, 1827.*
 “Vue generale de la ville e St. Paul”. Aquarela sobre papel.
 Fundação Maria Luzia e Oscar Americano, São Paulo.

Segundo Júlio Bandeira, essa imagem contém erros de referência geográfica, mesmo assim, nos auxilia na compreensão da expansão da cidade. Aos poucos São Paulo cresceu, orientando-se sempre pela cultura barroca e religiosa herdada de Portugal.

“Esta vista, naturalmente importante por sua abrangência, decepciona um pouco pela falta de precisão na descrição dos principais acidentes geográficos e edificações da cidade na época. Foi tomada da Várzea do Carmo, talvez, como observa Yan de Almeida Prado ‘... quando os viajantes se preparavam para ingressar na povoação...’. Apesar da impressão, esta aquarela é um dos documentos mais importantes da reduzida iconografia da cidade de São Paulo no início do século XIX.” (BANDEIRA, 2009. p. 270).

A perspectiva tomada para a realização dessa imagem foi provavelmente da várzea do Carmo, um ponto de vista dos viajantes que chegavam ao povoado. Sendo assim, notamos “o pequeno volume das igrejas e suas torres em relação as casas da vila, (quase) todas térreas” (2014. p. 228).

De maneira geral, as cidades paulistas possuíam poucas edificações altas. Geralmente esse *status* cabiam aos prédios públicos e religiosos⁴²⁹. Nesse movimento urbano, vale salientar que 46% das igrejas paulistas do período colonial tinham apenas uma torre lateral, como foi o caso da Catedral paulistana, que não chegou aos dias atuais, pois foi demolida em 1911 em uma das ondas de modernização e crescimento urbano.

Uma característica que marcou profundamente o modo de construir na São Paulo do padre Jesuíno é a técnica da taipa de pilão⁴³⁰. Essa técnica conta com dois materiais principais, que são a madeira e o barro. Quando “misturados” formam uma estrutura eficaz para construção de prédios. Essa técnica também era barata e popular, ou seja, muitas casas e prédios públicos foram erguidos com esses materiais. Vale salientar a importância desses materiais na construção dos prédios no sertão paulista.

“Adentrando para o interior, no planalto o uso da taipa é generalizado, encontrando-se mais facilmente a taipa de mão em residências comuns e a taipa de pilão, mais robusta, em edificações de maior porte, como edifícios públicos, sobrados e templos.” (ROSADA et BORTULUCCI, 2014. p. 228).

Em outras capitanias, a pedra e o cal foram os materiais preferidos para a construção de templos barrocos e prédios públicos. Mas isso não significa dizer que a população dessas cidades não tenha construído suas casas e templos religiosos com a taipa, outrossim, na Bahia, Pernambuco e Minas Gerais casas e edifícios foram erguidos com esses materiais.

O QUE É O BARROCO?

⁴²⁹ “Apenas nas cidades mais prósperas se erguiam alguns sobrados, geralmente no entorno dos largos mais importantes. Conformações como essas podem ser percebidas ainda em centros históricos preservados, como São Luiz do Paraitinga, Iguape e Bananal, ou constatadas por fotos antigas de São Paulo, Sorocaba e Campinas.” (2014. p. 228).

⁴³⁰ “Devido esse costume, todas as igrejas afastadas da costa foram erguidas em taipa de pilão. Em algumas igrejas encontramos paredes de alvenaria de tijolos, o que significa que houve modificações posteriores à edificação original, uma vez que o uso do tijolo só foi difundido a partir do último quartel do século XIX.” (2014. p. 228).

O Barroco⁴³¹ foi um estilo que circulou por diversas manifestações artísticas, como música, literatura, arquitetura, pintura e escultura. As trocas culturais entre Europa e América fizeram da colônia portuguesa um espaço privilegiado para pensar e estudar o Barroco além da arte, como uma cultura política.

O Barroco nasceu da deformidade – pérola irregular, quase perfeita. O termo, cunhado na língua portuguesa, nomeia o exagero, o absurdo, o drama. Como arte e política, surgiu da necessidade Católica de responder de forma eficaz ao avanço protestante na Europa. Com efeito, a arte realizada nesse período ajudou a educar os fiéis sobre a vida de Cristo e sobre os padrões de vida cristãos.

Tendo o atlântico como caminho, o barroco se espacializou em suas margens. Nascido da guerra e das contradições políticas e religiosas do final do século XVI; se estendeu, no século XVII, para Portugal e Espanha; e chegou à América no século XVIII. Por aqui, o barroco evangelizou por meio das imagens e do espetáculo do drama, e encontrou apoio no Estado Nacional absolutista, permeado pela ideologia cristã católica⁴³². Assim, os espaços sociais da colônia foram reinventados tomando como modelo os padrões culturais da fé católica ibérica.

O barroco é um movimento artístico nascido na Europa Ocidental pós-renascimento. Tinha cunho político e religioso dentro do contexto da contrarreforma protestante. O Barroco é movimento, drama, dor, êxtase, é o jogo do claro e do escuro, é luxo dramático na decoração de igrejas e casas.

O BARROCO COMO CULTURA EM MOVIMENTO

Podemos entender o Barroco como arte do deslocamento, do movimento. Cultura da transformação, ou seja, um estilo artístico dinâmico. Apoiado pelos Estados Nacionais Ibéricos (Portugal e Espanha), o Barroco foi extremamente eficaz no Novo Mundo, aqui encontrou terreno fértil para ramificar suas raízes tanto no meio rural quanto nas cidades.

⁴³¹ Um dos primeiros conceitos do Barroco foi: “Barroco, adjetivo. O Barroco em arquitetura é uma nuance do bizarro. Ele é, se quer ser o refinamento, ou se fosse possível dizer, o abuso. A austeridade está para o refinamento do gosto assim como o barroco está para o bizarro, do qual é o superlativo”. (QUATREMÈRE DE QUINCY, 2001, tomo 1, p. 159). Verbetes *Baroque* no *Dictionnaire historique d’architecture* publicado pela 1ª vez em 1832 em Roma.

⁴³² “O binômio político e fé, monarquia e igreja, amparados pelos capitais da Coroa e de comerciantes dispostos a financiar os empreendimentos marítimos e a resolver os graves problemas econômicos da sociedade lusitana, colocaram Portugal no patamar de grande potência comercial ultramarina no século XV, a chamada “Era dos Descobrimentos” (LÚZIO, 2018. p. 23).

O Barroco foi uma cultura a serviço das Ordens religiosas, nesse longo processo, converteu centenas de almas nativas para a fé católica; e estava inserido na economia mundo⁴³³ do seu tempo – o mercantilismo – ajudando a metrópole a subjugar a colônia. No vai-e-vem de navios pelo Atlântico “Nas trocas e nas dinâmicas desta economia global, mais de uma centena de itens e bens comerciais circularam por estes espaços, nos contextos onde as trocas também se davam entre práticas e intercâmbios com outros impérios, durante o expansionismo europeu”. (LÚZIO, 2018. p. 15). Europa, África, Ásia e América estavam ligadas por transações comerciais. Nesse cruzamento cultural circulavam pessoas e ideias, foi nesse cenário que o Barroco atuou, desconstruindo barreiras e resistindo dentro da cultura atlântica.

O Barroco estava envolvido na trama política das guerras, na frente catequética na América; estava presente na política dos embaixadores e nas relações parentais das cortes europeias; ocidentalizou culturas ameríndias (“civilizar o outro”) educando por meio da música, das imagens sacras⁴³⁴, e dos escritos literários e religiosos. A partir dessa expansão e deslocamento podemos afirmar que o Barroco inventou novos espaços. Dentro de um contexto histórico Moderno, o Barroco encontrou ressonância na produção da arte e no desenvolvimento de várias comunidades, estas ligadas pelo sistema colonial português.

A opulência do Barroco nas artes encontrou facilidades econômicas de financiadores interessados em demonstrar poder econômico – estes eram a própria igreja, o Estado, e as elites urbanas – e pode ser verificado tanto no sertão, como no litoral. Logo, o Barroco atuou como personagem principal na sociedade colonial. Não era apenas cenário dos acontecimentos humanos, era um protagonista.

A ARTE BARROCA COMO PROMOTORA DA CIDADE MODERNA E DA IDENTIDADE NACIONAL

Na década de 1930, São Paulo estava em pleno desenvolvimento, porém ainda mantinha ares bucólicos de cidade colonial/rural. Desde fins do XIX e início do século XX, a cidade começou a experimentar uma vida urbana mais agitada.

⁴³³ Termo usado por Serge Gruzinski. GRUZINSKI, Serge. **As quatro partes do mundo**: história de uma mundialização. Tradução de Cleonice P. B. Mourão, Consuelo F. Santiago. Belo Horizonte: Editora UFMG; São Paulo: Edusp, 2014.

⁴³⁴ “É frequente a existência de imagens citadas nas travessias dos religiosos comprometidos na Conquista Espiritual, entre as ordens que vieram para a América, além do Império Português.” (COUTINHO, 2018. p. 13).

Anais do IX Colóquio Nacional de História Cultural e Sensibilidades – Sertões: poder e representações. Caicó-RN, UFRN – CERES, RN, 18 a 21 de novembro de 2019. ISBN 978-85-471-0298-2

Seguindo o curso da modernidade, a sociedade preteriu espaços antigos em favor do discurso modernista. “Além da destruição de edificações laicas e igrejas coloniais e imperiais, o dito ‘progresso’ foi responsável por inúmeras modificações nos templos que forma mantidos.” (ROSADA et BORTOLUCCI, 2014. p. 229). A mudança na paisagem urbana de São Paulo foi um fenômeno relativamente rápido, onde a paisagem, que era visivelmente baseada numa cultura barroca, foi colocada abaixo. Segundo os discursos políticos, São Paulo precisava assumir a posição de protagonista econômica do Brasil, as mudanças ocorridas na cidade foram patrocinadas pela riqueza do café e da recém indústria instalada no estado.

Novas demandas foram surgindo com a circulação de dinheiro e de pessoas, modificações foram implementadas nas antigas igrejas barrocas. Técnicas de construção como chão batido de barro e paredes de taipa de pilão começaram a ceder espaço para templos reformados com novos materiais, como tijolo, janelas de vidro, ferro, assoalho de madeira, mármore, granito e piso de ladrilho hidráulico⁴³⁵. A vida na cidade tinha mudado e a percepção da paisagem urbana se atualizou a partir das novas exigências sociais.

Muitas construções barrocas foram destruídas ao longo desse processo de crescimento. Mas a elite intelectual paulista sabia que a base para a construção de uma cidade moderna estava no passado barroco, e nesse sentido, os modernistas entendiam que o projeto de construção da identidade nacional passava pela arquitetura colonial. A arte barroca serviu como base para erguer o Brasil moderno⁴³⁶ e entender a cultura mestiça do Brasil.

“O projeto de construção da identidade nacional, tendo como principal representação a arquitetura e a arte colonial. Esta era considerada pelos modernistas que integravam o SPHAN a primeira expressão brasileira, entendida como o ‘abrasileiramento’ da cultura trazida da metrópole.” (MOTTA, 2011).

A produção acadêmica na Literatura e na História que foi escrita a partir da década de 1940 para legitimar a modernidade brasileira bebeu na fonte barroca. O palco onde mais se ecoou esse discurso foi a Revista do Patrimônio do SPHAN. Os profissionais e funcionários que escreveram para a Revista do Patrimônio foram verdadeiros defensores do barroco, e um dos escritores mais importantes para esse movimento de formar a nação moderna foi Mário de Andrade.

⁴³⁵ “No século XX novos pisos de madeira, granito mármore e especialmente ladrilho hidráulico passaram a compor os chãos dos templos paulistas.” (ROSADA et BORTOLUCCI, 2014. p. 229).

⁴³⁶ “Um contexto em que a arte barroca, passa a ser estudada e valorizada graças ao pensamento modernista, com a presença de dois dos mais importantes colaboradores, tanto da Revista quanto da Instituição: Lúcio Costa e Mário de Andrade, importantes pilares da modernidade brasileira.” (BONOMO, 2002. s/p).

Os textos que refletiam sobre arte e arquitetura barroca estão intimamente ligados ao caminho da modernidade e se apoiaram largamente nas teorias que levaram ao reconhecimento do Barroco como gênese da modernidade brasileira. A cidade de São Paulo era um dos centros dessa propagação de pensamento. Segundo Mario R. Bonomo: “Em Mário de Andrade, a modernidade era a própria leitura que se começava a fazer da arte barroca, não só no Brasil como no contexto internacional. (...) o barroco torna-se rapidamente importante elemento de referência histórica”. (BONOMO, 2002. s/p). Para Mário de Andrade, o projeto de uma cidade moderna, ou a modernidade propriamente dita, se relaciona ao nacionalismo; e influenciado por suas viagens ao estado de Minas Gerais, ele encontrou no Barroco gloriosa explicação para entender o passado nacional brasileiro.

Mário de Andrade colaborou intensamente com a revista do SPHAN, a partir de 1941 voltou a São Paulo, e nesse mesmo ano escreveu seu último artigo “*Uma carta do padre Jesuíno do Monte Carmelo*, sobre o padre pintor do século XVIII, na cidade de Itu, no interior paulista.” (BONOMO, 2002. s/p). Segundo o pesquisador M. R. Bonomo, a modernidade tão discutida e proferida pelos “historiadores modernistas” podia ser identificada pelo caráter científico empregado nas pesquisas, pois eles buscavam documentos em arquivos antigos, que fossem inéditos e que falassem de arte brasileira⁴³⁷.

A pesquisa se converteu no meio pelo qual o pensamento artístico brasileiro utilizado pelos modernistas seguiu um rumo de atualização e renovação. Os modernistas recuperaram valores do passado colonial e reelaboraram todo o seu processo criativo – 1930 e 1940 – projetando, assim, um futuro. Com isso, eles ainda garantiram os cuidados que deveríamos ter com a recuperação das cidades e do patrimônio construído pelo Brasil.

Todo esse contexto parece extremamente contraditório. O discurso empregado pelos modernistas valorizava a arte barroca, porém, igrejas barrocas em muitas cidades brasileiras estavam sendo demolidas para a construção de novos prédios. Isso ocorreu em Natal, Salvador, no Rio de Janeiro e na própria São Paulo⁴³⁸. O discurso era poderoso, mas não

⁴³⁷ “A intenção de estruturar um método de pesquisa é o principal elemento que determinou a modernidade da Revista do Patrimônio, pois isto fazia parte do contexto de conhecer nossa realidade. O caráter pioneiro das pesquisas feitas para os artigos esteve relacionado ao trabalho com as fontes documentais, até então guardadas em arquivos das corporações religiosas e a começar pela divulgação da decoração do interior das igrejas considerando-as obras de arte.” (BONOMO, 2002. s/p).

⁴³⁸ “... exemplos como de igrejas no Rio de Janeiro e em Salvador foram demolidas para modernização das cidades.” (BONOMO, 2002. s/p).

surtiu efeito imediato dentro dos poderes político e econômico, que eram os grandes patrocinadores das mudanças urbanas⁴³⁹.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As questões levantadas neste artigo voltarão a ser discutidas com mais profundidade ao longo desta pesquisa. Vale salientar que esses conceitos tiveram aqui uma discussão seminal, pois a pesquisa encontra-se em fase inicial de busca bibliográfica e da leitura da documentação referente ao interesse de Mário de Andrade pela vida e obra do padre Jesuíno do M. Carmelo.

Existem algumas pistas levantadas pela historiadora Maria L. V. Araújo num texto publicado na Revista de História de 1997, que devemos levar em consideração. Nesse texto, ela faz críticas ao trabalho de Mário de Andrade e sua pesquisa sobre a vida do padre Jesuíno. Devemos nos aprofundar nessa linha investigativa. Ela nos informa que Mário de Andrade construiu uma visão do artista colonial muito romantizada. Mário de Andrade perseguiu no trabalho de Jesuíno do M. Carmelo elementos de genialidade e originalidade, queria dar destaque ao padre Jesuíno e distinguir esse pintor dos demais artistas barrocos, ou seja, construindo um lugar de protagonista para Jesuíno do M. Carmelo na pintura barroca de século XVIII em São Paulo.

O início da trajetória do SPHAN como instituição protetora do patrimônio brasileiro, foi um esforço coletivo de arquitetos e historiadores para organizar as diretrizes de conservação do patrimônio no Brasil.

O então escritor Mário de Andrade, que já tinha contribuído com a literatura brasileira, foi desafiado a colaborar com a instituição e responsável por fazer o primeiro projeto fundador do SPHAN em 1936. Não satisfeito com o trabalho inicial, andou pelo interior do estado de São Paulo e fez um levantamento histórico e artístico invejável para a época. Com isso, coligiu relatos, imagens e documentos que são importantes para a sua investigação sobre os passos da vida e obra do Padre Jesuíno do Monte Carmelo. A relação de Mário de Andrade com

⁴³⁹ O Barroco estava sendo valorizado tanto em nível nacional quanto internacional, Hanna Levy foi primordial para o entendimento dos conceitos e teorias da arte, sobretudo no que diz respeito ao barroco. Mesmo assim, a elite paulista queria novos espaços, o padrão colonial já não satisfazia.

Jesuíno do M. Carmelo perpassa a cidade de São Paulo, o Barroco, a arte, a arquitetura, o patrimônio e o próprio SPHAN.

As aproximações e tensões desse encontro histórico (entre esses personagens) ainda estão em fase inicial de investigação, é necessária mais análise documental e bibliográfica para conclusões definitivas sobre essa relação histórica/literária entre Mário de Andrade e a construção biográfica do padre/pintor Jesuíno do M. Carmelo.

Referências bibliográficas

ALMEIDA, Leda Maria de. A Sacralização dos Trópicos. *In: Arte Sacra de Alagoas: um tesouro da memória*. Brasília: Senado Federal, 2013.

ANDRADE, Mário de. **Padre Jesuíno do Monte Carmelo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2012.

ARAÚJO, Maria L. Viveiros. Teto da Igreja do Carmo de Itu: original, ou apenas diferente? *In: Revista de História*. n° 136, p. 73-82. 1997.

BARSALINI, Maria S. Ianni. Mário e Jesuíno nos caminhos de um texto. *In: ANDRADE, Mário de. Padre Jesuíno do Monte Carmelo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2012.

BANDEIRA, Julio. **Debret e o Brasil: obra completa, 1816-1831**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Ed. Capivara. 2009.

BAETA, Rodrigo Espinha. Teoria do Barroco. Salvador-BA: EDUFBA. 2012.

BONOMO, Mario Roberto. A arte barroca na trajetória da modernidade: a historiografia e a Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. *In: XXII Colóquio Brasileiro de História da Arte*. CBHA, 2002.

CAMPOS, Adalgisa Arantes. **Arte sacra no Brasil colonial**. Belo Horizonte: Editora C/Arte, 2011.

COUTINHO, Maria Inês Lopes. **Sagrado Marfim: o avesso do avesso**. São Paulo: Museu de Arte Sacra de SP, 2018.

GRUZINSKI, Serge. **As quatro partes do mundo: história de uma mundialização**. Tradução de Cleonice P. B. Mourão, Consuelo F. Santiago. Belo Horizonte: Editora UFMG; São Paulo: Edusp, 2014.

JOLY, Martine. **Introdução à análise da imagem**. Trad. de Marina Appenzelle. 14ª ed. Campinas, SP: Papirus, 2012.

LÚZIO, Jorge. **Sagrado Marfim: o avesso do avesso**. São Paulo: Museu de Arte Sacra de SP, 2018.

MOTTA, Lia. O patrimônio cultural urbano à luz do diálogo entre História e Arquitetura. *In: Revista do Patrimônio*, IPHAN, n° 34, 2011.

MURAYAMA, Eduardo Tsutomu. A capela de Santa Teresa da venerável Ordem Terceira do Carmo da cidade de São Paulo e o resgate da pintura do Padre Jesuíno do Monte Carmelo. **XVIII Encontro da Associação Nacional de Pesquisadores em Artes Plásticas, ANPAP**. 2009. p. 1743-1755.

ROSADA, Mateus; BORTULUCCI, Maria A. P. C. S. Afinal, existe um barroco paulista? **Arquiteturas do mar, da terra e do ar** – Vol. I, Arquitetura e Memória. Lisboa: Academia de Escolas de Arquitetura de Língua Portuguesa, 2014. p. 227-235.

RUSSELL-WOOD, A. J. R. **Um mundo em movimento: os portugueses na África, Ásia e América, 1415-1808**. tradução de Vanda Anastácio. Lisboa: Difel, 1998.

SOUZA, Ricardo L. de. Mário de Andrade e a construção da identidade nacional: impasses de um projeto. In: **Revista Esboços**. n° 15, UFSC. 2007.

REFLETINDO SOBRE A MODERNIDADE DA NOVA CIDADE DE SÃO RAFAEL, ATRAVÉS DOS DISCURSOS JORNALÍSTICOS DOS PERIÓDICOS O DIÁRIO DE NATAL E O POTI (1980-1985).

Maiara Brenda Rodrigues de Brito ⁴⁴⁰

RESUMO

Pensa o discurso de modernidade da Nova cidade de São Rafael a partir dos jornais o Diário de Natal (1939-2012) e O Poti (1954-2012), no contexto da construção da barragem Armando Ribeiro Gonçalves. Discute como os periódicos apresentam a edificação e a proposta da nova cidade durante o período da execução do projeto Baixo-Açu. Ressalta a importância deste projeto para o Estado do Rio Grande do Norte, por ser uma política pública de combate à seca e pela construção de uma cidade que apresenta modernos requisitos arquitetônicos e infraestrutura, com destaque para saneamento básico, a construção de residências de alvenaria, abastecimento de água e a apresentação de ruas largas e asfaltadas. Metodologicamente, o trabalho fundamenta-se na revisão da literatura, de cunho acadêmico e regional, tratando do tema, incluindo a seleção de textos sobre modernidade; houve a consulta *online* de periódicos do Estado e tudo será analisado via História do Discurso.

Palavras-chave: Nova São Rafael. Modernidade. Discurso jornalístico.

REFLECTING ON THE MODERNITY OF THE NEW CITY OF SAO RAFAEL, THROUGH THE JOURNALISTIC SPEECHES OF THE NEWSPAPERS THE DIÁRIO DE NATAL AND POTI (1980-1985)

ABSTRACT

⁴⁴⁰ Aluna do programa de pós graduação em Mestrado de História dos Sertões, pelo Centro de Ensino Superior do Seridó, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Professora de História dos anos iniciais de escola privada de Caicó. E-mail: maiara.brendaaa@hotmail.com

He thinks of the discourse of modernity of the New city of São Rafael from the newspapers *Diário de Natal* (1939-2012) and *O Poti* (1954-2012), in the context of the construction of the dam Armando Ribeiro Gonçalves. I have discussed how the periodicals present the construction and the proposal of the new city during the period of execution of the Baixo-Açu project. It underscores the importance of this project for the state of Rio Grande do Norte, as it is a public policy to combat drought and for the construction of a city that presents modern architectural requirements and infrastructure, with emphasis on basic sanitation, construction of masonry residences, supply of water and the presentation of wide and paved streets. Methodologically, the work is based on a review of the literature, academic and regional, dealing with the theme, including the selection of texts on modernity; there was an online consultation of state journals, and everything will be analyzed via Discourse History.

Keywords: Nova São Rafael. Modernity. Journalistic speech

INTRODUÇÃO

Durante fins da década de 1970, direcionaram ao semiárido potiguar medidas que visavam combater às adversidades da seca na região. Denominado de projeto Baixo-Açu, essa ação que implicou no barramento do leito do rio Piranhas-Açu estava dividido em três etapas, onde a primeira consistia na construção da barragem Engº Armando Ribeiro Gonçalves, maior reservatório artificial do Estado. A segunda etapa caracterizaria a implementação de um programa de irrigação, e a terceira seria a instalação de um espaço voltado para atividades pesqueiras nas águas represadas.

A obra materializava uma ação política de combate à estiagem e agressividade do clima da região, trazendo assim desenvolvimento social e econômico para esse espaço e os seus indivíduos. “O Governo brasileiro e seus técnicos julgavam combater a seca e a fome no semiárido, além de trazer o desenvolvimento e o progresso tecnológico para uma região vista como sinônimo de subdesenvolvimento” (SOUZA, 2011.pg 9)

Contudo, a recepção da notícia sobre a construção, gerou nas pessoas um estado de intranquilidade e insegurança, situação essa promovida pela imprecisão dos informes à população. Visando amenizar as inquietações populares que surgiram com a enunciação da execução do projeto da barragem, organizou-se uma expressiva mobilização, por parte da propaganda governamental, da imprensa e poetas, em busca de mostrarem os benefícios oferecidos pelo mesmo, com ênfase para o convencimento que todas as situações difíceis que esses passaram em prol da construção da barragem, seriam compensada com inúmeras vantagens, entre elas as farturas alimentícias e econômicas.

Apesar da movimentação da população atingida e da oposição da igreja, a construção da barragem foi realizada entre os anos de 1979 e 1983 e a sua inauguração contou com presença de consideráveis políticos do Estado e com o presidente da República da época,

João Batista de Figueiredo⁴⁴¹. Como notabilizava o projeto, algumas cidades foram atingidas e tiveram comunidades rurais inundadas, é o caso de Jucurutu, Açu e Ipanguaçu. Porém a cidade de São Rafael, além dos espaços rurais, sofreu com uma inundação total do seu núcleo urbano, sendo assim necessário deslocá-la para outro espaço.

O progresso prometido pelo projeto Baixo-Açu mostrou-se ambíguo para a população rafaélense, pois com a edificação de um novo núcleo urbano conhecida por “Nova São Rafael”, o deslocamento para novas instalações, bem como a reconfiguração do novo espaço cartográfico, foi marcada por dificuldades. Além das frustrações, a proposta modernizadora, revelou-se cheia de interesses, contradições e representações, uma vez que “a cidade, na sua compreensão, é também sociabilidade: ela comporta atores, relações sociais, personagens, grupos, classes, práticas de interação e de oposição, ritos e festas, comportamentos e hábitos” (PESAVENTO, 2007.pg 14)

A execução desse projeto trouxe efeitos múltiplos aos indivíduos e ao espaços afetados, nesse sentido existe a necessidade de compreender fatos específicos que tangem esse contexto marcado por profundas discursões e incertezas. Baseando-se na História do Discurso, o referido trabalho analisa publicações de cunho acadêmico e regional que investigam a temática do projeto Baixo-Açu. Estes são encontrados no portal da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da UFRN, e por meio de anais de eventos acadêmicos.

Também serão consideradas leituras complementares como, *História dos, nos e por meio dos periódicos* de Luca (2005) para pensar o uso de periódicos pela figura do historiador. *A ordem do discurso* de Foucault (2002) para refletir e problematizar acerca dos discursos jornalísticos produzidos na época da execução do projeto. *Cidades visíveis, cidades sensíveis, cidades imagináveis* de Pesavento (2007) para pensar a relação entre a cidade e os indivíduos.

Por fim, *Primeiros enunciados de modernidade: O discurso do moderno no Recife nas décadas iniciadas do século XX* de Arraes (2010) e *Caicó: uma cidade entre a recusa e a sedução* de Andrade (2007), onde os referentes textos auxiliaram na discussão sobre a modernidade apresentada pela nova cidade de São Rafael, tema em destaque das manchetes jornalísticas durante o contexto estudado.

O objetivo dessa pesquisa é pensar, através de fontes jornalísticas, o posicionamento da mídia potiguar, a respeito da execução do projeto em estudo e da construção da “Nova São Rafael”. Entender o que eram apresentados nas manchetes dos jornais a respeito do tema, uma vez que “o caráter doutrinário, a defesa apaixonada de ideias e a intervenção no espaço público caracterizavam a imprensa brasileira” (LUCA, 2005). A utilização dessa

⁴⁴¹ O governo presidencial do general João Batista Figueiredo, foi o último durante o regime militar (1964 a 1985), período histórico da política brasileira. O mesmo atuou enquanto presidente no período de 1979 a 1985.

metodologia de pesquisa permite entender os textos contidos nos jornais O Poti⁴⁴² e o Diário de Natal⁴⁴³ e a repercussão dentro da imprensa potiguar, de uma obra caracterizada pela grandiosidade e modernidade. Verificar os diferentes pronunciamentos sobre a obra, uma vez que o discurso, segundo Foucault, é uma construção selecionada e controlada baseado em orientações que denunciam o aspecto controlador do meio social.

Assim, o trabalho divide-se em duas seções, a primeira procura entender como a imprensa potiguar abordava o projeto Baixo-Açu, saber quais as principais notícias divulgados sobre o tema. O segundo momento reflete sobre o discurso de modernidade, e os benefícios tragos pela mesma para a população daquela cidade, tendo em vista que a Nova São Rafael seria uma cidade projetada.

2 DESENVOLVIMENTO

2.1 POSICIONAMENTO JORNALÍSTICO SOBRE O BAIXO-AÇU

Tendo em vista que a escolha do arquivo, enquanto fonte histórica, é o que permite a percepção do passado de forma racional ou não, análises devem serem lançadas para que ocorra a extração das informações desejadas desse passado, visto que, os arquivos são os únicos métodos de “estabelecer a materialidade de um fato histórico”. (ROUSSO, 1996. P 86) É necessário saber que documentos escritos foram produzidos por indivíduos ou instituições, por “objetivo imediato, espontâneo ou não, sem a consciência da historicidade, do caráter de “fonte” que poderia vir a assumir mais tarde”. (ROUSSO, 1996. P 87)

Conscientes que os documentos são métodos viabilizadores do entendimento e problematização do passado, vale pensar a importância desses para o estudo do urbano. Refletir sobre as cidades é entender as diversas narrativas desenvolvidas ao seu respeito e interpretá-las de acordo com o seu espaço e contexto de sua criação. Ao longo do tempo, surge a superposição de discursos, onde ocorre a reavaliação de personagens e enredos.

Percebendo os periódicos O Poti e O Diário de Natal como fontes de estudos para o entendimento da comunicação entre a imprensa e a população potiguar, dentro do contexto

⁴⁴² O jornal O Poti foi criado em 29 de Julho de 1954. A princípio ele circulava durante todas as manhãs, contudo a partir de 1958, passou a ser um jornal semanal, que circulava aos domingos. Quando o Grupo Diários Associados comprou o Diário de Natal, o mesmo parou de ser publicado, tendo a sua última edição circulando até 3 de Maio de 2009. As publicações do jornal O Poti foi retomado em 2011, contudo em Setembro de 2012 o grupo Associados no Recife encerrou o jornal. Informações sobre o jornal O Poti, encontrado em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Di%C3%A1rio_de_Natal, acessado em 05 de Julho de 2019.

⁴⁴³ O Diário de Natal foi um [jornal](#) matutino, criado em 1939 na cidade de [Natal](#). O Periódico teve suas atividades encerradas em Outubro de 2012 pelo grupo Associados de Pernambuco e é considerando o jornal impresso mais antigo da capital potiguar. Informações sobre o jornal O Diário de Natal, encontrado em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Di%C3%A1rio_de_Natal, acessado em 05 de Julho de 2019.

da execução do projeto Baixo-Açu, vemos em suas manchetes, a abordagem do assunto projeto sua totalidade, onde compreende-se a apresentação da obra para a população, o comprimento (ou não) das etapas sugeridas, as vantagens e desvantagens que o mesmo acarretaria para a região e cidades diretamente afetadas, como é o caso de São Rafael. Em *O Diário de Natal*, na edição de nº 11.000, vemos que;

O Diretor do DNOCS, engenheiro Clóvis Gonçalves, que esteve na última segunda-feira na região onde se desenvolve o Projeto Baixo-Açu, informou ontem que está confirmada a localização da cidade para onde será transferida a população de São Rafael, que desaparecera sob as águas da represa “Engenheiro Armando Ribeiro Gonçalves”. Será na região denominada Bela Vista, distante quatro quilômetros e meio da atual cidade de São Rafael⁴⁴⁴ [...]

A ampliação temática das abordagens dos jornais permitem a análise e estudos de temas diversificados dentro da sociedade, como “gênero, etnia, raça, identidade, modos de vida, experiência e prática políticas cotidianas, formas de lazer” (LUCA, 2005. P 120). Vale também evidenciar outras temáticas como a vida urbana e toda a sua lógica de funcionamento citadina.

Quanto às notícias do projeto, os periódicos também serviram de via de denúncia das dificuldades e frustrações vivenciadas pelos indivíduos afetados, pois como bem mostra o periódico *O Poti*, em sua versão semanal aos domingos, com a edição de nº 2.375;

[...]Ao contrário do clima de euforia a que se referiu o diretor do COMIRGA e DNOCS, no Estado, engenheiro Clóvis Gonçalves, o *Diário de Natal*, constatou, ontem, que a incerteza e o medo predominam na cidade. Tudo porque o DNOCS ainda não anunciou os valores a serem pagos pelo metro quadrado a seus imóveis residenciais e nem ainda desmatou sequer a extensa área escolhida para a construção da nova São Rafael⁴⁴⁵[...]

Existe uma notável preocupação dos jornais, em esclarecer o que é e qual a importância do Projeto Baixo-Açu para a população potiguar. Situação essa, averiguada através da repetição de informações sobre o tema. Pode-se constatar tal análise, na edição nº 1.964 do periódico *O Diário de Natal*, onde o objetivo central da manchete seria noticiar o atraso da inauguração da barragem Armando Ribeiro Gonçalves. Sendo assim, a partir do segundo parágrafo do texto, ou seja, após a divulgação da informação principal, inicia-se mais uma explicação da representação e significância desse projeto.

O presidente João Figueiredo deverá inaugurar, quando de sua viagem ao Rio Grande do Norte, em Novembro, apenas uma parte do Projeto Baixo-Açu, em virtude do atraso motivado pelo afundamento, da parede da barragem, cujas causas, já caracterizadas, não foram divulgadas até agora [...]

O Projeto Baixo-Açu, que deverá levar benefícios a seis municípios-Açu, Carnaubais, Ipanguaçu, Afonso Bezerra, Alto do Rodrigues e Pendencia-tem como principal obra a construção da barragem, com prazo inicial de término da construção para outubro deste ano, e a transferência da população rural e urbana do vale do Açu, com a construção de cidade de Nova São Rafael, uma vez que a antiga, nas

⁴⁴⁴ O DNOCS já definiu a localização da nova São Rafael. *Diário de Natal*, Natal. P. 2, 7 de Maio de 1980.

⁴⁴⁵ São Rafael já começou a morrer. *O Poti*, Natal. P. 6, 26 de Julho de 1981.

margens do rio Açu, ficará submersa quando ele cobrir 40 mil hectares que a barragem deverá ocupar.⁴⁴⁶ [...]

Os jornais também eram utilizados para a divulgação de editais de concorrência que almejavam a contratação de empresas que se interessassem em realizar as devidas obras necessárias e que caracterizavam o projeto em estudo. Na edição de nº 1.688, no dia 14 de Outubro de 1982 a Secretária do Trabalho e Bem-Estar Social, junto à Companhia de Habitação Popular do Rio Grande do Norte, apresentava no *Diário de Natal* o edital de concorrência nº 10/82⁴⁴⁷, que objetivava contratar uma empresa para realizar serviços de drenagem pluvial, aberturas de ruas e pavimentação asfáltica da Nova São Rafael. Desta forma, observava-se que para o entendimento e interpretação de uma dada produção e impressão de jornais, é necessário associar cada material a seu contexto, uma vez que:

As ambiguidades e hesitações que marcaram os órgãos da grande imprensa, suas ligações cotidianas com diferentes poderes, a venalidade sempre denunciada, o peso dos interesses publicitários e dos poderosos do momento também podem ser apreendidos a partir de determinadas conjunturas[...] (LUCA, 2005, p.130)

Sendo estes periódicos um dos principais veículos de comunicação da sociedade potiguar na época, vale lembrar a cobertura da construção da cidade da Nova São Rafael, do deslocamento populacional, das primeiras experiências dos rafaélenses na novas instalações. Os mesmos também permitem refletir acerca do posicionamento político a respeito da obra, uma vez que, a mesma caracterizava-se por uma das maiores ações contra a seca.

Os jornais e as revistas podem ser utilizados como fonte de conhecimento para a história seja para obter dados econômicos, seja para analisar aspectos da vida política e social. O uso da imprensa periódica como fonte de pesquisa auxilia na compreensão da paisagem urbana, das representações, dos valores sociais de sujeitos de uma determinada época (LUCA. 2005. p. 123)

Sendo o espaço urbano, um objeto de produção de enredos, imagens e sensibilidade, a materialização urbana das novas instalações da cidade de São Rafael, foi auxiliada por um conjunto de discursos políticos e jornalísticos que apontavam a modernidade como o seu principal aspecto. Contudo, a nova representação urbanística dessa cidade, não correspondeu aos desejos e interesses daquela população, uma vez que, o deslocamento espacial da velha estrutura física para a nova, rompeu com a experiência e vínculo de emotividade dos indivíduos, criado ao longo do tempo.

⁴⁴⁶ Figueiredo não inaugura Barragem do Açu este ano. O Diário de Natal, Natal. P. 5, 18 de Agosto de 1982.

⁴⁴⁷ O edital de nº 10/83 foi lançado no dia 13 de Outubro de 1982 e encontrava-se fixado na Sala de Licitações da Sede Social da COHAB-RN, localizado na Ribeira em Natal. O documento fixado, apresentava todos os detalhes da licitação.

2.2 DISCURSO JORNALÍSTICO DA MODERNIDADE DA NOVA SÃO RAFAEL

Influenciada pelo advento da modernidade que manifestava-se nos grandes centros comerciais, urbanos e tecnológicos da Europa, o início do século XX, para a sociedade brasileira, ficou marcado por um conjunto de transformações, que implicou na interferência da estrutura física de algumas cidades. Os projetos de modernidade elaboradas para o Brasil, pautava-se “principalmente na reorganização do espaço - nomeadamente o urbano, e da sociedade brasileira, adquirindo novos hábitos” (ANDRADE, 2007, P 44)

As propostas que anunciavam o progresso, inicialmente foram aplicadas nos grandes centros urbanos brasileiros, sobretudo nas capitais dos estados. Posteriormente, essas experiências também foram vivenciadas pelas pequenas cidades interioranas, contudo de forma particular e cautelosa. Além de modificarem a estrutura física do espaço, com a arborização da cidade, alargamento e pavimentação das ruas, essas intervenções também implicavam na iluminação das ruas e limpeza dos ambientes.

Pensando a “Nova São Rafael”, como uma cidade localizada no interior do Estado, é válido lembrar que sua experiência com a modernidade se deu de forma diferenciada, quando comparada com as demais cidades brasileiras, uma vez que a mesma já fora construída dentro desses parâmetros de modernização. Discurso esse que marcava algumas manchetes dos jornais do Estado.

Considerando que o discurso⁴⁴⁸ é uma construção selecionada e controlada baseado em orientações, a sua influência no meio social é dada pelo poder e pelas instituições. Sendo os jornais o veículo de comunicação mais acessível na época, a discursão da temática pelos mesmos, facilitaria o consentimento e a certificação da obra junto à população. O que é considerado como verdade, pois possui apoio institucional e pode sofrer interferência pelo conjunto de regras imposta por essa. A produção dessa verdade também manobra a opinião desse meio social, em razão dos veículos de propagação e ao mesmo tempo reflete o desejo e o poder que encontra-se oculto.

⁴⁴⁸ Conceito discutido a partir da obra: FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. 8. ed. São Paulo: Loyola, 2002.

Uma cidade é objeto de muitos discursos, a revelar tais modalidades sensíveis de leitura do urbano ou saberes específicos, perpassados pelo lustro da ciência. Falam da cidade, para além da literatura e da história, os discursos médicos, políticos, urbanísticos, policiais e jurídicos, todos carregados de conceitos e princípios de uma cientificidade acentuada, dando a ver o urbano sob um aspecto técnico. Mas tampouco esses discursos deixam de empregar metáforas para qualificar a cidade, partilhando assim, eles também, essa possibilidade de qualificar o mundo e de senti-lo, desta ou daquela forma. (PESAVENTO, 2007.pg 17)

O construção do discurso, manifesta a necessidade de mostrar uma verdade e a propagação do mesmo é conduzido por forças, interesses e instituições. Nesse sentido, no jornal *O Diário de Natal*, na edição de nº 54⁴⁴⁹, sobre a Nova São Rafael, vemos que:

A construção de São Rafael foi uma tarefa das mais difíceis enfrentadas pelo DNOCS, ao longo dos seus 73 anos de existência, sendo este um trabalho pioneiro no Nordeste. Da igreja, as residências, até o cemitério Público e dedicação, a fim de que a população não se sentisse marginalizada. Até as relações de espaço, vizinhanças, religiosidade, culturais e comerciais foram analisadas minuciosamente, com o objetivo de ajustar o homem ao seu novo meio.

Segundo Foucault (2002), existem procedimentos de controle do discurso que preocupa-se com a determinação de regras de funcionamento, como também pela orientação dos indivíduos responsáveis pela propagação e criação desses pronunciamentos. Nesse ponto, existe um conjunto de exigências sobre a figura transmissora do discurso, onde este deve demonstrar qualificação, como; desenvoltura, persuasão e coerência. Desta forma, além de apresentar a cidade como uma das obras mais marcante do história do Estado, o jornal *O Diário de Natal*, na sua edição de nº 54 aponta alguns detalhes dessa cidade feita sobre um olhar moderno.

Projetada dentro de uma arquitetura moderna, mas essencialmente humanitária, a nova São Rafael, será a única cidade totalmente saneada do país, com complexo sistema de abastecimento d'água e energia elétrica. A igreja Matriz constitui uma réplica da antiga, e no novo cemitério, onde já não havia mais condições de atendimento, jazem os restos mortais agora exumados dos falecidos. As escolas, posto de saúde, maternidade, clube social, repartições públicas e estaduais sofreram algumas modificações visando o melhor atendimento a clientela⁴⁵⁰.

A configuração discursiva sobre a nova cidade tocava pontos sensíveis da modernização e dos ideais de civilização criados para a sociedade brasileira, durante os primeiros anos do século XX. Além do discurso higienista que falava sobre a construção de redes de esgotos, o progresso também foi anunciado com a afirmação que todas as famílias seriam removidas para residências de alvenaria, uma vez que alguns indivíduos moravam em casas de taipa⁴⁵¹ na antiga estrutura de São Rafael. No jornal *O Poti*, na edição de nº 2. 413⁴⁵² vemos que:

⁴⁴⁹ São Rafael: novo marco na história do Estado. *O Diário de Natal*, Natal. P. 2, 23 de Março de 1983.

⁴⁵⁰ Idem

⁴⁵¹ Técnica de construção, também conhecida por pau-a-pique, onde as paredes são armadas com bambu ou madeira e preenchidas com barro e fibra.

⁴⁵² Lavoisier comemora o dia 1º de maio. *O Poti*, Natal. P 6, 02/03 de Maio de 1982.

Além de receber todos os moradores daquela cidade, as casas que serão construídas pela COHAB abrigarão também habitantes da zona rural, chefes de família aposentados ou deficientes. Durante a construção da nova S. Rafael, o DNOCS autorizará também a edificação dos equipamentos comunitários que incluem a sede da prefeitura câmara Municipal, Escolas, Hospital-Maternidade, Matadouro Público, Posto de saúde, Igreja etc.

A narrativa sobre as novas instalações de São Rafael, traduzia uma noção de saúde e bem-estar. No entanto, também descrevia a condição financeira daquelas famílias, que foram redimensionadas para um novo centro urbano. Construídas de acordo com três padrões diferenciados, essas residências foram feitas obedecendo critérios como o tamanho, a qualidade e a condição financeiras de seus proprietários. Assim, *O Diário de Natal*, na edição de nº 54⁴⁵³, detalha a configuração dessas moradias:

[...]Em função desta população e do nível de renda familiar, foram construídas 880 casas, que beneficiarão diretamente um total de 4.400 pessoas. Cominadas ou não, as casas obedecem a três tipos de padrões R-1, 2 e 3. As do tipo 1 e 2 possuem dois quartos, sala, cozinha, banheiro e estão encravadas num terreno murado 300 metros quadrados. Já as do tipo 3 possuem três quartos, sala, cozinha, banheiro, são isoladas e encravadas num terreno de 400 metros quadrados. Além destes três tipos foram projetadas 14 casas especiais, com quatro quartos, duas salas, cozinha, dois banheiros, varanda e melhor acabamento. Estas estão reservadas a população de melhor poder aquisitivo que possuíam as melhores casas na antiga cidade. Cerca de 150 casas são ocupadas por famílias da zona rural que não tinham força de trabalho, estando agrupadas perto uma das outras. [...]

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sendo os jornais impressos um dos veículos de comunicação mais utilizados pela sociedade, para a divulgação das notícias durante o período estudado, averigua-se uma dada repetição da anunciação do projeto Baixo-Açu. Além de mostrar a grandiosidade do mesmo, as manchetes refletiam sobre algumas consequências causados por sua execução. Sobre a cidade de São Rafael, percebe-se um acompanhamento de toda a trajetória da construção e remanejamento da população para as novas instalações. Mas é notório o destaque dado à proposta arquitetônica moderna dessa cidade, que além de saneada, todas as residências seriam de alvenaria e teriam ruas largas. Sendo a imprensa uma poderosa instituição, o discurso principal das manchetes caracterizava uma ação de combate à estiagem e agressividade do clima da região e que todas essas ações traria desenvolvimento social e econômico para esse espaço, quanto aos rafaélenses esses ganhariam uma nova estrutura urbana, com uma configuração apresentável, confortável e moderna.

4. FONTES

O Poti-1980, 1981, 1983, 1984, 1985

⁴⁵³ São Rafael: novo marco na história do Estado. *O Diário de Natal*, Natal. P. 2, 23 de Março de 1983.

O Diário de Natal-1980, 1981, 1982, 1983, 1984, 1985.

5.REFERÊNCIAS

ANDRADE, Juciene Batista Félix. **Caicó: uma cidade entre a recusa e a sedução**. 2007. 148f.

Dissertação (Mestrado em História) – PPGH – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2007

ARRAES, Marcos Alexandre. Primeiros enunciados de modernidade: O discurso do moderno no Recife nas décadas iniciadas do século XX, In.: **Emblemas: Revista do Departamento de História e Ciências Sociais**, UFC-CAC, v.7, n.1, jun-jul, 2010, p 101-102. Disponível em [file:///C:/Users/Usu%C3%A1rio/Downloads/12602-Texto%20do%20artigo-49736-3-10-20110228%20\(3\).pdf](file:///C:/Users/Usu%C3%A1rio/Downloads/12602-Texto%20do%20artigo-49736-3-10-20110228%20(3).pdf). Acesso em: 15/07/2019.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. 8. ed. São Paulo: Loyola, 2002.

LUCA, Tânia Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: In: PINSKY, Carla Bassanezi (org). **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2005. p. 111- 153

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **Cidades visíveis, cidades sensíveis, cidades imagináveis**. In.:Revista Brasileira de História. Vol.27, n 53º. São Paulo 2007.

ROUSSO, Henry. O arquivo ou o indício de uma falta. In: **Revista Estudos Históricos**, São Paulo, v.9, nº 17, 1996. p. 85-91.

SOUZA, Francisco das Chagas S. **Escafandristas do tempo: narrativas de vida e regeneração da memória em São Rafael-RN**. 2010. 236f. Tese (Doutorado em Educação), Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal.

_____. **Teias da saudade: Orkut, narrativas visuais e regeneração da memória em São Rafael-RN**. Natal: Editora do IFRN, 2011.

SIMPÓSIO TEMÁTICO 8

Espaço, Cultura e Poder no Mundo Antigo

Coordenador

Prof. Ms. Ruan Kleberson Pereira da Silva – SEEC/RN

Proposta do Simpósio Temático

Entendemos que o estudo da Antiguidade, presente em nossos dias em conceitos e símbolos, configura-se em um importante meio de compreender nossa própria sociedade a partir dos eixos conceituais que nos unem. Nesse sentido, o presente Simpósio tem como objetivo geral fomentar o debate ao viabilizar um espaço de diálogo acerca do Mundo Antigo junto ao Colóquio de História Cultural e Sensibilidades.

AS PROFECIAS DE NEFERTI E A RETÓRICA DA ORDEM CÓSMICA NO MÉDIO IMPÉRIO EGÍPCIO (c. 2061-1784 AEC)

Alaide Matias Ribeiro⁴⁵⁴

APRESENTAÇÃO

As Profecias de Neferti é uma narrativa literária egípcia datada do final do Primeiro Período Intermediário e o Médio Império egípcio (c. 2260-1784 A.E.C.). A história pode ser encontrada em sua versão completa no Papiro São Petersburgo 1116B, datado da XVIII dinastia, Novo Império (c. 1570-1293 AEC). Esta fonte, escrita em hieróglifo, atualmente está locada no Museu Hermitage Imperial de São Petersburgo, na Rússia⁴⁵⁵. O texto, que provavelmente é uma cópia do original, é composto por “71 linhas, 65 horizontais e 6 verticais, que se arrumam em seis páginas [...] contendo onze linhas cada” (CANHÃO, 2013, p. 334). Propomos analisar essa narrativa, com o objetivo de elucidar como a descrição dos elementos presentes na trama nos permite pensar a sociedade do Egito Antigo. A ênfase está no poder afirmativo do discurso, que nos possibilita pensar sobre elementos específicos como: a ideia de caos social, de perturbação da ordem cósmica e o reestabelecimento da ordem (Ma’at) pelo faraó.

Inicialmente, discutiremos o contexto de produção do texto e a conjuntura que o mesmo apresenta como pano de fundo da narrativa: o Antigo e o Médio Império. Em seguida, abordaremos elementos específicos da narrativa que possibilita uma reflexão acerca da sociedade egípcia antiga, em especial, no que se refere à sua visão de mundo ordenado. Por fim, retomaremos sumariamente o exposto, por meio da apresentação dos resultados obtidos da análise do texto e das inquietações que surgiram no percurso da pesquisa e reflexão sobre o tema. Neste trabalho foram analisadas três traduções das *Profecias de Neferti*: duas em língua portuguesa e uma

⁴⁵⁴ Graduada em História. E-mail: alaiderribeiro604@gmail.com

⁴⁵⁵ Para saber mais sobre o histórico do Papiro 1116B e das demais fontes que contém registros fragmentados dessa narrativa que é considerada como um dos textos clássicos da escola de escribas do Novo Império Egípcio, conferir CANHÃO, Telo Ferreira. As profecias de Neferti: do domínio de Isefet à imposição de Maat. **Cadmo**. Revista de História Antiga. Centro de História da Universidade de Lisboa, n. 23, 2013.

em língua inglesa. Estas, presentes nas obras *Escrito para a eternidade: a literatura no Egito Faraônico* (2000), *Doze textos egípcios do Médio Império* (2013) e *Ancient Egyptian Literature* (2006), cuja autoria pertence, respectivamente, a Emanuel Araújo, Telo Ferreira Canhão e Miriam Lichtheim.

“PROFECIAS DE NEFERTI”

Emanuel Araújo (2000) considera as *Profecias de Neferti* como pertencente ao gênero de literatura crítica, datando sua produção no Novo Império (c. 1580-1200 A.E.C.), aproximadamente, durante a XVIII Dinastia. Neste período, o Egito acaba de sair de um contexto de opressão estrangeira e tem seu centro administrativo levado de Mênfis, no Baixo Egito, para a região tebana, no Alto Egito. Tal mudança pode ser considerada como uma medida política consciente em razão das políticas externas que estavam sendo realizadas, como, por exemplo, a busca de matérias-primas e de homens nos outros territórios do continente africano, que constituiriam a base da força guerreira do Novo Império, responsável por fazer avançar a influência egípcia na Ásia (VERCOUTTER, 1986, p. 73). Mas, levando em consideração que é consenso entre estudiosos que o período mais provável de produção da narrativa, em razão dos elementos que apresenta em seu texto, característico de outras obras do mesmo período, se deu no Médio Império, especificamente, na XII dinastia (c. 1991-1784 A.E.C.), faz-se necessária uma explanação sobre o contexto em questão, para que dessa forma, os interesses presentes no discurso possam ser compreendidos em sua lógica conjectural.

Inicialmente, é preciso considerar que o Egito do Médio Império apresenta um contexto distinto do período que o precedeu, denominado Primeiro Período Intermediário. Este foi caracterizado pela fragmentação do poder central e enfraquecimento da cidade de Mênfis, bem como pela convulsão social a que se agregavam as incidências das investidas dos povos estrangeiros (VERCOUTTER, 1986, p. 62). É uma convenção considerar que o Médio Império se inicia a partir da

unificação do Alto e do Baixo Egito, em razão de ações empreendidas pela XI e XII dinastias, que agindo tanto no Norte, na região do Delta, como no Sul, repelem as ameaças constituídas pelos povos beduínos e núbios. Na XI dinastia, Montuhotep I (c. 2065-2015 A.E.C.) e os faraós posteriores, Montuhotep II (c. 2015-2010 A.E.C.) e Montuhotep III (c. 2007-2000 A.E.C.) apaziguam as Duas Terras e reorganizam a autonomia dos nomos, que durante o Primeiro Período Intermediário estavam sob o governo dos nomarcas hereditários, um dos elementos colaborativos para com a decadência do poder real, com a implantação de supervisores tebanos. Os governantes dessas dinastias também promoveram uma política de expansão militar, realizando expedições contra os líbios e os núbios e estabelecendo estradas e fronteiras.

A XII dinastia, instalada nas proximidades a sul de Mênfis, segundo Nicolas Grimal (2012), revela uma nova orientação ideológica expressa no retorno à teologia heliopolitana⁴⁵⁶. Ainda de acordo com o autor, Amenemhat I (c. 1985-1955 A.E.C.), o primeiro faraó da XII dinastia, utiliza da literatura egípcia como instrumento para evocar provas de sua legitimidade. As *Profecias de Neferti* se configuraria em evidência dessa manobra, já que é identificado um espaço obscuro no que concerne à passagem da XI à XII dinastia, e, conseqüentemente, à sucessão dos governantes. Amenemhat I é considerado como um grande edificador de construções, como fortificações, além de ser responsável pela construção de um novo complexo funerário, localizado na margem oeste do Nilo, próximo a It-towy, onde revalorizou o modelo piramidal característico do Antigo Império. Todavia, inaugura uma prática que perdurará por toda a XII dinastia: a corregência, a associação de herdeiros como sucessores ao trono. Para Grimal (2012) tal prática pode ser compreendida como parte de uma política externa, de intimidação dos estrangeiros frente aos príncipes

⁴⁵⁶ De acordo com Rosalie David “Segundo o mito heliopolitano, Rá-Atum era o criador que tinha emergido do grande oceano primevo (chamado Nun) e que trouxe a luz para o estado das trevas da não existência. Ele assumiu a forma de uma garça, conhecida pelos egípcios como o pássaro Bennu, que voou da escuridão e posou em uma rocha onde abriu o seu bico e soltou um grito que rompeu o silêncio da não existência. Esse grito era parte do processo criativo e “determinou o que deveria ser e o que não deveria não ser”. (DAVID, 2011, p. 122). Sobre a história heliopolitana da criação, Leonard Lesko argumenta que “Todas elas começam com Atum (“o todo” ou “o completo”) ejaculando de dentro de si mesmo Shu (“ar” – masculino) e Tefnut (“umidade” – feminino). Shu e Tefnut, por sua vez, geram Geb (“terra” – masculino) e Nut (“céu” – feminino). Na geração seguinte, Geb e Nut dão origem a dois filhos e duas filhas, e o número crescente de irmãos inevitavelmente conduz ao conflito, enquanto as equivalências ctônicas simples se tornam mais complexas. O conflito tem foco nos dois irmãos Osíris e Seth. [...] Uma vez que Atum era a divindade principal de Heliópolis, cidade algumas milhas ao norte da nova capital, Mênfis, parece curioso que o rei conquistador do sul seja retratado como um descendente dessa divindade maior do norte.” (LESKO, 2002, p. 113-114).

herdeiros, bem como uma tentativa de neutralizar qualquer tentativa de um pretendente rival assumir o trono após a morte do faraó (DAVID, 2011, p. 202).

Após a morte de Amenemhat I, que também promoveu o culto a Âmon, Senusret I (c. 1970-1936 A.E. C.) assume. Amenemhat II (c. 1938-1904 A.E.C.) promove expedições comerciais no exterior, como a que ocorrera em Punt. No seu reinado, o Egito participa de uma dinâmica com o mundo oriental, recebendo mão de obra e novas técnicas. Especula-se que é possível considerar um contato entre o Egito e as Ilhas Egeias, isso, em razão da descoberta de cerâmica minoica, conhecida como “Louça de Kamares” em vários sítios no Egito, apesar de alguns autores, como Rosalie David (2011), considerarem que a presença egípcia em Creta não era bem evidente. O apogeu do Médio Império compreende os períodos em que o Egito foi governado por Amenemhat III (c. 1850-1800 A.E.C.). Este e Senusret II, seu sucessor, reivindicaram a região do Fayum⁴⁵⁷, que durante a XII dinastia foi um foco de atividades importante para o Egito.

Elabora-se uma nova organização administrativa com o objetivo de erradicar as possibilidades de famílias tradicionais dos nomos usurparem o governo. Dessa forma, o país está sob a autoridade direta do faraó e do vizir, que elenca três ministérios: um para norte, outro para o sul e outro para a Baixa Núbia, nas cercanias da ilha de Elefantina. Cada ministério é dirigido por um funcionário assistido por um assistente e um conselho (*djadjat*), em seguida, estão dispostos os oficiais e os escribas. Todavia, a nova organização trouxe como consequências a perda da influência da nobreza e a ascensão do que alguns estudiosos denominam de “classe média” (GRIMAL, 2012, p. 175-176). Por fim, podemos considerar que o Egito do Médio Império, assim como afirma Jean Vercoutter (1986), encontra-se organizado no interior, protegido por sistemas de fortificações que se estendiam às regiões do Sul às do Nordeste, não temendo as investidas de estrangeiros.

⁴⁵⁷ “O nome Fayum deriva do copta Pa-youm, que significa “o mar” ou “o lago”, nome dado no Novo Império a uma depressão ocupada por um lago alimentado pelo Bahr Yussuf (Canal de José), um braço natural do Nilo. [...] No Antigo Império foi fundado um estabelecimento chamado Shedet, atual cidade de Medinet el-Fayum, local sede da região desde então. Escavações arqueológicas mostraram que na região já havia sido construído um canal durante o Médio Império, na XII Dinastia, cuja finalidade era cuidar do suprimento de água que abastecia um lago artificial.” (VASQUES, 2015, p. 103). O Fayum é uma região localizada na margem oeste do rio Nilo, a sudoeste da cidade do Cairo.

A narrativa intitulada *Profecias de Neferti* foi encontrada em um papiro, atualmente designado como Papiro São Petersburgo 1116B⁴⁵⁸. A fonte em questão faz parte da coleção egípcia do Museu Imperial de São Petersburgo, conhecido como o The State Hermitage Museum. O documento manuscrito narra um episódio transcorrido no Antigo Império, durante o reinado do faraó Senéfru da IV Dinastia (c. 2723-2863 A.E.C.)⁴⁵⁹. Este pede aos seus conselheiros que lhe tragam alguém que o distraia com “belas palavras” (ARAÚJO, 2000, p. 192), e um sacerdote-leitor, de nome Neferti, é trazido perante o faraó que lhe pede que fale sobre o futuro. O profeta começa a descrever uma época em que o Egito está em completo caos (*isefet*) e desordem, todavia, tal contexto é reordenado por um rei que é de origem do Sul. Para Telo F. Canhão (2013, p. 19) o texto é configurado em propaganda política. Segundo Nicolas Grimal (2012) as *Profecias de Neferti* se torna durante o Novo Império um clássico divulgador da ideologia real, assim como o *Conto de Sinuhe* e o *Ensino de Amenemhat I*. E, de acordo com os autores, a popularidade do texto pode ser visualizada na quantidade de cópias produzidas entre a XVIII e XIX dinastias, encontradas em óstracos e em tabuletas de madeira.

O FARAÓ SOLICITA UMA DISTRAÇÃO

Ao apresentar as *Profecias de Neferti* aos leitores, Canhão (2013) problematiza o conceito de profecia considerado na narrativa, que diferente da concepção hebraica, na verdade se configura - se levamos em consideração o elemento histórico do presente ou seja, do momento em que a narrativa surge na sociedade egípcia - em exposição do passado e não do futuro. Dessa forma, a descrição profética de Neferti apresenta um Egito cujas referências remetem ao tempo anterior ao período considerado da elaboração da narrativa⁴⁶⁰. Todavia, mais do que

⁴⁵⁸ No texto de Miriam Lichtheim (2006, p. 139) consta: “P. Leningrad 1116B”. Todavia, é importante ressaltar que existem outras fontes, em sua maioria, fragmentadas, das *Profecias de Neferti*. Sobre essas fontes, consultar os trabalhos de Canhão (2013), especialista em literatura egípcia do Médio Império.

⁴⁵⁹ Interessante ressaltar o que é indicado por Telo Canhão de que “a datação literária é bem diferente da datação histórica da narrativa, para a qual ainda recuamos até ao Antigo Império, indo ao encontro do fundador da IV dinastia, Seneferu (c. 2600-2576 A.E.C.).” (CANHÃO, 2013, p. 19).

⁴⁶⁰ Segundo Lichtheim “The readers, ancient and modern, are to understand that the “prophecy” is a literary disguise, veiling the contemporary character of a work composed in the reign of Amenemhet I, and designed as a

se ater às questões referentes ao conceito de profecia presente no texto é interessante pensar sobre o que a profecia representava na sociedade egípcia antiga e outras questões: que status se configurava ao sacerdote-leitor-profeta? Que relevância essa ação possuía? Que evidências possuem os egiptólogos?

Quando o rei manda chamar Neferti, o autor inicia a narrativa localizando o tempo em que a situação ocorre. Neste caso, no Antigo Império, quando o Egito já unificado, é governado por Senéfru (c. 2613-2589 A.E.C.), o ‘justo de voz’. Este, afirma Erik Hornung (1994), é representado nas obras de poesia do Médio Império, como no *Papiro Westcar* e no *Ensino de Kagemni*, como um faraó benevolente e caridoso, que exala uma autoridade natural e trata com muita familiaridade os seus mais altos funcionários. Depois de ser visitado e saudado pela corte do Palácio, diz ao porta-selo que convoque os conselheiros à sua presença, e esses são trazidos e se curvam, novamente, sobre o ventre. Neste trecho há a descrição de um comportamento usual que se efetuava no espaço do palácio, um rito cotidiano configurado na prestação de saudações ao rei, o gesto de genuflexão. Diante do rei, o mais próximo dos deuses na terra, o primeiro administrador do culto e representante do povo perante os deuses, os demais que se encontravam em sua presença demonstravam respeito à sua figura divina, curvando-se, o que também evidencia a hierarquia social na sociedade egípcia antiga, bem como os gestos que eram tomados conforme cada grupo social.

Frente ao rei, este pede para que os conselheiros busquem entre os seus, alguém que seja sábio, excelente e que tenha praticado nobres feitos, para que este possa distrair o rei com uma bela oratória. Percebemos que os egípcios, ou aqueles que conviviam junto ao faraó na Residência⁴⁶¹, apreciavam a boa oratória, como fica evidente não só nas *Profecias de Neferti*, mas também em outras narrativas da literatura egípcia antiga, como no *Conto do Camponês Eloquentes*. É interessante observar que o rei, que assume o caráter de divindade, apresenta sua porção humana ao expressar estados e sentimentos como o tédio, e isso pode ser validado quando recorremos não só a narrativa aqui proposta de análise, mas também em outras narrativas de outros gêneros literários, como, por exemplo, no conjunto de textos

glorification of that king. The work is a historical romance in pseudo-prophetic form.” (LICHTHEIM, 2006, p. 139).

⁴⁶¹ No caso a “Residência” pode ser interpretada tanto como o faraó (“Casa Grande”) como o Palácio Real, local onde habitava o rei e sua corte.

nomeado de *Proezas de magos*, mais especificamente conhecido como *A separação das águas*, pertencente à literatura fantástica⁴⁶².

O SACERDOTE-LEITOR NEFERTI

O sacerdote-leitor Neferti, consagrado à deusa Bastet e oriundo do nomo de Heliópolis no Baixo Egito, descrito como “um escriba de dedos hábeis, uma pessoa bem educada, mais rico que qualquer um de seus pares”, é conduzido ao rei e, como os demais, prostra-se sobre seu ventre. Seneferu faz o pedido: frases escolhidas sobre o porvir, e assim, o profeta evoca um quadro tenebroso, localizando a situação do leste do Egito, ameaçado pelos Asiáticos. É válido considerar alguns aspectos que surgiram em torno desta cena. Primeiramente, a figura do Neferti, um sacerdote leitor, nos remete à reflexão dessa função no Egito Antigo. Segundo Pernigotti (1994) um país tão rico em edifícios religiosos deveria possuir um número de encarregados do culto proporcional ao número e à importância dos edifícios. Dessa forma, é fácil pensar em um clero numeroso que se estendia de forma capilar por todo o país, desempenhando um papel importante na sociedade egípcia. Além disso, através da narrativa literária é possível compreender que no mundo do sacerdócio egípcio antigo existia, assim como na administração civil, uma estrutura hierárquica.

O ingresso na função sacerdotal só poderia ocorrer através da nomeação do candidato pelo soberano. E, quando investido do cargo, era-se sacerdote de um deus que se tornara objeto de culto num determinado templo numa determinada localidade: isso explica o motivo, nas fontes egípcias, dos títulos sacerdotais serem sempre acompanhados pela indicação do deus a que se referiam (PERNIGOTTI, 1994, p.117). Dessa forma, compreendemos a titulação referente ao sacerdote-leitor Neferti, “o sábio do Leste, servidor de Bastet em seu Oriente, filho do nomo de Heliópolis”. Cabe ainda mencionar alguns aspectos da religião do Egito antigo no Médio Império, para enfim, continuarmos com a discussão sobre a função do sacerdote nessa sociedade. Com a turbulência que configurou o término do Antigo Império, novos cultos foram promovidos, assim como o fervor da população comum

⁴⁶² Para saber mais sobre as demais narrativas de literatura fantástica, consultar (ARAÚJO, 2000).

pelo deus Osíris. Segundo Rosalie David (2011), durante a XI e XII dinastias houve uma “democratização” das crenças, evidenciada pela preferência do culto a Osíris, que prometia eternidade para todos, desde que fossem realizados seu culto e a execução dos ritos funerários. O Egito antigo possuía um sistema religioso em que os vários deuses que conformavam o panteão egípcio, os do Estado, os locais e os do lar, eram cultuados em templos, espaços cuja estrutura física condicionava os atos rituais executados e onde se realizavam as atividades que caracterizavam os sacerdotes como tais.

Os sacerdotes, delegados do faraó nos diversos templos do antigo Egito, mesmo que pertencentes ao alto ou ao baixo clero necessitavam de purificação espiritual, tal ato configurado em uma série de gestos já descritos por Heródoto no Livro III da *História*. De acordo com Pernigotti (1994), no templo existia uma série de sacerdotes que podem ser classificados em: primeiro, segundo, terceiro e quarto profetas; sacerdotes vulgares, que cumpriam a função durante um determinado período; o superintendente dos profetas; os sacerdotes *uab*, e por fim, os sacerdotes-leitores. Estes últimos, categoria em que o profeta da narrativa se insere, tinham por função a leitura dos textos sagrados durante as cerimônias religiosas, todavia, seu título de leitor poderia ser associado ao de mago, o que segundo o egiptólogo Sergio Pernigotti (1994), evidencia a estreita relação entre as duas funções. Uma questão a pensar é, considerando a classificação organizada pelo autor compreendendo uma hierarquia sacerdotal, que implicações podem ser consideradas, na medida em que a categoria do sacerdote-leitor se localiza no último grau dessa escala? Uma possível hipótese poderia ser compreendida se nos referirmos ao status social do indivíduo que ocupa tal cargo, já que em traduções da narrativa, Neferti, é denominado como “um plebeu de braço valente”.

A DESORDEM IMPERA NO KEMET E O FARAÓ RESTAURA MAAT

Quando na “Ruína do país perante a indiferença geral”, Neferti começa apelando ao seu coração e evocando autoridade para a validação do que está prestes a revelar. O Egito se encontra destruído, arruinado, pois aqueles que mandavam no país estão humilhados e a população, inerte à situação é tomada por um silêncio

extasiante. Rá fará seu turno no céu, mas de forma oculta, pois o disco solar está encoberto por nuvens sombrias. O Nilo secará e os ventos se extinguirão. É interessante notar que a desordem é tamanha que os elementos naturais, comuns à própria caracterização do Egito Antigo, também são afetados. Tal situação, apresentada aos egípcios antigos seria desastrosa. Tomando como referência o Nilo, compreendemos a sua importância para a vida daqueles, já que o rio fornecia tanto a água como a terra arável, indispensáveis ao desenvolvimento humano na região de clima árido e desértico.

Após a apresentação do quadro de debilidade e de indiferença tanto dos governantes do Egito como da população e da calamidade que arruína a geografia da região, os estrangeiros, comumente designados pelos egípcios antigos como Asiáticos, entram em cena extirpando todas as coisas consideradas boas no Egito. Vindos do Leste, os Asiáticos se apropriaram das riquezas e dos alimentos e as fortalezas construídas não suportarão os ataques, deixando aqueles que buscam por proteção sem segurança. O Egito será povoado pelos animais selvagens e governado por quem lá chegar e assumir sua posse. A violência atinge todas as famílias, os filhos cometem parricídio. A morte é ignorada, da mesma forma que as tradições fúnebres e as doenças que emergem no país. Neferti apresenta um Egito em que os papéis sociais são invertidos, onde “o que foi feito nunca antes tinha sido feito”, um país em desequilíbrio, onde não há quem colocará em ordem o cosmo egípcio.

A situação caótica é retificada com o surgimento de um rei, oriundo do Alto Egito, denominado Ameni, unificador das Duas Terras, o Alto e o Baixo Egito, e das Duas Coroas, símbolos da realeza. Com o faraó, o caos presente no Egito em razão da indiferença da população é extirpado, a ordem representada por Ma'at se estabelece novamente no Egito, restaurando a ordem cósmica. Ma'at é uma deusa que personifica o princípio ordenador do universo. Às vezes traduzida como Justiça, Ma'at pode ser compreendida como o princípio que asseguraria os ciclos de existência, mediante a devoção do faraó e dos homens comuns (CAMARA, 2011, p. 55). É interessante compreender a articulação existente entre o faraó e o princípio, pois apesar deste exigir a dedicação do povo, é na personagem dupla do faraó - governante e ser divino - que o princípio se efetivará. O faraó, o Hórus Vivo, o filho de Rá é aquele cuja existência possibilita a sustentação do Egito. Tem, portanto, como dever a manutenção da Ma'at. Dessa forma, percebemos o porquê do “anúncio da

vinda de um rei salvador”, pois ao trazer em si mesmo o princípio da justiça, ordenador, de equilíbrio e de harmonia, o faraó se legitima, afirmando seu direito de governo e a existência da Instituição Faraônica. A Natureza e o Estado apoiam-se em Ma’at, e nela se baseia a Justiça e a Verdade, assim como todas as formas de vida cósmica e social. O faraó, como os deuses, vive de Ma’at, e se justificado, configura-se em doador de Ma’at, tal como Ameni é configurado na narrativa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As *Profecias de Neferti* é um texto cuja produção remete ao Médio Império, caracterizado por apresentar ao leitor cenas, a partir das quais é possível elencar características referentes à sociedade egípcia antiga. Nessa proposta de análise foram determinados somente alguns aspectos configurados no sacerdote, o faraó e os princípios de ordem (*Ma’at*) e desordem (*Isefet*). Uma das conclusões a que chegamos, feita a análise da fonte, foi que a narrativa pode ser concebida como um “texto-propaganda” do faraó Amenemhat I – no texto, Ameni, forma diminutiva de Amenemehat -, já que apresenta elementos que podemos considerar como a expressão de uma ideologia a favor de um soberano que efetivou ações semelhantes às descritas na narrativa. Como exemplo, cito um trecho da tradução de Telo Canhão (2013), que revela um feito específico, possivelmente, em referência ao rei salvador:

“Construir-se-ão os Muros do Rei,
não permitindo que os Asiáticos desçam ao Egito.”

Os “Muros do Rei” podem ser compreendidos como metáfora das várias construções que foram executadas durante o governo de Amenemhat I, que visavam a detenção das excursões dos Asiáticos no Egito, para que o cenário não se conformasse ao do Primeiro Período Intermediário. Além desse aspecto, outro válido de consideração é que a narrativa, tomando-a como divulgadora de uma ideologia real

pode ser compreendida como tal, pois, frente ao período obscuro que foi observado na passagem da XI dinastia à XII, apresenta uma legitimação do faraó restaurador de Ma'at. Vale ainda ressaltar que compreendendo a narrativa como difusora de uma determinada ideologia, cabe refletir acerca de como se operava tal comunicação, cabendo aqui a discussão sobre a oralidade no Egito Antigo.

Se considerarmos a sociedade egípcia antiga, organizada segundo uma hierarquia e um princípio cósmico, percebemos que determinado grupo poderia ter o domínio exclusivo da escrita, nesse caso os altos funcionários, como o escriba, além do faraó, o que percebemos estar relacionado à oratória. Então, cabe trazer à tona uma questão: as *Profecias de Neferti* foi concebida para ser proferida ao público, este compreendendo a população dita vulgar? A afirmativa é uma hipótese a se considerar, já que é sabido que poucos no Egito Antigo eram capazes de ler a escrita hieroglífica, caracterizando essa sociedade segundo uma acentuada tradição oral. Acreditamos que, apesar da sumária explanação sobre o papel cumprido pelo sacerdote, compreendemos que esta função era complexa. Isto porque verificamos que não é possível generalizar essa função em razão da diversidade de categorias que comporta. Todavia, percebemos como cada sacerdote, apesar de articulado com a Corte do faraó, estava vinculado à sua região de origem, bem como a um templo e a um deus específico. Interessante notar que, assim como os demais funcionários que ocupavam os cargos mais próximos do rei, os sacerdotes, depois de cumprida as obrigações para com aquele, pelo menos no que nos indica a narrativa, poderiam receber honrarias mesmo estando morto, como expressa Neferti: “Um ritualista far-me-á uma libação quando vir acontecer o que eu disse”.

Com relação à figura do faraó, compreendemos como este incorporava duas facetas, a humana e a divina, ao mesmo tempo em que se conformava no princípio ordenador do Egito Antigo, em Ma'at. Através da narrativa consideramos que a sociedade egípcia antiga poderia não se sustentar mediante a ausência do faraó, portanto, tal instituição cumpre um papel importante, se consideramos esta como o ordenador dessa sociedade. Por fim, uma última consideração vale ser expressa. Constatamos que o Egito Antigo do Médio Império, assim como os outros períodos que conformam a História dessa sociedade, apresenta elementos característicos comuns, contudo, é nesse recorte temporal que o Egito Antigo produzirá textos singulares que serão perpetuados nas gerações seguintes. Estes textos conformam

um conjunto de documentos que, sem deixar de considerar as classificações atuais, consideramos como fontes de uma riqueza considerável, que nos possibilita refletir não só as instituições da sociedade, mas também, nos permite fazer uma aproximação de como esta estava articulada e ordenada segundo uma determinada e complexa visão de mundo.

Enfim, ao fim dessas conclusões, somente nos resta fazer o que fora praxe aos sábios escritores da época analisada:

“E acabou em paz pelo escriba”

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAÚJO, Emanuel. Literatura crítica. In:_____. **Escrito para a eternidade**. A literatura no Egito faraônico. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2000, p. 192-200.

CAMARA, Giselle Marques. **Maat**: o princípio ordenador do cosmo egípcio: uma reflexão sobre os princípios encerrados pela deusa no Reino Antigo (2686-2181 a.C.) e no Reino Médio (2055-16650 a.C). 133 f. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, Universidade Federal Fluminense, 2011.

CANHÃO, Telo Ferreira. As profecias de Neferti. In:_____. **Doze textos egípcios do Império Médio**. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2013.

CANHÃO, Telo Ferreira. **Textos da literatura egípcia do Império Médio**. Textos hieroglíficos, transliterações e traduções comentadas. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2013.

CANHÃO, Telo Ferreira. As profecias de Neferti: do domínio de Isefet à imposição de Maat. **Cadmo**. Revista de História Antiga. Centro de História da Universidade de Lisboa, n. 23, 2013.

DAVID, Rosalie. **Religião e magia no Antigo Egito**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.

GRIMAL, Nicolas. O Médio Império. In: _____. **História do Egito Antigo**. Tradução Elza Marques Lisboa de Freitas. Rio de Janeiro: Forense, 2012. p. 165-178.

HORNUNG, Erik. O rei. In: (Dir.) Sergio Donadoni. **O Homem egípcio**. Tradução Maria Jorge Vilar de Figueiredo. Lisboa: Editorial Presença, 1994. p. 239-262.

LESKO, Leonard H. Cosmogonias e cosmologia do Egito Antigo. In: SHAFER, Byron (Org.). **As religiões no Egito Antigo** – deuses, mitos e rituais domésticos. São Paulo: Nova Alexandria, 2002.

LICHTHEIM, Miriam. **Ancient Egyptian Literature**. Vol. 1. EUA: University of California Press, 2006.

PERNIGOTTI, Sergio. O sacerdote. In: (Dir.) Sergio Donadoni. **O Homem egípcio**. Tradução Maria Jorge Vilar de Figueiredo. Lisboa: Editorial Presença, 1994. p. 109-132.

VASQUES, Marcia Severina. **Máscaras funerárias do Egito Romano**. Crenças funerárias, etnicidade e identidade cultural. Rio de Janeiro: Publit, 2015.

VERCOUTTER, Jean. **O Egito Antigo**. Tradução Francisco G. Heidemann. São Paulo: DIFEL, 1986.

SIMPÓSIO TEMÁTICO 10

Filosofia e História: interações, convergências e tensões

Coordenadores

Prof. Dr. Alberto Leopoldo Batista Neto – UERN
Prof. Me. Cléryston Rafaell Wanderley de Medeiros – Rede Municipal

Proposta do Simpósio Temático

A Filosofia e a História são áreas do conhecimento que desenvolveram, ao longo dos séculos, múltiplas e variadas formas de relacionamento. Filósofos refletiram e seguem refletindo sobre o objeto e os métodos da História, sobre o caráter das explicações históricas, o valor do conhecimento histórico e a relevância dos estudos históricos para a própria compreensão dos problemas e das abordagens em Filosofia. Da mesma forma, os historiadores debatem a importância de uma filosofia da História para guiar suas pesquisas, engajam-se em discussões sobre o estatuto epistemológico de sua disciplina e têm enfatizado a imprescindibilidade da história e da historiografia para a compreensão de questões fundamentais da condição humana e de seu envolvimento no mundo, questões essas que convergem de maneira notável com aquelas de que caracteristicamente se ocupam os filósofos. Problemas tais como os diversos modelos de compreensão do tempo histórico (segundo uma perspectiva cíclica ou linear, por exemplo), a existência ou não existência de um sentido na história humana, o significado de termos como “genealogia”, “progresso” e “evolução”, os vínculos entre historicidade e hermenêutica, a questão do “historicismo”, as possíveis relações entre mudança histórica e relativismo ou perspectivismo filosófico e a própria divisão de competências entre filósofo e historiador (que reflete a problematizável divisão entre os domínios do valor e do fato) constituem pontos de interseção para os interesses teóricos dos estudiosos de ambos os campos. Propõe-se, neste simpósio, reunir trabalhos que abordem os diversos modos de relação entre os referidos campos do saber, a partir das mais diversas perspectivas teóricas e sob os mais variados enfoques.

FILOSOFIA DA DIFERENÇA E ESCRITA DA HISTÓRIA: PENSAR O SUJEITO, OUTRA VEZ⁴⁶³

José dos Santos Costa Júnior²

Resumo: Longe de ser o fundamento da história, o sujeito é efeito das práticas sociais que o constitui em políticas de subjetivação que fazem com que certos indivíduos assumam determinadas posições de sujeito e os predicados que isso produz ou atualiza. O texto tem como objetivo discutir as contribuições da filosofia de Michel Foucault para a escrita da História, urdindo uma discussão conceitual e metodológica a partir de pesquisa bibliográfica, tendo como enfoque especial o procedimento genealógico e suas proposições sobre corpo e sujeito. Ao retomar a leitura de Nietzsche entre o fim dos anos 1960 e começo da década de 1970, Foucault construiu um incontornável texto sobre “Nietzsche, a genealogia e a história” (1971) em que se pode ler toda uma proposta para pensar o corpo e os processos de produção de sujeitos. Mas trata-se, antes de mais nada de esquecer uma concepção fundante do sujeito, colocando-o como lugar vazio, na esteira do que ele já havia escrito em “A arqueologia do saber” (1969). Pensá-lo como lugar vazio significará questionar os processos por meio dos quais os indivíduos se nomeiam, assumem identidades, ocupam lugares sociais de prestígio ou de perda, assim como permite entender que a subjetividade é efeito de toda uma política da linguagem. Portanto, retoma-se no artigo um assunto que não é novidade, mas que ainda segue sendo alvo de debates e discussões acaloradas. Os sujeitos só existem como posições ocupadas, como uma espécie de lugar tenente que confere verdade e legitimidade para certas práticas e modos de vida. Logo, questionar as maquinarias que nos constituem como sujeitos permite descrever as engrenagens que nos constituem, sem nos determinar de modo unilateral, de modo que possamos pensar processos de resistência e afirmar a multiplicidade diante das políticas de identidade.

Palavras-chave: Estudos Foucaultianos; Escrita da História; Teoria e Filosofia da História; Pós-estruturalismo.

⁴⁶³ Este texto consiste em uma versão de uma das seções da tese de doutorado atualmente desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) sob a orientação do professor Benito Bisso Schmidt.

² Doutorando em História. Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS. E-mail: jose.junior010@gmail.com

INTRODUÇÃO: DA HISTÓRIA COMO INVENÇÃO

História como fabricação de objetos e sujeitos, como invenção incessante de formas para o passado, de tecelagem permanente dos tempos. Trabalho e arte comprometidos com discussões políticas, éticas e estéticas⁴⁶⁴.

A partir das minhas pesquisas no campo da historiografia da infância e juventude, problematizo a questão do sujeito em um diálogo com a filosofia pós-estruturalista e suas contribuições e provocações para a História. De que maneira a filosofia da diferença e o pós-estruturalismo apresentam ferramentas para pensar outra vez um tema estrutural da filosofia do Ocidente: o sujeito? Por meio de quais formulações Michel Foucault dá a ler e faz ver outras miradas críticas sobre a história da subjetividade? Ao iniciar este texto com uma citação de Durval Muniz de Albuquerque Júnior, historiador brasileiro diretamente articulado à recepção crítica, criativa e ética dessa filosofia na historiografia brasileira a partir dos anos 1980 e 1990, penso que o ponto de partida pode ser pensar a escrita da história como fabricação, propriamente dita. O historiador inventa desde o momento em que formula uma problematização para a pesquisa, até o momento em que encerra seu texto ancorado em larga e intensa pesquisa documental. Como diz James Williams, “o pós-estruturalismo é um movimento densamente histórico de reação a uma longa série de ideias filosóficas. É também, contudo, um modo revolucionário de pensar a história”⁴⁶⁵.

Ora, dizer invenção de modo algum significa dizer “mentira” ou “falsificação” como alguns pares muitas vezes acusam. Dizer que a história é uma invenção narrativa, discursiva, imagética, significa dizer simplesmente que nada existe no mundo que não seja proveniente de um processo de criação, de organização e composição no plano da cultura. Nenhum modelo pedagógico, proposta arquitetônica, ou quaisquer outras expressões culturais poderiam ser lidas em uma chave interpretativa que as visse como transcendentais, sempre aí. Pois efetivamente as coisas são criadas, as vivências e experiências são experimentadas ao longo do tempo com base em conflitos, transformações, permanências, marcadas

⁴⁶⁴ ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. *História: a arte de inventar o passado*. Ensaios de Teoria da História. Bauru, SP: Edusc, 2007.

⁴⁶⁵ WILLIAMS, James. *Pós-estruturalismo*. Tradução de Caio Liudvik. 2ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

Anais do IX Colóquio Nacional de História Cultural e Sensibilidades – Sertões: poder e representações.
Caicó-RN, UFRN – CERES, RN, 18 a 21 de novembro de 2019. ISBN 978-85-471-0298-2

invariavelmente por contingências diversas. Daí que a escrita da história poderia tomar como “princípio de método” tal designação: a história como experiência individual e coletiva sempre é criação, sempre é urdida em conflitos e disputas nem sempre convergentes, nem passíveis de síntese. Do mesmo modo a escrita da história, balizada por um processo de pesquisa, consiste também em invenção de sentidos, deslocamento de certos enunciados, crítica de certos modos de compreensão da cultura e dos modos de organização social, econômica e política do mundo. Inventar sentidos novos, deslocar o senso comum ou irromper por dentro com suas estratégias de simplificação são processos de criação semiótica com efeitos éticos, inclusive. Mas sempre criações.

GENEALOGIA E CRÍTICA DO SUJEITO

Para pensar o processo de sujeição em sua complexidade é preciso operar metodologicamente com um conceito de poder que não o tome como algo que uns têm e outros não, nem tampouco como um objeto inerte, sempre aí no mundo da vida, à espera de ser capturado. Penso com Michel Foucault que o poder é algo que se exerce, trata-se de uma relação entre indivíduos historicamente situados, compondo um jogo estratégico de ações sobre ações. “E como onde há poder, há resistência, não existe propriamente o lugar da resistência, mas pontos móveis e transitórios que também se distribuem por toda a estrutura social”⁴⁶⁶. E embora nas minhas pesquisas sobre história da invenção do menor infrator no Brasil, por exemplo, haja cenas de sujeição em espaços institucionais do Estado (FEBEM e FUNABEM, por exemplo), penso que o poder não se localiza exclusivamente nessa estrutura institucional. O Estado é *mais um* dos espaços de poder, sendo ultrapassado e complementado pelas relações que o atingem e a o atravessam de ponta a ponta.

A análise ascendente que Foucault propõe toma

o poder não como dominação global e centralizada que se pluraliza, se difunde e repercute nos outros setores da vida social de modo homogêneo, mas como tendo existência própria e formas específicas no nível mais elementar. O Estado não é o ponto de partida necessário, o foco absoluto que estaria na origem de todo tipo de poder social e do qual também se deveria partir para explicar a constituição dos saberes necessários nas sociedades capitalistas⁴⁶⁷.

⁴⁶⁶ MACHADO, Roberto. Introdução: por uma genealogia do poder. In. FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Organização, introdução e revisão técnica de Roberto Machado. São Paulo: Graal, 2012, p. 18.

⁴⁶⁷ MACHADO, *Microfísica do poder*, p. 16.

É neste sentido que eu particularmente acredito ser incoerente com a proposta foucaultiana dizer que o poder está “espalhado” pela sociedade e não centralizado em algum ponto. Por mais que essa frase recubra uma parte do raciocínio, ainda assim a linguagem nos engana e perde-se parte do potencial metodológico da sua analítica do poder. Pois ao dizer que o poder “está espalhado” pressupõe-se logicamente que para estar espalhado ele teve um ponto de onde saiu e se espalhou, o que não faz sentido nessa proposta genealógica, pois o melhor seria usar a expressão de que o poder “parte de diferentes pontos”, estando capilarmente constituído e passível de combinações de diferentes tipos por meio de estratos institucionais, corporais, afetivos que põem em funcionamento o poder em sua dimensão mais infinitesimal e molecular. Outro dado importante que se apresenta como questão de método é que a relação poder e saber não é homogênea, unidirecional, convergente e sem contradições e ambivalências. A relação de poder e saber é mais complexa. “É que saber e poder se implicam mutuamente: não há relação de poder sem constituição de um campo de poder, e, reciprocamente, todo saber constitui novas relações de poder”⁴⁶⁸. Nessa complexidade inerente às relações de poder como jogos de ações sobre ações, Foucault faz a crítica à tese da hipótese repressiva⁴⁶⁹ quando do seu estudo sobre o dispositivo de sexualidade no século XIX, pois mais do que reprimir e violentar, o poder produz. O poder produz espaços, saberes, instituições, modos de governo sobre si e os outros, processos de subjetivação que oportunizam a formação de sujeitos mais ou menos adaptados e convincentes das suas posições sociais e visões de mundo, assim como produz a relação que o indivíduo exerce sobre seu próprio corpo como um sujeito moral e de desejo, pois “o indivíduo não é o outro do poder, realidade exterior, por ele anulado; é um de seus mais importantes efeitos”⁴⁷⁰.

A genealogia do sujeito moderno desenhada nos estudos foucaultianos permite pensar que o sujeito é efeito das relações produzidas no plano da cultura, eminentemente. Antes de causar espanto ou até mesmo a ira por parte de alguns historiadores/as, tal formulação poderia ser pensada em sua dimensão eminentemente crítica, que propõe o coletivo em outras chaves de leitura. Afinal, se o

⁴⁶⁸ MACHADO, *Microfísica do poder*, p. 28.

⁴⁶⁹ FOUCAULT, Michel. A hipótese repressiva. In. *História da sexualidade I: a vontade de saber*. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988, p. 19-50.

⁴⁷⁰ MACHADO, *Microfísica do poder*, p. 25.

sujeito não é fundante, mas fundado, caberia indagar: como foi possível a sua formação deste e não de outro modo? Em uma entrevista a Paul Rabinow e Hubert Dreyfus⁴⁷¹ no começo da década de 1980, Foucault teve a oportunidade de falar sobre sua concepção de sujeito e como sua pesquisa até ali tinha residido exatamente sobre essa questão como eixo de estudo da modernidade. Ali ele disse que havia sido o sujeito e não o poder o objeto central de suas pesquisas. As diferenças residiriam justamente em que na década de 1960 o foco recaiu sobre o estudo do sujeito a partir de certos modos de objetivação por meio de saberes especificamente constituídos no tempo. Tal empreitada pode ser lida em *História da Loucura* (1961) quando a emergência da psiquiatria aparece como efeito de toda uma rede de saberes e poderes que construiu a internação e a patologização da figura do louco como o outro da razão cartesiana. Em *Nascimento da Clínica* (1963) vê-se como a transformação da medicina clássica para a medicina moderna foi urdida por meio de uma nova “economia do olhar” que criou outro sentido e estatuto médico para o corpo humano na experiência clínica. Por sua vez, *As palavras e as coisas* (1966) daria outros contornos para pensar os modos de objetivação do sujeito humano na medida em que fez a arqueologia de uma série de práticas voltadas para compreender o homem como sujeito que vive, fala e trabalha, sendo garimpadas as dobras que tornaram possíveis a emergência de campos como Biologia, Estudos da Linguagem e Economia como práticas objetivadoras de longo alcance na passagem do século XVIII para o XIX. Adiante, Foucault diz ter se preocupado com práticas divisoras que inventaram as distinções entre o normal e anormal, os criminosos e os bons meninos, etc. São enfoques que se pode já na obra de 1961 mas que ali ainda não estavam no âmbito das suas elaborações em torno da genealogia do poder. Assim como se pode ver de forma incontornável em *Vigiar e Punir* (1975) e *A vontade de saber* (1976) para pensar domínios como penalidade e sexualidade. Mas em terceiro instante dessa preocupação em torno de como o sujeito é produzido socialmente residiria a partir de meados da década de 1970 em outro eixo problematizador: “o modo pelo qual um ser humano torna-se ele próprio um sujeito”. Aqui vê-se desenhar todo um percurso de estudos no âmbito da história da sexualidade que dará outros contornos para pensar

⁴⁷¹ DREYFUS, Hubert & RABINOW, Paul. O sujeito e o poder. In. *Michel Foucault: uma trajetória filosófica – para além do estruturalismo e da hermenêutica*. Tradução de Vera Portocarrero e Gilda Gomes Carneiro. Introdução: traduzida por Antônio Cavalcanti Maia. Revisão técnica de Vera Portocarrero. 2ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2013, pp. 273-296.

o sujeito agora a partir das relações por meio das quais ele se constrói, subjetivamente, mobilizando referências culturais e estabelecendo uma relação ética e estética com sua existência, com o seu modo de exercer governo sobre si mesmo. Os estudos que se pode ler nos cursos do Collège de France e em livros como *O uso dos prazeres* (1984) e *O cuidado de si* (1984) permite pensar como, ao estudar a história da antiguidade greco-romana, Foucault tentou cartografar as linhas de força para pensar o corpo, o desejo e a produção de si a partir de outros enfoques que não se ancorassem na armadilha criada pelo dispositivo da sexualidade: a de que o sexo consistiria na verdade inarredável do sujeito.

Todo esse percurso da trajetória foucaultiana esteve marcada pelo desejo de cartografar as linhas de força que compuseram relações diferenciais, isto é, a produção da diferença mediada em jogos mediados pelo verdadeiro e o falso. A diferença disputada, significada, apreendida conceitualmente em malhas do saber e do ponto para determinados fins. Portanto, trata-se de fazer uma história e uma filosofia da diferença. Este é um aspecto central na filosofia pós-estruturalista de Foucault e que por sua vez está amplamente ancorada no modo nietzschiano de pensar. Desfazer certas formas de enunciação que se ancoram na dicotomia o Eu e o Outro, o Mesmo e o Outro como condições fundantes de qualquer conhecimento possível. Assim, desconfiar de tal divisão e colocá-la não como fundamento de um saber possível, mas como problema de investigação era o que interessa diretamente ao pensador francês. Tal procedimento é característica da filosofia pós-estruturalista da diferença pode-se ler na obra de Gilles Deleuze, em grande medida produzida na parceria com o médico e psiquiatra francês Félix Guattari.

A filosofia da diferença pode ser lida em suas formulações viscerais e potentes nas contribuições de pensadores como Friedrich Nietzsche (1844-1900), Michel Foucault (1926-1984), Gilles Deleuze (1925-1995) e Félix Guattari (1930-1992). Filosofia da diferença articulada ao pós-estruturalismo francês expresso nas obras de Foucault, Deleuze e Guattari, assim como na obra seminal da filósofa norte americana Judith Butler, sendo cada um a seu modo uma importante contribuição para investir na ontologia crítica do presente, isto é, nas condições culturais nas quais subjetividades individuais e coletivas têm se formado a partir de certos parâmetros e princípios, gerando desigualdades, opressões, mas também modos de resistência ético-política. Pós-estruturalismo e filosofia da diferença pensados aqui como máquina de guerra analítica, descritiva, questionadora, disjuntiva, suscitando problemas para

pensar além das oposições binárias, das dicotomias simplificadoras, do dualismo e de um realismo apressado. Compreendo que a filosofia da diferença pode contribuir para uma pesquisa histórica na medida em que a historicidade foi um dos elementos mais importantes na sua formulação crítica. Em Foucault, por exemplo, vê-se um historiador atento, perspicaz e profundamente interessado a entender as condições de possibilidade para que determinado objeto, conceito ou sujeito tenha se tornado possível no tempo e no espaço. Para isto, desgarrar-se de qualquer percepção ou concepção a priori como fundamento anterior à pesquisa da experiência e do processo peculiar em questão. Assim, pode-se dizer que a investigação da historicidade radical das práticas sociais e culturais é um traço da obra do Foucault, o que permite ler sua obra como a de um historiador mesmo que não tenha sido em todas as obras que ele se nomeou dessa maneira. Ocorre que a depender de como se pense a história e a filosofia como campos de saber, Foucault não estará bem localizado em nenhum desses campos. Aí está, justamente, o seu potencial crítico e enunciativo para que se repense, crie e avalie outros modos de pensar e escrever a história.

Outro traço importante da crítica pós-estruturalista reside em um de seus aspectos estruturantes: a crítica de uma certa racionalidade ocidental. Esta concepção de razão como substância inerente à condição humana e tomada como predicado por meio do qual se deveria avaliar o que é o humano teve como seu correlato, por assim dizer, uma concepção de sujeito, um *cogito*, isto é, um sujeito pensado como sempre aí, homogêneo, consciente, soberano, marcado pela ideia de consciência, dotado de uma essência e de um pensamento naturalmente devotado ou voltado para a verdade do mundo⁴⁷². Isto acabaria por criar a ideia de conhecimento como “re-conhecimento” na medida em que o ser humano estaria voltado para conhecer e para isso bastaria ter um método (cuja etimologia grega significa “caminho”) para alcançá-lo. Haveria no humano um “instinto de conhecimento” que seria o mesmo que um “instinto de verdade” e que para efetuar-lo bastaria um procedimento, um método, um caminho orientado cientificamente para saber a verdade do mundo, da vida e do homem. Ora, a esta concepção de conhecimento Nietzsche se insurgiu frontalmente, na medida em

⁴⁷² O principal pressuposto da filosofia da representação é o de que o pensamento é o exercício natural de uma faculdade, a concepção natural do exercício do pensamento. Sua ideia é que o pensamento é naturalmente bem dotado para possuir a verdade, ou que existe uma afinidade entre pensamento e a verdade. Um dos efeitos dessa crença foi a apologia do método como condição de atingir e aderir à verdadeira natureza do pensamento e lhe dar universalidade. Para um aprofundamento da crítica da filosofia da diferença de Deleuze, em especial, aos postulados da representação, ver: MACHADO, Roberto. *Deleuze, a arte e a filosofia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2009.

que para ele conhecer é um ato de criação e não um processo de cópia, repetição de um já dado ou reconhecimento de algo já previamente constituído, instituído, sabido previamente. A uma concepção racionalista do saber Nietzsche opôs uma concepção artística do conhecimento. Aí está um dos aspectos da sua discordância com a tradição filosófica ocidental e sobre a qual não teremos como nos debruçar nos limites deste texto⁴⁷³.

A filosofia da diferença que tem em Nietzsche⁴⁷⁴ seu ponto de formulação mais intenso e produtivo pôs essa crença no “instinto de conhecimento” e no pressuposto do pensamento como naturalmente orientado para a verdade no alvo da sua crítica radical. Trata-se do fato de que para Nietzsche o conhecimento não é resultado de um instinto natural, mas criação ética, estética e política⁴⁷⁵. Ao analisar que a filosofia crítica de Nietzsche desmonta o edifício conceitual que ancora a lógica socrático-platônica da qual o Ocidente é legatário, Viviane Mosé afirma que Nietzsche, “ao contrário da tradição, que acreditava na razão como aquilo que é próprio do humano, como aquilo que lhe é natural, chama razão a este sistema moral de interpretação do mundo. A razão é a órbita capaz de fazer o pensamento girar em torno da mesma ideia: a identidade, a causalidade, a não contradição do ser. É a linguagem quem ‘advoga’ a favor do erro metafísico do ser: raciocinar é submeter o pensamento a este sistema”⁴⁷⁶.

Insurgindo-se contra este pensamento lógico-gramatical que pensa o sujeito a partir da lógica da exclusão tendo a identidade como destino necessário e natural, Nietzsche deu continuidade a inquietações e críticas já presentes na filosofia de Baruch Espinosa (1632-1677) acerca da estrutura de pensamento racional de base socrático-platônica e fortalecida com os princípios estabelecidos por René Descartes (1596-1650) em sua filosofia do *cogito*. Para a pesquisa histórica dos modos de constituição do sujeito, alguns elementos parecem importantes, ao modo de ver. São eles: a) distanciando-se de uma abordagem assentada na ideia de unidade ou totalidade do real, propõe-se pensar os processos de transformação social não por

⁴⁷³ Para maiores desdobramentos dessa discussão podem ser acessadas, cf. MACHADO, Roberto. *Nietzsche e a verdade*. 3ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2017.

⁴⁷⁴ Para uma interessante abordagem sobre a recepção e continuidade da filosofia da diferença de Nietzsche em Foucault e Deleuze, ver: GRACE, Wendy. Foucault and Deleuze: Making a Difference with Nietzsche. *Foucault Studies*, n. 17, p. 99-116, April 2014.

⁴⁷⁵ Sobre um estudo detalhado a respeito da crítica de Nietzsche à política da verdade, ver: MACHADO, Roberto. *Nietzsche e a verdade*. 3ª ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2017.

⁴⁷⁶ MOSÉ, Viviane. *Nietzsche e a grande política da linguagem*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014, p. 142.

uma lógica de divisão binária nem por oposições que se resolvem em sínteses, uma vez que penso aqui que a síntese mesmo quando há é de caráter disjuntivo, passivo, polimorfa, sem negar o caráter descontínuo e divergente da luta histórica e a multiplicidade de forças que a constituem e que não se resolvem no Um, no Mesmo. Portanto, mais do que recolocar o problema do negativo como predominante em uma abordagem materialista dialética, interessa mais afirmar o jogo aberto das forças sociais em disputa, em um plano de pura heterogeneidade, sem causalidades necessárias, sem “resolução” das dispersões como fazendo arestas, criando uma unidade ou síntese artificial⁴⁷⁷; b) distanciando-se de qualquer ideia de identidade como essência ou substrato natural originário ou da Verdade como categoria moral de unificação de forças sociais, julgamento da vida e como algo que se pode encontrar na ordem do mundo, de modo que se possa capturar e tomar como guia seguro ou ainda como um inabalável eixo orientador para a existência individual e coletiva. Efetivamente a verdade é uma criação sempre situada no tempo e no espaço. Assim, a uma verdade da história propõe-se uma história da verdade como produção política. Assume-se assim o perspectivismo como marca orientadora da análise, não como relativismo em que um “mesmo” objeto é lido de diferentes maneiras por diferentes sujeitos, em momentos distintos. Pois nunca se trata exatamente do “mesmo” objeto, pois na medida em que as miradas partem de locais distintos, estas perspectivas constituem seus objetos de modos distintos. Ainda é preciso dizer que perspectivismo aqui tem um sentido metodológico ou procedimental, uma vez que toda análise histórica e política, por mais exaustiva que seja, por mais fontes que sejam cotejadas e organizadas, sempre é parcial e localizada, pois não se trata de um critério quantitativo e exaustivo na captura das fontes. Isto seria afirmar a ilusão de que há um “todo” passível de ser reconstituído. Uma análise é sempre perspectiva porque se

⁴⁷⁷ Deleuze e Guattari propõem pensar sobre o tema da seguinte maneira: “Já não acreditamos numa totalidade original nem sequer numa totalidade de destinação. Já não acreditamos na grisalha de uma insípida dialética evolutiva, que pretende pacificar os pedaços arredondando suas arestas. Só acreditamos em totalidades *ao lado*. E se encontramos uma totalidade ao lado das partes, ela é um todo *dessas partes*, mas que não as totaliza, uma unidade *de* todas essas partes, mas que não as unifica, e que se junta a elas como uma nova parte composta à parte”. E mais adiante: “O todo não só coexiste com as partes, como também é contíguo a elas, produzido à parte, e aplicando-se a elas: os geneticistas mostram isto à sua maneira, dizendo que ‘os aminoácidos são assimilados individualmente na célula, sendo depois arranjados na ordem conveniente por um mecanismo análogo a um molde, no qual a cadeia lateral característica de cada ácido se coloca na sua posição própria’. Em geral, o problema das relações parte-todo permanece também mal formulado pelo mecanicismo e pelo vitalismo clássicos, enquanto se considerar o todo quer como totalidade derivada das partes, quer como totalidade originária da qual emanam as partes, quer como totalização dialética”. Ver: DELEUZE, Gilles & GUATTARI, Félix. *O Anti-Édipo: capitalismo e esquizofrenia*. 2ª ed. Tradução de Luiz B. L. Orlandi. São Paulo: Editora 34, 2011, p. 62-64.

constitui a partir de uma certa problematização, um certo delineamento que define o que usar e como mobilizar para construir a leitura. Da mesma maneira, o olhar sempre é historicamente informado por referências, valores e afetos singularmente constituídos e que participam da produção do saber. Recoloca-se o problema da descontinuidade e da regularidade noutro registro metodológico, pensando as implicações e rupturas no nível de sua superfície material e nas relações que tornam os enunciados visíveis e dizíveis.

A genealogia foi inicialmente elaborada por Nietzsche em sua *Genealogia da Moral* (1887) para propor um certo procedimento, mais que um método, para analisar as relações de força que historicamente tornaram possível o surgimento do que ele chamava de “preconceitos morais” expressos na dicotomia Bem e Mal e “ruim e bom”. Diz Nietzsche: “necessitamos de uma crítica dos valores morais, o próprio valor desses valores deverá ser colocado em questão – para isto é necessário um conhecimento das condições e circunstâncias nas quais nasceram, sob as quais se desenvolveram e se modificaram (moral como consequência, como sintoma, máscara, tartufice, doença, mal-entendido; mas também moral como causa, medicamento, estimulante, inibição, veneno), desejado”⁴⁷⁸. É ainda neste texto que Nietzsche ilustra metaforicamente com uma oposição de cores o procedimento genealógico: “meu objetivo, em todo o caso, era dar a um olhar tão agudo e imparcial uma direção melhor, a direção da efetiva *história da moral*, prevenindo-o a tempo contra essas hipóteses inglesas que se perdem no *azul*. Pois é óbvio que uma outra cor deve ser mais importante para um genealogista da moral: o *cinza*, isto é, a coisa documentada, o efetivamente constatável, o realmente havido, numa palavra, a longa, quase indecifrável escrita hieroglífica do passado moral humano!”⁴⁷⁹ A oposição de cores na crítica de Nietzsche tem um alcance metodológico, ou procedimental, uma vez que o azul estaria relacionado com a cor do “céu”, representando a metafísica, a transcendência e não as lutas e contingências no tempo histórico efetivamente vivido. Fazer a história dos valores morais não será tomá-los como cópia de algo não histórico, transcendente, mas como produção histórica efetivada em certos registros, tornada possível dentro de um certo campo de forças situado no tempo e no espaço. Trata-se de afirmar a imanência. Criadas essas linhas de força, foi Michel Foucault

⁴⁷⁸ NIETZSCHE, Friedrich. Wilhelm. *Genealogia da moral: uma polêmica*. Tradução de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 12.

⁴⁷⁹ NIETZSCHE. *Genealogia da moral*, p. 13.

quem deu continuidade ao projeto da genealogia nietzschiana, produzindo todo um conjunto de estudos em que a filosofia da diferença pôde ser ampliada e exercida em outros domínios⁴⁸⁰.

FOUCAULT, LEITOR DE NIETZSCHE

Em 1971 Foucault escreveu um texto que se tornaria incontornável na história da filosofia contemporânea e por meio do qual expressaria os princípios conceituais e os desdobramentos metodológicos da genealogia. Trata-se de *Nietzsche, a genealogia e a história* que foi resultado da sua releitura de Nietzsche entre fins da década de 1960 e começo dos anos 1970. O texto se inicia da seguinte maneira: “a genealogia é cinza; ela é meticulosa e pacientemente documentária. Ela trabalha com pergaminhos embaralhados, riscados, várias vezes reescritos”⁴⁸¹, claramente ressoando Nietzsche. “A genealogia exige, portanto, a minúcia do saber, um grande número de materiais acumulados, exige paciência” e “não se opõe à história como a visão altiva e profunda do filósofo ao olhar de toupeira do cientista; ela se opõe, ao contrário, ao desdobramento meta-histórico das significações ideais e das indefinidas teleologias. Ela se opõe à pesquisa da origem”⁴⁸². No caso de uma pesquisa histórica sobre as tecnologias de sujeição do humano, a ideia de crítica da origem refere-se a não cair na enganação da origem como lugar da Verdade, como ponto de unificação e síntese das narrativas divergentes em torno de um certo objeto de estudo. Isto porque tal objeto precisará ser lido em sua heterogênese, isto é, nas redes enunciativas que o constituem como sujeito passível de certos processos de normalização e definição. Exemplo: fazer a história da criança deficiente no Brasil da primeira república significará necessariamente, do ponto de vista metodológico da genealogia, cruzar diferentes saberes em um mesmo campo de tensões sociais para poder pensar esse sujeito em sua exterioridade, isto é, nas diferentes linhas e

⁴⁸⁰ Para uma leitura que capte um pouco o momento em que Foucault retoma a leitura de Nietzsche entre o fim da década de 1960 e o início dos anos 1970, uma vez que ele disse que o havia estudado nos anos 1950, sugiro o conjunto de conferências que ele proferiu na Faculdade de Letras da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ) em 1973. FOUCAULT, Michel. *A verdade e as formas jurídicas*. Tradução de Eduardo Jardim e Roberto Machado. Rio de Janeiro: Nau, 2013.

⁴⁸¹ FOUCAULT, Michel. *Nietzsche, a genealogia e a história*. In: *Microfísica do poder*. Organização, introdução e revisão técnica de Roberto Machado. São Paulo: Graal, 2012, p. 55-86.

⁴⁸² FOUCAULT, *Microfísica do poder*, p. 56.

agenciamentos que o constituem a partir de características físicas, emocionais, socioeconômicas e culturais.

Assim, “se o genealogista tem o cuidado de escutar a história em vez de acreditar na metafísica, o que é que ele aprende? Que atrás das coisas ‘há algo inteiramente diferente’: não seu segredo essencial e sem data, mas o segredo que elas são sem essência, ou que sua essência foi construída peça por peça a partir de figuras que lhe eram estranhas”⁴⁸³. No exemplo mencionado acima, podemos ver como a definição da criança deficiente como sujeito no Brasil da primeira república esteve em relação com as transformações econômicas pelas quais passava o país desde 1890, como nos demonstra o estudo de Lília Ferreira Lobo⁴⁸⁴. Foucault diz ainda que os termos alemães *Entstehung* e *Herkunft* demarcam melhor o objeto da genealogia, mas geralmente são traduzidos como origem, o que é preciso atentar com cuidado. Deste modo, “Herkunft: é o tronco de uma raça; é a proveniência; é o antigo pertencimento a um grupo – do sangue, da tradição, de ligação entre aqueles da mesma altura ou da mesma baixeza. Frequentemente a análise da Herkunft põe em jogo a raça ou o tipo social. Entretanto [...], longe de ser uma categoria da semelhança tal origem permite ordenar, para colocá-las a parte, todas as marcas diferentes [...]”. Por sua vez, “a genealogia não pretende recuar no tempo para restabelecer uma grande continuidade para além da dispersão, do esquecimento; sua tarefa não é a de mostrar que o passado ainda está lá, bem vivo no presente, animando-o ainda em segredo, depois de ter imposto a todos os obstáculos do percurso uma forma delineada desde o início [...]. Seguir o filão da proveniência é, ao contrário, manter o que se passou na dispersão que lhe é própria: é demarcar os acidentes, os ínfimos desvios – ou, ao contrário, as inversões completas –, os erros, as falhas na apreciação, os maus cálculos que deram nascimento ao que existe e tem valor para nós; é descobrir que na raiz daquilo que nós conhecemos e daquilo que nós somos – não existem a verdade e o ser, mas a exterioridade do acidente” e, assim, “a pesquisa da proveniência não funda, muito pelo contrário: ela agita o que se percebia imóvel, ela fragmenta o que se pensava unido; ela mostra a heterogeneidade do que se imaginava em conformidade consigo mesmo”⁴⁸⁵. E, por fim, a proveniência diz

⁴⁸³ FOUCAULT, *Microfísica do poder*, p. 58.

⁴⁸⁴ LOBO, Lília Ferreira. *Os infames da história: pobres, escravos e deficientes no Brasil*. Rio de Janeiro: Lamparina, 2015.

⁴⁸⁵ FOUCAULT, *Microfísica do poder*, p. 63-64.

respeito ainda ao corpo, pois “sobre o corpo se encontra o estigma dos acontecimentos⁴⁸⁶ passados do mesmo modo que dele nascem os desejos, os desfalecimentos e os erros; nele também eles se atam e de repente se exprimem, mas nele também eles se desatam, entram em luta, se apagam uns aos outros e continuam seu insuportável conflito”. Pois a genealogia enquanto análise da proveniência “está, portanto, no ponto de articulação do corpo com a história. Ela deve mostrar o corpo inteiramente marcado de história e a história arruinando o corpo”⁴⁸⁷.

Por sua vez, o termo *Entstehung* designa, segundo Foucault, “a emergência, o ponto de surgimento. É o princípio e a lei singular de um aparecimento. Do mesmo modo que se tenta muito frequentemente procurar a proveniência em uma continuidade sem interrupção, também seria errado dar conta da emergência pelo termo final”. Portanto, “a genealogia restabelece os diversos sistemas de submissão: não a potência antecipadora de um sentido, mas o jogo causal das dominações” considerando que a emergência “se produz sempre em um determinado estado de forças”⁴⁸⁸. Assim, “a emergência é, portanto, a entrada em cena das forças; é sua interrupção, o salto pelo qual elas passam dos bastidores para o teatro, cada uma com seu vigor e sua juventude”, enquanto a proveniência “designa a qualidade de um instinto, seu grau ou seu desfalecimento e a marca que ela deixa em um corpo, a emergência designa um lugar de afrontamento; é preciso ainda se impedir de imaginá-la como um campo fechado onde se desencadearia uma luta, um plano onde os adversários estariam em igualdade; é de preferência – o exemplo dos bons e dos

⁴⁸⁶ Embora Foucault já tenha falado sobre o acontecimento discursivo durante a década de 1960, especialmente em *Arqueologia do Saber*, o conceito de acontecimento ganha uma formulação diferenciada em seu pensamento a partir do começo da década de 1970 quando do seu retorno à leitura de Nietzsche, mas especialmente do impacto da leitura da obra *Lógica do Sentido* (1969) de Gilles Deleuze. E ele próprio faz referência a isto na sua aula inaugural no Collège de France em 2 de dezembro de 1970. Para um estudo que mostra as interações e trocas conceituais entre esses dois pensadores ver: CRACEL, Maria Luiza Lima Pascale. *Para uma filosofia do acontecimento*. 130 f. Dissertação (Mestrado em Filosofia). Universidade de São Paulo, 2016. Outro estudo relevante para pensar a noção de acontecimentalização na obra de Foucault, um dos neologismos criados por este pensador para fazer a crítica das evidências, mostrando o grau de performatividade que há no trabalho de definição e análise de um objeto de estudo e das forças em jogo nas experiências do passado. Acontecimentalizar tomado com verbo significa então suscitar uma leitura, desconfiando daquilo que a documentação apresenta em um primeiro momento como idêntico, unitário, coeso. A operação historiográfica, nesse sentido, pode acontecimentalizar com os sujeitos e processos do passado, mostrando as lutas, disputas e dispersões em jogo na configuração das diferenças. Sobre isto, ver: JACQUET, Gabriela Menezes. *A condução de si e dos outros através de uma acontecimentalização da história em Michel Foucault*. 207 f. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2016.

⁴⁸⁷ FOUCAULT, *Microfísica do poder*, p. 65.

⁴⁸⁸ FOUCAULT, p. 66.

malvados o prova – um ‘não lugar’, uma pura distância, o fato que os adversários não pertencem ao mesmo espaço”⁴⁸⁹.

Tal empreitada da genealogia visa a construção de uma história efetiva, uma história crítica e demolidora dos mitos, em um acepção que se aproxima da postura iconoclasta de Nietzsche em relação à tradição filosófica e política do Ocidente. Encerro este texto com leves inquietações sobre a história efetiva e seus desafios.

CONCLUSÃO: POR UMA HISTÓRIA EFETIVA

há toda uma tradição da história (teleológica e racionalista) que tende a dissolver o acontecimento singular em uma continuidade ideal – movimento teleológico ou encadeamento natural. A história ‘efetiva’ faz ressurgir o acontecimento no que ele pode ter de único e agudo. É preciso entender por acontecimento não uma decisão, um tratado, um reino, ou uma batalha, mas uma relação de forças que se inverte, um poder confiscado, um vocabulário retomado e voltado contra seus utilizadores, uma dominação que se enfraquece, se distende, se envenena e outra que faz sua entrada, mascarada. As forças que se encontram em jogo na história não obedecem nem a regra de uma destinação, nem a uma mecânica, mas ao acaso da luta⁴⁹⁰.

A história efetiva se refere aqui às experiências singularmente tomadas como objeto de estudo, sem serem vistas como casos particulares de modelos ideais e puros, espécies de cópias. Este cuidado conceitual e metodológico está intrinsecamente articulado à compreensão de Michel Foucault sobre o saber histórico enquanto um modo de propiciar não o reconhecimento de estruturas ou essências escondidas, mas como um modo de pensar diferentemente não apenas sobre os “mesmos objetos”, mas fundamentalmente sobre o que está tão próximo de nós que sequer foi tomado como objeto de estranhamento e de diferenciação.

A filosofia da diferença de Michel Foucault pode ser lida como uma máquina de guerra à estrutura da representação, da semelhança e do Mesmo, abrindo espaço para a multiplicidade que nos constitui. Ele diz, ainda neste texto sobre Nietzsche, que “a história será ‘efetiva’ à medida que reintroduzir o descontínuo em nosso ser. Ela dividirá nossos sentimentos; dramatizará nossos instintos; multiplicará nosso corpo e o oporá a si mesmo⁴⁹¹. Ela não deixará nada abaixo de si que teria a tranquilidade

⁴⁸⁹ FOUCAULT, p. 68.

⁴⁹⁰ FOUCAULT, *Microfísica do poder*, p. 73.

⁴⁹¹ Em uma entrevista de 1983, Foucault fala do impacto da leitura de Nietzsche: “a leitura de Nietzsche implicou, para mim, uma ruptura: há uma história do sujeito assim como há uma história da razão, e desta, a história da razão, não se deve exigir o desdobramento até um ato fundador e primeiro do sujeito racionalista”. In.

Anais do IX Colóquio Nacional de História Cultural e Sensibilidades – Sertões: poder e representações.

Caicó-RN, UFRN – CERES, RN, 18 a 21 de novembro de 2019. ISBN 978-85-471-0298-2

asseguradora da vida ou da natureza; ela não se deixará levar por nenhuma obstinação muda em direção a um fim linear. Ela aprofundará sobre o que se gosta de fazê-la repousar e se obstinará contra sua pretensa continuidade. É que o saber não é feito para compreender, ele é feito para cortar”⁴⁹², ou seja, o saber não tem a função de fundar uma compreensão que religa os pontos dispersos da experiência coletiva em uma síntese explicativa. Cortar as gramáticas que nos constituem em saberes dispersos e estranhar as redes de poderes nas quais habitamos e transitamos consiste no desafio prático posto pela genealogia para pensar e escrever a história não somente com novos documentos/monumentos, mas sobretudo com novas perguntas.

POR UMA EPISTEMOLOGIA DA HISTÓRIA: AS CONTRIBUIÇÕES DE MICHEL DE CERTEAU PARA O CAMPO CIENTÍFICO

Laís Paula de Medeiros Campos Azevedo¹

Nara Lidiana Silva Dias Carlos²

Olívia Moraes de Medeiros Neta³

RESUMO

Tendo como ponto de partida os fundamentos filosóficos das ciências, este artigo se propõe a discutir o desenvolvimento histórico da ciência com base em alguns conceitos que integram o pensamento de Gaston Bachelard e Thomas Kuhn, articulando-os com a noção de campo científico de Pierre Bourdieu. A partir deste diálogo, nos voltamos especificamente para o campo da História da Educação e, nesse sentido, discutimos a produção do conhecimento com base na perspectiva de Michel de Certeau. Este autor contribui, sobretudo, a partir da tríade composta por lugar de fala, prática e escrita. A pesquisa em história se constrói a partir de caminhos específicos. O modo como compreendemos a história e o modo de produção do conhecimento devem integrar a base teórica das pesquisas neste campo científico, sendo um dos principais pontos de partida das investigações.

PALAVRAS- CHAVE: Campo científico. Epistemologia. História da Educação.

1. INTRODUÇÃO

FOUCAULT, Michel. *Arqueologia das Ciências e História dos Sistemas de Pensamento*. Ditos & Escritos, v. II. Organização, seleção e revisão técnica de Manoel Barros da Motta. Tradução de Elisa Monteiro. 3ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2015, p. 328.

⁴⁹² FOUCAULT, *Microfísica do poder*, p. 72-73.

Este ensaio é fruto das reflexões realizadas durante os encontros da disciplina de Filosofia das Ciências no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Na busca por compreender, mesmo que de modo incipiente, sobre ciência e sobre produção do conhecimento de forma articulada com os fundamentos filosóficos, percorremos diferentes concepções epistemológicas, nos dedicando a alguns dos pensamentos de autores como René Descartes, Thomas Kuhn, Edgar Morin e Gaston Bachelard, entre outros.

A própria reflexão sobre o nome atribuído à disciplina nos fornece um ponto de partida na compreensão de como se constrói o conhecimento científico. As ciências, no plural, podem conduzir a diferentes caminhos e é importante o olhar acerca do contexto sócio, econômico e histórico em que as teses são produzidas e as especificidades inerentes ao campo científico.

¹ Programa de Pós-Graduação em Educação – PPGED/UFRN. E-mail: laispaulamedeiros@gmail.com

² Programa de Pós-Graduação em Educação – PPGED/UFRN. E-mail: naralid7@gmail.com

³ Prof.^a Orientadora Programa de Pós-Graduação em Educação – PPGED/UFRN. E-mail: olivianeta@gmail.com

Notadamente, este olhar é também norteado pelo lugar no qual desenvolvemos nossas pesquisas no âmbito da pós-graduação. Dessa forma, as concepções que perpassam a educação e, especificamente, a História da Educação, nos conduzem a perceber de forma diferenciada esse debate sobre a ciência e a filosofia. Diante da diversidade de pensadores, de conceitos e teorias, nos aproximamos daqueles cujos pensamentos dialogam com os nossos estudos, escolhendo como interlocutores Michel de Certeau e Pierre Bourdieu.

Nessa perspectiva, nosso objetivo neste ensaio é estabelecer aproximações entre as concepções epistemológicas de Gaston Bachelard e Thomas Kuhn, e propondo um diálogo com o pensamento de Pierre Bourdieu e Michel de Certeau, no intuito de identificar de que modo podemos compreender a produção do conhecimento no campo da história da educação.

Assim, este texto está dividido em dois momentos. Inicialmente, nos dedicamos ao desenvolvimento histórico da ciência com base em alguns conceitos que integram o pensamento de Gaston Bachelard e Thomas Kuhn. A partir dessa compreensão, nos questionamos acerca das delimitações do campo científico e, neste sentido, nos pautamos, principalmente, nas deliberações de Bourdieu em sua obra “Os usos sociais da ciência”, elaborado a partir de conferência e debate organizados em Paris no ano de 1997.

Em um segundo momento, buscamos apreender de que modo Michel de Certeau pensa a produção do conhecimento, especificamente no campo da história. Para esta reflexão, baseamo-nos em duas de suas principais obras: *A Invenção do Cotidiano 1 - Artes de Fazer*, publicada em 1980; e *A Escrita da História* editado na França, em 1975, e publicado no Brasil pela Forense Universitária, em 1982. Ao final do texto, teceremos algumas considerações com base no exposto.

2. BACHELARD, KUHN E BOURDIEU – O PROGRESSO DA CIÊNCIA E O CAMPO CIENTÍFICO

Pensar sobre a filosofia das ciências nos conduz a estudar o conhecimento a partir da visão deste enquanto objeto, tentar perceber de que forma este é construído e quais são as regras intrínsecas à sua produção e que possibilitam a sua transformação. Com base em uma perspectiva histórica do pensamento científico, evidencia-se que paulatinamente as concepções sobre ciência se ampliaram na tentativa de superar uma visão linear, rígida e universal, articulando os conhecimentos teóricos e práticos.

Destacamos, entretanto, que é importante reconhecer as contribuições das teorias desenvolvidas pelos pensadores das ciências desde o século XVI. Nesse sentido, as reflexões realizadas por Martins (2004) e Ferreira; Martins (2010) acerca da epistemologia em Gaston Bachelard fornecem elementos importantes para este estudo.

Conforme apontado por Martins (2004), a epistemologia de Bachelard se revela como uma epistemologia histórica e racionalista. Histórica, pois considera a história da ciência como fundamental na construção de sua fundamentação. Na perspectiva desse autor, é o olhar do presente que permite compreender o progresso científico a partir dos erros encontrados no passado. Desse modo, Bachelard compreende “a

verdade de hoje como uma retificação histórica de um erro de ontem. À medida que o conhecimento científico evolui, progride, pensamentos são retificados” (MARTINS, 2004, p. 18).

Racionalista, pois Bachelard se opõe ao pensamento empirista, sem, contudo, localizar suas ideias em uma perspectiva extrema oposta. Martins (2004) considera seu pensamento como situado em um ponto intermediário entre o racionalismo e o empirismo, destacando a relação entre a experiência e o raciocínio, mas sempre no movimento do racional para o real. Bachelard propõe um racionalismo aplicado, fundado numa realidade social, que deve ser ativo e prospector e que não pode ser válido para todas as experiências e em todas as épocas, rejeitando assim uma pretensão universalista.

Ferreira; Martins (2010) destacam que, embora Bachelard tenha desenvolvido suas principais teses entre as décadas de 1930 e 1940, seu pensamento se revela extremamente atual e apresenta contribuições para o campo científico. Consideramos que dois dos conceitos por ele construídos propiciam contribuições para a perspectiva que adotamos neste trabalho, as noções de obstáculo epistemológico e de perfil epistemológico, especificamente o pluralismo filosófico.

Para Bachelard, a produção do conhecimento científico é um processo marcado por rupturas e pela tentativa de superação dos obstáculos epistemológicos, o erro é considerado positivo e mesmo parte importante neste processo, vinculado ao processo de conhecer. Segundo Martins (2004, p. 21), “hoje, os objetos da ciência já não são dados, são construídos” e se configuram como objetos teóricos e como representações do real, mas essa abstração é dificultada por preceitos, valores, sensações e hábitos do sujeito, individual e coletivamente, que se configuram como obstáculos.

Nessa perspectiva, o conhecimento científico “aproximar-se-ia cada vez mais da verdade – mas nunca a alcançando – corrigindo e retificando erros (dialética erro-verdade), num processo de natureza descontínua” (FERREIRA; MARTINS, 2010, p. 05).

Com base nessa visão, Bachelard propõe um pluralismo filosófico. Para ele, uma filosofia plural que toma emprestado elementos desligados de seus sistemas mais gerais possibilitaria a compreensão do desenvolvimento científico. É esta noção que justifica a existência de um perfil epistemológico que compreende o encontro de diferentes doutrinas filosóficas no sujeito, em diferentes graus.

Para nos aproximarmos da compreensão da epistemologia proposta por Bachelard é importante ainda considerarmos o seu entendimento do progresso da ciência pautado em uma “filosofia do não” que, de acordo com Martins (2004, p. 29), denota que:

o avanço do conhecimento dá-se *contra* um conhecimento anterior, negando-o. Um “não”, porém, nunca é definitivo, porque o reconhecimento e afastamento dos erros, que a psicanálise do conhecimento objetivo representa, permite “alargar” esse mesmo conhecimento, recuperá-lo sob nova ótica. [...] que não pretende caracterizar uma continuidade entre os pensamentos anterior e posterior. Não se trata de manter uma estrutura (algo como um “núcleo teórico”) e fazê-la crescer, de modo contínuo, até que se atinja o novo conhecimento (mais amplo). O processo é *descontínuo*, envolve ruptura (Grifo do autor).

Nesse contexto, é possível realizarmos o diálogo entre o pensamento de Bachelard e de Thomas Kuhn que compreende o desenvolvimento científico como um processo de sucessivas rupturas e revoluções. Thomas Kuhn desenvolve suas teorias em um momento histórico marcado fortemente pelo impacto do conhecimento científico no meio social e pelas críticas que surgem, principalmente, após a segunda guerra mundial.

Conforme apontado por Ferreira; Martins (2010), a obra “A Estrutura das Revoluções Científicas” publicada no ano de 1962 representou um marco revolucionário no campo da Filosofia da Ciência. Nesta obra, Kuhn defende que “o desenvolvimento da ciência não se dá de uma forma linear, contínua e cumulativa [...]. O “desenho mágico” da ciência emerge de um processo em que há lugar para rupturas, crises e revoluções” (FERREIRA; MARTINS, 2010, p. 04).

Thomas Kuhn apresenta alguns conceitos chave de seu pensamento, dentre os quais o que se destaca é o de paradigma e que, conforme ele aponta, pode ser compreendido a partir de dois sentidos diferentes em sua obra. Para ele, o paradigma

de um lado, indica toda a constelação de crenças, valores, técnicas, etc. partilhadas pelos membros de uma comunidade determinada. De outro, denota um tipo de elemento dessa constelação: as soluções concretas de quebra-cabeças que, empregadas como modelos ou exemplos podem substituir regras explícitas como base para a solução dos restantes quebra-cabeças da ciência normal (KUHN, 1987, p. 218).

Desse modo, Kuhn compreende o processo de evolução da ciência com base na ruptura com os paradigmas aceitos nas comunidades científicas. O paradigma só

é modificado diante uma anomalia que poderá gerar uma revolução científica e o surgimento de um novo paradigma por meio da ruptura com o velho. Ferreira; Martins (2010, p. 11) consideram que “Kuhn enfatiza o caráter de ruptura presente no desenvolvimento da ciência, compreendendo-o como uma sequência de períodos de ‘ciência normal’ intercalados por ‘revoluções científicas’”.

Na exposição do seu pensamento, percebemos a relação entre o paradigma e os membros da comunidade que o partilham. Gaston Bachelard também destaca o aspecto coletivo e a existência de uma ciência socializada que exerce um controle social. Segundo Ferreira; Martins (2010, p. 6) “sob o olhar do “outro” é que se funda a objetividade, para Bachelard”. Destarte, é em Thomas Kuhn que encontramos o conceito e a discussão acerca da comunidade científica.

Na perspectiva de Kuhn (1987, p. 220), “uma comunidade científica é formada pelos praticantes de uma especialidade científica”. Este autor elenca alguns aspectos que caracterizam a comunidade científica, como o fato dos membros partilharem uma mesma literatura e que esta, de certo modo, delimita a construção e a análise dos objetos de estudo; em geral, os membros partilham o mesmo objeto de pesquisa, mesmo que a partir de pontos de vista diferentes e às vezes divergentes; existem diferentes níveis das comunidades, uma comunidade mais global e os níveis inferiores ou subgrupos; e existem condições próprias que possibilitam o pertencimento a uma comunidade.

Evidenciamos que estes aspectos que caracterizam a comunidade científica na visão de Thomas Kuhn podem ser percebidos em diferentes áreas, e podem ser discutidos a partir de uma perspectiva mais ampla, relacionados a compreensão da configuração do campo científico. Nesse intuito, buscamos dialogar com o pensamento do sociólogo Pierre Bourdieu. Notadamente, o conceito de campo desenvolvido por Bourdieu tem sido utilizado amplamente no âmbito da educação.

Bourdieu (2004, p. 20) expõe que sua noção de campo diz respeito ao “universo no qual estão inseridos os agentes e as instituições que produzem, reproduzem ou difundem a arte, a literatura ou a ciência. Esse universo é um mundo social como os outros, mas que obedece a leis sociais mais ou menos específicas”.

É importante percebemos que essa noção geral de campo denota ao mesmo tempo o que é semelhante, mas principalmente que o campo é marcado por princípios de organização, regras e hierarquias que são próprios de cada campo. Este microcosmo social possui uma estrutura de relações entre sujeitos e instituições que,

apesar de sofrer a influência das leis que regem a sociedade como um todo, é marcada pela lógica do campo.

Para este autor, “todo campo [...] é um campo de forças e um campo de lutas para conservar ou transformar esse campo de forças” (BOURDIEU, 2004, p. 22-23). Existem lutas pelas permanências no campo e, sobretudo, pelas posições que os agentes ocupam, pela manutenção do status de autoridade científica e na busca pelo acúmulo de capital científico no e pelo campo.

Nesse contexto, Bourdieu aponta que:

Os agentes sociais estão inseridos na estrutura e em posições que dependem do seu capital e desenvolvem estratégias que dependem, elas próprias, em grande parte, dessas posições, nos limites de suas disposições. Essas estratégias orientam-se seja para a conservação da estrutura seja para a sua transformação, e pode-se genericamente verificar que quanto mais as pessoas ocupam uma posição favorecida na estrutura, mais elas tendem a conservar ao mesmo tempo a estrutura e a sua posição (BOURDIEU, 2004, p. 29).

É importante ressaltar que o capital científico, na concepção de Bourdieu (2004, p.26) se refere a uma “espécie particular do capital simbólico (o qual, sabe-se, é sempre fundado sobre atos de conhecimento e reconhecimento) que consiste no reconhecimento (ou no crédito) atribuído pelo conjunto de pares-concorrentes no interior do campo”. Desse modo, a inserção e a permanência do agente no campo é validada tanto pelas suas ações quanto pelo reconhecimento dos pares.

Bourdieu (2004) destaca essa necessidade de pertencimento ao campo relacionando a existência de um jogo científico possuidor de regras e que define também os objetos de pesquisa que são interessantes, que se tornam dignos de investimento por parte do pesquisador/cientista. Apreende-se a partir do exposto pelo autor que esse jogo é permeado por relações de força, por relações sociais de poder, de luta e de concentração de capital e monopólio, neste caso relativo aos objetos de estudo e às teorias.

Nessa perspectiva, percebemos que o modo como o campo científico se organiza permite e delimita de certo modo os avanços das pesquisas, restringindo o que adquire destaque como objeto importante de estudo. Diante dessa rigidez do campo, o próprio Bourdieu ressaltava que “é preciso muitas vezes, para se fazer ciência, evitar as aparências da cientificidade, contradizer mesmo as normas em vigor e desafiar os critérios correntes do rigor científico” (BOURDIEU, 2002, p. 42).

Nesse sentido, percebemos a possibilidade de articulação entre o exposto por Bourdieu e as noções desenvolvidas por Michel de Certeau que apresentaremos sinteticamente no próximo ponto.

3. MICHEL DE CERTEAU – ESTRATÉGIAS, TÁTICAS E A ESCRITA DA HISTÓRIA

Na primeira parte deste ensaio, buscamos compreender de que modo ocorre o desenvolvimento da ciência, destacando que este não é um processo linear e contínuo, mas marcado por rupturas e descontinuidades. A produção do conhecimento, na visão dos autores que possibilitaram a nossa reflexão nesse estudo, denota a necessidade de que esta seja percebida dentro de um contexto, sócio, econômico e histórico. Esta produção obedece à normas e regras específicas relacionadas a uma comunidade científica, localizadas em um campo.

Diante do exposto e ao direcionarmos nossa discussão para o campo em que desenvolvemos nossa pesquisa no mestrado em educação, buscamos responder nesse ponto como podemos pensar essa produção do conhecimento na História da Educação. Michel de Certeau nos fornece os subsídios para pensar essa epistemologia da história.

Inicialmente é importante ressaltar que os conceitos desenvolvidos por Michel de Certeau podem ser considerados como parte da tentativa de uma ruptura da forma como se pensa a produção do conhecimento científico. Michel de Certeau integra um grupo de pensadores que a partir da segunda metade do século XX vai pensar a história em uma perspectiva cultural que enfatiza as práticas e o papel do sujeito, do homem ordinário nessa construção.

Na sua obra *A Invenção do Cotidiano* (1980), Certeau propõe uma inversão de perspectiva e uma antidisciplina. Ainda que reconheça a existência de estruturas de poder que buscam a uniformidade e o controle, Certeau destaca a importância das práticas cotidianas do homem ordinário. Nesse contexto, o autor que é considerado um intelectual das margens, dedica o seu estudo para os procedimentos populares, para as maneiras de fazer, minúsculas e cotidianas que “jogam com os mecanismos da disciplina e não se conformam com ela a não ser para alterá-los” (CERTEAU, 2017, p. 40).

Esses são modos de reinvenção e de reapropriação dos espaços e das práticas culturais que Certeau irá explicitar melhor por meio dos conceitos de estratégia e de tática. Certeau aponta que:

Chamo de estratégia o cálculo (ou a manipulação) das relações de forças que se torna possível a partir do momento em que um sujeito de querer e poder (uma empresa, um exército, uma cidade, uma instituição científica) pode ser isolado. A estratégia postula um lugar suscetível de ser circunscrito como algo próprio e ser a base de onde se podem gerir as relações como uma exterioridade de alvos ou ameaças (os clientes ou concorrentes, os inimigos, o campo em torno da cidade, os objetivos e objetos da pesquisa etc.) (CERTEAU, 2017, p. 93).

As estratégias são ações vinculadas a um lugar de poder que buscam estabelecer uma ordem. Diante destas, o homem ordinário inventa diferentes artes de fazer, desenvolve astúcias sutis que burlam e manipulam, as quais Certeau denomina de táticas. As táticas, ao contrário da estratégia, são marcadas pela ausência de um próprio. Desse modo, Certeau aponta que “a tática não tem lugar senão o do outro. E por isso deve jogar com o terreno que lhe é imposto tal como o organiza a lei de uma força estranha”. O autor acrescenta ainda que “a tática é movimento ‘dentro do campo de visão do inimigo’ [...] e no espaço por ele controlado” (CERTEAU, 2017, p. 93).

Certeau desloca assim a atenção da pesquisa não para aqueles que são considerados os produtores e distribuidores da indústria cultural, mas principalmente para aqueles que são os receptores, ressaltando que eles não são passivos, mas que criam e reinventam novas formas de fazer e produzir um outro conhecimento que não aquele que é imposto. Essa mudança de perspectiva permite a valorização do sujeito, inclusive no âmbito da educação e da escola que é notoriamente considerada como reprodutora ordem vigente.

O pensamento de Michel de Certeau adquire relevância para o campo da história, especialmente quando ele passa a refletir sobre como se produz história. Ao pensar a história como a produção de um discurso sobre o real, este autor inaugura a operação historiográfica diferenciando a história da escrita sobre a história, que é a historiografia.

Em sua obra *A Escrita da História*, Michel de Certeau busca compreender o fazer história associando a prática ao discurso, e compreendendo que esta é sempre dirigida por uma leitura do presente. Para Certeau (1982, p. 45) “fundada sobre o corte entre um passado, que é seu objeto, e um presente, que é o lugar de sua prática, a

história não pára de encontrar o presente no seu objeto, e o passado, nas suas práticas”. É com base nessa compreensão que Certeau vai pensar a epistemologia da história pautada na combinação de três aspectos: o lugar social, as práticas científicas e a escrita.

Para Certeau (1982, p. 65), “toda pesquisa historiográfica se articula com um lugar de produção sócio-econômico, político e cultural [...] está, pois, submetida a imposições, ligada a privilégios, enraizada em uma particularidade”. Este lugar social se associa a uma instituição e delimita os interesses, os métodos, os limites do discurso, daquilo que pode ser dito e aquilo que é aceito pela comunidade científica. Assim, os próprios temas e objetos de pesquisa emergem dentro de um contexto e ligado a interesses.

Nesse sentido, Certeau (1982, p. 71) ressalta “o que é uma ‘obra de valor’ em história? Aquela que é reconhecida como tal pelos pares”. É a instituição, o lugar de fala do pesquisador que acaba por permitir um tipo de produção científica enquanto proíbe outras, validando o trabalho do pesquisador.

Para Certeau (1982), fazer história é uma prática. E, nesse sentido, Certeau se refere a um aspecto mais pragmático da operação historiográfica. A pesquisa em história se constrói a partir de caminhos específicos. O autor aponta que é na fronteira entre o dado e o criado que ocorre a pesquisa. Aponta ainda que “de resíduos, de papéis, de legumes, até mesmo das geleiras e das “neves eternas, o historiador *faz outra coisa*: faz deles a história” (CERTEAU, 1982, p. 78, grifo do autor).

No campo da história, o pesquisador constrói sua prática a partir de documentos. No contato com as fontes, existe também um deslocamento, ao separar, isolar e reunir, o pesquisador também produz as fontes.

Por fim, Certeau (1982) se refere propriamente à escrita, que na sua visão é uma representação que ocorre forma articulada com o lugar social e a uma prática. Essa escrita, na visão do autor, é definida por uma inversão, pois “a primeira imposição do discurso consiste em prescrever como início aquilo que na realidade é um ponto de chegada”. O texto impõe limites e, desde a introdução, é marcado pelo seu término, o presente que é postulado no discurso historiográfico. A escrita é também marcada pela referência às fontes, pelas citações que comprovam o discurso e lhe conferem o status de autoridade e, principalmente, de credibilidade ao relacionar seu lugar social a uma exterioridade do discurso.

4. BREVES CONSIDERAÇÕES

Conforme nos aponta Certeau (1982, p. 93), “enquanto a pesquisa é interminável, o texto deve ter um fim”. Assim, nos limites deste ensaio, nos propomos a discutir brevemente alguns conceitos de intelectuais que refletiram acerca do desenvolvimento da ciência e da produção do conhecimento.

As concepções científicas se revelam transitórias e mutáveis. Conforme aponta Martins (2004, p. 15) “o próprio desenvolvimento da ciência, permitindo diversas leituras, desautoriza a ideia de uma epistemologia ‘verdadeira’”. Nesse sentido, é possível pensar o conhecimento científico não de modo a abandonar completamente as ideias anteriores, mas de perceber a possibilidade de aproximação entre diferentes concepções.

Ao expor alguns dos conceitos desenvolvidos por Bachelard, Kuhn, Bourdieu e Certeau, percebemos aproximações, sobretudo, no que se refere a configuração do campo científico no qual o pesquisador desenvolve seu trabalho. Notadamente, este lugar social é marcado por relações de interesses, ele é ideológico e político. No entanto, apreendemos com Certeau (2017) que existem possibilidades de fuga, as táticas são as pequenas astúcias que permitem ao pesquisador burlar estas imposições do campo.

Compreendemos que o progresso científico deve ser perpassado pelo constante questionamento acerca dos paradigmas e dos princípios que regem o campo científico. É preciso, assim, questionar a busca por um saber definitivo e universalista, as formas rígidas de fazer ciência e de fazer pesquisa no campo da história da educação.

Refletir sobre estes aspectos nos conduz a relevância de pensarmos os nossos objetos de estudo e fundamentarmos nossas pesquisas epistemologicamente. O modo como compreendemos a história e o modo de produção do conhecimento neste campo científico devem integrar a base teórica de nossa investigação.

REFERÊNCIAS

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. 5. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

_____. **Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico**. São Paulo: Ed. da UNESP, 2004.

CERTEAU, Michel de. **A Escrita da História**. Tradução de Maria de Lourdes Menezes. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1982.

_____. **A invenção do cotidiano: 1. Artes de fazer**. Tradução de Ephraim Ferreira Alves. 22.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017;

FERREIRA, J. M. H; MARTINS, A. F. P. Aula 11 Rupturas e Revoluções. **Disciplina História e Filosofia da Ciência**. Natal: SEDIS/UFRN, 2010

FERREIRA, J. M. H; MARTINS, A. F. P. Aula 13 A ciência em oposição ao senso comum. **Disciplina História e Filosofia da Ciência**. Natal: SEDIS/UFRN, 2010

KUHN, T. S. **A estrutura das revoluções científicas**. São Paulo: Perspectiva, 1987.

MARTINS, A. F. P. **Concepções de estudantes acerca do conceito de tempo**: uma análise à luz da epistemologia de Gaston Bachelard. 2004. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

SIMPÓSIO TEMÁTICO 11**Relações étnico-raciais no Brasil:
educação, inclusão e ações afirmativas****Coordenadores**

Prof. Dr. José Pereira de Sousa Júnior – UFCG

Prof. Me. Marcos Fernandes de Oliveira – UFRN

Prof.^a Ma. Jessica Kaline Vieira Santos – UFRN

Proposta do Simpósio Temático

Este simpósio temático tem como objetivo agregar trabalhos que discutam questões étnicas, raciais, educação inclusiva e ações afirmativas, assim como pesquisas concluídas ou em andamento que tratem sobre questões ligadas ao preconceito e ao racismo, como também, aquelas que estejam ligadas as leis 10.639/03 e 11.645/08, respectivamente, sobre Ensino de História da África e Cultura Afro-brasileira e Indígena.

A ÁFRICA EM SALA DE AULA

Tallyta Melquiádes Rocha Formiga ⁴⁹³

Jessica Kaline Vieira Santos (Orientador)⁴⁹⁴

Este trabalho foi desenvolvido na Escola Estadual Antônio Aladin de Araújo sob supervisão da professora Simone Ribeiro no mês de maio de 2019 com alunos de 7º ano de turma “A” que são, alunos sem repetência e dentro da faixa etária prevista para a série. A escola que está temporariamente em um prédio emprestado encontra-se na rua Zeco Diniz, bairro Penedo em Caicó, nas dependências do Centro Educacional José Augusto (CEJA).

Observamos que as condições de trabalho tornam-se um tanto complicadas já que além de não possuir todas as condições necessárias para o pleno funcionamento da escola, há também uma certa falta de comunicação entre as duas escolas que permanecem juntas temporariamente.

Entretanto mesmo com todos os problemas enfrentados pelos professores e demais funcionários, estes buscam se adequar e criar meios que possam suprir as demandas dos alunos no que se refere ao cumprimento das atividades escolares.

No que se refere a questão central desse artigo, a temática que trata das questões étnico raciais que a Lei 10.639 de janeiro de 2003, onde são estabelecidas as diretrizes e bases da educação nacional, e torna obrigatória a “História e cultura Afro-brasileira nas escolas do Brasil como temas transversais sendo instaurada para compor a carência da população afrodescendente, no sentido de políticas de ações afirmativas, buscando por meio de resgate de sua história a valorização desses povos que há muito foram deixados à margem da sociedade sendo menosprezados e estereotipados. Dito isto foi buscado observar como o assunto é visto pelos alunos da rede básica, quais ferramentas utilizadas e como se pode melhorar a introdução desse assunto nas escolas.

A lei também trata de que se devem criar meios para que as pessoas negras possam também se reconhecer como agentes da história, quebrando assim o preconceito e dando-lhes vez e voz, mostrando que eles foram fundamentais na construção do país, e que suas raízes merecem ser valorizadas. Sendo assim, a lei 10.639 deixa claro que,

Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira.

§ 1º O conteúdo programático a que se refere o caput deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na

⁴⁹³ Aluna da graduação em História (Licenciatura) pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN, no *campus* Caicó – CERES. E-mail: rochatallyta@hotmail.com

⁴⁹⁴ Atualmente é professora na Universidade Federal do Rio Grande do Norte-UFRN no Centro de Ensino Superior do Seridó-Ceres no *campus* Caicó. Possui Mestrado em História pelo Programa de Pós Graduação em História da Universidade Federal de Campina Grande - UFCG. Tem experiência na área de História, com ênfase em História das Religiões, atuando principalmente nos seguintes temas: Vale do Amanhecer e Movimento Doutrinário, além das temáticas de relações étnico-raciais e gênero. Bem como nas disciplinas de História Antiga, História do Brasil e Estágio Supervisionado. Disponível em: <<https://www.escavador.com/sobre/12034866/jessica-kaline-vieira-santos>> Acesso em 06 de Mar de 2020.

formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil.

§ 2º Os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileiras. (BRASIL, 2003)⁴⁹⁵

O livro didático foi a principal ferramenta utilizada na elaboração da aula com o auxílio de recursos audiovisuais e uma oficina na qual foram construídas bonecas de origem africana, as abayomis⁴⁹⁶. Sendo feita então uma pequena análise sobre como as questões étnico raciais foram tratadas no livro didático e como os alunos recebiam as informações sobre o continente africano que ainda é muito estereotipado.

Posto isto, esta pesquisa foi pensada a partir das observações realizadas no estágio supervisionado no curso de Licenciatura em História da UFRN. Como ao estudar o componente curricular de História da África foi algo novo e instigante, e com oportunidade de escolher que tema trabalhar com os alunos do estágio, não foi pensado duas vezes a escolha por esse tema que mostrou-se realmente necessário trabalhá-lo em sua totalidade buscando mostrar sua importância e como este precisa ser tão importantes quanto os demais assuntos estudados.

Logo, a partir da prática docente, utilizamos as metodologias de análise e comparação para a composição da pesquisa, tendo em vista a intenção de compreender quais estratégias funcionam ou não com a temática proposta, já que sente-se que as questões étnico raciais ainda estão principiando no processo de ensino, tendo em vista que quando se fala em África as visões são sempre as mesmas independente do lugar: povo pobre, sem cultura e miserável e também como utilizar e, se necessário, complementar as informações do livro didático com possíveis meios para suprir a falta de suporte necessário para elaboração de atividades que permitam tornar esse tema algo importante e necessário na construção de caminhos para combater o preconceito.

No mais, está é uma pesquisa em desenvolvimento que posteriormente deverá ser expandida visto a importância de se falar sobre temas tão sensíveis e caros aos professores que muitas vezes já estão em sala de aula há anos e não tiveram tal disciplina em seu curso, precisando assim de meios e suporte para sempre poder se atualizar e levar até o aluno as informações mais atualizadas de determinados temas e também analisar como o professor encara o trabalho com temas tão recentes e por vezes desconhecidos até então, visto que este já tenha se formado há anos.

⁴⁹⁵ Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.639.htm > Acesso em: 02 de Mar de 2020.

⁴⁹⁶ As bonecas, símbolo de resistência, ficaram conhecidas como Abayomi, termo que significa 'Encontro precioso', em Iorubá, uma das maiores etnias do continente africano cuja população habita parte da Nigéria, Benin, Togo e Costa do Marfim. Sem costura alguma (apenas nós ou tranças), as bonecas não possuem demarcação de olho, nariz nem boca, isso para favorecer o reconhecimento das múltiplas etnias africanas. Disponível em: <http://www.afreaka.com.br/notas/bonecas-abayomi-simbolo-de-resistencia-tradicao-e-poder-feminino/> Acesso em 14 de Junho de 2019.

A ESCOLA

Antes de discutir o tema que reflete a utilização da Lei 10.639/03 em si é necessário uma breve caracterização da escola e da turma aqui usada para analisar a questão proposta. Visto que o ambiente escolar é tão importante quanto os meios de transmissão de conteúdo, sendo necessário um ambiente que seja confortável e que contribua para a permanência do sujeito em sala.

No caso da escola Antônio Aladim - onde foi realizado o estágio supervisionado em forma de regências, seus problemas já começam por ser um local emprestado, resultando na falta de alguns recursos e ambientes como uma campainha e um portão que dê acesso a pessoas com deficiência física. Seu prédio oficial fica situado no bairro boa passagem, um bairro periférico da cidade de Caicó, já a sua atual instalação está nas dependências do CEJA, que fica em um bairro quase central, o penedo. O prédio do Antônio Aladin está passando por reformas, pois, foi interditado pelo corpo de bombeiros e ministério público a pedido do próprio conselho da escola pela precariedade da rede elétrica que estava oferecendo riscos aos alunos e funcionários e prejuízos eletrônicos ao estabelecimento mostrando assim o total descaso do governo.

No caso das salas os ventiladores estão em condições ruins, de modo que, se precisar fechar as janelas para assistir algum vídeo o calor torna-se insuportável. Nesse caso da execução de vídeos por não ter uma sala adequada existe um ponto positivo e negativo: a escola dispõem de muitos projetores, porém alguns estão quebrados. Mas aparentemente o acesso a eles é fácil, não necessitando de comunicar previamente antes de precisar usá-lo.

A sala dos professores também é um ambiente pouco confortável por motivos de ventilação e espaço, pois, a sala é pequena para tantos professores o que acaba agravando a questão do clima que torna-se ainda mais quente.

Outro ponto é importante a ser destacado é a indisponibilidade do serviço de internet, ferramenta que se disponível facilitaria a condução das aulas. No caso de um estagiário inexperiente e que não se atenha a se informar desses pequenos detalhes e programe-se a passar um vídeo online, por exemplo, ficaria sem a utilização do recurso. As salas de informática também são algo longe da realidade desses alunos nesse local.

Quanto a volta ao antigo local, na primeira aula de observação, a professora Simone chegou animada comunicando aos alunos que, possivelmente, em Agosto do ano em curso iriam para antigas instalações reformadas e mais confortáveis dispondo, inclusive, de salas climatizadas e de uma possível sala de informática

A experiência nesse lugar proporcionou uma visão comum quando nos referimos as escolas públicas brasileiras: os poucos recursos, e-a precariedade dos ambientes necessários há uma escola como sala de vídeo e/ou informática. E o principal: a instalação de uma sirene. Como dito anteriormente é usado uma espécie de chocalho para avisar sobre as trocas de horário.

No tocante a turma podemos mencionar que já na hora da escolha a professora Simone mencionou que existiam duas turmas, sendo a segunda composta por alunos que reprovaram e que era uma turma menor. A primeira turma, o 7º "A", tinha 21 alunos matriculados e um total de 17 compareciam as aulas, os demais haviam abandonado a escola: a distância possivelmente seja o problema que ocasionou a evasão escolar desses alunos.

A princípio, nota-se que são inquietos conversando sempre, fazendo barulho, chamando atenção, porém, na hora da apresentação das atividades pareciam não terem voz não apresentavam desenvoltura para o ato de falar na presença da turma, caracterizado assim um certo receio ou timidez para expressarem suas visões acerca do assunto trabalhado. Entretanto eram muito espertos e, segundo a professora Simone, eles estavam ficando de certa forma desinteressados.

Já com relação a professora podemos dizer que ela faz uso de metodologias ativas, buscando dessa forma fazer com que o aluno participasse da aula, interagindo verbalmente e escrevendo resumos a partir dos debates em sala e sempre estimulando aqueles que não queriam falar ou falavam baixinho para ela ouvir. Seus métodos, aparentemente, buscavam encorajar aquele aluno a ser participativo.

A relação da professora com os alunos é de carinho e respeito, o que os deixa à vontade para conversar e buscar meios para esquivar-se de apresentar os trabalhos. A professora Simone ainda assim busca chegar perto, incentiva-os a falar, conversa e mostra apoio para que estes não se sintam obrigados, mas amparados.

Em uma das aulas de observação que consta a apresentação de um trabalho proposto na hora, uma menina não queria falar e quando o fez falou baixinho, a professora foi até ela e repetiu para os alunos as falas da menina e em seguida elogiou pela contribuição quanto aos pontos que ela abordou da parte trabalhada. Ou seja, a professora busca mostrar que eles tem segurança e apoio para se expressarem independente de suas opiniões.

Com as observações feitas inicialmente pode-se constatar de fato como funcionava a construção de conhecimento entre a professora e a turma. Já na primeira aula houve uma certa demora para a professora conseguir fazer o controle da turma já que estes estavam eufóricos ainda com as interações do intervalo, ou seja, continuavam conversando, brigando e brincando, mesmo com a professora já em sala. Os alunos nessa primeira aula colocaram fones de ouvidos e ficavam conversando e mexendo com as colegas que estavam próximas, enquanto no outro lado da sala um grupo de meninas disputavam o uso de um acessório de maquiagem, chegando uma delas a gritar com a colega.

A professora pediu que os alunos se comportassem e iniciou apresentando a estagiária e em seguida contando sobre a possível volta ao endereço antigo ainda esse ano, conversando com os alunos de igual para igual e demonstrando animação quanto a nova estrutura. Em seguida começou a escrever uma atividade na lousa que quase não deu tempo dos alunos terminarem, chegando alguns a continuar escrevendo mesmo após o sinal tocar.

No segundo dia de observação a turma estava mais calma, a professora trouxe uma atividade e os dividiu em grupos para lerem e explicarem sua parte a turma, para que no final fosse feito um texto sobre as apresentações explicando o conteúdo como um todo. Nesse dia houve mais colaboração dos alunos, mas percebe-se que estes mesmos tão entrosados entre si ainda tinham receio de compartilhar suas ideias em voz alta e alguns enrolaram por falta de interesse na atividade, pois, segundo a professora, o grupo de meninas que não quis dar sua colaboração verbal era composto pelas que mais se destacavam na disciplina.

Nas aulas de observação notamos o que há algum tempo já se vem discutindo: o aluno é um sujeito em constante mudança. Antônio Fávero Sobrinho (2010) trabalha com essas mudanças em um texto, que traz a evolução desse aluno, mostrando que a sua

imagem clássica esgotou-se e que este muda constantemente e o ambiente escolar e os professores precisam estar sempre atentos a essa mudança. Pois,

A cultura escolar instituída ao longo da modernidade, ao se tornar uma “tradição inventada” (HOBBSAWN, 1997), concebeu a formação do sujeito da educação de um forma idealizada, distanciando de suas experiências cotidianas. No entanto, essa concepção de aluno, diante da velocidade das transformações históricas, não se concretiza mais de acordo com as ideias pré-concebidas pelas teorias pedagógicas. O aluno que está em sala de aula já não corresponde a nenhuma das representações propostas pela cultura escolar de natureza iluminista, porque, hoje, na posição de sujeito do conhecimento, ele é, sobretudo, um sujeito histórico, que traz para a sala de aula um repertório de experiências constitutivas da cotidianidade da sociedade contemporânea. (SOBRINHO, 2010)⁴⁹⁷

O autor ainda fala sobre como as mudanças dos alunos são rápidas e que a escola e os professores sempre estão em desvantagem. Contudo, mediante a vivência como aluno universitário e a experiência em aulas de ensino fundamental, é notável que o professor também não faz mais parte daquele molde clássico: rígido, autoritário, que impõe medo. Pelo contrário, tornou-se alguém totalmente disponível, mais sensível e que não busca mais um respeito influenciado pelo medo. Pelo menos a maioria dos atuais professores são assim.

Em relação ao papel da escola e dos grupos que lá se formam, ainda partindo das concepções de Fávero (2010) vemos que “com a presença dos jovens a escola constitui-se também em um espaço de convivência, pois a ordem, a disciplina, o silêncio cederam espaço a comunicabilidade à sociabilidade e à interatividade.” Ou seja, todo aquele burburinho é porque os alunos sentem-se bem para se expressarem com seus colegas independentemente de estar ou não em aula.

Sendo assim o professor precisa estar atento em formas de como controlar ou como beneficiar-se desse momento para prosseguir com a aula, tendo em vista que agora a relação entre aluno e professor é mais natural, pode até ser mais fácil conseguir essa façanha: o professor pode adentrar as conversas paralelas controlá-las e finaliza-las, prosseguindo assim com sua aula.

ÁFRICA EM SALA DE AULA.

Agora, de fato com nosso objeto de estudo começemos por entender que a Lei 10.639 que trata da obrigatoriedade do ensino de História e cultura Afro-brasileira e indígena já existe há pouco mais de uma década, mas ainda é notório o quanto o tema ainda está

⁴⁹⁷ FÁVERO Sobrinho, Antônio. O Aluno não é mais aquele! E agora, professor? A transfiguração histórica dos sujeitos da educação. In: Seminário Nacional: Currículo em Movimento – Perspectivas Atuais – I. Belo Horizonte, 2010, p.08

sendo reproduzido de forma preconceituosa e excludente. Segundo Carlos Serrano e Mauricio Waldman,

Nos últimos anos, tem sido realizadas mais iniciativas em prol da afro-educação do que na totalidade do passado recente. No entanto, mesmo constituindo motivo de empolgação, os progressos alcançados não negam que há muito a ser feito e realizado nesse campo. (...) o conhecimento do continente ainda merece muito aprofundamento e aguarda efetivação concreta. (SERRANO; WALDMAN, 2010)⁴⁹⁸

O tema escolhido constituiu-se assim como um desafio a parte, pois além da aula em si, é preciso pensar maneiras de transmissão e aprendizagem sobre o tema.

No tocante a elaboração das aulas o norteamento foi feito através do livro didático, já que este é o principal material que o aluno tem acesso caso queira continuar lendo sobre o assunto fora de sala. Dado o caminho a seguir, foi então pensado que metodologias oferecer para aqueles alunos de forma com que eles prendessem atenção, se interessassem pelo conteúdo e participassem.

O livro Projeto Mosaico de Cláudio Vicentino e José Bruno Vicentino do 7º ano trata de forma interessante o assunto, trazendo em dois capítulos alguns reinos, o tráfico negreiro e as formas de resistência. Cheio de materiais de apoio como documentos, músicas e até a história da rainha Nzinga⁴⁹⁹ (que também foi trabalhada em sala). Mesmo sendo muito consciente quanto a sua abordagem ao tema ainda deixou a desejar quando tratou das religiosidades que era alocado nas resistências; ficando também pouco trabalhado em sala⁵⁰⁰.

A aula foi iniciada com o reconhecimento de imagens do continente africano. Todos deram seus palpites sobre os lugares que haviam sido apresentados, o que mostrou desde o princípio a visão negativa em relação ao continente estudado. Quando se tratavam de paisagens bonitas vinham nomes de todos os lugares, por exemplo, Londres e Rio de Janeiro, mas nunca África ou qualquer país relacionado a ela. Quando foi mostrado duas imagens que apareciam pessoas negras, sendo uma delas cheia de ornamentos a resposta África foi unanime, independente da outra imagem ser de pessoas negras comuns⁵⁰¹.

Mesmo após dizer que tal imagem bonita era de África eles não mencionavam nem que era África de novo numa próxima foto de maneira a compreender que se tratava apenas de tal continente. Mas esse primeiro momento foi importante porque para além das imagens foi perguntando o que eles sabiam da África e as palavras negros e pobres se destacaram, mostrando assim que há pouco mais de 10 anos obrigatórios de ensino de África o discurso

⁴⁹⁸ SERRANO, Carlos Moreira Henriques; WALDMAN, Mauricio. Memória d'África: a temática africana em sala de aula. Cortez: São Paulo, 2007, p.15.

⁴⁹⁹ A Rainha Nzinga Mbandi, também conhecida como Jinga ou Ginga, foi uma importante representante da resistência africana contra a invasão europeia e a soberania do seu povo. Disponível em: <http://www.patrialatina.com.br/nzinga-rainha-negra-que-combateu-os-trafficantes-portugueses/> Acesso em: 14 de Junho de 2019.

⁵⁰⁰ Dado o tempo corrido foram feitas escolhas e esse tópico acabou ficando bastante superficial.

⁵⁰¹ No sentindo de não possuírem nenhum adereço que remetesse ao continente ou a suas culturas.

preconceituoso ainda continuava sendo reproduzido pelos principais meios de acesso desses alunos, seja sua família e/ou a mídia.

Com o desenvolvimento da primeira atividade pode-se então adentrar no uso da história única⁵⁰² que foi trabalhado posteriormente através de um vídeo, fazendo ligações com o exercício que eles terminaram de participar, e que eles acabaram de reproduzir tal conceito. Ou seja a história única é aquela que trata de apenas uma visão, de um lado da história e que, quase sempre, é um estereótipo impregnado de preconceito, uma visão simplista em relação ao todo.

Foi explanado como os africanos eram vistos pelos outros continentes, como eram seres místicos e que tudo isso se dava em parte porque sua história era passada de geração a geração por meio da oralidade por uma pessoa mais velha que era uma espécie de biblioteca humana, pois detinha todas as lendas e segredos de seu lugar e/ou cultura e não constava documentos oficiais porque esses povos sua maioria eram analfabetos.⁵⁰³ Deixando assim espaço para acreditar-se em tudo que lhes era atribuído. Mas um momento de espanto da turma. Este foi um ponto bastante importante que ficou de fora do conteúdo do livro.

Na aula seguinte foi trabalhado slide contendo alguns vídeos e uma oficina. O slide foi em sua maior parte baseado pelo livro didático tratando de alguns reinos, suas riquezas e como ele vieram a falência, mostrando assim que estes não foram sempre pobres esquecidos, pois, quando foi conveniente a outros povos fazerem uso de suas riquezas eles foram lembrados e visitados periodicamente. A África com reinos e riquezas era algo novo para eles. A escravidão também não lhes era vista com tamanha dureza que foi trabalhada nos vídeos transmitidos. E então foi então discutido os tipos de escravidão, desde que tempo ela existia e como era desumana; Foi trabalhado também a chegada desses povos e suas contribuições para o Brasil que é o segunda maior população negra (bastante racista) e as suas formas de resistência.

Tratou-se de forma superficial a questão da religiosidade e de exemplo foi levado uma irmandade brasileira, o que nesse ponto o livro deixou um pouco a desejar e o professor-estagiário teve como desafio explicar de forma didática para os alunos, pois, o interesse e os preconceitos nesse quesito mostraram-se maior. Nos mostrando que as aulas são preparadas fora de sala, mas construídas no desenvolvimento dos alunos, pois, fez-se escolhas para levar o tema e que apesar de pertinentes acabaram deixando de fora outro assunto também importante e revelando mais uma vez o quão distorcida ainda é a cultura africana no país.

Então aluno perguntou sobre magia negra e macumba, e foi-lhe explicado de forma bastante sucinta aproveitando-se então da oportunidade para tratar das expressões pejorativas que são utilizadas de forma bastante natural no dia a dia, mas tratam-se de frases preconceituosas que diminuem o papel, a importância e a cor do negro. Pensando neste caso como trazer para o dia a dia o que eles estavam aprendendo em sala e sua importância em entender a história do outro.

Por fim, antes de trabalhar um vídeo sobre a boneca abayomi, foram feitas perguntas sobre as visões pré e pós aulas e os pontos mais evidenciados foram, anteriormente, pobres e miseráveis; Agora eles sabiam que estes foram massacrados em virtude da ganância,

⁵⁰² TED - O perigo de uma história única - Chimamanda Adichie - Dublado em português. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=qDovHZVdyVQ> Acesso em: 14 de Junho de 2019.

⁵⁰³ Que não tem representação escrita. Disponível em <https://www.dicio.com.br/agrafo-2/> Acesso em: 14 de Junho de 2019;

foram usados como objetos, sofrendo diversos maus tratos. Então foi tratado de estabelecer que todos esses sofrimentos do passado resultaram na marginalização que hoje ainda é tão presentes -pois eles não veem muitos médicos e governantes negros numa população que é mais ou menos 65% negra.

Antes da confecção das abayomis foi perguntado se possuíam ou já tinham visto bonecas negras, o que mostrou mais uma vez que o país continua em déficit com esse povo, pois apenas duas ou três meninas já tinha visto e/ou possuído uma. As bonecas fizeram então a parte principal do tópico sobre as resistências e teve uma interação bastante positiva até dos meninos que ficaram com certo preconceito em trabalhar com bonecas. Essa oficina, tão fácil e interessante, poderia ser conduzida de maneira efetiva nas escolas como meio de trabalhar as resistências e mostrar o valor das pessoas negras, que podem e devem ser representadas seja trazendo um pouco de sua contribuição como a sua representação material como foi o caso dessa boneca.

Dito e analisado tais experiências em sala é importante perceber as ferramentas que chegam até os professores para que possam tratar temas tão sensíveis como é o caso das questões étnico raciais, pois estas são um tanto escassas resumindo-se ao o livro didático. Sendo assim, é preciso compreender as melhores maneiras de trabalhar o tema de forma que não seja só o conteúdo seco sem ligação com a realidade. Até mesmo como uma forma do aluno se interessar em participar seja com oficinas, vídeos e a promoção de debates que estimulem a enxergar o outro como sujeito importante. Por mais que o livro tenha trago como opção uma análise de documentos, trazer algo para se fabricar e representar a pessoa negro foi de extrema importância e uma atividade nova para os alunos que já vem acostumados sempre com as mesmas atividades que pela repetição acabam por tornarem desinteressantes.

Assim o estágio ofereceu não apenas o primeiro contato com a sala de aula que é tão importante, mas também faz ver os déficits e como se pode melhorar as precariedades do ensino de maneira a estimular os alunos a permanecerem em sala independentemente das dificuldades. Com efeito,

Compreender o dia-a-dia e traduzi-lo é função da pesquisa; socializar os resultados das pesquisas é função do ensino. No entanto, para operar a realidade como ela se produz e se reproduz é preciso estar inserido nela. E o estágio é a oportunidade desta primeira inserção. (AZEVEDO 2011, apud BEHRENS).⁵⁰⁴

A pesquisa então passa a ser um elemento importante no estágio ajudando a pensar o ensino não apenas como uma forma de passar os conteúdos do livro e explicar, nos mostra que devemos ir além, percebendo as dificuldades do ambiente e da turma, fazendo um trabalho além dos conteúdos ensinados. É preciso buscar meios de inserir trabalhos que deem prazer ao aluno estar ali e ao mesmo tempo trazer o aprendizado de forma mais leve e dinâmica, levando como exemplo o trabalho com as abayomis feito no estágio.

Assim:

⁵⁰⁴ AZEVEDO, Crislane Barbosa de. História e investigação na escola: a experiência de formação do professor-pesquisador. Revista Ensino e História, Londrina, v. 2, n.17, jul./dez. 2001, p.342

As atividades de pesquisa podem proporcionar, ao profissional da docência, meios para a sua reflexão sobre sua prática docente e para buscar formas que o ajudem a aperfeiçoar cada vez mais seu trabalho, proporcionando possibilidades de crescimento também a todos aqueles com quem trabalha. (AZEVEDO 2011, apud ANDRÉ 1997)⁵⁰⁵

No caso do tema usado nas aulas de estágio foi interessante fazer algumas pesquisas com o intuito de levar ao ambiente escolar ferramentas de apoio para despertar a curiosidade e o interesse dos alunos pela temática, de buscar inseri-los nesse mundo para que pudessem ver com outros olhos, deixando de lado os preconceitos e ideias que tinham do continente e das pessoas que lá vivem. Sendo importante não apenas passar uma imagem de vítimas, pois eles resistiram as crueldades impostas e muito contribuíram na construção do país. Os vídeos trabalhados ajudaram a ver a crueldade da escravidão, mas também trataram de mostrar o quanto esse povo resistiu e se reconstruiu sem perder suas raízes.

Partindo ainda do pressuposto que a pesquisa no estágio é importante bem como na sala de aula para o professor, consideramos então as observações que se aplicam antes de entrar em sala, percebendo para além dos alunos o ambiente ao qual estão inseridos e seus recursos, pois, por exemplo, de nada adiantaria propor pesquisas quando muitos não tem acesso seja a internet ou a livros mais específicos sobre o tema. Por isso a pesquisa etnográfica é importante antes de adentrar o ambiente. E,

Nesse sentido, quem pesquisa precisa ir além dos seus próprios valores e pressupostos para penetrar no universo do outro, interpretando-o e compreendendo-o. Nesse sentido, os resultados da coleta de dados (observações, entrevistas, documentos escritos etc.) seriam meios através dos quais o investigador aproximar-se-ia do universo dos investigados. (AZEVEDO 2011)⁵⁰⁶

Por tanto tornar-se professor não é apenas repassar conteúdos e questionários, mas sim entender e perceber o que se pode fazer para ensinar e ajudar essas pessoas quanto alunos, mas também como seres humanos percebendo suas limitações. Considerando o quão importante é esse ensino mais humanitário que permite o outro perceber, principalmente, na disciplina de História que os fatos não estão longe mas próximos e ao redor, pois eles são seres produtores de História no dia a dia.

Ainda no que toca esse ensino mais humanitário e com relação a História dos africanos e afro-brasileiros buscar introduzir essas pessoas que há muito tempo estão à margem da sociedade, sendo excluídos e diminuídos é dever do ensino, portanto é importante inserir esse resgate cultural para que negros e seus descendentes possam se reconhecer também como agentes da história, a sua e a do país, podendo fazer parte e se expressarem autonomamente sem reservas por medo de julgamentos.

⁵⁰⁵ Ibidem, p.341.

⁵⁰⁶ Ibidem, p.347

Destarte é imprescindível as atuações governamentais darem suporte necessário não só para a permanência do aluno levando em contas desistências pelo desconforto em sala mas, principalmente, meios de inseri-lo nas competências ensinadas, como algo imprescindível a sua vida, tornando a aprendizagem prazerosa, ou seja, fornecendo matérias para oficinas e afins.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O ensino de História da África é importante entre outras questões por tentar dizimar o preconceito e para isso foi criada a lei 10.639, mas mesmo com a lei em vigor, ainda nota-se o vácuo existente entre a lei e a realidade do ensino, pois, tais políticas só surtirão efeito se o Estado fornecer meios eficazes a escola e ao professor para trabalhar a temática e/ou o professor buscar por iniciativa própria inserir materiais pertinentes ao assunto. Dessa forma o livro didático que compõe umas das ferramentas mais importantes para a sala de aula já que este estará disponível ao aluno em tempo integral para que ele possa usá-lo além do horário das aulas, em casa e como apoio ao professor para que este consiga trabalhar tais questões dentro e fora de sala por meios de leituras e atividades extraclasse. O livro pode não ser necessariamente a única ferramenta do professor, mas ele é por vezes o único meio ao qual o aluno tem acesso, então é preciso considerar que deve-se fazer a escolha do livro com certo cuidado para que possa atender todas as demandas sempre que possível, pois é sabido que essa escolha nem sempre depende apenas do professor.

A experiência do estágio não ajudou só na sala de aula enquanto professor-estagiário, mas como aluno universitário também, pois, as ferramentas aprendidas em outras disciplinas como o caso de metodologia do ensino de História que trouxe a importância do livro fez com que na hora de elaborar as aulas pudesse atentar melhor os elementos utilizados e de que forma utiliza-los, compreendendo que sempre que possível é importante complementar com outras atividades que reforcem o interesse do aluno; Tendo em vista também que quando se escolhe um tema a ser trabalhado, automaticamente exclui outro.

Para o próximo estágio as expectativas ainda são grandes, porém, mais conscientes levando em conta que tudo que se ouve ou se vê de fora não condiz com a realidade podendo está ser pior em relação ao ambiente, mas em relação aos alunos podem e devem ser mais prazerosas desde que se possa ver meios de inserir e dar gosto aos alunos participarem das aulas, tornando-se um professor mais acessível também. É esperado com observações que sejam melhoradas para que sempre se possa dá o melhor, oferecendo ao aluno o que ele precisa, seja entender os seus bloqueios e buscar caminhos para remove-los de maneira confortável a ele, está apto a responder suas dúvidas e, sempre que possível, tornar o ambiente agradável independente de sua precariedade.

REFERENCIAS

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. O Perigo da História Única. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=qDovHZVdyVQ> Acesso em 20 de Abril de 2019.

AGRAFO. Disponível em <https://www.dicio.com.br/agrafo-2/> Acesso em: 14 de Junho de 2019;

AZEVEDO, Crislane Barbosa de. História e investigação na escola: a experiência de formação do professor-pesquisador. **Revista Ensino e História**, Londrina, v. 2, n.17, jul./dez. 2001.

BRASIL. Lei 10.639, de 9 de Janeiro de 2003. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. Disponível em: <

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.639.htm> Acesso em: 02 de Mar de 2020.

FÁVERO Sobrinho, Antônio. O Aluno não é mais aquele! E agora, professor? A transfiguração histórica dos sujeitos da educação. In: **Seminário Nacional: Currículo em Movimento – Perspectivas Atuais – I**. Belo Horizonte, 2010.

JESSICA Kaline Vieira Santos. Disponível em: <

<https://www.escavador.com/sobre/12034866/jessica-kaline-vieira-santos>> Acesso em 06 de Mar de 2020.

JOELMA. Nzinga, a rainha negra de Angola que combateu os traficantes portugueses.

Disponível em: <http://www.patrialatina.com.br/nzinga-rainha-negra-que-combateu-os-trafficantes-portugueses/> Acesso em: 14 de Junho de 2019

SERRANO, Carlos Moreira Henriques; WALDMAN, Mauricio. **Memória d'África**: a temática africana em sala de aula. Cortez: São Paulo, 2007.

VICENTINO, Claudio. VICENTINO, José Bruno. Povos Africanos e o Sistema Escravista na América Portuguesa. In: __**Projeto Mosaico**: História anos finais. 1ª ed. São Paulo: Scipione, 2015.

“A GENTE COMBINAMOS DE NÃO MORRER”: UMA ANÁLISE DO GENOCÍDIO NEGRO A PARTIR DA ESCRITA DE CONCEIÇÃO EVARISTO

Antonio Alves de Oliveira Neto - Autor
Universidade Estadual do Rio Grande do Norte
antonioalvesufrn@gmail.com

Francisca Laila Ribeiro Pinto - Orientadora
Docente - Universidade Estadual do Rio Grande do Norte
franciscalaila@uern.br

RESUMO: Este artigo pretende analisar o espaço narrativo da população negra a partir do conto “A gente combinamos de não morrer”, presente no livro **Olhos D’Água** (2015) da autora Conceição Evaristo. Sendo assim, entendemos que a sua produção diz respeito às vivências, por isso utilizamo-nos do conceito de escrevivência para reafirmar que ficção é indissociável de realidade. O trabalho foi produzido a partir da abordagem de diálogo entre diferentes campos do saber, sendo notório o limiar entre a Literatura e a História. Dessa forma, a partir das contribuições de Regina Dalcastagnè (2012) buscamos entender a relação entre os corpos indesejáveis e o espaço, Marcelo Penna da Silva (2018) historiciza a formação dos morros e favelas no Brasil, enquanto Emerson Rocha (2009) corrobora quando traz noções sobre racismo a partir da concepção de *ralé* do sociólogo Jessé Souza. Objetivamos compreender, que no Brasil, a cor da pele determina os espaços que (des)ocupamos, a segregação espacial foi/é uma estratégia política para separar os pretos dos brancos, os pobres dos ricos, e assim, formaram-se os bairros periféricos, quando no início da primeira república, as reformas urbanas propostas com um viés civilizatório, hoje, são o retrato da discriminação e sectarismo da sociedade brasileira. A relevância acadêmica e social desse estudo dar-se-á por ser um tema em voga na conjuntura política atual e sabendo que a Literatura tem um papel a cumprir e uma dívida a ser sanada com os estudos afro-brasileiros. Portanto, conclui-se, que a narrativa transpõe o papel e tornam-se manchetes jornalísticas que fazem parte do cotidiano, da população que saiu dos navios negreiros para fazerem parte das estatísticas de um genocídio social e físico.

PALAVRAS-CHAVE: Racismo. Espaço. Conceição Evaristo.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

*A carne mais barata do mercado
 É a carne negra Que vai de graça pro presídio
 E pára debaixo do plástico
 E vai de graça pro sub-emprego
 E pros hospitais psiquiátricos⁵⁰⁷*

(Seu Jorge, Marcelo Fontes do Nascimento S. e Ulisses Capelleti,)

⁵⁰⁷ MARCELO YUKA, SEU JORGE E ULISSES CAPELETTI. **A carne mais barata do mercado** [2002]. Duração: 04:50.

Diferentemente da sonata descrita metaforicamente no conto por Conceição Evaristo, que, na verdade, trata-se do barulho das balas e dos infinitos tiroteios nas favelas e comunidades, a música acima desnuda o cenário socioeconômico no Brasil. A condição do povo negro não mudou tanto quanto deveria, considerando que já passou mais de um século desde a abolição da escravidão, e ainda assim, é a cor da pele quem delimita os espaços a serem (des)ocupados, basta visualizar qual população habita as áreas periféricas, os bairros que ficam a margem dos grandes centros urbanos, ou quem mora nos barracos e nas construções que até a própria engenharia dúvida que possa existir e dar certo.

Conceição Evaristo evoca no conto “A gente combinamos de não morrer” a situação de sujeição e a precarização da vida dessas pessoas quando são excluídas socialmente e estigmatizadas racialmente. É aquele velho ditado, difícil alguém contar histórias sobre bala perdida em área nobre, já nas comunidades é corriqueiro a suspensão das aulas nas escolas dessas localidades, em virtude, de operações, ações de intensa troca de tiros que deixam as paredes das casas, comércios e demais estabelecimentos desfiguradas. A escrita de Evaristo é uma linha tênue, considerando que ficção e realidade se imbricam de tal forma que separá-las é retirar a essência de sua produção. Em entrevista a autora mineira asserta que

Eu quero escrever a ficção como se eu estivesse escrevendo a realidade, eu quero mesmo criar essa confusão, eu quero que alguém leia meu texto e pense: ‘Nossa, ela já foi assaltada no ônibus.’, ‘Nó, ela conheceu algum marginal de perto.’ Então, com certeza, a minha experiência, minha história pessoal me permite aproximar tanto desse universo. Porque, no fundo, quer dizer, quando Elza Soares canta ‘O guri’, de Chico Buarque, e ela diz: ‘Eu sou esse guri.’, ‘Eu sou o guri.’, sem sombra de dúvida, Elza é aquilo tudo que está ali. (Conceição Evaristo, entrevista, Belo Horizonte, fevereiro/2016)⁵⁰⁸.

É justamente percorrendo um caminho de análise não romantizado que poderia comprometer a historicidade que essa literatura evoca, como também, desabonando uma possível interpretação com viés vitimizador que esvaziaria o discurso de uma autora de origem pobre, periférica e negra. O conto que aqui nos propomos analisar trata da dura vida de quem só vê a presença do estado, quando o camburão adentra as vielas e ruelas tortuosas das favelas. Por ironia do destino um grupo de amigos,

⁵⁰⁸ Esse trecho faz parte de uma entrevista por Conceição Evaristo em 2016 para a tese de doutorado *Geo-grafias insurgentes: corpo e espaço nos romances ponciá vicência e becos da memória de Conceição Evaristo* cuja autoria é de Ana Maria Martins Queiroz. Ver mais em, <https://repositorio.bc.ufg.br/tede/bitstream/tede/7518/5/Tese%20-%20Ana%20Maria%20Martins%20Queiroz%20-%202017.pdf>

como brincadeira de criança, desafiam sua sina e fazem um juramento, não morrer. Combinar de não morrer para quem vive nessa realidade é uma promessa difícil de ser cumprida, sabendo que a qualquer momento pode haver confronto, seja entre policiais e traficantes, seja entre grupos rivais disputando espaço de poder, e “tombar”, nas palavras de Evaristo.

No decorrer de sua assertiva é perceptível a presença de gatilhos e acúmulos de uma favela em estado de guerra, o conto remonta a noção de que morrer nesse contexto é natural, uma morte “leve como poeira” (2015, p. 100). Segundo o Atlas da Violência, no ano de 2017, no Brasil, dos 65.602 homicídios, 75% foram pessoas negras, é impossível não pensar em uma omissão por parte do poder público, não à toa que Elza Soares diz que “a carne mais barata do mercado é a carne negra”. Os números não mentem, quase dois terços da população carcerária são negras, cerca de 64%, dados de 2 anos atrás, segundo o Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias⁵⁰⁹.

Porquanto, relacionar as estatísticas citadas a produção literária que nos debruçaremos faz-se necessário afim de demonstrar que os livros de literatura tem compromisso com a realidade, é uma leitura das vivências, das experiências, que confunde o leitor até que ponto o que está sendo lido é ficção ou fato, em sendo assim, é o espaço de pobreza e exclusão o nosso foco narrativo, buscando trazer um retrato das condições em que as pessoas negras foram/são expostas, é ele que “compreende o conjunto de referências de caráter geográfico e/ ou arquitetônico que identificam o(s) lugar(es) onde se desenvolve a história” (FRANCO JÚNIOR, 2009, p. 45).

⁵⁰⁹ Essa pesquisa encontra-se <https://brasil.estadao.com.br/noticias/geral,75-das-vitimas-de-homicidio-no-pais-sao-negras-aponta-atlas-da-violencia,70002856665>

TEORIA E CRÍTICA LITERÁRIA SOBRE CORPOS INDESEJÁVEIS E ESPAÇOS DE EXCLUSÃO

É salutar trazer que não é qualquer escritora falando sobre preconceito, segregação e negritude, dando ênfase a debates que afetam com mais força a mulher, a mulher negra, especificamente. Nascida e criada em uma favela da zona sul de Belo Horizonte, Minas Gerais, Conceição Evaristo emerge na literatura como uma voz que enuncia outras, carrega no seu discurso um arco de identidades, legitimada por compreender e valorar o seu lugar de fala.

Quebrando barreiras de uma literatura onde os clássicos tem classe, cor e gênero bem estabelecidos, escritoras como Maria Firmina dos Reis, Ana Maria Gonçalves, Carolina Maria de Jesus, Geni Guimarães e Conceição Evaristo buscam formar um cânone alternativo, ecoando relatos historicamente esquecidos, menosprezados e amenizados, assim bem colocou Dalcastagnè, “é preciso um esforço considerável para se encontrar, em meio a uma literatura tão marcadamente de classe média, branca e masculina como a brasileira, uma construção diferente sobre a experiência urbana contemporânea” (2014, p. 289). É como se todos os diferentes, gays, negros, pessoas portadoras de deficiência não existissem ou aparecessem em personagens secundários e vivessem as sombras por não se encaixarem em um padrão.

Nos valem da História, a partir de agora, uma vez que ela nos oferece subsídios para pensar onde estão essas figuras e problematizar porquê são e estão em espaços insalubres socialmente. Na passagem do século XIX para o século XX uma série de transformações de diferentes ordens implicaram na “reestruturação” das principais cidades brasileiras, como a passagem da mão de obra escrava para a assalariada na busca pela implementação de um capitalismo pleno, a mudança de Império para República e a chegada de imigrantes europeus para trabalharem nos cafezais.

Ao escolher observar como se deu o processo de transformar a cidade do Rio de Janeiro, à época então capital federal, a uma “Paris dos trópicos”, deve-se ao fato que é nela que Conceição Evaristo decidiu ir viver aos 27 anos de idade, na década de 1970, e, portanto, nosso objetivo consiste não somente analisar e discutir o conto em questão, mas, sobretudo, o próprio processo de escrita, destacando seu contexto, suas subjetividades e marcadores sociais, que influenciam a produção literária⁵¹⁰.

A mudança suscitada que modificaria radicalmente a geografia espacial da principal cidade da nascente República, se deu com o propósito de tornar o Rio uma cidade espelho da capital francesa, ruas largas, ares límpidos, bondes e trens livres para trafegarem substituindo os antigos meios de transporte, conduzidos por animais. Era preciso passar a impressão que o atraso deu vez a inovação, a civilização, ao moderno, efeitos da Segunda Revolução Industrial, encabeçada pela Inglaterra.

Para isso, o governo do prefeito Pereiros Passos (1902-1906) iniciou um movimento que ficou conhecido como “bota-abaixo”, derrubando os cortiços, que ficavam no centro da urbe carioca, e abrigavam principalmente a população pobre, os negros, com mais exatidão. O principal ponto do Rio de Janeiro não podia ser ocupado por gente de cor, de cultura não europeia e tidos como preguiçosos e arruaceiros.

Assim nos diz Penna da Silva que

O homem empobrecido no Rio de Janeiro sempre foi segregado do direito de morar em determinados espaços da cidade, especialmente naqueles ditos nobres. No final do século XIX e início do século XX, houve o desmonte dos cortiços que ao tentar afastar os empobrecidos dos espaços nobres acabou potencializando a expansão de um novo tipo de agrupamento habitacional que vinha surgindo - as favelas, que passaram, também, a ser “perseguidas”, devido a razões mais variadas, durante todo o século XX (SOUSA, 2003, p. 48 *apud* PENNA DA SILVA, 2018, p. 52).

Seguindo o caminho das linhas de trens que conduziam os mais nobres sobrenomes da capital, para longe das vistas da sociedade, foram limpando e higienizando o espaço considerado sujo, feio esteticamente, mórbido, era para longe dali que os indesejáveis deveriam ir, subir os morros e ocupar novos tipos de moradias, as favelas, distante do poder público, Dalcastagnè endossa que nos livros de Literatura “[...] a segregação dos pobres nas grandes cidades, tirando-os das vistas e da paisagem das elites, nunca deixou de ser tolerada como uma espécie de limpeza urbana” (2012, p. 122) . Lá podiam exercer sua religião e crença, vivenciar sua cultura e praticar seu comércio.

É interessante pensar que a tática de removê-los dali, seria também um recado a ser dado, que o negro não estava no projeto de nação que começava a ser gestado, que seriam *personas non gratas*, algumas obras trazem essas representações como *Quarto de Despejo: Diários de uma favelada* de Carolina Maria de Jesus e *Becos de Memória* da própria Conceição Evaristo.

Enquanto um lado da cidade se verticalizava, do outro se horizontalizava,

arrisco fazer uma analogia, distante no tempo e no espaço, que os edifícios que abrigam os mais caros condomínios seria a casa grande, de onde lá do alto, observa-se desconfiadamente a senzala, vigiada, porém separada, apartada, os morros, esse mesmo morro que ficou excluído e guetizado, mora Dorvi, Bica, Idago, Dona Esterlinda. A periferia nasceu para invisibilizar os sujeitos expurgados para a margem dos grandes centros, é nas ruas tortuosas, íngremes, que foram habitar as quitandeiras, os vendedores, os engraxates, os pequenos comerciantes.

Os bairros no entorno da cidade ficaram taxados como lugar de pobreza, exclusão, miséria, fome e criminalidade, atualmente os órgãos governamentais tratam os imbróglis acima citados como se não tivessem sido produtos de suas ações, seja de modo intencional ao não integrar a cadeia econômica os ex-escravos, libertos à época da Lei Áurea (3353/88), e ao não considerá-los parte da teia social, abandonando-os a própria sorte, seja se omitindo em suas responsabilidades, e assim, indivíduo e lugar se confundem, espaço e personagem se imbricam, ao criar laços de identidade, sentimento de pertencimento.

Dalcastagnè nos conta que

[...] entendimento de que os espaços físicos refletem as hierarquias e que pobres e ricos ou mulheres e homens, por exemplo, têm acesso diferenciado a diferentes locais. Sendo assim, uma análise mais completa das múltiplas espacialidades contemporâneas no romance brasileiro exige uma compreensão das implicações dessas hierarquias na construção da subjetividades das personagens (2015, p. 87).

De certo modo, a literatura tomou de empréstimo ou ajudou a potencializar esse estereótipo de que o lugar do negro é um lugar de servidão, subserviência, obediência, o negro animalizado, exótico ou viril, odioso, vingativo e sanguinário em detrimento do homem branco, já a mulher mulata é objeto de desejo e hipersexualizada, a negra é suja, só convém para os afazeres domésticos, enquanto a branca é para casar. Quebrar as amarras dessas convenções, como galgar socialmente é alvo de olhares desajustados, incômodos, no entanto, Evaristo (2011) em *Olhos D'Água* ressalta essas personagens que mesmo estando fadadas a *diegeses* que cortam que nem “faca a laser”, expõe uma nação construída pelos afro-brasileiros com muita dor, mas também com muita luta e resistência.

Não existe problema ao visualizar um preto pobre, se fosse diferente, Rocha pontua que

Todos ou pelo menos quase todos nós conhecemos o frio no coração que dá quando vemos uma pessoa loira de olhos azuis catando lixo na rua. Tomamos um choque ético-estético. A equação o *bom* e o *belo* mostra-se desafiada enquanto dado natural. Temos aqui a chave de todas as experiências desconcertantes com o branco pobre e com o preto rico, com o *belo* que não é *bom* e com o *bom* que não é *belo* [grifos do autor] (2009, p. 371).

O bairro que habitamos, a casa que moramos, a roupa que usamos e o transporte que faz parte do nosso dia a dia, e principalmente, a cor da pele, o tipo de cabelo, a estética facial, determina o modo como seremos tratados ou submetidos socialmente, delimitar qual zona é de rico, qual é de pobre é de suma importância para que se conheçam os seus lugares na pirâmide geográfica e as fronteiras não sejam transgredidas. O racismo presentificado nas construções em cima dos morros, feitos de taipa ou papelão, ou mesmo no tijolo cru, com fiações ilegais expostas, é o preconceito marcado por uma instituição que se resignifica ao longo dos séculos, a escravidão.

A CARNE MAIS BARATA DO MERCADO/ É A CARNE NEGRA...

Potenciais vítimas e prováveis culpados seja lá do que for, caso estejam “na hora errada e no lugar errado”, o jovem negro tem 85,3% mais chance de ser morto que um branco, de acordo com o Fórum Brasileiro de Segurança Pública⁵¹¹. Já que não bastou expurgá-los visualmente, promove-se conscientemente, porém sob a premissa de ações planejadas mal sucedidas, o genocídio físico da juventude preta e pobre, adentrando as favelas com um arsenal de guerra em nome de um fantasioso combate as drogas e uma política pacificadora, e é nesse cenário de vulnerabilidade, onde a vida parece líquida escapando entre os dedos das mãos, que o combinado entre Dorvi e os meninos de “não morrer” foi feito.

Do latim *sonare*, sonata significa soar. No Classicismo, os nomes mais expressivos que compunham esse estilo era Mozart, Haydn e Beethoven, marcado pelo drama e intensidade nas músicas. Evaristo assemelha essas composições ao fundo musical do conto, quando

saraivada de balas, de instantes em instantes, retumbam no interior da casa, ameaçando a diversão da mãe de Bica e Idago. Dona Esterlinda levanta

⁵¹¹ Para saber mais sobre essa pesquisa, ver <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2015/05/07/jovem-negro-tem-25-vezes-mais-chance-de-ser-assassinado-do-que-branco.htm>

irritada e muda de canal de televisão. Lá fora, balas e balas, independente do desejo da mulher, executam continuamente a mesma e seca sonata (2015, p. 101).

É como se já fosse tão habitual esse acontecimento, que as balas eram músicas para os ouvidos daqueles moradores, não ia ser mais um conflito armado a atrapalhar a rotina de quem só desejava cumprir com sua programação de entretenimento. É no sobe e desce dos becos e cruzamentos das ladeiras que a vida se dá, no trabalho informal, do comércio lícito e ilícito, de quem na ausência do poder público, que deveria ser responsável por cuidar e olhar para as necessidades básicas daquelas pessoas, como água, comida, rede de esgoto e energia, que nasce o poder paralelo e organiza as comunidades com leis, regras, códigos de conduta, onde o proibido e o permitido é reinventado.

Impedidos de exercer seus direitos, enquanto membros de uma sociedade, a juventude que mora na periferia, vê a morte materializada cotidianamente, quando amigos de infância, colegas de escola, membros familiares tem suas vidas ceifadas na “flor da idade”, logo jovens e não morrer torna-se uma utopia.

Eu, Bica, sei um pouco do segredo. Um pouco do saber basta. O saber compromete, penso eu. Idago sabia, falou, dançou. Morreu. Feriu o código de honra, a palavra dada. A palavra que não se escreve, pois está escrita na palma e na alma de cada um. É preciso trazer sempre a mão aberta. O jogo é limpo. Traiu, caiu. Idago mereceu (2015, p. 102).

A literatura, durante muito tempo, foi produto de homens letrados que viviam cercado por uma biblioteca particular e estudaram nas melhores universidades do país e em Portugal, que ficcionalizavam a partir de sua existência, *A gente combinamos de não morrer* mostra o outro lado da História literária, a perspectiva dos “vencidos”, dos que estão “abaixo”, onde predomina a voz de mulheres negras que não deixam se abater com a situação de vulnerabilidade, em um contexto onde a cada dia vivo é um ato de subversão.

No morro não nomeado por Conceição Evaristo, falta vida e sobre morte, a água é escassa e a bala se dá em excesso, “ando sentindo dores nas pernas. Também! ‘Lata d’água na cabeça, lá vai Maria’. Sobe o morro, desce o morro e se cansa dessa dança” (EVARISTO, 2015, p.101). Para o povo negro, a vida e a morte constitui uma linha tênue, e que nem sempre está vivo significa viver, se não pode exercer sua liberdade, o direito de ir e vir sem ser olhado, notado e colocado como

suspeito.

Mesmo em um ambiente de dor, luto e morte, os desejos, as aspirações, os sonhos estão presentes, a vontade de ver a filha tendo outro tipo de vida, o sonho da mãe de ver uma de suas crias famosa, seja cantor ou ator, não importa, transpor o espaço de ocultamento, obter fama e sucesso é uma utopia, por isso a música, a dança são tão concorridas por gente de origem humilde, moradores dos morros. Evaristo (2015) faz uma leitura da realidade, quando tem a preocupação de demonstrar que existem trajetórias heterogêneas, desmascarando as narrativas apresentadas pela grande mídia e meios de comunicação oficial do governo, onde busca-se criminalizar sistematicamente esse lugar e quem nele vive.

A favela é um lugar onde as fases da vida tem outro andamento, a infância é pouco a pouco sendo tomada por responsabilidades, quando as crianças tem que ter a consciência de seus atos e ações, porquê o fio condutor da vida pode se partir a qualquer momento.

Nosso trato de vida virou às avessas. Morremos nós, apesar de que a gente combinamos de não morrer. A morte às vezes tem um gosto de gozo? Ou o gozo tem gosto de morte? Não esqueço o gozo vivido no perigo de meu primeiro mortal trabalho, na minha primeira vez. Um dia os homens subiram o morro. O combinado era o enfrentamento. Até então eu só tinha feito trabalho pequeno. Vigiar, passar o bagulho, empunhar armas nos becos, garantindo a proteção dos pontos na calada da noite. Naquele dia mandaram que eu fosse enfrentar também. Eu tinha treze anos. No meio do tiroteio, esporrei, gozei. Eu juro que não era de medo, foi de prazer. Uma alegria tomava conta de meu corpo inteiro. Senti quando meu pau cresceu ereto, firme, duro feito a arma que eu segurava nas mãos. Atirei, gozei, atirei, gozei, gozei... Gozei dor e alegria [...] (EVARISTO, 2015, p. 106).

Ser pobre e preto nunca foi tão perigoso. Relatar esse massacre étnico é extremamente válido nos dias atuais, quando nega-se a prática do racismo, mesmo havendo discriminação por cor e classe social ao concorrer a uma vaga de emprego ou mesmo ocupar uma posição de destaque em um meio elitista. Majoritariamente narrado por personagens negros em um espaço de interdição, a escritora negra apresenta as mazelas de um povo que só vê a presença do Estado quando o camburão sobe o morro e que tiveram historicamente negados a oportunidade de escolhas, sendo a vida e a morte uma imposição.

BRIGAR BRAVAMENTE POR RESPEITO/ BRIGAR POR JUSTIÇA E POR RESPEITO

Uma literatura pouco debatida dentro do ambiente universitário e desconhecida nas escolas primárias e secundárias de nosso país, Conceição Evaristo passa despercebida dentro de uma sociedade cujas relações de poder permanecem baseadas nas antigas estruturas patriarcais, machistas, misóginas e racistas. Como uma forma de dar vez e voz, a quem foi subalternizado na História e na Literatura, a escritora mineira insiste e persiste em um ato de reparação aos seus antepassados, menos por concessão, e mais por insistência e persistência.

Pensar que a situação de pobreza e miséria produz e oprime uma gama de pessoas que se veem encurralados em sua própria existência e lugar onde sobrevive, a criminalidade é apenas uma das consequências perversas. Dos noticiários que diariamente relatam o saldo de corpos tombados debaixo do plástico, parafraseando Elza Soares, por essa fantasmagórica política de combate às drogas, o que, na verdade, encobre o genocídio da juventude negra. A cidade, governada pelos grupos dominantes, imperativamente busca concluir o que foi iniciado na remoção dos cortiços, uma cidade limpa e branca.

Contrariando esses interesses, Conceição Evaristo expõe sem receio ou preocupação com palavras amenas esse extermínio. Disputando narrativas, a supramencionada autora, rompe com os discursos estereotipados. Uma mulher, negra e favelada escrevendo é resistir. Viver e denunciar é lutar, é nadar contra a corrente. Se lhes tiraram tudo, tiraram as casas, os empregos, saúde, água, direitos essenciais, que por fim, tiraram até o medo.

REFERÊNCIAS

DALCASTAGNÈ, Regina. **Literatura brasileira contemporânea: um território contestado**. Vinhedo: Editora Belo Horizonte, 2012.

DALCASTAGNÈ, Regina. **Para não ser trapo no mundo: as mulheres negras e a cidade na narrativa brasileira contemporânea**. Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea, n. 44, p. 289-302, jul./dez. 2014. Disponível em: <file:///C:/Users/Robson%20Resende/Downloads/Dialnet-ParaNaoSerTrapoNoMundo-4949466%20(1).pdf>. Acessado em: 19 de out. de 2019.

DALCASTAGNÈ, Regina. A cidade como uma escrita possível. In: Regina Dalcastagnè; Luciene Azevedo (Org.). Espaços possíveis na literatura brasileira contemporânea. 1ed. Porto Alegre: Zouk, 2015, v. 1, p. 85-100.

EVARISTO, Conceição. **Olhos d'água**. Rio de Janeiro: Pallas: Fundação Biblioteca Nacional, 2015.

FROZ, Sarah Silva; SANTOS, Silvana Maria Pantoja dos. **Espaços de exclusão e memória em narrativas de Conceição Evaristo e Carolina Maria de Jesus**. Revista de Estudos Literários Terra Roxa e Outras Terras. Volume 35 (jun. 2018). Disponível em:<<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/terraroja>>. Acessado em: 19 de out. de 2019.

JÚNIOR, Arnaldo Franco. Operadores de leitura da narrativa. In: BONNICI, Thomas; ZOLIN, Lucia Osana (Org.). **Teoria literária: abordagens históricas e tendências contemporâneas**. Maringá: EDUEM, 2009, p. 33-58.

PENNA DA SILVA, Marcelo. **O processo de urbanização carioca na 1ª República do Brasil no século XX: uma análise do processo de segregação social**. Estação Científica (UNIFAP), v. 8, p. 47-56, 2018. Disponível em:<<https://periodicos.unifap.br/index.php/estacao/article/view/3489>>. Acessado em: 19 de out. de 2019.

PEREIRA, Rodrigo da Rosa. **A periferia em Conceição Evaristo e Esmeralda Ribeiro: questões de gênero, raça e classe**. Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea. Volume 49 (Brasília: Setembro/Dezembro 2016), p. 33-50. Disponível em:<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2316-40182016000300033>. Acessado em: 19 de out. de 2019.

QUEIROZ, Ana Maria Martins. **Geo-grafias insurgentes: corpo e espaço nos romances Ponciá Vicêncio e Becos da memória de Conceição Evaristo**. Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Goiás: Goiânia, 2017. Disponível em:<<https://repositorio.bc.ufg.br/tede/bitstream/tede/7518/5/Tese%20-%20Ana%20Maria%20Martins%20Queiroz%20-%202017.pdf>>. Acessado em: 19 de out. de 2019.

SOUZA, Jessé. **Ralé brasileira: quem é e como vive**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009. Disponível em:<<http://flacso.redelivre.org.br/files/2014/10/1143.pdf>>. Acessado em: 19 de out. de 2019.

**BEZERRA DE MENEZES: REPRESENTAÇÕES E QUESTÕES ABOLICIONISTAS
ATRAVÉS DAS OBRAS *O EVANGELHO DO FUTURO* E *A PÉROLA NEGRA*
(1880-1900)**

Flávio Luan Freire Lemos

Licenciado em História, mestrando PPGCIHS-UERN

uluanfreire@gmail.com

André Victor Cavalcanti Seal da Cunha (Orientador)

Doutor em História pela UFC, professor DHI/UERN, coordenador do PROFHISTÓRIA – UERN

andrevseal@gmail.com

INTRODUÇÃO

A História do Espiritismo no Brasil, sobretudo no que diz respeito a formação da Federação Espírita Brasileira-FEB, tem o Adolpho Bezerra de Menezes como figura central do processo de estudos e conversão do Kardecismo para o âmbito religioso. Vertente predominante na contemporaneidade em desfavor das interpretações científicas pregadas, nas últimas décadas do século XIX, por grupos como a União Espírita de Propaganda no Brasil-UEPB.

Bezerra possui uma trajetória bastante interessante, indo dos sertões cearenses, onde nasceu, com passagens pelas serras norte-rio-grandenses até atingir popularidade entre os munícipes da corte imperial brasileira, seja através dos elogios ou críticas incisivas, principalmente no âmbito de sua vida política. Com formação em medicina, as representações que chegam na contemporaneidade giram em torno de sua benevolência no exercício da profissão, o “médico dos pobres” é comumente aplicado para resumir sua vida, publicadas em biografias – como *Bezerra de Menezes: o médico dos pobres* (1941), do Francisco Acquarone, *Vida e obra de Bezerra de Menezes* (1978), do Sylvio Soares, para citar alguns títulos – ou os inúmeros textos *online*, principalmente de teor espírita.

A princípio, entendemos aqui a categoria das representações enquanto “[...] exibição de uma presença, como apresentação pública de algo ou de alguém” (CHARTIER, 1988, p.20), pelo qual nosso sujeito histórico, Bezerra de Menezes, por meio da literatura romanesca, desenvolveu narrativas imersas nas conjunturas e dinâmicas sociais vivenciadas em seu passado ou no tempo da escrita. No caso

específico desta pesquisa, estamos interessados na sua mobilização intelectual para representar os escravizados e as questões abolicionistas postas em seu tempo, através dos personagens e diálogos construídos com leitores.

É importante ressaltar que a temática “abolicionismo e Espiritismo”, no âmbito da corte imperial, foi analisada no trabalho dissertativo do Daniel Valle (2010). Na pesquisa, o historiador aponta para os posicionamentos no âmbito da imprensa doutrinária, como *Reformador*, enquanto reproduções, em parte, das convicções e direcionamentos do Antonio da Silva Neto, Adolpho Bezerra de Menezes e Francisco Leite de Bittencourt Sampaio, defendidos pelos mesmos antes da conversão ao Espiritismo. Essas convicções, reverberadas pela imprensa espírita, tinham por intuito fornecer “[...] subsídios suficientes para a compreensão dos malefícios da escravidão, apontando as funestas consequências dessa instituição para a sociedade brasileira e para o futuro da nação” (2010, p.162), tornando-se um posicionamento institucional do grupo fundador da FEB.

Como agente integrante da propaganda espírita no Rio de Janeiro, Bezerra de Menezes publicou, para além dos textos doutrinários, diversos romances em formato de folhetins no periódico *Reformador*. Essas produções ainda não foram alvos de um debate acadêmico mais profundo. Portanto, nos propomos a seguir a enveredar por suas pautas abolicionistas em dois de seus romances: *O Evangelho do Futuro* e *A Pérola Negra*, publicadas enquanto folhetins entre 1905 e 1911, após sua morte em 1900, republicadas no formato de livro entre os anos de 2010 e 2011, respeitando a publicação original, inclusive o número de capítulos.

Neste exercício teórico, pretendemos traçar um paralelo entre suas pautas defendidas nos parlamentos, seja enquanto vereador na corte imperial ou deputado pelo Rio de Janeiro, entre as décadas de 60 e 80 do século XIX, e revisitadas para construção das representações sobre escravizados e o acerca do processo abolicionista.

BEZERRA DE MENEZES: ABOLICIONISMO E ESPIRITISMO

De família abastada, Bezerra nasceu e cresceu em meio aos conflitos políticos de sua família na província do Ceará. Após concluir os estudos no Liceu de Fortaleza,

desembarcou na cidade do Rio de Janeiro, em 1851, com objetivo de cursar a faculdade de medicina, concluída em 1856. Para além do exercício da medicina, em instituições civis e no exército, ingressou na política imperial como vereador da corte no ano de 1860, pelo Partido Liberal, vertente política cuja relações são longínquas, devido a sua família, como apontou o historiador Marcos Marques (2015, p.25).

A partir do exercício político na Câmara Municipal da corte, chegando a exercer a presidência em alguns momentos, Bezerra de Menezes conquistou bastante visibilidade. Importante destacar que, para além do exercício da medicina e política, ingressou em associações científicas, no ramo empresarial e ocupou diversas posições em periódicos cariocas. Como deputado geral, pelo Rio de Janeiro, exerceu mandato entre 1867 a 1885, contando apenas com uma pausa entre os anos de 1870 a 1878. Trouxe para a tribuna diversas pautas, como a da saúde pública, explorada no trabalho dissertativo do Marcos Marques (2015), e abolicionista.

Como sujeito cada vez mais importante dentro do Partido Liberal carioca, em seu primeiro discurso Bezerra, enquanto deputado em junho de 1867, compreende a política como “religião da pátria”, defendendo a liberdade como direito absoluto da criação divina, se posicionando contra políticas de centralização do império. Apresentou a soma entre “desenvolvimento material e aperfeiçoamento moral” como fórmula para o progresso da nação (MENEZES, 1986, p.40), elementos que estiveram presentes em seus textos políticos nos periódicos, mas também perceptíveis em sua escrita romanesca.

No âmbito dos debates acerca do processo abolicionista, Bezerra de Menezes, assim como o Partido Liberal, posicionou-se bastante combativo contra a escravização. Em 1870, tornou-se redator do periódico liberal e abolicionista *Sentinela da Liberdade*, publicando artigos como também a integra do seu opúsculo “*A escravidão no Brasil e as medidas que convém tomar para extingui-la sem dano para a nação*”, também impresso e distribuído gratuitamente em 1869. No projeto, Bezerra condena a escravização sob o ponto de vista religioso como também pela civilização do século XIX, apresentando medidas de abolição gradual por meio do aperfeiçoamento moral e material dos descendentes dos escravizados, que deveriam ser retirados da presença de seus pais, enclausurados em “Casas de Criação”. Isso era necessário para os proteger da “degeneração moral” a qual encontravam-se seus

parentes, estes, sem chances de socialização e exercício da cidadania (MENEZES, 2009, 62-71).

De volta a tribuna do legislativo municipal e nacional, Bezerra usou-a para continuar os debates sobre abolição. Como presidente da câmara municipal, participou da junta de classificação do fundo de emancipação municipal (*O Apóstolo*, 17 dezembro de 1890, p.02), libertando escravizados da capital imperial. Seus discursos, como deputado, eram combativos e de denúncia. Por exemplo, em junho de 1885 utilizou-se da tribuna para denunciar a agressão e prisão do abolicionista e comendador Carlos de Lacerda, também proprietário e redator do periódico *Vinte e Cinco de Março*.

Luiz Carlos de Lacerda, delegado da cidade de Campos, foi preso por suposto furto de escravizados. Na tribuna do legislativo nacional, Bezerra enfatizou a violência dos fazendeiros naquela cidade para com os cativos, como também a intolerância para com os abolicionistas, evidenciando que as autoridades públicas não “[...] têm reprimido os abusos dos senhores de escravos, e pede-se, entretanto, que se castiguem severamente os excessos produzidos pela justa indignação de alguns abolicionistas” (MENEZES, 1986, p.270). Apontou a impunidade dos “senhores bárbaros” e a influência dos mesmos na perseguição institucional contra os abolicionistas e simpatizantes da causa.

Assim sendo, observamos, de modo geral, sua trajetória política em favor das questões abolicionistas, inserido nos debates e projetos de liberdade para com os escravizados. Apesar de assumir o Espiritismo publicamente apenas em 1886, Bezerra entrou em contato com os escritos do Allan Kardec no início daquela década, frequentando grupos e adotando tratamentos homeopáticos de médiuns receitistas. Aderiu ao Kardecismo em um momento de ceticismo dos dogmas católicos (*Reformador*, 15 de jul. 1892, p. 02). Segundo Marcos Marques, Bezerra de Menezes atuou, inclusive, no jornal espírita *Reformador*, fundado em 1883, através do pseudônimo “A.M.” (2015, p.163), antes da conversão pública.

No mesmo periódico, nosso romancista esteve à frente de diversos artigos doutrinários, mas também combativo para com outras vertentes interpretacionistas do Kardecismo, como os grupos cientificistas. Atuou ainda nos embates com representantes da Igreja Católica, que condenava as práticas dos grupos espíritas,

principalmente nos primeiros anos da república. No âmbito das questões abolicionistas, o periódico trouxe posicionamentos eventuais, sobretudo a partir do ano de 1884. Em texto de autoria do pseudônimo “Sédora”, prega uma abolição material e moral (*Reformador*, 15 de nov. 1894, p.03), preceitos comuns entre os abolicionistas, inclusive do Bezerra. Os romances escritos por nosso romancista fizeram parte das publicações do periódico, com objetivo doutrinário, que ganhou também aspectos de crítica política pela pena do Bezerra de Menezes.

A PAUTA ABOLICIONISTA NOS ROMANCES DOUTRINÁRIOS

Bezerra de Menezes, através do pseudônimo Max, possui diversos romances publicados nas folhas do *Reformador*, são eles; *Os Carneiros de Panúrgio*, *Lázaro o Leproso*, o inacabado *Casamento e Mortalha*, *A Casa Mal Assombrada*, *A Pérola Negra* e *O Evangelho do Futuro*. Interessante notar que alguns possuem por cenário as cidades e sertões da região norte do país, principalmente o Nordeste. A temática abolicionista está muito presente nos dois romances elencado para as nossas análises nesta comunicação. Localizamos o tempo de escrita nas décadas de 80 e 90 do século XIX, apesar da característica do autor em não identificar o tempo histórico dos acontecimentos criados, utilizando-se de reticências, “18...”, para situar os leitores na temporalidade. Todavia, o desfecho dos romances cita-se fatos históricos, como abolição dos escravizados no Ceará, em 1884, assim como o 13 de maio de 1888.

Ambos os romances partem de lugares da infância do romancista, a Fazenda Santa Bárbara e a Vila da Maioridade, interior do Ceará e Rio Grande do Norte respectivamente. As obras possuem apontamentos biográficos bastante contundentes, assim como os personagens. Como já mencionamos anteriormente, a produção romanesca do Bezerra de Menezes apresenta diversas entradas para estudos ainda não engatados. No que diz respeito ao nosso objetivo, a temática abolicionista está marcada de maneira muito forte nos dois escritos, mas de maneira mais evidente no título *A Pérola Negra*, onde o nome por si mesmo faz referência a uma personagem negra, escravizada, chamada Honorina. Ela se destaca em meio ao “esterquilínio” dos escravizados da fazenda onde reside (MENEZES, 2011a, p.49), por ter um “espírito refratário”, não entregue a degeneração, algo apontado como inato. As questões materiais e morais são introduzidas ao leitor na tentativa de conceituar a

existência da escravização e da natureza dos escravizados. A educação seria a chave para a transformação, ela que:

[...] vale tudo para o andamento moral e intelectual dos espíritos, e é por isso que os míseros escravos, a quem ninguém se cansa a ensinar, quanto mais a educar, nascem, vivem e morrem sem compreender nem sentir senão o que compreendem e sentem os animais (MENEZES, 2011, p.24).

Para explicar o comportamento diferenciado da Honorina, Bezerra recorre a dicotomia entre os preceitos católicos e espíritas, estratégia doutrinária comum em ambos os romances. Para ele, a Igreja romana não oferecia uma explicação para a “evolução” do espírito da personagem, imune ao “vírus da corrupção em que vivia mergulhada” (*Ibidem*, p.29-30), problemáticas inseridas para minar a teologia católica, marcando o contexto histórico das disputas entre lideranças católicas e grupos espíritas nas duas últimas décadas do século XIX, perceptíveis nos primeiros anos da *jornal Reformador*.

Por outra perspectiva, se Honorina é representada como uma escravizada que nutre uma compaixão por seus compradores, principalmente Nhazinha, a senzala, e seus respectivos moradores, possui o personagem Rafael como representante do “espírito materializado e atrasado”. Aliás, o triângulo amoroso entre Honorina, Rafael e Jacó compreendem uma escala evolutiva, o último, apesar de estar mergulhado na “degeneração”, não havia se “envenenado completamente” (*Ibidem*, p.92). O exercício de hierarquização pela cor dos personagens marca o uso das teorias do darwinismo social, teoria das raças que desembarca no Brasil na transição para o século XX, como aponta a historiadora Lilia Schwarcz (1993). Para Bezerra, em um dos muitos diálogos diretos com o leitor do romance, “a superioridade de uma raça sobre outras não pode ser explicada senão pelo modo como já o fizemos: pelo grau mais elevado da cultura intelectual e moral de seu espírito”, subdivide a espécie humana em quatro, habitando regiões diferentes: África, com povos atrasados, América em um grau mais adiantado, seguido de Ásia e Europa, em linha hierárquica de desenvolvimento (MENEZES, 2011a, p.345).

Bezerra se apropria do darwinismo social e da doutrina espírita para condicionar o comportamento dos personagens das tramas desenvolvidas nos romances. Apesar que, no *Evangelho do Futuro*, o Kardecismo predomine mais, pelo forte teor doutrinário, na hierarquização dos personagens. O estágio evolutivo dos

espíritos rege seus comportamentos ao longo da narrativa. Em *A Pérola Negra*, a escravização é situada como condição de expiação da alma, por meio do “sofrimento e humildade”, inibidoras de “subir ao mundo dos felizes” (MENEZES, 2011a, p.56), ou seja, um estágio evolutivo dos espíritos que haviam cometido erros graves em outras reencarnações. Assim sendo, Bezerra apresenta um posicionamento doutrinário dos intelectuais espíritas naquele momento histórico de sua escrita, a qual fazia parte, como aponta Daniel Valle, ao relacionar “[...] um problema social – a escravidão – a um problema moral: os homens ainda se encontravam apegados à matéria” (2010, p.130). As relações materialistas na sociedade é um elemento de contundentes condenações, sobretudo para tecer críticas a igreja romana.

Especificamente no *O Evangelho do Futuro*, Bezerra acrescenta a narrativa elementos do seu opúsculo publicado em 1869 – *A escravidão no Brasil e as medidas que convém tomar para extingui-la sem danos para a nação*. Para o romancista, o Estado brasileiro deveria complementar a Lei do Ventre Livre, de 1871, com mecanismo de inserção dos libertos na sociedade, retirando-os imediatamente da convivência dos seus familiares cativos:

De que serve libertar da escravidão material, deixando vigorante a escravidão moral? A nova lei, para ser sábia e completa, devia prover à criação e educação dos ingênuos, fora do seio paterno, pois que aí não aprenderão senão o que lhes dana a alma e os torna perniciosos cidadãos, quando forem homens. Criados e educados fora daquela atmosfera contaminada, os inocentes filhos da raça negra terão a alma isenta das impurezas paternas e tornar-se-ão prestimosos esteios da sociedade. E, pois que o Estado desprezou esta humanitária e civilizadora providência, única eficaz para tirar linfa pura e cristalina da cabeça de um cão podre, tomemo-la nós, neste desconhecido recanto, graças à filantropia do grande coração, que todos admiramos, e cuja memória ensinaremos às crianças negras a bendizer (MENEZES, 2011b, p.324-325).

A filantropia no contexto do romance foi a criação de um orfanato, ou asilo de ingênuos, pelo personagem Raimundo, enquanto mecanismo de reparação de seus erros. E mais uma vez há entrecruzamento de elementos Kardecista e de suas concepções políticas. Curiosamente, essa instituição é criada na fazenda Santa Bárbara, no Riacho de Sangue, local onde nasceu e passou os primeiros anos de sua vida. Apontando assim, elementos autobiográficos na sua escrita.

O “asilo de ingênuos”, tinha por função oferecer uma educação moral aos filhos dos escravizados beneficiados com a lei de 1871, esquecidos pelos “magnânimos autores da lei”. Os “anjinhos”, como se refere Bezerra a essas crianças, estavam condenados a uma “perdição paterna” se continuassem a viver mergulhados

nos “[...] sentimentos e práticas depravadas da senzala” (*Ibidem*, p.327), local onde Honorina, em *A Pérola Negra*, conseguiu desviar-se e, portanto, não se “contaminou”.

Importante ressaltar que o abolicionismo do Bezerra de Menezes é caracterizado, segundo seu opúsculo, mas também suas colocações nos romances, por um processo lento e gradual. Apesar de compreender que os escravizados são humanos, possuem alma, as suas vivências e práticas os condenavam a uma degeneração irreversível. Ou seja, não havia mais solução para essa população escravizada inserir-se na sociedade brasileira:

Era a melhor e mais grata ocupação do bom povo cuidar do presente e preparar o futuro dos filhos da raça negra, considerando sua obra mais humanitária e civilizadora do que a dos poderes públicos em dar liberdade aos cativos, deixando-os abandonados, no meio da sociedade, que os repele por causa de seus vícios originais – e é por eles repelida, pelos próprios instintos ferozes (*Ibidem*, p.330).

Portanto, podemos apontar a recusa do Bezerra de Menezes contra mecanismo de libertação irrestrita dos escravizados pelos processos de exclusão que geraria. A animalização, processo desumanizador, era adquirido em meio ao tratamento dado pelos “[...] bárbaros senhores, que criam escravos como criam cães, não se lembrando de que eles têm uma alma – e só vendo neles máquinas de fazer fortuna!”. Estes senhores não estariam condenados se reparassem seus erros através da caridade, seguindo o exemplo da população de Riacho de Sangue, no romance, ao aplicar a ideia “[...] do cérebro de um obscuro brasileiro, autor de um opúsculo que escreveu em aditamento à Lei do Ventre Livre” – ou seja, ele mesmo. Cidadãos estes que “[...] orgulhava-se de haver feito, em bem da sociedade e da Humanidade, o que não fizeram os governos do Brasil e do mundo, onde houve escravos!” (*Ibidem*, p. 326-327).

Enquanto no *Evangelho do Futuro* os personagens, ao final do romance, celebram os frutos colhidos com a formatura de 27 almas “educadas nos princípios da honra e do dever”, após passarem pelo “asilo de ingênuos” (*Ibidem*, p.467), em *A Pérola Negra*, celebra-se a plena abolição. Nos capítulos finais do folhetim, o romancista dedica-se a apresentar a trajetória para a Lei Áurea. Homenageia parlamentares cearenses, como Pedro Pereira da Silva Guimarães, como também a província do Ceará, que libertou seus escravizados em março de 1884. Esses fatos históricos são envoltos na narrativa romanesca como a realização, por Nhazinha e seu marido, do último pedido de Honorina antes do seu sacrifício: “[...] pediu-me, em

testemunho de minha afeição, que empregasse toda a minha vida no trabalho da remissão dos cativos, prometendo-me assistir-me nesse grande empenho” (MENEZES, 2011a, P.370).

Logo, ambos os romances possuem uma abordagem do abolicionismo compreendendo concepções políticas, e por isso a rememoração do seu opúsculo publicado em 1869, como também das concepções advindas dos escritos Kardecistas, posicionamentos refletidos pelos grupos espíritas, como demostramos ao dialogarmos com o historiador Daniel Valle. Bezerra em sua escrita não se ateve apenas na divulgação da doutrina espírita, mas também apresentou concepções e dinâmicas sociais do seu tempo, como o debate acerca dos escravizados e o processo de libertação.

CONCLUSÃO

Bezerra de Menezes, portanto, em seus romances com teor abolicionista representou a “natureza” dos escravizados por meio de uma degeneração irreversível dos vivos, mas apresentou uma recuperação possível, pela educação, dos nascidos, se retirados da tutela dos seus pais. Demonstrou isso por meio dos personagens e suas dinâmicas nas tramas desenvolvidas. Mesclou elementos de teorias seculares, como darwinismo social, com o Kardecismo, situando a escravização no âmbito da recuperação dos espíritos igualmente degenerados. Para solucionar o problema, revisitou sua produção política, o opúsculo, para concretizar nos romances, por meio da sua produção *imaginética*, algo proposto anteriormente, realizando uma crítica as decisões tomadas pelo governo imperial. Portanto, compreendemos a continuidade das suas pautas políticas do período enquanto parlamentar nos folhetins publicados no periódico espírita, colaborando nas discussões e proposições. Seu abolicionismo caracteriza-se na ênfase da incapacidade dos escravizados em exercer a plena cidadania, compreendendo a liberdade como elemento restrito a seus descendentes, colaborando assim com os processos desumanizantes comuns ao período histórico e, de certa forma, na contemporaneidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CHARTIER, Roger. *A história cultural entre práticas e representações*. Trad. de Maria Manuela Galhardo. Lisboa: Difusão Editora, 1988, 244 p.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- MARQUES, Marcos Moreira. *Cura do corpo, da cidade e da alma: Medicina, política e espiritismo na trajetória de Adolfo Bezerra de Menezes*. 2015. 241 f. *Dissertação* (Mestrado em História) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.
- VALLE, Daniel Simões do. *Intelectuais, Espíritas e Abolição da Escravidão: os projetos de reforma na imprensa espírita (1867-1888)*. Niterói, 2010. 193 f. *Dissertação* (Mestrado) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense. Disponível em: <www.historia.uff.br/stricto/td/1407.pdf> Acesso em: 25 de jul. 2017.

FONTES

- MENEZES, Adolfo Bezerra de. *A pérola Negra: Bezerra de Menezes sob o pseudônimo Max*. Rio de Janeiro: Federação Espírita Brasileira, 2011a.
- _____. *Bezerra de Menezes, o abolicionista do Império: a escravidão no Brasil e as medidas que convém tomar para extingui-la sem dano para a nação*. 1 ed. Rio de Janeiro: F.V. Lorenz, 2009.
- _____. *Discursos parlamentares – Bezerra de Menezes*; seleção e introdução do Deputado Freitas Nobre. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 1986.
- _____. *O Evangelho do Futuro: Bezerra de Menezes sob o pseudônimo Max*. 2ª reimpressão. Rio de Janeiro: Federação Espírita Brasileira, 2011b.
- *O Apóstolo*, 17 dezembro de 1890, p.02. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/docreader/343951/6986>>. Acesso em 01 de abril de 2020.
- *Reformador*, 15 de julho 1892, p. 02.
- SÉDORA. *Reformador*, 15 de novembro 1894, p.03

SIMPÓSIO TEMÁTICO 12

Gênero, feminismos e sexualidades

Coordenadores

Prof.^a Dr.^a Juliane Vargas Welter – UFRN

Prof.^a Dr.^a Larissa Jacheta Riberti – UFRN

Proposta do Simpósio Temático

Pensar as questões que envolvem a desigualdade de gênero, a violência contra as diferentes sexualidades e os papéis sociais atribuídos a mulheres e homens ainda se faz necessário no Brasil do século XXI. Numa sociedade que apresenta altos níveis de desigualdade social, política e econômica motivadas pelo sexismo e a homofobia, a crítica direcionada as discussões de gênero em suas mais diferentes vertentes teóricas é caminho fundamental para desconstruirmos práticas e discursos excludentes. Também se torna essencial o debate de estratégias para inserirmos na análise da história e do presente, os grupos sociais marginalizados e as minorias silenciadas pelas narrativas hegemônicas. Não menos fundamental é o debate dentro do campo literário, que refletiu e reflete uma série de desigualdades e violências do campo social. Nesse sentido, este Simpósio Temático busca reunir trabalhos que apresentem discussões sobre o papel de tais grupos, excluídos, subalternos e explorados, que desconstruam visões oficiais ou dominantes sobre o passado e o presente. As possibilidades de abordagem desse ST envolvem estudos sobre os feminismos, homossexualidades, interseccionalidades, movimentos sociais, masculinidades, relações e violências de gênero, divisão sexual do trabalho, teoria queer, educação, políticas públicas, dentre outros que tocam a diversidade das relações de gênero e LGBTQ+ nos sertões, Brasil e mundo. Como proposta, o ST pretende recepcionar estudos que envolvam tanto debates historiográficos sobre os temas diversos como também estudos que tenham como centro o texto literário. Ademais, espera-se também a participação de trabalhos de outros campos disciplinares, bem como das mais diversas perspectivas teóricas que dialoguem com gênero, com o objetivo fundamental de promover a troca de saberes e fortalecer as consciências sobre o necessário combate as violências e as desigualdades.

As mulheres nos periódicos norte-rio grandenses entre 1870-1880

Talita Alves da Cruz⁵¹²

talitacruz@ufrn.edu.br

RESUMO

A imprensa nasce no Brasil com o advento da chegada da corte portuguesa, em 1808, tendo o Rio de Janeiro como sua sede. Durante a segunda metade do século XIX os jornais periódicos se constituíram em um importante meio para propagação das ideias acerca dos diversos assuntos que circulavam na sociedade. Nesse momento, o comportamento da mulher era um dos assuntos que atraía o interesse de integrantes de grupos da intelectualidade potiguar. O presente trabalho tem como objetivo identificar o lugar que as mulheres ocupavam em periódicos que circulavam no Rio Grande do Norte entre (1870-1880). Quando nos referimos “lugar que as mulheres ocupavam em periódicos”, estamos nos reportamos ao espaço que elas ocupavam enquanto conteúdos e temáticas abordados por esses jornais, uma vez que elas não participavam como autoras dos textos. Tomamos como corpus da análise os periódicos O Íris, Brado Conservador, A Luz, Correio do Assú e A Ideia. Esses jornais estão disponíveis no portal de periódicos nacional da Fundação Biblioteca Nacional (Hemeroteca Digital Brasileira). Percebemos nas fontes analisadas diferentes discursos em relação às construções do feminino e às relações sociais vigentes no século XIX. No caso do Brado Conservador, indica-se às suas leitoras os comportamentos considerados aceitáveis para conseguir um bom casamento, como o título Método para caçar Maridos. Outro exemplo é o periódico bi-mensal O Íris, que apresentava o forte discurso favorável à emancipação feminina, expressava o lema: o gênio não tem sexo. Abordar o gênero feminino como objeto de estudo historiográfico é uma preocupação recente, apenas com a terceira geração da Escola dos Annales as mulheres surgem como objeto de estudo dos historiadores. Com o movimento feminista na década de 1960, o interesse em escrever sobre o gênero feminino tornou-se preponderante, expandindo os limites da história. A historiografia auxiliou na construção de múltiplas identidades do gênero feminino, quebrando com

⁵¹² Graduanda em História pela UFRN/Natal. Membro do Maat – Núcleo de Estudo de História Antiga e bolsista voluntária de Iniciação Científica.

as concepções da mulher como vítimas e passivas, principalmente com escritos de historiadoras.

Palavras-chave: Mulher. Imprensa. Historiografia.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O presente trabalho tem como objetivo compreender como as mulheres eram abordadas em alguns periódicos que circulavam no Rio Grande do Norte entre 1870-1880. Os periódicos além servirem de entretenimento, também divulgaram sarau, serenatas e fundações de grêmios literários. O que possibilitou a propagação das ideias dos intelectuais potiguares. Nesse cenário é importante buscar compreender a participação da mulher como sujeito relevante no tocante do fazer impressa da época. Além de discutir como esses periódicos se posicionavam em relação às práticas sociais as quais as mulheres deveriam adotar no tocante ao comportamento em relação ao seu papel na sociedade da época.

A imprensa nasce no Brasil com o advento da chegada da corte portuguesa, em 1808, tendo o Rio de Janeiro como sua sede. No ano de 1822, após a Independência, a imprensa se tornou um importante meio para propagação de diferentes convicções tais como lutas políticas, intensas críticas ao governo, a abolição da escravatura. também, nesse momento surge e as primeiras reivindicações de maior representatividade do sexo feminino na sociedade. Os primeiros jornais direcionados ao público feminino no Brasil foram: O Espelho Diamantino (1827), o Correio das Moças (1839), ambos na cidade do Rio de Janeiro. Mas não se limita a capital da época, em 1831 O Espelho das Brasileiras já circulava em Recife. No caso do Rio Grande do Norte, a partir dos periódicos analisados para elaboração deste trabalho, foi possível perceber diferentes discursos em relação às construções do feminino e às relações sociais vigentes no século XIX, desde aqueles considerados progressistas até os conservadores.

Mas antes é necessário que se compreenda quem eram as mulheres referidas nos jornais, a que classe e etnia pertenciam? Como era a situação da mulher no fim

do século XIX? As mulheres viviam em estruturas majoritariamente criadas por homens, para homens, isso a submetia a uma série de empecilhos e limitações. Uma delas é a educação, pois mesmo as mulheres das altas camadas sociais não eram majoritariamente letradas, o que dificulta o acesso a fontes escritas por estas. As burguesas estavam menos expostas aos olhares masculinos que as mulheres pobres, pois passavam boa parte do tempo reclusas em casa. O que não pode limitar nosso olhar a uma perspectiva uniforme e homogênea, pois além da classe social e etnia, elementos como região onde vive e meio (urbano ou rural), são fatores fundamentais.

Ainda nesse período surgem as primeiras reivindicações pelo sufrágio feminino, apenas para mulheres brancas, até pelo fato do movimento feminista ter se solidificado, em seus primórdios, sob bases racistas e classistas. De acordo com Angela Davis, em *Mulheres, raça e classe*: “Embora pelo menos um homem negro tenha participado das conferências de Seneca Falls⁵¹³, não havia uma única mulher negra na audiência. Nem os documentos da convenção fazem qualquer referência às mulheres negras.” (p. 70, 2016). De qualquer forma, essa reivindicação lhes foi negada naquele momento. Na Europa, as mulheres começavam a ter suas opiniões mencionadas nos jornais e até a participar das redações.

A HISTÓRIA DAS MULHERES COMO FONTE HISTÓRICA NOS PERIÓDICOS

A ciência da História não tratava das mulheres de forma tão significativa até a terceira geração da Escola dos Annales, na França. Esta não abordou propriamente sobre a história das mulheres, mas com mudanças no fazer da escrita da história, tratou de questões buscando novas abordagens e objetos. Nisso, outras áreas como a Sociologia, a Psicologia, Antropologia e a Literatura atuaram de forma interdisciplinar acarretando em uma abordagem histórica que fosse mais além das fronteiras historiográficas. Ainda nessa geração, há pela primeira vez a inclusão de mulheres, como Christiane Klapisch, Michelle Perrot e Arlette Farge. A extensão das fronteiras da História permitiram a incorporação de novos temas, das sensibilidades, como o corpo, a infância e o sonho.

⁵¹³ A convenção de Seneca Falls ocorreu em 1848, teve como proposta reivindicar os direitos das mulheres.

A presença feminina nos periódicos se fortaleceu na Europa na segunda metade do século XIX, como o English womans Journal, fundado em 1859 e ligado a associações como a Sociedade para a Promoção do Emprego da Mulher. Estas de extrema importância para a organização feminina em busca de resolver suas questões sociais. Ainda sim, havia periódicos direcionado às causas feministas escritos por homens, no entanto, isso foi se tornando menos comum, a medida que mulheres foram assumindo os postos de jornalistas.

AS MULHERES NAS FOLHAS DOS PERIÓDICOS

Para a elaboração deste trabalho foram utilizados como fontes de análise jornais do Rio Grande do Norte entre os anos de 1870-1880. É importante salientar que alguns dos periódicos extrapolam o ano de 1880, mas no recorte selecionado não será contemplado esses anos sobressalentes. Pois não teríamos espaço para a quantidade de material analisado. Como metodologia será utilizado a abordagem quantitativa e principalmente qualitativa das fontes. Todas estas foram extraídas do site da Hemeroteca Digital, na aba de busca de palavras, foi pesquisada as menções a palavra “mulher”. Como consta no quadro 1.

Quadro 1: Periódicos⁵¹⁴ nos quais aparecem a palavra “mulher”

Nome do ⁵¹⁵periódico	Ano	Cidade	Nº de citações dos termos “mulher”:
A Ideia	1880	Natal	3
A Luz	1873	Natal	12

⁵¹⁴ Optou-se por não incluir os subtítulos dos periódicos para que o quadro não ficasse muito extenso.

⁵¹⁵ Aqui estão a nomenclatura completa dos periódicos que não serão analisados ao longo do texto: Correio do Natal: Periodico Politico, Moral e Noticioso; Echo Miguelino: Litterario, Philosophico e Instructivo; O Assuense: Periodico Politico, Moral e Noticioso; O Conservador: Jornal politico e noticioso; O Conservador: Jornal Politico e Noticioso e o Liberal.

Brado Conservador	1876- 1880	Assú	48
Correio do Assú	1874	Assú	5
Correio do Natal	1878-1880	Natal	23
Echo Miguelino	1874	Natal	5
O Assuense	1870-1880	Assú	4
O Conservador	1871-1880	Natal	1
O Iris	1875-1876	Natal	5
O Liberal	1875-1880	Natal	12

Fonte: Quadro elaborado pela autora com base e pesquisas na Hemeroteca Digital.

Vemos nesse quadro que o Bravo Conservador é o periódico que concentra maior quantidade de citações da palavra “mulher”, provavelmente pelo seu tempo de vigência, 1876-1882, e pela grande quantidade de publicações. As ocorrências de aparecimento do termo acima tratam sobre variedades, querelas, anedotas, reclamações, noticiários, seções históricas e de morais, e páginas sobre crimes. A grande maioria se refere a mulher como esposa de alguém, apenas citando-a, mas não faz disserta sobre a figura feminina, não sendo a pauta principal. Os trechos analisados neste trabalho tem o gênero feminino como principal assunto. Antes de mais nada, faz-se essencial informar que todos os jornais analisados neste trabalho são escritos por homens, não encontramos dentro do recorte temporal e territorial escolhidos jornais que tivessem redatoras mulheres, apenas O Iris na edição de 1876 possui colaboradoras mulheres.

As fontes utilizadas como corpus documental foram: Brado Conservador: Folha Política, Moral e Noticiosa, as edições de número 14 e 15; O Iris: Periodico bi-mensal dedicado ao sexo feminino, duas edições, de número 07 e 01, respectivamente os anos 1875 e 1876; A Luz: Jornal dedicado á causa da Maçonaria, este referente ao

ano 1873, edição de número 4; O Correio do Assú: Periodico Politico, Moral e Noticioso, edição 47 de 1847 e A Ideia: Periodico Litterario e Recreativo, sua edição de número 5, de 1880. A escolha se deu pelo recorte temporal definido, e pelas diretrizes diferentes dos periódicos.

O periódico O Brado Conservador, folha política, moral e conservadora, apresentavam em sua linha editorial publicações voltadas para o sexo feminino, ditando o padrão comportamental esperado para as mulheres do século XIX. Sob o julgo de uma sociedade conservadora da época, o periódico O Brado Conservador indica às suas leitoras os comportamentos considerados aceitáveis para conseguir um bom casamento, com o título Método para caçar Maridos, o periódico apresenta o seguinte texto:

Apresenta o seguinte um jornal, “estrangeiro:

Abandone-se do luxo por algum tempo: finja se grande amor a agulha; falle-se mal do *coquetismo*, entre-a’ disser que os primos são a pior peste que Deus, poz no mundo; não se chegue a’ janella; vista-se com extrema simplicidade; troque se as joias por flores e leia-se todos os dias um bocadinho sobre a arte de cozinhar. Acodem os homens como moscas ao melado, podendo então a mulher escolher aquelle que lhe convier. Este methodo deu sempre optimos resultados. (BRADO CONSERVADOR, n. 14, 1877, p. 4)

Nessa publicação ficam nítidos alguns costumes esperados pela sociedade em relação ao comportamento das moças que esperavam conseguir lograr sucesso na conquista de um bom partido. De acordo com a dica contida no periódico, o qual recomenda às mulheres que finjam ter habilidade com as agulhas, mostrando que era importante a uma pretendente ao altar dominar, a imagem de uma moça prendada. Considerando o título da seção: “Methodo para caçar maridos”, é importante salientar que a Igreja possuía um discurso valorizando o casamento, ademais a mulher não seria bem vista pela sociedade caso não contraísse matrimônio.

Outro ponto interessante como é tratado à exposição da figura feminina, o periódico recomenda que se evitem as janelas, não era de bom tom, as constantes

aparições em público. A simplicidade era algo a ser buscada na figura feminina nada de ostentação e, é necessário aprender a cozinhar. Isso faz parte do que tradicionalmente a mulher deveria ser uma boa esposa, ser mãe e agradar ao marido. Segundo o periódico era esses requisitos eram essenciais para as moças da época. Em relação a exposição da figura feminina, o periódico recomenda que se evitem as janelas, não era de bom tom, as constantes aparições em público. A simplicidade era um item a ser buscado na figura feminina, nada de ostentação, segundo o periódico era esses requisitos eram essenciais para as moças da época.

Ainda sobre o Brado Conservador, as anedotas, também apresentavam elementos que seriam essenciais para a postura da mulher, de acordo a anedota da edição de número 15, consta os seguintes dizeres: “Uma esposa indignada ralha com o marido embriagado, dizendo-lhe: não tens n’ essa cara! Quando hás de perder esse maldito vicio? Cala-te mulher, respondeu o marido: o homem a beber nunca há de fazer tanto dano, como a mulher a comer. Lembra-te da ma Eva.” (BRADO CONSERVADOR, n. 15, 1877, p. 4).

É interessante notar como as ações esperadas das mulheres eram voltadas nessa anedota eram para que a mulher não reclamar do marido, o alcoolismo do homem não poderia ser motivo para questionamentos das mulheres. O ato vicioso do homem não seria páreo para o pecado primordial, recaindo na figura de Eva que comeu o fruto proibido tornando-se a pivô das mazelas humanas.

Além do Brado Conservador, outro jornal que serviu de subsídio para o seguinte trabalho foi A Luz: jornal dedicado às causas maçônicas, publicado uma vez por semana, com distribuição gratuita. Este periódico não aceitava artigo e correspondências que não fossem de encontro às causas maçônicas. A questão religiosa era um dos focos do jornal, aliado as causas maçônicas no debate com o frei de Olinda Dom Vital e as correntes ultraconservadora da Igreja Católica na década de 1870.

Na publicação de 22 de março de 1873, A luz apresenta os registros do Frei Vital, na transcrição feita pelo periódico, a mulher é citada como uma figura cheia de maledicência, e deixando claro que os homens têm que ficar de sobreaviso, no trecho da transcrição foi citado:

O amor da mulher é ilusório e insubsistente, porque a consequência da impureza e legitimidade dos laços reduz o afeto a mera paixão canal e quimérica. O homem procura a mulher, não como uma

companheira digna dele para atravessar as tristes atribuladas regiões da vida, mas, sim como fonte de rápidos deleites, como um objeto de prestígio periódico [...] todo no lar é ilegítimo e mal seguro, acanhado, e afasta antes do que atrai [...] Logo sem casamento, forme ou não forme o homem a sociedade ilegítima, perde a sociedade civil, e perde a moral pública. (A LUZ, n. 4, 1873, p. 3)

O periódico traz uma visão conservadora em relação à escolha da mulher e o matrimônio, ressaltando que uma escolha errada poderia afetar o homem perante a sociedade, essa má escolha poderia afetar o lar, o homem é aconselhado pelo frei a refletir sobre a pessoa a qual ele pretende casar deixando bem claro, que se deve ter cautela, pois a mulher é falsa e seus sentimentos são confiáveis.

Sobre O Iris, fundado em 1875 e finalizado em 1876, apresentava o forte discurso favorável à emancipação feminina, expressava o lema: o gênio não tem sexo. Foi impresso em uma tipografia conservadora e publicado a cada dois meses por Joaquim Fagundes, também editor do Echo Miguelino. Fagundes foi membro da Sociedade Miguelina, essa reunia inúmeras produções literárias voltadas para filosofia. O Iris abordava a concepção de renovação da sociedade da época e, com isso, o papel social da mulher. Nota-se a forma como a redação do jornal se posiciona sobre os direitos políticos das mulheres evocando uma atmosfera de ideias diferente de outros jornais analisados. Podemos notar no século XIX, alguns focos intelectuais que aspiram uma mudança de pensamento em relação à mulher.

A sociedade não se satisfaz de roubar os direitos políticos da mulher e tentou também invadir-lhe o *forum* da ideia, do sentimento [...] As grandes conquistas ultimamente alcançadas em prol dos direitos da mulher, injustamente usurpados, deixam bem patente o prenúncio de seu próximo e total triunfo. [...]

Nobilitar hoje a mulher é grande ponto convergente das disputas sociais, e será a grande obra que erguerá muito alto a humanidade. A sociedade precisa da mulher, e precisa muito sem ela não pode existir, e sem que lhe restitua todos os seus direitos não pode conquistar a terra almejada. É um axioma, que o homem é estúpido é o que mais rebaixa a mulher e tenta roubar-lhe todos os direitos; eduque-se bem a

sociedade e a mulher subirá ao seu trono e empunhará o seu spcetro tão vilmente usurpado. (O IRIS, n. 07, 1875, p. 2.)

Nesses fragmentos o redator ressalta a importância da mulher nas causas sociais, isso permite pensar na mulher como figura ativa nas mudanças que tanto o periódico encabeça em seus “discursos revolucionários” da época, palavras do redator Joaquim Fagundes em relação a sua representatividade. O redator provavelmente estava inspirado nos direitos adquiridos pelas mulheres na Europa, que no século XIX já haviam iniciado suas reivindicações. O enxerto ressalta e as injustiças no roubo de seus direitos. A exaltação dos direitos femininos estabeleçam uma ligação com a revolução feminista em curso na época, mas o primeiro voto feminino no Brasil ocorreu no ano de 1926, tendo como pioneira Celina Guimarães Viana. Atentemos para o trecho seguinte.

E, depois, quando esta mulher - espôsa, parte de nossa existência, um outro eu para nós, tem desempenhado esta sublime missão, chega o tempo de desempenhar outra ainda mais santa, a de mãe. Nove mezes contem ella em seu ventre um feto para no fim deste tempo expor sua vida para dar-lhe existencia neste mundo. (O IRIS, 1875, ed. 07, p. 2.)

Isso consta na seção “Parte Philosophica” do periódico, com o título: “A mulher em sua sublimidade feminil”. Embora os direitos políticos do sexo feminino sejam exalados ao longo desta edição (número 7, 1875) e da próxima (número 1, 1876) a maternidade ainda é o ponto principal que torna a mulher um ser importante. Esta é tratada como privilegiada por carregar algo que o divino forjou dada a importância de ser genitora e da forma como isso é romantizado.

No ano seguinte de O Iris, um pequeno texto intitulado “Emancipação da mulher” chama a atenção:

Ainda não nos occupámos, como devíamos, em longos e profundos artigos, sobre este importante assumpto; agora encetamos esta tarefa.

Pretendemos em uma serie de artigos aprofundar em esmero nosso estado sobre um assumpto que apesar de ter sido assa discutido tem terreno para o escritor explorar com todo commodo.

Demonstraremos a emancipação da mulher como idéa progressiva e [...] do seculo, a base sobre que se deve assentala, o curso a seguir-se, os meios de melhorar o seu estado actual e as razões que ella tem para emancipação. (O IRIS, p. 2, 1876)

Em meio a um texto que enxerga um direito ainda não adquirido pelas mulheres brasileiras e sua importância, faz-se pertinente a seguinte questão: porque não convidar mulheres para falar sobre os direitos políticos femininos? Vê-se que este jornal apesar de enfatizar questões pertinentes a reivindicações femininas e a seu lugar essencial na sociedade não abre espaço para redatoras mulheres e nem opiniões de leitoras. Tendo em vista que décadas antes, em 1852, na cidade do Rio de Janeiro, o Jornal das Senhoras possuía mulheres na redação.

Saindo da capital do Rio Grande do Norte, iremos analisar um jornal da cidade de Assú. O periódico Correio de Assú: Periodico Politico, Moral e Noticioso, em sua edição de nº 47, páginas 3 e 4, expressa sua admiração pela mulher na seção “Variedades”. Começa dissertando sobre a mulher ser o monumento divino, a pérola da criação, louva sua grandeza, nobreza, candura e coragem. E continua: “O homem eleva a mulher ao infinito da esperança, para depois a deixar cair no abysmo do scepticismo. [...] Onde está aqui a força? Na mulher que sofre, ou no homem que opprime? A força prova-se no infortúnio. A mulher é mais forte.” Posteriormente, o excerto vai mencionar uma mulher heroína, questionar o porquê os filósofos consideram a mulher fraca e o próprio texto vai confirmar essa fraqueza justamente pela pureza e inocência da alma feminina se opondo a brutalidade masculina. O que percebe-se é o fato da mulher ser diretamente ligada a religiosidade, a criação divina, o que se contrapõe com o discurso do jornal A Luz de 1873 e com o A Ideia, de 1880, abordado mais adiante neste texto.

Apesar de um discurso a favor da mulher, o que não é comum nas edições do Correio do Assú, há certa contradição no texto, pois a defesa feminina parece em quase todo o texto, para depois afirmar sua fraqueza. E essa fraqueza é justamente pela bondade e ingenuidade da mulher. Então, ocorre a quebra de um estereótipo (ao menos neste texto) da mulher ardilosa e manipuladora derivada de Eva e o reforço de outro, da fraqueza feminina apesar de suas lutas.

Em outro periódico intitulado A Ideia: Periodico Litterario e Recreativo, em sua edição número 5, de 27 de março de 1880, nas páginas 1 e 2, na seção intitulada “A mulher”. No início do texto em questão, autor afirma que a mulher tem sido exaltada como obra prima da criação, símbolo da paz e da felicidade do homem. Mas a seguir o jornal critica essa visão positiva a respeito da figura feminina afirmando “a mulher exerce funções s mais importantes da sociedade e quase sempre não as desempenha satisfactoriamente”. Isso mostra como este periódico não concordava com meios de comunicação ou opiniões que rodeavam a sociedade da época que valorizavam a mulher. Dado continuidade têm-se o seguinte trecho:

Desde os tempos primitivismo que a mulher é o transtorno da sociedade humana, foi quem

induzio o homem a um abysmo profundo, quem provocou a ira de Deus; tudo foi punido: logo apareceu os pecados, as dores, o trabalho, o crime e todas as contrariedades do genero humano, devidas somente ao entendimento em quem Deus depositara tanta confiaunça, aquem entregara para companheira do homem. (A IDEIA, n. 5, 1880, p. 1)

Essa figura feminina, abordada como traidora, pecadora, como o símbolo do que levaria para o mal, tal pensamento religioso e que se refletia na sociedade católica e patriarcal.

Trez são o principaes papeis de que está encarregada: esposa, mãe, filha.

Como esposa a mulher exerce a função mais importante;

Como mãe a mulher exerce o seu segundo papel, educando para apresentar seu filho a uma

sociedade honesta, seguindo sempre as raias da moral. (A IDEIA, n. 5, 1880, p.2)

No trecho anterior, pode-se perceber como a moralidade é um elemento tão abordado na conjuntura social da época. De acordo com Rachel Soihet, nos Estados Unidos, em 1966, a autora Barbara Welter critica de que forma ministros e moralistas tentaram impor o ideal de “verdadeira feminilidade”, prescrevendo as seguintes virtudes: piedade, pureza sexual, domesticidade e submissão, isso no contexto do século XIX. O que podemos perceber na edição citada do periódico “A Ideia”, é a moral, o ponto essencial para firmar as três funções destinadas às mulheres. Se a mulher como esposa cumprisse suas obrigações, sendo fiel e obediente, estaria cumprindo seu dever na sociedade e trazendo felicidade ao marido. A maternidade também faz parte do papel da mulher ideal para o século XIX, uma exigência da sociedade patriarcal, segundo Michelle Perrot, “a maternidade torna-se um fato social” (2007, p. 69).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do que foi exposto, percebe-se como a mulher é silenciada constantemente dentro dos periódicos e do contexto abordado, pois não poderiam escrever sua própria visão de mundo e eram qualificadas por indivíduos do sexo masculino. A maternidade é o elemento comum alguns dos periódicos, segundo Rebecca Solnit em sua obra *A mãe de todas as perguntas*, a sociedade exige mais da mulher quando ela se torna mãe, pois para o patriarcado é impossível conciliar maternidade e profissão sem negligenciar um deles. O ideal de mãe e mulher perfeita, limitava a mulher através do casamento, uma instituição normativa e tradicional. Pois ao casar-se a possibilidade de ação pública da mulher, que se tornara esposa, era de responsabilidade de seu marido.

Atenta-se para a necessidade constante de enquadrar a mulher dentro de convenções sociais, seja utilizando-se de adjetivos pejorativos ou dando opiniões sobre como ela deveria se portar ou fazer dentro da sociedade. Como observamos nos periódicos, as opiniões sobre as mulheres eram escritas por homens, não nos permitindo saber a opinião destas o lerem sobre seu gênero nesses jornais norte-rio-grandenses. Sendo assim, silenciar as mulheres nos diversos meios de comunicação tornou-se um hábito da sociedade patriarcal, apesar das lutas feministas que já ocorriam na segunda metade do século XIX.

REFERÊNCIAS

BURKE, Peter. A terceira geração. In: _____. **A Escola dos Annales (1929-1989): a Revolução Francesa da Historiografia**. São Paulo: UNESP, 1997.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.

HAHNER, June E. Mulheres da elite: honra e distinção das famílias. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria. (Orgs.). **Nova História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2013. p. 23-33.

JINENJI, Mônica Yumi. Cultura imprensa e educação da mulher no século XIX. Belo Horizonte: UFMG, 2010. p. 189- 197.

KAPPELI, Anne-Marie. Cenas feministas. In: DUBY, Georges; PERROT, M. (Dir.). **História das mulheres no Ocidente: o século XIX**. Porto: Afrontamento, 1994. v. 4. p. 540-579.

LIMA, Sandra Lúcia Lopes. Imprensa feminina, revista feminina. A imprensa feminina no Brasil, Projeto História. **Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História**, São Paulo, n. 35, dez. 2007. p. 221-240.

LUCA, Tania Regina de. **História dos, nos e por meio dos periódicos**. In:

BASSANEZI, Carla Pinsky (Org.). Fontes históricas. São Paulo, Contexto, 2005.

LUIZ, Fernandes. **A imprensa periódica no Rio Grande do Norte de 1832 a 1908**. Natal: Typ. d' A Republica, 1908.

MERUANE, Lina. **Contra os filhos**: uma diatribre. Tradução de Paloma Vidal. São Paulo: Todavia, 2018.

PERROT, Michelle. **Minha história das mulheres**. São Paulo: Contexto, 2007.

SILVA, Maiara Juliana Gonçalves. Literatura e província: o universo literário da cidade do Natal (1861-1889), **Revista Científica das Escolas de Educação e Artes e Educação**, Natal, a. 3, n. 1, dez. 2013/ maio 2014. p. 99-116.

SOHEIT, Rachel. História das mulheres. In: VAINFAS, Ronaldo; FLAMARION, Ciro. (Org.). **Domínios da História**: Ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

SOLNIT, Rebecca. **A mãe de todas as perguntas**: reflexões sobre os novos feminismos. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

FONTES:

A MULHER. In: **A Ideia**: Periodico Litterario e Recreativo, Natal, a. 1, n. 5, 27 mar. 1880.

ANEDOTAS. In: **Brado Conservador**: Folha Política, Moral e Noticiosa, n. 15, 1877, p. 4.

METHODO para caçar maridos. In: **Brado Conservador**: Folha Política, Moral e Noticiosa, n. 14, 1877, p. 4.

FAGUNDES, Joaquim. O Iris. In: **O Iris**: Periodico Bi-Mensal dedicado ao Sexo Feminino, n. 7, 1875, p. 1-2.

_____. Emancipação da mulher. In: **O Iris**: Periodico Bi-Mensal dedicado ao Sexo Feminino, a. 1, n. 1, 1876 p. 2.

TRANSCRIPÇÕES. In: **A Luz**: Jornal dedicado á causa da Maçonaria, Natal, n. 4, 1873, p. 3.

WANDERLEY, João Carlos. A mulher. In: **Correio do Assú**: Periodico Politico, Moral e Noticioso, Assú, n. 47, 26 set. 1874. p. 3-4.

A Mulher na política partidária potiguar

Helena Grazyelle do Nascimento Oliveira ¹

Rocelly Dayane Teotonio da Cunha ²

¹Graduada em Psicologia e pós-graduanda em Avaliação Psicológica pelo Centro Universitário do Rio Grande do Norte- UNI-RN. Psicóloga clínica e responsável pelo Projeto de Autoproteção no CEDECA-Casa Renascer. Conselheira do CRP-17 (E-mail: helenagno@hotmail.com, Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7785228614762708>).

² Doutoranda em Psicologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN. Docente do Curso de Psicologia do Centro Universitário do Rio Grande do Norte – UNI-RN. (E-mail: rocellycunha@gmail.com, Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7257685302830712>).

1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Ao resgatar historicamente as dificuldades enfrentadas pelas mulheres na política brasileira, identifica-se um ambiente hostil e opressor, fundamentados em estruturas patriarcais que reforçam o vetor dominação-exploração sob as mulheres no espaço público. Nesses espaços, os discursos fazem uso de argumentos naturalistas e biologizantes que reproduzem a opressão do homem sobre a mulher com a justificativa da inferioridade feminina para consolidar essa estrutura (SAFFIOTI, 2004).

O Brasil representa o retrato de um país em que o poder ainda é um domínio hegemonicamente masculino (BRASIL, 2015). Os resultados das eleições de 2012 e 2016 ilustram bem a realidade da mulher na política partidária nacional. Na eleição de 2016, 52,20% do eleitorado brasileiro era do sexo feminino, entretanto, os homens ocuparam majoritariamente 88,43% dos cargos ofertados para prefeito (a) e 86,49% das cadeiras de vereadores, em todo o país (TSE, 2017).

O Rio Grande do Norte (RN) é um dos estados com maiores índices de mulheres eleitas, e ainda assim é alarmante a baixa porcentagem da categoria feminina que consegue se eleger. Nas eleições de 2016, das 167 vagas para o cargo de prefeito (a), apenas 46 mulheres foram eleitas, em comparação aos 121 homens que conseguiram eleger-se, uma porcentagem de aproximadamente 27,54% das vagas ocupadas por mulheres. O índice das vagas para vereadores (a) é ainda menor, 349 mulheres dentre os 1.291 eleitos, uma taxa de 21,28%, aproximadamente (TRE-RN, 2017).

Apesar dos baixos índices de eletividade das mulheres no RN, a história da inserção feminina na política em solo Potiguar é repleta de protagonismo. A Lei estadual nº

660 – em exercício a partir do dia 25 de outubro de 1927 – reconheceu o direito de votar e de serem votadas às mulheres do Rio Grande do Norte, caracterizando uma abertura política que serviu para intensificar a tomada de consciência das mulheres potiguares (TRE-RN, 2017).

O Rio Grande do Norte se consagrou como pioneiro na inserção das mulheres na política partidária a nível estadual, nacional e até mesmo, internacional (FERNANDES, 2004). Atualmente o estado potiguar possui um eleitorado do sexo feminino (52,55%) quantitativamente maior em relação ao do sexo masculino (TRE-RN, 2017). É necessário atentar para a investigação dos motivadores que distanciam os mais de 52% da população potiguar da atuação na política partidária.

Se o baixo índice de atuação político-partidária das mulheres implica em uma baixa representatividade político-social das mesmas, é primordial o questionamento a respeito das estruturas naturalizadas que as distanciam do espaço público. De acordo com Hirata (2007) essa desigualdade deve-se à divisão de função e papéis atribuídos aos sexos, por meio da divisão sexual do trabalho: aos homens tem sido reservado o espaço público, e as mulheres, a submissão no espaço doméstico.

A sub-representação feminina no Parlamento está permeada por bases sexistas e machistas, que resultam em séculos de discriminação imposta ao gênero feminino, havendo a necessidade de uma reestruturação social com mudanças, também, de cunho cultural, para que os âmbitos políticos e econômicos possam ser uma ferramenta de equidade (Mais mulheres na Política, 2015). Tendo em vista a problemática apresentada anteriormente, esta pesquisa objetiva investigar a representatividade das mulheres na política partidária do Rio Grande do Norte.

Enquanto objetivos específicos, têm-se: localizar no âmbito político-partidário potiguar os componentes principais das relações hierárquicas de gênero e correlacionar tais relações desiguais com os baixos índices de eletividade feminina no RN nas eleições de 2012 e 2016; como segundo objetivo específico, pretende-se identificar os aspectos que permeiam o espaço de fala destinados às mulheres já inseridas na política partidária norterio-grandense; e, também, constatar os impactos sociais gerados pela escassa inserção e atuação político-partidária das potiguares.

Para alcance dos objetivos será realizada uma pesquisa qualitativa, cujo método de coleta é a análise documental e entrevista semi-estruturada com mulheres eleitas durante as eleições de 2012 e 2016 no Rio Grande do Norte. Os dados coletados serão analisados pela perspectiva do materialismo histórico dialético, apoiados a luz da teoria marxiana.

A fundamentação teórica do presente artigo se estrutura através do resgate antropológico e histórico das condições que contribuíram para a situação desigual das mulheres potiguares na política partidária; se divide em dois tópicos principais, o primeiro, Divisão sexual do trabalho e a mulher na sociedade, e o segundo, A mulher e o debate sobre a política partidária.

2. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O presente trabalho possui natureza qualitativa e quantitativa. A primeira consiste em uma pesquisa descritiva ao acreditar que a relação entre sujeito e mundo não pode ser limitada à quantificação (GIL, 1994). Já o caráter quantitativo, consistem na quantificação do problema por meio da geração de dados numéricos ou dados que podem ser transformados em estatísticas utilizáveis.

Dois instrumentos de coleta foram utilizados. O primeiro, método de análise documental, se constitui enquanto técnica complementar que desvela novos aspectos de um tema ou problema, (LUDKE; ADNRÉ, 1986), ao utilizar informações de fontes primárias, isto é, documentos que ainda não receberam tratamento analítico (SEVERINO, 2007). Através de uma pesquisa de campo foram coletados documentos da Assembleia Legislativa e Tribunal Regional Eleitoral, ambos da cidade de Natal/RN.

A Entrevista Semi-estruturada foi o segundo método de coleta utilizado, por conceder ao entrevistado a decisão de construção da resposta (LAVILLE; DIONE, 1999, apud MATTOS, 2005), com base em um roteiro de questões pré-determinadas. Um total de sete (7) mulheres eleitas a cargos políticos partidários no Rio Grande do Norte nas eleições de 2010 e 2016 foram entrevistadas, tendo como guia um roteiro de entrevistas fundamentado no referencial teórico utilizado para a construção deste artigo.

A análise dos dados encontrados foi realizada através do método materialista histórico dialético, sendo a dialética uma forma de analisar a realidade a partir da confrontação de teses, hipóteses ou teorias. Para Hegel existem três momentos básicos no método dialético: a tese, a antítese e a síntese (FERREIRA, 2013). Entretanto, é a partir de Karl Marx que a dialética se torna Método Científico (THALHEIMER, 1979).

Marx realizou a interpretação da dialética para Hegel atribuindo um caráter material e histórico, ou seja, os homens se organizam enquanto sociedade através da produção e reprodução, bem como, se organizam através da história (PIRES, 1997). Tal método objetiva descobrir “as leis fundamentais que definem a forma organizativa dos homens durante a história da humanidade” (PIRES, p.87, 1997).

De acordo com o método materialista histórico dialético, apesar do conhecimento se construir através do pensamento, ele é social e pode ser um reflexo da sociedade se o processo de análise for feito de forma correta (ZAGO, 2013).

3. RESULTADOS E DISCUSSÕES

O percurso da mulher na política partidária foi, e ainda é repleto de obstáculos e resistência à participação feminina, em que *ser mulher* significou por muito tempo não ser cidadã. Consequentemente, participar e intervir na construção das leis que regem a sociedade e a elas se aplicava, era algo irreal e utópico. O espaço público

político restrito apenas aos homens resultava, intrinsecamente, em uma militância político-social enviesada.

Conquistas, lutas e revoluções pertenciam ao sexo masculino e assim se manteve até a Revolução Francesa. Apesar do maciço protagonismo masculino, a participação feminina foi muito mais importante do que se imagina. De acordo com Morin (2009)⁵¹⁶, a presença das mulheres na cena política foi tolerada e até incentivada no início da Revolução.

Outra forma de militância organizada se expressou através dos movimentos feministas, enquanto movimento moderno e teve seu início com as lutas sufragistas que se espalharam de forma mais organizada na segunda metade do século XIX. No Brasil, a virada do século XIX para o século XX até 1932, contextualizou os primórdios do movimento, quando as brasileiras ganharam o direito de votar.

Pinto (2003) em sua obra *Uma História do Feminismo no Brasil*, discorre, a priori, sobre duas tendências identificadas no movimento: feminismo “bem-comportado”, e a face “malcomportada”, bem como as vertentes que compuseram a transição entre as duas tendências; posteriormente, aborda o pós-1968⁵¹⁷. O feminismo trouxe para a discussão política as questões que ainda eram vistas como especificidades do âmbito privado, rompendo com a dicotomia público-privado que fundamenta o pensamento liberal (PINTO, 2003).

As feministas fizeram finca-pé em mostrar como as circunstâncias pessoais estão estruturadas por fatores públicos, por leis sobre a violação e o aborto, pelo status de “esposa”, por políticas relativas ao cuidado das crianças, pela definição de subsídios próprios do estado de bem-estar e pela divisão sexual do trabalho no lar e fora dele. Portanto, os problemas “pessoais” só podem ser resolvidos através dos meios e das ações políticas (PATEMAN, 1996, p. 47).

A inserção da mulher na política Brasileira tem total conexão com o percurso feminista, em que as pautas iniciais eram focadas nos direitos políticos femininos: luta pelo voto e emancipação por voz ativa para construção das leis. Na Constituinte republicana de 1890 discutiu-se o direito de voto às mulheres onde, posteriormente, o projeto não foi aprovado. Entretanto, a Constituição não proibiu explicitamente o voto das mulheres.

A Constituição definiu que “Art. 70 São eleitores os cidadãos maiores de 21 anos, que se alistarem na forma da lei” (*Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, 1891*). O legislador ao se referir “cidadão” não se referiu ao termo universal para mulheres e homens, mas de acordo com o senso comum, uma falta de cuidado

⁵¹⁶ Escritora e Historiadora Tania Machado Morin: dissertação de Mestrado *Práticas e Representações das Mulheres na Revolução Francesa*, defendida na Universidade de São Paulo (2009).

⁵¹⁷ Período caracterizado pelo Regime Ditatorial Militar no Brasil. (SCHWARCZ, STARLING, 2015).

em não excluir nominalmente a mulher abriu portas para várias mulheres exigirem o direito ao voto, uma brecha na lei (PINTO, 2003).

3.1. AS POTIGUARES E A POLÍTICA PARTIDÁRIA

O Pioneirismo do Rio Grande do Norte no âmbito político-partidário se deu através da primeira eleitora do Brasil: Celina Guimarães Viana, uma professora na cidade de Mossoró, requereu o alistamento em 25 de novembro de 1927, baseada no texto constitucional do estado que mencionava o direito ao voto, “sem distinção de sexo”. (*Mais Mulheres na Política - Brasília: Senado Federal, Procuradoria Especial da Mulher; Brasília: Câmara dos Deputados, Secretaria da Mulher, 2015*).

A Regulamentação do direito ao voto cedido às mulheres potiguaras ocorreu cerca de um mês após a Professora Celina se tornar a primeira mulher do Brasil a votar.

“No Rio Grande do Norte poderão votar e ser votados, sem distincção de sexos, todos os cidadãos que reunirem as condições exigidas por esta lei.” (Artigo 77 das Disposições Gerais do Capítulo XII da Lei estadual nº 660, TRE-RN).

O RN foi vanguarda, novamente, ao eleger a primeira prefeita do Brasil e da América Latina. Alzira Soriano lançou candidatura na cidade de Lajes pelo Partido republicano, concorrendo ao cargo de Prefeita. Foi perseguida pela oposição e incentivada pela família a abrir mão da candidatura devido ao grande preconceito com a inserção de mulheres na vida pública (COSTA, 2012). Posteriormente, alcançou êxito ao eleger-se no dia 08 de setembro de 1928, com 60% dos votos. (AL-RN, 2017).

“Foi assim que Alzira Soriano se torna, em 1928, a primeira prefeita da América Latina, quando foi eleita para ocupar o cargo no Executivo, na cidade de Lajes, no Rio Grande do Norte. Na galeria das pioneiras muitas potiguaras ocupam espaço, como é o caso de Maria do Céu Fernandes, que fez parte do grupo das primeiras deputadas estaduais do Brasil.” (FERNANDES, 2004, pág. 10).

No mesmo ano, Joana Cacilda Bessa elegeu-se a primeira intendente municipal potiguar com 725 votos pelo município de Pau dos Ferros, agregando mais um título de pioneirismo ao Estado, como primeira vereadora eleita do Brasil. (EDITAL FRANCISCO LOPES, 2017).

Posteriormente foi efetivado um Golpe de Estado com Getúlio Vargas assumindo o poder em caráter provisório no dia 3 de novembro de 1930 (ARRUDA; PILETTI; 2003, ed.12, p. 357-358). O processo que resultou na deflagração da Revolução de 1930 teve pouca significação no estado (TRINDADE, 2010, p. 191), todavia, concomitante à vitória da Revolução, Alzira Soriano deixa o poder Executivo retornando, posteriormente, para o âmbito público durante a redemocratização do Brasil no ano de 1945 (COSTA, 2012).

A luta sufragista se deu durante tal conjuntura, ocorrendo de forma gradual e proporcional ao contexto socioeconômico em que estava inserida. Em 1932, durante o Governo Provisório, houve uma revisão da legislação eleitoral e a elaboração de um novo código eleitoral – Decreto nº 21.076, 24 de fevereiro – que regulamentou o alistamento e processo eleitoral no país por meio de um novo código, que ampliou o direito ao voto “sem distinção de sexo”, garantindo, a nível nacional, o direito de voto às mulheres brasileiras (ARAÚJO, 2003).

O período intenso de grandes mudanças sócio-político-econômicas ocupou grande espaço no cenário de lutas nacionais. No dia 2 de abril de 1964, o Golpe de Estado, apoiado pelas massas populares da *Marcha da Família com Deus pela Liberdade*, foi consolidado, o início de um novo governo: a Ditadura Militar, também denominada “Anos de Chumbo”.

No que tange às mulheres ocupando cargos políticos partidários durante a ditadura, Mônica Nóbrega Dantas foi a última norterio-grandense a ser eleita no período até a redemocratização (TRE-RN, MEMORIAL, 2017). A década de 80 foi assinalada por várias etapas referentes ao movimento de luta das mulheres no RN no período de redemocratização.

Entre os anos de 2002 e 2011, as potiguares retomaram sua busca por espaço, representadas por Wilma de Farias, Rosalba Ciarline, Fátima Bezerra e Márcia Maia, que deram continuidade aos pioneirismos de cargos nunca antes ocupados por mulheres no RN. Como dito anteriormente, no ano de 2016 o percentual de mulheres votantes foi superior ao de homens, em contramão no mesmo ano, apenas 22% das candidaturas eram de mulheres e, posteriormente, 78% dos eleitos a cargos de vereador e prefeito eram homens.

O baixo índice de candidatas, bem como eleitas, em um estado que possui maior parte do eleitorado representado por mulheres, é intrigante. Historicamente a política partidária brasileira, e especificamente potiguar, é permeada por representantes políticos do sexo/gênero masculino. Segundo a entrevistada M.M que ocupa o cargo de deputada estadual “para o homem é natural, são dados espaços”.

Tal fato foi apontado diversas vezes nas entrevistas como uma barreira que impede a participação mais ativa das mulheres na política partidária. Segundo as entrevistadas há, também, a barreira das funções privadas, que são destinadas às mulheres e o exercer político considerado como uma ação naturalmente masculina.

Segundo Durham (2004) a divisão sexual do trabalho destinou as Mulheres ao espaço privado, bem como, a serviços relacionados ao cuidado com justificativas no biológico. Havendo, então, a vinculação do homem à intelectualidade do mundo “político e público” (PERROT, 1995). De acordo com Engels (1884 – 1964, apud MURARO, 1997), quanto mais as relações perdiam seu caráter primitivo por força do desenvolvimento das condições econômicas, mais as relações tornaram-se opressivas para as mulheres.

“Recentemente fiz uma audiência pública na câmara trazendo esse recorte: sobre ser menina no Brasil. Tem uma pesquisa da *plan international*⁵¹⁸, é uma instituição de organização social que tem o recorte de gênero e aborda a discrepância: enquanto o menino está jogando, ou na sala de aula, a menina está fazendo o almoço do irmão. Tudo isso é muito enraizado na nossa cultura” (VEREADORA A.J.).

Seguindo a linha *teórico-metodológica* de Kergoat (2002), as relações sociais de sexo fazem uso do conceito de gênero⁵¹⁹ e dos papéis sociais atribuídos a ele, para fortalecer o arcabouço de sua divisão sexual. Tal divisão entre os âmbitos públicos e privados é perceptível através da fala da Vereadora A.J., que expressa a divergência na forma de educar meninos e meninas.

Historicamente, quando as mulheres começaram a ocupar os espaços públicos, lhes foram designadas atividades – geralmente – relacionadas ao âmbito privado, associadas diretamente com o cuidado do espaço doméstico, com caráter de servidão.

“As principais profissões das trabalhadoras em termos percentuais, no ano de 1980, segundo o documento, eram: Domésticas, 22,9%; Funcionárias de escritório, 12,4%; Lavradoras, 9,8%; e Costureiras, 6,0%” (FERNANDES, 2004, pág. 110).

Para Saffioti (2004), as relações entre os sexos se caracterizam por uma relação hierárquica de poder. O controle sobre os corpos femininos subordina-os numa apropriação não só física, mas também de sua força de trabalho, expressos tanto no patriarcado quanto no capitalismo. Segundo Barbieri (1993, p.9) “sem deixar que sua capacidade escape das amarras”.

Além da dificuldade em se desprender do âmbito privado que lhe foi imposto, há a ambiguidade entre público e privado, em que a mulher, na maioria das vezes, ao inserir-se no domínio público precisa conciliar ambos os espaços. Diferente do homem que possui o privilégio de, socialmente, não ser designado aos afazeres domésticos.

“Tem que ter a força de vontade, porque a mulher faz diversas atividades e não é fácil. Você é cobrada pelo seu esposo, pelo seu filho, é muito difícil. Eu nunca vou deixar de exercer o meu papel de mãe. A mulher quer entrar na política tem que conseguir dar conta. Infelizmente ainda se tem essas dificuldades” (VEREADORA M.E.).

Sendo assim, é possível afirmar que o percurso da mulher até a concretização de uma atuação político-partidária, se constrói na desvantagem em relação ao homem, antes mesmo de almejar tal inserção. É exigido das mulheres potiguares a capacidade de lidar com diferentes papéis, simultaneamente, em diversos domínios.

⁵¹⁸ A Plan International é uma organização não-governamental humanitária, sem filiação política ou religiosa, presente em 70 países. Acesso em: <https://plan.org.br/>

⁵¹⁹ Utiliza-se a concepção de gênero como “o sexo socialmente construído”, postulada por Barbieri (p.5, N.18, 1993).

3.2. APARTADAS

Ao ultrapassar todas as violências e subjugações elencadas anteriormente, as potiguaras inseridas na política partidária expressam extrema dificuldade em obter espaço para falarem e serem ouvidas. A interrupção na tribuna foi a situação apontada que mais se repetiu dentre as sete entrevistas, se tratando de um contexto político-partidário em que o discurso possui um papel essencial.

Para Aristóteles existem duas atividades que compõem a essência política: o discurso e a práxis. Na polis grega todos aqueles considerados cidadãos possuíam o direito ao discurso, e o homem que vivesse fora da polis, privado de contato com a linguagem humana, seria um *aneu logon* (PEREZ, 2005). É possível realizar uma analogia ao comparar o local que as mulheres ocuparam e ocupam em nossa sociedade, ao terem o direito de fala negado nos vários âmbitos. Apesar de se constituírem enquanto sujeitos inseridos na linguagem, às mulheres é destinado o silêncio.

“Porque na questão do discurso é onde você aparece, a população está ali lhe ouvindo, ouvindo suas propostas e seus pensamentos [...] estive nesse comício e só homens falaram [...] apesar de colocarem sempre em todo o discurso que a nossa chapa discute sobre gênero, tem homem e tem mulher, e ninguém sequer deu a palavra a nenhuma mulher” (VEREADORA P.V.).

Na fala das entrevistadas fica evidente a imposição do silêncio, bem como, descredibilização da capacidade da mulher em executar a função que lhe é direito:

“Somos muito apartadas pelos homens, parece que incomoda. Sempre que tem uma sessão um vereador interrompe a fala de uma vereadora, não concordam com a gente como se fôssemos erradas e eles certos. Como se a cabeça das mulheres não fosse pensante” (VEREADORA M.E.).

A descredibilização de suas capacidades está relacionada a uma rejeição da figura feminina, que – por conseguinte – possui associação com a destinação das mulheres ao âmbito privado, anteriormente citado. De acordo com Boris (2004) alguns homens sentem-se desrespeitados e não conseguem conceber modificações que abalem a hegemonia do patriarcado (OSTERNE; SILVEIRA, 2012).

Os privilégios concedidos aos homens durante séculos de organização social são responsáveis pelos espaços político-partidários serem ocupados majoritariamente pela figura masculina, enquanto a mulher que se arrisca em ir contra tal estrutura precisa “ousar para poder ser escutada, poder ser vista” (Dep. Est.⁵²⁰ M.M.). Há então, a construção da necessidade de impor-se e reivindicar o direito de não somente falar, mas de não ser apartada.

Percebe-se que ser mulher na sociedade e na política nordestino-grandense é um exercício constante de subversão, numa intensa tentativa de obter igualdade enquanto cidadãs. A entrevistada P.V. (vereadora) deixa explícito em sua fala que

⁵²⁰ Abreviação de Deputada Estadual.

“as mulheres, em sua grande maioria, não são respeitadas como deveriam. As que se impõe, que têm voz, até que são, mas a grande maioria não é”. De acordo com Bourdieu (2002), a visão de mundo em que o homem é posto como superior à mulher, embasa os esquemas de dominação simbólicos.

A simbologia da primeira Mulher eleita Presidente⁵²¹ do País ter sido tratada e acusada com termos de baixo calão, geralmente ferindo ao seu corpo e sua sexualidade, representa perfeitamente a forma como a sociedade liberal com heranças patriarcais lida com mulheres em locais de poder. Todas as entrevistadas quando questionadas a respeito do cunho misógino e machista do tratamento destinado a Dilma Rousseff, mesmo discordando a respeito dos motivadores políticos e econômicos, concordaram que tal ação foi violência moral

“Independentemente da questão política, houve sim várias situações de machismo contra a presença feminina. Foi evidenciada a postura machista de pessoas que não se conformavam que, naquele momento, havia uma mulher à frente da maior representatividade do país” (DEP. EST. M.M).

“Dilma foi a única mulher eleita presidenta na história do nosso país. É simbolicamente relevante que ela tenha sido destituída de forma completamente injusta e sob ataques machistas e misóginos de diversos tipos” (VEREADORA B.N).

Além do discurso social há a propagação do machismo⁵²² e misoginia através das instituições político-partidárias. Sendo a porta de entrada dos cidadãos para uma futura ocupação de cargos parlamentares, os partidos políticos potiguares sofreram severas críticas a respeito de sua postura. De todas as entrevistadas, seis (6) relataram algum tipo situação machista a qual foram submetidas pelos partidos políticos. Os fatores apresentados foram inúmeros, desde não fornecer espaço de fala durante o período eleitoral às candidatas, até a falta de incentivo financeiro.

“Nós somos vistas pelos partidos apenas para compor o percentual de cotas. Eu comprovei isso quando estive em um comício e só homens falaram” (VEREADORA P.V).

“Os homens são a maioria dos cargos eletivos do país, eles usam mais dinheiro em suas campanhas e têm um tratamento totalmente diferenciado pela mídia. Os homens também são maioria nos cargos de direção dos partidos e movimentos sociais [...] as chances de um homem se eleger no Brasil, de partida, já são maiores que de qualquer mulher. Se não temos as mesmas oportunidades, os direitos políticos não são iguais para todos e todas” (VEREADORA B.N).

⁵²¹ Dilma Vana Rousseff, eleita em 2010, pelo partido dos Trabalhadores (PT). Disponível em: <http://g1.globo.com/especiais/eleicoes-2010/noticia/2010/10/dilma-rousseff-e-primeira-mulher-eleita-presidente-do-brasil.html>

⁵²² De acordo com Osterne (2006), o machismo é a tendência a naturalizar a subordinação feminina e manutenção dos privilégios, caracteriza o machismo.

A cota para partidos em que se exigia uma quantidade mínima de 20% de mulheres lançando candidatura aos cargos legislativos municipais, só foi conquistada em 1996 (FERNANDES, 2004). Atualmente no mínimo 30% e no máximo 70% de vagas para cada sexo (AL-RN, 2017). Entretanto, as cotas não asseguram a inserção das mulheres, “a política de cotas para candidaturas de mulheres não surte efeito se não forem reservadas as vagas no próprio parlamento”. (VEREADORA B.N).

“A mulher ainda tem uma participação muito tímida na política, infelizmente têm que ter cotas para ocuparem espaço como candidatas. Muitas vezes os partidos políticos não conseguem atingir nem essas cotas e colocam mulheres que não são candidatas para suprir essa obrigatoriedade. Não sei até que ponto as cotas têm estimulado a participação das mulheres” (Entrevistada 7).

Os partidos tendem a utilizar as mulheres para preencherem a obrigatoriedade das cotas, e por ainda serem gerenciados por homens, acaba sendo deixada de lado a reflexão a respeito da importância em proporcionar espaços igualitários entre os gêneros. Emerge de forma urgente a necessidade em repensar medidas de políticas públicas que possam tornar-se efetivas, algo que as cotas não conseguem suprir.

“Vivemos no Nordeste brasileiro, onde muito fortemente existe a cultura machista, patriarcal, ainda cheia de preconceito principalmente com a representação feminina. Está mudando. A passados lentos, mas ainda existe” (DEPUTADA ESTADUAL M.M).

Os dados acessados a partir da pesquisa documental realizada na Assembleia Legislativa e Tribunal Regional⁵²³, comprovam um considerável espaço de tempo entre o pioneirismo potiguar e uma retomada da participação feminina no estado. A inércia de vinte anos (20) sem uma potiguar conseguir eleger-se – período entre a eleição de Mônica Dantas (1966) e Vilma de Farias (1986) – é um sintoma de toda a estrutura que afasta as mulheres do espaço político-partidário.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da análise dos dados foi possível identificar a relação direta entre o baixo índice de cadeiras parlamentares ocupadas por mulheres no estado do Rio Grande do Norte, com as relações hierárquicas de gênero que permeiam as estruturas sociais, sejam elas no âmbito público e/ou privado. Tornou-se evidente, também, que além da necessidade de assegurar a inserção das mulheres, é extremamente urgente repensar o espaço político-partidário. Para que seja um ambiente que assegure às parlamentares eleitas o direito pleno de executar, falar e representar a população.

Através dos dados apresentados é concebível considerar que apesar da ausência de eletividade das potiguares durante anos, a representatividade de uma mulher

⁵²³ Ambos os órgãos localizados na cidade de Natal/RN.

ocupando um cargo político-partidário consegue intensificar a luta de outras mulheres por espaço.

Conclui-se que a relação entre representatividade, políticas públicas e participação ativa, se constrói de forma dialética, entretanto, além de haver representatividade a atuação deve ser assertiva, visto que não basta ser mulher, é preciso estar ciente de seus papéis no espaço ocupado.

Diante de tal configuração é imprescindível o questionamento crítico perante as marcas patriarcais que se condensam nas desigualdades provocadas pelo modo de produção capitalista, para uma luta contínua por emancipação feminina. Considerando-se que, apenas dessa forma, será possível superar o quadro insuficiente de representação feminina na política partidária brasileira e potiguar.

Em uma luta diária e histórica, as mulheres potiguares marcham em busca de participação ativa na sociedade, clamando por inclusão, especialmente na construção das leis e efetividade da democracia. Apesar da tímida participação feminina, há a demonstração de uma latente retomada da política partidária pelas mãos das norterio-grandenses.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte. Memorial do Legislativo Potiguar. **Resolução 055/2009**. Natal, 2016.

BARBIERI, T. Sobre la categoria genero: una introduccion teorico-metodologica. *Debates em Sociologia*, São Paulo, 1993. Nº18, p. 145-169.

BRASIL. Mais mulheres na política. Senado Federal. Procuradoria Especial da Mulher, Secretaria da Mulher. Ed. 2. Brasília, 2015.

ENGELS, F. A origem da família, da propriedade privada e do estado. Trad. José Silveira Paes. 3. ed. Global: São Paulo, 1984.

FONSECA, C. Pais e filhos na família popular. In: D'Incao, M.A. (Ed.) Amor e família no Brasil. Contexto: São Paulo, 1989. p.95-128.

FERNANDES, M. R. A história oficial omite, eu conto: Mulheres em luta no Rio Grande do Norte de 1980 a 2000. EDUFRN: Natal, 2004. p. 458.

FREYRE, G. Casa grande & senzala: formação da família brasileira sobre o regime da economia patriarcal. Círculo do Livro: São Paulo, 1986.

HIRATA, H; KERGOAT, D. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. *Cadernos de Pesquisa*, 37(132), 595-609, 2007.

KERGOAT, D. A relação social de sexo: da reprodução das relações sociais à sua subversão. Trad. Alain François. *Pro-posições*- v. 13, N.1 (37), 2002.

- MURARO, R. M. A mulher no terceiro milênio: uma história da mulher através dos tempos e suas perspectivas para o futuro. 4-ed. Rio de Janeiro, 1997. Record, Rosa dos Tempos.
- MORIN, T. M. Práticas e representações das mulheres na Revolução Francesa-1789-1795. 275 f. Dissertação (Mestrado em História Social). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USP. São Paulo. 2009.
- NETTO, J. P.; BRAZ, M. Economia Política: uma introdução crítica. São Paulo, Cortez Editora, 2006, v. 1.
- OSTERNE, M. S. F.; SILVEIRA, C. M. H. Relações de gênero: uma construção cultural que persiste ao longo da história. *O público e o privado*, Nº19, p. 101-121, 2012.
- PINTO, C. R. J. Uma história do feminismo no Brasil. Fundação Perseu Abramo: São Paulo, 2003. 119 f.
- SAFFIOTI, H. I. B. Gênero, patriarcado e violência. Fundação Perseu Abramo: São Paulo, 2004.
- SAFFIOTI, H. I. B. Ontogênese e Filogênese do gênero: ordem patriarcal de gênero e violência masculina contra mulheres. FLACSO: Brasil, 2009. Série Estudos e Ensaios, Ciências Sociais.
- BRASIL, Tribunal Regional Eleitoral. Setor: Biblioteca. Natal, Rio Grande do Norte, 2017.
- GIL, A. C. Métodos e técnicas de pesquisa social. 4 ed. São Paulo: Atlas, 1994. 207p.
- MATTOS, P. L. A entrevista não-estruturada como forma de conversação: razões e sugestões para sua análise. *Revista de Administração Pública - RAP*, 2005, p. 823-846.
- FERREIRA, F. G. A Dialética Hegeliana: uma tentativa de compreensão. *Rev. Estudos Legislativos*, Porto Alegre, 2013. n. 7, p. 167-184.
- THALHEIMER, A. Introdução ao materialismo dialético. São Paulo: Ciências Humanas, 1979. Capítulo 10.
- PEREZ, M. A. H. Hannah Arendt e a dicotomia entre o público e o privado. In: *Âmbito Jurídico*, Rio Grande, VIII, n. 21, maio 2005.
- ZAGO, L. H. O método dialético e a análise do real. *Kriterion*, Belo Horizonte, v. 54, n. 127, p. 109-124, June 2013.
- TRINDADE, S. L. B. História do Rio Grande do Norte. p.281. Natal: editora do IFRN, 2010.
- COSTA, A. N. Mossoró: Nossa Terra. V.2, Mossoró: editora Sesc, 2012.
- PIRES, M. F. C. Education and the historical and dialectical materialism. *Interface — Comunicação, Saúde, Educação*, v.1, n.1, 1997.

GUNTHER, Pesquisa Qualitativa Versus Pesquisa Quantitativa: Esta É a Questão?
Psicologia: Teoria e Pesquisa. Vol. 22 n. 2, pp. 201-210, 2006.

O SERTÃO DOS HOMENS VIRIS: Virilidade, honra e violência sob ótica da imprensa caxiense (1890-1930)

Jakson dos Santos Ribeiro⁵²⁴

O presente analisar os conceitos de honra, violência e masculinidade durante a primeira República, em Caxias, sertão maranhense, a partir da imprensa. Desse modo, vamos discutir inicialmente a ideia de honra, sob a ótica dos defloramentos, espancamentos realizados por homens, em Caxias, em busca da defesa da honra. Nesses casos, identificamos que a noção de honra vai se constituir de forma diferente, porém as ações performatizadas no âmbito social foram efetivadas dentro do conjunto de valores sociais correlacionadas e associadas às tradições de gênero, modelo familiar ratificados nesse contexto. Nesse caso, os discursos operacionalizam determinados comportamentos sociais que eram vigorados pela sociedade caxiense como ideal para construção de uma moral, preservando os bons costumes. Assim, as questões relacionadas à honra também envolveriam a vergonha de ser difamado publicamente, principalmente, quando estaria em jogo a virilidade masculina. Nessa compreensão, a imprensa, a partir da análise de discurso, nos demonstrou que algo, que movia a constituição de situações em que os homens populares estavam envolvidos, estaria imbricado pela necessidade de defender a reputação; assim, movidos pela raiva e descontrole, os homens se tornam autores de episódios como espancamento e assassinatos. Assim a boa conduta masculina era exigida como forma de controlar esses homens, por isso os jornais caxienses apresentavam discursos reprovando tais comportamentos, cujas ações estariam fora dos padrões ideias existentes para o contexto. Em muitos momentos, os jornais frisavam a necessidade de posturas de “homens de verdade”, porém evidencia-se, a partir dos discursos publicados nos jornais, a constituição de práticas de dominação entre esses indivíduos, o que denotava uma realidade social repleta de maneiras diversas de apresentar a masculinidade e defendê-la. A luz desta questão, a imprensa apresentando os comportamentos entendidos como desviantes, o que demandaria para esses homens um movimento de correção dessas práticas, contribui com o ideal apresentado como necessário para a nação, naquele momento, ou seja, criar um país de homens honrosos, sem qualquer evidência de degeneração, pois se tornaria uma garantia de um país ideal. Dessa forma, vamos problematizar, em relação ao corpus documental, o conceito de discurso e poder, como também a própria ideia de gênero e masculinidade, visto as práticas de defloramentos. Porém não se pode perceber o reforço da masculinidade apenas por esse viés, mas nos casos em que os envolvidos eram atores de assassinatos, por exemplo. Pois percebemos que era um vetor utilizado para se pensar essa masculinidade, ancorado na constituição da violência, uma maneira efetivada por esse homem para solucionar os seus problemas.

Palavras-chave: Honra. Masculinidade. Imprensa.

⁵²⁴ Professor Adjunto I na Universidade Estadual do Maranhão – Campus/Caxias. Curso de História. Doutor em História Social da Amazônia – UFPA. E-mail: <noskcajzaionnel@gmail.com>.

Considerações Iniciais

Os crimes de defloramentos acabam sendo, dentre as práticas realizadas pelos chamados homens desordeiros, um dos crimes caracterizados pela imprensa de mais gravidade, visto que em sua maioria as vítimas eram meninas menores de idade. Para a imprensa, tais práticas remetem o mais tenebroso crime e atuação realizada por um homem, pois sendo a vítima uma criança essa sofreria, mais ainda, com a lastimável atitude masculina.

Como as notícias sobre as práticas de defloramento se tornaram mais frequentes nos jornais, nota-se uma intensificação, por parte da polícia e justiça local, na busca de solução desses casos, como uma forma de apresentá-la à sociedade caxiense. Segundo Martha de Abreu Esteves, “[...] civilizar hábitos seria um sentido último da possibilidade de a justiça intervir diretamente nos crimes de defloramento e estupro, com o intuito de estabelecer a ordem moral.”⁵²⁵

Desse modo, o crime de sedução

[...] tipificado no artigo 217 como ato de “seduzir mulher virgem, menor de dezoito anos e maior de catorze, e ter com ela conjunção carnal, aproveitando de sua inexperiência ou justificável confiança”, é um caso em que se percebe, mais claramente, essa espécie de pacto entre os costumes sociais, oriundos do senso comum e dos códigos e das normas jurídicas, pretensamente científicas.⁵²⁶

Em vista desta questão, em outro momento, o Jornal de Caxias apresenta uma nota de repúdio, pois se verifica os casos e muitos dos homens envolvidos eram homens cuja nota atribui o termo de “*cazadinhos*”. Assim, os considera o discurso do jornal cuja autoria não foi apontada.

⁵²⁵ ESTEVES, Martha Abreu. Meninas Perdidas: os Populares e o cotidiano do amor no Rio de Janeiro da Belle Époque. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1989, p.83.

⁵²⁶ CAVACALTI, Silêde L. O. Campina Grande de(fl)orada por forasteiros. In: Imagens multifacetadas da História de Campina Grande. Campina Grande: Prefeitura Municipal de Campina Grande. Secretaria de Educação, 2000, p. 62.

CORRIGINDO

A nossa sociedade acha-se infectada de abutres, personificados em alguns homens cazados, que hypocritamente pregam a moralidade.

E' assim, que alguns deles, abusando do estado de pobreza, em que se acham algumas donzellas, **promettem lhe mundos e fundos com o fim de desfructai- as.**

Já não procuram um lugar secreto para exercerem seus fins reprovados.

De todos os cantos surge um destes impudicos, que não sabe respeitar o lugar que ocupa na sociedade, e o papel que representa no lar doméstico, como chefe de familia.

São estes uns cazadinhos immoraes, que em qualquer lugar, onde se offereça ocasião de se encontrar em qualquer donzella, destituída de proteção e de fortuna, dirigem-lhe palavras inconvenientes, que offendem os castos ouvidos e o pudor da infeliz, esquecendo-se que elles perante a sociedade, a família e a moral accarretam com serias responsabilidades.

Já não são os solteiros que se atrevem a tanta impulencia; são uns cazados, que por um dever a sociedade e moral tem a obrigação de pugnar pelos interesses vitaes de qualquer donzella, pertença ella a alta ou **baixa classe social**; são certos cazados, que se arrojam com todo cynismo a peitarem as pobres donzellas, que honestamente ganham o pão emprego que exercem em nossas fabricas de tecidos.

O arrojo é tão grande, que não se pejam, uins em oferecer dinheiro as incautas; outros, casa para morar; outros promettem tirar do trabalho de fabrica, para mimorar as aguras da vida afanosa em que vivem ; outros mandão offercer todos os seus possuídos, para gastarem com a infeliz, pedindo lhe conferencias, e mandando que apareça em sua casa commercial, fingindo que vai comprar alguma mercadoria, para nessa occasião armar-lhe o laço; outro, porque é queima-ferro de uma fabrica mandar convidar a outra, para se empregar na fabrica em que o cujo é empregado, offerecendo lhe melhor vantagem, tudo isso com o fim de facilitar melhor a sua preza.

Triste sedução!!!

Depois... e depois, que estes corvos afeitos a praticar estas outras immoralidades; depois de bem desfructadas as que **se deixam iludir**, e que depois são descobertas pelo meio mais eficaz (a gravidez) elles cynicamente dão a auctoria do crime, **sem escrúpulo** nenhuma, a qualquer indivíduo, que se ache sem proteção.

São estas as belezas de certos typos que pregam a moral, mas que não sabem ou não querem prattical-a.

Voltaremos ao assumpto, dando a conhecer estes typos, acompanhado cada um de per si, com um pequeno esboço das suas bravuras, bem como quem são as victimas.

O Sentinella.⁵²⁷

A regularização dos costumes parte do princípio que esses tipos de homens deixassem seus desejos carnaes para serem saciados no casamento, pois ao perceber o tom da denúncia pela qual o discurso acima chama atenção, os homens deveriam evitar a desmoralização da sociedade caxiense com a finalização dessas práticas. Ainda sob a ótica de Esteves, “[...] tornar público um conflito que poderia ser considerado privado. Civilizar seria então estabelecer denúncias, prisões, punições ou forçar casamentos independentemente do seu meio viciado.”⁵²⁸

Nesse caso, o aviso dado pelo discurso da sentinela, da moral, chamava atenção para estratégias que muitos homens caxienses realizavam para conseguir ter atenção das moças virgens, o que denotava uma prática de desonra para sua família, visto nesse contexto, ser forte o princípio do homem ser um sujeito seguidor dos bons costumes, principalmente, por ser casado. Segundo Ramos, os homens acabavam necessitando da autoafirmação, da virilidade, “[...] que provava seu caráter como homens honrados também por meio da prática sexual, reconhecidos como parte de uma cultura em que se preservava o reconhecimento

⁵²⁷ Jornal de Caxias, 24 de junho de 1899, Ano IV, número 184, pp. 02-03.

⁵²⁸ ESTEVES, Martha Abreu. Meninas Perdidas: os Populares e o cotidiano do amor no Rio de Janeiro da Belle Époque. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1989, p.83.

pessoal ou a amizade mediante essas afirmações.”⁵²⁹

Para Iranilson Buriti (2004), a honra foi entendida como uma mercadoria, que estabelecia “[...] relações de gênero centradas na hierarquização. Nesse aspecto, essa hierarquização de gênero, era resultado de uma construção histórico – social baseada na anatomia dos corpos masculino e feminino e balizada na ciência médica.”⁵³⁰ Pensado sobre essa questão, para Rodrigues (2016), o “homem considerado racional deveria controlar seus impulsos sexuais, ao primar pela ordem, além de ter que exercer sua superioridade sobre a mulher no cotidiano”.⁵³¹

A “honra social”, uma prática discursiva de juízes, promotores e defensores públicos, indicava dois sentidos voltados tanto para a família quanto para a sociedade e, de modo geral, aparecia associada a um conjunto de qualificações relativas às mulheres, que inscreviam sentidos em seus corpos, estabelecendo códigos de condutas sexuais e morais.

Para os magistrados, a exposição da família nos crimes sexuais gerava uma visão negativa frente à sociedade, muitas vezes significava um ultraje, uma vergonha, em particular nos casos em que os pais detinham certa visibilidade por terem melhor poder aquisitivo e profissão reconhecida.⁵³²

Por essa perspectiva, para sentinela, forçar a visibilidade das práticas seria uma forma de chamar atenção desses homens, pois o homem, quando forçado socialmente a sentir-se envergonhado, perderia o respeito diante da sociedade, como sua própria honra, um dos escudos da sua virilidade e mais ainda do bom cidadão respeitado por todos. Segundo Ramos (2015), a preocupação com a ideia da honra estaria correlacionada aos princípios da obediência e “[...] envolvia também valores sociais relativos “à boa reputação”, “aos bons

⁵²⁹ RAMOS, Gilmária Salviano. Honra sexual: discursos em torno de crime sexuais. (Tese) Programa de Pós-Graduação em História. UFSC/PPGH. Florianópolis- SC, 2015, p.90.

⁵³⁰ BURITI, Iranilson. Façamos a família à nossa imagem: a construção de conceitos de família no Recife Moderno (décadas de 20 e 30). (Tese) Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2002, p. 42.

⁵³¹ RODRIGUES, Ramon Araújo. Masculinidades e virilidades na literatura de Clodoaldo Freitas. (Dissertação) Universidade Federal do Piauí (UFPI), Teresina, 2016, p. 105.

⁵³² RAMOS, Gilmária Salviano. Honra sexual: discursos em torno de crime sexuais. (Tese) Programa de Pós-Graduação em História. UFSC/PPGH. Florianópolis- SC, 2015, p.77.

procedimentos”, “bons princípios e boa formação”, ao “bom conceito”, entre outros.”⁵³³

A Honra e a Virilidade

O sentimento de desordem provocado pela ação de tipos masculinos, em Caxias, nos aponta como alguns comportamentos eram frequentes na cidade, porém só a partir da imprensa que tais casos vieram à tona nesse contexto da primeira República. O que denota nesse ínterim é necessidade que possuíam diante dos desejos carnavais e mais ainda desse processo de reafirmação da virilidade.

Por isso vamos perceber, por parte dos juristas, a afirmação que o defloramento deveria ser entendido como um ato pelo qual os homens deveriam ser punidos, visto que a imagem feminina, após o ato, estaria manchada, além da possibilidade da mesma acabar adentrando para prostituição.

O discurso da sentinela – que não sabemos ser um grupo existente na cidade ou apenas uma pessoa que defendia tais princípios em Caxias – apresentou, mediante as práticas de defloramento que estavam ocorrendo de forma muito intensa, uma carta de preocupação sobre o assunto. Entre muitos casos que ganharam as páginas dos jornais caxienses, podemos citar o caso da menina deflorada, Angela de Moraes, que foi identificado de maior expressividade no contexto. Em vista da “monstruosidade”, conforme aponta o Jornal de Caxias.

O alvo desses homens, indicado pelo pela nota de repúdio, não era apenas as meninas dos segmentos menos abastados, mas também as meninas dos segmentos detores de poder aquisitivo na sociedade caxiense, porém é válido acrescentar que não conseguimos identificar essas donzelas dos segmentos mais abastados, pois o que se nota é uma resguarda tanto deste homem, como desta menina, visto ser um fato pelo qual os envolvidos estariam marcados negativamente.⁵³⁴

Refletindo sobre essa questão, Vigarello (1998) afirma que crimes como

⁵³³ RAMOS, Gilmária Salviano. Honra sexual: discursos em torno de crime sexuais. (Tese) Programa de Pós-Graduação em História. UFSC/PPGH. Florianópolis- SC, 2015, p.76.

⁵³⁴ As mulheres eram tidas como a representação do privado, e sua participação ativa enquanto mulheres em praça pública eram rejeitadas por praticamente todos os homens. [...]. É no ceio do espaço privado que o indivíduo se prepara para afrontar o olhar dos outros; ali configura-se sua apresentação, em função das imagens sociais do corpo. PERROT, Michelle (Org.). História da Vida Privada: Da revolução Francesa à primeira guerra. Trad. Denise Bottmann e Bernardo Joffily. São Paulo: Companhia das Letras, 1991, pp. 27-446.

defloramentos ou espancamentos praticados por homens se tornaram mais visíveis, a partir da ação das “[...] investigações da polícia, nos documentos da Justiça, nos artigos de imprensa, nos debates da opinião pública”.⁵³⁵

Em relação a esta questão, podemos pensar que não é um caso isolado o espancamento de mulheres por homens. As questões na verdade não se limitavam apenas aos espancamentos, mas também à morte dessas mulheres. Por este viés, podemos apresentar o caso de Claro, um homem de cor preta, maior de 60 anos de idade, casado com Firmina de tal, conforme o jornal aponta.

A vida deste casal, em termos gerais, como nos credencia o próprio *Jornal de Caxias*, acaba ganhando visibilidade no jornal naquele momento. Em suas considerações, o casal estava voltando de uma festa para o sítio *Olho d’Água* onde viviam, mas que o dono era o Srº Tenente Coronel Antonio Bernardo Pinto Sobrinho. Nas descrições apresentadas sobre o ocorrido, o articulista nos chama atenção para aspectos bem característicos do casal. Um dado que não podemos considerar como válido para os demais casos, que tivemos a oportunidade de analisar até o dado momento.

Primeiro é a idade, a cor do causador e da vítima, um dado em que podemos constituir análises, ou seja, dar dimensão para pensarmos a ideia da representação desse fato na imprensa. O caso enfatizado pelo jornal em relação à cor, cujos envolvidos são dois negros, assim segundo aponta o jornal [...] Claro de tal, de cor preta e maior de 60 annos, casado com Firmina de tal, mulata de 30 annos mais ou menos e que estava no 9^a mez de gravidez, residia com a mulher no sítio *Olho d’Água* do sr. tenente-coronel Antonio Bernardo Pinto Sobrinho.

O articulista, ao trazer à tona dados como esse, demarca socialmente quem são as pessoas, informando o lugar onde moram e qual a idade. Algo que não conseguimos identificar em outros casos que foram publicados na imprensa. Mas seguindo a análise, o jornal fala que o casal havia saído de uma festa na noite do dia (28 do passado), voltando esse casal dessa festa sem ter havido a menor desavença entre ambos, quando já se achavam recolhidos a seus aposentos.

Assim, como nos informa o jornal “Claro dirigio-se a mulher e fere-a de ponta e retirando-se para fora da casa, ferio-se com a mesma faca também no ventre, arrependido do mal que havia feito. Em depoimento na delegacia, Claro afirmou sua versão acerca do fato. Segundo o que ele diz, “na manhã de domingo veio para aqui a infeliz mulher em uma rede e

⁵³⁵ VIGARELLO, George. História do Estupro: violência sexual nos séculos XVI –XX. Trad. Lucy Magalhães. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998, p. 07.

esteve na casa da Camara em quanto se procedeo corpo de delicto, sendo, depois transportada a uma casa aberta na Rua da Areia, aonde a vimos a tarde, com os intestinos de fora sem que até então se lhe tivesse applicado nenhum curativo.”⁵³⁶

Porém o jornal não apresenta mais elementos sobre a fala de Claro, em relação ao fato ocorrido. Percebemos que a fala apresentada não esclarece o fato dos sujeitos envolvidos. Mas o jornal aponta que o ato realizado por Claro “é inacreditável isso, mas infelizmente é exacto esse deshumano!”⁵³⁷

Percebendo as relações de gênero e a forma como Firmina é morta, o jornal questiona por quais motivos este *homem negro* realizou ato tão monstruoso. Assim como o jornal se acalenta de perguntas para compreender os motivos do assassinato de duas vidas, pois como apontamos anteriormente ele não mata apenas Firmina, mas também o filho ou filha que estava próximo de nascer. Assim, Ferri ressalta que:

O homem que acredita ter o direito de matar, só porque surpreenda ou creia no adultério, intervém não a veemência de uma paixão, como o amor, mas a manifestação de um egoísmo possessório, opressão marital sobre a mulher escrava e besta de carga, cujo corpo, na fantasia reta ou desequilibrada do esbulho, se deva fazer voltar ao antigo senhor com a violência. Antes a supressão que a perda da posse exclusiva [...] deveremos afirmar bem alto que o direito de matar não é uma faculdade que a civilização possa conceder a alguém.⁵³⁸

Mas o jornal aponta que o sofrimento da vítima do preto Claro não se findou no mesmo dia de sua ação. Após o ato, o corpo da mesma foi enviado para Câmara municipal para tentar ajudar em uma possível recuperação, mas como o grau de ferimentos foi bem intenso “a mulher negra”, como ratifica o jornal, não resistiu. E na “noute de 30 pode Firmina, encontrando-se nella ao que nos disseram, um ferimento no ventre. Pouco depois exhalou tambem o ulimo suspiro, essa infeliz mulher, a quem só muito tarde foram prestados alguns socorros.”⁵³⁹

Nas considerações do jornal, o causador do crime se fingiu arrependido e emotivo diante do fato ocorrido. Mas mesmo assim, fingindo demência, como ratifica o articulista, ele em uma tarde de “domingo foi recolhido a cadeia pública, mas não é de gravidade o seu

⁵³⁶ Jornal de Caxias, 04 de janeiro, 1902, Ano VII, nº 313, p. 02.

⁵³⁷ Jornal de Caxias, 04 de janeiro, 1902, Ano VII, nº 313, p. 02.

⁵³⁸ FERRI, Enrico. O delito passionnal na civilização contemporânea. São Paulo: Saraiva, 1934, p. 68.

⁵³⁹ Jornal de Caxias, 04 de janeiro, 1902, Ano VII, nº 313, p. 02.

estado tanto que no dia seguinte foi a uma das boticas acompanhado por soldados em procura de medicamentos”.⁵⁴⁰

O que realmente levou Claro a cometer o assassinato da sua esposa? Os motivos não ficam evidentes, diante das afirmativas apresentadas pelo jornal, mas o conceito de honra, ou melhor dizendo, o que homem em questão entendeu por honra, e porque ele reagiu assim, podem nos servir de elementos para fazer conjecturas, por exemplo, de como a ideia de imprimir no bojo social de uma honra limpa acaba sendo um ponto bem presente nesse contexto da Primeira República em Caxias.

O desfecho desta história não se torna única, visto as várias notas que conseguimos capturar ao folhear as páginas do Jornal de Caxias. O que podemos pensar que os casos, em que homem bate na mulher, transcorrem em um cotidiano bem característico na cidade de Caxias.

Nesse sentido, o caso de Claro, podemos considerar que no campo das emoções elas podiam ser motivos suficientes para levar os homens a ousarem, caso fosse necessário defender o seu *brio* masculino, levando-se em conta que a dignidade e a honra são marcas representativas do universo do homem. Sobre esta questão, Antonio Carlos Lima da Conceição (2005) ressalta que:

A fidelidade garantia a estabilidade da relação monogâmica do casamento, que era muito exigente no que diz respeito à monogamia da mulher e à garantia da certeza da prole. A reação masculina à perda da honra era violenta. O homem devia ser impetuoso, até agressivo e estes eram elementos que também compunham a construção da masculinidade.⁵⁴¹

Seguindo essa máxima, onde a virilidade, a masculinidade e a honra desse homem estão em jogo, os critérios sociais de diferenciação acabam sendo deixados de lado e demonstrando ser mais necessário defender aquilo em que vale muito, pois seria viver a total tranquilidade de bater no peito e dizer “sou homem sem falhas”, sem nenhum traço que desmereça o meu *brio* masculino.

Sobre esta questão, Mirian Pillar Grossi (2001) destaca que para a constituição do modelo de masculinidade hegemônica em nossa cultura a “atividade não diz respeito apenas

⁵⁴⁰ Jornal de Caxias, 04 de janeiro, 1902, Ano VII, nº 313, p. 02.

⁵⁴¹ CONCEIÇÃO, Antonio Carlos Lima da C744 Metendo a colher: os crimes passionais em Salvador (1940-1980). (Tese) – Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Salvador, 2015, p 162.

à sexualidade. Ela é também percebida positivamente também agressividade, pela voracidade, como aconteceu no caso acima”. Nesse compasso, o processo de reprodução da masculinidade acaba sendo realizado, quando se percebe as maneiras como sujeitos, como esse citado acima, acionam a violência como forma de manter o elemento que o define enquanto homem, o masculino ou o macho. Notamos que o entendimento corre pela via da conversão, ou seja, transforma-se a agressividade em agressão, incorporando nesse processo a violência.

Mas como afirmamos anteriormente, o caso do negro Claro e sua esposa Firmina não se torna nota informativa única no *Jornal de Caxias*, a desordem ocasionada por casais e, mais ainda, os maus exemplos que tais situações configuravam como notícias na imprensa, naquele momento, evidenciam de antemão um entendimento da ausência da ordem, seja ela dentro do âmbito público, ou privado. A ideia então de desordem marca de forma singular a cidade de Caxias, mas os parâmetros de análise desta questão são visualizados pelo ângulo dos desentendimentos, onde o homem situa-se como ator principal.

Nesse sentido, seguindo em mais fatos, é possível apresentar outro tipo de violência, mas que, segundo os dados colhidos, não configuram como total entendimento acerca da relação entre José Monte e Leopoldina, por exemplo. O caso acontece na noite de segunda-feira, às 8 horas, Jose Monte, morador no Cangalheiro, segundo o que diz articulista “forçou a porta da casa onde reside Leopoldina Ferreira da Silva, penetrou no interior e concluindo de rastros a mesma Leopoldina para a rua espancou-a brutalmente com o cinturão que trazia”.⁵⁴²

O articulista considera que a surra dada na senhora em questão foi realizada por um período bem longo sem a intervenção de “ninguém da vizinhança acodio aos gritos de socorro dados pela vítima e um filho de 7 anos, pelo terror que todos têm de agressor que é um formidável desordeiro.”⁵⁴³

O jornal, ainda, afirma que a polícia foi acionada, porém quem levou a notícia até o Delegado, segundo o que foi apurado, não apresentou o nome. “O sr. Delegado de polícia após receber a notícia dessa ocorrência, procedeu corpo delicto a uma ofendida, sendo o estado dela considerado grave pelos peritos, segundo somos informados”.⁵⁴⁴ Ao final da nota, o jornal pede que “é de esperar que não fique impune esse atentado que foi presenciado por muitas pessoas da vizinhança o que reduziu a paciente ao estado de não restabelecer-se em

⁵⁴² Jornal de Caxias, 18 de abril de 1903, Ano, VIII, número 378, p. 01.

⁵⁴³ Jornal de Caxias 18 de abril de 1903, Ano, VIII, número 378, p. 01.

⁵⁴⁴ Jornal de Caxias, 18 de abril de 1903, Ano, VIII, nº. 378, p. 01.

30 dias”.⁵⁴⁵

Nota-se que a palavra desordem marca o entendimento de regularidade social ausente em Caxias, por isso percebemos o quanto os jornais buscam imprimir discursos conclamando a necessidade de homens capazes de solucionar os problemas sociais vividos pelos caxienses, condenando, nesse caso, os homens cujas práticas estão manchando e atrapalhando a ordem social. Porém o desejo de implantar uma ordem não estava na mesma sintonia das práticas dos caxienses, pois nota-se, nesse contexto, que muitos homens em nome da sua honra, em nome do manter sua integridade, envolviam-se em situações conflituosas, gerando sempre desentendimentos entre esses homens.

Referencias

BURITI, Iranilson. Façamos a família à nossa imagem: a construção de conceitos de família no Recife Moderno (décadas de 20 e 30). (Tese) Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2002.

CAVACALTI, Silêde L. O. Campina Grande de(fl)orada por forasteiros. In: Imagens multifacetadas da História de Campina Grande. Campina Grande: Prefeitura Municipal de Campina Grande. Secretaria de Educação, 2000.

CONCEIÇÃO, Antonio Carlos Lima da C744 Metendo a colher: os crimes passionais em Salvador (1940-1980). (Tese) – Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Salvador, 2015.

ESTEVES, Martha Abreu. Meninas Perdidas: os Populares e o cotidiano do amor no Rio de Janeiro da Belle Époque. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1989.

FERRI, Enrico. O delito passional na civilização contemporânea. São Paulo: Saraiva, 1934, p. 68.

PERROT, Michelle (Org.). História da Vida Privada: Da revolução Francesa à primeira guerra. Trad. Denise Bottmann e Bernado Joffily. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

RAMOS, Gilmária Salviano. Honra sexual: discursos em torno de crime sexuais. (Tese) Programa de Pós-Graduação em História. UFSC/PPGH. Florianópolis- SC, 2015.

RODRIGUES, Ramon Araújo. Masculinidades e virilidades na literatura de Clodoaldo Freitas. (Dissertação) Universidade Federal do Piauí (UFPI), Teresina, 2016.

⁵⁴⁵ Jornal de Caxias, 09 de setembro de 1905, Ano X, nº. 501 p. 01.

VIGARELLO, George. História do Estupro: violência sexual nos séculos XVI –XX. Trad. Lucy Magalhães. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

Jornal de Caxias, 18 de abril de 1903, Ano, VIII, número 378, p. 01.

Jornal de Caxias 18 de abril de 1903, Ano, VIII, número 378, p. 01.

Jornal de Caxias, 18 de abril de 1903, Ano, VIII, nº. 378, p. 01.

Jornal de Caxias, 09 de setembro de 1905, Ano X, nº. 501 p. 01.

Jornal de Caxias, 04 de janeiro, 1902, Ano VII, nº 313, p. 02.

Jornal de Caxias, 24 de junho de 1899, Ano IV, número 184, pp. 02-03.

NÃO SEJAM FILHOS DE DIONISIO, SEJAM HOMEM HONRADO DA NAÇÃO: ALCOOLISMO E MASCULINIDADE EM CAXIAS DURANTE A PRIMEIRA REPÚBLICA (1889-1930)

Lais Isabelle Rocha de Souza⁵⁴⁶

Jakson dos Santos Ribeiro⁵⁴⁷

Resumo:

A historiografia vem nos últimos anos evidenciando produções acerca de gênero em suas diversas nuances e ampliando seus olhares acerca dos indivíduos e suas performances sociais. Assim, a figura do homem/ébrio, diante da performática de um modelo de masculinidade se tornou um elemento visível aos olhos da academia. Por isso, a pesquisa apresenta uma análise acerca dos discursos da imprensa caxiense na Primeira República acerca dos males ocasionados pelo álcool, o que impedia a construção do perfil de homem honrado. Desse modo, o trabalho de pesquisa tem como objetivo, apresentar uma reflexão de como a imprensa caxiense representava esses homens desonrados nos jornais da Primeira República, direcionando o olhar para as divergências causadas pela bebida (álcool). Partindo desse pressuposto, realiza uma revisão bibliográfica, com os principais autores acerca da temática, como também uma análise documental, em especial os jornais. O método empregado é o qualitativo, com uma análise aprofundada em jornais de Caxias, visando entender a honra e o alcoolismo na sociedade caxiense e os perfis idealizados de masculinidade que era construído pelo discurso político médico-higienista-eugênico e das campanhas antialcoólicas. É notória a força que os jornais tinham, os periódicos eram uma forma de divulgar notícias (geralmente tragédias) que envolvesse o álcool e suas consequências e assim causar na sociedade caxiense certo receio em consumir bebidas.

Palavras-chave: Alcoolismo. Masculinidade. Desordem.

Introdução

O presente trabalho busca fazer uma reflexão de como a imprensa caxiense representava os homens ditos como desonrados nos jornais da Primeira República, desse modo, direciona-se um olhar para as divergências causadas pela bebida (álcool), analisando os discursos da imprensa caxiense da Primeira República, que fazem menção acerca dos males ocasionados pelo álcool, o que impedia a construção do perfil de homem honrado, para esse período e espaço de tempo estabelecido.

A pesquisa é feita no recorte temporal da Primeira República (1889-1930), na cidade de Caxias-MA ou como é conhecida, a “Princesa do Sertão”. Nesse sentido, é importante lembrar, como estava o contexto do país, movido pelo espírito da modernização, acalentado, principalmente pela industrialização dos grandes centros do país como: Rio de Janeiro e São Paulo, o que levou como consequência, ao

⁵⁴⁶ Graduanda em História CESC-UEMA, Bolsista PIBIC/UEMA. E-mail: rochaisabellesouza@outlook.com

⁵⁴⁷ Professor. Adjunto I na Universidade Estadual do Maranhão – Campus/Caxias. Doutor em História Social da Amazônia – UFPA. E-mail: noskcajzaionnel@gmail.com

aumento demográfico. Influenciado também, pela entrada de imigrantes para trabalhar nas indústrias e grandes fazendas (RAGO, 1985).

Nesse compasso, a própria estrutura física das cidades foi se modificando e se adequando as novas ambições do Estado e projetando-se como uma sociedade “civilizada”, claro que essa modernização não se restringiu aos grandes centros do país, mas ocorreu em diferentes graus em todo o território, como é o caso da cidade Caxias, perpassado com chegada das fabricas, a linha férrea, símbolos da modernidade que também influenciaram na dinâmica da economia do Maranhão.

Essa nova sociedade que acendia nesse período, utilizou a imprensa, como uma forma de propagar ideias (como os das campanhas antialcoólicas) e valores necessários para agregar dentro dos objetivos de formalização de uma sociedade ideal, mas também de controle da sociedade, visto que, os textos dos realizavam condenações a práticas, como a ingestão de bebidas alcoólicas e os efeitos ocasionados por elas. É válido ressaltar que, os períodos também são de grande ajuda quando se trabalha micro-história⁵⁴⁸, uma vez que, podem-se encontrar periódicos de diversas localidades e assim compor a história de um lugar.

Para entender os objetivos da discussão, foi realizada inicialmente uma revisão bibliográfica focada principalmente em conceitos básicos da temática em questão e análise de jornais, pois eles nos fornecem dimensões acerca do período, principalmente ao tocante a formação da identidade de uma nação, que buscava naquele contexto entender-se enquanto nação. Modernização, dessa forma entender como se apresentava a masculinidade em Caxias, sobre a luz da imprensa entre os fins do século XIX e início do século XX. Podemos então pensar as fontes bibliográficas como uma visão macro da temática e os jornais⁵⁴⁹ como a micro e responsável por colocar a pesquisa em Caxias-MA.

Álcool e masculinidade: o perfil do homem ébrio

⁵⁴⁸ A micro-história que tem como característica “contar” uma história em nível reduzido, absorvendo aspectos que tanto a Escola dos Annales valoriza que são: os aspectos sociais, os culturais e os econômicos e a partir desse “micro” perspectiva busca-se entender todo o panorama de uma época. Entender a história de personagens “esquecidos” que são importantes, pois a partir dessa análise pode-se entender outros lados de um acontecimento ou período.

⁵⁴⁹ Que gêneros textuais se adaptam as necessidades de uma sociedade, dessa forma os periódicos formavam um padrão de sociedades a ser seguido e também uma forma de tornar público qualquer “falha” desse padrão de social e de homem ideal que deveria ser exemplo (BAKHTIN, 2016), assim sendo os jornais mostra-se como uma for de ver “entrelinhas da história”.

O ébrio durante a Primeira República torna-se uma figura visível aos olhos da imprensa, não apenas de outros lugares, mas na própria cidade de Caxias. Os discursos presentes nos periódicos, apontam para o álcool, como também para o ébrio como barreiras para formação de um perfil de homem honrado, visto que o álcool seria uma forma desviante de um padrão de masculinidade ideal.

Maria Izilda dos Santos Matos (2001) fala os periódicos e os discursos médico-higienista-eugênico, trabalhavam juntos para formar uma base doutrinadora para se falar sobre os perigos do álcool e como deveria se formar uma família honrada, para tal existia inúmeras regras a se seguir, para assim ter uma vida “boa”. Nesse sentido, o objetivo era manter o sujeito saudável para poder trabalhar, levando ao melhor desenvolvimento do país. Matos (2001) pontua:

O discurso da campanha, que era majoritariamente dirigido aos homens, apontava como o alcoólatra sacrificava a profissão, a família e a dignidade, envoltas em apatia, indiferente, sem energia, incapaz de trabalhar. Centrando-se na importância do trabalho, procurava-se reforçar a identificação masculina com ele destacando seu papel de provedor e; logo, de bom chefe de família. Nesse discurso, reforçava-se a necessidade do homem de ser resistente, jamais manifesta dependência, sinais de fraqueza, principalmente devendo ser metódico, atento, racional e disciplinado. Assim, refletindo, cristalizavam e mandavam como mensagem um ideal de masculinidade, exprimindo e condicionando o ser homem e trabalhador nesse período. (MATOS, 2001, p. 41).

Como reforça, a autora, além de provedor o homem é pai, consequentemente deveria ser exemplo, o guia, honrado e honesto, assim sendo espelho de bons exemplos para o filho. O filho de um alcoólatra recebia o vício de herança, perdia a moral, abandonava a escola, acabava por virar alcoólatra que levava a quatro caminhos: a vagabundagem, o crime, o hospício ou para prisão. Observe o trecho da matéria a baixo.

Seguramente 90% dos crimes perpetrados em todos os países têm origem no abuso do álcool.
 Não menor é a porcentagem das moléstias adquiridas na prática desse horroroso vício
 O homem que se entrega ao vício da embriaguez não só é um desgraçado; é uma fonte perene de males para a sociedade.
 Desmoraliza-se a si próprio e ninguém lhe confia trabalhos donde tire os meios de subsistência.
 Seu destino é a cadeia, ou a enxerga de um hospital.
 Não é um homem útil, mas um homem prejudicial.
 Si tem família, então maiores são os males que causa á comunidade.
 Preso, ébrio ou doente, não pode trabalhar; a miséria aparece-lhes em casa e os seus descendentes ou imitam-lhe o exemplo ou buscam na rapina meio fácil de subsistência.
 A sociedade se desorganiza e a humanidade retrógada.

O vício da embriaguez não empolga só a classe proletária. Avassala também os homens de letras, ou grandes indústrias, até os diretores da polícia. Entre estes, hodiernamente, o alcoolismo toma tanto vulto que faz perigar o futuro das nações.

O abuso frequente das bebidas alcoólicas por toda a parte toma assustadoras proporções e ameaça apresenta-se como regra geral.

Mães, esposas e filhas já se embriagam também; e, nesse deplorável e vergonhoso estado, já de vez em quando se vê em público.

Triste realidade a embriaguez!

Adeus, honra; adeus, família; adeus, razão humana!

O alcoolismo, mais que todos os outros vícios reunidos, está promovendo a medonha catástrofe da dissolução social.⁵⁵⁰

No caso, da notícia, o jornal apresenta sobre diversos assuntos envolvendo a bebida, inclusive os crimes movidos pelo álcool, muitas vezes a bebida era usada como justificativa para a ocorrência do crime, posto que, se acreditava que o álcool fazia o extinto violento do homem se aflora culminando em crimes contra outros homens, a própria família ou a sociedade em geral levando ao desmanche social.

Também se apontava sobre a “loucura alcoólica”, que culminava em delírios que levavam a muitos “crimes de ciúmes”, como trata Marques (2007), era entendível que a loucura é o álcool deviam ser banido da sociedade, evitando o esfacelamento da ordem nacional. Assim, abrindo um parêntese sobre a matéria acima, outro ponto curioso que essa matéria toca é as mulheres e o álcool, deixando claro que o sexo feminino também ingeria o líquido alcoólico, fato esse que segundo Matos (2001) se tornava inconcebível, visto que as mulheres eram responsáveis pela manutenção da paz no lar, mas era apenas ocultos casos de mulheres alcoólatras.

O alcoólatra é tudo que um homem-honrado não deveria ser e as campanhas aproveitavam-se disso para reforçar o perfil ideal de homem; era a ideia de normatizar um padrão masculino; que era visto como essencial naquela sociedade moderna que estava se formando no início da Primeira República (BARBOSA, 2011).

O alcoólatra era aquele que perdia a dignidade, imbecilizava-se, o homem se transformava em uma “fera”, total contrário do perfil ideal de homem, digno, disciplinado, racional, com moral, ética e sentimentos de ordem qualidades que formam um homem capaz de trabalhar e ampara a família.

Vale ressaltar que o prognóstico, a cura para o alcoolismo, não consistia na adoção de procedimentos médicos tradicionais, como as intervenções cirúrgicas e medicamentos, e sim na adesão a uma conduta moral arraigada nos valores cristãos e cívicos, na qual a abstinência às bebidas alcoólicas era um preceito fundamental. (COSTA, 2009, p. 98).

⁵⁵⁰ Jornal de Caxias, 11 de abril de 1903, Ano VIII, número 378, p. 03.

Em vista desta questão, como é abordado por Fernando Dumas (1995) as campanhas antialcoólicas, percebem o alcoolismo como uma doença é o apodrecimento do corpo (que durante esse período era de alto valor para a formação do caráter; um corpo saudável tem uma alma saudável), uma verdadeira “degeneração”. Assim sendo, o Jornal de Caxias retrata em uma de suas diversas manchetes que tem o título “O alcoolismo”.

Assim o jornal aponta:

Bem sei que cada um é livre de beber quando póle o lhe apraz, do fumar quando quer, mas todo o mundo também reconhece que o vicio da embriaguez é um dos maiores flagelos da humanidade e que o habito de beber e fumar é pelo menos um hábito inútil ente nós, bárbaro e mesquinho imoral, sob o ponto de vista social.⁵⁵¹

A notícia reflete sob o fato da utilização tanto da bebida, quanto o do fumo ser livre, na continuação da publicação eles reafirmam o fato da liberdade do consumo, porém são cogitadas medidas que os governos podem tomar para restringir essa utilização como: mudar o foco dos aumentos dos impostos, de alimentos para a bebida e o fumo; medida essa utilizada nas campanhas antialcoólicas nas grandes cidades do país.

Assim, como trata Matos (2001) que, à proibição era inviável, por conta de acordos entre produtores e o governo, então a ideia era restringir para assim poder controlar esse mal social, medidas como: como aumento dos impostos, proibição de venda em certos dias, passou a existir penas para o consumidor de bebidas e prevenção. Sobre essas medidas o Jornal de Caxias traz um exemplo dessas punições no trecho a seguir; “No município de Caxias Maranhão, o individuo q’ é encontrado em estado de embriaguez, paga imediatamente e sem prejuízo de outras penas, 2,000 réis como infracção de postura.”⁵⁵², além de que em algumas edições do jornal tinha a lista desses homens que eram pegos em estado de embriaguez.

Essas notícias falam exclusivamente da cidade de Caxias e sobre a pena para a embriaguez, mais uma vez frisando a postura firme contra o alcoolismo e seus prejuízos ao desenvolvimento da sociedade caxiense, existia um medo que o álcool causasse o desmoronamento social da cidade, porque um homem embriagado era um vetor para a violência, por isso se pensava em penas rigorosas. Em jornais caxienses relatavam crimes envolvendo o etílico, mesmo quando ocorriam em outras

⁵⁵¹ Jornal de Caxias, 17 de fevereiro de 1906, Ano XI, número 521, p. 01.

⁵⁵² Jornal de Caxias, 9 de novembro de 1901, Ano VII, número 305, p.02.

partes do país, pois a tática era incutir o medo na população e os manter longe do álcool e seus perigos.

Eram crimes movidos e justificados pela “loucura alcoólica”, o que reforçava a ideia de desequilíbrio mental provocado pelo álcool (MATOS, 2001). Muitos médicos e juristas defendiam que o estado de alcoolismo durante o crime, deveria ser um agravante e não atenuante. Um exemplo que o Jornal de Caxias traz, com um título bem chamativo é “*Um grande crime*”, que trata de um assassinato que ocorreu em Ribeirão Preto, o assassino é Pedro Terra, que era escrivão de polícia; que matou sua esposa Narcisa após, ser questionado sobre a hora que chegou em casa vindo de uma roleta, onde a ingestão de álcool era certa.

Ele a assassinou, com os filhos nos braços, “mas um tiro partira direto ao coração da infeliz senhora, que instantes depois era cadáver!”⁵⁵³, nesse caso quem sofreu foi a família vítima muito comum do álcool, posto que um pai degenerado pelo vício se mostre incapaz de se pai/ provedor/ marido.

Outro fator que o álcool era constantemente associado era a doença, dado que álcool era sinônimo de degradação do corpo, um corpo doente não pode trabalhar se tornando assim um homem desonrado, pois um homem trabalhador era provedor de sua família. Segue um exemplo, de como o vício pelo álcool era visto como uma doença a se erradicada.

Esse remédio chama-se Equisina, de equis cavallo. É um liquido preparado com sangue de cavallo, sôro alcoolizado. Esta preparação injetada no corpo do doente combate a tendência hereditária ou adquirida á embriaguez. O tratamento pela Equisina é também preventivo e pode ser empregado como o da vacina de Jenner coutra as bexigas. Uma criança inoculada com Equisina ficará imunizada contra o vício da embriaguez para o resto de seus dias.⁵⁵⁴

Essa matéria, intitulada “Contra a embriaguez”, fala sobre uma descoberta francesa em medicação para tratamento e prevenção do vício. Até se fala da hereditariedade do vício, pois se acreditava que um pai alcoólatra passará a “doença” a sua prole tornando-lhes degenerados. Essa preocupação era tão grande em relação à “doença” causada pelo álcool, que até mesmo no Brasil se buscava pela cura ou por qualquer medicamento, tanto que Sr. Escobar publica um artigo no Jornal Fluminense; que aconselha “[...] o leite de porca para a cura da embriaguez.”⁵⁵⁵

⁵⁵³ Jornal de Caxias, 11 de janeiro de 1896, Ano I, número 15, p. 01.

⁵⁵⁴ Jornal de Caxias, 22 de abril de 1899, Ano IV, número 175, p. 02.

⁵⁵⁵ Jornal de Caxias, 17 de setembro de 1898, Ano III, número 147, p. 02.

Além de ser associada a doenças a bebida era também, motivo de certo desequilíbrio emocional desses sujeitos, como o caso de Benedicto Diamba, que acabou colocando fim a própria vida quando estava sobre efeito da bebida.

Suicídio

Em dias desta semana o indivíduo que era conhecido aqui por *Benedicto diamba*, achando-se a passeio, no sitio Canna brava, no 2º districto, 4 leguas distante desta cidade, desfoehou no ouvido direito um tiro de pistola, de que resultou falecer instantaneamente.

Benedicto entregava-se constantemente ao vicio da embriaguez, o consta que se achava dominado por ele quando poz torma a sua vida. ⁵⁵⁶

Esse caso é uma forma de comprova como o homem ébrio era visto como um sujeito desequilibrado que muito facilmente poderia ser levada a violência contra si mesmo, para outros homens ou sua família; a bebida era vista como um mal que deveria ser banido da sociedade, pois só assim esses sujeitos teriam saúde.

Dessa maneira, os periódicos contribuíam para a “luta alcoólica”, posto que eles retratavam tudo que um bom homem (honrado) não deveria ser, seguindo o perfil de homem ideal para os republicanos (que era contrário ao ócio). O ébrio significava um atraso para o país, uma vez que, era um péssimo operário, um mau exemplo para a sociedade, responsável pelo sofrimento de sua prole e ainda gerava gastos ao Estado.

A “cura” era vista como um “escape” social, na verdade a construção de um padrão social; dessa forma qualquer um que for fora desse padrão faz parte dessa sociedade “degenerada”. Como fala Marques (2007), já não se associava o álcool a pobreza nos discursos médicos, apenas se reconhecia que o liquido alcoólico estava vinculado ao cotidiano da cultura popular.

Nesse sentido, o *saber médico* representava a maneira de controlar os corpos sociais, como também apresentar práticas preventivas, pois um discurso latente era entender que corpos saudáveis seria um sintoma para se construir uma nação caminhando para o crescimento. (RIBEIRO, 2018, p. 243).

Sobre essa perspectiva tem a ideia de discurso de Foucault que cada época tem sua forma de representação de poder, no período da Primeira República o Estado fazia uso dos periódicos que formavam e difundiam os discursos “válidos” da nação, que conduziam a ideia do que era socialmente aceito, à vista disso esse discurso levava a formação do homem que aquele período histórico precisava para melhor desenvolvimento da modernidade, desse modo o “ser homem” se adapta a masculinidade hegemônica que é moldada pelo poder vigente.

⁵⁵⁶ Jornal de Caxias, 7 de junho de 1902, Ano VII, número 334, p. 01.

Nesse olhar, Costa (2009) aponta que com esses discursos que normatizava o comportamento é uma forma de acabar com atos de violência, pois a mesma destroem a ordem social e a tranquilidade social; fica perceptível que os jornais retratam esse homem/ébrio de forma degenerada e como o que de pior uma sociedade poderia ter; o trabalho era padrão de masculinidade, pois só através do mesmo conseguia manter a família, o homem que trabalha jamais deveria manter dependência (caso tivesse estaria destruindo a família, sua moral e seu trabalho). Ser forte, saudável, disciplinados e viris todos esses fatores eram essenciais para a construção do homem-provedor.

Considerações Finais

Pela observação dos aspectos analisados nos periódicos, que consistia em matérias que falava sobre as consequências do álcool e todos os aspectos envolvidos, chega-se à conclusão que se tinha um grande medo dos efeitos da bebida para a sociedade da cidade de Caxias, então os discursos dos jornais trabalhavam juntamente com o Estado para causar receio na população quanto os efeitos do líquido alcoólico; as manchetes sempre trabalhavam a degeneração que o álcool causava sua predisposição ao crime, a loucura e a possível morte do sujeito.

Era uma forma de convencer à cidade que o trabalho era a única forma de “salvar” Caxias dos males do etílico; o trabalho era o padrão de masculinidade ideal (e também um ideal da Primeira República), posto que somente um homem trabalhador tinha honra, moral e ética, assim podendo ser pai/provedor/marido.

Por esse fator citado anteriormente, a luta antialcoólicas elas se mostram muitos repressivas, uma vez que a sociedade que se buscava formar não tinha espaço para os “moleques”, “vagabundos” e embriagados, ou seja, não tinha espaço para o ócio. Essas campanhas tinham diversas medidas; usavam de restrição, aumento de impostos, utilizavam a mídia e até de particular e claro os jornais que eram de grande repercussão no período. Os discursos neles propagados era uma forma de moldar a sociedade para a nova realidade do país, um lugar que tinha um ócio como um mal social.

Assim sendo, tinham-se certo receio que o líquido alcoólico motivasse o desmanche social caxiense, levando assim a perda da tranquilidade social da cidade. E as campanhas elas se mostravam cada vez mais fortes, porque era uma forma de

combater essa “peste” e evitar o ócio que era um grande medo da sociedade que se formava na Primeira República.

REFERÊNCIAS

- BARBOSA, Marialva Carlos. **Imprensa e encenações de modernidade no início da República**. Vivencia (UFRN), v.38, p. 129-142, 2011.
- BAKHTIN, Mikhail. **Os gêneros do discurso**. São Paulo: Editora 34, 2016.
- CONNEL, Robert W; MESSERSCHMIDT, James W. **Masculinidade hegemônica: repensando o conceito**. Revista Estudos Feministas. Janeiro-Abril de 2013. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2013000100014>. Acesso em: 15 de nov. de 2019.
- COSTA, Raul Marx Lucas da. **Tensões sociais no consumo de bebidas alcoólicas em Fortaleza (1915-1935): trabalhadores, boêmios, ébrios e alcoólatras**. (Dissertação), UFC, Fortaleza, 2009.
- DÓRIA, Carlos Alberto. **A Tradição Honrada**. São Paulo, 2006. Disponível em: [file:///C:/Users/rocha/Downloads/cadpagu_1994_2_2_DORIA%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/rocha/Downloads/cadpagu_1994_2_2_DORIA%20(1).pdf)>. Acesso em: 15 de nov. de 2019.
- FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Ed. 20°. Petrópolis: Editora Vozes, 1999.
- LE GOFF, Jacques. **A História Nova**. São Paulo: Martins Fontes, 1995.
- LUZ, Madel Teresinha. **Medicina e ordem política brasileira: políticas e instituições de saúde (1850-1930)**. Rio de Janeiro: Edição Graal, 3°. Ed. 1986.
- MARQUES, Elisa Paula. **A Loucura Engarrafada: relações alcoolismo-loucura em Florianópolis nas décadas de 1930 a 1960**. (Dissertação), UFSC, Florianópolis, 2007.
- MATOS, Maria Izilda Santos de. **Meu Lar é o Botequim: alcoolismo e masculinidade**. Ed. 2°. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2001.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. **Crime, violência e sociabilidades urbanas: as fronteiras da ordem e da desordem no sul do brasileiro no final do séc. XIX**. Estudos Ibero-Americanos. PUCRS, v. XXX n. 2, p.27-37, dezembro, 2004.
- RAGO, Margareth. **Do Cabaré ao lar: A utopia da cidade disciplinar e a resistência anarquista**. São Paulo: Paz e Terra, 1985.
- RIBEIRO, Jakson dos Santos. **Filhos da Princesa do Sertão: representações da masculinidade em Caxias-MA durante a Primeira República**. (Tese), UFPA, Pará, 2018.
- SANTOS, Fernando Sergio Dumas dos. **O alcoolismo: a invenção de uma doença**. (Dissertação), IFCH, UNICAMP, Campinas, 1995.

FONTES

- Ferro em Braza, 20 de março de 1917, Anno I, Número 9, p. 01.
- Ferro em Braza, 20 de março de 1917, Anno I, Número 9, p. 02.
- Gazeta Caxiense, Caxias, 22 de maio 1894, Anno VIII, Número 128, p. 02.
- Gazeta Caxiense, 01 de setembro de 1888, Anno II, Número 37, p. 02.
- Gazeta Caxiense, 27 de novembro de 1894, Anno VIII, Número 180, p.03.

- Jornal de Caxias, 11 de janeiro de 1896, Ano I, número 15, p. 01.
- Jornal de Caxias, 1 de fevereiro de 1896, Ano I, número 18, p. 03.
- Jornal de Caxias, 11 de janeiro de 1896, Anno I, Número 15, pp. 01.
- .Jornal de Caxias, 24 de abril de 1897, Ano II, número 75, p. 02.
- Jornal de Caxias, 17 de setembro de 1898, Ano III, número 147, p. 02.
- Jornal de Caxias, 22 de abril de 1899, Ano IV, número 175, p. 02.
- Jornal de Caxias, 19 de agosto de 1899, Ano IV, número 192, p. 02.
- Jornal de Caxias, 10 de fevereiro de 1900, Ano V, número 217, p. 03.
- Jornal de Caxias, 21 de abril de 1900, Ano V, número 226, p. 02.
- Jornal de Caxias, 7 de junho de 1902, Ano VII, número 334, p. 01.
- Jornal de Caxias, 9 de novembro de 1901, Ano VII, número 305, p.02.
- Jornal de Caxias, 11 de abril de 1903, Ano VIII, número 378, p. 03.
- Jornal de Caxias, 17 de fevereiro de 1906, Ano XI, número 521, p. 01.
- Jornal de Caxias, 7 de janeiro de 1905, Ano X, número 467, p. 01.

Mulher e política partidária no Nordeste brasileiro: uma revisão integrativa

Maria Laís dos Santos Leite ¹

Rocelly Dayane Teotonio da Cunha ²

Helena Grazyelle do Nascimento Oliveira ³

¹ Doutoranda em Psicologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte-UFRN. Servidora técnico-administrativa da Universidade Federal do Cariri-UFCA. Coordenadora do Laboratório de Estudos em Políticas Públicas do Cariri - LEPP Cariri. (E-mail: mlaisleite@gmail.com, Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7257685302830712>).

² Doutoranda em Psicologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN. Docente do Curso de Psicologia do Centro Universitário do Rio Grande do Norte – UNI-RN. (E-mail: rocellycunha@gmail.com, Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7257685302830712>).

³ Graduada em Psicologia e pós-graduanda em Avaliação Psicológica pelo Centro Universitário do Rio Grande do Norte- UNI-RN. Psicóloga clínica e responsável pelo Projeto de Autoproteção no CEDECA-Casa Renascer. Conselheira do CRP-17 (E-mail: helenagno@hotmail.com, Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7785228614762708>).

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Informações divulgadas pelo Tribunal Superior Eleitoral em 2018, destacam que 52,5% do eleitorado brasileiro é formado por mulheres, já o número de candidatas e mulheres eleitas é desproporcional ao de politicamente ativas – aptas a votar e a serem votadas – no País. Nas últimas eleições municipais, em 2016, apenas 31,89% dos brasileiros que se candidataram eram mulheres. Mesmo depois da promulgação da Lei nº 9.504/1997 em que se estabelece um mínimo de 30% e máximo de 70% para candidaturas de cada sexo nas eleições, há registro de diversas eleições sem alcançar o mínimo previsto na referida lei e 10 anos após sua criação o número de mulheres candidatas foi pouco maior que o mínimo exigido.

A primeira vez que as candidaturas femininas alcançaram 30% do total de candidaturas de um pleito no país foi nas eleições de 2012. Ou seja, mesmo após sete anos da criação das chamadas “cotas de gênero”, o número de mulheres candidatas alcançou pouco mais que o mínimo exigido. Posto que a Lei das Eleições (Lei nº 9.504/1997) estabelece, em seu artigo 10, que, nas eleições proporcionais - para os cargos de deputado federal, estadual e distrital e de vereador -, “(...) cada partido ou coligação preencherá o mínimo de 30% e o máximo de 70% para candidaturas de cada sexo”.

Em um estudo feito pela Procuradoria Especial da Mulher no Senado Federal (2016), avaliando-se a vitória de mulheres em cargos eletivos dos estados brasileiros e do Distrito

Federal, considerando os resultados das urnas de 2016, para as eleições locais, as de 2014 para os cargos estaduais e federais, ou seja, prefeitas, vereadoras, deputadas estaduais, deputadas federais, governadoras e senadoras se produziu um ranking da participação feminina na política no país. O Estado do Rio Grande do Norte lidera a lista com 21,54% de mulheres eleitas, o Ceará ocupa a 5ª colocação com 16,05%, o Piauí a 6ª com 16,05%. Os Estados do Rio de Janeiro e Espírito Santo, últimos colocados no ranking tem menos de 10% de mulheres ocupando cargos eletivos.

Diante do quantitativo de mulheres eleitas e que retrata a patente sub-representação da mulher na política partidária, consideramos como relevantes as diferenças nas porcentagens apresentadas por cada estado com base no estudo supracitado e ressaltamos a relevância de analisar tais resultados e suas motivações a partir de recortes regionais que nos auxiliem na tarefa de compreender o comportamento eleitoral das(os) brasileiras(os), uma vez que nas últimas décadas – e especialmente nas eleições de 2018 – tem se acentuado as diferenças entre os(as) eleitores(as) das diferentes regiões.

A Região Nordeste se destaca como a única em que o Bolsonaro não recebe o maior número de votos para a disputa presidencial, apresentando 30,3% dos votos válidos. É também no Nordeste, mais precisamente no Estado do Rio Grande do Norte em que se elege a única governadora do Brasil com 57,6% dos votos. O Estado se destaca na história da conquista de direitos políticos pelas mulheres, o exercício do direito ao voto foi consagrado no Estado potiguar 1927 por meio da Lei Estadual nº 660, de 25 de outubro de 1927. Antes mesmo do reconhecimento no País, que somente veio a ocorrer em 1932 (Senado Federal, 2016).

Diante das assertivas listadas acima acreditamos que a temática mulher e política não é uma pauta superada e que precisamos conhecer mais sobre o que já foi pensado e publicado sobre a questão e também estabelecer novas análises, problematizar essas estatísticas, estabelecer intersecções, etc. Nesse contexto, nos interessa saber: o que os estudos sobre mulher e política mencionam acerca da Região Nordeste? Quais são as áreas que mais tem publicado sobre a participação feminina na política? Quais as(os) autoras(es) mais citados nesses estudos, a que perspectivas teóricas estão vinculadas(os)? Quais os procedimentos mais utilizados nesse tipo de pesquisa? Qual o sexo, a Região das(os) autoras(es) que tem se dedicado a esse tipo de pesquisa? Estabelecemos, então como objetivo desse estudo, apresentar um mapeamento das publicações acerca da participação/atuação de mulheres na política partidária na Região Nordeste do Brasil.

Para tanto, realizamos – entre os meses de setembro de 2019 a março de 2020 – um estudo de caráter descritivo e exploratório do tipo bibliográfico, utilizando-se como metodologia a revisão integrativa da literatura na Biblioteca no Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior do Ministério da Educação - CAPES/MEC.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa apresentada neste artigo é do tipo exploratória, já que a mesma objetiva proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a construir hipóteses (Antônio Carlos GIL, 2007) e também descritiva, pois pretende descrever os fatos e fenômenos de determinada realidade (Augusto TRIVIÑOS, 2009).

Utiliza-se como metodologia a revisão integrativa da literatura de acordo com as definições de Robin Whitemore e Kathleen Knafl (2005), Elizabeth Ursi (2005), Karina Mendes, Renata Pereira e Cristina Galvão (2008) e Marcela Souza, Michelly Silva e Rachel de Carvalho (2010). Este tipo de estudo surgiu como alternativa para revisar rigorosamente e combinar estudos com diversas metodologias, por exemplo, delineamento experimental e não experimental, e integrar os resultados. Tem o potencial de promover os estudos de revisão em diversas áreas do conhecimento, mantendo o rigor metodológico das revisões sistemáticas (MENDES; PEREIRA; GALVÃO, 2008).

A revisão integrativa permite a combinação de dados da literatura empírica e teórica que podem ser direcionados à definição de conceitos, identificação de lacunas nas áreas de estudos, revisão de teorias e análise metodológica dos estudos sobre um determinado tópico. A combinação de pesquisas com diferentes métodos combinados na revisão integrativa amplia as possibilidades de análise da literatura (MENDES; PEREIRA; GALVÃO, 2008). Esta metodologia proporciona a síntese do conhecimento e a incorporação da aplicabilidade de resultados de estudos significativos na prática. É caracterizada por apresentar ampla abordagem metodológica referente às revisões, permitindo a inclusão de múltiplos estudos com diferentes delineamentos de pesquisa para uma compreensão abrangente do fenômeno estudado (SOUZA; SILVA; CARVALHO, 2010).

Para a elaboração da revisão integrativa, utilizamos as etapas propostas por Mendes, Pereira e Galvão (2008): I. definição da questão de pesquisa; II. estabelecimento de critérios de inclusão e exclusão com a busca na literatura; III. definição das informações a serem extraídas dos estudos; IV. avaliação dos estudos incluídos; V. interpretação dos resultados e; VI. síntese dos dados.

A questão de pesquisa que mobilizou esta coleta foi: O que apontam os artigos publicados sobre a participação e atuação de mulheres na política partidária no Nordeste brasileiro? A busca gerou 74 resultados, com ano de publicação entre 1993 e 2019, que foram tabulados em planilha eletrônica⁵⁵⁷ elaborada por Laís Leite e Rafael Demarco (2018) em adaptação ao instrumento para coleta de dados de Ursi (2005) e Souza, Silva e Carvalho (2010).

Posteriormente foram aplicados os seguintes critérios de inclusão: pesquisas disponíveis on-line, na íntegra e indexados em periódicos disponíveis na Biblioteca no Portal de Periódicos CAPES/MEC (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior do Ministério da Educação). Os critérios de exclusão aplicados foram não terem acesso gratuito ou não estarem disponíveis on-line, resultados repetidos, outros tipos de publicação foram excluídos, como resenhas, entrevistas, editoriais.

Como a pretensão é realizar este mapeamento de maneira mais abrangente, não definimos filtros como idioma, autor/autora, período de publicação ou área do conhecimento. A única restrição definida foi para que só figurassem entre os resultados apenas trabalhos publicados em periódicos avaliados por pares.

Com base nos critérios acima mencionados restaram 66 artigos que posteriormente lidos por pelo menos duas das pesquisadoras envolvidas e categorizados em: **I. diretamente relacionados, II. indiretamente relacionados e III. não relacionados** de acordo com a aderência à questão de pesquisa. Além das categorias: título do trabalho, instituições envolvidas/Região, autores(as), país, ano de publicação, título do periódico, idioma, resumo. Além disso, avaliamos ainda se e o que as publicações mencionavam sobre o Nordeste, o

⁵⁵⁷ Os resultados foram tabulados em planilha eletrônica no Microsoft Excel 365.

sexo dos(as) autores(as) dos artigos, quais os principais conceitos abordados, a área das(os) autoras(es) e os procedimentos metodológicos adotados.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Nenhum dos 66 artigos lidos tratava especificamente sobre a participação/atuação de mulheres na política partidária na Região Nordeste do Brasil, então definimos como **diretamente relacionados** os artigos que abordassem a participação/atuação de mulheres na política partidária e mencionassem Nordeste, sete artigos foram então selecionados:

Tabela 1 – Artigos classificados como diretamente relacionados ao estudo

TÍTULO DO ARTIGO	TÍTULO DO PERIÓDICO	AUTORAS(ES)	ANO	INSTITUIÇÃO VINCULADA
Diferenças regionais e o êxito relativo de mulheres em eleições municipais no Brasil	Revista Estudos Feministas	Luis Felipe Miguel; Cristina Monteiro de Queiroz	2006	Universidade de Brasília
Magnitude eleitoral e representação de mulheres nos municípios brasileiros	Revista de Sociologia e Política	Fernando Meireles, Luciana Vieira Rubim Andrade	2017	Universidade Federal de Minas Gerais
Mulher e Política no Brasil: Os impasses do feminismo, enquanto movimento social, face às regras do jogo da democracia representativa	Revista Estudos Feministas	Céli Regina Jardim Pinto	1994	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Mulheres à esquerda e à direita: carreiras políticas e partidos políticos	Revista de Ciências Sociais	Roberta Carnelos Resende, Sara Eptácio	2017	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Mulheres com carreiras políticas longevas no legislativo brasileiro (1950-2014)	Opinião Pública	Célia Regina J. Pinto; Augusta Silveira	2018	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Mulheres e Representação Política: a experiência das cotas no Brasil	Revista Estudos Feministas	Clara Araújo	1998	Universidade Federal do Rio de Janeiro
Trajetórias políticas e chances eleitorais: analisando o "gênero" das candidaturas em 2010	Revista de Sociologia e Política	Clara Maria de Oliveira Araújo; Dorian Borges	2013	Universidade Estadual do Rio de Janeiro

Fonte: Elaborada pelas autoras.

Apresentamos abaixo as principais informações dos artigos classificados como diretamente relacionados ao escopo deste estudo:

- No artigo Diferenças regionais e o êxito relativo de mulheres em eleições municipais no Brasil, Miguel e Queiroz (2006) partem da hipótese de que nas eleições locais brasileiras as mulheres apresentam um desempenho melhor nas regiões economicamente menos desenvolvidas. Durante o trabalho os(as) pesquisadores(as) testam três possíveis respostas: a associação das candidatas dessas regiões com partidos de direita; o *gap* educacional que as beneficia; e a maior presença de mulheres no eleitorado. No entanto, na análise dos dados, todas essas hipóteses são rejeitadas o que leva os(as) autores(as) a ressaltar a necessidade de explicações mais complexas para o fenômeno e as limitações da legislação brasileira de cotas eleitorais para mulheres.
- A segunda publicação selecionada foi Magnitude eleitoral e representação de mulheres nos municípios brasileiros de Meireles e Andrade (2017) que investigam o argumento que sistemas mais proporcionais aumentam as chances de mulheres serem eleitas a partir de dados dos municípios brasileiros. A investigação se dá após a estabelecida pelo Tribunal Superior Eleitoral em 2004 e 2008, que fixou o número de vereadores de cada município de acordo com o número de habitantes, os(as) pesquisadores(as) estimaram qual seria o efeito causal de uma cadeira a mais na representação política de mulheres nas câmaras municipais. A pesquisa chegou aos seguintes resultados: onde havia uma cadeira adicional, quase 40% mais mulheres foram eleitas, e a probabilidade de um município eleger ao menos uma mulher aumentou em cerca de 20 pontos percentuais.
- Em Mulher e Política no Brasil: Os impasses do feminismo, enquanto movimento social, face às regras do jogo da democracia representativa, Pinto (1994), discute sobre a participação política das feministas na política em geral e na política brasileira naquele período, a partir de estudos do campo político e do movimento feminista com base no quadro mais abrangente das relações entre os campos da política institucional e dos movimentos sociais.
- Já no artigo Mulheres à esquerda e à direita: carreiras políticas e partidos políticos, Resende e Epitácio (2017) busca identificar os perfis socioeconômicos e políticos das deputadas federais eleitas em 2014. As autoras corroboram a tese já consagrada na literatura de que os parlamentares de partidos de esquerda percorrem uma trajetória longa dentro de um mesmo partido, e que para conquistar um cargo eletivo como de deputado federal, estes políticos passam antes por outros cargos, tais como vereadores, deputados estaduais e, por vezes, prefeitos. Diferentemente do que ocorre nos partidos de centro e direita em que é possível observar a utilização de atalhos, tais como capital político acumulado por outros indivíduos e compartilhado mediante relações de parentesco, de modo que a conquista do cargo ocorre de maneira precoce.
- Em Mulheres com carreiras políticas longevas no legislativo brasileiro (1950-2014), Pinto e Silveira (2018) analisam a trajetória política de 62 mulheres que, ao longo de 17 legislaturas, exerceram no mínimo três mandatos de deputadas. No trabalho as autoras fazem um apanhado do universo das mulheres eleitas deputadas estaduais e federais entre 1950-2014: 653 deputadas e dedicam-se a análise da trajetória das 62 deputadas, elas apontam entre os resultados que suas carreiras políticas longevas seguem caminhos tradicionais de políticos homens o que elas consideram uma das principais razões da escassa presença das mulheres na vida política brasileira.
- Araújo (1998) em Mulheres e Representação Política: a experiência das cotas no Brasil discute alguns resultados iniciais decorrentes da adoção das cotas no Brasil em 1996, evidenciando algumas tensões que acompanham o debate das cotas e outros desafios políticos. A autora aponta a relevância da discussão acerca das

cotas por sexo nas eleições e que elas, no mínimo, “deram visibilidade às assimetrias de espaços políticos existentes entre homens e mulheres [...] e trazem para o centro do debate um conjunto de questões que integram a problemática da ação coletiva no período contemporâneo” (p. 20).

- Por fim, em Trajetórias políticas e chances eleitorais: analisando o "gênero" das candidaturas em 2010, Araújo e Borges (2013) apresentam os resultados principais de um *survey* com candidatos(as) ao cargo de Deputado Federal, conduzido no âmbito da investigação realizada pelo Consórcio Bertha Lutz durante as eleições de 2010. As(os) autoras(es) tomam como base um questionário constando perguntas relativas a diferentes dimensões individuais e institucionais em relação aos partidos e analisam dimensões como trajetórias políticas e eleitorais, estratégias, recursos e dificuldades de campanhas com objetivo de identificar como o gênero perpassa e apresenta-se em possíveis variáveis intervenientes nesses perfis. O estudo afirma ainda, como um de seus achados, que no caso da Câmara dos Deputados, as estratégias para alcançar maior equilíbrio de sexo tenderiam a passar: “(i) pelos partidos, via consolidação de experiência partidária; (ii) por ocupação de cargos públicos; (iii) por formas de associação, de militância e de estruturação de redes ou representatividade pessoal e, sobretudo, (iv) pela disponibilidade de recursos financeiros, pessoais ou oriundos de redes e doações”(p. 87).

Foram classificados como artigos **indiretamente relacionados** aqueles que abordassem questões sobre política partidária, eleições e descritores relacionados chegando a 21 publicações:

Tabela 2 – Artigos classificados como indiretamente relacionados ao estudo

TÍTULO DO ARTIGO	TÍTULO DO PERIÓDICO	AUTORAS(ES)	ANO	INSTITUIÇÃO VINCULADA
“Vamos lutar, parentes!” As candidaturas indígenas nas eleições de 2014 no Brasil	Revista Brasileira de Ciências Sociais	Adriano Codato, Tiemi Lobato, Andréa Oliveira Castro	2017	Universidade do Paraná
A eleição presidencial de 2002: uma análise preliminar do processo e dos resultados eleitorais	Revista de Sociologia e Política	Yan Carreirão	2004	Universidade Federal de Santa Catarina
A Esquerda Verde: Partidos Políticos e Ambientalismo Radical no Brasil	Dados - Revista de Ciências Sociais	Antonio Teixeira de Barros	2018	Centro de Formação da Câmara dos Deputados (CEFOP)
As rádios comunitárias nas campanhas eleitorais: exercício da cidadania ou instrumentalização (1998-2000)	Revista de Sociologia e Política	Márcia Vidal Nunes	2004	Universidade de São Paulo
Despesas de Campanha e Sucesso	Revista Dados	Ronaldo Arraes, Octavio Amorim	2017	Universidade Federal do Ceará

TÍTULO DO ARTIGO	TÍTULO DO PERIÓDICO	AUTORAS(ES)	ANO	INSTITUIÇÃO VINCULADA
Eleitoral nos Pleitos Legislativos Brasileiros		Neto, Andrei Simonassi		
Determinantes do voto no primeiro turno das eleições presidenciais brasileiras de 2010: uma análise exploratória	Opinião Pública	Jairo Nicolau	2014	Universidade Federal do Rio de Janeiro
Eleições municipais e crise nacional: disputas eleitorais no Brasil de 2016	Sociedade e Estado	Emerson Urizzi Cervi Daniela Silva Neves	2019	Universidade Federal do Paraná
Empresários ou políticos? recursos socioeconômicos e posicionamentos profissionais de deputados federais no Brasil	Mediações - Revista de Ciências Sociais	Icaro Engler	2018	Universidade Federal de Pelotas
Evangélicos, Política e Espaço: Novas estratégias rumo à Presidência da República?	Geo UERJ	Mônica Sampaio Machado, Cristina Lontra Nacif	2016	Universidade Estadual do Rio de Janeiro Universidade Federal Fluminense
Herança familiar na política: retrato dos limites da democracia no Brasil contemporâneo	Revista Katálysis	Maria Cristina de Queiroz Nobre	2017	Universidade Estadual do Ceará
Identificação partidária e voto. As diferenças entre petistas e peessedebistas.	Opinião Pública	Bruno Wilhelm Speck, Elizabeth Balbachevsky	2016	Universidade Federal de São Carlos Universidade Estadual de Campinas Universidade de São Paulo
Juventude e poder político local: a percepção e o discurso de jovens sobre as eleições municipais de 2016	Sociedade e Estado	Antonio Teixeira de Barros	2018	Ciência Política do Centro de Formação da Câmara dos Deputados
O comportamento eleitoral dos paulistas e dos brasileiros nas eleições de 2002 e 2014	Opinião Pública	Maria Teresa Miceli Kerbauy, André Luiz Vieira Dias	2017	Universidade Estadual Paulista
Os custos eleitorais do Bolsa Família: reavaliando seu impacto sobre a eleição presidencial de 2006	Opinião Pública	Diego Sanches Correa	2015	Universidade pública em Viçosa

TÍTULO DO ARTIGO	TÍTULO DO PERIÓDICO	AUTORAS(ES)	ANO	INSTITUIÇÃO VINCULADA
Os determinantes da avaliação da economia na eleição presidencial brasileira em 2014	Opinião Pública	Veiga, Luciana Fernandes Ross, Steven	2016	Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Petismo e lulismo na periferia de São Paulo: uma abordagem qualitativa	Opinião Pública	Camila Rocha	2018	Universidade de São Paulo
Política partidária e meio ambiente: a adesão dos partidos políticos brasileiros à agenda verde	Opinião Pública	Antonio Teixeira de Barros	2015	Universidade Estadual de Campinas
Representação política: um diálogo entre a prática e a teoria	Revista de Sociologia e Política	Daniela Resende Archanjo	2011	Universidade Federal do Paraná
Social Policy and Vote in Brazil: Bolsa Família and the Shifts in Lula's Electoral Base	Latin American Research Review	Simone R. Bohn	2011	Universidade Estadual de Campinas
Somente um deve vencer: as bases de recrutamento dos candidatos à Prefeitura das capitais brasileiras em 2008	Revista de Sociologia e Política	Riberti de Almeida Felisbino, Rodolpho Talaisys Bernabel, Maria Teresa Miceli Kerbauy	2012	Universidade Federal do Paraná
Voto econômico retrospectivo e sofisticação política na eleição presidencial de 2002	Revista de Sociologia e Política	Frederico Batista Pereira	2014	Universidade Federal de Minas Gerais

Fonte: Elaborada pelas autoras.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Categorizando as(os) autoras(es) supramencionados a partir do sexo, verificamos que 23 de 51, ou 56% do total é do sexo feminino – vide Gráfico 1 – o que pode demonstrar um interesse de mulheres pelos estudos sobre política e o atravessamento das questões de gênero nesse contexto. Dentre os artigos selecionados enquanto diretamente relacionados, ou seja, que abordam discussões sobre a participação/atuação da mulher na política partidária pelo menos um(a) dos(as) pesquisadores(as) envolvidos(as) é uma mulher.

Quanto ao ano de publicação, 23 dos 28 artigos selecionados haviam sido escritos na última década (2009-2019), foram 11 estudos só entre 2017 e 2018, momento em que se aponta uma efervescência política em nosso País. Dos 28 artigos relacionados apenas um

não era escrito em língua portuguesa - PT-BR (*Social Policy and Vote in Brazil: Bolsa Família and the Shifts in Lula's Electoral Base*) e não tinha acesso gratuito, com exceção deste todos haviam sido publicados no Brasil e tinham acesso pelo site do periódico sem custos. O que ressaltamos como positivo dada a relevância de recursos educacionais digitais e gratuitos para a difusão de informações, especialmente em um momento de ataques a ciência e a Universidade, poder divulgar e acessar dados fidedignos com facilidade e qualidade devem ser nossa prioridade.

Dentre os periódicos os que apresentavam maior número de publicação entre os 28 relacionados a esse estudo, destacaram-se: Opinião Pública com oito artigos, a Revista de Sociologia e Política com sete e a Revista Estudos Feministas que teve três trabalhos publicados. As produções abordam diferentes nuances sobre a questão de gênero na política e representam a discussão em diferentes períodos históricos, já que há resultados listados de 1994 a 2019 e desenvolvidos por autoras(es) da História, Sociologia, Ciência Política, Antropologia, Relações Internacionais, Letras, etc.

Dentre as instituições com maior número de autores(as) vinculados(as) destacaram-se a Universidade de São Paulo, Universidade Estadual de Campinas, Universidade Federal do Paraná e Universidade Federal do Rio Grande do Sul com três menções cada. Mesmo tendo entre os descritores utilizados a palavra Nordeste apenas duas universidades localizadas na Região figuram entre os resultados, a Universidade Estadual do Ceará e a Universidade Federal do Ceará. O que pode confirmar a predominância de estudos sobre política – e da produção científica, de modo geral - no eixo Sul-Sudeste e, especialmente, apontar a necessidade de serem fomentados mais estudos em nossas Universidades sobre as questões políticas e gênero que nos auxiliem na compreensão da desigualdade no número de candidatos e **candidatas** eleitas, as influências da Lei nº 9.504/1997 para o quantitativo de mulheres candidatas e eleitas; quais os efeitos disso para as pautas consideradas feministas, direitos humanos; como as questões de raça, gênero e território estão relacionadas à temática, e tantas outras investigações que podemos enumerar enquanto lacunas.

REFERÊNCIAS

ARAUJO, Clara Maria de Oliveira; BORGES, Dorian. Trajetórias políticas e chances eleitorais: analisando o "gênero" das candidaturas em 2010. **Rev. Sociol. Polit.**, Curitiba, v. 21, n. 46, p. 69-91, June 2013. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-44782013000200005&lng=en&nrm=iso>. access on 18 Oct. 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-44782013000200005>.

ARAÚJO, Clara. Mulheres e Representação Política: a experiência das cotas no Brasil. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 6, n. 1, p. 71, jan. 1998. ISSN 1806-9584. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/12035/11312>>. Acesso em: 20 out. 2019. doi:<https://doi.org/10.1590/%x>.

ARCHANJO, Daniela Resende. Representação política: um diálogo entre a prática e a teoria. **Rev. Sociol. Polit.**, Curitiba, v. 19, n. 38, p. 65-83, Feb. 2011. Available from

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-44782011000100005&lng=en&nrm=iso>. access on 13 Nov. 2019.
<http://dx.doi.org/10.1590/S0104-44782011000100005>.

ARRAES, Ronaldo; AMORIM NETO, Octavio; SIMONASSI, Andrei. Despesas de Campanha e Sucesso Eleitoral nos Pleitos Legislativos Brasileiros. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 60, n. 4, p. 1059-1093, Dec. 2017. Available from
 <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52582017000401059&lng=en&nrm=iso>. access on 15 Nov. 2019.
<http://dx.doi.org/10.1590/001152582017142>.

BARROS, Antonio Teixeira de. A Esquerda Verde: Partidos Políticos e Ambientalismo Radical no Brasil. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 61, n. 2, p. 503-540, abr. 2018. Disponible en
 <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52582018000200503&lng=en&nrm=iso>. accedido en 15 nov. 2019.
<http://dx.doi.org/10.1590/001152582018159>.

BARROS, Antonio Teixeira de. Juventude e poder político local: a percepção e o discurso de jovens sobre as eleições municipais de 2016. **Soc. estado.**, Brasília, v. 33, n. 3, p. 849-886, Dec. 2018. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69922018000300849&lng=en&nrm=iso>. access on 12 Nov. 2019.
<http://dx.doi.org/10.1590/s0102-6992-201833030009>.

BARROS, Antonio Teixeira de. Política partidária e meio ambiente: a adesão dos partidos políticos brasileiros à agenda verde. **Opin. Publica**, Campinas, v. 21, n. 3, p. 693-733, Dec. 2015. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-62762015000300693&lng=en&nrm=iso>. access on 12 Nov. 2019.
<http://dx.doi.org/10.1590/1807-01912015213693>.

BOHN, Simone R. Social Policy and Vote in Brazil: Bolsa Família and the Shifts in Lula's Electoral Base. **Latin American Research Review** 46, no. 1 (2011): 54-79.
 doi:10.1353/lar.2011.0003.

CARREIRAO, Yan. A eleição presidencial de 2002: uma análise preliminar do processo e dos resultados eleitorais. **Rev. Sociol. Polit.**, Curitiba, n. 22, p. 179-194, June 2004. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-44782004000100013&lng=en&nrm=iso>. access on 15 Nov. 2019.
<http://dx.doi.org/10.1590/S0104-44782004000100013>.

CERVI, Emerson Urizzi; NEVES, Daniela Silva. Eleições municipais e crise nacional: disputas eleitorais no Brasil de 2016. **Soc. estado.**, Brasília, v. 34, n. 2, p. 429-453, May 2019. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69922019000200429&lng=en&nrm=iso>. access on 15 Nov. 2019. Epub Aug 19, 2019.
<http://dx.doi.org/10.1590/s0102-6992-201934020004>.

CODATO, Adriano; LOBATO, Tiemi; CASTRO, Andréa Oliveira. "VAMOS LUTAR, PARENTES!" As candidaturas indígenas nas eleições de 2014 no Brasil. **Rev. bras. Ci. Soc.**, São Paulo, v. 32, n. 93, e329302, 2017. Available from
 <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69092017000100502&lng=en&nrm=iso>. access on 12 Nov. 2019. Epub Dec 19, 2016.
<http://dx.doi.org/10.17666/329302/2017>.

CORREA, Diego Sanches. Os custos eleitorais do Bolsa Família: reavaliando seu impacto sobre a eleição presidencial de 2006. **Opin. Publica**, Campinas, v. 21, n. 3, p. 514-534, Dec. 2015. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-

62762015000300514&lng=en&nrm=iso>. access on 15 Nov. 2019.
<http://dx.doi.org/10.1590/1807-01912015213514>.

FELISBINO, Riberti de Almeida; BERNABEL, Rodolpho Talaisys; KERBAUY, Maria Teresa Miceli. Somente um deve vencer: as bases de recrutamento dos candidatos à Prefeitura das capitais brasileiras em 2008. **Rev. Sociol. Polit.**, Curitiba, v. 20, n. 41, p. 219-234, Feb. 2012. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-44782012000100013&lng=en&nrm=iso>. access on 12 Nov. 2019.
<http://dx.doi.org/10.1590/S0104-44782012000100013>.

GIL, Antônio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

KERBAUY, Maria Teresa Miceli; DIAS, André Luiz Vieira. O comportamento eleitoral dos paulistas e dos brasileiros nas eleições de 2002 e 2014. **Opin. Publica**, Campinas, v. 23, n. 1, p. 60-95, Apr. 2017. Available from
 <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-62762017000100060&lng=en&nrm=iso>. access on 13 Nov. 2019.
<http://dx.doi.org/10.1590/1807-0191201723160>.

MACHADO, Mônica Sampaio; NACIF, Cristina Lontra. EVANGÉLICOS, POLÍTICA E ESPAÇO: NOVAS ESTRATÉGIAS RUMO À PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA?. **Geo UERJ**, [S.l.], n. 29, p. 566-586, dez. 2016. ISSN 1981-9021. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/geouerj/article/view/27012/19579>>. Acesso em: 12 nov. 2019.
[doi:https://doi.org/10.12957/geouerj.2016.27012](https://doi.org/10.12957/geouerj.2016.27012).

MEIRELES, Fernando; RUBIM ANDRADE, Luciana Vieira. Magnitude eleitoral e representação de mulheres nos municípios brasileiros. **Rev. Sociol. Polit.**, Curitiba, v. 25, n. 63, p. 79-101, Sept. 2017. Available from
 <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-44782017000300079&lng=en&nrm=iso>. access on 12 Nov. 2019.
<http://dx.doi.org/10.1590/1678-987317256304>.

MENDES, Karina Dal Sasso, SILVEIRA, Renata Cristina de Campos Pereira; Galvão, Cristina Maria. Revisão integrativa: método de pesquisa para a incorporação de evidências na saúde e na enfermagem. **Texto & Contexto - Enfermagem**, 17(4), 758-764. Disponível em: <https://dx.doi.org/10.1590/S0104-07072008000400018>. Acesso em 11 jun 2018.

MIGUEL, Luis Felipe; QUEIROZ, Cristina Monteiro de. Regional differences and women's relative success in municipal elections in Brazil. **Estud. fem.**, Florianópolis, v. 2, Selected Edition, 2006. Available from
 <http://socialsciences.scielo.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2006000200007&lng=en&nrm=iso>. access on 18 Oct. 2019.

NICOLAU, Jairo. Determinantes do voto no primeiro turno das eleições presidenciais brasileiras de 2010: uma análise exploratória. **Opin. Publica**, Campinas, v. 20, n. 3, p. 311-325, Dec. 2014. Available from
 <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-62762014000300311&lng=en&nrm=iso>. access on 12 Nov. 2019.
<http://dx.doi.org/10.1590/1807-01912014203311>.

NOBRE, Maria Cristina de Queiroz. Herança familiar na política: retrato dos limites da democracia no Brasil contemporâneo. **Rev. katálisis**, Florianópolis, v. 20, n. 3, p. 430-438, dez. 2017. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-49802017000300430&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 12 nov. 2019.
<http://dx.doi.org/10.1590/1982-02592017v20n3p430>.

NUNES, Márcia Vidal. As rádios comunitárias nas campanhas eleitorais: exercício da cidadania ou instrumentalização (1998-2000). **Rev. Sociol. Polit.**, Curitiba, n. 22, p. 59-76, June 2004. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-44782004000100006&lng=en&nrm=iso>. access on 15 Nov. 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-44782004000100006>.

PEREIRA, Frederico Batista. Voto econômico retrospectivo e sofisticação política na eleição presidencial de 2002. **Rev. Sociol. Polit.**, Curitiba, v. 22, n. 50, p. 149-174, June 2014. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-44782014000200010&lng=en&nrm=iso>. access on 15 Nov. 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/1678-987314225010>.

PINTO, Celi Regina J.; SILVEIRA, Augusta. Mulheres com carreiras políticas longevas no legislativo brasileiro (1950-2014). **Opin. Publica**, Campinas, v. 24, n. 1, p. 178-208, Apr. 2018. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-62762018000100178&lng=en&nrm=iso>. access on 18 Oct. 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/1807-01912018241178>.

PINTO, Céli Regina Jardim. Mulher e Política no Brasil Os impasses do feminismo, enquanto movimento social, face às regras do jogo da democracia representativa. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, p. 256, jan. 1994. ISSN 1806-9584. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/16109/14652>>. Acesso em: 18 out. 2019. doi:<https://doi.org/10.1590/%x>.

ROCHA, Camila. Petismo e lulismo na periferia de São Paulo: uma abordagem qualitativa. **Opin. Publica**, Campinas, v. 24, n. 1, p. 29-52, Apr. 2018. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-62762018000100029&lng=en&nrm=iso>. access on 15 Nov. 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/1807-0191201824129>.

SENADO FEDERAL. **Mulheres na política**: retrato da sub-representação feminina no poder. Brasília: Procuradoria Especial da Mulher no Senado, 2016.

SOUZA, Marcela Tavares de, SILVA, Michelly Dias da; CARVALHO, Rachel de. Revisão integrativa: o que é e como fazer. **Einstein**, São Paulo, 8(1), 102-106. <https://dx.doi.org/10.1590/s1679-45082010rw1134>. Acesso em 11 jun 2018.

SPECK, Bruno Wilhelm; BALBACHEVSKY, Elizabeth. Identificação partidária e voto. As diferenças entre petistas e peessedebistas. **Opin. Publica**, Campinas, v. 22, n. 3, p. 569-602, Dec. 2016. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-62762016000300569&lng=en&nrm=iso>. access on 12 Nov. 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/1807-01912016223569>.

TRIVIÑOS, Augusto Nibaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. 5 ed. 18 reimpr. São Paulo: Atlas, 2009.

VEIGA, Luciana. Fernandes.; Ross, S. D. Os determinantes da avaliação da economia na eleição presidencial brasileira em 2014. **Opinião Pública**, 2017, 22(3), 524-549. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/op/article/view/8648255>

Sob julgo da lei: Os homens comuns nos processos crimes do Sertão Maranhense
(1889-1930)

Veronica Lima de Amorim Matos⁵⁵⁸

Jakson dos Santos Ribeiro⁵⁵⁹

Resumo:

O presente estudo apresenta uma reflexão sobre o modelo de comportamento do sujeito do sertão maranhense durante a Primeira República baseados nos conceitos de honra e moral, coincidindo também com a construção da masculinidade. Desta forma, busca-se compreender através processos criminais como se estabelecia o conceito de ordem, honra e boa conduta impressa no contexto do limiar do século XX, principalmente em relação aos homens dos segmentos populares. Análise se volta para pensar essas questões, nos processos autos-crimes pertencentes as Comarcas de Caxias e Codó, do Estado do Maranhão. Nesse caso, a luz do discurso jurídico buscou pensar o processo de criminalização, o sentimento de honra e as questões apresentadas para pensar a distinção dada pelo segmento social que os indivíduos pertencem Para o desenvolvimento da pesquisa será utilizado as discussões apresentas por Fausto (1984), Esteves (1989), principalmente em relação as análises aos conceitos de crime e ordem. A respectiva abordagem evidencia as representações discursivas utilizadas pelas autoridades judiciais empregando a concepção do comportamento, pois isto coincide, a natureza criminoso, do sujeito.

INTRODUÇÃO

O referente trabalho busca analisar os discursos constituídos nos processos autos-crimes da cidade de Caxias e Codó do Estado do Maranhão, durante a primeira República, baseados nas relações individuais dos sujeitos, panoramas de padrões de comportamento e as representações sociais, de acordo com o período e espaço estabelecidos. Sobretudo a luz dos discursos jurídicos, sendo estes fomentadores de distinções sociais entre os sujeitos, sendo perceptível através do andamento dos processos.

A contextualização é indispensável para a compreensão do espaço e tempo estabelecidos, a primeira República ou a chamada República Velha, faz parte de um recorte da história do Brasil recheada de transformações, O período em questão de 1889 a 1930, é marcada por particularidades, pois experimentava uma situação de mudanças, carregadas

⁵⁵⁸ Graduanda do curso de Licenciatura Plena em História pela Universidade Estadual do Maranhão (UEMA). Bolsista PIBIC/CNPq. Email. veramaattos@mail.com

⁵⁵⁹ Professor Adjunto I da Universidade Estadual do Maranhão (CESC/UEMA), Doutor em História Social da Amazônia (UFPA), Mestre em História Social (UFMA) e Graduado em História (UEMA). Email. noskajzaionnel@gmail.com

de transformações políticas, econômicas e principalmente cultural, em detrimento do abandono das características rurais, tradicionalistas para então, agregar-se ao crescimento urbano, moderno. Margareth Rago, (1985) em sua obra *Do Cabaré ao Lar*, também nos apresenta o cenário do cotidiano republicano, especificamente no Rio de Janeiro, no entanto como sabemos, esse perfil idealizado se propagou por toda a extensão brasileira de norte a sul. Entretanto, a autora demonstra em outras perspectivas que também fizeram parte de uma nação não tal ideal assim, uma verdadeira dicotomia de valores e representações de uma sociedade e suas interações.

Marca de uma ruptura profunda: um passado tranquilo, característico da “índole pacífica de nossos cidadãos”, desta nossa gente que, no dizer de um chefe de polícia de 1904, “acolheu com uma profunda simpatia”, o reforço da ação policial sobre a cidade de São Paulo. De outro lado, a constatação de um presente onde imperam as dissensões sociais, os conflitos políticos, os surtos epidêmicos, a criminalidade ampliada, os hábitos dissolutos, a promiscuidade das habitações sujas e fétidas, a proliferação dos gatunos, vadios e caftens. A ameaça da intranquilidade social, da contaminação física e moral, da destruição da nação. (RAGO, 1985 p.33)

Com essas novas movimentações, o cotidiano, os hábitos, os valores também foram moldados pensando em construir uma sociedade com ideais republicanos, influenciada pela sociedade europeia burguesa da Belle Époque. “O tipo social representativo por excelência do novo regime considerava em um conservadorismo arejado e a cupidez material [...], sede de riqueza, triunfo” BATTISTIN (2008, p.22). A nova configuração, estava sendo organizada para moldar os sujeitos dentro de padrões característicos do contexto, uma esfera social que deveria estabelecer ordem e progresso.

Assim, fica em aberto pensarmos na lógica desse processo, como esses espaços Caxias e Codó se constituíram como colaboradoras de uma nação ideal, promovidas pelos discursos imediatistas. É perceptível que essas conjunturas foram ganhando espaços, tornando necessário compreendermos como era visto os transgressores da ordem, por meio dos processos criminais, já que os mesmo desequilibrava o que estava sendo imposto.

A utilização dos processos autos crimes, por exemplo, como fonte documental e também objeto de estudo, vem ganhando espaço no campo da pesquisa no Brasil, tendo como exemplares os historiadores Boris Fausto, Martha Esteves, que tem como base inquéritos policiais, possibilitando assim, reconstituir os fatos, não como de fato aconteceu, mas de uma maneira que possa demonstrar outros elementos que envolveram durante o processo, características do âmbito social, representações e significados do mesmo contexto.

Além disso, há outros aspectos que evidenciam a variedade de informações que os processos autos crimes indicam, o contexto, espaço e tempo, para então fazer uso das

análises. Com a recorrente utilização dos processos é perceptível a riqueza exploratória proporcionada pelo os mesmo, o cotidiano, as relações individuais e coletivas, estrutura familiar, a violência, a criminalidade, ou seja, o conjunto da esfera social pode ser revelado através das entrelinhas existentes nos processos autos crimes, devido à isso, essas documentações estão se fazendo cada vez mais presente no campo da pesquisa histórica, como bem destaca Enezila de Lima (2000).

Os autos crimes se constituem numa documentação que permite recuperar diferentes aspectos da vida social da cidade. Constituído por dois eventos – o delito e o processo que se estabeleceu para apurar os atos e os fatos que envolveram as pessoas [...], relações entre diferentes instituições políticas, os padrões sociais e o sistema de valores, então existentes, os conflitos, e as manifestações das pessoas em forma de transgressão às normas sociais. (LIMA, 2000, p.13).

Nesse caso, os discursos promoviam determinados comportamentos sociais que eram vigorados pela sociedade brasileira, considerados ideais para a construção de uma moral, preservando os bons costumes, essenciais para nova configuração. Para o teórico Mikhail Barkhitin (2006), a referência do discurso é transmitida a partir das relações de produções ou atividades que o sujeito exerce, por isso essa estrutura determina a maioria esmagadora formas de contato verbal entre as pessoas e o meio de comunicação. Deve ser levado em consideração as análises dos discursos produzidos nessa relação de contexto, pois esta intrinsicamente relacionado ao modelo de comportamento do sujeito.

Cada época e cada grupo social têm seu repertório de comunicação sócio-ideológica. A cada grupo de forma pertencente ao mesmo gênero, isto é, a cada forma de discurso social corresponde um grupo de temas. (BARKHITIN, 2006. p.42)

O poder do discurso é uma representação do modelo de comportamento do sujeito nos hábitos, costumes, valores durante o período republicano, assim o exercício do poder judiciário também era vigorado para manter o controle social, entretanto, baseado nas perspectivas dos autos processos crimes, é identificado distinção social dos sujeitos, principalmente dos sujeitos dos segmentos populares, uma forma de analisar o perfil do homem da elite e o homem considerado comum, envolvidos nas teias dos processos judiciais.

INDÍCIOS DE CRIMINALIDADE NA PRIMEIRA REPÚBLICA

Segundo o autor Boris Fausto (1984), o mesmo produz uma profunda análise dos processos crime é notável quanto o sistema policial e judicial aglutina os mais variados níveis da vida social, baseados nos diferentes relatos sobre os crimes. As classes econômicas, os grupos étnicos, a moral e a conduta, os conflitos de uma maneira em geral passam pelas mãos da policial e dos juízes, e na tentativa da resolução dos casos

(inquéritos policiais), esses conflitos ficam patentes às classificações que a sociedade realiza sobre as pessoas e os comportamentos dos mesmos.

Além disso, o papel, a conduta esperada de um pai, do homem, da mulher, da filha, do trabalhador, do imigrante, do negro, estão em negociação e a exposição no julgamento de um processo crime, destacando a distinção dos seguintes pontos, um pai provedor, trabalhador, um comerciante que pagava suas contas, era mais propício ser absorvido caso estivesse entrelaçado em algum processo, já o anarquista, bêbado, negro, adúltero, por manter esse perfil “desviante”, era peso quanto ao ato da condenação durante o julgamento.

Martha Esteves (1989) apresenta um panorama histórico, antropológico, quanto a definição ao conceito de honra, sendo uma classificação significativa tanto para o homem quanto para a mulher, no entanto, virtudes como essas são distorcidas através dos inúmeros processos criminais. Evidenciando que essas práticas de criminalidade tornaram-se comum nesse mesmo contexto, ocasionando a desordem social, provocando a desestrutura familiar, todos esses aspectos são esclarecidos nos inquéritos policiais.

Cada processo é portador de situações imprevistas [...]. As normas exigidas pelo código penal e as imagens da moralidade sexual, aprofundadas e interpretadas nos estudos jurídicos, dependiam, no final das contas, do desenrolar dos acontecimentos nas delegacias, pretorias e tribunais (ESTEVEZ, 1989, p.52).

Dessa forma, compreende-se a preocupação que as autoridades judiciais tinham em controlar tais atos de desordem, por exemplo, a práticas de defloramentos iam contra aos ideais do princípio republicano, para além dessas questões, percebe-se também a distinção social durante um processo, dos indivíduos da elite para com os dos segmentos populares, realizados pela justiça.

Nesse sentido, a existência dos processos criminais contra a honra das famílias constituía um excelente caminho utilizado pela Justiça para introjetar nas camadas populares essa nova ética de trabalho através da porta dos fundos da nova ordem burguesa, através da “moral e bons costumes”. (ESTEVEZ, 1989. p.37)

Outro aspecto importante, é pensar no modelo de comportamento do indivíduo empregado para manter a construção de uma nação republicana, no entanto, apesar da árdua tentativa de empregar essa conjuntura, existiu inúmeros casos de desordens que acabava desviando esse caminho que estava sendo imposto até então, as provas dessas constatações é o grande número de processos, uma vez que o índice quantitativo da criminalidade é bem maior que os processos em si.

HOMENS COMUNS ENTRE TEIAS JUDICIAIS NO SERTÃO MARANHENSE

Assim, determinados esses conceitos, ao voltarem-se os olhos para o sertão maranhense, por se tratar de uma realidade mais próxima, também é possível realizar essa

pesquisa, baseada nos processos judiciais localizados no Arquivo Público do Estado do Maranhão, onde permitem montar o perfil do homem envolvidos em algum tipo de transgressão às normas penais, podem também ser relacionado, além dos valores desviantes da lógica determinada, é caracterizado por ser um vetor de representações sociais propagadas através de discursos.

O seguinte processo analisado envolve um protagonista que representa o discurso da manutenção da ordem pública, um tenente como o réu da acusação, realizado por um promotor público, pois o mesmo infringiu os dispositivos penais do Art. 303 do Código Penal da República. No inquérito policial as testemunhas descreveram como ocorreu o assassinato, cerca de quatro testemunhas foram ouvidas, ressaltando e proferindo que o réu fosse condenado, os nomes das testemunhas consta no inquérito.

⁵⁶⁰ O promotor público desta, usando de suas atribuições legais, vem perante V.S denunciar o 2º tenente João Francisco Goés, de 35 anos idade, casado, militar, baiano, residente na capital deste Estado e actualmente na cidade de Caxias

Eu pelas 21 horas do dia 7 de setembro do ano de 1924, achava-se o tenente João Francisco Góes., na casa no beco da Estrella, onde resedia Antonia Vieira, amante do referido tenente Góes com a qual vivia, quando desconfiando que Antonia queria abandoná-lo, indo morar para Codó, em companhia de seu ex-amante João Ribeiro, a esse respeito e depois de ligeira discussão, vibrou-lhe diversas punhaladas, produzindo-lhes ferimentos descobertos no auto do corpo de delicto e exame de sanidade, anexas ao inquérito policial. Evadindo-se em seguida do local do crime e indo procurar o Delegado de Polícia, a quem narra o facto, entregando-se a prisão.

Caxias, 8 de Setembro de 1924

Raimundo José de Mello.

O caso a seguir relata um crime de homicídio por motivos considerados banais, como está exposto no próprio processo, arguição que muitas vezes a conduta moral não era princípio respeitado, ou até mesmo guardado, uma banalidade que se transformou em assassinato, onde a vítima perdeu sua vida por negar um material que nem mesmo era dele.

⁵⁶¹ O Promotor Público, desta comarca, usando de suas atribuições em perante V.S denunciar o indivíduo, José Alves Pereira, piauiense, solteiro, com 22 anos de idade, residente a rua fazendinha, na Trizidella, 3º distrito deste município, pelo facto criminoso que passa a expor.

Eu pelas dezesseis horas do dia dezoito de Setembro próximo passado, o denunciado vinha descendo uma canôa, o rio itapecuru, e ao chegar em baixo da ponte que chega a este cidadão povoado Trizidella, aproximou-se de um carregamento de canna que achava-se sob a guarda de Firmino Antônio da Silva, pediu um pedaço de canna e Firmino recusou declarando

⁵⁶⁰ Inquérito policial. Comarca do 1º distrito do município de Caxias do Estado do Maranhão. Processo Crime referente ao caso de homicídio. Requerimento do João Francisco Góes e Antônio Vieira.. 1924

⁵⁶¹ Inquérito policial. Comarca do 1º distrito do município de Caxias do Estado do Maranhão. Processo Crime referente ao caso de homicídio. Requerimento José Alves Pereira e Firmino Antônio da Silva. 1923.

que não eram suas, o denunciado tirou então um pedaço de canna e com elle desfechou uma bordoadada em Firminoo qual defendeu-se com uma acha de lenha, o denunciado sacca de uma faca de que se achava-se armado e com ella faz um ferimento em Firmino, em virtude do qual veio este a falecer momentos depois, como se verifica de auto do exame cadavérico, anexo do inquérito policial.

Caxias, 2 de Outubro de 1923.

Essa fatalidade, não teve tesmetunhas, portanto o exame cadavérico foi essencial para solucionar esse caso, e obtendo mais detalhe durante a leiutura do proceso, o indiciado José Alves Pereira andava armado pelas ruas, do então distrito da trizidela, e tinha a intenção de realmente ferir o senhor Firmino cruelmente, já que o mesmo avisou que não poderia compatinhar as canas porque não eram dele, apenas estava sob seu comando de guarda-las. Esse homicídio foi encarregado pela promotoria que tomou as devidas providências, que esperava que o caso fosse julgado, baseado no Art. 242 do Código Penal. Retrato da covardia de um sujeito.

Os processos mencionados acima, configura-se em dois casos diferentes, o primeiro caso demonstra que o andamento do processo, foi averiguado minuciosamente, sobretudo porque o indiciado fazia parte de um sistema que determinava a ordem e o controle social, os relatos demonstram também a relação do tenente com o delegado, por mais que houve o ato de prisão, é perceptível a diferença do processo por tratar de um servidor público, que dentre as possibilidades era impossível um homem de conduta moral matar sua própria esposa.

Quanto ao segundo proceso, é notável que os envolvidos, o acusado e a vítima era homens comum, inclusive do segmento popular, como consta no inquérito policial segundo as informações pessoais e também a ocorrência da fatalidade. Ambos os casos são classificados como vertigem de desordem do âmbito social, transgressores das normas penais.

A perspectiva proposta por Ribeiro (2017) apresenta o modelo de comportamento, e também como era estabelecido esses valores, permitindo entender as ambiguidades, honra-desonra, ordem-desordem nesse contexto e também no espaço considerado sertão maranhense, e como isso era determinante nos processos judiciais, pois isso influenciava na sentença final do indivíduo, logo entende-se da importância em manter o perfil de honra.

No entanto, apesar das inúmeras tentativas falhas em remodelar o meio social do sertão maranhense, não foi uma tarefa fácil, como o autor destaca até nos jornais expressavam a necessidade por homens, que pudessem ajustar ou até mesmo solucionar os problemas sociais pertinentes da época, no caso os desvios da ordem. O objetivo era reprimir aqueles que estavam envolvidos com uma dessas práticas,

que atrapalhavam a ordem social, “[...] em nome da sua honra, em nome de manter sua integridade, envolviam-se em situações conflituosas, gerando sempre desentendimentos entre esses homens”. (RIBEIRO, 2017.p.281)

A luz desta questão, a imprensa apresentando os comportamentos entendidos como desviantes, o que demandaria para esses homens um movimento de correção dessas práticas, contribui com o ideal apresentado como necessário para a nação naquele momento, ou seja, criar um país de homens honrosos, sem qualquer evidência de geração, pois se tornaria uma garantia de um país ideal. (RIBEIRO, 2017, p.284)

Outro aspecto importante é pensar no modelo de comportamento do indivíduo empregada para manter a construção de uma nação republicana, no entanto, apesar da árdua tentativa de empregar essa conjuntura, existiram inúmeros casos de desordens que acabava desviando esse caminho que estava sendo imposto até então, as provas dessas constatações é o grande número de processos, uma vez que o índice quantitativo da criminalidade é bem maior que os processos em si.

A necessidade de tentar manter recluso da sociedade aqueles que desestruturavam o perfil de honra, sendo este, um dos principais valores que deveria ser exercido, entretanto, objetivo era afastar tudo que não favorecesse o momento em vigor, no caso os desonrados, por isso era considerado mau exemplo para o meio social. A partir dessas questões é necessário compreender o porquê a junta judiciária lidava com essas situações, o interesse judiciário em analisar, discutir sobre o aumento da criminalidade, pois afetava não só a estrutura familiar de modo em geral, mais também a incorporação dos conceitos cotidianamente.

O estudo realizado por Costa Ribeiro (1995), apresenta como a justiça brasileira representava e julgava sujeitos brancos, negros e pardos acusados de crimes, baseados em processos judiciais do final da primeira República, destacando que durante um processo é perceptível a ideologia do corpo jurídico, por exemplo a significação do bem e mal atribuída ao sujeito, na elaboração dos autos, ao invés da parcialidade e subjetividade como determina a justiça.

Essa análise revela o alto índice de criminalidade, assim como o alto índice de discriminação na averiguação dos processos crimes, principalmente os sujeitos comuns, das camadas populares, ou seja, o autor verifica nas leituras dos autos-crimes as medidas realizadas pelos funcionários jurídicos /policiais, medidas com referências sociais discriminatórias, interferindo diretamente no resultado final do processo, além do padrão de comportamento, a cor do sujeito também influenciava nas decisões jurídicas. Pode se dizer

que a representação social de que a cor era uma marca de criminalidade simultaneamente usada para e reificada através do processo criminal.

Assim, compreendesse o poder do discurso jurídico ao relacionar os homens considerados comuns, estarem constantemente entrelaçados as teias judiciais e propensas à cometerem ações desonrosas. A luz do discurso jurídico é propagada a partir dos padrões de comportamentos estabelecidos no meio social, por se tratar de diferentes pessoas, que se enquadram em diferentes grupos, onde se adequam aos moldes do grupo que fazem parte. Isso pôde ser indicado nas experiências vividas pelos indiciados, a luz da questão, por intermédios de suas ações passavam a serem classificados segundo a lógica do contexto, como um perfil de autocontrole por exercer a ordem ou ser um “desalinhado” que desconcertava as diretrizes.

Conforme a expressiva quantidade de processos destas comarcas, torna-se um indicativo do índice de criminalidade, tal como é demonstrado nos processos, nas manchetes, diferentes desvios, em forma de ato de agressão, violência, roubo, homicídio, comprovando que a idealização republicana fracassou quanto aos valores estabelecidos, justamente por não conseguir salvaguardar em massa o comportamento social dos sujeitos, sobretudo dos segmentos populares, todo esse teor de criminalidade reflete numa sociedade de cenário antagônico, da ordem/desordem, da honra/desonra,

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os documentos do arquivos judiciais revelam versões de comportamentos e a vida cotidiana social, permitindo analisar a formação social de diferentes grupos, e por se tratar de fontes de cunho judicial/criminal é plausível compreender o envolvimento dos sujeitos nas tramas cotidianas, o contexto no qual estão inseridas, sobretudo de homens considerados comuns, compreender também a preocupação das autoridades judiciais na manutenção da ordem, visto que o país encontrava-se em circunstâncias de transformação cultural, social, política.

Além dos autos-crimes, as referências bibliográficas foram fundamentais para assimilar esse cenário, o campo teórico baseados nas leituras e prática através dos processos, recursos teóricos metodológicos que possibilitam através da historiografia apresentar um determinado contexto e suas possíveis problemáticas. Portanto, as práticas de cunho desordeiras de um cotidiano que fomentava o exercício da ordem, essas características dicotômicas são basicamente as representações sociais, na tentativa de manter o controle social, por meio da propagação de discursos, valores e representações.

Sob julgo da lei retrata a perspectiva do cenário do sertão maranhense e o meio social no qual os sujeitos estavam inseridos, uma mão dupla de valores e representações de homens comuns, tramas cotidianas desvendadas a partir de processos judiciais. Elementos como honra, moral, são valores significativos pois, conduzem a ordem da sociedade. No entanto homens que, estavam distante dessa realidade eram vulneráveis à serem intrinsecamente relacionados a índole criminosa, em detrimento dessas justificativas à o fomento do discurso que propaga as distinções sociais por meio das considerações de valores e representações sociais. A respectiva abordagem evidencia que a representação discursiva utilizadas pelas autoridades judiciais empregando a concepção do comportamento, pois isto coincide, a natureza criminosa do sujeito, principalmente dos sujeitos das camadas populares.

REFERENCIAS

Bibliografias

- BAKHTIN, Mikhail. **Marxismo e filosofia da linguagem**. São Paulo: Hucitec, 2006, p. 42-45.
- ESTEVES, Martha Abreu. **Meninas perdidas**: os populares e o cotidiano do amor no Ripo de Janeiro da Belle Époque. Ed. 1º Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1989, p. 52.
- FAUSTO, Boris. **Crime e Cotidiano**: a criminalidade em São Paulo (1980-1924). Ed. 2º Edusp, São Paulo. 200, p.46-52.
- LIMA, Eneliza. **Os autos criminais**: Possibilidades de pesquisas em História regionais. Londrina Paraná, 2000, p. 13.
- RAGO, Margareth. **Do cabaré ao lar**: A utopia da cidade disciplinada. São Paulo, Paz e Terra, 1985.
- RIBEIRO, Carlos Antonio Costa. **Cor e Criminalidade**: Estudo e análise da justiça no Rio de Janeiro (1900/1930). Ed;UFRJ, Rio de Janeiro, 1995, p. 31.
- RIBEIRO, Jakson dos Santos. **Filhos da princesa do sertão**: representações da masculinidade na imprensa em Caxias/Ma durante a Primeira Republica, (Tese) Universidade Estadual do Pará, Belém, 2018, p. 286.

Fontes

¹ Inquérito policial. Comarca do 1º distrito do município de Caxias do Estado do Maranhão. Processo Crime referente ao caso de homicídio. Requerimento do João Francisco Góes e Antônia Vieira. 1924

¹ Inquérito policial. Comarca do 1º distrito do município de Caxias do Estado do Maranhão. Processo Crime referente ao caso de homicídio. Requerimento José Alves Pereira e Firmino Antônio da Silva. 1923.

MASCULINIDADES ELEGANTES DO SERTÃO MARANHENSE (1889-1930)

Marta Gleiciane Rodrigues Pinheiro⁵⁶²

Jakson dos Santos Ribeiro⁵⁶³

RESUMO

As relações entre a moda e a masculinidade durante a Primeira República, evidenciavam as mudanças constituídas em relação a representação social que o homem assumia a partir da sua veste. O trabalho abordará a construção do refinamento masculino no começo do século XX no Sertão Maranhense. Assim, durante a Primeira República pode-se afirmar que, a roupa era a forma mais correta de como se constituía a percepção social sobre o padrão de homem ideal, apresentando aspectos relevantes estabelecidos na relação entre o consumo de moda e a formação da identidade masculina na sociedade caxiense no contexto da Primeira República. Tendo contribuição de autores como Gilda de Melo e Souza (1987) e Gilles Lipovetsky (1989) que discutem a relação história, moda e masculinidade. Trazendo também a importância das Revistas de moda, cujo propósito das mesmas era apresentar e reforçar aos homens acerca das vestimentas que deveriam usar a fim de apresentar-se sócio-visualmente bem a sociedade republicana, por meio dos discursos apresentados nas supracitadas. Explicitando que a moda e a elegância influem nas questões comportamentais do gênero masculino, como também do feminino, ou qualquer grupo social, no entanto o texto discorrerá de modo específico dos homens republicanos e a construção da masculinidade propiciada pela elegância.

Palavras-chaves: Elegância. Masculinidade. Moda.

INTRODUÇÃO

A proposta do presente trabalho é discutir a moda e a elegância na construção da identidade dos homens republicanos da Princesa do Sertão durante a Primeira República, demonstrando a relação existente entre a moda e a masculinidade durante o primeiro período republicano, e como tal relação era determinante na construção da identidade masculina, pois a representação social que o homem assumia era firmada a partir da sua vestimenta. Visto que, as roupas, tal

⁵⁶² Graduanda do curso de Licenciatura Plena em História pela Universidade Estadual do Maranhão (UEMA). Bolsista PIBIC/ PIVIC. Email: martha.gleiciane123@gmail.com.

⁵⁶³ Professor Adjunto I da Universidade Estadual do Maranhão (CESC/UEMA), Doutor em História Social da Amazônia (UFPA), Mestre em História Social (UFMA) e Graduado em História (UEMA). Email: noskcajzaionnel@gmail.com.

como as demais fontes históricas, nos contam histórias, nos revelam costumes, práticas sociais e culturais.

Partindo deste ensaio, o texto é construído no recorte temporal de 1890-1930, definido como os primórdios da República no Brasil, tendo o espaço para o estudo a cidade de Caxias – MA, sendo a mesma conhecida como a Princesa do Sertão, designação concebida pelo o arcebispo da Bahia que passava pela cidade durante esse processo de desenvolvimento, com expressiva economia, causando – lhe grande admiração pela cidade.

Não diferentemente das demais cidades, Caxias vivenciava o advento da modernidade e tanto os homens como mulheres foram importantes para a efetivação dessa nova dinâmica social, onde ocorria a transição para uma sociedade moderna.

Desse modo, nota-se que características como, o advento das fábricas e as linhas férreas, tornavam a cidade em um ambiente fabril, fato considerado marca da modernidade, ocasionando uma atração por Caxias devido aos progressos causados pela intensa atividade fabril, pois essas atividades e principalmente da indústria têxtil, eram de grande relevância para o comércio local, onde a maioria dos mesmos estavam sob administração de homens tanto da elite caxiense quanto dos segmentos populares, Caxias também se encontrava em uma boa localização, banhada pelo Rio Itaperucu, com isto, tinham-se também o escoamento de produtos, como o de transporte de pessoas de modo fluvial.

Á vista disso teve um desenvolvimento da imprensa tanto caxiense como maranhense, além de uma grande intensidade de publicações nos jornais enaltecendo a cidade, e os homens elegantes dotados de poder e racionalidade, por traz de tamanhos feitos. Assim sendo, os jornais e revistas se tornaram fontes hemerográficas essenciais para o desenvolvimento da pesquisa. Pois eram esses periódicos que divulgavam e difundiam a imagem de homem ideal, os anúncios mostravam a roupa da moda e que todo homem deveria usar.

É importante colocar em discussão essa temática para que a sociedade possa perceber a relevância e a importância da moda na construção da identidade masculina da elite caxiense no período da Primeira República, desencadeando o entendimento da lógica social do período em que esses homens estavam inseridos, pois estudar como se deu a formação masculina na referida cidade é um modo

substancial para compreender a realidade das masculinidades existentes na atual conjuntura.

Partindo dessas informações, pode-se observar que surgem múltiplas identidades masculinas tanto dos segmentos abastados, como os pertencentes aos segmentos populares, pois em ambos os seguimentos havia o modelo “correto” de vestir-se.

NOS TEMPOS DA REPÚBLICA: “O BEM VESTIR”

A idade moderna coincide com o período do corte temporal estudado no presente trabalho, correspondendo a Primeira República no Brasil, a partir desse período, notou-se com mais especificidade, que a moda não é limitada apenas no quesito da vestimenta, como em sistemas supérfluos, englobando a mobília das casas, decoração, a própria linguagem, os modos, os gostos, entre outros.

Através da moda pode-se compreender um conjunto de fatores políticos, econômicos, sociais e culturais, evidenciando o progresso que se deu no estudo sobre a moda, visto que a mesma, segundo Lipovetsky, era julgada como algo frívolo, desmerecedora de estudo com cunho científico, por estudiosos da época.

A moda tornou-se uma fonte relevante para o estudo de gênero na princesa do sertão republicana e suas significações simbólicas. Segundo Lipovetsky (1989) a moda era um ponto crucial na formação da sociedade.

A moda não é mais um enfeite estético, um acessório decorativo da vida coletivo na vida coletiva; é uma pedra angular. A moda terminou estruturalmente seu histórico, chegou ao topo de seu poder conseguiu remodelar a sociedade inteira à sua imagem: era periférica. Agora é hegemônica. (LIPOVETSKY, 1991, p.12).

Segundo Gilda de Melo e Souza (1987) a moda também é um meio de estudo para melhor compreender a sociedade, corroborando com Lipovetsky.

Não é possível estudar uma arte, tão comprometida pelas injunções sociais como é a moda, focalizando-a apenas nos seus elementos estéticos. Para que a possamos compreender em toda sua riqueza, devemos inseri-la no seu momento e no seu tempo, tentando descobrir as ligações ocultas que mantém com a sociedade. (SOUZA, 1987, pp. 50-51).

É interessante essa afirmação, pois demonstra que a moda não é apenas um fator da estética, mas estudada de modo esmiuçado pode-se descobrir razões pelas quais determinada roupa estava na moda e a influência alcançada por quem a trajava nas relações sociais.

Assim sendo, a moda no contexto proposto será a chave para compreender o gênero masculino da alta sociedade caxiense, além dos autores supracitados teremos como fontes relevantes revistas de moda, tais como: Revista Elegante, Revista São Luís, Revista do Norte, Revista Maranhense e os principais jornais da cidade.

. Com o desenvolvimento do estudo vai ficando explicito que a vestimenta possui suas significações tanto para os homens quanto para as mulheres e para qualquer indivíduo que faz uso de tal objeto, influenciando também de modo significativo a economia por conta dos gastos no processo de obtenção dessas roupas e acessórios.

Assim, segundo Barnard (2003), a moda é um produto da sociedade, “[...] a moda surge, quase por definição, desse gênero de organização socioeconômica [...]” (BARNARD, 2003, p.38), possibilitando o entendimento do comportamento e a realidade em que essas pessoas se encontravam. Com o referente estudo ficará visível que a partir das vestimentas usadas, os indivíduos afloraram o sentimento de pertencimento a uma determinada classe ou grupo de pessoas com certo prestígio na sociedade, como aponta Rainho:

[...] a moda vai somar-se ao refinamento dos modos e ao polimento dos costumes, passando a significar também marca da boa “sociedade”. Seguir a moda torna-se um imperativo para essa camada que, por meio dela, procurava por um lado, nivelar-se, pelo menos na aparência, aos seus pares europeus, e, por outro, distinguir-se do resto da população [...]. (RAINHO, 2002, p.56).

Com embasamento nessa afirmação percebemos que, aos poucos, a moda foi ganhando espaço na sociedade burguesa. Esse fato é bem visível nas revistas de moda e também em outras leituras para construção do referente trabalho.

A moda então funcionava e ainda funciona como uma significação simbólica acerca da representatividade imposta pela roupa usada seja de classe social ou de gênero. Ainda segundo Lipovesty a moda é uma espécie de marca de luxo, a qual funciona como uma vitrine dos seus bens, impondo sua elegância mesmo que de modo involuntário para as pessoas dos segmentos populares. Ficando evidente o quão o discurso feito a partir da atividade social ou do gênero do indivíduo tem poder na lógica social.

Como os homens influentes tinham a obrigação de vestir-se bem e andar elegantes, tal situação tornou-se algo involuntário para essas masculinidades, pois

exerciam uma influência aos homens dos segmentos populares. Os principais produtos comercializados e serviços prestados pelas alfaiatarias e alfaiates eram a costura de roupas masculinas sob medida mais prontas também, venda de chapéus, gravatas, suspensórios finos para calça, camisas, os colarinhos e até mesmo os punhos das camisas, lenços, sapatos, meias, entre tantos outros. As informações coletadas mostraram que o período moderno foi também um grande meio para propagação da moda na Primeira República.

Como observou (Ribeiro 2018, p.129) “O tempo da fábrica não trazia apenas os novos modos de comercialização e inserção da cidade de Caxias no cenário da economia fabrilista, mas trazia aos cidadãos caxienses o reforço de incorporar novos trajes, para adequar-se de maneira elegante”, afirmando a forte influência que a moda possuía sobre os homens republicanos da Princesa do Sertão. Frisando também que o assunto moda não era, nem é, um assunto exclusivo e pertencente ao gênero feminino.

OS “MANUAIS” DE MODA

Com a análise de alguns periódicos pode-se observar a diversidade de discursos feitos pelos homens elegantes republicanos de Caxias - MA, como os políticos, os donos de jornais, os grandes comerciantes e os executivos que trabalhavam nas fábricas têxteis da cidade, ou seja, o discurso é reflexo da própria sociedade, esses discursos propagados pelos homens tanto na fala quanto nos jornais ou nas roupas, eram de caráter ideológico exercendo uma forte influência sobre os indivíduos, e como esses discursos atuam no campo social, os mesmos estão sujeitos a transformações, sendo esta noção de discurso de Bakhtin (2006), com fundamental importância para o entendimento dos discursos presentes nos jornais e revistas que circulavam na cidade.

A influência involuntária da elegância dos homens republicanos da elite caxiense sob os demais pode ser entendida pela análise do discurso de Michel Foucault (1996), devido ao poder que o discurso possui, o autor nos traz que o mesmo é uma forma de impor a verdade aos que ouvem, levando em consideração o desejo e o poder, construindo uma ideia a partir de seus interesses pessoais, excluindo os discursos fora dos padrões que a sociedade impôs.

Os elementos responsáveis de propagar esse discurso eram as revistas e os jornais, e o uso das vestimentas pelos homens era a concretização do poder alcançado pelo discurso, ou seja, era a materialização, como mostra Foucault:

[...] no interior de poderes muito apertados, que lhe impõem limitações, proibições ou obrigações. Muitas vezes, nesse caso, é a utilização de novas técnicas, por exemplo, os discursos de um jornal, do Estado, da Igreja, que por sua vez, utilizam mecanismos ordenadores, que viabilizam a normalização dos sujeitos, conforme os ideais que julgam como ideais aceitáveis no bojo social. (FOUCAULT, 2009, 132).

As revistas e os jornais foram os principais meios de divulgação dos discursos fantasiosos que determinavam um modelo de masculinidade, generalizando a imagem de um homem estilizado, como afirma (Ribeiro, 2018, p.108) “Os caxienses não ficavam distantes das novidades sobre o mundo da alfaiataria, visto o movimento dos comerciantes em buscar trazer o que consideravam, naquele contexto, como a última novidade da moda”.

As revistas circulavam com maior intensidade na Capital maranhense, mas circulavam nas cidades pequenas por meio dos periódicos, eles difundiam os acessórios e peças de roupa de última tendência para o público masculino, exaltavam o perfil de homem ideal e elegante da época.

Nessas revistas e jornais eram encontrados diversos anúncios de roupas e adereços como chapéus, paletós, cintos, bengalas, tecidos e até mesmo máquina de barbear. Os mesmos cada vez mais elaborados devido a transição para uma sociedade consumista, essas revistas acabaram servindo como manuais de como vestir-se e os acessórios que deveriam compor o look para os homens da alta sociedade.

Os jornais retratavam a Princesa do Sertão em seus ares da modernidade e progressos, refletindo o esplendor da temporalidade estudada, e a imagem projetada para representar esses acontecimentos na cidade foram os homens burgueses da cidade. Os periódicos homenageavam os homens que prestavam serviços à sociedade caxiense, trazendo notoriedade para esses indivíduos, além de que a roupa exibia seu poder aquisitivo.

Os dados encontrados nas revistas levam a pensar que os anúncios e produtos contidos nos periódicos eram destinados exclusivamente para o público masculino, buscando mostrar a relação entre a masculinidade e a moda, e consequentemente ao mundo da costura.

Os produtos que eram anunciados estavam de acordo com o padrão de vestir-se da elite burguesa caxiense da época republicana, a padronização das vestimentas assim como a busca por uma masculinidade hegemônica estava de acordo com o lema republicano “Ordem e progresso”, e também pelo fato de sentir-se moderna para acompanhar o momento fabril da cidade.

Em decorrência disso ao adquirir uma peça de roupa, o homem recorria as revista de moda ou aos jornais que traziam anúncios similares ou idênticos. A revista elegante de modo geral foi uma forte influência na formação e difusão na mentalidade dos indivíduos do que seria o homem ideal através das suas vestes e acessórios, como aborda Lipovetsky:

Da mesma maneira que a moda não pode ser separada da estetização da pessoa, a publicidade funciona como cosmético da comunicação. Da mesma maneira que a moda, a publicidade se dirige principalmente ao olho, é promessa de beleza, sedução das aparências, ambiência idealizada antes de ser informação. Toma lugar no processo de estetização e de decoração generalizada da vida cotidiana, paralelamente ao design industrial, à renovação dos bairros antigos. Por toda parte se expandem a maquiagem do real, o valor acrescentando estilo de moda. (LIPOVETSKY, Gilles. 1989, p. 189).

Com a análise das revistas de moda da época identifica-se que os homens usavam roupas de inverno em pleno verão, para poder seguir o padrão de moda estabelecida por meio dessas revistas, ou seja, o que importava era seguir a moda, mostrando sua elegância e virilidade através destas vestimentas vindas diretamente da Europa. Evidenciando que os meios de comunicação possuem um papel fundamental no universo da moda.

De modo geral as revistas traziam anúncios e notícias da última moda para os homens, tendo como referência França ou Paris, os últimos lançamentos de tecidos, paletós e chapéus. Nesse sentido, a Revista Elegante também começou a trazer novos elementos devido à transição para uma sociedade moderna. Com a observação em suas edições pode-se notar a busca da modernidade, por exemplo, a divulgação da propaganda de uma máquina de barbeira rústica.

Aliada a ideia da efemeridade, a moda se constitui como um campo, em que suas mudanças não eram relegadas a um fator relevante para dinâmica da sociedade. Porém é um fator que produz suas distinções, o que realiza dentro dessa dinamicidade; muito mais que a distinção social, ela evidencia os comportamentos sociais, apresentando uma mecânica de desejo, as facetas das transformações de homens e mulheres, pois uma passarela de performances e jogos de intenções são postos em cena. (RIBEIRO, 2018, p.101).

Como discutido anteriormente a transição para uma sociedade de consumo e em decorrência da modernidade o mercado caxiense, em específico no que diz respeito a moda, voltou-se para atender o crescente mercado consumidor, bem colocado na afirmação acima, assim como é destacado por Lipovetsky:

O prestígio das realidades estrangeiras não basta para abalar a fixidez tradicional; não há sistema de moda senão quando o gosto pelas novidades se torna um princípio constante e regular, quando já não se identifica, precisamente, só com a curiosidade em relação às coisas exógenas, quando funciona como exigência cultural autônoma, relativamente independente das relações fortuitas com o exterior. Nessas condições, poderá organizar-se um sistema de frivolidades em movimento perpetuo, uma lógica do excesso, jogos de inovações e de reações sem fim. (LIPOVETSKY, 1991, p.29).

A partir dos estudos que deram embasamento a este trabalho, percebe-se que a moda é uma forma de expressão tendo a imprensa como uma forte aliada principalmente as revistas e jornais para a construção e propagação da elegância das masculinidades na Princesa do Sertão.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nota-se que entre os principais resultados da pesquisa está a constatação de que a moda e a elegância foram fatores essenciais na construção da imagem dos homens republicanos dos segmentos abastados Princesa do Sertão durante a Primeira República, sendo tais afirmações feitas com embasamento na análise de revistas de moda que circulavam principalmente na capital do estado do Maranhão, mas também chegavam a cidade por meio dos jornais, pois as imagens e anúncios trazidos pelas revistas reforçava o discurso de poder que a elite impunha sobre os homens, no que diz respeito a vestimenta adequada para a exaltação da sua masculinidade e virilidade, demonstrando também que a roupa era um meio de distinguir o gênero das pessoas, quem detinha poder dentro da lógica social no período republicano.

Pela observação dos aspectos analisados salientamos que a elegância foi um dos fatores essenciais na construção da identidade dos homens republicanos da Princesa do Sertão durante a Primeira República, principalmente no que se refere aos anúncios publicitários dos periódicos que reafirmava a necessidade do homem vestir-se elegantemente, de sempre manter a boa aparência, estimulavam a obtenção e

utilização de acessórios, peças de roupas que caracterizavam seu prestígio social, evidenciando seu refinamento e sofisticação. A vestimenta sofisticada empregada também funcionava como distinção social, explicitava a hierarquia social entre os homens.

Em virtudes dos fatos mencionados, constatamos que a busca frenética de arrumar-se segundo os padrões da Primeira República, era a tentativa de “copiar” o modelo de masculinidade europeu, os modelos de roupa, adereços, até mesmo os comportamentos, sendo o homem da elite caxiense um reflexo do europeu, com isso, os discursos propagados nas entrelinhas dos anúncios publicitários, buscavam homogeneizar uma única identidade masculina.

Referencias

- BARNARD, M. **Moda e comunicação**. Rio de Janeiro: Rocco, 2003, p. 38.
- FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Trad. Raquel Ramalhate. 36 ed. Petrópolis, Rio de Janeiro, Vozes, 2009, p. 132.
- LIPOVETSKY, Gilles. **O império do efêmero: a moda e seu destino nas sociedades modernas**. Tradução Maria Lucia Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- RAINHO, Maria do Carmo Teixeira. **A cidade e a moda: novas pretensões, novas distinções – Rio de Janeiro, século XIX**. Brasília: Editora UnB, 2002. p. 56.
- RIBEIRO, Jakson dos Santos. **Filhos da princesa do sertão: representações da masculinidade na imprensa em Caxias/Ma durante a Primeira Republica**, (Tese) Universidade Estadual do Pará, Belém, 2018.
- SOUZA, Gilda de Mello e. **O Espírito das Roupas: A Moda no Século XIX**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

FONTES

- Revista Elegante, 1892.
- Revista Elegante, 1893.
- Revista Elegante, 1894.
- Revista Elegante, 1895.
- Revista Elegante, 1896.
- Revista Elegante, 1897.
- Revista Elegante, 1898.
- Revista Elegante, 1899.
- Revista Elegante, 1900.

Revista Elegante, 1901.
Revista Elegante, 1902.
Revista Elegante, 1903.
Revista Elegante, 1904.
Revista Elegante, 1905.
Revista Elegante, 1906.

Jornal *ChanacomChana*: Lésbicas e feministas na década de 1980, em São Paulo

Jaíne Chianca da Silva⁵⁶⁴

A problemática envolvendo a lesbiandade⁵⁶⁵ na história está marcadamente vinculada à sua violenta invisibilidade, essa lacuna provoca consequências sociais, políticas e historiográficas.

As discussões acerca da homossexualidade feminina ainda são consideradas muito silenciadas, principalmente por ter bases sexistas, classistas e racistas que as determinam.

Com o intuito de evitar que esse quadro historiográfico continue como está, nosso trabalho se desenvolverá objetivando analisar, a partir do jornal *ChanacomChana*, discursos lesbianos e a relação entre feministas e lesbianas.

O jornal *ChanacomChana* foi publicado por um subgrupo lésbico-feminista, em 1981, que atuava dentro do Grupo de Afirmação Homossexual (SOMOS), primeiro⁵⁶⁶ grupo homossexual do país, em São Paulo.

Este subgrupo surgiu em 1979 e já possuiu várias denominações como, Grupo Lésbico-Feminista (LF), quando se tornaram autônomas, em maio de 1980; Grupo de Atuação Lésbico-Feminista; Grupo de Ação Lésbico-Feminista e, por último, Grupo Ação Lésbica Feminista (GALF).

Mesmo quando integravam o SOMOS, essas mulheres do LF tinham como característica marcante o poder de provocar polêmicas, propondo a conscientização e emancipação de mulheres lesbianas, principalmente através do Jornal *ChanacomChana* e, posteriormente, pelo Boletim *ChanacomChana* (1982-1987, publicado pelo GALF). Ambos foram ferramentas de resistência, que questionavam a dominação sexista patriarcal, e os padrões de feminino e masculino, marcadamente heterossexuais.

⁵⁶⁴ Estudante do PPGH-UFCG. Email: jaine.chianca@gmail.com

⁵⁶⁵ Optamos neste trabalho por utilizar as palavras lesbiana e lesbiandade para substituir as palavras lésbica e lesbianismo, respectivamente, pois, estas duas últimas estão ligadas ao discurso científico do século XIX, que classifica as práticas de lesbiandade como patologia, perversões sexuais, crime. Renomear, ressignificar, neste caso, é uma tentativa de transformar os sentidos e dar oportunidade que essas personagens sociais – lesbianas – tenham oportunidade de criar outros imaginários na sociedade.

⁵⁶⁶ MARTINHO, Mírian. **Agosto com orgulho: os primórdios da organização lesbiana no Brasil**. 2012. Disponível em: <http://www.umoutroolhar.com.br/2012/08/agosto-com-orgulho-os-primordios-da.html> Acesso em: 8 jul. 2019.

A separação com o SOMOS, que na época supunha haver uma igualdade no encaminhamento das questões lesbianas e dos homens homossexuais, foi vista e considerada como separatista, divisionista e radical.

É importante frisar que o jornal surgiu em um contexto de ditadura militar no Brasil, um período marcado pela consolidação de movimentos sociais, acompanhado pela intensificação dos protestos que exigiam o retorno ao regime democrático e a anistia política. Compondo este panorama:

[...] houve um aumento significativo no número de associações autônomas feministas constituídas por grupos de conscientização sobre a questão da mulher, oriundos de meados da década de 1970, tais como os SOS Mulheres, em São Paulo e Belo Horizonte, o Movimento de Mulheres Agricultoras, o Movimento Lésbico-Feminista, as Associações de Donas-de-casa, os Clubes de Mães, entre outros, que seguiram debatendo como as questões consideradas “privadas” eram assuntos de ordem política (OLIVEIRA, 2017, p. 69).

A existência desses grupos marcou um momento em que à visibilidade congregaram-se ações afirmativas e lutas políticas no sentido de mostrar que a diversidade humana também se expressa em uma diversidade sexual.

Na edição número 3 do Boletim *ChanacomChana* (1983, p. 2), as integrantes do GALF falam que em 1980 percebiam a diferença entre ser mulher lésbica em uma sociedade falocrática e ser um homem “bicha” nesta mesma instituição.

A consciência de opressão enquanto mulheres, em primeiro lugar, as levou ao feminismo e ao aprofundamento da análise da situação das mulheres num sistema que as negavam constantemente enquanto sujeitos sociais. Porém, nessa aproximação também havia uma batalha, se no movimento homossexual brigavam contra o sexismo, no movimento feminista havia a briga contra o heterossexismo e todas suas implicações “reformistas”.

Michel Foucault (1996, p. 9)⁵⁶⁷ coloca que na sociedade sabemos que nem tudo pode ser dito, porém, existem duas regiões em que “os buracos negros” se multiplicam, que são as regiões da política e sexualidade. “[...] como se o discurso, longe de ser esse elemento transparente ou neutro no qual a sexualidade se desarma e a política se pacifica, fosse um dos lugares onde elas exercem, de modo privilegiado, alguns de seus mais temíveis poderes”. (FOUCAULT, 1996, pp. 9-10).

⁵⁶⁷ FOUCAULT, Michel. **A Ordem do discurso**. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

A abjeção das feministas em relação as lesbianas refere-se ao que está fora do lugar. Implica na demarcação de fronteiras entre ambos os grupos, colocando à margem aquilo que polui, que é disforme.

Ao ultrapassar a condição de normatividade, habitando o entre-lugares, as lesbianas são designadas de forma negativa por não seguirem o padrão heterossexista e são traduzidas, muitas vezes, como imorais, anormais, desviantes, dentre outras formas de invisibilidade. A matriz por trás disso está ancorada na heteronormatividade⁵⁶⁸ e em uma ordem discursiva patriarcal que a lesbiandade desequilibra.

Na edição número 0 do jornal *ChanacomChana*, como também nas 12 edições do boletim de mesmo nome, percebemos críticas severas envolvendo a heteronormatividade, feminilidade⁵⁶⁹, masculinidade⁵⁷⁰, violência contra as mulheres e seus corpos e, como discussão principal havia a homossexualidade feminina.

O Jornal *ChanacomChana* foi uma ferramenta utilizada para mostrar uma visão crítica e ácida sobre temas vistos socialmente como “naturalmente femininos heterossexuais”.

A escolha de utilizar a palavra “lésbica” no nome do grupo não simbolizava simplesmente o amor entre mulheres, mas também a revolta contra a opressão masculina que sempre deu às mulheres o papel de escravas e meros aparelhos de reprodução.

Foi uma escolha de cunho político⁵⁷¹, que forma linguagens em ação e produz efeitos de representações sociais com o poder de atribuir sentido e significado aos seres, construindo uma imagem da realidade das relações homoafetivas que têm o

⁵⁶⁸ Entende-se a heteronormatividade como um conjunto de regras a serem seguidas para validar o sexo e a reprodução e que criam um sistema de controle social e institucional que até as pessoas que se relacionam com outras do sexo oposto estão inseridas.

⁵⁶⁹ Entende-se por feminilidade certos padrões e signos que são reproduzidos e impostos para que um indivíduo seja julgado como mulher, por exemplo, ser frágil, submisso, possuir um útero, ter seios, cabelos grandes, ser mãe, possuir uma vagina. Vale ressaltar que alguns indivíduos do sexo masculino quando aderem a algumas dessas características citadas, mesmo que possuam um pênis, podem ser tachados como mulheres, mas de forma pejorativa.

⁵⁷⁰ Entende-se por masculinidade um conjunto de padrões e signos que são reproduzidos e imposto para que um indivíduo seja julgado como homem, por exemplo, ser forte, independente, possuir um pênis. Vale ressaltar que masculinidade não necessariamente se polariza com feminilidade. Eles se complementam, sustentados na cumplicidade do polo dominado. A relação se baseia na diferença entre ambos. A masculinidade torna o feminino como polo de rejeição central.

⁵⁷¹ Vale ressaltar que o fazer político aqui colocado não se restringe às esferas institucionais ou à “grande política”, mas é um fazer que traz repercussões de cunho político para a sociedade.

masculino excluído e, por conseguinte, quebra a representação da mulher submissa à heterossexualidade.

O Jornal *ChanacomChana* tem uma estrutura de quatro folhas e contou com um conselho editorial composto por Fanny, Maria Serrath e Teca e teve a colaboração de Maria Carneiro da Cunha, Nair Benedito e Cristina, que ficou na fotografia.

Na capa aparece a frase “não me envolvam, eu me envolvo” e logo abaixo a foto da cantora Ângela Maria Diniz Gonsalvez, vulgo Ângela Ro Ro, e uma entrevista com ela, que termina na página seguinte. Na página 3 há uma matéria assinada por Maria Carneiro da Cunha e intitulada: “Quem tem medo de Virginia Woolf?” e, por fim, na página 4 é uma matéria de Míriam Martinho, “Exercício de liberdade”.

Em seu Editorial, as integrantes do LF já anunciavam suas intenções provocativas, transgressoras:

CHANACOMCHANA foi um pulo do conformismo para a participação. Nosso jornal é nossa ponte. A palavra CHANA não pode ser sumariamente definida como ‘órgão sexual feminino’. É algo tão mais amplo, quanto os contrapontos de existir. Que a palavra CHANA soe para uns como ‘CHANCE’; para alguns como ‘CHANCA’ (pé grande – sapatão?), e para outros como ‘CHAMA’. O importante é isentar-se de conotações. [...] Voltando ao nosso papel com tinta, sabemos que CHANACOMCHANA é um sopro, mas há horas em que um sopro pode representar tudo, inclusive a vida. E a vida é negra, é prostituta, é homossexual, e mulher, e amamos todas estas suas facetas politicamente minoritárias. (JORNAL CHANACOMCHANA, 1981, p. 4).

Notamos que elas constroem um projeto discursivo que brinca com a própria palavra, trazendo outros horizontes de visões e significados, não sendo somente uma genitália feminina ou uma sexualidade desvalorizada, mas uma chance para que as lesbianas possam se expressar, amar, ser quem quiserem e como quiserem, uma chama, que queima, aquece e incendeia.

Esse papel revolucionário expresso nos sentidos da palavra “*chana*” implica uma provocação social e política, que expõe a vontade e a exigência de se fazer ouvir em um espaço que as rejeita. A participação é essencial, com uma inserção de representações plurais, para que as “minorias” ocupem espaços dentro da sociedade.

Refletir sobre a identidade lesbiana trazida pelo jornal *ChanacomChana* é entender que “[...] o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que, pelo que se luta, o poder do qual queremos apoderar.” (FOUCAULT, 1996, p. 10).

Na entrevista com Ângela Ro Ro, percebemos a coragem da cantora em responder algumas questões sobre sua sexualidade considerando que, como o grupo

mesmo fala, “o homossexualismo ainda é um assunto obscuro, digo maldito, para a maioria das pessoas. Ele encontra-se situado no cruzamento do pecado com o preconceito” (JORNAL CHANACOMCHANA, 1981, p. 1).

Dessa forma, com o título “não me envolvam, eu me envolvo”, Ângela coloca que não precisa que os movimentos lesbianos falem por ela, ela se envolve e toma uma postura diante das situações. Podemos perceber isso quando o grupo LF pergunta se ela coloca-se como lésbica publicamente e ela responde:

[...] eu não me disse lésbica hora nenhuma. Não me envolvam, eu me envolvo. Não é preconceito, sabe, com esta palavra. Eu acho que vocês têm uma motivação para estarem usando o termo. Mas acho esta motivação fraca porque é vulnerável. [...] Mas ser lésbica, ou ser bicha, ou ser negro, ou ser judeu é detalhe da pessoa humana, você recebe um carimbo e aceita? Isto é dar continuidade a discriminação (JORNAL CHANACOMCHANA, 1981, p. 2).

A separação que a cantora faz entre ela e o grupo LF expressa a demarcação de lugares de fala na cena discursiva. Ela não aceita ser enquadrada em um termo que para ela é muito limitante, como também, não sente necessidade de participar da militância lesbiana. Segundo a cantora, o rótulo imposto pelo olhar de outrem para lhe classificar é recusado, sobretudo se este rótulo expressa uma diferença que, diante da sociedade, traz consigo uma discriminação, uma inferioridade.

Já a matéria assinada por Maria Carneiro da Cunha traz discussões muito interessantes sobre feministas e lesbianas, ela coloca que:

As feministas já foram chamadas de histéricas, mal-amadas, divisionistas, burguesas, pequeno-burguesas alienadas (epítetos curiosamente lançados por outros burgueses e pequeno-burgueses que agem como se fossem os cães de guarda de um proletariado ao qual não pertencem). Mas uma das confusões mais comuns é chamar as feministas genericamente de lésbicas, de anti-homem. [...] Mas o que há ainda por trás dessa generalização é um preconceito ainda muito mais terrível contra as lésbicas, uma espécie de anátema, utilizado por tabela para desacreditar o feminismo (JORNAL CHANACOMCHANA, 1981, p. 3).

Neste trecho percebemos a exposição da carga pejorativa que, tanto o movimento feminista, quanto as militantes lesbianas enfrentavam naquele período.

A aproximação das feministas com as lesbianas no discurso social, como esse ser anti-homem só nos mostra a inquietação patriarcal em manter a apropriação social das mulheres, uma vez que as feministas também tomam consciência do sistema patriarcal em que estão inseridas, expondo o processo de diferenciação sócio-sexual e tentando desconstruir o processo de naturalização dos discursos dominantes.

Tânia Navarro-Swain (2004, p. 24)⁵⁷² diz que “No universo da hegemonia heterossexual, a desordem maior é o desinteresse das mulheres pelos homens. [...] As mulheres não podem ser homossexuais, não podem dispensar o masculino de suas vidas cotidianas. Logo, não podem existir”.

Dessa forma, o ser anti-homem é o maior crime e desqualificação do feminismo, uma vez que pode igualar a lesbiandade. Vendo-se como sujeitos, as lesbianas descartam essas representações sociais, políticas, culturais, que são impostas pelo patriarcado e desestabilizam uma ordem, para assegurar sua própria. “As lésbicas são perseguidas: porque se negam a encarnar os papéis que lhes destinam e os subvertem.” (JORNAL CHANACOMCHANA, 1981, p. 3).

Navarro-Swain (2004, p. 17) afirma ainda que existem dois polos, o do homem e o da mulher, um superior, outro inferior, marcados pelo signo do sexo e que colocam a heterossexualidade como norma geral.

Feministas e lesbianas, ao longo de seus entendimentos e desentendimentos, marcam posições de sujeitos críticos, que se opõem aos códigos e representações que foram naturalizados e que sempre remetem ao masculino.

Espanta-me o fato das pessoas reconhecerem o direito dos negros se organizarem e não das lésbicas o fazerem e extensivamente, os homossexuais em geral. Será que o motivo está no fato dos primeiros não terem escolhidos ser negros e os segundos de certa forma optarem por ser o que são? Quer dizer que não se tem o direito de escolher? Negar o direito de escolha no campo erótico é muito perigoso, pois o mesmo princípio poder ser (e é) aplicado ao campo político. Este é um dos motivos pelos quais a questão das minorias sexuais e outras é também política, porque tudo está interligado. [...] Mas quem é que decreta o que é maior e o que é menor, o que deve ou não deve ser prioritário, senão os poderes e aparelhos políticos imperantes? Isto é uma atitude eminentemente antidemocrática, especialmente porque, como tantas outras, vem de cima para baixo. (JORNAL CHANACOMCHANA, 1981, p. 3).

Essa mulher é subalterna por ser mulher e por ser lesbiana. A condição de subalternidade está ligada a condição do silêncio e essa política do silêncio é a melhor aliada para se esquecer das narrativas femininas.

Quando as mulheres não se interessam por homens, em uma sociedade em que o sexo, ou melhor, o falo é o rei, elas simplesmente não podem existir. “Desvio, anormalidade, exclusão, [...], feiura, falta de atrativos [...]: o desejo e a atração de uma

⁵⁷² NAVARRO-SWAIN, Tania. **O que é lesbianismo**. São Paulo: Brasiliense, 2004. (Coleção primeiros passos ; 313).

mulher por outra são transformados em válvula de escape para um corpo desgraçado e desprezado pelos homens.” (NAVARRO-SWAIN, 2004, p. 26).

Dessa forma, a lesbiandade antes de ser uma categoria somente de cunho sexual se torna política e declara sua recusa à hierarquia entre os sexos e à dominação masculina.

Outro ponto a ser destacado é a ideia ilusória e equivocada de que as lutas dos grupos minoritários estão separadas das questões políticas da sociedade como um todo, como se as questões políticas pertencessem a uma esfera da sociedade, que é privilegiada e que a política fosse desvinculada da prática cotidiana.

Querer reduzir tudo à luta de classes é não querer enxergar a realidade, numa simplificação que faria Marx corar de vergonha se vivesse hoje. É negar que o sexo e a raça são elementos tão ou mais importantes para definir o lugar das pessoas dentro da sociedade. Basta fazer o seguinte teste: quando uma pessoa entra numa sala, a primeira coisa que se observa é se é homem ou mulher, a segunda é se é preto ou branco (ou qualquer outra raça identificável) e a terceira é a forma como as vestes e outras características que nos informam sobre sua classe. [...] Tudo está profundamente interligado e não dá para separar o comportamento público do privado, sem cair em plena esquizofrenia. [...] Tendo os manifestos mais recentes dos grupos homossexuais organizados (incluindo as lésbicas) apoiado as feministas, como também os movimentos negros e as reivindicações de cunho social que se inserem na clássica luta de classes. Por que discriminá-los então? Eles também participam da “luta maior”. Se eles continuam discriminados é porque a própria imposição da “luta maior” da forma como é feita, já é uma discriminação (JORNAL CHANACOMCHANA, 1981, p. 4).

Rachel Soihet (2007, p. 238) aponta que a segunda⁵⁷³ geração do movimento feminista no Brasil teve características peculiares, pois tinha, de um lado, a oposição do governo ditatorial, que olhava com desconfiança para qualquer forma de organização da sociedade e, do outro, grupos de esquerda que colocavam as pautas contra o governo autoritário e a desigualdade de classes vigentes acima de qualquer outra, precisando ter uma luta onde os grupos se polarizassem e se voltassem para essas questões.

Com isso, a segunda geração do feminismo no Brasil lutava, tanto contra esse governo autoritário, ditador, quanto contra os ataques que os grupos de esquerda faziam que não aceitavam pautas tangentes às que eles defendiam.

⁵⁷³ No Brasil, a primeira geração do feminismo recebeu grande influência europeia, exigindo direitos políticos e trabalhistas nas primeiras décadas do século XX. As *suffragettes* brasileiras, lideradas pela bióloga Bertha Lutz, conquistaram o direito ao voto em 1932.

Vale ressaltar que o período em que a edição número 0 do *Jornal ChanacomChana* foi escrita foi marcado pelo aumento dos movimentos sociais contra o regime militar que vigorou no Brasil de 1964 a 1985. Grupos de mulheres, gays, lésbicas, negros reivindicavam seus lugares de fala no discurso social e político.

O trecho traz uma crítica forte às “esquerdas” quando afirma que estas se recusavam a reconhecer o papel subalterno imposto às minorias e se voltavam somente para a luta de classes, como motor de todas as desigualdades. Então, a proposta de Maria Carneiro da Cunha é ir além da luta de classes, enxergar que tudo está profundamente interligado.

Quando um subalterno se entrega ao indivíduo ou instituição que represente sua condição, este torna-se um objeto nas mãos de seu procurador no circuito econômico e de poder e, com isso, não se subjetiva efetivamente, pois perde seu lugar de fala e ocupa um lugar genérico do poder do outro. Daí se faz necessário esses movimentos revolucionários em que os subalternos tentam controlar o modo como serão representados.

A matéria de Miriam Martinho, intitulada “Exercício de Liberdade” traz, mesmo que em poucas palavras, alguns ganhos para o grupo de lesbianas. Segundo ela:

Mas já temos conseguido alguma coisa. Conseguimos, com certeza, através da análise de nossa problemática, alterar um pouco ou muito, a vida de cada elemento do grupo. Conseguimos obter um espaço para as lésbicas no Movimento feminista brasileiro e, também no mesmo, enfatizar a questão da sexualidade sempre tão esquecida. Conseguimos estimular a discussão sobre o feminismo no Movimento Homossexual, demonstrando estar a opressão do homossexual inteiramente ligada a dominação da mulher pelo homem. Conseguimos em suma, pela primeira vez, dar condições para as mulheres homossexuais possam falar publicamente da marginalização a que são submetidas (JORNAL CHANACOMCHANA, 1981, p.4).

Miriam Martinho deixa claro a reivindicação do seu próprio lugar de lesbiana marginalizada. As lesbianas adquiriram voz e conquistaram espaços através do diálogo com outros grupos, com outros movimentos, neste exemplo específico, com os movimentos feministas e de homossexuais masculinos.

Miriam, na mesma página, também fala que a vivência do LF trouxe muitas constatações e questionamentos e que o grupo tem “consciência que a concretização de tudo isso é um caminho longo e árduo” (JORNAL CHANACOMCHANA, 1981, p. 4).

Esse processo de autoconsciência enquanto grupo e enquanto indivíduo e os questionamentos levantados a partir das experiências do LF criaram possibilidades de se fazer conhecer, fazer-se ver, que é contrário aos pressupostos de um discurso e de um conhecimento moldado no senso comum e que fortalece o preconceito.

A matriz principal seria a transformação, conquistada e vivida de forma coletiva e igual. A sexualidade que também é trazida à discussão remete a uma crítica à heterossexualidade vista como natural, numa tentativa de problematizar modelos aceitos socialmente e tidos como inquestionáveis.

A atuação do Grupo Lésbico-Feminista foi bastante expressiva no Brasil. Pensar nesses momentos e no conteúdo publicado no jornal *ChanacomChana* é pensar na história de resistência que o grupo criou. É entender o início da trajetória histórica do movimento lésbico e suas concordâncias e discordâncias para com os movimentos feministas. É também, por fim, perceber como essas mulheres se viam fazendo política e fazendo resistência, como se representavam e autorrepresentavam.

REFERÊNCIAS

- BOLETIM CHANACOMCHANA, São Paulo, GALF, n. 3, 1983.
- FOUCAULT, Michel. **A Ordem do discurso**. São Paulo: Edições Loyola, 1996.
- JORNAL CHANACOMCHANA, São Paulo, LF, n. 0, 1981.
- LESSA, Patrícia. **Lesbianas em movimento: a criação de subjetividade** (Brasil, 1979 – 2006). Brasília : [s.n.], 2007.
- MARTINHO, Mírian. **Agosto com orgulho: os primórdios da organização lésbica no Brasil**. 2012. Disponível em: <http://www.umoutroolhar.com.br/2012/08/agosto-com-orgulho-os-primordios-da.html> Acesso em: 8 jul. 2019.
- NAVARRO-SWAIN, Tania. **O que é lesbianismo**. São Paulo: Brasiliense, 2004. (Coleção primeiros passos ; 313).
- OLIVEIRA, Júlia Glaciela da Silva. **Iconografias sarcásticas na imprensa feminista brasileira: mulherio e ChanacomChana (1981 - 1985)**. Domínios da Imagem, Londrina, v.11, n.21, p. 67-92, jul./dez.2017.
- SOIHET, Raquel. **Encontros e desencontros no centro da mulher brasileira (CMB) anos 1970-1980**. Niterói, v. 7, n. 2, p. 237-254, 1. Sem. 2007.
- SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?** 1. ed. Trad. Sandra Regina Goulart Almeida; Marcos Pereira Feitosa; André Pereira. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2010.